

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**A metalinguagem e as terminologias para descrição sintática na
história da Gramática Tradicional, desde a Antiguidade Clássica
até o Portugal oitocentista (versão corrigida)**

Rogério Augusto Monteiro Cardoso

São Paulo
2023

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

A metalinguagem e as terminologias para descrição sintática na história da Gramática Tradicional, desde a Antiguidade Clássica até o Portugal oitocentista (versão corrigida)

Rogério Augusto Monteiro Cardoso

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística vinculado ao Departamento de Linguística (DL) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), como requisito parcial para a obtenção do título de doutor.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olga Ferreira Coelho Sansone

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C268m Cardoso, Rogério Augusto Monteiro
A metalinguagem e as terminologias para descrição sintática na história da Gramática Tradicional, desde a Antiguidade Clássica até o Portugal oitocentista / Rogério Augusto Monteiro Cardoso; orientadora Olga Ferreira Coelho Sansone - São Paulo, 2023.
648 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Linguística. Área de concentração: Estudos Linguísticos.

1. Historiografia. 2. Gramática Tradicional. 3. Sintaxe. 4. Terminologia. I. Sansone, Olga Ferreira Coelho, orient. II. Título.



ATA DE DEFESA

Aluno: 8139 - 10227120 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Tese do(a) Senhor(a) Rogério Augusto Monteiro Cardoso no Programa: Linguística, do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 25 dias do mês de abril de 2023, no(a) Sala de Defesas realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Rogério Augusto Monteiro Cardoso, apresentada para a obtenção do título de Doutor intitulada:

"A metalinguagem e as terminologias para descrição sintática na história da gramática tradicional, desde a Antiguidade Clássica até o Portugal oitocentista"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Thomas Daniel Finbow	Presidente	FFLCH - USP	Não Votante
Mario Eduardo Viaro	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Alessandro Jocelito Beccari	Titular	PosDoc-FFLCH	Aprovado
Francisco Eduardo Vieira da Silva	Titular	UFPb - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

Considerando que não houve, da parte dos membros da banca nenhuma exigência de alteração substancial teórico-metodológica ou analítica e que o trabalho está bem desenvolvido sob os mesmos aspectos, a banca unanimemente delibera pela aprovação do candidato e sugere que as indicações e comentários sejam levados em conta na redação final da tese.

Eu, Regina Celi Sant Ana _____, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 25 dias do mês de abril de 2023.

Mario Eduardo Viaro

Alessandro Jocelito Beccari

Francisco Eduardo Vieira da Silva

Thomas Daniel Finbow
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 25/04/2023 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutor em Letras obtido no Programa Linguística - Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Profa. Dra. Claudia Amigo Pino
Presidente da Comissão de
Pós-Graduação
FFLCH-USP

*Aos mestres Antônio Vilela, Antônio Guimarães,
Grace Bandeira e José Seabra, que me
instruíram nas letras.*

*Ἀναχωρήσεις αὐτοῖς ζητοῦσιν, ἀγροικίας καὶ αἰγιαλοῦ καὶ ὄρη· εἴωθας δὲ καὶ σὺ τὰ τοιαῦτα μάλιστα ποθεῖν. Ὅλον δὲ τοῦτο ἰδιωτικώτατον ἐστίν, ἐξόν ἧς ἂν ὥρας ἐθελήσης εἰς ἑαυτὸν ἀναχωρεῖν. Οὐδαμοῦ γὰρ οὔτε ἡσυχιώτερον οὔτε ἀπραγμονέστερον ἄνθρωπος ἀναχωρεῖ ἢ εἰς τὴν ἑαυτοῦ ψυχὴν· μάλισθ' ὅστις ἔχει ἔνδον τοιαῦτα, εἰς ἃ ἐγκυψας ἐν πάσῃ εὐμαρεία εὐθὺς γίνεται· τὴν δὲ εὐμαρείαν οὐδὲν ἄλλο λέγω ἢ εὐκοσμίαν. (Μάρκος Αὐρήλιος, *Τὰ εἰς ἑαυτόν*, Βιβλίον Δ, γ').*

“[Muitos] procuram para si refúgios, casas de campo e costas litorâneas e montanhas; e costumes também tu desejar sobretudo tais isolamentos. Tudo isso, porém, é o que há de mais vulgar, já que podes, à hora que quiseres, recolher-te em ti mesmo. Pois em nenhuma parte um homem se recolhe nem mais tranquila nem mais calmamente do que na própria alma, sobretudo aquele que tem dentro de si tais qualidades sobre as quais basta inclinar-se para adquirir imediatamente tal conforto, e por conforto não digo outra coisa que boa ordem.” (Marco Aurélio, *Meditações*, Livro IV, 3).

Agradecimentos

Deixo por escrito meus sinceros agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de quem recebi bolsa de fluxo contínuo (n.º do processo 2019/21156-5) para elaborar esta tese de doutorado. Não menos grato sou à minha orientadora Olga Ferreira Coelho Sansone, que guiou o processo de elaboração do texto, aos meus pais, Sérgio Augusto Pinto Cardoso e Loraine Galvão Monteiro Cardoso, e a quaisquer seres sencientes que me tenham desejado sucesso nesta empreitada acadêmica.

Resumo

Esta pesquisa insere-se na área de Historiografia Linguística e tem como objetivo precípuo analisar e interpretar a metalinguagem e as terminologias sintáticas ao longo da multissecular história da Gramática, desde as suas origens helênicas até os gramáticos portugueses oitocentistas. Como os gramáticos portugueses são herdeiros inequívocos dos mestres alexandrinos, o ‘horizonte de retrospeção’ dos autores (cf. Auroux, 1992) teve de ser desenhado desde os primórdios da área, no século II a.C., quando surgiu a mais antiga gramática ocidental de que se tem notícia: a Τέχνη Γραμματική (*Tékhne Grammatikē*), de Dionísio Trácio. A despeito desse elo epistemológico, a hipótese aqui aventada é a de que o modelo sintático utilizado pela Sintaxe Tradicional, baseado no binômio sujeito-predicado, **não** é uma herança direta da Gramática Grega, mas uma criação posterior baseada em categorias transladadas da Lógica. Por meio do *modelo de camadas* (SWIGGERS, 2005), foi possível apontar continuidades e discontinuidades entre as obras analisadas, que se diferenciam quanto aos seus fundamentos (*camada teórica*), quanto à sua metalinguagem (*camada técnica*), quanto aos seus dados e informações linguísticas (*camada documental*) e quanto ao seu contexto histórico (*camada contextual-institucional*). O foco da pesquisa incide, evidentemente, sobre a metalinguagem. Assim, como um dos produtos descritivo-interpretativos desse estudo, foram elaboradas, para cada um dos doze autores estudados, tabelas sinóptico-analíticas do seu léxico especializado, que permitem verificar permanências e inovações em suas múltiplas dimensões. Ao cabo, demonstra-se que as categorias de caso greco-latinas – *nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo* – não só tinham a função de indicar as flexões nominais nas línguas clássicas, como também faziam as vezes do que se convencionou chamar hodiernamente de termos da oração. No fim do século XVIII, quando o pensamento gramatical português passou a operar sobre suas próprias bases, tais categorias greco-latinas foram abandonadas em prol de um modelo sintático de base lógico-relacional.

Palavras-chave: Historiografia; Linguística; Gramática; Sintaxe; Terminologia

Abstract

This research is part of the area of Linguistic Historiography and has the primary objective of analyzing and interpreting metalanguage and syntactic terminologies throughout the centuries-old history of Grammar, from its Hellenic origins to the Portuguese grammarians of the 19th century. As the Portuguese grammarians are unequivocal heirs of the Alexandrian masters, the 'horizon of retrospection' of the authors (cf. Auroux, 1992) had to be drawn from the beginnings of the area, in the second century BC, when the oldest known Western grammar appeared: the Τέχνη Γραμματική (*Tékhnē Grammatikē*), by Dionysius Thrax. Despite this epistemological link, the hypothesis suggested here is that the syntactic model used by Traditional Syntax, based on the *subject-predicate* binomial, is not a direct inheritance from Greek Grammar, but a later creation based on categories transferred from Logic. Through the *layers model* (SWIGGERS, 2005), it was possible to point out continuities and discontinuities between the works analyzed, which differ in terms of their foundations (*theoretical layer*), their metalanguage (*technical layer*), their data and linguistic information (*documentary layer*) and its historical context (*contextual-institutional layer*). The focus of the research is evidently on metalanguage. Thus, as one of the descriptive-interpretative products of this study, synoptic-analytical tables of their specialized lexicon were prepared for each of the twelve authors studied, which allow verifying permanencies and innovations in their multiple dimensions. In the end, it is shown that the Greco-Latin case categories – *nominative, genitive, dative, accusative, vocative* and *ablative* – not only had the function of indicating nominal inflections in classical languages, but also served as what is today called phrase terms. At the end of the 18th century, when Portuguese grammatical thought began to operate on its own bases, such Greco-Latin categories were abandoned in favor of a syntactic model with a logical-relational basis.

Key-words: Historiography; Linguistics; Grammar; Syntax; Terminology

Índice de tabelas

Tabela 1 - A <i>declinatio naturalis</i> de Varrão	45
Tabela 2 - Correspondência entre os <i>modos de significar</i> na construção intransitiva	276
Tabela 3 - Correspondência entre os modos de significar na construção transitiva	277
Tabela 4 - A declinação do artigo masculino em português, segundo Fernão de Oliveira.....	325

Índice de figuras

Figura 1 - Organograma da pesquisa historiográfica.....	24
Figura 2 - O modelo de <i>camadas</i> (ou <i>capas</i>)	36
Figura 3 - A “declinação” nominal portuguesa em João de Barros (1540)	38
Figura 4 - Organograma da metodologia da pesquisa	46
Figura 5 - O Império Macedônico de Alexandre, o Grande	58
Figura 6 - A expansão romana entre 201 e 100 a.C.	82
Figura 7 - A declinação de <i>albus, alba, album</i> mentalizada por Varrão	101
Figura 8 - A expansão do Império Romano sob Augusto (31 a.C. - 14 d.C.)	109
Figura 9 - O Império Romano ao fim principado de Trajano	178
Figura 10 - A metodologia de Donato	182
Figura 11 - A Europa no século VI d.C.	217
Figura 12 - A Expansão do Islã	248
Figura 13 - O Império de Carlos Magno	250
Figura 14 - Os <i>modos de significar, de entender e de ser</i> num triângulo semiótico	266
Figura 15 - A cisão da Gramática na Idade Média	279
Figura 16 - O reino das Astúrias no início da Reconquista	290
Figura 17 - A Península Ibérica no século XI	292
Figura 18 - A Reconquista Portuguesa	295
Figura 19 - A segunda declinação portuguesa, segundo João de Barros (1540)	336
Figura 20 - A declinação portuguesa em Amaro de Roboredo	372
Figura 21 - As sentenças no <i>Exemplo Latino da Copia</i>	382
Figura 22 - Os advérbios de tempo em Barbosa (1822)	449

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
1.1 A História da Ciência e o ensaio de Thomas Kuhn	6
1.2. A (in)aplicabilidade do modelo de Thomas Kuhn à Linguística	11
1.2.1 A (in)aplicabilidade do modelo kuhniano, segundo Percival (1976).....	11
1.2.2 A (in)aplicabilidade do modelo kuhniano, segundo Koerner (1989).....	14
1.2.3 Dell Hymes (1974) e o conceito de <i>cinosura</i>	16
1.2.4 Stephen Murray (1983) e o conceito de <i>retórica revolucionária</i>	18
1.3 A História da Linguística e a Historiografia Linguística: distinguindo os campos	19
1.3.1 A História da Linguística e os quatro gêneros de narrativa histórica, segundo Koerner (1989, 2014)	20
1.3.2 A Historiografia Linguística: definição e objeto, segundo Swiggers (2010a, 2013)	23
1.3.3 A importância da Historiografia, segundo Koerner (2012:2014)	26
2. METODOLOGIA	28
2.1 Diretrizes metodológicas gerais: os três princípios de análise, segundo Aurox (1992)...	28
2.2 Questões que persistem na Historiografia Linguística, segundo Koerner (1996b:2014)...	30
2.3 Critérios de seleção das fontes primárias: a etapa epi-historiográfica	33
2.4 O modelo de <i>camadas</i> , segundo Swiggers (2004): descrição e aplicação	35
2.5 A terminologia, a terminografia e os parâmetros classêmicos, segundo Swiggers (2010b): definições e aplicações.....	41
2.6 Os quadros sinóticos das terminologias (morfo)ssintáticas.....	44
2.7 O organograma da metodologia da pesquisa	45

3. O NASCIMENTO DA GRAMÁTICA OCIDENTAL	47
3.1 As primeiras reflexões sobre a linguagem no Ocidente, antes da Gramática.....	47
3.2 O conceito de <i>gramatização</i> e o nascimento da Gramática Ocidental.....	55
3.3 Considerações sobre a natureza da Gramática e o seu <i>status</i> científico.....	60
4. ANÁLISE DE GRAMÁTICAS.....	63
4.1 Dionísio Trácio	63
4.1.1 A Τέχνη Γραμματική, de Dionísio Trácio	63
4.1.2 A Τέχνη Γραμματική: a definição do campo e das partes do discurso	64
4.1.3 A ausência da Sintaxe na Τέχνη Γραμματική.....	76
4.1.4 A terminologia (morfo)ssintática na Τέχνη Γραμματική: a <i>camada técnica</i>	77
4.2 Marco Terêncio Varrão	81
4.2.1 A Gramática chega a Roma	81
4.2.2 Marco Terêncio Varrão e o <i>De Lingua Latina</i>	83
4.2.3 A análise da obra <i>De Lingua Latina</i>	85
4.2.4 A terminologia (morfo)ssintática no <i>De Lingua Latina</i> : a <i>camada técnica</i>	99
4.2.5 Considerações de Aulo Gélcio sobre Varrão.....	104
4.3 Marco Fábio Quintiliano	108
4.3.1 A ascensão do Império Romano e o fomento à cultura letrada	108
4.3.2 Marco Fábio Quintiliano e a <i>Institutio Oratoria</i>	111
4.3.3 A análise dos capítulos gramaticais da <i>Institutio Oratoria</i>	114
4.3.4 A terminologia (morfos)intática na <i>Institutio Oratoria</i> : a <i>camada técnica</i>	126
4.4 Apolônio Díscolo	131
4.4.1 A Alexandria romana	131
4.4.2 Apolônio Díscolo e o Περὶ Συντάξεως.....	134
4.4.3 A análise do Περὶ Συντάξεως	139
4.4.4 A terminologia sintática no Περὶ Συντάξεως: a <i>camada técnica</i>	169

4.5 Élio Donato.....	178
4.5.1 Da fase áurea do Império Romano às crises dos séculos III e IV	178
4.5.2 Élio Donato, a <i>Ars Minor</i> e a <i>Ars Maior</i>	181
4.5.3 A análise da <i>Ars Minor</i> e da <i>Ars Maior</i>	183
4.5.4 A terminologia (morfo)ssintática na <i>Ars Minor</i> e na <i>Ars Maior</i> : a <i>camada técnica</i>	212
4.6 Prisciano de Cesareia	216
4.6.1 A queda de Roma e o início da Idade Média	216
4.6.2 Prisciano de Cesareia e as <i>Institutiones Grammaticae</i>	218
4.6.3 A análise das <i>Institutiones Grammaticae</i>	222
4.6.4 A terminologia sintática nas <i>Institutiones Grammaticae</i> : a <i>camada técnica</i>	234
4.7 Tomás de Erfurt	247
4.7.1 Da Alta para a Baixa Idade Média	247
4.7.2 De Prisciano a Tomás de Erfurt	255
4.7.3 Análise da <i>Grammatica Speculatiua</i> : uma revolução científica kuhniana?	263
4.7.4 A terminologia sintática na <i>Grammatica Speculatiua</i> : a <i>camada técnica</i>	280
4.8 Gramáticos do século XVI: Fernão de Oliveira e João de Barros	289
4.8.1 O nascimento de Portugal e da língua portuguesa	289
4.8.2 A formação dos Estados Nacionais, o Renascimento e as gramáticas vernáculas	299
4.8.3 Fernão de Oliveira e a <i>Grammatica da lingoagem portuguesa</i>	306
4.8.4 Análise da <i>Grammatica da lingoagem portuguesa</i>	307
4.8.5 A terminologia sintática na <i>Grammatica da lingoagem portuguesa</i> : a <i>camada técnica</i>	323
4.8.6 João de Barros e a <i>Grammatica da lingua portuguesa</i>	327
4.8.7 Análise da <i>Grammatica da lingua portuguesa</i> , da <i>Orthografia</i> e do <i>Diálogo em louvor de nossa linguágem</i> (1540).....	329
4.8.8 A terminologia sintática na <i>Grammatica da lingua portuguesa</i> : a <i>camada técnica</i>	348
4.9 Amaro de Roboredo	359

4.9.1 Do esplendor econômico e cultural português à perda da independência e ao declínio do Humanismo.....	359
4.9.2 Amaro de Roboredo e o <i>Methodo Grammatical para Todas as Linguas</i>	363
4.9.3 Análise do <i>Methodo Grammatical para todas as Linguas</i>	366
4.9.4 A terminologia sintática no <i>Methodo Grammatical para todas as Linguas: a camada técnica</i>	387
4.10 Pedro José da Fonseca e Jerônimo Soares Barbosa	393
4.10.1 A Europa nos séculos XVII e XVIII: um breve panorama.....	393
4.10.2 Da Restauração Portuguesa à fuga da família real para o Brasil	394
4.10.3 As gramáticas filosóficas e a mudança de modelo sintático.....	399
4.10.4 De Amaro de Roboredo (1619) a Pedro José da Fonseca (1799)	405
4.10.5 Pedro José da Fonseca e os <i>Rudimentos da grammatica portugueza</i>	409
4.10.6 Análise dos <i>Rudimentos da grammatica portugueza</i>	410
4.10.7 A terminologia sintática nos <i>Rudimentos da grammatica portugueza: a camada técnica</i>	424
4.10.8 Jerônimo Soares Barbosa e a <i>Grammatica philosophica da lingua portugueza</i>	429
4.10.9 Análise da <i>Grammatica philosophica da lingua portugueza</i>	430
4.10.10 A terminologia sintática na <i>Grammatica philosophica da lingua portugueza: a camada técnica</i>	465
5. CONCLUSÕES	473
REFERÊNCIAS	499
ANEXOS.....	510

O ALFABETO GREGO E SUA TRANSLITERAÇÃO

Maiuscula	Minuscula	Nome	Transliteração	Valor latim	Palavra grega	Tradução
A	α	άλφα	alpha	a	άγαθος	bom
B	β	βητα	bêta	b	βιβλίον	livro
Γ	γ	γαμμα	gamma	g	γυνή	mulher
Δ	δ	δελτα	delta	d	δουλος	escravo
E	ε	έ ψιλον	epsilon	e	έγω	eu
Z	ζ	ζητα	dzêta	dz	ζωή	vida
H	η	ήτα	êta	ê	ήμέρα	dia
Θ	θ	θητα	thêta	th	θάνατος	morte
I	ι	ιώτα	iota	i	ίσος	igual
K	κ	καππα	kappa	k	καλος	belo
Λ	λ	λαμβδα	lambda	l	λόγος	discurso
M	μ	μυ	mu	m	μύθος	mito/fábula
N	ν	νυ	nu	n	νεανιας	jovem
Ξ	ξ	ξι	xi	x	ξένος	estrangeiro
O	ο	ó μικρον	omicron	o	ούρανός	céus
Π	π	πι	pi	p	πνεῦμα	espírito
P	ρ	ρώ	rhô	r	ρήτορ	orador
Σ	σ, ς	σιγμα	sigma	s	σωμα	corpo
T	τ	ταυ	tau	t	τόπος	lugar
Υ	υ	ύ ψιλον	upsilon	u	υιός	filho
Φ	φ, ϕ	φι	phi	ph	φώς	luz
X	χ	χι	chi (khi)	Ch (kh)	χρόνος	tempo
Ψ	ψ	ψι	psi	ps	ψυχή	alma
Ω	ω	ώ μεγα	oméga	ô	ώρα	hora

Fonte: <http://teologiaemcurso.blogspot.com/2015/05/alfabeto-grego-koine.html>

Observações:

- 1) O γ (gama) diante de consoantes oclusivas torna-se nasal, logo ἄγγελος se pronuncia “ânguelos”;
- 2) As letras ο (ômicron) e υ (ípsilon), juntas, soam [u];
- 3) O espírito áspero indica que a vogal é aspirada (´), enquanto o espírito brando (ˊ) indica que não há aspiração, logo ἁ se pronuncia [ha] e ἄ se pronuncia [a].

INTRODUÇÃO

Investigar os primórdios e os modos da evolução histórica do pensamento gramatical é um empreendimento assaz desafiador. Embora uma parte considerável das gramáticas publicadas na Antiguidade e na Idade Média já tenha sido traduzida para idiomas modernos, o pesquisador que deseje trilhar por essas veredas não pode se furtar ao estudo das línguas clássicas, o grego e o latim, que são justamente o objeto de análise desses antigos tratados. Para além das barreiras linguísticas, há as barreiras teórico-epistemológicas. Afinal, a Gramática Tradicional, como qualquer área do conhecimento, está sujeita a mudanças nos seus fundamentos, nos seus métodos e na sua terminologia, de modo que os conceitos e os termos gramaticais com que o pesquisador tenha se familiarizado ao longo de sua formação possam não ser os mesmos conceitos e termos veiculados outrora pelos seus antepassados intelectuais. Em cotejo com outras disciplinas, a trajetória da disciplina gramatical é, de fato, marcada muito mais por continuidades do que por descontinuidades, razão pela qual o seu vocabulário técnico é um dos mais longevos (AUROUX, 1992, p. 101). Na Morfologia, por exemplo, as oito classes gramaticais abonadas pelos pioneiros gramáticos helênicos – *nome*, *verbo*, *particípio*, *artigo*, *pronome*, *preposição*, *advérbio* e *conjunção* – são quase idênticas às dez classes atualmente abonadas por gramáticos contemporâneos. Na Sintaxe, porém, constata-se justamente o contrário, na medida em que o modelo sintático herdado aos tempos antigos foi abandonado e substituído por outros a partir do século XVIII. Até então, costumavam-se empregar as denominações dos casos morfológicos latinos – *nominativo*, *genitivo*, *dativo*, *acusativo*, *vocativo* e *ablativo* – de maneira análoga às atuais funções sintáticas, mas depois se passaram a usar categorias oriundas da Lógica, como *sujeito* e *predicado*. A constatação desse fato instiga, ao menos, duas perguntas relevantes a esta pesquisa: 1) por que os gramáticos, desde a Antiguidade até a Idade Moderna, usavam a terminologia de caso latina em suas análises sintáticas? 2) Que fatores internos e externos levaram ao abandono do antigo modelo sintático baseado nos casos e à consequente adoção de um modelo sintático lógico-relacional baseado nas categorias de *sujeito*, *predicado* e afins? São esses os questionamentos que guiaram este empreendimento historiográfico, mas, antes de responder a eles, convém tratar sucintamente da própria Historiografia em si, bem como das partes em que se divide esta tese.

Em linhas gerais, a Historiografia Linguística é um estudo interdisciplinar cujo objetivo não é descrever nem a linguagem humana, nem as línguas naturais, mas descrever,

explicar e interpretar o pensamento linguístico por meio de fatores intradisciplinares, que remetem ao conteúdo e aos métodos, e extradisciplinares, que remetem sobremaneira ao momento histórico e ao contexto cultural circundantes (SWIGGERS, 2010a). Para tratar desses fatores internos e externos ao pensamento linguístico, deve o historiógrafo aduzir não só seus conhecimentos de Linguística, como também de História Geral, de Filosofia da Linguagem, de Sociologia ou de quaisquer ciências adjacentes, conforme estas o ajudem a compreender melhor seu objeto. É justamente nisso que consiste o caráter interdisciplinar das pesquisas historiográficas.

Na condição de ciência autônoma, a Historiografia Linguística é de fato muito recente, mas o labor historiográfico em si é bem anterior às suas formalizações teóricas. Com efeito, sabe-se que, em 1796, François Thurot (1768-1832) traduziu uma obra de James Harris (1709-1780) denominada *Hermes: Or, a philosophical inquiry concerning universal grammar* (1751) e elaborou um prefácio em francês (*Discours préliminaire*) no qual os pensamentos linguísticos são postos em perspectiva histórica. O prefaciador vai desde as origens greco-latinas da ciência gramatical até as especulações filosóficas e universalistas que lhe eram contemporâneas (ALTMAN, 2012, p. 14 e 15). Daí em diante, tornou-se cada vez mais habitual os filólogos, os gramáticos e, mais tarde, os linguistas fazerem breves retrospectivas históricas nos prefácios e nas introduções de suas obras, em movimentos de concordância ou discordância em relação aos que identificam como seus precursores. No fim do século XIX, surgiram compilações históricas do conhecimento linguístico, a exemplo do extenso *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*, de Karl Brugmann, publicado em seis volumes de 1886 a 1893, e da *Einleitung in das Sprachstudium* (1880), de Berthold Delbrück (KOERNER¹, 1994:2014, p. 19-20). Mais tarde, no século XX, vieram a lume compilações de caráter mais geral, que abarcam desde as primeiras reflexões sobre a linguagem na Antiguidade Clássica até a Linguística pós-saussuriana. É o caso da *História Concisa da Linguística*, de Robbins (1967:1983) e depois, no contexto brasileiro, da *História da Linguística*, de Mattoso Câmara Jr. (1975). Na década de 1970, a Historiografia Linguística já se havia desvencilhado do *status* periférico que ocupava na abertura dos trabalhos acadêmicos e aos poucos deixava de ser mera atividade compilatória, antológica ou, às vezes, até propagandística em favor de autores e teorias passadas (KOERNER, 1994:2014, p. 20), de modo a tornar-se uma ciência autônoma, com objeto, fundamentos e métodos mais

¹ Koerner, E.F.K. (1994): **Historiography of Linguistics**. In: Asher R[onald] E. / Simpson, J[ames] M. Y. (eds.): *The Encyclopedia of Language and Linguistics*, vol. III. Oxford; New York: Pergamon Press, 1570-1578. Traduzido ao português por Susana Fontes. in: **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

delimitados, além de pesquisadores, grupos, associações, revistas e periódicos voltados especificamente para essa área.

Os trabalhos de Swiggers e Koerner, que têm se dedicado desde as décadas de 1970 e 1980 à reflexão metateórica na disciplina, passaram a ser divulgados no Brasil por volta da década de 1990, sobretudo por Cristina Altman, professora da Universidade de São Paulo e coordenadora do pioneiro Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH), ao qual estiveram vinculados, entre outros, os seguintes projetos: o *Documenta Grammaticae et Historiae* e *A lingüística no Brasil: estórias e histórias em primeira pessoa do singular*. Apesar do pouco tempo de implementação nos centros acadêmicos brasileiros, a Historiografia Linguística já dispõe de livros teóricos, além de inúmeros artigos, dissertações e teses, disponíveis em periódicos, *blogs* e redes acadêmicas. Dentre as produções bibliográficas, citem-se: *A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*, de Cristina Altman (2004), *Introdução à historiografia linguística*, de Ronaldo Batista (2013), *Aspectos historiográfico-linguísticos do século XIX*, de Sebastião Elias Milani (2011) e *A historiografia linguística no Brasil (1993-2018): memória, estudos*, de Coelho (2018). Dentre as teses e dissertações, convém citar *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa*, de Polachini (2017), e *Fonética e Fonologia em gramáticas brasileiras do século XIX: terminologia, técnicas e contextos para a descrição*, de Rodrigues (2016), que não só estão ligadas ao CEDOCH, como também possuem temática, base teórica e métodos afins aos desta pesquisa.

Em contrapartida, no que concerne especificamente ao estudo historiográfico de gramáticas editadas em Portugal, a produção bibliográfica brasileira é modesta. Com efeito, um breve exame das referências teóricas citadas nas obras *O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma*, de Marli Quadros Leite (2007), e *As concepções linguísticas do século XVIII: a gramática portuguesa*, de Fávero (1996), por exemplo, demonstra que ambas as autoras recorreram sobremaneira a publicações europeias, citando raras vezes nomes brasileiros. De fato, um levantamento preliminar realizado para esta tese mostra que elas realmente teriam poucas opções no contexto local. Em tempos mais recentes, *A gramática tradicional: história crítica*, de Vieira (2018), veio a mostrar um interesse quantitativo e qualitativamente maior pelas origens da Gramática. Em Portugal, tanto as universidades locais quanto os respectivos pesquisadores da área de Historiografia, com destaque para os ativos Gonçalo Fernandes (2007, 2017), Carlos Assunção (1998a, 1998b), Ponce de León (2009,

2006) e Filomena Gonçalves (2015), disponibilizaram versões virtuais de livros, teses e artigos que versam sobre as gramáticas e os gramáticos portugueses.

Assim como outros trabalhos ligados ao CEDOCH, esta pesquisa se debruça sobre um ponto específico de antigas gramáticas gregas, latinas e portuguesas: a metalinguagem e as terminologias sintáticas. O objetivo – convém insistir – é analisar e interpretar a metalinguagem e as terminologias sintáticas com as quais os respectivos autores descreveram e normatizaram a Sintaxe, isto é: em que teoria eles se basearam? Que conceitos, terminologias e métodos empregaram? Seguiram alguma tradição ou romperam com ela? Qual a influência do *clima de opinião* sobre as ideias e os termos linguísticos? Todas essas perguntas não de ser feitas individualmente a cada gramática escrutinada.

Esta tese se divide em cinco partes: 1) fundamentação teórica; 2) metodologia; 3) o nascimento da Gramática no Ocidente; 4) análise das gramáticas; 5) conclusões. A parte mais extensa, é claro, é a análise dos doze gramáticos selecionados, aos quais se dedicam capítulos em separado.

A fundamentação teórica começa por situar a Historiografia Linguística no âmbito de uma área maior e mais abrangente chamada História da Ciência, da qual ela é um ramo particular. Nesse âmbito da reflexão sobre o fazer científico, vê-se que o célebre ensaio *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn (1962), e sua concepção não cumulativa do progresso científico ensejaram muitas discussões acerca da aplicabilidade do modelo kuhniano ao desenvolvimento da Linguística, gerando opiniões favoráveis e desfavoráveis. Em seguida, com base em Koerner (1989, 2014) e Swiggers (2010a, 2013), busca-se delimitar a Historiografia Linguística propriamente dita, com seus objetos e princípios basilares.

O capítulo dedicado à metodologia se divide em sete seções. Na primeira, há algumas diretrizes metodológicas mais gerais. Na segunda, explicam-se algumas questões teórico-metodológicas ainda não resolvidas no campo da Historiografia (KOERNER², 1996b:2014), bem como os meios aqui empregados para lidar com elas. Na terceira, há os critérios de seleção das gramáticas antigas, que são as fontes primárias da pesquisa. Na quarta, há finalmente a descrição de critérios de análise estabelecidos dentro do *modelo de camadas*, com o qual efetivamente se analisarão as gramáticas antigas nesta pesquisa. Em linhas gerais, a aplicação desse modelo consiste em examinar as obras em quatro camadas – *teórica*,

² Koerner, E.F.K. (1996b). **Questões que persistem em historiografia linguística**. Tradução de Cristina Altman. In: Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística 2, 45-70. in: **Quatro décadas de historiografia linguística**: estudos selecionados. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

técnica, documental e contextual –, a fim de apontar continuidades e descontinuidades em cada uma delas numa perspectiva histórica. Hipoteticamente, duas gramáticas quaisquer podem estar alicerçadas na mesma visão de língua e usar aparatos terminológicos semelhantes, mas podem diferenciar-se quanto ao tipo de dado ou conhecimento linguístico utilizado para fins explicativos e quanto ao contexto histórico-social em que vieram a lume. Nesse caso, haveria continuidades nas duas primeiras camadas, *teórica e técnica*, e descontinuidades nas outras duas, *documental e contextual-institucional*. Na quinta parte, há algumas considerações sobre a terminografia e os parâmetros classêmicos propostos por Swiggers (2010b), que orientarão um exame mais pormenorizado das terminologias gramaticais. Na sexta parte, fala-se mui brevemente da elaboração dos quadros sinóticos, nos quais se pretende coligir o termos morfossintáticos empregados em cada gramática. A sétima e última parte é tão somente um organograma resumitivo das partes anteriores.

O terceiro capítulo traz uma apresentação não exaustiva das principais reflexões linguísticas que ensejaram o nascimento da ciência gramatical no Ocidente, passando pelos sofistas, pelos filósofos clássicos e pelos estoicos. Conforme se verá adiante, o surgimento das doutrinas gramaticais no Ocidente, no Oriente ou noutros lugares não é fruto do acaso, mas o resultado de um longo processo (AUROUX, 1992). Há também algumas reflexões sobre o processo de *gramatização* e sobre o *status* científico da Gramática.

Em seguida, o quarto capítulo traz a efetiva análise das gramáticas, pelo *modelo de camadas*. Em ordem cronológica, os gramáticos selecionados são os seguintes: Dionísio Trácio, Marco Terêncio Varrão, Marco Fábio Quintiliano³, Apolônio Díscolo, Élio Donato, Prisciano de Cesareia, Tomás de Erfurt, Fernão de Oliveira, João de Barros, Amaro de Roboredo, Pedro José da Fonseca e Jerônimo Soares Barbosa. Para cada um destes, reserva-se: 1) uma breve contextualização do momento histórico em que o gramático viveu; 2) uma análise panorâmica das respectivas obras com trechos selecionados e comentados; 3) uma análise pormenorizada da sua terminologia morfossintática, também com trechos selecionados e comentados; 4) por fim, dois quadros sinóticos de terminologias: uma para as partes do discurso e outra para as terminologias morfossintáticas, que se encontram nos anexos desta tese para fins de consulta.

Por derradeiro, as conclusões a que se pôde chegar após anos de pesquisa.

³ Embora Quintiliano esteja mais associado à Retórica do que à Gramática, ele aborda questões gramaticais em alguns capítulos do sua obra. Ademais, seu nome é citado pelos gramáticos portugueses.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A História da Ciência e o ensaio de Thomas Kuhn

Numa visão leiga e imediatista, pesquisadores incautos podem facilmente incorrer no erro de relegar a História da Ciência a um mero diletantismo ou exercício de curiosidade, tendo em vista que muitas proposições científicas feitas no passado vieram a ser rechaçadas ou reformuladas em tempos mais recentes. Eles poderiam fazer questionamentos desta natureza: por que interessaria a um astrônomo de hoje conhecer o modelo geocêntrico de Ptolomeu, se já se comprovou que a Terra não ocupa nem o centro do Universo, tampouco o centro do Sistema Solar? Por que interessaria a um médico de hoje conhecer antigos tratamentos e remédios cujos efeitos se mostraram depois nulos ou nocivos ao corpo humano? No âmbito dos estudos da linguagem, por que interessaria aos linguistas de hoje conhecer certas hipóteses monogenistas segundo as quais todas as línguas eram uma só até a construção da Torre de Babel (VIARO⁴, 2011, p. 91) e cujo alicerce, portanto, está mais em crenças religiosas do que em evidências empíricas de parentesco linguístico? Essa visão canhestra e refratária aos antigos se baseia na falsa assunção de que teorias modernas são necessariamente mais corretas e mais bem acabadas do que teorias passadas. Noutras palavras, ela se baseia na falsa assunção de que o progresso científico se dá de maneira **cumulativa** e **unidirecional**, como se cada cientista, no respectivo momento histórico, acrescesse pequenas porções de conhecimento a um grande repositório, que tende apenas a crescer.

Até meados do século XX, circulava nos meios acadêmicos essa visão cumulativa do progresso científico, à qual nem mesmo Leonard Bloomfield (1887-1949), fundador do Estruturalismo Norte-Americano, escapou:

*The man of science (but not always the amateur) surveys the results of earlier students and applies his energies at the point where they left off. Instead of always starting over again from the beginning, science progresses **cumulatively** and with acceleration (BLOOMFIELD, 1933:40, apud KOERNER, 1989, p. 51, grifos nossos).*

O homem da ciência (mas nem sempre o amador) examina os resultados de estudantes mais antigos e aplica suas energias até o ponto em que eles se desligam. Em vez de sempre começar outra vez pelo início, a ciência progride **cumulativamente** e com aceleração (BLOOMFIELD, 1933:40, apud KOERNER, 1989, p. 51, tradução e grifos nossos).

Em 1962, o físico de formação Thomas Kuhn (1922-1996) publicou o célebre ensaio *A Estrutura das Revoluções Científicas*, cujos efeitos se fizeram sentir em várias áreas, inclusive na Linguística. Em linhas gerais, o ensaísta defende que o desenvolvimento científico se dá

⁴ VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

por meio de sucessivas revoluções – em vez de um simplista progresso por acumulação – e demonstra um considerável ceticismo quanto à obtenção de verdades últimas e definitivas na ciência. Para entender as ideias basilares da obra, convém estar familiarizado com a seguinte rede de conceitos kuhnianos: *paradigma*, *ciência normal*, *estágio pré-paradigmático*, *anomalia*, *ciência extraordinária*, *revolução científica* e outros.

Thomas Kuhn (1962:2013) emprega o termo *paradigma* em, ao menos, dois sentidos distintos: um global e um local⁵. Em sentido global, o *paradigma* é resumidamente o conjunto de pressupostos e métodos que mantêm irmanado certo número de cientistas, os quais, ao buscarem solucionar os mesmos quebra-cabeças, passam a formar uma comunidade científica relativamente ampla e coesa⁶. Se uma dada área do conhecimento possui pressupostos e métodos bem estabelecidos, de modo a legitimar as pesquisas que os seguem e a deslegitimar as que não os seguem, diz-se que tal área está num estágio de *ciência normal*. Segundo o próprio Kuhn:

Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse comprometimento e o consenso aparente que produz são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada (KUHN, 1962:2013, p. 54-55).

Em sentido local, o *paradigma* seriam as soluções paradigmáticas de quebra-cabeças com que os pesquisadores se deparam ao longo de sua formação. Nas palavras do autor, seriam

(...) as soluções concretas de problemas que os estudantes encontram desde o início de sua educação científica, seja nos laboratórios, exames, seja no fim dos capítulos dos manuais científicos. Contudo, devem ser somados [*sic*] a esses exemplos partilhados pelo menos algumas das soluções técnicas de problemas encontráveis nas publicações periódicas que os cientistas encontram durante suas carreiras como investigadores. Tais soluções indicam, através de exemplos, como devem realizar seu trabalho (KUHN, 1962:2013, p. 197).

Antes de chegar a um estágio de *ciência normal*, o *paradigma*⁷ passa por um estágio anterior denominado *pré-paradigmático*, caracterizado pelo modo difuso com que se conduzem as investigações científicas. Na ausência de fundamentos teóricos sólidos e de práticas amplamente aceitas, não surpreende que os cientistas de uma área incipiente operem

⁵ O próprio Kuhn, num posfácio de 1969, reconhece que empregou inadvertidamente o termo *paradigma* em, ao menos, dois sentidos: global e local. Devido ao uso indiscriminado e vago que muitos passaram a fazer do termo, ele propôs chamar *matriz disciplinar* ao sentido global (KUHN, 1962:2013, p. 193) e *exemplares* ao sentido local (*ibidem*, p. 197). Todavia, os novos termos não vingaram.

⁶ No mesmo posfácio de 1969, Kuhn adverte que o *paradigma* não se confunde com uma *teoria*, cujos fundamentos e práticas são mais nítidos e delimitados que os de um *paradigma* (KUHN, 1962:2013, p. 193).

⁷ Doravante, o termo *paradigma* só se empregará em sentido global.

cada um à sua maneira, segundo suas próprias crenças, ainda que estejam expostos ao mesmo conjunto de fenômenos (KUHN, 1962:2013, p. 59). Segundo o autor, ciências como a elétrica passaram muitos séculos sem nenhum *paradigma* estável até que alguma descoberta de relevo pudesse enfim estabilizá-lo, enquanto a Matemática e a Astronomia já eram *paradigmáticas* desde a Antiguidade. Após intensa disputa entre *paradigmas* embrionários, um destes pode sobrepujar os demais ao mostrar-se mais apto à resolução de quebra-cabeças e, ao cabo, pode alcançar o estágio de *ciência normal*.

A *ciência normal* é basicamente o período de hegemonia e prestígio de um *paradigma*. Conforme se antecipou nos parágrafos anteriores, é nesse estágio que um grande número de cientistas passa a operar com base em pressupostos e métodos afins, mas, segundo Thomas Kuhn (1962:2013, p. 65), a *ciência normal* se notabiliza sobremaneira pelo seu reduzido interesse por novidades teóricas, tanto no âmbito dos conceitos, quanto no âmbito dos fenômenos⁸. Com efeito, as academias, os grupos de pesquisa e os manuais de referência se dedicam muito mais a inculcar os *paradigmas* vigentes nos pesquisadores neófitos do que a estimulá-los a buscar novos caminhos teóricos. Prova-o, por exemplo, um estudo de Coelho (2020, p. 29)⁹, de acordo com o qual apenas 22% dos artigos publicados na revista do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL), entre 1993 e 2018, se puseram a discutir questões teóricas acerca da linguagem. Outra característica marcante da *ciência normal* é a paulatina naturalização do seu aparato conceitual e terminológico, pelo que os cientistas se veem cada vez mais desobrigados de explicar os termos técnicos nos seus trabalhos, delegando tal incumbência aos manuais introdutórios (KUHN, 1962:2013, p. 61). Conforme se verá adiante, certos termos gramaticais passaram por um processo de naturalização tão profundo, que hoje muitos os utilizam como se fossem objetos empíricos, em vez de objetos teóricos (BORGES NETO¹⁰, 2013).

As abordagens *paradigmáticas* podem manter-se indefinidamente num estágio de *ciência normal*, desde que forneçam soluções satisfatórias tanto a antigos quanto a novos quebra-cabeças e proponham outras questões a serem investigadas. Cada fenômeno inédito nas pesquisas científicas põe à prova a capacidade explanatória do *paradigma* vigente. Se os seus adeptos não forem capazes de resolver os novos problemas, costuma-se, num primeiro momento, questionar a competência dos cientistas, mas, persistindo a situação, pode sobrevir um período de crise denominado *ciência extraordinária*, no qual não apenas se apontam

⁸ Convém lembrar que todo *paradigma* possui um horizonte fenomenológico de atuação.

⁹ Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2508>

¹⁰ BORGES NETO, J. **A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar**. Texto de conferência proferida no VIII Congresso da ABRALIN, Natal, RN, 02/02/2013 (mimeo).

crescentes *anomalias* nas abordagens hegemônicas, como também surgem novos candidatos a *paradigma*, numa disputa semelhante à que ocorre no *estágio pré-paradigmático*¹¹. O desfecho da crise pode se dar de três maneiras: 1) o *paradigma* vigente passa por ajustes que lhe permitam lidar satisfatoriamente com as suas *anomalias* e rechaçar os candidatos concorrentes ao posto de *ciência normal*; 2) o *paradigma* vigente não consegue lidar com as suas *anomalias*, de modo que a resolução dos novos problemas seja delegada a outros grupos de pesquisa, gerando um processo de ramificação; 3) o *paradigma* vigente não consegue lidar com as suas *anomalias* e vem a ser substituído por outro, capaz de solucionar tanto os antigos quanto os novos problemas. Neste último caso, há um processo de *revolução científica*.

Segundo o ensaio introdutório de Ian Hacking, escrito por ocasião do quinquagésimo aniversário do ensaio de Thomas Kuhn, o uso do termo *revolução científica* remete ao filósofo Immanuel Kant (1724-1804), numa clara analogia com as revoluções políticas. Da mesma forma que o Antigo Regime veio a ser substituído pela nascente burguesia europeia na Revolução Francesa (1789) por não atender às demandas sociais dos fins do século XVIII, o *paradigma* científico está também sujeito à substituição, caso não atenda às demandas do meio acadêmico. O próprio Kant vivenciou esse período de turbulência e pôde traçar uma analogia entre as mudanças de rumo sociopolíticas e os pontos de inflexão no desenvolvimento da ciência.

Antes mesmo da publicação d'A *Estrutura das Revoluções Científicas* em 1962, Thomas Kuhn já redigira uma obra intitulada *Revolução Copernicana*, publicada em 1957, na qual disserta sobre a transição do modelo geocêntrico de Ptolomeu (90-168 d.C.), que persistiu como *paradigma* por mais de mil anos, para o modelo heliocêntrico de Copérnico (1473-1543). À medida que os instrumentos e as observações avançavam no campo da Astronomia, crescia o número de *anomalias* no âmago do Geocentrismo, tornando-o incompatível com os novos dados empíricos acerca da movimentação dos astros e deixando-o inerme diante da possibilidade de uma *revolução científica*, que enfim aconteceu no século XVI¹². Tal substituição de modelos pressupõe o que Thomas Kuhn chama de *incomensurabilidade* entre visões *paradigmáticas* (KUHN, 1962:2013, cap. 9). Dois *paradigmas* se dizem incomensuráveis quando são mutuamente excludentes, sem a

¹¹ Tal similitude entre o *estágio pré-paradigmático* e a *ciência extraordinária* torna-os muitas vezes difíceis de distinguir.

¹² A longevidade do Geocentrismo se explica em parte pela chancela que o modelo recebia da Igreja Católica, que, durante muito tempo, rejeitou o Heliocentrismo e censurou os seus proponentes. No entanto, embora Thomas Kuhn reconheça a incidência de fatores externos sobre o desenvolvimento científico, ele optou por não incluí-los no ensaio sobre as revoluções (KUHN, 1962:2013, p. 41-42).

possibilidade de diálogo ou de soluções intermediárias, de sorte que cada um se julgue correto dentro do escopo de suas próprias lentes *paradigmáticas*. No exemplo em tela, não haveria qualquer possibilidade de conciliação entre o modelo ptolemaico e o copernicano: ou a apenas Terra, ou apenas o Sol poderia ocupar o centro do Sistema Solar.

A *incomensurabilidade* entre *paradigmas* tem importância salutar para o modelo kuhniano por colocar em xeque a ideia de progresso científico por acumulação. Se o modelo geocêntrico de Ptolomeu compunha um crescente repositório de conhecimentos astronômicos, significa que parte considerável desse conteúdo acumulado se esvaiu aquando da ascensão do modelo heliocêntrico¹³. Contudo, a ocorrência de uma *revolução científica* **não** implica a completa obliteração do *paradigma* antigo, dado que boa parte do aparato conceitual e terminológico se mantém após a etapa revolucionária. Nas palavras de Thomas Kuhn:

Entretanto, algo mais do que a incomensurabilidade dos padrões científicos está envolvido aqui. Dado que os novos paradigmas nascem dos antigos, **incorporam comumente grande parte do vocabulário e dos aparatos, tanto conceituais como de manipulação, que o paradigma tradicional já empregara**. Mas raramente utilizam esses elementos emprestados de uma maneira tradicional. Dentro do novo paradigma, termos, conceitos e experiências antigos estabelecem novas relações entre si (KUHN, 1962:2013, p. 165, grifos nossos).

Em suma, o aparato conceitual costuma transpor os limites *paradigmáticos*, mas os termos técnicos podem ser parcialmente ressignificados numa nova rede de relações. Exemplifica o autor que, na Mecânica Clássica de Newton, o *espaço* e o *tempo* são grandezas absolutas e homogêneas, ao passo que, na Teoria da Relatividade de Einstein, o *espaço* e o *tempo* são grandezas relativas (*ibidem*, p. 165). Na Filosofia e na Gramática gregas, o termo σύνδεσμος (“conectivo” ou “conjunção”) foi ressignificado mais de uma vez: em Aristóteles, o σύνδεσμος é genericamente um recurso retórico não significativo que, segundo o posterior modelo de classes gramaticais, inclui a conjunção, a preposição, o artigo e o pronome; entre os estoicos, o termo se refere apenas aos conectivos invariáveis, ou seja, à conjunção e à preposição; por fim, em Dionísio Trácio, o termo se refere apenas à conjunção (cf. NEVES, 2005).

As *revoluções científicas* demonstram que certas convicções outrora canônicas podem perecer e acabar descartadas, motivo pelo qual Thomas Kuhn se diz cético quanto à obtenção de verdades últimas e definitivas na ciência. Entretanto, o ceticismo exacerbado pode levar os historiadores da ciência à errônea visão de que a “verdade” não passaria de uma construção

¹³ Convém lembrar que o astrônomo dinamarquês Tycho Brahe (1546-1601) elaborou um modelo astronômico intermediário segundo o qual os planetas girariam em torno do Sol, e o Sol giraria em torno da Terra. Tal solução foi aceita pela Igreja.

histórica e temporária. Isso é absolutamente falso. Se as *revoluções científicas* configurassem sucessivos ciclos de autodestruição, de modo que nenhuma descoberta perene pudesse transpor os limites do seu *paradigma* de origem, a ciência viveria em eterna estagnação. Segundo Thomas Kuhn, o progresso científico não consiste em caminhar rumo a uma verdade última, mas em distanciar-se de ideias e pensamentos comprovadamente falsos (KUHN, 1962:2013, p. 183-184).

Nos parágrafos anteriores, foi dito que a permanência de um *paradigma* no estágio de *ciência normal* depende da sua capacidade de resolver quebra-cabeças e de propor problemas novos a serem investigados. Caso contrário, ele estaria sujeito a sucessivas crises e ulteriormente a uma substituição *paradigmática*, noutras palavras, a uma *revolução científica*. Todavia, o modelo kuhniano também se depara com situações insólitas nas quais um determinado *paradigma* continua respondendo a contento às questões inerentes ao seu horizonte fenomenológico, isto é, sem a presença de *anomalias*, mas **não** propõe nenhum problema novo a ser investigado. É o caso da Óptica Geométrica, que, segundo o autor, se cristalizou no tempo e, ao cabo, tornou-se mero instrumento a serviço de outros campos de estudo, sem passar pela turbulência das crises ou das revoluções (KUHN, 1962:2013, p. 105).

Por fim, situações insólitas à parte, estas são as etapas recorrentes do modelo de *revolução científica* proposto por Thomas Kuhn: 1) o *estágio pré-paradigmático*, no qual as pesquisas se dão de modo difuso, e muitos *paradigmas* embrionários pelem entre si buscando consolidar-se; 2) a *ciência normal*, quando um dos *paradigmas* litigantes sobressai na resolução de quebra-cabeças e estabelece os pressupostos e os métodos canônicos que hão de orientar os rumos da atividade científica; 3) a *ciência extraordinária*, na qual o *paradigma* hegemônico começa a demonstrar falhas (*i.e anomalias*) na resolução de quebra-cabeças, ensejando o surgimento de novos candidatos ao posto de *ciência normal* numa peleja similar à do *estágio pré-paradigmático*; 4) a *revolução científica* propriamente dita, quando enfim o novo *paradigma* sobrepuja o antigo e estabelece os pressupostos e os métodos que hão de redirecionar a atividade científica.

1.2. A (in)aplicabilidade do modelo de Thomas Kuhn à Linguística

1.2.1 A (in)aplicabilidade do modelo kuhniano, segundo Percival (1976)

Pouco tempo após a publicação d'*A Estrutura das Revoluções Científicas* em 1962, começou-se a avaliar a aplicabilidade do modelo de Thomas Kuhn à história das mais variadas áreas do saber – exatas, biológicas e humanas –, com opiniões favoráveis ou

desfavoráveis. Na Linguística, teve papel proeminente na discussão o artigo *The Applicability of Kuhn's Paradigms to the History of Linguistics* (1976), de W. Keith Percival, cujo parecer desfavorável acabou por arrefecer o entusiasmo com que alguns linguistas, sobretudo gerativistas, vinham empregando as ideias kuhnianas¹⁴. As críticas do artigo estão alicerçadas basicamente em três pontos: 1) numa possível irracionalidade do processo de conversão *paradigmática*; 2) na dificuldade de delimitar os *paradigmas* e 3) na suposta imaturidade científica da Linguística e das ciências humanas.

Uma das críticas mais recorrentes ao ensaio de Thomas Kuhn, feita por Percival (1976) e outros estudiosos, remete a uma possível irracionalidade no processo de conversão *paradigmática*, no qual um cientista abandona o *paradigma* antigo em que foi formado e decide adotar um novo, por força de uma *revolução científica*. Consoante o exposto na seção anterior, a *incomensurabilidade* entre os *paradigmas* faz com que os respectivos adeptos se julguem corretos dentro de suas próprias visões de mundo, sem a possibilidade de diálogo ou de soluções intermediárias. Dessa forma, a conversão *paradigmática* não se poderia explicar apenas pela robustez dos argumentos científicos da nova corrente (KUHN, 1962:2013, p. 166-168). Seria, *mutatis mutandis*, algo tão improfícuo quanto uma discussão entre membros fervorosos de religiões distintas: em vão, um tentaria impor ao outro os próprios dogmas. O ensaio sugere a incidência de outros fatores sobre o processo de conversão, a saber: o tempo de atuação do cientista dentro de um *paradigma* e o seu comprometimento com este, pois quem atua durante décadas seguindo os mesmos fundamentos e práticas não costuma abandoná-los; em seguida, a estética do novo *paradigma*, que pode se apresentar persuasivamente como mais simples ou mais adequado que o seu antecessor; por fim, alguma dose de fé nos resultados a que o novo *paradigma* poderá chegar. Contudo, os críticos não ficaram convencidos com os argumentos de Thomas Kuhn e o acusaram de defender a irracionalidade no progresso científico. O ensaísta chegou a rebater algumas das críticas no já mencionado posfácio de 1969, reafirmando que fatores externos podem catalisar ou retardar a conversão *paradigmática*.

Outra crítica recorrente ao ensaio sobre as *revoluções científicas* concerne à dificuldade de delimitar os *paradigmas*. Se, na Astronomia, é possível delimitar com alguma precisão as fronteiras *paradigmáticas* entre o Geocentrismo e o Heliocentrismo, na Linguística, as fronteiras entre as escolas seriam menos nítidas. Para demonstrá-lo, Percival (1976, p. 270) cita estudos segundo os quais o célebre filólogo dinamarquês Rasmus Rask

¹⁴ Segundo Percival (1976), o rompimento dos gerativistas com os estruturalistas norte-americanos, após discussões acaloradas, passou a ser visto por aqueles como uma autêntica *revolução científica*.

(1787-1832), um dos fundadores da Linguística Histórico-Comparativa, foi mais um continuador das teorias e dos métodos da Gramática Filosófica setecentista do que um agente revolucionário, de modo que classificá-lo desta ou daquela maneira caia em inevitável subjetivismo¹⁵. Em sendo assim, a ascensão dos comparatistas no início do século XIX não seria propriamente uma *revolução científica*, pois esta pressupõe uma intenção e um desejo consciente de ruptura com as tradições passadas.

A última das três críticas aqui abordadas se refere a uma suposta imaturidade científica da Linguística e das ciências humanas. Se, por um lado, os *paradigmas* são parte constitutiva da ciência e pré-requisito para a maturação de um campo de estudos na condição de *ciência normal*, por outro, a ausência deles acarreta uma profusão de pesquisas aleatórias a que Thomas Kuhn chama de *estágio pré-paradigmático*. A consequência lógica dessas assertivas é que uma ciência só poderia ser considerada madura se nela vigesse uma única e hegemônica abordagem. Veja-se este trecho de Percival:

One other important ingredient in Kuhn's system is a notion which I shall call the FIRST PARADIGM. He hypothesizes that every scientific discipline has a chronologically earliest paradigm; in other words, there is a definite point in time when a field achieves SCIENTIFIC MATURITY, to use Kuhn's expression, and it does so by acquiring its first paradigm. Prior to that event, it is a jumble of competing schools of thought; and since practitioners lack a universally shared framework to determine the direction of the research, they waste their time and energy in random data-gathering and fruitless controversy about fundamentals (...). As soon as a discipline has acquired its first paradigm, the chaotic disunity disappears, 'apparently once and for all'. Some fields, however, never acquire a first paradigm, and consequently their practitioners remain locked in a chronic state of disagreement 'about the nature of legitimate scientific problems and methods. Kuhn has the social and behavioral sciences in mind here (PERCIVAL, 1976, p. 287-288, destaques do autor).

Outro importante ingrediente no sistema de Kuhn é uma noção que eu chamarei de PRIMEIRO PARADIGMA. Ele [Kuhn] levanta a hipótese de que toda disciplina científica tem cronologicamente um primeiro paradigma; noutras palavras, há um ponto definido no tempo em que um campo atinge MATURIDADE CIENTÍFICA, para usar a expressão de Kuhn, e ele o faz adquirindo seu primeiro paradigma. Antes desse evento, há um amontoado de escolas de pensamento concorrentes; e como os praticantes carecem de um modelo universalmente compartilhado para determinar a direção da pesquisa, eles desperdiçam seu tempo e energia em coleta de dados aleatória e numa infrutífera controvérsia sobre fundamentos (...). Logo que uma disciplina tenha adquirido seu primeiro paradigma, a desunião caótica desaparece, “aparentemente de uma vez por todas”. Alguns campos, no

¹⁵ Rasmus Rask e Franz Bopp dividem o posto de fundador da Linguística Histórico-Comparativa. O primeiro redigiu em 1814 um manuscrito sobre o islandês e as línguas nórdicas que veio a ser publicado em 1818. O segundo redigiu uma obra sobre o sistema de conjugação verbal das línguas indo-europeias que veio a lume em 1816 (VIARO, 2011, p. 64).

entanto, nunca adquirem um primeiro paradigma e conseqüentemente seus praticantes permanecem presos num crônico estado de discordância “sobre a natureza dos legítimos problemas e métodos científicos”. Kuhn tem as ciências sociais e comportamentais em mente aqui (PERCIVAL, 1976, p. 287-288, destaques do autor, tradução nossa).

Um breve olhar sobre a história da Linguística pós-saussuriana já permite a qualquer um observar que, ao longo de cem anos de existência, a área não se notabilizou pela vigência de nenhum *paradigma* efetivamente hegemônico. Ao contrário, ela passou por um considerável processo de ramificação de vertentes: Estruturalismo, Gerativismo, Sociolinguística, Linguística Textual, Análise do Discurso, Pragmática, *etc.* Ainda hoje, convivem nos meios acadêmicos vertentes muito díspares entre si, tanto nos fundamentos quanto nos métodos, a exemplo do Gerativismo, cuja base é racionalista, e da Sociolinguística, cuja base é empirista. Tal convivência também demonstra que o desenvolvimento da Linguística pós-saussuriana não se deu por meio de *revoluções científicas*, pois estas consistem em rupturas e substituições *paradigmáticas*, e não em ramificações. Portanto, aos olhos do modelo kuhniano, a Linguística e as demais ciências humanas, por serem mais permissivas a divergências teóricas e metodológicas, não teriam conseguido até hoje transpor o *estágio pré-paradigmático* e seriam, portanto, imaturas – algo que obviamente nenhum historiador desse campo ousaria afirmar. Como Thomas Kuhn era físico de formação, não surpreende que o seu ensaio tenha maior aplicabilidade à história das ciências exatas¹⁶, cujas peculiaridades as tornam mais receptivas à vigência de eventuais *paradigmas* hegemônicos e à ocorrência de descobertas revolucionárias, que podem solapar abruptamente os fundamentos de uma área e mudar-lhe peremptoriamente os rumos.

Embora Percival (1976) concorde com uma das ideias basilares de Thomas Kuhn, de que o desenvolvimento científico não se dá de modo cumulativo, ele, ao cabo, defende que os linguistas não recorram ao modelo de *revoluções científicas* para explicar a história da Linguística.

1.2.2 A (in)aplicabilidade do modelo kuhniano, segundo Koerner (1989)

Konrad Koerner (1989), que se empenhou nas últimas décadas ao aprimoramento teórico-metodológico da Historiografia Linguística, reconhece o grande impacto que o artigo de Percival (1976) teve no sentido de dissuadir os linguistas de aplicarem os conceitos kuhnianos à história da Linguística, mas não o poupa de críticas muito acerbas:

¹⁶ Basta lembrar que boa parte dos exemplos aduzidos por Thomas Kuhn provém das ciências exatas: Física, Astronomia, Química, *etc.*

It is therefore regrettable that Percival (1976) has assumed the position of a 'praeceptor historiographiae linguisticae' and, after a serious distortion of the ideas of Kuhn as well as of the development of 19th-century linguistics, advocated the rejection of any of Kuhn's suggestions. I for one still believe that the concepts of 'paradigm' (or, perhaps better, 'disciplinary matrix'), 'normal science', 'revolution', etc., proposed by Kuhn may still be useful to the historian of linguistics if he does not press the argument to a point where it no longer makes sense (KOERNER, 1989, p. 50).

É, portanto, lamentável que Percival (1976) tenha assumido a posição de um “*praeceptor historiographiae linguisticae*” [i.e. preceptor da historiografia linguística] e, depois de uma séria distorção das ideias de Kuhn, assim como do desenvolvimento da linguística do século XIX, tenha defendido a rejeição de quaisquer sugestões de Kuhn. Por mim, eu ainda acredito que os conceitos de “paradigma” (ou, talvez melhor, “matriz disciplinar”), “ciência normal”, “revolução”, etc., propostos por Kuhn ainda podem ser úteis ao historiador da linguística se ele não pressionar o argumento até um ponto em que ele não mais faça sentido (KOERNER, 1989, p. 50, tradução nossa).

Mais do que dirigir-lhe críticas acerbas, Koerner (1989) trata Percival com algum menoscabo ao chamá-lo de *praeceptor historiographiae linguisticae* e ao imputar-lhe sérias distorções das ideias kuhnianas e da Linguística oitocentista. Percival, por exemplo, atribui falsamente a Thomas Kuhn os argumentos de que as *revoluções científicas* não só fariam os campos progredirem em saltos quânticos periódicos, como também seriam, por definição, “*an event brought about by the striking achievement of a SINGLE scientific genius*” [i.e. um evento levado a cabo pela impactante façanha de um ÚNICO gênio científico] (PERCIVAL, 1976, p. 286, destaque do autor, tradução nossa). De fato, em nenhum momento o ensaio sugere a periodicidade das *revoluções científicas* – cuja ocorrência é, na verdade, imprevisível –, tampouco afirma que elas só podem ocorrer após uma descoberta extraordinária de um gênio. Ao contrário, *paradigmas* podem durar décadas ou séculos, a exemplo do modelo geocêntrico de Ptolomeu, e podem ser substituídos mais gradual e silenciosamente, isto é, sem o advento das tais descobertas extraordinárias. Quanto ao exame que Percival fez da Linguística do século XIX, Koerner o rejeita *in limine* por acreditar que o autor tenha recorrido unicamente a informações de segunda mão (cf. KOERNER, 1989, p. 50, nota 2).

Enfim, Koerner (1989) defende uma aplicação cautelosa dos conceitos kuhnianos à história da Linguística. Afinal, o historiador precisa ter a consciência de que o emprego demasiado rijo das noções de *paradigma* e de *revolução* podem levá-lo a uma análise por demais esquemática, reducionista e imprecisa do desenvolvimento do campo de estudos. Incorreria em semelhante erro o crítico literário que limitasse as suas análises de poemas e romances a uma influência pretensamente determinística e normativa dos estilos de época,

cujo papel na Literatura é análogo ao dos *paradigmas* na ciência¹⁷. A propósito, uma das principais referências desta pesquisa, *A gramática tradicional: história crítica*, de Vieira (2018), recorre comedidamente aos conceitos kuhnianos para argumentar que a ciência gramatical se desenvolveu, desde as suas origens até a atualidade, dentro de um único *paradigma*, a que o autor chama de *Paradigma Tradicional de Gramatização* (PTG).

1.2.3 Dell Hymes (1974) e o conceito de *cinosura*

Dell Hymes (1974), conhecido pesquisador no domínio da Sociolinguística, da Antropologia Linguística e de áreas adjacentes, é também crítico do modelo kuhniano e, em particular, questiona a noção de *paradigma* e aponta a inadequação de seu emprego à história dos estudos sobre a linguagem. Antes da publicação do artigo de Percival em 1976, convém lembrar, historiadores propunham que o Estruturalismo Norte-Americano teria sido o primeiro *paradigma* de uma Linguística autônoma nos Estados Unidos e que o Gerativismo o teria depois sobrepujado por meio de uma autêntica *revolução científica*. Dell Hymes (1974) aponta, ao menos, duas inconsistências nessa proposição.

Em primeiro lugar, a noção de *paradigma*, bem como o modelo kuhniano de modo geral, é um construto teórico e abstrato que **não** trata da incidência de fatores sociais sobre o desenvolvimento da Linguística, limitando o escopo das análises de quem o utiliza¹⁸. É justamente disso que Dell Hymes trata neste trecho:

*The notion of 'paradigm' has been taken to refer to philosophies of science, to psychological assumptions, to analytic practices, but not to **social realities**. Yet it is no mere coincidence that the dominance of 'neo-Bloomfieldian' approach came with the emergence of linguistics as a distinct academic profession, separate from philology, language departments, and anthropology departments, in the United States. The approach provided the ideology for a separatist movement (...). The phenomenon is frequent enough in political life for us to recognize it in our own profession (DELL HYMES, 1974, p. 10, grifos nossos).*

A noção de 'paradigma' tem sido tomada para se referir a filosofias da ciência, a pressupostos psicológicos, a práticas analíticas, mas não a **realidades sociais**. Assim, não é mera coincidência que o domínio da abordagem "neobloomfieldiana" tenha vindo com a ascensão da linguística como uma profissão acadêmica distinta, separada da filologia, dos departamentos de línguas, e dos departamentos de antropologia, nos Estados Unidos. A abordagem proveu a ideologia para um movimento separatista (...). O fenômeno é frequente o bastante na vida política para que o

¹⁷ O próprio Kuhn (1962:2013) reconhece analogias entre o desenvolvimento literário e o científico. Tanto o estilo de época quanto o *paradigma* têm de ser vistos como tendências gerais ou práticas comuns, e não como cartilhas a que todos devam obedecer servilmente.

¹⁸ Convém recordar que o próprio Thomas Kuhn (1962:2013) reconhece, no prefácio do ensaio, essa e outras limitações do seu modelo.

reconheçamos em nossa própria profissão (DELL HYMES, 1974, p. 10, grifos e tradução nossos).

Noutras palavras, não se poderia compreender a contento a ascensão do Estruturalismo Norte-Americano sem compreender a realidade social em que ele estava imerso na primeira metade do século XX. Munidos de uma nova abordagem e ávidos pelo reconhecimento acadêmico, os linguistas optaram por se desvincular da Filologia e dos demais departamentos a fim de ter uma trajetória autônoma, com fundamentos e métodos próprios, num processo separatista análogo ao das correntes políticas. Tais questões sociais estão fora do escopo de Thomas Kuhn, de modo que os agentes científicos reais sejam retratados no ensaio de modo ideal e abstrato.

A segunda inconsistência apontada por Dell Hymes (1974) é a mesma de que Percival viria a tratar no seu artigo de 1976: na história da Linguística, não há abordagens efetivamente hegemônicas. Ao contrário, nela costumam e podem conviver abordagens muito díspares, tanto nos fundamentos quanto nos métodos, conforme se expôs no item 1.2.2. Por esse motivo, Dell Hymes sugere no trecho a seguir a substituição da noção de *paradigma* por *cinosura*:

In the case of linguistics, at least, other approaches than the dominant ones continued, and indeed sometimes emerged, contemporaneously. One can say that each dominant approach was successively the cynosure of its discipline. One can say that its participants, and others around them, had a consciousness of a revolutionary change, and that there was indeed a paradigmatic community. The paradigmatic community, however, has never come to be equivalent to the whole of the discipline (DELL HYMES, 1974, p. 10, destaques do autor).

No caso da linguística, pelo menos, outras abordagens para além das dominantes continuaram e, de fato, às vezes emergiram contemporaneamente. Pode-se dizer que cada abordagem dominante foi sucessivamente a *cinosura* de sua disciplina. Pode-se dizer que seus participantes, e outros ao redor deles, tinham a *consciência* de uma mudança revolucionária, e que havia de fato uma *comunidade paradigmática*. A comunidade paradigmática, no entanto, nunca veio a ser equivalente à inteireza da disciplina (DELL HYMES, 1974, p. 10, destaques do autor, tradução nossa).

Cinosura vem da palavra grega Κυνσούρα, que é composta por dois radicais: κυνός, genitivo singular de κύων (“cão”), e οὐρά (“cauda”). Logo, Κυνσούρα significa literalmente a “cauda do cão”. Tal era o nome dado pelos gregos à constelação da Ursa Menor, que orientou os marinheiros em alto-mar durante milênios. Depois de passar pelo latim e pelo francês médio, o termo *cynosure* chegou ao inglês por volta do século XVI, designando tanto a referida constelação quanto a sua principal estrela (a Estrela do Norte), e, no século

seguinte, passou a ser usado figurativamente como “o centro das atenções”, “a referência”¹⁹. Portanto, a *cinosura* a que Dell Hymes (1974) se refere é uma abordagem dominante ao redor da qual pode haver outras coetâneas de menor prestígio; ela é o centro das atenções em determinado momento histórico, mas não é hegemônica dentro do seu campo de estudos. Com base nisso, nem o Estruturalismo Norte-Americano, nem o Gerativismo podem ser considerados *paradigmas* em sentido kuhniano, mas podem ser ambos considerados *cinosuras* por terem sido dominantes em boa parte do século XX, cada um a seu tempo, e por terem tido ao redor de si outras abordagens de menor prestígio, desenvolvidas em paralelo. Por exemplo, o linguista Morris Swadesh²⁰ (1909-1967), discípulo do célebre Edward Sapir (1884-1939), jamais aceitou a autoridade da vertente “neobloomfieldiana”, ao passo que Greenberg (1915-2001) desenvolvia trabalhos sobre universais linguísticos paralelamente a Chomsky (DELL HYMES, 1974, p. 10-11).

Tendo em vista a rigidez da noção kuhniana de *paradigma* e a maleabilidade do conceito de *cinosura*, que melhor se aplica à história dos estudos linguísticos, a opção pelo segundo termo nesta pesquisa é mais do que justificável. Outros termos menos marcados como *abordagem*, *tradição*, *vertente* ou *escola* podem aparecer já que as referências teóricas também os utilizam.

1.2.4 Stephen Murray (1983) e o conceito de *retórica revolucionária*

Durante muito tempo, pensou-se que a ciência fosse uma instituição ampla regida tão somente pelo racionalismo e pelo universalismo, como se não houvesse entre ela e a sociedade uma influência mútua. Thomas Kuhn (1962:2013), embora não se debruce diretamente sobre os fatores sociais incidentes no progresso científico, alerta que o abandono de um *paradigma* antigo em prol de um novo, por força de uma revolução, não se poderia explicar apenas pela robustez dos argumentos do grupo revolucionário, devido à *incomensurabilidade* entre as visões de mundo. O comprometimento do cientista com o seu *paradigma*, a retórica *paradigmática* e mesmo a fé nos resultados a que as novas linhas investigativas podem chegar são fatores externos que interferem no processo. Décadas depois da publicação do ensaio, vieram a lume obras como *Stages in the Natural History of Scientific Specialties* (1983), do sociólogo da ciência Stephen O. Murray, que trata mais detidamente

¹⁹ Ver: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/cynosure#:~:text=guide%20their%20navigation,-,The%20constellation%20that%20this%20bright%20star%20appears%20in%20is%20known,cynosure.%22%20When%20English%20speakers%20adopted>

²⁰ Morris Swadesh se notabilizou pelos seus trabalhos em Lexicoestatística e Glotocronologia (FOX, 1995).

das relações sociais entre cientistas veteranos e neófitos no meio acadêmico, bem como do papel decisivo das instituições no fomento ou no abandono das suas pesquisas. No capítulo 1, intitulado *Theory Groups in Science*, Murray descreve os estágios das especialidades científicas e o relevante conceito de *retórica revolucionária*, utilizado amiúde nesta pesquisa.

Diz-se que um grupo científico qualquer tem uma *retórica continuísta* quando seus membros se dispõem a dar continuidade aos fundamentos e às práticas recebidas dos seus antecessores e uma *retórica revolucionária* quando os seus membros optam por romper com esses fundamentos e práticas. Sobre a escolha do tipo de retórica incidem três variáveis independentes: o prestígio social, a idade profissional e o acesso ao reconhecimento (MURRAY, 1983, p. 23-25). Dessa forma, se um determinado grupo atua numa instituição prestigiada, conta com pesquisadores experientes e publica seus trabalhos em veículos de renome, espera-se que ele tenha perfil *continuísta*. Da mesma forma, se um determinado grupo estuda em instituições mais periféricas, conta com pesquisadores jovens e pouco comprometidos com as abordagens teóricas vigentes, publicando seus trabalhos em veículos de menor alcance, espera-se que ele tenha perfil *revolucionário*. A grande vantagem de usar o conceito de *retórica revolucionária* é que o historiógrafo se vê desobrigado de avaliar quase subjetivamente se a ascensão desta ou daquela abordagem configura de fato uma autêntica *revolução científica* kuhniana e de verificar se ela apresenta legítimo ineditismo teórico-metodológico. Por exemplo, os gerativistas estavam outrora convictos de que o seu rompimento com os estruturalistas norte-americanos era uma *revolução*; porém, historiógrafos da atualidade, examinando esse momento histórico mais à distância, podem chegar à conclusão de que não houve um processo revolucionário *stricto sensu*, haja vista a inexistência de *paradigmas* hegemônicos na história da Linguística e a notória ramificação de vertentes pela qual o campo passou no último século. Se o empreendimento gerativista foi ou não uma *revolução científica*, não cabe aqui discutir à exaustão. O que não se pode negar, todavia, foi o uso de uma *retórica revolucionária* por parte dos epígonos de Noam Chomsky, com o intuito de romper com o passado. Na história da Gramática Tradicional como um todo, prevalece a *retórica continuísta*.

1.3 A História da Linguística e a Historiografia Linguística: distinguindo os campos

Apesar de similares tanto no nome quanto no objeto de estudo, a História da Linguística e a Historiografia Linguística devem ser tratadas preferencialmente como áreas

distintas, e, para entender tal distinção, convém descrevê-las em separado nas seções e parágrafos seguintes.

1.3.1 A História da Linguística e os quatro gêneros de narrativa histórica, segundo Koerner (1989, 2014)

Conforme se antecipou na introdução, as origens do labor historiográfico no ocidente parecem remontar, pelo menos, ao ano de 1796, quando François Thurot (1768-1832) elaborou um prefácio denominado *Discours préliminaire*, que consta na sua tradução francesa da obra *Hermes: Or, a philosophical inquiry concerning universal grammar* (1751), escrita por James Harris (1709 - 1780). O prefaciador teria sido o pioneiro na Europa a apresentar um panorama retrospectivo da ciência gramatical, começando pelo *Crátilo*, de Platão (429-347 a.C.), e indo até a *Logique*, de Étienne Condillac (1714 - 1780). O *Discours préliminaire* de François Thurot sobressai por dar primazia a reflexões linguísticas *a posteriori*, baseada em dados, e por rejeitar as reflexões apriorísticas sobre a origem da linguagem, que outrora gozavam de algum prestígio no século XVIII (ALTMAN, 2012, p. 14 e 15). Trata-se de uma nova postura perante o passado.

Do século XIX em diante, tornou-se cada vez mais habitual filólogos, gramáticos e linguistas dedicarem prefácios, preâmbulos, introduções ou mesmo capítulos de suas obras a breves retrospectivas históricas. Embora tais seções costumem ocupar um lugar periférico nos trabalhos acadêmicos, elas requerem do historiógrafo um exame mais detido por lhe darem uma provável indicação do tipo de retórica escolhida pelo autor estudado: *continuísta* ou *revolucionária*. Se o passado da área é retratado nessas retrospectivas como parte integrante e edificante da obra, há claro sinal de *retórica continuísta*; se esse passado, ao contrário, é visto como algo imperfeito e descartável, para o qual a obra em tela seria uma solução alternativa, há claro sinal de *retórica revolucionária*. Nessa época, a história da ciência linguística começou a se desvencilhar do seu *status* periférico na abertura de trabalhos acadêmicos e passou a ser ela própria um foco de estudo.

Koerner²¹ (2005:2014, p. 29-39) arrola e descreve quatro tipos de narrativa histórica: 1) as compilações históricas; 2) as histórias da Linguística comemorativas ou propagandísticas; 3) as histórias da Linguística isoladas; 4) a Historiografia Linguística.

²¹ Koerner, E.F.K. (2005). **In Lieu of a Conclusion**: On the importance of the history of linguistics. Traduzido ao português por Susana Fontes. *in: Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

As **compilações históricas** visam a sintetizar as conquistas levadas a cabo por uma determinada vertente de estudos, retratando os seus avanços científicos de maneira unilinear e geralmente lançando mão de uma *retórica continuísta*. É o caso da volumosa *Geschichte der Sprachwissenschaft und orientalischen Philologie* (1869), de Benfey, da *Geschichte der germanischen philologie* (1870), de Raumer, e do *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*, de Karl Brugmann, publicado em seis volumes de 1886 a 1893. Tais obras sintetizam principais feitos da Linguística Histórico-Comparativa.

As **histórias da Linguística comemorativas** ou **propagandísticas**, conforme sugere a sua denominação, visam a anunciar o triunfo de uma nova abordagem e a atrair para ela novos adeptos, lançando mão de uma *retórica revolucionária* contra as abordagens vigentes. É o caso da obra *Prinzipien der Sprachgeschichte* (1880), de Hermann Paul (1846-1921), cujo intento era dar voz à geração dos neogramáticos, e do polémico livro *Linguística Cartesiana*²² (1966:1972), de Noam Chomsky, a que se costuma imputar uma reinterpretação anacrônica das ideias de René Descartes (1596-1650), de Wilhelm von Humboldt (1757-1835) e de outros pensadores, fazendo parecer que as suas contribuições cognitivas e científicas estavam de certa forma pré-orientadas a culminar no Gerativismo.

As **histórias da Linguística isoladas** não explicitam preferências epistemológicas nem lançam mão dos tipos de retórica; ao contrário, elas têm um caráter mais holístico, a exemplo da obra *Sprachwissenschaft* (1955), de Hans Arens, cuja análise se estende desde as primeiras reflexões sobre a linguagem na Grécia Antiga até as correntes da Linguística pós-saussuriana, a fim de demonstrar a permansividade de muitas ideias e conceitos ao longo da história da disciplina. A *História da Linguística*, de Mattoso Câmara Jr. (1975), redigida originalmente em inglês para o público estadunidense e depois traduzida ao português para o público brasileiro, também tem intenções holísticas e pode se encaixar nesse terceiro gênero de narrativa histórica. Segundo Coelho e Hackerott (2012, p. 392), a abordagem de Mattoso Câmara Jr. é antológica e panorâmica.

O quarto e último tipo de narrativa histórica, a sobredita **Historiografia Linguística**, não possui preferências epistemológicas nem lança mão dos tipos de retórica, mas ela se diferencia das histórias isoladas por tratar os autores e as tradições passadas como parte integrante da própria disciplina, por ter uma abordagem mais interpretativa do curso histórico da Linguística e por recorrer a uma metodologia mais sólida. As histórias da Linguística isoladas carecem de rigor metodológico, de sorte que os historiadores dessa vertente se

²² No original: *Cartesian Linguistics* (1966).

tenham servido de alguma arbitrariedade nos seus recortes epistemológicos e na seleção de autores e obras tidos por mais relevantes para a ciência da linguagem. Os adeptos desse terceiro gênero não raro retratam o desenvolvimento da disciplina de modo implicitamente cumulativo, ao passo que os adeptos da Historiografia Linguística apontam continuidades e descontinuidades nesse processo histórico.

A ascensão da Historiografia a partir década de 1970, longe de ser um acontecimento fortuito, pode-se explicar pelos influxos oriundos da História da Ciência. Com efeito, o célebre ensaio de Thomas Kuhn (1962:2013) sobre as *revoluções científicas* instigou muitos pesquisadores a se debruçarem sobre o passado de suas áreas, e os linguistas não foram exceção. Como a História da Linguística não dispunha até então de fundamentos sólidos, conforme se procurou demonstrar nesta seção 1.3.1, os historiógrafos optaram por recorrer justamente à História da Ciência, que, embora se dedicasse sobremaneira à trajetória de ciências exatas ou naturais, se mostrava mais madura e mais confiável que a História da Filosofia²³. Segundo esta passagem de Koerner, tal opção se mostra justificável porque certas similaridades fenomenológicas entre o objeto língua e os objetos das demais ciências suscitaram que os respectivos campos de estudo se tenham desenvolvido de maneira também similar:

*The history of linguistics, however, is not dealing with a subject like philosophy that has to do exclusively with ideas, intellectual activities and commitments. **Since the object of linguistics, namely the study of language in all its manifestations, is much more concrete, its history is in some way similar to the development of the sciences.** (...) Since the science of language is much closer than any other of the social and behavioral sciences to having a well-defined, concrete object of investigation, its rigor of analysis is closer to that of the natural sciences (KOERNER, 1989, p. 49, grifos nossos).*

A História da Linguística, no entanto, não está lidando com uma disciplina como a Filosofia, que tem a ver exclusivamente com ideias, atividades e esforços intelectuais. **Como o objeto da Linguística, nomeadamente o estudo da língua em todas as suas manifestações, é muito mais concreto, sua história é de certa forma similar ao desenvolvimento das ciências.** (...) Como a ciência da linguagem está muito mais próxima do que qualquer outra das ciências sociais e comportamentais de ter um objeto de investigação concreto e bem definido, seu rigor de análise está mais próximo ao das ciências naturais (KOERNER, 1989, p. 49, tradução e grifos nossos).

²³ A História da Filosofia, assim como a História da Linguística, também carecia de rigor metodológico, de sorte que as suas narrativas históricas fossem, o mais das vezes, meras compilações ou antologias de grandes filósofos e escolas filosóficas (KOERNER, 1989).

Em que pese a eventuais similaridades fenomenológicas entre o objeto língua e os objetos das ciências exatas ou naturais, a transladação dos modelos explicativos da História da Ciência para a Historiografia Linguística nem sempre se pode dar de maneira tão direta, sob pena de distorcer inadvertidamente o passado da área. Basta recordar, por exemplo, as observações que Percival (1976) e Dell Hymes (1974) fazem a respeito da aplicação dos conceitos kuhnianos ao desenvolvimento da Linguística. Por esse motivo, Konrad Koerner e outros teóricos se empenharam, nas últimas décadas, não só em consolidar o aparato institucional da Historiografia, como também em resolver pendências relativas ao seu objeto, fundamentos e métodos. Segundo Swiggers (2010, p. 1), contribuíram muito para o cumprimento dessas metas os periódicos *Historiographia Linguistica* (1974–); *Histoire, Épistémologie, Langage* (1979–); e *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* (1991–).

1.3.2 A Historiografia Linguística: definição e objeto, segundo Swiggers (2010a, 2013)

Um bom ponto de partida para compreender a Historiografia Linguística é a definição dada pelo teórico Pierre Swiggers (2010a) no seu artigo intitulado *História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações*:

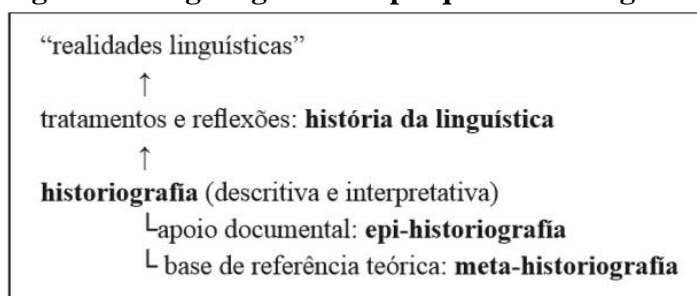
A historiografia linguística é o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico; ela engloba a descrição e a explicação, em termos de fatores intradisciplinares e extradisciplinares (cujo impacto pode ser ‘positivo’, i.e. estimulante, ou ‘negativo’, i.e. inibidores ou desestimulantes), de como o conhecimento linguístico, ou mais genericamente, o *know-how* linguístico foi obtido e implementado (SWIGGERS, 2010a, p. 2).

Dessa breve definição é possível fazer muitos desdobramentos. Por ser inerentemente interdisciplinar, a Historiografia Linguística exige dos seus pesquisadores não só o preparo linguístico para lidar com teorias e dados, como também conhecimentos de História Geral, de Filosofia da Linguagem, de Sociologia ou de quaisquer áreas adjacentes que o ajudem a explicar e interpretar o seu objeto. Tal objeto, convém lembrar, não é o curso evolutivo das línguas naturais – que é, em verdade, objeto da Filologia, da Linguística Histórica e da Linguística Diacrônica –, mas o curso evolutivo do conhecimento linguístico, ou seja, o foco do historiógrafo não está nem nas feições gramaticais das línguas nem nas suas mudanças diacrônicas, mas, sobretudo, **no que se disse a respeito das línguas**²⁴. Dessa forma, a Historiografia é, além de interdisciplinar, uma disciplina **metateórica**, pois recorre a uma teoria para explicar outras teorias e o modo como estas foram implementadas, levando em

²⁴ A análise historiográfica pode incidir tanto em reflexões linguísticas mais especializadas quanto em reflexões epilinguísticas, cujo grau de formalização teórica é obviamente menor e mais difuso.

conta fatores intradisciplinares e extradisciplinares. Veja-se a seguir este breve e elucidativo organograma da pesquisa historiográfica elaborado por Swiggers (2013, p. 44):

Figura 1 - Organograma da pesquisa historiográfica



Fonte: SWIGGERS (2013, p.44).

No topo da figura, as chamadas “realidades linguísticas” são os diversos aspectos observáveis da língua que servem de objeto aos filólogos, aos gramáticos e aos linguistas, cujos tratamentos e reflexões compõem a História da Linguística. Mais abaixo, vê-se que a história desses tratamentos e reflexões é, por sua vez, o verdadeiro objeto da Historiografia que, para além da compilação de obras e autores, destina-se à descrição e à interpretação do desenvolvimento da área. Em linhas gerais, uma abordagem descritiva e interpretativa consiste não só em saber quais foram as ideias linguísticas veiculadas no passado, mas também em examinar, conforme Swiggers (2013, p. 44) indica na sua definição, que fatores intradisciplinares e extradisciplinares teriam impellido os teóricos a optarem por determinadas ideias, em detrimento de outras. A Historiografia parte do pressuposto de que o conhecimento linguístico, na condição de objeto histórico, não é nem o resultado de uma reflexão epifânica de indivíduos iluminados nem tampouco um conjunto de ideias proferidas no vazio. O contexto histórico, social, cultural, intelectual e institucional e o próprio *clima de opinião*²⁵ podem ter um impacto positivo ou negativo sobre todas as ciências, estimulando ou desestimulando, por conseguinte, o desenvolvimento das ideias linguísticas. A título de exemplo, a formação dos estados nacionais no fim da Idade Média, o Renascimento e o início das Grandes Navegações criaram uma conjuntura muito favorável ao surgimento massivo de gramáticas vernáculas na Europa, conforme se verá adiante (AUROUX, 1992). Por outro lado, o historiógrafo não deve exagerar a incidência dos fatores extradisciplinares sobre as obras a ponto de estas parecerem meros produtos determinísticos de um momento histórico, pois isso implicaria ignorar toda a acuidade analítica e reflexiva dos seus autores e a

²⁵ O *clima de opinião* é um conceito usado pelo historiador norte-americano Carl Lotus Becker (1873-1945). Trata-se de um conjunto de pressuposições coletiva e inconscientemente aceitas numa dada época que determinam o modo como se vê o mundo e o homem (BECKER, *Detachment and the Writing of History*, 1967, p. 216).

complexidade dos processos cognitivos de produção de conhecimento científicos. É necessário sopesar a real influência dos fatores internos e externos.

Na parte inferior do organograma, fala-se em epi-historiografia, que é uma etapa preliminar da pesquisa historiográfica, concernente ao apoio documental. Ela consiste, por exemplo, em reunir as informações biográficas sobre os autores ou os grupos de pesquisa a serem estudados ou em reunir os materiais produzidos por eles – livros, artigos, manuscritos fragmentários, textos eletrônicos, *etc.* –, que têm o papel de **fontes primárias** (SWIGGERS, 2010a, p. 5). Em se tratando de textos que, por algum motivo, tenham permanecido inauditos ou de textos cuja autenticidade suscita controvérsias, é desejável submetê-los antes ao crivo dos filólogos e dos críticos textuais para que só depois sirvam de objeto aos historiógrafos. O mesmo vale para tradutores, no caso de barreiras linguísticas. Verifica-se, na área, que historiógrafos devidamente habitados têm desenvolvido essas atividades epi-historiográficas, seja como etapa preliminar de suas investigações, seja como contributo aos processos de constituição de bases documentais fidedignas para a Historiografia. Cumpre ainda salientar que, em havendo trabalhos historiográficos que já tenham versado sobre os autores e as obras em estudo, deve o pesquisador incluí-los nas suas análises como **fontes secundárias**, podendo concordar com eles ou deles discordar. Como é sabido, as fontes primárias desta pesquisa são gramáticas da Antiguidade à Idade Contemporânea, e as secundárias são justamente os diversos livros e artigos que dissertam sobre elas. No capítulo destinado à metodologia, há uma descrição mais pormenorizada dos critérios de seleção das fontes.

Por último, a meta-historiografia, de acordo com Swiggers (2010a, p. 5) é “o campo das atividades reflexivas que tomam por objeto as práticas e os produtos historiográficos”. Em poucas palavras, trata-se das reflexões em torno do próprio fazer historiográfico, que se destinam a três tarefas básicas: 1) construtiva; 2) crítica; 3) contemplativa. A **meta-historiografia construtiva** consiste em elaborar modelos de narrativa e um aparato terminológico que atendam aos fundamentos da área e aos propósitos explicativos dos pesquisadores. Nesse sentido, é forçoso lembrar que a transladação direta de certos modelos ou conceitos da História da Ciência para a Historiografia pode gerar distorções indesejáveis, a exemplo da noção kuhiana de *paradigma*, que, segundo Percival (1976) e Dell Hymes (1974), não se aplica adequadamente às abordagens linguísticas. Caberia então aos historiógrafos, ou adaptarem, se possível, os modelos da História da Ciência às peculiaridades do desenvolvimento da Linguística ou elaborarem eles próprios o seu modelo narrativo. A **meta-historiografia crítica** consiste em avaliar, em nível documental, metodológico e

epistemológico, os produtos resultantes da prática historiográfica. Por fim, a **meta-historiografia contemplativa** se destina a discussões mais abrangentes, que vão desde a definição do objeto e do *status* da área até problemas transcendentais, como “fato histórico” e “verdade”. No capítulo destinado à metodologia desta pesquisa, algumas questões pendentes no nível da meta-historiografia construtiva serão retomadas, a fim de explicitá-las e de apresentar os caminhos aqui adotados para transpô-las.

1.3.3 A importância da Historiografia, segundo Koerner (2012:2014)

No início do capítulo 1, levantou-se a hipótese de que, numa visão leiga e imediatista, a História da Ciência e a Historiografia poderiam ser relegadas a um mero diletantismo ou a um simples exercício de curiosidade que, ao cabo, pouco contribuiria para a formação de um bom pesquisador. De fato, o linguista pode tornar-se um pesquisador muito bem sucedido na área sem conhecer a fundo as idas e vindas pelas quais a Linguística passou. Diante disso, quais seriam, pois, as grandes contribuições da Historiografia para a formação de novos linguistas, a ponto de Koerner e Swiggers terem se esforçado tanto pela institucionalização da disciplina nas grades curriculares? Koerner²⁶ (2012:2014, p. 13) aponta ao menos três razões.

Em primeiro lugar, o linguista munido de saberes historiográficos está mais apto a avaliar se novas teorias representam de fato um avanço significativo na área ou se elas se baseiam em argumentos infundados. Com efeito, ao cotejar as novas propostas teóricas com teorias mais antigas, eventualmente aceitas ou já descartadas, é possível avaliar se tais intentos são promissores ou não. Apesar de a Linguística e as demais ciências humanas serem receptivas à ramificação de vertentes, isso não serve de subterfúgio a quem pretenda dizer qualquer coisa a respeito da língua sem passar pelo crivo da comunidade científica.

Em segundo lugar, o linguista, ao conhecer a origem dos conceitos e das técnicas com que opera, tem mais consciência das limitações teórico-metodológicas da sua própria abordagem e terá, portanto, mais chances de transpô-las em situações de dificuldade. Em contrapartida, o pesquisador insciente do desenvolvimento de sua área permanecerá enclausurado dentro do próprio horizonte teórico, sem ter a capacidade de operar fora dele ou de recorrer a improvisos, caso se veja diante de problemas a princípio insolúveis. Um linguista com semelhante perfil seria uma espécie de “técnico em Linguística”. Koerner

²⁶ Koerner, E.F.K. (2012): **A importância da historiografia linguística e o lugar da história nas ciências da linguagem**. Tradução por Rolf Kemmler e Maria da Felicidade Morais. In: Revista de Letras 10 (II.ª Série, 2011), 91-98. in: **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

(2012:2014, p. 13) compara esses dois perfis distintos a um cientista experimentado e a um assistente de laboratório que apenas domina a arte do ofício.

Por derradeiro, em consonância com as duas razões anteriores, a Historiografia é um ótimo remédio contra a profusão de dogmatismos. Devido à natureza histórica e contingencial das abordagens linguísticas, seria injustificável e até contraproducente o apego excessivo a qualquer uma delas, quer sejam abordagens periféricas e revolucionárias, quer sejam *cinosuras*, nos termos em que Dell Hymes (1974, p. 10) as descreve. Se uma dada teoria, escola ou vertente se mostram incapazes de solucionar novos problemas ou se elas simplesmente não propõem outras questões relevantes a serem investigadas, o seu caminho natural é, no primeiro caso, o abandono paulatino por parte dos cientistas e, no segundo caso, a cristalização, a exemplo do que ocorreu com a Óptica Geométrica, segundo Thomas Kuhn (1962:2013, p. 105). É assim que os campos de estudo se desenvolvem e se renovam. Certas abordagens periféricas podem ser descartadas com pouco tempo de existência, ao passo que as *cinosuras*, outrora tão vívidas, podem entrar em declínio e ser substituídas. O dogmatismo, por estimular a aceitação servil e acrítica de ideias, representa um entrave indesejável ao desenvolvimento de qualquer ciência e deve ser rechaçado *in limine*.

2. METODOLOGIA

2.1 Diretrizes metodológicas gerais: os três princípios de análise, segundo Auroux (1992)

A clássica obra *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, Sylvain Auroux (1992), embora esteja mais associado à História das Ideias Linguísticas do que à Historiografia Linguística²⁷, apresenta três abrangentes princípios de análise que servem aos propósitos descritivos e interpretativos de ambas as áreas, independentemente do tipo de fonte primária escolhida pelo pesquisador. São eles: 1) a *definição puramente fenomenológica do objeto*; 2) a *neutralidade epistemológica*; 3) o *historicismo moderado*.

A *definição puramente fenomenológica do objeto* consiste em analisá-lo tal qual ele se apresenta, isto é, sem projetar sobre ele visões pré-concebidas. Segundo Auroux:

Nas discussões metodológicas que acompanham o crescimento recente dos estudos históricos sobre os conhecimentos linguísticos, diz-se frequentemente que para fazer a história de uma ciência é necessário ter uma visão definida da natureza de seu objeto (...), que se supõe conseqüentemente corresponder a uma organização conceptual intangível. Pensamos que é antes dever do historiador não ter semelhante visão, sobretudo se ele trabalha a longo prazo [*sic*] e em civilizações diferentes. É preciso situar nosso objeto em relação só a um campo de fenômenos, apreensíveis à altura da consciência quotidiana (AUROUX, 1992, p. 13).

Para elucidar a questão, basta lembrar que, durante a longa e milenar história da Gramática Tradicional, certos conceitos como *nome*, *pronome*, *voz*, *etimologia* e outros foram total ou parcialmente ressignificados, de modo que o historiógrafo não deva analisar as suas fontes primárias com base na acepção hodierna desses termos, sob pena de obter resultados espúrios ou até mesmo de deformar os textos antigos. As gramáticas devem ser analisadas por meio de um olhar mais filológico, ou seja, em função do seu próprio contexto histórico e do público a que sua elaboração fora destinada. Tampouco deve o historiógrafo projetar expectativas pessoais sobre os seus objetos, conforme se vê neste trecho de Robbins:

É lamentável que Varrão e outros escritores da Antiguidade não tenham sabido distinguir estes dois planos de estudo linguístico [*i.e.* sincrônico e diacrônico], posto que suas observações sincrônicas são [*sic*] mais instrutivas e argutas do que seus ensaios no campo da etimologia histórica (ROBBINS, 1967:1983, p. 38).

No trecho acima, Robbins (1967:1983) lamenta que Varrão e outros gramáticos da Antiguidade não tenham sabido distinguir explicitamente os planos sincrônico e diacrônico,

²⁷ Segundo Batista (2013, p. 19), a História das Ideias Linguísticas, encabeçada na França por Sylvain Auroux e no Brasil por Eni Orlandi, é epistemológica e metodologicamente um grupo de pesquisa distinto da Historiografia Linguística, pois as suas análises sobre o passado do conhecimento linguístico estão ancoradas na Análise do Discurso de linha francesa, visando a “investigar a constituição histórica de um sujeito da linguagem” (*ibidem*). Não obstante as diferenças de abordagem, ambas as áreas costumam dialogar bem e chegar, muitas vezes, a conclusões semelhantes acerca dos seus objetos.

embora, na visão dele, os antigos já pudessem tê-lo feito com os dados linguísticos de que dispunham naquela época. Conquanto o próprio historiador faça depois a ressalva de que “é muito fácil dizer o que os outros deviam ter feito e apontar os erros e as omissões dos que nos precederam” (1967:1983, p. 48), escapam-lhe mais de uma vez procedimentos inadequados do ponto de vista historiográfico, motivo pelo qual Koerner (1994:2014, p. 24) não o poupa de críticas. Inadequações pontuais à parte, o livro de Robbins, vale lembrar, fornece muitas informações e análises úteis aos linguistas e aos historiógrafos.

A *neutralidade epistemológica*, como o nome já sugere, consiste em não tecer juízos de valor sobre os objetos, tachando-os de melhores, piores, científicos ou acientíficos (AUROUX, 1992, p. 14). Em sendo assim, as ditas compilações históricas e as histórias propagandísticas, mencionadas na seção 1.3.1, são gêneros de narrativa incompatíveis com os fundamentos historiográficos, pois ambas demonstram explícitas preferências epistemológicas: aquelas em favor de uma abordagem vigente, estas em favor de uma abordagem pretensamente revolucionária (KOERNER, 1994:2014, p. 17-20). A princípio, não há nenhum problema em ter mais afinidade teórica com esta ou com aquela abordagem ao longo da formação acadêmica, mas tal preferência não deve constar numa narrativa historiográfica.

Por fim, o *historicismo moderado* consiste em equilibrar duas forças opostas: de um lado, o mito da incomparabilidade de conhecimentos fechados em paradigmas específicos, segundo o qual as estratégias cognitivas poderiam variar ao infinito diante de um número limitado de fenômenos; de outro, a precipitada assunção de que as estratégias cognitivas existem em número demasiadamente limitado, de modo que entre elas se possam traçar quaisquer analogias. Tanto Auroux (1992, p. 15) quanto Koerner²⁸ (1996a:2014, p. 85) citam um exemplo icônico desse segundo cenário. No século XII, veio a lume uma gramática islandesa anônima à qual se chegou a atribuir o desenvolvimento precoce de uma teoria fonológica baseada em noções semelhantes ao conceito de *oposição*, utilizado pela Escola de Praga na década de 1930. Trata-se de uma analogia forçada e anacrônica com a qual o historiógrafo não deve operar. Até mesmo gramáticas sânscritas antigas se serviram de noções semelhantes para tratar de Fonologia e, nem por isso, se deve fazer a ilação imediatista de que elas anteciparam teorias fonológicas modernas.

²⁸ Koerner, E.F.K. (1996a). **O problema da metalinguagem em Historiografia da Linguística**. Tradução de Cristina Altman. In: D.E.L.T.A.: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada 12/1, 95-124. in: **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

2.2 Questões que persistem na Historiografia Linguística, segundo Koerner (1996b:2014)

No seu artigo *Questões que persistem na Historiografia Linguística*, cuja versão revisada e atualizada se encontra na coletânea *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*, Koerner (1996b:2014) indica ao menos três dificuldades para as quais os historiógrafos ainda não propuseram soluções definitivas, mas com as quais todos se deparam em algum momento nos seus trabalhos. Nos parágrafos seguintes, busca-se não só explicar em que consistem as tais questões persistentes, como também explicitar de que modo esta pesquisa lida com elas.

A primeira questão remete à ausência de um **método canônico** em Historiografia Linguística. Os três princípios de análise abonados por Auroux (1992) e apresentados na seção anterior, embora sejam indispensáveis, não constituem propriamente uma metodologia capaz de orientar o passo a passo de uma pesquisa historiográfica – daí a denominação genérica de diretrizes metodológicas gerais, por serem muito abrangentes. Além disso, eles sequer estabelecem um ponto de partida e um ponto de chegada. Koerner (1994:2014, p. 23), num artigo anterior, comenta que “ainda não se estabeleceu consenso relativamente à forma de proceder na historiografia linguística e há indicações de que o debate irá continuar durante algum tempo. Talvez seja bom sinal.”. No entanto, um cenário hipotético de muita indefinição metodológica poderia trazer duas consequências indesejáveis para a Historiografia: a primeira é que os pesquisadores neófitos poderiam sentir-se à deriva, isto é, sem referências sólidas de como examinar o desenvolvimento da Linguística; a segunda é que tal indefinição, por si só, deporia contra o *status* científico conquistado pela Historiografia nas últimas décadas, dando a impressão de que os seus praticantes operariam cada um à sua maneira e conforme seus interesses pessoais. Por esse motivo, os teóricos têm se empenhado não só em adaptar modelos oriundos da História da Ciência como também em criar modelos próprios, conforme se expôs no fim da seção 1.3.1. Para atender às demandas metodológicas da área, Swiggers (2004), por exemplo, adaptou das ciências físicas o já mencionado *modelo de camadas*, que norteou as análises desta pesquisa, conforme se verá adiante.

A segunda questão remete à **metalinguagem** de que o historiógrafo se serve para abordar o seu objeto. Se, por um lado, é fascinante apresentar a um público moderno as origens multisseculares dos pensamentos e dos conceitos linguísticos, por outro, tal intento se depara com o seguinte desafio: como tornar inteligíveis a leitores menos especializados obras tão apartadas, no tempo e no espaço, sem distorcer as ideias e os argumentos originais dos

seus autores? Afinal, para que um historiógrafo possa descrever uma teoria, um tratado ou uma gramática pretérita, ele precisará lançar mão de algum aparato terminológico que atenda aos seus propósitos explicativos. Dessa forma, a fim de evitar confusões entre a metalinguagem antiga e a nova, Koerner (1996b:2014, p. 58-59) sugere que os pesquisadores sigam três princípios: 1) o *princípio da contextualização*, que consiste em estabelecer o *clima de opinião* no qual a obra estudada veio a lume, a fim de averiguar quais eram as ideias e os conceitos circulantes na época; 2) o *princípio da imanência*, que, à semelhança da *definição puramente epistemológica do objeto* abonada por Auroux (1992), consiste em analisar filologicamente a obra em função do seu próprio contexto histórico, ou seja, sem projetar sobre ela visões presentistas ou anacrônicas. Nesse caso, os termos empregados pelos antigos devem ser interpretados e definidos internamente, sem a interferência corruptora de suas acepções hodiernas; 3) o *princípio da adequação*, que consiste em utilizar cautelosamente algumas terminologias modernas com o intuito de tornar o texto antigo mais acessível a leitores menos especializados, pois, sem isso, a narrativa historiográfica teria um alcance por demais restrito, como se tivesse sido escrita apenas para o deleite de poucos indivíduos já familiarizados com o objeto em tela. Todavia, cabe ao historiógrafo deixar explícita e textualmente distintas a metalinguagem antiga e a nova para evitar distorções e interpretações errôneas. Nesta pesquisa, as estratégias textuais e redacionais usadas para distingui-las podem variar. Ao se tratar de um termo como *conjunção*, é preciso indicar-lhe textualmente o autor ou a filiação teórica se o contexto frasal por si só não o esclarecer (*e.g. conjunção segundo Dionísio Trácio, conjunção segundo os estoicos*). Em se tratando de termos gramaticais escritos originalmente em grego ou em latim nas fontes primárias, pode-se alternativamente mantê-los na forma original (*e.g. a concepção estoica de σύνδεσμος, a noção de *suppositum* entre os modistas*). Da mesma forma, qualquer termo moderno utilizado para fins explicativos precisa ter seu autor ou filiação teórica textualmente indicada também (*e.g. objeto direto consoante a Sintaxe Tradicional, a *diacronia* no sentido saussuriano*). Moura Neves (2005, p. 140) usa um recurso redacional também útil: as notas de rodapé. Ao descrever a parte de Fonologia em Dionísio Trácio, afirma ela que “Dionísio arrola seis ditongos, todos decrescentes”, mas adverte em nota que o gramático alexandrino não empregou o termo *decrescente*, deixando claro que este não pertence ao aparato terminológico dos antigos.

A última questão que persiste na Historiografia é a questão da **influência**, cuja problematização gira em torno do uso indiscriminado que fazem desse termo. Segundo Koerner:

(...) há o problema eterno da ‘influência’, termo amplamente usado e, frequentemente, de forma indiscriminada. Raramente é feita uma distinção entre um tipo de influência que diz respeito a experiências compartilhadas, educação e ao *Zeitgeist*²⁹ geral, por um lado, e a influência direta que pode ser documentada com base em referências explícitas, comparação de textos, agradecimentos públicos, e assim por diante (KOERNER, 1996b:2014, p. 59 e 60).

O problema vai além da falta de delimitação do que venha a ser uma “influência”. Quando um autor reivindica para si a originalidade de um conceito linguístico, é comum seus detratores tentarem buscar no passado algum conceito linguístico minimamente similar, com o intuito de invalidar as reivindicações do rival. Foi talvez o que aconteceu ao se atribuir ao já mencionado gramático islandês do século XII o uso de noções semelhantes ao conceito fonológico de *oposição*, numa provável tentativa de invalidar as reivindicações de originalidade por parte da Escola de Praga, na década de 1930 (KOERNER, 1996a:2014, p. 85).

Rivalidades acadêmicas e interpessoais à parte, é também prática comum, em trabalhos elaborados *bona fide*, apontar-se de modo inadvertido uma suposta influência de um autor sobre o outro com base em semelhanças fortuitas entre as respectivas obras. A questão é tão delicada que Koerner já havia dedicado especificamente a esse tema o artigo *O problema da ‘influência’ na historiografia linguística*³⁰, também presente na coletânea de 2014. Um dos equívocos mais icônicos cometidos por historiadores da Linguística diz respeito a uma suposta influência de Charles Darwin (1809-1882), notável biólogo oitocentista, sobre August Schleicher (1821-1868), proeminente nome da Linguística Histórico-Comparativa. Durante muito tempo, historiadores classificaram Schleicher como darwinista pelo fato de este ter equiparado as línguas a organismos vivos e o processo de mudança linguística à evolução das espécies. À primeira vista, parece tentador julgar que ele tenha recebido influxos do Darwinismo, mas tal argumento não se sustenta porque o ilustre comparatista já havia publicado os seus primeiros trabalhos antes de vir a lume a obra magna de Darwin, *A Origem das Espécies*, em 1859. Na verdade, o que explica as similitudes teórico-metodológicas entre ambos é a existência de um *Zeitgeist* naturalista que não apenas serviu de fonte a muitos cientistas no século XIX, como também se espalhou para outras atividades do espírito

²⁹ Termo em alemão composto pelos substantivos *Zeit* (“tempo” ou “época”) e *Geist* (“espírito”). Logo, *Zeitgeist* significa “espírito da época”.

³⁰ No original: *On the Problem of ‘Influence’ in Linguistic Historiography* (1987).

humano: as artes e a literatura. Trata-se, pois, de uma influência compartilhada, e não de uma influência de um indivíduo sobre o outro (KOERNER³¹, 1998: 2014, p. 96-97).

Não há na Historiografia uma definição unívoca de *influência* nem maneiras canônicas de abordar o tema. Apesar disso, Koerner (1998:2014, p. 101-102) sugere três procedimentos que podem orientar esta e outras pesquisas a lidar com a questão. Primeiro, o historiógrafo deve investigar a formação familiar e acadêmica dos autores estudados, pois ela pode indicar fontes ocultas em que eles podem ter se baseado direta ou indiretamente para elaborar seus trabalhos. Entretanto, as informações biográficas acerca dos gramáticos antigos, sobretudo os da Antiguidade Clássica, são esparsas e fragmentárias, de modo que esse primeiro procedimento tenda a ser pouco frutífero a esta pesquisa em particular. Segundo, deve o historiógrafo procurar evidências textuais sólidas e inquestionáveis de que o autor estudado recebeu influxos de determinado autor ou teoria, caso não haja na obra em tela citações diretas das fontes. Como a ciência gramatical se notabiliza pela continuidade de muitos conceitos e procedimentos de análise ao longo da sua história, torna-se difícil apontar categoricamente a influência de um gramático específico sobre o outro sem o apoio das citações. Aliás, devido à própria elasticidade dessa noção de *influência*, poder-se-ia afirmar sem erro que o pioneiro Dionísio Trácio influenciou todo e qualquer gramático que se tenha servido das classes gramaticais – o que incluiria, na prática, quase todos os gramáticos ocidentais. Por fim, deve-se dar especial atenção às referidas citações diretas, pois elas fornecem ao historiógrafo a prova mais segura de que um autor de fato influenciou o outro. Por exemplo, Prisciano cita abundantemente Apolônio Díscolo, a quem considera ser a maior referência em gramática, enquanto Duarte Nunes de Leão cita os inúmeros nomes da Antiguidade greco-latina que o inspiraram. Esse terceiro procedimento sugerido por Koerner (1998:2014, p. 102) não só é o mais seguro e o mais óbvio para detectar influências, como também é o que pode gerar mais frutos a pesquisas como esta.

2.3 Critérios de seleção das fontes primárias: a etapa epi-historiográfica

Antes de descrever o *modelo de camadas*, convém tecer algumas linhas sobre a etapa epi-historiográfica da pesquisa, mais especificamente sobre os critérios de seleção das fontes primárias. Em linhas gerais, a escolha do objeto de estudo em Historiografia se deve dar por

³¹ Koerner, E.F.K. (ed.) (1998). **O problema da ‘influência’ em historiografia linguística**. Tradução de Cristina Altman. In: *Investigações: Linguística e Teoria Literária*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco 8 (julho de 1998), 181-211. in: **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

critérios qualitativos e quantitativos. Por critérios qualitativos, deve o pesquisador selecionar textos que abordem profunda ou, ao menos, tangencialmente o tema estudado, a exemplo da Sintaxe; por critérios quantitativos, deve ele selecionar um número de textos capaz de lhe fornecer os subsídios necessários para chegar a alguma conclusão plausível. Todavia, como a Historiografia opera com recortes, a seleção das fontes primárias dificilmente estará isenta de um grau de arbitrariedade.

Em sendo o objetivo precípua desta tese analisar e interpretar a metalinguagem e as terminologias sintáticas em mais de mil anos de história gramatical, foi necessário retroceder até os primórdios da Gramática Tradicional, no período helenístico. Assim, os doze gramáticos selecionados são, pela ordem cronológica, os seguintes: 1) Dionísio Trácio (c. 170-90 a.C.), autor da mais antiga gramática ocidental de que se tem notícia, a *Τέχνη Γραμματική*, cuja autenticidade é controversa; 2) Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.), primeiro gramático latino e autor do *De Lingua Latina*, que trasladou para o orbe latino os fundamentos gramaticais dos helênicos; 3) Marco Fábio Quintiliano (30-96 d.C.), mestre em Retórica e autor da extensa *Institutio Oratoria*, em cujos primeiros capítulos há relevantes reflexões sobre a Gramática; 4) Apolônio Díscolo (século II a.C.), autor do imponente *Περὶ Συντάξεως* e tido por muitos como o pai da Sintaxe; 5) Élio Donato (c. 310-380 d.C.), autor da *Ars Minor* e da *Ars Maior*, que inspiraram o trabalho de vários comentadores medievais, bem como a elaboração das primeiras gramáticas vernáculas; 6) Prisciano de Cesareia (c. 500 d.C.), autor das extensas *Institutiones Grammaticae* e principal epígono de Apolônio Díscolo no orbe latino; 7) Tomás de Erfurt (c. 1300), autor de uma das obras mais representativas da vertente modista, o *Tractatus de Modis Significandi siue Grammatica Speculatiua*; 8) Fernão de Oliveira (1507-1580 ou 1581), primeiro gramático português e autor da pioneira *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de 1536; 9) João de Barros (1496-1570), autor da *Grammatica da lingua portuguesa*, de 1540, que segue fielmente os preceitos da Gramática Latina; 10) Amaro de Roboredo (c. 1580-1653), autor do *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*, de 1619, e mais representativo gramático português do século XVII; 11) Pedro José da Fonseca (1736-1816), autor dos *Rudimentos da grammatica portugueza*, de 1799, e primeiro gramático português a abandonar a terminologia de caso latina em suas análises sintáticas; 12) Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), autor da mais representativa gramática filosófica em Portugal, denominada *Grammatica philosophica da lingua portugueza* e publicada postumamente em 1822. Devido à limitação de tempo e espaço para a elaboração da tese, optou-se por não incluir gramáticos portugueses de épocas posteriores, que assistem a

uma ampliação significativa de correntes de estudo, as quais, por sua vez, parecem tornar as “novas” gramáticas objetos menos coesos, que talvez demandassem alterações importantes no aparato metateórico aqui mobilizado, mas tal restrição não impediu que a pesquisa alcançasse os resultados almejados. Afinal, as obras de Fonseca (1799) e Barbosa (1822) dão demonstrações suficientes de que o antigo modelo sintático baseado nos casos latinos foi substituído por um modelo sintático de base lógico-relacional, que foi expandido e remodelado pelos seus sucessores até adquirir as feições hoje conhecidas na Sintaxe Tradicional.

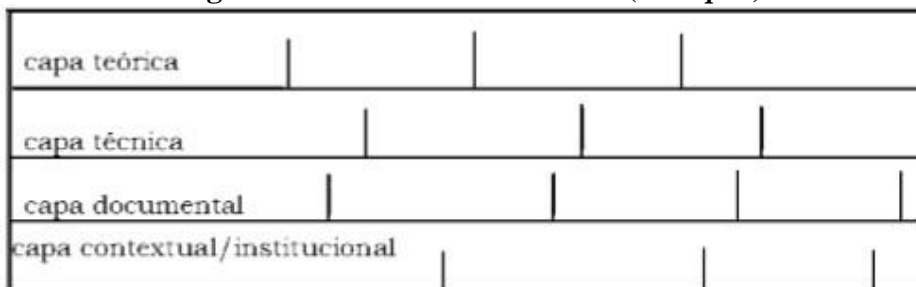
2.4 O modelo de *camadas*, segundo Swiggers (2004): descrição e aplicação

No seu artigo intitulado *Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística*, Swiggers (2004) traz alguns caminhos metodológicos possíveis para se levar a cabo um empreendimento historiográfico, com destaque para o *modelo de camadas*, descrito muito sucintamente na introdução desta tese. A escolha do método está diretamente relacionada à visão que o pesquisador tem acerca da dinâmica da história da Linguística. De fato, houve (e talvez ainda haja) quem visse o progresso do campo, ou como uma mera sucessão de autores e concepções linguísticas, ou como uma incessante luta entre princípios e ideias divergentes, ou ainda como um movimento pendular e dialético entre posturas opostas: universalidade *vs.* particularismo, racionalismo *vs.* empirismo, *etc.* (SWIGGERS, 2004, p.19-20). A primeira visão está em manifesto desacordo com os fundamentos da História da Ciência e da Historiografia Linguística, na medida em que se vale de uma concepção cumulativa do progresso científico, ignorando a existência de **descontinuidades** teóricas ou metodológicas entre as abordagens. A segunda visão, oposta à primeira, é tão imprecisa quanto a anterior, pois ignora justamente a existência de **continuidades** teóricas ou metodológicas entre as abordagens, dando a entender que estas viveriam em incessantes e insolúveis contendidas. A terceira visão se baseia numa concepção hegeliana de tese e antítese segundo a qual certas posturas contrastivas, como racionalismo e empirismo, se deslocam alternadamente do centro para a periferia e depois da periferia para o centro, trazendo sempre novos matizes quando voltam a ocupar uma posição central (KOERNER, 1989, p. 52-53). De fato, é possível detectar uma pendularidade de posturas contrastivas entre grandes abordagens linguísticas. Na Idade Média, os modistas tinham clara inclinação racionalista; no início da Idade Moderna, os renascentistas tinham clara inclinação empirista; depois, no século XVII, os gramáticos filosóficos retomaram uma inclinação racionalista, mas com matizes diferentes

daqueles presentes no período medieval. Embora o modelo pendular não seja em si errôneo, ele pode dar uma visão demasiado simplista da história da Linguística, motivo pelo qual convém à Historiografia servir-se de métodos realmente capazes de captar as nuances do desenvolvimento do campo.

Devido à limitação dos modelos explicativos outrora empregados na História e na Historiografia Linguística, Swiggers (2004, p. 20) adapta um modelo de *camadas* (ou *capas*) proposto por Peter Galison³² numa obra sobre a filosofia e a história das ciências físicas. As tais *camadas* são recortes abstratos que os historiadores fazem nas teorias, a fim de verificar em que aspectos estas convergem ou divergem entre si, ou seja, parte-se do pressuposto de que o progresso científico se dá por diferentes graus de **continuidades** e **descontinuidades**. Noutras palavras, duas teorias quaisquer podem divergir muito ou divergir pouco entre si. Galison propôs três *camadas*: 1) *experimental*, que inclui os experimentos de laboratório; 2) *instrumental*, que inclui a bagagem técnica e sua evolução; 3) *teórica*, que traz os fundamentos. Swiggers (2004, p. 20-21) julga que as três são insuficientes para os estudos historiográficos e decide propor mais uma, a *contextual-institucional*, totalizando quatro *camadas*, conforme ilustra quadro a seguir:

Figura 2 - O modelo de *camadas* (ou *capas*)



Fonte: Swiggers (2004, p. 20).

A *camada teórica*, na Historiografia, concerne à visão global de língua ou linguagem de um determinado autor ou teoria, bem como à sua concepção a respeito das tarefas e do *status* da Linguística. Como o *corpus* desta pesquisa se compõe de gramáticas, é lícito incluir na *camada teórica* a visão global de Gramática em que as obras estão alicerçadas. Por exemplo, logo nas primeiras linhas da pioneira Τέχνη Γραμματική, de Dionísio Trácio, há a seguinte definição:

- (1) - “Γραμματική ἐστὶν ἐμπειρία τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσιν ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων.” (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 5, grifos nossos).

³² Peter Galison (1955 -), físico e historiador da ciência.

Gramática é o **conhecimento empírico** do que se diz frequentemente entre poetas e prosadores. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2535, tradução do autor, grifos nossos).

Contudo, nem sempre será possível encontrar definições de língua, linguagem ou Gramática de forma tão explícita nas fontes primárias. Nesses casos, convém procurar elementos textuais que permitam inferir as prováveis concepções teóricas do autor. Neste outro exemplo, Duarte Nunes de Leão (1606), no livro *Origem da lingua portuguesa*, faz uma descrição da natureza das *vozes*³³ que dá boas pistas da sua visão de língua:

(2) - “(...) *as letras representaõ as vozes, & as vozes os pensamentos & conceptos da alma. Mas posto que as vozes sejaõ naturaes a todo homẽ em comum algũas gentes tem certas vozes suas proprias que homẽs de outras naçoẽs, nẽ com tormento que lhes dem as podem bẽ pronũciar, por as não terẽ em costume.*” (Duarte Nunes de Leão, 1606, p. 130, grifos nossos).

As *vozes* descritas por Duarte Nunes de Leão têm natureza binária. Por um lado, são imanentes, pois representam os pensamentos e os conceitos da alma; por outro, são socialmente compartilhadas numa comunidade linguística, de sorte que homens de outras nações não consigam pronunciar bem *vozes* com as quais não estejam familiarizados. O excerto (2), portanto, dá pistas de que a visão global de língua do autor tenha componentes imanentistas e sociais.

A *camada técnica* concerne às técnicas de análise linguístico-gramatical e aos métodos de apresentação dos dados, o que, na prática, inclui dois aspectos fulcrais desta pesquisa: a **metalinguagem** e a **terminologia**. Por definição, chama-se metalinguagem à linguagem empregada para explicar outra linguagem (ou uma língua) por meio de um léxico especializado e outras técnicas explanatórias. Esse léxico especializado é formado por itens lexicais, sublexicais ou compostos, aos quais se dá o nome de **terminologia** (SWIGGERS, 2010). Logo, quando se fala em terminologia sintática, fala-se nos termos técnicos com que se descreve a sintaxe de uma língua, tanto no que tange à sua estrutura sentencial (*e.g. sujeito, predicado, objeto direto, adjunto adnominal*), quanto no que tange aos processos sintáticos de regência, concordância e colocação (*e.g. transitivo, bitransitivo, próclise, ordem direta, ordem indireta*). Como o foco da pesquisa está justamente na metalinguagem e na

³³ Nas gramáticas antigas, as *vozes* remetem aos *vocábulos* geralmente numa perspectiva mais física.

terminologia, procede-se a um exame detalhado das técnicas metalinguísticas e dos termos técnicos empregados em cada gramática, com as respectivas definições e variados comentários explicativos. Veja-se, por exemplo, esta técnica metalinguística usada por João de Barros (1540) na sua *Grammatica da Lingua Portuguesa*:

Figura 3 - A “declinação” nominal portuguesa em João de Barros (1540)

Numero Singular		Numero Plurár.	
Nominatiuo	a rainha	Nominatiuo	as rainhas
Genitiuo	da rainha	Genitiuo	das rainhas
Datiuo	á rainha	Datiuo	as rainhas
Accusatiuo	a rainha	Accusatiuo	ás rainhas
Vocatiuo	ó rainha	Vocatiuo	ó rainhas
Ablatiuo	da rainha	Ablatiuo	das rainhas

Fonte: João de Barros (1540, p. 13).

Do ponto de vista terminológico, chama a atenção o uso das categorias de caso latinas – *nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo* – para explicar a morfossintaxe portuguesa, na qual, obviamente, não restou quase nenhum vestígio das antigas desinências casuais do latim³⁴. Além disso, João de Barros classifica os nomes findos em vogal, cujos plurais se formam paradigmaticamente com o acréscimo de um *-s*, no que seria a *primeira declinaçám* portuguesa. Embora essa abordagem barroseana cause estranheza aos olhos de um leitor hodierno, é preciso interpretá-la à luz do contexto quinhentista, conforme estabelecem os ditames historiográficos. A transladação das terminologias latinas para as primeiras gramáticas portuguesas se explica pela inexistência de outros modelos gramaticais descritivos a que os renascentistas pudessem recorrer³⁵. Ademais, o reduzido círculo de indivíduos letrados a que a obra fora destinada decerto estava familiarizado com o latim e com a metalinguagem latina, cujo ensino era obrigatório a quem seguisse carreira acadêmica ou eclesiástica, consoante as determinações do programa pedagógico jesuítico (VIEIRA, 2018, p. 115). Em sendo assim, a gramática de João de Barros não deve ter causado qualquer estranheza ao leitor quinhentista. Quanto aos métodos de apresentação dos dados, destaque-se a disposição em colunas da declinação nominal portuguesa, procedimento bastante frequente em gramáticas posteriores.

³⁴ Como não existia à época um modelo sintático do tipo *sujeito-predicado*, cuja base é lógico-relacional, as categorias de caso, na prática, fazem as vezes do que se chamaria hoje de *termos da oração*, na Sintaxe Tradicional. É isso que esta pesquisa se propõe a demonstrar nos capítulos de análise.

³⁵ Na realidade, havia também o modelo descritivo dos modistas, mas este já havia sido praticamente abandonado em meados do século XIV.

A *camada documental* diz respeito não só aos tipos de **dado linguístico** sobre os quais incidem as análises gramaticais, como também aos **documentos** dos quais os dados são tirados. A depender do fenômeno ou do fato linguístico abordado, os gramáticos podem recorrer ao seu próprio conhecimento de língua para prescrever a pronúncia, a grafia, o vocábulo ou a construção sintática que julgarem corretos, lançando mão de exemplos hipotéticos. Porém, como as gramáticas normativas visam, desde a Antiguidade, ao estabelecimento e ao ensino de uma norma padrão baseada nos usos dos grandes escritores, é também comum utilizarem-se excertos literários para fins explicativos e prescritivos. Neste trecho do livro *Orthographia da Lingoa Portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão (1576), há certas peculiaridades no tipo de dado linguístico a que o autor recorreu para tratar de pontuação:

(3) - *Item pode hauer clausulas, em que não entre virgula, nem cõma: se não soo o ponto final como aqui. No principio criou Deos o ceo & a terra. Qual de vós me arguirá de peccado?* (Duarte Nunes de Leão, 1576, p. 75, grifos nossos).

(4) - *Item usamos do comma quando conuertermos as palauras em alguem, como naquelas palauras: **Direi a Deos: Não me condeneis: Mostraime como me julgaes assi.*** (*ibidem*, p. 76, grifos nossos).

Nos dois excertos, sentenças de cunho religioso são utilizadas para explicar o uso correto da pontuação. No excerto (3), há inclusive o versículo inicial da Bíblia, tirado do livro de Gênesis (1:1): *No principio criou Deos o ceo & a terra*. Devido ao teor elementar da obra, que vai desde o conceito de *letra* e perpassa individualmente todas as letras do alfabeto, é lícito afirmar que a *Orthographia da Lingoa Portuguesa* se destinava a um público mais jovem, ao qual Duarte Nunes de Leão pretendia não só prescrever certos usos linguísticos, como também inculcar valores morais por meio de sentenças religiosas ou filosóficas. Por conseguinte, a escolha desses dados linguísticos transcende as questões puramente gramaticais ou normativas.

A *camada contextual-institucional*, que originalmente não compunha o modelo proposto por Peter Galison, diz respeito ao contexto histórico, social, cultural, intelectual e institucional (*i.e.* o *clima de opinião*) no qual o conhecimento linguístico é produzido e veiculado. Cumpre lembrar sempre que, na condição de objeto histórico, os saberes em geral estão sujeitos às contingências do tempo. Logo, a *camada contextual-institucional* não deve

ser retratada como um relevo de fundo, dissociado das demais *camadas*, mas como um amplo conjunto de fatores externos de fato incidentes sobre as abordagens linguísticas. Tal incidência pode ser ora mais, ora menos nítida, dando alguma margem a especulações historiográficas. O excerto abaixo é um exemplo elucidativo de como o contexto institucional quinhentista incidiu sobre a já mencionada *Orthographia da lingua portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão (1576):

(5) - *Per mandado dos muito Illustres, & muito Reuerendos Senhores, do supremo conselho da sancta & geeral inquisição, vi hum liuro cujo titulo he: ORTHOGRAPHIA DA LINGVA PORTVGUESA, composto pelo Licenciado Duarte Nunez, & não ha nelle cousa contra nossa sagrada religião, & bõos costumes. Antes he obra proueitosa, & necessaria, & muito digna de se imprimir & leer, por ser de author de tanta erudição, & curiosidade. A 2. de Agosto, de M. D. LXXIIII.*

Fr. Bartholomæus

Ferreira.

(in Duarte Nunes de Leão, 1576).

O excerto (5) está logo nos primeiros fólhos da *Orthographia da Lingoa Portuguesa*. Trata-se da autorização eclesiástica concedida por Frei Bartolomeu Ferreira, em nome da Inquisição Católica, para que a obra fosse publicada. Essas poucas linhas demonstram a força institucional que detinha a Igreja no século XVI para autorizar ou para censurar a circulação de certos conhecimentos. Aliás, não seria desarrazoado supor que o próprio Duarte Nunes de Leão, de origem judaica, tenha usado frases de cunho cristão como exemplos explicativos não só para inculcar valores no seu público leitor, como também para assegurar alguma simpatia por parte dos censores.

A aplicação do *modelo de camadas* adaptado por Swiggers (2004) consiste em cotejar as obras estudadas nas quatro *camadas* acima descritas e exemplificadas, a fim de detectar continuidades ou descontinuidades em cada um desses níveis. Por exemplo, se duas gramáticas quaisquer compartilham a mesma visão de língua, se operam sobre dados linguísticos similares, se têm data de publicação e procedência geográfica relativamente próximas, mas diferem entre si no uso da terminologia gramatical, isso implica a existência de continuidades nas *camadas teórica, documental e contextual-institucional* e de descontinuidades na *camada técnica*. Segundo Swiggers (2004, p. 21), uma eventual

descontinuidade em todas as quatro *camadas* configura um cenário semelhante a uma *revolução científica* kuhniana, mas devido à permansividade de muitos conceitos e procedimentos gramaticais ao longo de dois milênios, rupturas dessa natureza são pouco prováveis. Aliás, Vieira (2018) defende justamente que a Gramática sempre esteve dentro de um único *paradigma*, o chamado *Paradigma Tradicional de Gramatização* (PTG). Enfim, Swiggers (2004) sugere que o historiógrafo seja sensível a quaisquer sinais de descontinuidade, grandes ou pequenos, pois a eles geralmente se associa algum tipo de retórica de ruptura, ou, nos termos de Murray (1983), uma *retórica revolucionária*.

2.5 A terminologia, a terminografia e os parâmetros classêmicos, segundo Swiggers (2010b): definições e aplicações

Conforme o título da pesquisa já o indica, este empreendimento historiográfico se dedica sobremaneira à metalinguagem e à terminologia sintática constantes em gramáticas antigas, ou seja, às respectivas *camadas técnicas*. No artigo *Le Métalanguage de la Linguistique: réflexions à propos de la terminologie et de la terminographie linguistiques*, Swiggers (2010b) traz à baila os conceitos de *terminologia* e *terminografia*, bem como as dificuldades inerentes ao tema, que, aliás, se assemelham àquelas aludidas por Koerner (1996b:2014) no seu artigo sobre as questões que persistem em Historiografia. As dificuldades arroladas por Swiggers (2010b, p. 10-11) são: o risco de o historiógrafo distorcer inadvertidamente a metalinguagem antiga por meio da sua própria metalinguagem; a possibilidade de certos pontos de vista linguísticos gerarem resultados díspares diante dos mesmos dados; e as diversas intersecções disciplinares pelas quais o campo passou, deixando as fronteiras epistemológicas mais movediças. A esta pesquisa em particular interessam as definições de *terminologia*, *terminografia* e de alguns termos adjacentes, assim como os eixos em torno dos quais as terminologias são forjadas e os referidos parâmetros classêmicos, que as definem semântica e epistemologicamente.

Swiggers (2010) assim distingue os conceitos de *terminologia* e *terminografia*:

Par 'terminologie', nous renvoyons à l'ensemble des 'entités' lexicales (au sens large: items sub-lexicaux, termes lexicaux et constructions complexes) qui sont en usage en tant que 'formes/formules désignatives', à usage technique, en référence à un champ d'objets (entités/faits constituant un champ d'étude). Par 'terminographie', nous entendons l'ensemble des 'activités' et, plus particulièrement, leurs concrétisations sous une forme langagière écrite, qui prennent comme objet la/une/des terminologie(s): l'activité terminographique est un travail réflexif, de nature systématisante (et portant sur un corpus), qui implique (a) la compilation et une lecture (critique) de terminologies, et (b) une analyse historiographique et/ou

méthodologico-épistémologique (cette dernière passant obligatoirement par une comparaison de terminologies) (SWIGGERS, 2010b, p. 10-11).

Por ‘terminologia’, referimo-nos ao conjunto de ‘entidades’ lexicais (em sentido amplo: itens sublexicais, termos lexicais e construções complexas) que são usadas como ‘formas/fórmulas designativas’, para o uso técnico, em referência a um *campo de objetos* (entidades/fatos que constituem um campo de estudo). Por ‘terminografia’, nós entendemos o conjunto de ‘atividades’ e, mais particularmente, suas concretizações numa forma de linguagem escrita que tomam como objeto a/uma/umas terminologia(s): a atividade terminográfica é um trabalho reflexivo, de natureza sistematizante (e portanto sobre um *corpus*), que implica (a) a compilação e uma leitura (crítica) de terminologias, e (b) uma análise historiográfica e/ou metodológico-epistemológica (esta última passando obrigatoriamente por uma comparação de terminologias) (SWIGGERS, 2010b, p. 10-11, tradução nossa).

De modo sucinto, a *terminologia* é um conjunto de termos técnicos, de uso especializado, que serve aos propósitos descritivos e explicativos dos pesquisadores de um campo de estudos. Podem ter valor terminológico itens sublexicais como o radical grego *proto-* em *protogermânico*, *protoeslavo*, *protoitalico* para indicar línguas ancestrais; itens lexicais como *predicado*, *diacrônico*, *significante*; e construções complexas como *complemento nominal* e *objeto direto*. A *terminografia* é justamente a interpretação e a sistematização historiográficas das *terminologias*.

As *terminologias* podem surgir e se consolidar de maneiras diversas. Segundo Swiggers (2010b, p. 13), o processo gira em torno dos seguintes eixos: 1) o eixo da constituição e da natureza de uma *terminologia*; 2) o eixo da construção explícita de uma *terminologia*; 3) o eixo do “manuseio” de uma *terminologia*.

Quanto à constituição, um termo técnico pode ser o resultado de uma evolução “espontânea” (por transposição ou por especialização) ou o resultado de um ou mais processos de interferência. Um exemplo muito ilustrativo no campo da Sintaxe é o verbo *concordar*. Em sentido tecnicamente não marcado, ele significa “ter a mesma opinião que alguém”, mas, no âmbito gramatical, ele remete ao processo sintático de concordância, com o sentido de “compartilhar características morfossintáticas com um determinado termo da sentença”. Trata-se, pois, de uma especialização paulatina de um item lexical comum.

O eixo da construção explícita pressupõe a criação consciente e meticulosa de uma *terminologia*. Nesse caso, o teórico precisa levar em conta a sistematicidade, a concisão e a transparência do termo que pretende criar. Em gramáticas do século XIX e do início do século XX, era comum utilizar-se o termo *tmese* (do grego τμήσις, “corte”, “divisão”) para designar a colocação do pronome oblíquo átono no meio do verbo (e.g. *voltar-se-ia*), mas,

posteriormente, preferiu-se substituí-lo por *mesóclise* (do grego μέσος “meio” e κλίσις “inclinação”), cujos radicais, além de serem mais transparentes, têm formação análoga à dos termos *próclise* e *ênclise*.

O “manuseio” das *terminologias* implica problemas de gestão, tradução e calibragem. A gestão terminológica em Linguística diz respeito à imensa diversidade de termos no tempo e no espaço, de tal maneira que cada abordagem possua, muitas vezes, um arcabouço terminológico próprio. Segundo Eduardo Kenedy (2010, p. 1), antes do advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em 1957, havia, nas palavras dele, uma “verdadeira babel terminológica” no campo da Sintaxe, como se cada gramático cunhasse termos a seu bel-prazer. O que hoje se chama de *complemento nominal* poderia ter as seguintes denominações: *objeto nominal*, *complemento restritivo*, *complemento terminativo* ou *adjunto restritivo*. A tradução de termos cunhados noutras línguas pode ser problemática devido ao risco de eventuais distorções. Por exemplo, o termo *casus accusativus*, já amplamente consolidado na gramática ocidental, é uma tradução errônea do grego αἰτιατική πτωσις, cuja tradução correta seria *casus causativus*. Ao transladar as terminologias gregas para o latim, Varrão foi traído pela polissemia da palavra αἰτία, que pode significar “causa”, “acusação” ou “encargo” (ROBBINS, 1967:1983, p. 28). Por fim, a calibragem remete à transladação de termos entre abordagens, que pode ser tão problemática quanto a tradução entre línguas. Exemplo conhecido e já citado é o do termo grego σύνδεσμος (“conectivo” ou “conjunção”), que, na Filosofia Aristotélica, na Filosofia Estoica e na ciência gramatical, possui acepções distintas (NEVES, 2005).

Os *parâmetros clássicos* são recursos por meio dos quais o historiógrafo pode definir semântica e epistemologicamente os termos técnicos, delimitando o seu conteúdo e indicando como elas transitam entre as diversas áreas do saber. Swiggers (2010b, p. 18-19) enumera sete parâmetros: 1) o *conteúdo*, que inclui tanto o conteúdo focal do termo quanto o seu conteúdo contrastivo com os demais termos da rede terminológica; 2) a *incidência*, que remete à sua aplicação em nível descritivo ou teórico; 3) o *empréstimo “heurístico”*, no qual a conexão de um termo ao seu uso ajuda a compreender seu sentido original e outros sentidos dele derivados; 4) o *empréstimo teórico*, no qual o uso do termo é fortemente orientado pelo modelo a que pertence; 5) o *empréstimo disciplinar*, em que há uma transladação do termo de outra disciplina para os estudos linguísticos; 6) o *empréstimo macrocientífico*, em que há uma transladação de termos utilizados por várias ciências (e.g. *lei*, *princípio*, *diacronia*); 7) o *empréstimo cultural*, em que o termo linguístico é forjado com base em algum aspecto da

cultura de um povo. A título de exemplo, o próprio Swiggers (2010b, p. 16) afirma que o adjetivo grego ὑπίος (“virado de costas”) foi decalcado em latim por *supinus*, numa alusão a um lutador vencido e virado costas, incapaz de mover-se. Dessa ideia de imobilidade/invariabilidade oriunda dos ofícios atléticos teria vindo o uso do termo *supinus* para designar uma forma nominal latina invariável, o supino (e.g. *amatum*), caracterizando assim um empréstimo disciplinar.

Os *eixos* e os *parâmetros classêmicos* proveem a esta pesquisa um meio de radiografar os termos técnicos, permitindo investigar sua natureza, desenvolvimento e difusão. Por exemplo, o famoso binômio *sujeito-predicado*, em que a Sintaxe Tradicional está alicerçada, remete ulteriormente à Lógica e à Filosofia gregas, para as quais as proposições se poderiam dividir em ὄνομα (“nome”) e ῥῆμα e (“verbo”) ou ainda ὑποκείμενον (“sujeito”) e κατηγορημα (“atributo”, ou seja, aquilo que se diz sobre o sujeito) (NEVES, 2005). Porém, nem todos os termos gramaticais apresentam origens rastreáveis ou conhecidas, de modo que certas lacunas sejam simplesmente inevitáveis. Além disso, nem sempre haverá uma fronteira nítida entre os tipos de empréstimo previstos nos *parâmetros classêmicos* – *teórico, disciplinar, macrocientífico* e *cultural*. Se as fontes primárias não indicarem as fontes das suas *terminologias* nem derem quaisquer pistas, torna-se necessário recorrer às fontes secundárias, mas, se estas tampouco as indicarem, não caberá ao estudo terminográfico desta pesquisa fazer elucubrações fantasiosas, na vã tentativa de desvendá-las.

2.6 Os quadros sinópticos das terminologias (morfo)ssintáticas

Nos anexos da tese, constam os quadros sinópticos das terminologias (morfo)ssintáticas empregadas por cada um dos gramáticos analisados, com as respectivas definições (transcritas ou inferidas, se possível), além de informações adicionais, como etimologia, critérios classificatórios, exemplos explicativos, *etc.* Dentre os objetivos desta pesquisa, convém lembrar, está o de elaborar inventários de termos sintáticos que possibilitem uma consulta rápida aos leitores, poupando-os do fastidioso trabalho de pinçar os itens desejados no corpo do texto. Um termo como *declinatio naturalis*, presente na gramática de Varrão, seria assim retratado:

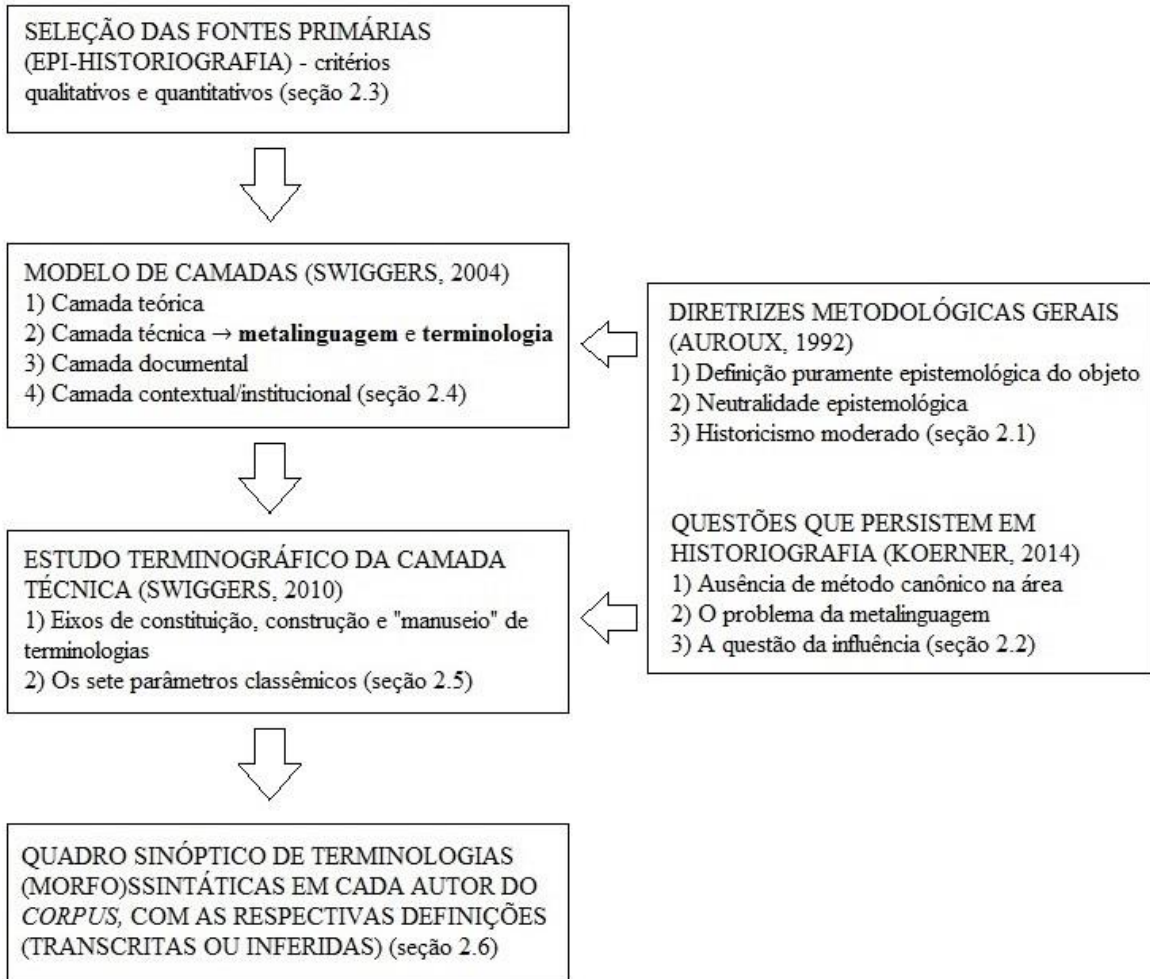
Tabela 1 - A *declinatio naturalis* de Varrão

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Declinação natural (<i>declinatio naturalis</i>)	<i>Contra naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur voluntate, sed a com<m>uni consensu.</i> “Por outro lado, eu chamo de declinação natural aquela que nasce não da vontade dos indivíduos, mas do consenso.” (Varrão, IX, 22, tradução de Valenza, 2010, p. 31).	A <i>declinatio naturalis</i> (“declinação natural”) se assemelha ao conceito hodierno de <i>flexão</i> , que se dá pela força “natural” do contexto sintático, e não pela vontade do indivíduo. Exemplifica Varrão (IX, 22) que se deve dizer <i>huius Artemidori</i> (deste Artemidoro), colocando-se as duas palavras no genitivo.

2.7 O organograma da metodologia da pesquisa

O organograma a seguir é uma representação esquemática e resumida da metodologia da pesquisa, que passa pela seleção das fontes primárias, pelo *modelo de camadas*, pelo estudo terminográfico e pelos quadros sinópticos das terminologias. As diretrizes metodológicas gerais baseadas em Aurox (1992) e as questões que persistem em Historiografia Linguística segundo Koerner (1996b:2014) aparecem à direita como orientações teórico-metodológicas complementares:

Figura 4 - Organograma da metodologia da pesquisa



3. O NASCIMENTO DA GRAMÁTICA OCIDENTAL

3.1 As primeiras reflexões sobre a linguagem no Ocidente, antes da Gramática

Muitos séculos antes de surgirem as primeiras gramáticas ocidentais no mundo helênico, os gregos já refletiam sobre a natureza e o funcionamento da linguagem, porém faziam-no sem a intenção de sistematizar exaustivamente as palavras e os fatos linguísticos. Em verdade, as suas reflexões tinham diversos matizes e buscavam atender às demandas de outras áreas do conhecimento, sobretudo a Literatura, a Retórica, a Filosofia, a Lógica e a Dialética, para as quais a linguagem decerto desempenha papéis de relevo. Os parágrafos seguintes apresentam uma brevíssima história desse período pré-gramatical, com ênfase na visão que os antigos tinham acerca da natureza da linguagem e no estabelecimento das chamadas partes do discurso (μέρη λόγου), das quais se originaram as classes gramaticais.

Nos primeiros monumentos da Literatura Grega, o polissêmico termo λόγος já aparece empregado na acepção de “linguagem”, embora não haja, nessa fase inicial, uma reflexão detida sobre o tema. Em Homero (séc. X-IX a.C.), associa-se o falar ao agir e as palavras ao seu poder de persuasão, típico dos deuses. Em Hesíodo³⁶ (séc. VIII-VII a.C.), as musas dão aos homens eloquentes o dom da palavra, com o qual eles proferem discursos suaves e mitigam preocupações. Em Píndaro³⁷ (518-438 a.C.), já se encontra uma dissociação entre o falar e o agir, na medida em que o conteúdo das coisas ditas pode ser enganoso. Dessa forma, os sublimes versos dos poetas não têm qualquer serventia se a eles não estiverem associados feitos heroicos, ao passo que os feitos heroicos não terão sua glória reconhecida se não houver poetas que os immortalizem em versos. Nos filósofos Heráclito (c. 540-470 a.C.) e Parmênides (c. 530-460 a.C.), também se encontra semelhante dissociação, pois, para eles, o dizer e o fazer em si não importam, mas sim a veracidade desse dizer e desse fazer. Um homem será considerado sábio se disser a verdade e agir segundo a natureza (NEVES, 2005, p.19-24). Essa paulatina distinção entre as palavras e as coisas foi um passo importante para o posterior refinamento das reflexões sobre a linguagem, cujo funcionamento segue regras próprias.

Um fato histórico em particular contribuiu para a valorização da linguagem no mundo antigo: a ascensão das cidades-estados na área central do Mediterrâneo – em grego, as πόλεις. Segundo Guarinello³⁸ (2019, p. 77-84), a partir do século VIII a.C., devido à gradual sedentarização da população mediterrânica, impulsionada em parte pelos avanços na agricultura e no comércio, restringiram-se os espaços físicos disponíveis para a fundação de

³⁶ Teogonia, versos 80-103.

³⁷ Nemeias, VII.

³⁸ GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. 1ª edição, 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

novas colônias nas áreas mais costeiras. Devido ao conseqüente crescimento demográfico e ao acúmulo de riquezas, emergiram as ditas cidades-estados, com fronteiras cada vez mais delimitadas. Cidades como Atenas desenvolveram uma estrutura administrativa mais complexa, sobretudo após as reformas de Sólon (638-558 a.C.) e de Clístenes (565-492 a.C.), que garantiram aos indivíduos do sexo masculino o direito de participar da vida pública e de discutir os rumos da πόλις – daí o adjetivo πολιτικός (“relativo ao cidadão”, “público” ou “político”) e o substantivo πολιτική (“política”). Em vez da lança e da espada, a arma com a qual o cidadão ateniense poderia resolver conflitos internos ou externos e subjugar adversários políticos seria justamente os seus discursos nas assembleias. O λόγος (“discurso”, “palavra”) passou a ser o instrumento por excelência na vida pública dos ῥήτορες (“oradores”), a ponto de se tornar uma τέχνη (“arte”) formal e normativa. Surge assim, com matizes e objetivos próprios, uma **linguagem retórica**, típica dos homens, que não se confunde com a **linguagem poética**, concedida pelas musas aos poetas (NEVES, 2005, p. 25).

Nesse contexto, em meados do século V a.C., entra em cena a figura dos sofistas, que, entre outras coisas, eram pagos para instruir os filhos das famílias mais abastadas nos meandros da Retórica, a fim de que estes obtivessem sucesso e prestígio na carreira política. O conhecimento que se tem acerca das ideias sofísticas sobre a linguagem é fragmentário e oriundo de fontes indiretas, não raro de seus detratores. De modo geral, interessava aos sofistas a persuasão por meio da linguagem, em detrimento da veracidade dos argumentos aduzidos – motivo pelo qual os filósofos, na condição de “amantes da sabedoria” (φίλος “amigo” e σοφία “sabedoria”), lhes dirigiam críticas severas. Essa querela argumentativa entre sofistas e filósofos é retratada em *Protágoras*, diálogo platônico que opõe o sofista Protágoras (490-415 a.C.), para o qual a verdade é relativa e mediada pelos próprios homens, e o filósofo Sócrates (469-399 a.C.), para o qual a verdade é absoluta e objetiva.

A primeira grande questão de que os filósofos gregos se ocuparam no tema da linguagem diz respeito à origem natural ou convencional da língua. Para uns, as palavras surgiriam φύσει (“de modo natural”, “conforme a natureza”); para outros, as palavras seriam fruto de νόμος ou θέσις (“lei”, “convenção”). Segundo Neves:

Tanto o termo *nómos* (corrente entre os sofistas) como *thésis* (usado em tempo posterior, corrente especialmente entre os céticos) se referem à arbitrariedade individual. Enquanto considerar a linguagem *phýsei* significa julgá-la apropriada às coisas, considerá-la *nómoi* ou *thései* significa acreditar na subjetividade arbitrária na imposição dos nomes. (NEVES, 2005, p. 30-31).

Os naturalistas criam na existência de uma relação natural e motivada entre a palavra e a coisa designada, como se os nomes captassem a essência dos objetos. Dessa forma, o ato de nomear exigiria dos artífices lexicais um esforço consciente e meticuloso para retratar verbalmente as coisas sem corrompê-las, isto é, levando em conta a chamada ὀνόματος ὀρθότης (“a justeza do nome”). Devido à ação do tempo, que pode modificar total ou parcialmente a forma e o significado lexicais, essa relação natural pode tornar-se opaca ou até mesmo perder-se por completo, de modo que os eruditos jamais possam recuperá-la. A busca por uma essência oculta das palavras, combinada a uma percepção elementar de diacronia, instigou nos antigos um interesse genuíno pela Etimologia³⁹ (ἔτυμος ‘verdadeiro’ e λόγος ‘palavra’), de modo que o fazer etimológico consistisse justamente em resgatar as palavras verdadeiras e primordiais do esquecimento (VIARO, 2011, p. 29-30). Ao grupo naturalista pertenciam nomes como Pitágoras e Heráclito.

Os convencionalistas, por outro lado, criam que as palavras eram fruto de uma convenção arbitrária e socialmente aceita pelos falantes de uma língua. Na visão deles, fenômenos como a homonímia e a polissemia seriam provas peremptórias de que não há uma relação natural e motivada entre o nome e o objeto nomeado. Propugnar a existência dessa relação implicaria que, no caso da homonímia, palavras formalmente idênticas compartilhassem a mesma essência e que, no caso da polissemia, uma única palavra tivesse mais de uma essência – o que não parece não ir ao encontro das premissas naturalistas. A esse grupo pertenciam nomes como Parmênides, Empédocles, Demócrito e Sexto Empírico.

A dicotomia φύσει-νόμος⁴⁰ é retratada noutra diálogo platônico, o *Crátilo*, cujos interlocutores são o próprio Crátilo, naturalista e discípulo de Heráclito, e Hermógenes, filósofo de viés convencionalista. Com base em semelhanças fonéticas fortuitas e a fim de demonstrar que noções morais estão relacionadas com a ideia heraclitiana do fluxo contínuo, argumenta o primeiro que o étimo da palavra φρόνησις (“pensamento”) seria φορά ὄνησις (“auxiliar do movimento”). Essa e outras noções morais se explicariam etimologicamente dessa maneira, como se a elas subjazesse alguma ideia primordial de movimento para o bem (VIARO, 2011, p. 30). De início, Sócrates simula concordar com as teses de Crátilo, convencendo o cético Hermógenes, mas depois lança contra o naturalista uma série de palavras positivas cujos étimos não se explicariam por uma consonância com o fluxo

³⁹ Segundo Viaro (2011, p. 30), Platão foi o melhor intérprete das questões etimológicas na sua época, embora não se tenha servido do termo ἔτυμον.

⁴⁰ Embora seja habitual referir-se à oposição φύσει/νόμος como dicotômica, havia espaço para posições mais intermediárias, como a de Epicuro (341-270 a.C.), segundo o qual as palavras teriam surgido conforme a natureza e se modificado por convenção (ROBBINS, 1967:1983).

heraclítico. Por exemplo, βέβαιος (“estável”) parece provir de βάσις (“base”), que é algo fixo, e não móvel (*ibidem*, p. 31). O intento do filósofo ateniense é demonstrar que, para conhecer a verdade, importa ver as coisas em si, e não suas denominações, que podem ser falhas ou obscuras. Essa discussão insolúvel acerca da origem natural ou convencional das palavras foi retomada outras vezes na história da ciência da linguagem, sem resultados definitivos. Em tempos mais recentes, Ferdinand de Saussure, no seu póstumo *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916, retomou a questão em favor da arbitrariedade do signo linguístico (SAUSSURE, 2012, p. 108-110) e angariou muitos adeptos.

Ainda no âmbito da Filosofia, Platão (428/427 - 348/347 a.C.), que tinha certas inclinações naturalistas (CÂMARA Jr., 1975, p. 24), defendia o uso dialético da linguagem, em clara oposição ao uso retórico e persuasivo defendido pelos sofistas. Conforme se expôs nos parágrafos anteriores, a ele mais interessava a veracidade do λόγος (“discurso”) do que a avidéz pela persuasão. No *Sofista*, outro diálogo platônico, o λόγος aparece dividido em duas categorias primordiais: o ὄνομα (“nome”) e o ῥῆμα (“verbo”), que, juntos, formam a uma estrutura básica denominada πρώτη συμπλοκή (“primeira combinação”) (NEVES, 2005, p. 59). A ideia de verdade, outrora associada à justeza dos nomes no *Crátilo*, passou a associar-se ao discurso, pois uma afirmação só pode ser considerada verdadeira ou falsa quando se enuncia uma coisa (ὄνομα) e algo sobre essa coisa (ῥῆμα). Não obstante as semelhanças com as classes gramaticais, essas duas categorias platônicas não são linguísticas *stricto sensu* (DEZOTTI, 2013, p. 24), pois remetem mais à estrutura binária do discurso no domínio da Lógica, do que a um tipo específico de palavra no domínio da Morfologia. Na realidade, o ὄνομα e o ῥῆμα platônicos se assemelham mais às hodiernas noções de sujeito e predicado do que às classes dos nomes e dos verbos, embora tampouco sejam funções sintáticas *stricto sensu*. Contudo, é forçoso ressaltar que, noutras passagens do *Sofista*, o ὄνομα também pode ter um sentido mais genérico de “palavra”, e o ῥῆμα, um sentido próximo ao de “verbo”, a julgar pelos exemplos aduzidos ao longo do diálogo. Por um lado, classificam-se como ῥῆμα sintagmas como Δύ φίλος (“amigo de deus”), em clara oposição ao nome composto Δίφιλος, (“amigo de deus”), que se classifica como ὄνομα; por outro lado, também integram o ῥῆμα verbos comuns como *surrar*, *quebrar* e *comprimir* (DEZOTTI, 2013, p. 25-26). A inclusão de sintagmas e de verbos sob o mesmo rótulo se deve explicar, conforme se disse anteriormente, pelo fato de ambos poderem desempenhar uma função próxima ao que hoje se chama de predicado, na Sintaxe Tradicional. Controvérsias classificatórias à parte, segundo o historiador e biógrafo Diógenes Laércio (200-250 d.C.), Platão foi o primeiro pensador grego

a tratar a linguagem como objeto de estudo, e, de fato, o insigne filósofo lançou as bases para o surgimento de categorias linguísticas cada vez mais delimitadas (NEVES, 2005, p. 48).

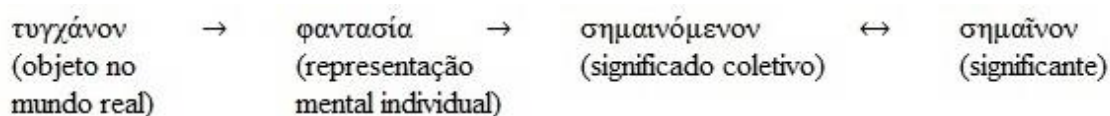
Aristóteles (384-322 a.C.), diferentemente do seu mestre Platão, tinha pendor convencionalista. Na *Política*, diz ele que os seres vivos são dotados de uma capacidade de emitir sons (φωνή), mas que apenas os seres humanos têm a capacidade de dizer o justo e o injusto (λόγος), de sorte que o homem se torne, por meio da linguagem, um animal político (ζῷον πολιτικόν). Nesse mesmo tratado aristotélico, a linguagem é retratada como um acordo (νόμος ou συνθήκη) entre os indivíduos, assim como a própria política. Mais ainda: nas *Categorias*⁴¹, ele afirma não haver semelhança completa entre os nomes, que existem em número limitado, e as coisas, que são ilimitadas – demonstrando aí a inexistência daquela suposta relação natural e motivada defendida pelos naturalistas.

Na *Retórica e Poética*, Aristóteles distingue a linguagem em seu aspecto formal e retórico (λέξις) e a linguagem como meio para chegar ao conhecimento (λόγος), conciliando, de certa forma, as concepções sofisticas e platônicas que o antecederam. Tal distinção é fundamental para entender o papel de uma terceira parte do discurso, o σύνδεσμος (“conectivo”, “conjunção”), frente às outras duas já tratadas por Platão: o ὄνομα (“nome”) e o ῥῆμα (“verbo”). Na *Retórica*, o σύνδεσμος é retratado mais como um recurso de estilo do que como um fato de Gramática, ao passo que, no *Órganon*, o ὄνομα e o ῥῆμα são, em essência, as únicas partes significativas do discurso (NEVES, 2005, p. 81). Com efeito, esses “conectivos” a que Aristóteles se refere incluem as hodiernas classes dos artigos, das conjunções, dos pronomes e, talvez, das preposições (ROBBINS, 1967:1983, p. 20). Disso se pode depreender que o σύνδεσμος, na condição de elemento estilístico e não significativo, está no domínio da λέξις, enquanto o ὄνομα e o ῥῆμα, na condição de elementos significativos, estão no domínio do λόγος, a que se podem efetivamente aplicar os juízos de verdadeiro ou falso (NEVES, 2005, p. 78-84). Além disso, Aristóteles tratou de alguns outros fatos de Gramática: gênero, número, comparativos, superlativos, tempos e modos verbais.

Mais tarde, no período helenístico, caracterizado pela difusão da cultura grega no Mediterrâneo e pela interação desta com outras culturas, surgiu em Atenas uma complexa e longeva escola filosófica cujos membros também fizeram reflexões linguísticas, sobretudo no

⁴¹ Segundo Neves (2005, p. 76), as categorias (*i.e.* “atributos”) são “as declarações mais gerais sobre o ser ou sobre os modos diferentes em que o ser é declarado”, estabelecendo uma íntima relação entre a lógica e a estrutura da língua. Elas totalizam dez gêneros de enunciados possíveis, com os quais se podem ligar atributos às coisas, e se dividem em dois grupos, nominais e verbais: seis pertencem ao primeiro grupo, quatro pertencem ao segundo (*ibidem*, p. 75-76, nota 11). Ainda que tratem do tema da linguagem, as categorias aristotélicas possuem um teor mais metafísico do que gramatical.

âmbito da Lógica e da Dialética. Trata-se do Estoicismo, fundado por Zenão de Cítio (334 - 262 a.C.). À semelhança de outras escolas filosóficas e da própria Semiótica, os estoicos propunham três categorias para explicar a natureza das palavras e do discurso (NEVES, 2005, p. 89-90): 1) σημαῖνον, 2) σημαίνόμενον e 3) τυγχάνον. O σημαῖνον (“significante”) é a voz e o meio físico de manifestar um significado. O σημαίνόμενον (“significado”) é o λέκτον (“dito”), o lado espiritual do som, a “apresentação” das coisas por meio da linguagem. O τυγχάνον (“objeto”, “o que vem a ser”, “o que ocorre ser”) é o que existe fora do âmbito da linguagem. É possível inserir uma quarta categoria, a φαντασία (“visão exterior”, “aspecto”), concernente à representação mental do objeto, a qual não se confunde com o σημαίνόμενον (“significado”), porque este último é um produto coletivo da linguagem, e não um produto da experiência individual. Esquematicamente:



Segundo esse esquema quadripartite, o indivíduo se depara com um objeto no mundo real e cria sobre ele uma representação mental por meio de suas experiências sensoriais. Contudo, como a linguagem não é capaz de veicular com exatidão o que se passa na mente dos indivíduos, ela veicula apenas o significado compartilhável com os membros de uma comunidade linguística. Por fim, a interface física desse significado é justamente o significante. A ideia de que o mundo exterior de alguma forma se projeta sobre a linguagem sugere uma inclinação naturalista por parte dos estoicos.

Na esteira dessa concepção naturalista, os estoicos, além de buscarem uma relação natural entre as palavras e as coisas, tomando partido na mencionada dicotomia φύσει-νόμος, puseram-se a buscar uma relação natural entre as palavras e os meios linguísticos de expressá-las, fazendo emergir uma segunda dicotomia: *analogia-anomalía*. Segundo Neves:

Os estoicos, agora, acreditando numa relação necessária entre as formas léxicas e os conceitos, entendem que à regularidade universal deve corresponder uma regularidade linguística. Os desvios e as irregularidades são tidos por anomalias (...). Na busca dessa relação, o que se verifica, porém, é uma discordância, e os estoicos encontram anomalia na linguagem. Isso significa o registro de uma importante separação entre a questão da origem da linguagem e a de seu funcionamento. (NEVES, 2005, p. 103-104).

Como qualquer outra língua viva, o grego antigo possuía abundantes irregularidades nos seus paradigmas flexionais e nos seus meios de expressão. Por exemplo, um nome como

Ζεύς (“Zeus”) não se encaixa paradigmaticamente em nenhuma das declinações gregas⁴², ao passo que adjetivos com sufixo negativo (e.g. ἄθνατος, “imortal”) podem ter conotação positiva. Se, por um lado, as palavras primordiais surgiram em conformidade com a natureza, por outro, elas estariam constantemente suscetíveis ao processo corruptivo da *anomalia*, que poderia causar desvios na sua forma linguística e obscurecer a sua essência – daí o apreço pelas investigações etimológicas. Conforme se verá adiante, a dicotomia *analogia-anomalia* ensejou o surgimento do discurso gramatical. Em oposição às concepções anomalistas dos estoicos e partindo do pressuposto de que, na língua, as regularidades sobrepujam as irregularidades, os gramáticos se propuseram a sistematizar os fatos de língua.

No que diz respeito às partes do discurso, há muitas inovações estoicas. Primeiro, dividiu-se a classe dos σύνδεσμοι (“conectivos”) em elementos variáveis e invariáveis: ao primeiro grupo pertenciam os artigos e os pronomes, chamados de ἄρθρα (“junturas”, “articulações”); ao segundo grupo pertenciam as conjunções e as preposições, que mantiveram a denominação de σύνδεσμοι. O ὄνομα (“nome”) passou a designar apenas os nomes próprios, reservando-se o termo προσηγορία (“cumprimento” ou “denominação”) aos nomes comuns. Aos advérbios foi reservada uma classe denominada μεσότης (“posição medial”, “lugar do meio”), termo que, na gramática grega, passaria a referir-se à voz verbal média. No campo da Morfossintaxe, merece destaque a delimitação de um dos termos gramaticais mais relevantes a esta pesquisa: πτώσις (literalmente “queda”, traduzido em latim por *casus* e em português por *caso*)⁴³. De um lado, havia o πτώσις ἐυθεῖ / ὀρθή (“caso reto”), de outro, os πτώσεις πλάγιοι (“casos oblíquos”), terminologias utilizadas ainda hoje para classificar os pronomes pessoais portugueses. A variação gramatical das palavras (*i.e.* a flexão e, possivelmente, a derivação, em termos modernos) recebia o nome de κλίσις (“inclinação”, “flexão”). Por fim, note-se que os estoicos fizeram um estudo mais detalhado sobre os verbos, tratando, entre outras coisas, da regência, da voz, do tempo e do aspecto verbais (ROBBINS, 1967:1983, p. 21-23; VIEIRA, 2018, p. 31).

Por derradeiro, convém recapitular o que se expôs nas extensas linhas desta seção 3.1. Antes do surgimento da Gramática no século II a.C., as reflexões sobre a linguagem no Ocidente estavam dentro do escopo de outras áreas do saber, como a Literatura, a Filosofia, a Retórica, a Lógica e a Dialética. Quando os antigos se aperceberam de que não há uma

⁴² Declinação de Ζεύς: Ζεύς (nominativo), Δία ou Ζῆνα (acusativo), Διός ou Ζηνός (genitivo), Δί ou Ζηνί (dativo) e Ζεῦ (vocativo).

⁴³ Segundo Robbins (1967:1983, p. 21), esse vocábulo grego tinha sentido muito genérico em Aristóteles, e sua origem como termo técnico é obscura.

identidade perfeita entre as palavras e as coisas no mundo, de modo que o conteúdo veiculado pelas proposições possa ser verdadeiro ou falso, seus olhares volveram-se justamente para a relação entre o discurso e a verdade. Esse foco na significação concerne sobretudo à Lógica e à Dialética, uma vez que à Gramática propriamente dita não compete avaliar a veracidade do discurso. A primeira grande questão em torno do tema da linguagem é a dicotomia φύσει-νόμος, concernente à natureza e à formação da língua: para os naturalistas, há uma relação necessária e motivada entre o nome e o objeto nomeado; para os convencionalistas, tal relação é oriunda de uma convenção arbitrária e socialmente aceita pelos membros de uma comunidade. Entre os filósofos clássicos, Platão lançou as bases do que viriam a ser as partes do discurso ao dividir o λόγος (“discurso”, “proposição”) em duas partes essenciais: o ὄνομα (“nome”) e ο ῥῆμα (“verbo”), que não são categorias linguísticas *stricto sensu*, mas as partes mínimas e necessárias com as quais se pode submeter uma proposição ao juízo da verdade. Aristóteles, cujo pendor convencionalista divergia do pendor naturalista de Platão, propôs uma terceira parte do discurso, ο σύνδεσμος (“conectivo”), que, segundo as terminologias modernas, corresponderia ao artigo, ao pronome, à conjunção e à preposição. Mais tarde, os estoicos, inclinados às teses naturalistas, trouxeram à baila uma segunda grande questão em torno do tema da linguagem: a dicotomia *analogia-anomalía*, que remete não à natureza da língua, mas ao seu funcionamento. Credo, a princípio, numa regularidade universal entre as palavras e as respectivas formas linguísticas, os estoicos, depois, se aperceberam de um grande número de anomalias formais e semânticas, cujo efeito deletério sobre a forma e o conteúdo lexicais acabaria por obscurecer as palavras primordiais, isto é, as palavras formadas conforme a natureza (φύσει). No plano das partes do discurso, há consideráveis inovações estoicas. A antiga classe dos σύνδεσμοι (“conectivos”) passou a designar apenas as conjunções e as preposições, reservando-se a classe dos ἄρθρα (“junturas”, “articulações”) aos artigos e aos pronomes. Ο ὄνομα passou a designar apenas os nomes próprios, reservando-se o termo προσηγορία (“cumprimento” ou “denominação”) aos nomes comuns. Delimitou-se uma classe para os advérbios, denominada μεσότης (“posição medial”, “lugar do meio”), além do relevante conceito morfossintático de πῶσις (caso) e de propriedades verbais relativas ao tempo, ao modo e ao aspecto.

Segundo preveem os ditames historiográficos, esta brevíssima história do período pré-gramatical, por si só, já aponta a existência de continuidades e descontinuidades nas reflexões sobre a linguagem. Duas grandes dicotomias ensejaram debates intensos sobre a natureza e o funcionamento da língua: a primeira, φύσει-νόμος, ainda hoje é debatida no meio acadêmico;

a segunda, *analogia-anomalia*, foi “resolvida” em favor da analogia, que está na base do pensamento gramatical. No âmbito terminológico, em consonância com o que disse Thomas Kuhn (1962:2013, p. 165) no seu ensaio sobre as revoluções científicas, muitos termos como λόγος (“frase”), λέξις (“palavra”), ὄνομα (“nome”), ῥῆμα (“verbo”), σύνδεσμος (“conectivo”) e afins foram repassados de escola em escola, mas foram total ou parcialmente ressignificados numa nova rede conceitual a cada momento. A Gramática, na condição de parte integrante desse longo processo, também acolheu muitos desses termos técnicos e passou a manejá-los à sua maneira.

3.2 O conceito de *gramatização* e o nascimento da Gramática Ocidental

O nascimento da Gramática Ocidental na cidade de Alexandria, no século II a.C., não foi um evento fortuito, advindo de uma iluminação repentina dos sábios alexandrinos. Ao contrário, ela é produto de um *clima de opinião* específico, que forneceu não apenas condições históricas favoráveis, mas também uma base epistemológica sólida para o seu alvorecer. Contudo, antes de fazer apontamentos sobre a conjuntura sociopolítica do período ou sobre as ideias circulantes à época, convém tratar de um conceito elucidativo e muito útil para compreender o surgimento das doutrinas gramaticais pelo mundo: a *gramatização*.

No clássico livro *A revolução tecnológica da gramatização*, Sylvain Auroux (1992) define a *gramatização* como “processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber: a gramática e o dicionário” (1992, p. 65, destaques do autor). Destarte, *gramatizar* uma língua implica descrevê-la e formalizá-la segundo um modelo ou tradição gramatical. No caso do português e de todas as línguas ocidentais, o modelo basilar foi o grego, porém outros modelos emergiram noutras partes do mundo, a exemplo da Babilônia e do Egito, cujas tradições gramaticais permaneceram embrionárias, além da Índia e da China, cujas tradições conseguiram se desenvolver e prosperar (*ibidem*, p. 21).

Segundo Auroux (1992, p. 22), a disseminação da escrita é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma doutrina gramatical e para o processo de *gramatização* num determinado lugar⁴⁴. Os textos escritos fornecem não só os prováveis parâmetros de correção a serem adotados, como também, devido à sua índole conservadora e documental, dá aos indivíduos letrados a possibilidade de estes perceberem algum grau de diferenciação linguística, seja entre a fala e a própria escrita, seja entre as fases históricas de uma língua,

⁴⁴ Auroux (1992) cita casos isolados em que sociedades ágrafas desenvolveram reflexões linguísticas de caráter incipiente.

seja entre os seus registros (formal ou informal), seja entre línguas diferentes. A essa força propulsora da reflexão linguística, baseada na percepção de diferenças e no desejo de dirimi-las, o autor chama de **alteridade**. Segundo ele:

(...) o que faz deslanchar verdadeiramente a reflexão linguística é a *alteridade*, considerada essencialmente do ponto de vista da escrita. Assim, os egípcios fizeram o recenseamento das palavras não autóctones; os escribas utilizaram diferentes convenções para anotar a usura fonética. No terceiro século antes da nossa era, as listas de caracteres chineses se prendem à dificuldade de ler textos antigos; as considerações fonéticas aparecem quando, no primeiro século de nossa era, o desenvolvimento do budismo leva a transliterar textos sânscritos. Entre os babilônios encontramos igualmente listas de palavras, três milênios antes de nossa era. Entre os gregos, Protágoras de Abdère [*i.e.* Abdera] compila, no quinto século antes de nossa era, um léxico de palavras difíceis que encontramos em Homero. Em outras palavras, nessas tradições **o florescimento do saber linguístico tem sua fonte no fato de que a escrita, fixando a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver.** (AUROUX, 1992, p. 22-23, observações e grifos nossos).

Com efeito, Panini (séc. VI-V a.C.), autor hindu da mais antiga gramática de que se tem notícia, elaborou sua obra quando notou discrepâncias entre a pronúncia popular corrente no seu tempo e a pronúncia correta dos hinos religiosos, registrada pela escrita. No Ocidente, conforme se verá mais adiante, a tradição gramatical surgiu no século II a.C. justamente quando os alexandrinos passaram a se debruçar sobre as dissimetrias entre o grego comum da época (κοινή) e as fases mais antigas da língua, cujas feições só poderiam ser conhecidas por meio da escrita. Aliás, a própria etimologia da palavra *gramática* é muito sugestiva, uma vez que γραμματική (“gramática”) deriva de γράμμα (“letra”).

Embora seja indispensável para o desenvolvimento das doutrinas gramaticais, a disseminação da escrita, por si só, não é condição suficiente para que o processo de *gramatização* ocorra e prospere. No trecho a seguir, Auroux enumera várias outras causas que podem incidir direta ou indiretamente no desenvolvimento das reflexões linguísticas:

As causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos são extremamente complexas. Pode-se notar conjuntamente: a administração dos grandes Estados, a literalização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contactos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medicina, a anatomia e a psicologia. O *purismo* e a *exaltação da identidade nacional* com seu acompanhamento de constituição / preservação de um *corpus* literário (seja religioso ou profano) [*sic*], são, por exemplo, fenômenos quase universais na constituição, espontânea ou por transferência⁴⁵, dos saberes linguísticos. Suas causas

⁴⁵ Segundo Auroux (1992, p. 21) o surgimento de uma tradição linguística se dá por transferência quando um povo se serve de uma tradição estrangeira para erigir a sua própria. Exemplo inequívoco de transferência é a Gramática Latina, fruto da transladação e da adaptação da Gramática Grega.

podem entretanto ser muito diversas: o aparelho de Estado e a administração, expansão de uma religião, emergência de uma consciência nacional com ou sem unificação política, dispersão de um povo *etc.* (AUROUX, 1992, p. 28-29).

Feitas essas reflexões sobre o processo de *gramatização*, cabe enfim questionar: de que maneira a conjuntura sociopolítica do Mar Mediterrâneo, nos séculos IV, III e II a.C., contribuiu para o nascimento da Gramática em Alexandria? A ciência gramatical veio a lume num período histórico denominado Helenismo, iniciado após as campanhas militares de Alexandre, o Grande, (356-323 a.C.) e marcado pelo espraiamento da cultura grega às terras anexadas ao Império Macedônico, a saber: o Mediterrâneo Oriental, a Mesopotâmia e a Pérsia, hibridizando-se em maior ou menor grau com as culturas locais. Para compreender todo esse processo, convém recuar um pouco no tempo. Passadas as Guerras Médicas entre gregos e persas na primeira metade do século V a.C., das quais os gregos saíram vitoriosos, e passada a destrutiva Guerra do Peloponeso entre Esparta e Atenas na segunda metade do mesmo século, da qual a liga liderada pelos espartanos saiu vitoriosa, as πόλεις e os respectivos regimes se enfraqueceram, tornando-os vulneráveis às investidas de outras potências. Ao norte da Tessália, havia um reino de cultura helênica cujo modelo administrativo não era baseado no das πόλεις, mas numa aristocracia guerreira de notável poderio bélico: a Macedônia. Em 359 a.C., ascendeu ao trono o rei Felipe II, que rechaçou os invasores ilírios do seu território e travou uma guerra contra Tebas e Atenas, subjugando-as cabalmente na Batalha de Queroneia, em 338 a.C., e colocando-as na esfera de influência do Império Macedônico (MARTINS; BLACKWELL⁴⁶, 2020, p. 12-13). Dois anos mais tarde, após o assassinato de Felipe II, ascendeu ao trono Alexandre III, conhecido posteriormente pelo epíteto *o Grande*, devido ao seu sucesso e brilhantismo militares sem precedentes entre os povos helênicos. Entre a sua ascensão em 336 a.C. e a sua morte em 323 a.C., ele conquistou a Anatólia, o Levante, o vale do Nilo, a Mesopotâmia, a Pérsia e pequenas porções da Índia, levando consigo a língua e a cultura gregas e fundando centros de cultura helênica por onde passou. O mapa a seguir dá a real dimensão dos grandes feitos bélicos de Alexandre, o Grande:

⁴⁶ MARTIN, Thomas; BLACKWELL, Christopher W. **Alexandre, o Grande**: um homem e seu tempo. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Figura 5 - O Império Macedônico de Alexandre, o Grande



Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/imperio-macedonico/>

Após a morte de Alexandre, o Grande, em 323 a.C., o seu extenso Império previsivelmente se fragmentou, cabendo aos seus generais, os ditos Diádocos (do grego Διάδοχοι, “sucessores”), darem continuidade ao legado do falecido rei, que não deixara herdeiros. Os selêucidas ficaram com a Pérsia e a Mesopotâmia; os atálidas, com a Anatólia; os ptolomeus, com o Egito; por fim, os antigônidas, com a Grécia continental. Embora os macedônios tenham subjugado um grande número de cidades, poucas foram aquelas nas quais a língua grega conseguiu de fato fincar raízes longevas. Em verdade, segundo Guarinello (2019, p. 121-122), ela passou a atuar mais como uma língua franca nessa parte do orbe terrestre. A cultura e os hábitos gregos, de modo geral, deixaram de ser uma peculiaridade étnica dos povos helênicos e se tornaram uma marca distintiva das novas elites locais, mas, numa cidade em particular, a penetração do Helenismo foi mais intensa: Alexandria, localizada no delta do Rio Nilo (ver figura 5). De acordo com Guarinello:

(...) a fundação de Alexandria como pólis grega abriu o interior do Egito para os fluxos mediterrânicos de uma forma decisiva. Alexandria se tornaria, por séculos, uma das grandes capitais econômicas e culturais do Mediterrâneo. Planejada por Alexandre, reformada por seus sucessores, tornou-se a porta de saída do Egito e um grande centro comercial e artesanal.

Com a fundação de sua grande e famosa Biblioteca e do Museu, **Alexandria concorria com Atenas e Pérgamo pela posição de escola da Grécia.** A cultura havia se tornado não apenas um elemento da vida cotidiana, mas também, elevada à sua feição mais erudita, um instrumento de poder e prestígio. Foi em Alexandria, por exemplo, que a bíblia judaica foi traduzida para o grego. Foi lá, igualmente, que se definiram **os clássicos da literatura grega**, que surgiu o saber enciclopédico livresco, que se aperfeiçoaram a astronomia, a matemática e onde novas invenções foram criadas, como a máquina a vapor. (GUARINELLO, 2019, p. 122-124, grifos nossos).

O passar dos séculos e a transladação do grego para regiões mediterrânicas aloglotas fizeram a língua se modificar a ponto de os falantes do grego comum (κοινή) não estarem

suficientemente familiarizados com o linguajar elevado dos filósofos e dos poetas clássicos – e menos ainda com o linguajar arcaico dos poemas homéricos. Essa percepção de alteridade proporcionada pelos textos escritos, nos termos em que Auroux (1992, p. 22-23) a descreve, impeliu os grandes sábios da Biblioteca de Alexandria a um labor filológico intenso, a fim de tornar tais obras acessíveis aos seus discípulos. Por exemplo, Zenódoto de Éfeso (325 - 234 a.C.), diretor da biblioteca, foi editor crítico dos poemas homéricos, mas pouco se sabe acerca dos seus critérios analíticos. Aristófanes de Bizâncio (c. 257 - 185/180 a.C.) foi editor crítico dos poemas de Alceu, Anacreonte e Píndaro, e também dos poemas homéricos. A ele se atribui a criação de diversos diacríticos e sinais de pontuação, com vistas a orientar a leitura e a pronúncia corretas. Aristarco da Samotrácia (c. 215-145 a.C.), por seu turno, foi crítico severo dos poemas homéricos, e, segundo os latinos, teria sido ele um gramático de renome no seu tempo (NEVES, 2005, p. 119-123). Para instruir os discípulos nos meandros da Literatura Grega, não bastava aos alexandrinos o trabalho filológico: era-lhes necessário organizar uma teoria e uma metalinguagem com as quais pudessem descrever e analisar as obras literárias, destrinchando-as verso a verso, palavra por palavra, a fim de que os discentes pudessem não só compreendê-las, mas também utilizá-las como modelo de correção linguística a ser seguido. Havia, pois, a necessidade **prática** de um tratamento mais exaustivo e sistemático dos fatos de língua, ou seja, havia a necessidade de uma Gramática.

No campo epistemológico, a Gramática é produto da referida dicotomia *analogia-anomalia*. A escola de Pérgamo, localizada no oeste da Ásia Menor (ver figura 5), rivalizava com a de Alexandria não só em prestígio cultural, mas também no campo das ideias (NEVES, 2005, p. 117). Aos pergamenos, cuja orientação era estoica e anomalista, interessava compreender mais filosoficamente os poetas e buscar uma lógica na linguagem por meio do **racionalismo**. Aos alexandrinos, cuja orientação era analogista, interessava compreender mais filologicamente os poetas e buscar uma regularidade na linguagem por meio do **empirismo**. Essa oposição dialética entre abordagens racionalistas e empiristas se faz presente em vários momentos da história dos estudos linguísticos, conforme retrata o modelo pendular descrito por Koerner (1989, p. 52-53) e mencionado na seção 2.4.

Em sendo a Gramática um tratamento expositivo, sistemático e exaustivo dos fatos de língua, é óbvio que ela só poderia ser erigida com base na analogia e na regularidade (NEVES, 2005, 105). Outro aspecto fulcral que faz dos alexandrinos os legítimos fundadores da ciência gramatical no Ocidente é a autonomia das suas reflexões linguísticas. Se outrora só se refletia sobre a linguagem dentro do escopo de outras áreas do saber, a partir dos

alexandrinos a linguagem passou a ser ela própria o objeto de estudo, sendo o grego a única língua escrutinada. As obras pertencentes a esse novo gênero textual denominado gramática passaram a conter pelo menos: 1) uma categorização das unidades; 2) exemplos explicativos; 3) regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (AUROUX, 1992, p. 66). Embora a Gramática represente uma mudança de postura ante os fatos de língua, não há dúvida de que os seus adeptos preservaram muitas ideias e conceitos legados pelos seus antecessores. No âmbito terminológico, convém lembrar, os alexandrinos se serviram de muitos termos técnicos propostos por outras escolas de pensamento (*e.g.* λόγος, λέξις, ὄνομα, ῥῆμα e σύνδεσμος), mas os rearranjaram numa nova rede conceitual.

3.3 Considerações sobre a natureza da Gramática e o seu *status científico*

Neste capítulo e nos anteriores, utilizou-se amiúde a expressão *ciência gramatical* em referência aos conhecimentos produzidos e veiculados pelos gramáticos. Mas, afinal, a Gramática é mesmo uma ciência como qualquer outra, com objeto, fundamentos e métodos definidos? Caso ela não o seja, seria possível estudar sua trajetória milenar à luz da Historiografia Linguística, que é um dos ramos da História da Ciência? À **Gramática Especulativa** em sentido amplo⁴⁷, que visa a reflexões mais gerais e abstratas em torno do tema da linguagem, não se costuma negar-lhe a cientificidade, mas, à **Gramática Normativa**, cujo objetivo precípuo é o de prescrever usos linguísticos, é comum negar-lhe tal *status*, com a corriqueira alegação de não caber a nenhum cientista de ofício tecer juízos de valor sobre os seus objetos. Aceitar o normativismo como prática científica seria, aos olhos de muitos, algo tão disparatado quanto um botânico dispor-se a tecer juízos de valor sobre as plantas, tachando-as de corretas, incorretas, bonitas ou feias. Contudo, a posição aqui defendida é a de que a Gramática tem natureza binária: ela é, ao mesmo tempo, ciência e arte.

Antes de prescrever qualquer norma, o gramático precisa ter ao seu dispor não só um conhecimento teórico acerca do objeto língua, ainda que difuso, como também uma metalinguagem que atenda aos seus propósitos descritivos e explicativos. Da mesma forma que o botânico precisa dedicar exaustivas horas à observação das plantas para compreender a estrutura e a fisiologia vegetais, também deve o gramático dedicar exaustivas horas à observação da língua para compreender a estrutura e o funcionamento linguísticos. O modelo de partes do discurso (*i.e.* classes gramaticais) organizado pelos alexandrinos, cujos

⁴⁷ O termo *Gramática Especulativa* pode se referir, genericamente, a qualquer a gramática de pendor mais teórico do que normativo, porém, na Idade Média, o termo *Gramática Especulativa* se refere especificamente à vertente dos gramáticos modistas, a exemplo de Pedro Helias (c. 1100-1166) e Tomás de Erfurt (c. 1300).

fundamentos ainda se fazem presentes em gramáticas da atualidade (AUROUX, 1992; VIEIRA, 2018), é fruto de uma sistematização exaustiva de fatos linguísticos observáveis, e não uma convenção arbitrária e idealizada *ex nihilo* pelos gramáticos. Os aspectos fenomenológicos do objeto língua, por si sós, já limitam o escopo de possibilidades interpretativas com as quais os teóricos podem operar. Destarte, se a observação metódica de um botânico para fins taxionômicos é uma atividade legitimamente científica, por que a observação metódica de um gramático para sistematizar fatos de língua não o seria também? Embora a Gramática Especulativa se dedique mais a reflexões teóricas em torno da linguagem, ela não o faz sem alguma dose de normativismo, ao passo que a Gramática Normativa, embora se dedique mais à prescrição de usos linguísticos, não o faz sem uma prévia concepção teórica a respeito da língua. Em sendo assim, não faria sentido a Historiografia optar por uma em detrimento de outra, como se ambas as vertentes tivessem seguido trajetórias paralelas e isoladas. Em verdade, conforme demonstra Vieira (2018, p. 35-36), os campos teórico e doutrinário se retroalimentaram desde a Antiguidade até o século XXI.

A ideia de Gramática como arte (em grego τέχνη, em latim *ars*) remete tanto às aspirações **práticas** quanto às aspirações **estéticas** da área. Em Platão e em Aristóteles, os conceitos de ἐμπειρία (“conhecimento empírico”), τέχνη (“arte”) e ἐπιστήμη (“ciência”) são três graus de conhecimento, dispostos em ordem crescente: a ἐμπειρία é o conhecimento obtido por meio da experiência; a τέχνη é “um hábito produtivo, acompanhado de um pensamento verdadeiro”, com base numa elaboração indutiva de dados experimentais; por fim, a ἐπιστήμη é um “hábito demonstrativo” que parte dedutivamente de leis gerais (BASSETTO⁴⁸, 2004, p. 80-81). Porém, na pioneira Τέχνη Γραμματική, de Dionísio Trácio, tal distinção conceitual não existe. Segundo Oliveira (2011, p. 2535, nota 1), o título da obra se refere tanto à produção pragmática quanto à produção poética no âmbito dos estudos gramaticais. Esse aspecto pragmático vai ao encontro do supramencionado conceito aristotélico de τέχνη, mas, ao definir a crítica dos poemas como a mais bela parte da Gramática, Dionísio enfatiza justamente o aspecto poético da Τέχνη Γραμματική⁴⁹:

⁴⁸ BASSETTO, Bruno Fregni. **Filologia e Filosofia na nomenclatura gramatical**. Revista Philologus, Ano 10, Nº 30. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2004, p. 78-96.

⁴⁹ Para aumentar a confusão conceitual, basta lembrar que Dionísio Trácio definiu a Gramática como “conhecimento empírico (ἐμπειρία) do que se diz frequentemente entre poetas e prosadores” (OLIVEIRA, 2011, p. 2535), motivo pelo qual tempos depois, segundo o céptico Sexto Empírico (séc. II-III d.C.), Demétrio Cloro teria emendado a definição dionisíaca, trocando ἐμπειρία por τέχνη (BASSETTO, 2004, p. 81).

(6) - “(...) ἕκτον [μέρος] κρίσις **ποιημάτων**, ὃ δὴ **κάλλιστόν** ἐστὶ πάντων τῶν ἐν τῇ τέχνῃ.” (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 6, grifos nossos).

“(...) a sexta [parte], a crítica **dos poemas**, que é de todas as partes **a mais bela.**” (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2535, tradução do autor, grifos nossos).

Ao tratar dos aspectos práticos e estéticos dessa arte, o gramático já não atua como um botânico, estudando toda e qualquer planta no mundo para fins taxionômicos, mas como um jardineiro da linguagem que busca no falar das pessoas cultas e nas obras literárias os usos linguísticos mais eficientes e belos, assim como um jardineiro de ofício poda cuidadosamente as árvores e busca nos jardins as mais belas flores. É nesse ideal prático e estético de correção que consiste a interface “artística” da Gramática. Não surpreende, pois, que a palavra *arte* apareça no título de várias obras congêneres: *Arte da Grammatica da Lingoa mais usada na Costa do Brasil* (1595), de José de Anchieta, *Arte de la lingua Quéchua, General de los Indios do Reyno del Peru* (1616), de Alonso Huerta, *Arte da lingua brasilica* (1621), do padre Luís Figueira, etc. (VIEIRA, 2018, p. 51).

4. ANÁLISE DE GRAMÁTICAS

4.1 Dionísio Trácio

4.1.1 A Τέχνη Γραμματική, de Dionísio Trácio

De ascendência trácia e nascido em Alexandria, Dionísio Trácio (c. 170-90 a.C.) é não só o autor de algumas dezenas de comentários sobre os poemas homéricos, como também o provável autor da mais antiga gramática ocidental de que se tem notícia: a Τέχνη Γραμματική (“Arte Gramática”), cuja autenticidade é controversa. Segundo Neves (2005), haveria de fato alguns casos de interpolação no texto, sem que isso comprometa a questão da autoria; segundo Benedetto^{50 51} (1958, 1959), porém, a Τέχνη Γραμματική dataria da Antiguidade Tardia ou do início da Idade Média, de modo que o referido Dionísio não pudesse ser o seu verdadeiro autor. Contudo, tal controvérsia filológica está fora do escopo desta pesquisa⁵². Como quer que seja, o simples fato de o gramático alexandrino citar categorias ou terminologias propostas por outros autores, embora não lhes cite os nomes, é uma evidência robusta de que já circulavam antes outros tratados sobre o mesmo tema, hoje perdidos. Segundo Oliveira (2011, p. 2535, nota 2), dentre os tipos de τέχνη (“arte”) circulantes à época – especulativas, práticas, produtivas e mistas –, a Gramática, assim como a Medicina, pertencia às artes mistas.

A Τέχνη Γραμματική chegou até nós em dezenas de manuscritos medievais, datáveis do século X em diante. O seu prestígio transpôs o mundo helênico, a ponto de surgirem duas traduções antigas para idiomas estrangeiros: uma em armênio, datada do século V d.C., e outra em siríaco, praticamente contemporânea à primeira (OLIVEIRA, 2011, p. 2534). O modelo de partes do discurso organizado por Dionísio Trácio encontrou ressonância entre os latinos e dos latinos se espalhou para todas as línguas vernáculas ocidentais a partir do Renascimento, de modo que a Gramática, nas palavras de Auroux (1992, p. 101), tenha “o *vocabulário teórico próprio* mais estável e antigo” entre todas as disciplinas científicas.

A Τέχνη Γραμματική em si consta de apenas 25 parágrafos, dedicados à definição do campo de estudos, à Fonética e à Morfologia, sem considerações significativas sobre a Sintaxe. Característica notável da obra é a concisão das definições dionisíacas para cada parte do discurso e a abundância de subclassificações, algumas exemplificadas e outras não. A

⁵⁰ BENEDETTO, V. Di. **Dionisio Trace e la techne a lui attribuita**. Annali délia Scuola Normale Superiore di Pisa. Ser.11, n.27. 1958.

⁵¹ _____ **Dionisio Trace e la techne a lui attribuita**. Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Ser.11, n.28. 1959.

⁵² Para mais informações, consultar a dissertação intitulada *Uma tradução da Tékhne Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*, Gissele Chapanski (2003), em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24818> (acesso em janeiro de 2023).

edição aqui utilizada do texto grego é a *Dionysii Thracis Ars Grammatica*, de Gustavus Uhlig (1883), e a tradução portuguesa respectiva é a *Téchne Grammatiké – A Base da Teoria Gramatical*, de Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (2011).

4.1.2 A Τέχνη Γραμματική: a definição do campo e das partes do discurso

Logo nas primeiras linhas do tratado, Dionísio Trácio expõe uma breve definição de *Gramática*:

(7) - Γραμματική ἐστὶν **ἐμπειρία** τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσιν ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 5, grifos nossos).

“Gramática é o **conhecimento empírico** do que se diz frequentemente entre poetas e prosadores.”

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2535, tradução do autor, grifos nossos).

Apesar de breve, é possível fazer bons desdobramentos dessa definição. Em primeiro lugar, ao definir o campo de estudos como conhecimento empírico, Dionísio Trácio demonstra que, no âmbito da *camada teórica*, o seu posicionamento está mais voltado para dados observáveis do que para abstrações teóricas, em claro contraste com a orientação racionalista da escola de Pérgamo. No âmbito da *camada documental*, há preferência explícita por dados linguísticos oriundos da poesia e da prosa gregas, demonstrando que a primazia da escrita e dos usos literários como modelo de correção gramatical remonta às origens multisseculares da disciplina.

Após a definição, Dionísio Trácio enumera as seis partes em que a Gramática se divide:

(8) - Μέρη δὲ αὐτῆς εἰσὶν ἕξ· πρῶτον **ἀνάγνωσις ἐντριβῆς** κατὰ προσοδίαν, δεύτερον ἐξήγησις κατὰ τοὺς ἐνυπάρχοντας ποιητικούς τρόπους, τρίτον γλωσσῶν τε καὶ ἱστοριῶν πρόχειρος ἀπόδοσις, τέταρτον ἐτυμολογίας εὔρεσις, πέμπτον **ἀναλογίας** ἐκλογισμός, ἕκτον **κρίσις ποιημάτων**, ὃ δὴ κάλλιστόν ἐστι πάντων τῶν ἐν τῇ τέχνῃ.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 5-6, grifos nossos).

São seis as suas partes: a primeira, a **leitura experiente** de acordo com os sinais prosódicos; a segunda, a exposição dos tropos poéticos encontrados; a terceira, a pronta restituição das palavras e das histórias; a quarta, a descoberta da etimologia; a quinta, a consideração da **analogia**; a sexta, a **crítica dos poemas**, que é de todas as partes a mais bela.

(Dionísio Trácio, *Τέχνη Γραμματική*, in OLIVEIRA, 2011, p. 2536, tradução do autor, grifos nossos).

Cotejando-se as seis partes enumeradas por Dionísio Trácio com a divisão das gramáticas hodiernas, há diferenças bem visíveis. Na *Τέχνη Γραμματική*, não há menções à Sintaxe, nem à Semântica, embora o gramático alexandrino traga mais adiante subclassificações semânticas de algumas partes do discurso. A leitura experiente de acordo com os sinais prosódicos demonstra o zelo dos alexandrinos pela pronúncia correta dos textos literários, além do teor normativo inerente ao campo de estudos⁵³. A consideração da analogia, por seu turno, reforça o argumento de que o discurso gramatical se erigiu com base na analogia e na sistematização das regularidades linguísticas. Por fim, a sexta parte (a crítica dos poemas) mostra que o fazer gramatical está mais voltado para a prática filológica do que para a teoria ou para a especulação (NEVES, 2005).

Logo em seguida, Dionísio Trácio define *leitura*:

(9) - **Ἀνάγνωσις** ἐστὶ ποιημάτων ἢ συγγραμμάτων ἀδιάπτωτος προφορά.

(Dionísio Trácio, *Τέχνη Γραμματική*, in UHLIG, 1883, p. 6, grifos nossos).

A **leitura** é a enunciação correta de poemas e composições em prosa.

(Dionísio Trácio, *Τέχνη Γραμματική*, in OLIVEIRA, 2011, p. 2536, tradução do autor, grifos nossos).

O termo grego ἀνάγνωσις (“leitura”) também se pode traduzir por “recitação”. Para Dionísio Trácio, cada gênero literário requer uma maneira específica de ser lido ou recitado, de forma que a tragédia se deva ler heroicamente; a comédia, vivamente; a elegia, agudamente; a épica, vigorosamente; a poesia lírica, harmoniosamente; as lamentações, preguiçosa e chorosamente (OLIVEIRA, 2011, p. 2536). Com o intuito de orientar o ritmo e a

⁵³ O normativismo, de fato, perpassa a história milenar da Gramática, mas não necessariamente com os mesmos matizes ou objetivos, já que, em períodos posteriores da gramaticografia ocidental, a correta recitação de poemas passou a ocupar um lugar periférico na aprendizagem da norma culta.

entonação da leitura, deve o leitor atentar para os sinais de pontuação: final, médio e o ‘subponto’ (ou vírgula).

Feitas algumas considerações sobre os sinais de pontuação, segue-se uma descrição das letras (γράμματα) e dos respectivos sons⁵⁴. Dionísio arrola sete vogais (φωνήεντα, ‘soantes’), distinguindo-as em longas e breves, seis ditongos (δίφθογγοι) e dezessete consoantes (σύμφωνα), com inúmeras subclassificações. Ao tratar das consoantes ditas simples (ψιλὰ) κ, π, e τ e das ditas veladas (δασέα) χ, φ e θ, o autor traz algumas passagens dos poemas homéricos, a fim de mostrar certas correspondências fonéticas entre os dois grupos e os efeitos sonoros que eles podem gerar na poesia⁵⁵:

(10) - ἀντιστοιχεῖ δὲ τὰ δασέα τοῖς ψιλοῖς, τῷ μὲν π τὸ φ, οὕτως· ἀλλά μοι εἴφ’ ὄπη ἔσχεσ ἰὼν εὐεργέα νῆα <ι 279>

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 13, grifos nossos).

Existe, ainda, uma correspondência entre as veladas e as simples: como o **p** e o **p^h**, em: *Allá moi êiph’ hópei éskhes iòn euergéa nêa* (Od. 9. 279);

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2536, tradução do autor modificada, grifos nossos).

Tradução da passagem homérica: “Mas onde fundeaste a nau (...)”

(Odisseia, Canto IX, 279, tradução de VIEIRA⁵⁶, Trajano, 2014, p. 267).

A distinção entre as consoantes κ, π, e τ e as respectivas aspiradas χ, φ e θ mostra que Dionísio Trácio recorre, consciente ou inconscientemente, a um método semelhante ao de pares mínimos, por meio do qual ele pôde detectar a presença ou a ausência do traço de aspiração em consoantes homorgânicas. Segundo Neves (2005, p. 224), as classificações gramaticais são oriundas de sucessivas dicotomizações baseadas no método classificatório e definitório de Aristóteles.

Saindo do nível das letras e dos sons, Dionísio prossegue em ordem crescente na hierarquia linguística e vai para o nível da *sílaba* (συλλαβή), cuja definição é a seguinte:

⁵⁴ Não havia distinção conceitual entre letra e fonema.

⁵⁵ Segundo as terminologias fonéticas modernas, as consoantes χ, φ e θ nada mais são do que as correspondentes aspiradas de κ, π, e τ. Logo: o grupo κ [k], π [p], τ [t] contrasta com o grupo χ [k^h], φ [p^h] e θ [t^h] no traço da aspiração.

⁵⁶ VIEIRA, Trajano. **Odisseia / Homero**; edição bilíngue; tradução, posfácio e notas de Trajano Vieira; ensaio de Ítalo Calvino. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2014, 816 p.

(11) - **Συλλαβή** ἐστὶ κυρίως σύλληψις συμφώνων μετὰ φωνήεντος ἢ φωνηέντων, οἷον καρ, βοῦς· καταχρηστικῶς δὲ καὶ ἡ ἐξ ἐνὸς φωνήεντος, οἷον α η.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 16-17, grifos nossos).

Propriamente, **sílaba** é a reunião de consoantes com soante ou soantes, como *kar*, *bôus*; usualmente, também há a de uma só soante, como *a*, *e*.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2539, tradução do autor, grifos nossos).

Feitas as distinções entre sílabas longas e breves por meio de alguns exemplos extraídos dos poemas homéricos, Dionísio sobe mais um nível na hierarquia linguística e passa a tratar da *dicção* (λέξις) e da *oração* (λόγος), começando, como de praxe, pelas respectivas definições:

(12) - **Λέξις** ἐστὶ μέρος ἐλάχιστον τοῦ κατὰ **σύνταξιν** λόγου.

Λόγος δὲ ἐστὶ πεζῆς λέξεως σύνθεσις διάνοιαν αὐτοτελῆ δηλοῦσα.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 22, grifos nossos).

A **dicção** é a menor parte da oração em relação ao **arranjo**.

A **oração** é uma composição desde a simples dicção em prosa, manifestando um pensamento completo.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2540, tradução do autor, grifos nossos).

O termo grego λέξις é cognato do verbo λέγω (“dizer”) e significa genericamente “ato de dizer” ou “dicção” – daí a tradução em latim por *dictio*. Em Aristóteles, convém lembrar, a λέξις é o aspecto formal e retórico da linguagem, em oposição ao λόγος, que é o aspecto do conteúdo. No entanto, em Dionísio Trácio, esses dois termos têm acepções claramente distintas das aristotélicas. Na Τέχνη Γραμματική, a λέξις (“dicção”) é a unidade linguística hierarquicamente localizada logo acima da sílaba e logo abaixo do λόγος (“oração”), que, segundo o gramático alexandrino, é a menor unidade capaz de expressar um pensamento completo. Em sendo assim, a λέξις tem no tratado um sentido mais genérico de “palavra” ou “vocábulo”, ao passo que o λόγος tem um sentido mais genérico de “frase”, porque, nesse

caso, o que conta é a sua capacidade de expressar um pensamento completo – e não a presença de um núcleo verbal, nos termos em que a Sintaxe Tradicional define uma *oração*.

Na definição de λέξις transcrita no excerto (12), aparece o termo grego σύνταξιν (acusativo singular de σύνταξις), que é o étimo inequívoco de *sintaxe*. Porém, conforme a própria tradução de Oliveira (2011) o demonstra, Dionísio não emprega o referido termo no sentido técnico de “parte da Gramática dedicada à inter-relação e à disposição das palavras na frase”, mas num sentido genérico de “arranjo”. Do ponto de vista etimológico, σύνταξις vem do verbo composto συντάσσω (“pôr junto”), formado pelo prefixo de contiguidade συν- (“junto”) e pelo verbo τάσσω (“pôr”). Exemplos como esses só reforçam a necessidade de tradutores e historiógrafos operarem com cautela no âmbito terminológico, para não distorcerem inadvertidamente seus objetos.

Logo após a definição de λόγος (“oração”), Dionísio Trácio arrola as oito partes do discurso (μέρη λόγου), que são o cerne do pensamento gramatical na Antiguidade:

(13) - Τοῦ δὲ λόγου μέρη ἐστὶν ὀκτώ· ὄνομα, ῥῆμα, μετοχή, ἄρθρον, ἀντωνυμία, πρόθεσις, ἐπίρρημα, σύνδεσμος. ἢ γὰρ προσηγορία⁵⁷ ὡς εἶδος τῶ ὀνόματι ὑποβέβληται.

(Dionísio Trácio, *Τέχνη Γραμματική*, in UHLIG, 1883, p. 23, grifos nossos).

São oito as **partes da oração**: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. O apelativo é submetido, de fato, como um tipo ao nome.

(Dionísio Trácio, *Τέχνη Γραμματική*, in OLIVEIRA, 2011, p. 2540, tradução do autor, grifos nossos).

A divisão das oito partes do discurso (ou *partes da oração*) organizada por Dionísio Trácio tem similaridades evidentes com a hodierna divisão de dez classes gramaticais – substantivo, adjetivo, numeral, verbo, artigo, pronome, preposição, advérbio, interjeição e conjunção –, dando provas peremptórias de que elas são, de fato, a pedra angular sobre a qual a Gramática se erigiu (AUROUX, 1992). As poucas diferenças são as seguintes: 1) o substantivo, o adjetivo e o numeral compunham uma única classe, a do nome (ὄνομα), no que, curiosamente, a *Τέχνη Γραμματική* se assemelha às propostas classificatórias de alguns linguistas modernos (VIEIRA, 2018, p. 59); 2) o verbo e o particípio compunham classes distintas; 3) o pronome interrogativo compunha a classe do nome (ὄνομα), enquanto o

⁵⁷ O termo grego προσηγορία (“apelativo”), convém lembrar, designava apenas os nomes comuns, enquanto o termo ὄνομα (“nome”) designava apenas os nomes próprios.

pronome relativo compunha a classe do artigo (ἄρθρον), conforme se verá adiante; 4) a interjeição compunha a classe do advérbio (ἐπίρρημα). Para entender essas diferenças pontuais, é necessário analisar as definições dionisíacas para cada parte do discurso, bem como os critérios classificatórios empregados pelo gramático alexandrino.

A definição de *nome* (ὄνομα) na Τέχνη Γραμματική é a seguinte:

(14) - Ὅνομά ἐστι μέρος λόγου πτωτικόν, σῶμα ἢ πρᾶγμα σημαῖνον, σῶμα μὲν οἶον λίθος, πρᾶγμα δὲ οἶον παιδεία, κοινῶς τε καὶ ἰδίως λεγόμενον, κοινῶς μὲν οἶον ἄνθρωπος ἵππος, ἰδίως δὲ οἶον Σωκράτης. παρέπεται δὲ τῷ ὀνόματι πέντε γένη, εἶδη, σχήματα, ἀριθμοί, πτώσεις.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 24, grifos nossos).

O **nome** é uma parte **casual** da oração, **significando** corpo ou ação, corpo como ‘pedra’, ação como ‘educação’, enunciado de maneira comum ou própria, comum como ‘homem’, ‘cavalo’, própria como Sócrates. Há cinco **acidentes** para o nome: gênero, espécie, figura, número e caso.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2540, tradução do autor, grifos nossos).

A definição do *nome* se baseia em dois critérios: pelo critério morfológico, o *nome* é a parte casual (πτωτικόν) da oração, isto é, aquela que recebe as desinências de caso (πτώσις); pelo critério semântico, ele significa corpo ou ação. O fato de os adjetivos e os numerais gregos tomarem desinências de caso, assim como os substantivos, deve ter sido o fator determinante para que Dionísio Trácio os agrupasse na classe dos *nomes* (ὀνόματα), pois, a Gramática, na condição de conhecimento empírico (ἐμπειρία), privilegia justamente as características observáveis das unidades linguísticas. Nessa e nas demais definições das partes do discurso, Dionísio costuma recorrer a exemplos hipotéticos, como: *homem*, *cavalo* e *Sócrates*.

Os nomes também se definem pelos seus *acidentes* (παρέπεται): gênero, espécie, figura, número e caso, com base nos quais se formam as suas subclassificações. Quanto ao gênero podem ser masculinos, femininos ou neutros; quanto à espécie, primitivos ou derivados; quanto à figura, simples, sintéticos ou parassintéticos; quanto número, singulares, duais ou plurais; por fim, os casos em que os *nomes* podem se flexionar são os seguintes: reto,

genitivo, dativo, causativo e vocativo. Por serem de especial interesse para esta pesquisa, a seção seguinte dedicará aos cinco casos gregos uma análise mais detalhada.

Passado um extenso rol de 24 classificações semânticas dos *nomes* – *comum, próprio, epônimo, numeral, coletivo, interrogativo*⁵⁸, etc. –, vem a definição de *verbo* (ῥήμα):

(15) - Ῥῆμά ἐστι λέξις ἄπτωτος, ἐπιδεικτικὴ χρόνων τε καὶ προσώπων καὶ ἀριθμῶν, ἐνέργειαν ἢ πάθος παριστᾶσα. παρέπεται δὲ τῷ ῥήματι ὀκτώ, ἐγκλίσεις, διαθέσεις, εἶδη, σχήματα, ἀριθμοί, πρόσωπα, χρόνοι, συζυγίαι.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματικὴ, in UHLIG, 1883, p. 24, grifos nossos).

Verbo é dicção **sem caso**, capaz de indicar tempo, pessoa e número, exprimindo o **ativo** ou o **passivo**. Há oito acidentes para o verbo: modo, disposição, espécie, esquema, número, pessoa, tempo, conjugação.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματικὴ, in OLIVEIRA, 2011, p. 2545, tradução do autor, grifos nossos).

Em primeiro plano, percebe-se outra vez a primazia do critério morfológico ao definir-se o *verbo* como uma dicção sem caso (ἄπτωτος), em claro contraste com o *nome*, que é a parte casual (πτωτικόν) da oração. O *verbo* também se distingue morfológicamente por indicar pessoa, tempo e número e semanticamente por indicar se os processos verbais são ativos ou passivos (VIEIRA, 2018, p. 55).

Os *acidentes* verbais são oito: modo, disposição, espécie, esquema, número, pessoa, tempo, conjugação. Os modos verbais são cinco: definido, imperativo, desiderativo, subjuntivo e indesignativo. As disposições (διαθέσεις) correspondem às vozes verbais, que, em grego, são três: ativa, passiva e média. As espécies são apenas duas, primária e derivada, enquanto os esquemas são três: simples, sintético e parassintético⁵⁹. Os números são singular, dual e plural, para que possam concordar com os nomes na forma respectiva. As pessoas são primeira, segunda e terceira. Por fim, os tempos são presente, passado e futuro, tendo o passado quatro variedades em grego: durativo, adjacente, mais-que-perfeito e aoristo.

Após o *verbo*, vem a definição de *particípio* (μετοχή):

(16) - Μετοχὴ ἐστι λέξις μετέχουσα τῆς τῶν ῥημάτων καὶ τῆς τῶν ὀνομάτων ιδιότητος. παρέπεται δὲ αὐτῇ ταῦτ' ἅ καὶ τῷ ὀνόματι καὶ τῷ ῥήματι δίχα προσώπων τε καὶ ἐγκλίσεων.

⁵⁸ Os *nomes interrogativos* (ἐρωτηματικά) são, na terminologia atual, os pronomes interrogativos.

⁵⁹ Os esquemas e as espécies remetem à formação das palavras.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 60, grifos nossos).

O **particípio** é a dicção **que participa** da propriedade dos verbos e da dos nomes. Para ele, há os mesmos acidentes do que para o nome e o verbo, exceto pessoa e modo.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2547, tradução do autor, grifos nossos).

O *particípio* (μετοχή) recebe esse nome justamente porque **participa** das duas classes anteriores, *nome* e *verbo*, trazendo em si características de ambas. Do *nome* ele traz, por exemplo, as marcas de gênero, número e caso; do verbo ele traz a disposição (ativa ou passiva), tempo e o próprio sentido da ação verbal. Dionísio não exemplifica nem subdivide a híbrida classe dos particípios, mas, curiosamente, a palavra grifada no excerto (16) (μετέχουσα, ‘que participa’, proveniente do verbo μετέχω, ‘participar’) já serve como exemplo de particípio presente ativo.

Em seguida, vem a definição de *artigo* (ἄρθρον):

(17) - Ἄρθρον ἐστὶ μέρος λόγου **πρωτικόν, προτασσόμενον** † καὶ **ὑποτασσόμενον** τῆς κλίσεως τῶν ὀνομάτων. καὶ ἔστι προτακτικὸν μὲν ὁ, ὑποτακτικὸν δὲ ὁς.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 61, grifos nossos).

O **artigo** é uma parte **casual** do enunciado, **preposta** ou **posposta** à **flexão** dos nomes; há o preposto *ho* e o posposto *hós*.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2547, tradução do autor, grifos nossos).

Conforme o esperado, o critério morfológico aparece em primeiro plano na definição do *artigo* (ἄρθρον), que, assim como o *nome*, é uma parte casual (πρωτικόν) da oração, porém deste se diferencia pelo critério sintático. O *artigo*, do ponto de vista posicional, vem antes ou depois da flexão (κλίσις) dos *nomes*. O supradito artigo posposto ὅς nada mais é do que o pronome relativo grego, cuja similaridade física com o artigo preposto ὁ decerto induziu Dionísio Trácio a agrupá-los na mesma classe, além do fato de ambos sempre estarem atrelados a um *nome* da frase – daí o termo ἄρθρον (“juntura”, “articulação”). A título de

demonstração, o artigo anteposto (ou *definido*, segundo a terminologia moderna) assim se declina no masculino singular: ὁ (nominativo), τοῦ (genitivo) τῷ (dativo) e τόν (acusativo). O artigo posposto, por sua vez, assim se declina no masculino singular: ὅς (nominativo), οὗ (genitivo), ᾧ (dativo) e ὃν (acusativo). Cumpre ressaltar também que Dionísio Trácio classifica a interjeição interpelativa ὦ (em português *ó*) como a forma vocativa do artigo preposto ao dispô-la ao lado das demais flexões: ὁ τοῦ τῷ τόν ὦ (Dionísio Trácio, *Τέχνη Γραμματική*, in UHLIG, 1883, p. 62, grifos nossos). Para o *artigo*, conforme se pôde notar, há apenas três *acidentes*: gênero, número e caso.

Posteriormente, vem a definição de *pronome* (ἀντωνυμία):

(18) - Ἀντωνυμία ἐστὶ λέξις ἀντὶ ὀνόματος παραλαμβανομένη, προσώπων ὀρισμένων δηλωτική. Παρέπεται δὲ τῇ ἀντωνυμίαι ἕξ· πρόσωπα, γένη, ἀριθμοί, πτώσεις, σχήματα, εἶδη.

(Dionísio Trácio, *Τέχνη Γραμματική*, in UHLIG, 1883, p. 63, grifos nossos).

O **pronome** é uma dicção empregada **no lugar do nome**, indicando **pessoas definidas**. Para o pronome há seis acidentes: pessoa, gênero, número, caso, esquema, espécie.

(Dionísio Trácio, *Τέχνη Γραμματική*, in OLIVEIRA, 2011, p. 2547, tradução do autor, grifos nossos).

O *pronome* (ἀντωνυμία) é a *dicção* que, pelo critério morfossintático, substitui um nome e que, pelo critério semântico, indica as pessoas do discurso (VIEIRA, 2018, p. 56). A etimologia dessa denominação é autoexplicativa: o prefixo ἀντ(ί)- significa “no lugar de” e o radical -ωνυμ- é cognato de ὄνομα (“nome”). Curiosamente, a palavra grega ἀντωνυμία deu origem a outro termo gramatical: *antonímia*, na qual o prefixo ἀντ(ί)- possui a ideia de oposição ou contrariedade.

O pronome possui seis acidentes: pessoa, gênero, número, caso, esquema, espécie. Há três pronomes pessoais primários ἐγώ, σύ e ἔ (‘‘eu’’, ‘‘tu’’ e ‘‘ele’’)⁶⁰ e as formas derivadas respectivas ἐμός, σός e ὅς (‘‘meu’’, ‘‘teu’’ e ‘‘seu’’), que são, nos termos de hoje, os adjetivos possessivos⁶¹. Segundo Dionísio, os pronomes pessoais primários não têm marca de gênero,

⁶⁰ O pronome ἔ é o nominativo singular do pronome reflexivo de terceira pessoa. Trata-se de forma rara.

⁶¹ A rigor, os possessivos não se enquadram na definição de *pronome* exposta por Dionísio porque não substituem um *nome* (BASSETTO, 2004, p. 90). O gramático alexandrino os enquadrou nessa classe pelo fato de eles derivarem dos *pronomes pessoais*.

cabendo à dêixis (δείξις) apontar o sexo do ser. As formas derivadas tampouco indicam o sexo do possuidor, mas concordam em gênero com o nome da coisa possuída. Os pronomes pessoais possuem três números: no singular, ἐγώ, σύ e ἑ (‘‘eu’’, ‘‘tu’’ e ‘‘ele’’); no dual, νῶϊ e σφῶϊ (‘‘nós dois’’, ‘‘vós ambos’’); no plural, ἡμεῖς, ὑμεῖς e σφεῖς (‘‘nós’’, ‘‘vós’’ e ‘‘eles’’). Assim como os nomes, eles recebem flexão de caso, mas, dentre os pronomes primários, apenas o de segunda pessoa σύ (‘‘tu’’) tem vocativo. Quanto aos esquemas, eles podem ter forma simples (e.g. ἐμοῦ, ‘‘de mim’’) ou sintética (e.g. ἐμαυτοῦ, ‘‘de mim mesmo’’), e, quanto às espécies, podem ser primitivos ou derivados, a exemplo dos pronomes pessoais e dos adjetivos possessivos já citados⁶².

Uma questão ainda não resolvida diz respeito à classe em que Dionísio Trácio enquadraria os chamados *pronomes demonstrativos*, pela terminologia atual. Segundo Neves (2005, p. 167, nota 56), não se pode assegurar que o gramático alexandrino os enquadrasse na classe dos pronomes (ἀντωνυμῖαι) porque ‘‘eles [os demonstrativos] não se encaixam entre os primitivos, porque distinguem gênero, nem entre os derivados, porque não são bipessoais’’. Haveria então outras duas possibilidades classificatórias: *nome anafórico* (ὄνομα ἀναφορικόν), porque podem se ligar anaforicamente a outras palavras da frase, ou *artigo* (ἄρθρον), porque estabelecem articulações. Entretanto, como o autor não cita os demonstrativos em nenhuma parte do tratado, as soluções para o problema continuam sendo, na prática, conjecturas e especulações.

Passadas as subclassificações pronominais, vem a definição de *preposição* (πρόθεσις):

(19) - **Πρόθεσις** ἐστὶ λέξις **προτιθεμένη** πάντων τῶν τοῦ λόγου μερῶν ἔν τε **συνθέσει** καὶ **συντάξει**. εἰσὶ δὲ αἱ πᾶσαι προθέσεις ὀκτώ καὶ δέκα, ὧν μονοσύλλαβοι μὲν ἔξ· ἐν, εἰς, ἐξ, σύν, πρό, πρόσ, αἵτινες οὐκ ἀναστρέφονται· δισύλλαβοι δὲ δύο καὶ δέκα, ἀνά, κατά, διά, μετά, παρά, ἀντί, ἐπί, περί, ἀμφί, ἀπό, ὑπό, ὑπέρ.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 70, grifos nossos).

A **preposição** é uma dicção **preposta** a todas as partes do enunciado, em **composição** e em **arranjo**. As preposições todas são dezoito, das quais seis são monossilábicas: *en, eis, eks, sýn, pró, prós*, nas quais não há anástrofe [*i.e.*

⁶² Para além dessas subclassificações morfológicas, Dionísio Trácio também diferencia os pronomes pessoais e os adjetivos possessivos no seguinte aspecto sintático: os primeiros não podem receber artigo, mas os segundos podem (e.g. ὁ ἐμός, ‘‘o meu’’). Por isso, os pronomes pessoais são inarticulados, e os adjetivos possessivos são articulados.

inversão]; e doze, dissilábicas: *aná, katá, diá, metá, pará, antí, epí, perí, amphí, apó, hypó, hypér.*

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2548, tradução do autor, grifos e observações nossos).

O excerto (19) mostra que a *preposição* se define pelo critério sintático ou, mais especificamente, pela sua anteposição às demais partes do discurso, seja em composição (σύνθεσις), seja em arranjo (σύνταξις) – daí o termo πρόθεσις, formado pelo prefixo προ- (“antes de”) e pelo substantivo θέσις (“posição”). As preposições gregas podem, muitas vezes, atuar como prefixos e formar palavras compostas, a exemplo do já citado ἀντί (“no lugar de”), que atua como preposição em ἀντὶ ὀνόματος (“no lugar do nome”) e como prefixo em ἀντονομάζω (“chamar por outro nome”). Mais uma vez, convém lembrar, o termo grego συντάξει (dativo singular de σύνταξις) **não** tem no excerto o sentido técnico e gramatical de “sintaxe”, motivo pelo qual Oliveira (2011) o traduziu novamente por “arranjo”.

Dionísio Trácio distingue as preposições em dois grupos com base no número de sílabas, monossilábicas e dissilábicas, mas não traz qualquer subclassificação semântica nem exemplos em frases. Conquanto o gramático alexandrino não tenha dado mais detalhes, ele e seus contemporâneos tiveram a acuidade analítica necessária para distinguir a *preposição* (πρόθεσις) e a conjunção (σύνδεσμος).

Em seguida, vem a definição de *advérbio* (ἐπίρρημα):

(20) - Ἐπίρρημά ἐστι μέρος λόγου ἄκλιτον, κατὰ ῥήματος λεγόμενον ἢ ἐπιλεγόμενον ῥήματι.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 72, grifos nossos).

O **advérbio** é uma parte do enunciado **sem flexão**, dita do verbo ou relacionada ao verbo.

(Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2548, tradução do autor, grifos e observações nossos).

Pelo critério morfológico, o *advérbio* é uma parte do discurso sem flexão (ἄκλιτον) e, pelo critério sintático, é uma parte do discurso relacionada ao verbo – daí a denominação ἐπίρρημα (ἐπί “próximo” e ῥήμα “verbo”), que substitui a antiga denominação μεσότης (“lugar do meio”), utilizada pelos estoicos. Embora o autor considere que o papel precípuo

dos advérbios é relacionar-se com os verbos, também poderiam eles relacionar-se com nomes adjetivos e com outros advérbios na língua grega, assim como em português.

Dionísio Trácio apresenta uma única subclassificação morfológica para o advérbio: simples ou composto, a exemplo de *πάλαι* (“há tempos”) e *πρόπαλαι* (“há muito tempo”) respectivamente.

Por outro lado, ele apresenta incríveis 26 subclassificações semânticas para o advérbio – de tempo, modo, qualidade, quantidade, número, lugar, *etc.* –, das quais algumas, segundo a terminologia gramatical moderna, seriam interjeições. É caso do dito advérbio de instrução *εἶα* (“vamos!”), cujo papel na frase é o de uma interjeição exortativa. Pelo critério sintático, não parece fazer tanto sentido a um leitor de hoje incluir as interjeições na classe dos advérbios, uma vez que elas não se relacionam diretamente com os verbos, porém um dos critérios classificatórios preponderantes na *Τέχνη Γραμματική* é o morfológico, de acordo com o qual ambas as classes são **invariáveis**. Por ser a Gramática alexandrina um conhecimento empírico dos fatos linguísticos, o aspecto físico e observável das palavras tem primazia sobre o seu aspecto relacional. Isso ajuda a entender por que Dionísio Trácio não reserva às interjeições uma classe à parte.

Por último, a definição de *conjunção* (σύνδεσμος):

(21) - **Σύνδεσμός** ἐστὶ λέξις **συνδέουσα** διάνοιαν μετὰ τάξεως καὶ τὸ τῆς ἐρμηνείας κεκηνὸς δηλοῦσα.

(Dionísio Trácio, *Τέχνη Γραμματική*, in UHLIG, 1883, p. 86, grifos nossos).

A **conjunção** é uma dicção **que conjuga** o pensamento com ordenação, indicando a interpretação do discurso.

(Dionísio Trácio, *Τέχνη Γραμματική*, in OLIVEIRA, 2011, p. 2550, tradução do autor, grifos e observações nossos).

Por critérios sintáticos e textuais, cabe à conjunção ligar ordenadamente os pensamentos e, por critérios semânticos, indicar a interpretação do discurso (VIEIRA, 2018, p. 56). A ideia de ligação está contida na própria etimologia do termo: σύνδεσμος vem do verbo composto συνδέω, no qual constam o prefixo συν- (“junto”) e o verbo δέω (“ligar”). Dionísio Trácio arrola oito subclassificações semânticas para as conjunções: copulativas, disjuntivas, conectivas, “paraconectivas”, causais, as dubitativas, silogísticas e expletivas.

Segundo ele, outros autores da sua época acrescentavam as opositivas, o que, por si só, já sugere a existência de gramáticas gregas anteriores à Τέχνη Γραμματική.

As definições aqui transcritas e comentadas mostram que Dionísio Trácio recorre sobremaneira a critérios morfológicos e semânticos para descrever as partes do discurso – procedimento utilizado até hoje nas gramáticas contemporâneas para descrever as classes gramaticais. Tal similitude entre as definições dionisíacas e as modernas é prova inconteste de que a gramática ocidental está alicerçada na Gramática Grega, tendo a Morfologia ao centro. Diferentemente dos sofistas, dos filósofos clássicos e dos estoicos, cujas reflexões linguísticas buscavam atender às demandas de outras áreas do saber, os alexandrinos, segundo o exposto nas páginas anteriores, fizeram da língua um objeto de estudo autônomo, com vistas à interpretação das obras literárias e à formação filológica dos seus discípulos.

4.1.3 A ausência da Sintaxe na Τέχνη Γραμματική

Dionísio Trácio não dedica à Sintaxe nenhum parágrafo do seu tratado, tampouco se põe a analisar a estrutura frasal da língua grega. Em verdade, as poucas passagens homéricas transcritas na Τέχνη Γραμματική foram aduzidas para explicar fenômenos fonéticos, em vez de fenômenos sintáticos. Bassetto (2004) dá a seguinte explicação para a ausência da Sintaxe no alvorecer da ciência gramatical:

(...) a arte da gramática não tinha uma finalidade em si mesma; não propunha hipóteses ou teorias, mas estudava o texto escrito, a κοινή literária. De fato Dionísio e seus comentaristas partiam da frase já construída, da sintaxe, e decompunham, analisavam e classificavam seus elementos constitutivos. Precisamente por terem como ponto de partida essa visão sintagmática, não sentiram a necessidade de tratar especificamente da sintaxe. Nessa perspectiva, entendem-se perfeitamente as seis partes nas quais Dionísio dividiu sua gramática, reflexo da filosofia do trabalho filológico dos alexandrinos dos séc. III e II a.C, cujo objeto é o texto, particularmente o poético.

Quando essa ligação direta do que se entendia por gramática com o texto se tornou mais tênue ou se esvaiu, perdendo-se com isso aquela visão eminentemente sintagmática, surgiu a necessidade do estudo específico da sintaxe. Isso vai ocorrer com Apolônio Díscolo, três séculos depois de Dionísio Trácio. (BASSETTO, 2004, p. 83-84, grifos nossos).

Em linhas gerais, Bassetto (2004) assevera que o foco da Gramática no texto escrito, no qual as frases já estão construídas e bem estruturadas do ponto de vista sintagmático, tornava desnecessário um tratamento mais específico sobre a Sintaxe, mas, quando o fazer gramatical se desligou da dimensão textual, teria surgido assim a necessidade de estudar as questões sintáticas. Tal explicação, além de não ser muito convincente, é muito pouco

elucidativa. Afinal, por que um estudo focado no texto torna desnecessário um tratamento mais específico sobre a Sintaxe e por que uma eventual inversão desse foco o torna mais necessário? A relação entre a causa e o efeito é pouco transparente. Neves (2005), por seu turno, apresenta uma explicação mais plausível para a ausência da Sintaxe em Dionísio Trácio:

De modo significativo, a sintaxe é praticamente ignorada na gramática incipiente, pois, naquele estágio, ela infalivelmente teria compromisso com a lógica, como, de fato, vai ter Apolônio Díscolo. Sistema de relações **abstratas**, a sintaxe significaria um prosseguimento de investigações teóricas, uma deriva das considerações filosóficas, e a gramática nascente, afinal, é uma disciplina que só tem sentido enquanto **empírica**. (NEVES, 2005, p. 132, grifos nossos).

Em resumo, a ausência da Sintaxe em Dionísio Trácio se explica por motivos **epistemológicos**. Se a Gramática é, por definição, o conhecimento empírico de fatos de língua, não surpreende que à Fonética e à Morfologia se tenham delegado papéis de relevo, em detrimento da Sintaxe. Afinal, os sons linguísticos e os itens lexicais são unidades de natureza concreta, ao passo que as relações sintáticas são de natureza abstrata. Além disso, a elaboração de um modelo sintático do tipo *sujeito-predicado* exigiria dos alexandrinos um desvelo teórico destoante da finalidade prática e filológica da Gramática, à época do seu nascimento. Mais uma vez, a oposição dialética entre posturas racionalistas e o empiristas, prevista no modelo pendular descrito por Koerner (1989, p. 52-53), ajuda a elucidar problemas pontuais em Historiografia.

4.1.4 A terminologia (morfo)ssintática na Τέχνη Γραμματική: a *camada técnica*

A inexistência da Sintaxe na Τέχνη Γραμματική não implica inexistência de terminologias morfossintáticas no tratado. Ao abordar das flexões casuais dos *nomes* (ὀνόματα), Dionísio Trácio cita os casos gregos, sem explicar o seu uso seletivo nem apresentar exemplos explicativos. Não obstante essas lacunas, o exame das terminologias empregadas para nomeá-los pode dar pistas sobre o tácito pensamento sintático do autor, pois uma das premissas desta pesquisa é que os casos morfológicos fazem as vezes do que hoje se convencionou chamar de *termos da oração*.

O primeiro caso (πῶσις) apresentado por Dionísio se chama *reto* (ὀρθή), *nominativo* (ὀνομαστική, de ὄνομα) ou *direto* (εὐθεΐα). As três denominações têm basicamente a mesma ideia: a de estabelecer uma relação reta e direta entre o *nome* e a coisa nomeada; noutras palavras, o *caso nominativo* é aquele “nomeia” os *nomes*. Ou, como bem resumiu Oliveira

(2011, p. 2542, nota 1), ele é a relação primeira entre o significante e o significado. Quando se quer declarar algo sobre algum ser ou sobre algum objeto, o *nome* que os designa fica no *nominativo*, quer seja um sujeito ativo, quer seja um sujeito passivo: ὁ ἄνθρωπος τὸν φίλον ὀρᾷ (“o homem vê o amigo”), ὁ ἄνθρωπος ὑπὸ τοῦ φίλου ὀρᾶται (“o homem é visto pelo amigo”). Não surpreende, pois, que os dicionários de grego e os de latim optem por utilizar justamente o *nominativo* na entrada dos verbetes. Nas gramáticas portuguesas, vale lembrar, chamam-se *retos* os pronomes pessoais oriundos do nominativo latino.

O segundo caso se chama *genitivo* (γενική, de γένος, “raça”, “gênero”), *possessivo* (κτητική, de κτήσις, “posse”) ou *paternal* (πατρική, de πατήρ, “pai”). Tais denominações se referem a duas funções típicas desse caso morfológico: a de especificar o tipo, a raça ou a linhagem a que algo ou alguém pertence (e.g. ὁ υἱὸς Πέτρου, “o filho de Pedro”) e a de indicar o possuidor (e.g. τὸ βιβλίον τοῦ φίλου, “o livro do amigo”). Ele também pode desempenhar o papel de um complemento do nome.

O terceiro caso se chama *dativo* (δοτική, do verbo δίδωμι, “dar”) ou *epistolar* (ἐπισταλτική, de ἐπιστολή, “epístola”). O *dativo* é assim chamado porque representa na frase, entre outras coisas, o beneficiário do verbo *dar* e de outros verbos semanticamente próximos: ὁ ἄνθρωπος τῷ φίλῳ ἔδωδὴν δίδωσιν (“o homem dá comida ao amigo”). Ele também se chama *epistolar* porque a pessoa à qual se endereça uma epístola fica nesse mesmo caso morfológico.

O quarto caso se chama *causativo* (αἰτιατική, de αἰτία, “causa”) ou *conforme o causativo* (κατ’ αἰτιατικὴν). Segundo Oliveira (2011, p. 2542, nota 4), essa ideia de “causa” é mais abstrata e menos elucidativa que a dos demais casos morfológicos, porém o verbo αἰτέω (“busco”, “exijo”) pode solucionar a questão ao dar a ideia de que verbos transitivos **buscam** ou **exigem** um complemento verbal no *causativo* para que este lhes complete o sentido: ὁ ἄνθρωπος τὸν φίλον ὀρᾷ (“o homem vê o amigo”). O termo *acusativo* (do latim *accusativus*), que se consagrou nas gramáticas ocidentais, é fruto de uma tradução errônea por parte de Varrão, conforme se antecipou na seção 2.5. Atualmente, o termo *causativo* se usa para designar verbos cujos sujeitos **causam** a ocorrência de outra ação (e.g. *Ele mandou os meninos saírem*, em que a ação de *mandar* causa a ação de *sair*).

O último caso se chama *vocativo*⁶³ (κλητική, do verbo καλέω, “chamar”) ou *interpelativo* (προσαγορευτική, do verbo προσαγορεύω, “saudar”, “interpelar”). As duas

⁶³ Termo derivado do latim *vocare* (“chamar”).

denominações são autoexplicativas. Trata-se do caso morfológico usado para fazer chamamentos e interpelações: μη φρόντιζε, φίλε (“não te preocupes, amigo”).

Outros termos morfossintáticos merecem destaque. Para designar o *caso*, usa-se o substantivo πτώσις (“queda”, do verbo πίπτω, “cair”), de há muito corrente entre os filósofos estoicos, mas o seu uso especializado tem origem obscura (ROBBINS, 1967:1983, p. 21). Segundo Ronzitti⁶⁴ (2013), o termo em sânscrito para designar a flexão nominal é विभक्ति (vibhakti), que significa originalmente “divisão” e cuja trajetória desde os rituais hindus até a ciência gramatical é razoavelmente conhecida⁶⁵; porém, o mesmo não sucede com o termo grego πτώσις (“queda”), uma vez que a metáfora física a ele subjacente se perdeu no tempo, dando margem a muitas especulações. Para a *flexão*, usa-se o termo κλίσις⁶⁶ (“inclinação”), que também já era corrente entre os estoicos. Para a *conjugação*, usa-se συζυγία (“união”), dando a entender que as formas verbais conjugadas estão unidas ou irmanadas num mesmo paradigma flexional. Para a *voz verbal*, usa-se διάθεσις (“disposição”, “maneira de ser”), que pode ser ativa (ἐνέργεια), passiva (πάθος) ou média (μεσότης).

Os exemplos aqui arrolados mostram que boa parte da terminologia gramatical tem origem filosófica, ainda que, devido a eventuais distorções e ressignificações, tal origem possa ter se obscurecido (BASSETTO, 2004, p. 84). Essa transladação terminológica se enquadra no quarto *parâmetro clássico* tratado por Swiggers (2010b), conforme o exposto na seção 2.5: o *empréstimo disciplinar*. Filósofos e gramáticos pinçaram palavras comuns do léxico grego e deram a elas um sentido especializado, recorrendo muitas vezes a metáforas ou metonímias. No parágrafo anterior, percebe-se uma forte conotação física nos termos relativos aos processos morfossintáticos: πτώσις (“queda”) designa o *caso morfológico*; κλίσις (“inclinação”) designa a *flexão*; συζυγία (“união”) designa a *conjugação*. Por outro lado, o termo διάθεσις (“disposição”, “maneira de ser”), com que se designa a *voz verbal*, tem conotação mais metafísica e ontológica. A denominação dos *casos* mescla o sentido e a função prototipicamente exercidos por eles, de modo que: o *nominativo* (ὀνομαστική) “nomeie” os *nomes*; o *genitivo* (γενική) indique o tipo, a raça ou a linhagem a que algo ou alguém pertença; o *dativo* represente o beneficiário da ação de *dar*; o *causativo* sinalize o ser ou objeto sobre o qual incide a ação do verbo; e o *vocativo* aponte o ser a quem se dirige um

⁶⁴ RONZITTI, Rosa. **Antico indiano vibhakti- e greco πτώσις**: preistoria di due diverse metafore della flessione nominale. *Linguistica e Filologia* 33 (2013): pp. 7-34.

⁶⁵ Segundo a própria Ronzitti, muitos conceitos oriundos da religião hindu se espalharam para outras áreas do saber, inclusive a Gramática.

⁶⁶ Do verbo κλίνω (“inclino”, “inclinat”).

chamamento. Conforme se verá noutros capítulos, muitos termos sintáticos se originaram na Lógica, de onde foram trasladados para a Gramática.

4.2 Marco Terêncio Varrão

4.2.1 A Gramática chega a Roma

Diferentemente dos estados helênicos, a República Romana era um estado centralizado numa única cidade, Roma, à qual as demais cidades de língua e cultura itálicas se sujeitaram por meio de acordos políticos ou por meio de intervenções militares. Resolvidos muitos dos seus conflitos internos no início do século III a.C., Roma pôde voltar suas atenções a inimigos estrangeiros, com quem passaria a disputar terras e a hegemonia comercial no Mar Mediterrâneo. É o caso dos gauleses ao norte na Gália Cisalpina, dos cartagineses a sudoeste no Mar Tirreno e das colônias gregas a sudeste numa região chamada Magna Grécia, na Itália Meridional (GUARINELLO, 2019, p. 127-128). O contato com a civilização helênica deu início à transladação da cultura, das religiões, da Filosofia e da Literatura gregas para o mundo romano, onde foram cultivadas e adaptadas ao gosto dos receptores. O surgimento da Gramática Latina no século I a.C. é, portanto, parte desse longo processo.

No ano 275 a.C., os romanos obtiveram uma vitória estratégica na Batalha de Benevento, na qual derrotaram o famigerado Pirro, rei do Epiro, e após a qual anexaram todo o sul da Península Itálica. Da cidade de Tarento, na Magna Grécia, teria vindo anos depois o primeiro grande nome da Literatura Latina no período arcaico, Lívio Andronico (c. 280 - 200 a.C.), que não só traduziu versos homéricos para o latim, como também elaborou comédias e tragédias à moda grega. Cneu Névio (c. 275 - 200 a.C.), oriundo da região da Campânia, elaborou não só comédias com mesclas de elementos romanos e gregos, como também o poema épico *Bellum Poenicum*, do qual restam fragmentos. Mais tarde, surgem os célebres nomes de Plauto (255? - 184 a.C.), autor de dezenas de comédias com nítida influência grega, e de Quinto Ênio (239 - 169 a.C.), autor de diversas obras, com destaque para o poema épico *Annales*, que narra em versos hexâmetros as glórias romanas desde o mitológico Eneias até a Segunda Guerra Púnica (218 - 201 a.C.). Em suma,

A literatura romana é, portanto, a mais direta continuadora da literatura grega, a sua maior e melhor herdeira. Roma recebe esta herança, assimila-a e, com o auxílio de seu espírito original, renova-a. Por aí se vê como a literatura romana não é imitadora da grega, mas sim uma continuadora. (LEONI⁶⁷, 1976, p. 9).

Embora a Literatura Latina (ou *romana*), até o início do século III a.C., fosse modesta e só viesse a adquirir pujança e esplendor após o seu contato com a Literatura Grega, não se pode dizer que uma é imitação da outra, dada a relativa originalidade e o espírito nacionalista

⁶⁷ LEONI, G. D. **A Literatura de Roma**. 12ª edição. São Paulo: Livraria Nobel S. A., 1976.

de seus autores. De maneira análoga, conforme se verá nas próximas seções, a Gramática Latina não é mera imitação da Gramática Grega.

Se o século III a.C. marca o início da expansão romana para terras aloglotas, o século II a.C. marca a consolidação de Roma como a única superpotência mediterrânea. Com efeito, a subjugação da Grécia Continental e de parte da Ásia Menor, a destruição de Cartago no norte da África, a anexação da Gália Transalpina, no atual sul da França, e o sufocamento de revoltas na Ibéria garantiram à República o controle das principais redes de comércio no Mar Mediterrâneo. Além disso, as campanhas militares bem sucedidas fizeram chegar à Península Itálica muitos espólios de guerra e uma notável fartura de escravos, de sorte que as elites romanas experimentassem um enriquecimento sem precedentes no outrora agreste Lácio (GUARINELLO, 2019, p. 129). O mapa abaixo ilustra a expansão territorial na segunda metade do período republicano:

Figura 6 - A expansão romana entre 201 e 100 a.C.



Fonte: <https://www.ancient.eu/image/131/map-of-2nd-century-roman-expansion/>

O enriquecimento das elites não foi apenas material, mas também cultural e intelectual. Segundo o historiador grego Políbio (c. 203 a.C. - 120 a.C.), após a vitória romana na Batalha de Pidna, travada em 168 a.C. na Macedônia, grande número de sábios e pedagogos helênicos, incluindo filósofos e gramáticos, foram levados a Roma, onde foram acolhidos por famílias nobres e influentes (CORADINI, 1999, p. 320-330). Segundo o historiador romano Suetônio (69 - 141 d.C.), o surgimento da Gramática Latina se deu de maneira lenta e obscura. Por volta de 170 a.C., o sábio estoico Crates de Malos teria realizado na capital da República conferências sobre Filologia e Literatura, impulsionando ambas as

áreas e fomentando discussões acerca da dicotomia *analogia-anomalia*. Décadas mais tarde, por volta do ano 100 a.C., o filólogo Élio Estilão (c. 154 - 74 a.C.), futuro mestre de Varrão, esteve na ilha de Rodes e lá chegou a se encontrar com Dionísio Trácio, provável autor da Τέχνη Γραμματική (*ibidem*). Todos esses fatos e personagens históricos, além do próprio amadurecimento do latim como língua literária, criaram um ambiente epistemológico favorável ao nascimento da Gramática Latina, cuja mais antiga e conhecida obra é o *De Lingua Latina*, de Marco Terêncio Varrão.

4.2.2 Marco Terêncio Varrão e o *De Lingua Latina*

Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.), nascido em Reate no Lácio e eminente discípulo do filólogo Élio Estilão (c. 154-74 a.C.) e do filósofo Antíoco de Ascalão (130-68 a.C.), foi um exímio polímata nos turbulentos tempos que suscitaram o fim do período republicano. Autor de uma vasta obra em diversas áreas do saber, como Gramática, Filosofia, Direito, Poesia e Teatro, a sua opulência intelectual garantiu-lhe a admiração não só de seus contemporâneos, como também de muitos sucessores na Antiguidade Tardia, na Idade Média e na Idade Moderna. Quintiliano (35-95 d.C.), por exemplo, o considerava *vir romanorum eruditissimus*, ou seja, o homem mais erudito entre os romanos (*Institutio Oratoria*, X, 1). Ao longo da vida, Varrão deve ter escrito mais de 600 livros, dos quais a maioria se perdeu. Até nós, só chegaram alguns dos livros que compunham um tratado sobre a agricultura, denominado *De Re Rustica*, e alguns dos que compunham um tratado sobre o latim, denominado *De Lingua Latina* (literalmente: Sobre a língua latina) (VALENZA, 2010, p. 3-4).

O *De Lingua Latina* era composto originalmente por 25 livros, redigidos entre 47 e 45 a.C. e publicados após a morte de Cícero, dois anos depois. Desses só restaram os livros V, VI e VII, que tratam de Etimologia, e os livros VIII, IX e X, que tratam de duas dicotomias: a já conhecida *analogia-anomalia* e a inédita *declinatio voluntaria-declinatio naturalis*, que subjaz à hodierna distinção entre derivação e flexão (VALENZA, 2010, p. 5). Os livros de XIV a XIX eram dedicados à Sintaxe, mas o pouco que se sabe sobre eles vem de alusões feitas por outros autores. Do ponto de vista textual e organizacional, as duas tríades supérstites do *De Lingua Latina* não formam uma gramática *stricto sensu*, pois nelas não há a tradicional e esquemática divisão em Fonologia, Morfologia e Sintaxe – no que a obra, portanto, se distancia da Τέχνη Γραμματική, de Dionísio Trácio. Em verdade, como o foco do polímata latino é discutir a origem das palavras na primeira tríade (V, VI e VII) e propor

soluções conciliatórias para as duas mencionadas dicotomias na segunda (VIII, IX e X), faz mais sentido equiparar o texto varroniano a um ensaio linguístico do que a uma gramática, conforme sugere Valenza (2010, p. 162). Paralelamente a essas discussões centrais, o autor vai aduzindo não só diversos fatos de língua – partes do discurso, nomes, verbos, declinações, *etc.* –, como também os seus critérios classificatórios, a fim de sustentar a sua argumentação.

No livro VII, Varrão explicita as três partes em que procurou estruturar o *De Lingua Latina*:

(22) - *Quocirca quoniam omnis operis De lingua Latina tris feci partes, primo quemadmodum uocabula imposita essent rebus, secundo quemadmodum ea in casus declinarentur, tertio quemadmodum coniungerentur...*

(Varrão, VII, 110, in CORADINI, 1999, p. 111).

Por conseguinte, como eu dividi a obra toda (o *De Lingua Latina*) em três partes, a primeira, como os nomes foram impostos às coisas (= Etimologia), a segunda, como eles se declinam nos seus diferentes casos (= Morfologia) e a terceira, como eles se articulam (= Sintaxe)...

(*ibidem*, tradução e observações do autor).

No início do livro VIII, Varrão torna a mencionar a divisão tripartite do discurso (*oratio*), que serviu de base para a divisão da própria obra:

(23) - *Quom oratio natura tripartita esset, ut superioribus libris ostendi, cuius prima pars, quemadmodum uocabula rebus essent imposita, secunda, quo pacto de his declinata in discrimina ierint, tertia, ut ea inter se ratione coniuncta sententiam efferant...*

(Varrão, VIII, 1, in CORADINI, 1999, p. 111)

Como a linguagem, como mostrei nos livros anteriores, se apresenta, por natureza dividida em três partes, sendo a primeira como as palavras foram impostas às coisas (=Etimologia), a segunda, de que forma as palavras derivadas dessas passam a ter significações diferentes (= Morfologia), a terceira, como as palavras, logicamente relacionadas entre si, expressam uma sentença (= Sintaxe)...

(*ibidem*, tradução e observações do autor).

Os textos remanescentes de Varrão estão coligidos num códice denominado *Codex Laurentianus*, do século XI, guardado na Biblioteca Laurenciana, em Florença. A versão do texto latino aqui utilizado e a tradução respectiva estão na dissertação *De Lingua Latina, de Marco Terêncio Varrão: tradução dos livros VIII, IX e X*, de Giovanna Mazzaro Valenza (2010). A tradutora se baseia na edição crítica de R. G. Kent⁶⁸ (1951), que fez acréscimos e correções ao *Codex Laurentianus* baseados noutros 13 manuscritos (VALENZA, 2010, p. 18-19). A análise que se seguirá nas próximas seções concerne apenas à segunda tríade de livros supérstites (VIII, IX e X), que tratam mais diretamente da morfologia do latim.

4.2.3 A análise da obra *De Lingua Latina*

Não se sabe ao certo se Varrão conhecia a gramática de Dionísio Trácio, mas é fato demonstrável a existência de algumas descontinuidades teóricas relevantes entre o *De Lingua Latina* e a Τέχνη Γραμματική. Enquanto os alexandrinos eram analogistas convictos, numa clara oposição aos anomalistas pergamenos, o polímata latino optou por uma postura conciliatória, reconhecendo que na língua coexistem regularidades e irregularidades. Outra diferença a ser destacada é o número de partes do discurso apresentado por ambos os autores: Dionísio Trácio lista oito partes, Varrão lista apenas quatro, com algumas subclassificações. Por outro lado, segundo uma citação indireta do gramático latino tardio Mário Vitorino (século IV d.C.), Varrão teria definido a Gramática de modo quase idêntico a Dionísio Trácio:

(24) - *ut Varroni placet, ars **grammatica**, quae a nobis **litteratura** dicitur, scientia est <eorum> quae a poetis historicis oratoribusque dicuntur ex parte maiore. eius praecipua officia sunt quattuor, ut ipsi placet, scribere legere intellegere probare.*

(Mário Vitorino, in FUNAIOLI, *Grammaticae romanae fragmenta*, 1907, p. 265, grifos nossos).

(...) segundo Varrão, a arte **gramática**, que é chamada por nós de **litteratura**, é a ciência daquilo que é dito pelos poetas históricos e oradores na maior parte das vezes. Os seus papéis precípuos são quatro, segundo ele: escrever, ler, compreender e julgar.

(*ibidem*, tradução e grifos nossos).

⁶⁸ KENT, R. G. *On the latin language. [De Lingua Latina]*. Cambridge: Mass., Harvard University Press; London : W. Heinemann, 1951.

A semelhança com a definição dionisiaca, transcrita no excerto (7), é inequívoca: Γραμματική ἐστὶν ἐμπειρία τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσιν ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων. (“Gramática é o conhecimento empírico do que se diz frequentemente entre poetas e prosadores”). Há uma ênfase no modelo de língua usado pelos poetas, pelos prosadores e pelos oradores. Além disso, nota-se que os latinos viriam a decalcar o termo grego γραμματική, derivado de γράμμα (“letra”), por *litteratura*, derivado do latim *littera* (“letra”). Porém, como é sabido, a Gramática e a Literatura se consolidariam séculos depois como áreas do saber de objeto e finalidade distintos.

A segunda tríade varroniana segue o esquema teórico composto por tese, antítese e síntese (CORADINI, 1999, p. 112): o livro VIII traz argumentos favoráveis à anomalia, o livro IX traz argumentos favoráveis à analogia, e o livro X traz os fundamentos dessa dicotomia, sintetizando-os. Ao longo da sua argumentação, o tratadista apresenta as partes do discurso, os seus critérios classificatórios, a dicotomia *declinatio voluntaria vs declinatio naturalis*, além de algumas considerações sobre a natureza da linguagem.

Nas primeiras linhas do livro VIII, conforme o transcrito no excerto (23), Varrão assevera que a linguagem (*oratio*) é, por natureza, dividida em três partes: uma relativa à imposição das palavras às coisas (Etimologia), uma relativa às derivações ou às declinações⁶⁹ das palavras (Morfologia) e outra relativa à articulação de palavras (Sintaxe). No parágrafo 5, o autor distingue dois desses conceitos-chave: a imposição (*impositio*) e a declinação (*declinatio*):

(25) - *Duo igitur omnino verborum principia, impositio <et declinatio>, alterum ut fons, alterum ut rivus. Impositicia nomina esse voluerunt quam paucissima, quo citius ediscere possent, declinata quam plurima, quo facilius omnes quibus ad usum opus esset dicerent.*

(Varrão, VIII, 5, in VALENZA, 2010, p. 22, grifos nossos).

Em geral, duas são, pois, as origens das palavras: **imposição** e **declinação**; uma é como a fonte, a outra como o rio. Os homens quiseram que os nomes impostos fossem tão poucos quanto possível, para que pudessem aprendê-los rapidamente;

⁶⁹ No parágrafo de abertura do livro VIII, há uma discrepância entre a tradução de Valenza (2010) e a de Coradini (1999): a primeira traduziu o termo latino *declinata* por *declinadas*, o segundo o traduziu por *derivadas*. A discrepância se explica pela polissemia da palavra *declinatio* e de cognatos, que, no *De Lingua Latina*, abrangem os fenômenos de flexão, derivação e conjugação – daí a dificuldade de traduzi-los para o português.

já os nomes declinados, eles quiseram que fossem tão numerosos quanto possível, para que mais facilmente todos pudessem dizer aqueles que precisassem usar. (*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

No trecho transcrito, há uma característica marcante da metalinguagem varroniana: as constantes metáforas com a natureza. A imposição é a fonte de que se origina um número limitado de palavras com as quais os homens nomeiam as coisas; a declinação são as diversas formas que tais palavras tomam para dar ao discurso a mesma fluidez das águas de um rio, atendendo às necessidades do pensamento. Essa metalinguagem metafórica diverge consideravelmente da concisão do estilo dionisíaco. A ideia de que os homens **impõem** palavras às coisas sugere um pendor convencionalista da parte de Varrão, mas, conforme se verá adiante, o autor retrata a flexão como um processo natural sobre os quais os homens não intervêm, sugerindo assim um pendor naturalista.

Outra distinção interessante é o tipo de obra que se deve destinar à imposição e à declinação das palavras:

(26) - *Ad illud genus, quod prius, **historia opus** est: nisi discendo, enim aliter id non pervenit ad nos; ad reliquum genus, quod posterius, **ars**: ad quam opus est paucis praeceptis quae sunt brevia.*

(Varrão, VIII, 6, in VALENZA, 2010, p. 23, grifos nossos).

No que diz respeito ao primeiro grupo, é necessário que se faça um **trabalho histórico**: não se pode fazê-lo senão aprendendo, pois de outro modo ele não veio até nós; no que diz respeito ao segundo grupo, é necessário que se faça um tratado: para isso são necessários poucos e breves preceitos.

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

Ao afirmar que à imposição é necessário um trabalho histórico (*historia opus*) e que à declinação é necessário um tratado (*ars*, tradução do grego τέχνη), Varrão distingue, de modo muito embrionário, as dimensões diacrônica e sincrônica dos estudos linguísticos. Robbins (1967:1983, p. 38), convém lembrar, avalia que os antigos já dispunham de dados suficientes para se aprofundarem nessa questão, porém não é papel desta pesquisa dizer o que os antepassados poderiam ou deveriam ter feito, tampouco se devem projetar expectativas pessoais sobre as fontes primárias, como faz o próprio Robbins.

Mais adiante, no parágrafo 11, Varrão começa a tratar das partes do discurso e, num primeiro momento, afirma haver apenas duas partes, com base em Aristóteles:

(27) - *Quorum generum declinationes oriantur, partes orationis sunt duae, <ni>si item ut Dion in tris diviserimus partes res quae verbis significantur: unam quae adsignificat casus, alteram quae tempora, tertia<m> quae neutrum. De his Aristoteles orationis duas partes esse dicit: **vocabula** et **verba**, ut homo et equus, et legit et currit.*

(Varrão, VIII, 11, in VALENZA, 2010, p. 26, grifos nossos).

Destas espécies em que as declinações surgem, as partes do discurso são duas, a não ser que, segundo Díon⁷⁰, façamos a divisão em três partes das coisas que são indicadas pelas palavras: uma que indica casos, outra que indica tempos, e uma terceira que não indica nenhum dos dois. Quanto a isso, **Aristóteles**⁷¹ disse haver duas partes do discurso: os **nomes** e os **verbos**, como *homo* ‘homem’ e *equus* ‘cavalo’; *legit* ‘lê’ e *currit* ‘corre’.

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

Varrão recorre a critérios morfossintáticos para definir as partes do discurso: os nomes são palavras indicativas de caso, os verbos são palavras indicativas de tempo. O autor opta por descrever primeiro os nomes e depois os verbos, porque, em latim, aqueles vêm antes destes, ou seja, há uma alusão a um aspecto posicional dessas duas classes. Em seguida, há uma descrição sobre a declinação dos nomes e sobre o funcionamento dos casos:

(28) - *Propter eorum qui dicunt usum declinati casus, uti is qui de altero diceret, distinguere posset, cum vocaret, cum daret, cum accusaret, sic alia eiusdem <modi> discrimina, quae nos et Graecos ad declinandum duxerunt. **Sine controversia <sunt obliqui, qui nascuntur a recto: unde rectus an sit casus> sunt qui quae<rant. Nos vero sex habemus, Graeci quinque>: quis vocetur, ut Hercules; quemadmodum vocetur, ut Hercule; quo vocetur, ut ad Herculem; a quo vocetur, ut ab Hercule; cui vocetur, ut Herculi; cuius vocetur, ut Herculis.***

(Varrão, VIII, 16, in VALENZA, 2010, p. 28, grifos nossos).

⁷⁰ Filósofo de Alexandria (VALENZA, 2010, p. 26, nota 27).

⁷¹ Na *Retórica*, Aristóteles propôs uma terceira categoria, o σύνδεσμος (“conectivo”, “conjunção”), mas este, na visão do filósofo, era mais um recurso de estilo do que uma parte essencial do discurso ou um fato de gramática (NEVES, 2005, p. 81).

É para o uso dos falantes que os casos são declinados, para que se possa distinguir, no momento em que uma pessoa fala da outra, quando se está chamando, quando se está dando, ou ainda acusando, e outras diferenças da mesma espécie, as quais conduziram a nós e aos gregos a declinar. **Sem controvérsia são os oblíquos, que nascem de um caso reto**; mas há aqueles que se perguntam se o reto é propriamente um caso. Na verdade, os gregos têm cinco casos e nós seis: quem se chama, como *Hercules* ‘Hércules’; de que maneira o chamado é feito, como *Hercule*; para onde se chama, como *ad Herculem*; de onde se chama, como *ab Hercule*; para quem há um chamado como *Herculi*; de quem a coisa chamada é, como *Herculis*.
(*ibidem*, p. 28-29, tradução da autora, grifos nossos).

Num primeiro momento, só se distingue o *caso reto* em oposição aos cinco *casos oblíquos* do latim, que somam um a mais do que em grego. O trecho grifado chama a atenção pelo modo taxativo com que o gramático assegura o caráter primitivo da forma *reta*, frente às *oblíquas*: “**Sem controvérsia** são os oblíquos, que nascem de um caso reto”. Logo depois, há uma descrição semântico-discursiva dos *casos* e as flexões casuais do substantivo *Hércules*, como exemplos demonstrativos. Embora o autor não tenha dado denominações mais específicas à forma reta e às oblíquas, é possível deduzi-las sem dificuldades nesta ordem: *Hercules* (nominativo), *Hercule* (vocativo), *Herculem* (acusativo), *ab Hercule* (ablativo), *Herculi* (dativo) e *Herculis* (genitivo). A passagem da obra em que Varrão nomeia individualmente os *casos* latinos consta no livro X, parágrafo 23, mas este chegou incompleto até nós. Não obstante as lacunas, as denominações dos *casos*, ou aparecem de modo esporádico no próprio *De Lingua Latina*, ou são citadas por outros autores antigos, de sorte que seja possível recuperá-las. Mais detalhes haverá na próxima seção.

No parágrafo 20, Varrão trata da flexão dos verbos:

(29) - *In verborum genere quae tempora adsignificant, quod ea erant tria, praeteritum, praesens, futurum, declinatio facienda fuit triplex, ut ab saluto salutabam, salutabo;*

(Varrão, VIII, 20, in VALENZA, 2010, p. 30, grifos nossos).

Na espécie de **palavras** que indicam tempo, porque eram três – pretérito, presente e futuro –, a **declinação** deveria ser feita de forma tripla, como, de *saluto* ‘saúdo’, *salutabam* ‘saudava’ e *salutabo* ‘saudarei’;

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

No excerto (29), Valenza (2010) acertadamente traduziu o sintagma *In verborum genere* por *Na espécie de palavras*, tendo em vista que o substantivo latino *verbum* tanto pode ter um significado mais genérico de “palavra” quanto pode, na condição de termo técnico, ter o significado de “verbo”. Em sendo redundante dizer *verbos que indicam tempo*, a tradutora optou pela primeira acepção. Para evitar ambiguidades, Varrão utiliza algumas vezes a perífrase *verbum temporale* (i.e. “palavra temporal”) para se referir ao *verbo*. O excerto (29) também demonstra a elasticidade do termo *declinatio* no *De Lingua Latina*, que, nesse contexto frasal, está se referindo às flexões verbais, e não às declinações nominais. Os exemplos apresentados são as primeiras pessoas do singular do verbo *salutare* no presente, no imperfeito e no futuro respectivamente: *saluto*, *salutabam* e *salutabo*.

Nos parágrafos 21 e 22, Varrão define dois dos conceitos fulcrais de sua obra, a *declinatio voluntaria* e a *declinatio naturalis*:

(30) - *Declinationum genera sunt duo, voluntarium et naturale; voluntarium est, quo ut cuiusque tulit voluntas declinavit. (...) Contra naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur voluntate, sed a com<m>uni consensu.*

(Varrão, VIII, 21-22, in VALENZA, 2010, p. 30-31, grifos nossos).

As espécies de declinação são duas, a voluntária e a natural. Voluntária é aquela cujo produto vem da **vontade** de cada indivíduo. (...) Por outro lado, eu chamo de declinação natural aquela que nasce não da vontade dos indivíduos, mas do **consenso**.

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

Exemplifica o gramático latino que a declinação voluntária ocorre quando os homens, segundo a sua **vontade**, derivam⁷² os nomes de seus escravos, ou do nome do vendedor, ou do nome da região em que eles foram obtidos, ou da região de que eles provieram. Dessa forma, poder-se-ia batizar um escravo de *Artemas*, se o seu vendedor se chamasse *Artemidoro*, ou poder-se-ia batizá-lo de *Efésio*, caso tivesse nascido ou sido comprado em Éfeso. A declinação natural não ocorre pela vontade dos indivíduos, mas por uma espécie de **consenso** imposto pela natureza, que impeliria todos os homens a declinarem os *nomes* da mesma

⁷² Valenza (2010) traduziu o verbo *declinare* por *derivare* nesse trecho.

maneira, obedecendo às normas de concordância. O autor apresenta os sintagmas *huius Artemidori* (“deste Artemidoro”), *huius Ionis* (“deste Íon”) e *huius Ephesi* (“deste Éfeso”), a fim de mostrar que os dois itens devem estar no genitivo singular. A dicotomia *declinatio voluntaria vs declinatio naturalis* foi a maior contribuição varroniana para os estudos linguísticos; afinal, ela está na base dos hodiernos conceitos de *derivação* e *flexão*. A derivação ocorre pela vontade do indivíduo, enquanto a flexão ocorre por força do contexto sintático.

No parágrafo 23, Varrão direciona a sua análise para o tema central do tratado, a dicotomia *analogia-anomalia*, e a relaciona com os dois tipos de declinação acima descritos. De um lado, há, segundo ele, os que defendem a regularidade no declinar das palavras, com base nos princípios analógicos; de outro, há os que desprezam o apego às regularidades e privilegiam o uso comum (*consuetudo*), no qual prevaleceriam as anomalias. O autor, conforme o exposto ao longo deste capítulo, propugna uma posição conciliatória entre as duas vertentes e utiliza o seguinte argumento:

(31) - (...) *cum, ut ego arbitror, utrumque sit nobis sequendum, quod <in> declinatione voluntaria sit anomalia, in naturali magis analogia.*

(Varrão, VIII, 23, in VALENZA, 2010, p. 32, grifos nossos).

Mas, como eu penso, ambas devem ser seguidas por nós, pois na **declinação voluntária** há **anomalia**, e na **natural** há mais **analogia**.

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

Partindo do princípio de que, nas línguas clássicas, é impossível escapar à declinação voluntária e à declinação natural, seria da mesma forma impossível e até contraproducente tentar extinguir as anomalias em favor das analogias ou ignorar a existência das analogias em favor das anomalias. Todas as línguas naturais possuem simetrias e dissimetrias.

Como o objetivo do livro VIII é argumentar contra os analogistas, seguidores do filólogo alexandrino Aristarco da Samotrácia⁷³, Varrão aponta uma série de anomalias na língua latina. Por exemplo, o nome *Iuppiter* (“Júpiter”) possui formas oblíquas irregulares já amplamente consagradas pelo uso, como o genitivo *Iouis*, não cabendo aos gramáticos criar formas analógicas artificiais que o povo decerto não compreenderia (VIII, 33). Afinal, adverte o autor, todo discurso deve ser dirigido à utilidade (VIII, 26). No que concerne às palavras

⁷³ Embora não se saiba se Varrão conhecia a obra de Dionísio Trácio, o gramático latino cita várias vezes Aristarco da Samotrácia, de quem Dionísio foi discípulo (CORADINI, 1999, p. 84).

declinadas (ou *derivadas*) a partir do nome de cidades, o latim recorre à terminação *-ensis* para designar os nascidos em Parma (*Parmenses*), mas não recorre à mesma terminação para designar os nascidos em Roma (*Romani*, e não *Romenses*) (VIII, 56). Tal irregularidade é bem comum em latim porque os gentílicos se formam por meio de declinação voluntária, em que, segundo o exposto no excerto (31), prevalece justamente a anomalia.

No parágrafo 11, Varrão menciona o modelo aristotélico de duas partes do discurso – *nome* e *verbo* –, mas, no parágrafo 44, apresenta um modelo de quatro partes, pelo qual demonstra ter maior preferência:

(32) - *Quod ad partis singulas orationis, deinceps dicam. Quoius⁷⁴ quoniam sunt divisiones plures, nunc ponam potissimum eam qua dividitur oratio secundum naturam in **quattuor partis**: in eam quae habet casus et quae habet <tempora et quae habet> neutrum et in qua est utrumque. Has vocant quidam **appellandi, dicendi, adminiculandi, iungendi**.*

(Varrão, VIII, 44, in VALENZA, 2010, p. 41, grifos nossos).

A seguir falarei sobre o que concerne às partes individuais da oração. Visto que são muitas as divisões existentes, eu agora estabelecerei preferencialmente aquela em que a oração é dividida em **quatro partes**, segundo sua natureza: a que tem caso, a que tem tempo, a que não tem nenhum dos dois e a que tem ambos. Alguns chamam essas partes de *appellandi* ‘de nomear’, *dicendi* ‘de dizer’, *adminiculandi* ‘de auxiliar’ e *iungendi* ‘de juntar’.

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

Aqui Varrão se serve de critérios morfológicos e semânticos para definir e nomear as partes do discurso: a *pars appellandi* (“parte de nomear”) possui casos; a *pars dicendi* (“parte de dizer”) possui tempos; a *pars adminiculandi* (“parte de auxiliar”) não possui nenhum dos dois; a *pars iungendi* (“parte de juntar”) possui ambos. Do ponto de vista terminológico, chama a atenção o uso de perífrases descritivas no lugar de termos gramaticais já consagrados, quer fossem empréstimos do grego, quer fossem decalques latinos.

A *pars appellandi* se divide em dois grupos: *nominata* (“coisas nomeadas”) e *articuli* (“pronomes”) ⁷⁵. Os *nominata* também se dividem em dois grupos: *uocabula* (“nomes

⁷⁴ *Quoius* é variante de *cuius*, genitivo singular de *qui* e de *quis*.

⁷⁵ Embora o substantivo *articulus* seja o étimo do termo *artigo*, Varrão obviamente não está se referindo à classe gramatical dos *artigos* porque esta não existia em latim. Valenza (2010, p. 42) traduziu *articuli* por *pronomes*

comuns”), como *scutum* (“escudo”) e *gladium* (“gládio”), e *nomina* (“nomes próprios”), como *Romulus* (“Rômulo”) e *Remus* (“Remo”). Os *articuli* igualmente se dividem em dois grupos: os *prouocabula* (“pronomes que subordinam”), como *quis* (“quem”, no masculino) e *quae* (“quem”, no feminino), e os *pronomina* (“pronomes que não subordinam”), como *hic* (“este”) e *haec* (“esta”). Os substantivos, os adjetivos, os pronomes e os numerais, que possuem marcas de gênero, número e caso, se enquadram formalmente na *pars appellandi*.

A *pars dicendi* se refere às palavras que possuem tempo, ou seja, aos *verbos*. Com muita acurácia analítica, Varrão distinguiu os tempos do *infectum* e do *perfectum* por meio de critérios morfológicos e semânticos (IX, 32 e 96). Do mesmo radical do verbo *disco* (“aprendo”) derivam os radicais de *discebam* (“eu aprendia”) e de *discam* (“aprenderei”), cujos aspectos verbais denotam ação não acabada – daí *infectum* (“não feito”). Do mesmo radical de *didici* (“aprendi”) derivam os radicais de *didiceram* (“eu aprendera”) e de *didicero* (“terei aprendido”), cujos aspectos verbais denotam ação acabada – daí *perfectum* (“perfeito”, “inteiramente feito”). Na voz passiva, os tempos do *infectum* recorrem a formas simples, enquanto os do *perfectum* recorrem a perífrases: *amor* (“sou amado”), *amabar* (“eu era amado”), *amabor* (“serei amado”), *amatus sum* (“fui amado”), *amatus eram* (“eu fora amado”) e *amatus ero* (“terei sido amado”) (IX, 97). Essa divisão formal e aspectual dos tempos verbais, inexistente em Dionísio Trácio, tem base estoica: o *infectum* corresponde ao ἀτελής (“inacabado”), e o *perfectum* corresponde ao ἄπειρος (“acabado”) (ROBBINS, 1967:1983, p. 40; VALENZA, 2010, p. 158). Por fim, Varrão reconhece apenas três conjugações verbais em latim, inserindo num único grupo o que posteriormente viriam a ser a terceira e quarta conjugações⁷⁶.

A *pars adminiculandi* (“parte de auxiliar”) não tem nem as marcas de caso nem as de tempo. A julgar pelos dois exemplos dados por Varrão, *docte* (“sabidamente”) e *commode* (“convenientemente”), deduz-se que o autor está se referindo aos advérbios, cujo papel no discurso seria o de auxiliar os verbos. Por critérios estritamente formais, não seria desarrazoado supor que a *pars adminiculandi* incluía quaisquer palavras indeclináveis, como as conjunções e as preposições.

A *pars iungendi* (“parte de juntar”) assim se chama porque **junta** as marcas de caso e as de tempo. No lugar dessa perífrase, Varrão (VIII, 58) também utiliza o termo sinônimo

com base nos exemplos apresentados pelo autor – *quis, quae, hic, haec* –, que são pronomes segundo a terminologia portuguesa atual. No entanto, para evitar esta e outras confusões terminológicas, a alternativa mais segura é utilizar os termos latinos originais, dada a evidente dificuldade de traduzi-los.

⁷⁶ Segundo Coradini (1999, p. 497), o gramático Sacerdos, do século III d.C., teria sido o primeiro a propor quatro conjugações, mas quem as consolidou foi Prisciano, no século VI d.C.

participium, que é visível decalque do grego μετοχή, derivado do verbo μετέχω (“participar”). A ideia aqui é basicamente a mesma: são palavras híbridas que juntam características dos nomes e dos verbos, participando de ambas as classes. O autor cita como exemplo o particípio presente *amans* (“que ama”) e o particípio futuro *amaturus* (“que amará”).

No livro IX, como já foi dito, Varrão argumenta contra os anomalistas, seguidores de Crates de Malos e Crisipo. De acordo com o gramático latino, embora algumas formas anômalas estejam consagradas pelo uso, isso não impede que outras formas anômalas menos frequentes sejam “corrigidas” com base em princípios analógicos, a fim de que sejam mais facilmente compreendidas (IX, 11). Esses mesmos princípios analógicos se podem aplicar para preencher eventuais lacunas no léxico da língua, desde que a natureza e o uso o permitam. Veja-se este trecho:

(33) - *Potest etiam refingi> ac reponi quod **aberit**, ubi patietur natura et consuetudo: quod nonnunquam apud poetas invenimus factum, ut in hoc apud Naevium in Clastidio: Vita insepulta laetus in patriam **redux**.*

(Varrão, IX, 78, in VALENZA, 2010, p. 96, grifos nossos).

E também pode ser refeito ou repostado o que **faltar**, onde a natureza e o uso permitirem, o que vemos acontecer algumas vezes entre os poetas, como neste verso de Névio, no *Clastidium*: Com vida insepulta, feliz, **o que volta** para a pátria.

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

Segundo Kent⁷⁷ (1951, *apud* VALENZA, 2010, p. 96), a palavra *redux* (composta pelo prefixo *re*, “de volta”, e pelo substantivo *dux*, “que conduz”) não aparece na forma nominativa em nenhum outro texto latino, pelo que se supõe tratar-se de um neologismo de Cneu Névio (c. 275-200 a.C.). No parágrafo 100, Varrão afirma ter existido uma forma verbal arcaica *esum*, da qual teria vindo a forma latina clássica *sum* (“sou”, “estou”, “existir”):

(34) - (...) *de infectis sum quod nunc dicitur olim dicebatur **esum** et in omnibus personis constabat, quod dicebatur esum es est, eram eras erat, ero eris erit; sic huiusce modi cetera servare analogiam videbis.*

(Varrão, IX, 100, in VALENZA, 2010, p. 107, grifos nossos).

⁷⁷ KENT, R. G. On the latin language: books VIII-X. Trad. Roland G. Kent. Harvard University Press: London, 1951.

(...) no que se refere aos tempos do *infectum*, o que agora é dito *sum* [“sou”], em certa época era dito *esum*, e em todas as pessoas era coerente, porque era dito *esum*, *es*, *est*; *eram*, *eras*, *erat*; *ero*, *eris*, *erit*; desta forma você verá que os outros verbos deste modo preservam a analogia.

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

No excerto (34), Varrão, a fim de demonstrar a existência de analogia na conjugação do verbo irregular *esse* (“ser”), afirma ter existido uma forma ancestral de primeira pessoa do singular *esum* (“sou”), que se assemelharia paradigmaticamente a *es* (“és”), a *est* (“é”) e a outras formas finitas. Contudo, por não haver registros de *esum* em nenhum texto latino, é possível que o autor tenha inventado tal flexão para tentar rechaçar as críticas dos anomalistas (VALENZA, 2010, p. 107). Afinal, os verbos irregulares favorecem justamente as teses de Crates de Malos e de Crisipo.

Em quase todo o *De Lingua Latina*, Varrão utiliza exemplos curtos e hipotéticos para explicar os fatos língua, mas, no excerto (33) e em algumas outras passagens da obra, o autor também recorre a exemplos tirados da Literatura Latina. Nesse sentido, pode-se dizer que tanto ele quanto Dionísio Trácio recorrem ao mesmo tipo de dado linguístico, com larga predominância de exemplos hipotéticos e eventuais exemplos literários. Em sendo assim, há entre ambos uma continuidade na *camada documental*. Varrão (VIII, 65) até chega a mencionar características das línguas fenícia, egípcia e gaulesa, mas não cita palavras desses idiomas.

No livro X, Varrão aborda os fundamentos da dicotomia *analogia-anomalia* e retoma vários assuntos apresentados nos livros anteriores: a classificação das partes do discurso e as respectivas características, a distinção entre os tempos verbais do *infectum* e os do *perfectum*, considerações sobre a imposição (*impositio*) e sobre a declinação (*declinatio*) das palavras, etc. Há algumas lacunas consideráveis no texto. O parágrafo 23, no qual o autor faz uma descrição um pouco mais pormenorizada dos casos, está incompleto, assim como o parágrafo 34, no qual ele possivelmente trataria dos advérbios e dos participios (VALENZA, 2010, p. 131). Alguns trechos merecem destaque.

No parágrafo 2, o autor resume os temas de que tratará no livro X:

(35) - *Dicam de quattuor rebus, quae continent declinationes verborum: quid sit simile ac dissimile, quid ratio quam appellant λόγον, quid pro portione quod*

dicunt ἀνὰ λόγον, quid consuetudo; quae explicatae declarabunt analogiam et anomalia<m>, unde sit, quid sit, cuius modi sit.

(Varrão, X, 2, in VALENZA, 2010, p. 116, grifos nossos).

Eu abordarei quatro assuntos, os quais envolvem as declinações das palavras: o que seriam o semelhante e o diferente, qual **relação** se chama *lógos*, o que significa a relação de proporção, que eles chamam de *ana logon* ‘de acordo com o *lógos*’, e o que é o uso; tais explicações mostrarão o que são analogia e anomalia, de onde vêm, o que são e de que espécie são.

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

O semelhante está na base da analogia, e o diferente está na base da anomalia. Assim como um humano se assemelha a outro humano por compartilhar certas características, a analogia se apresenta na língua quando há algum compartilhamento de características linguísticas. Todavia, a semelhança não implica igualdade. Homem e mulher compartilham muitos traços físicos e comportamentais que os distinguem dos outros animais, porém entre os sexos há também diferenças. Na língua, palavras semelhantes possuem declinações semelhantes, mas situações há em que as semelhanças são apenas aparentes. No parágrafo 8, Varrão exemplifica que *nemus* (“bosque”) e *lepus* (“lebre”) possuem a mesma terminação no *caso reto*, mas se declinam de modo distinto nos *casos oblíquos*. Afinal, *nemus* é nome neutro, e *lepus* é nome masculino.

O termo grego ἀναλογία (“analogia”) vem da expressão ἀνὰ λόγον, cuja tradução seria algo como “segundo o *lógos*” ou, nas palavras de Varrão, *ratio pro proportione* (“relação segundo a proporção”). Para que se possa estabelecer uma relação analógica entre dois elementos quaisquer, é necessário compará-los a outros dois elementos. Por exemplo, para que se aponte uma analogia entre *sodalis* (“companheiro”) e *sodalitas* (“companhia”), é necessário recorrer a outro par análogo como *civis* (“cidadão”) e *civitas* (“cidadania”) (X, 39), por meio do qual se pode inferir, em termos modernos, que os nomes abstratos *sodalitas* e *civitas* se formam analogicamente pelo acréscimo do sufixo *-tas* a bases nominais. Outros pares poderiam ser aduzidos para fins corroborativos: *Latinus-latinitas* (“latino-latinidade”), *uerum-ueritas* (“vero-verdade”), etc.

O parágrafo 74 traz algumas informações relevantes sobre a analogia e o uso:

(36) - *Analogia non item ea definienda quae derigitur ad naturam verborum atque illa quae ad usum loquendi. Nam prior definienda sic: analogia est verborum similitum declinatio similis, posterior sic: analogia est verborum similitum declinatio similis non repugnante consuetudine communi. At quom harum duarum ad extremum additum erit hoc "ex quadam parte," poetica analogia erit definita. Harum primam sequi debet populus, secundam omnes singuli e populo, tertiam poetae.*

(Varrão, X, 74, in VALENZA, 2010, p. 149, grifos nossos).

A analogia voltada para a natureza das palavras não deve ser definida como aquela dirigida para o uso do falar. Pois a primeira deve ser definida assim: analogia é a declinação semelhante de palavras semelhantes; e a segunda assim: a analogia é a declinação semelhante de palavras semelhantes, **não contraditória com o uso comum**. Mas quando for adicionado ao fim dessas duas definições “numa certa parte”, será definida a analogia poética. **Destas, o povo deve seguir a primeira, todos os indivíduos do povo a segunda, e os poetas a terceira.**

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

O parágrafo 74 traz de modo muito incipiente um tema quase sempre ignorado pelas gramáticas: a variação. De acordo com trecho transcrito, as linguagens do povo, do indivíduo e do poeta devem ter cada uma as suas próprias feições. Aos indivíduos cabia usar apenas as formas analógicas que não contrariassem o uso comum, uma vez que o discurso deve ser voltado para a utilidade (VIII, 26). Aos poetas era permitido usar certas formas analógicas não previstas pelo uso comum, a exemplo da palavra *redux* (“aquele que volta”) usada por Cneu Névio no *Clastidium* e mencionada por Varrão (IX, 78). Contudo, tal licença poética não era ilimitada. Quando o autor diz que as formas analógicas literárias podem contrariar o uso comum “numa certa parte”, está implícito que os poetas não devem utilizar uma linguagem demasiado artificial, sob pena de os seus versos não serem compreendidos e apreciados.

Nos últimos parágrafos supérstites do livro X, Varrão rememora o modo correto de proceder às operações analógicas no âmbito da linguagem. Em linhas gerais, a analogia só deve ser procurada em palavras que de antemão já possuam semelhanças constatáveis. De início, não se devem procurar analogias entre o *nome* e a chamada *pars adminiculandi* (“parte de auxiliar”), como *mox* (“logo”) e *vix* (“dificilmente”), porque as duas classes divergem muito quanto à natureza e ao uso: enquanto aqueles tomam marcas de caso, estas não tomam

nem marcas de caso, nem de tempo. Mesmo dentro da classe dos *nomes*, é preciso saber onde se devem procurar analogias. Basta lembrar o exemplo dado pelo autor no parágrafo 8, segundo o qual *nemus* (“bosque”) e *lepus* (“lebre”), apesar de terem a mesma terminação no *caso reto*, declinam-se de modo distinto nos *casos oblíquos* por terem gêneros diferentes: *nemus* é neutro, e *lepus* é masculino. Para dirimir dúvidas quanto à declinação, o gramático latino aponta o caso ablativo (chamado por ele de *casus sextus* ou *latinus*) como outro bom meio para distinguir os paradigmas flexionais a que os nomes pertencem, sobretudo nas situações em que o nominativo por si só não o indica de modo seguro (X, 62).

As dezenas de excertos aqui transcritos e os respectivos desdobramentos demonstram que o *De Lingua Latina* tem algumas diferenças consideráveis em relação à Τέχνη Γραμματική. Na *camada teórica*, Varrão define a Gramática de modo semelhante a Dionísio Trácio segundo demonstra a citação de Mário Vitorino (século IV d.C.), mas, diverge dos seus antecessores alexandrinos por adotar uma postura conciliatória entre analogistas e anomalistas e por adotar apenas quatro partes do discurso, em vez de oito. Do ponto de vista redacional e metalinguístico, o tratado de Varrão mais se assemelha a um ensaio do que ao gênero textual modernamente conhecido como gramática (VALENZA, 2010, p. 162), em que costuma haver uma exposição sistemática e concisa das partes da língua, passando por Fonética, Morfologia e Sintaxe. Em verdade, o objetivo precípuo da tríade de livros VIII, IX e X é discutir a querela *analogia-anomalia* por meio do esquema teórico composto por tese, antítese e síntese, de sorte que o livro VIII contenha argumentos favoráveis à anomalia, o livro IX contenha argumentos favoráveis à analogia, e o livro X contenha os fundamentos dessa dicotomia. No âmbito terminológico, há continuidades e descontinuidades consideráveis, conforme se verá na seção seguinte. Na *camada documental*, Varrão e Dionísio Trácio convergem no tipo de dado linguístico por eles utilizado: em ambos, há larga predominância de exemplos concisos e hipotéticos, com esporádicas citações a passagens literárias. Na *camada contextual-institucional*, a Τέχνη Γραμματική é fruto do período helenístico, no qual os filólogos alexandrinos se empenharam em manter vivo o legado literário, filosófico e científico dos séculos anteriores; o *De Lingua Latina*, publicado quase cem anos depois, faz parte da contínua transladação e adaptação de muitos conhecimentos produzidos pela civilização helênica, cujos territórios estavam então sob o jugo de Roma. Por conseguinte, Varrão, longe de ser um mero intérprete dos pensadores e dos gramáticos gregos, demonstrou ter capacidade analítica e originalidade próprias.

4.2.4 A terminologia (morfo)ssintática no *De Lingua Latina*: a camada técnica

Os livros de XIV a XIX, que Varrão teria reservado às questões sintáticas, se perderam, de modo que o conhecimento a respeito deles seja parco e indireto. Ainda assim, na tríade composta pelos livros VIII, IX e X, é possível encontrar um número razoável de terminologias morfossintáticas, com destaque, é claro, para os termos designativos dos casos morfológicos. De modo geral, o vocabulário técnico utilizado no tratado sugere que, à época, a ciência gramatical ainda era incipiente entre os romanos, haja vista o caráter perifrástico e genérico de alguns termos como *pars dicendi* (“parte de dizer”), *pars adminiculandi* (“parte de auxiliar”), *vocabula magnitudis*⁷⁸ (“vocábulo de grandeza”). Nas palavras de Coradini:

Como se verifica, o vocabulário gramatical varroniano é mais frequentemente descritivo que denominativo, e, não raro, **perifrástico, isto é, contorna o objeto por outras palavras para chegar ao significado desejado ou ao entendimento do fato gramatical. A gramática era uma ciência nova, em projeção em Roma.** Pelo estado atual da documentação, infere-se que Varrão era o primeiro erudito romano a se aventurar a realizar a súpula das descobertas gramaticais heleno-helenísticas e também romanas, aplicando-as com originalidade num tratado de 25 livros. O *De lingua Latina* assumia um porte enciclopédico; a obra precisava manter discrição na apropriação da nomenclatura, mesmo para não correr o risco de desagradar os [*sic*] intelectuais romanos, nacionalistas atentos, como Cícero. (CORADINI, 1999, p. 135-136, grifos nossos).

Por se tratar de um conhecimento produzido por uma civilização aloglota, caberia a Varrão a tarefa de tornar inteligíveis aos seus compatriotas romanos tanto os conceitos quanto as ideias gramaticais veiculadas pelos alexandrinos – tarefa árdua que necessariamente passaria pela questão terminológica. O polímata latino se serviu de três tipos de termos técnicos: 1) empréstimos do grego, devido à ausência de termos em latim que pudessem traduzi-los com precisão (e.g. ὁμωνυμία e συνωνυμία, ou seja, *homonímia* e *sinonímia*); 2) decalques latinos de termos gregos (e.g. *casus* é decalque de πτώσις; *participium* é decalque de μετοχή); 3) termos latinos não decalcados do grego (e.g. *fecundum* e *sterile*, que se referem às palavras variáveis e às invariáveis). O uso especializado de *fecundum* e *sterile* é uma clara metáfora com a natureza, que é um traço bem típico da metalinguagem varroniana, dando a entender que as palavras variáveis são fecundas porque geram outras a partir de si, enquanto as invariáveis são estéreis porque nada geram (VIII, 9). Nesse sentido, esses dois termos oriundos das ciências naturais caracterizariam o que Swiggers (2010b) chama de *empréstimos disciplinares* no seu artigo sobre os *parâmetros classêmicos* (V. seção 2.5).

⁷⁸ Os “vocábulo de grandeza”, em verdade, se referem aos diminutivos (VIII, 79).

No que concerne aos casos morfológicos, a primeira distinção que o autor faz é entre o caso reto (*casus rectus*, decalque de πῶσις ὀρθή) e os casos oblíquos (*casus obliqui*, decalque de πῶσις πλάγια⁷⁹). Conforme se antecipou, o parágrafo 23, em que Varrão faz uma descrição mais pormenorizada dos casos latinos, está incompleto. Dele restou o seguinte trecho:

(37) - *Casuum vocabula alius alio modo appellavit; nos dicemus, qui nominandi causa dicitur, **nominandi** vel **nominativum**...*

(Varrão, X, 23, in VALENZA, 2010, p. 125, grifos nossos).

Cada um chamou de um modo diferente os nomes dos casos; nós chamaremos o caso que é dito com o propósito de nomear de ‘**caso para nomear**’ ou ‘**nominativo**’...

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

Os nomes dos demais casos aparecem esporadicamente noutras partes do tratado ou são citadas por outros autores. Segundo Coradini (1999, p. 485), os nomes deles são os seguintes: o genitivo é o *casus patricus* ou *patrius* (decalque de πῶσις πατρική), o dativo é o *casus dandi* (tradução de πῶσις δοτική), o acusativo é o *casus accusandi* ou *accusativus* (tradução errônea de πῶσις αἰτιατική), o vocativo é o *casus vocandi* (tradução de πῶσις κλητική) e o ablativo é o *casus sextus* ou *latinus*. Relembrando o que foi dito na seção 2.5, Varrão, em vez de traduzir o adjetivo grego αἰτιατική por *causativus*, foi traído pela polissemia do substantivo αἰτία, que pode significar “causa”, “acusação” ou “encargo” (ROBBINS, 1967:1983, p. 28). Ao caso ablativo, inexistente na língua grega, o autor dá denominações muito genéricas (*sextus* ou *latinus*), reforçando o argumento de que a terminologia gramatical latina ainda estava em formação. As denominações canônicas *genitivus*, *dativus*, *vocativus* e *ablativus* surgem posteriormente, com Quintiliano e Aulo Gélío (VALENZA, 2010, p. 125, nota 309).

Um aspecto interessante da metalinguagem varroniana é a imagem mental de uma tabela na qual estariam dispostas, em linhas e colunas, as flexões do adjetivo *albus*, *alba*, *album*. Veja-se o excerto:

(38) - *Ad hunc quadruplicem fontem ordines deriguntur bini, uni transversi, alteri drecti, ut in tabula solet in qua latrunculis ludunt. **Transversi** sunt qui ab recto **casu obliqui** declinantur, ut albus albi albo; **drecti** sunt qui **ab recto casu in rectos***

⁷⁹ Termo já usado pelos estoicos (ROBBINS, 1967:1983, p. 23).

declinantur, ut albus alba album; utrique sunt partibus senis. Transversorum ordinum partes appellantur casus, directorum genera, utrisque inter se implicatis forma.

(Varrão, X, 22, in VALENZA, 2010, p. 125, grifos nossos).

Para esta fonte quádrupla, dois tipos de linhas são dispostas, as horizontais e as verticais, como costuma haver num tabuleiro em que se joga com peças. As **horizontais** são as linhas em que os **casos oblíquos** são declinados a partir do caso reto, como *albi* e *albo* de *albus* ‘branco’; as **verticais** são as linhas em que são declinadas palavras **do caso reto em outros casos retos**, como *alba* e *album* de *albus*; cada uma têm seis partes. Cada parte das linhas horizontais se chama ‘caso’, das verticais, ‘gênero’, e a que está disposta entre elas chama-se ‘forma’.

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

O tabuleiro imaginado por Varrão teria o seguinte formato e as seguintes flexões:

Figura 7 - A declinação de *albus, alba, album* mentalizada por Varrão

→————→ **genera** (*directi ordines* = horizontal)

| *albus* → *alba* → *album*

| *albi* → *albae* → *albi*

| *albo* → *albae* → *albo*

| **casus** (*transuersi ordines* = perpendicular).

Fonte: Coradini (1999, p. 484).

Séculos mais tarde, as tabelas de declinação se consolidariam como um eficiente instrumento didático da metalinguagem gramatical.

Outras terminologias morfossintáticas são dignas de nota. Em primeiro lugar, o termo *oratio*, com o qual Varrão traduziu o polissêmico *λόγος* grego, não tem o sentido sintático moderno de *oração*, mas um sentido genérico de “frase”, “enunciado” ou “discurso” (CORADINI, 1999, p. 132). Destarte, o sintagma *partes orationis* nada mais é do que tradução de *μέρη λόγου*, isto é, *partes do discurso* ou *partes da oração*. O termo latino *verbum* pode ter no tratado o sentido genérico de “palavra” ou o sentido especializado de “verbo”. Na primeira acepção, Varrão assim o define:

(39) - *Verbum dico orationis vocalis partem, quae sit **indivisa** et **minima**. Si declinationem naturalem habeat, simile verbum verbo tum quom et re quam significat et **voce** qua significat et in figura e transitu declinationis parile.*

(Varrão, X, 77, in VALENZA, 2010, p. 150, grifos nossos).

Palavra eu defino como a parte do discurso oral que é **indivisível** e **mínima**. Se tiver declinação natural, uma palavra é semelhante a outra palavra quando é semelhante na coisa que significa, na **palavra** por meio da qual significa a coisa e na forma que tem a partir do caminho da declinação.

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

Para Varrão, a *palavra* é a parte mínima e indivisível de que se compõe o discurso oral. O autor provavelmente não desceu ao nível dos radicais e dos afixos porque estes não são elementos autônomos na língua, mas as suas análises sobre os tipos de *declinação* – *voluntária* e *natural* – sugerem que ele tinha, ao menos, noções tácitas de um nível linguístico inferior ao lexical. As semelhanças a que ele se refere de maneira meio obscura no excerto (39) remetem ao significado e à forma. Nesse sentido, a tradução de Valenza (2010) acima transcrita deixa escapar uma relevante distinção terminológica presente no texto original: enquanto a *palavra* dotada de um significado se traduz em latim por *verbum*, a *palavra* tomada apenas como uma sequência de sons linguísticos pronunciados se traduz por *uox* (“voz”, *uoce* no ablativo singular). Esse uso especializado do termo *voz* é muito comum em gramáticas portuguesas antigas. Por fim, convém recordar que *vocabulum* se refere ao nome comum, e *nomen*, ao nome próprio.

Até esta parte do relatório, quase todos os termos técnicos gramaticais greco-latinos aqui arrolados são substantivos, adjetivos ou perífrases nominais (e.g. *casus*, *declinatio*, *nominativus*, *patricus*, *partes orationis*, etc.). Contudo, há certos verbos que também podem ter valor terminológico no âmbito da Morfossintaxe. No parágrafo 74 do livro VIII, Varrão usa o verbo *convenire* (“reunir”, “vir junto”) no sentido morfossintático de “concordar”:

(40) - *nec cum haec **convenirent** in obliquis casibus, dubitare debuerunt in rectis, in quibus nunc in consuetudine aliter dicere, pro Ious Iupiter, pro b<o>us bos, pro strus strues.*

(Varrão, VIII, 74, in VALENZA, p. 56, grifos nossos).

E como eles **concordam** nos casos oblíquos, não deveriam variar os casos retos, nos quais agora em consenso cada um se diz de forma diferente: para *Iouis* há *Iupiter*; para *bous*, *bos* e para *strues*, *strus*.

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

Noutras partes do *De Lingua Latina*, Varrão utiliza o verbo *declinare* ou, mais raramente, *inclinare* (“inclinár”) num sentido morfossintático de “declinar-se” ou “flexionar-se”. Veja-se o parágrafo 74, do livro IX:

(41) - (...) *homines vocabula imposuerint rebus quaedam, ut ab Romulo Roma, ab Tibure Tiburtes, naturales ut ab impositis vocabulis quae inclinantur in tempora aut in casus, ut ab Romulo Romuli Romulum et ab dico dicebam dixeram.*

(Varrão, IX, 34, in VALENZA, 2010, p. 75).

(...) os homens estabeleceram vocábulos, como de *Romulus* ‘Rômulo’, *Roma* ‘Roma’, e de *Tiburs* ‘Tíbur’, *Tiburtes* ‘tiburtes’, e natural **na declinação dos tempos ou dos casos a partir das palavras impostas**, como de *Romulus* ‘Rômulo’, *Romuli* e *Romulum*, e de *dico* ‘eu digo’, *dicebam* ‘eu dizia’ e *dixeram* ‘eu tinha dito’.

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

A tradução pouco literal de Valenza (2010) deixa escapar outra sutileza terminológica. O trecho original *ab impositis vocabulis quae inclinantur in tempora aut in casus* se traduziria mais literalmente assim: *a partir dos vocábulos impostos que se inclinam* [i.e. se declinam ou se flexionam] *em tempos ou em casos*. Conforme se vê, o verbo *inclinare* tem o sentido morfossintático de “declinar-se” ou “flexionar-se” quando usado na forma passiva.

No parágrafo 114 do livro IX, o substantivo cognato *inclinatio* (“inclinação”) tem um provável sentido de “flexão” ou “declinação”:

(42) - *Quare cum in inclinationibus verborum numerus sit magnus a dissimilibus verbis ortus, quod etiam vel maior est in quibus similitudines reperiuntur, confitendum est esse analogias.*

(Varrão, IX, 114, in VALENZA, 2010, p. 114, grifos nossos).

Embora nas **mudanças** das palavras o número das que não são parecidas seja grande, o número daquelas nas quais as semelhanças são encontradas ainda é maior, e por isso deve-se admitir que existem regularidades.

(*ibidem*, tradução da autora, grifos nossos).

Valenza (2010) optou por traduzir *inclinatio* por um termo genérico (*mudanças*), no lugar de um termo técnico (*declinações* ou *flexões*). Contudo, há um bom argumento em favor da opção tradutológica aqui defendida: os substantivos latinos *inclinatio* e *declinatio* são traduções do grego κλίσις (ou ἔγκλισις, “inclinação”), que já tinha o sentido gramatical de “flexão” em Dionísio Trácio e, mais remotamente, entre os estoicos (ROBBINS, 1967:1983, p. 22), com cuja doutrina Varrão sempre demonstrou estar familiarizado⁸⁰. Por outro lado, Coradini (1999, p. 128-135) faz um exaustivo levantamento das terminologias varronianas, mas não inclui entre elas nem o verbo *inclinare*, tampouco o substantivo *inclinatio*. As suas ocorrências demasiado esporádicas ao longo da obra talvez expliquem por que não foram incluídas.

4.2.5 Considerações de Aulo Gélío sobre Varrão

Aulo Gélío (c. 125-180 d.C.) foi um escritor latino pós-clássico cuja única obra conhecida, as *Noctes Atticae* (“Noites Áticas”), versa sobre temas muitos diversos: Filosofia, Direito, História, Literatura e Gramática. Nascido em Roma, onde estudou Retórica, ele passou parte de sua vida em Atenas, na Península Ática, onde estudou Filosofia e redigiu os seus escritos em 20 volumes. No livro XVI, capítulo 8 das *Noites Áticas*, há algumas menções ao pensamento sintático de Varrão, sobre o qual, vale lembrar, há apenas conhecimento indireto.

A fim de introduzir os leitores nas disciplinas dialéticas, Aulo Gélío (XVI, 8) os instrui a começar pelo estudo *περὶ ἀξιωματικῶν* (“sobre os axiomas”), **termo da Dialética Estoica** que Varrão traduziu por *proloquia* ou *profata*, com um sentido próximo ao de “proposições primeiras” ou “primeiras palavras” (SEABRA FILHO, 2010, p. 545, nota 28). Do ponto de vista etimológico, *proloquia* e *profata* são formas participiais substantivadas e oriundas de dois verbos depoentes sinônimos: *proloquor* (derivado de *loquor*, “falar”) e *profor* (derivado de *for*, “falar”). Aulo Gélío cita textualmente a definição varroniana:

⁸⁰ O termo *inclinatio* é do mesmo campo semântico de *declinatio*, que, no *De Lingua Latina*, se refere à flexão e à derivação das palavras em geral.

(43) - ὁ Sed M. Varro in libro de lingua Latina ad Ciceronem **quarto vicesimo** expeditissime ita finit: "**Proloquium est sententia, in qua nihil desideratur.**" ἤ Erit autem planius, quid istud sit, si exemplum eius dixerimus. Axioma igitur, sive id "proloquium" dicere placet, huiusmodi est: "Hannibal Poenus fuit"; "Scipio Numantiam delevit"; "Milo caedis damnatus est"; "neque bonum est voluptas neque malum".

(Aulo Gélío, *Noctes Atticae*, XVI, 8, 6-7, grifos nossos).⁸¹

ὁ Mas Marco Varrão no livro **vigésimo quarto** *Da língua latina*, dedicado a Cícero, muito desembaraçadamente assim define: **Proloquium est sententia in qua nihil desideratur** [axioma é sentença em que nada fica a desejar]. ἤ Ficará porém mais clara essa definição se lhe tivermos apresentado um exemplo. O ἄξιωμα portanto - ou, se agrada dizer, o *proloquium* - é deste tipo: “Aníbal foi cartaginês”; “Cipião destruiu Numância”; “Milão foi condenado por assassinato”; “nem um bem é o prazer nem um mal”.

(Aulo Gélío, *Noites Áticas*, XVI, 8, 6-7, in SEABRA FILHO, 2010, p. 545, tradução e observações do autor, grifos nossos).

A definição de *proloquium* como “sentença em que nada fica a desejar” se assemelha muito ao moderno conceito de *frase* como “enunciado de sentido completo”. Em sendo a Dialética a ciência do verdadeiro e do falso, a ela só interessam as proposições falseáveis, em cuja estrutura deve haver obrigatoriamente um ὄνομα (“nome”, algo ou alguém de que se fala) e um ῥήμα (“verbo”, o que se fala a respeito de algo ou alguém), ou categorias similares a essas outrora empregadas por Platão. Os exemplos citados por Aulo Gélío confirmam tais assertivas, pois, quando se diz “Aníbal foi cartaginês”, [*Aníbal*] é aquele de quem se fala, e [*foi cartaginês*] é o que se diz a respeito de Aníbal. As similaridades com as noções hodiernas de *sujeito*, *predicado* e *período simples* são muito evidentes.

Mais adiante, Aulo Gélío apresenta sentenças com estruturas frasais mais complexas, das quais Varrão talvez tenha tratado em algum dos livros perdidos:

(44) - ὁ Sed quod Graeci synemmenon axioma dicunt, id alii nostrorum "adiunctum", alii "conexum" dixerunt. Id "conexum" tale est: "si Plato ambulat, Plato movetur"; "si dies est, sol super terras est." ἰtem quod illi sympeplegmenon, nos vel "coniunctum"

⁸¹ Disponível em: https://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Gellius/16*.html (acesso em 2021).

vel "copulatum" dicimus, quod est huiuscemodi: "P. Scipio, Pauli filius, et bis consul fuit et triumphavit et censura functus est et collega in censura L. Mummii fuit."

(Aulo Gélío, *Noctes Atticae*, XVI, 8, 9-10).⁸²

9Mas quanto ao que os gregos dizem συνημμένον ἄξιωμα, uns dos nossos disseram *adiunctum* (ajuntado), outros *conexum* (conexo). Este axioma conexo é de tal tipo: “se Platão passeia, Platão se move”; “se é dia, o sol está sobre as terras”. 10Iguualmente quanto ao que eles dizem συμπελεγμένον, nós dizemos ou *coniunctum* (jungido) ou *copulatum* (copulado), o que é deste modo: “Públio Cipião, filho de Paulo, não só foi duas vezes cônsul como também triunfou e exerceu a função de censor e, no cargo de censor, foi colega de Lúcio Múmio”.

(Aulo Gélío, *Noites Áticas*, XVI, 8, 9-10, in SEABRA FILHO, 2010, p. 546, tradução e observações do autor).

O axioma conexo a que Aulo Gélío se refere – *si Plato ambulat, Plato movetur* (“se Platão passeia, Platão se move”) – é composto por duas sentenças, tendo a primeira um valor hipotético. O axioma copulativo também é composto por duas ou mais sentenças, cuja copulação se faz pela conjunção *et*: *et bis consul fuit et triumphavit et...* (“**não só** foi cônsul duas vezes **como também** triunfou e...”). Tais exemplos mostram que a Sintaxe, nas suas origens, tem uma relação mais íntima com a Lógica e a Dialética do que com a Gramática, pelo que ela não consta na Τέχνη Γραμματική, de Dionísio Trácio (NEVES, 2005, p. 132).

Por último, Aulo Gélío trata dos axiomas disjuntivos:

(45) - *Est item aliud, quod Graeci diezeugmenon axioma, nos "disiunctum" dicimus. Id huiuscemodi est: "aut malum est voluptas aut bonum aut neque bonum neque malum est."*

(Aulo Gélío, *Noctes Atticae*, XVI, 8, 12).⁸³

Há igualmente outra proposição que nós dizemos *disiunctum* (disjuntiva), os gregos διεξευγμένον ἄξιωμα. Essa é deste tipo: “Ou um mal é o prazer, ou um bem, ou não é nem um bem nem um mal.”.

(Aulo Gélío, *Noites Áticas*, XVI, 8, 12, in SEABRA FILHO, 2010, p. 546, tradução e observações do autor).

⁸² Disponível em: https://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Gellius/16*.html

⁸³ Disponível em: https://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Gellius/16*.html

Os axiomas disjuntivos se caracterizam pela conjunção *aut* (“ou”), cujo papel no discurso é o de estabelecer oposições incompatíveis. No exemplo de Aulo Gélío (“Ou um mal é o prazer, ou um bem, ou não é nem um bem nem um mal”), está claro que o prazer não pode ser um mal e um bem ao mesmo tempo, logo há uma incompatibilidade. Tais relações têm presumivelmente papel relevante na Lógica e na Dialética, às quais interessa sempre buscar a veracidade e falsidade das proposições.

Para finalizar, Coradini (1999, p. 113-114) supõe que Varrão também tenha abordado outras categorias da Dialética Estoica nos livros de XIV a XIX, como *verba simplicia* e *verba coniuncta*, além das *sententiae simplices* e das *sententiae coniunctae*. Tais termos aparecem em Santo Agostinho (354-430 d.C.), que, embora não cite o gramático latino, teria sido por ele influenciado. No entanto, conforme se expôs no item 2.2, os historiógrafos precisam agir com cautela na hora de atribuir a influência de alguém sobre alguém sem ter a corroboração das citações diretas. Além disso, os livros nos quais essas categorias estoicas teriam aparecido se perderam, tornando mais difícil a confirmação dessa hipótese. O termo *axioma*, corrente no domínio da Dialética, não logrou muita longevidade na gramaticografia ocidental.

4.3 Marco Fábio Quintiliano

4.3.1 A ascensão do Império Romano e o fomento à cultura letrada

O século I a.C. foi marcado historicamente e politicamente por sucessivos conflitos internos e pelo consequente fim do período republicano em Roma. Após as bem sucedidas campanhas militares de Pompeu Magno (106-48 a.C.) na Ásia Menor e de Júlio César (100-44 a.C.) na Gália, os dois imponentes triúmviros travaram entre si uma desgastante guerra civil da qual César saiu vencedor na decisiva Batalha de Farsalos, ocorrida em 48 a.C. na região da Tessália, na Grécia (BEARD⁸⁴, 2017, p. 282). Nos anos seguintes, ele obteve mais algumas vitórias militares contra os seus opositores políticos, credenciando-se ante o Senado ao posto de *dictator*, mas acabou traído e assassinado por senadores inimigos em 44 a.C., dando azo a outra guerra civil, que opôs os partidários de César, encabeçados por Marco Antônio (83-30 a.C.) e Caio Otávio (63-14 a.C.), aos partidários de Pompeu, encabeçados por Caio Cássio Longino (c. 85-42 a.C.) e Marco Júnio Bruto (85-42 a.C.)⁸⁵. Os cesaristas derrotaram os pompeístas cabalmente em 42 a.C. em Filipos, na Macedônia (BEARD, 2017, p. 338), mas, pouco tempo depois, Marco Antônio e Caio Otávio também travaram entre si mais uma guerra civil, da qual este saiu vencedor em 31 a.C., após as Batalhas de Ácio e de Alexandria (*ibidem*, p. 343-344). Em 27 a.C., Otávio tornou-se o primeiro imperador, intitulado *Augustus*, pondo fim ao período republicano e dando início ao período imperial, cujos dois primeiros séculos de relativa estabilidade ficaram conhecidos como *Pax Romana* (“Paz Romana”).

A ascensão do Império marcou previsivelmente uma maior centralização do poder na figura do imperador, em detrimento do Senado e da plebe. A fim de consolidar a sua popularidade e autoridade perante o povo, os primeiros monarcas intensificaram o populismo por meio da famigerada política do *pão e circo* (em latim, *panem et circenses*), instituíram um culto ao imperador a fim de arrogar-se uma espécie de aura divina, profissionalizaram o exército, garantindo aos veteranos de guerra certos direitos de aposentadoria, e fortaleceram alianças com as elites provincianas, dando-lhes benesses políticas e fomentando a urbanização e o comércio nas províncias por meio de estradas e outras obras públicas, construídas à custa de altos impostos. Tais medidas não só apaziguaram um estado outrora combalido por décadas de conflitos internos, como também fizeram a economia prosperar de maneira descentralizada, com uma crescente circulação de moedas (GUARINELLO, 2019, p. 139-

⁸⁴ BEARD, Mary. **SPQR**: uma história da Roma Antiga. Tradução de Luis Reyes Gil. 1ª edição. São Paulo: Planeta, 2017.

⁸⁵ Varrão, curiosamente, estava entre os pompeístas. Ele chegou a ser perseguido por Marco Antônio, mas foi depois salvo por Augusto (VALENZA, 2010).

151). No âmbito militar, durante o principado de Augusto, entre 31 a.C. e 14 d.C., Roma anexou aos seus domínios territórios no norte da África, nos Alpes Suíços, na Germânia, nos Balcãs, na Ásia Menor e na faixa setentrional da Península Ibérica, futuro berço das línguas portuguesa e castelhana (BASSETTO⁸⁶, 2013). Veja-se o mapa abaixo:

Figura 8 - A expansão do Império Romano sob Augusto (31 a.C. - 14 d.C.)



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto#/media/Ficheiro:Imp%C3%A9rioRomano_-_30_a.C.-6_d.C.-pt.svg (modificado).

O fomento à cultura letrada no início do Império foi uma política de estado consciente cuja finalidade era incutir no povo uma identidade romana, começando pelo topo e alastrando-se até a base, de modo que a língua, a literatura e a escola atuassem como instrumentos estatais de cooptação e romanização das elites (GUARINELLO, 2019, p. 144-145). Os investimentos capitaneados pelo célebre patrono das letras Caio Cílnio Mecenas (68 a.C.-8 a.C.), ministro de Augusto, fizeram emergir a mais esplendorosa fase da Literatura Latina, em que sobressaíram os seguintes nomes: Virgílio (70-19 a.C.), autor de poemas pastoris como as *Bucólicas* e as *Geórgicas*, além da epopeia nacional, a *Eneida*; Horácio (65-8 a.C.), autor de odes mitológicas e de poemas satíricos; Tibulo (60-19 a.C.), elegista assim como Propércio (47-14 a.C.); e Ovídio (43-18 a.C.), autor do poema mitológico

⁸⁶ BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de Filologia Românica: História Externa das Línguas Românicas**, vol. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

Metamorfoses. Contemporâneo a todos eles, o historiador Tito Lívio (59-17 d.C.) redigiu em vários volumes uma extensa obra denominada *Ab urbe condita* (“Desde a fundação da cidade”), que narra a história romana desde as suas remotas origens agropastoris até as reformas de Augusto (LEONI, 1976, p. 65-93).

Nas décadas seguintes, Roma passou por novas turbulências internas, de duração mais curta. Com a morte de Augusto em 14 d.C., Tibério assumiu o poder, obteve alguns êxitos militares na Germânia e governou sem maiores sobressaltos até a sua morte em 37 d.C. Sucedeu-o o seu instável sobrinho-neto Caio Germânico, mais conhecido como Calígula, cujo principado se estendeu por apenas quatro anos, até ser assassinado pela Guarda Pretoriana (BEARD, 2017, p. 384). Em seguida, assumiu o poder o seu tio Cláudio, que, em meio a dificuldades, conseguiu anexar ao Império a parte sul da Bretanha e governar até a sua morte em 54 d.C. Por fim, ascendeu o seu filho Nero, uma das figuras mais icônicas de toda a história romana, famigerado por sua megalomania e crueldade. Os gastos ostensivos durante o seu governo e a sua índole violenta fizeram-no obter muitos inimigos no Senado e no Exército, mas, antes que a Guarda Pretoriana o assassinasse tal como ela o fizera a Calígula, Nero cometeu suicídio em 68 d.C. e pôs fim à Dinastia Júlio-Claudiana.

Sem quaisquer herdeiros legalmente aptos ocupar o cargo vacante, seguiu-se um conturbado interregno no qual três imperadores – Galba, Oto e Vitélio – governaram por pouco tempo em meio a novas guerras civis. O desfecho da crise se deu logo depois, em 69 d.C., com a ascensão de Flávio Vespasiano (r. 69-79 d.C.), primeiro imperador da Dinastia Flaviana, que, logo ao tomar o poder, delegou ao seu filho e futuro sucessor Tito (r. 79-81 d.C.) a árdua tarefa de sufocar revoltas judaicas em Jerusalém, findas em 70 d.C. com a derrota dos revoltosos e a destruição do Templo de Salomão. Com a morte precoce de Tito em 81 d.C, sucedeu-o o seu irmão Domiciano (r. 81-96 d.C.) (COLLINS; MATTHEWS, 2008, p. 98-102).

O enraizamento da cultura letrada e da administração romana nos territórios conquistados, que ocorreu lentamente nos últimos séculos da República e se intensificou nos primeiros séculos do Império, sobretudo nas províncias ocidentais, fez surgirem longe da capital outras figuras proeminentes na história de Roma. A Península Ibérica é um exemplo muito ilustrativo. Os romanos desterraram os cartagineses do solo ibérico em 206 a.C., nos últimos anos da Segunda Guerra Púnica, mas os povos autóctones resistiram ao jugo dos conquistadores durante várias décadas. A lenta romanização do local só foi possível graças a concessões políticas às elites ibéricas, à paulatina urbanização, a benefícios comerciais, a

fluxos migratórios oriundos da Itália, à permanência prolongada ou definitiva de tropas romanas, a casamentos interétnicos e, em casos extremos, à repressão pelas armas, a exemplo do prolongado cerco à cidade de Numância em 133 a.C., no norte peninsular (PHILLIPS⁸⁷ Jr., 2015, p. 32-37; ELIA⁸⁸, 2004, p. 64). O latim só conseguiu fincar raízes longevas nas partes central e meridional da Península Ibérica cerca de 200 anos depois, conforme demonstram os relatos do geógrafo grego Estrabão (63 ou 64 a.C. - 23 d.C.), segundo o qual os turdetanos, povo ribeirinho que habitava as margens do Rio Guadalquivir na atual Andaluzia, já haviam adotado a língua e os costumes romanos e já nem se lembravam mais da própria língua (VASCONCELOS⁸⁹, s.d., p. 13). Não surpreende, pois, que a Hispânia, já política e culturalmente integrada a Roma, tenha sido o berço de três imperadores, Trajano (53-117), Adriano (76-138) e Teodósio (346-395 d.C.), além do filósofo Sêneca (4 a.C. - 65 d.C.) e dos poetas Lucano (39 - 65 d.C.) e Marcial (c. 40- 104 d.C.). Desse grupo seletivo também faz parte Quintiliano (30 - 96 d.C.), mestre em Retórica cuja obra magna *Institutio Oratoria* traz relevantes observações acerca de uma ciência gramatical já mais consolidada entre os romanos, contrastando em parte com o *De Lingua Latina*, de Varrão, que dá sinais de uma gramática latina ainda incipiente no século I a.C. A Dinastia Flaviana prosseguiu fomentando a cultura letrada em Roma, cabendo a nomes como Quintiliano disseminar conhecimentos úteis à educação das futuras gerações de homens públicos.

4.3.2 Marco Fábio Quintiliano e a *Institutio Oratoria*

Nascido em Calagurris, atual Calahorra, na hodierna de província espanhola de La Rioja, Marco Fábio Quintiliano (30-96 d.C.) foi retor, gramático e pedagogo. Ainda jovem, foi levado pelo pai a Roma, onde foi discípulo dos eruditos Domício Afro e Rêmio Palêmão, dos quais recebeu a educação necessária para ingressar na vida pública. Em 60 d.C., regressou à Hispânia Tarraconense, onde atuou como advogado no tribunal superior local, e, oito anos depois, regressou a Roma na companhia do recém-proclamado imperador Galba, que governou por pouco tempo no conturbado interregno subsequente ao suicídio de Nero, ocorrido em 68 d.C. Com a ascensão da Dinastia Flaviana e o já mencionado fomento estatal à cultura letrada, Quintiliano recebeu de Vespasiano um estipêndio anual para lecionar Retórica na capital do Império e de Domiciano recebeu o título e as insígnias de cônsul (as *ornamenta consularia*) em reconhecimento ao seu trabalho pedagógico. Dentre os seus mais

⁸⁷ PHILLIPS Jr., William D. **História Concisa da Espanha**. São Paulo: EDIPRO, 2015.

⁸⁸ ELIA, Sílvio. **Preparação à linguística românica**. Rio de Janeiro: Edições Ao Livro Técnico, 2004, 284 p.

⁸⁹ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. **Lições de Filologia Portuguesa**. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. (sem data).

insignes discípulos, listam-se os poetas Marcial e Juvenal, o orador Plínio, o Jovem, além do historiador Suetônio. Anos mais tarde, depois de perder esposa e filhos, Quintiliano atuou como preceptor dos filhos do cônsul Flávio Clemente, os quais o imperador Domiciano queria tornar sucessores. Foi nesse período final da vida, entre 90 e 95 d.C., que o mestre em Retórica redigiu a *Institutio Oratoria*, cuja tradução em português seria “Educação Oratória”⁹⁰ (FARACO, 2018, p. 15-16; PEREIRA⁹¹, 2006, p. 21-22).

A *Institutio Oratoria* é uma longa e enciclopédica obra composta por doze livros, que reúnem conhecimentos de Retórica, Gramática, Literatura, Pedagogia e áreas adjacentes. Seu objetivo precípuo, conforme sugere o seu título, é formar oradores, e não sistematizar exaustivamente os fatos de língua – pelo que Quintiliano nem sempre é lembrado como um gramático *stricto sensu*, mas como um perito na arte oratória. O livro I aborda justamente a formação geral do orador e os conhecimentos gramaticais que ele deve adquirir logo no início de sua formação. O livro II traz as incumbências do mestre em Retórica, bem como uma visão sinóptica do campo. Os livros de III a IX tratam da origem e das partes da Retórica, passando pelos tipos de discurso, exposição, raciocínio e argumentação. O livro XII traz as incumbências do orador, que, na visão de Quintiliano, deve não só reunir conhecimentos enciclopédicos, como também zelar pela honestidade de suas palavras e de seus atos (PEREIRA, 2006, p. 24-25). O apreço pela moralidade, baseado na ideia do *vir bonus* (“homem bom”) de Catão, o Velho, (234-149 a.C.), diferencia os ensinamentos coligidos na *Institutio Oratoria* das antigas concepções retóricas dos sofistas, a quem mais interessava a persuasão do que a veracidade dos discursos (FARACO, 2018, p. 21-22).

Os capítulos de IV a IX do livro I são dedicados à Gramática, cujo papel na formação do orador é de uma disciplina introdutória, a ser ensinada às crianças ainda em tenra idade. O capítulo IV traz logo nos primeiros parágrafos uma definição da área como *recte loquendi scientiam* (“ciência de falar corretamente”) e *poetarum enarratio* (“explicação dos poetas”), bem como um resumo das reflexões gramaticais antigas sobre as partes do discurso. Chama a atenção o fato de o autor retratar o *grammaticus* como um alfabetizador, um instrutor das primeiras letras, e não como um tratadista dos fatos de língua⁹². Nesse sentido, o teor

⁹⁰ O substantivo latino *institutio*, -onis, embora seja o étimo inequívoco do substantivo *instituição*, tem um significado distinto do seu correspondente etimológico moderno. *Institutio* significa “educação”, “doutrina”, logo a *Institutio Oratoria* de Quintiliano se refere justamente à educação e à formação de oradores.

⁹¹ PEREIRA, Marcos Aurélio. **Quintiliano Gramático**: o papel do mestre de Gramática na *Institutio Oratoria*. Tradução de Marcos Aurélio Pereira. 2ª edição. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, 192 p.

⁹² Para evitar confusões metalinguísticas indesejáveis entre a acepção de *gramático* como um tratadista e a acepção de *gramático* como um instrutor das primeiras letras, optou-se por usar no texto a forma portuguesa

propedêutico dos capítulos gramaticais de Quintiliano diverge parcialmente das intenções filológicas da Τέχνη Γραμματική e das intenções ensaísticas do *De Lingua Latina*. O capítulo V, mais extenso que o anterior, aborda temas muito diversos: correção, onomatopeias, formação de palavras, barbarismos, solecismos, ortoépia, eufonia e prosódia. O ideal normativo de Quintiliano, longe de ser um purismo gramatical, é guiado pelo uso (*consuetudo*) e pela eficiência discursiva. O capítulo VI traz os fundamentos da linguagem: razão, antiguidade, autoridade e tradição. Segundo Pereira (2006, p. 70), Quintiliano teria se baseado na divisão quadripartite de Varrão⁹³ – natureza, analogia, costume e autoridade –, que está na base da chamada *latinitas*, isto é, do latim considerado correto. A ideia geral é basicamente a mesma: a natureza forneceria a palavra, o tempo a modificaria por meio da analogia, por fim o uso corrente e a autoridade dos homens ilustres fixariam as formas canônicas. O capítulo VII concerne à Ortografia e às regras que norteiam as representações gráficas. Nele o autor propugna uma relação biunívoca entre letra e som, à exceção dos casos em que a grafia da palavra já esteja amplamente consagrada na escrita. O capítulo VIII trata da leitura e da apreciação de textos literários canônicos, tanto gregos quanto latinos, a exemplo de Homero, Ênio, Virgílio e Terêncio, cujas obras se notabilizam tanto pelo esplendor da linguagem, quanto pelo valor moral que incutem nos homens. Por último, o capítulo IX retoma os papéis inerentes ao *grammaticus* e traz algumas considerações sobre exercícios retóricos.

A *Institutio Oratoria* foi bem aceita não só à época de sua publicação, haja vista o prestígio de Quintiliano entre os imperadores flavianos e o prestígio dos seus insígnis discípulos, como também foi bem aceita nos séculos posteriores. Na Antiguidade Tardia, há poucas menções à obra, limitando-se talvez à *Ars Rhetorica* de Gaio Júlio Victor (século IV d.C.). Na Alta Idade Média, Cassiodoro (século VI d.C.) e Isidoro de Sevilha (século VII d.C.) chegaram a lidar com a *Institutio Oratoria* e ajudaram a torná-la um pouco mais conhecida entre os medievais. No século XII, na França, ela tornou-se referência para reformas na educação e para o resgate de autores clássicos, embora os testemunhos do texto disponíveis à época fossem geralmente fragmentários. Os momentos mais decisivos para a difusão da *Institutio Oratoria* se deram em 1416, quando o humanista italiano Poggio Bracciolini (1380-1459) encontrou um manuscrito completo da obra no mosteiro de Sankt

gramático no primeiro caso e a latina *grammaticus* no segundo, a fim de atender os princípios da *contextualização* e da *imanência* descritos por Koerner (2014, p. 58-59) e abordados na seção 2.2 deste relatório.
⁹³ Convém lembrar que Quintiliano considera Varrão *vir romanorum eruditissimus* (“o homem mais erudito entre os romanos”) (X, 1).

Gallen na Suíça, e em 1470, quando veio a lume a sua primeira edição em Roma, na mesma época em que surgiu a prensa móvel de Gutenberg. Com o aumento exponencial da circulação dos textos a partir da segunda metade do século XV, não tardou que humanistas e jesuítas redescobrissem Quintiliano e o adotassem como referência pedagógica (FARACO, 2018, p. 23-24; PEREIRA, 2006, p.22-23).

A primeira tradução portuguesa da *Institutio Oratoria* foi levada a cabo por Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), autor da *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (publicada postumamente em 1822) e último gramático analisado nesta pesquisa. Sua tradução em dois tomos foi publicada em 1788 e 1790 (FARACO, 2018, p. 27). Em tempos recentes, vieram a lume as traduções de Marcos Aurelio Pereira (2006), intitulada *Quintiliano gramático: o papel do mestre de Gramática na Institutio Oratoria*, que inclui apenas os capítulos gramaticais do livro I, e de Bruno Fregni Bassetto (2015), intitulada *Instituição Oratória*, dividida em quatro tomos⁹⁴. A versão aqui utilizada para fins de análise é a de Pereira (2006).

4.3.3 A análise dos capítulos gramaticais da *Institutio Oratoria*

Do ponto de vista teórico, Quintiliano é um legítimo continuador das concepções gramaticais alexandrinas, mas diverge em parte dos seus antepassados intelectuais ao conceber a Gramática como uma das disciplinas introdutórias à formação dos oradores, ao lado da Música, da Astronomia e da Filosofia. Com efeito, os alexandrinos visavam à educação filológica dos seus discípulos, a fim de que estes preservassem o legado literário, filosófico e científico da cultura grega, enquanto Quintiliano, movido pelo tradicional pragmatismo romano, visa mais à formação enciclopédica e moral dos homens de estado.

Logo no parágrafo de abertura do capítulo IV, livro I, o autor recomenda que as crianças devam ser encaminhadas a um *grammaticus* assim que tiverem aprendido a ler a escrever:

(46) - **1** *Primus in eo qui scribendi legendique adeptus erit facultatem **grammaticis** est locus. Nec refert de Graeco an de Latino loquar, quamquam Graecum esse priorem placet: utrique eadem via est.*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, IV, 1, in PEREIRA, 2006, p. 85, grifos nossos).

⁹⁴ Embora o substantivo latino *institutio*, conforme o exposto nas notas anteriores, signifique “educação” ou “doutrina”, Bassetto (2015) optou por utilizar na sua tradução o correspondente etimológico moderno *instituição*, obscurecendo parcialmente o sentido original pretendido por Quintiliano.

Tão logo a criança tenha aprendido bem a ler e a escrever, deve ser posta aos cuidados do **gramático** [*grammaticus*]. E não importa se grego ou latino, pois o método é o mesmo para ambos, embora me pareça melhor começar com um grego.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Conquanto o latim fosse, por excelência, a língua das assembleias e da administração pública, o grego era parte indispensável da formação intelectual dos bons oradores, daí a preferência do autor por encaminhar as crianças primeiramente a um preceptor grego.

Logo na sequência, Quintiliano delimita a Gramática e as atividades inerentes ao fazer gramatical:

(47) - **2** *Haec igitur professio, cum breuissime in duas partes diuidatur, recte loquendi scientiam et poetarum enarrationem, plus habet in recessu quam fronte promittit.* **3** *Nam et scribendi ratio coniuncta cum loquendo est, et enarrationem praecedat emendata lectio, et mixtum his omnibus iudicium est (...).*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, IV, 2-3, in PEREIRA, 2006, p.85-86, grifos nossos).

2 Pois esse mister, embora se divida, muito sucintamente, em duas partes – **a arte de falar corretamente e a explicação dos poetas** –, encerra mais em si do que deixa transparecer. **3** Com efeito, tanto as regras da escrita se combinam com as do falar, como uma leitura correta precede a explicação e um juízo crítico permeia a ambas (...).

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

A expressão grifada *recte loquendi scientiam* (“arte de falar corretamente”) já evidencia o teor normativo da disciplina gramatical, ao passo que a expressão seguinte, *poetarum enarrationem* (“explicação dos poetas”), não só evidencia o seu caráter filológico, como também informa o tipo de dado linguístico por ela privilegiado: os usos literários. Das crianças se exigia tanto o devido entendimento dos escritores canônicos, quanto a adoção de sua linguagem elevada como parâmetro de correção. A preferência de Quintiliano pela modalidade escrita e literária vai ao encontro das definições de Gramática dadas por Dionísio

Trácio, que fala em “conhecimento empírico do que se diz frequentemente entre **poetas e prosadores**” (OLIVEIRA, 2011, p. 2535), e por Varrão, que fala em “ciência daquilo que é dito pelos **poetas históricos e oradores** na maior parte das vezes” (Mário Vitorino, *in* FUNAIOLI⁹⁵, 1907, p. 265, tradução nossa).

Mais adiante, Quintiliano faz uma defesa enfática do ensino da Gramática como parte indispensável para a formação do orador e rechaça os eventuais detratores da área:

(48) - *Quo minus sunt ferendi, qui hanc artem ut tenuem atque ieiunam cauillantur. Quae nisi oratoris futuri fundamenta fideliter iecit, quidquid superstruxeris, corruet: necessaria pueris, iucunda senibus, dulcis secretorum comes, et quae uel sola in omni studiorum genere plus habeat operis quam ostentationis. 6 Ne quis igitur tamquam parua fastidiat grammatices elementa (...).*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, IV, 5-6, *in* PEREIRA, 2006, p. 87-88, grifos nossos).

Por isso, são menos toleráveis os que zombam da Gramática, considerando-a árida e de pouca importância: **se ela não estabelecer alicerces seguros para o futuro orador, tudo o que se tiver edificado irá por terra**, necessária como é aos pequenos, agradável aos velhos, doce companheira dos retiros; a única talvez que, dentre todos os tipos de estudo, prima pelo trabalho mais do que pela aparência. **6** Que ninguém, pois, desdenhe os princípios da Gramática como de pouco valor (...).

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Depois de fazer alguns apontamentos sobre Ortografia e pronúncia, Quintiliano passa a tratar de um tema fulcral no âmbito da Gramática: as partes do discurso (*partes orationis*). Segundo ele, não há uma visão unívoca de quantas e de quais são as partes do discurso (I, IV, 17). Rememora o autor que Aristóteles e seu discípulo Teodectes propunham apenas três partes – verbos (*verba*), nomes (*nomina*) e conectivos (*conuinctiones*)⁹⁶ –, às quais os estoicos depois acrescentaram outras subdivisões. Da classe dos conectivos eles separaram os artigos (*articuli*) e as preposições (*praepositiones*). Da classe dos nomes alguns separaram os nomes comuns abstratos (*appellationes*), os nomes comuns concretos (*uocabula*) e os pronomes (*pronomina*), de modo que o termo *nomina* passasse a designar apenas os nomes próprios (I,

⁹⁵ FUNAIOLI, Hyginus. *Grammaticae Romanae Fragmenta*. Leipzig: Teubner, 1907.

⁹⁶ Conforme se verá na próxima seção, Quintiliano (I, IV, 18) julga preferível traduzir o termo grego σύνδεσμοι (“conectivos”) por *conuinctiones*, em vez de *coniunctiones*.

IV, 19-20). Por fim, propuseram os participípios (*participia*) e os advérbios (*advérbios*). A grande inovação dos gramáticos latinos está em separar interjeições (*interiectiones*) dos advérbios. Com o acréscimo das interjeições e a ausência de artigos em latim, o número total de partes do discurso preconizado por Quintiliano permaneceu em oito, à semelhança de Dionísio Trácio. O autor o confirma no seguinte trecho:

(49) - *Noster sermo **articulos** non desiderat ideoque in alias partes orationis sparguntur, sed accedit superioribus **interiectio**. 20 Alii tamen ex idoneis dumtaxat auctoribus **octo partes** secuti sunt, ut **Aristarchus** et aetate nostra **Palemon**, qui **uocabulum** siue **appellationem** nomini subiecerunt tamquam speciem eius;*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, IV, 19-20, in PEREIRA, 2006, p. 97, grifos nossos).

Nossa fala não se ressentia da ausência de **artigos**, cujo papel é desempenhado por outras partes do discurso. Por outro lado, às partes acima mencionadas se soma a **interjeição**. 20 Outros, porém, apoiando-se em autores idôneos, admitem **oito partes**, como Aristarco e, em nossa época, Palêmon, que incluíram o **vocábulo** ou **substantivo**⁹⁷ na classe dos nomes, como sendo da espécie destes.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Aristarco da Samotrácia (215-145 a.C.), diretor da Biblioteca de Alexandria e mestre de Dionísio Trácio, foi defensor do modelo de oito partes do discurso (NEVES, 2005, p. 122-123), assim como Rêmio Palêmon, mestre do próprio Quintiliano. Ambos os mestres se opuseram à cisão da classe geral dos *nomina* em *nomen* (nome próprio), *uocabulum* (nome comum concreto) e *appellatio* (nome comum abstrato), de modo que o total de oito partes não fosse alterado. O autor, em tom áspero, afirma inclusive não haver qualquer importância em discutir se a melhor tradução para o termo grego προσηγορία (nome comum) é *uocabulum* ou *appellatio* (I, IV, 21). Com base nisso, as oito partes do discurso em latim são as seguintes: *nomen, verbum, participium, pronomen, praepositio, adverbium, coniunctio* (ou *coniuinctio*) e *interiectio*. Quintiliano não apresenta definições individuais para as classes nem discorre

⁹⁷ Na ausência de um termo gramatical português capaz de traduzir precisamente *appellationem*, Pereira (2006) optou chamá-lo de *substantivo*. Contudo, para evitar confusões terminológicas indesejáveis com a moderna acepção de *substantivo*, optou-se aqui por utilizar a perífrase *nome comum abstrato*.

exaustivamente sobre todas elas porque, como ele mesmo adverte no capítulo seguinte, a *Institutio Oratoria* não é um tratado gramatical (I, V, 54).

Antes de as crianças se aprofundarem nos meandros da Gramática, é preciso, recomenda o mestre em Retórica, que elas já saibam flexionar (ou *declinar*) os nomes e os verbos:

(50) - **22** *Nomina declinare et uerba in primis pueri sciant; neque enim aliter peruenire ad intellectum sequentium possunt.*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, IV, 22, in PEREIRA, 2006, p. 98, grifos nossos).

22 Antes de mais nada, que as crianças saibam **flexionar** os nomes e os verbos, pois nem podem, de outro modo, compreender as coisas subsequentes.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

A passagem acima transcrita revela que o verbo *declinare* e o substantivo cognato *declinatio* remetem tanto às flexões nominais quanto às verbais, tal como ocorre no *De Lingua Latina*, de Varrão. Quintiliano aponta algumas particularidades flexionais dos nomes epicenos (*epicoena*), nos quais o gênero e a terminação não se correspondem, a exemplo de *Murena*, nome masculino cuja declinação é feminina, e de *Glycerium*, nome feminino cuja declinação é neutra⁹⁸ (I, IV, 24). Mais adiante, ele aventa a hipótese de existir um sexto caso morfológico em grego e um sétimo caso morfológico em latim:

(51) - *Quaerat etiam apud Graecos uis quaedam sexti casus et apud nos quoque septimi. Nam cum dico “hasta percussi”, non uitor ablatiui natura, nec si idem Graece dicam, datiu.*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, IV, 26, in PEREIRA, 2006, p. 100, grifos nossos).

Que o mestre investigue também se está em ação entre os gregos um sexto caso, e entre nós um sétimo. Com efeito, quando digo *hasta percussi* [i.e. *feridos com a lança*], não me sirvo essencialmente de um **ablativo**, nem, para dizer o mesmo do grego, de um **dativo**.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

⁹⁸ Sem muito esforço já se pode perceber que a acepção do termo *epiceno* em Quintiliano diverge da acepção hodierna.

A hipótese aventada por Quintiliano seria a existência de um caso instrumental em latim e em grego (ROBBINS, 1967:1983, p. 41), conforme sugere o exemplo apresentado: *hasta percussi* (i.e. “feridos com a lança”, em que a lança é o instrumento da ação de ferir). O autor deve ter ventilado essa discussão com base no fato de que a ideia basilar expressa pelo ablativo latino é a de procedência, e não a de instrumento, ao passo que a ideia basilar expressa pelo dativo grego é a de beneficiário de uma ação (PEREIRA, 2006, p. 100, nota 46). Noutras palavras, o critério semântico se sobreporia ao morfológico na defesa de um possível caso instrumental nas línguas clássicas. Entretanto, quem prevaleceu foi o critério morfológico, e, ao cabo, a hipótese aventada não ganhou muitos adeptos ao longo da gramaticografia latina, pois não faria sentido propor a existência de um novo caso paradigmaticamente idêntico ao ablativo latino ou idêntico ao dativo grego⁹⁹. Prisciano, séculos depois, rechaçaria a ideia de Quintiliano, considerando-a supérflua (ROBBINS, 1967:1983, p. 42). Por fim, do ponto de vista terminológico, chama a atenção o uso do termo *ablatiuus*, que viria a se firmar nas gramáticas ocidentais e substituir em definitivo os termos genéricos utilizados por Varrão no *De Lingua Latina: casus sextus* ou *casus latinus*.

Nos últimos parágrafos do capítulo IV, Quintiliano apresenta algumas particularidades relativas aos verbos, partindo do pressuposto de que os leitores já conheçam de antemão as vozes (*genera*), modos (*qualitates*), as pessoas (*personas*) e os números (*numeros*) verbais (I, IV, 27). No excerto abaixo, ele questiona o caráter verbal ou nominal de certos participios:

(52) - *Nam et quaedam participia an uerba an appellationes sint dubitari potest, quia aliud alio loco ualent, ut “tectum” et “sapiens”.*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, IV, 27, in PEREIRA, 2006, p. 101).

Com efeito, pode-se duvidar se alguns participios são verbos ou substantivos¹⁰⁰, pois têm um valor num lugar, e outro noutro lugar, como *tectum* e *sapiens*.

(*ibidem*, tradução do autor).

A substantivação de participios é um fenômeno muito antigo na história do latim. No caso em tela, *tectum* (“cobertura”) é na origem o supino ou o participio passado do verbo

⁹⁹ Vale lembrar que o ablativo latino pode ter também sentido locativo (e.g. *in manibus tuis*, “em tuas mãos”), causal (e.g. *fugere ignaviā*, “fugir por covardia”), agentivo (e.g. *urbs delecta pluviā*, “cidade destruída pela chuva”) e outros. Se prevalecesse apenas o critério semântico, o número de casos aumentaria sensivelmente em latim e em grego.

¹⁰⁰ Lembrar que *appellationes* são os nomes comuns abstratos aos quais o tradutor chamou de *substantivos* por não haver termo português que o traduzisse precisamente. Há quem prefira traduzir *appellatio* por *denominação* ou *nome comum*.

tegĕre (“cobrir”), e *sapiens* (“sábio”, “sapiente”) é na origem o particípio presente de *sapĕre* (“saber”). Os exemplos poderiam se multiplicar: *creditum* é supino ou particípio passado de *credĕre* (“crer”); *debitum* é supino ou particípio passado de *debĕre* (“dever”); *parentes* (“pais”) é particípio presente plural de *parĕre* (“parir”), etc.

O autor chama a atenção para certos empregos especiais do verbo em alguns versos de Virgílio, embora não mencione o nome do poeta nem o dos poemas:

(53) - *Iam “itur in antiquam siluam” nonne propriae cuiusdam rationis est? Nam quod initium eius inuenias? Cui simile “fletur”. Accipimus aliter ut “panditur interea domus omnipotentis Olympi”, aliter, ut “totis usque adeo turbatur agris”.*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, IV, 28, in PEREIRA, 2006, p. 101, grifos nossos).

De mais, em *itur in antiquam siluam*¹⁰¹ [i.e. **adentram** na velha floresta] não temos um especial emprego do verbo? Com efeito, que forma terá ele na primeira pessoa? O mesmo ocorre com *fletur* [i.e. **chora**]. Percebemo-lo de maneira diferente em *panditur interea domus omnipotentis Olympi*¹⁰² [i.e. nesse íterim, **abre-se** a morada do onipotente senhor do Olimpo], e em *totis usque adeo turbatur agris*¹⁰³ [i.e. de tal modo **reina a perturbação** em todos os campos].

(*ibidem*, tradução do autor).

O emprego especial a que o mestre em Retórica se refere é o uso das formas passivas de terceira pessoa do singular, com a desinência *-tur*, para indeterminar o sujeito. Quando Virgílio diz *itur in antiquam siluam* (“adentram na velha floresta”), a forma *itur*, do verbo *ire*, não indica a passividade do sujeito, mas a sua indeterminação. Já em *panditur interea domus omnipotentis Olympi* (“e, nesse íterim, abre-se a morada do onipotente senhor do Olimpo”), a forma *panditur*, do verbo *pandĕre* (“abrir”), tem como sujeito passivo *domus* (“morada”). Em suma, Quintiliano apresenta diferenças sintáticas relevantes nesses exemplos literários, conquanto à época não houvesse uma metalinguagem sintática mais avançada que as explicasse com tantos detalhes.

Nos primeiros parágrafos do capítulo V, o autor descreve um dos conceitos fulcrais para a ciência gramatical, o discurso (*oratio*), cujas virtudes, segundo ele, são a correção, a

¹⁰¹ (Virgílio, *Eneida*, VI, 179).

¹⁰² (Virgílio, *Eneida*, X, 1).

¹⁰³ (Virgílio, *Éclogas*, I, 11).

clareza e a elegância (I, V, 1). A harmonia entre esses elementos vai ao encontro da visão varroniana de que o discurso deve ser dirigido para a utilidade (VIII, 26), motivo pelo qual oradores de estilo demasiadamente empolado não só não são compreendidos pelo seu público, como também geram repulsa aos seus ouvintes. Quintiliano dedica vários parágrafos ao tema da correção gramatical, dividindo os vícios de linguagem (*vitia dicendi*) em dois: o *barbarismo* e o *solecismo*.

O primeiro vício assim se define:

(54) - **6** *Interim uitium, quod fit in singulis uerbis, sit barbarismus.*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, V, 6, in PEREIRA, 2006, p. 105, grifos nossos).

6 Por ora, seja **barbarismo** o vício que se dá nas palavras isoladas.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

O *barbarismo* ocorre basicamente quando uma palavra qualquer está mal empregada, em desacordo com as coisas designadas¹⁰⁴. O primeiro tipo remete aos estrangeirismos utilizados em detrimento de formas vernáculas, a exemplo do termo gaulês *casamo*, com o sentido de “companheiro” (I, V, 8). O segundo tipo não é propriamente um desvio de natureza gramatical, uma vez que ele remete ao temperamento insolente ou cruel com que uma palavra é proferida. Quintiliano o associa a um barbarismo por considerar tal comportamento típico de indivíduos bárbaros (I, V, 9). O terceiro tipo consiste em alterações indevidas na forma da palavra, que podem ocorrer por acréscimo, por supressão, por inversão ou por substituição de letras, a exemplo de *pregula* no lugar de *pergula*, em que se observa a metátese do *r* (I, V, 12).

Se o *barbarismo* é o vício que ocorre em palavras isoladas, o *solecismo* é o vício que ocorre em palavras encadeadas. Veja-se o trecho:

(55) - *Cetera uitia omnia ex pluribus uocibus sunt, quorum est soloecismus.*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, V, 34, in PEREIRA, 2006, p. 118, grifos nossos).

Os demais vícios se dão todos nas palavras em conjunto, um dos quais é o **solecismo**.

¹⁰⁴ Como bem observa Pereira (2006, p. 104, nota 60), essa suposta adequação das palavras às coisas mostra uma inclinação naturalista por parte de Quintiliano.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Quintiliano afirma que o *solecismo* ocorre no nível do discurso (*sermonis*), o que, em termos modernos, parece indicar o nível sintático (I, V, 35). Segundo o autor, não há consenso quanto às espécies desse vício (I, V, 38), razão pela qual ele arrola apenas os solecismos decorrentes de acréscimo, supressão, inversão ou substituição, estabelecendo-se aí uma clara simetria com os *barbarismos* (I, V, 38-39). Um *solecismo* por acréscimo seria o uso simultâneo e redundante das conjunções *nam* e *enim*, que significam “pois”. Por supressão seria uma frase como *Aegypto venio*, em vez de *ab Aegypto venio* (“venho do Egito”), em que seria necessário utilizar a preposição *ab* para indicar a procedência. Por inversão seria uma frase como *autem non habuit*, em vez de *non autem habuit* (“ele não teve, pois”), já que a conjunção pospositiva *autem* está erroneamente posicionada no início. Por substituição seria uma frase imperativa como *non feceris*, dita indevidamente no lugar de *ne feceris* (“não faças”), pois, em latim, *non* se usa para negar e *ne* se usa para proibir (I, V, 50). Os desvios de regência e de concordância se enquadram nesse quarto tipo, pois, na prática, também consistem em utilizar uma palavra no lugar de outra. Enfim, embora Quintiliano não estenda a discussão sobre o tema, alegando não ter a intenção de compor um tratado gramatical (I, V, 54), as suas observações sobre o *solecismo* mostram que a Sintaxe e os fenômenos sintáticos nem sempre eram ignorados pelos antigos. Nos demais parágrafos do capítulo V, seguem-se discussões sobre estrangeirismos, formação de palavras e metáforas.

Nas primeiras linhas do capítulo VI, Quintiliano discorre sobre a linguagem (*sermo*) e suas propriedades:

(56) - **1** *Est eniam sua loquentibus obseruatio, sua scribentibus. Sermo constat ratione, uetustate, auctoritate, consuetudine. Rationem praestat praecipue analogia. nonnumquam et etymologia. Vetera maiestas quaedam et ut sic dixerim, religio commendat* **2** *Auctoritas ab oratoribus uel historicis peti solet; nam poetas metri necessitas excusat (...).*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, VI, 1-2, in PEREIRA, 2006, p. 137, grifos nossos).

Tanto quem fala quanto quem escreve deve observar regras. A **linguagem** se funda sobre **razão**, **antiguidade**, **autoridade** e **tradição** [*i.e.* uso]. A razão se baseia principalmente na **analogia** e por vezes também na **etimologia**. Uma certa

majestade e, como diria, uma certa santidade recomenda o que é antigo **2** Quanto à autoridade, costuma ser buscada a oradores e historiadores; com efeito, as necessidades do metro nos fazem perdoar aos poetas (...).

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

À semelhança de Varrão, Quintiliano reconhece o papel fundamental da analogia (*proportio*) no funcionamento da linguagem, mas adverte que os princípios analógicos não devem ser seguidos a todo custo, já que podem ser contraditórios em alguns momentos (I, VI, 12). A Etimologia, ao apontar a origem e as famílias lexicais, ajuda o orador a entender melhor o significado das palavras, bem como a distinguir os termos vernáculos e os estrangeiros (I, VI, 29-30). Porém, como assevera o autor, o uso (*consuetudo*) é quem de fato estabelece os parâmetros de correção:

(57) - *Consuetudo uero certissima loquendi magistra, utendumque plane sermone, ut nummo, cui publica forma est.*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, VI, 3, in PEREIRA, 2006, p. 138, grifos nossos).

O uso é o **mais seguro mestre do falar**; que se faça, pois, um uso franco da língua como do dinheiro, cuja forma é pública.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

A linguagem, conforme o exposto no excerto (57), precisa estar imbuída de alguma antiguidade e, sobretudo, de autoridade. Por esse motivo, o parâmetro de correção gramatical preconizado na *Institutio Oratoria* não se baseia na fala corrente do povo romano, a que muitos chamam simplificada e indevidamente de *latim vulgar*, mas nos usos dos homens ilustres, de preferência os do passado. Tal primazia da língua das elites perpassa toda a história da ciência gramatical (VIEIRA, 2018, p. 235), embora, diferentemente dos oradores e dos historiadores, os poetas gozem de relativa liberdade para transgredir formas canônicas por exigências métricas. Destarte, o orador em formação deve adotar como referência linguística o latim de Cícero, de Tito Lívio, de Virgílio e de outros nomes do cânone, e não os princípios analógicos. Quintiliano, de maneira espirituosa, assim conclui:

(58) - *Quare mihi non inuenuste dici uidetur, aliud esse Latine, aliud grammaticè loqui.*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, VI, 27, in PEREIRA, 2006, p. 149, grifos nossos).

Por isso não me parece desprovido de graça dizer que uma coisa é falar **latim**, outra falar **gramatiquês**.

(*ibidem*, in PEREIRA, 2006, p. 150, tradução do autor, grifos nossos).

O capítulo VII dedica-se à Ortografia (ὀρθογραφία), definida na *Institutio Oratoria* como *recte scribendi scientiam* (“arte de escrever corretamente”), que trata não só do uso seletivo das letras, como também do uso dos diacríticos, destinados a orientar a correta leitura das vogais longas e das breves (I, VII, 1). As observações de Quintiliano sobre a pronúncia e a escrita são de especial interesse para a Fonética Diacrônica, na medida em que permitem recuperar algumas feições do latim falado no século I d.C. Por exemplo, o autor se opõe ao uso da letra estrangeira K em latim pelo fato de o C latino designar os mesmos sons:

(59) - **10** *Nam k quidem in nullis uerbis utendum puto, nisi quae significat etiam utsola ponatur. Hoc eo non omisi, quod quidam eam quotiens a sequatur, necessaria credunt, cum sit c littera, quae ad omnis uocalis uim suam perferat.*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, VII, 10, in PEREIRA, 2006, p. 163, grifos nossos).

10 Penso que a letra *k* não deva, de fato, ser usada em palavra alguma, senão quando for uma abreviatura. Não quis omitir isso, porque, toda vez que um *a* se segue àquela letra, alguns a consideram necessária, embora haja a letra *c*, **que mantém seu valor diante de todas as vogais**.

(*ibidem*, tradução do autor modificada, grifos nossos).

O trecho grifado demonstra que o C latino representava sempre uma consoante velar oclusiva [k] no latim do século I d.C., independentemente da vogal que o sucedesse. Logo, o antropônimo *Cicero*, no qual o C aparece diante de duas vogais anteriores [i] e [e], se pronunciava ['kikero] entre os eruditos do início da Era Cristã. Com base nisso, não faria sentido os eruditos romanos trazerem do estrangeiro a letra K se, no próprio alfabeto latino, já havia uma letra capaz de representar o mesmo som velar oclusivo em qualquer ambiente fonético.

Ciente de que a língua muda com o tempo, o autor reconhece a necessidade de adaptar paulatinamente a Ortografia aos novos usos correntes (I, V, 11). No trecho a seguir, Quintiliano defende com veemência a biunivocidade entre letra e som, deixando de lado apenas alguns casos isolados já amplamente consagrados nos hábitos de escrita:

(60) - *Ego nisi quod consuetudo optinuerit, sic scribendum quidque iudico quomodo sonat.*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, VII, 30, in PEREIRA, 2006, p. 171-172).

Quanto a mim, exceto no que o uso tiver consagrado, julgo que se deve escrever uma coisa do modo como se pronuncia.

(*ibidem*, in PEREIRA, 2006, p. 172, tradução do autor).

O capítulo VIII, bem menos extenso que os anteriores, traz recomendações quanto ao modo correto de ler textos, passando pelo tom de voz, pela cadência do discurso, pelo gestual e por temas afins (I, VIII, 2-3). Tais recomendações se assemelham a algumas passagens da *Τέχνη Γραμματική*, de Dionísio Trácio, de acordo com as quais cada gênero literário requer um estado de espírito apropriado para ser lido. Quintiliano adota como referência em oratória os discursos de Cícero e Asínio e como referência em poesia os poemas de Homero, Menandro, Virgílio, Ênio, Ácio, Pacúvio, Lucílio, Terêncio e Cecílio, que incluem epopeias, tragédias e comédias. No processo de leitura, deve o *grammaticus* monitorar a pronúncia dos alunos e exigir que estes identifiquem as partes do discurso, as propriedades dos pés métricos, além de palavras estrangeiras ou impróprias (I, VIII, 13-14).

O capítulo IX consta de apenas seis parágrafos, com mais algumas recomendações pedagógicas. Segundo Quintiliano, antes de os alunos serem encaminhados a um retor, deve o *grammaticus* ensinar-lhes a parafrasear pequenas histórias, como as fábulas de Esopo, para que comecem a desenvolver suas habilidades oratórias (I, IX, 2). Também deve o preceptor instruir os alunos a escreverem sentenças e pequenos textos, para que desenvolvam suas habilidades textuais e redacionais (I, IX, 3).

Enfim, para encerrar esta análise dos capítulos gramaticais da *Institutio Oratoria*, convém apresentar de modo sucinto as continuidades e as discontinuidades existentes entre eles e as duas gramáticas já analisadas. Na *camada teórica*, Quintiliano adota mais fielmente do que Varrão o modelo alexandrino de oito partes do discurso, com apenas duas alterações pontuais: o acréscimo das interjeições, que na *Τέχνη Γραμματική* eram subclasses de

advérbio, e a ausência dos artigos, que inexistiam em latim. Por outro lado, no que concerne ao papel da analogia no funcionamento da língua, Quintiliano está mais próximo de Varrão do que dos alexandrinos, dado que tanto o mestre em Retórica quanto o gramático reatino propugnam uma adoção mais comedida dos princípios analógicos, reservando ao uso (*consuetudo*) dos homens ilustres o verdadeiro parâmetro de correção gramatical. Na *camada técnica*, o estilo textual de Quintiliano é mais direto que o de Varrão, ao passo que a terminologia gramatical presente *Institutio Oratoria* aparenta ser mais sólida e amadurecida que aquela encontrada no *De Lingua Latina*, conforme se verá na próxima seção. Na *camada documental*, há convergência entre os três gramáticos: todos se servem de exemplos curtos e hipotéticos dos fatos de língua e eventualmente recorrem a exemplos extraídos de obras literárias. Na *camada contextual-institucional*, as três obras divergem: a Τέχνη Γραμματική é um produto do período helenístico, com vistas à preocupação filológica de preservar o legado cultural da língua grega; o *De Lingua Latina* é uma obra de teor ensaístico datável de quando a Gramática Latina ainda era incipiente no orbe romano; por fim, a *Institutio Oratoria*, conforme o seu título sugere, não é uma gramática *stricto sensu*, mas um extenso tratado de Retórica em cujos primeiros capítulos a ciência gramatical é retratada como disciplina introdutória à formação de oradores. Ela é fruto do incentivo à cultura na gestão dos imperadores flavianos, no fim do século I d.C.

4.3.4 A terminologia (morfo)sintática na *Institutio Oratoria*: a camada técnica

Se, por um lado, a terminologia gramatical presente no *De Lingua Latina* sugere que a disciplina ainda era incipiente em Roma, dado o caráter genérico e perifrástico de alguns termos (CORADINI, 1999, p. 135-136), por outro, a terminologia gramatical encontrada na *Institutio Oratoria* sugere justamente o amadurecimento da área entre os romanos. Com efeito, boa parte dos termos técnicos utilizados por Quintiliano se perpetuaria ao longo da gramaticografia latina e se espalharia inclusive pelas gramaticografias vernáculas. Boa parte desse vocabulário especializado se erigiu por meio de traduções ou decalques de termos gregos, mas, em algumas situações, os latinos tiveram de cunhar termos próprios para descrever certas particularidades do latim.

Quintiliano, não custa lembrar, adota o modelo alexandrino de oito partes do discurso (*partes orationis*), com apenas duas alterações: o acréscimo das interjeições, que eram subclasses de advérbio na Τέχνη Γραμματική, e a exclusão dos artigos, que inexistiam em latim. As oito partes são as seguintes: 1) ὄνομα, *nomen* (“nome”); 2) ῥῆμα, *verbum* (“verbo”);

3) μετοχή, *participium* (“particípio”); 4) ἀντωνυμία, *pronomēn* (“pronomē”); 5) πρόθεσις, *praepositio* (“preposição”); 6) ἐπίρρημα, *adverbium* (“advérbio”); 7) σύνδεσμος, *coniunctio* ou *coniuinctio* (“conjunção”); 8) *interiectio* (“interjeição”). Do ponto de vista terminológico, as denominações latinas para as partes do discurso são traduções e decalques evidentes dos correspondentes gregos, excetuando-se a interjeição, que foi proposta pelos próprios gramáticos latinos.

Nomen (“nome”) é a tradução de ὄνομα, que, à semelhança do seu correspondente latino, pode ter o significado genérico de “denominação dos seres e das coisas” ou o significado gramatical relativo às partes do discurso. Na Antiguidade, houve quem propusesse a divisão dos *nomina* em *nomen* (nome próprio), *uocabulum* (nome comum concreto) e *appellatio* (nome comum abstrato), mas Quintiliano (I, IV, 20), em consonância com Aristarco e Rêmio Palêvão, prefere agrupá-los numa única classe.

Verbum (“verbo”) é a tradução de ῥῆμα, que, à semelhança do seu correspondente latino, pode ter o significado genérico de “palavra” ou o significado gramatical relativo às partes do discurso. O próprio Quintiliano (I, V, 2) faz essa distinção nesta passagem:

(61) - *Verba nunc generaliter accipi uolo: nam duplex eorum intellectus est, alter, qui omnia, per quae sermo nectitur significat, ut apud Horatium: “uerbaque prouisam rem non inuita sequentur”; alter, in quo est una pars orationis: “lego”, “scribo”; quam uitantes ambiguitatem quidam dicere maluerunt uoces, locutiones, dictiones.*

(Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, V, 2, in PEREIRA, 2006, p. 103, grifos nossos).

Desejo que se tome agora o termo “**palavras**” em sentido geral. Com efeito, ela tem dois: um, que implica as palavras todas que formam a cadeia do discurso, como neste período de Horácio: “as palavras se seguirão espontaneamente ao pensamento”; outro, que se refere a uma parte da oração: *lego* [‘eu leio’], *scribo* [‘eu escrevo’]. Para evitar a ambiguidade, alguns preferiram chamá-las *uoces*, *locutiones* ou *dictiones*.

(*ibidem*, tradução do autor modificada, grifos nossos).

Vox (“voz”) se refere apenas à forma fonética da palavra, enquanto *dictio* (“dicção”) se refere à palavra como unidade física provida de um significado. *Locutio* (“locução”) parece referir-se à realização fonética da palavra (PEREIRA, 2006, p. 103-104, nota 59). Os termos *voz* e *dicção* aparecem na gramaticografia portuguesa.

Em seguida, *participium* é decalque de μετοχή, que é oriundo do verbo μετέχω (“participar”). Os participios assim se chamam porque “participam” da classe dos nomes e dos verbos, trazendo marcas nominais de caso, gênero e número, além de tempo e voz verbal.

Pronomen é decalque de ἀντωνυμία, em que os prefixos *pro* e ἀντ(ι) significam “em lugar de”, e os elementos *nomen* e -ωνυμ- significam “nome”. Os pronomes assim se chamam porque se empregam no lugar de um nome.

Praepositio é decalque de πρόθεσις, em que os prefixos *prae* e πρό indicam anterioridade, e os nomes *positio* e θέσις significam “posição”. As preposições assim se chamam porque são posicionadas antes dos termos por elas regidos. Noutras línguas, as “preposições” posicionadas após os termos regidos chamam-se justamente posposições. Entre os antigos, convém lembrar, o termo *praepositio* também pode se referir aos prefixos (I, V, 65), já que estes também se antepõem aos nomes e aos verbos¹⁰⁵.

Adverbium é decalque de ἐπίρρημα, em que os prefixos *ad* e ἐπι indicam proximidade, e os nomes *verbum* e ῥήμα significam “verbo”. Os advérbios assim se chamam porque são posicionados próximos aos verbos, modificando-os. Embora a denominação da classe não o indique, tanto os advérbios gregos quanto os latinos poderiam modificar nomes adjetivos e outros advérbios.

Coniunctio e *conuinctio* são decalques de σύνδεσμος, nos quais os prefixos *con* e συν indicam contiguidade, e os nomes *iunctio*, *vinctio* e δεσμός significam “ligação”. As conjunções assim se chamam porque ligam palavras e sentenças. Quintiliano (I, IV, 18) julga preferível traduzir o grego σύνδεσμος por *conuinctio*, mas o termo *coniunctio* foi quem de fato vingou na gramaticografia latina.

A classe das interjeições é uma criação latina. O termo *interiectio* vem do verbo *interiicĕre*, composto pelo prefixo *inter* (“entre”) e pelo verbo *iacĕre* (“lançar”, “colocar”), com apofonia da vogal tônica (*a > i*). A ideia subjacente é a de que a interjeição, devido ao seu isolamento sintático, é simplesmente “inserida” no meio das outras classes (DEZOTTI, 2013, p. 194).

Embora não houvesse a classe dos artigos em latim, já havia entre os latinos uma terminologia gramatical para designá-la: *articulus*. O termo *articulus* é diminutivo de *artus* (“articulação”) e tradução do grego ἄρθρον (“articulação”), dando a entender que tal classe ajuda a articular as palavras no discurso. Quintiliano (I, IV, 19) afirma que o latim não se

¹⁰⁵ Vale lembrar que muitas preposições latinas também podem atuar como prefixos: *adverbium*, *exire*, *abruptus*, etc. Não surpreende, portanto, que os latinos usassem a mesma denominação para as preposições e para os prefixos, como faziam os gregos.

ressente da falta de artigos, mas os gramáticos latinos tardios atribuem ao pronome demonstrativo *hic* certas funções articulares¹⁰⁶ (DEZOTTI, 2013, p. 162-163). Em Varrão, vale lembrar, o termo *articulus* designa uma subclasse das *partes nominandi* e se subdivide em *prouocabula* (e.g. *quis*, “quem”) e *pronomina* (e.g. *hic*, “este”).

Quanto à denominação dos casos morfológicos, Quintiliano se serve de boa parte dos termos já usados por Varrão, mas apresenta três novidades: o *casus genitiuus*, o *datiuus* e o *ablatiuus*. No *De Lingua Latina*, o genitivo recebe o nome de *casus patricus* ou *patrius* (decalque do grego πῶσις πατρική), mas, na *Institutio Oratoria* (I, V, 62), recebe o nome de *casus genitiuus* (decalque do grego πῶσις γενική), que se firmou na gramaticografia ocidental. Com efeito, γενική deriva de γένος (“raça”, “gênero”), assim como *genitiuus* deriva de *genus* (“raça”, “gênero”). No *De Lingua Latina*, o dativo recebe o nome de *casus dandi* (“caso de dar”), mas, na *Institutio Oratoria*, já recebe o nome de *casus datiuus* (decalque do grego πῶσις δοτική), que também se firmou na gramaticografia ocidental. O adjetivo δοτική (“inclinado a dar”) vem do verbo irregular δίδωμι (“dar”). No *De Lingua Latina*, o ablativo recebe os genéricos nomes de *casus sextus* ou *casus latinus* devido à ausência desse caso morfológico em grego, de modo que os gramáticos latinos se vissem impossibilitados de recorrer a uma simples tradução terminológica. A solução por eles encontrada foi denominá-lo *ablatiuus*, derivado de *ablatum*, supino ou particípio passado do verbo irregular *auferre* (“tirar”, “trazer”). A denominação foi cunhada com base numa das ideias basilares expressas pelo ablativo latino: a de procedência. Isso tudo mostra que os gramáticos latinos já eram capazes de fazer reflexões gramaticais suficientemente maduras para lidar com particularidades do latim.

Outros dois termos morfossintáticos merecem destaque: *barbarismus* (“barbarismo”) e *solecismus* (“solecismo”). O *barbarismo*, definido por Quintiliano como “o vício que se dá nas palavras isoladas” (I, V, 6), vem do grego βαρβαρισμός, derivado de βάρβαρος (“bárbaro”), termo pejorativo com que os helênicos e mais tarde os romanos se referiam a indivíduos aloglotas. O *solecismo*, definido por Quintiliano como um dos vícios que se dão nas palavras em conjunto (I, V, 34), vem do grego σολοικισμός, derivado do verbo σολοικίζειν, cujo significado é “falar mal o grego, à maneira de Solos”. Solos era uma cidade localizada na costa meridional da Ásia Menor, na região da Cilícia, cujo dialeto grego local era tão mal reputado no mundo helênico, que ele se tornou uma espécie de antitempo da

¹⁰⁶ No latim tardio, há aumento considerável na frequência de uso dos pronomes demonstrativos, sobretudo de *ille* e *ipse*, dos quais se originariam tempos depois os artigos românicos. Essa mudança na língua talvez explique a diferença de percepção entre Quintiliano e os gramáticos tardios.

correção gramatical. As denominações desses dois vícios de linguagem – *barbarismo* e *solecismo* – remetem a um aspecto cultural marcante dos gregos antigos: o desprezo por outras línguas ou por dialetos supostamente corrompidos da sua própria língua. Em sendo assim, os termos gramaticais *barbarismo* e *solecismo*, por estarem imbuídos de uma visão helenocêntrica, se enquadram no sétimo parâmetro classêmico de Swiggers (2010b, p. 18-19): o *empréstimo cultural* (Ver seção 2.5).

Os quatro tipos de solecismo descritos e exemplificados na seção anterior contêm algumas particularidades terminológicas, já que o autor apresenta o nome latino e o nome grego respectivo para três deles (I, V, 38-40). O solecismo por acréscimo se chama em latim *soloecismus adiectone* e em grego, πλεονασμός. O solecismo por supressão se chama em latim *soloecismus detractone* e em grego ἔλλειψις. O solecismo por inversão se chama em latim *soloecismus transmutatione* e em grego, ἀναστροφή ou ὑπερβάτον. Por último, o solecismo por substituição se chama em latim *soloecismus inmutatione*, mas Quintiliano não apresenta nenhum equivalente helênico. Todos esses termos gregos utilizados para classificar vícios de linguagem também poderiam nomear figuras ou tropos: *pleonasma*, *elipse*, *anástrofe* e *hipérbato*¹⁰⁷. Cabe ainda frisar que esse esquema quadripartite teria uma origem remota nestas quatro categorias da física aristotélica (DESBORDES¹⁰⁸, 1995, p. 240 *apud* PEREIRA, 2006, p. 68-69), que levam a cabo os movimentos de transformação no mundo: as categorias de quantidade (aumento ou diminuição), de qualidade (alteração) e de lugar (translação). Se tal assertiva estiver correta, trata-se de mais um exemplo de ideia filosófica subjacente às ideias gramaticais.

¹⁰⁷ Tais termos aparecem nos últimos capítulos da gramática de Donato como figuras ou tropos.

¹⁰⁸ DESBORDES, F. **Concepções sobre a escrita na Roma Antiga**. Tradução de Fulvia M. L. Moreto e Guacira M. Machado. São Paulo: Ática, 1995.

4.4 Apolônio Díscolo

4.4.1 A Alexandria romana

Nos últimos anos das turbulentas guerras civis que puseram fim à República e ensejaram a ascensão do Império, conforme se expôs na seção 4.3.1, Caio Otávio e Marco Antônio, outrora partidários de Júlio César e membros imponentes do Segundo Triunvirato, dividiram o território romano entre si. O primeiro ficou com a porção ocidental, cuja sede administrativa era a própria cidade de Roma, e o segundo ficou com a porção oriental, cuja sede administrativa era a opulenta cidade de Alexandria, no delta do Rio Nilo, onde viveu e lecionou o primeiro gramático estudado nesta pesquisa, Dionísio Trácio. Como é sabido, as hostilidades entre os dois triúnviros não tardaram a aparecer, e previsivelmente novos conflitos sobrevieram. O desfecho da crise se deu em 31 a.C., aquando das decisivas vitórias de Otávio nas Batalhas de Ácio e de Alexandria (BEARD, 2017, p. 343-344), e em 27 a.C., quando ele, sem oponentes políticos que o ofuscassem, se tornou o primeiro imperador romano, intitulado *Augustus*. O Egito, após três séculos de domínio ptolemaico, estava sob o jugo romano.

Antes mesmo de esses eventos históricos acontecerem, as duas cidades – Roma e Alexandria – já haviam estreitado relações econômicas. Devido ao intenso crescimento demográfico por que passou Roma nos séculos I e II a.C., a produção de alimentos em solo itálico não mais supria as demandas locais, tornando a então capital da República dependente de Alexandria, que à época era o maior produtor de trigo e de cereais no Mar Mediterrâneo (CLÍMACO¹⁰⁹, 2009, p. 262). Durante a guerra civil, Marco Antônio e Cleópatra interromperam o envio de alimentos a Roma com o intuito de obter vantagens estratégicas contra Otávio, mas este se aproveitou da situação para transformar o rival num inimigo público do Estado Romano e erigir em torno de si uma aura de salvador do povo, que lhe garantiu a popularidade necessária para tornar-se imperador após a guerra.

Ciente do poderio econômico e cultural da cosmopolita Alexandria, onde estavam sediados dois dos maiores centros intelectuais da Antiguidade – o Museu¹¹⁰ e a Biblioteca de Alexandria –, Otávio adotou uma política cautelosa e pragmática a fim de mantê-la sob o seu domínio. Afinal, temia ele que intervenções abruptas na burocracia e nas instituições locais instigassem possíveis simpatizantes da Dinastia Ptolemaica a se insurgirem contra os seus

¹⁰⁹ CLÍMACO, Joana Campos. **Impactos da romanização em Alexandria**: alguns debates bibliográficos. *História Revista*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 261-290, jan./jun. 2009.

¹¹⁰ O Museu, cujo nome deriva de *musas*, era uma instituição científico-religiosa presidida por um sacerdote (BOTAS, 1987, p. 12).

conquistadores romanos (CLÍMACO, 2009, p. 263-264). Por esse motivo, o imperador nomeou um administrador *ad hoc* para a nova província e nela decidiu alocar três legiões permanentes. Além disso, ordenou a realização de censos a fim de estabelecer o *status* de cada habitante para, posteriormente, elaborar um sistema tributário favorável aos cidadãos helênicos, em detrimento dos egípcios e dos judeus. O intuito era claro: consolidar a simpatia da elite alexandrina, cujo poder havia diminuído com a presença de oficiais romanos em postos administrativos.

Se, por um lado, a língua e a cultura romanas criaram nas províncias ocidentais raízes profundas o bastante para que nelas florescessem novos redutos de latinidade, por outro, as províncias orientais se mantiveram, na prática, alheias ao processo de romanização. Com efeito, o latim só se usava nessa porção do Império como língua da administração, da Justiça e mais raramente como língua de comércio. Este trecho de Adams¹¹¹ (2003) esclarece o *status* jurídico do latim frente ao grego, no Egito:

*A connection between the citizenship and Latin emerges in Egypt in the insistence that certain types of legal documents concerning Roman citizens should be in Latin, even if the citizens did not know the language. The requirement was presumably not particular to Egypt, but it is especially clear there because of the survival of many legal documents on papyrus, and because there were Roman citizens present who were Greek speakers. It led to complications in the drawing up of the documents. If a Roman citizen did not know Latin and wanted to write a will, he would have to resort to translators to have the Latin version done; and since he would have to sign, his signature would be in a language different from that of the rest of the document. The result of this policy is the survival of a cluster of documents in a mixture of languages, **with the Latin having official status and the Greek provided only for the information of the Greek speaker.** (ADAMS, 2003, p. 186, grifos nossos).*

Uma conexão entre a cidadania e o latim emerge no Egito com a insistência de que certos tipos de documentos concernentes a cidadãos romanos deviam estar em latim, mesmo que os cidadãos não conhecessem a língua. A exigência não era presumivelmente particular ao Egito, mas está especialmente claro aí, devido à sobrevivência de muitos documentos legais em papiro e à existência de cidadãos romanos que eram falantes de grego. Isso levou a complicações na elaboração de documentos. Se um cidadão romano não soubesse latim e quisesse escrever um testamento, ele teria que recorrer a tradutores para que a versão latina fosse feita; e, como ele teria que assinar, sua assinatura estaria numa língua diferente daquela do resto do documento. O resultado dessa política é a sobrevivência de um conjunto de documentos numa mistura de línguas, **tendo o latim status oficial e sendo o grego provido apenas para a informação do falante de grego.** (ADAMS, 2003, p. 186, tradução e grifos nossos).

¹¹¹ ADAMS, J. N. '**Romanitas**' and the Latin Language. Great Britain: Cambridge University Press on behalf of The Classical Association, 2003.

Afora essas exigências nos documentos, não houve uma política de estado sistemática com vistas à imposição do latim a nenhum povo conquistado (ADAMS, 2003, p. 185), tampouco se dirigiram para o Egito fluxos migratórios expressivos oriundos de regiões latinizadas, de forma que a língua de Roma não conseguisse enraizar-se às margens do Rio Nilo. Na realidade, o Império manteve os incentivos ao Museu e à Biblioteca não só para agradar à elite helênica, que poderia continuar difundindo a Literatura e a Filosofia gregas, como também para usufruir de toda a pujança intelectual desses grandes centros, nos quais, convém lembrar, também estavam coligidos conhecimentos produzidos por outras civilizações, a exemplo da *Septuaginta*.

Helênicos, egípcios e judeus conviveram de maneira relativamente pacífica em Alexandria durante a Dinastia Ptolemaica, não obstante as suas diferenças culturais e religiosas. No entanto, quando os romanos se assenhorearam do Egito no fim do século I a.C., tais fronteiras étnicas se tornaram mais difusas, sobretudo entre helênicos e egípcios, que experimentaram algum grau de hibridização e sincretismo nos seus costumes e crenças. Isso dificultou a realização dos já mencionados censos populacionais no principado de Augusto, de modo que o fisco tivesse dificuldades de discernir os três grupos étnicos e impor-lhes as respectivas tributações – favorável aos helênicos e desfavorável a egípcios e judeus. Destarte, a elite alexandrina se sentiu ultrajada com a concessão de privilégios a indivíduos de outras ascendências étnicas. As crescentes hostilidades resultaram em, ao menos, três conflitos na região: um no principado de Calígula, um no principado de Nero e outro mais violento no principado de Trajano, mais especificamente entre os anos 115 e 117 d.C., segundo os relatos não presenciais dos historiadores Dión Cássio (c. 155-235 d.C.) e Eusébio (265-339 d.C.). Ao cabo, muitos judeus foram mortos ou desterrados (CLÍMACO, 2009, p. 275-277).

Esses conflitos étnicos locais ocorridos nos séculos I e II d.C., ao que parece, não foram um óbice à produção de conhecimentos em Alexandria, cujos centros do saber se mantiveram vívidos por pelo menos mais um século, não só formando muitos intelectuais, como também atraindo intelectuais de outros lugares do mundo antigo. Nesse ínterim, sobressaíram nomes como Galeno (129-217 d.C.) na Medicina, Cláudio Ptolomeu (90-168 d.C.) na Astronomia, Hermógenes de Tarso (século II d.C.) na Retórica e Apolônio Díscolo (século II d.C.), considerado um dos maiores gramáticos gregos (BOTAS, 1987, p. 24-25). O esplendor cultural de Alexandria perdurou até o ano 215 d.C., quando, segundo relatos de Herodiano (c. 178-252 d.C.) e Dion Cássio (c. 155-235 d.C.), o imperador Caracala (r. 211-217 d.C.) ordenou um massacre na cidade e cortou os incentivos ao Museu e à Biblioteca, em

represália a uma suposta humilhação pública a que teria sido submetido pelos habitantes locais, que o ridicularizavam por comparar-se a Alexandre, o Grande – afora a circulação sátiras relativas à morte de seu irmão (CLÍMACO, 2009, p. 281-282). A cidade jamais voltou a ter o mesmo brilho de outrora, embora tenha mantido por muito tempo o posto de uma das maiores metrópoles mediterrânicas. Antes de os árabes a anexarem aos seus domínios no século VII, Alexandria era uma pálida imagem do seu passado próspero, e a imponente biblioteca não mais existia.

4.4.2 Apolônio Díscolo e o Περὶ Συντάξεως

À semelhança de seu conterrâneo alexandrino Dionísio Trácio, pouco se sabe sobre a vida de Apolônio Díscolo. Os escassos dados biográficos sobre ele disponíveis teriam sido fornecidos apenas trezentos anos depois por Teodósio, gramático dos séculos IV e V d.C. Segundo esse relato tardio, Apolônio era natural de Alexandria, onde viveu praticamente toda a vida em pobreza, vendo-se obrigado às vezes a escrever seus textos em pedaços de cerâmica por não ter recursos suficientes para comprar rolos de papiro. Seus pais se chamavam Ariadne e Mnesíteo, e seu filho, também gramático, se chamava Herodiano, que se mudou anos depois para Roma, onde obteve a amizade do célebre imperador filósofo Marco Aurélio (r. 161 - 180 d.C.). Supondo-se que Herodiano tenha nascido na década de 30 do século II, é provável que Apolônio tenha nascido nos últimos anos do século I, talvez no principado de Trajano, entre 98 e 117 d.C. (BOTAS, 1987, p. 27). Para a origem do epíteto *Díscolo*, do grego δύσκολος (“ranzinza”), dão-se duas explicações: seria uma referência ao estado de espírito austero do gramático ou uma referência à obscuridade dos seus pensamentos. Botas (1987), tradutor e exegeta da obra de Apolônio, acredita na primeira hipótese e apresenta os seguintes argumentos:

Si hubiera que decidirse por un sentido u otro, yo lo aplicaría, en este caso, al temperamento de la persona; pues Apolonio, con ser difícil en cuanto a su estilo expositivo, no era el único ni el primero en serlo, y muchas dificultades, quizá, se deban más a la falta de labor exegética sobre su obra y a vicisitudes de su trasmisión, que a incapacidad de su autor para expresarse más claramente. (BOTAS, 1987, p. 26, grifos nossos).

Porém, logo em seguida, há uma ressalva:

Si bien algo que se constata una y otra vez en nuestro autor es que, efectivamente, en él era más grande el corazón que la espada, es decir, su inteligencia mayor que sus medios, de donde su pugna continua para expresar lo que, por falta de los conceptos y términos adecuados, no puede hacer. Téngase en cuenta que Apolonio está creando la sintaxis, y que debió de sucederle con la gramática algo parecido a lo que le sucedió a

Tucidides con la prosa historiográfica, de ahí las violencias lingüísticas y la «dificultad», consecuencia de los conatos¹¹² de generalidad y abstracción que se van introduciendo en la sintaxis superada la fase empírica. (ibidem, grifos nossos).

Quando Botas (1987) assevera que Apolônio é o criador da Sintaxe, o exegeta espanhol, é claro, leva em conta os gramáticos a cujas obras ainda se tem acesso hoje, total ou parcialmente. Basta lembrar, por exemplo, que os livros nos quais Varrão teria abordado as questões sintáticas se perderam, de modo que as poucas informações relativas ao pensamento sintático varroniano venham de Aulo Gélío e de outros autores tardios. Além disso, o próprio gramático alexandrino cita textualmente muitos dos seus antecessores, como Aristarco, Trifão e Habrão, expressando convergências e divergências ao longo do tratado. Sendo ou não o criador da Sintaxe, a inquestionável autoridade de Apolônio Díscolo no tema acabou por reverberar nas *Institutiones Grammaticae*, de Prisciano de Cesareia (século VI d.C.), que perpetuaram as contribuições apolonianas na gramaticografia ocidental. Porém, conforme alerta o próprio Botas (1987, p. 26), a relativa incipiência dos estudos sintáticos explica por que o insigne gramático não dispunha à época de um vocabulário técnico suficiente para expressar todas as suas ideias, o que, de certa forma, reforça o seu pioneirismo no tratamento desse nível linguístico.

Apolônio é autor de uma extensa produção intelectual, em grande parte perdida. Ao todo, ele teria elaborado um tratado gramatical introdutório, um tratado sobre a Fonética, um tratado para cada parte do discurso e, por fim, um tratado sobre a Sintaxe (BOTAS, 1987, p. 32-33). Porém, só restaram os tratados do advérbio, da preposição, da conjunção e da Sintaxe, sendo este último dividido em quatro livros, dos quais o quarto se encontra incompleto. Críticos textuais especulam que toda essa produção compunha uma espécie de enciclopédia gramatical em vários volumes, mas, diante de tantas lacunas, é praticamente impossível confirmar tal hipótese.

A obra aqui analisada se chama em grego *Περὶ Συντάξεως*, cuja tradução literal é “Sobre a Sintaxe”. O substantivo σύνταξις, convém lembrar, já aparece na *Τέχνη Γραμματική*, de Dionísio Trácio, mas com um sentido genérico de “arranjo de palavras”, ao passo que, no tratado de Apolônio, já se dá ao termo um emprego mais especializado e mais próximo ao seu correspondente etimológico moderno: *sintaxe*. De modo geral, o objetivo do *Περὶ Συντάξεως* é analisar o comportamento sintático das partes do discurso e o modo como estas podem combinar-se entre si para formar frases bem estruturadas. Segundo Botas (1987,

¹¹² *conatos* = *esforços*.

p. 36-37), muitos críticos se servem inadvertidamente de concepções modernas de Sintaxe para lançar olhares anacrônicos contra a obra de Apolônio e para questionar a existência da própria Sintaxe entre os antigos. O motivo para tais objeções seria a ausência de um modelo sintático lógico-relacional baseado na hodierna noção de *função*. Nas palavras do exegeta espanhol:

La crítica a la noción de sintaxis en Apolonio se centra en la pretendida ausencia de las categorías o funciones sintácticas admitidas como tales, y por haber estudiado la ordenación de los elementos frásicos y no sus relaciones. (BOTAS, 1987, p. 37, grifos nossos).

Estas linhas de Colombat¹¹³ (2017) não só ratificam as assertivas de Botas, como também fundamentam a tese fulcral desta pesquisa: as denominações dos casos morfológicos, para além de indicarem flexões nominais, faziam as vezes do que hoje se chamam *funções sintáticas*. Veja-se o trecho:

(...) muito provavelmente, toma-se o hábito de apresentar a relação entre uma simples combinação de marcas (os casos) com o verbo. Isso pode explicar **a ausência da noção de função**, notável nas primeiras gramáticas ocidentais: tanto para Apolônio Díscolo quanto para Prisciano, **a sintaxe é constituída pela combinatória das partes do discurso entre elas segundo suas marcas [de caso]**. Isso é o que conduziu os comentadores a se questionar sobre a existência mesma de uma sintaxe na antiguidade [sic]. (COLOMBAT *et al.*, 2017, p. 127, grifos nossos).

Em respeito ao *princípio da imanência* proposto por Koerner (2014, p. 58-59) e descrito sucintamente na seção 2.2 deste relatório, o historiógrafo deve analisar uma obra antiga em função do contexto histórico e epistemológico em que ela veio a lume, para evitar distorções e anacronismos. Portanto, seria no mínimo disparatado debruçar-se sobre o Περὶ Συντάξεως à procura de noções sintáticas modernas como *adjunto adverbial*, *adjunto adnominal*, *oração relativa livre*, *oração subordinada adverbial reduzida*, *modificador*, *argumento externo*, *sintagma complementizador* ou similares. Aliás, por que os antigos se poriam a elaborar um modelo sintático baseado em *funções*, se os casos morfológicos, *mutatis mutandis*, já cumpriam esse papel?

A obra de Apolônio apresenta provas favoráveis à existência de uma Sintaxe no mundo antigo, não obstante a incipiência do seu arcabouço terminológico. Por exemplo, não escapa ao gramático alexandrino que as frases devem possuir uma estrutura binária mínima para que fiquem completas e compreensíveis: um nome e um verbo, um sujeito e um

¹¹³ COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas**. Tradução de Jacqueline León e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.

predicado, ou quaisquer binômios análogos a esses, conforme se verá adiante em mais detalhes. Ao afirmar que os verbos precisam concordar em número e pessoa com o nome ou com o pronome expresso no nominativo, o autor está tratando de um dos temas mais caros à Sintaxe: a concordância (III, 14). Ao afirmar que os verbos podem exigir complementos no acusativo, no genitivo ou no dativo, a depender de suas especificidades semânticas, o autor está tratando de outro tema não menos relevante no domínio sintático: a regência (III, 165-180). Por último, ao afirmar que os pronomes pessoais oblíquos tônicos e átonos devem obedecer, cada um, a normas específicas de ordenação frasal, o autor está tratando de colocação (II, 73-86). Ao trazer à baila todos esses fenômenos, Apolônio, é claro, tem em mente apenas a língua a grega.

Outros aspectos da obra ainda suscitam controvérsias: em primeiro lugar, o que teria motivado, do ponto de vista epistemológico, Apolônio Díscolo a se aprofundar na Sintaxe? Em segundo lugar, qual é a influência das ideias estoicas sobre o *Περὶ Συντάξεως*? Conforme as análises feitas nesta pesquisa demonstram, a Sintaxe, ou era ignorada pelos primeiros gramáticos, a exemplo de Dionísio Trácio, ou era abordada apenas tangencialmente, a exemplo de Quintiliano. Segundo Neves (2005, p. 132), tal ausência se explica pelo fato de a Gramática, à época do seu nascimento, ser uma ciência essencialmente empírica, de modo que as questões sintáticas, por serem mais abstratas, ficassem fora do escopo da área¹¹⁴. Os motivos que teriam impellido Apolônio Díscolo a uma mudança de foco não são de todo conhecidos. A princípio, especula Botas (1987, p. 22), trata-se tão somente de um desenvolvimento natural e interno do próprio campo de estudos. De fato, logo nos primeiros parágrafos do livro I do *Περὶ Συντάξεως*, o autor faz uma analogia entre níveis linguísticos para explicar que uma oração perfeita é aquela cujas palavras estão organizadas de modo formal e semanticamente aceitável, assim como as próprias palavras requerem uma organização aceitável das letras (I, 2). Ou seja, Apolônio se serve de um nível linguístico já conhecido para explicar outro que ele pretende desenvolver, baseando-se num movimento bidirecional entre análise e síntese. A outra controvérsia acima referida remete à influência do Estoicismo na obra. Faria o autor parte dessa escola de pensamento? Seria ele uma espécie de continuador das concepções estoicas sobre a linguagem? Botas (1987, p. 28-30) nega categoricamente tais hipóteses e apresenta bons argumentos. Em primeiro lugar, boa parte das citações feitas por Apolônio ao longo dos quatro livros se dirige a outros gramáticos alexandrinos, e não a pensadores estoicos, com cujas ideias o autor faz eventuais comparações

¹¹⁴ A ausência da Sintaxe nas primeiras gramáticas foi discutida na seção 4.1.3.

e paralelismos. Em segundo lugar, Apolônio, assim como seus antecessores, deixa explícitas em toda a obra as suas intenções filológicas ao fazer inúmeros comentários linguísticos e interpretativos a respeito dos poemas homéricos e de outros poemas gregos constantes no cânone literário. O labor filológico, é forçoso lembrar, é um dos alicerces da Gramática, e não do Estoicismo. Ao cabo, Botas (1987, p. 35) considera que a coexistência harmoniosa de concepções platônicas, aristotélicas e estoicas com o pensamento gramatical alexandrino é uma espécie de ecletismo conciliador por parte de Apolônio.

Antes de adentrar nos meandros do *Περὶ Συντάξεως*, convém falar sucintamente sobre a sua estrutura e sobre os temas nele abordados. A obra, segundo se antecipou, é composta por quatro livros, dos quais o último se encontra incompleto. No livro I, os assuntos são descritos *in media res*, começando-se por uma defesa enfática da Sintaxe como requisito indispensável para a compreensão dos textos literários e pela apresentação das duas partes mínimas e essenciais da oração perfeita: nome e verbo. Em seguida, o autor rememora brevemente as partes do discurso e as respectivas características, descritas por ele com mais detalhes em tratados anteriores. O restante do livro I se dedica a uma descrição exaustiva dos empregos dos dois tipos de artigo (ἄρθρον): o prepositivo (προτακτικόν), correspondente ao moderno artigo definido, e o pospositivo (ὑποτακτικόν), correspondente ao moderno pronome relativo. No livro II, há uma longa descrição dos empregos dos pronomes (ἀντωνυμῖαι), divididos em dêiticos (δεικτικαί) e anafóricos (ἀναφορικαί). Os dêiticos incluem os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa, que indicam entidades reconhecíveis apenas pelo contexto (*eu* e *tu*), enquanto os anafóricos incluem os de terceira, que retomam seres ou coisas já mencionados no texto ou no discurso, substituindo-os. Apolônio também dedica muitos parágrafos à correta colocação dos pronomes tônicos e dos átonos na frase, consoante critérios fonéticos e sintáticos. O livro III se inicia com algumas considerações sobre o *solecismo* e as chamadas *incoerências* sintáticas, ou seja, os desvios que tornam uma oração mal estruturada. Em seguida, vem um dos temas mais relevantes de toda a obra: a sintaxe do verbo (ῥήμα), tido pelo próprio autor como um dos elementos essenciais à estrutura frasal. Passada uma interessante discussão sobre o *status* verbal do infinitivo, Apolônio se põe a descrever os modos, as vozes e as regências verbais. No livro IV, há uma descrição dos empregos da preposição (πρόθεσις), que podem se juntar a outras partes do discurso em composição (σύνθεσις) ou em aposição (παράθεσις). A parte restante do livro IV prossegue com as possibilidades combinatórias entre as preposições e as demais partes do discurso.

Por último, cumpre tecer alguns comentários sobre a transmissão do *Περὶ Συντάξεως* e sobre as suas edições. Segundo Botas (1987, p. 60-61), o fator mais decisivo para a perpetuação da obra foi o uso que dela fez Prisciano de Cesareia (séculos V-VI), responsável por transladar ao ocidente latino muitas ideias de Apolônio, a exemplo da *transitividade*. No oriente bizantino, o prestígio do *Περὶ Συντάξεως* encontrou ressonância nas obras de Miguel Sincelo (761-846), Gregório Coríntio (séculos XII-XIII) e Máximo Planudes (1260-1330). No Renascimento, houve três edições do texto em grego: a primeira, chamada Aldina, veio a lume em 1495; anos depois vieram a lume as edições de Felipe Junta em 1515, na cidade de Florença, e de Friedrich Sylburg em 1590, em Frankfurt, à qual se junta uma tradução latina feita pelo cretense Francisco Porto (1511-1581). Passados alguns séculos, vieram as edições de A. I. Bekker (1817), utilizada nesta pesquisa, e de G. Uhlig (1910). Há quatro traduções para idiomas modernos: uma alemã, de Buttman (1877); uma inglesa, de Householder (1981); uma castelhana, de Botas (1987), utilizada nesta pesquisa; e mais recentemente uma francesa, de Lallot Jean (1997).

4.4.3 A análise do *Περὶ Συντάξεως*

Por ser uma obra bem mais extensa que a dos outros gramáticos analisados nesta pesquisa, dedica-se a cada um dos quatro livros do *Περὶ Συντάξεως* uma seção em separado.

4.4.3.1 O livro I do *Περὶ Συντάξεως*

Logo no parágrafo inicial do livro I, Apolônio Díscolo propugna o papel salutar da Sintaxe, cujo conhecimento é indispensável para a leitura e para a interpretação das obras literárias:

(62) - Ἐν ταῖς προεκδοθείσαις ἡμῖν σχολαῖς ἢ περὶ τὰς φωνὰς παράδοσις, καθὼς ἀπήσει καὶ ὁ περὶ αὐτῶν λόγος, κατείλεκται καὶ δε νῦν ῥηθησομένη ἔκδοσις περίεξει τὴν ἐκ τούτων γινομένην **σύνταξιν** εἰς **καταλληλότητα** τοῦ **αὐτοτελοῦς λόγου**, ἦν πάνυ προήρημαι, ἀναγκαιοτάτην οὖσαν **πρὸς ἐξήγησιν τῶν ποιημάτων**, μετὰ πάσης ἀκριβείας ἐκθέσθαι.

(Apolônio Díscolo, *Περὶ Συντάξεως*, in BEKKER, 1817, p. 3, grifos nossos).

*En los estudios que anteriormente hemos hecho públicos, se trató, como la razón de las mismas exigía, la doctrina relativa a las palabras. La exposición presente comprenderá la **construcción** que de ellas se hace con vistas a la **coherencia** de la*

oración perfecta; lo que me he propuesto exponer con todo detalle por ser de la más absoluta necesidad para la interpretación de los poemas.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 1, in BOTAS, 1987, p. 73, tradução do autor, grifos nossos).

Muita coisa se pode dizer a respeito do parágrafo de abertura do livro I, acima transcrito. Logo nas primeiras linhas, Apolônio menciona uma doutrina destinada à palavra (*i.e.* Morfologia), frente a uma doutrina destinada à construção (σύνταξις), evidenciando assim que pretende abordar um nível linguístico hierarquicamente superior: o sintático. Na sequência, há dois dos conceitos-chave do Περὶ Συντάξεως: καταλληλότητα ou κατάλληλος (“coerência”) e αὐτοτελής λόγος (“oração perfeita”). Oriunda do Estoicismo (NEVES, 2005, p. 91), a ideia de uma oração perfeita implica que a ela não falta nenhum dos dois elementos essenciais para a sua compreensão: o nome e o verbo. Não faltando nenhum elemento na sua estrutura e não havendo nenhum desvio no modo como as partes do discurso se ordenam ou se inter-relacionam, diz-se que tal oração bem formada possui *coerência*. Devido à amplitude termo κατάλληλος, convém dar a ele uma atenção mais individualizada na seção relativa às terminologias.

Na ciência gramatical, os eventuais desvios de natureza sintática recebem o nome de *solecismo*, termo já corrente entre gregos e latinos. Para explicar tal vício de linguagem, recorre o autor a uma analogia com a grafia das palavras:

(63) - Τοιοῦτόν τι παρεπόμενον ὑπολαμβάνω κὰν τοῖς λόγοις. ἐπὰν γὰρ τὰ μὴ δέοντα τῶν λέξεων συναφθῆ, τὸ τοιοῦτο καλοῦμεν **σολοικισμόν**, ὡς τῶν στοιχείων τοῦ λόγου ἀκαταλήλως συνελθόντων. εἴπερ οὖν ἔστι μαθεῖν τὰκριβὲς τῆς γραφῆς, μαθεῖν ἄρα ἔστι καὶ τὰκριβὲς τῆς συντάξεως τοῦ λόγου.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 6-7, grifos nossos).

Algo parecido supongo yo que sucede con las oraciones. Cuando algunas palabras son enlazadas de modo incorrecto, a eso lo llamamos solecismo, en tanto en cuanto los elementos de la oración se hallan en incoherente concierto. Por consiguiente, igual que es posible conocer la grafía correcta, es posible conocer la correcta construcción de la oración.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 8, in BOTAS, 1987, p. 77, tradução do autor, grifos nossos).

O paralelismo entre níveis linguísticos é uma das marcas da metalinguagem apoloniana. Da mesma forma que uma palavra mal escrita causa estranhamento a um falante de grego letrado, uma oração mal construída também há de lhe causar estranhamento. Outro paralelismo faz autor para demonstrar que o grau de autonomia das partes do discurso não é o mesmo dentro de uma frase:

(64) - αἱ μὲν γὰρ αὐτῶν τρόπον τινὰ τῶν φωνήεντων ῥηταί εἰσι, καθά περ ἐπὶ τῶν ῥημάτων ἔστιν ἐπινοῆσαι, ὀνομάτων, ἀντωνυμιῶν, ἐπιρρημάτων, ἃ περ ἐπιλέγεται ταῖς γινομέναις ἐνεργείας, ἠνίκα ἐπιφθεγγόμεθα τὸ κάλλιστα τοῖς κατὰ τὸ δέον τι ἐνεργοῦσιν, ἢ ὑγιῶς ἢ καλῶς.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 9, grifos nossos).

De éstas, al modo de las vocales, unas pueden enunciarse solas, como es el caso de verbos, nombres, pronombres y adverbios, que pueden aplicarse directamente a los actos acaecidos, como cuando exclamamos ¡estupendo! a los que han hecho algo del modo apropiado, o «perfecto», o «bien».

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 12, in BOTAS, 1987, p. 79, tradução do autor, grifos nossos).

A comparação no excerto (64) se dá entre as vogais, que foneticamente não dependem de outros sons para serem enunciadas, e quatro das oito partes do discurso: verbos, nomes, pronomes e advérbios. Se, por um lado, as consoantes requerem uma vogal para serem proferidas, se a preposição sempre aparece ligada ao termo regido, se a conjunção sempre aparece ligando palavras ou orações, e se o artigo necessariamente tem de acompanhar um nome, por outro, as quatro supracitadas classes não possuem em tese uma dependência direta de nenhum outro elemento frasal. Embora Apolônio não tenha citado no trecho os participípios, que compunham uma classe aparte nas gramáticas antigas, eles também são palavras autônomas, já que reúnem elementos dos nomes e dos verbos, também considerados autônomos. Ainda no que concerne às partes do discurso, o excerto (64) permite inferir que Apolônio, assim como Dionísio Trácio, vê as interjeições como uma subclasse de advérbios. Prova-o a função adverbial por ele atribuída ao termo κάλλιστα (“estupendo!”)¹¹⁵. Em sendo assim, o número de partes do discurso e as respectivas denominações se mantêm inalterados

¹¹⁵ O termo κάλλιστα é originalmente o superlativo neutro plural de καλός (“belo”) usado de modo interjetivo. Não poderia ser um advérbio pelos critérios atuais de classificação.

no *Περὶ Συντάξεως*: *nome* (ὄνομα), *verbo* (ῥῆμα), *particípio* (μετοχή), *artigo* (ἄρθρον), *pronome* (ἀντωνυμία), *preposição* (πρόθεσις), *advérbio* (ἐπίρρημα) e *conjunção* (σύνδεσμος). O *adjetivo* (ἐπιθετικόν) era uma subclasse de *nome*.

Logo depois, Apolônio torna a falar sobre a oração perfeita e sobre os elementos mínimos e necessários que a compõem:

(65) - Ἔστιν οὖν ἡ τάξις μίμημα τοῦ αὐτοτελοῦς λόγου, πάνυ ἀκριπῶς τὸ ὄνομα θεματίσασα, μεθ' ὃ τὸ ῥῆμα, εἰ γε πᾶς λόγος ἄνευ τούτων οὐ συγκλείεται. παρὸν γοῦν πιστώσασθαι ἐκ συντάξεως περιεχούσης τὰ μέρη τοῦ λόγου, ἐξ ἧς εἴ περ ὑποσταλήσεται ὄνομα ἢ ῥῆμα, τὰ τοῦ λόγου οὐ συγκλείεται, εἰ μέντοι πάντα τὰ ὑπόλοιτα, οὐ πάντως ἐλλείπει ὁ λόγος, ὁ αὐτὸς ἄνθρωπος ὀλισθήσας σήμερον κατέπεσεν.

(Apolônio Díscolo, *Περὶ Συντάξεως*, in BEKKER, 1817, p. 11, grifos nossos).

El orden de las partes de la oración es una imitación de la oración perfecta, que muy justamente coloca en primer lugar el nombre, después el verbo, puesto que sin ellos ninguna oración queda cerrada. Esto se puede probar con una frase que contenga todas las partes de la oración, y si se le quita¹¹⁶ el nombre o el verbo la oración no estará completa, pero si se le suprimen todas las demás, de ningún modo queda defectuosa: ὁ αὐτὸς ἄνθρωπος ὀλισθήσας σήμερον κατέπεσεν. (el mismo hombre resbalando hoy cayó).

(Apolônio Díscolo, *Περὶ Συντάξεως*, I, 14, in BOTAS, 1987, p. 81, tradução do autor, grifos nossos).

O primeiro aspecto que chama a atenção no excerto (65) é a ordenação canônica dos termos na oração perfeita: o nome deve vir antes do verbo. Mais adiante, vem uma das noções mais caras a qualquer estudo sintático: a **completude** das orações. Apolônio prova, por meio de um simples exemplo hipotético, que certas partes do discurso podem ser omitidas sem que tal omissão resulte numa frase incoerente ou incompleta. Quando se diz ὁ αὐτὸς ἄνθρωπος ὀλισθήσας σήμερον κατέπεσεν (“O mesmo homem cambaleante hoje caiu”), é possível remover o artigo ὁ (“o”), o particípio ativo ὀλισθήσας (“cambaleante”), bem como o advérbio σήμερον (“hoje”), mas não se poderia remover o nome ἄνθρωπος (“homem”) nem o verbo κατέπεσεν (“caiu”) sem tornar a frase incompleta. A noção de completude oracional está

¹¹⁶ *quitar* = *tirar*.

diretamente ligada às feições semânticas dos verbos, dado que uns representam um evento verbal completo em si mesmo, ao passo que outros requerem a adição de complementos para que atinjam tal completude. Disso tudo provém outra noção não menos cara à Sintaxe: a transitividade, abordada noutras partes da obra.

Continua o gramático alexandrino:

(66) - Καὶ τοῦ **ῥήματος** δὲ ἀναγκαίως πρόκειται τὸ **ὄνομα**, ἐπεὶ τὸ διατιθέναι καὶ διατίθεσθαι σώματος ἴδιον, τοῖς δὲ σώμασιν ἐπίκειται ἡ θέσις τῶν ὀνομάτων, ἐξ ὧν ἡ ιδιότης τοῦ ῥήματος, λέγω τὴν ἐνέργειαν καὶ τὸ πάθος, παρυφίσταται οὖν ἡ **εὐθεΐα** ἐν αὐτοῖς τοῖς **ῥήμασι**, κατὰ μὲν τὸ πρῶτον καὶ δεύτερον ὀρίζομένη. κατὰ δὲ τὸ τρίτον διὰ τὸ ἄπειρα εἶναι τὰ τρίτα ἀοριστουμένη, χωρὶς εἰ μὴ ἐξαίρετος ἐνέργεια γένοιτο, καθὰ περ ἐπὶ τοῦ ἀστράπτει καὶ βροντᾷ.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 12, grifos nossos).

El nombre ha de preceder necesariamente al verbo, ya que el ser agente y ser paciente es cosa propia de los cuerpos, y a los cuerpos es a lo que se impone los nombres, de los que nace la propiedad del verbo, esto es, la acción o la pasión. Por tanto, el nominativo-sujeto está implícito en los propios verbos, de una manera definida en la primera y segunda personas, e indefinida en la tercera por ser ésta infinita en sus referencias (excepto cuando se trata de una acción exclusiva, como es «relampaguea» o «trueno»).

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 16-17, in BOTAS, 1987, p. 82, tradução do autor, grifos nossos).

A associação dos nomes aos corpos (*i.e.* à matéria) é um eco da Lógica e da Metafísica aristotélicas nas linhas de Apolônio. O excerto (66) também demonstra certa **flutuação** nas acepções de *nome* (ὄνομα) e de *verbo* (ῥήμα), que ora parecem estar relacionadas ao nível morfológico, designando partes do discurso, ora parecem estar relacionadas ao nível sintático, designando os elementos da estrutura binária da oração. Ao dizer que os corpos designados pelos nomes têm a propriedade de ser *agente* ou *paciente*, Apolônio traz à tona características semântico-sintáticas do *sujeito*, e não características morfológicas do que hoje se chama *substantivo*. Logo na sequência, nota-se que o termo *caso reto* ([πτῶσις] εὐθεΐα), da maneira como é descrito, não se refere à forma básica de um nome, mas a **um elemento oracional** cuja presença pode ser inferida pela flexão verbal – motivo pelo qual Botas (1987) traduziu

εὐθεῖα por *nominativo-sujeto* em castelhano, e não por *caso reto*. No fim do excerto, Apolônio ressalta que certos verbos flexionados em terceira pessoa não têm um nominativo dedutível pelo fato de designarem “ações exclusivas”, como *relampejar* e *trovejar*. A julgar pelos dois exemplos apresentados, o gramático alexandrino está se referindo aos verbos designativos de fenômenos meteorológicos, que geralmente não têm um sujeito sintático¹¹⁷. Todos os argumentos acima aduzidos são uma evidência robusta de que os casos morfológicos faziam as vezes de *funções sintáticas* entre os antigos.

O restante do livro I traz a uma descrição minuciosa dos empregos dos artigos, tanto o prepositivo, quanto o pospositivo. Por serem muito numerosas as observações de Apolônio, convém trazer apenas alguns trechos selecionados para que se entendam as diferenças gerais entre ambos.

Em poucas palavras, o autor assim define a função do artigo prepositivo (*i.e.* anteposto ao nome):

(67) - Ἔστιν οὖν, καθὸ καὶ ἐν ἄλλοις ἀπεφηνάμεθα, ἴδιον ἄρθρου ἢ ἀναφορὰ, ἣ ἐστὶ προκατειλεγμένου προσώπου παραστατική.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 26, grifos nossos).

La función del artículo es, como ya hemos mostrado, la anáfora, que es indicativa de la entidad previamente mencionada.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 43, in BOTAS, 1987, p. 96, tradução do autor, grifos nossos).

A função anafórica à qual o gramático faz referência diz respeito apenas ao que hoje se chama *artigo definido*, já que, na língua grega antiga, não havia os indefinidos. De modo geral, os três tipos de referência anafórica desempenhados pelo artigo grego também são desempenhados pelo seu correspondente português. São eles: 1) a anáfora por excelência, na qual o artigo adquire um valor superlativo: οὗτος ἐστὶν ὁ γραμματικός (“este é o gramático”), dando a entender que se trata do melhor entre os gramáticos; 2) a anáfora indicativa de posse única, que opõe frases como δοῦλός σου ταῦτα ἐποίησε (“[um] escravo teu fez isso”) a ὁ δοῦλός σου ταῦτα ἐποίησε (“o teu escravo fez isso”). Na primeira frase, subentende-se a existência de um entre vários escravos, mas, na segunda, o artigo ὁ indica

¹¹⁷ Apolônio os chama de “ação exclusiva” porque apenas Zeus tem o poder de fazer relampejar e trovejar (II, 16).

tratar-se de um único escravo apenas¹¹⁸. Por fim, 3) a anáfora simples, na qual se antepõe o artigo ao nome de uma entidade já conhecida pelos interlocutores, como em ὁ ἄνθρωπος ἦλθέ σε ζητῶν (“o homem veio te buscar”), dando a entender que ambos sabem de que homem se está falando. A acurácia analítica do gramático alexandrino nos casos acima é notável.

Paralelamente aos temas centrais de cada livro, Apolônio vai dando pistas acerca da sua visão de língua e de correção gramatical. Depois de fazer algumas considerações sobre o valor partitivo do artigo (I, 58-59), o autor dirige críticas ásperas a quem, segundo ele, desconhece o uso de certas construções sintáticas do idioma grego:

(68) - οὔτοι δὲ ὁμοίον τι πείσονται τοῖς ἐκ τριβῆς τὰ σχήματα τῶν λέξεων παρειληφόσιν, οὐ μὴν ἐκ δυνάμεως τῶν κατὰ παράδοσιν τῶν Ἑλλήνων καὶ τῆς συμπαραπομένης ἐν αὐτοῖς ἀναλογίας. οἷς παρακολουθεῖ τὸ εἰ διαμάρτοιεν ἐν τινι σχήματι μὴ δύνασθαι διορθοῦν τὸ ἀμάρτημα διὰ τὴν παρακολουθοῦσαν αὐτοῖς ἀπειρίαν.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 36, grifos nossos).

A esa gente le pasará lo que a aquellos que han aprendido exclusivamente del uso las formas de las palabras, y no del acervo de la tradición literaria helénica y de la analogía que le es inherente; a esos les acontece que, habiendo errado en una forma, no están en disposición de enmendar su error debido a la ignorancia que les es connatural.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 43, in BOTAS, 1987, p. 96, tradução do autor, grifos nossos).

O teor normativo do Περὶ Συντάξεως é muito evidente nessa passagem. Fazendo jus à sua provável reputação de ranzinza, Apolônio diz ser conatural a indivíduos ignorantes a incapacidade de emendar erros gramaticais por estarem eles mais familiarizados com os usos correntes do que com os usos literários. Em consonância com o *Paradigma Tradicional de Gramatização* (PTG) preconizado por Vieira (2018, p. 235), a linguagem literária é retratada aí como parâmetro de correção gramatical¹¹⁹. Seguindo os seus antecessores alexandrinos, Apolônio faz uma defesa enfática (mas não irrestrita) da analogia, que está na base do

¹¹⁸ Para expressar a ideia de indefinição em grego, basta omitir o artigo definido ou antepor ao nome um pronome indefinido.

¹¹⁹ Noutras passagens da obra, Apolônio adota um tom mais conciliatório.

discurso fundador da própria área. Diante disso, o excerto (68) rechaça a hipótese de que o *Περὶ Συντάξεως* é apenas uma gramática especulativa.

O teor normativo da obra também se manifesta quando o autor questiona o uso de artigos diante de pronomes pessoais no acusativo – prática, segundo ele, comum no dialeto ático (I, 99). Neste verso de Calímaco (310 - 240 a.C.), poeta grego educado em Atenas e em Alexandria, há a seguinte construção: τὸν σὲ Κροτωπιάδην (“a ti, filho de Crótopo”), na qual o artigo masculino acusativo τὸν acompanha indevidamente o pronome pessoal acusativo σὲ. O fato de Apolônio dirigir críticas a certas construções áticas é algo irônico, dado que o dialeto de Atenas, por estar presente em boa parte do patrimônio literário, filosófico e científico grego, incluindo o próprio *Περὶ Συντάξεως*, gozava de ampla reputação no mundo antigo. Embora a variação linguística não seja um tema central no tratado, é inegável que Apolônio divirja parcialmente dos demais gramáticos aqui estudados ao fazer eventuais menções a outros dialetos helênicos e às respectivas características. Afinal, como bem lembra Viera (2018, p. 235), é comum as gramáticas conceberem a língua como algo uniforme¹²⁰.

Enfim, sobre a diferença entre o artigo prepositivo e o pospositivo, diz o gramático alexandrino:

(69) - Τὰ **προτακτικὰ** τῶν ἄρθρων συνοδεύει τοῖς ὀνομάσιν εἰς τὸ αὐτὸ ῥῆμα καὶ εἰς τὴν αὐτὴν μετοχὴν, ἄνθρωπος περιπατεῖ, ἀνθρώπου ἄδοντος ἤκουσα καὶ ἔτι σὺν ἄρθρῳ. ὃ περ ἀδύνατον ἐγχωρῆσαι ἐν **ὑποτακτικῷ**, λέγω κατὰ ἐνικὴν σύνταξιν. ἑτέρου γὰρ πάντως ῥήματος παρέμπτωσιν αἰτεῖ, ἦλθε γραμματικός ὃς διελέξατο, ὃς ἀνέγνω κὰν ἐν **μεταβάσει γένηται τὰ τοῦ ῥήματος**, λέγω ἐν ἑτέρῳ προσώπῳ, ἀνθρώπῳ ὠμίλησα ᾧ παρέσχον ξενίαν...

(Apolônio Díscolo, *Περὶ Συντάξεως*, in BEKKER, 1817, p. 85, grifos nossos).

*El artículo **prepositivo**, junto con el sustantivo, confluyen en el mismo verbo o en el mismo participio: ἄνθρωπος περιπατεῖ (un hombre pasea), ἀνθρώπου ἄδοντος ἤκουσα (oí a un hombre cantando); y también con artículo: «el hombre pasea», etc.; lo que no podría tener lugar con el **pospositivo** [relativo], en una **oración simple** quiero decir, pues exigiría obligatoriamente el añadido¹²¹ de otro verbo: ἦλθε γραμματικός ὃς διελέξατο, ὃς ἀνέγνω (vino un gramático que habló, que leyó), y asimismo si se trata de un verbo **transitivo**, es decir, si la acción pasa a otra persona: ἀνθρώπῳ ὠμίλησα ᾧ παρέσχον ξενίαν (me encontré con un hombre al que ofrecí hospitalidad)...*

¹²⁰ Algumas das menções a outros dialetos helênicos: dório (I, 81), jônio (I, 92), tessálio (II, 118-119).

¹²¹ *añadido* = *acréscimo*.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 143, in BOTAS, 1987, p. 150, tradução do autor, grifos nossos).

O *artigo prepositivo* (προτακτικὸν ἄρθρον), correspondente ao artigo definido pela terminologia atual, se antepõe ao nome a que se refere, identificando-o: ὁ ἄνθρωπος περιπατεῖ (“**o** homem passeia”). Já o *artigo pospositivo* (ὑποτακτικὸν ἄρθρον), correspondente ao pronome relativo, se pospõe a nomes ou pronomes, retomando-os numa outra oração, com outro verbo: ἦλθε γραμματικός **ὃς** διελέξατο (“veio um gramático **que** falou”). Tanto Dionísio Trácio quanto Apolônio Díscolo classificam os pronomes relativos entre os artigos devido à óbvia semelhança formal entre as declinações do definido **ὁ** e do relativo **ὃς**, segundo o exposto na seção 4.1.2. Para além de argumentos relativos à forma, no Περὶ Συντάξεως constam também alguns argumentos sintáticos contrários à inclusão dos *artigos pospositivos* entre os pronomes. Por exemplo, segundo Apolônio (I, 147), não seria possível pô-los numa única classe porque a troca do *artigo pospositivo* por um *pronome anafórico* requereria o acréscimo de uma *conjunção copulativa* para que a frase ficasse completa: ὁ γραμματικός παρεγένετο **καὶ οὗτος** διελέξατο (“o gramático veio **e este** falou”), não cabendo, pois, *ὁ γραμματικός παρεγένετο **οὗτος** διελέξατο (“*o gramático veio **este** falou”). Nessa e noutras passagens da obra, Apolônio se serve de técnicas e métodos muito comuns entre os sintaticistas: as comutações e as paráfrases, por meio das quais ele pode demonstrar semelhanças ou diferenças de comportamento sintático. Por haver tais diferenças de uso entre o *artigo pospositivo* e o *pronome anafórico*, eles não poderiam ser postos na mesma classe, na visão do gramático alexandrino.

Do ponto de vista terminológico, dois termos gregos chamam a atenção: ἐνικὴν σύνταξιν (“oração simples” ou “construção simples”) e μεταβάσει (dativo singular de μετάβασις, “transitividade”). O primeiro se refere a uma oração provida de um único verbo, cuja estrutura não se adequa ao uso do *artigo pospositivo*, uma vez que este requer o acréscimo de outro verbo na frase. Pela terminologia da Sintaxe Tradicional, tratar-se-ia de um *período simples*, cuja estrutura não se adequa ao uso do *pronome relativo*, uma vez que este requer o acréscimo de uma oração subordinada adjetiva. O segundo termo se refere ao que hoje se entende por *transitividade*. Em sendo μετάβασις o substantivo deverbal de μεταβαίνω (“atravessar”), pode-se deduzir que o verbo dito transitivo é aquele cujo sentido **transita** ou **passa** para os seus complementos, conforme apontam os trechos em negrito no excerto (69). Mais detalhes virão na seção relativa às terminologias. Por ora, cumpre apenas

destacar o refinamento do vocabulário técnico apoloniano, em cotejo com as outras gramáticas anteriormente estudadas.

4.4.3.2 O livro II do Περὶ Συντάξεως

O livro II destina-se à descrição do comportamento sintático dos pronomes, bem como às regras que norteiam o seu uso e a sua colocação na frase. Antes de tudo, é preciso que recordar que Apolônio só inclui nessa classe os pronomes pessoais, os possessivos (derivados dos pessoais) e os demonstrativos. Os interrogativos e os indefinidos se incluem entre os nomes, enquanto os relativos são classificados como *artigos pospostos*. Feitas essas observações iniciais, eis a definição apoloniana de *pronome*:

(70) - ἐκεῖνο οὖν ἀντωνυμία, τὸ μετὰ δείξεως ἢ ἀναφορᾶς ἀντωνομαζόμενον, ᾧ οὐ σύνεστι τὸ ἄρθρον. ἰδοὺ γοῦν καὶ δεῖξις καὶ ὁ ὀρισμὸς τῶν προσώπων ἄχρι τοῦ τρίτου διήλθε καὶ γὰρ ἀναφερόμεναι ὀρίζονται, καθὸ τὰ πρόσωπα ἐγνώσθη, καὶ δεικνύμεναι, καθὸ τὰ πρόσωπα ὑπ' ὄψιν ἐστί.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 101, grifos nossos).

Por tanto, pronombre es la parte de la oración que hace las veces del nombre en forma deíctica o anafórica, y que no se acompaña de artículo. Y téngase en cuenta que la definición de pronombre abarca hasta la tercera persona, pues también se realizan como anafóricos según que las personas sean conocidas de antemano, y como deícticos si la persona está a la vista.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, II, 16, in BOTAS, 1987, p. 165, tradução do autor, grifos nossos).

Há dois conceitos-chave para compreender tal definição: anáfora e dêixis. Descrita muito sucintamente no excerto (67) como função essencial do artigo, a anáfora (do grego ἀναφορά, derivado do verbo ἀναφέρω, “levar para cima”) é um recurso linguístico com que se faz menção a alguma entidade já mencionada no texto. A dêixis (do grego δεῖξις, substantivo deverbais de δείκνυμι, “indicar”) é um recurso linguístico com que se indica alguma entidade envolvida num contexto conversacional específico. Os pronomes de primeira e segunda pessoa (*eu, tu* e flexões) são necessariamente dêiticos porque a entidade por eles apontada só se pode conhecer dentro de uma situação concreta de comunicação. A dêixis dos pronomes oblíquos átonos se chama absoluta (ἀπόλυτον) por não contrapor o ser indicado a

nenhum outro, a exemplo de ἔπαισε με (“golpeou-me”). Por outro lado, a dêixis dos pronomes oblíquos tônicos se chama contrastiva (ἀντιδιασταλτική) justamente por contrastar um ser a outro, a exemplo de ἐμὲ αὐτὸν ἔπαισε (“golpeou-me a mim [e não a outro]”) (II, 6). Os pronomes de terceira pessoa, dentre os quais Apolônio inclui os chamados demonstrativos pela terminologia atual, podem ser anafóricos se retomarem algo ou alguém já mencionado ou podem ser dêíticos se indicarem algo ou alguém que esteja à vista. Como bem lembra Gonçalo Fernandes (1999, p. 32-36), as assertivas apolonianas sobre esse tema surpreendem não só pela sua acuidade, como também pela sua semelhança com teorias modernas, sobretudo a teoria da linguagem de Karl Bühler (1879-1963). O linguista alemão fala numa *deixis ad oculos*, relativa aos seres presentes no campo mostrativo situacional; na *anáfora*, que é uma espécie de dêixis aplicada ao universo textual; e numa *deixis am phantasma*, relativa a seres ou coisas evocados pela memória ou pela imaginação¹²².

Voltando à definição transcrita no excerto (70), Apolônio diz que o pronome substitui um nome, mas, como ele próprio ressalta noutros trechos, o pronome muitas vezes não substitui só nome, mas a combinação deste com um artigo prepositivo (II, 9). Tal combinação se chama modernamente *sintagma nominal*. O processo de substituição só é possível, lembra o autor, porque os pronomes possuem os mesmos acidentes que os nomes, a saber: caso, número e gênero.

Segundo o exposto na seção anterior, Apolônio vai deixando pelo caminho eventuais marcas de sua concepção de língua, que aparecem paralelamente ao tema central de cada livro. Entremeada na descrição do comportamento sintático dos pronomes está a seguinte passagem sobre os nomes comuns e próprios, na qual o autor deixa transparecer ecos inequívocos da Filosofia Clássica:

(71) - Ἴσως οὖν ἐκεῖνος τις ἐπιστήσει, ἔνεκα τίνος τὸ ἀκόλουθον ἀπένευσαν αἱ ἀντωνυμῖαι, καὶ διὰ τί οὐ πᾶσαι. Ἡ τῶν ὀνομάτων θέσις ἐπενοήθη εἰς ποιότητας κοινὰς ἢ ἰδίας, ὡς ἀνθρώπος, Πλάτων, κάπει οὔτε σὺν δείξει τὰ τοιαῦτα οὔτε ἀναφορᾷ, πάμπολλος ἢ ἐπὶ τούτων θέσις ἐγίνετο, ἵν' ἐκάστου τὸ χαρακτηριστικὸν ἀπονείμῃ τὴν ἐκάστου ποιότητα.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 103, grifos nossos).

Quizá se pudiera pensar en la causa por la que los pronombres no se sujetan a la norma analógica y por qué no todos. La institución de los nombres fue pensada para

¹²² Gonçalo Fernandes (1999, p. 37-38) ressalta: “Parece haver algo de muito coincidente nas duas perspectivas [de Apolônio e de Bühler], embora não possamos afirmar que o autor germânico conhecesse o alexandrino”.

*significar cualidades comunes o propias, como «hombre», «Platón», y dado que dichos nombres no tienen poder **deíctico** ni **anafórico**, la necesidad de los mismos se hacía infinita para que la figura del nombre pudiese atribuir su propia cualidad a cada una de las sustancias.*

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, II, 22, in BOTAS, 1987, p. 167, tradução do autor, grifos nossos).

Ao afirmar que nomes comuns e próprios foram instituídos de maneira pensada, Apolônio demonstra ter alguma proximidade com as concepções de Platão, citado no trecho como exemplo de antropônimo. Tanto no *Crátilo* quanto no Περὶ Συντάξεως, existe a figura do criador das palavras, isto é, uma espécie de artífice lexical capaz de talhar as palavras mais adequadas para cada uma das substâncias. A essa entidade criadora, cuja feição talvez seja coletiva, individual ou divina, Platão chama de νομοθέτης (“legislador da linguagem”), enquanto Apolônio chama de στοιχειωτής (“criador de elementos”) (BOTAS, 1987, p. 33).

Saindo um pouco das abstrações filosóficas e regressando às discussões gramaticais, convém salientar a suposta incapacidade de os nomes desempenharem papel dêitico ou anafórico. Logo de início, a mera constatação de que os pronomes de primeira e segunda pessoa (*eu* e *tu*) não são intercambiáveis com os nomes, por si só, já demonstra que estes de fato não podem realizar a dêixis. Por exemplo, se alguém chamado Apolônio diz *Eu escrevo*, o pronome *Eu* não pode ser substituído pelo nome do indivíduo sem que haja prejuízos à coerência sintática: **Apolônio escrevo*¹²³. No entanto, parece ter escapado à análise feita no excerto (71) que nomes comuns combinados com artigo também podem desempenhar papel anafórico, sobretudo quando eles designam uma classe a que algo ou alguém pertence. Por exemplo, na frase hipotética *Sócrates não escreveu nenhum livro, mas, ainda assim, o filósofo se tornou muito conhecido*, o nome comum *filósofo*, devidamente acompanhado pelo artigo prepositivo, retoma o antropônimo *Sócrates*. Prova adicional do papel anafórico desse arranjo nominal como um todo é a possibilidade de substituí-lo por um pronome de terceira pessoa: *...mas, ainda assim, ele se tornou muito conhecido*. Na realidade, o gramático alexandrino parece concentrar a capacidade anafórica do arranjo nominal mais no artigo do que no conjunto. Para mais detalhes, veja-se o já mencionado artigo de Gonçalo Fernandes (1999).

¹²³ A essa inadequação gramatical Apolônio chama de ἀκαταλληλότητα τῶν προσώπων (“incoerência de pessoas”), que corresponde, em termos atuais, ao erro de concordância (II, 46).

Mais adiante, ainda na descrição dos pronomes, aparecem outras marcas da Filosofia Clássica no *Περὶ Συντάξεως*:

(72) - καὶ γὰρ **δυνάμει** κύριον ὄνομα νοεῖται διὰ τῆς ἀντωνυμίας, οὐ φημι τὸ τῆς φωνῆς ὄνομα, το δὲ ἐξ αὐτῆς δεικνύμενον, τουτέστιν ἢ ἰδία ποιότης τοῦ **ὑποκειμένου**.

(Apolônio Díscolo, *Περὶ Συντάξεως*, in BEKKER, 1817, p. 112, grifos nossos).

En efecto, el nombre propio es percibido en potencia mediante el pronombre [de primera e segunda persona], y cuando digo nombre no me refiero a la expresión, sino a lo indicado por ésta, es decir, la cualidad propia del sujeto.

(Apolônio Díscolo, *Περὶ Συντάξεως*, II, 41, in BOTAS, 1987, p. 176, tradução do autor, grifos nossos).

O excerto (72), a seu tempo, deixa transparecer uma influência de Aristóteles. Quando se diz que o nome próprio é percebido em potência (*δυνάμει*, dativo singular de *δύναμις*), Apolônio traz à baila dois conhecidos princípios da Metafísica Aristotélica: de um lado, a *potência* (*δύναμις*) como manifestação potencial do ser, de outro, o ato (*ἐνέργεια*) como manifestação real do ser. A potencialidade em questão remete às possíveis qualidades do sujeito representado na frase por um pronome dêitico, que, por não ter substância própria, pode indicar um sem-número de indivíduos. O termo *ὑποκείμενον* (particípio presente médio de *ὑπόκειμαι*, “estar sujeito a”) faz parte de outro binômio do pensamento aristotélico, mais especificamente da Lógica: *ὑποκείμενον* (“sujeito”) e *κατηγορούμενον* (“predicado”), que, juntos, formam os chamados elementos (*ὅροι*) (PEREIRA, 2006, p. 65, nota 6; GRAFFI¹²⁴, 2008, p. 53). O tal *sujeito* a que Apolônio se refere no excerto (72) não é propriamente um termo sintático, mas uma espécie de entidade ontológica, um ser do mundo externo para o qual os pronomes dêiticos apontam, mas, noutras passagens do tratado, o termo *ὑποκείμενον* também pode aparecer numa acepção mais próxima à de *sujeito sintático*. Nesse processo de transladação de termos técnicos da Lógica ou da Filosofia para a Gramática, é comum restarem resquícios das acepções originais, em maior ou menor grau.

Alguns parágrafos depois, ao tratar da relação entre pronomes oblíquos e verbos, Apolônio passa tangencialmente pela regência verbal e, nesta passagem em específico, ele se serve de termos estoicos:

¹²⁴ GRAFFI, Giorgio. *Subiectum et praedicatum de l’antiquité classique à Port-Royal*. Cahiers de l’ILSL, n° 25, 2008, pp. 51-68.

(73) - Αἱ πλαγιοὶ πτώσεις τῶν ἀντωνυμιῶν πάντως ἐπὶ ῥῆμα φέρονται, ἐξ ἧς συντάξεως νοιεῖται ἡ ἐγγινομένη διάθεσις τοῦ προσώπου. οὐ μὴν ἀντιστρέφει τὰ τοῦ λόγου. οὐ γὰρ ἅπαντα τὰ ῥήματα πλαγίους ἀπαιτεῖ ὀνομάτων ἢ ἀντωνυμιῶν, ἐπεὶ ἂ μὲν αὐτῶν αὐτοτελῆ ἐστίν, ἂ δὲ ἐλλιπῆ. τὸ τε γὰρ περιπατεῖ ἢ πλουτεῖ ἢ ζῆ ἢ τι τῶν τοιούτων οὐκ ἐπιζητεῖ πλαγίαν πτῶσιν.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 116, grifos nossos).

*Los casos oblicuos de los pronombres dependen enteramente del verbo, y según dicha construcción se entiende la función inherente a la persona del pronombre; pero no al revés, pues no todos los verbos exigen casos oblicuos de nombres o pronombres, puesto que los verbos, unos son **completos en sí mismos** y otros **incompletos**; así, «pasea», «es rico», «vive», o similares, no requieren caso oblicuo;*

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, II, 48, in BOTAS, 1987, p. 179-180, tradução do autor, grifos nossos).

Se, por um lado, os pronomes oblíquos requerem um verbo, os verbos, por outro lado, não necessariamente requerem um pronome oblíquo¹²⁵. Isso se explica pelo fato de alguns deles designarem um evento verbal completo em si mesmo, sem que o seu sentido precise transitar para outras palavras da frase. A esse tipo de verbo Apolônio chama de αὐτοτελῆ (“completos”), o mesmo termo pelo qual os estoicos caracterizavam as *orações perfeitas* (αὐτοτελῆς λόγος). Aos verbos cujos sentidos hão de transitar para os seus complementos o gramático alexandrino chama de ἐλλιπῆ (“incompletos”), que também é termo estoico (NEVES, 2005, p. 91, nota 5). No Estoicismo, αὐτοτελῆ e ἐλλιπῆ são dois tipos de λεκτά (do verbo λέγω, “dizer”), isto é, os sentidos subjacentes ao que é dito. Apolônio se serviu noções estoicas para caracterizar os verbos, fato que ele próprio confirma no livro seguinte (III, 155). Em termos modernos, ele está se referindo respectivamente aos verbos intransitivos e aos transitivos.

Para finalizar esta análise de trechos selecionados do livro II, é interessante voltar à discussão sobre o uso linguístico e os parâmetros de correção, já abordada no excerto (68). Anteriormente, Apolônio fez uma defesa enfática dos usos literários e da analogia, frente ao uso comum da língua grega (I, 43), mas, na passagem seguinte, o autor apresenta um posicionamento levemente distinto:

¹²⁵ No trecho em tela, Apolônio está desconsiderando que preposições e adjetivos gregos também podem reger casos oblíquos.

(74) - Οὐ λέληθε δέ με ὡς οἱ πλεῖστοι ὑπέλαβον τὴν τῶν ῥημάτων σύνταξιν ἐντελεστέραν εἶναι, εἰ προσλάβοι καὶ τὰς ἀντωνυμίας, ἐγὼ ἔγραψα, ἐγὼ λαλῶ, καὶ ἐπὶ τῶν ὁμοίων τὸ αὐτὸ καὶ τούτου ἀπόδειξιν φασὶ τὸ μὴ δεόντως, ἔχειν τὴν τοιαύτην φράσιν, εἰ μὴ προσλάβοι τις τὰς ἀντωνυμίας, ἐγὼ μὲν γὰρ παρεγενόμην, σύ δ'οὐ· ἀκατάστατα τὰ τοῦ λόγου γενήσεται. ἐγὼ μέντοι οὐχ ὑπολαμβάνω ἐν τῷ καθόλου τὸ τοιοῦτον ἀληθὲς εἶναι, **πιστοῦμενος οὐκ ἐκ ποιητικῶν παραθέσεων, εἴ γε τῇ ποιητικῇ συντάξει ἐφεῖται καὶ ἐλλείπεν καὶ πλεονάζειν, ἐκ μέντοι τῆς κοινῆς φράσεως ἀπάσης καὶ τῆς τῶν συγγραφέων ἀκριβοῦς συνθέσεως καὶ τὸ μείζον ἐκ δυνάμεως τῆς τοῦ λόγου, ἣν καὶ δέον ἐστὶ παραθέσθαι τῶν ἄλλων συντάξεων προδήλων οὐσῶν.**

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 116-117, grifos nossos).

No se me oculta que la gran mayoría sostiene que la construcción verbal queda más completa si se le añaden los pronombres: «yo escribí», «yo hablé», y lo mismo de ejemplos semejantes. Como prueba de lo anterior aducen que frases como la siguiente no puedan constituirse si no llevan los pronombres: «yo estuve presente, tú no». «La oración, dicen, quedaría inconstructa.» Yo, por mi parte, no admito que tal aserto sea del todo verdadero, y no me baso para ello en ejemplos poéticos, puesto que la sintaxis poética gusta de elipsis y pleonasmos, sino en la dicción ordinaria, cualquiera que sea, o en la más fina composición en prosa, y, ante todo, en el poder de la razón, la que es preciso aplicar en todo tipo de construcción por evidente que sea.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, II, 49, in BOTAS, 1987, p. 180, tradução do autor, grifos nossos).

Por ser uma língua rica em flexões verbais, o grego recorre frequentemente aos chamados sujeitos elípticos, de sorte que os pronomes retos se usem o mais das vezes em sentido enfático ou contrastivo, como no exemplo acima transcrito: ἐγὼ μὲν γὰρ παρεγενόμην, σύ δ'οὐ (“Eu estive presente, tu não”). Por esse motivo, Apolônio diverge de autores segundo os quais a elipse pronominal tornaria toda e qualquer frase incompleta e argumenta que tal omissão não é apanágio da linguagem poética, mas um traço presente no uso comum e na mais fina prosa. Acima de tudo, trata-se de uma construção sintática

chancelada pela *razão* (λόγος). O excerto (74) não contradiz a primazia dos usos poéticos e dos processos analógicos abonada em I, 43. Assim como os seus antecessores, Apolônio de fato privilegia o linguajar das obras canônicas, mas não incorre num normativismo gramatical irrestrito e demasiado refratário aos usos correntes, que apenas obscureceria os textos. Ademais, ao citar algumas diferenças entre os dialetos helênicos (II, 118-119) e alguns traços de arcaísmo nos poemas homéricos (II, 90), o autor demonstra ter, ao menos, noções tácitas de variação linguística. O excerto (74) traz também outra peculiaridade da metalinguagem apoloniana: as réplicas e as contrarréplicas. O autor cita o argumento de outros gramáticos em favor do uso constante dos pronomes retos, sob pena de a oração ficar incompleta, (*La oración, dicen, quedaría inconstructa*) e depois o rechaça. Em muitas partes do Περὶ Συντάξεως, ele cita inclusive o nome dos gramáticos dos quais discorda ou com os quais concorda, geralmente Zenódoto, Aristarco, Trifão e Habrão. Não há menções ao latim, nem aos gramáticos latinos.

4.4.3.3 O livro III do Περὶ Συντάξεως

O livro III dá prosseguimento à descrição dos pronomes, com ênfase agora na relação destes com outras partes do discurso. Os primeiros parágrafos descrevem o comportamento sintático de αὐτός (“mesmo”), do reflexivo ἑαυτον (“a si mesmo”) e das respectivas flexões. O primeiro costuma empregar-se em aposição à palavra a que se refere, mas pode também empregar-se de maneira isolada, com o referente subentendido, a exemplo deste verso homérico aduzido pelo autor (III, 3): αὐτὸς νῦν ἴδε πῶμα¹²⁶ (“examina [tu] **mesmo** a tampa”). O segundo, por ser reflexivo, só existe nas formas oblíquas, cujo uso é obrigatório quando se referem à mesma entidade expressa pelo sujeito. Com efeito, a frase *Ofendemos a nós mesmos* não se poderia traduzir em grego clássico por *ἡμᾶς ὑβρίζομεν, com o acusativo de primeira pessoa do plural ἡμᾶς, porque o nominativo elíptico da frase também está na primeira pessoa do plural: nós. A construção correta requer naturalmente o pronome reflexivo para indicar que a ação praticada pelo sujeito incide nele próprio: ἑαυτοὺς ὑβρίζομεν (III, 3-4).

Apolônio adverte que, em frases incorretas como *ἡμᾶς ὑβρίζομεν, o erro não está na forma individual das palavras ἡμᾶς (“nos”) e ὑβρίζομεν (“ofendemos”), mas na maneira como elas foram conectadas, ou seja, no arranjo frasal. Por esse motivo, o autor busca lembrar, na passagem seguinte, os conceitos de *barbarismo* e *solecismo* para que o leitor saiba diferenciar a natureza desses dois vícios de linguagem:

¹²⁶ (θ, 443).

(75) - Οὐδὲ ἐκεῖνο δέ με λέληθεν, ὡς τινες ἐπετάπαζαν τήν παρὰ πᾶσι συμφώνως πιστευθεῖσαν δόξαν, ὡς μιᾶς λέξεως κακία ἐστὶν ὁ **βαρβαρισμός**, ἐπιπλοκῆς δὲ λέξεω ἀκαταλλήλων ὁ **σολοικισμός**,...

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 198, grifos nossos).

*Tampoco se me oculta que algunos han metido confusión en los conceptos comúnmente aceptados: **barbarismo** es el vicio que afecta a una sola palabra, y **solecismo** el que se refiere a la conexión incoherente de palabras,...*

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, III, 8, in BOTAS, 1987, p. 265, tradução do autor, grifos nossos).

Em sendo o Περὶ Συντάξεως um tratado sobre a Sintaxe da língua grega, é natural e esperado que na obra haja maior interesse pelo *solecismo* do que pelo *barbarismo*. Afinal, aquele é um vício de linguagem relativo à conexão incoerente de palavras, e este um vício de linguagem ocorrente em palavras isoladas. Em termos modernos, um ocorre no nível sintático, e o outro, no nível morfológico. Entender tal diferença conceitual é condição *sine qua non* para entender as causas das incoerências sintáticas arroladas por Apolônio, que, de modo geral, ocorrem quando há desvios nas flexões das partes do discurso. Lembra o autor que nomes, pronomes e artigos devem concordar em gênero, número e caso quando estiverem inter-relacionados, que os verbos devem concordar em pessoa e número com o termo expresso no nominativo, e que palavras invariáveis não podem tomar qualquer flexão (III, 13-21).

Mais adiante, Apolônio adentra num assunto controvertido entre os gramáticos da Antiguidade, que discutiam se o pronome pessoal de segunda pessoa σύ (“tu”) é nominativo ou vocativo¹²⁷. Apolônio apresenta argumentos sintáticos robustos de que σύ é de fato um nominativo, em resposta a Trifão, para o qual o referido pronome seria um vocativo. Por exemplo, os verbos só tomam esta ou aquela flexão porque precisam concordar com um nominativo expresso ou subentendido na frase, e não com um vocativo. Com base nisso, não se pode dizer em grego *Ἀρίσταρχε εἶ (“*és, ó Aristarco”) porque a forma finita εἶ não pode concordar com o vocativo Ἀρίσταρχε, mas apenas com o nominativo correspondente: Ἀρίσταρχος εἶ (“és Aristarco”) (III, 37). Além disso, o simples fato de que o pronome σύ pode ligar-se a outros termos no nominativo por meio da conjunção ἢ (“ou”) dá indicações

¹²⁷ Dionísio Trácio defendia que o pronome de segunda pessoa σύ possuía vocativo.

peremptórias de que ele se encontra no mesmo caso morfológico dos demais, como na frase ἢ ἐγὼ οὖν ἀπέρχομαι ἢ σὺ ἢ Διονύσιος (“ou parto eu, ou tu, ou Dionísio”) (III, 39). Noutras palavras, só é possível coordenar nomes ou pronomes que estejam flexionados no mesmo caso morfológico.

Passadas essas discussões, Apolônio volta seu olhar analítico para um dos temas de maior relevo em toda a obra: o verbo, considerado por ele e por sintaticistas modernos um dos pilares da oração. Antes de se aprofundar nas questões sintáticas, o autor relembra os principais acidentes verbais: modos (ἐγκλίσεις), tempos (χρόνοι), vozes (διάθεσεις) e pessoas (πρόσωπα). Em seguida, ele adentra em mais um assunto controverso na Antiguidade: o *status* verbal do infinitivo (em grego: ἀπαρέμφατος, “indeterminado”, sendo este derivado do verbo παρεμφαίνω, “indicar”, “mostrar”, mais o sufixo de negação ἄ).

A um leitor moderno poderia causar estranheza questionar se o infinitivo é de fato um verbo, mas, para os antigos, tal questionamento é válido na medida em que outra forma nominal, o particípio, compunha à época uma classe gramatical à parte. Afinal, argumentavam alguns, ambos podem empregar-se no lugar de nomes, e ambos carecem das flexões de pessoa, que são marcas tipicamente verbais (III, 55). Caberia, então, propor a existência de uma nona parte do discurso? Na verdade, seguindo o seu habitual procedimento metalinguístico de réplicas e contrarréplicas, Apolônio enumera os principais argumentos daqueles que propugnavam a inclusão dos infinitivos entre os advérbios (!) e depois os refuta. Os argumentos deles são os seguintes: 1) não se usam dois verbos flexionados seguidamente, como em γράφεις λέξεις (“*escreves dirias”), de sorte que um deles precise estar no infinitivo: θέλεις **γράφειν** (“queres **escrever**”)¹²⁸; 2) o infinitivo, assim como o advérbio, pode vir antes ou depois do verbo flexionado: **γράφειν** θέλω (“escrever quero”) ou θέλω **γράφειν** (“quero escrever”), assim como Ἑλληνιστί λέγω (“em grego falo”) ou λέγω Ἑλληνιστί (“falo em grego”); 3) o acréscimo do advérbio Ἑλληνιστί (“em grego”) ao verbo λέγω (“falo”) torna a oração completa, assim como o acréscimo do infinitivo γράφειν (“escrever”) também o faz; 4) nem os advérbios nem os infinitivos possuem marca de número; 5) nenhum dos dois possui marca de pessoa; 6) às vezes, os advérbios derivam de verbos, tais quais os infinitivos, logo, se é possível derivar Ἑλληνιστί (“em grego”) de

¹²⁸ Dizendo-se de outra maneira: se dois verbos finitos não se podem usar seguidamente, o infinitivo, que preenche corretamente a frase, não poderia em tese ser incluído entre os verbos por não ter o mesmo comportamento sintático.

ἑλληνίζω (“falo grego”), também seria possível derivar γράφειν (“escrever”) de γράφω (“escrevo”)¹²⁹ (III, 56).

Apolônio, por seu turno, propugna que o infinitivo é de fato um verbo e apresenta os seguintes argumentos: 1) embora o infinitivo não possa tomar flexão de pessoa em θέλω γράφειν (“quero escrever”), dois verbos em modos distintos¹³⁰ podem, noutros contextos sintáticos, ter o mesmo nominativo-sujeito: ἐὰν ἀναγνώσκῃς πρόσεχε (“se lêes, atende”); 2) só podem vir seguidos de infinitivo os verbos que expressam uma determinação mental carente de ação, como θέλω (“quero”), βούλομαι (“desejo”) e προθυμοῦμαι (“prefiro”), ao passo que verbos designativos de ação concreta o rejeitam, como γράφω (“escrevo”), ἐρίσσω (“remo”) e τύπτω (“golpeio”). Entretanto, todos esses verbos podem vir ao lado de um advérbio; 3) a falta de desinências pessoais não é um óbice ao *status* verbal do infinitivo grego porque este representa uma ação tomada em sentido genérico. Não obstante, ele toma dois acidentes tipicamente verbais que os advérbios não podem tomar: tempo e voz; 4) os outros modos verbais podem ser parafraseados por meio de construções infinitivas, a exemplo do indicativo περιπατῶ (“passeio”), cuja paráfrase é ὠρισάμην περιπατεῖν (“declaro passear”), porém tal rearranjo sintático não seria possível com um advérbio (III, 57-61).

Demonstrado o caráter verbal do infinitivo, Apolônio se põe a descrever as construções frasais com essa forma nominal. Uma delas merece um exame mais detido por ser de particular interesse dos sintaticistas: o infinitivo com sujeito acusativo. Veja-se o trecho:

(76) - Ἔστι καὶ ἑτέρα σύνταξις δύο αἰτιατικὰς ἀποτελοῦσα, ὀπηνίκα καὶ τὰ ἐγκείμενα ῥήματα ἐπ' αἰτιατικὰς φέρεται, οἷον τὸ ἀναγκάσαι, τὸ ποιῆσαι, τὰ ὅμοια· φέρεται γὰρ ἐπ' αἰτιατικὴν. ἀλλὰ καὶ τὸ ἐλεῖν, ὑβρίσαι, τὰ τούτοις ὅμοια. ἐφ' ἧς ἂν συντάξεως γένοιτο, **ἀνάγκασόν με ὑβρίσαι σε, ποιήσον Τρύφωνα φιλεῖν Ἀπολλώνιον.**

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 242, grifos nossos).

Existe otro tipo de construcción con dos acusativos: cuando el verbo principal rige acusativo, por ejemplo, ἀναγκάσαι (obligar), ποιῆσαι (hacer) y similares, pues tales verbos rigen un acusativo lo mismo que los infinitivos dependientes, como ἐλεῖν (coger), ὑβρίσαι (ofender), y otros semejantes a éstos. Así, se podrían formar frases

¹²⁹ É preciso lembrar que, entre os gregos e os latinos, a primeira pessoa do singular do presente do indicativo é a forma verbal básica a partir da qual se conjugam os verbos. Por esse motivo, os dicionários de línguas clássicas ainda a utilizam nas entradas dos verbetes.

¹³⁰ Apolônio classifica o infinitivo como modo verbal. Portanto, na frase θέλω γράφειν (“quero escrever”), há, segundo os critérios dele, dois modos: indicativo e infinitivo.

como: ἀνάγκασόν με ὑβρίσαι σε (oblígame a injuriarte), ποιήσον Τρύφωνα φιλεῖν Ἀπολλώνιον (haz a Trifón amar a Apolonio).

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, III, 84, in BOTAS, 1987, p. 308, tradução do autor, grifos nossos).

Na frase ἀνάγκασόν με ὑβρίσαι σε (“obriga-me a injuriar-te”), há dois pronomes no acusativo, με (“me”) e σε (“te”), que possuem papéis distintos em relação ao infinitivo ὑβρίσαι (“injuriar”): o primeiro designa o agente da ação, e o segundo designa o alvo. Contrariamente ao esperado, o sujeito lógico do verbo ativo ὑβρίσαι está no acusativo, em vez do nominativo, que em tese deveria exercer essa função. Tal fenômeno sintático, ocorrente em grego, em latim, em português e em muitas línguas indo-europeias, recebe entre os gerativistas o nome de marcação excepcional de caso (do inglês *exceptional case marking*) (MIOTO, 2013, p. 179-187). Verbos sensitivos ou causativos cujos complementos sejam uma oração infinitiva exigem que o sujeito da forma nominal esteja no acusativo, portanto: *obriga-me a injuriar-te*, e não *obriga eu a injuriar-te*. É uma espécie de concordância casual atrativa, pois o pronome *me* ocupa na frase uma posição canonicamente associada a um complemento verbal, embora ele seja na verdade o sujeito do verbo seguinte – ou *argumento externo*, consoante a terminologia gerativista. Esse brevíssimo passeio por correntes modernas da Linguística visa a mostrar quão antigas são algumas questões sintáticas hoje estudadas no meio acadêmico.

Encerrada a discussão em torno do infinitivo, Apolônio adentra nos outros modos verbais (ἐγκλίσεις) da língua grega. De modo geral, o indicativo (ὀριστική, de ὀριστός, “determinado”) se usa para declarar algo, afirmativa ou negativamente; o optativo (εὐκτική, de εὐχή, “desejo”) se usa para expressar um desejo; o imperativo (προστακτική, de προστάσσω, “ordenar”) se usa para dirigir pedidos ou ordens; o subjuntivo (ὑποθετική, de ὑποτίθημι, “pôr embaixo”) se usa diante de certas conjunções e contextos frasais que o exigem. Botas (1987, p. 329, nota 484) supõe que a denominação ὑποθετική se explique pelas construções subordinativas nas quais consta esse tempo verbal, daí a ideia de pôr algo embaixo, em posição hierarquicamente inferior. O exegeta espanhol também supõe haver aí uma influência dos estoicos, que chamavam as conjunções de *nexos subordinativos*.

Os parágrafos concernentes aos modos verbais, por tratarem de questões muito específicas à língua grega, são de menor interesse para os objetivos desta pesquisa. Todavia, uma das várias reflexões apolonianas sobre o tema merece um breve destaque. Assevera o

gramático alexandrino que o imperativo não se conjuga em primeira pessoa, nem no singular, nem no plural – no que ele diverge parcialmente dos gramáticos portugueses contemporâneos, que defendem a existência da primeira pessoa do plural imperativa (e.g. *amemos nós, façamos nós*). Segundo ele, no verso homérico ἀλλ' ἄγε δὴ χαζώμεθ' ἐφ' ἵππων¹³¹ (“vamos, afastemo-nos em nosso carro”), o verbo χαζώμεθα (“afastemo-nos”) não implica uma ordem, mas uma exortação. Do ponto de vista discursivo e pragmático, as assertivas de Apolônio fazem todo sentido, pois, quando um locutor diz *amemos, façamos* ou *afastemo-nos*, ele não está dando ordens aos seus interlocutores, mas dirigindo-lhes palavras de incentivo. Acrescenta o autor que essa forma exortativa é preferível à imperativa em segunda pessoa quando um subordinado se dirige ao seu superior, por questão de respeito (III, 108-109). Em sendo assim, dar às citadas formas verbais de primeira pessoa do plural o *status* de imperativo é uma posicionamento no mínimo questionável por parte de gramáticos portugueses.

Mais adiante, Apolônio dirige sua atenção para outro acidente verbal, cujo estudo é de maior interesse para esta pesquisa: a voz (διάθεσις), que em grego pode ser ativa (ἐνεργητική), passiva (παθητική) ou média (μεσότης). Sobre as duas primeiras, ele tece as seguintes linhas:

(77) - Οὐκ εἶ ῥῆμα ὀριστικὸν ἐστὶν ἢ τινος ἄλλης ἐγκλίσεως, τοῦτο πάντως ἐν διαθέσει καταγίνεται τῇ ἐνεργητικῇ. χρὴ γὰρ νοιεῖν ὅτι ἡ ἐνέργεια ὡς πρὸς ὑποκείμενον τι διαβιβάζεται, ὡς τὸ τέμνει, τύπτει, τὰ τούτοις παραπλήσια· ἥς καὶ τὸ παθητικὸν ἐκ προϋφεστῶσης ἐνεργητικῆς διαθέσεως ἀνάγεται, δέρεται, τύπτεται. οὐ δὴ τούτοις ὅμοιά ἐστι τὸ ὑπάρχω, τὸ ζῶ, τὸ εἰμί, τὸ πνέω, τὸ φρονῶ, τὰ ὅμοια. τῶν δὴ τοιούτων ἀναλόγως ἡ παθητικὴ ἐγκλισις ὑποσταλήσεται, ὅτι μηδὲ διὰ τῆς ὀριστικῆς ἐγκλίσεως τὰ ἐνεργούμενα πρόσωπα παρέστησαν, ἃ πάντως διατεθέντα τὸ παθεῖν ὁμολογήσει.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 277, grifos nossos).

Si un verbo está en indicativo o cualquier otro modo, no tiene por qué ser necesariamente en voz activa, pues hay que tener en cuenta que la actividad es algo que pasa hacia algún objeto, por ejemplo, «corta», «golpea», y semejantes a éstos; y de esta voz activa previa se deriva la pasiva: «es levantado», «es desollado», «es golpeado». Pero hay verbos que no son iguales a éstos: «existir», «vivir», «respirar», «pensar», y semejantes. (...) La pasiva correspondiente a estos verbos no podrá

¹³¹ (E, 249-50).

formarse, puesto que en la activa no presentan entidades que reciban la acción y que puedan aparecer como objetos pacientes.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, III, 148-149, in BOTAS, 1987, p. 341-342, tradução do autor, grifos nossos).

Essa primeira descrição enfatiza os aspectos semânticos das vozes verbais. A ativa é aquela na qual a ação incide sobre algum objeto, e a passiva é uma derivação da ativa, com uma estrutura frasal distinta. Os verbos *existir*, *respirar*, *pensar* e semelhantes não têm voz passiva justamente porque não atendem a tais exigências semânticas, ou seja, os seus processos verbais não possuem um objeto sobre o qual a ação possa incidir. Em termos modernos, poder-se-ia dizer que tais verbos não têm voz passiva por serem intransitivos.

A voz média grega é característica de verbos de terminações passivas, mas de significado ativo. Na frase μάχομαί σοι (“luto contra ti”), percebe-se que a desinência -μαι é passiva, mas que o significado do verbo é ativo, pois a ação verbal de *lutar* se encaminha em direção ao complemento. Segundo Apolônio, os verbos médios rejeitam a desinência -ω (III, 151), mas, na verdade, ocorre que alguns verbos gregos mudam parcialmente de sentido quando se empregam na forma ativa ou na média. Por exemplo, παύω e παύομαι significam “parar”, mas o primeiro se usa quando o sujeito age sobre outra pessoa, e o segundo, quando o sujeito age sobre si mesmo, logo: παύω σε (“paro-te”) e παύομαι τρέχειν (“paro de correr”).

Adiante, Apolônio passa a enfatizar as diferenças sintáticas entre as vozes ativa e passiva. Segundo ele, a sentença ativa se difere da passiva na medida em que esta pode atingir a completude sem a presença do agente:

(78) - ἃ περ κἂν μὴ προσκέηται, τῇ αὐτοτελείᾳ τοῦ πάθους ἀνευδοίαστά ἐστίν, ἐπεὶ καὶ τῷ περιπατεῖ καὶ ζῆ καὶ ἀριστᾷ καὶ τοῖς ομοίοις, αὐτοτελέσιν οὔσι, προστίθεται ἔσθ' ὅτε τὸ ἐν γυμνασίῳ ζῆ ἢ ἐν οἴκῳ.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 281, grifos nossos).

*Pero, aunque no se añada el agente, la pasividad tiene inequívocamente **sentido completo**, si bien verbos como «pasea», «vive», «almuerza», y similares, a pesar de su sentido pleno, pueden llevar a veces añadidos como «vive en el gimnasio» o «en casa».*

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, III, 155, in BOTAS, 1987, p. 345, tradução do autor, grifos nossos).

Embora o objeto de análise do autor seja apenas a língua grega, as suas observações são decerto válidas para muitas línguas, inclusive para o português. De fato, o agente da passiva não tem presença obrigatória nas sentenças passivas, como em ἀνάγεται (“és levantado”), δέρεται (“és esfolado”) ou τύπτεται (“és golpeado”), de sorte que elas atinjam a completude (αὐτοτελεία) sem esse termo sintático. Outra observação interessante no excerto (78) é a possibilidade de se acrescentarem complementos não obrigatórios a verbos de sentido completo (i.e. *intransitivos*): ἐν γυμνασίῳ ζῆ (“vive **no ginásio**”). Atualmente, costuma-se chamar a esses complementos de *circunstanciais* ou *adverbiais*. Enfim, tais noções de completude oracional ou obrigatoriedade de termos sintáticos perpassam a história da Sintaxe.

Nesta outra passagem do livro III, Apolônio relaciona as vozes verbais ao emprego dos casos morfológicos:

(79) - Αἰ μὲν οὖν ἐκ τῆς εὐθείας ἐγγινόμεναι δράσεις σχεδὸν ἐπὶ αἰτιατικῆν ἄπασαισυντείνουσι, παρυφισταμένου καὶ τοῦ ἐνεργοῦντος καὶ τοῦ τὸ πάθος ἀναδεχομένου, ὡς ἐν τῷ δέρω σε, τύπτω σε, τῶν παθόντων κατὰ παθητικῆν σύνταξιν ἀνθυπαγομένων εἰς εὐθεΐαν τῶν τε δρασάντων εἰς γενικῆν μετὰ τῆς ὑπό, ἐγὼ δέρομαι ὑπὸ σοῦ.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 283-284, grifos nossos).

*Pues bien, las acciones inherentes al **nominativo-sujeto** se dirigen casi siempre sobre un **acusativo-objeto**, dando lugar en consecuencia a la persona agente y a la paciente, por ejemplo, «te golpeo», «te honro», pasando en la pasiva las personas pacientes a **nominativo** y las agentes a **genitivo** con ὑπό: ἐγὼ δέρομαι ὑπὸ σοῦ (yo soy golpeado por ti).*

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, III, 159, in BOTAS, 1987, p. 347, tradução do autor, grifos nossos).

O excerto (79) traz a regra geral de transmutação da voz ativa em passiva na língua grega: o paciente outrora expresso no acusativo torna-se nominativo; o agente outrora expresso no nominativo torna-se genitivo precedido de preposição ὑπό, como em ἐγὼ δέρομαι ὑπὸ σοῦ (“eu sou golpeado por ti”). A tradução de Botas (1987) mais uma vez reforça uma das ideias basilares desta tese: as denominações dos casos morfológicos fazem as vezes de *funções sintáticas*. Observando-se atentamente os termos grifados acima, percebe-se que

εὐθείας (nominativo-sujeito) e αἰτιατικὴν (acusativo-objeto) não remetem a meras flexões nominais, mas a **partes estruturais da oração**. Em contrapartida, os termos εὐθείαν (nominativo) e γενικὴν (genitivo,) logo na sequência, se referem tão somente às flexões nominais, motivo pelo qual o exegeta espanhol os traduziu sem o acréscimo de noções sintáticas.

O último tema de relevo no livro III é a regência verbal. A maioria dos verbos gregos ditos incompletos (*i.e. transitivos*) exige caso acusativo, mas alguns outros podem exigir o genitivo ou o dativo, devido a algumas particularidades semânticas (III, 158). Apolônio reconhece não ser possível descrever todos os verbos e suas minudências sintáticas, mas, ainda assim, faz uma relação bem copiosa deles.

Exigem complementos no acusativo os verbos cujas ações indicam: 1) *ação física*, como τρίβω (“pegar”), νίπτω (“lavar”) e ῥήσσω (“golpear”); 2) *ação física e psíquica*, como ὑβρίζω (“injuriar”), λοιδορῶ (“ultrajar”) e κακολογῶ (“maldizer”); 3) *louvor*, como ὑμνῶ (“cantar”), μεγαλύνω (“magnificar”) e δοξάζω (“louvar”); 4) *engano*, como κλέπτω (“roubar”), ἀπατῶ (“enganar”) e ἐξαπατῶ (“burlar”); 5) *ausência do objeto*, como ζητῶ (“buscar”) e εὐρίσκω (“descobrir”); 6) *domínio*, como ἔχω (“ter”), κρατῶ (“dominar”) e φυλάσσω (“guardar”); 7) *veneração*, como σέβομαι (“venerar”), ἐντρέπομαι (“reverenciar”) e προσκυνῶ (“prostrar-se”); 8) *conjectura*, como οἶομαι (“crer”), ὑπολαμβάνω (“supor”) e ὑπονόω (“suspeitar”); 9) *vontade*, como βούλομαι (“querer”), θέλω (“desejar”) e προαιροῦμαι (“preferir”), que muitas vezes têm uma oração infinitiva como complemento: βούλομαί σε γράφειν (“quero que tu escrevas”, literalmente: “quero te escrever”); 10) *pergunta*, como ἐξετάζω (“interrogar”) e ἀνακρίνω (“interrogar”); 11) *estímulo*, como ὀτρύνειν (“empurrar”), ἐρεθίζειν (“excitar”) e ὀρίνειν (“agitar”) (III, 160-167).

Exigem complementos no genitivo alguns verbos sensoriais como αισθάνομαι (“perceber”), ἀκούειν (“ouvir”) e γεύεσθαι (“provar”, “experimentar”), embora, ressalta Apolônio, outros verbos do mesmo campo semântico das sensações exijam o acusativo: ὄρομαί σε (“vejo-te”), θεῶμαί σε (“contemplo-te”) (III, 169). A razão subjacente aos complementos no genitivo seria a seguinte:

(80) - Αἰ μὲν οὖν ἐκ τῶν αισθήσεων διαθέσεις πεῖσιν ἀναλαμβάνουσι τὴν ἀπὸ τῶν ἔξωθεν, εἴ γε καὶ ἀκουσίως ἐπεισιοῦσα τῇ ἀκοῇ ἢ φωνῇ προσδιατίθησι τὸ ὅλον σῶμα· οἱ τε γὰρ τῶν πριόνων ἦχοι καὶ αἱ βρονταὶ οὐχ ὑπεχομένην ἔχουσι τὴν ἀκοὴν τῇ φωνῇ. τοῦ μέντοι πάθους ἐγγίζει ἢ κατὰ γενικὴν σύνταξιν, καθὼς εἶπομεν· οὐ μέντοι μετὰ τῆς ὑπὸ τὰ τῆς συντάξεως γίνεται, καθὼς καὶ ἐνέργεια σύνεστιν ἢ γενομένη ἐκ τῆς

διαθέσεως, ἐπεὶ τὸ ἄπτεσθαι μετ' ἐνεργείας καὶ ἀντιδιατίθεται διὰ τῆς τῶν θερμῶν ἐπαφῆς ἢ ψυχρῶν ἢ ἄλλων τῶν τοιούτων. οὕτως ἔχει τὸ ὀσφραίνεσθαι, τὸ γεύεσθαι.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 290-291, grifos nossos).

*En efecto, las acciones en que se basan las sensaciones consisten en una afección de cosas externas al sujeto, como es el caso del sonido, que, aunque no lo queramos, se introduce por el oído afectando a la totalidad del cuerpo. Así, los sonidos de las sierras y los truenos, insufribles aunque no se atiende a ellos. Y, según dijimos, a la pasividad se le adecua muy bien la construcción de **genitivo**, sin embargo, no lleva ὑπό (por), puesto que de la afección sensorial resulta, al mismo tiempo, una cierta actividad así «tocar» consiste en una **acción y reacción** debidas al contacto con objetos calientes, fríos o cualquiera otra propiedad. Lo mismo sucede con «oler¹³²» y «gustar».*

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, III, 170, in BOTAS, 1987, p. 354-355, tradução do autor, grifos nossos).

Dizendo-se de outra maneira, o genitivo em frases como ἀκούω διδασκάλου (“escuto o professor”) indicaria que esse professor, embora seja complemento, instiga sensações no seu ouvinte enquanto fala. Ou seja, a ação sensorial também incide sobre o ser senciente. Quem toca num objeto quente ou frio também está sujeito às sensações térmicas provocadas pelo objeto. Esse papel ativo do complemento genitivo explicaria o porquê de o agente da passiva adotar esse mesmo caso morfológico nas construções passivas gregas, nas quais vem precedido da preposição ὑπό (“por”). Seguindo esse mesmo raciocínio nos parágrafos subsequentes do livro III, Apolônio explica que o verbo ἐράω (“amar”, “apaixonar-se”) exige complemento no genitivo porque se subentende que o indivíduo em tela está possuído por um forte sentimento amoroso, numa clara contraposição ao verbo φιλέω (“amar”, “querer bem”), que exige o acusativo por não se tratar de um sentimento incontrollável (III, 172). Estando corretas ou não as afirmações de Apolônio sobre o amor, Robbins (1967:1983, p. 30) não poupa o gramático alexandrino de críticas acerbas, declarando que sua discussão gramatical

¹³² *oler = cheirar.*

“não traz melhores subsídios para o conhecimento disponível na época sobre particularidades de construção do grego”.

Igualmente exigem complementos no genitivo os verbos que expressam posse ou domínio, a exemplo de κυριέω (“ser senhor de”), δεσπόζω (“ser dono de”) e βασιλεύω (“ser rei de”). Exemplifica o autor: βασιλεύω τούτων (“sou o rei destes”). O motivo para tal particularidade regencial é, no entanto, bem mais óbvio, já que o genitivo é, por excelência, o caso morfológico com que se indica a ideia de posse – motivo pelo qual ele também se chama κτητική πτώσις (“caso possessivo”) (III, 172).

Por fim, exigem complementos no dativo os verbos cujas ações denotam um benefício a alguém, por ação verbal ou física. Verbos declarativos como λέγω (“dizer”) requerem um dativo para designar a entidade à qual se dirige a declaração, como em λέγω σοί (“digo-te”), cuja paráfrase seria λόγου σου μεταδίδωμι (“Participo o dito a ti”). Verbos de ação física como τέμνω (“cortar”) podem vir com um dativo para designar a entidade em favor da qual a ação é realizada, como em τέμνω σοί (“corto para ti”), cuja paráfrase seria περιποιῶ σοί τι μέρος τοῦ σώματος (“procuro para ti uma parte de algo”), segundo Apolônio (III, 177). Enquadram-se nesse segundo grupo os verbos δωροῦμαι (“presentear”), χαρίζομαι (“fazer um favor a”) e δουλεύω (“servir a”), que também pressupõem, *mutatis mutandis*, um beneficiário da ação. Apolônio muito lucidamente lembra que esses complementos no dativo não podem transformar-se em nominativo na voz passiva (III, 178).

Igualmente exigem o dativo os verbos que pressupõem uma ação recíproca, a exemplo do já citado μάχομαι (“lutar”) em μάχομαί σοι (“luto contra ti”). Nesse contexto, pressupõe-se que o adversário também está praticando a ação de *lutar*. Apolônio dá um exemplo ainda mais interessante nesta passagem:

(81) - ἐστι γοῦν μοναδική μὲν διάθεσις ἢ **γυμνάζω σέ**, ἀντιπεριποιουμένη δὲ ἐκ τοῦ ἴσου **γυμνάζομαι σοί**.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 299, grifos nossos).

En consecuencia, γυμνάζω σέ (te entreno) significa una acción individual, mientras que γυμνάζομαι σοί (me entreno contigo) significa beneficio recíproco en un plano de igualdad.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, III, 186, in BOTAS, 1987, p. 363, tradução do autor, grifos nossos).

A mudança na voz e na regência verbais provoca uma sensível alteração de sentido. Em γυμνάζω σέ (“eu te treino”), a voz ativa e o complemento no acusativo indicam uma ação unidirecional de *entreter*; em γυμνάζομαι σοί (“eu treino contigo”), a voz média e o complemento no dativo tornam a ação de *treinar* recíproca.

As formas verbais de terceira pessoa μέλει (“preocupa a”) e μεταμέλει (“dar pena a”) requerem o dativo para designar o indivíduo que sente preocupação ou pena: μέλει Τρύφωνι (“preocupa a Trifão”), μεταμέλει Σωκράτει (“causa pena a Sócrates”). Tais orações se diferenciam de orações como Θεών περιπατεῖ (“Téon passeia”) em dois aspectos: em primeiro lugar, o ser senciente daquelas está no dativo, enquanto o ser agente desta última está no nominativo; em segundo lugar, as orações μέλει Τρύφωνι (“preocupa a Trifão”), μεταμέλει Σωκράτει (“causa pena a Sócrates”) não são completas (αὐτοτελεῖς) porque a elas falta o fato gerador do sentimento de preocupação ou de pena, que sintaticamente pode ser um nome ou uma oração distinta. A oração Θεών περιπατεῖ, por seu turno, não exige quaisquer complementos (III, 187). Sobre esses dois tipos oracionais, Apolônio tece as seguintes considerações:

(82) - διὸ καὶ **παρασυμβάματα** αὐτὰ ἐκάλεσαν οἱ ἀπὸ τῆς **στοᾶς**, τῶν ἄλλων ῥημάτων κατὰ τὰς συμβαινούσας διαθέσεις παρ’ αὐτοῖς **συμβαμάτων** προσαγορευομένων ἢ καὶ ἔτι **κατηγορημάτων**. καὶ τὸ μὲν ἀπαρτίζον τὴν διάνοιαν παρασύμβαμα, λέγω τὸ μέλει Σωκράτει, τὸ δὲ ἐλλειπτικὸν **ἔλλατον ἢ παρασύμβαμα**, λέγω δὴ τὸ μέλει καὶ μεταμέλει. Ὁ περ ἐπινοῶ καὶ αὐτὸ ἀναδέχεσθαι νοουμένην εὐθεῖαν τὴν κατὰ τοῦ παρυφισταμένου πράγματος ἐν τῷ μέλει.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 299-300, grifos nossos).

*Por eso, los **estoicos** llamaron a estas frases [con μέλει e μεταμέλει] «**quasi-predicados**», mientras que a los otros verbos, debido a las relaciones de correspondencia existentes entre ellos y los nominativos-sujeto, los llamaron **σύμβαμα** y, también, «**predicados**». Si dichos verbos eran completados en el sentido [con un caso oblicuo], los llamaron «**quasi-predicados**», por ejemplo, μέλει Σωκράτει; si les faltaba [el caso oblicuo], «**infra-quasi-predicados**», como μέλει (preocupa). (...) Lo que pienso yo es que estos verbos tienen un nominativo-sujeto sobreentendido, que en μέλει es el hecho a que se refiere.*

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, III, 187-188, in BOTAS, 1987, p. 363-364, tradução do autor, grifos nossos).

Mais uma vez há uma referência explícita aos estoicos e ao modo como estes classificavam as proposições, com base na completude do pensamento. A oração μέλει Σωκράτει (“preocupa a Sócrates”) se chama παρασύμβαμα (“quase predicado”) porque a ela falta, conforme se antecipou, o fato gerador da preocupação, que sintaticamente pode ser um nome ou uma oração. Em havendo apenas o verbo μέλει (“preocupa”), há um ἔλλατον ἢ παρασύμβαμα (“infra-quase-predicado”), pois aí faltam tanto o ser senciente no dativo quanto o supracitado fato gerador do sentimento. No Estoicismo, orações com verbo e nominativo-sujeito se chamam σύμβαμα¹³³ (“proposição completa”) ou κατηγορημα¹³⁴ (“predicado”), a exemplo de Θεὸν περιπατεῖ (“Téon passeia”). Em suma, o Περὶ Συντάξεως fornece provas contundentes de que o binômio *sujeito-predicado* tem origens remotas na Filosofia e na Lógica, de onde foi trasladado tempos depois para a ciência gramatical.

4.4.3.4 O livro IV do Περὶ Συντάξεως

O livro IV discute o comportamento sintático das *preposições*. O foco de Apolônio Díscolo está em distinguir as *preposições* utilizadas em composição (σύνθεσις)¹³⁵, que correspondem aos prefixos pela terminologia gramatical moderna, e as *preposições* utilizadas em aposição (παράθεσις)¹³⁶, que correspondem ao uso moderno do termo. À primeira vista, pode causar estranheza a um leitor não familiarizado com as línguas clássicas que os antigos dessem um único nome aos prefixos e às preposições (em grego πρόθεσις, em latim *praepositio*), mas é preciso lembrar que quase todas as preposições gregas (e.g. ὑπό, ἐπί, περί, διά) e latinas (e.g. *sub, ad, circum, trans*) também se podem empregar como prefixo. Mais ainda: por se tratar de uma parte do discurso sem acento tônico, a distinção entre esses dois elementos torna-se bem menos óbvia (IV, 1). Não obstante as dificuldades, Apolônio arrola bons argumentos para diferenciá-los – argumentos, aliás, que certamente interessariam a qualquer pesquisador engajado nos estudos lexicais.

¹³³ O significado genérico de σύμβαμα é “acontecimento” ou “ocorrência”.

¹³⁴ O significado genérico de κατηγορημα é “atributo” ou “qualidade”.

¹³⁵ O termo *composição* (do latim *compositio, con + positio*) é um decalque do grego σύνθεσις (σύν + θέσις). A ideia é, portanto, a mesma: “pôr algo junto”.

¹³⁶ O termo *aposição* (do latim *appositio, ad + positio*) é um decalque de παράθεσις (παρά + θέσις). A ideia é, portanto, a mesma: “pôr algo perto”.

Do ponto de vista sintático, as *preposições* utilizadas em aposição necessariamente exigem algum dos casos oblíquos: acusativo, genitivo ou dativo. Em sendo assim, se uma *preposição* qualquer aparece ligada a um termo no nominativo, só pode tratar-se de uma composição, como em σύνδουλος (“coescravo”, σύν + δοῦλος), ἔκδηλος (“manifesto”, ἐκ + δῆλος) e περίοπτος (“circunspecto”, περί + ὀπτός). Outra prova adicional de que há composição nesses três exemplos é o recuo do acento tônico para a preposição: de δοῦλος forma-se σύνδουλος (IV, 12). Ressalte-se que o recuo do acento nem sempre ocorre nas composições: περικλυτός (περί e κλυτός, “períinclito”). Por esse motivo, Apolônio sugere chamar as palavras cujo acento não se modificou de formas *parassintéticas* (παρασύνθετα), em vez de *compostas* (IV, 51).

Um bom meio de averiguar a existência de uma aposição é inserir um *artigo prepositivo* entre a *preposição* e o *nome* a que ela está ligada. Na sequência περί στεφάνου, a inserção do artigo genitivo τοῦ confirma tratar-se de uma aposição: περί **τοῦ** στεφάνου (“em torno da coroa”). Nos nomes formados por composição, o artigo só poderia vir antes: **ὁ** περικλυτός (IV, 13). Do ponto de vista posicional, não é possível transformar uma preposição aposta numa preposição composta sem mudança ou prejuízo de sentido. Com base nisso, afirma o autor não ser possível transformar πρὸς Ἀπολλώνιον ἐρχομαι (“vou em direção a Apolônio”) em προσέρχομαι Ἀπολλώνιον (IV, 21).

Apolônio dedica muitos parágrafos do livro IV a refutar os argumentos de Trifão, segundo o qual as *preposições* podem juntar-se aos verbos por aposição. Uma suposta prova disso seriam os verbos que possuem redobro nos tempos do passado, em que uma sílaba adicional seria interposta entre a *preposição* e o *verbo*. Por exemplo, do presente não contrato de καταλαλέω (“caluniar”, κατά + λαλέω) forma-se o perfeito καταλελάληκα, com a inserção da sílaba destacada. No entanto, Apolônio replica o seu antecessor afirmando que os tempos do passado não derivam dos tempos do presente, de forma que a *preposição* seja acrescida a cada tempo de maneira separada. Prova-o a existência de verbos defectivos que só se conjugam no passado (IV, 36-41).

No restante do livro IV, Apolônio discute o modo como as preposições podem relacionar-se a outras partes do discurso. Aos pronomes e aos artigos elas só se juntam em aposição: περί σοῦ (“em torno de ti”), περί τοῦ στεφάνου (“em torno da coroa”) (IV, 51). A outras preposições, em aposição ou composição: παραναγνώσκοντα (“que examina”), παρὰ

ἀναγνώσκοντα¹³⁷ (“ao lado daquele que examina”) (IV, 55). Aos advérbios, apenas composição: περικύκλω (“ao redor”), ὑποκάτω (“debaixo”) (IV, 64). O último parágrafo supérstite do livro IV trata de possíveis sinonímias entre locuções prepositivas e advérbios.

4.4.3.5 Contrastando o Περὶ Συντάξεως com as gramáticas anteriores

Para arrematar esta extensa análise dos quatro livros do Περὶ Συντάξεως, convém contrastá-lo com as demais gramáticas do *corpus* por meio do modelo de *camadas*, em conformidade com a metodologia da pesquisa. Na *camada teórica*, Apolônio adota as oito partes do discurso já fixadas por Dionísio Trácio, sem alterar suas denominações e sem incluir a interjeição, que é uma criação latina. O autor não traz muitas linhas sobre a natureza da língua, dado que tal discussão remete muito mais ao período pré-gramatical, mas, ainda assim, ele deixa transparecer uma visão semelhante à platônica de que as palavras teriam sido meticulosamente talhadas por uma espécie de artífice lexical (II, 22). No que concerne à analogia e ao uso comum, Apolônio ora privilegia um, ora privilegia o outro, dando a entender que sua postura é mais conciliatória, à semelhança de Varrão e de Quintiliano. Na *camada técnica*, o estilo textual constante no Περὶ Συντάξεως se assemelha um pouco mais ao do *De Lingua Latina*, na medida em que os respectivos autores se permitem dissertar mais longamente sobre os temas selecionados, contrastando inclusive os seus argumentos com os argumentos de outros gramáticos. No âmbito terminológico, Apolônio mantém boa parte dos termos já usados por Dionísio Trácio, mas se socorre de termos da Lógica para descrever questões sintáticas insuficientemente exploradas pelos seus antecessores. Na *camada documental*, há muitos exemplos explicativos hipotéticos e trechos tirados do cânone literário, sobretudo dos poemas homéricos, porém Apolônio se diferencia levemente dos demais por fazer breves menções a outros dialetos helênicos e a algumas de suas características. A Gramática, convém lembrar, costuma conceber a língua como objeto unitário. Na *camada contextual-institucional*, o Περὶ Συντάξεως é um dos vários conhecimentos produzidos nos pujantes centros intelectuais de Alexandria, que à época estava sob o domínio de Roma, e não mais dos Ptolomeus. A mudança de senhorio, porém, não foi um óbice ao desenvolvimento da ciência gramatical, que pôde transpor o nível morfológico e adentrar no nível sintático independentemente das turbulências políticas ocorridas no Mediterrâneo Oriental.

¹³⁷ No exemplo *παρὰ ἀναγνώσκοντα*, a aposição parece se dar mais entre a *preposição παρὰ* e o *particípio* subsequente do que entre as *preposições παρὰ* e *ἀνα*.

4.4.4 A terminologia sintática no *Περὶ Συντάξεως*: a *camada técnica*

Como Apolônio Díscolo mantém boa parte da terminologia morfossintática presente em Dionísio Trácio sem fazer grandes alterações, não há necessidade de repeti-las aqui¹³⁸. O foco desta seção incide sobre os termos sintáticos empregados pelo autor em temas pouco explorados pelos seus predecessores alexandrinos. Merecem uma análise mais detida os seguintes tópicos: 1) os usos de σύνταξις; 2) os binômios subjacentes às atuais noções de *sujeito* e *predicado*, além de *sujeito* e *objeto*; 3) o conceito de καταλληλότης e os verbos com o sentido sintático de “concordar”; 5) a transitividade e os verbos com o sentido sintático de “reger”.

4.4.4.1 Os usos de σύνταξις no *Περὶ Συντάξεως*

Rememorando as informações etimológicas exibidas nos capítulos anteriores, σύνταξις (“arranjo”) é substantivo deverbal de συντάσσω (“ligar”, “ordenar”), derivado de τάσσω (“ligar”) por meio do prefixo de contiguidade συν. Muito antes de os gramáticos o empregarem nos seus escritos, o célebre historiador Xenofonte (c. 430-355 a.C.) já o havia empregado para designar os arranjos militares; mais tarde, os cosmólogos passaram a empregá-lo para se referir à organização do mundo. O substantivo σύνταξις começou a ter um uso mais especializado apenas com os estoicos Zenão de Cítio (333-263 a.C.) e Crisipo (c. 280-208 a.C.), que estabeleceram uma espécie paralelo entre a organização do mundo e a organização do discurso (BRITO; FREITAS¹³⁹, 2018, p. 35). Transladado para a ciência gramatical na forma de empréstimo disciplinar, o termo aparece esporádicas vezes com um sentido genérico de “arranjo de palavras” em gramáticas anteriormente estudadas. No *Περὶ Συντάξεως*, ele não só aparece com mais frequência, como também apresenta um sentido especializado um pouco mais próximo ao do seu correspondente etimológico moderno: *syntaxe*.

Logo no primeiro parágrafo do tratado, transcrito no excerto (62), o termo σύνταξις já se faz presente. Revejam-se as primeiras linhas:

(83) - Ἐν ταῖς προεκδοθείσαις ἡμῖν σχολαῖς ἢ περὶ τὰς φωνὰς παράδοσις, καθὼς ἀπήσει καὶ ὁ περὶ αὐτῶν λόγος, κατείλεκται καὶ δε νῦν ῥηθησομένη ἔκδοσις περιέξει τὴν ἐκ τούτων γινομένην **σύνταξιν** εἰς καταλληλότητα τοῦ αὐτοτελοῦς λόγου.

¹³⁸ O leitor que se interessar pelos termos relativos às partes do discurso e aos casos morfológicos em Apolônio Díscolo poderá consultar as tabelas sinópticas nos anexos da tese.

¹³⁹ BRITO, Rodrigo Pinto de; FREITAS, Fernando Adão de Sá. **Syntaxe**: de Xenofonte a Agostinho de Hipona. Revista Ética e Filosofia Política. Número XXI – Volume II – dezembro de 2018. ISSN: 1414-3917 e-ISSN: 2448-2137.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 3, grifos nossos).

*En los estudios que anteriormente hemos hecho públicos, se trató, como la razón de las mismas exigía, la doctrina relativa a las palabra. La exposición presente comprenderá la **construcción** que de ellas se hace con vistas a la coherencia de la oración perfecta;*

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 1, in BOTAS, 1987, p. 73, tradução do autor, grifos nossos).

Botas (1987) traduziu o acusativo σύνταξιν por *construcción*, cujo étimo latino *constructio* é um decalque do original grego: o prefixo *con* denota contiguidade, e o substantivo *structio* significa “disposição”. Noutras palavras, Apolônio Díscolo afirma que a sua obra há de versar sobre as diversas possibilidades de construção sintática na língua grega. É nessa acepção que o autor emprega o termo σύνταξις no título do tratado e numa série de perífrases congêneres: πυσματικὰς συντάξεις (*construções interrogativas*), ὀνομαστικῆς συντάξεως (*construção nominal*), ἀντωνυμικῆς συντάξεως (*construção pronominal*), σύνταξις μετοχικῆ (*construção participial*), κτητικῆ σύνταξις (*construção possessiva*). As perífrases sinônimas ἐνικὴν σύνταξιν (*construção simples*) e ἀπολελυμένη σύνταξις (*construção absoluta*) se referem às orações que possuem apenas um verbo, às quais a Sintaxe Tradicional chama de *orações absolutas*.

O verbo cognato συντάσσω se usa na forma médio-passiva com o sentido sintático de “construir-se”, como no excerto seguinte:

(84) - Ὁ δὴ ἄν σύνδεσμος αὐτὸ μόνον ἐκ τηρήσεως εἴρηται ὡς παρωχημένοις **συντάσσεται...**

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 204, grifos nossos).

*De la conjunción ἄν se ha dicho, basándose meramente en el uso, que se **construye** con tiempos de pasado...*

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, III, 21, in BOTAS, 1987, p. 271, tradução do autor, grifos nossos).

Noutras passagens da obra, o termo σύνταξις não se refere propriamente a um arranjo de palavras, mas ao papel desempenhado pelas partes do discurso numa oração. Com efeito,

comenta o gramático alexandrino no livro II que o *artigo prepositivo*, desacompanhado do nome a que se refere, se converte num pronome devido à mudança de função na frase. Eis o trecho:

(85) - δεόντως δ' ἂν καὶ ἀντωνυμῖαι ῥηθεῖεν κατὰ τοὺς μερισμούς, καθότι καὶ ἄλλα μέρη λόγου, πάλιν μετατεθέντα τῆς ἰδίας **συντάξεως** καὶ ἄλλων ἀναπληρώσαντα τὰς ιδιότητας, πάλιν τῆς τούτων ὀνομασίας ἔτυχεν, ὡς ἔχει ἅπαντα τὰ ὀνοματικὰ ἐπιρρήματα, πυκνά, κάλλιστα, ἤδιστα, ἰδία, δημοσία, τόνῳ, κύκλῳ...

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 204, grifos nossos).

*Y necesariamente [los artículos] habrían de ser llamados pronombres a la hora de asignarlos a una parte de la oración, igual que otras palabras que, transferidas de su propia **función sintáctica** a cumplir las específicas de otras, adoptan, por su parte, la denominación de estas últimas, como sucede con los adverbios de origen nominal πυκνά (a menudo), κάλλιστα (muy bien), ἤδιστα (estupendo), ἰδία (en privado), δημοσία (en público), τόνῳ (intensamente), κύκλῳ (alrededor)...*

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, II, 33, in BOTAS, 1987, p. 109, tradução do autor, grifos nossos).

De fato, não faria sentido traduzir o trecho μετατεθέντα τῆς ἰδίας συντάξεως por “transferidas de sua própria construção sintática” porque o autor não está se referindo a arranjos ou perífrases, mas à possibilidade de algumas partes do discurso se converterem noutras, a depender do modo como sejam empregadas numa frase. Isso explica a opção tradutológica de Botas (1987) em negrito: *función sintáctica*. Contudo, é preciso ter um cuidado historiográfico adicional para não atribuir inadvertida e anacronicamente ao termo destacado a noção hodierna de *função sintática*, pois à época sequer existia um modelo sintático baseado em funções. A tradução de Botas (1987), embora detecte uma leve variação no sentido de σύνταξις, pode induzir leitores incautos ao erro.

4.4.4.2 Os binômios subjacentes às atuais noções de *sujeito, predicado e objeto*

Tema particularmente controverso é a origem do binômio sintático *sujeito-predicado*, que está na base da Sintaxe Tradicional. Há um relativo consenso de que a sua origem remota está nos diálogos de Platão, mais especificamente no *Sofista*, em que o filósofo traz à baila os conceitos de ὄνομα e ῥῆμα, já abordados nos capítulos anteriores. Porém, o cerne da polêmica

está em determinar quando o binômio deixou de ser uma categoria filosófica, lógica ou ontológica e se consolidou como categoria gramatical. Segundo Graffi (2008, p. 52-53), há posições drasticamente distintas a respeito do assunto. Uns preconizam que Prisciano de Cesareia (século VI d.C.), epígono de Apolônio Díscolo, teria sido o primeiro a dar-lhe um tratamento estritamente gramatical; outros preconizam que esse pioneirismo cabe à Gramática de Port-Royal, no século XVII. Situados cronologicamente entre Prisciano e os clérigos de Port-Royal, os gramáticos modistas empregavam um binômio de acepção próxima, o *suppositum-appositum*, para descrever sentenças do tipo nome-verbo, como em *Socrates currit* (“Sócrates corre”)¹⁴⁰. Por fim, há quem negue até hoje que *sujeito* e *predicado* sejam de fato categorias gramaticais.

Ao longo do *Περὶ Συντάξεως*, Apolônio usa os seguintes binômios, de origens distintas: ὄνομα e ῥῆμα; ὑποκείμενον e κατηγορήμα. O ὄνομα (“nome”) e o ῥῆμα (“verbo”), conforme demonstram os excertos (65) e (66), são ora descritos como os elementos essenciais da oração, tal como o fazia Platão de certa maneira, ora como partes do discurso, em consonância com os demais gramáticos alexandrinos (I, 14; I, 16-17). Os termos ὑποκείμενον (“sujeito”) e κατηγορούμενον (“predicado”) são oriundos da Lógica de Aristóteles e, juntos, formam os chamados elementos (ἔροισι) de uma proposição (PEREIRA, 2006, p. 65, nota 6). Numas de suas ocorrências, o termo ὑποκείμενον aparece no excerto (72) quando Apolônio descreve as qualidades próprias de um *sujeito* percebido em potência (II, 41). Reafirmando aqui o que se disse antes, o tal *sujeito* descrito nessa passagem apoloniana tem mais feições ontológicas do que sintáticas. Os termos κατηγορήμα (“atributo”) e σύμβαμα (“asserção”) aparecem, no excerto (82), como sinônimos estoicos para o *predicado*. A influência estoica também se manifesta no *Περὶ Συντάξεως* aquando das classificações das orações, que podem ser *completas* (αὐτοτελεῖς) ou *incompletas* (ἐλλιπῆς). Trata-se do *empréstimo disciplinar* previsto nos *parâmetros clássicos* de Swiggers (2010b, p. 18-19).

As noções de *sujeito* e de *objeto* se expressam ordinariamente por meio da terminologia de caso grega: πτωσίς εὐθεῖα (“caso reto”) e πτωσίς πλάγια (“caso oblíquo”). Além delas, Apolônio também recorre às vezes a alguns binômios de feições semântico-sintáticas, por exemplo: διατιθείς e διατιθέμενον; ἐνεργοῦντα e ἐνεργούμενον; δρῶν e δρώμενον (BOTAS, 1987, p. 40-41). Eis uma de suas ocorrências:

(86) - Ἐκ δὲ τῶν τοιούτων συντάξεων καὶ τὰ ἀμφίβολα γίνεται. γενικῆς μὲν γὰρ συνούσης ἢ δοτικῆς εὐληπτα τὰ τοῦ λόγου ἐστί, λέγουσι Τρύφωνα ἀκούειν

¹⁴⁰ O pensamento modista é descrito nesta tese no capítulo reservado ao gramático Tomás de Erfurt (c. 1300).

Ἀπολλώνιου, ποίησον Τρύφωνα χαρίσασθαι Ἀπολλώνιῳ οὐ μὴν ἐν τῷ δὸς δέ τ' ἔμ' ἄνδρα ἐλεῖν, συνέβη ἐμὲ φιλεῖν Τρύφωνα· προσνεῦον γὰρ τὸ ἀπαρέμφατον ἀμφοτέραις ταῖς αἰτιατικαῖς οὐκ ἐμφανῆ καθίστησι τὸν **ἐνεργοῦντα** καὶ τὸν **ἐνεργούμενον**.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 243, grifos nossos).

*De tales frases puede resultar la ambigüedad: cuando se trata de un genitivo o de un dativo, la oración es fácilmente comprensible: λέγουσι Τρύφωνα ἀκούειν Ἀπολλώνιου (dicen que Trifón escucha de Apolonio), ποίησον Τρύφωνα χαρίσασθαι Ἀπολλώνιῳ (haz que Trifón haga el favor a Apolonio); pero no lo son: δὸς δέ τ' ἔμ' ἄνδρα ἐλεῖν (concedeme poder matar al hombre), συνέβη ἐμὲ φιλεῖν Τρύφωνα (sucedió que yo amaba a Trifón o que Trifón me amaba a mí), pues al poder aplicarse el infinitivo a uno u otro de los acusativos, no resulta evidente el **sujeto de la acción** ni el **objeto de la misma**.*

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, II, 85, in BOTAS, 1987, p. 308, tradução do autor, grifos nossos).

No excerto (86), Apolônio comenta a ambiguidade presente no verso homérico δὸς δέ τ' ἔμ' ἄνδρα ἐλεῖν¹⁴¹, que se pode interpretar de duas maneiras: *concede-me o poder de matar o homem* ou *concede ao homem o poder de matar-me*. A oração infinitiva está ambígua porque não é possível identificar quem é o sujeito e quem é o objeto, pois ambos estão no acusativo: ἐμέ (“me”) e ἄνδρα (“homem”). Os termos empregados, ἐνεργοῦντα e ἐνεργούμενον, são respectivamente os participios presentes ativo e passivo do verbo ἐνεργέω (“agir”), de forma que se possa traduzi-los por “agente” e “paciente”. Ao falar num ser agente e num ser paciente não identificáveis no contexto frasal, Apolônio Díscolo está enfatizando justamente aspectos semântico-sintáticos aludidos por Botas (1987, p. 40-41). Os outros dois binômios para *sujeto* e *objeto* têm feições bem parelhas: διατιθείς e διατιθέμενον são participios presentes de διατίθεμι (“dirigir”, “conduzir”); δρῶν e δρώμενον são participios presentes de δράω (“agir”, “fazer”). Em suma, todas essas observações vão ao encontro desta assertiva de Robbins:

Esses desenvolvimentos [de Apolônio] prenunciam o aparecimento das ideias de sujeito e objeto e o de outros conceitos posteriores, como regência

¹⁴¹ (ε, 118).

(recção) e dependência. Tais conceitos, todavia, não parecem ter sido parte do equipamento descritivo de Apolônio. (ROBBINS, 1967:1983, p. 30).

Quando Robbins supõe que os referidos conceitos não compõem o equipamento descritivo de Apolônio, ele ratifica a afirmação de Botas (1987, p. 28) de que o gramático alexandrino não dispunha à época de um aparato terminológico suficientemente robusto para descrever todos os fenômenos observados¹⁴². Os vários binômios subjacentes às hodiernas noções de *sujeito* e *objeto* são provas adicionais da incipiência dos estudos sintáticos no século II d.C.

4.4.4.3 O conceito de καταλληλότης e os verbos com o sentido sintático de “concordar”

Um dos conceitos-chave para entender o Περὶ Συντάξεως aparece logo no parágrafo inicial do tratado: καταλληλότης, que Botas (1987, p. 73, nota 3) traduz por *coherencia* em castelhano e define como “*la ordenación de las partes recíprocamente concordante y coherente como ley sintáctica básica*”. Robbins, por seu turno, relaciona o conceito grego ao moderno conceito de *concordância*:

Ele [Apolônio] dedica muita atenção às relações de concordância (*katallelótēs, akolouthiā*) que existem, por exemplo, quanto ao número e pessoa, entre a forma finita do verbo e o caso nominativo dos nomes e pronomes; não se preocupa, porém, com as relações entre o verbo e os casos oblíquos da palavra. (ROBBINS, 1967:1983, p. 30, grifos nossos).

A amplitude do conceito de καταλληλότης (“coerência”) é discutível. Estaria ele restrito às relações de concordância ou também se espraiaria pelas relações sintáticas de regência e colocação? A seguinte passagem apoloniana dá algumas pistas:

(87) - Ὁμόλογον δ’ ὅτι καὶ τὰ **συνεμπεσόντα** ἢ κατὰ γένος ἢ πτώσιν ἢ πρόσωπον ἢ τι τῶν δυναμένων τὴν ταυτότητα ἀπενέγκασθαι κατὰ φωνὴν ἀποστήσεται τῆς τοῦ **ἀκαταλλήλου** κακίας.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 208, grifos nossos).

*Es cosa admitida por todos que, cuando hay **congruencia** en género, caso, persona o cualquier otra categoría susceptible de admitir identificación con otra en cuanto a sus formas, queda excluido el vicio de **incoherencia**.*

¹⁴² “Si bien algo que se constata una y otra vez en nuestro autor es que, efectivamente, en él era más grande el corazón que la espada, es decir, su inteligencia mayor que sus medios, de donde su pugna continua para expresar lo que, por falta de los conceptos y términos adecuados, no puede hacer.” (BOTAS, 1987, p. 28).

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, III, 27, in BOTAS, 1987, p. 275, tradução do autor, grifos nossos).

Se a congruência (συνεμπεσόντα) em gênero, caso e pessoa rechaça o vício da incoerência (ἀκαταλλήλου), as assertivas de Robbins (1967:1983) estão, a princípio, corretas. O conceito de καταλληλότης (“coerência”) de fato remete às relações de concordância, que consistem justamente na identidade formal entre os elementos da frase, como bem destaca o próprio Apolônio. Porém, quando o autor aponta incoerência sintática na frase ἡμᾶς ὑβρίζομεν, pelo fato de não se ter usado a forma reflexiva como em ἑαυτοῦς ὑβρίζομεν (“ofendemos a nós mesmos”) (III, 5), ou quando ele aponta incoerência sintática no mau uso dos pronomes enclíticos, percebe-se que o conceito de καταλληλότης (“coerência”) não se restringe à concordância. Além de lhe ter escapado a verdadeira amplitude desse conceito-chave, Robbins (1967:1983, p. 30) comete falha grave ao dizer que o gramático alexandrino “não se preocupa, porém, com as relações entre o verbo e os casos oblíquos da palavra”. Apolônio, na verdade, reserva mais de vinte parágrafos do livro III a discutir que casos oblíquos devem ou podem tomar os verbos, com base nas suas especificidades semânticas.

Para expressar a noção de *concordância*, o autor usa o citado conceito de καταλληλότης, mas para o verbo *concordar* ele usa inúmeros verbos gregos, geralmente de campos semânticos próximos: συνέρχομαι (“ir junto”), συντρέχω (“correr junto”), συνκλίνω (“inclinare junto”), προσχωρέω (“juntar-se a”), παραλαμβάνω (“tomar para si”), κοινωνέω (“compartilhar”). Eis uma de suas ocorrências:

(88) - ἀλλ' ὅτι ὀφείλει καὶ ἐν ἀκολουθίᾳ εἶναι, δῆλον ἐκ τοῦ ἐνηρτῆσθαι αὐτὸ τοῖς κατὰ ἀκολουθίαν πτωτικοῖς, καὶ ἔνεκα τούτου **συνελεύσεται** τῇ τούτων ἀκολουθίᾳ κλίσει...

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 47, grifos nossos).

*Y que estaba obligado a seguirla se hace evidente por el hecho de que vaya coarticulado con formas flexivas igualmente analógicas, y debido a ello **podrá concordar** con la flexión analógica de aquéllas...*

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 76, in BOTAS, 1987, p. 115, tradução do autor, grifos nossos).

A forma finita em negrito *συνελεύσεται* é a terceira pessoa do singular do futuro de *συνέρχομαι* (“ir junto”). A ideia geral dos verbos empregados com o sentido sintático de “concordar” é a mesma: ir para o mesmo lugar, juntar-se a algo, aproximar-se de alguma coisa. Boa parte deles traz o prefixo de contiguidade *συν*.

No trecho seguinte, Apolônio expressa a ideia de *concordar* de maneira um pouco distinta:

(89) - οὔτε γὰρ ἀριθμοῦ ἀνθυπαλλαγῆ οὔτε ἄλλου του, ὃ δύναται διελέγξει τὸ ῥῆμα μὴ **σμπληθυνόμενον ἢ συγχρονούμενον ἢ συνδιατιθέμενον**.

(Apolônio Díscolo, *Περὶ Συντάξεως*, in BEKKER, 1817, p. 204-205, grifos nossos).

*Pues, al no poder alterar el número u otro accidente cualquiera, no puede replicarse que el verbo no **concuerta en número, en tiempo o en voz**.*

(Apolônio Díscolo, *Περὶ Συντάξεως*, III, 21, in BOTAS, 1987, p. 272, tradução do autor, grifos nossos).

Para expressar a ideia de *concordar em número, em tempo ou em voz*, Apolônio recorre a três participios presentes médio-passivos: *σμπληθυνόμενον*, *συγχρονούμενον* e *συνδιατιθέμενον*, todos com o mesmo prefixo de contiguidade *συν*. Em cada um desses participios, há uma raiz bem visível: *σμπληθυνόμενον* deriva de *πλῆθος* (“número”); *συγχρονούμενον* deriva de *χρόνος* (“tempo”); *συνδιατιθέμενον* deriva de *διάθεσις* (“voz”). A variedade de termos verbais com o sentido sintático de “concordar” outra vez reforça o argumento de que a terminologia sintática ainda estava em formação.

4.4.4.4 A transitividade e os verbos com o sentido sintático de “reger”

No excerto (69), Apolônio (I, 143) usa o termo *μεταβάσει* (dativo singular de *μετάβασις*, “transitividade”), que é substantivo deverbal de *μεταβαίνω* (“atravessar”): *ὃς ἀνέγνω κὰν ἐν μεταβάσει γένηται τὰ τοῦ ῥήματος, λέγω ἐν ἐτέρῳ προσώπῳ* (“e assim mesmo, se se trata de um verbo **transitivo**, digo, se a ação passa a outra pessoa”). Metaforicamente falando, um verbo dito *transitivo* é aquele cujo sentido **transita** ou **passa** para os seus os complementos, aos quais o autor chama de *συνόντα* (“acompanhantes”) (II, 149). Tal conceito apoloniano encontra ressonância nas *Institutiones Grammaticae*, de

Prisciano de Cesareia, descritas noutro capítulo desta tese. Por sua vez, os verbos que não exigem complemento se caracterizam por ἀδιαβίβαστον (“intransitividade”).

Os verbos empregados no tratado com o sentido sintático de “reger” não possuem um valor terminológico nítido. Ao contrário, eles aparentam ser apenas termos genéricos. Em português, *reger* significa genericamente “reinar”, “exercer o papel de um rei”, donde, por metáfora, vem a ideia de que um verbo está numa posição hierárquica superior à posição do seu complemento, como se fosse em rei perante os seus subordinados. Porém, esse uso técnico e metafórico de *reger* data da Baixa Idade Média e do Renascimento (COLOMBAT, 2017, p. 131-132). Na verdade, os verbos que Apolônio usa para expressar tal relação não parecem ser teórica ou tecnicamente marcados: ἀπαιτέω (“exigir”), ἐπιζητέω (“requerer”, “sentir a falta de”), ἐπαρτάω (“suspender”) e φέρομαι ἐπί (“lançar-se sobre”). Abaixo um exemplo:

(90) - (...) ὀπηνίκα καὶ τὰ ἐγκείμενα ῥήματα ἐπ’ αἰτιατικὰς φέρεται, οἷον τὸ ἀναγκάσαι, τὸ ποιῆσαι, τὰ ὅμοια· φέρεται γὰρ ἐπ’ αἰτιατικῆν. ἀλλὰ καὶ τὸ ἐλεῖν, ὑβρίσαι, τὰ τούτοις ὅμοια.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 242, grifos nossos).

(...) cuando el verbo principal **rige** acusativo, por ejemplo, ἀναγκάσαι (obligar), ποιῆσαι (hacer) y similares, pues tales verbos **rigen** un acusativo lo mismo que los infinitivos dependientes, como ἐλεῖν (coger), ὑβρίσαι (ofender), y otros semejantes a éstos.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, III, 84, in BOTAS, 1987, p. 308, tradução do autor, grifos nossos).

De forma mais literal, o trecho τὰ ἐγκείμενα ῥήματα ἐπ’ αἰτιατικὰς φέρεται se traduziria assim: *os verbos principais se lançam sobre [os] acusativos*. Botas (1987, p. 308), porém, deve ter preferido utilizar uma metalinguagem gramatical mais familiar aos leitores da língua castelhana e traduziu φέρεται ἐπί por *reger*. A escolha tradutológica do exegeta espanhol é compreensível, mas obscurece o sentido metafórico original que Apolônio deu ao verbo φέρομαι (“lançar-se”). Chama a atenção mais uma vez o uso de nomes ou verbos denotativos de movimento para indicar processos sintáticos.

4.5 Élio Donato

4.5.1 Da fase áurea do Império Romano às crises dos séculos III e IV

No século II d.C., Roma chegou ao seu apogeu sob a gestão dos imperadores da Dinastia Nerva-Antonina, que se estendeu desde a ascensão de Nerva em 96 d.C. até a morte de Cômodo em 192 d.C. Nesse ínterim, o imperador Trajano (r. 98-117 d.C.) conduziu campanhas militares bem-sucedidas na Dácia entre os anos 101 e 106 d.C. e anexou significativas porções de terra à margem esquerda do Rio Danúbio, onde tempos depois viria a florescer mais um reduto da latinidade: a língua romena. Mais tarde, entre 114 e 117 d.C., ele conduziu campanhas malogradas contra os partas na Mesopotâmia e no atual Irã (BEARD, 2017, p. 474-475). Não obstante esses reveses, o Império Romano chegara, enfim, à sua máxima extensão, conforme ilustra a figura abaixo:

Figura 9 - O Império Romano ao fim principado de Trajano



https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_Romano#/media/Ficheiro:Roman_Empire_Trajan_117AD.png

Após a morte de Trajano em 117 d.C., ascendeu ao poder o imperador Adriano (r. 117-138 d.C.), cujas ambições mais comedidas o fizeram abandonar as terras orientais parcialmente anexadas pelo seu antecessor e reforçar as extensas fronteiras romanas contra possíveis invasores. Símbolo dessa reorientação política é a famosa Muralha de Adriano, construída na década de 120 d.C. na Bretanha, perto de onde hoje fica a fronteira entre a Inglaterra e a Escócia. Os seus sucessores, Antonino Pio (138-161 d.C.), Lúcio Vero¹⁴³ (r. 161-169 d.C.) e Marco Aurélio (r. 161-180 d.C.), também compreenderam a necessidade

¹⁴³ Lúcio Vero governou junto com Marco Aurélio de 161 a 169 d.C.

premente de proteger as regiões fronteiriças e de apaziguar revoltas provinciais, no lugar de empreender custosas conquistas militares em regiões cada vez mais recônditas. Durante a sua estada na turbulenta região da Germânia, Marco Aurélio redigiu as suas *Meditações* (em grego: Τὰ εἰς ἑαυτόν, isto é, “[pensamentos] para si mesmo”), uma obra prima do pensamento estoico que o fez merecedor da alcunha de Imperador Filósofo. A sua morte em 180 d.C. e a ascensão do seu instável filho Cômodo (161 - 192 d.C.) deram início ao declínio do Império Romano (SEABRA FILHO, 2015, p. 21-23; CORNELL; MATTHEWS¹⁴⁴, 2008, p. 103). Para além das conquistas territoriais de Trajano e da relativa estabilidade política trazida pelos seus sucessores, o esplendor dessa fase áurea também se manifesta em obras literárias, históricas e filosóficas coevas, de que são exemplo as *Sátiras*, de Juvenal (c. 60-130 d.C.), as *Metamorfoses*, de Apuleio (c. 125-170 d.C.), os *Anais*, de Tácito (c. 56-120 d.C.), as *Vidas dos doze Césares*, de Suetônio (c. 69-141 d.C.), e as *Noites Áticas*, de Aulo Gélcio (c. 125-180 d.C.).

Contrastando com a prosperidade política, econômica e cultural do século II d.C., o século III ficou marcado por sucessivas crises no Estado Romano. Após o assassinato de Cômodo em 192 d.C., houve uma breve guerra civil semelhante àquela ocorrida ao fim da Dinastia Júlio-Claudiana, em 68 d.C. O desfecho do conflito se deu em 193 d.C. com a ascensão do senador e bem-sucedido general Septímio Severo (r. 193-211 d.C.), o primeiro imperador da Dinastia dos Severos, cujos filhos Geta (189-211 d.C.) e Caracala (r. 211-217 d.C.) viriam a sucedê-lo nos anos seguintes. Não obstante os pedidos paternos de que os filhos se mantivessem unidos, o cruel Caracala ordenou o assassinato do seu irmão mais novo e passou a governar sozinho. Durante a sua gestão, instituiu o famoso *Édito de Caracala*, com o intuito de conceder cidadania romana a todos os indivíduos livres residentes no Império e impor-lhes pesadas tributações, e, ao mesmo tempo, fortaleceu seus vínculos com exército por meio da concessão de privilégios¹⁴⁵. Em 217 d.C., durante uma campanha no Oriente, foi assassinado a mando do seu prefeito pretoriano Macrino, que o sucedeu por poucos anos. A Dinastia dos Severos chegou ao fim após os breves reinados do excêntrico Heliogábalo (r. 218-222 d.C.) e do débil Alexandre Severo (222-235 d.C.), também assassinados (CORNELL; MATTHEWS, 2008, p. 105-106).

Paralelamente ao período de anarquia e desordem em que Império Romano mergulhou nas décadas seguintes, devido à constante acefalia e à gestão perdulária, sobreveio mais um

¹⁴⁴ CORNELL, Tim; MATTHEWS, John. **A Civilização Romana**. Tradução de Carlos Nougé, Michel Teixeira e Maria Júlia Braga. Barcelona: Ediciones Folio, 2008.

¹⁴⁵ A Caracala também se deve o massacre perpetrado em Alexandria, conforme o exposto anteriormente.

fator de crise: o crescimento do Cristianismo, cujos adeptos se recusavam a prestar culto aos imperadores. Embora o lançamento dos cristãos às feras no principado de Nero seja retratado como um símbolo da perseguição religiosa perpetrada pelos romanos, na verdade, tal perseguição só se tornou uma política de estado sistemática em meados do século III, nos reinados de Décio (r. 249-251 d.C.) e de Valeriano (r. 253-260 d.C.) (BEARD, 2017, p. 507; GUARINELLO, 2019, p. 160). Apesar das hostilidades estatais, o Cristianismo conseguiu prosperar noutras regiões mais afastadas de Roma, a exemplo da África, onde nasceram figuras proeminentes da Cristandade: Tertuliano (c. 160-220 d.C.), Cipriano de Cartago (c. 200-258 d.C.), Lactâncio (c. 240-320 d.C.) e Agostinho de Hipona (354-430 d.C.).

Mais tarde, Diocleciano (r. 284-305 d.C.) perpetró novas perseguições religiosas e, na tentativa de mitigar as violentas crises, concedeu em 286 d.C. o título de César a Maximiano, que passaria a governar a parte ocidental do Império, enquanto ele, Diocleciano, poderia concentrar-se nas campanhas orientais. Poucos anos depois, ele concedeu o mesmo título a outros dois oficiais ilírios – Galério e Constâncio –, com os quais passou a formar uma tetrarquia em 293 d.C. O novo modelo administrativo obteve sucessos consideráveis, na medida em que os tetrarcas não só deram um alívio temporário às tensões recorrentes no poder central, como também sufocaram revoltas nos territórios sob as respectivas jurisdições. Além disso, eles instituíram reformas monetárias para conter a inflação e deixaram aos seus sucessores uma moeda mais estável (CORNELL; MATTHEWS, 2008, p. 171-172).

O sucesso temporário da tetrarquia se esvaneceu quando novos postulantes aos cargos passaram a desejar o poder para si. Sem qualquer surpresa, novas guerras civis abalariam Roma, e delas saiu vencedor Constantino, o Grande (r. 306-337 d.C.), que derrotou o rival Magêncio (r. 306-312 d.C.) na fatídica Batalha da Ponte Mílvia em 312 d.C., tornando-se imperador único. Dentre os atos administrativos de Constantino, dois se destacam: o *Édito de Milão*, que retirou o Cristianismo da ilegalidade em 313 d.C., e a transferência da capital do Império para Constantinopla em 330 d.C. A sua morte foi um dos últimos suspiros de opulência do Império Romano, que se cindiu em definitivo nas partes ocidental e oriental após os breves reinados de Juliano, o Apóstata (r. 361-363 d.C.), e Joviano (r. 363-364 d.C.) (CORNELL; MATTHEWS, 2008, p. 188-191). Foi nesse período de decadência política que viveu e lecionou o gramático Élio Donato (c. 310-380 d.C.). O caos administrativo não extinguiu o prestígio dos professores de Gramática, que ainda eram indispensáveis para a formação dos homens públicos, nem fez cessar a produção gramatical no orbe romano.

4.5.2 Élio Donato, a *Ars Minor* e a *Ars Maior*

De maneira muito sucinta, Dezotti (2011, p. 13) define Élio Donato (c. 310-380 d.C.) como um ilustre desconhecido. Com efeito, a escassez de informações biográficas a seu respeito contrasta com o prestígio multissecular da sua produção gramatical, que perpassou a Idade Média e inspirou a elaboração massiva de gramáticas vernáculas no Renascimento. Sabe-se tão somente que ele participou da vida pública no decorrer do século IV d.C. e que ocupou uma das cadeiras municipais de professor de Gramática – cargo semelhante àquele outrora ocupado por Quintiliano na Dinastia Flaviana. O seu mais conhecido discípulo, Jerônimo de Estridão (c. 342-420 d.C.), tradutor da Bíblia e santo pelas Igrejas Católica, Ortodoxa, Luterana e Anglicana, dá estas informações adicionais: em 354 d.C., Donato recebeu honrarias públicas em reconhecimento ao seu trabalho pedagógico e, em 363 a.C., conduzia o curso de Gramática frequentado pelo próprio Jerônimo. Devem ter sido seus contemporâneos outros três gramáticos: Diomedes, Flávio Sosípatro Carísio e Mário Vitorino, todos do século IV d.C. A *Ars Minor* e a *Ars Maior* devem datar da década de 350 d.C. e pertencem ao mesmo gênero textual da Τέχνη Γραμματικῆ, de Dionísio Trácio, qual seja, o gênero τέχνη (em latim *ars*), que consiste numa exposição metódica dos conhecimentos disponíveis numa dada área do saber (COLOMBAT, 2017, p. 136).

A *Ars Minor* (“Arte Menor”) é um tratado propedêutico sobre as oito partes do discurso, dispostas nesta ordem: *nome, pronome, verbo, advérbio, participio, conjunção, preposição e interjeição*. De maneira concisa e esquemática, Donato fornece o termo gramatical, a sua definição segundo critérios semânticos, morfológicos ou sintáticos, as suas subdivisões segundo os acidentes próprios de cada classe e os exemplos explicativos. Uma característica notável da metalinguagem da *Ars Minor* é o método de pergunta e resposta por meio do qual o autor busca interagir com os leitores neófitos: *nomen quid est? pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterue significans* (“Nome é o quê? É a parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia de modo comum ou próprio”) (DEZOTTI, 2011, p. 108).

A *Ars Maior* (“Arte Maior”) se divide em três partes. A primeira visa a instruir os discentes a lerem com a pronúncia e a cadência corretas, ao longo de seis capítulos sobre os seguintes temas: voz, letra, sílaba, pé métrico, acento e pontuação. A segunda parte é um tratado mais aprofundado sobre as partes do discurso, dispostas na mesma ordem da *Ars Minor*: *nome, pronome, verbo, advérbio, participio, conjunção, preposição e interjeição*. Nela Donato discorre um pouco mais detidamente sobre cada classe, fornecendo mais

exemplos explicativos e trazendo o mais das vezes exceções e irregularidades. A terceira e última parte é um tratado sobre os vícios de linguagem (*barbarismo, solecismo* e outros) e sobre as virtudes (*metaplasmos, figuras e tropos*). A intenção do autor, para além de apontar os erros gramaticais mais corriqueiros, é mostrar que os recursos literários não devem ser inadvertidamente transladados para a linguagem prosaica, sob pena de o aprendiz também incorrer em desvios de norma.

Holtz (1981, p.4) faz uma representação esquemática da metodologia de Donato, na figura abaixo:

Figura 10 - A metodologia de Donato

- definição geral
- enumeração de categorias de análise (“acidentes”)
 - exposição da primeira categoria, contendo:
 - definição da categoria (raramente)
 - enumeração de subcategorias (sempre)
 - exposição da primeira subcategoria, contendo:
 - definição da subcategoria (raramente)
 - um ou mais exemplos (quase sempre)
 - exposição da segunda subcategoria...
- exposição da segunda categoria...

Fonte: Holtz (1981, p. 4, *apud* FORTES; MOURA, 2016, p. 30).

O esquema acima se baseia numa relação de hiperonímia e hiponímia. No topo, há a definição de uma parte do discurso qualquer e, logo abaixo, os acidentes em que ela pode se transmutar (*e.g.* caso, gênero, número, tempo, modo). Cada parte do discurso pode ter subclassificações em função do acidente estudado. Quanto ao gênero, um nome pode ser masculino, feminino ou neutro, mas, quanto ao número, ele só pode ser singular ou plural. Tais subclassificações relativas aos acidentes são justamente as subcategorias referidas no esquema. Em seguida, o gramático enumera os exemplos explicativos.

Essa exposição fácil e esquemática dos fatos de língua garantiu à obra a sua propagação através dos tempos. Ainda na Antiguidade Tardia, ela foi comentada pelos gramáticos Sérvio e Pompeio, no século V d.C. Na Alta Idade Média, foi citada por Prisciano de Cesareia e depois adaptada a um contexto cristão pelo arcebispo Isidoro de Sevilha, no século VI (DEZOTTI, 2011, p. 13). No Renascimento, ela se tornou a pedra angular sobre a qual repousariam as primeiras gramáticas vernáculas ou, como afirma Colombat (2017, p. 136), ela seria o ateliê onde várias obras congêneres seriam produzidas. Até o início do século XV, havia ao menos onze edições conhecidas da *Ars Donati*, completas ou parciais, e, mais

tarde, vieram a lume as edições de Van Putschen (1605), Heinrich Keil (1855) e Louis Holtz (1981), sendo esta última a mais completa e por isso a escolhida para esta pesquisa (FORTES; MOURA, 2016, p. 27). A tradução portuguesa respectiva se chama *Arte menor e Arte maior de Donato: tradução, anotação e estudo introdutório* e tem a autoria de Lucas Dezotti (2011)¹⁴⁶.

4.5.3 A análise da *Ars Minor* e da *Ars Maior*

4.5.3.1 A *Ars Minor*

Na frase de abertura do tratado, Donato questiona aos alunos quantas são as partes do discurso (ou partes da oração) e as enumera logo na sequência, conforme o seu tradicional método de pergunta e resposta:

(91) - *partes orationis quot sunt? octo. quae? nomen, pronomen, uerbum, aduerbium, participium, coniunctio, praepositio, interiectio.*

(Donato, *Ars Minor*, in HOLTZ, 1981, p. 585, grifos nossos).

As **partes da oração** são quantas? Oito. Quais? Nome, pronome, verbo, advérbio, participípio, conjunção, preposição, interjeição.

(Donato, *Ars Minor*, in DEZOTTI, 2011, p. 108, tradução do autor, grifos nossos).

Esse modelo de oito partes do discurso predominou em praticamente toda a gramaticografia latina, com eventuais variações. A ordem em que estão dispostas as partes do discurso no excerto (91) é a ordem seguida na *Ars Minor* e na *Ars Maior*, no que Donato difere de Dionísio Trácio, pois, enquanto o gramático alexandrino aborda primeiro as duas classes essenciais, *nome* e *verbo*, o gramático latino opta por começar o seu tratado pelo *nome* e pelo *pronome*, que compartilham vários acidentes gramaticais.

Em seguida, Donato exhibe a definição de *nome*:

(92) - *nomen quid est? pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterue significans.*

(Donato, *Ars Minor*, in HOLTZ, 1981, p. 585, grifos nossos).

¹⁴⁶ As versões latina e portuguesa encontram-se disponíveis neste site: <http://letrasclassicas.com.br/arte-de-donato-traducao-alinhada/> (acesso em janeiro de 2021).

Nome é o quê? É a parte da oração **com caso** que significa um **corpo** ou uma **ideia** de modo comum ou próprio.

(Donato, *Ars Minor*, in DEZOTTI, 2011, p. 108, tradução do autor, grifos nossos).

A definição acima reúne critérios morfológicos e semânticos. Pelo critério morfológico, o *nome* é uma classe provida de casos; pelo critério semântico, ele designa entidades corpóreas (corpos) ou incorpóreas (ideias). A dita oposição entre o comum e o próprio, ao fim do excerto, remete àquela antiga oposição estoica entre o *nome comum* (προσηγορία) e o *nome próprio* (ὄνομα), que, para muitos pensadores antigos, compunham classes distintas; porém, entre os gramáticos, semelhante visão não obteve muitos adeptos. Segundo Dezotti (2011, p. 74), a definição perfeita “é aquela que separa a coisa de outras semelhantes e expõe algo que lhe é próprio”. É justamente o que se vê na passagem transcrita. Donato cita uma característica comum ao *nome* e a outras classes (a morfologia de caso) e depois o individualiza ao citar suas características semânticas (significar *corpo* ou *ideia*).

Após as definições de cada parte do discurso, o autor enumera os respectivos acidentes gramaticais:

(93) - *nomini quot accidunt? sex. quae? qualitas, comparatio, genus, numerus, figura, casus.*

(Donato, *Ars Minor*, in HOLTZ, 1981, p. 585, grifos nossos).

O nome tem quantos acidentes? Seis. Quais? Qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso.

(Donato, *Ars Minor*, in DEZOTTI, 2011, p. 108, tradução do autor, grifos nossos).

No trecho grifado, Dezotti (2011, p. 108) faz uma pequena adaptação tradutológica. Com efeito, a frase latina *nomini quot accidunt?* se traduziria mais literalmente desta forma: *quantas coisas incidem no nome?* Cômescio de que tal tradução obscureceria o sentido do texto, Dezotti opta por verter o trecho de maneira mais inteligível aos leitores lusófonos: *O nome tem quantos acidentes?*

Quanto à qualidade, os *nomes* podem ser *próprios* ou *apelativos*. Os primeiros de referem a entidades individualizadas, os segundos se referem a denominações ou qualidades

comuns, ou seja, também incluem os adjetivos. Quanto à comparação, há três graus: positivo (*doctus*, “douto”), comparativo (*doctius*, “mais douto”) e superlativo (*doctissimus*, “doutíssimo”). Quanto ao gênero, podem ser masculinos (*hic magister*, “este mestre”), femininos (*haec Musa*, “esta musa”) ou neutros (*hoc scamnum*, “este banco”). Quanto ao número, podem ser singulares (*hic magister*, “este mestre”) ou plurais (*hi magistri*, “estes mestres”). Devido à ausência dos artigos definidos em latim, os gramáticos latinos recorriam aos pronomes demonstrativos para especificar o gênero e o número do nome. Quanto à figura, podem ser simples (*decens*, “decente”; *potens*, “potente”) ou compostos (*indecens*, “indecente”; *inpotens*, “impotente”)¹⁴⁷. Quanto ao caso, podem ser nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo ou ablativo.

Descritos e exemplificados os acidentes nominais, Donato declina na sua inteireza os sintagmas *hic magister*, *haec Musa* e *hoc scamnum* para que os alunos o memorizem.

Abaixo, a definição de *pronome*:

(94) - *pronomen quid est? pars orationis, quae pro nomine posita tantundem paene significat personamque interdum recipit.*

(Donato, *Ars Minor*, in HOLTZ, 1981, p. 588, grifos nossos).

Pronome é o quê? É a parte da oração que, **empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo** e às vezes traz a pessoa.

(Donato, *Ars Minor*, in DEZOTTI, 2011, p. 111, tradução do autor, grifos nossos).

O primeiro critério classificatório presente na definição de *pronome* é o sintático. É a parte do discurso empregada para substituir o nome, conforme sugere a própria etimologia do termo: *pro* (“no lugar de”) e *nomen* (“nome”). Em seguida, por critérios semânticos, diz-se que o *pronome* significa quase o mesmo e que, por critérios morfológicos, às vezes traz a pessoa (FORTES; MOURA, 2016, p. 38) – no que Donato difere parcialmente de Dionísio Trácio, para o qual o *pronome* sempre indica pessoas definidas¹⁴⁸. Segundo Dezotti (2011, p. 77), o *nome* é uma elocução plena, enquanto o *pronome* é uma elocução semiplena, cuja compreensão depende em parte do significado do *nome* substituído.

¹⁴⁷ Pelos critérios atuais de formação de palavras, *indecens* e *inpotens* são casos de prefixação, e não de composição.

¹⁴⁸ “O pronome é uma dicção empregada no lugar do nome, **indicando pessoas definidas**. Para o pronome há seis acidentes: pessoa, gênero, número, caso, esquema, espécie.” (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2547, tradução do autor, grifos nossos).

O *pronome* possui quase os mesmos acidentes do *nome*: qualidade, gênero, número, figura, pessoa e caso. Quanto à qualidade, os pronomes podem ser *definidos* se indicarem pessoas (*ego*, “eu”; *tu*, “tu”) ou *indefinidos* se não as indicarem (*quis*, “que” ou “quem”). Quanto ao gênero, podem ser masculinos, femininos ou neutros (*quis*, *quae*, *quod*, “que” ou “quem”), porém há *pronomes* que não distinguem gênero: *ego* e *tu*. Quanto ao número, podem ser singulares (*hic*, “este”) ou plurais (*hi*, “estes”). Quanto à figura, podem ser simples (*quis*, “quem”) ou compostos (*quisquis*, “quem quer que”). Quanto à pessoa, podem ser de primeira (*ego*, “eu”), de segunda (*tu*, “tu”) ou de terceira (*ille*, “ele” ou “aquele”). Quanto aos casos, podem ser nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo ou ablativo, assim como os nomes. À primeira vista, parece ter escapado ao autor que os pronomes pessoais e os demonstrativos não possuem um vocativo propriamente. Todavia, logo na sequência, ele declina os pronomes *ego*, *tu* e *ille* sem apresentar qual seria a sua forma vocativa¹⁴⁹. Mais adiante, ele declina os possessivos e tampouco indica essa flexão casual.

Findas as declinações dos *pronomes*, vem a definição de *verbo*:

(95) - *uerbum quid est? pars orationis cum tempore et persona sine casu aut agere aliquid aut pati aut neutrum significans.*

(Donato, *Ars Minor*, in HOLTZ, 1981, p. 591, grifos nossos).

Verbo é o quê? É a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois.

(Donato, *Ars Minor*, in DEZOTTI, 2011, p. 116, tradução do autor, grifos nossos).

Outra vez Donato põe em primeiro plano as características morfológicas e, em seguida, as semânticas. O verbo possui marcas de tempo e pessoa, mas não possui as de caso, no que ele se difere do *particípio*. Embora o autor não tenha mencionado na definição, o verbo também traz marca de número, como bem lembra a definição dionisíaca¹⁵⁰. A descrição semântica remete ao papel agentivo ou passivo expresso na ação verbal ou mesmo à inexistência dessa ação, a exemplo dos verbos designativos de estado.

¹⁴⁹ Apolônio Díscolo, convém lembrar, já havia rechaçado categoricamente a assunção de que *σύ* (“tu”) era um vocativo.

¹⁵⁰ “Verbo é dicção sem caso, capaz de indicar tempo, pessoa e número, exprimindo o ativo ou o passivo. Há oito acidentes para o verbo: modo, disposição, espécie, esquema, **número**, pessoa, tempo, conjugação.” (Dionísio Trácio, *Τέχνη Γραμματική*, in OLIVEIRA, 2011, p. 2545, tradução do autor, grifos nossos).

O verbo possui sete acidentes: qualidade, conjugação, gênero, número, figura, tempo e pessoa. Quanto à qualidade, os verbos podem ter modos e formas. Os modos são: indicativo (*lego*, “leio”), imperativo (*lege*, “lê”), optativo (*utinam legerem*, “quem dera se eu lesse”), conjuntivo (*cum legam*, “desde que eu leia”), infinitivo (*legere*, “ler”) e impessoal (*legitur*, “lê-se”). Se, por um lado, a classificação moderna dos modos verbais se baseia sobremaneira em critérios morfológicos, a classificação de Donato mescla critérios morfológicos e semânticos. Do ponto de vista formal, *legitur* é o indicativo presente de terceira pessoa na voz passiva, a que o autor, baseando-se no uso impessoal dessa flexão finita, atribui o *status* de modo impessoal. À semelhança dos gramáticos gregos, Donato também classifica o infinitivo entre os modos verbais. As ditas formas do verbo concernem a características aspectuais e assim se dividem: perfeita (*lego*, “leio”), meditativa (*lecturio*, “desejo ler”), frequentativa (*lectito*, “leio várias vezes”) e incoativa (*feruesco*, “começo a ferver”). As formas *lecturio*, *lectire* e *lectito*, *lectitare* são derivações de *lego* e têm os seus próprios paradigmas flexionais. Quanto à conjugação, os verbos podem ser de primeira (*amo*, *amare*, “amar”), de segunda (*doceo*, *docere*, “ensinar”) ou de terceira (*lego*, *legere*, “ler”; *audio*, *audire*, “ouvir”). Esta última foi depois cindida em terceira e quarta conjugações por Prisciano de Cesareia. Quanto ao gênero, podem ser ativos (*lego*, “leio”), passivos (*legor*, “sou lido”), neutros (*sto*, “estou de pé”), depoentes (*loquor*, “falo”) ou comuns (*osculor te* ou *osculor a te*, “beijo-te” ou “sou beijado por ti”). Os neutros não indicam uma ação verbal, os depoentes têm forma passiva, mas significado ativo, e os comuns podem ter sentido ativo ou passivo. Quanto ao número, podem ser singulares (*lego*, “leio”) ou plurais (*legimus*, “lemos”). Quanto à figura, podem ser simples (*lego*, “leio”) ou compostos (*neglego*¹⁵¹, “negligencio”). Quanto ao tempo, podem ser presente (*lego*, “leio”), pretérito (*legi*, “li”) ou futuro (*legam*, “lerei”). O pretérito se subdivide em imperfeito (*legebam*, “eu lia”), perfeito (*legi*, “li”) e mais-que-perfeito (*legeram*, “eu lera”). Quanto à pessoa, o verbo pode ser de primeira (*lego*, “leio”), de segunda (*legis*, “lê”) ou de terceira (*legit*, “lê”).

Conjugado o verbo *lego*, *legere* por completo, nas formas ativa e passiva, Donato traz a definição de *advérbio*:

(96) - *aduerbium quid est? pars orationis, quae adiecta uerbo significationem eius explanat atque inplet.*

(Donato, *Ars Minor*, in HOLTZ, 1981, p. 595, grifos nossos).

¹⁵¹ O verbo *neglego* vem de *nec* + *lego*.

Advérbio é o quê? É a parte da oração que, **colocada junto do verbo**, esclarece e completa a significação dele.

(Donato, *Ars Minor*, in DEZOTTI, 2011, p. 122, tradução do autor, grifos nossos).

O *advérbio*, como a etimologia do termo sugere, se define sintaticamente em função de outra classe, da qual ele depende: o verbo. Segundo Dezotti (2011, p. 83), Donato não alude à invariabilidade morfológica do *advérbio* porque este pode tomar forma comparativa ou superlativa em latim. Há outro detalhe digno de nota: os advérbios latinos também podem modificar adjetivos ou advérbios que, por alguma razão, rejeitem as formas sintéticas do comparativo e do superlativo, às quais se acrescentam os sufixos *-ius*, *-issimus* ou *-issime*. Ele mesmo cita *magis pius* (“mais piedoso”) e *tam magis* (“tão mais”) noutras passagens da obra. Por se tratar de casos excepcionais, Donato deve ter optado por mantê-los fora do escopo da definição.

O advérbio possui três acidentes: significação, comparação e figura. Quanto à significação, o autor arrola incríveis 24 subclassificações semânticas, duas a menos que Dionísio Trácio: de lugar (*hic*, “aqui”), de tempo (*hodie*, “hoje”), de número (*bis*, “duas vezes”), de negação (*non*, “não”), de afirmação (*etiam*, “certamente”), de demonstração (*ecce*, “eis”), de desejo (*utinam*, “oxalá”), de exortação (*eia*, “vamos”), de ordem (*deinde*, “depois”), de interrogação (*cur*, “por quê?”), de semelhança (*ceu*, “bem como”), de qualidade (*docte*, “doutamente”), de quantidade (*multum*, “muito”), de dúvida (*forsitan*, “talvez”), pessoais (*mecum*, “comigo”), de interpelação (*heus*, “ei!”), de resposta (*heu*, “oi!”), de separação (*seorsum*, “separadamente”), de juramento (*hercle*, “por Hércules!”), de escolha (*potius*, “ou melhor”), de reunião (*simul*, “juntamente”), de proibição (*ne*, “não”), de eventualidade (*fortuitu*, “fortuitamente”) e de comparação (*magis*, “mais”). Chama a atenção que o autor tenha classificado a combinação *mecum* (“comigo”) entre os advérbios. Quanto à comparação, eles podem admitir os três graus: positivo (*docte*, “doutamente”), comparativo (*doctius*, “mais doutamente”) e superlativo (*doctissime*, “doutissimamente”). Quanto à figura, podem ser simples (*docte*, “doutamente”) ou compostos (*indocte*, “indoutamente”).

Na sequência, Donato traz a definição de *participio*:

(97) - *participium quid est? pars orationis partem capiens nominis, partem uerbi: nominis genera et casus, uerbi tempora et significationes, utriusque numerum et figuram.*

(Donato, *Ars Minor*, in HOLTZ, 1981, p. 597, grifos nossos).

Particípio é o quê? É a parte da oração que **traz parte de nome e parte de verbo**: de nome, gêneros e casos; de verbo, tempos e significações; de ambos, número e figura.

(Donato, *Ars Minor*, in DEZOTTI, 2011, p. 123, tradução do autor, grifos nossos).

Numa tradução alternativa, poder-se-ia dizer que o *participio* toma parte no *nome* e parte no *verbo*. Não por acaso, os radicais latinos de *capio*, *capĕre* (“tomar”) e *pars*, *partis* (“parte”) compõem o verbo *participar* e o substantivo cognato *participio*. A ideia geral é a mesma: trata-se de uma classe híbrida, definida pelo compartilhamento de traços morfológicos com outras duas classes, e não por critérios semânticos. Do nome, ele traz as marcas de gênero e caso; do verbo, as marcas de tempo e significação; de ambos, número e figura. Trata-se dos seis acidentes participiais.

Quanto ao gênero, os participios podem ser masculinos (*hic lectus*, “o que foi lido”), femininos (*haec lecta*, “a que foi lida”), neutros (*hoc lectum*, “o que foi lido”) ou comuns aos três gêneros¹⁵² (*hic*, *haec*, *hoc legens*, “o que lê”, “a que lê”, “o que lê”). Quanto ao caso, podem ser nominativo (*hic legens*, “o que lê”), genitivo (*huius legentis*, “do que lê”), dativo (*huic legenti*, “ao que lê”), acusativo (*hunc legentem*, “o que lê”), vocativo (*o, legens* “ó, aquele que lê”) e ablativo (*ab hoc legente*, “desde aquele que lê”). Quanto ao tempo, podem ser presentes (*legens*, “que lê”), pretéritos (*lectus*, “lido”) ou futuros (*legendus*, “que será lido”). Quanto às significações, um verbo ativo pode ter um participio presente ativo (*legens*, “que lê”), um participio passado passivo (*lectus*, “lido”) e dois participios futuros, sendo um ativo (*lecturus*, “que lerá”) e um passivo (*legendus*, “que será lido”). Quanto ao número, podem ser singulares (*hic legens*, “o que lê”) ou plurais (*hi legentes*, “os que leem”). Quanto às figuras, podem ser simples (*legens*, “que lê”) ou compostos (*neglegens*, “que negligencia”). O capítulo se encerra com as declinações dos participios de *lego*, *legere*.

Donato deixou por último as partes do discurso indeclináveis. Abaixo, a definição de *conjunção*:

(98) - *coniunctio quid est? pars orationis adnectens ordinansque sententiam.*

(Donato, *Ars Minor*, in HOLTZ, 1981, p. 599, grifos nossos).

¹⁵² No original, [*participium*] *commune tribus generibus*.

Conjunção é o quê? É a parte da oração **que conecta e ordena** a sentença.

(Donato, *Ars Minor*, in DEZOTTI, 2011, p. 126, tradução do autor, grifos nossos).

Há clara ênfase no aspecto sintático e funcional da *conjunção*, como parte do discurso destinada a ordenar e conectar sentenças. Nem Donato, nem Dionísio Trácio comentam a invariabilidade morfológica da classe¹⁵³.

As *conjunções* possuem três acidentes: propriedade, figura e ordem. A propriedade concerne às suas classificações semânticas, a saber: copulativa (*et*, “e”), disjuntiva (*aut*, “ou”), expletiva (*quidem*, “na verdade”), causal (*si*, “se”; *sed*, “mas”; *etsi*, “mesmo que”) e racional (*ita*, “assim sendo”). As causais arroladas por Donato se distribuiriam por várias outras classificações segundo os critérios modernos: condicional, adversativa, concessiva, *etc.* Dionísio Trácio, a seu turno, arrola oito tipos: copulativa, disjuntiva, conectiva, paraconectiva, causal, dubitativa, silogística e explicativa. Quanto à figura, as *conjunções* podem simples (*nam*, “de fato”) ou compostas (*namque*, “com efeito”). Quanto à ordem em que são postas na frase, podem ser prepositivas (*ac*, “e”), pospositivas (*autem*, “pois”) ou comuns (*et*, “e”, “também”).

Em seguida, a definição de *preposição*:

(99) - *praepositio quid est? pars orationis, quae praeposita aliis partibus orationis significationem earum aut complet aut mutat aut minuit.*

(Donato, *Ars Minor*, in HOLTZ, 1981, p. 600, grifos nossos).

Preposição é o quê? É a parte da oração que, **preposta** às outras partes da oração, **complementa, altera ou diminui** a significação delas.

(Donato, *Ars Minor*, in DEZOTTI, 2011, p. 127, tradução do autor, grifos nossos).

A *preposição* se define pelo critério sintático, mais especificamente posicional, e pelo critério semântico, na medida em que complementa, altera ou diminui outras partes do discurso às quais se antepõe. Assim como os gramáticos gregos, os latinos dão um único

¹⁵³ “A **conjunção** é uma dicção que conjuga o pensamento com ordenação, indicando a interpretação do discurso.” (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2550, tradução do autor, grifos nossos).

nome aos prefixos e às preposições, agrupando-os numa única classe. Nem Donato, nem Dionísio Trácio comentam a invariabilidade morfológica da classe¹⁵⁴.

As *preposições* possuem apenas um acidente: o caso. Donato enumera as que regem o acusativo (e.g. *ad patrem, circum uicinos, apud uillam, contra hostem*) e as que regem o ablativo (e.g. *ab homine, cum exercitu, pro clientibus, sine labore*). As preposições *in, sub, super, subter* se diferem das demais por poderem reger um ou outro caso a depender do contexto frasal. O autor cita estes dois versos de Virgílio para exemplificá-lo: *itur in antiquam siluam* (“vai-se à antiga floresta”, *Eneida*, 6, 179) e *stans celsa in puppi* (“estando no alto da popa”, *Eneida*, 3, 527). A preposição *in* rege acusativo com verbos de deslocamento e ablativo com verbos estativos.

Evidentemente, as *preposições* que se comportam como prefixo não podem reger nenhum caso. Ciente disso, Donato enumera as ditas preposições que dependem das palavras sem poder se separar delas, ou seja, as que só se empregam como prefixo: *di, dis, re, se, am, con*. Na sequência, as que não podem se juntar a nenhuma palavra: *apud* e *penes*. As demais *preposições* latinas se podem empregar de uma e de outra maneira.

Por último, a definição de *interjeição*:

(100) - *interiectio quid est? pars orationis significans mentis affectum uoce incondita.*

(Donato, *Ars Minor*, in HOLTZ, 1981, p. 602, grifos nossos).

O que é **interjeição**? É a parte da oração **que significa um afeto da mente por meio de uma voz confusa.**

(Donato, *Ars Minor*, in DEZOTTI, 2011, p. 129, tradução do autor, grifos nossos).

A interjeição se define por critérios semânticos e formais. Ela significa um afeto da mente, ou seja, um estado de espírito por meio de uma *voz confusa (uoce incondita)*. Conforme se verá adiante, a dita *voz confusa* não tem forma escrita canônica, no que ela se opõe à *voz articulada*, cuja forma pode ser apreendida pelas letras. O único acidente da *interjeição* é a sua significação: alegria (*euax*, “bravo!”), dor (*heu*, “ai!”), admiração (*papae*, “oh!”), etc.

¹⁵⁴ “A **preposição** é uma dicção preposta a todas as partes do enunciado, em composição e em arranjo.” (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2548, tradução do autor, grifos nossos).

4.5.3.2 A *Ars Maior I*

A primeira parte da *Ars Maior* traz as unidades e os conceitos basilares da Fonologia: voz, letra, sílaba, pé métrico, acento e pontuação. O propósito do capítulo é instruir os discentes a lerem o latim com a pronúncia e a cadência corretas, sobretudo os textos literários. Conquanto não houvesse à época um vocabulário técnico suficientemente avançado para descrever as minudências dos sons linguísticos, os apontamentos de Donato sobre o tema, ainda assim, podem dar aos pesquisadores possíveis pistas de como deveria ser o latim falado pelas elites romanas em meados do século IV d.C., além de mostrar-lhes o passado de alguns dos seus conceitos fonéticos e fonológicos.

O primeiro conceito basilar que o autor aborda e define é o de *voz*:

(101) - *uox est aer ictus, sensibilis auditu, quantum in ipso est. omnis uox aut articulata est aut confusa. articulata est, quae litteris comprehendere potest; confusa, quae scribi non potest.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 603, grifos nossos).

Voz é **ar percutido**, sensível à audição enquanto ela está nele. Toda voz ou é **articulada** ou é **confusa**. Articulada é a que pode ser apreendida pelas letras; confusa é a que não pode ser escrita.

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 130, tradução do autor, grifos nossos).

A descrição física da *voz* como um ar percutido e sensível à audição, segundo Dezotti (2011, p. 130, nota 69), é oriunda dos estoicos, que falavam em ἀήρ πεπληγμένος (“ar percutido”). Como quer que seja, o substantivo latino *uox* poderia designar qualquer tipo de ruído, produzido pelos seres humanos ou não, com ênfase justamente na forma física da palavra, ao passo que *dictio* (“dicção”) traz em si a ideia de uma palavra com significado. A *voz* se diz *articulada* quando a sequência de sons pode ser representada graficamente por meio de letras e *confusa* quando a sequência não pode ser escrita. É neste último caso que se enquadram as interjeições.

Donato descreve a letra como a unidade mínima de que se compõe uma *voz articulada*:

(102) - *littera est pars minima uocis articulatae. litterarum aliae sunt uocales, aliae consonantes. consonantium aliae sunt semiuocales, aliae mutae.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 603, grifos nossos).

Letra é a menor parte da voz articulada. Das letras, umas são vogais, outras consoantes. Das consoantes, umas são semivogais, outras mudas.

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 130, tradução do autor, grifos nossos).

Donato e os antigos, evidentemente, não distinguem a letra e o fonema, pois tal distinção é muito posterior na história dos estudos linguísticos. As vogais, segundo o autor, podem ser pronunciadas sozinhas e, sozinhas, podem formar sílabas. São elas: *a, e, i, o, u*, que podem ser longas ou breves. As letras *i* e *u* adquirem propriedades de consoante quando se juntam a outras vogais: *Iuno* (“Juno”), *uates* (“vate”). As consoantes semivogais podem ser pronunciadas sozinhas, mas, sozinhas, não formam sílabas. São elas: *f, l, m, n, r, s* e *x*. Percebe-se claramente que a noção de semivogal presente na *Ars Maior* difere da noção hodierna do termo. Por fim, as consoantes mudas não podem nem ser pronunciadas sozinhas, nem formar sílabas sozinhas. São elas: *b, c, d, g, h, k, p, t, q*. À exceção do *h*, que indica aspiração, as demais consoantes desse último grupo se classificam nos dias de hoje como oclusivas, cuja prolação requer necessariamente algum apoio vocálico, como bem intuiu Donato. As letras *y* e *z* só se usam em palavras de origem grega.

A unidade sonora superior à letra é a sílaba, que o autor assim define:

(103) - *syllaba est comprehensio litterarum uel unius uocalis enuntiatio temporum capax. syllabarum aliae sunt breues, aliae longae, aliae communes.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 605, grifos nossos).

Sílaba é um conjunto de letras ou a enunciação de uma única vogal capaz de conter tempos. Das sílabas, algumas são breves, outras são longas, outras são comuns.

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 132, tradução do autor, grifos nossos).

O tempo da sílaba está diretamente relacionado ao caráter breve ou longo da vogal, bem como aos elementos que estiverem em torno desta. As sílabas podem ser longas por natureza ou podem tornar-se longas por posição. Por exemplo, em havendo ditongo, a sílaba é

longa por natureza: *ae, oe, au, eu, ei*. Em havendo vogal breve seguida de duas consoantes, a sílaba torna-se longa: *arma* (“armas”). Há também sílabas de comportamento híbrido.

Passados os conceitos iniciais de Fonologia, Donato enfim adentra na métrica latina, começando pelos pés métricos, assim descritos:

(104) - *pes est syllabarum et temporum certa dinumeratio. accidunt uni cuique pedi arsis et thesis, numerus syllabarum, tempus, resolutio, figura, metrum. pedes disyllabi sunt quattuor, trisyllabi octo, duplices sedecim.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 607, grifos nossos).

Pé é a contagem certa de sílabas e de tempos. Cada pé tem por acidentes: ársis e tésis, número de sílabas, tempo, resolução, figura, metro. Há quatro pés dissílabos, oito trissílabos e dezesseis duplos.

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 133, tradução do autor, grifos nossos).

Segue-se uma extensa relação de pés métricos dissilábicos, trissilábicos e duplos, num total de 28. A título de exemplo, os quatro pés dissilábicos se chamam *pirríquio*, *espondeu*, *iambo* e *troqueu*. O *pirríquio* possui dois tempos, compostos por duas sílabas breves: *fūgǎ* (“fuga”) ¹⁵⁵. O *espondeu* possui quatro tempos, compostos por duas sílabas longas: *aestās* (“verão”). O *iambo* possui três tempos, compostos por uma sílaba breve e uma longa: *pārēns* (“obediente”). O *troqueu* possui três tempos, compostos por uma sílaba longa e uma breve: *mētiǎ* (“meta”).

Mais adiante, há uma breve descrição dos tons latinos, em contraste com os tons gregos:

(105) - *tonos alii accentus, alii tenores nominant. toni igitur tres sunt, acutus, grauis, circumflexus. acutus cum in Graecis dictionibus tria loca teneat, ultimum, paenultimum et ante paenultimum, apud Latinos paenultimum et antepaenultimum tenet, ultimum numquam. circumflexus autem, quotlibet syllabarum sit dictio, non tenebit nisi paenultimum locum. grauis poni in eadem dictione uel cum acuto uel cum circumflexo potest, et hoc illi non est commune cum ceteris.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 609, grifos nossos).

¹⁵⁵ Uma sílaba breve equivale a um tempo, enquanto a sílaba longa equivale a dois.

Os **tons**, alguns chamam de **acentos**, outros de **tenores**. Em todo caso, os tons são três: **agudo**, **grave** e **circunflexo**. O agudo, embora nas palavras **gregas** possa ocupar três posições (última, penúltima e antepenúltima), entre os **latinos** ocupa apenas a penúltima ou a antepenúltima, nunca a última. Já o circunflexo ocupará apenas a penúltima posição, não importa quantas sílabas tenha a palavra. O grave pode ser empregado numa mesma palavra tanto como agudo quanto como circunflexo, e isto ele não compartilha com os demais.

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 135, tradução do autor, grifos nossos).

Com base nessas regras gerais de acentuação tônica, Donato arrola algumas regras de pronúncia relativas aos monossílabos, dissílabos, trissílabos, tetrassílabos e nomes compostos. A título de exemplo, os monossílabos de vogal breve se pronunciam com acento agudo (e.g. *fax*, *pix*, *nux*, “tocha”, “piche”, “noz”), ao passo que os monossílabos de vogal longa se pronunciam com circunflexo *res*, *dos*, *spes* (“coisa”, “dote”, “esperança”). Logo depois, vêm os diacríticos utilizados para orientar os leitores quanto à pronúncia correta dos tons: o acento agudo (´), o acento grave (`), o acento circunflexo (^), o acento longo (¯), o acento breve (˘), o hífen para ligar duas palavras (e.g. *ante julit gressum*, “marchou diante deles”)¹⁵⁶, a diástole para separá-las (e.g. *ereptae, uirginis ira*, “raiva por causa do resgate da virgem”)¹⁵⁷, e o apóstrofo para indicar a elisões (e.g. *tanton’ me crimine dignum / duxisti?*, “acaso me julgaste digno de tamanha ofensa?”)¹⁵⁸. Diferentemente do grego, em que a presença ou a ausência de aspiração se indicam por meio de um diacrítico, o latim o indica esses mesmos traços fonológicos com a presença ou a ausência da letra *h*.

Por fim, Donato dedica um único parágrafo aos sinais de pontuação, a que os gregos chamam *θέσεις*. O ponto final se usa quando a sentença inteira termina; ele é posto ao lado da letra, no alto. O ponto baixo se usa numa interrupção da frase; ele é posto ao lado da letra, embaixo. O ponto médio se usa numa interrupção para respirar, devido ao cansaço; ele é posto ao lado da letra, à meia altura. A sentença inteira recebe o nome de *período*, e suas partes rítmicas recebem os nomes gregos de *κῶλα* e *κόμματα*.

¹⁵⁶ (Virgílio, *Eneida*, 6, 667).

¹⁵⁷ (Virgílio, *Eneida*, 2, 413).

¹⁵⁸ A forma *tanton’* vem de *tantone*, com elisão da vogal. (Virgílio, *Eneida*, 10, 668-9).

4.5.3.3 A *Ars Maior II*

A *Ars Maior II* retoma com mais profundidade a descrição das partes do discurso já feita na *Ars Minor*, sem alterar a ordem em que as classes são apresentadas. Para evitar a repetição desnecessária de informações já fornecidas na seção 4.5.3.1, convém apenas dar atenção a algumas informações adicionais que Donato dá sobre o tema.

No parágrafo inicial da *Ars Maior II*, o autor relembra que latinos e gregos computam um total de oito partes do discurso, com a diferença de que aqueles não computam o artigo, enquanto estes não computam a interjeição. Paralelamente a essas divisões canônicas, alguns defendiam um número maior de partes do discurso, ao passo que outros defendiam um número menor. Havia quem propugnasse, por exemplo, a separação dos nomes próprios e dos comuns ou ainda a separação dos verbos e dos infinitivos (DEZOTTI, 2011, p. 138, nota 105). Do ponto de vista historiográfico, tal divergência mostra que os preceitos da Gramática não eram aceitos servil e acriticamente pelos intelectuais do mundo antigo. Aliás, dentre os maiores críticos da ciência gramatical, estava o médico e pensador Sexto Empírico (c. 160-210 d.C.), autor da obra *Πρὸς γραμματικούς* (“Contra os gramáticos”).

Na definição de *nome*, Donato distingue estas três subclasses nominais: o *nome* (*nomen*) se refere a uma única pessoa ou divindade; a *denominação* (*appellatio*) se refere aos seres animados; e o *vocábulo* (*uocabulum*) se refere às coisas. Porém, ressalta ele, os latinos costumavam chamá-los todos indistintamente de *nome*. Depois, seguindo a mesma prática da *Ars Minor*, o autor enumera os acidentes de referida classe: qualidade, comparação, número, figura e caso.

Quanto à qualidade, os *nomes* só podem ser próprios ou apelativos, mas estas duas subclasses, por si sós, possuem outras subdivisões. Os *nomes próprios* latinos seguem uma divisão quadripartite composta *prenome*, *nome*, *cognome* e *agnome*, a exemplo de *Publio Cornelius Scipio Africanus*¹⁵⁹. Os apelativos se dividem em dois grandes grupos: corpóreos (*homo*, “homem”) ou incorpóreos (*iustitia*, “justiça”), os quais também possuem suas subdivisões. Uma delas chama a atenção: os *nomes de meia significação*, que assim se definem:

(106) - *sunt alia mediae significationis et adiecta nominibus, ut magnus, fortis: dicimus enim magnus uir, fortis exercitus; haec etiam epitheta dicuntur.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 616, grifos nossos).

¹⁵⁹ Nome do conhecido general Públio Cornélio Cipião (235-183 a.C.), que recebeu a alcunha de Africano pelos seus feitos militares no norte da África, durante a Segunda Guerra Púnica.

Há os [nomes] **de meia significação, que se associam** aos nomes, como *magnus*, *fortis*, pois dizemos *magnus uir*, *fortis exercitus*. Eles também são chamados de ***epítetos***.

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 140, tradução do autor, grifos nossos).

A descrição e os exemplos não deixam dúvida de que Donato se refere aos adjetivos, segundo a terminologia atual. Eles têm meia significação porque, embora carreguem algum significado em si, costumam aparecer associados semanticamente aos outros nomes (*magnus uir*, “homem forte”; *fortis exercitus*, “exército forte”). A própria ideia de associar é expressa no excerto pelo participio *adiecta* (“lançados para perto de”), que é cognato do termo latino *adiectiuus*. Este, a seu tempo, é decalque do grego ἐπιθετικόν.

Quanto à comparação, os *nomes* admitem três graus – positivo, comparativo e superlativo –, porém só os admitem os *nomes apelativos* que significam qualidade ou quantidade. Noutras palavras, Donato se apercebe de que os graus impõem restrições semânticas. Além disso, há apelativos defectivos¹⁶⁰, aos quais falta ou só o comparativo (*pius*, *piissimus*), ou só o superlativo (*senex*, *senior*, “velho”, “mais velho”), ou só o positivo (*ulterior*, *ultimus*), ou tanto o comparativo quanto o positivo (*mediocris*). Os apelativos *bonus* (“bom”) e *malus* (“mau”) são irregulares, pois formam os comparativos *melior* (“melhor”) e *peior* (“pior”), além dos superlativos *optimus* (“ótimo”) e *pessimus* (“péssimo”). Do ponto de vista sintático, o comparativo costuma exigir um ablativo para estabelecer a comparação (*Hector fortior Diomede*, “Heitor é mais forte **que Diomedes**”), e o superlativo costuma exigir um genitivo plural para expressar o termo de relação (*Hector fortissimus Troianorum fuit*, “Heitor foi o mais forte **dos troianos**”). O comparativo admite uma construção alternativa com *quam* e nominativo: *doctior hic quam ille est* (“este é mais douto **que aquele**”).

Quanto ao gênero, os *nomes* podem ser masculinos, femininos, neutros ou comuns. Aos masculinos antepõe-se o pronome *hic*, ao feminino o pronome *haec*, ao neutro o pronome *hoc* e ao comum *hic* ou *haec*, como em *hic sacerdos* (“este sacerdote”) e *haec sacerdos* (“esta sacerdotisa”). Donato também aborda certas irregularidades dos nomes latinos em relação ao gênero. Por exemplo, diz ele que *Centaurus* é masculino na forma, porém feminino no

¹⁶⁰ Donato não usa o termo *defectivo*.

entendimento, já que se refere a uma nau. Depois, adverte que *locus* (“lugar”) se declina como masculino no singular e como neutro no plural.

Quanto ao número, os *nomes* podem ser singulares ou plurais, como é sabido. Todavia, Donato aponta a existência de um dual nas expressões *hi ambo* (“ambos”) e *hi duo* (“estes dois”).

Quanto à figura, os *nomes* podem ser simples (*doctus*, “douto”) ou compostos (*indoctus*, “indouto”). Os exemplos de Donato mostram que a ideia de composição presente na *Ars Minor* e na *Ars Maior* inclui os modernos conceitos de *composição por aglutinação* (e.g. *pennipotens*, “que pode voar”, em que constam os nomes *pennae* e *potens*) e *prefixação* (e.g. *suburbanus*, “suburbano”, em que *sub* é prefixo).

Quanto ao caso, os *nomes* podem ser nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo ou ablativo. Lembra o autor que os gregos não possuem o ablativo, razão pelo qual Varrão outrora o chamava de *caso sexto* ou *caso latino*. Assim como Quintiliano (I, IV, 26), Donato se mostra receptivo à possibilidade de existir um sétimo caso em latim, que formalmente seria idêntico ao ablativo, mas se diferenciaria deste por não vir acompanhado da preposição *ab*, como em *oratore magistro utor* (“sirvo-me **do orador** como mestre”). As peculiaridades desse suposto sétimo caso virão em mais detalhes na seção dedicada à terminologia.

A depender do número de flexões casuais distintas que um nome tem em sua declinação, ele pode chamar-se monoptoto, diptoto, triptoto, tetraptoto, pentaptoto, hexaptoto ou aptoto. Para entender o que esses termos citados por Donato significam, convém dar aqui um exemplo mais concreto. A forma declinada *domino* pode ser dativo singular ou ablativo singular de *dominus*, de modo que só contexto frasal possa apontar qual dos dois se utiliza. Em sendo assim, *dominus* é nome pentaptoto porque duas das suas seis flexões casuais coincidem em forma: *dominus* (nominativo), *domini* (genitivo), *domino* (dativo), *dominum* (acusativo), *domine* (vocativo) e *domino* (ablativo). Toda essa família de termos gregos traz em si a mesma raiz de $\pi\tau\tilde{\omega}\sigma\iota\varsigma$ (“caso”). Os aptotos, segundo o gramático, não se declinam nem em caso nem em número (e.g. *frugi*, “respeitável”).

Para orientar a memorização das declinações latinas, Donato sugere que se olhe para o ablativo singular, que termina regularmente em vogal. O nominativo, embora seja o caso basilar dos nomes, possui terminações muito diversas e, por causa disso, não permitiria aos estudantes deduzir com segurança as formas oblíquas. Com base nisso, o autor divide os nomes nos seguintes grupos: 1) os que possuem o ablativo singular em *-a* (*ab hac Musā*, “por esta Musa”); 2) os que possuem ablativo singular em *-e* breve (*ab hoc parietē*, “a partir desta

parede”); 3) os que possuem ablativo singular em *-e* longo (*ab hac rē*, “coisa”); 3) os que possuem ablativo singular em *-i* (*ab hac puppi* “desde esta popa”); 4) os que possuem ablativo singular em *-o* (*ab hoc docto*, “por este douto”); 5) os que possuem ablativo singular em *-u* (*ab hoc fluctu*, “a partir desta onda”). Nos manuais de latim modernos, convém lembrar, os substantivos se dividem em cinco declinações, com base na desinência do genitivo singular, e não na desinência do ablativo: 1) a primeira declinação possui o genitivo singular em *-ae*; 2) a segunda declinação, em *-i*; 3) a terceira declinação, em *-is*, 4) a quarta declinação, em *-us* ou *-u*; 5) a quinta declinação, em *-ei*.

Independentemente do critério classificatório adotado para agrupar os nomes latinos, seja a partir do ablativo, seja a partir do genitivo, é impossível escapar aos nomes de declinação irregular. O próprio Donato o reconhece nesta passagem:

(107) - *contra hanc regulam inuenimus ab hac domo, domorum, domibus et ab hoc iugero, iugerorum, iugeribus. sed scire debemus multa quidem ueteres aliter declinasse, ut ab hac domu, harum domuum, domibus et ab hoc iugere, ingerum, iugeribus, uerum euphoniā in dictionibus plus interdum ualere, quam analogiam uel regulam praeceptorum.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 627, grifos nossos).

Contrariando a regra encontramos *ab hac domo, domorum, domibus* e *ab hoc iugero, iugerorum, iugeribus*. Devemos saber, porém, que os antigos declinavam muitos nomes de outro modo, como *ab hac domu, harum domuum, domibus* e *ab hoc iugere, iugerum, iugeribus*; **realmente, nas palavras, às vezes vale mais a eufonia do que a analogia ou regra dos professores.**

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 140, tradução do autor, grifos nossos).

O trecho grifado é uma das poucas passagens em que Donato deixa transparecer a sua visão sobre o funcionamento da linguagem. Assim como os seus antecessores latinos, o autor também é defensor dos princípios analógicos, conforme demonstram as suas tentativas de agrupar os nomes baseando-se na regularidade dos paradigmas flexionais, porém ele não defende a analogia a todo custo, como se fosse um dogma. O uso e a eufonia, às vezes, prevalecem como critério de correção. Além disso, ao citar formas usadas pelos antigos,

frente às que lhe eram contemporâneas, Donato mostra ter, ao menos, uma noção tácita de diacronia.

Na descrição dos pronomes, há algumas subclassificações interessantes. Quanto à qualidade, a *Ars Minor* só distingue os pronomes definidos, que se referem a uma pessoa definida, (*ego*, “eu”), e os indefinidos, que não trazem pessoa nenhuma (*quis*, “quem”). Na *Ars Maior*, há outras subdivisões: os menos que definidos (*ipse*, “o mesmo”), os prepositivos (*hic*, “este”), os pospositivos (*is*, “ele”), os de região (*cuias*, “de que país”), os de ordem (*quotus*, “em que número [?]”), os de número (*quot*, “quanto [?]”), os possessivos (*meus*, “meu”), os indefinidos em relação a algo (*cuius*, “de que [?]”), os de qualidade (*qualis*, “de que tipo [?]”), os de quantidade (*quantus*, “quanto [?]”), os demonstrativos, que denotam uma coisa presente (*hic*, “este”), os relativos, que denotam uma coisa ausente (*is*, “ele”, “esse”), e os mais demonstrativos (*eccum*, “este aqui”) (DEZOTTI, 2011, p. 148). Logo à primeira vista, nota-se a mistura de critérios classificatórios. Os *prepositivos* e os *pospositivos* remetem à posição, os de *quantidade* e *qualidade* remetem ao significado, os *demonstrativos* e os *relativos* remetem à função referencial. Além disso, os ditos *pronomes relativos* citados por Donato (*is*, *ea*, *id*, “esse”, “essa”, “isso”) não correspondem terminologicamente aos pronomes relativos abonados por gramáticas modernas.

No último parágrafo do capítulo sobre os pronomes, Donato fala em *artigos*:

(108) - *inter pronomina et articulos hoc interest, quod pronomina ea putantur, quae, cum sola sint, uicem nominis complent, ut quis, iste, ille; articuli uero cum nominibus aut participiis iunguntur, ut hic huius huic hunc o ab hoc, et pluraliter hi horum his hos o ab his. haec eadem pronomina et pro articulis et pro demonstratione ponuntur. neuter, uter, unus, omnis, alter, alius, ullus, ambo, uterque, sunt qui nomina, sunt qui pronomina existiment, ideo quod articulis in declinatione non indigent.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 631-632, grifos nossos).

Entre pronomes e **artigos** há esta diferença: consideram-se pronomes aqueles que, sozinhos, preenchem o lugar do nome, como *quis, iste, ille*; já os artigos se juntam a nomes ou participios, como *hic huius huic hunc o ab hoc*, e no plural *hi horum his hos o ab his*. Este mesmo pronome é empregado tanto na função de artigo quanto de demonstrativo. Quanto a *neuter, uter, unus, omnis, alter, alius, ullus, ambo, uterque*, há quem os considere nomes e quem os considere pronomes, por não precisarem de **artigos** na declinação.

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 149, tradução do autor, grifos nossos).

A princípio, causa estranheza ver um gramático latino comentar a existência de *artigos* em latim, seja como uma classe autônoma, seja como uma subclasse de *pronome*. Na realidade, essa oposição entre *pronomes* e *artigos* a que Donato se refere está mais próxima do que hodiernamente se chama *pronome substantivo* e *pronome adjetivo*. Afinal, o demonstrativo latino *hic, haec, hoc* não se emprega da mesma maneira nem com a mesma frequência do *artigo prepositivo* grego ὁ, ἡ, τό. Em sendo assim, é preciso ter em mente que a noção de *artigo* utilizada pelo autor no excerto (108) é diferente da atual.

Acerca dos verbos, a *Ars Maior II* traz algumas passagens e informações dignas de nota. No parágrafo seguinte, Donato visa a rechaçar os defensores de uma quarta conjugação verbal em latim:

(109) - *est altera species tertiae coniugationis, quae i producta enuntiatur: hanc nonnulli **quartam coniugationem** putant, quod futurum tempus in am et in bo, in ar et in bor syllabam mittit, ut serui seruis seruiam seruibo, uincior uinciris uinciar uincibor. quod quidam refutantes negant in bo et in bor rite exire posse tertiam coniugationem, nisi in eo uerbo quod in prima persona indicatiui modi temporis praesentis numeri singularis e ante o habuerit, ut eo queo eam queam ibo quibo et a passiuo queor quear uel quibor, et si qua sunt similia.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 634-635, grifos nossos).

Há uma outra espécie de terceira conjugação que se enuncia com *i* longo. Alguns a consideram uma **quarta conjugação**, porque faz o futuro em *-am* e em *-bo*, em *ar* e em *bor*, como *serui seruis seruiam seruibo, uincior uinciris uinciar uincibor*. É que esses contestadores negam que a terceira conjugação possa terminar propriamente em *-bo* e *-bor*, a não ser naquele verbo que, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, tiver um *e* antes do *o*, como *eo queo, eam queam, ibo quibo*, e na passiva *queor, quear* ou *quibor*, entre outros semelhantes. (Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 151, tradução do autor, grifos nossos).

Contrariamente à opinião do autor, as gramáticas latinas posteriores consolidariam os verbos com *i* longo numa quarta conjugação, apartada da terceira. Fator determinante para essa reclassificação das conjugações verbais foi justamente o fato de os verbos com *i* longo formarem o futuro do presente em *-bo* (e.g. *seruio, seruibo*, “sirvo”, “servirei”), enquanto os verbos de terceira o formam em *-am* (e.g. *uinco, uincam*, “venço”, “vencerei”). A mesma observação que se fez a respeito da declinação dos *nomes* se pode fazer a respeito da conjugação dos *verbos*. Independentemente do critério classificatório adotado para agrupá-los, seja em três, seja em quatro conjugações, é impossível escapar às irregularidades. Dentre os verbos irregulares, cita o autor: *gaudeo*¹⁶¹ (“comprazer-se”), *fero* (“levar”), *edo* (“comer”), *nolo* (“não querer”), *uolo* (“querer”) e outros. Ao fim do capítulo, ele também cita alguns defectivos e impessoais: *liquet* (“é claro”) e *miseret* (“causa pena”).

Donato passa brevemente pela regência verbal. Segundo ele, há verbos que se constroem com caso genitivo (*misereor*, “ter pena de”), com dativo (*maledico*, “maldizer”), com acusativo (*accuso*, “acusar”), com ablativo (*abscedo*, “afastar-se”) e com o suposto caso sétimo (*fruor*, “usufruir”), cujo complemento nada mais é do que um ablativo sem preposição *ab* (DEZOTTI, 2011, p. 153). Na seção dedicada às terminologias, haverá mais alguns detalhes sobre a regência verbal no tratado.

Sobre o advérbio, a *Ars Maior* não traz muitas informações novas. Donato dedica boa parte do capítulo ao modo como os advérbios latinos são formados e às terminações que podem tomar. Diz ele que os advérbios, ou podem vir de si mesmos como palavras primitivas (*heri*, “ontem”; *hodie*¹⁶², “hoje”), ou podem vir de outras partes do discurso: de um *nome apelativo* (*doctus*, “douto”; *docte*, “doutamente”), de um *nome próprio* (*Tullius*, “Túlio”; *Tulliane*, “tulianamente” “à maneira de Cícero”), de um *vocábulo* (*ostium*, “porta”; *ostiatim*, “de porta em porta”), de um *pronome* (*me*, “me”; *meatim*, “a meu modo”), de um *verbo* (*currere*, “correr”; *cursim*, “rapidamente”), de um *particípio* (*indulgens*, “indulgente”; *indulgenter*, “indulgentemente”). As terminações adverbiais são igualmente diversas: *una* (“juntamente”), *docte* (“doutamente”), *uesperi* (“à tarde”), *falso* (“falsamente”), *noctu* (“à noite”), *semel* (“uma vez”) (*ibidem*, p. 154).

Ao fim do capítulo sobre o advérbio, há breve uma passagem que merece uma análise mais detida:

¹⁶¹ Atualmente, classifica-se o verbo *gaudeo*, *-es*, *-ere*, *gavisus sum* como semidepoente, pois ele se conjuga como ativo nos tempos do *infectum* e como depoente nos tempos do *perfectum*.

¹⁶² Na realidade, o autor não percebeu que o advérbio *hodie* é a aglutinação de duas palavras: *hoc* (“este”) e *die* (“dia”), ambas no ablativo singular.

(110) - *sunt aduerbia loci, quae imprudentes putant nomina: in loco, ut **Romae** sum; de loco, ut **Roma** uenio; ad locum, ut **Romam** pergo. his praepositio non ante ponitur, quae prouinciis locis regionibusue adici solet, quia de significatione nominis non recedunt, ut de Africa uenio, ad Siciliam pergo, in Italia sum.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 643, grifos nossos).

Há **advérbios de lugar** que imprudentes consideram nomes: no lugar, como *Romae sum* [“estou em Roma”]; do lugar, como *Roma uenio* [“venho de Roma”]; para o lugar, como *Romam pergo* [“sigo para Roma”]. A estes não se antepõe a preposição, que costuma se associar a nomes de províncias, lugares ou regiões porque não se afastam da significação do nome, como *de Africa uenio* [“venho da África”], *ad Siciliam pergo* [“sigo para a Sicília”], *in Italia sum* [“estou na Itália”].

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 156, tradução do autor, grifos nossos).

Na tradição latina escrita, é comum não antepor-se nenhuma preposição ao nome da cidade de Roma, ainda que o contexto sintático favorecesse o seu uso. Em *Romae sum* (“estou em Roma”), o topônimo está declinado no caso locativo, de que o latim clássico herdara alguns poucos vestígios, mas, nos outros dois exemplos, a preposição está simplesmente subentendida: (*ab*) *Roma uenio* (“venho de Roma”) e (*in*) *Romam pergo* (“sigo para Roma”). A assunção de que os termos acima grifados são advérbios declináveis vai de encontro às mais habituais definições de advérbio no mundo antigo, que o concebem como parte do discurso invariável. Por exemplo, Dionísio Trácio assim o definiu na Τέχνη Γραμματική: “O **advérbio** é uma parte do enunciado **sem flexão**, dita do verbo ou relacionada ao verbo”. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2548, tradução do autor, grifos nossos). A possibilidade de existirem supostos advérbios declináveis talvez ajude a explicar o porquê de Donato não ter feito qualquer menção à variabilidade ou à invariabilidade da classe na sua definição, na *Ars Maior*: “Advérbio é a parte da oração que, colocada junto do verbo, esclarece e completa a significação dele, como *iam faciam* ou *non faciam*” (DEZOTTI, 2011, p. 153, tradução do autor).

No capítulo relativo ao *participio*, Donato retoma a definição e os acidentes que essa parte do discurso compartilha com os *nomes* e com os *verbos*. Em seguida, traz algumas particularidades não citadas na *Ars Minor*. Por exemplo, os *participios* incoativos, como

calescens (“que aquece”, “que começa a aquecer”), só se usam no presente, devido a restrições semânticas e aspectuais. Certos verbos ativos como *studeo* (“estudar”) possuem *particípio* no presente (*studens*), mas não o possuem no futuro. Os verbos impessoais não possuem *participios* porque, em essência, não admitem um ser agente ao qual a ação verbal se refira. Certos *participios*, ao se unirem a uma *preposição* numa única palavra, afastam-se tanto da classe dos *verbos* quanto da classe dos *participios*: de *noceo* (“ofender”) forma-se *nocens* (“ofensivo”), mas a forma preposicionada *innocens* (“inofensivo”) não provém de um verbo *innoceo*, que sequer existe em latim. Por fim, há vários exemplos de *participios* que se converteram noutras classes (DEZOTTI, 2011, p. 156-158).

Sobre a *conjunção*, a *Ars Maior II* não traz informações novas.

No capítulo seguinte, Donato tece algumas linhas sobre as possibilidades combinatórias entre a *preposição* e as demais partes do discurso. Se a *preposição* não reger nenhum caso, ela necessariamente se junta à palavra seguinte como um prefixo. Em tais situações, ela pode juntar-se a um *nome* (*inualidus*, “ineficaz”), a um *verbo* (*perfero*, “suportar”), a um *advérbio* (*expresse*, “expressamente”), a um *particípio* (*praecedens*, “precedente”), a uma *conjunção* (*absque*, “sem”) ou a outra *preposição* (*circumcirca*, “em todo o entorno”). Quando reger caso acusativo ou ablativo, ela só pode estar preposta às partes do discurso que apresentem flexões casuais, a saber, um *nome* (*in puppi*, “na popa”), um *pronome* (*prae me*, “diante de mim”) ou um *particípio*. Por motivos de eufonia, algumas *preposições*, contrariando o nome da classe, aparecem pospostas às palavras a que se referem: *mecum* (“comigo”) e *pube tenus* (“até o púbis”). Além disso, essa mesma *preposição tenus* pode reger genitivo, como num dos versos de Virgílio¹⁶³: *crurum tenus* (“até as pernas”) (DEZOTTI, 2011, p. 158-159).

No brevíssimo capítulo sobre as *interjeições*, Donato justifica o porquê de os latinos as considerarem uma parte do discurso apartada dos *advérbios*:

(111) *apud Graecos aduerbiis adplicantur, quod ideo Latini non faciunt, quia huiusce modi uoces non statim subsequitur uerbum. licet autem pro interiectione etiam alias partes orationis singulas pluresue subponere, ut nefas, pronefas.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 652, grifos nossos).

Entre os gregos, todavia, elas [interjeições] são incorporadas aos advérbios, algo que os latinos não fazem justamente **porque vozes desse tipo não são imediatamente**

¹⁶³ *Geórgicas*, 3, 53.

sucedidas por um verbo. Por outro lado, a interjeição também pode ser substituída por outras partes da oração, seja por uma única, seja por mais de uma, como *nefas* [“nossa!”], *pro nefas* [“minha nossa!”].

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 161, tradução do autor, grifos nossos).

O trecho grifado demonstra que o critério sintático foi fundamental para que os latinos separassem as *interjeições* dos *advérbios*, pois, enquanto estes costumam vir ligados a *verbos*, aquelas não dependem de nenhuma outra parte do discurso. Além disso, muitas classes podem se converter em *interjeições*, mas não necessariamente em *advérbios*.

4.5.3.4 A *Ars Maior III*

A *Ars Maior III* contempla os vícios de linguagem e as virtudes: *metaplasmo*, *figura e tropo*. Para além de instruir os discentes a não cometerem erros elementares na forma ou na combinação das palavras, Donato visa a mostrar que certos recursos linguísticos típicos dos gêneros literários não devem ser inadvertidamente transladados para os gêneros prosaicos, sob pena de incorrer noutros desvios de norma.

O primeiro vício de que o autor trata é o *barbarismo*:

(112) - *barbarismus est una pars orationis uitiosa in communi sermone. in poemate metaplasmus, itemque in nostra loquella barbarismus, in peregrina barbarolexis dicitur, ut si quis dicat mastruga, cateia, magalia. barbarismus fit duobus modis, pronuntiatione et scripto.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 653, grifos nossos).

Barbarismo é uma parte da oração viciosa na linguagem comum. No poema se chama **metaplasmo**. Por outro lado, em palavra nossa se chama **barbarismo**, em palavra estrangeira é **barbarolexia**, como se alguém disser *mastruga*, *cateia*, *magalia*¹⁶⁴. Faz-se barbarismo de dois modos: pela pronúncia e pela escrita.

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 162, tradução do autor, grifos nossos).

¹⁶⁴ *Mastruga* é uma pele de carneiro típico da Sardenha, *cateia* é o nome de uma lança germânica, e *magalia* são cabanas de pastores cartagineses (DEZOTTI, 2011, p. 162, nota 153).

À semelhança do que diz Quintiliano na *Institutio Oratoria* (I, V, 6), o *barbarismo* é um vício de linguagem incidente na forma de uma única palavra, na linguagem comum (*communi sermone*). No entanto, na linguagem poética, tais alterações formais recebem o nome de *metaplasmo*, caso os poetas se tenham servido delas para atender às exigências da métrica e da eufonia. Entre os comentadores antigos, não havia consenso a respeito da *barbarolexia*. A princípio, o contexto sugere tratar-se de um desvio na pronúncia ou na escrita de termos estrangeiros, porém, como a grafia dos três exemplos citados está correta (*mastruga, cateia, magalia*), a *barbarolexia* deve consistir no uso indevido de qualquer palavra estrangeira no lugar de uma vernácula. Em suma, seria um correspondente antigo para o vício de estrangeirismo (DEZOTTI, 2011, p. 162, nota 153).

O *barbarismo* ocorre por adição, subtração, substituição ou transposição de letra, sílaba ou tempo, totalizando doze possibilidades. Em *reliquias Danaum*¹⁶⁵ (“os restantes dos gregos”), houve a adição indevida do *l*, já que a forma correta é *reliquias*. Em *unius ob noxam* (“por culpa de um só”), houve subtração de tempo no *i*, cuja pronúncia correta é longa: *unius ob noxam*¹⁶⁶. Em *olli* (“aqueles”), houve substituição indevida de *i* por *o*, já que a forma correta é *illi*. Em *dispiclina*, houve a transposição das letras *p* e *c*, já que a grafia correta é *disciplina*. Donato cita tipos mais específicos de *barbarismo*: *cacossínteto, mitacismo, lambdacismo, iotacismo, etc.*

Depois do *barbarismo*, Donato passa a tratar do *solecismo*:

(113) - *soloecismus est uitium in contextu partium orationis contra regulam artis grammaticae factum. inter soloecismum et barbarismum hoc interest, quod soloecismus discrepantes aut inconsequentes in se dictiones habet, barbarismus autem in singulis uerbis fit scriptis uel pronuntiatis.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 655, grifos nossos).

Solecismo é o vício **na combinação das partes da oração**, feito contra a regra da arte gramática. Entre o solecismo e o barbarismo há uma diferença: o solecismo tem palavras discordantes ou incoerentes entre si, o barbarismo ocorre em palavras isoladas, pela escrita ou pela pronúncia.

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 164, tradução do autor, grifos nossos).

¹⁶⁵ Virgílio, *Eneida*, I, 30.

¹⁶⁶ Virgílio, *Eneida*, I, 41.

Na visão de Donato, o *solecismo* vai além do erro no modo como se combinam as partes do discurso numa frase. O vício também pode ocorrer quando se usa o pronome feminino *haec* (“esta”) em alusão a um homem, pois, na opinião do gramático, os seres referenciados têm valor de contexto. Nesse aspecto, como bem observa Dezotti (2011, p. 164, nota 267), ele diverge de Apolônio Díscolo, para o qual essa incompatibilidade entre o gênero do pronome e o sexo do indivíduo seria mais um problema dêitico do que um problema sintático. Quando um poeta se serve de um suposto *solecismo* para fins estilísticos e literários, o vício passa a chamar-se *figura*, estabelecendo-se aí relação análoga ao *barbarismo* e ao *metaplasmo*.

De modo geral, o *solecismo* ocorre de duas maneiras: quando se usa indevidamente uma parte do discurso pela outra ou quando há erros nos acidentes das partes do discurso. Por exemplo, em *toruumque repente / clamat*¹⁶⁷ (“súbito, brada ameaçador”), usou-se indevidamente o nome *toruum* (“ameaçador”), em vez do advérbio *torue* (“de modo ameaçador”). Em *pars in frusta secant*¹⁶⁸ (“uma parte [dos homens] cortam [a caça] em pedaços”), usou-se o verbo *secant* (“cortam”) no plural, em vez do singular *secat*, que concordaria com o nome no singular *pars* (“parte”). Houve, portanto, erro num dos acidentes do verbo: o número. O *solecismo* pode ocorrer de incontáveis maneiras.

Donato arrola outros dez vícios de linguagem: *acirologia*, *cacófato*, *pleonasm*, *perissologia*, *macrologia*, *tautologia*, *elipse*, *tapinose*, *cacossínteto* e *anfibolia*. De modo bem sucinto, a *acirologia*, o *cacófato* e a *tapinose* ocorrem quando se usa uma palavra imprópria ao contexto. O *pleonasm*, a *perissologia*, a *macrologia* e a *tautologia* ocorrem quando se adicionam palavras ou expressões desnecessárias à frase. A *elipse*, retratada nesse capítulo como vício, e não como *figura*, consiste em omitir uma palavra necessária à frase. O *cacossínteto* é a disposição viciosa das partes do discurso¹⁶⁹, e a *anfibolia* é o mesmo que ambiguidade. A fronteira entre esses vícios nem sempre é tão óbvia, dada a similaridade entre eles.

Passados os vícios, Donato se põe a tratar das virtudes da linguagem, começando pelo *metaplasmo*, que ele assim define:

(114) - *metaplasmus est transformatio quaedam recti solutique sermonis in alteram speciem metri ornatusue causa. huius species sunt quattuordecim:*

¹⁶⁷ Virgílio, *Eneida*, 7, 399.

¹⁶⁸ Virgílio, *Eneida*, 1, 212.

¹⁶⁹ Modernamente, o erro na disposição das palavras está dentro do escopo do *solecismo*, que engloba qualquer erro de sintaxe. Para Donato, o *solecismo* ocorre quando se usa uma parte da oração no lugar de outra ou quando há erros nos acidentes das classes.

prosthesis, epenthesis, paragoge, aphaeresis, syncope, apocope, ectasis, systole, diaeresis, episynaliphe, synaliphe, ecthlipsis, antithesis, metathesis.

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 660, grifos nossos).

Metaplasmo é a transformação da linguagem correta e fluente em outra espécie **por causa do metro ou do ornamento**. Suas espécies são catorze: prótese, epêntese, paragoge, aférese, síncope, apócope, êctase, sístole, diérese, epissinalefa, sinalefa, eclipse, antítese e metátese.

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 167, tradução do autor, grifos nossos).

Boa parte desses termos gregos designativos dos *metaplasmos* se usa ainda hoje com a mesma acepção na Teoria Literária e na Linguística Diacrônica. A *prótese*, a *epêntese* e a *paragoge* consistem no acréscimo de letra no início, no meio e no fim da palavra, respectivamente. A *aférese*, a *síncope* e a *apócope* consistem na retirada de letra no início, no meio e no fim da palavra. A *êctase* é o alongamento de uma sílaba breve, e a *sístole*, a abreviação de uma sílaba longa¹⁷⁰. A *diérese* é a cisão de uma sílaba em duas, e a *epissinalefa* é a aglutinação de duas sílabas. A *eclipse* é a elisão ríspida de consoantes. A *antítese* é o emprego de uma letra no lugar de outra, e a *metátese* é a transposição de letras.

Em seguida, a definição de *figura*:

(115) - *schemata lexeos sunt et dianoeas, sed schemata dianoeas ad oratores pertinent, ad grammaticos lexeos. quae cum multa sint, ex omnibus necessaria fere sunt decem et septem, quorum haec sunt nomina: prolepsis, zeugma, hypozeuxis, syllepsis, anadiplosis, anaphora, epanalempsis, epizeuxis, paronomasia, schesisonomaton, parhomoeon, homoeoptoton, homoeoteleuton, polyptoton, hirmos, polysyndeton, dialyton.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 663, grifos nossos).

Há **figuras de palavra** e **figuras de pensamento**, mas as de pensamento competem aos **oradores**, as de palavra aos **gramáticos**. Como estas são muitas, de todas são indispensáveis perto de dezessete, cujos nomes são: prolepse, zeugma, hipozeuxe,

¹⁷⁰ Na Linguística Diacrônica, *sístole* é o recuo do acento tônico da palavra (VIARO, 2011, p. 162)

silepse, anadiplose, anáfora, epanalepse, epizeuxe, paronomásia, acúmulo de nomes, parômio, homeoptoto, homeoteleuto, poliptoto, hirmo, polissíndeto e diálito.

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 168-169, tradução do autor, grifos nossos).

Donato também busca aos gregos a noção de *figura*, bem como os seus tipos e subtipos: *σχήματα λέξεως* (*figuras de palavra*) e *σχήματα διάνοιας* (*figuras de pensamento*). As primeiras são mais comuns ao ofício dos gramáticos, as segundas mais comuns ao ofício dos oradores. Boa parte dessa extensa lista de figuras se encontra coligida com as mesmas acepções em manuais de Teoria Literária como o *Teoria Literária* (1974), de Hênio Tavares, e, em geral, todas se constroem por meio de arranjos frasais específicos e efeitos sonoros. A *prolepse* é a antecipação de termos deslocados de sua posição canônica na frase. O *zeugma* é a conclusão de várias cláusulas por meio de um único verbo. A *hipozeuxe* é uma *figura* contrária à anterior, em que diversos verbos se juntam às cláusulas. A *silepse* é a associação de cláusulas desiguais por meio de um único verbo. A *anadiplose* é a repetição de uma palavra no fim de um verso e no início do verso seguinte. A *anáfora* é a repetição de uma palavra no início de frases ou versos. A *epanalepse* é a repetição de uma palavra no início e no fim do mesmo verso. A *epizeuxe* é a repetição seguida de uma palavra. A *paronomásia* é o uso simultâneo de duas palavras parônimas. O *acúmulo de nomes* é uma sequência de *nomes* que aparentam ter alguma ligação. O *parômio* é a sequência de palavras iniciadas pela mesma letra¹⁷¹. O *homeoptoto* é a repetição de várias palavras flexionadas no mesmo caso. O *homeoteleuto* é a repetição de várias palavras com terminação semelhante. O *poliptoto* é uma *figura* contrária ao *homeoptoto*, já que consiste numa sequência de palavras flexionadas em casos distintos. O *hirmo* é seriação da frase, cujas partes se dispõem sem interrupção até o final. O *polissíndeto* é a sequência de expressões e frases ligadas por conjunção. O *diálito*, também chamado de assíndeto, é a sequência de expressões ou frases sem conjunção.

Por derradeiro, a definição de *tropo*:

(116) - *tropus est dictio translata a propria significatione ad non propriam similitudinem ornatus necessitatisue causa. sunt autem tropi tredecim: metaphora, catachresis, metalempsis, metonymia, antonomasia, epitheton, synecdoche, onomatopoeia, periphrasis, hyperbaton, hyperbole, allegoria, homoeosis.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 667, grifos nossos).

¹⁷¹ O *parômio* se assemelha à aliteração, em que vários fonemas consonantais se repetem em sequência.

Tropo é a palavra transferida de sua significação própria para uma semelhança não própria, por causa do ornamento ou da necessidade. São treze os tropos: metáfora, catacrese, metalepse, metonímia, antonomásia, epíteto, sinédoque, onomatopéia, perífrase, hipérbato, hipérbole, alegoria e homeose.

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 170, tradução do autor, grifos nossos).

O *tropo* se caracteriza pela transferência de um significado próprio para outro não próprio, ou seja, pela linguagem figurada. A *metáfora* é a transferência de coisas ou palavras, conforme aponta a etimologia do termo: μεταφορά significa “transferência” e vem do verbo μεταφέρω, que significa “transferir” ou “transportar”. A *catacrese* é o uso abusivo do nome alheio. A *metalepse* é uma espécie de gradação. A *metonímia* é uma transnomação que se pode dar de várias maneiras (e.g. o conteúdo pelo continente). A *antonomásia* é a expressão que alude a um nome próprio. O *epíteto* é a qualidade inerente a um ser. A *sinédoque* é uma espécie de *metonímia* que se constrói expressando a parte pelo todo ou vice-versa. A *onomatopéia* é o nome feito a partir do som. A *perífrase* é um circunlóquio usado para destacar o belo ou para suavizar o feio. O *hipérbato* tem vários tipos e consiste no deslocamento das palavras de suas posições canônicas. A *hipérbole* expressa uma qualidade pelo exagero. A *alegoria* tem vários tipos e consiste em dizer uma coisa para significar outra. A *homeose* também tem seus tipos e consiste em elucidar algo menos conhecido por meio de algo mais conhecido. Dentre os *tropos* citados, o hipérbato e a onomatopéia não operam propriamente com transferências de significado, conforme prevê a definição transcrita no excerto (116), pois o primeiro se configura pelo deslocamento de palavras na frase, e a segunda é tão somente a imitação de ruídos, ou melhor, uma tentativa de representar sons externos por meio de sons linguísticos.

4.5.3.5 Contrastando a *Ars Minor* e a *Ars Maior* com as gramáticas anteriores

Donato condensa didaticamente os principais conhecimentos gramaticais produzidos na Antiguidade, alicerçados nas oito partes do discurso. Em sendo pertencentes ao gênero τέχνη (em latim *ars*), a *Ars Minor* e a *Ars Maior* se assemelham muito à Τέχνη Γραμματική, de Dionísio Trácio, da qual se diferenciam apenas por reservar alguns capítulos aos vícios e as virtudes de linguagem. Ambas as gramáticas consistem em exposições metódicas e concisas

dos fatos de língua, adotando como parâmetro de correção linguística os usos literários. Enquanto os gregos adotam como referência os dois poemas homéricos, a *Ilíada* e a *Odisseia*, os latinos adotam como referência a sua epopeia nacional, a *Eneida*.

No âmbito da *camada teórica*, Donato não se ocupa com discussões relativas à natureza ou ao funcionamento da linguagem. À semelhança de outros gramáticos normativos, deduz-se que ele concebia a língua normatizada como objeto uniforme, dando primazia aos usos literários. Embora a analogia esteja na base do discurso fundador da Gramática, o autor reconhece, numa breve passagem da *Ars Maior*, que os princípios analógicos não devem se sobrepor dogmaticamente sobre declinações irregulares já consagradas pelo uso. Nesse sentido, há uma continuidade entre as suas concepções e as concepções dos seus antecessores Varrão e Quintiliano. Donato, conforme se antecipou, manteve o modelo de oito partes do discurso já enraizado entre os latinos.

Na *camada técnica*, a *Ars Minor* e a *Ars Maior* não trazem muitas inovações. Quanto aos meios de disposição e explicação dos conteúdos, elas se assemelham à *Τέχνη Γραμματική*, de Dionísio Trácio, por pertencerem ao mesmo gênero textual: *τέχνη* ou *ars*. Ambas consistem numa exposição concisa e metódica dos fatos de língua, começando sempre pelas definições, passando pelos acidentes e culminando nos exemplos explicativos. Na *Ars Minor*, há duas peculiaridades metalinguísticas: o método de pergunta e resposta com que o autor interage com os iniciantes e a apresentação dos paradigmas de declinação nominal e de conjugação verbal em todos os casos e em todos os tempos verbais. Quanto à terminologia morfossintática, não há inovações de relevo, já que as denominações das partes do discurso e dos respectivos acidentes são praticamente as mesmas de outros gramáticos. Diferenças esporádicas há, por exemplo, no número de subclassificações semânticas dos advérbios e das conjunções. Assim como Quintiliano (I, IV, 26), Donato propõe a existência de um sétimo caso morfológico em latim, mas nem ele nem o seu antecessor sugerem um nome técnico para designá-lo. Por fim, os termos relativos aos vícios de linguagem, aos metaplasmos, às figuras e aos tropos foram inteiramente emprestados do grego.

Na *camada documental*, todos os gramáticos até aqui estudados convergem. Todos recorrem basicamente a dois tipos de dado linguístico: exemplos curtos e hipotéticos ou trechos tirados de obras literárias. Donato demonstra notável predileção pelos poemas de Virgílio, sobretudo a *Eneida*, e, de modo mais esporádico, transcreve passagens de Ênio, Lucrécio e Terêncio.

Na *camada contextual-institucional*, é possível traçar paralelismos com a obra de Quintiliano. Assim como a *Institutio Oratoria*, a *Ars Minor* e a *Ars Maior* são de certa forma fruto do fomento estatal à cultura letrada, haja vista que os respectivos autores recebiam estipêndios para lecionar conteúdos úteis à formação da elite romana. Enfim, A obra de Apolônio Díscolo representa o desenvolvimento interno da ciência gramatical rumo a um nível linguístico pouco explorado pelos antigos, a Sintaxe, ao passo que a obra de Donato consolida as bases da gramaticografia latina e vernácula nos séculos posteriores, mas sem se aprofundar no nível sintático – tarefa essa que caberia ao seu sucessor Prisciano de Cesareia, no século VI d.C.

4.5.4 A terminologia (morfo)ssintática na *Ars Minor* e na *Ars Maior*: a *camada técnica*

Donato segue fielmente a doutrina de oito partes do discurso proposta pelos seus predecessores greco-latinos, sem trazer divergências ou novidades terminológicas de relevo. À semelhança de Dionísio Trácio, o autor não dedica nenhum capítulo à Sintaxe nem na *Ars Minor*, tampouco na *Ars Maior*. Em verdade, ele passa muito tangencialmente pelas questões sintáticas quando descreve os casos latinos e a relação destes com as demais partes do discurso, ao tratar de *solecismos*, *figuras* e *tropos*. Um tema em particular se destaca para os propósitos desta pesquisa: a existência de um suposto sétimo caso em latim.

Como é sabido, Quintiliano (I, IV, 26) havia proposto séculos antes a existência de um sétimo caso em frases como *hasta percussi* [i.e. *feridos com a lança*], alegando que a forma flexionada *hasta*, embora formalmente se pareça com um ablativo, não expressa a ideia prototípica desse caso latino: origem ou procedência. A própria etimologia do termo seria uma prova em favor disso, já que *ablatiuus* deriva de *ablatus*, particípio passado passivo do verbo irregular *auferre* (“receber”, “trazer de algum lugar”). A julgar pelo exemplo aduzido, o mestre em Retórica estava propondo a existência de um caso instrumental. Donato, por seu turno, tece as seguintes linhas sobre o sétimo caso:

(117) - *quidam adsumunt etiam septimum casum, qui est ablatiuo similis, sed sine praepositione ab, ut sit ablatiuus casus ab oratore uenio, septimus casus oratore magistro utor.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 625, grifos nossos).

Alguns adicionam ainda o **sétimo caso**, que é **semelhante ao ablativo**, mas sem a **preposição *ab***, de modo que seja ablativo *ab oratore uenio* [“venho do orador”] e sétimo caso *oratore magistro utor* [“sirvo-me do orador como mestre”].

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 145, tradução do autor, grifos nossos).

Há semelhanças consideráveis entre a proposição de Quintiliano e a de Donato. Em primeiro lugar, ambos atribuem ao ablativo a função prototípica de indicar origem ou procedência – ideia que fica ainda mais clara com o uso da preposição *ab*. Em segundo lugar, na frase exemplo *oratore magistro utor* (“sirvo-me do orador como mestre”), percebe-se que *oratore* (“do orador”) é uma espécie de complemento instrumental de *utor* (“sirvo-me”), porque, noutras palavras, se subentende que o orador seria utilizado no papel de um mestre. Todavia, Donato classifica como sétimo caso qualquer ablativo desprovido de preposição *ab*, havendo ou não a ideia de instrumento, como em *dignus munere* (“digno do posto”), em que *munere* é tão somente o complemento do apelativo *dignus*. Em manuais modernos, é comum aludir-se a um caso vestigial em latim, o locativo, cuja função é a de indicar o lugar onde o processo verbal acontece (e.g. *Romae*, “em Roma”; *domi*, “em casa”). Porém, como ele se assemelha formalmente ao genitivo, e não ao ablativo, o caso locativo não tem qualquer relação com as proposições dos dois gramáticos.

Não há particularidades terminológicas dignas de nota no modo como Donato descreve a relação entre os casos morfológicos e as demais partes do discurso. Para indicar relações de concordância ou regência, o autor recorre a termos genéricos, como nesta passagem:

(118) - *et prima persona non eget casu, sed **admittit** plerumque nominatiuum, ut uerberor innocens, liber serui; secunda persona **trahit** casum uocatiuum, ut uerberaris innocens, liber seruis; tertia **trahit** nominatiuum, ut uerberatur innocens, liber seruit. etiam uerba impersonalia, quae in tur exeunt, casui **seruiunt** ablatiuo, ut geritur a me a te ab illo. quae in it exeunt, casui **seruiunt** datiuo, ut contingit mihi tibi illi.*

(Donato, *Ars Maior*, in HOLTZ, 1981, p. 638, grifos nossos).

A primeira pessoa não precisa de caso, mas geralmente **admite** o nominativo, como *uerberor innocens* [“eu, um inocente, sou açoitado”], *liber serui* [“eu, um homem

livre, obedeço”]; a segunda pessoa **atrai** o caso vocativo, como *uerberaris innocens, liber seruis* [“tu, um inocente, és açoitado”]; a terceira **atrai** o nominativo, como *uerberatur innocens* [“ele, um inocente, é açoitado”], *liber seruit* [“ele, um homem livre, obedece”]. Já os verbos impessoais que terminam em *tur* **dependem** do caso ablativo, como *geritur a me a te ab illo* [“é gerido por mim, por ti, por ele”]. Os que terminam em *it* **dependem** do caso dativo, como *contingit mihi tibi illi* [“acontece a mim, a ti, a ele”].

(Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 152-153, tradução do autor, grifos nossos).

Quando Donato declara que o verbo *atrai* o nominativo ou o vocativo, ele apenas reforça que esses termos sentenciais costumam ser empregados juntos, num processo de coocorrência. Nesses trechos, há não mais do que uma vaga noção de concordância verbal. Mais adiante, diz-se que os verbos impessoais terminados em *tur* dependem (*seruiunt*) de um caso ablativo, como em *geritur a me a te ab illo* (“é gerido por mim, por ti, por ele”). Noutras palavras: os verbos na forma passiva requerem a existência de um agente expresso no caso ablativo, que, em termos modernos, é o agente da passiva. Por fim, diz-se que os verbos impessoais em *it* dependem de um caso dativo, isto é, requerem um dativo como complemento, como *contingit mihi tibi illi* (“acontece a mim, a ti, a ele”). Tal dependência de um termo em relação a outro está na base no conceito de regência, que viria a se solidificar apenas em momentos posteriores da gramaticografia latina. De qualquer forma, é forçoso lembrar que o autor não tinha a intenção de descrever a Sintaxe do latim nem dispunha à época de um aparato conceitual sólido para se aprofundar nesse tema.

No capítulo dos *solecismos*, os desvios de concordância e de regência são retratados como erros nos acidentes das partes do discurso. Em *pars in frusta secant*¹⁷² (“uma parte [dos homens] cortam [a caça] em pedaços”), usou-se erroneamente o verbo *secant* (“cortam”) no plural, em vez do singular *secat*, que concordaria com o seu sujeito *pars* (“parte”). De acordo com a metalinguagem de Donato, houve erro num dos acidentes verbais: o número. Em *urbem quam statuo uestra est*¹⁷³ (“a cidade que fundo é vossa”), usou-se erroneamente o acusativo *urbem*, em vez do nominativo *urbs*, que é sujeito do verbo *est*. De acordo com a metalinguagem de Donato, houve erro num dos acidentes nominais: o caso.

¹⁷² Virgílio, *Eneida*, 1, 212.

¹⁷³ Virgílio, *Eneida*, 1, 573.

Por fim, nos últimos dois capítulos, Donato enumera várias *figuras* e alguns *tropos* que se configuram por meio de arranjos frasais ornamentados: uns por repetição de palavras ou sons e outros por deslocamento. Contudo, o foco da *Ars Maior III* não está na descrição da estrutura sentencial do latim, mas na estilística das construções literárias. Na verdade, a Sintaxe também ocupa um lugar periférico nessa parte da obra.

4.6 Prisciano de Cesareia

4.6.1 A queda de Roma e o início da Idade Média

O século V d.C. ficou marcado na História Ocidental pelas ditas *invasões bárbaras*, de que resultaram o ocaso do Império Romano Ocidental e a conseqüente remodelação da paisagem geopolítica da Europa em vários reinos menores. A deposição do jovem imperador Rômulo Augústulo, perpetrada por Odoacro no ano 476 d.C., foi o evento histórico eleito pela Historiografia tradicional como o divisor de águas entre a Antiguidade e a Idade Média. No entanto, as referidas invasões foram um fenômeno de natureza mais complexa, e a periodização canônica entre uma era e outra está longe de ser unânime entre os historiadores.

O termo *invasões bárbaras* se refere genericamente às incursões de povos adventícios nas províncias ocidentais do Império Romano, sobretudo no século V d.C. Todavia, trata-se de um termo inadequado por duas razões: em primeiro lugar, o adjetivo *bárbaro*, conforme se explicitou nos capítulos anteriores, era usado pejorativamente pelos gregos e mais tarde pelos romanos para aludirem a povos cuja língua não podiam compreender e por cuja cultura não raro nutriam desprezo e antipatia; em segundo lugar, o termo pode trazer uma falsa ideia de que as tais invasões se deram em movimentos coordenados e violentos, como se visassem à destruição completa do Estado Romano (SILVA¹⁷⁴, 2019, p. 21-22). Na realidade, alguns povos se estabeleceram nas províncias ocidentais como federados (em latim: *foedarati*), por meio de acordos políticos. Os godos, por exemplo, depois de saquearem a cidade de Roma em 410 d.C., firmaram um acordo com os romanos em 418 d.C. e ajudaram o imperador Honório (r. 393-423 d.C.) a sufocar uma rebelião militar liderada por um aristocrata romano chamado Jovino (?-413); em troca, puderam fundar um reino germânico na região da Aquitânia, no sudoeste da Gália, que se tornou autônomo décadas depois, no ano 466 d.C. (SILVA, 2019, p. 26; AUERBACH¹⁷⁵, 1987, p. 67). Tais concessões são um sintoma claro de um império já financeira e militarmente debilitado. Outro ponto digno de nota é que nem todos os invasores eram etnicamente germânicos, nem havia entre eles uma unidade política ou um objetivo comum a ser alcançado. Aliás, o general romano Flávio Aécio (396-454 d.C) precisou formar uma coalizão com várias tribos germânicas para frear o avanço de um invasor oriundo da Ásia Central: os hunos, liderados pelo temível Átila (c. 400-453 d.C.). Mais tarde, os povos germânicos disputariam terras entre si e permaneceriam em disputa por muito tempo até que as fronteiras entre os reinos ascendentes começassem a se fixar.

¹⁷⁴ SILVA, Marcelo Cândido da. **História Medieval**. São Paulo: Contexto, 2019.

¹⁷⁵ AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. São Paulo: Cultrix, 1987.

A escolha da deposição de Rômulo Augústulo em 476 d.C. como o evento histórico divisor de águas entre a Antiguidade e a Idade Média pressupõe a ocorrência de uma ruptura em termos políticos, sociais, econômicos ou culturais. Entretanto, os historiadores têm preferido referir-se ao período compreendido entre os séculos IV e VII como **Antiguidade Tardia**, por enxergarem aí mais continuidades do que rupturas com o passado. Segundo Guarinello (2019, p. 170), há boas razões para isso: em primeiro lugar, o Império Romano do Oriente (ou Império Bizantino) via a si próprio como o legítimo herdeiro político e cultural de Roma, motivo pelo qual o imperador Justiniano (r. 527-565 d.C.) empreendeu campanhas militares no norte da África, na Ibéria e na Península Itálica e conseguiu reaver, ao menos temporariamente, a própria Cidade Eterna; em segundo lugar, os reinos que ascenderam sobre as cinzas das províncias ocidentais mantiveram até certo ponto a língua, a religião e as instituições romanas. Na Gália, os francos paulatinamente abandonaram o frâncico em prol do latim, modificando-o num dialeto românico do qual se originaria o francês, abandonaram as suas crenças pagãs após a conversão do rei Clóvis (r. 481-511 d.C.) ao Cristianismo e estatuíram códigos legais com mesclas de elementos germânicos e romanos, a exemplo da Lei Sálica (SILVA, 2019, p. 35). Na Ibéria, os visigodos abandonaram o gótico em prol do latim, abandonaram o Arianismo após a conversão do rei Recaredo (r. 586-601 d.C.) ao Catolicismo e estatuíram a *Lex Visigothorum* (PHILLIPS Jr., 2015, p. 50-51). Na Bretanha, os anglos e os saxões mantiveram as respectivas línguas germânicas porque quase toda a antiga população latinizada já havia deixado a ilha no início do século V, porém adotaram a religião e algumas instituições romanas assim como os demais. Na Itália, a aculturação dos lombardos ocorreu entre os séculos VI e VIII de maneira mais turbulenta. (BASSETTO, 2013, p. 143-145). Assim ficaram as fronteiras europeias, no século VI d.C.:

Figura 11 - A Europa no século VI d.C.



<https://www.todamateria.com.br/povos-barbaros/>

Segundo essa perspectiva de uma Antiguidade Tardia, os povos germânicos seriam antes continuadores do legado político e cultural dos romanos do que invasores selvagens e truculentos. Afinal, a eles interessava apropriar-se das glórias eternas de Roma, em vez de obliterá-las. Por outro lado, não se deve exagerar a receptividade desses povos à cultura romana a ponto de negar que a Europa Ocidental tenha passado por um período de estagnação na vida intelectual – haja vista que as novas elites laicas eram majoritariamente iletradas. Na Ibéria, “as escolas municipais romanas desapareceram logo após as conquistas germânicas, e o mesmo aconteceu com os indivíduos mestres em retórica.” (PHILLIPS Jr., 2015, p. 52). O clero foi praticamente o único repositório da produção filosófica, literária e científica greco-latina até o advento do dito “Renascimento Carolíngio”, na França, no fim do século VIII, em que o incentivo à cultura letrada passou a ser uma política de Estado, com vistas à formação de administradores e clérigos (SILVA, 2019, p. 40).

Enfim, não é objetivo desta breve exposição argumentar a favor desta ou daquela periodização da História Ocidental. Independentemente do período em que seja enquadrada a passagem do século IV para o século V d.C., seja numa Alta Idade Média, seja numa Antiguidade Tardia, há boas evidências de que o próximo gramático analisado, Prisciano de Cesareia, vivenciou um período de transformações sociopolíticas relevantes na Europa e no Mediterrâneo, as quais incidiram, direta ou indiretamente, sobre a sua obra.

4.6.2 Prisciano de Cesareia e as *Institutiones Grammaticae*

As informações biográficas sobre Prisciano de Cesareia são tão escassas quanto as dos seus antecessores. O seu epíteto *Caesarensis* indica que o seu lugar de nascimento foi uma das três cidades homônimas de Cesareia, dentre as quais uma se localizava na Capadócia, uma na Palestina e outra na Mauritânia. A primeira era um centro urbano pequeno e de cultura predominantemente helênica, em vez de latina, logo não deve ter sido o berço do ilustre gramático. De acordo com Fábio Fortes¹⁷⁶ (2010, p. 78-79), a segunda é o mais provável berço de Prisciano por duas razões: em primeiro lugar, lá havia uma renomada escola de Direito Romano, e, em segundo lugar, o autor parecia ter maior afinidade com as línguas semíticas do que com o púnico. Todavia, Marc Baratin¹⁷⁷ *et al.* (2010, p. 9) afirmam ser a terceira o seu mais provável berço, de onde Prisciano teria sido forçado a sair ainda jovem após turbulências decorrentes da ocupação vândala no norte da África. Ele deve ter nascido

¹⁷⁶ FORTES, Fábio. *As Institutiones grammaticae de Prisciano de Cesareia no pensamento metalinguístico greco-romano*. Revista Eletrônica Antiguidade Clássica ISSN 1983 7614 – No. 005/ Semestre I/2010/pp.69-84.

¹⁷⁷ BARATIN, Marc. *Priscien, Grammaire, livre XVII, Syntaxe, 1*. Texte latin, traduction introduite et annotée, Groupe Ars Grammatica éd., Paris, Vrin, 2010, 350 p.

nas últimas décadas do século V d.C., poucos anos após a deposição de Rômulo Augústulo, no ano 476 d.C. Chegando a Constantinopla, capital do Império Bizantino, teve por mestre o gramático Teoctisto, além de outros nomes menos conhecidos, e mais tarde ocupou uma das dez cadeiras de Gramática fundadas pelo imperador Teodósio II (r. 416-450 d.C.) décadas antes. Por volta de 512 d.C., teria escrito um panegírico ao imperador Anastácio I (r. 491-518) intitulado *De laude Anastasii Imperatoris* (“Em louvor do imperador Anastácio”). Em sua produção intelectual, elaborou três tratados sobre temas específicos: *De figuris numerorum* (“Sobre as representações figuradas dos números”), *De metris fabularum Terentii* (“Sobre a métrica das peças de Terêncio”) e *Praeexercitamina* (“Exercícios preliminares”). Em 526 e 527 d.C., o seu discípulo e copista Flávio Teodoro copiou a sua obra magna, a *Ars Prisciani, uiri eloquentissimi et disertissimi grammatici* (“A Arte de Prisciano, o mais eloquente e diserto gramático”), cujo título apócrifo *Institutiones Grammaticae* (“Ensinaamentos de Gramática”) provém da edição oitocentista de August Krehl (1819-1820) e acabou por se consolidar entre os estudiosos. O editor assim a nomeou com base no título de uma obra posterior de Prisciano, a *Institutio de nomine et pronome et uerbo* (“Ensino sobre o nome, o pronome e o verbo”). Por fim, é também de sua autoria a *Partitiones duodecim uersuum Aeneidos principalium* (“Análise dos versos iniciais dos doze cantos da Eneida”) (FORTES, 2010, p. 79; BARATIN *et al.*, 2010, p. 9-10).

As *Institutiones Grammaticae* vieram a lume em Constantinopla, capital do Império Bizantino, nos anos 526 e 527 d.C., na mesma época em que Justiniano ascendeu ao trono. Como é sabido, o imperador empreendeu as chamadas Guerras Justinianas na Península Itálica e noutros lugares do Mar Mediterrâneo com o objetivo de restaurar o legado político e cultural do Império Romano, de que os bizantinos se julgavam herdeiros embora fossem majoritariamente helenófonos. Em verdade, o latim jamais suplantou o grego nos territórios de cultura helênica, nos quais a língua de Roma em geral se limitava às suas funções administrativas e a uma pequena elite letrada, de modo que ela caísse em inevitável desuso nas décadas seguintes e fosse aos poucos suplantada pelo grego medieval em todos os meios de circulação. A obra de Prisciano traz marcas evidentes dessa conjuntura sociopolítica, na medida em que comprova a existência de um bilinguismo na nobreza bizantina da época. Barbara Weedwood¹⁷⁸ (2002, p. 41) assevera que as *Institutiones Grammaticae*, por mais que tragam muitos trechos da Literatura Grega, foram escritas em latim e só poderiam ser endereçadas a um público que já tivesse boa familiaridade com o idioma do Lácio. Afinal, não

¹⁷⁸ WEEDWOOD, B. *História Concisa da Linguística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

se trata de um material propedêutico como a *Ars Donati*. O gramático rememora amiúde os principais nomes e monumentos da Literatura Latina e, por vezes, se reporta aos falantes de latim usando a primeira pessoa do plural, a fim de reafirmar o seu compromisso cultural com Roma, como na seguinte passagem:

(119) - *Post participium Graeci articulum ponunt, quem nos, sicut in pronomine ostendimus, non habemus.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 19-20, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 92, grifos nossos).

Após o participío, os gregos põem o artigo, que **nós**, conforme mostramos a respeito do pronome, não temos.

(*ibidem*, tradução e grifos nossos).

Do ponto de vista estrutural e temático, as *Institutiones Grammaticae* são um extenso tratado de Gramática composto por dezoito livros, ao longo dos quais o autor passa pela Fonologia, pela Morfologia e pela Sintaxe. Em linhas gerais: o livro I aborda os sons (*uoces*) e as letras; o livro II aborda a sílaba, a palavra (*dictio*), a oração e as suas partes; o livro III aborda os comparativos, os superlativos e os diminutivos; os livros IV e V abordam os denominativos, as formas nominais e as categorias de gênero, número e caso; o livro VI traz particularidades do caso nominativo, ao passo que o livro VII traz particularidades dos demais casos morfológicos; o livro VIII aborda as propriedades gerais dos verbos; o livro IX trata mais especificamente da conjugação verbal, enquanto o livro X se concentra em particularidades do pretérito perfeito; o livro XI se aprofunda nos participíos latinos; os livros XII e XIII abordam os pronomes; o livro XV aborda os advérbios e as interjeições; o livro XVI aborda as conjunções. Por fim, os livros XVII e XVIII se ocupam da Sintaxe (*constructio*) e, mais do que qualquer outra parte do tratado, apresentam uma influência textualmente explícita da doutrina sintática de Apolônio Díscolo (FORTES, 2010, p. 81). Apesar do que a supradita e resumida divisão temática sugere, o estilo redacional de Prisciano aparenta ser errático aos olhos de um leitor moderno, dando a impressão de que certos temas vão e voltam de maneira inesperada ou desordenada. Sobre isso dizem Baratin *et al.*:

En fait, une lecture attentive des transitions, en particulier entre chacune des parties principales du livre, met en évidence la superposition dans le texte de deux logiques: une progression linéaire d'apparence **erratique**, et un plan global sous-jacent qui a la particularité d'être plus souvent explicité a

posteriori qu'annoncé a priori, comme si Priscien prenait conscience de la cohérence de son propos à mesure qu'il avance. (BARATIN *et al.*, 2010, p. 13, grifos nossos).

De fato, uma leitura atenta das transições, em particular entre cada uma das partes principais do livro, põe em evidência a superposição no texto de duas lógicas: uma progressão linear de aparência **errática**, e um plano global subjacente que tem a particularidade de ser mais frequentemente explícito *a posteriori* do que anunciado *a priori*, como se Prisciano tomasse consciência da coerência de seu propósito à medida que ele avança. (BARATIN *et al.*, 2010, p. 13, tradução e grifos nossos).

A transmissão da *Ars Prisciani* se deu de maneira quase ininterrupta do século VI d.C. à Idade Contemporânea. Cassiodoro (490-581 d.C.), escritor, erudito e conselheiro do rei ostrogodo Teodorico, o Grande (454-526), tinha em mãos um exemplar parcial da obra, que recebera de um gramático grego. Sabe-se também da existência de outro manuscrito similar no sul da Itália que talvez descenda do mesmo testemunho pertencente a Cassiodoro. No século seguinte, o abade Adelmo de Malmesbury (c. 639-709), conhecedor do latim e do inglês antigo, cita nominalmente o gramático numa carta e nela faz observações sobre prosódia relativas ao livro III. De fato, há indícios de que outros autores da Alta Idade Média, tanto na Itália quanto na Bretanha, conhecessem a gramática de Prisciano, mas, na maioria dos casos, eles só devem ter tido acesso aos livros de I a VI. Um dos primeiros eruditos ocidentais a ler os livros XVII e XVIII, concernentes ao nível sintático, foi Alcuíno de Iorque (724-804), clérigo, erudito e figura proeminente do já mencionado “Renascimento Carolíngio”. A partir daí, cresceu exponencialmente o número de cópias parciais ou totais das *Institutiones Grammaticae*, como bem indicam os números apresentados por Baratin *et al.* (2010, p. 52), segundo os quais restaram quatro testemunhos do fim do século VIII e cinquenta e cinco do século IX, totalizando centenas nos séculos subsequentes. Com o advento das universidades europeias a partir do século XI, a *Ars Donati* e a *Ars Prisciani* continuaram sendo obras de referência no currículo da disciplina gramatical, sendo a primeira mais introdutória e a segunda mais avançada, o que naturalmente elevou o número de cópias, fazendo-as circular por toda a Europa e potencializando o surgimento de gramáticas vernáculas. Papel não menos importante tiveram os comentadores do texto latino, que ajudaram a difundir a doutrina gramatical do mestre de Cesareia na Idade Média por meio de compilações tais como a *Excerptiones de Prisciano* (século IX), as *Glosulae* (século X) e outras obras posteriores, cujo objetivo maior era elucidar e simplificar as complexas ideias do autor a fim de transmiti-las a um público discente que decerto não tinha nem o latim, nem o

grego antigo como língua materna (BARATIN *et al.*, 2010, p. 47-52; WEEDWOOD, 2002, p. 53-54).

Dentre as edições modernas e contemporâneas do texto latino, destaquem-se as de Van Putschen (1605), a de Krehl (1819) – à qual, vale lembrar, se deve o título apócrifo *Institutiones Grammaticae* – e a de Martin Hertz, vinda a lume entre 1855 e 1859. Para fins de análise, recorreu-se nesta pesquisa à tradução francesa levada a cabo pelo grupo *Ars Grammatica* e intitulada *Priscien: Grammaire, Livre XVII, Syntaxe 1* (BARATIN *et al.*, 2010), que se baseia mormente na edição de Hertz e engloba, conforme sugere o seu título, apenas o livro XVII. Citações e alusões aos demais livros aparecem esporadicamente nas próximas seções.

4.6.3 A análise das *Institutiones Grammaticae*

Dentre todos os gramáticos estudados até aqui, Prisciano é o primeiro a adotar explicitamente o que o sociólogo da ciência Stephen Murray (1983, p. 23-25) chama de *retórica revolucionária*, que consiste num esforço consciente de romper com as abordagens dominantes de uma disciplina, a fim de propor abordagens mais aptas a solucionar os antigos e os novos problemas^{179 180}. De fato, Prisciano julgava fazer parte de uma inovadora vertente dos estudos gramaticais, que havia sido inaugurada, segundo ele, pela principal referência intelectual da sua obra: Apolônio Díscolo. É o que asseveram Baratin *et al.*:

Priscien présente cette œuvre comme une rupture, en opposant deux périodes dans l'histoire de la grammaire, celle de la uestustissima grammatica ars, à laquelle sont associées toutes sortes d' "erreurs", et celle des iuniores, caractérisée par la clairvoyance et illustré par Apollonius et son fils Hérodien. Priscien se réclame des ces derniers, et de la modernité qu'ils représentent. (BARATIN *et al.*, 2010, p. 11-12, grifos nossos).

Prisciano apresenta essa obra como uma **ruptura**, opondo dois períodos na história da gramática, o da **uestustissima grammatica ars** [*i.e.* antiquíssima arte gramática], à qual está associado todo tipo de “erros”, e o [da gramática] dos **iuniores** [*i.e.* mais jovens], caracterizada pela clarividência e ilustrada por Apolônio e seu filho Herodiano. Prisciano reivindicava estar entre estes últimos e na modernidade que eles representam. (BARATIN *et al.*, 2010, p. 11-12, tradução e grifos nossos).

¹⁷⁹ Como a obra de Apolônio Díscolo chegou incompleta a nós, não é possível dizer com segurança se ele adotou ou não uma *retórica revolucionária* contra os seus antecessores.

¹⁸⁰ O uso de uma *retórica revolucionária* pressupõe um desejo de rompimento com o passado de uma determinada disciplina, mas isso não implica que as novas abordagens sejam necessariamente uma *revolução científica* em termos kuhnianos.

A visão refratária de Prisciano sobre os seus predecessores vai nitidamente ao encontro das ideias de Murray (1983, p. 23-25) sobre a *retórica revolucionária*, segundo as quais os apólogos de uma abordagem revolucionária se veem como mais jovens e mais modernos do que os apólogos de uma abordagem estabelecida. Nesse sentido, o mestre de Cesareia opõe os gramáticos tidos por ele como vetustos aos gramáticos tidos por ele como mais jovens, seguidores da doutrina de Apolônio Díscolo. O motivo subjacente a esse esforço de ruptura está numa descontinuidade, no nível da *camada teórica*, entre Prisciano e boa parte dos gramáticos latinos, qual seja: a inclusão do nível sintático nos estudos gramaticais. Afora Varrão, cujo pensamento sintático, além de pouco conhecido, parece não ter tido ressonância significativa entre os seus sucessores, Prisciano é o pioneiro a dedicar reflexões mais exaustivas sobre a Sintaxe na gramaticografia latina. Quintiliano e Donato, convém lembrar, passam apenas tangencialmente por esse tema quando tratam do solecismo e de algumas figuras de linguagem.

Por outro lado, embora Prisciano enquadre os seus predecessores latinos numa vertente vetusta da disciplina gramatical (*uetustissima grammatica ars*), é forçoso lembrar que o autor mantém boa parte do arcabouço conceitual e terminológico legado por eles nas áreas de Fonologia e de Morfologia. Não há na sua obra uma definição de Gramática, o que, na visão de Robbins (1979, p. 45), sugere uma adesão tácita do autor às definições e aos objetivos já estabelecidos pelos seus antepassados intelectuais. Além disso, a sua definição de *voz* (*uox*) tem base claramente filosófica e se assemelha muito à de Donato, na *Ars Maior*¹⁸¹, conforme demonstram as linhas iniciais do livro I das *Institutiones Grammaticae*:

(120) - *Philosophi definiunt, **vocem** esse aerem tenuissimum ictum vel suum sensibile aurium, id est quod proprie auribus accidit.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, I, 1, in HERTZ¹⁸², 1855, grifos nossos).

Os filósofos definem a **voz** como ar estreitamente percutido ou propriedade sensível dos ouvidos, isto é, aquilo que chega propriamente aos ouvidos.

(*ibidem*, tradução e grifos nossos).

Os filósofos aludidos por Prisciano são os estoicos, que definem a *voz* como ἀήρ πεπληγμένος (“ar percutido”) (DEZOTTI, 2011, p. 130, nota 69). O trecho acima transcrito

¹⁸¹ “Voz é ar percutido, sensível à audição enquanto ela está nele. Toda voz ou é articulada ou é confusa. Articulada é a que pode ser apreendida pelas letras; confusa é a que não pode ser escrita”. (Donato, *Ars Maior*, in DEZOTTI, 2011, p. 130, tradução do autor, grifos nossos).

¹⁸² In KEIL, Heinrich. *Grammatici Latini*, vol. II. Leipzig: Teubner, 1855.

remete ao filósofo estoico Diógenes da Babilônia (c. 240-150 a.C.), cuja definição de voz é citada por Diógenes Laércio (c. 200-250 d.C.): ἔστι δὲ φωνὴ ἀήρ πεπληγμένος ἢ τὸ ἴδιον αἰσθητὸν ἀκοῆς, ὡς φησι Διογένης ὁ Βαβυλώνιος (“a voz é um ar percutido ou a propriedade sensível do ouvido, como diz Diógenes da Babilônia”) (D.L., 7.55).

Outra continuidade relevante no âmbito da *camada teórica* é a manutenção do modelo de oito partes do discurso e das respectivas denominações em latim, presentes tanto em Quintiliano quanto em Donato, mas com algumas discontinuidades mais salientes na classificação dos nomes e dos pronomes. Para melhor compreender esses pontos divergentes, leia-se o seguinte trecho:

(121) - *Et quomodo supra dicta generalia nomina sunt infinita uel interrogatiua uel relatiua uel redditiua, sic aduerbia quoque inueniuntur, ut nomen infinitum quis et aliquis, aduerbium aliquo et alicunde et alicubi et aliqua; nomen interrogatiuum et relatiuum qualis, ποῖος καὶ ὁκοῖος, et quot, πόσοι καὶ ὀπόσοι, similiter aduerbium interrogatiuum et relatiuum qualiter, ποίως καὶ ὀποίως, ut, πῶς καὶ ὄπως, quotiens, ποσάκις καὶ ὀσάκις; nomen redditiuum talis et tot, aduerbium taliter et totiens.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 39, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 120, grifos nossos).

E como os supraditos nomes genéricos são **indefinidos, interrogativos, anafóricos ou correlativos**, também se encontram advérbios assim, como **os nomes indefinidos** *quis* [“quem”] e *aliquis* [“alguém”], e os advérbios *aliquo* [“para qualquer lugar”], *alicunde* [“de qualquer lugar”], *alicubi* [“em qualquer lugar”] e *aliqua* [“para qualquer lugar”]; **os nomes interrogativos e anafóricos** *qualis*, ποῖος καὶ ὁκοῖος [“qual”], *quot*, πόσοι καὶ ὀπόσοι [“quanto”], e similarmente os advérbios interrogativos e os anafóricos *qualiter*, ποίως καὶ ὀποίως [“como”], *ut*, πῶς καὶ ὄπως [“como”], *quotiens*, ποσάκις καὶ ὀσάκις [“quantas vezes”]; **os nomes correlativos** *talis* [“tal”] e *tot* [“tantos”], os advérbios *taliter* [“assim”] e *totiens* [“tantas vezes”].

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

Os tais nomes genéricos (*nomina generalia*) arrolados no excerto (121) se caracterizam por ter um referente indefinido, no que claramente contrastam com os nomes comuns e os próprios, cujos referentes são definidos ou individualizados. Prisciano diverge

dos gramáticos que classificam as palavras *quis, aliquis, qualis, quot, tot* e similares como pronomes, a exemplo do que fizera Donato na *Ars Maior* (DEZOTTI, 2011, p. 148), porém tal opção classificatória do mestre de Cesareia não conseguiu lograr tanto êxito em períodos posteriores da gramaticografia latina. Ele classifica como pronomes os pessoais, os possessivos, os demonstrativos e os relativos.

A afiliação de Prisciano à doutrina apoloniana é sobremaneira evidente nos livros derradeiros das *Institutiones Grammaticae*, concernentes à Sintaxe. O autor o explicita logo no parágrafo inicial do livro XVII:

(122) - *Quoniam in ante expositis libris de partibus orationis in plerisque Apollonii auctoritatem sumus secuti, aliorum quoque siue nostrorum siue Graecorum non intermittentes necessaria et si quid ipsi quoque noui potuerimus addere, nunc quoque eiusdem maxime de ordinatione siue constructione dictionum, quam Graeci σύνταξιν uocant, uestigia sequentes, si quid etiam ex aliis uel ex nobis congruum inueniatur, non recusemus interponere.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 1, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 62, grifos nossos).

Como seguimos, boa parte do tempo, a **autoridade de Apolônio** nos livros antes expostos sobre as partes da oração, não ignorando o que de útil vem de outros [autores], latinos ou gregos, e, se também algo de novo pudermos acrescentar, seguindo os seus passos, que seja agora principalmente sobre a **ordenação** ou a **construção** das palavras, que os gregos chamam de **σύνταξις**; se da mesma forma algo cômgruo se encontrar vindo de outros [autores] ou dos nossos, não nos recusemos a inserir.

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

A afiliação de Prisciano à doutrina apoloniana também se evidencia quando o autor simplesmente traduz ou adapta inúmeras passagens do gramático alexandrino. O segundo parágrafo do livro XVII reproduz a olhos vistos os argumentos do parágrafo inicial do Περὶ Συντάξεως¹⁸³:

¹⁸³ Περὶ Συντάξεως, I, 1, in BOTAS, 1987, p. 73.

(123) - *In supra dictis igitur de singulis uocibus dictionum, ut poscebat earum ratio, tractauimus; nunc autem dicemus de **ordinatione** earum quae solet fieri ad **constructionem orationis perfectae**, quam admodum necessariam ad auctorum expositionem omnium diligentissime debemus inquirere quod, quemadmodum literae apte coeuntes faciunt syllabas et syllabae dictiones, sic et dictiones orationem.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 2, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 62, grifos nossos).

Nos supraditos livros, tratamos, pois, **de cada palavra isoladamente**, conforme pedia a lógica delas; agora falaremos sobre a **ordenação** delas, que costuma fazer-se com vistas à **construção da oração perfeita**, que devemos investigar mui diligentemente por ser de todo necessária à explicação de todos os autores, pois, da mesma forma que letras bem dispostas formam sílabas, e sílabas [formam] palavras, assim também as palavras [formam] uma oração.

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

De acordo com Taylor¹⁸⁴ (1994, p. 563, *apud* BECCARI¹⁸⁵, 2013, p. 52), Prisciano segue de perto as inclinações racionalistas e analogistas de Apolônio, opondo e comparando os níveis linguísticos¹⁸⁶. Nas primeiras linhas do excerto, ele opõe o nível linguístico das palavras isoladas (*i.e.* Morfologia), sobre o qual discorreu nos livros anteriores, ao nível das palavras ordenadas (*i.e.* Sintaxe), sobre o qual vai discorrer nos livros XVII e XVIII. A ordenação harmoniosa de palavras em orações é análoga à ordenação de letras em sílabas e de sílabas em palavras, visando à construção de uma oração perfeita. O estudo da Sintaxe, dizem ambos os gramáticos, é indispensável à compreensão dos autores canônicos.

O excerto (123) também traz informações relevantes sobre as escolhas terminológicas do autor, no nível da *camada técnica*. Um breve cotejo entre o parágrafo acima transcrito e o seu correspondente no Περὶ Συντάξεως já revela o esforço de Prisciano para traduzir ou

¹⁸⁴ TAYLOR, D. J. **Classical linguistics**: an overview. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R.E. (Orgs). **Concise history of the language sciences**: from the summerians to the cognotivists. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 83-90.

¹⁸⁵ BECCARI, Alessandro Jocelito. **Uma tradução da Grammatica Speculativa de Tomás de Erfurt para o português**: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário. Tese de doutorado em Letras. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curso de Pós-Graduação em Letras/UFPR, Curitiba, 2013.

¹⁸⁶ Apolônio (I, 43) baseia o seu ideal de correção nos usos literários e na analogia, mas, assim como a maioria dos gramáticos antigos, evita fazer uma defesa irrestrita de princípios analógicos. Como quer que seja, nem todos os estudiosos concordam em atribuir a ele e a Prisciano o rótulo de *analogista*.

decalcar termos gregos. Por exemplo, o termo latino *constructio*, além de ser um visível decalque do grego σύνταξις (“sintaxe”), é uma tradução possível para um dos termos-chave da doutrina apoloniana: καταλληλότης (“coerência”). Enquanto Apolônio fala em εἰς καταλληλότητα τοῦ αὐτοτελοῦς λόγου (“com vistas à coerência da oração perfeita”), Prisciano fala em *ad constructionem orationis perfectae* (“com vistas à construção da oração perfeita”). Já o termo *ordinatio*, por seu turno, é um sinônimo possível para *constructio*. Seguindo os procedimentos adotados nesta pesquisa, a próxima seção deste capítulo dedica-se a um estudo mais pormenorizado do vocabulário técnico do autor.

Voltando à *camada teórica*, o livro XVII das *Institutiones Grammaticae* se debruça sobre temas recorrentes em qualquer estudo sintático – estrutura frasal, regência, concordância e colocação –, mas não necessariamente dispostos nessa sequência nem abordados com a mesma profundidade. Segundo Baratin *et al.* (2010, p. 18), o livro XVII traz os mesmos assuntos constantes nos dois primeiros livros do Περὶ Συντάξεως e em partes do terceiro.

Sobre a estrutura frasal canônica do latim e do grego diz Prisciano:

(124) - *Sicut igitur apta ordinatione perfecta redditur oratio, sic ordinatione apta traditae sunt a doctissimus artium scriptoribus partes orationes, cum primo loco nomen, secundo uerbum posuerunt, quippe cum nulla oratio sine iis completur.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 12, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 82, grifos nossos).

Assim como uma oração perfeita se manifesta por meio de uma ordenação apropriada, também por meio de uma ordenação apropriada as partes da oração foram transmitidas pelos doutíssimos escritores das artes [gramáticas], **quando puseram em primeiro lugar o nome e em segundo lugar o verbo, pois nenhuma oração fica completa sem eles.**

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

A passagem acima transcrita traz ecos do ὄνομα e do ῥῆμα platônicos, que são antes categorias do pensamento do que categorias gramaticais. Ambos os componentes são indispensáveis à completude da oração e devem, segundo a ordem canônica das línguas

clássicas, trazer o *nome* antes do *verbo*. A influência filosófica sobre a **colocação** dos termos oracionais fica ainda mais clara neste outro passo da obra:

(125) - *Sciendum tamen quod **recta ordinatio** exigit ut pronomen uel nomen praeponatur uerbo, ut ego et tu legimus, Vergilius et Cicero scripserunt, quippe cum **substantia** et persona ipsius agentis uel patientis, quae per pronomen uel nomen significatur, prior esse debet naturaliter quam **ipse actus, qui accidens est substantiae.***

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 105, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 190-192, grifos nossos).

Deve-se saber, todavia, que a **correta ordenação** exige que o pronome ou o nome se antepõem ao verbo como em *ego et tu legimus* [“eu e tu lemos”], *Vergilius et Cicero scripserunt* [“Virgílio e Cícero escreveram”], visto que a **substância** e a pessoa do próprio agente ou do paciente, que por um pronome ou nome são representados, deve estar naturalmente antes do **próprio ato, que é um acidente da substância**.

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

Se o *nome* e o *verbo* tomados como componentes indispensáveis da oração trazem ecos da Filosofia Platônica, os conceitos de substância (οὐσία, *substantia*)¹⁸⁷ e de qualidade (ποιόν ou ποιότης, *qualitas*) são ecos das categorias aristotélicas, embora outros filósofos também se tenham servido desses termos. No parágrafo correspondente do *Περὶ Συντάξεως*, Apolônio diz (I, 16): τὸ διατιθέναι καὶ τὸ διατίθεσθαι **σώματος** ἴδιον (“o agente e o paciente são propriedade **do corpo**”), onde se vê *σῶμα* (“corpo”), em vez de οὐσία (“substância”). Todavia, noutro passo da obra, diz o gramático alexandrino (I, 34): Ἦδη μέντοι ὑπ’ ὄψιν πιπτούσης τῆς **οὐσίας** καὶ τῆς **ποιότητος** καὶ ἔτι τῶν συμπαραπομένων... (“Porém, estando à vista a **substância**, a **qualidade** e os demais acidentes...”), onde se veem os termos οὐσία (“substância”) e ποιότης (“qualidade”) lado a lado. Ora, partindo da premissa de que a substância é tudo aquilo dotado de uma existência própria, e de que um acidente tem a sua existência condicionada a uma substância, é lícito inferir que o ato só se configura como ato se houver um ser que o pratique. Noutras palavras, o ato verbal pressupõe a existência de um ser representado por um nome ou por um pronome na oração. Por exemplo, aos verbos

¹⁸⁷ Baratin *et al.* (2010, p. 85, nota 40) lembram que, noutros passos da obra, Prisciano usou o termo *substantia* para traduzir o grego *σῶμα*.

denotativos de fenômenos meteorológicos como *trovejar*, considerado impessoal pelos gramáticos contemporâneos, só caberia um único ser agente, na visão de Apolônio Díscolo (II, 16): Zeus, o deus do trovão na mitologia grega. Prisciano, seguindo os passos do mestre, diz que tal ato só caberia a Júpiter, correspondente romano de Zeus (XVII, 60). Isso, no entanto, não implica a inexistência de verbos impessoais (*impersonalia*) em latim, aos quais se dedicam alguns parágrafos nas *Institutiones Grammaticae* (XVII, 67-69).

Embora não haja na obra um termo técnico com a ideia de *regência*, conforme se verá adiante, o autor passa pelo tema diversas vezes, seja numa perspectiva mais generalista, seja numa perspectiva mais particularista. A seguir, algumas considerações gerais sobre o uso dos casos morfológicos em relação aos verbos:

(126) - *Quemadmodum nomina, sic etiam pronomina per singulos casus similiter cum uerbis construuntur. Et nominatiuis quidem intransitiue, obliquis uero transitiue uerba coniunguntur, ut Theoctistus uel iste currit, Theoctisti uel istius misereor, Theoctisto uel isti praebeo, Theoctistum uel istum uideo. Ablatiuus etiam ceteros obliquos sequitur: Theoctisto uel isto gaudeo; nam uocatiuus quoque intransitiue secundis adiungitur uerborum personis, cum proprius sit naturaliter secundae personae, ut Theoctiste uel tu, noster doctor, legis uel lege.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 66-67, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 154, grifos nossos).

Assim como os nomes, também os pronomes se constroem similarmente com os verbos **por meio de cada um dos casos**. Os verbos se juntam aos **nominativos intransitivamente**, mas aos [casos] **oblíquos transitivamente**, como *Theoctistus* ou *iste currit* [“Teoctisto” ou “este corre”], *Theoctisti* ou *istius misereor* [“Apiedo-me de Teoctisto” ou “deste”], *Theoctisto* ou *isti praebeo* [“Ofereço a Teoctisto” ou “a este”], *Theoctistum* ou *istum uideo* [“Vejo Teoctisto” ou “este”]. O ablativo também segue os outros [casos] oblíquos: *Theoctisto* ou *isto gaudeo* [“Regozijo-me com Teoctisto” ou “com este”]; porém, o **vocativo** também se junta **intransitivamente** às segundas pessoas dos verbos porque ele naturalmente peculiar à segunda pessoa, como *Theoctiste* ou *tu, noster doctor, legis* ou *lege* [“Ó Teoctisto” ou “tu, nosso mestre, lê” ou “lê”].

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

O excerto (126) reforça um dos argumentos basilares desta tese: os casos morfológicos faziam as vezes do que hoje se convencionou chamar de *funções sintáticas*, haja vista o papel deles como partes estruturais de uma oração completa, segundo a metalinguagem da época. Prisciano enumera as possibilidades combinatórias dos casos morfológicos com os verbos e ainda informa dois tipos de combinação: transitiva e intransitiva. Como é sabido, ele trasladou e decalcou outro relevante conceito da doutrina apoloniana: μετάβασις, traduzido em latim por *transitio*. De modo geral, verbos que se constroem com nominativo ou vocativo não precisam **transitar** em direção a complementos flexionados nos casos oblíquos, enquanto os verbos que se constroem com genitivo, dativo, acusativo ou ablativo precisam **transitar** em direção a esses complementos oblíquos para que se chegue a uma oração perfeita (*oratio perfecta*). Enfim, são muito visíveis os paralelos entre a metalinguagem de Prisciano e a metalinguagem sintática contemporânea, no que concerne à transitividade verbal.

A seguir, as considerações gerais do autor sobre as palavras declináveis e as regras de concordância:

(127) - *Quae sunt igitur declinabiles, cum ex propriis figurationibus ad conuenientes supra **dictorum numerorum uel generum uel casuum uel personarum uel temporum consequentias** accipiuntur, orationis constructione, id est dispositione, ad aptam coniunctionem ferri debent, ut puta singulare ad singularem et plurale ad pluralem, cum ad unam eandemque refertur personam **intransitiue**, ut ego Priscianus scribo intellegens et nos oratores scribimus intellegentes. Cum enim **transitiua** sunt uel **refractiua**, licet diuersis uti numeris, ut docemus discipulum et docemus discipulos; doceo discipulum et doceo discipulos; et accuso uos et prosum nobis.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 153-154, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 238-240, grifos nossos).

Assim as [partes da oração] que são declináveis, quando, por meio de formas apropriadas, são empregadas para se combinarem segundo as **concordâncias dos números, dos gêneros, dos casos, das pessoas e dos tempos das palavras**, conforme a construção da oração, isto é, a disposição, devem ser postas numa junção adequada, como singular ao singular e plural ao plural, quando, por exemplo, se refere **intransitivamente** a uma mesma pessoa, como *ego Priscianus scribo intellegens* [“Eu, Prisciano, escrevo como conhecedor”] e *nos oratores scribimus intellegentes* [“Nós, oradores, escrevemos como conhecedores”]. Quando, pois, são **transitivas** ou

reflexivas, é lícito usar diversos números, como *docemus discipulum* [“instruímos o discípulo”] e *docemus discipulos* [“instruímos os discípulos”]; *doceo discipulum* [“Instruo o discípulo”]; *accuso uos* [“Eu vos acuso”] e *prosum nobis* [“Sou útil a nós”].

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

Essa tradução um pouco mais literal do excerto (127) evidencia e antecipa algumas discussões terminológicas da próxima seção. Por exemplo, Prisciano usa o vocábulo *consequentias* como possível tradução para o grego καταλληλότης (“coerência”) e com uma acepção próxima ao que hoje se chama *concordância*, segundo demonstram as suas especificações no próprio trecho: de número, de gênero, de caso, de pessoa e de tempo. O conceito apoloniano de καταλληλότης (“coerência”), convém lembrar, diz respeito à boa formação sintática das orações em geral, passando por concordância, regência e colocação. Em seguida, diz o autor, com outras palavras, que o verbo deve necessariamente concordar com o termo nominativo nas construções intransitivas, mas que tal concordância já é dispensável com os casos oblíquos nas construções transitivas e nas reflexivas, haja vista que o verbo não concorda com os seus complementos.

Afora esses temas de caráter mais geral, o gramático também se ocupa de aspectos morfossintáticos comuns ao latim e ao grego, a exemplo dos verbos impessoais denotativos de fenômenos meteorológicos (XVII, 60), da natureza nominativa (e não vocativa) do pronome *tu* (XVII, 190-191), das diferenças entre o genitivo do pronome pessoal e o genitivo do pronome possessivo (XVII, 129-131), além de particularidades morfossintáticas do latim, como o emprego dos verbos *interest* e *refert* (XVII, 92).

A adesão de Prisciano às ideias apolonianas, por mais explícita que seja, não deve ser exagerada a ponto de relegá-lo a um reles intérprete ou tradutor do Περὶ Συντάξεως, como se existisse entre o mestre e o epígono uma espécie de servilismo teórico. Em verdade, o autor tinha perspicácia e agudeza analítica mais do que suficientes para lidar com as dissimetrias entre o latim e o grego, para as quais o tratado de Apolônio não ofereceria quaisquer soluções, já que nele só se fazem cotejos entre dialetos helênicos. Prisciano, por exemplo, nega categoricamente a existência de artigos em latim:

(128) - *Articulus secundam notitiam suppositorum demonstrat. Si enim dicam ἄνθρωπος ἦλθεν, primam notitiam ostendo; sin ὁ ἄνθρωπος ἦλθεν, secundam. Deficit*

autem praepositiuis articulis lingua Latina. Nam pronomen hic, quod grammatici in declinatione nominum loco praepositiui, ut dictum est, ponunt articuli, numquam in oratione sensum articuli habet.

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 27, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 104, grifos nossos).

O artigo demonstra um segundo nível de conhecimento dos referentes. Se eu disser, pois, ἄνθρωπος ἦλθεν [“homem veio”], expresso um primeiro nível; mas se disser ὁ ἄνθρωπος ἦλθεν [“o homem veio”], expresso um segundo nível. **Carece a língua latina de artigos prepositivos.** Com efeito, o pronome *hic*, que os gramáticos põem no lugar de um artigo prepositivo na declinação dos nomes, conforme foi dito, **nunca na oração tem o sentido de um artigo.**

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

À semelhança do que ocorre com o artigo definido português, o emprego do artigo prepositivo grego (προτακτικὸν ἄρθρον) em frases como ὁ ἄνθρωπος ἦλθεν (“o homem veio”) pressupõe que os interlocutores já tenham algum grau de conhecimento sobre o homem de que estão falando. Em latim, não há palavra que exerça precisamente essa função discursiva, não obstante algumas tentativas malogradas de traçar paralelos entre o artigo prepositivo grego e os pronomes demonstrativos latinos. O pronome *hic* (“este”) e as suas flexões, como bem adverte Prisciano, costumam ser empregados em função metalinguística para indicar o gênero, o número e o caso dos nomes (*e.g. hic nauta, haec domus, hoc iter*), mas não possuem o mesmo sentido de um artigo quando empregados nas orações.

No âmbito da *camada documental*, Prisciano recorre a exemplos hipotéticos ou literários para fins explicativos, consoante a maioria dos gramáticos. Segundo os números apresentados pelo grupo *Ars Grammatica*, o mestre de Cesareia faz 219 citações a autores latinos, com larga preferência por Virgílio, além de 51 citações a autores gregos, com larga preferência por Homero. A plêiade de nomes citados também inclui: Terêncio, Horácio, Cícero, Lucano, Juvenal, Salústio, Ênio, Tito Lívio, Plauto, Demóstenes, Eurípides, Tucídides, Xenofonte, Isócrates, Platão e outros (BARATIN *et al.*, 2010, p. 33-34).

Apolônio e Prisciano recorrem com alguma frequência a outro tipo de dado linguístico: os “antiexemplos”, que consistem em construções hipotéticas e deliberadamente

incorretas que são utilizadas no texto para fins explicativos. Geralmente, costumam vir antecidos de expressões como *nemo dicit* (“ninguém diz”):

(129) - *Nemo enim dicit* ego tu es uel tu ego sum nec ego ille facit uel tu ille facit; ille autem ego facio et tu ille facis dicitur.

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 146, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 230, grifos nossos).

Ninguém diz, com efeito, *ego tu es* [“*eu tu és”] ou *tu ego sum* [“*tu eu sou”] nem *ego ille facit* [“*eu ele faz”] ou *tu ille facit* [“*tu ele faz”], mas diz-se *ille ego facio* [“sou eu que faço”] e *tu ille facis* [“és tu que fazes”].

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

Na passagem acima, Prisciano se serve dos “antiexemplos” para contrastar as frases incorretas com as corretas. Chama a atenção que, na frase *ego ille facit* (“*eu ele faz”), a ordem das palavras tenha sido o motivo da incorreção; afinal, o latim e o grego se notabilizam justamente pela flexibilidade na ordenação dos termos oracionais.

Em suma, as *Institutiones Grammaticae* são legítimas continuadoras do legado gramatical dos alexandrinos, não obstante a *retórica revolucionária* de Prisciano contra os seus predecessores latinos. A sua definição de *uox*, transcrita e traduzida nas páginas anteriores, e a manutenção do modelo de oito partes do discurso são sintomas inequívocos de continuidade na *camada teórica*. Entretanto, foi justamente uma descontinuidade nessa *camada* que motivou o discurso de ruptura de autor, que, seguindo os passos de Apolônio Díscolo, dedicou os últimos dois livros do seu extenso tratado à Sintaxe. Na *camada técnica*, a influência apoloniana é igualmente explícita, na medida em que o mestre de Cesareia transladou muitas definições, termos técnicos e exemplos explicativos do Περὶ Συντάξεως. Diferentemente de Donato, cuja intenção pedagógica impunha um estilo redacional mais conciso, Prisciano se permite discorrer mais longamente sobre os temas, de maneira nem sempre sequencial¹⁸⁸. Na *camada documental*, como de costume, há os exemplos hipotéticos e os literários, mas cumpre destacar também os ditos “antiexemplos”, também usados para fins explicativos. Por último, na *camada contextual-institucional*, as *Institutiones*

¹⁸⁸ Prisciano também diverge de Donato na ordem de apresentação das partes da oração. Este optou pela ordem *nome, pronome, verbo, advérbio, participio, conjunção, preposição e interjeição*; aquele optou por *nome, verbo, participio, pronome, preposição, advérbio, interjeição e conjunção*.

Grammaticae são fruto de um contexto histórico específico, na cidade de Constantinopla, na transição da Idade Antiga para a Idade Média. Elas coligem o conhecimento o conhecimento gramatical produzido pelos alexandrinos e pelos seus sucessores, firmando como uma das principais referências na área durante todo o período medieval.

4.6.4 A terminologia sintática nas *Institutiones Grammaticae*: a camada técnica

4.6.4.1 Considerações gerais

O traço mais marcante da terminologia gramatical de Prisciano são os inúmeros decalques e traduções de termos gregos, com destaque, é claro, para os termos advindos da obra de Apolônio Díscolo. A equipe *Ars Grammatica* arrola dezenas de decalques terminológicos, que, vale salientar, não se restringem ao domínio sintático (BARATIN, 2010, p. 44). Por exemplo, o autor emprega o verbo *consignificare* (“cossignificar”) como visível decalque do grego συσσήμαινειν, conforme demonstram os prefixos de contiguidade *con-* e *συν-*, além das raízes nominais *signum* e σῆμα (“sinal”). A dita *consignificantia* é uma propriedade semântica relativa às partes do discurso que só possuem algum significado quando atreladas a outras, assim como as consoantes, que, de modo análogo, só podem formar uma sílaba se tiverem um apoio vocálico. É o caso das preposições e das conjunções, cujo significado depende de outras partes do discurso na frase (XVII, 10).

Em alguns passos da obra, Prisciano põe os termos latinos e os gregos lado a lado, deixando explícitos os decalques e as traduções:

(130) - (...) *illud tamen sciendum quod per figuram quam Graeci αλλοιότητα uocant, id est uariationem, et per πρόληψιν uel σύλληψιν, id est praeeptionem siue conceptionem, et per ζεύγμα, id est adiunctionem et concidentiam, quam συνέμπτωσιν Graeci uocant, uel procidentiam, id est αντίπτωσιν (...).*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 155, in BARATIN et al., 2010, p. 240-242, grifos nossos).

(...) aquilo que se deve saber, todavia, é o que os gregos chamam por figura como *αλλοιότης* [“variação”], isto é *uariatio*, por *πρόληψις* [“prolepse”] ou *σύλληψις* [“silepse”], isto é *praeeptio* ou *conceptio*, e por *ζεύγμα* [“zeugma”], isto é *adiunctio*, e *concidentia*, que os gregos chamam de *συνέμπτωσις*, ou *procidentia*, isto é *αντίπτωσις* (...).

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

O excerto (130) demonstra o esforço de Prisciano em traduzir para o seu idioma pátrio as denominações das figuras de linguagem: αλλοιότης-*uariatio*; πρόληψις-*praeceptio*; σύλληψις-*conceptio*; ζεῦγμα-*adiunctio*; συνέμπτωσις-*concidentia*; αντίπτωσις-*procidentia*. Nisso o autor diverge de Donato (*Ars Maior III*), que optara por transladar as denominações gregas sem traduzi-las¹⁸⁹. Embora possa não haver correspondentes terminológicos em português para συνέμπτωσις-*concidentia* e para αντίπτωσις-*procidentia*, a etimologia já lhes aponta um significado. Com efeito, as terminações -πτωσις e -*cidentia* remetem aos casos morfológicos, os prefixos συν- e *con-* indicam contiguidade, e os prefixos αντί- e *pro-* indicam substituição. Destarte, o primeiro par designa o emprego contíguo de casos semelhantes, enquanto o segundo designa o emprego de um caso no lugar de outro. Todas as figuras citadas pelo autor, no trecho transcrito, se enquadram no que ele chama de *uariatio* (“variação”), que consiste em certos “desvios” consagrados pelo uso dos grandes autores. Discussões como essa reaparecem entre modistas e humanistas, muitos séculos depois (BARATIN *et al.*, 2010, p. 47).

4.6.4.2 Os usos de *constructio*, *ordinatio* e *dispositio*

Rememorando aqui o parágrafo de abertura do livro XVII, transcrito e traduzido nas seções anteriores, Prisciano apresenta os termos *constructio* e *ordinatio* como sinônimos latinos para o termo grego σύνταξις, que remete ao nível linguístico das palavras concatenadas. *Constructio* é um decalque σύνταξις, haja vista os prefixos de contiguidade *con-* e συν e as bases nominais *structio* e τάξις (“disposição”), oriundas dos verbos *struere* e τάσσειν (“dispor”, “alinhar”). No entanto, uma breve passagem do segundo parágrafo do livro XVII demonstra que *constructio* é também uma tradução possível para um dos termos mais relevantes da doutrina apoloniana: καταλληλότης (“coerência”):

(131) - (...) *nunc autem dicemus de ordinatione earum quae solet fieri ad constructionem orationis perfectae* (...).

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 2, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 62, grifos nossos).

¹⁸⁹ Os decalques terminológicos que Prisciano fez para as figuras de linguagem não lograram êxito na gramaticografia latina, que acabou dando preferência ao empréstimo de termos gregos.

(...) agora falaremos sobre a **ordenação** delas, que costuma fazer-se com vistas à **construção da oração perfeita** (...).

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

Comparando-se o trecho acima com o seu correspondente no Περὶ Συντάξεως (I, 1), percebe-se com muita nitidez que Prisciano traduziu σύνταξις por *ordinatio*, além de καταλληλότης por *constructio*:

(132) - κατείλεκται καὶ δε νῦν ῥηθησομένη ἔκδοσις περίεξει τὴν ἐκ τούτων γινομένην **σύνταξιν εἰς καταλληλότητα τοῦ αὐτοτελοῦς λόγου** (...).

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 3, grifos nossos).

*La exposición presente comprenderá la **construcción** que de ellas se hace **con vistas a la coherencia de la oración perfecta** (...).*

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 1, in BOTAS, 1987, p. 73, tradução do autor, grifos nossos).

As transcrições demonstram que Prisciano traduziu εἰς καταλληλότητα τοῦ αὐτοτελοῦς λόγου por *ad constructionem orationis perfectae* (“com vistas à construção da oração perfeita”). Isso implica que o termo *constructio* designa não só o nível linguístico das palavras concatenadas (*i.e.* Sintaxe), como também a correta estruturação sintática das orações em termos de concordância, regência e colocação, numa clara correspondência com a dita καταλληλότης (“coerência”) de Apolônio Díscolo. Além disso, de acordo com Vieira (2018, p. 18), os latinos traduziram equivocadamente a expressão αὐτοτελής λόγος, na qual o adjetivo αὐτοτελής significaria algo como “autossustentado” ou “autônomo”, em vez de “completo”. Devido a esse equívoco, ter-se-ia perpetuado o “dogma da frase completa” nas gramáticas ocidentais.

Por fim, cumpre rememorar aqui outra passagem Prisciano já transcrita e traduzida neste trabalho, na qual ele trata das regras gerais de concordância (XVII, 154) e emprega o termo *dispositio* como possível sinônimo de *constructio*. Eis o trecho em questão:

(133) - *Quae sunt igitur declinabiles, cum ex propriis figurationibus ad conuenientes supra dictorum numerorum uel generum uel casuum uel personarum uel temporum*

consequentias accipiuntur, orationis constructione, id est dispositione, ad aptam coniunctionem ferri debent (...).

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 153, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 238-240, grifos nossos).

Assim as [partes da oração] que são declináveis, quando, por meio de formas apropriadas, são empregadas para se combinarem segundo as concordâncias dos números, dos gêneros, dos casos, das pessoas e dos tempos das palavras, conforme a **construção** da oração, isto é, a **disposição**, devem ser postas numa junção adequada (...).

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

Segundo o grupo *Ars Grammatica* (BARATIN *et al.*, 2010, p. 241, nota 299), trata-se do único emprego de *dispositio* no livro XVII das *Institutiones Grammaticae*. Chama a atenção que os tradutores franceses o tenham traduzido pelo sintagma *le façon dont il est organisé* (*i.e.* “a maneira pela qual ele é organizado”), em vez de simplesmente usar o cognato *disposition*. No trecho apoloniano correspondente, afirmam eles, usa-se apenas o termo σύνθεσις (“síntese”), cujo prefixo de contiguidade aparece em *constructio*, e cujo radical aparece em *dispositio*, haja vista que θέσις é o substantivo deverbal de τίθημι, τιθέναι (“pôr”); logo, ele se traduz em latim por *positio*, derivado de *ponere*.

4.6.4.3 Os binômios subjacentes às atuais noções de *sujeito, predicado e objeto*

Giorgio Graffi (2008, p. 56) afirma taxativamente que Prisciano não opera com o binômio *sujeito-predicado*, tampouco com categorias análogas a essas. De fato, um dos poucos passos da obra em que o autor passa tangencialmente por essas noções é o parágrafo 12 do livro XVII, transcrito e traduzido nas seções anteriores, no qual ele aponta o *nome* e o *verbo* como pré-requisitos de uma oração completa (*oratio perfecta*). Como foi dito, os termos *nome* e *verbo* foram aí empregados não tanto como partes do discurso, mas como ecos do ὄνομα e do ῥῆμα platônicos.

Graffi (2008, p. 56) também discute se o termo *suppositum* possui uma acepção próxima à de *sujeito* nas *Institutiones Grammaticae*. Afinal, trata-se de um equivalente latino possível para o termo ὑποκείμενον, que aparece consideráveis vezes no Περὶ Συντάξεως e que

Botas (1987) geralmente traduz em castelhano por *sujeto*. Todavia, conforme se explicou no capítulo dedicado a Apolônio Díscolo, o termo grego em tela tem mais uma acepção ontológica do que sintática, isto é, ele mais parece remeter a entidades do mundo real do que a um elemento sintático. Graffi (2008, p. 56) faz observações semelhantes a essa no que diz respeito ao uso de *suppositum*, baseando-se na seguinte passagem:

(134) - *Nam substantiam alicuius **suppositi** quaerentes dicimus quis mouetur? quis ambulat? quis loquitur? cum manifestus sit actus, id est motus uel ambulatio uel loquella, persona uero agens incerta; ideo **subiectiones nominatiuae** fiunt appellatiuorum uel propriorum, propriis manifestandibus etiam generalem substantiam. Respondemus enim uel homo ambulat uel equus uel Trypho, in quo etiam homo intellegitur, uel etiam pars subicitur quae pro nomine accipitur, sed nomine proprio, id est pronomen, quando dicimus ego.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 23, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 96, grifos nossos).

Perguntando-se, pois, acerca da substância de um **referente**, dizemos *quis mouetur?* [“quem se move?”], *quis ambulat?* [“quem caminha?”], *quis loquitur?* [“quem fala?”]. Embora esteja manifesto o ato, isto é, o movimento, a caminhada e a fala, a pessoa agente é, na verdade, incerta; é porque as **respostas** são **nominais**, formadas pelos nomes apelativos e pelos próprios, manifestando os próprios uma substância genérica. Respondemos, portanto, *homo ambulat* [“um homem caminha”], ou *equus* [“um cavalo”] ou *Tryphon* [“Trifão”], em que também se entende um homem, ou também se emprega a parte do discurso que substitui o nome, além do nome próprio, isto é, o pronome quando dizemos *ego* [“eu”].

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

Os tradutores franceses optaram por verter *suppositum* por *réfèrent* (“referente”), indo ao encontro das assertivas de Graffi (2008, p. 56) sobre a natureza ontológica ou metadiscursiva do termo. De fato, quando Prisciano faz esses questionamentos sobre a substância dos seres (*Quem se move? Quem caminha? Quem fala?*), ele não está à procura de um constituinte sintático, mas da **entidade** que pratica essas ações. Mais adiante, aparece o termo *subiectiones nominatiuae*, no qual há um vocábulo etimologicamente ligado ao

vocábulo *sujeito* (< *subiectus*). Não obstante os elos etimológicos, os tradutores franceses o verteram por *réponses nominales* (“respostas nominais”), com base no termo originalmente empregado por Apolônio Díscolo no Περὶ Συντάξεως: ἀνθυπαγωγαί (“réplicas”), do verbo ἀνθυπάγειν (“replicar”). Em sendo assim, não se pode acusar a existência do *sujeito* como categoria sintática nas *Institutiones Grammaticae*.

Outro bom argumento em favor das assertivas de Graffi e das opções tradutológicas do grupo *Ars Grammatica* é que o *sujeito*, tal como a Sintaxe Tradicional o concebe, só se define por oposição a um *predicado*, para o qual não se encontra nenhum termo próximo ou equivalente em Prisciano. O gramático, em nenhum momento, faz um uso do famoso binômio *suppositum-appositum*, que só adentraria nos estudos linguísticos séculos depois, na teoria sintática medieval. Graffi (2008, p. 56) lembra que o autor só usa o verbo *apponere* e outras palavras da mesma família lexical no sentido de “pôr perto” ou “pôr ao lado”, contrastando aí a noção sintática de *aposição* com a noção morfológica *composição*.

Se, por um lado, não há na obra nenhum binômio subjacente à ideia de *sujeito* e *predicado*, por outro, há pelo menos dois binômios subjacentes à ideia de *sujeito* e *objeto*: *agens* e *patiens*; *afficiens* e *afficiendus*. Ambos aparecem lado a lado na seguinte passagem:

(135) - *Pronominum obliquis casibus coniuncta uerba duas exigunt personas, afficientis et afficiendi, id est agentis et patientis, ut misereris mei, das mihi, uides me, dignaris me, similiter in omnibus casualibus.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 103, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 190, grifos nossos).

Os verbos ligados aos casos oblíquos dos pronomes exigem duas pessoas, **o que afeta e o que é afetado**, isto é, **o agente e o paciente**, como *misereris mei* [“tens piedade de mim”], *das mihi* [“dás a mim”], *uides me* [“vês-me”], *dignaris me* [“és digno de mim”], de modo semelhante em todas as palavras com caso.

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

Nas construções transitivas, é necessária a presença de um ser que pratica a ação e de outro que a sofre, daí os binômios *afficiens-afficiendus* e *agens-patiens*. O primeiro é formado pelo participípio presente e pelo gerundivo do verbo *afficere* (“afetar”); o segundo é formado pelos participípios presentes dos verbos *agere* (“agir”) e *pati* (“sofrer”), sendo este último um

depoente. Em Apolônio Díscolo, há pelo menos três binômios análogos a esses: 1) διατιθείς-διατιθέμενον, participios de διατίθεμι (“conduzir”); 2) ἐνεργοῦντα-ἐνεργούμενον, participios de ἐνεργέω (“agir”); 3) δρῶν-δρώμενον, participios de δράω (“agir”, “fazer”).

4.6.4.4 Termos relativos à concordância

Nas seções anteriores, foi dito que Prisciano não cunhou um termo específico para traduzir o conceito apoloniano de καταλληλότης¹⁹⁰ (“coerência”), que, nos parágrafos de abertura do livro XVII das *Institutiones Grammaticae*, foi traduzido por *constructio*, decalque latino de σύνταξις. Mais adiante, quando o autor traz à baila as normas gerais de concordância (XVII, 153), ele fala em: *supra dictorum numerorum uel generum uel casuum uel personarum uel temporum consequentias* (“segundo as concordâncias dos números, dos gêneros, dos casos, das pessoas e dos tempos das palavras”), em que se emprega o termo *consequentias* numa acepção próxima à de *concordância*. Ele torna a empregar esse mesmo termo logo em seguida:

(136) - *Cum igitur ad unam eandemque personam et casus et genera et numeri referuntur, supra dicta **consequentia** est obseruanda.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 155, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 240, grifos nossos).

Quando, pois, os casos, os gêneros e os números se referem a uma única e mesma pessoa, a supradita **concordância** deve ser observada.

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

A discussão fica ainda mais complexa quando se pretende perscrutar os termos pelos quais ele traduziu palavras da mesma família lexical de καταλληλότης, como ἀκαταλληλότης (“incoerência”), κατάλληλος (“coerente”), ἀκατάλληλος (“incoerente”), καταλλήλως (“coerentemente”) e ἀκαταλλήλως (“incoerentemente”). De modo geral, boa parte desses termos etimologicamente ligados a καταλληλότης (“coerência”) se traduzem pelos adjetivos *congruus* e *concinuus* ou por palavras derivadas deles, consoante demonstra o seguinte parágrafo:

¹⁹⁰ Convém lembrar que o nome abstrato καταλληλότης vem do adjetivo κατάλληλος, em que se encontram o prefixo de conformidade κατ- e a raiz αλλήλων (“um ao outro”) (COLOMBAT, 2017, p. 132).

(137) - *Quomodo autem literarum rationem uel scripturae inspectione uel aurium sensu diiudicamus, sic etiam in dictionum ordinatione disceptamus rationem contextus, utrum recta sit an non. Nam si **incongrua** sit, soloecismum faciet, quasi elementis orationis **inconcinne** coeuntibus, quomodo **inconcinnitas** literarum uel syllabarum uel eis accidentium in singulis dictionibus facit barbarismum. Sicut igitur recta ratio scripturae docet literarum **congruam** iuncturam, sic etiam rectam orationis compositionem ratio ordinationis ostendit.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 6, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 72, grifos nossos).

Do mesmo modo que julgamos a correção das letras pelo exame da escrita ou pela percepção dos ouvidos, assim também julgamos a correção do contexto [*i.e.* da frase] na ordenação das palavras, decidindo qual seja correta ou não. Pois, se estiver **incoerente**, cometer-se-á um solecismo, juntando-se **incoerentemente** os elementos da oração, do mesmo modo que a **incoerência** das letras, ou das sílabas, ou dos acidentes de cada palavra gera um barbarismo. Assim como as regras da escrita ensinam a junção **coerente** das letras, da mesma forma as regras de ordenação [*i.e.* de sintaxe] mostram a composição correta da oração.

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

A opção por traduzir os termos grifados por *incoerente*, *incoerentemente*, *incoerência* e *coerente* visa a evidenciar a sua relação com os conceitos sintáticos apolonianos. De fato, tal relação fica sobremaneira evidente ao cotejar-se o parágrafo de Prisciano com o trecho em que Apolônio (I, 8) define o solecismo: τὸ τοιοῦτο καλοῦμεν σολοικισμόν, ὡς τῶν στοιχείων τοῦ λόγου ἀκαταλλήλως συνελθόντων (“A isso chamamos solecismo, juntando-se **incoerentemente** os elementos da oração”). É praticamente uma tradução *verbum ad verbum*. Por fim, Colombat (2017, p. 132-133) lembra que o termo *congruitas*, derivado de *congruus* e relativo à boa estruturação das sentenças, só se consagraria na metalinguagem gramatical na Idade Média. Mais tarde, no Humanismo, viria à tona o termo *concordantia*.

À semelhança de outros gramáticos antigos, Prisciano não emprega nenhum verbo específico com o valor terminológico de “concordar”. Em vez disso, ele emprega verbos mais

genéricos, a exemplo de *conuenire* (“convir”, “vir junto”), *coniungere* (“juntar”), *sociare* (“associar”) e outros, como neste excerto:

(138) - *Nam mihi, tibi, sibi; me, te, se cum non discernant genera, licet quibuscumque placet generibus ea coniungere, ut me ipsum et me ipsam; te ipsum et te ipsam. Clari, clarae non secernit numerum: licet ergo et singularibus et pluralibus ea sociare.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 179, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 274, grifos nossos).

De fato, como *mihi, tibi, sibi; me, te, se* não discernem gênero, é lícito e possível **juntá-los** a qualquer gênero, como *me ipsum* [“a mim mesmo”] e *me ipsam* [“a mim mesma”]; *te ipsum* [“a ti mesmo”] e *te ipsam* [“a ti mesma”]. *Clari, clarae* não distinguem número: é lícito, portanto, **associá-los** aos singulares e aos plurais.

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

Como é sabido, os pronomes pessoais oblíquos *mihi, tibi, sibi, me, te* e *se* não trazem marca de gênero, pelo que se pode dizer tanto *me ipsum* (“a mim mesmo”) quanto *me ipsam* (“a mim mesma”). As formas adjetivas *clari* e *clarae*, fora de um contexto frasal, podem ser interpretadas como genitivo singular ou como nominativo plural, logo elas não trazem, a princípio, uma marca de número e podem *ipso facto* associar-se a palavras no singular ou no plural. Os verbos empregados por Prisciano numa acepção próxima à de “concordar” se assemelham muito aos verbos empregados por Apolônio em alusão a esse mesmo fenômeno sintático: συνέρχομαι (“ir junto”), συντρέχω (“correr junto”), συνκλίνω (“inclinare junto”), προσχωρέω (“juntar-se a”), παραλαμβάνω (“tomar para si”), κοινωνέω (“compartilhar”), *etc.*

4.6.4.5 *Transitio, retransitio* e os termos relativos à regência

Se Prisciano, por um lado, não cunhou nenhum termo específico que traduzisse o conceito apoloniano de καταλληλότης (“coerência”), por outro, ele trasladou outro conceito apoloniano não menos importante, o de μετάβασις (“transitividade”), decalcando-o em latim por *transitio*. Com efeito, os prefixos μετα- e trans- indicam “mudança através de”, enquanto os substantivos βάσις e *itio* provêm respectivamente dos verbos βαίνεν e *ire* (“ir”). Portanto, μετάβασις e *transitio* significam literalmente “transição”, “travessia” ou “ato de atravessar”.

O autor remete várias vezes ao conceito de *transitio* ao longo do tratado. Na passagem a seguir, ele o traz à baila para explicar o uso do pronome relativo:

(139) - *Si nominatiuo nominatiuus adiungitur, ad eandem personam uerba referuntur: homo uenit, qui scripsit; sin duo obliqui sunt, ad aliam personam transitio fit uerborum uel in se recipitur, ut hominem, quem uitupero, accuso et memet, quem uitupero, accuso; sin alterum sit nominatiui, alterum uero obliqui, ad nominatiuum non fit **transitio** uerbi ab alia persona ad aliam, ad obliquum uero fit, ut homo uenit, quem accuso uel hominis misereor, qui uenit. Omnia tamen quae in **transitione** fiunt, possunt etiam in **reciprocatione** fieri.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 30-31, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 110, grifos nossos).

Se se junta um nominativo a outro nominativo, os verbos se referem à mesma pessoa: *homo uenit, qui scripsit* [“o homem que escreve veio”]; se, ao contrário, houver dois oblíquos, a transição dos verbos se faz em direção à outra pessoa ou reflete em si mesma, como *hominem, quem uitupero, accuso* [“acuso o homem que vitupero”] e *memet, quem uitupero, accuso* [“acuso a mim mesmo, a quem vitupero”]. Mas se um estiver no nominativo, e o outro no caso oblíquo, a **transição** do verbo de uma pessoa a outra não se faz em direção ao nominativo, mas se faz em direção ao oblíquo, como *homo uenit, quem accuso* [“o homem que acuso veio”] ou *hominis misereor, qui uenit* [“apiedo-me do homem que vem”]. Tudo que se faz na **transição** também pode fazer-se na **reflexão** [*i.e.* voz reflexiva].

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

Nas construções transitivas, a ação verbal transita do nominativo aos casos oblíquos, podendo, ou transitar de uma pessoa a outra, ou, no caso das construções reflexivas, incidir sobre o próprio ser agente. Junto ao conceito de μετάβασις, Prisciano trasladou à metalinguagem gramatical latina outros termos derivados, como *transitiuus* e *intransitiuus*, oriundos de μεταβατικός e ἀμετάβατος respectivamente (BARATIN *et al.*, 2010, p. 179, nota 201). Da mesma forma, de ιδιοπάθεια vem *reciprocatio* e *sui passio* (“reflexão”, “voz reflexiva”), e de ιδιοπαθής vêm *reciprocum* e *sui passum* (“reflexivo”) (XVII, 115). Os segundos termos, *sui passio* e *sui passum*, são claros decalques de ιδιοπάθεια e ιδιοπαθής.

Noutro passo das *Institutiones*, Prisciano (XVII, 136) aponta como sinônimo de ἰδιοπαθη (“reflexivos”) o termo grego ἀντανάκλαστα, traduzido por ele em latim por *refractiua* (“refractivos”), numa clara alusão aos fenômenos físicos.

Para além de *transitio* e *reciprocatio*, há um terceiro fenômeno de que convém tratar: a *retransitio*, traduzido por “rétro-transition” (“retrotransição”) na edição francesa. Ela acontece quando uma ação verbal parte do agente para o paciente, de modo que outra ação siga do paciente para o agente, fazendo o caminho inverso. É o que acontece em *rogat te ut sibi indulgeas* (“ele te pede que o perdoes”), em que a ação de *pedir* se encaminha numa direção, enquanto a ação de *perdoar* se encaminha na direção contrária (BARATIN *et al.*, 2010, p. 203, nota 240). A “retrotransição” não se confunde, pois, com a voz reflexiva recíproca, em que uma única ação é praticada reciprocamente pelos seres envolvidos.

Não há, nas *Institutiones Grammaticae*, nenhum verbo com o valor terminológico específico de “reger”. Em verdade, segundo Colombat (2017, p. 132), essa flutuação terminológica se estenderia por muitos séculos, inclusive pelo Humanismo e pelo Classicismo, em que dezenas de verbos poderiam ter essa acepção. Prisciano, à semelhança de seus antecessores, emprega verbos de sentido mais genérico, a exemplo de *exigĕre* (“exigir”) ou *egĕre* (“carecer”, “necessitar”), ou ainda verbos com a ideia de associação, a exemplo de *iungĕre* (“juntar”) e *coniungĕre* (“juntar”, “combinar-se”), a que se costumam apor os advérbios *transitiue* (“transitivamente”) ou *intransitiue* (“intransitivamente”). Veja-se o excerto:

(140) - *Obliqui tamen constructionem uerborum quae fit intransitiue cum nominatiuis excipiunt transitiue, nisi sint uerba absoluta, ut Theoctistus uel iste uiuit, spirat, floret, uiget et similia: ea enim non egent obliquorum adiunctione, id est transitione in alias personas, affectus tamen singulorum ostendentibus uerbis, ut ego doceo illum uel Theoctistus docet Priscianum, ego doceor ab isto, tu doceris ab illo.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 67, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 154, grifos nossos).

Os casos oblíquos, todavia, tomam transitivamente a construção dos verbos, que se faz intransitivamente com os nominativos, a menos que não sejam **verbos absolutos**, como *Theoctisto* [“Teoctisto”] ou *iste uiuit, spirat, floret, uiget* [“este vive, respira, floresce, prospera”] e similares: eles, portanto, não **necessitam** da adjunção de casos oblíquos, isto é, da transição para outras pessoas, porém os verbos mostram as

disposições de cada um deles, como *ego doceo illum* [“eu o instruo”] ou *Theoctistus docet Priscianum* [“Teoctisto instrui Prisciano”], *ego doceor ab isto* [“Eu sou instruído por este”], *tu doceris ab illo* [“tu és instruído por ele”].

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

Os verbos absolutos aludidos por Prisciano são, na verdade, os intransitivos. Comprovam-no tanto a definição de que eles não necessitam de complementos nos casos oblíquos quanto os exemplos arrolados pelo próprio autor: *iste uiuit, spirat, floret, uiget* (“este vive, respira, floresce, prospera”). O verbo *egēre* (“carecer”, “necessitar”) não tem aí um valor terminológico equivalente ao do verbo *reger* na metalinguagem gramatical contemporânea; é um termo genérico. Mais adiante, aparece o termo *disposição* (em latim: *affectus*; em grego: διάθεσις), que parece remeter aí às vozes verbais, segundo sugerem os exemplos no fim do excerto. Todavia, a explicação de Prisciano não é muito clara nesse trecho em particular.

4.6.4.6 Outros termos: *uerbum substantiuum*, *adiectiuus* e *copulare*

Há alguns termos da metalinguagem gramatical de Prisciano sobre os quais convém fazer algumas breves observações, tendo em vista que eles hão de reaparecer noutros momentos da história da Gramática.

O *uerbum substantiuum* (“verbo substantivo”) é uma denominação dada ao verbo *esse* (“ser”). Segundo Baratin (2010, p. 115, nota 83), ele é assim chamado porque expressa um acidente da substância ou a substância em si mesma por meio de um verbo, e não por meio de um nome. Prisciano (XVII, 33) afirma, por exemplo, que o verbo substantivo se emprega ao lado de pronomes em frases como *quis est ille?* [“quem é aquele?”] quando se quer saber um ou mais acidentes da substância. Nesse caso, o pronome *ille* é dotado de uma substância cujos acidentes são desconhecidos à pessoa que fez a pergunta. Obviamente, tal denominação é muito mais filosófica do que gramatical.

O termo *adiectiuus* é decalque do grego ἐπιθετικός (“epitético”) e designa qualidades essenciais aos seres, e não uma parte do discurso. Quando se questiona algo como *quis legit?* (“quem lê?”) e se responde *Trypho* (“Trifão”), podem-se fazer outros questionamentos suplementares: *qualis?* (“qual?”) ou *uter?* (“qual dos dois”), a que se pode responder *sapiens* (“o sábio”), *doctus* (“o mestre”), *grammaticus* (“gramático”) ou *orator* (“orador”), a fim de

especificar a pessoa a quem o interlocutor está se referindo (XVII, 24). Essas qualidades essenciais, capazes de individualizar o ser, são justamente os *adiectiua* ou os epítetos.

Por fim, cumpre mencionar o verbo *copulare*, que Prisciano emprega numa acepção próxima à de “coordenar”, ou seja, dispor em coordenação palavras ou expressões de mesma natureza gramatical. Veja-se o trecho:

(141) - *Sciendum tamen quod licet genitiuis in huiscemodi constructione copulare nominatiuos possessiuorum, quippe qui uim genetiuiorum primitiuorum suorum possident, ut pulcherrimi sunt et Homerici uersus et Vergilii; similiter licet dicere Agamemnonius filius et Menelai filia sociati sunt; frater noster et uestrum; meus seruus et illius.*

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 98, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 184, grifos nossos).

Deve-se saber, todavia, que é lícito **copular** os nominativos dos possessivos com os genitivos numa construção desse tipo, pois eles possuem o valor dos genitivos primitivos, como em *pulcherrimi sunt et Homerici uersus et Vergilii* [“belíssimos são os versos homéricos e os de Virgílio”]; similarmente, é lícito dizer *Agamemnonius filius et Menelai filia sociati sunt* [“o filho de Agamenão e as filhas de Menelau foram unidos”]; *frater noster et uestrum* (“o nosso irmão e o vosso”); *meus seruus et illius* (“o meu servo e o dele”).

(*ibidem*, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin *et al.*, 2010).

A princípio, não se poderiam coordenar (ou copular) palavras no nominativo com palavras no genitivo, por pertencerem elas a casos morfológicos distintos. Contudo, Prisciano demonstra ser possível coordenar os nominativos dos possessivos com os genitivos, visto que aqueles têm um valor (*uim*) semelhante ao destes. Em *pulcherrimi sunt et Homerici uersus et Vergilii* (“belíssimos são os versos homéricos e os de Virgílio”), coordenou-se o adjetivo nominativo *Homerici* (“homéricos”) com o genitivo *Vergilii* (“de Virgílio”); em *meus seruus et illius* (“o meu servo e o dele”), da mesma maneira, coordenou-se o possessivo nominativo *meus* (“meu”) com o genitivo *illius* (“dele”). Embora não se possa afirmar que o autor opere com o moderno conceito sintático de *coordenação*, a que se opõe o conceito de *subordinação*, ele demonstra ter, ao menos, alguma ciência sobre os fenômenos coordenativos.

4.7 Tomás de Erfurt

4.7.1 Da Alta para a Baixa Idade Média

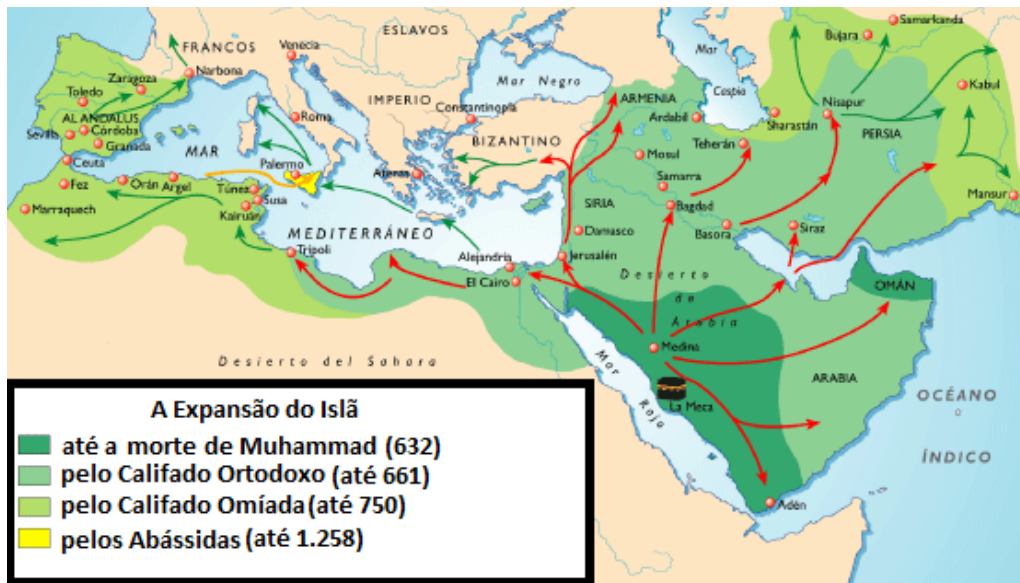
No capítulo anterior, foi dito que o período subsequente à queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C. poderia ser enquadrado, ou na chamada Alta Idade Média, ou numa Antiguidade Tardia. O primeiro termo enfatiza a ruptura em termos políticos, sociais, econômicos ou culturais com o passado romano, enquanto o segundo, ao contrário, enfatiza justamente as continuidades com esse passado – ao menos até o século VII. Nesse ínterim, os ascendentes reinos germânicos se estabeleceram onde outrora se localizavam as províncias ocidentais do Império Romano e passaram por um paulatino processo de aculturação por meio do qual adotaram a língua, a religião e instituições romanas, deixando nelas eventuais marcas de seus antigos costumes. Foi o caso, por exemplo, dos visigodos na Ibéria, dos francos e dos burgúndios na Gália, dos ostrogodos e, mais tarde, dos lombardos na Itália. Contudo, nos séculos posteriores, ocorreram eventos históricos de relevo que deram à Idade Média feições e rumos próprios e tiveram repercussões na produção de conhecimento gramatical. A alguns deles dedicam-se as próximas subseções.

4.7.1.1 O surgimento e a expansão do Islã

A partir dos séculos VII e VIII, os incipientes reinos europeus começaram a ver-se diante de conquistadores quase imparáveis, que seguiam uma nova religião de matriz abraâmica, o Islã, e vinham subjugando quaisquer povos em seu caminho. Trata-se, é claro, dos árabes muçulmanos. Após a morte do profeta Maomé no ano 632 d.C., eles se assenhorearam da Península Arábica, do Levante, da Pérsia, do Egito, da região do Magrebe e de quase toda a Península Ibérica recorrendo tanto à espada quanto a acordos políticos com as populações subjugadas, que, na maioria dos casos, acabavam por adotar a língua árabe e a religião islâmica¹⁹¹, não obstante uma relativa tolerância religiosa dos conquistadores para com os cristãos e os judeus (PHILLIPS Jr., 2015, p. 63-67; BASSETTO, 2013, p. 181). Os seus intentos militares só foram barrados em 732, cem anos após a morte do profeta, quando os franceses liderados por Carlos Martel (c. 690-741) os derrotaram na Batalha de Tours (ou Poitiers), perto do rio Loire. Conforme ilustra o mapa a seguir, a rápida expansão dos domínios islâmicos ocorreu sobremaneira durante o Califado Ortodoxo (632-661) e o Califado Omíada (661-750):

¹⁹¹ Os persas, convém lembrar, adotaram a religião islâmica e o alfabeto árabe, mas mantiveram o seu idioma nativo: o persa.

Figura 12 - A Expansão do Islã



Fonte: <https://geografiaparaprofessores.wordpress.com/2016/11/03/dica-de-leitura-uma-historia-dos-povos-arabes/>

As consequências da expansão islâmica pelo Mediterrâneo foram as mais diversas. Segundo Silva (2019, p. 71), costumava-se atribuir às conquistas árabes o declínio do comércio e das cidades europeias, cujos navios estariam impedidos de aportar em locais sob domínio muçulmano e cuja população se viu obrigada a migrar para os campos e a praticar uma economia de subsistência. Todavia, a causa mais provável para o declínio comercial e urbano nessa época foi a peste justiniana do século VI, que vitimara o próprio imperador Justiniano e cerca de um quarto da população da Europa Ocidental. A ocupação islâmica na Península Ibérica, a partir da queda do último rei visigodo na Batalha de Guadalete em 711, naturalmente instigou os incipientes reinos cristãos do norte a reconquistarem as terras perdidas, dando início a um longo período histórico denominado Reconquista. Se, por um lado, os muçulmanos precisaram de apenas cinco anos para subjugar quase todo o território ibérico, entre 711 e 716, por outro, os cristãos precisaram de mais de 770 anos para reconquistá-lo por completo, começando pela fundação do Reino das Astúrias em 718 e terminando com a queda de Granada em 1492 (PHILLIPS Jr., 2015, p. 63-76). Apesar da crescente hostilidade entre as duas religiões, a Guerra da Reconquista foi entrecortada tanto por períodos de paz quanto por períodos de conflitos internos nos reinos cristãos e nos muçulmanos. Diferentemente dos povos germânicos que haviam se estabelecido na Hispânia romana séculos antes, os árabes levaram consigo uma pujante cultura letrada e muitos conhecimentos técnicos advindos de outras partes do mundo e, mais tarde, inauguraram

centros intelectuais de excelência na própria península, com destaque para as escolas e as bibliotecas de Córdoba, capital do califado. Silveira Bueno¹⁹² (1958) compila neste trecho as principais contribuições tecnológicas e culturais dos árabes:

A aculturação foi profunda e geral: os árabes ensinaram aos cristãos desde o trato do campo até o trato do céu. A terra foi cultivada por outros processos, com sementes e plantas novas que a Europa desconhecia. Novas fibras foram introduzidas e a indústria dos tecidos, o aproveitamento artístico das madeiras, com natural reflexo nas construções das casas, no mobiliário, trouxeram conforto e luxo até então desconhecidos. Enriqueceu-se a arte culinária, tornou-se lauta a mesa, aperfeiçoou-se o paladar e até a própria neve das montanhas deu a sua contribuição às exigências do gosto oriental. Os pastoreios, a criação dos rebanhos, o aproveitamento das peles, da lã, dos couros enriqueceram as populações do sul e ministraram novos recursos ao luxo, à moda. A arte da guerra foi renovada completamente: a estratégia dos árabes ensinou o aproveitamento das alturas, das colinas, dos obstáculos naturais da paisagem. As indústrias intimamente ligadas à vida militar tomaram incremento nunca visto: a forja do aço, do ferro, o fabrico das armas. Quando a relativa tranquilidade permitiu, **floresceram as artes e as ciências, a filosofia, as matemáticas, a física, a química, a medicina e por causa desta a botânica, as ciências naturais; a poesia, a música, as danças, a arquitetura.** (BUENO, 1958, p. 47, grifos nossos).

Conforme se verá nas seções seguintes, os tradutores e os filósofos árabes contribuíram para a circulação dos principais textos de Aristóteles e de sua doutrina filosófica, que haveria de embasar o pensamento escolástico na Baixa Idade Média e, por consequência, o pensamento gramatical dos modistas (BECCARI, 2013, p. 68). A era de ouro da civilização e da cultura árabes perdurou até 1258, quando os mongóis tomaram a opulenta cidade de Bagdá, dilapidando as suas bibliotecas e os respectivos acervos, e puseram fim à Dinastia Abássida.

4.7.1.2 A ascensão e a queda dos carolíngios

Pouco tempo depois de os árabes se estabelecerem na Península Ibérica, o Reino Franco assistiu ao declínio da Dinastia Merovíngia e à ascensão da Dinastia Carolíngia (751-987), que sobressaiu por sua opulência política, religiosa e cultural frente aos demais reinos cristãos coevos. A débil autoridade dos reis merovíngios no início do século VIII deu azo a que uma família de aristocratas do leste da França, os pipinidas, obtivesse apoio e prestígio suficientes para tomar o poder em 751, quando Pepino, o Breve (r. 751-768), filho do já referido Carlos Martel, depôs Childerico III com o beneplácito do papa Zacarias (p. 741-752) e da nobreza franca. A dinastia chegaria ao seu apogeu com o filho e sucessor de Pepino, o

¹⁹² BUENO, Francisco da Silveira. **A Formação Histórica da Língua Portuguesa**. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

Breve, o rei Carlos Magno (r. 768-814), que deu continuidade à política expansionista do pai e logrou conquistar territórios pagãos mais ao leste, em terras germânicas, a fim de converter a população local ao Cristianismo e revestir os seus empreendimentos bélicos de uma legitimidade espiritual. Além disso, os francos obtiveram o apoio da Igreja para rechaçar as ameaças lombardas no norte da Itália e expandir seus domínios na região (SILVA, 2019, p. 37-39). Ao cabo, eis a extensão do Império de Carlos Magno:

Figura 13 - O Império de Carlos Magno



Fonte: <https://www.historiadomundo.com.br/francesa/mapa-do-imperio-de-carlos-magno.htm>

Para além de inculcar na Europa um duradouro senso de união espiritual pelo Cristianismo, o reinado de Carlos Magno sobressaiu por uma política de estado com vistas à formação intelectual da nobreza e do clero. Trata-se do dito “Renascimento Carolíngio”, que Silva (2019) assim descreve:

Conhecido como “Renascimento Carolíngio”, esse movimento resultou de um esforço do poder político **para promover a formação literária das elites laicas e eclesiásticas**. No que se refere aos laicos, o objetivo era aperfeiçoar suas habilidades no exercício dos assuntos administrativos do reino e, mais tarde, do Império. No que diz respeito aos membros do clero, esperava-se deles um conhecimento mais aprofundado das regras monásticas, dos cânones conciliares (a legislação da Igreja) e, sobretudo, das Escrituras, de forma que pudessem ensinar corretamente os preceitos divinos ao rebanho de fiéis, corrigindo, ao mesmo tempo, todos os comportamentos pecaminosos (...). Para executar esse programa, Carlos Magno criou a Escola do Palácio, chamada pelos autores modernos de Academia Palatina. Reunindo os mais importantes eruditos do Ocidente – Paulo, o Diácono, Pedro de Pisa, Paulino de Aquileia, Alcuíno de York –, **sua missão era formar os filhos da alta aristocracia no estudo da Literatura Clássica,**

do Direito, da Liturgia e da Gramática. (SILVA, 2019, p. 40-41, grifos nossos).

O uso das aspas em “Renascimento Carolíngio” se justifica, é claro, pela inadequação do termo, que foi cunhado analogamente ao Renascimento Cultural do fim da Idade Média. Com efeito, as reformas educacionais de Carlos Magno não resultaram no renascer de uma cultura, mas na transferência dos saberes já existentes para a França, de onde eles foram depois irradiados para outros lugares da Europa (ABELSON¹⁹³, 2019, p. 31-32). Como é sabido, nos séculos subseqüentes à queda do Império Romano do Ocidente, o legado cultural greco-latino permaneceu boa parte do tempo recluso nos mosteiros, em cujos *scriptoria* os manuscritos eram produzidos e copiados numa circulação ainda modesta. Com o advento das reformas carolíngias, lançaram-se novas luzes sobre os nomes de Virgílio e Ovídio na Literatura Clássica e sobre os nomes de Donato e Prisciano na Gramática, já que as respectivas obras continuavam a ser as principais referências de cada disciplina. Aliás, cumpre lembrar que Alcuíno de Iorque (735-804) foi um dos primeiros eruditos medievais a ler por completo as *Institutiones Grammaticae* (BARATIN *et al.*, 2010, p. 48). Em sendo assim, as reformas não tinham um viés revolucionário, no sentido de romper com os eruditos pagãos do passado; em verdade, os seus intentos eram bem mais pragmáticos: difundir conhecimentos úteis à formação de uma elite laica apta a ocupar cargos administrativos e de um clero apto a instruir os fiéis nos meandros da fé cristã.

O esplendor da Dinastia Carolíngia se esvaneceu na segunda metade do século IX devido a fatores internos e externos. Após a morte de Carlos Magno em 814, o império foi dividido entre os seus descendentes, que travaram sucessivas lutas uns contra os outros a fim de expandir os seus domínios, mas acabaram por enfraquecer os poderes centrais e dar início ao generalizado processo de descentralização política pelo qual ficou conhecida a fase clássica do Feudalismo¹⁹⁴ entre os séculos XI e XIII, sobretudo na própria França. Tal quadro de instabilidade se agravou quando a Europa começou a se deparar com as constantes incursões de sarracenos, escandinavos e húngaros, que tinham como alvos preferenciais os indefesos mosteiros e as colheitas. Formalmente, a Dinastia Carolíngia acabou em 987, aquando da ascensão da Dinastia Capetíngia no reino da França Ocidental, que surgira da tripartição do império pelo Tratado de Verdun em 843 e evolveria mais tarde no Reino da França (SILVA, 2019, p. 43-53).

¹⁹³ ABELSON, Paul. **As sete artes liberais**: um estudo sobre a cultura medieval. Traduzido por Nelson Dias Corrêa. 1ª ed. Campinas: Kírion, 2019.

¹⁹⁴ Silva (2019, p. 45) recomenda usar o termo *Senhorio*, em vez de *Feudalismo*. Segundo ele, o termo *Senhorio* designa melhor as relações fundiárias entre os senhores e os camponeses vassallos.

4.7.1.3 A Baixa Idade Média e o surgimento das universidades medievais

O declínio das monarquias fez o poder concentrar-se nas mãos da Igreja e dos senhores de terras na Baixa Idade Média, que *grosso modo* se estende do ano 1000 até o fim do período medieval, aquando da queda de Constantinopla em 1453 perante os turcos otomanos¹⁹⁵.

A autoridade eclesiástica se elevou de tal maneira nos séculos XI e XII, que tensões políticas e religiosas surgiram dentro e fora da Cristandade, mudando os rumos da Europa e do Mediterrâneo. As ambições do papado de atuar como um agente político supraestatal e universal geraram atritos com o Império Bizantino, cujo imperador Miguel I Cerulário (r. 1043-1059) rejeitava a interferência do papa Leão IX (p. 1049-1054) nos assuntos políticos e espirituais dos seus domínios. Além disso, as longevas desavenças doutrinárias e litúrgicas entre a Igreja Ocidental e a Oriental chegaram a níveis irreconciliáveis, na medida em que os patriarcas bizantinos, impelidos pelo iconoclasmo, condenavam a veneração das imagens de santos e acusavam os clérigos ocidentais de idolatria (SILVA, 2019, p. 84). A contenda religiosa culminou no Cisma do Oriente, em 1054, com uma permuta de excomunhões entre os envolvidos e a cabal separação entre a Igreja Católica e a Ortodoxa, que só retomariam diálogos amistosos 900 anos depois. O Cisma do Oriente, além de ter sido uma ruptura no âmbito religioso, parece ter reduzido consideravelmente os intercâmbios intelectuais entre a Europa Ocidental e o Império Bizantino. Aliás, o número de eruditos ocidentais que dominavam a língua grega era bastante reduzido na Idade Média (NUNES¹⁹⁶, 2018, p. 28).

No Sacro Império Romano-Germânico, o papa Gregório VII (p. 1073-1085) proibiu a interferência de agentes laicos nas eleições eclesiásticas e gerou fortes atritos com o imperador Henrique IV (1050-1106), que, ao ver excomungados alguns de seus conselheiros e aliados políticos, convocou um concílio na cidade de Worms em 1076 para depor o sumo pontífice. O papa Gregório VII, por seu turno, convocou um concílio em Latrão no mês seguinte, para excomungar o imperador. Esse litígio diplomático ficou conhecido como a Querela das Investiduras e perdurou até a Concordata de Worms, em 1122, assinada pelo papa Calixto II (p. 1119-1124) e pelo imperador Henrique V (1086-1125) com termos favoráveis ao clero (SILVA, 2019, p. 89-90).

¹⁹⁵ Silva (2019, p. 143) lembra que muitos livros optam por inserir um período de transição entre a Alta e a Baixa Idade, a chamada Idade Média Central, que vai do século XI ao XIII. As periodizações, é claro, variam entre os estudiosos.

¹⁹⁶ NUNES, Ruy Afonso da Costa Nunes. **História da Educação no Renascimento**. 2ª ed. Campinas: Kírion, 2018.

Em 1095, no célebre Concílio de Clermont, na França, o papa Urbano II (p. 1088-1099) instou os cristãos de todo orbe terrestre a lutar em nome da fé nas Cruzadas, prometendo-lhes a remissão de todos os seus pecados. As Cruzadas, em sentido amplo, se referem a diversas investidas militares que, com o beneplácito clerical, visavam a combater os ditos infiéis ou cristãos dissidentes (*ibidem*, p. 95). As mais famosas dentre elas ocorreram entre os séculos XI e XIII e tinham entre as suas metas a tomada dos Santos Lugares no Oriente Médio, que à época estavam sob domínio islâmico. Porém, um sangrento conflito de motivação religiosa ocorreu no sul da França, no início do século XIII, visando à supressão de uma vertente herética do Cristianismo. Trata-se da famigerada Cruzada Albigense, que culminou não só em desmedida violência, como também no ocaso da outrora esplendorosa literatura local, a ponto de a própria língua provençal ser considerada herética aos olhos do papa Inocêncio IV, em 1245 (BASSETTO, 2013, p. 213). O combate às heresias ensejou o surgimento da Santa Inquisição entre 1231 e 1233, no pontificado de Gregório IX, dando aos papas e aos inquisidores a prerrogativa de arbitrar em matéria doutrinal e penal com ou sem a aprovação dos reis e das autoridades laicas (SILVA, 2019, p. 109-110). O poder da Igreja só diminuiria nos séculos seguintes, quando as monarquias nacionais ascenderam na Europa.

Conforme se expôs anteriormente, os outros grandes beneficiários da descentralização política a partir do século IX foram os senhores de terras e a pequena nobreza, tanto a laica quanto a eclesiástica. Embora a dominação senhorial nos campos e nas cidades tenha existido ao longo de toda a Idade Média, cumpre lembrar que os aristocratas locais exerciam funções políticas e judiciais em nome dos reis, no período carolíngio. Contudo, quando a figura do monarca se empalideceu, esse vínculo de lealdade passou a ser apenas nominal, de modo que tais aristocratas, na prática, passassem a exercer essas funções em seu próprio nome (*ibidem*, p. 44-45). Assim, entre os séculos XI e XIII, a dominação senhorial chegou ao seu auge num período outrora conhecido como “Feudalismo Clássico”, em que os senhores concediam terras aos camponeses, e estes, em troca, eram obrigados a retribuir com parte de sua produção ou, tempos depois, com pagamento em dinheiro, segundo previam as regras de vassalagem. A França foi o exemplo mais conhecido dessa relação fundiária, que também existiu na Itália e na Inglaterra com outros matizes.

Esse modelo econômico permitiu que o excedente da produção fosse destinado a centros comerciais nas cidades, ensejando tanto o crescimento urbano quanto o crescimento demográfico a partir do ano 1000. Ironicamente, a prosperidade gerada no campo fortaleceu as cidades e começou a erodir o poder dos senhores de terra, cuja mão de obra vinha

diminuindo em decorrência do êxodo rural e da lucratividade de certos setores mercantis, como o têxtil (*ibidem*, p. 73-75). A pressão fiscal exercida sobre os trabalhadores rurais remanescentes suscitaram violentas revoltas camponesas na França, nos séculos XIV e XV. Trata-se das famigeradas *jacqueries*, agravadas pelas derrotas francesas nas primeiras décadas da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) contra a Inglaterra e pela mortífera Peste Negra, que vitimou mais de um terço da população europeia nessa mesma época. Impossibilitados exercer domínio e influência efetivos sobre as cidades, os antigos senhores de terra assistiram a um paulatino processo de centralização política de que resultaria a formação dos estados modernos na França, na Inglaterra e na Península Ibérica (*ibidem*, p. 125-132).

Um dos efeitos benignos da urbanização europeia na Baixa Idade Média foi o surgimento das universidades, fenômeno que Silva (2019) assim descreve:

As cidades produziram um dos mais importantes e originais fenômenos do período medieval: a **universidade**. O termo (do latim *universitas*) designa uma comunidade de alunos e mestres, dotada de autonomia jurídica em face dos poderes eclesiásticos e civis, isto é, de capacidade de impor disciplina, plano de ensino e de avaliação aos seus membros, bem como outorgar títulos a estes últimos. **As primeiras universidades foram criadas em Bolonha, Paris, Oxford e Montpellier, no início do século XIII.** Às vezes, apenas uma disciplina era ensinada em toda a universidade, como é o caso do Direito, em Bolonha, e da Medicina, em Montpellier. Outras universidades, como Paris e Oxford, eram, na verdade, federações de faculdades, nas quais eram ensinadas disciplinas distintas: uma faculdade preparatória de **Artes Liberais**, bem como as faculdades superiores de Direito, Medicina e Teologia. **A emergência dessas instituições no Ocidente medieval resultou da vontade política de papas, reis e príncipes que necessitavam, em primeiro lugar, de pessoal especializado para compor a espinha dorsal das administrações civis e eclesiásticas, as quais se tornavam cada vez mais complexas; em segundo lugar, de estudos que dessem sustentação teórica às reivindicações de supremacia dos poderes civis e eclesiásticos** (SILVA, 2019, p. 77, grifos nossos).

A criação das universidades europeias na Baixa Idade Média guarda algumas semelhanças com o “Renascimento Carolíngio”, que adviera da demanda por mão de obra qualificada nos postos administrativos. Para além dessas necessidades imediatas, os papas e os reis queriam formar uma elite intelectual que desse uma sustentação teórica aos seus poderes, embora isso não tenha impedido, por exemplo, o aparecimento de teólogos cujas interpretações tenham desagradado à Igreja. O conhecimento outrora recluso em recônditos mosteiros migrou para os centros urbanos, para onde também vinham migrando contingentes populacionais oriundos do campo. As nascentes universidades mantiveram um currículo preparatório composto pelas Sete Artes Liberais, em que figurava a Arte Gramática. Foi nesse

ambiente universitário patrocinado pelo Estado e pela Igreja que viveu e lecionou o próximo gramático analisado: Tomás de Erfurt.

4.7.2 De Prisciano a Tomás de Erfurt

Entre a publicação da gramática de Prisciano, no início do século VI e a publicação da gramática de Tomás de Erfurt no início do século XIV, há um intervalo de quase 800 anos. Embora a Arte Gramática tenha feito parte da vida intelectual dos eruditos em toda a Idade Média e compusesse o currículo das Sete Artes Liberais, a primeira metade do período medieval não trouxe inovações teóricas ou terminológicas relevantes na disciplina – pelo que se optou por um salto temporal mais alongado entre uma obra e outra. No entanto, para entender o *clima de opinião* em que veio a lume a *Grammatica Speculatiua* de Erfurt, é necessário ao menos tecer alguns parágrafos sobre a produção gramatical na Alta Idade Média, relacionando-a com as demais Artes Liberais e com os eventos históricos descritos na seção anterior.

4.7.2.1 Breves considerações sobre as Sete Artes Liberais

No currículo medieval, constavam as supraditas Sete Artes Liberais, que se dividiam em dois grupos: o *trivium*, composto por Gramática, Retórica e Lógica, e o *quadrivium*, composto por Aritmética, Geometria, Astronomia e Música. A acepção do termo *liberal* sabidamente variou muito na Filosofia, na Economia, na Política e noutras ciências ao longo da história, mas, no caso em tela, ele designa as artes que os gregos antigos julgavam ser dignas de um homem livre, em oposição às Artes Mecânicas, como a metalurgia e a tecelagem, que eram destinadas aos escravos (ABELSON, 2019, p. 118).

A origem remota dessa divisão em *trivium* e *quadrivium* também está na Grécia Antiga, possivelmente no currículo platônico, que consistia em três etapas: 1) na primeira, havia Ginástica, Música e Letras; 2) na segunda, Aritmética, Geometria, Astronomia e Teoria Musical; 3) na terceira, a Filosofia. A Gramática, como se sabe, surgiu em Alexandria no período helenístico e foi mais tarde trasladada ao mundo romano por intermédio de nomes como Varrão, que é autor não só da mais antiga gramática latina de que se tem notícia, o *De Lingua Latina*, como também de uma obra intitulada *Disciplinarum Libri Nouem*, hoje perdida, em que se propunha um currículo de base grega formado pelas seguintes disciplinas: Gramática, Retórica, Dialética, Geometria, Aritmética, Astrologia, Música, Medicina e Arquitetura (*ibidem*, p. 13-15).

Esse antigo currículo preconizado por Varrão passou por reduções e aumentos nos séculos seguintes. Na época de Sêneca e Quintiliano, devido à mentalidade pragmática típica dos romanos, privilegiavam-se as disciplinas de que se pudessem tirar proveitos práticos, deixando-se as disciplinas mais contemplativas em segundo plano. A própria Gramática, aliás, era retratada na *Institutio Oratoria* como um saber propedêutico para os oradores em seu ofício público. Tempos depois, no século IV d.C., o currículo em Roma passou por alguns acréscimos e se estabilizou com as seguintes disciplinas: Gramática, Dialética, Retórica, Geometria, Aritmética, Astronomia e Música, que aparecem retratadas em poesia na obra *De Nuptiis Philologiae et Mercurii* (“Sobre as Núpcias da Filologia e de Mercúrio”), de Marciano Capela (360-428 d.C.). A Medicina e a Arquitetura, que compunham a *Disciplinarum Libri Nouem* de Varrão, não foram incluídas no poema porque não se encaixavam na alegoria criada pelo autor. Dentre os autores cristãos, alguns nomes como Orígenes de Alexandria (c. 185-253 d.C.), Tertuliano (c. 160-220 d.C.) e São Jerônimo (347-420 d.C.) eram refratários a certos conhecimentos produzidos por autores pagãos, ao passo que outros como Santo Agostinho (354-430 d.C.) se mostravam mais receptivos a eles por considerá-los úteis à formação intelectual dos clérigos e dos teólogos. Aliás, o próprio bispo de Hipona deixou por escrito o seu pensamento gramatical num tratado denominado *Ars Breuiata*.

Segundo Robbins (1967:1963, p. 54), o filósofo e estadista romano Boécio (c. 480-524 d.C.) foi quem dividiu o *trivium* e o *quadrivium* nos termos em que foram aqui expostos. Nessa mesma época, já se vê empregada explicitamente a expressão *Artes Liberais*. Um dos primeiros a empregá-la foi Cassiodoro (490-581 d.C.) na obra *De Artibus ac Disciplinis Liberalium Litterarium* (“Sobre as Artes e as Disciplinas dos Literários Liberais”), complementar à *De Institutis Sacrarum* (“Sobre os Ensinamentos Sagrados”). Assim como Agostinho, Cassiodoro propugnava o estudo dessas disciplinas como requisito indispensável à formação teológica, que à época ocupava o cume da vida intelectual. Poucos anos depois, Isidoro de Sevilha (c. 560-636 d.C.) também discorreu sobre as Sete Artes Liberais ao tratar do *trivium* e do *quadrivium* na sua extensa enciclopédia, intitulada *Etymologiae*. Por fim, essa configuração curricular se estendeu por toda a Idade Média, passando pelo “Renascimento Carolíngio” e pela Escolástica, e veio a consolidar-se nas pioneiras universidades europeias, fundadas entre os séculos XI e XIII (*ibidem*, p. 18-19).

4.7.2.2 A trajetória da Gramática desde a Alta Idade Média até a Escolástica

Desde o seu surgimento como disciplina autônoma no período helenístico, a Gramática jamais deixou de fazer parte dos currículos pedagógicos, nem no mundo helênico, tampouco no mundo romano. De Dionísio Trácio a Prisciano de Cesareia, o campo de estudos obteve notáveis progressos com o aprimoramento das suas categorias classificatórias, com o aprofundamento das análises linguísticas e com a expansão dessas análises para o nível da construção (*i.e.* Sintaxe), que originalmente não fazia parte do itinerário gramatical dos alexandrinos. Tais progressos, conforme se vem demonstrando ao longo de toda a pesquisa, não ocorreram de modo cumulativo ou unidirecional, mas por meio de continuidades e descontinuidades. No entanto, devido a fatores conjunturais específicos à Alta Idade Média, a Gramática não passou por inovações relevantes no período, seja nos seus fundamentos, seja na sua terminologia.

À medida que o Império Romano do Ocidente caminhava para o seu inexorável ocaso, o latim falado consuetudinariamente pelo povo já vinha se modificando, como qualquer língua viva. Porém, quando a unidade imperial finalmente ruiu diante de povos germânicos aloglotas no século V d.C., o processo de mudança linguística se acelerou, de modo que o idioma começasse a tomar diferentes matizes na Itália, na Sardenha, na Ibéria, na Gália e noutros redutos de latinidade, dando início à fase romance. Não há uma data específica que sirva à Filologia e à Linguística Histórica como um atestado de óbito do latim, haja vista que o processo de mudança linguística se dá sempre de maneira gradual, e não por meio de saltos temporais – por isso mesmo a cronologia das fases de uma língua tende a ser fluida. Todavia, um evento histórico em particular atesta que, no século IX, a população comum não falava nem entendia mais o latim: o Concílio de Tours, realizado na França em 813, nos últimos anos do reinado de Carlos Magno. No artigo 17 da referida assembleia religiosa, recomendava-se aos bispos traduzir as homilias para a dita *rusticam romanam linguam* ou para a *thiotiscam [linguam]*¹⁹⁷ a fim de assegurar que os fiéis compreendessem os ensinamentos (BASSETTO, 2013, p. 172-173). Ou seja, o latim usado pelo clero na liturgia e o dialeto românico usado pelo vulgo na vida diária compunham uma diglossia, tendo em vista não só a diferença de prestígio entre um e outro, como também a diferença entre os seus meios de circulação. Décadas depois, surgiu na própria França o mais antigo documento românico de que se tem notícia: os Juramentos de Estrasburgo, proferidos em 14 de fevereiro de 842 em francês

¹⁹⁷ O termo *thiosticam* (“teodesca”) se refere no documento ao dialeto germânico falado originalmente pelos francos, que passaram por algumas centenas de anos de bilinguismo até que abandonassem o seu idioma de origem em prol do dialeto românico do qual se originaria o francês.

antigo (BASSETTO, 2013, p. 226). Como ninguém mais à época adquiria o latim como idioma materno, gramáticas pedagógicas como a de Donato não conseguiam atender a contento às demandas dos alunos do século IX, para os quais a língua de Roma era, na prática, um idioma estrangeiro. Panorama semelhante havia nos países cristãos de língua céltica ou germânica, cujos clérigos também precisavam familiarizar-se com a *Vulgata Latina* no seu ofício religioso (WEEDWOOD, 2002, p. 50-51).

Conquanto não fosse mais falado pela população iletrada, o latim era por excelência a língua da religião, das leis, da diplomacia e da alta cultura na Europa medieval e continuaria a sê-lo até o século XVIII. Cabia, então, ao *grammaticus* ensiná-lo aos seus alunos como língua estrangeira, o que obviamente demandaria mais tempo e esforço. Além disso, os mestres não raro se deparavam com um empecilho adicional: a escassez de materiais didáticos. De fato, a disponibilidade dos manuscritos era tão baixa na Alta Idade Média, que, muitas vezes, apenas os mestres possuíam uma cópia do texto a ser estudado, geralmente surrada e incompleta (ABELSON, 2019, p. 21-22).

Esses dois obstáculos – o latim como língua estrangeira e a escassez de materiais didáticos – tiveram suas implicações na história da Gramática. A não familiaridade com o idioma alvo das aulas mudou o antigo foco semântico e taxionômico dos manuais para um foco na forma e nos paradigmas de flexão (WEEDWOOD, 2002, p. 51). Afinal, se, por um lado, um jovem romano do tempo de Quintiliano aprendia boa parte das declinações e das flexões latinas por simples exposição à sua língua materna, por outro, um jovem medieval deveria aprendê-lo por repetição e memorização exaustivas. Nas Ilhas Britânicas, isso ensejou o aparecimento de manuais elementares conhecidos como gramáticas insulares, que foram mais tarde substituídas por versões levemente expandidas da *Ars Minor* e por gramáticas analíticas calcadas no método de pergunta e resposta das *Partitiones* de Prisciano, que funcionava da seguinte maneira: “Que parte do discurso é a palavra *codex*? Um nome. Como sabes? Porque denota algo identificável e tem flexão de caso. É próprio ou comum? Comum. Por quê? Porque existem muitos códices.” (WEEDWOOD, 2002, p. 53). A indisponibilidade dos manuscritos por vezes obrigava o mestre-escola a elaborar o seu próprio material didático, como se fossem cartilhas de uso interno, baseando-se também na gramática de Donato. Algumas delas obtiveram uma circulação mais ampla como a *Disticha Catonis*, originalmente do século IV, e o *Liber Prouerborum* do século X (ABELSON, 2019, p. 24-25).

No trecho a seguir, Abelson divide a produção gramatical na Antiguidade Tardia e na Idade Média em dois grandes períodos, com as respectivas características:

As obras gramaticais do primeiro período apresentam as seguintes características: **1) aderência estrita aos planos de Donato e Prisciano**; 2) disposição para refletir sobre os fatos da gramática. Os traços marcantes do segundo período são: 1) exagero da disposição reflexiva observada anteriormente; 2) escassez de material ilustrativo; 3) abordagem direta e maçante do conteúdo. Esse é o período da gramática escolástica. (ABELSON, 2019, p. 40, grifos nossos).

Em consonância com o que se tem dito neste capítulo, a Gramática não passou por inovações teóricas ou terminológicas de relevo na Alta Idade Média. Os gramáticos do primeiro período descrito por Abelson (2019, p. 42-43) são geralmente comentadores ou compiladores da produção gramatical de Donato e de Prisciano. É o caso de Sérvio Honorato (século IV d.C), São Bonifácio (c. 672-754), Alcuíno (735-804), Esmaragdo (c. 760-840) e Remígio de Auxerre (c. 841-908) como seguidores de Donato, além de Eutiques (século VI) e Rábano Mauro (c. 780-856) como seguidores de Prisciano. Nessa mesma época, começaram a surgir de modo esporádico algumas gramáticas vernáculas, ao lado de gramáticas latinas escritas em vernáculo. É o caso da *Auraicept na n-Éces* (“A Cartilha do Erudito”), gramática de irlandês antigo do século VII; da gramática latina escrita em inglês antigo por Elfrico (c. 955-1010); e de duas gramáticas islandesas: uma do século XII, outra do século XIII. Tais obras também seguem, direta ou indiretamente, as doutrinas de Donato e de Prisciano com eventuais adaptações decorrentes de particularidades dessas línguas (WEEDWOOD, 2002, p. 61-63).

No fim do século XII, já na Baixa Idade Média, veio a lume a inovadora gramática de Alexandre de Villedieu (c. 1175-1240): o *Doctrinale Puerorum* ou, numa tradução livre, “Manual doutrinário para crianças”. O texto teve ótima recepção à época por ter sido redigido inteiramente em versos, de modo a facilitar a memorização dos alunos, que, conforme foi dito, não costumavam ter um manuscrito à sua disposição durante as aulas. Para além desse método mnemônico, o autor incluiu palavras e expressões correntes no latim medieval, fez uma exposição sobre a Sintaxe mais ordenada que a de Prisciano e dedicou muitas linhas à prosódia e às figuras (ABELSON, 2019, p. 43-44). Nesse sentido, pode-se dizer sem erro que o grande sucesso desse manual pedagógico se deve a uma descontinuidade no nível da *camada técnica*, em cotejo com as demais obras até aqui analisadas, que foram inteiramente redigidas em prosa. É interessante pensar que a opção metodológica pelos versos se deve em grande medida a um fator conjuntural da Idade Média: a já referida escassez de materiais didáticos. Apesar de inovador no seu método, Alexandre de Villedieu é, assim como outros tratadistas medievais, legatário da doutrina de Prisciano (*ibidem*, p. 44).

O segundo período referenciado por Abelson (2019, p. 40) na citação anteriormente transcrita é o da Gramática Escolástica, assim chamada por trazer em si os fundamentos aristotélicos típicos da Filosofia Escolástica, que à época se espalhavam para diversas áreas do saber, inclusive a Teologia. O uso de conceitos aristotélicos nos estudos gramaticais não era de todo uma novidade porque, muitos séculos antes, tanto Apolônio Díscolo quanto Prisciano de Cesareia já se haviam servido de noções como *substância* e *qualidade* nos respectivos tratados, o que, na visão de Beccari (2013, p. 47), representa não só os indícios iniciais de uma vertente gramatical profundamente enraizada no Aristotelismo, como também uma progressiva mudança de foco de uma Gramática descritivista ou normativa para outra mais nocional. Mais do que isso, a Gramática deixaria de ser uma disciplina propedêutica e se tornaria uma ciência do discurso (*scientia sermonicalis*), e o seu ideal de correção não mais se basearia nos usos literários, mas nas quatro causas aristotélicas, conforme se explicará nas próximas seções.

Essa drástica mudança de rumos nos fundamentos da área é fruto, em parte, de um desenvolvimento interno levado a cabo pelos próprios gramáticos, mas ela é sobretudo fruto do *clima de opinião* ou do *Zeitgeist* do período escolástico. Durante muito tempo, as obras de Aristóteles sobre a Lógica ficaram quase inauditas no Velho Continente, onde só voltariam a circular por intermédio de tradutores e comentadores muçulmanos, a exemplo de Alfarábi (c. 872-950), Avicena (c. 980-1037) e Averróis (1126-1198), cujos escritos foram traduzidos na Península Ibérica e, em menor grau, na Península Itálica. Também contribuiu para esse processo o resgate das traduções latinas que Boécio fizera de três livros do *Órganon*: *Tópicos*, *Primeiros Analíticos* e *Refutações Sofísticas*. Antes disso, só se tinha conhecimento sobre outros dois livros, as *Categorias* e o *Da Interpretação*, que compunham a chamada *logica vetus* (“a velha lógica”). Mais tarde, surgiria uma tradução latina dos *Segundos Analíticos*, feita por Tiago de Veneza entre 1125 e 1150 (BECCARI, 2013, p. 69). As nascentes universidades europeias tiveram um papel fundamental na difusão do *corpus* aristotélico, alçando-o ao cume da vida intelectual, e fizeram emergir nomes de excelência do pensamento escolástico, a exemplo dos teólogos Tomás de Aquino (1225-1274) e Alberto Magno (c. 1193-1280).

Os gramáticos dessa nova vertente ficaram conhecidos como modistas por causa da unidade básica de análise do seu modelo gramatical: o *modo de significar*. Impelidos pelos ideais universalistas de Aristóteles e do neoplatônico Porfírio (c. 234-305 d.C.), os modistas propunham uma correspondência ontológica entre mundo, mente e linguagem e entre as

respectivas unidades de análise: o *modo de ser* (*modus essendi*) dos referentes externos, o *modo de entender* (*modus intelligendi*) das categorizações mentais e o supracitado *modo de significar* (*modus significandi*) das palavras. Ou seja, a cada referente do mundo exterior corresponde um entendimento mental comum a todos os seres humanos, e a cada um desses entendimentos mentais corresponde uma forma linguística, que pode variar de língua para língua. Por exemplo: a um móvel formado por uma tábua horizontal e hastes de sustentação corresponderia um entendimento mental de *mesa*, e a esse conceito mental corresponderia uma palavra (em português *mesa*, em latim *mensa*, em grego *τραπέζιον*, etc.). Segundo Beccari (2013, p. 82), o filósofo Roger Bacon (c. 1220-1292) foi o autor da primeira definição explícita de uma gramática universal no Ocidente: *grammatica una et eadem est secundum substantia in omnibus linguis, licet accidentaliter varietur* (“a gramática é a mesma em todas as línguas segundo a substância, embora varie acidentalmente”).

Os modistas adotaram uma *retórica revolucionária* contra os gramáticos greco-latinos. Por influência da *Metafísica* de Aristóteles, os eruditos medievais passaram a fazer uma distinção entre as disciplinas teóricas, que visavam à busca pela verdade, e as práticas, que visavam à eficácia. Com base nessa distinção, a Gramática cindiu-se em duas: a Especulativa, protagonizada pelos modistas, e a Positiva, à qual pertenciam os seus predecessores (WEEDWOOD, 2002, p. 56-57). Antes mesmo de a nova vertente gramatical chegar ao seu auge na segunda metade do século XIII, o filósofo escolástico pré-modista Guilherme de Conches (c. 1080-1154) já questionava a suposta superficialidade das definições de Prisciano, alegando que o mestre de Cesareia omitira as razões de ser das partes do discurso e das suas propriedades (*ibidem*, p. 54). Boécio da Dácia¹⁹⁸ (c. 1240-1280), modista da primeira geração, fez críticas semelhantes às de Guilherme de Conches e, assim como seus contemporâneos, tinha um profundo interesse pelo aspecto ontológico das palavras. Uma inovação teórica tipicamente modista foi a elaboração de um modelo sintático binário no qual todas as palavras de uma construção se organizam item a item numa estrutura composta pelo binômio *suppositum-appositum*, de que se tratará nas próximas seções. Pedro Helias (c. 1100-1166), na sua *Summa Super Priscianum*, se propôs a analisar semanticamente os fenômenos descritos por Prisciano e, no campo sintático, adotou o modelo de estruturas binárias (BECCARI, 2013, p. 72-74). Se, por um lado, a Semântica e a Sintaxe se robusteceram entre os modistas, a Fonética foi amiúde ignorada por ao menos dois motivos: 1) ela não atendia aos interesses universalistas e ontológicos da nova vertente porque as suas unidades de análise (vogal,

¹⁹⁸ O epíteto *da Dácia* refere-se à Dinamarca, e não à antiga província romana da Dácia, onde hoje se localiza a Romênia.

consoante e semivogal) são desprovidas de significado e, por consequência, do *modo de significar*; 2) o latim já era uma língua morta, logo a variante usada nos tratados medievais era de circulação essencialmente escrita, e não oral.

Beccari (2013, p. 82-83) divide os gramáticos modistas em três gerações. A primeira e a segunda incluem pensadores originais como o supramencionado Boécio da Dácia e Radulfo Brito (c. 1260-1309). A terceira inclui divulgadores e compiladores como Siger de Courtrai (c. 1280-1341) e o gramático a que se dedica este capítulo: Tomás de Erfurt.

O apogeu das ideias modistas vai aproximadamente de 1270 a 1310. Nas primeiras décadas do século XIV, pensadores nominalistas e humanistas passaram a dirigir-lhes duras críticas, com destaque para o filósofo Guilherme de Ockham (1288-1347), que rechaçava a pressuposta correspondência entre mundo, mente e linguagem, e para o célebre poeta Dante Alighieri (1265-1321), que reavivou o gosto por uma Gramática Latina de viés literário, em vez de filosófico. Incapazes, ao que tudo indica, de redarguir aos seus detratores, os modistas pouco produziram nas décadas seguintes e acabaram caindo em rápido descrédito, de sorte que a dita Gramática Positiva recuperasse o seu protagonismo. A despeito disso, certas ideias modistas basilares como o *modo de significar* reapareceriam em períodos posteriores da gramaticografia ocidental (WEEDWOOD, 2002, p. 59-60).

4.7.2.3 Tomás de Erfurt e o *Tractatus de Modis Significandi siue Grammatica Speculatiua*

Tomás de Erfurt (c. 1300), assim como Dionísio Trácio, Apolônio Díscolo, Donato e outros gramáticos aqui estudados, é mais um ilustre desconhecido. É de fato ilustre porque a sua obra é uma das mais representativas da teoria modista, porém é desconhecido porque as informações biográficas a ele concernentes são demasiado escassas. O epíteto *Erfordiensis* (“de Erfurt”) indica que o autor nasceu na cidade de Erfurt, atualmente capital da Turíngia, na Alemanha. É provável que ele tenha estudado e lecionado na Universidade de Paris, por onde também circulavam outros nomes de relevo do pensamento modista, como os já citados Radulfo Brito e Siger de Courtrai.

O *Tractatus de Modis Significandi siue Grammatica Speculatiua* (“Tratado sobre os Modos de Significar ou Gramática Especulativa”, doravante, *Grammatica Speculatiua*) é uma compilação sistemática e ordenada do pensamento gramatical dos modistas. O tratado compõe-se de 120 parágrafos, distribuídos por 54 capítulos. Nos capítulos de I a V, abordam-se as unidades básicas do modelo modista: o *modo de significar*, o *modo de entender* e o *modo de ser*; no capítulo VI, abordam-se os seguintes elementos metalinguísticos: signo

(*signum*), vocábulo (*dictio*), parte do discurso (*pars orationis*) e termo (*terminus*); no capítulo VII, a divisão entre os *modos de significar essenciais* e os *acidentais*; nos capítulos de VIII a XLIV, os *modos de significar* das oito partes do discurso, dispostas nesta ordem: nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, conjunção, preposição e interjeição; nos capítulos de XLV a LIV, as três disposições do discurso (*orationis passionis*): construção (*constructio*), gramaticalidade (*congruitas*) e completude (*perfectio*). Não há capítulo dedicado à Fonética pelos motivos já explicados na seção anterior.

Durante muito tempo, atribuiu-se erroneamente a *Grammatica Speculatiua* ao teólogo escocês João Duns Scotus (c. 1266-1308). A verdadeira autoria só viria à tona séculos depois, quando Martin Grabmann encontrou provas textuais em favor de Tomás de Erfurt no fim do *Codex Latinus Mocensis* e as divulgou num artigo intitulado *De Thoma Erfordiensis, auctore Grammaticae quae Joanni Duns Scoto adscribitur, speculativae*, publicado no *Archivum Franciscanum* em 1922. A edição mais conhecida da *Grammatica Speculatiua* é a do historiador franciscano Lucas Wadding (1588-1657), que veio a lume em Lyon, em 1639 (BECCARI, 2013, p. 216). A tradução portuguesa que orientou a redação deste capítulo faz parte da tese intitulada *Uma Tradução da Grammatica Speculativa de Tomás de Erfurt para o Português: acompanhada de um Estudo Introdutório, notas e glossário*, de Alessandro Beccari (2013).

4.7.3 Análise da *Grammatica Speculatiua*: uma revolução científica kuhniana?

Segundo hão de mostrar os parágrafos seguintes, o empreendimento linguístico dos modistas representa um **ponto de inflexão** na história da Gramática. Com efeito, a *Grammatica Speculatiua* apresenta salientes discontinuidades em todas as quatro camadas do modelo de Swiggers (2005) quando cotejada com as obras analisadas nos capítulos anteriores. Com base nessa constatação, seria lícito afirmar que tais discontinuidades com passado greco-latino da ciência gramatical caracterizam uma revolução científica aos moldes kuhnianos? Antes de responder a esse intrigante questionamento, convém adentrar de maneira não tão exaustiva nos fundamentos, na metalinguagem e nos dados linguísticos desse tratado medieval.

4.7.3.1 Conceitos basilares, *modos de significar* do nome e do verbo

Tomás de Erfurt explicita logo no parágrafo de abertura a filiação teórica da sua obra ao pensamento aristotélico vigente nas universidades medievais:

(142) - *1 Methodi ratio. Quoniam quidem intelligere et scire contingit in omni scientia ex cognitione principiorum, ut scribitur I Physicorum, Text Comment 1, nos ergo, volentes habere scientiae Grammaticae notitiam, circa omnia eius principia, cuius modi sunt Modi significandi, per se primo oportet insistere. Sed antequam eorum inquiratur notitia in speciali, praemittenda sunt quaedam in generali, sine quibus plenarius ipsorum intellectus haberi non potest.*

(Tomás de Erfurt, G.S., 1, in BECCARI, 2013, p. 226, grifos nossos).

1 Disposição do método. Visto que em toda ciência saber e entender relacionam-se com o conhecimento de princípios, como está escrito **no primeiro livro e no comentário da Física de Aristóteles**, é oportuno para nós, desejosos de conhecer a ciência da gramática, determo-nos em todos os seus princípios, cujos modos são **os modos de significar**. Mas, antes de inquirirmos pelo seu conhecimento específico, é necessário nos remetermos a certas de suas noções gerais, sem as quais não se pode obter seu entendimento pleno.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

A passagem transcrita traz à baila uma evidente descontinuidade no nível da *camada teórica*. Para Dionísio Trácio e seus sucessores greco-latinos, a Gramática é o conhecimento empírico do que se diz frequentemente entre os poetas e os prosadores, mas, para Tomás de Erfurt e seus correligionários modistas, a Gramática é uma ciência de base aristotélica cuja unidade básica de análise é o *modo de significar*. A disciplina que tinha outrora uma inclinação descritiva e filológica voltada para o uso dos grandes escritores passou a ter uma inclinação mais nocional voltada para as subjacências da linguagem. Isso vai ao encontro do já mencionado modelo pendular de Koerner (1989, p. 52-53), segundo o qual a história dos estudos linguísticos se notabiliza por uma alternância entre abordagens orientadas para os dados e abordagens orientadas para uma teoria. Noutras palavras, o pêndulo da ciência gramatical deslocou-se do lado empirista para lado o racionalista aquando da ascensão dos modistas, porém, dentro de poucas décadas, o pêndulo regressou ao lado empirista aquando da ascensão dos humanistas e do ocaso do pensamento escolástico.

O *modo de significar* é também uma inovação teórica de relevo. Tomás de Erfurt o divide em *modo de significar ativo* e *modo de ser significado passivo* e assim os define:

(143) - *Modus significandi activus est modus, sive proprietas vocis, ab intellectu sibi concessa, mediante qua, vox proprietatem rei significat. Modus significandi passivus est modus, sive proprietas rei, prout est per vocem significata.*

(Tomás de Erfurt, G.S., I, 2, in BECCARI, 2013, p. 227, grifos nossos).

O **modo de significar ativo** é o modo ou a propriedade da palavra, que é recebida do intelecto, por meio do qual a palavra **significa a propriedade de uma coisa**. O **modo de ser significado passivo** é o modo ou a propriedade da coisa enquanto **significada pela palavra**.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Entre o *modo de significar ativo* e o *modo de ser significado passivo*, há uma relação de interdependência mediada pelo intelecto. Uma palavra (*uox*) só será provida de um *modo de significar* se a este corresponder um *modo de ser significado passivo* num referente externo qualquer. Segundo Beccari (2014, p. 408, nota 4), estão implícitos aí os conceitos aristotélicos de potência (*δύναμις*) e ato (*ἐνέργεια*) da seguinte maneira: as palavras têm o potencial de significar as propriedades das coisas, enquanto as propriedades das coisas só podem ser de fato significadas pelas palavras em ato.

O *modo de entender (modus intelligendi)* também se divide em *modo de entender ativo* e *modo de ser entendido passivo*, de maneira análoga ao *modo de significar*. O primeiro designa o modo pelo qual o intelecto apreende as propriedades das coisas, enquanto o segundo designa as propriedades das coisas apreendidas pelo intelecto (III, 7). O *modo de entender* não se confunde com o *modo de significar* porque este é propriedade das palavras, e aquele é propriedade das disposições mentais. Todavia, poder-se-ia questionar: qual é a diferença entre o *modo de ser significado passivo*, o *modo de ser entendido passivo* e o *modo de ser (modus essendi)*, já que todos esses conceitos se referem às propriedades das coisas? Tomás de Erfurt assim os diferencia:

(144) - (...) *quod modi essendi, et modi intelligendi passivi, et modi significandi passivi, sunt idem materialiter et realiter, sed differunt formaliter; quia **modus essendi est rei proprietas absolute**; modus intelligendi passivus est ipsa proprietas rei, prout ab intellectu apprehensa; modus significandi passivus est eiusdem rei proprietas, prout per vocem consignificatur.*

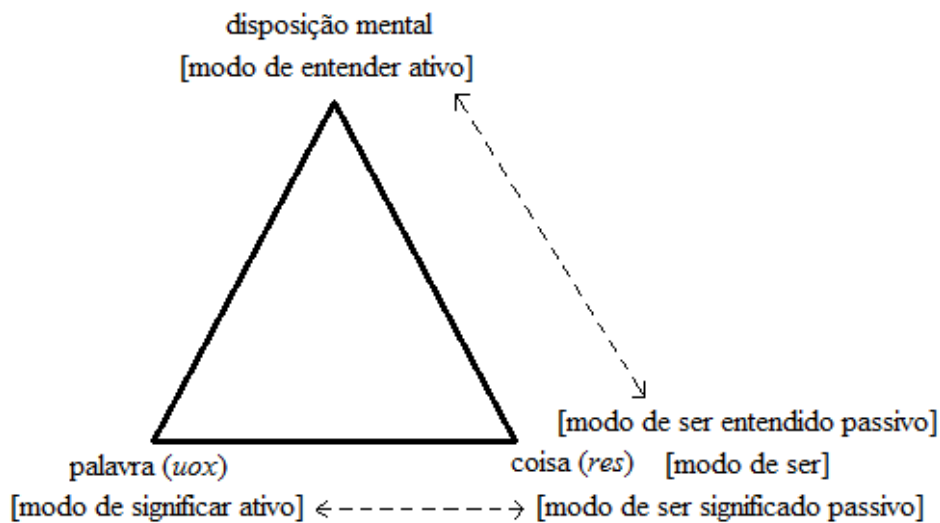
(Tomás de Erfurt, G.S., IV, 8, in BECCARI, 2013, p. 234, grifos nossos).

(...) deve-se observar que os modos de ser, os modos de ser entendido passivos e os modos de ser significado passivos são idênticos material e realmente, mas diferem formalmente, porque **o modo de ser é a propriedade da coisa em sentido absoluto**, o modo de ser entendido passivo é essa propriedade enquanto apreendida pelo intelecto, e o modo de ser significado passivo é a propriedade dessa mesma coisa enquanto cossignificada pela palavra.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

A tríade modista composta pelo *modo de significar*, *de entender* e *de ser* em muito assemelha a versões modernas do triângulo semiótico, em cujos vértices estão respectivamente uma imagem acústica, uma imagem mental e um objeto real ou categorias análogas a essas. O triângulo a seguir ajuda a evidenciar tais semelhanças:

Figura 14 - Os modos de significar, de entender e de ser num triângulo semiótico



Fonte: acervo pessoal

Nos vértices do triângulo, estão a palavra (*uox*), a disposição mental, a coisa (*res*) e os respectivos modos – *de significar*, *de entender* e *de ser* –, que aparecem entre colchetes. As setas tracejadas apontam a dita interdependência entre um modo ativo e o seu correspondente passivo. O *modo de ser*, por seu turno, não se liga a nenhum outro modo por se tratar justamente de uma propriedade da coisa em sentido absoluto, segundo a definição destacada no último excerto transcrito.

Feitas essas distinções conceituais elementares, Tomás de Erfurt assevera que ao gramático compete ocupar-se mais detidamente do *modo de significar ativo*, que é uma

propriedade significativa da palavra, ou seja, de uma entidade linguística (VII, 13). Os demais modos, embora estejam a ele inter-relacionados, concernem a entidades não linguísticas, a saber: as disposições mentais e os referentes externos, que interessariam mais um a filósofo do que a um gramático. Os *modos de significar ativos* se dividem em *essenciais* e *acidentais*. Os *essenciais* se subdividem em três, o mais geral (*generalissimus*), o subalterno (*subalternus*) e o mais especial (*specialissimus*), ao passo que os *acidentais* se dividem em dois, o *absoluto* e o *respectivo*.

Para melhor compreender esse modelo descritivo, cujas categorias até o momento têm se mostrado muito abstratas e pouco elucidativas, convém ver na prática como elas se aplicam a duas partes da oração: o *nome* e o *verbo*¹⁹⁹.

O nome tem dois *modos de significar ativos essenciais*: o *modo de significar pelo modo de um ente* (*modus significandi per modum entis*) e o *modo da apreensão determinada* (*modus apprehensionis determinatae*) (VIII, 15). O *modo de um ente* denota o estado ou a permanência das coisas e apresenta uma relação de correspondência com um dos *modos essenciais* do verbo: o *modo do ser*²⁰⁰ (*modus esse*), que denota mudança e sucessão. Em geral, o *modo de significar* de uma parte da oração vem correlacionado com o *modo de significar* de outra parte da oração, em relações binárias. O *modo da apreensão determinada* denota qualidade ou determinação. O pronome compartilha com o nome o *modo de um ente* por ser também capaz de apontar para alguma entidade no mundo, mas se diferencia dele por possuir o *modo da apreensão indeterminada* (*modus apprehensionis indeterminatae*).

Conforme se tem demonstrado, a teoria modista tem um forte pendor ontológico no seu tratamento dos nomes, os quais, por meio do *modo de um ente*, nomeiam os seres e as coisas existentes no mundo exterior. No entanto, como se poderiam aplicar tais premissas a nomes de privação como *cegueira* (*caecitas*), que, a princípio, não nomeiam nenhuma entidade externa? A esse questionamento Tomás de Erfurt assim responde:

(145) - (...) *Dicendum, et dictum est prius, quod licet privationes et negationes non sint entia positiva extra animam posita; sunt tamen entia positiva secundum animam, ut patet ex intentione Philosophi IV Met. Text 9, ubi dicit quod opiniones contradictorium sunt contrariae, hoc est, duo contradictoria extra animam sunt duo*

¹⁹⁹ Não obstante as descontinuidades teóricas aqui apresentadas e descritas, os modistas mantiveram o modelo de oito partes da oração legado pelos seus predecessores. Nesta breve exposição sobre a extensa *Grammatica Speculatiua*, só se tratará do nome e do verbo; sobre as demais partes da oração, há algumas linhas na tabela sinóptica disposta nos anexos.

²⁰⁰ Não confundir o *modo de ser* (*modus essendi*) dos referentes externos com *modo do ser* (*modus esse*) dos verbos.

contraria secundum animam; et quia privationes et negationes et figmenta sunt entia secundum animam, ideo cadunt sub proprietate entis, quae est proprietas habitus et permanentis; a qua proprietate trahitur modus significandi generalissimus nominis.

(Tomás de Erfurt, G.S., VIII, 16, in BECCARI, 2013, p. 245-246, grifos nossos).

(...) deve-se responder, como foi feito previamente, que mesmo que as privações e negações não sejam entes positivos localizados fora da mente, são, todavia, **entes positivos segundo a mente**. Isso fica evidente **no capítulo nono do quinto livro da *Metafísica de Aristóteles***, em que se diz que as opiniões contraditórias são pares de opostos, isto é, duas coisas contraditórias fora da mente são duas coisas contrárias na mente. E porque as privações, as negações e as ficções são entes de acordo com a mente, elas se incluem no domínio da propriedade de um ente, que é a propriedade do estado e da permanência, de que é derivado o modo de significar mais geral do nome. (*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

O autor recorre à *Metafísica* de Aristóteles para demonstrar a existência do *modo de um ente* nos nomes denotativos de privação (e.g. *cegueira*). Argumenta ele que, embora nomes de privação não designem nenhuma entidade positiva no mundo exterior, eles designam entidades positivas segundo a mente ou dentro dos domínios da mente. Discussões filosóficas dessa natureza mostram que aos modistas não bastava apenas apontar as características mais observáveis das palavras; era-lhes necessário ir muito além do que iam os gramáticos da Antiguidade e investigar a razão de ser de cada parte oração, tomando por base os tratados aristotélicos.

O nome tem dois *modos de significar essenciais subalternos*: o *modo do comum* (*modus communis*) e o *modo do próprio* (*modus appropriati*) (IX, 17). O primeiro é propriedade dos nomes comuns, que se referem uma pluralidade de seres ou coisas, a exemplo de *urbs* (“cidade”) e *flumen* (“rio”). Segundo lembra o próprio Tomás de Erfurt, Donato os chama de *apelativos*. Ao *modo do comum* estão subordinados outros dois *modos subalternos*: o *modo de estar por si mesmo* (*modus per se stantis*), que se subdivide em cinco *modos especiais*, e o *modo de aderir* (*modus adjacentis*), que se subdivide em incríveis 24 *modos especiais* (XI-XII). Tal distinção modista entre o *modo de estar por si mesmo* e o *modo de aderir* subjaz à hodierna distinção entre *substantivos* e *adjetivos*, termos de que o autor

inclusive se serve na obra com acepções relativamente próximas às atuais²⁰¹, como um provável desdobramento das noções filosóficas de *substância* e de *qualidade* aplicadas à Gramática. Aliás, Robbins (1983, p. 67) afirma que a noção gramatical de adjetivo em si é uma invenção medieval. Já o *modo do próprio* concerne, é claro, aos nomes próprios, que nomeiam os seres e as coisas com vistas a individualizá-los, a exemplo de *Socrates* (“Sócrates”) e *Plato* (“Platão”). Ele se subdivide em quatro *modos mais especiais*: nome próprio, prenome, cognome e agnome (XIII, 22).

O nome tem seis *modos de significar accidentais*, relativos a: comparação, espécie, gênero, número, forma e caso (XIV-XIX). A comparação se refere aos três graus de comparação (positivo, comparativo e superlativo); a espécie se refere aos nomes primitivos e aos derivados; o gênero se refere aos nomes masculinos, femininos, comuns e neutros; o número se refere aos nomes no singular e no plural; a forma se refere aos nomes simples, compostos e complexos; por fim, os casos se referem aos seis casos latinos, dispostos nesta ordem: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo.

Dentre as muitas observações que Tomás de Erfurt faz sobre os acidentes dos nomes, merece um breve destaque esta que ele faz sobre a natureza dos gêneros masculino e feminino:

(146) - *Genus masculinum est modus significandi rem sub proprietate **agentis**, ut vir, lapis. Genus foemininum est modus significandi rem sub proprietate **patientis**, ut petra, mulier.*

(Tomás de Erfurt, G.S., XVI, 27, in BECCARI, 2013, p. 270-271, grifos nossos).

O gênero masculino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do **agente**, como *vir* (“homem”), *lapis* (“rochedo”). O gênero feminino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do **paciente**, como *petra* (“rocha”), *mulier* (“mulher”).

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Em sua busca incessante pelas subjacências das palavras e das respectivas propriedades, Tomás de Erfurt propõe que aos nomes masculinos seja inerente uma natureza agentiva, enquanto aos femininos seja inerente uma natureza passiva. Segundo Beccari (2013,

²⁰¹ O termo latino *adiectiuus* aparece, convém lembrar, nas *Institutiones Grammaticae* (XVII, 24), mas em referência às qualidades de uma substância conhecida. Não se trata, nesse caso, de um conceito gramatical (BARATIN, 2010, p. 99, nota 63).

p. 207), tais afirmações, além de serem muito pouco defensáveis ou demonstráveis, suscitaram duras críticas por parte dos filósofos nominalistas, que negavam tal correspondência ontológica entre mundo, mente e linguagem. Questões como essas ajudam a explicar por que a vertente modista não conseguiu responder aos ataques dos seus detratores e acabou entrando em declínio em poucas décadas.

Para entender os *modos de significar* relativos aos casos latinos, que são de sumo interesse desta pesquisa, é necessário adentrar nos *modos de significar* dos verbos, com os quais eles estabelecem relações sintáticas em construções binárias. A esse tema se voltará mais adiante, nos parágrafos dedicados às três disposições do discurso (*passiones sermonis*).

O verbo tem dois *modos de significar ativos essenciais mais gerais*: o *modo do ser* (*modus esse*) e o *modo do distar da substância* (*modus distantis a substantia*) (XXV, 44). O *modo do ser* denota a mudança e a sucessão tipicamente associadas ao processo verbal e estabelece uma relação de proporcionalidade com o *modo de um ente* do nome, que denota estado ou permanência. Já o *modo do distar da substância* traz a ideia de que o processo verbal é uma espécie de desdobramento que vai além da existência básica do ser, distanciando-se dele (BECCARI, 2013, p. 419-420, nota 96). O particípio compartilha com o verbo o *modo do ser*, porque ambos são capazes de denotar mudança e sucessão, e tem o *modo do indistante* (*modus indistantis*), que tem a mesma origem do *modo de aderir* dos nomes adjetivos porquanto ambos são capazes de ligar-se a um nome substantivo. Nesse sentido, verbo e particípio convergem na matéria, mas divergem na forma, segundo indicam as próprias terminações verbais e as participiais.

O verbo tem três *modos de significar essenciais subalternos*: um para o verbo substantivo, um para o verbo vocativo e outro para o verbo adjetivo. A noção de verbo substantivo já se faz presente nas *Institutiones Grammaticae* de Prisciano em alusão ao verbo *esse* (“ser”, “existir”), cujo papel é o de indicar a existência de uma substância. Por exemplo, em *Deus est* (“Deus existe”) indica-se a existência de um ser; em *Deus bonus est* (“Deus é bom”), indica-se a existência de um ser e atribui-se-lhe uma qualidade: a de ser bom. O verbo vocativo tem o papel de indicar a denominação dos seres e das coisas, como em: *Petrus nominor* (“Chamo-me Pedro”). Os demais verbos se enquadram entre os ditos verbos adjetivos, que se dividem em quatro tipos, cada qual provido de um *modo de significar mais especial*: ativos, passivos, neutros e comuns. O ativo indica uma ação praticada (e.g. *amo*, “amo”); o passivo indica uma ação sofrida (e.g. *amor*, “sou amado”); o neutro não indica nem ação praticada nem ação sofrida (e.g. *uiuo*, “vivo”; *sto*, “estou de pé”); o comum comporta-se

ora como ativo (e.g. *criminores te*, “acuso-te”), ora como passivo (e.g. *criminores a te*, “sou acusado por ti”).

O modo de significar acidental mais comum do verbo chama-se *composição* (*compositio*), sobre a qual, diz o autor, nenhum gramático antigo fez menção expressa, mas dela trataram devidamente os modistas com base no livro I do *Da Interpretação*, de Aristóteles (XXVII, 52). De acordo com o filósofo estagirita, o verbo *est* (“é”) está implícito em todas as construções verbais, de modo que, numa sentença como *Socrates currit* (“Sócrates corre”), esteja implícita a estrutura frasal *Socrates est currens* (“Sócrates é corredor”), que se divide noutras duas: *Socrates est* (“Sócrates existe”) e *est currens* (“há um corredor”) (BECCARI, 2013, p. 118-119). Tomás de Erfurt assim define a *composição*:

(147) - *Compositio ergo est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo verbum consignificat proprietatem inhaerentis secundum esse, et quo mediante verbum distans a supposito, primo et principaliter ad suppositum inclinatur. Licet enim verbum per alios modos accidentales ad suppositum inclinatur, hoc tamen est ex consequenti, et specialiter, inquantum supra compositionem fundantur modi illi ipsam contrahentes, sicut modus numeri, et personae, et sic de aliis. Et huic modo verbi, qui est compositio, proportionatur ex parte suppositi **modus per se stantis**.*

(Tomás de Erfurt, *G.S.*, XXVII, 52, in BECCARI, 2013, p. 312-313, grifos nossos).

Portanto, a **composição** é o modo de significar acidental do verbo, **mediante o qual o verbo cossignifica a propriedade do inerente segundo o ser (de outro) e mediante o qual o verbo, que se distancia do suposto, volta-se primeira e principalmente a ele**. E, embora o verbo volte-se ao suposto por meio de outros modos acidentais, isso se dá como consequência, especificamente, na medida em que esses outros modos ajustam-se com base na composição, como é o caso do modo do número e da pessoa e da mesma forma nos demais modos. Ademais, existe um modo proporcional no suposto que é complementar ao modo da composição no verbo: o **modo de estar por si mesmo**.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

A *composição*, noutras palavras, é o modo de significar por meio do qual o verbo se liga ao seu suposto (*suppositum*), isto é, ao termo com o qual concorda. Tal elo sintático também se dá por meio dos outros *modos de significar acidentais* do verbo, concernentes à

qualidade, à conjugação, ao gênero, ao número, à forma, ao tempo e à pessoa, porém há uma diferença digna de nota: a correspondência entre o *modo da composição* do verbo e *modo de estar por si mesmo* dos nomes substantivos ocorre por **proporcionalidade**, ao passo que a correspondência entre os *modos* relativos à pessoa e ao número ocorre por **simetria** (*conformitas*). Na sentença *Socrates currit*, o nome *Socrates* atua como suposto, e o verbo *currit* atua como aposto (*appositum*), formando uma estrutura binária.

Se o elo sintático entre um suposto e um verbo se configura por meio da *composição*, o elo sintático entre um verbo e um complemento oblíquo se configura por meio da *significação* (*significatio*), definida desta maneira:

(148) - *Iuxta quod sciendum, quod **significatio** sumitur a proprietate rei verbi, quae est proprietas dependentiae ad quemlibet obliquum post se, habentem se in ratione per se standi. **Significatio** ergo **accidentalis** est modus significandi accidentalis verbi, **mediante quo verbum significat proprietatem dependentiae ad quemlibet obliquum post se.***

(Tomás de Erfurt, G.S., XXIX, 58, in BECCARI, 2013, p. 319, grifos nossos).

Deve-se saber que a **significação** é derivada de uma propriedade da essência do verbo, que é a propriedade do verbo depender de qualquer oblíquo (posicionado) depois de si que contenha o (modo de) estar por si mesmo. Portanto, a **significação acidental** é o modo acidental de significar do **verbo mediante o qual o verbo significa a propriedade da dependência em qualquer oblíquo depois si.**

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

O excerto em tela traz uma noção muito cara à história das ideias sintáticas: a noção de **dependência**. O autor assevera de forma explícita que certos verbos são dependentes de um complemento oblíquo por meio do *modo da significação*, que o seu correligionário modista Pedro Helias chamava de *modo da transitividade* (*modus transeuntis*), servindo-se da terminologia gramatical de Apolônio Díscolo e Prisciano de Cesareia. O *modo da significação* do verbo transitivo requer a presença do *modo de estar por si mesmo* no seu complemento oblíquo, segundo uma relação de proporcionalidade. Assim como a estrutura da *composição* antes descrita, a estrutura da *significação* é binária. Em sendo assim, na sentença *percutio Socratem* (“Bato em Sócrates”), *percutio* atua como verbo, e o nome acusativo *Socratem* atua como oblíquo.

4.7.3.2 O pensamento sintático de Tomás de Erfurt

Feitas essas considerações basilares sobre a *composição* e a *significação*, convém adentrar nos capítulos dedicados à Sintaxe, a fim de entender o pensamento modista sobre a estruturação de sentenças. No parágrafo inicial do capítulo XLV, o autor introduz as chamadas três disposições do discurso (*passiones sermonis*):

(149) - *Habito de modis significandi octo partium orationis, sub ratione, qua sunt principium formale partium sermonis, secundum quem modum pertinent ad etymologiam, consequenter de ipsis dicamus prout sunt principium efficiens intrinsecum constructionis, et aliarum **passionum sermonis**, secundum quem modum pertinent ad **diasyntheticam**; et hoc nihil aliud est, quam applicare eos ad **constructionem, congruitatem, et perfectionem**, ostendendo qui modi significandi, quarum constructionum, congruitatum, perfectionum, sunt principia.*

(Tomás de Erfurt, G.S., XLV, 88, in BECCARI, 2013, p. 319, grifos nossos).

Tendo discutido, do ponto de vista do estudo das palavras, a respeito dos modos de significar das oito partes do discurso enquanto princípio formal das partes do discurso, discutamos, a seguir, sobre os mesmos modos enquanto princípio eficiente intrínseco da construção e sobre as outras **disposições do discurso** conforme a **sintaxe**. E isso nada mais é que aplicar esses modos à **construção**, à **gramaticalidade** e à **completude**, mostrando quais deles são princípios de que construções, gramaticalidades e completudes.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Os trechos em negrito antecipam alguns aspectos terminológicos a serem discutidos nas próximas seções. Tomás de Erfurt opõe o nível linguístico das oito partes da oração, a que ele chama de *etymologia*, ao nível linguístico das palavras encadeadas, a que ele chama de *diasynthetica*. A opção do autor pelo termo *diasynthetica* no lugar de *constructio*, originalmente decalque do grego σύνταξις (“sintaxe”), é compreensível na medida em que ele usa o referido termo latino para designar uma das três disposições do discurso (*passiones sermonis*), à qual se juntam a gramaticalidade (*congruitas*) e a completude (*perfectio*).

A construção se define como a união de construtíveis (*constructibiles*) por meio da correspondência entre *modos de significar*, com vistas à expressão algum conceito composto na mente (XLVI, 90). Ela segue quatro princípios baseados nas quatro causas aristotélicas:

material, final, eficiente e final. De acordo com o princípio material, o construtível se apresenta como a matéria de que é composta uma construção, em cuja estrutura devem figurar sempre dois elementos: um dependente e um determinante (*i.e.* suposto e aposto). Pelo princípio formal, os dois construtíveis devem unir-se harmonicamente. O princípio eficiente se divide em intrínseco e extrínseco, de modo que o intrínseco predisponha a união dos construtíveis enquanto potência, e o extrínseco efetivamente os una em ato, consoante a correspondência entre os seus *modos de significar*. O princípio final é a expressão de um conceito composto na mente, ou seja, a finalidade com que algo é dito.

Para elucidar esse modelo sintático binário calcado em relações de dependência, o autor lança mão de dois exemplos concretos:

(150) - *Et ex hoc patet error dicentium hanc constructionem esse unam: homo albus currit bene. Nam hic sunt diversa dependentia: una, qua adiectivum dependet ad substantivum: alia, qua verbum dependet ad suppositum: tertia, qua determinans dependet ad determinabile; ergo non erit hic una constructio. Similiter cum dicitur: Socrates percutit Platonem: hic propter diversas dependentias verbi ad suppositum ante se, et ad obliquum post se, non potest esse una constructio, ut de se patet.*

(Tomás de Erfurt, G.S., XLV, 89, in BECCARI, 2013, p. 319, grifos nossos).

Disso fica claro o erro dos que dizem que esta construção é una: *homo albus currit bene* (“O homem pálido corre bem”). Porque aqui existem diversas dependências: **uma, em que o adjetivo depende do substantivo; outra, em que o verbo depende do sujeito; uma terceira, em que o determinante depende do determinável.** Portanto, não haverá aqui uma única construção. Da mesma maneira, quando se diz: *Socrates percutit Platonem* (“Sócrates bate em Platão”), **por causa das diversas dependências do verbo para com o sujeito, antes de si, e para com o objeto, depois de si,** não pode haver uma única construção, como fica autoevidente.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Na sentença *homo albus currit bene* (“O homem pálido corre bem”), apontam-se três relações de dependência: o adjetivo *albus* depende do substantivo *homo* com base na premissa filosófica de que a qualidade pressupõe a preexistência de uma substância que a tenha; o verbo *currit*, por semelhante razão, também depende do sujeito *homo albus* porque a ação pressupõe a preexistência de um ser que a pratique; por fim, o advérbio *bene* depende do

verbo *currit* por atuar aí como uma espécie de acidente verbal. Na sentença *Socrates percutit Platonem* (“Sócrates bate em Platão”), há duas relações de dependência: do verbo *percutit* para com o suposto *Socrates* e para com o nome oblíquo *Platonem*. O excerto não só elucida as concepções sintáticas dos modistas, como também aponta o tipo de dado linguístico com que eles operam na *camada documental*: exemplos curtos, simples e hipotéticos. Nesse sentido, Tomás de Erfurt diverge de seus predecessores greco-latinos por não recorrer a nenhum exemplo literário. Vieira (2018, p. 84) adverte inclusive que os modistas contribuíram sobremaneira para o hábito de formular e analisar sentenças descontextualizadas.

As construções se classificam em dois grandes grupos, intransitivas ou transitivas, cada qual com as respectivas subclassificações²⁰² (XLVII, 91). De maneira mais sucinta, a construção é intransitiva quando o processo verbal se limita a um único ente e é transitiva quando o processo verbal transita de um ente para outro. As intransitivas podem ser de atos (*actuum*) ou de pessoas (*personarum*). A primeira é do tipo *nome-verbo* e pode variar conforme caso morfológico em que o nome é empregado: *Socrates currit* (“Sócrates corre”), *Socratis interest* (“É do interesse de Sócrates”), *Socratem legere oportet* (“A Sócrates convém ler”), *a Socrate legitur* (“lido por Sócrates”). A segunda é geralmente do tipo *nome-nome*, com um elemento determinável e outro determinante: *Socrates albus* (“o pálido Sócrates”). Em todos esses exemplos, o sentido veiculado concentrou-se num único ente: Sócrates. As construções transitivas também podem ser de atos (*actuum*) ou de pessoas (*personarum*). A transitiva de atos pode ser de ato direcionado (*actus signati*) quando o aposto estiver no genitivo, no dativo, no acusativo ou no ablativo em combinações do tipo *verbo-nome*: *misereor Socratis* (“Apiedo-me de Sócrates”), *faueo Socrati* (“Favoreço Sócrates”), *percutio Socratem* (“Bato em Sócrates”), *utor toga* (“uso a toga”). A transitiva é de ato estimulado (*actus exerciti*) quando há um vocativo: *o Thomas* (“Ó, Tomás!”). Na visão do autor, todo vocativo requer explícita ou implicitamente a presença da interjeição porque todos construtíveis devem ordenar-se em relações binárias. A transitiva de pessoas é do tipo *nome-nome* e também varia conforme o caso morfológico em que o nome é empregado: *filius Socratis* (“filho de Sócrates”), *similis Socrati* (“semelhante a Sócrates”), *celer pedibus* (“rápido com os pés”). Em todos os exemplos de construção transitiva, o sentido veiculado transitou de um ente para outro.

²⁰² As construções reflexivas e “retrotransitivas” se enquadram entre as transitivas como já afirmava Prisciano.

A segunda disposição do discurso é a gramaticalidade (*congruitas*), que se define pela união devida dos construtíveis conforme a conveniência (*conuenientia*) entre os seus *modos de significar*. Ela se diferencia da primeira disposição do discurso, a *construção*, por ser esta uma união dos construtíveis em absoluto (LIII, 111). Segundo o autor, as construções *cappa nigra* (“capa negra”) e *cappa categorica* (“capa categórica”) são ambas gramaticais (*congruae*) já que atendem aos princípios de conveniência entre os *modos de significar* do substantivo e do adjetivo, porém a segunda é inapropriada do ponto de vista do significado já que a uma capa não faria sentido atribuir a qualidade de ser categórica.

A terceira disposição do discurso é a completude (*perfectio*), alicerçada no pressuposto de que a *construção* se destina a um fim: um próximo e outro remoto (LIV, 116). Tomás de Erfurt define o fim próximo como “a expressão de um conceito composto da mente segundo a distância” (in BECCARI, 2013, p. 401). Numa *construção* do tipo *homo albus* (“homem branco”), sem cópula, o tal distanciamento do ser não ocorre porque apenas o verbo é provido do *modo do distar da substância*, e, sem o elemento verbal, torna-se impossível aplicar os conceitos de verdade ou falsidade previstos no *Da Interpretação*, de Aristóteles. Destarte, a adição da cópula em *homo est albus* (“o homem é branco”) é condição *sine qua non* para que a construção atinja a completude e o seu fim remoto, qual seja, o de gerar perfeito entendimento na mente do ouvinte.

Para sintetizar e recapitular as ideias sintáticas de Tomás de Erfurt aqui expostas, convém voltar à sentença *Socrates percutit Platonem* (“Sócrates golpeia Platão”) e aplicar a ela as categorias e as classificações modistas. Por se tratar de um modelo sintático calcado em relações de dependência item a item, é necessário dividi-la em duas construções binárias menores: [*Socrates percutit*] e [*percutit Platonem*].

A construção [*Socrates percutit*] se classifica como intransitiva de atos, tendo em vista que, nessa primeira parte, a ação verbal não recai sobre outro ente, mas, reduzida à cópula, ela torna-se uma construção intransitiva de pessoas: *Socrates est percutiens* (“Sócrates é golpeador”). Une-se o suposto *Socrates* ao aposto *percutit* por meio da correspondência entre seis pares *modos de significar*, listados abaixo (XLIX, 96):

Tabela 2 - Correspondência entre os *modos de significar* na construção intransitiva

Suposto (<i>Socrates</i>)	Aposto (<i>percutit</i>)
<i>modo de um ente</i>	<i>modo do ser</i>
<i>modo de estar por si mesmo</i>	<i>modo da composição</i>
<i>modo da disposição do princípio</i>	<i>modo do verbo</i>

<i>modo “enquanto o ‘que’ o outro é”</i>	<i>modo “enquanto o ‘outro’ é o próprio”</i>
<i>modo do número</i>	<i>modo do número</i>
<i>modo da pessoa</i>	<i>modo da pessoa</i>

O *modo de um ente* é o *modo essencial* do nome que denota estado ou permanência, enquanto o *modo do ser* a ele correspondente é o *modo essencial* do verbo que denota mudança ou sucessão. O *modo de estar por si mesmo* é um dos *modos subalternos* do nome, que concerne em regra aos nomes substantivos; a ele corresponde o *modo da composição*, por meio do qual se une o verbo ao seu suposto. O *modo da disposição do princípio* e o *modo do verbo* se baseiam no princípio do movimento (*principium motus*) descrito na *Metafísica* de Aristóteles, segundo o qual toda ação possui um ponto de partida e um ponto de chegada (BECCARI, 2013, p. 130). O supradito *modo “enquanto o ‘que’ o outro é”* (*modus ut quod est alterum*) é o *modo accidental* do nome concernente ao caso nominativo, a que corresponde o *modo “enquanto o ‘outro’ é o próprio”* (*modus ut ipsum est alterum*). Por fim, há a simetria entre os *modos accidentais* relativos ao número singular e à terceira pessoa.

Em seguida, a construção [*percutit Platonem*] se classifica como transitiva de atos porque nela já se observa a transição do processo verbal em direção a outro ente: Platão. Reduzida à cópula, ela torna-se transitiva de pessoas: *percutiens est Platonis* (“é golpeador de Platão”). No caso em tela, a união do verbo com o seu oblíquo se dá por meio da correspondência entre quatro pares de *modos de significar*, listados abaixo (LI, 106):

Tabela 3 - Correspondência entre os modos de significar na construção transitiva

Verbo (<i>percutit</i>)	Oblíquo (<i>Platonem</i>)
<i>modo do ser</i>	<i>modo de um ente</i>
<i>modo da significação</i>	<i>modo de estar por si mesmo</i>
<i>modo da voz (verbal)</i>	<i>modo do término de maneira absoluta</i>
<i>modo “enquanto término da ação”</i>	<i>modo “enquanto o ‘que’ (o outro é)”</i>

O *modo do ser* é um *modo essencial* do verbo que exige a presença do *modo de um ente* no nome. O *modo da significação*, também chamado de *modo da transitividade*, estabelece o elo de dependência sintática do verbo transitivo para com o seu oblíquo, no qual deve constar o *modo de estar por si mesmo*. O *modo da voz* (*modus generis*) presente no verbo atua como a qualidade ou a forma da significação accidental, a que corresponde no nome o *modo do término de maneira absoluta* (*modus termini absolute*). O *modo “enquanto*

término da ação” (*modus ut alterum*) é *modo accidental* do verbo que exige no nome o *modo accidental* do caso acusativo, qual seja, o *modo “enquanto o ‘que’ (o outro é)” (modus ut quem)*. Não há, numa construção transitiva de atos, uma correspondência entre os *modos accidentais* de número e de pessoa porque o verbo não concorda com o seu complemento oblíquo.

Em suma, a sentença *Socrates percutit Platonem* é uma espécie de transitiva de atos complexa, formada por uma construção intransitiva de atos [*Socrates percutit*], em que o nome *Socrates* é o suposto, e o verbo *percutit* é o aposto, e por uma construção transitiva de atos [*percutit Platonem*], em que o verbo dependente traz depois de si o nome oblíquo *Platonem*.

4.7.3.3 Gramática modista: uma revolução científica kuhniana?

Após a análise da *Grammatica Speculatiua* e dos seus pontos basilares, convém retornar ao questionamento feito no início da seção 4.7.3: o empreendimento linguístico dos modistas caracteriza uma revolução científica aos moldes kuhnianos?

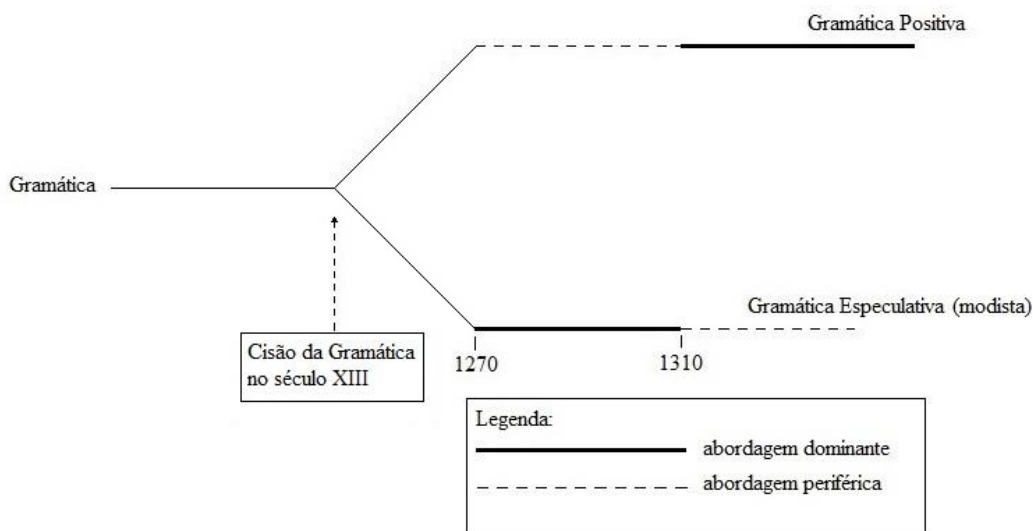
Tal indagação faz todo o sentido perante o fato de que o tratado de Tomás de Erfurt apresenta descontinuidades salientes em todas as quatro *camadas* do modelo de Swiggers (2005), quando cotejado com os tratados gramaticais da Antiguidade. Na *camada teórica*, a Gramática deixou de ser uma ciência empírica baseada nos usos dos poetas e dos prosadores e passou a ser uma ciência racionalista de base aristotélica e de viés ontológico. Além disso, os modistas também criaram um modelo sintático calcado em relações de dependência item a item. Na *camada técnica*, os modistas, por um lado, criaram um extenso aparato terminológico para lidar com os inúmeros *modos de significar* e fizeram um uso extensivo do binômio *suppositum-appositum*, em vez de se limitarem ao uso dos casos morfológicos em suas análises; por outro lado, eles mantiveram as denominações das partes da oração²⁰³ e muitos termos da metalinguagem sintática de Prisciano de Cesareia (e.g. *uerbum substantiuum, transitiuus, intransitiuus, etc.*). Na *camada documental*, os exemplos explicativos de Tomás de Erfurt são sempre hipotéticos e sempre os mais concisos possíveis, ou seja, não há nenhum trecho retirado do cânone literário para fins didáticos ou prescritivos. Mais raramente, ele lança mão de “antiexemplos”: **Plato disputat heri* (“Platão disputa ontem”) (XXXII, 63). Na *camada contextual-institucional*, a *Grammatica Speculatiua* é fruto do ambiente universitário da Baixa Idade Média, onde o pensamento aristotélico não só

²⁰³ Ainda que Tomás de Erfurt tenha distinguido o substantivo e o adjetivo, ele não os considerava classes gramaticais autônomas. Eles eram, na verdade, subclasses do nome na *Grammatica Speculatiua*.

gozava do mais alto prestígio acadêmico, como também se espalhava para vários campos do saber. Beccari (2013, p. 87) inclusive compara a obra a uma espécie de manual compilatório das ideias modistas, numa época em que estas seriam um *paradigma* hegemônico e ocupariam o posto de *ciência normal*.

Conquanto o empreendimento linguístico dos modistas seja inequivocamente um ponto de inflexão na história da Gramática ou uma mudança de *cinosura*²⁰⁴ nos termos de Dell Hymes (1974), ele não pode ser caracterizado a rigor como uma revolução científica kuhniana. As revoluções ocorrem quando um *paradigma* entra em declínio e acaba sendo substituído por outro, a exemplo do que ocorreu na Astronomia quando o modelo heliocêntrico de Copérnico sobrepujou o modelo geocêntrico de Ptolomeu. No século XIII, não houve a substituição de um *paradigma* gramatical por outro, mas a **cisão** da Gramática em duas: a *Especulativa*, a que pertenciam os próprios modistas, e a *Positiva*, a que pertenciam os gramáticos greco-latinos e os seus epígonos (WEEDWOOD, 2002, p. 56-57). Na realidade, a dita Gramática Positiva jamais deixou de ser uma das disciplinas propedêuticas das Sete Artes Liberais, e, de certa forma, ela era também um pré-requisito para aqueles que desejassem adentrar na Gramática Especulativa. A imagem a seguir, baseada no modelo historiográfico de descontinuidade vs continuidade (*Discontinuity-vs.-Continuity Model*) descrito por Koerner (1989, p. 53-54), traz um panorama elucidativo da trajetória dos estudos gramaticais na Idade Média:

Figura 15 - A cisão da Gramática na Idade Média



Fonte: acervo pessoal

²⁰⁴ A *cinisura* é uma abordagem dominante numa dada época. Ver capítulo concernente ao tema na fundamentação teórica da pesquisa.

A figura 15 exibe um panorama bem simplificado da trajetória da Gramática na Baixa Idade Média. Em meados do século XIII, a disciplina cindiu-se em duas abordagens, Positiva e Especulativa, de modo que esta última se tornasse a abordagem dominante por algumas décadas no auge do período escolástico. O ano de 1310 é a data aproximada de publicação do tratado de Tomás de Erfurt, após o qual a vertente modista não mais produziu ideias ou conceitos originais (BECCARI, 2013, p. 177). Daí em diante, a Gramática Positiva retomou o seu protagonismo, com participação direta dos humanistas.

4.7.4 A terminologia sintática na *Grammatica Speculativa*: a camada técnica

4.7.4.1 Sobre a Sintaxe

Ao nível linguístico das palavras encadeadas Apolônio Díscolo chamava de σύνταξις, termo grego que os latinos depois decalcaram por *constructio*. Divergindo dos seus antepassados, Tomás de Erfurt e seus correligionários modistas optaram por dar ao referido nível linguístico outro nome, *diasyntheticum*, em que constam os seguintes elementos gregos: o prefixo διά- (“através de”), o prefixo de contiguidade σύν- (“junto com”) e o adjetivo no neutro plural θετικά (“coisas que podem ser postas”), pertencente à mesma família lexical do verbo τίθημι (“pôr”). Tal escolha terminológica se mostra justificável ao recordar-se que o autor utiliza o termo *constructio* para nomear uma das três disposições do discurso (*passiones sermonis*). Portanto, embora se trate de outra denominação para o nível sintático, a ideia geral evocada pelo termo *diasyntheticum* é basicamente a mesma: a junção ordenada das palavras. Tomás de Erfurt o emprega na seguinte passagem:

(151) - *De his ergo modis omnibus videamus; et primo prout sunt principium formale partis orationis absolute, secundum quem modum pertinent ad **Etymologiam**; deinde prout sunt principium intrinsecum constructionis unius partis cum alia, secundum quem pertinent ad **Diasyntheticam**.*

(Tomás de Erfurt, *G.S.*, VII, 14, in BECCARI, 2013, p. 242, grifos nossos).

Consideraremos, portanto, todos esses modos de significar: em primeiro lugar, como princípios formais da parte do discurso em sentido absoluto; em segundo lugar, de que maneira pertencem ao **estudo das classes de palavras**. Em seguida, apresentaremos os modos enquanto princípio intrínseco da construção de uma parte com outra, de acordo com o estudo da **sintaxe**.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Logo à primeira vista, chama a atenção o emprego do termo grego *Etymologia* para designar o que modernamente se chama Morfologia. Como é sabido, o termo *Etimologia* (do grego: ἔτυμος, “verdadeiro” ou “essencial”, e λόγος, “palavra” ou “discurso”) designa hoje o estudo da origem das palavras, mas, durante muitos séculos, ele foi usado nas gramáticas para designar o estudo das partes da oração tomadas isoladamente. Para evitar confusões na mente dos leitores, Beccari (2013) opta por traduzir *Etymologiam* por *estudos das classes de palavras*. Mais adiante, aparece o termo *Diasyntheticam* em alusão à Sintaxe.

4.7.4.2 Os binômios *suppositum-appositum* e *subiectum-praedicatum*

Rememorando aqui algumas informações de capítulos anteriores, o termo *suppositum* (particípio passado substantivado de *supponĕre*, “pôr embaixo”) já se faz presente nas *Institutiones Grammaticae* como possível tradução do grego ὑποκείμενον (particípio presente médio de ὑπόκειμαι, “estar sujeito a”), empregado no Περὶ Συντάξεως por Apolônio Díscolo. Contudo, a acepção de ambos os termos em ambas as obras se mostra mais ontológica do que gramatical, pois eles se referem, o mais das vezes, às entidades extralinguísticas sobre as quais se fala, e não propriamente a elementos estruturais de uma oração. Colombat (2017, p. 128) supõe que o termo *suppositum* tenha saído da expressão *supponere uerbo* (“ser sujeito ao verbo”), que seria uma forma abreviada de *supponere personam uerbo* (“colocar uma pessoa sob o verbo”). Já o termo *appositum* (particípio passado substantivado de *apponĕre*, “pôr próximo”) sequer aparece nas *Institutiones Grammaticae*. Segundo Graffi (2008, p. 59), os binômios *suppositum-appositum* e *subiectum-praedicatum* só começam a aparecer em tratados de Gramática e de Lógica na segunda metade do século XII. Na visão de alguns especialistas, o primeiro binômio pertencia ao domínio gramatical, ao passo que o segundo pertencia ao domínio lógico, e assim teria sido ao longo da Idade Média. Todavia, Graffi relativiza essa separação rígida de domínios terminológicos:

La source qui est le plus souvent citée en appui de ce genre d’affirmation est un passage de la *Logica Ut dicit* (fin XIIe siècle, dans de Rijk 1967, II, p. 380), où on lit que «on nomme *subiectum* dans la logique ce qu’on nomme *suppositum* dans la grammaire» et que «*praedicatum* est ce qu’en grammaire est nommé *appositum*». **Je pense pourtant que la généralisation qu’on a tirée de ce passage est trop hâtive.** 1) Qu’est-ce que signifie «throughout the Middle Ages»? Il ne peut pas signifier l’entier Moyen-Age, car le couple *suppositum / appositum* devient d’usage courant seulement à partir de la seconde moitié du XIIe siècle, comme on vient de le voir. Ensuite, si l’on observe l’usage terminologique des logiciens aussi bien que des grammairiens depuis le milieu du XIIe siècle jusqu’au début du XIVe, **on peut remarquer que les deux couples *suppositum / appositum* et *subiectum / praedicatum* ne sont pas cantonnés le premier à la**

grammaire et le deuxième à la logique. (GRAFFI, 2008, p. 59, grifos nossos).

A fonte que é mais frequentemente citada em apoio a esse gênero de afirmação é uma passagem da *Logica Ut Dicit* (fim do século XII, em de Rijk, 1967, II, p. 380), onde se lê que “chama-se *subiectum* na lógica ao que se chama *suppositum* na gramática” e que “*praedicatum* é o que se chama na gramática de *appositum*”. **Eu penso, no entanto, que a generalização que se tira dessa passagem é muito precipitada.** 1) Que é que significa “ao longo da Idade Média”? Isso não pode significar a Idade Média inteira, porque o par *suppositum / appositum* começa a ser de uso corrente somente a partir da segunda metade do século XII, como se acaba de ver. Em seguida, se se observa o uso terminológico dos lógicos assim como o dos gramáticos desde meados do século XII até o início do XIV, **pode-se notar que os dois pares *suppositum / appositum* e *subiectum / praedicatum* não são isolados - o primeiro à gramática, e o segundo à lógica.** (GRAFFI, 2008, p. 59, tradução e grifos nossos).

Na sequência, Graffi (2008) cita autores da Lógica e da Gramática que se servem de ambos os binômios nas respectivas obras. Dentre os citados, está o lógico Pedro Hispano, além dos gramáticos modistas Martinho da Dácia, João da Dácia, Radulfo Brito e Tomás de Erfurt. De fato, ambos os pares, *suppositum-appositum* e *subiectum-praedicatum*, aparecem na *Grammatica Speculatiua*, mas não de maneira intercambiável, haja vista que o primeiro possui uma inclinação mais gramatical, enquanto o segundo possui de fato uma inclinação mais lógica. O suposto e o aposto, cumpre lembrar, são os elementos estruturais de uma construção completa (*constructio perfecta*)²⁰⁵, assim definida pelo autor:

(152) - *Constructio perfecta. Constructio ergo habens suppositum et appositum secundum conformitatem omnium modorum significandi, tamen nullam habens circa se dependentiam non terminatam, non retrahentem ipsam ab eius fine, est perfecta primo modo; quia nihil sibi deficit eorum, quae ad eius speciem requiruntur. Secundo modo etiam est perfecta, quia debite potest suum finem, propter quem ordinatur (quia est exprimere mentis conceptum compositum secundum distantiam, ut dictum est), pertingere. Tertio modo etiam est perfecta, quia potest facere sibi simile, id est, perfectum sensum in animo auditoris generare.*

(Tomás de Erfurt, G.S., LIV, 117, in BECCARI, 2013, p. 403, grifos nossos).

A construção completa. Portanto, **a construção que possui um suposto e um aposto com seus modos de significar em conformidade**, e que não possua nenhuma

²⁰⁵ A ideia de uma oração completa ou perfeita já estava presente em Apolônio Díscolo e Prisciano de Cesareia.

dependência não determinada que a desvie de seu fim, é considerada completa de acordo com a primeira maneira, porque não é deficiente das coisas que são requeridas por sua espécie. É completa também de acordo com a segunda maneira, porque atinge devidamente o fim para o qual é ordenada, que é exprimir um conceito composto da mente, segundo a distância, como foi dito acima. É completa da terceira maneira, porque faz um similar a si, isto é, um sentido perfeito na mente do ouvinte. (*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Se a construção completa requer a conformidade entre os *modos de significar* do suposto e do aposto, e se *modos de significar* são, por definição, propriedade das palavras, é lícito inferir que o suposto e o aposto são aí retratados como categorias gramaticais. O suposto é geralmente um termo de natureza nominal a que se pode juntar um termo dependente atributivo, que é o seu aposto (BECCARI, 2013, p. 494). Numa construção do tipo *nome-nome* como *homo albus* (“homem branco”), o substantivo *homo* é o suposto, e o adjetivo *albus* é o aposto. O adjetivo necessariamente depende do substantivo porque a substância possui anterioridade ontológica em relação aos seus acidentes. Numa construção do tipo *nome-verbo* como *Socrates currit* (“Sócrates corre”), o substantivo *Socrates* é o suposto, e o verbo *currit* é o aposto. O verbo também possui valor atributivo na medida em que ele é parafraseável por uma construção copulativa: *currit* → *est currens* (“é um corredor”).

No trecho a seguir, Tomás de Erfurt menciona o dito binômio *subiectum-praedicatum* e o relaciona explicitamente aos domínios da Lógica e da Dialética:

(153) - *Terminus vero dicit rationem terminandi resolutiones syllogismi, quia Dialecticus resolvit syllogismum in propositiones, et propositiones in subiectum et praedicatum, quae dicuntur termini secundum logicum.*

(Tomás de Erfurt, *G.S.*, VI, 11, in BECCARI, 2013, p. 239, grifos nossos).

O termo, na verdade, diz respeito ao uso de termos na resolução do silogismo, uma vez que o **dialético** divide o silogismo em proposições e estas em **sujeito** e **predicado**, que são chamados de termos, segundo os **lógicos**.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Subiectum (“posto debaixo”, “o que subjaz”) é o particípio passado substantivado do verbo *subiicere* (“pôr debaixo”), logo também é uma tradução possível para o grego

ὑποκείμενον, ao lado de *suppositum*. Segundo Beccari (2013, p. 495), Tomás de Erfurt o emprega na obra como um sinônimo de substância, conforme a descreve Aristóteles na *Metafísica*. *Praedicatum* (“dito diante de alguém”) é o particípio passado substantivado de *praedicere* (“dizer publicamente”) e uma tradução não literal de κατηγορημα (“atributo”), que é o segundo termo de uma proposição. Se o *subiectum* se refere ao ente de que se fala, o *praedicatum* traz os atributos predicáveis a esse ente, com base nas dez categorias de Aristóteles (*ibidem*, p. 101). O autor volta a empregar o binômio *subiectum-praedicatum* neste outro passo da *Grammatica Speculatiua*:

(154) - (...) *si pronomem significaret conceptum entis, nunquam praedicatum reale posset verificari de pronomine, et sic haec esset falsa: ego sum homo, quia praedicatum de eo verificatur, quod per subiectum intelligitur et significatur; unde sicut haec est falsa: conceptus hominis est animal, sic haec erit falsa: ego sum animal, quod est inconueniens.*

(Tomás de Erfurt, G.S., XXIV, 42, in BECCARI, 2013, p. 299-300, grifos nossos).

(...) se o pronome significasse um conceito de ente, nunca um **predicado** real poderia ser verificado de um pronome e, assim, esta seria falsa: *ego sum homo* (“Eu sou um homem”), em que se verifica um **predicado**, que pode ser entendido e significado por meio de um **sujeito**. Nesse caso, assim como a proposição *conceptus hominis est animal* (“O conceito ‘homem’ é um animal”) é falsa, também *ego sum animal* (“Eu sou um animal”) seria falsa, o que é impróprio.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Logo à primeira vista, nota-se que tal discussão em torno da natureza do pronome remete mais à Lógica do que à Gramática, pois, afinal, se está discutindo aí a admissibilidade de proposições com base nos juízos de verdadeiro ou falso. Destarte, o sujeito e o predicado aludidos no excerto **não** são categorias sintáticas. Ironicamente, o binômio *suppositum-appositum* tem mais semelhanças com as noções atuais de *sujeito* e *predicado* do que as tem o binômio *subiectum-praedicatum*.

4.7.4.3 Termos relativos à concordância

Na *Grammatica Speculatiua*, um dos termos que mais se aproximam da noção sintática de concordância é *congruitas* (“gramaticalidade”), descrito na obra como a segunda

disposição do discurso. Segundo Colombat (2017, p. 132-133), foi na Idade Média que o termo se consagrou na metalinguagem gramatical, embora Prisciano de Cesareia já houvesse empregado séculos antes os cognatos *congruam* e *incongrua* em contextos similares. Tomás de Erfurt assim o define:

(155) - *Congruitas elementum. Iuxta quod primo notandum, quod sicut constructio requirit constructibilium unionem absolute, sic congruitas requirit constructibilium unionem, non quamcumque, sed debitam. Et haec debita unio potest contingere dupliciter: uno modo ex convenientia significatorum specialium; et per oppositum unio indebita ex repugnantia ipsorum. Alio modo potest contingere ex conformitate modorum significandi, et per oppositum indebita ex indebita modorum significandi discrepantia.*

(Tomás de Erfurt, G.S., LIII, 53, in BECCARI, 2013, p. 395, grifos nossos).

A **gramaticalidade** dos elementos. Sobre isso, note-se primeiramente que, assim como a construção requer a união dos construtíveis em termos absolutos, assim também a **gramaticalidade** requer não uma união qualquer dos construtíveis, mas uma união devida. E essa união pode acontecer de duas maneiras: de uma, pela **conveniência** dos significados especiais e por oposição a uma união indevida a partir da repugnância destes; de outra, pela **conformidade** dos modos de significar e, por oposição, a indevida é resultado da discrepância indevida dos modos de significar.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

A *congruitas* (“gramaticalidade”) é a união devida dos construtíveis com base nos seus *modos de significar*. Segundo ficou demonstrado em seções anteriores, é possível haver uma união gramatical (*congrua*) entre os construtíveis sem que haja uma harmonia devida entre os seus significados. O autor o exemplifica por meio da construção *cappa categorica* (“capa categórica”), na qual há uma perfeita concordância entre os *modos de significar* do substantivo e os do adjetivo, mas não há uma harmonia entre os significados respectivos porque *a priori* não faz sentido a uma capa ter o atributo de ser categórica. Como a *congruitas* se restringe ao nível sintático, é lícito compará-la ao moderno conceito de concordância. É também digno de nota o emprego dos termos *conuenientia* (“conveniência”) e *conformitas* (“conformidade”), que não só trazem o mesmo prefixo de contiguidade (*con-*), como também evocam a mesma ideia geral de “juntar elementos harmonicamente”.

Neste outro passo da obra, o autor lança mão de mais um termo para designar o fenômeno da concordância:

(156) - *Correspondia verbi et suppositi. Notandum, secundum quosdam, quod modo finito in verbo **correspondet** casus simpliciter in supposito, quae est ratio principii, vel termini generaliter sumpti.*

(Tomás de Erfurt, G.S., XXVIII, 55, in BECCARI, 2013, p. 316, grifos nossos).

A **correspondência** do verbo e do sujeito. Segundo alguns, o modo finito do verbo **corresponde** univocamente à inflexão de caso do sujeito, que é, de maneira geral, o modo de principiar ou terminar (uma ação).

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Na passagem transcrita, o gramático alude explicitamente ao fenômeno da concordância verbal, que se configura por uma relação de proporcionalidade entre o *modo de estar por si mesmo* do suposto e o *modo da composição* do aposto. O substantivo *correspondia* e o verbo cognato *correspondere* (< *con* + *respondere*), à semelhança dos termos anteriores, trazem o mesmo prefixo de contiguidade e evocam a mesma ideia geral de “juntar elementos harmonicamente”.

4.7.4.4 Termos relativos à regência

Se o termo *congruitas* é um dos que mais se aproximam da noção de concordância, o termo *dependentia* (“dependência”) é um dos que mais se aproximam da noção de *regência*. De fato, os modistas propõem um modelo sintático baseado na premissa de que certas palavras dependem sintaticamente de outras, em relações binárias. Lembra o autor que o verbo, por exemplo, sempre depende de algum elemento na frase, seja de um suposto, seja de um oblíquo, seja de ambos:

(157) - *Sicut enim compositio est modus significandi, mediante quo **verbum** primo et principaliter **dependet** ad quodlibet **suppositum** ante se; ita significatio est modus significandi, mediante quo **verbum** primo et principaliter **dependet** ad quemlibet **obliquum** post se.*

(Tomás de Erfurt, G.S., XXIX, 58, in BECCARI, 2013, p. 319, grifos nossos).

Pois, assim como a composição é o modo de significar mediante o qual o **verbo**, primeira e principalmente, depende de qualquer **suposto** (posicionado) antes de si, assim também a significação é o modo de significar mediante o qual o **verbo**, primeira e principalmente, **depende** de qualquer **oblíquo** (posicionado) depois de si. (*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Tomás de Erfurt não só traz o relevante conceito de *dependentia*, como também preserva e expande a metalinguagem sintática legada por Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo no que tange à transitividade (*transitio*). Ao longo do tratado, ele enumera interessantes subclassificações de construções intransitivas e transitivas, conforme o exposto na seção 4.7.3.2: intransitiva de atos, intransitiva de pessoas, transitiva de atos e transitiva de pessoas. O gramático as recapitula sucintamente no capítulo LII, parágrafo 109.

Por fim, cumpre fazer uma breve menção ao termo *obiectum*, que aparece neste trecho *Grammatica Speculatiua*:

(158) - *Signum, dictio, pars orationis, terminus. Circa dicta est notandum, quod signum, dictio, pars orationis et terminus conveniunt, et differunt. Conveniunt enim in subiecto, et in obiecto; quia in eodem subiecto reperiri possunt, sicut signum et signatum.*

(Tomás de Erfurt, *G.S.*, VI, 11, in BECCARI, 2013, p. 238, grifos nossos).

O *signo*, o *vocábulo*, a *parte do discurso* e o *termo*. Acerca do que já foi dito, é necessário observar que o *signo*, o *vocábulo*, a *parte do discurso* e o *termo* coincidem e diferem entre si. Coincidem no **sujeito** e no **objeto**, porque podem ser encontrados no mesmo sujeito, como na relação entre *signo* e *designado*.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

A mesma observação que se fez sobre o binômio *subiectum-praedicatum* nas seções anteriores pode-se fazer sobre o binômio *subiectum-obiectum*, pois novamente não se trata aí de categorias sintáticas, mas filosóficas ou ontológicas. Quando o autor afirma que o *signo*, o *vocábulo*, a *parte do discurso* e o *termo* coincidem no sujeito e no objeto, ele está se referindo a seres e coisas extralinguísticos, e não aos elementos constitutivos de uma oração. Na *Grammatica Speculatiua*, o termo gramatical concernente aos complementos verbais é *obliquus*, que designa o segundo elemento das construções transitivas de atos (*e.g. percutio*

Socratem, “golpeio Sócrates”). O uso do termo *objeto* ou de termos da mesma família lexical como categorias sintáticas data do período da Gramática Filosófica, entre os séculos XVII e XIX.

4.8 Gramáticos do século XVI: Fernão de Oliveira e João de Barros

Para entender o nascimento da Gramática Portuguesa no século XVI, cumpre conhecer não só os fundamentos multisseculares da disciplina, de que os gramáticos portugueses são herdeiros inequívocos, como também a própria história de Portugal e do seu idioma pátrio. Afinal, conforme se tem demonstrado desde os capítulos introdutórios desta pesquisa, o conhecimento linguístico não é produzido nem implementado no vazio. Em seguida, convém interpretar esse fenômeno – o nascimento da Gramática Portuguesa – à luz de um contexto histórico mais amplo: o Renascimento, durante o qual se observou o surgimento massivo de gramáticas vernáculas no Velho Continente.

4.8.1 O nascimento de Portugal e da língua portuguesa

Rememorando o que foi dito no capítulo anterior, não há um evento histórico em particular que sirva à Filologia e à Linguística Histórica como um atestado de óbito do latim, cujo desaparecimento na oralidade se deve antes a um gradual processo de mudança e ramificação linguísticas, intensificado, é claro, pelo esfacelamento do Império do Romano do Ocidente e pela ocupação das antigas províncias ocidentais por populações aloglotas. Se não é possível indicar com precisão a data de morte do latim, tampouco se pode indicar com precisão a data de nascimento de qualquer dialeto românico. Com efeito, o português arcaico (ou galego-português como preferem alguns) já se encontrava suficientemente diferenciado da língua de Roma bem antes de Portugal ascender como um reino autônomo e bem antes de surgirem os primeiros documentos inteira e deliberadamente escritos em vernáculo no fim do século XII e no início do século XIII.

O surgimento de Portugal como uma entidade política ocorreu durante a já referida Guerra da Reconquista, que se estendeu de 718 a 1492. No ano 711, o exército muçulmano liderado por Tariq ibn Ziyad cruzou o Estreito de Gibraltar e derrotou o rei visigodo Rodrigo na batalha de Guadalete, perto do rio Guadalquivir, e pôs fim ao Reino Visigótico. Em apenas cinco anos, os seguidores do profeta Maomé se assenhorearam de quase todo o solo ibérico, incluindo todo o território português atual, e deixaram em mãos cristãs apenas uma estreita faixa setentrional da península, onde se fundaria, em 718, o reino das Astúrias. Nesse ano, parte da antiga nobreza visigótica se juntou à nobreza local e elegeu como rei um nobre chamado Pelágio (r. 718-737), que obteve uma vitória militar contra os muçulmanos na Batalha de Covadonga, em 722. (PHILLIPS Jr., 2015, p. 63-76; MATTOSO²⁰⁶, 1997, vol. I,

²⁰⁶ MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*: vol. I - Antes de Portugal. Editorial Estampa: 1997.

p. 469). O mapa a seguir ilustra a disparidade territorial entre muçulmanos e cristãos no início da Reconquista:

Figura 16 - O reino das Astúrias no início da Reconquista



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_das_Ast%C3%BArias#/media/Ficheiro:Map_Iberian_Peninsula_750-pt.svg

Não obstante a vitória em Covadonga, o incipiente reino das Astúrias não tinha à época condições financeiras ou militares de empreender grandes conquistas territoriais contra o opulento Califado Omíada, que dominava a Península Arábica, o Levante, a Pérsia, o norte da África e agora quase toda a Península Ibérica. Ainda assim, o rei Afonso I (r. 739-757), sucessor de Pelágio, logrou êxito em algumas expedições de pilhagem no noroeste peninsular em ambas as margens do rio Douro, que haviam sido abandonadas há pouco tempo pelos berberes quando estes se insurgiram contra os seus senhores árabes e sírios. Por causa disso, o norte de Portugal moderno ficou parcialmente despovoado durante o século VIII (MATTOSO, 1997, vol. 1, p. 469). No século seguinte, o reino das Astúrias consolidou o seu domínio sobre a Galiza, apesar de alguma resistência local, e depois avançou sobre a região entre os rios Douro e Minho. No reinado de Afonso III (r. 866-910), o conde Vímara Peres (c. 820-873) foi incumbido de tomar a cidade do Porto a fim de “repovoar” a região e fundou ali o Condado Portucalense, subordinado à Coroa Asturiana. O referido condado é o estágio embrionário da entidade política que, séculos depois, se tornaria o reino de Portugal (*ibidem*, p. 471).

O panorama dialetal da Península Ibérica nesses dois primeiros séculos da Reconquista é de difícil reconstituição devido à escassez de dados linguísticos coetâneos. Embora o território asturiano não fosse geograficamente extenso, havia nele um razoável grau

de dialeção por influência dos antigos substratos de cada região. Na parte mais ocidental do reino, já teria despontado um romance galego-português de substrato céltico, ao passo que, na parte mais oriental, teria despontado um romance castelhano de substrato basco; entre ambas as áreas, teria despontado um romance leonês. Todavia, tais fronteiras dialetais deviam ser muito pouco nítidas e, muito provavelmente, elas formavam uma espécie de *continuum* no sentido oeste-leste, isto é, desde a Galiza até o atual País Basco (CASTRO²⁰⁷, 1991, p. 163-164). Os mais antigos documentos latino-portugueses, datáveis do século IX, dão provas robustas em favor dessa dialeção nos domínios asturianos. Em 882, expediu-se a *Carta de Fundação da Igreja de Lordosa*, escrita num latim tabelionesco eivado de metaplasmos inequivocamente galego-portugueses, como a sonorização das consoantes surdas intervocálicas e a queda da consoante nasal [n] intervocálica²⁰⁸ (EMILIANO²⁰⁹, 2000, p. 14-16): *monago* (< *monachus*), *Iudigado* (< *iudicatum*), *moastica* (< *monastica*). Nas regiões sob domínio islâmico, houve uma hibridização dos romances locais com as variantes de árabe faladas pela elite semítica e pelos berberes, fazendo emergir o pouco conhecido romance moçárabe, cuja denominação vem de مُسْتَعْرَب (*musta'rab*), que significa “arabizado”. Dele restaram poucas atestações escritas, e sob o seu rótulo decerto se oculta uma realidade linguística mais complexa (CASTRO, 1991, p. 164-165).

À semelhança do que acontecera ao império de Carlos Magno na França, o Reino das Astúrias se dividiu em 911, pouco tempo após morte do rei Afonso III (r. 866-910), de modo que seus filhos Garcia, Ordonho e Froila herdassem as terras de Leão, da Galiza e das Astúrias respectivamente. Embora os dois últimos fossem subordinados ao rei leonês, o norte da Península Ibérica estava passando por um processo de descentralização política similar ao do Feudalismo, marcado pela forte atuação da pequena nobreza em âmbito local. No reinado de Ramiro III de Leão (r. 966-985), o próprio Condado Portucalense, vinculado à Galiza, desfrutou de relativa autonomia (MATTOSO, 1997, vol. 1, p. 472-475).

No século XI, após algumas disputas intestinas e reconfigurações territoriais, o rei Fernando I de Leão e Castela (r. 1037-1065) retomou o movimento expansionista contra os mouros. Aproveitando-se do crescimento demográfico e econômico, o monarca anexou aos seus domínios Seia (1055), Lamego (1057), Viseu (1058) e Coimbra (1064), que passaram a

²⁰⁷ CASTRO, Ivo. **Curso de História da Língua Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

²⁰⁸ Em castelhano, convém lembrar, não houve a queda da consoante [n] intervocálica: *corona* > *corona* (“coroa”).

²⁰⁹ EMILIANO, António. **O mais antigo documento latino-português (882 a.D.)** - edição e estudo gráfico. Verba. Anuario Galego de Filoloxía, 26 [1999]: 7-42.

fazer parte do seu estado vassalo, o Condado Portucalense. Quando o rei leonês morreu em 1065, o reino foi outra vez dividido entre os herdeiros, dessa vez da seguinte maneira: a Galiza coube a Garcia, Leão coube a Afonso VI, e Castela coube Sancho II. Previsivelmente, sucederam-se danosas lutas fratricidas pelo poder, e delas saiu vencedor Afonso VI, que debelou os irmãos e adotou o título de Imperador de toda a Hispânia (*Imperator totae Hispaniae*) em 1077 (*ibidem*, p. 294).

Afonso VI (r. 1077-1086) foi uma das figuras mais proeminentes da Guerra da Reconquista. Depois de consolidar o poder dentro dos seus próprios domínios, o rei voltou-se para terras mouras ao sul e conquistou a cidade de Cória na Estremadura, em 1079, e a cidade de Toledo, antiga capital do Reino Visigótico, em 1085, mas, no ano seguinte, sofreu um revés na Batalha de Zalaca diante do mesmo inimigo. Ao ver-se incapaz de travar sozinho custosas guerras contra o poderoso Império Almorávida, Afonso VI convocou nobres borgonheses para auxiliá-lo nessas empreitadas bélicas, prometendo-lhes casamentos reais e terras. Ao conde Raimundo de Borgonha (1070-1107) ele prometeu a sua filha Urraca e o condado da Galiza e, alguns anos depois, ao conde Henrique de Borgonha (1066-1112) prometeu a sua filha ilegítima Teresa e o Condado Portucalense (MATTOSO, 1997, vol. 1, p. 495-496; PHILLIPS Jr., 2015, p. 84). Veja-se o mapa:

Figura 17 - A Península Ibérica no século XI



Fonte: <https://faseshistoricasdalp.wordpress.com/2013/06/09/a-influencia-arabe-para-o-lexico-portugues-e-a-constatacao-do-idioma-galego-portugues/>

Henrique de Borgonha governou o Condado Portucalense de 1096 até a sua morte em 1112 e, nesse ínterim, teve um filho com Teresa de Leão: Afonso Henriques (c. 1109-1185). Nos anos subsequentes, a viúva Dona Teresa atuou como regente e começou a envolver-se com um nobre galego chamado Fernão Peres de Trava, gerando receio e insatisfação entre os

barões portugalenses que, avessos à possibilidade de interferência galega no seu território, optaram por apoiar Afonso Henriques contra a mãe e o suposto padrasto. Em 1128, o jovem infante os derrotou na Batalha de São Mamede e mais tarde, em 1139, obteve uma vitória retumbante contra os almorávidas na Batalha de Ourique, após a qual os seus soldados devem tê-lo aclamado como rei. Todavia, a independência portuguesa só foi formalmente reconhecida por Leão e Castela em 1143, por meio do Tratado de Zamora, e pela Igreja Católica em 1179, por meio da bula papal intitulada *Manifestis Probatum*, emitida pelo papa Alexandre III (MATTOSO²¹⁰, 1997, vol. 2, p. 50-58; 81).

Os reis cristãos se aproveitaram da morte do emir almorávida Ali ibn Yusuf em 1143 e da consequente instabilidade política na Andaluzia para fazer novas incursões contra os mouros. Em 1147, Afonso Henriques conquistou as cidades de Santarém e de Lisboa, bem como as fortalezas de Sintra, Almada e Palmela, trazendo para o seu domínio todas as terras à margem direita do rio Tejo. Na década de 1160, o rei vinha se ocupando de algumas querelas com os seus vizinhos cristãos, mas, ainda assim, apoiou as campanhas militares do icônico guerreiro Geraldo, Sem Pavor (?-1173), na região do Alentejo. Conquanto o objetivo maior dos portugueses – a captura da fortaleza de Badajoz – não tenha sido alcançado, eles, ao menos, lograram conquistar a cidade de Évora em 1166 e defendê-la de contra-ataques mouros nos anos seguintes (MATTOSO, 1997, vol.2, p. 66-70).

A expansão afonsina em direção ao sul trouxe consequências linguísticas. Com o avanço da Reconquista Portuguesa, parte da população muçulmana outrora estabelecida nos territórios reconquistados, ou fugia para outras terras mouras, ou permanecia sob o jugo cristão em condições subalternas. Ao mesmo tempo, fluxos migratórios oriundos da Galiza, do norte de Portugal e de outras regiões ibéricas aí se estabeleceram, deslocando o eixo político, militar e econômico do reino para a região. O contato do antigo galego-português com outros dialetos no vale do Tejo, na Beira e no Alentejo deu início ao lento processo de separação entre o falares da Galiza e os de Portugal, que se intensificaria nos séculos posteriores (FARACO, 2016, p. 38-39).

Afonso Henriques faleceu em 1185 e, no seu lugar, assumiu o trono o rei Sancho I (r. 1185-1211), cujo reinado ficou marcado não só pelas fortes investidas muçulmanas dos almôadas, que haviam deposto os almorávidas, como também pelos atritos com os reinos cristãos – afora a fome, a peste e outros cataclismos. Em que pese às dificuldades conjunturais, o rei conseguiu conquistar a cidade de Silves em 1189 com o auxílio de uma

²¹⁰ MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**: a Monarquia Feudal (1096-1480). Vol. II. Editorial Estampa: 1997.

coligação internacional de soldados cruzados (MATTOSO, 1997, vol.2, p. 84-91). Nas últimas décadas do século XII, surgiram os mais antigos documentos em vernáculo de que se tem notícia: o Auto de Partilhas (1192), o testamento de Elvira Sanches (1193) e a Notícia do Torto (~1210). Segundo Ana Maria Martins²¹¹ (1999, p. 491), por serem os dois primeiros prováveis traduções de originais latinos, caberia à Notícia do Torto o posto de mais antigo documento escrito originalmente em português. Nele, o fidalgo Lourenço Fernandes da Cunha apresenta queixas contra os filhos do nobre Gonçalo Ramires, que deixaram de dividir heranças com o dito Lourenço e dirigiram-lhe ofensas, chamadas de “tortos” (BASSO; GONÇALVES²¹², 2014, p 126-127).

Com o falecimento de Sancho I em 1211, assumiu o trono o seu filho e herdeiro Afonso II (r. 1211-1223), cognominado *o Gordo* por causa de uma doença crônica que lhe entumescia o corpo. Não obstante a sua enfermidade, o novo rei foi hábil o suficiente para implementar medidas centralizadoras que coibissem os costumeiros abusos dos senhores locais, porém não teve ele participação efetiva em campanhas militares nos territórios muçulmanos. Ainda assim, uma coligação de soldados cruzados deu continuidade à Reconquista Portuguesa e tomou a fortaleza de Alcácer do Sal em 1217, no litoral alentejano, enquanto, cinco anos antes, o rei castelhano Afonso VIII (r. 1170-1214) obtivera uma esmagadora e decisiva vitória contra os mouros na Batalha de Navas de Tolosa, debilitando sensivelmente o Califado Almôada. O rei Afonso II ficou conhecido pela elaboração do primeiro registro oficial dos diplomas régios e pelo seu testamento, datado de 1214, de que restaram duas cópias das treze originais (MATTOSO, 1997, vol.2, p. 95-103). Tal documento também está entre os mais antigos da língua portuguesa.

Afonso II faleceu em 1223 após doze anos de reinado, deixando o trono de Portugal ao seu filho Sancho II (r. 1223-1248). Embora não fosse acometido pela doença crônica do pai, o jovem rei mostrou-se desde o início um governante passivo e apático, sem capacidade político-administrativa de liderar grandes campanhas militares contra os mouros ou de intermediar os constantes conflitos entre facções clericais no seu reino. Com ou sem a participação do monarca, a Ordem Militar de Sant’Iago da Espada assumiu o protagonismo na guerra e participou das conquistas portuguesas entre 1230 e 1240, a exemplo de Serpa (1232), Beja (1234), Mértola (1238) e Aiamonte (1239-1240), aproveitando-se da fragmentação

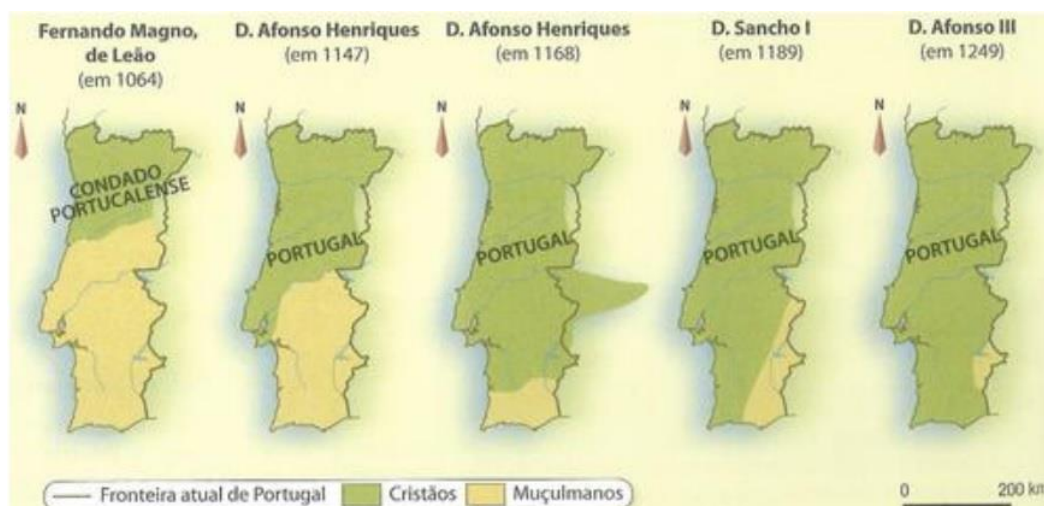
²¹¹ MARTINS, Ana Maria. **Os mais antigos textos escritos em português**: documentos de 1175 a 1252. In: FARIA, Isabel Hub (org.). **Lindley Cintra**: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

²¹² BASSO, Renato Miguel; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **História concisa da língua portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

política da Andaluzia. A debilidade do já excomungado Sancho II encolerizou o papa Inocêncio IV de tal maneira, que este lhe imputou diversos crimes de omissão numa bula intitulada *Inter Alia Desiderabilia* e logo depois ordenou a sua deposição na bula *Grandi non Inmerito*, ambas em 1245. Sucederam-se dois anos de guerra civil entre os partidários do rei Sancho II e os partidários do seu irmão Afonso de Bolonha, que pretendia tomar-lhe a coroa com o beneplácito do sumo pontífice. Sancho saiu vitorioso do conflito em 1247, mas acabou morrendo no ano seguinte, deixando o trono para o irmão, coroado como Afonso III (MATTOSO, 1997, vol.2, p. 108-115). Nesse ínterim, o imponente rei Fernando III de Leão e Castela (r. 123-1252) obtivera duas importantes vitórias: uma em Córdova (1236), antiga capital do califado, e outra em Sevilha (1248).

Afonso III (r. 1248-1279) empreendeu a campanha militar que resultou na rápida captura de Faro em 1249 e na consequente anexação do Algarve ao reino. Seguindo a mesma prática dos seus antecessores, ele concedeu forais às cidades reconquistadas e estimulou deslocamentos populacionais para esses lugares, a fim de assegurá-los sob a sua autoridade. Os migrantes, é claro, levaram consigo a língua portuguesa e fizeram-na espalhar-se por todo o território de Portugal continental, apartando-a cada vez mais dos falares galegos. Em 1267, o rei assinou um tratado com Afonso X de Leão e Castela (r.1252-1284) para que este reconhecesse a soberania lusa no Algarve (MATTOSO, 1997, vol.2, p. 116-120). Estava praticamente concluída a Reconquista Portuguesa, sintetizada nos mapas abaixo:

Figura 18 - A Reconquista Portuguesa



Fonte:https://www.canaleducacao.tv/images/slides/43240_fafa6437c8a79025407a1d5ac0fc9d48.pdf

Falecido o rei Afonso III em 1279, subiu ao trono o seu filho Dom Dinis (r. 1279-1325), que tomou para si o protagonismo político. Nas duas primeiras décadas de reinado, o rei firmou acordos conciliatórios com a Igreja Católica, que não tinha boas relações com o seu

antecessor, e mediou conflitos entre os reinos de Castela e de Aragão. Em 1297, firmou o Tratado de Alcanizes com o rei castelhano Fernando IV (r. 1295-1312), visando à paz e à delimitação de fronteiras. No âmbito militar, procedeu à profissionalização do exército e à criação de uma força naval e, com a autorização do papa, fundou a Ordem de Cristo, à qual encaminhou as antigas propriedades da Ordem dos Templários, dissolvida pelo sumo pontífice em 1312. O historiador José Mattoso atribui a Dom Dinis uma ampla política de nacionalização e, neste trecho, cita os seus principais pontos:

Como se vê, D. Dinis seguiu em todos estes passos uma política de **nacionalização** extremamente coerente e de tal modo determinada que se pode considerar como **precursora de processos de concentração das forças políticas nacionais usados depois pelas monarquias da segunda metade do século XV**. A relevância dos aspectos militares é bem patente. Mas podemos incluir no mesmo processo de nacionalização outras medidas de carácter diferente, como **a adopção da língua vulgar nos documentos oficiais da chancelaria**, uso que se generalizou por volta de 1296, e **a criação de uma universidade portuguesa**, provavelmente, em 1288. (MATTOSO, 1997, vol. 2, p. 133, grifos nossos).

Essa política de nacionalização aludida por José Mattoso possibilitou que Portugal assumisse o pioneirismo na formação das ditas monarquias nacionais ou Estados Nacionais, no fim da Idade Média. A relativa pacificação de conflitos internos, a delimitação de fronteiras e o fortalecimento da autoridade régia e das instituições militares também ajudam a explicar o posterior pioneirismo português nas Grandes Navegações. A política de nacionalização de Dom Dinis também incidiu sobre uma questão identitária de relevo, qual seja: a gradual adoção da língua portuguesa nos documentos oficiais. Faraco (2016, p. 23-25) adverte muito enfaticamente que não houve uma substituição abrupta do latim pelo português nos textos da chancelaria, tampouco se conhecem quaisquer atos administrativos do rei que tenham deliberado sobre o uso seletivo dos dois idiomas. O já referido testamento de Afonso II, datado de 1214, é uma prova de que a substituição de uma língua por outra nos documentos régios foi um processo gradual ao longo do século XIII. Segundo Ferreira²¹³ (2012, p. 4), o ano de 1284 foi o primeiro no qual a documentação em vernáculo sobrepujou numericamente a documentação em latim.

Outro fator contribuiu sobremaneira para a elevação do *status* cultural e sociopolítico da língua portuguesa no século XIII: a difusão da Literatura Trovadoresca. Originário da Provença, no sul da França, o Trovadorismo logrou boa receptividade nos recintos palacianos

²¹³ FERREIRA, Maria do Rosário. **As traduções de castelhano para galego-português e as políticas da língua nos séculos XIII-XIV**. *e-Spania* - revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes. Disponível em: <https://journals.openedition.org/e-spania/21021>; acesso em 19/02/2022.

da Península Ibérica e teve, dentre os seus principais cultores e entusiastas em Portugal, o próprio rei Dom Dinis, autor de pelo menos 137 poemas (FARACO, 2016, p. 28). As cantigas dos séculos XIII e XIV se encontram coligadas em três cancioneiros: o *Cancioneiro da Ajuda*, o *Cancioneiro da Vaticana* e o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa* (outrora chamado *Cancioneiro Colocci-Brancuti*). A prosa literária portuguesa se iniciou décadas depois, entre os séculos XIII e XIV, com a tradução de novelas de cavalaria franceses do ciclo arturiano, a exemplo das obras *Demanda do Santo Graal*, *Merlim*, *Livro de José de Arimateia* e *Livro de Tristan*. Também data dessa época a tradução portuguesa da *Regra de São Bento* (BASSO; GONÇALVES, 2014, p. 120-121).

A fundação da primeira universidade portuguesa também faz parte da política de nacionalização de Dom Dinis, na visão do historiador José Mattoso. Segundo ele:

Quanto à universidade, sublinhe-se também o **propósito de criar um corpo de clérigos e de juristas que pudessem colocar os seus conhecimentos ao serviço da Igreja e da administração pública nacionais**, sem ter de recorrer a instituições estrangeiras, menos acessíveis e porventura menos adaptadas às necessidades nacionais. Os primeiros documentos que dela se conhecem, nomeadamente a sua transferência de Lisboa para Coimbra, em 1309, mostram que o rei se interessou bastante por esta instituição. (MATTOSO, 1997, vol. 2, p. 133, grifos nossos).

O objetivo de Dom Dinis ao criar a primeira universidade portuguesa é o mesmo que ensejou a criação de recintos universitários em vários lugares da Europa na Baixa Idade Média: a formação de pessoal especializado para trabalhar na administração civil e na eclesiástica (SILVA, 2019, p. 77). O currículo, provavelmente, deveria incluir as Sete Artes Liberais explanadas no capítulo anterior, que assim se dividem: o *trivium*, composto por Gramática, Retórica e Lógica, e o *quadrivium*, composto por Aritmética, Geometria, Astronomia e Música. Tudo isso mostra o genuíno interesse do rei pela cultura letrada, para além dos benefícios práticos de formar administradores mais qualificados. O crescente prestígio da língua portuguesa frente à hegemonia do latim, o incremento de uma literatura vernácula tanto em verso quanto em prosa e os investimentos estatais na cultura erudita começaram a criar **condições internas** favoráveis para o posterior surgimento da Gramática Portuguesa no século XVI, a que se somariam as **condições históricas externas** providas pelo Renascimento.

Dom Dinis faleceu em 1325, e, no seu lugar, assumiu o trono Afonso IV (r. 1325-1355), cujo reinado foi consideravelmente turbulento. Nos primeiros anos, travou guerras contra os seus irmãos bastardos para consolidar-se no poder e depois entrou em conflito com Castela, sem ganhos ou perdas significativos. O conflito com o reino vizinho se encerrou tão

logo chegaram notícias de incursões mouras ao sul, de forma que portugueses e castelhanos unissem forças e infligissem ao inimigo uma dura derrota na Batalha de Salado, em 1340. Mais tarde, houve mais uma guerra entre membros da realeza, dessa vez entre Afonso IV e o seu filho Dom Pedro, cuja esposa, Inês de Castro, foi assassinada por ordem ou com o consentimento do rei, que via nela uma influência castelhana crescente e incômoda nos assuntos de Portugal. O nome da rainha póstuma imortalizou-se, é claro, nos célebres versos d'*Os Lusíadas*, de Luís de Camões (c. 1524-1580). Pai e filho assinaram em 1355 um tratado de paz que alçou Dom Pedro à condição de cogovernante, mas, com a morte de Afonso IV em 1357, o herdeiro passou a ser rei único. Em meio a todas essas disputas intestinas, Portugal deparou-se com outro inimigo avassalador: a Peste Negra, que já havia se espalhado por todo o Velho Continente e feito incontáveis vítimas (MATTOSO, 1997, vol.2, p. 405-409).

Dom Pedro I (r. 1357-1367) recebeu o epíteto *o Cruel* pelo rigor extremo com que tratava os infratores e por supostos episódios de sadismo. A despeito da sua má reputação, ele não travou guerras contra os reinos vizinhos e deixou ao seu herdeiro, Dom Fernando I (r. 1367-1383), um reino em paz e um erário rico (*ibidem*, p. 410-411). Ao contrário do pai, Dom Fernando I envolveu-se em malogradas campanhas militares contra o rei Dom João I de Castela (r. 1379-1390), com quem ele se viu obrigado a casar a sua filha Beatriz para mitigar as desavenças diplomáticas. No entanto, a morte de Dom Fernando I em 1383 implicava que o trono português se encaminharia ao filho do referido casal, conforme as cláusulas do Tratado de Salvaterra de Magos. Destarte, após a brevíssima regência da viúva Dona Leonor Teles, eclodiu uma revolta encabeçada por aristocratas, que escolheram um filho bastardo de Dom Pedro I para liderá-los: João, Mestre de Avis (1357-1433).

Temendo que o reino caísse em mãos castelhanas, os portugueses proclamaram João “Regedor e Defensor de Portugal” a fim de que este os liderasse contra as iminentes investidas de Dom João I de Castela. O destino de Portugal se decidiu em 1385, quando os comandados do Mestre de Avis e do condestável Nuno Álvares Pereira (1360-1431), em menor número, obtiveram uma vitória épica contra o exército castelhano na Batalha de Aljubarrota (*ibidem*, p. 414-416). O evento assegurou a soberania portuguesa e fez de João o primeiro representante da Dinastia de Avis, coroado como Dom João I (r. 1385-1433). No seu reinado, iniciou-se um dos períodos mais característicos da Idade Moderna: as Grandes Navegações.

O século XIV marca não só o fortalecimento da monarquia como também a ascensão da própria língua portuguesa, que tomou em definitivo o lugar do latim nos documentos

régios e passou a contar com uma prosa literária mais robusta, com destaque para as crônicas de Fernão Lopes (c. 1380-1460), o cronista-mor do reino. Além disso, foi em meados do século XIV que, segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva²¹⁴ (2013, p. 23-25), teria ocorrido a cisão linguística entre o português e o galego – um processo que se intensificaria nos dois séculos seguintes. Nesse mesmo século, também começaram a surgir tratados gramaticais latino-portugueses, a exemplo da *Reglas pera enformarmos os menyos en latin*, de autoria desconhecida. O que se procurou demonstrar nesses parágrafos históricos é que a ascensão da língua portuguesa está diretamente ligada à ascensão sociopolítica do próprio reino de Portugal, criando condições históricas favoráveis ao posterior surgimento da Gramática Portuguesa no século XVI.

4.8.2 A formação dos Estados Nacionais, o Renascimento e as gramáticas vernáculas

O surgimento da Gramática Portuguesa no século XVI se explica por fatores internos e externos. Dentre os primeiros, é possível enumerar: 1) o desenvolvimento de uma literatura vernácula, tanto em verso quanto em prosa, que haveria de firmar uma sólida tradição escrita sobre a qual haveriam de repousar direta ou indiretamente as gramáticas vindouras; 2) a gradual substituição do latim pelo português nos documentos régios e jurídicos ao longo do século XIII; 3) o uso crescente da língua como veículo de alta cultura, de que são exemplos os textos religiosos e hagiográficos escritos em português arcaico ou para ele traduzidos no século XIV. Tais fatores são, por si sós, evidências bastante palpáveis da ascensão sociopolítica e cultural da língua portuguesa frente à hegemonia multissecular do latim. Nesse sentido, o nascimento da Gramática Portuguesa no século XVI poderia ser interpretado como uma **etapa posterior** desse paulatino processo de ascensão, porém a gramatização do português, longe de ser um fenômeno interno e isolado, é aqui interpretada à luz de um contexto sociopolítico e cultural mais amplo: a formação dos Estados Nacionais e o Renascimento.

A sobredita formação dos Estados Nacionais se refere, de maneira geral, à consolidação das monarquias europeias ocidentais a partir do fim da Idade Média. No auge do Feudalismo, a Igreja Católica e os nobres locais eram os principais agentes políticos, mas, a partir dos séculos XIII e XIV, os monarcas começaram a reunir em torno de si as duas nobrezas, a laica e a eclesiástica, com vistas à centralização do poder. Segundo Paulo

²¹⁴ SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **O português arcaico**: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2013.

Miceli²¹⁵ (2021, p. 99), há muitas controvérsias historiográficas sobre a origem e a natureza desse processo histórico – a começar pela aceção dos termos *nação* e *nacional* –, mas, ainda assim, o autor fornece uma descrição sinóptica do que seria um Estado Nacional moderno:

Até que os Estados se tornassem os principais empreendedores do século XVI, cada caso “nacional” teve características, tempo e ritmo próprios, o que também desaconselha traçar qualquer modelo de Estado, embora isto não impeça que apontemos, sumariamente, seus principais elementos formadores, quais sejam: um sistema legal unificado, uma burocracia, de funcionários especializados para elaborar e fazer cumprir as normas e códigos administrativos, além de um exército permanente – tudo isso mantido à custa dos impostos e de outros mecanismos de arrecadação já referidos. (MICELI, 2021, p. 100).

Tal estrutura de Estado denota uma clara centralização do poder, em detrimento dos antigos interesses nobiliárquicos. Trata-se de um processo histórico em que Portugal teve considerável pioneirismo, conforme demonstra José Mattoso (1997, vol. 2, p. 133) ao tratar da política de nacionalização implementada por Dom Dinis (r. 1279-1325), responsável por solidificar as instituições político-administrativas do reino e por fundar a primeira universidade portuguesa. Também no seu reinado, o português se tornou a língua majoritária nos documentos da chancelaria, embora não se saiba ao certo se isso se deve a alguma deliberação do monarca. Por fim, ele assinou em 1297 com rei Fernando IV de Leão e Castela o Tratado de Alcanizes, que delineou de modo quase definitivo as fronteiras portuguesas na porção continental do país.

No século seguinte, assegurada a soberania do reino após a Revolução de Avis (1383-1385), Portugal se tornou um Estado Nacional centralizado e de instituições sólidas, o que lhe condições políticas, financeiras e militares de expandir os seus domínios e buscar novas rotas comerciais. Cômico de que uma eventual expedição contra o reino muçulmano de Granada no sul da Península Ibérica poderia gerar futuros conflitos de interesse com Leão e Castela, o rei Dom João I (r. 1385-1433) optou por fazer empreendimentos ultramarinos. Em 1415, os portugueses primeiro lançaram uma expedição militar para tomar a cidade de Ceuta, do outro lado do Estreito de Gibraltar, e, anos depois, lançaram as expedições para colonizar a ilha da Madeira (1419-1421) e o arquipélago dos Açores (1427-1432). Nessas aquisições territoriais, teve reconhecido destaque o infante Dom Henrique (1394-1460), fundador da lendária Escola de Sagres. Estava, assim, iniciada a era das Grandes Navegações (MATTOSO, 1997, vol.2, p. 417-419; MICELI, 2021, p. 11-12).

²¹⁵ MICELI, Paulo. **História moderna**. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

Nas décadas seguintes, os portugueses empreenderam viagens cada vez mais ambiciosas. Durante o breve reinado de Dom Duarte (r. 1433-1438), Gil Eanes ultrapassou o Cabo Bojador em 1434, na atual costa do Saara Ocidental, porém, em 1437, os portugueses amargaram uma dura derrota em Tânger, a oeste de Ceuta. Nas conturbadas regências de Dona Leonor de Aragão (r. 1438-1439) e do infante Dom Pedro (r. 1439-1448), Nuno Tristão ultrapassou o Cabo Branco em 1441 e chegou ao litoral da Guiné em 1445. No reinado de Afonso V (r. 1448-1481), Diogo Gomes chegou ao arquipélago de Cabo Verde em 1460, e depois João de Santarém e Pêro Escobar chegaram ao arquipélago de São Tomé e Príncipe em 1470. Nesse ínterim, ocorreu o evento histórico que a historiografia tradicional elegeu como o divisor de águas entre a Idade Média e a Idade Moderna: a queda de Constantinopla ante os otomanos em 1453, no mesmo ano em que findou a Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra. No reinado de Dom João II (r. 1481-1495), Diogo Cão chegou à atual costa de Angola e ao rio Congo, entre 1482 e 1484, e depois ao cabo do Padrão, na atual costa da Namíbia, em 1486. Logo na sequência, Bartolomeu Dias ultrapassou o antigo cabo das Tormentas, depois rebatizado de cabo da Boa Esperança, em 1488. Nessa mesma época, a Espanha unificada sob os famigerados Reis Católicos conquistou em 1492 o último reduto muçulmano em solo ibérico, o Reino de Granada, e financiou a viagem de Cristóvão Colombo à América, no mesmo ano. No reinado de Manuel I (r. 1495-1521), Vasco da Gama chegou à Calicute na Índia em 1498, Pedro Álvares Cabral chegou à atual costa do Brasil em 1500, e, por derradeiro, Fernão de Magalhães conduziu a primeira viagem de circum-navegação entre 1519 e 1522, a serviço da Coroa Espanhola (MATTOSO, 1997, vol.2, p. 420-423; MICELI, 2021, p. 12-17). Quem mais tarde também haveria de singrar os mares nunca d'antes navegados e desembarcar nos territórios ultramarinos seria a própria ciência gramatical, que acompanharia os jesuítas no seu ofício catequético, a serviço do colonizador. Todas essas conquistas portuguesas no ultramar instigaram o entusiasmo patriótico dos gramáticos quinhentistas, que projetavam no idioma pátrio todas as glórias alcançadas pela nação.

Se, por um lado, cabe a Portugal o protagonismo na esfera sociopolítica aquando da formação dos Estados Nacionais, por outro, cabe à Itália o protagonismo na esfera cultural do fim da Idade Média. Entre os séculos XIV e XVI, a Europa passou por um movimento intelectual e artístico conhecido como *Renascimento*, cuja polêmica denominação só foi usada pela primeira vez, em alusão a esse período da história europeia, pelo historiador romântico francês Jules Michelet (1798-1874), que captou uma ideia corrente entre os pensadores e os artistas da época de que a alta cultura legada pela Antiguidade greco-latina teria “renascido”

após séculos de obscurantismo medieval (MICELI, 2021, p. 33). Embora essa concepção de medievo como Idade das Trevas já tenha sido descartada pelos estudiosos, ela foi amplamente difundida não só entre os renascentistas, como também entre os iluministas tempos depois. Porém, a despeito de seus eventuais preconceitos ou imprecisões, o termo *Renascimento* acabou se impondo pelo uso, de modo que não haja por ora outro que o substitua a contento.

Polêmicas terminológicas à parte, Nunes (2018, p. 12) assim explica o surgimento desse movimento intelectual e artístico:

O fato histórico do **Renascimento** ocorreu em decorrência de dois fatores básicos determinantes. Primeiramente, resultou da confluência de numerosos elementos de natureza diversa: **grandes transformações econômicas e sociais, os descobrimentos marítimos e a formação dos impérios coloniais, surgimento de nova arte, aparecimento do humanismo e da ciência moderna, e a crise religiosa que levou à revolução protestante e à reforma católica.** O segundo fator é que o movimento renascentista foi em primeiro lugar fenômeno essencialmente italiano. **O Renascimento deu-se na Itália e, depois, propagou-se pela outras nações da Europa.** A Itália fora a sede do antigo Império Romano do Ocidente e a terra nativa da língua latina. Durante o século XIV, em consequência da renovação cultural anterior, do progresso e do enriquecimento das cidades italianas, surgiu e afirmou-se a consciência da identificação dos italianos com os antigos romanos, e essa tomada de consciência era propiciada e facilitada pelos vestígios materiais da passada civilização romana e pelos venerandos monumentos que se espalhavam pelas cidades italianas. (...) Por outro lado, a renovação dos estudos literários e jurídicos, desde o século XII, produziu resultados culturais ponderáveis que se fizeram sentir ainda nas obras de autores medievais como **Dante, Petrarca e Boccaccio**, e favoreceram o aparecimento de novo ideal de cultura, principalmente ao ensejo da tremenda crise social ocorrida no século XIV, em consequência das devastações produzidas pelas epidemias da Peste Negra, das transformações econômicas e políticas, da crise religiosa que nasceu dessas ocorrências e das mazelas oriundas do Exílio de Avinhão e do Grande Cisma do Ocidente (...) (NUNES, 2018, p. 12, grifos nossos).

O esplendor cultural da Itália no Renascimento se explica em grande medida pela sua pujança comercial, que deu aos seus habitantes mais abastados as condições materiais de investirem na cultura e nas artes. A posição estratégica das cidades italianas no Mar Mediterrâneo as tornou importantes centros de circulação de dinheiro, mercadorias, artes plásticas, obras literárias e pessoas. Entre os séculos XIV e XVI, a cidade de Florença passou por um memorável período de prosperidade durante a administração da família Médici, cujos membros mais ilustrados foram autênticos humanistas e patronos das artes (MICELI, 2021, p. 45). Não surpreende, pois, que a região da Toscana tenha sido o berço dos ilustres Dante Alighieri (1265-1321), autor da *Divina Comédia*, Giovanni Boccaccio (1313-1375), autor do *Decamerão*, e Francesco Petrarca (1304-1374), autor do *Cancioneiro* e dos *Triunfos*.

Tamanho foi o prestígio dessas obras, que o dialeto florentino se tornaria a base do italiano padrão moderno. Mais tarde, a difusão dos ideais renascentistas e humanistas daria à luz outros nomes de relevo pelo Velho Continente, de que são exemplos o francês François Rabelais (1494-1553), o inglês Thomas More (1478-1535) e o holandês Erasmo de Roterdã (1466-1536).

No âmbito linguístico, o empreendimento renascentista operou em duas frentes: de um lado, os seus adeptos se empenharam em resgatar tanto o latim clássico, que diferia do latim engessado e estéril do período escolástico, quanto o grego antigo; de outro, eles produziram literaturas vernáculas cada vez mais robustas, tanto em verso quanto em prosa, que haveriam de fornecer os usos canônicos para as futuras gramáticas de cada língua, em períodos posteriores da gramaticografia ocidental.

De fato, ao encontro do que afirma Nunes (2018, p. 12) no trecho transcrito, a memória vívida de um glorioso passado romano impeliu os italianos a resgatarem as obras dos autores clássicos, tanto dos latinos quanto dos seus mestres helênicos. Dentre os mais conhecidos restauradores, está o já referido humanista Poggio Bracciolini (1380-1459), que encontrou em 1416 no mosteiro de Sankt Gallen, na atual Suíça, um manuscrito completo da *Institutio Oratoria*, de Quintiliano. Durante quase toda a Idade Média, o grego foi pouco estudado e difundido na Europa Ocidental, mas tal panorama começou a mudar na transição do século XIV para o XV, quando muitos eruditos bizantinos afluíram para a Itália a fim de participar de assembleias religiosas que visavam à reunificação da Igreja Ortodoxa com a Igreja Católica (NUNES, 2018, p. 28). Um fator conjuntural em particular que também acelerou a ida de bizantinos à Península Italiana foi o implacável avanço dos turcos otomanos pela região balcânica, de que resultou mais tarde a própria queda de Constantinopla, em 1453 (QUATAERT²¹⁶, 2017, p. 42-43). A título de exemplo, em 1397, Manuel Crisóloras (c. 1355-1415) começou a ministrar cursos de grego em Florença, e, na segunda metade do século XV, Teodoro Gaza (c. 1400-1475) elaborou uma gramática grega moderna que incluía a Sintaxe (NUNES, 2018, p. 29-33).

Também houve mudança de foco nos estudos linguísticos. Dante Alighieri, n' *O Convívio*, se opõe à ideia de regras gramaticais universais, alegando que a razão não consegue penetrar de todo nas línguas por causa de mudanças ao longo do tempo, e, no *De Vulgare Eloquentia*, ele exalta a espontaneidade dos vernáculos, frente ao artificialismo do latim gramatizado (BECCARI, 2013, p. 182-183). Petrarca, por seu turno, dá ênfase à forma e à

²¹⁶ QUATAERT, Donald. **O Império Otomano**: das origens ao século XX. Tradução: Marcelina Amaral. Lisboa: Edições 70, 2017.

sonoridade (*sonoritas*) e nisso diverge dos modistas, que praticamente ignoraram a Fonologia nos seus tratados. Isso ajudaria a explicar por que os gramáticos da época optaram por colocar a Estilística no lugar da Sintaxe (*ibidem*, p. 188-189). Com base no modelo pendular de Koerner (1989, p. 52-53), o foco dos estudos linguísticos, outrora orientado para a teoria durante o apogeu da vertente modista, regressou a um foco orientado para os dados.

Paralelamente ao resgate do latim clássico e de muitas obras que o veicularam na Antiguidade e paralelamente ao retorno a uma abordagem gramatical de viés literário, em vez de filosófico, o Renascimento ficou marcado por um processo massivo de gramatização dos vernáculos. A gramatização, nos termos de Sylvain Auroux (1992, p. 65), é “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje, os pilares de nosso saber: a gramática e o dicionário”. Relembrando o exposto no capítulo anterior, o islandês, o irlandês e o provençal já haviam sido gramatizados antes do século XIV, mas em contextos locais específicos, haja vista a distância geográfica e as diferenças culturais entre os povos que falavam tais línguas. Por exemplo, a primeira gramática do provençal, *Razos de Trobar* (c. 1200), surgiu durante o esplendor da Literatura Trovadoresca, cujo berço foi a própria região da Provença. Segundo Auroux (1992, p. 46), a gramatização massiva dos vernáculos a partir do século XV tem um caráter um tanto ou quanto tardio, uma vez que, na Idade Média, já havia conhecimento teórico suficiente para formalizá-los num modelo gramatical, mas não havia grande interesse dos eruditos por um empreendimento dessa natureza. O entusiasmo pelos vernáculos veio a surgir no Renascimento em decorrência de fatores sociopolíticos e culturais como: o uso das línguas nacionais como veículo de alta cultura, o amadurecimento das respectivas literaturas, bem como a formação dos Estados Nacionais e das respectivas identidades. Outros fatores também contribuíram para o processo, de maneira mais indireta: a Peste Negra, que dizimou parte considerável da população letrada no século XIV, obrigando os eruditos remanescentes a traduzirem para os vernáculos um bom número de obras, devido ao deficitário conhecimento de latim dos discentes (NUNES, 2018, p. 25); a invenção da imprensa por Gutemberg (c. 1400-1468), que contribuiu sobremaneira para a difusão dos saberes em geral a partir do século XV; a Reforma Protestante, cujos adeptos propugnavam a tradução das Sagradas Escrituras para as línguas vernáculas a fim de facilitar o acesso dos fiéis aos ensinamentos bíblicos, *etc.*

Em suma, havia uma conjuntura sociopolítica, cultural e até epistemológica favorável ao surgimento massivo de gramáticas vernáculas no Renascimento. Segundo o catálogo de

gramáticas pioneiras arroladas por Auroux (1992, p. 113-114), surgiu em 1409 a primeira gramática de francês, a *Donait François*, de Johan Barton; entre 1437 e 1441, surgiu a primeira gramática de italiano, as *Regole della lingua fiorentina*, de L. B. Alberti; em 1492, no mesmo ano em que os Reis Católicos tomaram Granada e financiaram a viagem de Cristóvão Colombo às Américas, surgiu a primeira gramática de castelhano, a *Grammatica de la lengua castellana*, de Antonio de Nebrija; em 1534, surgiu a primeira gramática de alemão, a *Ein Teutsche Grammatica*, de Valentin Ickelshamer. Enfim, em 1536, surgiu a primeira gramática do português, a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira.

Todavia, antes de vir a lume a pioneira obra de Oliveira, já haviam surgido em Portugal alguns tratados gramaticais latino-portugueses. No fim do século XIV, surgiram as *Reglas pera enformarmos os menços en latin*, de autoria anônima, cuja principal base é a *Doctrinale Puerorum*, de Alexandre de Villedieu. Em 1427, foi publicada a obra *Hic incipiunt notabilia que fecit cunctis*, atribuída ao monge cisterciense espanhol Juan Rodríguez, a qual teve larga influência dos escritos de dois comentadores de Prisciano, Pedro Helias e Robert Kilwardby, e quiçá de uma gramática publicada na Espanha, a *Grammaticae Prouerbiandi*. Em 1497, veio a lume a *Grammatica Pastrane*, atribuída ao monge dominicano espanhol Juan de Pastrana e adaptada pelo português Pedro Rombo (m. 1533) para o ensino elementar na Universidade de Lisboa (FERNANDES, 2015, p. 190-193; 2017, p. 227-228). Nela consta uma seção dedicada à Sintaxe (*Diasyntastica*), dividida em duas partes: *De Regimen* e *De Constructione*, em conformidade com a sobredita *Doctrinale Puerorum* (*ibidem*, p. 241). Mais tarde, em 1516, foi publicada a *Noua grammatices marie matris dei virginis ars*, de Estêvão Cavaleiro (c.1460 - 1518), tida por muitos estudiosos como a primeira gramática humanista em Portugal. Embora o seu autor tenha apontado Quintiliano, Donato, Diomedes e Prisciano como as suas fontes, ele manteve os principais conceitos sintáticos de Tomás de Erfurt e de outros modistas, a exemplo de *suppositum* e *constructibilis* (FERNANDES, 2019, p. 427-435), e apresentou algumas inovações terminológicas típicas do período humanístico: *concordantia* (“concordância”) e *concordare* (“concordar”) (COLOMBAT, 2017, p. 132-133). Fernão de Oliveira, por seu turno, é um legítimo continuador do legado gramatical greco-latino, porém, conforme hão de mostrar as próximas seções, optou por não se apegar excessivamente à doutrina dos antigos e mostrou brilho próprio nas suas análises sobre o português quinhentista.

4.8.3 Fernão de Oliveira e a *Grammatica da lingoagem portuguesa*

Ao contrário de quase todos os gramáticos até aqui estudados, a biografia de Fernão de Oliveira é razoavelmente conhecida. Filho do juiz de órfãos de Pedrógão, Heitor de Oliveira, ele nasceu provavelmente em Aveiro em 1507 e morreu em 1580 ou 1581. Teve uma existência longa para os padrões quinhentistas, mas, durante a vida, amargou inúmeros dissabores e infortúnios. No início, passou a infância na região da Beira, segundo ele mesmo relata numa passagem do capítulo XLVII da sua gramática, e, aos treze anos, ingressou no Convento dos Dominicanos em Évora, onde adquiriu a sua formação intelectual e teve por mestre figuras como o humanista André de Resende (c. 1500-1573). Em 1532, tendo abandonado o convento, exilou-se na Espanha e regressou poucos anos depois a Portugal, onde deve ter redigido a sua gramática, publicada em 1536 e endereçada ao seu compatriota Dom Fernando D'Almada. Dispensado da vida monástica, Fernão de Oliveira ocupou-se da formação dos filhos de fidalgos portugueses, como os do referido Dom Francisco D'Almada e do humanista João de Barros, autor da próxima gramática analisada neste trabalho. Entre 1540 e 1543, seguiu-se um período obscuro da sua vida, no qual foi à Itália, possivelmente a serviço do rei Dom João III (r. 1521-1557), para tratar de questões relativas aos cristãos-novos. Regressando a Portugal, passou dois anos difíceis em vista das ações persecutórias dos seus desafetos dominicanos e, em 1545, adotando o nome de capitão Martinho, alistou-se a bordo de uma nau francesa e acabou em solo inglês, onde chegou a frequentar a corte do rei Henrique VIII (r. 1509-1547). De volta à sua terra natal em 1547, o frade dominicano não teve uma recepção das mais hospitaleiras e, no mesmo ano, foi denunciado por antigos correligionários e encarcerado pela Inquisição, devido a dissidências religiosas. Ele permaneceu no cárcere por três anos e, por causa da sua debilitada saúde, foi transferido para o Mosteiro de Belém, onde permaneceria recluso por mais um ano até obter uma liberdade condicional. Em 1552, dirigiu-se ao norte da África para atuar como capelão, mas foi preso outra vez e viu-se obrigado a retornar a Portugal para negociar o próprio resgate. Em seguida, trabalhou alguns meses como revisor na Universidade de Coimbra, porém, após uma nova denúncia, ficou novamente encarcerado entre 1555 e 1557. Os últimos anos da sua vida são obscuros, mas sabe-se que lecionou em alguns lugares e que recebeu auxílio do rei Dom Sebastião (r. 1557-1578). Para além da sua gramática, Fernão de Oliveira escreveu obras sobre outros temas, em especial sobre assuntos náuticos: *Arte da Guerra e do Mar* (1554),

Livro da Fábrica das Naus (c. 1580), *Ars Nautica* (c. 1570), hoje perdida, e *História de Portugal*, de que restam fragmentos (BUESCU²¹⁷, 1984, p. 12-14; LEITE, 2007, p. 84-85).

A pioneira *Grammatica da lingoagem portuguesa* é uma obra de viés descritivo e ensaístico (BUESCU, 1984, p. 15), com eventuais passagens de teor mais normativo. Nela constam 50 capítulos curtos, que se estendem por aproximadamente 80 páginas na sua versão original de 1536, em caligrafia gótica. Após o preâmbulo, no capítulo I, há uma reflexão geral sobre a linguagem – um tema, aliás, raro nas gramáticas aqui estudadas. Nos capítulos II e III, o autor narra a história da Ibéria e de Portugal, mesclando mitos e alguns fatos históricos abordados nas seções anteriores deste trabalho. No capítulo IV, ele exalta os feitos da Grécia e de Roma e o papel da Gramática no “enobrecimento” das respectivas línguas. No capítulo V, ele narra a história da Gramática, também recorrendo a personagens e episódios míticos. Do capítulo VI ao XXIX, ele trata de Ortografia e acento, procedendo a um exame individualizado das letras, das sílabas e do acento tônico em português. Do capítulo XXX ao XXXIX, passa a tratar de Etimologia, que inclui não só a questão da origem etimológica das palavras (ou *dicções*), como também os seus aspectos composicionais, diacrônicos, semânticos e derivacionais. Do capítulo XL ao XLVIII, ele volve-se para a analogia, passando pelos conceitos varronianos de *declinação voluntária* e *declinação natural*, bem como por aspectos flexionais e paradigmáticos do nome, do artigo, do pronome e do verbo. O capítulo XLIX é o único dedicado à Sintaxe (ou *construção*), no qual o autor arrola algumas anomalias sintáticas já consagradas pelo uso. Por derradeiro, o capítulo L é uma espécie de posfácio em que Fernão de Oliveira exalta a novidade da sua obra e rechaça de antemão as possíveis críticas de detratores incultos. Há várias edições posteriores da *Grammatica da lingoagem portuguesa*: em 1871, veio a lume a edição de Visconde de Azevedo e Tito de Noronha e, em 1936, a edição de Rodrigo de Sá Nogueira. Mais recentemente, em 2000, veio a lume a edição da Academia de Ciências de Lisboa²¹⁸. Para fins de análise, utilizou-se uma versão fotocopiada do texto quinhentista original²¹⁹.

4.8.4 Análise da *Grammatica da lingoagem portuguesa*

4.8.4.1 As concepções linguísticas de Oliveira

²¹⁷ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Historiografia da língua portuguesa**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.

²¹⁸ Ver a data e o lugar de lançamento de outras edições da gramática de Fernão de Oliveira em: <http://www.ghc.usp.br/server/Lusodat/pri/02/pri02226.htm>. Acesso em 21/04/2022.

²¹⁹ Versão disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal: <https://purl.pt/120>. Acesso em 21/04/2022.

Conquanto Fernão de Oliveira seja legatário da doutrina gramatical da Antiguidade, a sua obra não se encaixa de todo no gênero textual conhecido como *ars grammatica*, em que há uma exposição metódica e sistemática das partes da oração, com as respectivas definições e pormenores. Na verdade, o autor mescla o conhecimento oriundo da sua cultura livresca com a sua experiência linguística para elaborar uma espécie de gramática descritiva do português quinhentista, selecionando os fatos de língua que ele julgou mais relevantes. Por esse motivo, ele adverte logo no preâmbulo que não tem a intenção de particularizar nada de nenhuma palavra e, por corolário, de nenhuma parte da oração – tarefa que, segundo ele, ficaria “para outro tempo e obra”. Segundo hão de demonstrar os próximos parágrafos, a *Grammatica da lingoagem portuguesa* apresenta descontinuidades dignas de nota em mais de uma camada do modelo de Swiggers (2004) quando cotejada com as obras analisadas até aqui.

Logo nas linhas iniciais do capítulo I, há uma definição de linguagem:

(159) - **A linguagem é figura do entendimento:** e assi é verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração e não outra cousa; antes não devia a natureza criar outro mais disforme monstro do que são aquelles que falam o que não têm na vontade. Porque se as obras são prova do homem, como diz a suma verdade Jesu Christo, nosso Deos, e as palavras são imagem das obras, segundo Diogenes Laercio escreve que dizia Solon sabedor da Grecia, cada hum fala como quem é: **os bos falam virtudes e os maliciosos maldades; os religiosos pregam desprezos do mundo e os cavaleiros blasonam suas façanhas.**²²⁰

(Fernão de Oliveira, 1536, cap. I, A2v [Fol. 2v], grifos nossos).

Num primeiro momento, Fernão de Oliveira ressalta o aspecto cognitivo da linguagem como uma *figura do entendimento*, de modo que a fala reflita aquilo que os indivíduos têm no coração ou na mente, isto é: pessoas boas falam coisas boas, e pessoas más falam coisas más. Ele também passa tangencialmente nesse trecho pelo aspecto social da linguagem ao dizer que os religiosos falam de um jeito, e que os cavaleiros falam de outro, tendo em vista o meio em que cada um deles vive. Leite (2007, p. 222) define a concepção de linguagem do autor como cognitivo-social, enquanto Vieira (2018, p. 109) a define como referencialista e representacionista, com base neste outro trecho do capítulo I, em que Oliveira afirma a precedência das coisas sobre as palavras:

²²⁰ Para assegurar o entendimento dos leitores, recorre-se nesta pesquisa a uma transcrição semidiplomática do texto quinhentista. Para cada trecho citado, citam-se o capítulo e o fólio correspondentes.

(160) - E esses sabem falar, os que entendem as cousas, porque **das cousas naçem as palavras e não das palavras as cousas**, diz Míson filosofo; e outra vez Cicero²²¹ a Bruto, e Quintiliano no oitavo livro onde também disse que **falar é pronunciar o que entendemos (...)**.

(*ibidem*, grifos nossos).

Para além do aspecto cognitivo da linguagem, Fernão de Oliveira também comenta o seu aspecto articulatório:

(161) - Porém não é tão espiritual a **língua** que não seja obrigada às **leis do corpo**. Mas segundo a disposição da **língua corporal**, assi vemos formar diversas as vozes, hũas ceciosas, outras tartaras: e muitas com muitos defeitos e também com suas perfeições. Porque como este órgão da lingua e boca é mais e melhor disposto, assi cumpre melhor seu officio.

(*ibidem*, grifos nossos).

Logo à primeira vista, nota-se alguma flutuação entre os termos *linguagem* e *língua*. Afinal, o capítulo I se inicia com uma definição de *linguagem* do ponto de vista cognitivo e prossegue com uma descrição de *língua* do ponto de vista articulatório, sem que haja aí uma definição em separado para o segundo termo, a fim de distingui-lo do primeiro. Segundo Leite (2007, p. 277-281), tal incerteza terminológica de fato se faz presente nas gramáticas do período, sobretudo na obra de João de Barros. Na sequência, o sintagma *língua corporal* acima grifado se refere, obviamente, ao principal órgão da fonação humana, que é responsável pela formação de diversas vozes (*i.e.* palavras).

No capítulo IV, Fernão de Oliveira expõe outros dois aspectos relevantes à sua concepção de língua: o patriotismo e o convencionalismo linguísticos:

(162) - (...) tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma, ainda que ella agora tivera toda sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa lingua porque **os homens fazem a lingua, e não a lingua os homens**. E é manifesto que as linguas grega e latina primeiro foram **grosseiras**; e os homens as poseram na **perfeição** que agora têm. (Fernão de Oliveira, 1536, cap. IV, A4r [Fol. 4r]-A4v [Fol. 4v], grifos nossos).

²²¹ Cf. Cicero, *De finibus*, II, 45 e *De oratore*, I, 32.

Quando o autor exorta os leitores a não desconfiarem das qualidades intrínsecas da língua portuguesa, ele deixa aflorar um patriotismo linguístico típico do *Zeitgeist*²²² renascentista. Para ele, as glórias do povo português se manifestam até mesmo no idioma pátrio, que se impunha aos povos colonizados assim como o latim, no passado, se impusera aos povos subjugados pelos romanos. A língua, nesse sentido, seria um instrumento de dominação política e cultural alicerçada tanto na superioridade bélica do colonizador quanto na sapiência dos seus homens mais ilustrados, que dariam ao português o polimento necessário para equiparar-se ao latim e ao grego. Quando o autor assevera que os homens fazem a língua, ele também deixa aflorar um pendor convencionalista semelhante àquele retratado no *Crátilo*, de Platão. Enfim, toda essa discussão inicial em torno de questões mais gerais sobre a linguagem e a língua caracteriza uma descontinuidade na *camada teórica* entre a gramática de Oliveira e as gramáticas anteriormente analisadas, já que estas se mostram quase sempre alheias a tais debates.

Se, por um lado, as reflexões do autor sobre a natureza da linguagem e da língua caracterizam uma descontinuidade na *camada teórica*, por outro, a sua definição de Gramática ao fim do capítulo IV mostra-se consonante com a de outros gramáticos, caracterizando assim uma continuidade nessa mesma *camada*:

(163) - E pois **grammatica é arte que ensina a bem ler e falar**, saibamos quem primeiro a ensinou e onde e como, porque também agora a possamos usar na nossa antiga e nobre língua.

(Fernão de Oliveira, 1536, cap. IV, A4v [Fol. 4v], grifos nossos).

Tal definição possivelmente remete à de Quintiliano na *Institutio Oratoria* (I, IV, 2), de acordo com a qual a Gramática se divide em duas partes: *recte loquendi scientiam* (“arte de falar corretamente”) e *poetarum enarrationem* (“explicação dos poetas”). Nesse caso, nota-se uma convergência parcial com a definição dada pelo mestre em Retórica, já que Oliveira não inclui a análise de textos literários no seu itinerário gramatical nem recorre a excertos de obras literárias para fins prescritivos, como se verá adiante.

A influência quintiliânica também aparenta estar presente no ideal de língua abonado por Fernão de Oliveira, que, em muitos passos da obra, baseia o seu critério de correção no

²²² Termo em alemão composto pelos substantivos *Zeit* (“tempo” ou “época”) e *Geist* (“espírito”). Logo, *Zeitgeist* significa “espírito da época”.

uso corrente²²³ entre homens mais cultos e, mais raramente, no seu uso pessoal. O trecho a seguir compila as virtudes que uma língua deve ter:

(164) - saibamos que a primeira e principal **virtude da lingua** é ser **clara** e que a possam todos entender. E pera ser bem entendida ha de ser a mais acostumada antre os milhores della; e os **milhores da lingua são os que mais leram e viram e viveram**, continoando mais antre **primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudança**.

(Fernão de Oliveira, 1536, cap. XXXVIII, D3r [Fol. 27r], grifos nossos).

O excerto acima parece dialogar com uma passagem do livro I da *Institutio Oratoria* (I, VI,1) em que se apontam as qualidades da boa linguagem (*sermo*): razão, antiguidade, autoridade e tradição. Como os indivíduos cultos tendem a ser mais conservadores nos seus meios de expressão, é natural que ambos os gramáticos, Quintiliano e Oliveira, tenham algum apreço por palavras ou construções um pouco mais antigas, mas isso não implica de nenhum modo que eles tenham predileção por arcaísmos nem ojeriza a neologismos. Afinal, ambos têm a consciência de que a língua está sujeita à mudança. Noutro passo da obra, mais especificamente no fim capítulo VI, há citações nominais a Varrão e a Quintiliano, com base nos quais o autor defende moderação e comedimento nas mudanças ortográficas decorrentes de eventuais mudanças na pronúncia.

A propósito, Fernão de Oliveira traz à baila mais de uma vez um tema relativamente raro na gramaticografia portuguesa: a variação linguística. Como as gramáticas normativas, por princípio, tendem a retratar a língua-objeto como uma realidade uniforme e estática, é natural que os casos de variação linguística sejam quase sempre relegados a meros desvios de norma ou que sejam simplesmente ignorados pelo gramático – razão pela qual a *Grammatica da lingoagem portuguesa* melhor se define como uma gramática descritiva do português culto falado no século XVI. A consciência do fenômeno variação se faz muito presente neste trecho:

(165) - E porém de todas ellas [*i.e.* as dições] ou são geraes a todos, como *Deos, pão, vinho, ceo e terra*, ou são particulares: e esta particularidade ou se faz antre officios e tratos, como os cavaleiros que têm huns vocabolos e os lavradores outros, e os cortesãos outros, e os religiosos outros, e os mecanicos outros, e os mercadores outros; ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm hũas falas e

²²³ *Institutio Oratoria* (I, VI, 3).

os d'Alentejo outras. E os homens da Estremadura são diferentes dos d'Antre Douro e Minho, porque assi como os tempos, assi também as terras criam diversas condições e conceitos. E o velho, como tem o entender mais firme com o que mais sabe, também suas falas são de peso e as do mancebo mais leves.

(Fernão de Oliveira, 1536, cap. XXXVIII, D2v [Fol. 26v]).

Em termos sociolinguísticos, é lícito afirmar que Fernão de Oliveira aludiu a, pelo menos, três dos quatro níveis de variação descritos por Rodolfo Ilari^{224 225} (2014, p. 151-189): 1) o diastrático, relativo ao estrato social a que pertencem os falantes; 2) o diatópico, relativo ao lugar em que eles habitam ou de que provêm; e 3) o diacrônico, relativo à época em que vivem. No nível diastrático, Oliveira ressalta diferenças vocabulares decorrentes do ofício de cada um dos falantes (cavaleiros, lavradores, cortesãos, religiosos, mecânicos e mercadores), que têm experiências de vida particulares e graus de escolaridade discrepantes. No nível diatópico, ele faz menção a diferenças na fala de algumas regiões portuguesas (Beira, Alentejo, Estremadura e Entre-Douro-e-Minho) e, no diacrônico, a diferenças na fala dos indivíduos velhos e dos mancebos.

Embora o objetivo precípua de Oliveira não seja o de prescrever normas gramaticais, isso não implica que a sua obra esteja de todo isenta de normativismo, que se manifesta mais claramente no tratamento dispensado às chamadas *dicções alheias*, isto é, aos estrangeirismos. No capítulo XXIV, o gramático recomenda alguma parcimônia no emprego de palavras estrangeiras, mas, caso estas se firmem na língua, que sejam aos poucos adaptadas à pronúncia e à ortografia portuguesas. Diz ele, por exemplo, não ser apropriado usar a palavra *rector*, com a grafia alatinada, porque nenhuma sílaba em português deve findar em *c*. No capítulo XXXIII, ele volta ao tema dos estrangeirismos e deixa aflorar todo o seu intenso patriotismo linguístico, a ponto de endereçar críticas acerbas a quem prefira os vocábulos estrangeiros aos vernáculos:

(166) - E de tal feição se alevantam contra a nossa lingua e a fazem pobre e toda emprestada, que lhe não deixam nada proprio, como se não houvera homens na nossa terra antigos e nobres e sabedores. Mas porventura os ossos de seus pais e avós destes que isto dizem não jazem em Portugal; ou se jazem nesta terra, não jazem em propria

²²⁴ ILARI, Rodolfo. **O português da gente**: a língua que estudamos a língua que falamos. 2ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

²²⁵ O quarto nível de variação arrolado por Rodolfo Ilari (2014, p. 180-185) é o diamésico, que concerne aos meios de circulação da língua, opondo, por exemplo, gêneros textuais falados e escritos.

sepultura. Portanto deixemo-los ficar com sua magoa, acusando-os porém mui afincadamente, porque desfazem muito na gloria do ceptro e coroa do nosso reino estes assi, como também cortam a perpetuidade delle os que de novo trazem nova lingua à terra, **porque a lingua e a unidade della é mui certo apellido do reino, do senhor e da irmandade dos vassalos.**

(Fernão de Oliveira, 1536, cap. XXXIII, C6v [Fol. 22v], grifos nossos).

Para Oliveira, quem amiúde se serve de empréstimos linguísticos atenta contra o idioma pátrio, e, conforme sugere o trecho em negrito, atentar contra o idioma pátrio implicaria atentar contra o próprio reino em si, já que a língua é um elemento identitário e unificador dos que nele vivem, desde os senhores até os seus vassalos. Esse ufanismo patriótico se explica em larga medida pela conjuntura histórica vivenciada pelos gramáticos renascentistas, que testemunharam o protagonismo sociopolítico de Portugal no Velho Continente, bem como a sua opulência econômica no auge do comércio de especiarias em meados do século XVI. Ou seja, é uma questão que transcende o habitual normativismo oriundo da doutrina gramatical greco-latina.

4.8.4.2 A descrição linguística de Oliveira

Feitas essas considerações mais gerais sobre a visão de linguagem ou de língua do autor, convém agora tratar de maneira não exaustiva da sua descrição linguística, passando pelos capítulos concernentes à Ortografia, ao acento, à Etimologia, à analogia e à Construção e comentando algumas passagens dignas de nota.

Os capítulos de Ortografia e acento, que se estendem do VI ao XXIV, perpassam não só o uso seletivo das letras, como também a descrição físico-articulatória de cada um dos sons representados graficamente por elas. Segundo Leite (2007, p. 121-127), Fernão de Oliveira teria recorrido às lições de gramáticos alexandrinos no tratamento das vogais e das consoantes, porém a sua principal fonte nos referidos capítulos é Quintiliano, a quem ele cita mais de uma vez²²⁶. Devido ao ineditismo da obra, Fernão de Oliveira teve de recorrer ao seu conhecimento empírico para descrever certas particularidades fonéticas do português, de que é exemplo a oposição entre vogais abertas e fechadas. O gramático assim a descreve:

(167) - Na nossa lingua podemos dividir, antes é necessario que dividamos, as letras vogaes em **grandes e pequenas**, como os **gregos**, mas não já todas, porque é verdade

²²⁶ É no capítulo VI que se encontra a única menção de Oliveira ao gramático espanhol Antonio de Nebrija: “Diz Antonio de Nebrissa que temos na Espanha somente as letras latinas. Mas porque é verdade que são tantas e taes as letras como as vozes, nós diremos que de nós aos latinos ha hi muita diferença nas letras, porque também a temos nas vozes” (cap. VI, A6r [Fol. 6r]).

que temos *a* grande e *α* pequeno, e *ε* grande e *e* pequeno, e também *ω* grande e *o* pequeno. Mas não temos assi diversidade em *i* nem *u*. Temos a grande como Almada e *α* pequeno como *alemanha*; temos *ε* grande como *fêsta* e *e* pequeno com *festos* e temos *ω* grande como *fermosos* e *o* pequeno como *fermoso*. E conhecendo esta verdade **havemos de confessar que temos oito vogaes na nossa lingua, mas não temos mais de cinco figuras** (...).

(Fernão de Oliveira, 1536, cap. VIII, A6v [Fol. 6v], grifos nossos).

Fernão de Oliveira classifica as vogais abertas e as fechadas como *grandes* e *pequenas* respectivamente, tal como fizera Dionísio Trácio e outros gramáticos gregos (LEITE, 2007, p. 124). Ressalta o próprio autor no trecho grifado que o alfabeto latino não dispunha de letras suficientes para representar todas as vogais portuguesas, motivo pelo qual ele opta por trazer três letras gregas *α*, *ε* e *ω* a fim de representar as sobreditas vogais grandes. Essa busca por uma correspondência biunívoca entre as letras e os sons se baseia no seguinte passo de Quintiliano (I, VII, 30): *sic scribendum quidque iudico quomodo sonat* (“assim julgo que se deve escrever uma coisa do modo como soa”) – passo a que Oliveira se refere explicitamente no fim do capítulo XVIII: “E Quintiliano assi manda escrever qualquer lingua como soa”. Dessa forma, é lícito afirmar que o gramático renascentista soube descrever certas particularidades fonéticas do português sem se apartar da doutrina dos antigos (BUESCU, 1984, p. 17).

Os capítulos dedicados à Etimologia se estendem do XXX ao XXXIX e tratam não só da origem etimológica das palavras (ou *dicções*), como também dos seus aspectos composicionais, diacrônicos, semânticos e derivacionais. Aqui a principal fonte de Fernão de Oliveira é Varrão, mais especificamente a primeira das tríades de livros supérstites²²⁷ do *De Lingua Latina*, que trata desse mesmo tema (LEITE, 2007, p. 132-133). Logo nas linhas iniciais do capítulo XXX, há uma definição do termo *dicção*:

(168) - **Dição, vocabolo ou palavra, tudo quer dizer hũa cousa**. E podemos assi dar sua definição: **palavra é voz que sinifica cousa ou auto²²⁸ ou modo**, cousa como artigo e nome, auto como verbo, modo como qualquer outra parte da oração (...).

(Fernão de Oliveira, 1536, cap. XXX, C4r [Fol. 20r], grifos nossos).

²²⁷ Dos 25 livros de que era composta a obra de Varrão, o *De Lingua Latina*, só restaram duas tríades: uma sobre etimologia e outra sobre analogia. A tríade analisada nesta pesquisa foi a segunda.

²²⁸ *auto* = ato.

Logo à primeira vista, percebe-se uma sinonímia entre os termos *dicção*, *vocábulo* e *palavra*, que não se encontra em nenhuma das gramáticas até aqui estudadas. Por outro lado, a definição de palavra como “voz que significa coisa ou ato” se assemelha à de Prisciano (II, 14) e à de outros gramáticos latinos, de acordo com os quais a dicção (*dictio*) é uma voz (*uox*) provida de um significado. A voz, nesse sentido, seria apenas a interface física da dicção, do vocábulo ou da palavra.

Fernão de Oliveira, baseando-se tanto em Varrão quanto em Quintiliano, propõe classificações lexicais com base nas seguintes perspectivas: etimológica, composicional, diacrônica, semântica e derivacional (LEITE, 2007, p. 131). Pela perspectiva etimológica, as palavras podem ser *nossas* (portuguesas) ou *alheias* (estrangeiras); pela perspectiva composicional, *apartadas* (simples) ou *juntas* (compostas); pela perspectiva diacrônica, *velhas* (arcaicas) ou *novas*; pela perspectiva semântica, *próprias* (denotativas) ou *mudadas* (conotativas); pela perspectiva derivacional, *primeiras* (primitivas) ou *tiradas* (derivadas). Essas inovações terminológicas constituem um traço marcante da obra e resultam da perspicácia analítica do autor e da relativa liberdade com que ele se pôs a descrever fatos de língua. Tais inovações constituem, portanto, uma descontinuidade no nível da *camada técnica* em relação às demais gramáticas aqui estudadas.

Os capítulos de XL a XLVIII tratam de analogia, ou seja, dos aspectos flexionais, derivacionais e paradigmáticos das palavras. Para tais intentos, Fernão de Oliveira retoma a antiga dicotomia *anomalia-analogia*, que foi objeto de discussão dos filósofos gregos clássicos e dos estoicos, e a célebre dicotomia varroniana: declinação natural e declinação voluntária (*De Lingua Latina*, VIII, 21-22). Ele não só retoma tais conceitos como também os aplica à língua portuguesa:

(169) - Marco Varrão divide as declinações em **naturaes** e **voluntareas**. **Voluntareas** são **as que cada hum faz à sua vontade**, tirando hũa doutra, como de *Portugal*, *português* e de *França*, *franças*; mas de *Frandes*²²⁹, *framengo*²³⁰ e de *Galiza*, *galego*.
(Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLI, D5r [Fol. 29r], grifos nossos).

Como é sabido, a declinação voluntária subjaz ao moderno conceito de derivação e opera nas palavras segundo a vontade dos falantes, e não por imposição de um paradigma de declinação. Os exemplos aludidos pelo gramático renascentista trazem à baila outro traço característico da declinação voluntária e da própria derivação: a assistemática do

²²⁹ *Frandes* = Flandres (região localizada no norte da Bélgica atual).

²³⁰ *framengo* = flamengo.

processo. Com efeito, a língua portuguesa recorre a diferentes terminações para derivar os gentílicos dos respectivos topônimos, sem que se possa prever quando se deva usar uma ou outra. Nos gentílicos *português* e *francês*, usa-se a terminação *-ês*, mas esta não se aplica aos gentílicos relativos a Flandres e à Galiza, que tomam uma terminação diferente: *flamengo* e *galego*. Essa assistemática na língua remete, é claro, ao conceito grego de anomalia.

Neste outro trecho, fala-se sobre a declinação natural:

(170) - As **declinações naturaes** são mais sojeitas às regras e leis de cujo mandado se rege esta arte. As regras ou leis que digo são, como disse, anotações do **bo costume**. As quaes, porque assi são mais gerais e comprehendem mais, chamamos-lhe naturaes; e de feito parecem ser mais proprias e consoantes à natureza da lingua, pois lhe [a] ella mais obedecem. E assi diz Marco Varrão que a **declinação natural** é aquella que não obedece à vontade particular de cada hum, mas que é **conforme ao comum parecer de todos** (...). E para que comecemos a dar exemplos, assim das regras geraes como das eiceições particulares, sabereis que também aqui, segundo nosso parecer, podem entrar alghũas especeas de dições tiradas [*i.e.* derivadas], como são os nomes d'alghuns officios mecanicos, os quaes, se são nossos proprios e são tirados, pella maior parte acabam nesta terminação *eiro*, como *pedreiro*, *carpenteiro*, *sapateiro*. (Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLII, D6v [Fol. 30v], grifos nossos).

A declinação natural subjaz ao moderno conceito de flexão e opera nas palavras segundo regras gerais firmadas pelo uso comum, nas quais podem existir exceções. Os exemplos aludidos no excerto (170) trazem a terminação mais comumente usada na formação dos nomes relativos a officios mecânicos (*pedreiro*, *carpinteiro*, *sapateiro*), porém, é forçoso lembrar que tais nomes, do ponto de vista gramatical hodierno, têm sido enquadrados no processo de derivação, e não no de flexão, porque este último costuma ocorrer por força do contexto sintático. Por exemplo, os verbos tomam formas de plural quando há na sentença um sujeito no plural que lhes imponha tal flexão, no entanto o acréscimo do sufixo *-eiro* a certos nomes não traz semelhante imposição sintática a nenhum termo da sentença. Isso mostra que não há uma identidade plena entre o antigo conceito de declinação voluntária e o moderno conceito de flexão.

Nos capítulos seguintes, Oliveira discorre não exaustivamente sobre o artigo, o nome, o pronome e o verbo, apontando-lhes generalidades de flexão e alguns pormenores. Embora não haja na obra nenhum capítulo concernente às demais classes, há menções esporádicas ao

particípio, ao advérbio, à preposição, à conjunção e à interjeição ao longo do texto, totalizando assim nove partes da oração²³¹. Numa análise apressada, poder-se-ia supor aí uma descontinuidade teórica com o modelo gramatical latino de oito partes da oração, mas, em verdade, houve tão somente o acréscimo da classe dos artigos, que inexistia em latim. Logo, trata-se de uma diferença linguística, e não doutrinária.

Por outro lado, chama a atenção, do ponto de vista teórico e descritivo, que o autor aponte a existência de casos morfológicos nos paradigmas flexionais do artigo e do pronome, mas não a aponte nos paradigmas flexionais dos nomes. Para ele, o artigo masculino singular se declina em quatro casos (cap. XLIII): *o* (prepositivo), *do* (genitivo), ω ²³² (dativo) e *o* (pospositivo). Observa-se aí o emprego do termo *prepositivo* no lugar de *nominativo*, bem como o emprego do termo *pospositivo* no lugar de *acusativo*, mas tais particularidades terminológicas serão objeto de um exame mais pormenorizado apenas na próxima seção. Já o pronome se declina em apenas três casos (cap. XLVI): *eu* (prepositivo), *me* (pospositivo) e *mi* (dativo)^{233 234}. Para Oliveira, os nomes portugueses não têm caso, mas dividem-se em quatro declinações, com base na formação dos respectivos plurais: os da primeira declinação requerem apenas o acréscimo de uma letra (*e.g. moço, moços*); os da segunda requerem acréscimo de sílaba (*e.g. pavês, paveses*); os da terceira requerem mudança de letra (*e.g. animal, animais*); e os da quarta requerem mudança de sílaba (*e.g. almeirão, almeirões*). Tanto em latim quanto em grego, o enquadramento dos nomes em declinações se faz com base na desinência do genitivo singular, porém, devido ao fato de que os nomes portugueses não preservaram as antigas desinências casuais latinas, o gramático renascentista teve de recorrer às terminações do plural para fins classificatórios. Foi uma solução criativa. Aliás, é desse traço gramatical do português que se trata o seguinte passo da obra:

(171) - Diz Marco Varrão²³⁵ que nenhuma outra lingua tem declinação de casos senão a grega e latina. E **esses casos mostram antr'elles o estado das cousas, o qual é diverso segundo os diversos officios dessas cousas**: porque hum estado tem este nome

²³¹ Num dos capítulos relativos ao verbo, está escrito: “E também têm os nossos verbos gerundios, como *sendo, amando, fazendo*; e **participios**, como *lido, amado; regido, lente, regente, perseverante*; e nomes verbaes, como *lição e regedor*.” (cap. XLVIII, E5r [Fol. 37r]). O trecho pode dar a entender que Oliveira vê o particípio como uma subclasse do verbo, ao lado do gerúndio, porém não é possível afirmá-lo com toda a certeza.

²³² ω = ao.

²³³ O autor não especifica no texto os três casos em que se declinam os pronomes pessoais, mas pode-se deduzir, com base nas terminologias empregadas na descrição dos artigos, que ele se refira ao prepositivo, ao pospositivo e ao dativo.

²³⁴ Oliveira, assim como Prisciano e outros gramáticos, incluem os demonstrativos, os indefinidos e os numerais na classe dos nomes.

²³⁵ *De Lingua Latina*, VIII, 16.

homem quando faz, dizendo *o homem senhoreia o mundo*; e outro estado mui diverso do primeiro tem quando padece, dizendo *Deos castiga o homem*.
(Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLVI, E3v [Fol. 35v], grifos nossos).

Os exemplos aludidos mostram que o nome *homem* cumpre diferentes papéis nas orações *o homem senhoreia o mundo* e *Deos castiga o homem*; entretanto, a língua portuguesa não dispõe de marcas de caso que especifiquem se ele cumpre aí o papel de agente ou de paciente. Tal especificação se faz, é claro, pela ordem dos termos oracionais e pelo contexto frasal em si, pois seria pouco provável supor que o mundo possa senhorear o homem ou ainda que o homem possa castigar a um deus. Continua o autor:

(172) - E para estas diversidades e outras muitas de estados ou officios que têm as cousas, têm também os nomes antre os latinos e gregos diversidade de letras, dividindo cada estado da cousa com sua diferença de letras no cabo do nome, assi como nós dissemos que fazia a nossa lingua nos generos e numeros. E posto que este seja hum grande primor e perfeição dessas linguas, declarar na voz as meudezas das cousas com a diversidade da letra ou voz que dissemos, todavia a nossa lingua nem por isso ficou sem outro tão bo concerto e de menos trabalho.

Este é o ajuntamento dos artigos, os quaes junto com os nomes declaram nelles tudo o que os casos latinos e antr'os gregos os casos e artigos juntamente.
(Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLVI, E3v [Fol. 35v]- E4r [Fol. 36r], grifos nossos).

Em suma, os artigos declinados exercem em português a mesma função que as desinências casuais exerciam em latim e em grego, motivo pelo qual Fernão de Oliveira aponta a existência de casos nos artigos, mas não nos nomes. Conquanto a língua portuguesa tenha herdado apenas alguns poucos vestígios da antiga morfologia de caso latina, isso não significa, na visão do gramático renascentista, que a última flor do Lácio careça de harmonia ou beleza nos seus meios de expressão. Afinal, ele e seus contemporâneos João de Barros e Duarte Nunes de Leão visavam à equiparação do seu idioma pátrio às línguas clássicas.

Ao estudo dos verbos Oliveira reserva apenas dois capítulos. No primeiro, há algumas generalidades sobre a conjugação, além dos principais verbos irregulares: *saber*, *dar*, *estar* e *ser*, sendo este último chamado de verbo substantivo. É digna de nota a variação na primeira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *ser*, que tinha à época quatro variantes: *som*, *sou*, *são* e *so*. O autor diz ter preferência pela forma *so*, que era comum na região da

Beira, onde ele havia nascido, mas adverte que João de Barros tem preferência pela forma *som* devido à semelhança desta com a forma plural *somos*²³⁶. No capítulo seguinte, o gramático limita-se a definir o termo *conjugação* como “ajuntamento de diversas vozes que segundo boa ordem se ordenam seguindo-se hũas trás outras em os verbos” (XLVIII, E4v [Fol. 36v]) e a dar exemplos de verbos conjugados em cada uma das três conjugações portuguesas.

Fernão de Oliveira dedica apenas o penúltimo capítulo da obra à *construção* (*i.e.* Sintaxe), alegando no texto que redigiria mais tarde uma obra voltada a esse tema – uma obra, aliás, que provavelmente nunca veio a lume, de modo que o pensamento sintático do autor não possa ser de todo conhecido. No referido capítulo, ele tão somente apresenta uma definição do termo *construção* como um concerto que as dicções têm entre si em qualquer língua e enumera algumas supostas irregularidades sintáticas do português:

(173) - Porque, posto que alghũ’hora os verbos infinitivos sirvam por nomes, como *o ler faz bem aos homens*; ou se as preposições se poem em lugar de artigos, como esta preposição *de* quando serve a genitivo; ou se servem em dous officios como esta parte *por*, a qual às vezes é preposição e às vezes averbio; e outro tanto estas antes, depois, até e outras muitas que têm dous officios; e também se este verbo *nego* servia em lugar de conjunção e valia antr’os velhos tanto como *senão* e aind’agora assi val na Beira; e posto que os numeros e generos se mudem como nesta oração e outras semelhantes — *marido e molher ambos são bos homens*; a fim, **posto que muitas desproporções ou dessemelhanças se cometam na nossa língua, não são tantas como em outras linguas acontece muitas mais vezes.**

(Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLXI, E5v [Fol. 37v], grifos nossos).

Embora estejam em aparente e hipotético desacordo com os princípios analógicos, tais irregularidades sintáticas enumeradas no excerto (173) não tolhem a beleza nem a nobilidade da língua portuguesa, visto que, segundo Oliveira, as irregularidades sintáticas são muito mais numerosas no latim e no grego, sem que isso lhes tire o prestígio ou ofusque os seus autores mais ilustrados. Nesse sentido, ele propugna uma adesão moderada aos princípios analógicos atuantes na língua, da mesma maneira como propugnavam os seus mestres Varrão e Quintiliano.

²³⁶ Curiosamente, a forma que consta na gramática de João de Barros, publicada quatro anos depois, é *sou*, e não *som*.

Para finalizar, convém tecer alguns comentários sobre os dados linguísticos utilizados na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, que se diferencia nesse aspecto de todas as gramáticas analisadas até aqui. Ao longo de toda a pesquisa, a *camada documental* é aquela que se mostrou estável entre as demais obras, as quais, em regra, costumam recorrer a dois tipos de exemplos explicativos: os hipotéticos e os literários. A *Grammatica Speculatiua* de Tomás de Erfurt diverge das suas antecessoras por recorrer apenas a exemplos curtos e hipotéticos, mas dela também diverge a *Grammatica da lingoagem portuguesa* porque esta recorre não só a exemplos hipotéticos como também a exemplos tirados da oralidade ou, mais especificamente, da fala dos indivíduos cultos (LEITE, 2007, p. 208). É o que se vê nas seguintes linhas sobre o uso seletivo do vocábulo *até* e da sua variante *té*:

(174) - E porque aqui é tempo, como de caminho quero dizer deste averbio *até*, o qual antre nós responde ao que os latinos dizem *usque*, este averbio, digo, alguns o pronunciam conforme ao costume da nossa lingua que é amiga d'abri-la boca; e dão-lhe aquella letra *a* que digo no começo. Mas outros lhe tiram esse *a* e não dizem *até*, mas dizem *té*, não mais, começando em *t*, antre os quaes eu contarei três não de pouco respeito na nossa lingua, antes se ha de fazer muita conta do **costume de seu falar**. E são estes: **Garcia de Resende**, em cujas obras o eu li no Cancioneiro português que elle ajuntou e ajudou; e **João de Barros**, ao qual eu vi afirmar que isto lhe parecia bem; e a **mestre Baltasar**, com o qual falando lhe ouvi assi pronunciar este averbio que digo sem *a* no começo. E contudo a mi me parece o contrairo; e ao contrairo o uso, dando-lhe *a* no começo assi como damos a muitas dições, segundo o que fica dito. (Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLXI, C8r [Fol. 24r], grifos nossos).

Fernão de Oliveira cita três indivíduos cultos para os quais é preferível pronunciar o vocábulo *até* sem a vogal inicial: Garcia de Resende, compilador do *Cancioneiro Geral* (1516); João de Barros, autor da *Grammatica da lingua portuguesa* (1540); e mestre Baltasar, padre da Ordem do Carmo. Tal referência ao *Cancioneiro Geral* é uma das raríssimas menções de Oliveira a textos literários²³⁷. As referências a João de Barros e ao mestre Baltasar, por seu turno, remetem claramente à oralidade, ou seja, ao modo como ambos pronunciavam o supradito vocábulo. Todavia, conforme ressalta Oliveira, a variante *até* era

²³⁷ No capítulo XIV, Oliveira também cita os *Autos* de Gil Vicente. Porém, na passagem em tela, o gramático não os cita a fim de adotar o linguajar do teatrólogo como modelo de correção linguística, mas a fim de discordar dele quanto ao uso do *h* na representação onomatopaica do riso português, como *ha-ha*.

aquela que preponderava no uso comum dos falantes do século XVI e aquela pela qual o próprio autor tinha preferência.

A raridade dos exemplos literários nas gramáticas quinhentistas não tem uma motivação tão óbvia, haja vista que a Literatura Portuguesa já dispunha de um respeitável rol de poetas, prosadores, cronistas e teatrólogos. Na poesia, cite-se o já referido Garcia de Resende, além de Luís Anriques, Álvaro de Brito Pestana, João Ruiz de Castelo Branco e outros tantos nomes presentes no *Cancioneiro Geral*. Na prosa doutrinária, citem-se o rei Dom Duarte, autor da obra *Leal Conselheiro* (1438), e o Infante Dom Pedro, autor do *Livro da Virtuosa Benfeitoria* (1418). Dentre os cronistas, citem-se Fernão Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo e autor de crônicas sobre os reis portugueses, e Gomes Eanes de Azurara, sucessor do próprio Fernão Lopes. Por fim, no teatro, sobressai o nome de Gil Vicente, autor de memoráveis peças como o *Auto da Barca do Inferno* (1516), o *Auto da Barca do Purgatório* (1518), o *Auto da Barca da Glória* (1519) e a *Farsa de Inês Pereira* (1523) (MOISÉS²³⁸, 2013).

Leite (2007, p. 252-253) apresenta, ao menos, duas razões pelas quais os antigos gramáticos portugueses raramente se serviam de usos literários para fins explicativos ou prescritivos. Em primeiro lugar, o reconhecimento das obras literárias nem sempre é concomitante à época de sua publicação, de modo que elas possam ficar inauditas por anos, décadas ou séculos. Em segundo lugar, a língua portuguesa tinha uma gramatização ainda muito incipiente no século XVI e carecia de uma regulamentação ortográfica, o que, na visão da autora, teria impellido os eruditos quinhentistas a verem o seu idioma pátrio como uma “língua bárbara”, sem prestígio científico ou cultural. Tal explicação, contudo, não é de todo convincente, pois essa suposta falta de prestígio científico e cultural do português durante o Renascimento não condiz com o explícito patriotismo linguístico dos gramáticos renascentistas, que muito exaltavam os varões doutos do seu tempo, a ponto de considerá-los referência de correção gramatical. Qualquer que seja o motivo, é oportuno lembrar que a raridade dos exemplos literários nas gramáticas portuguesas do século XVI caracteriza também uma visível descontinuidade com a pioneira definição de Gramática proposta por Dionísio Trácio no século II a.C., segundo a qual “Gramática é o conhecimento empírico do que se diz frequentemente entre poetas e prosadores”.

4.8.4.3 Resumo sobre a *Grammatica da lingoagem portuguesa*

²³⁸ MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 37ª ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

Enfim, a *Grammatica da lingoagem portuguesa* ainda cativa a curiosidade dos estudiosos tanto pelo seu pioneirismo no mundo lusófono quanto por suas inovações e peculiaridades. Na *camada teórica*, Fernão de Oliveira traz à baila discussões sobre a natureza da linguagem, definindo-a como figura do entendimento e trazendo algumas de suas nuances sociais, e afirma precedência das coisas sobre as palavras. Como se sabe, trata-se de discussões pouco frequentes em obras do gênero textual *ars grammatica*, das quais a *Grammatica da lingoagem portuguesa* também diverge por ter um pendor mais descritivo do que normativo. A sua definição da disciplina como “arte que ensina a bem ler e falar” converge parcialmente com a definição de Quintiliano, segundo a qual a Gramática se divide em duas partes: *recte loquendi scientiam* (“arte de falar corretamente”) e *poetarum enarrationem* (“explicação dos poetas”). Os grandes temas gramaticais abordados por Oliveira são: acento, Ortografia, Etimologia, analogia e Construção. Nos capítulos relativos aos sons e às letras, ele recorre sobremaneira ao pensamento alexandrino, mas, naqueles relativos à origem e aos aspectos flexionais e derivacionais das palavras, ele recorre sobretudo a Varrão e a Quintiliano. O único capítulo dedicado à Construção (*i.e.* Sintaxe), por ser demasiado curto, não elucida quais são as ideias sintáticas defendidas pelo autor nem as fontes a que teria recorrido. Na realidade, os capítulos reservados ao nome e ao artigo têm mais a oferecer no que concerne às questões (morfo)ssintáticas porquanto eles é que comprovam a adesão do gramático ao modelo sintático baseado nos casos morfológicos. Na *camada técnica*, o autor se permite discorrer de maneira fluida sobre esses temas, selecionando os fatos de língua que julga serem mais relevantes e sem se preocupar em definir concisa e metodicamente cada parte da oração. No âmbito terminológico, Oliveira mostrou-se particularmente sagaz e inovador ao adaptar para o vernáculo certas classificações lexicais oriundas de Varrão e Quintiliano. Pela perspectiva etimológica, as palavras podem ser *nossas* (portuguesas) ou *alheias* (estrangeiras); pela perspectiva composicional, *apartadas* (simples) ou *juntas* (compostas); pela perspectiva diacrônica, *velhas* (arcaicas) ou *novas*; pela perspectiva semântica, *próprias* (denotativas) ou *mudadas* (conotativas); pela perspectiva derivacional, *primeiras* (primitivas) ou *tiradas* (derivadas). O mesmo se diga a respeito de sua terminologia morfossintática, em que se observam os termos *prepositivo* e *pospositivo* no lugar de *nominativo* e *acusativo*, conforme se verá adiante em mais detalhes. Na *camada documental*, Fernão de Oliveira recorre a exemplos explicativos hipotéticos como todos os seus predecessores gregos e latinos, mas deles diverge por dar preferência a dados linguísticos extraídos do falar dos indivíduos cultos do seu tempo, em vez de dados extraídos do cânone

literário. Noutras palavras, ele recorre mais à sua experiência linguística na oralidade do que a textos escritos. Na *camada contextual-institucional*, a *Grammatica da lingoagem portuguesa* é não só um grande marco na paulatina ascensão sociopolítica do português, que já havia tomado o lugar do latim nos documentos oficiais e desenvolvido sua própria literatura, como também um dos vários produtos de uma conjuntura europeia favorável ao surgimento massivo de gramáticas vernáculas: o Renascimento (AUROUX, 1992).

4.8.5 A terminologia sintática na *Grammatica da lingoagem portuguesa: a camada técnica*

4.8.5.1 Sobre a Sintaxe

Relembrando o que se tem dito desde a seção anterior do trabalho, Fernão de Oliveira reserva apenas o penúltimo capítulo da sua gramática à construção, noutras palavras, à Sintaxe. À primeira vista, o termo *construção* aí empregado parece remeter a Prisciano de Cesareia (século VI d.C.), que traduzira o termo grego σύνταξις por *constructio* a fim de designar o nível sintático. No entanto, Leite (2007, p. 120) adverte não ser de todo possível comprovar esse vínculo entre ambos os gramáticos porque Oliveira não chega a expor nem a desenvolver o seu pensamento sintático na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, com a alegação de que o faria apenas numa obra vindoura, que provavelmente nunca veio a lume. Aliás, não há uma única citação na obra ao referido mestre de Cesareia.

Quaisquer que tenham sido as suas fontes sintáticas, Oliveira assim introduz o capítulo XLIV, denominado *Da construção*:

(175) - Agora vejamos da **composição** ou **concerto** que as partes ou dições da nossa lingua têm entre si, como em qualquer outra lingua. E esta é a derradeira parte desta obra, a qual os grammaticos chamam **construção**.

(Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLXI, C8r [Fol. 24r], grifos nossos).

A definição do gramático renascentista vai ao encontro do que disseram os seus predecessores gregos e latinos, para os quais a Sintaxe lida com o encadeamento harmônico de palavras na oração. Contudo, o trecho acima não chega a tocar num ponto particularmente caro à doutrina sintática de Apolônio Díscolo (I, 1) e do seu epígono Prisciano de Cesareia (XVII, 12): a completude oracional. Segundo eles, tal encadeamento de palavras visa à formação das chamadas orações completas, em que devem figurar obrigatoriamente um nome e um verbo. No capítulo XXXV, Oliveira de fato reconhece a precedência do nome e do

verbo sobre as demais classes por serem eles as partes mais significativas do discurso²³⁹, porém não há nada no trecho que os associe a elementos estruturais mínimos de uma sentença. Da mesma forma, não se encontra na obra nenhum binômio do tipo *sujeito-predicado*, *suppositum-appositum* ou similares.

4.8.5.2 Os casos morfológicos, segundo Fernão de Oliveira: *prepositivo, genitivo, dativo e pospositivo*

Uma das premissas desta tese é a de que os termos designativos dos casos morfológicos – nominativo, vocativo, genitivo, dativo, ablativo e acusativo – cumpriam outrora papel semelhante ao dos ditos *termos da oração*, pela metalinguagem gramatical de hoje. Mas, afinal, por que motivo teriam recorrido os gramáticos portugueses à terminologia de caso latina para descreverem uma língua que sequer herdara as desinências casuais do latim? Em primeiro lugar, eles assim o fizeram porque só havia à época duas metalinguagens gramaticais a que poderiam recorrer: a greco-latina clássica e a modista. Como a vertente modista já havia perdido o *status* de abordagem dominante ou *cinosura* na primeira metade do século XIV, é natural e compreensível que os influxos renascentistas tenham impellido os eruditos do século XVI a se servirem das categorias gramaticais latinas, a fim de aplicá-las *mutatis mutandis* à realidade vernácula. Em segundo lugar, convém ter mente que os antigos empregavam os termos *nominativo, vocativo, genitivo, dativo, ablativo e acusativo* para indicar duas propriedades nominais em latim: a flexão do nome, com base nas suas terminações desinenciais (*e.g. dominus, dominum, domini, domino, etc.*), e o papel desse mesmo nome numa sentença (*e.g. agente, paciente, possuidor, beneficiário, etc.*). Embora o português não tenha herdado as referidas terminações, **todos esses termos relativos aos casos continuariam sendo usados para indicar os papéis dos nomes portugueses numa sentença**, atuando aí de maneira análoga aos modernos termos da oração constantes na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e na Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP). O próprio Oliveira faz uma breve alusão a esse fato: “esses casos mostram antr’elles [*i.e.* os latinos e os gregos] o estado das cousas, o qual é diverso segundo os diversos **ofícios** dessas cousas” (cap. XLVI, grifos e observações nossos).

Fernão de Oliveira faz alterações terminológicas pontuais devido a certas particularidades do português, enquanto João de Barros, conforme se verá no próximo

²³⁹ “Alghũas partes ou vozes temos na nossa lingua, as quaes são partes por si mas não sinificam cousa alghũa, e portanto não lhe chamaremos partes da oração ou da lingua, como são o **nome** e **verbo** e outras.” (Fernão de Oliveira, 1536, cap. XXXV, C7v [Fol. 23v], grifos nossos).

capítulo, opta por manter intactos os termos designativos dos casos morfológicos. No capítulo XLIII da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, o autor assim apresenta a declinação dos artigos:

(176) - A diferença que têm os **casos dos artigos** é que no primeiro caso, a que os latinos chamam **nominativo** e nós lhe podemos chamar **prepositivo**, polla rezão que daremos quando faláremos da natureza dos casos e da composição da lingua, mas não nesta obra; neste premeiro caso os artigos masculinos acabam em *o* pequeno no singular, e os femeninos em *a* pequeno. E no segundo caso, a que os latinos chamam, **genitivo** e nós assi lhe podemos chamar ou **possessivo**, também nesse acabam em vogaes pequenas os artigos, o masculino em *o* e o femenino em *a*. Mas no terceiro caso, a que nós e os latinos chamamos **dativo**, acabam os masculinos em *o* grande e os femeninos em *a* grande. E no derradeiro, a que os latinos chamam **acusativo** e nós **pospositivo**, acabam em *o* pequeno os masculinos, e os femeninos em *a* pequeno; e no plural todos estes acabam nesta letra *s* acrescentada sobre o seu singular, como dissemos.

(Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLIII, D7v [Fol. 31v], grifos nossos).

Assim ficaria a declinação do artigo masculino numa tabela, segundo e a descrição feita pelo autor:

Tabela 4 - A declinação do artigo masculino em português, segundo Fernão de Oliveira

Casos	Singular	Plural
Prepositivo (nominativo)	<i>o</i>	<i>os</i>
Genitivo ou possessivo	<i>do</i>	<i>dos</i>
Dativo	<i>ao</i>	<i>aos</i>
Pospositivo (acusativo)	<i>o</i>	<i>os</i>

Em português, não há distinção formal entre o nominativo-sujeito e o acusativo-objeto, fato de que Fernão de Oliveira demonstra ter plena consciência na seguinte passagem, já citada na seção anterior: “porque hum estado tem este nome *homem* quando faz, dizendo *o homem senhoreia o mundo* [*i.e.* nominativo-sujeito]; e outro estado mui diverso do primeiro tem quando padece, dizendo *Deos castiga o homem* [*i.e.* acusativo-objeto]” (cap. XLVI, observações nossas). Como a distinção dos papéis do nome *homem* nesses exemplos não se faz nem por desinências de caso nem pela junção de preposições ao artigo masculino, mas

pela **posição do sintagma na sentença** e pelo contexto frasal, Oliveira opta por substituir os termos *nominativo* e *acusativo* por *prepositivo* e *pospositivo*, que remetem justamente ao aspecto posicional dos dois casos vernáculos. A princípio, trata-se apenas de uma adaptação terminológica motivada por particularidades linguísticas do português frente ao latim, porém Romeo²⁴⁰ (2022, p. 7) ventila a possibilidade de os dois termos, *prepositivo* e *pospositivo*, terem sido inspirados pelo binômio modista *suppositum-appositum*. Por outro lado, como o genitivo e o dativo se distinguem formalmente dos demais casos pelo acréscimo das preposições *de* e *a*, o autor não julgou necessário fazer outras adaptações terminológicas. Por fim, cumpre lembrar que o termo *possessivo* era comum entre os antigos, ao lado de *genitivo*. Dionísio Trácio, por exemplo, emprega os termos γενική (“genitivo”, de γένος, “raça”, “gênero”) e κτητική (“possessivo”, de κτήσις, “posse”) em referência a esse caso morfológico.

4.8.5.3 Termos relativos à concordância e à regência

Na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, há pouquíssimos termos técnicos dignos de nota no que concerne à concordância e à regência. Nesta passagem do capítulo dedicado à construção, cabe destacar tão somente o emprego do termo *conveniência* no sentido sintático de concordância:

(177) - E nella [*i.e.* na construção] mais que em alghũa outra guardamos nós certas leis e regras, posto que também nas outras partes da grammatica temos menos eiceições que os latinos e gregos, cujas linguas mui gabadas muitas vezes faltam na **conveniencia** dos nomes ajetivo e sustantivo, relativo e antecedente, e isso mesmo do nome com o verbo.

(Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLIX, E5r [Fol. 37r], grifos nossos).

O trecho não deixa dúvidas de que o autor se refere à concordância do adjetivo com o substantivo, do relativo com o seu antecedente e do nome com o verbo. O termo latino *conuenientia* e outros tantos da mesma família lexical já aparecem nas obras de Varrão, Prisciano e Tomás de Erfurt com acepção semelhante. Na Antiguidade e na Idade Média, convém lembrar, não havia um termo canônico com o sentido sintático de “concordância” ou “concordar”; na verdade, os gramáticos costumavam usar termos semanticamente ligados à

²⁴⁰ ROMEO, Rogelio Ponce de León. **Breves reflexões sobre a terminologia sintática na gramaticografia da língua portuguesa (séculos XVI-XVII)**. Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2022. DOI 10.5935/1980-6914/eLETL15092.

ideia geral de “ir para o mesmo lugar”, em que costuma haver o mesmo prefixo de contiguidade *con-*: *conuenire* (“convir”, “vir junto”), *coniungere* (“juntar”), *sociare* (“associar”), *correspondere* (“corresponder”) e outros. Os termos *concordantia* e *concordare* já haviam aparecido em gramáticas do período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132-133), mas ainda não haviam se firmado entre os gramáticos, conforme demonstra o trecho acima transcrito.

4.8.6 João de Barros e a *Grammatica da lingua portuguesa*

Segundo Leite (2007, p. 87), a biografia de João de Barros é amplamente conhecida e já foi objeto de estudos pormenorizados. Ele nasceu provavelmente em Viseu em 1496 e morreu em Nermoil, no interior de Portugal, em 1570. Embora fosse filho bastardo e órfão desde jovem, João de Barros foi encaminhado aos Paços da Ribeira por recomendação do pai, Lopo de Barros, e lá exerceu a função de moço de guarda roupa do príncipe, o futuro rei Dom João III (r. 1521-1557). Foi nesse ambiente palaciano que ele obteve a sua larga formação humanista, além da simpatia e da admiração do monarca, que o nomearia anos depois para exercer funções públicas de prestígio.

João de Barros casou-se por volta de 1520 com Dona Maria de Almeida e, em 1522, no início do reinado de Dom João III, teria sido nomeado para governar a fortaleza de São Jorge da Mina – um cargo que ele não chegou a exercer ou para o qual talvez nunca tenha sido nomeado, segundo Buescu (1984, p. 29). Entre 1525 e 1528, exerceu o cargo de tesoureiro da Casa da Índia, Mina e Ceuta e, a partir 1533, o cargo de feitor da Casa da Índia, em que permaneceu até 1567, quando decidiu se aposentar e se retirar para a sua quinta em Nermoil, perto de Pombal. Lá passou os últimos anos de vida desfrutando de tenças régias e morreu em 1570 ou 1571. Nesse ínterim, em 1535, foi-lhe concedida uma capitania no Brasil, mas o seu empreendimento colonial fracassou em decorrência do naufrágio da sua expedição, trazendo-lhe prejuízos financeiros e acarretando a morte de dois filhos.

Não obstante as perdas econômicas e familiares, João de Barros combinou a sua formação humanista com a sua longa experiência nos assuntos ultramarinos de Portugal e pôs-se a escrever com entusiasmo obras sobre diversos temas: História, Geografia, Religião, Moral, línguas, *etc.* Ainda jovem, atuou como novelista e poeta na *Crónica do Imperador Clarimundo*, (cerca de 1520); como filósofo erasmico na *Ropica Pnefma* ou *Mercadoria Espiritual* (1531-1532); como panegirista no *Panegírico de D. João III* (1533); como pedagogo e gramático na *Grammatica lingua portuguesa com os mandamentos da santa*

madre igreja (1539), dividida em quatro partes: a *Cartinha* (1539), que ensina as crianças a lerem e traz-lhes alguns catecismos, a *Grammatica da lingua portuguesa*, a *Orthografia com que se [h]á de escrever* e o *Diálogo em louvor de nóssa linguágem* (1540), que são objeto de análise nesta pesquisa; como moralista no *Diálogo da Viçiosa Vergonha* (1540) e no *Diálogo sobre Preceitos Morais* (1540); por fim, como historiador, redigiu as célebres *Décadas da Ásia*, que vieram a lume em quatro volumes: o primeiro em 1552, o segundo e o terceiro em 1553, e o quarto postumamente em 1615 (LEITE, 2007, p. 88; BUESCU, 1984, p. 30-31).

Como foi dito, o objeto de análise desta pesquisa é a segunda, a terceira e a quarta partes do tratado pedagógico-gramatical de João de Barros, quais sejam: a *Grammatica da lingua portuguesa*, a *Orthografia com que se [h]á de escrever* e o *Diálogo em louvor de nóssa linguágem*, que totalizam pouco mais de 120 páginas na versão quinhentista original editada em Lisboa. A *Grammatica da lingua portuguesa* se inicia com uma definição da disciplina, à qual se seguem capítulos sobre os seguintes temas: Ortografia, Prosódia, Etimologia (*i.e.* Morfologia), construção (*i.e.* Sintaxe) e figuras. O único capítulo relativo à Ortografia trata muito sucintamente do conceito de letra e das letras existentes no alfabeto português, pois, afinal, João de Barros só se aprofunda em questões ortográficas na terceira parte do seu tratado pedagógico-gramatical: *Orthografia com que se [h]á de escrever*. O capítulo sobre a Prosódia trata das sílabas e dos seus acidentes: número de letras, espaço de tempo e acento. Os capítulos de Etimologia não trazem quaisquer discussões sobre a origem das palavras porque, assim como Oliveira, Barros se mostra cético quanto à possibilidade de descobrir de onde vem a maioria dos vocábulos portugueses. Após o conceito de *dicção*, ele procede a um exame individualizado das partes do discurso, seguindo esta ordem: nome, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e interjeição. Embora o autor reconheça o participio como uma das nove partes do discurso, ele prefere tratar das características gerais dessa classe nos capítulos do nome e do verbo, em vez de reservar-lhe um capítulo em separado. Todavia, não há um motivo aparente pelo qual se justifique a ausência de um capítulo reservado às conjunções, mas esta breve passagem do texto sugere que Barros as considerava demasiado complexas para serem descritas numa obra de teor pedagógico: “Se ouuesémos de tratár de quantas espéçias hy á de conúncám, seria curiosidáde enoiósa aos ouuintes” (BARROS, 1540, p. 64). Nos capítulos sobre a construção, o autor aborda dois grandes temas sintáticos: as regras gerais de concordância entre as partes da oração e o regimento (*i.e.* regência) de umas sobre as outras. O capítulo dedicado às figuras, a despeito do que sugere o seu título, trata não só das figuras como também dos vícios de linguagem,

caminhando de maneira um tanto ou quanto errática pelas construções literárias e pelas viciosas. Na terceira parte do tratado, a sobredita *Orthografia com que se [h]á de escrever*, constam a classificação das vogais e das consoantes, as regras gerais de Ortografia da época, algumas particularidades ortográficas sobre certas letras, além das principais regras de pontuação. Ao cabo, o *Diálogo em louvor de nossa linguagem* é um diálogo entre pai e filho, que discutem a origem das línguas, passando tanto pelos mitos greco-latinos quanto pelo mito da Torre de Babel, e exaltam as qualidades inerentes à língua portuguesa porque ela, na visão dos interlocutores, é a que conserva mais similaridades com o latim.

Buescu (1984, p. 104) cita algumas edições posteriores da gramática de João de Barros. A segunda edição da obra data de 1785; a terceira, de José Pedro Machado, data de 1957 e só inclui a *Grammatica*; por fim, a quarta, de Luciana Stegagno Picchio, data de 1959. Para fins de análise, recorre-se nesta pesquisa a uma versão fotocopiada do texto quinhentista original e, para as citações diretas, recorre-se a uma transcrição semidiplomática.

4.8.7 Análise da *Grammatica da lingua portuguesa*, da *Orthografia* e do *Diálogo em louvor de nossa linguagem* (1540)

4.8.7.1 A *Grammatica da lingua portuguesa*

Se, por um lado, a gramática de Fernão de Oliveira sobressai por uma descrição mais livre e inovadora da língua falada à época em Portugal, por outro, a gramática de João de Barros sobressai por uma adesão plena ao modelo latino de *ars grammatica*, que se caracteriza por uma descrição metódica e ordenada das unidades linguísticas – sons, sílabas, partes da oração, *etc.* –, com as respectivas definições e pormenores. Os dois gramáticos têm, portanto, perfis claramente distintos, na medida em que um se permite discorrer mais livremente sobre o seu idioma pátrio, elaborando por vezes as suas próprias categorias descritivas, enquanto o outro formaliza esse mesmo idioma de acordo com o modelo teórico-descritivo legado pelos seus predecessores latinos, traçando paralelismos gramaticais com o latim sempre que possível. As duas obras, convém lembrar, distam apenas quatro anos no tempo, e os seus autores se conheciam pessoalmente. Fernão de Oliveira não apenas lecionou aos filhos de João de Barros, como também ouviu as opiniões deste sobre o uso das variantes *té* e *até* e das variantes flexionais da primeira pessoa do singular do verbo ser (*som*, *sou*, *são* e *so*), segundo confirmam alguns trechos citados nas seções anteriores.

A *Grammatica da lingua portuguesa* se inicia com um breve preâmbulo que menciona os conteúdos introdutórios e catequéticos da *Cartinha*. Diferentemente de Oliveira, Barros

não se ocupa de discussões mais gerais e abstratas sobre a natureza da linguagem e expõe, logo nas linhas iniciais do primeiro capítulo, a sua definição de Gramática:

(178) - **Grammatica**, e uocabulo Grægo: quér dizer, çiência de letras. E segundo a difinçám que lhe os **Grãmáticos** dérã: **é hũ módo çerto e iusto de falár & escreuer, colheito do uso, e autoridáde dos barões doutos**. Nós podemos lhe chamar artefício de paláuras, póstas ã seus **naturáes** lugáres: pera que mediãte ellas, assy na fála como na escritura, uenhamos em conhiçimento das tenções alheas.

(João de Barros, 1540, p. 2, grifos nossos).

A definição de Gramática como um modo certo e justo de falar e escrever, baseado no uso corrente entre os homens cultos, se assemelha às concepções de Oliveira e ulteriormente às de Quintiliano, mas não há quaisquer citações nominais no trecho transcrito. Na realidade, Barros cita as suas fontes de maneira quase sempre muito genérica (*e.g.* os gramáticos, os latinos ou formas semelhantes), motivo pelo qual ele é alvo de críticas. Segundo Leite (2007, p. 147-151) e Buescu (1984, p. 87), a principal fonte de Barros é na realidade Antonio de Nebrija, cuja obra ele teria em grande medida decalcado; já o gramático espanhol se teria inspirado sobremaneira em Donato. Embora o autor tenha conhecido pessoalmente Fernão de Oliveira, não se sabe ao certo se ele conhecia obra do seu antecessor ou se ele a tinha conhecido e simplesmente optado por ignorá-la pelo fato de ela não se encaixar no gênero *ars grammatica*. Leite (2007, p. 296-299) encontra nas linhas de João de Barros algumas evidências textuais de interdiscurso e contradiscurso em relação à *Grammatica da lingoagem portuguesa*, sugerindo que ele de fato a conhecia. Como quer que seja, Barros, ao tratar do emprego dos artigos, dá um exemplo explicativo no qual diz ter sido ele próprio o primeiro a enquadrar o português no modelo gramatical greco-latino:

(179) - Todo nome próprio se rége sem artigo: e o caso genitiuo muitas uezes se rége desta preposiçám. De, per semelhante exemplo. **Ioam de Bárros foy o primeiro que pos a nóssa linguágem em arte (...)**.

(João de Barros, 1540, p. 26, grifos nossos).

Após a definição de Gramática, Barros cita as nove partes da oração existentes em português e, à semelhança dos seus predecessores, exalta o papel proeminente do nome e do verbo na língua, comparando-os às principais peças de um jogo de xadrez: os dois reis. O pronome é a dama do nome, o advérbio é a dama do verbo, enquanto as demais classes –

particípio, artigo, conjunção e interjeição – são peças e capitães que atuam sob a jurisdição dos dois reis. Em suma, são as oito partes da oração existentes em latim mais a classe dos artigos, que inexistia na língua de Roma. Em seguida, o autor cita as partes em que se divide a Gramática e deixa explícito qual é a sua orientação teórica:

(180) - Os quães [*i.e.* os latinos] pârtem a sua Grammatica em quáto pârtes, ã **Ortografia**, que tráta de letera, em **Prosodia**, que tráta de syllaba, em **Ethimologia**, que tráta da diçam e em **Syntaxis**, a que respõde a cõstruçã, á imitaçã dos quães, (por termos as suas pârtes,) diuidímos a nõssa Grãmatica: E por que a mais pequena destas pârtes é a letera, dõde se todalas dicões cõpõem: ueiamos primeiro della, e desy das outras tres. Nam segũdo conuẽ a órdẽ da **Grãmatica especulatiua**, mas como requêre a **preçeiuiua: usando dos termos da Grãmatica latina cuios filhos nós somos, por nam degenerar della.**

(João de Barros, 1540, p. 28-29, grifos nossos).

O excerto (180) traz exemplos cristalinos do que Murray (1983, p. 23-25) chama de *retórica revolucionária* e *retórica de continuidade*. Barros se serve de uma *retórica revolucionária* contra os gramáticos especulativos, cuja abordagem deixara de ser a *cinosura* da disciplina há mais de um século, e de uma *retórica de continuidade* para com os gramáticos latinos, a cuja doutrina se diz plenamente afiliado. Tal afiliação se manifesta não só no modo como ele divide a sua obra, mas também na adoção plena da terminologia latina para fins explicativos, levando-o quase sempre a traçar paralelismos gramaticais entre o latim e o português. Barros classifica a vertente de que faz parte como preceptiva, mas, na opinião de Leite (2007, p. 237), o tratado barroseano melhor se define como uma gramática doutrinária porque o autor muito mais se preocupa em enquadrar o português no modelo gramatical greco-latino do que em prescrever normas gramaticais. É forçoso lembrar que, ao reproduzir as concepções linguísticas dos seus antepassados intelectuais, ele na prática concebe o português como uma língua unitária, ignorando os casos de variação ou relegando-os a usos indevidos (BARROS, Diana²⁴¹, 2001, p. 17-18). Nesse ponto em particular, Barros diverge de Oliveira, que traz à baila alguns exemplos de variação linguística sem fazer juízo de valor.

Após o capítulo inicial, seguem-se dois breves capítulos: um para a Ortografia e outro para a Prosódia. No primeiro, o autor define a letra como a menor parte de uma dicção (*i.e.*

²⁴¹ BARROS, Diana Luz Pessoa de. **O discurso da norma na gramática de João de Barros**. Alfa, São Paulo, 45:11-32, 2001.

palavra) e comenta tanto os seus acidentes (nome, figura e poder) quanto a sua quantidade no alfabeto (23 letras em poder, 34 em figura). A discrepância numérica se explica, entre outras coisas, pelo fato de que certos sons portugueses podiam ter à época mais de uma representação gráfica, a exemplo de *i* e *y*. No segundo, ele trata dos acidentes da sílaba (número de letras, espaço de tempo e acento) e das estruturas silábicas possíveis em português. Pelo espaço de tempo, a sílaba pode ser longa ou breve e, pelo acento, alta ou baixa.

Na sequência, Barros dá início à terceira e mais extensa parte do seu tratado: Etimologia. Seguindo os seus habituais procedimentos explicativos, ele inicia o capítulo com uma definição:

(181) - Nesta terceira parte da nossa Gramática que é da **diçã**, a que os latinos chamam, **Ethimologia**, que **quer dizer naçimêto da diçã**: se quiséssemos buscar o fundamento e raiz donde ueéram os nossos uocábulos, seria ir buscar as fôtes do Nilo. E pois Isidoro nas suas Ethimologias, â nã pode achar a muitas cousas: menos â daremos aos nossos uocábulos.
(João de Barros, 1540, p. 8, grifos nossos).

Barros reconhece que a Etimologia lida com a origem das palavras, mas, assim como Oliveira, ele se mostra cético quanto à possibilidade de encontrar origens lexicais tão remotas, a ponto de considerar, no mesmo capítulo, que as investigações etimológicas são um rele exercício de curiosidade ou ainda questões sem futuro. Para ele, é uma tarefa tão pouco profícua que nem mesmo o célebre Isidoro de Sevilha (c. 560-636 d.C.) foi capaz de realizá-la com perfeição nas suas *Etymologiae*. Por conseguinte, a parte do tratado denominada Etimologia se debruça, na prática, sobre os aspectos flexionais e derivacionais das palavras numa perspectiva predominantemente sincrônica. Em termos modernos, trata-se da Morfologia.

Em seguida, João de Barros procede a um exame individualizado das partes da oração, dispostas nesta ordem: nome, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e interjeição²⁴². Rememorando o que foi dito nas páginas anteriores desta tese, o autor reconhecia a autonomia da classe dos participios, mas, em vez de reservar-lhe um capítulo em separado, optou por tratar dele nos capítulos do nome e do verbo. A ausência de um capítulo reservado às

²⁴² Nos parágrafos a seguir, optou-se por apresentar não mais que algumas generalidades e particularidades de cada parte da oração. Os leitores que, todavia, desejem ler a definição de cada uma delas, podem consultar as tabelas sinópticas constantes nos anexos desta tese, onde também podem encontrar informações adicionais.

conjunções não é de todo compreensível, porém o seguinte passo da obra sugere que o autor as considerava demasiado complexas para constarem numa gramática pedagógica: “Se ouuesémos de tratár de quantas espécias hy á de coniuçám, seria curiosidade enoiósa aos ouuintes” (BARROS, 1540, p. 64). Aliás, conquanto Nebrija tenha sido a principal fonte de João de Barros (LEITE, 2007, p. 147-151; BUESCU, 1984, p. 87), o gramático português também se permitia divergir do gramático espanhol, que contabilizara no seu tratado dez partes da oração, que incluem as nove partes supracitadas mais o gerúndio²⁴³. Não houve, nesse aspecto, uma subserviência teórica de um autor ao outro.

O capítulo sobre o nome se inicia, é claro, pela definição da classe:

(182) - **Nome** (segũdo a difinçã dos grammaticos): **é aquelle q ue se declina per cásos sem tẽpo sinificãdo sempre algũa cousa que tẽha corpo, ou sem corpo.** Que tẽha corpo: como, hómẽ, páo, pédra. Sem corpo, Grãmatica, çiência, doutrina. E cáda hum dos Nomes tẽ estes **açidẽtes**, Calidãde, Espécia, Figura, Género, Numero, Declinaçã per cásos, dos quáes açidẽtes ueiamos particularmẽte.

(João de Barros, 1540, p. 9, grifos nossos).

Seguindo o mesmo procedimento de Dionísio Trácio, Donato e autores congêneres, citados no trecho pelo vago e genérico rótulo de “os gramáticos”, Barros define o nome por meio de critérios morfológicos e semânticos. Trata-se de uma parte da oração que morfológicamente se declina apenas por casos e que semanticamente significa uma coisa com ou sem corpo. Assim como os seus predecessores, ele traz exemplos curtos e hipotéticos, além dos acidentes em função dos quais se classificam os nomes. As classificações nominais são as seguintes:

- 1) Quanto à qualidade: próprio (*Lisboa, Roma, César*) e comum; substantivo (*cavalo, touro*) e adjetivo (*formoso, bravo*); relativo (*que*) e antecedente.
- 2) Quanto à espécie: primitivo (*cidade, corte, casa*) e derivado (*cidadã, cortesã, caseiro*), que se dividem em oito tipos: patronímico, possessivo, diminutivo, aumentativo, comparativo, denominativo, verbal e adverbial.
- 3) Quanto à figura: simples (*justo*) e composto (*guarda-porta*).
- 4) Quanto ao gênero: masculino (*homem*), feminino (*mulher*), neutro (*o pecar*)²⁴⁴, comum a dois (*inventor*)²⁴⁵, comum a três (*triste*), duvidoso e confuso.

²⁴³ (*Grammatica de la lingua castellana*, Libro V. Cap. 1-2. fol. 55 r.).

²⁴⁴ Barros inclui no gênero neutro a denominação das letras (*a, b, c*) e os infinitivos substantivados, como *o pecar*.

5) Quanto ao número: singular (homem) e plural (homens).

6) Quanto à declinação por casos: nominativo (a rainha), genitivo (da rainha), dativo (à rainha), acusativo (a rainha), vocativo (ó rainha) e ablativo (da rainha).

Sobre esse quadro classificatório, cumpre fazer algumas observações.

João de Barros classifica o substantivo e o adjetivo como subclasses do nome, e não como classes autônomas conforme fazem os gramáticos contemporâneos. O conceito de adjetivo existia de modo embrionário na Antiguidade, segundo demonstram os nomes de meia significação (*nomina mediae significatione*) ou epítetos (*epitheta*) mencionados por Donato na *Ars Maior*, os quais dependem semanticamente da associação com outro nome, a exemplo de *magnus* (“grande”) e *fortis* (“forte”). Todavia, segundo Robbins (1983, p. 67), o moderno conceito de adjetivo, em oposição ao de substantivo, só tomou forma na Idade Média com Pedro Helias e Tomás de Erfurt. Por esse motivo, é lícito afirmar que as duas primeiras gramáticas portuguesas trazem ressonâncias do pensamento modista, já que ambas operam com essa distinção entre o substantivo e o adjetivo – embora, ironicamente, João de Barros tenha adotado uma explícita *retórica revolucionária* contra os gramáticos especulativos.

Quanto à qualidade, o nome também pode ser relativo ou antecedente. O tal nome relativo, em termos modernos, pode corresponder ao pronome relativo ou aos pronomes oblíquos de terceira pessoa *o*, *os*, *a* e *as*, que se relacionam a outro nome mencionado antes de si, ou seja, a um antecedente. Neste exemplo tirado do próprio texto, o *que* exerce o papel de nome relativo: “os hómẽes que amam a uerdáde, fólgam de â tratár em seus negócios” (BARROS, 1540, p. 11, grifos nossos).

Quanto ao gênero, é digna de nota a presença de um gênero neutro, a que pertencem, segundo João de Barros, a denominação das letras do alfabeto (*a*, *b*, *c* e as demais) e os infinitivos substantivados, como *o pecar*. Contudo, o que o teria levado a classificar esses nomes como neutros tendo em vista que a eles só poderia anteceder o artigo masculino *o*? A resposta é simples: trata-se de paralelismos gramaticais com o latim. Por exemplo, os adjetivos se flexionam no gênero neutro quando se referem a um verbo no infinitivo, como neste célebre verso de Horácio (Odes, III.2.13): *Dulce et decorum est pro patria mori* (“É doce e honroso morrer pela pátria”), em que os adjetivos *dulcis*, *-is* e *decorus*, *-a*, *-um* estão flexionados no neutro para concordar com o infinitivo *mori*. Nesse ponto, Barros diverge de Oliveira (XLIV), para o qual nem mesmo os demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* podem ser enquadrados num gênero neutro.

²⁴⁵ No português arcaico, os nomes findos em *-or* não se flexionavam no feminino, a exemplo de *mãa senhor* (“minha senhora”). Ao que parece, esse traço persistiu até o século XVI.

Mais adiante, vem à tona um assunto de especial interesse a esta pesquisa: as declinações e os casos dos nomes portugueses. A definição barroseana do termo *caso*, transcrita abaixo, elucida bem as ideias do autor sobre o assunto:

(183) - **Casos, sam os termos per onde os nomes pronomes e partiçipios pôdem andár**, os quáes termos dádo que nã mudẽ a sustança do nome: **gouérnã a órdem da oraçám mediante o uérbo**. E por que (como ia disse) por sermos filhos da lingua latina, temos tanta conformidáde com élla, **que conuẽ usármos dos seus termos**: principálmente em cousas que tem seus próprios nomes, dos quáes nã deuemos fogir. (João de Barros, 1540, p. 9, grifos nossos).

O caso se define morfológicamente como um acidente do nome e do particípio que não lhes modifica a substância do ponto de vista ontológico, mas que sintaticamente os faz ordenar a oração por meio de um verbo. João de Barros, insistindo na conformidade do português com o latim e reiterando a sua afiliação teórica à doutrina gramatical dos antigos, propõe que se mantenham os termos latinos na descrição do vernáculo, levando-o a apontar em português a existência dos mesmos seis casos morfológicos: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo.

O autor descreve e exemplifica cada um dos casos em função dos ofícios desempenhados pelo nome na oração. O nominativo dá nome às coisas e indica aquele que é (e.g. *a cobija é raíz de todolos máles*) ou aquele que faz (e.g. *a liberalidáde fáz os príncipes amádos*); o genitivo indica o senhor das coisas (e.g. *De quem é esta árte de grammática? do príncipe nósso senhor*); o dativo designa a pessoa em cujo proveito ou dano se faz alguma coisa (e.g. *Em aprêder, fázes a ty bõa óbra: e ao méstre dás contentamento*); o acusativo indica a coisa feita ou amada (e.g. *os hómẽes bõos amã a uirtude*); o vocativo indica a pessoa a quem chamamos (e.g. *ó piadoso deos, lêbrate de my*); por fim, o ablativo indica a coisa tirada ou apartada de algum lugar (e.g. *eu tiro muita doutrina dos liuros*). Do ablativo deriva ainda um sétimo caso, o efetivo, por meio do qual algo realiza, isto é, se leva a efeito (e.g. *eu tiro muita doutrina dos liuros com meu trabálho*). Conforme se discutirá adiante nas seções relativas à terminologia, Barros trasladou o modelo de sete casos morfológicos abonado por Nebrija na sua gramática latina, e não na sua gramática castelhana²⁴⁶, na qual só constam cinco casos porque ele não reconhece a existência do ablativo em castelhano. Fernão de

²⁴⁶ (*Grammática de la lingua castellana*, Libro V. Cap. 2. fol. 55 v.).

Oliveira, como é sabido, só reconhecia a existência de quatro casos portugueses: prepositivo, genitivo, dativo e pospositivo.

Barros aponta apenas duas declinações para os nomes: uma para aqueles findos em vogal, cujo plural se forma com o acréscimo de *-s* (e.g. *rainha, rainhas*), e outra para aqueles findos em consoante, cujo plural se forma com o acréscimo de *-es* (e.g. *cardeal, cardeaes*²⁴⁷). Nesse ponto, o autor volta a divergir de Oliveira, que propõe quatro declinações portuguesas: os da primeira declinação formam o plural com o acréscimo de uma letra (e.g. *moço, moços*); os da segunda o formam com o acréscimo de sílaba (e.g. *pavês, paveses*); os da terceira o formam com mudança de letra (e.g. *animal, animais*); e os da quarta o formam com mudança de sílaba (e.g. *almeirão, almeirões*).

Uma interessante inovação barrosea para a gramaticografia portuguesa foi a disposição das palavras declináveis em tabelas – uma inovação, aliás, que diz respeito à *camada técnica*. O gramático assim dispõe as flexões casuais do nome *cardeal*, pertencente à segunda declinação:

Figura 19 - A segunda declinação portuguesa, segundo João de Barros (1540)

Segunda declinaçám.	
l. m. r. s. z.	
Numero Singular.	Numero Plural.
Nominatiuo—o cardeál	Nominatiuo—os cardeáes
Genitio—do cardeál	Genitio—dos cardeáes
Datiuo—ao cardeál	Datiuo—aos cardeáes
Accusatiuo—o cardeál	Accusatiuo—os cardeáes
Vocatiuo—ó cardeál	Vocatiuo—ó cardeáes
Ablatiuo—do cardeál	Ablatiuo—dos cardeáes

(BARROS, 1540, p. 25)

A tabela acima é não só uma demonstração cristalina do paralelismo gramatical traçado entre a morfossintaxe latina e a portuguesa, como também uma inovação metalinguística que haveria de se perpetuar na gramaticografia portuguesa pelos seus benefícios mnemônicos. Em sendo a *Grammatica da lingua portuguesa* um tratado de viés pedagógico, é provável que o autor tenha visto as tabelas paradigmáticas como um excelente instrumento de memorização a serviço dos jovens. Segundo Buescu (1984, p. 90), essa técnica de *pilhas de palavras*, usada tanto na declinação nominal quanto na conjugação verbal, não se encontra nem nos gramáticos latinos nem em Nebrija, porém a historiógrafa portuguesa não lhe aponta uma origem.

²⁴⁷ No século XVI, o plural de *cardeal* se grafava *cardeaes*. A forma *cardeais* é posterior.

Barros também trata de outras duas classes declináveis, o artigo e o pronome, sobre os quais convém fazer algumas observações mais pontuais. O artigo, na prática, atua como um elemento constitutivo da declinação dos nomes, na medida em que a retirada dele torna a sentença agramatical. É disso que o autor fala nesta passagem:

(184) - E bem como da liança e ligadura dos neruos se sostem o corpo, **assy do aiuntamento do artigo aos cásos do nome, se compõem a oraçám**, per semelhante exemplo: dos hómões é obrár uirtude, e das áues auoár. Però tirándo aos hómões este artígo, dos, e ás áues, das, diremos. hómões é obrár uirtude, e áues auoár, que nam póde ser mais confusa linguágem.

(João de Barros, 1540, p. 23, grifos nossos).

O artigo é, pois, uma peça fundamental para o entendimento de um texto. Sem ele, seria impossível identificar o caso morfológico do nome e, por corolário, o papel que esse nome exerce na oração (agente, possuidor, beneficiário, paciente, *etc.*). Isso explica a agramaticalidade do “antiexemplo” aduzido no trecho: **hómões é obrár uirtude, e áues auoár*. Todavia, o autor adverte que os nomes próprios fogem à regra por não aceitarem um artigo antes de si. Do ponto de vista paradigmático, o artigo masculino assim se declina no singular: *o* (nominativo), *do* (genitivo), *ao* (dativo), *o* (acusativo), *ó* (vocativo) e *do* (ablativo). À semelhança dos gramáticos gregos, Barros considera que a interjeição interpelativa *ó* é uma forma flexionada do artigo, porém, noutras partes do tratado, ele a vê como interjeição.

O pronome, por seu turno, se define como uma parte da oração posta no lugar do nome e apresenta os seguintes acidentes: espécie, figura, gênero, pessoa, número e caso. As classificações pronominais advindas desses acidentes são as seguintes:

- 1) Quanto à espécie: primitivo (*eu, tu, si, este, esse, ele*) e derivado (*meu, teu, seu, nosso, vosso*).
- 2) Quanto à figura: simples (*eu, tu, este, esse*) e composto (*eu mesmo, tu mesmo, aqieste, aquesse*).
- 3) Quanto ao gênero: masculino (*este*), feminino (*esta*), neutro (*isto*) e comum a dois (*eu, tu, si*).
- 4) Quanto à pessoa: primeira (*eu*), segunda (*tu*) e terceira (*ela*).
- 5) Quanto ao número: singular (*eu*) e plural (*nós*).
- 6) Quanto ao caso: nominativo (*eu, tu*), genitivo (*de mim, de ti*), dativo (*a mim, a ti*), acusativo (*me, te*), vocativo (*ó eu, ó tu*), ablativo (*de mim, de ti*).

Tais classificações divergem em alguns pontos do que disseram outros gramáticos aqui estudados. Em primeiro lugar, Barros classifica o pronome *isto* como neutro numa clara analogia com o latim *istud*, ao passo que Oliveira fala aí em gênero indeterminado. Em segundo lugar, Barros inclui uma forma vocativa no paradigma de declinação dos pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas *eu* e *tu* sem dar explicações nem exemplos, no que diverge de quase todos os seus predecessores. Com efeito, Apolônio Díscolo (III, 37-39) e o seu epígono Prisciano de Cesareia (XVII, 190-191) negavam categoricamente que o pronome *tu* pudesse ser uma forma de vocativo. Nebrija²⁴⁸, por seu turno, reconhece a existência de uma forma vocativa para as segundas pessoas (*tu* e *vós*), mas não para as primeiras (*eu* e *nós*).

Encerrados os capítulos sobre as partes da oração declináveis, o autor volve-se para o verbo, que, ao lado do nome, desempenha um papel de relevo análogo ao de um rei num jogo de xadrez. Ele assim o define:

(185) - **Verbo** (segundo difinçám de todos los grãmáticos) é **hũa uóz ou palaura que demóstra obrár algũa cousa**: o quáil nam se declina como o nome e prónimo per casos, mas coniugase per módos e tempos, como ueremos per suas coniugações.

(João de Barros, 1540, p. 35, grifos nossos).

O verbo se define semanticamente como uma palavra que designa ação (*i.e.* “obrar alguma coisa”) e morfologicamente como uma palavra conjugável por tempos e modos. Barros traz logo de início dois pares de classificações verbais: o primeiro par opõe o verbo substantivo *ser* aos verbos adjetivos, que englobam todos os demais existentes na língua; o segundo diz respeito aos verbos pessoais e aos impessoais. Em seguida, o autor apresenta os seguintes acidentes verbais e as classificações advindas deles, às quais se seguem algumas observações e comentários:

- 1) Quanto ao gênero: ativo (*amo*) e neutro (*estou, ando, venho, vou, fico*).
- 2) Quanto à espécie: primitivo (*amo*) e derivado (*desamo*); dentre os derivados: aumentativo (*branquejar*), diminutivo (*choramingar*), denominativo (*armar*, oriundo do nome *arma*) e adverbial (*avantejar*, do advérbio *avante*).
- 3) Quanto à figura: simples (*conheço*) e composto (*desconheço*).

²⁴⁸ (Libro V. Cap. 2-3. fol. 57 r. e fol. 57 v.).

- 4) Quanto ao tempo: presente (*amo*), passado por acabar (*amava*), passado acabado (*amei*), passado mais que acabado (*amara, tinha amado*), vindouro / futuro (*amarei*) e outros.
- 5) Quanto ao modo: indicativo (*leio*), imperativo (*lê*), optativo (*lesses*), subjuntivo (*continuasse*) e infinitivo (*conceder*).
- 6) Quanto à pessoa: primeira (*eu leio*), segunda (*tu ouves*) e terceira (*aquela ama*).
- 7) Quanto ao número: singular (*leio*) e plural (*lemos*).
- 8) Quanto à conjugação: primeira (*amar, namorar*), segunda (*ler, escrever*), e terceira (*ouvir, ir*).

Barros apresenta dois dos cinco gêneros de verbo arrolados por Donato na *Ars Maior*: de um lado, o verbo ativo, que pode ser convertido numa forma passiva e cuja ação incide sobre outro ser ou coisa (*e.g. amo*) e, de outro, o verbo neutro, que não pode ser convertido numa forma passiva e cuja ação não incide sobre outro ser ou coisa (*e.g. fico*). A princípio, tratar-se-ia de uma definição meramente semântica, porém o autor também ressalta que o ser ou a coisa sobre a qual incide a ação do verbo ativo fica, do ponto de vista morfossintático, no caso acusativo, como ele mesmo exemplifica em: *Eu amo a verdade* (acusativo). Pela terminologia gramatical de Prisciano de Cesareia, os verbos ativos correspondem aos transitivos, e os neutros correspondem aos intransitivos, mas João de Barros só se aprofunda no tema da transitividade no capítulo concernente ao regimento verbal. Aliás, também chamam a atenção, no âmbito terminológico, as denominações vernáculas para os tempos verbais: *passado por acabar* (pretérito imperfeito), *passado acabado* (pretérito perfeito), *passado mais que acabado* (pretérito mais-que-perfeito) e *vindouro* (futuro). Os capítulos seguintes da obra trazem os paradigmas de conjugação verbal, dispostos em tabelas ou pilhas, além de uma descrição dos tempos compostos em português.

Nos demais capítulos de Etimologia (*i.e.* Morfologia), o gramático renascentista passa a descrever as partes da oração invariáveis: advérbio, preposição e interjeição. Não há capítulo dedicado à conjunção, como é sabido, pelos motivos já aventados.

O advérbio assim se define:

(186) - **Auérbio** é hũa das nóue pártes da óraçã *que* sêpre anda cõiũta e coseita cõ o **uérbo**, e daqy tomou o nome: por *que*, ad, quér dizer cerca, e cõpósto cõ, uerbũ, fica aduerbiũ *que* quér dizer, açerca do uérbo.

(João de Barros, 1540, p. 55, grifos nossos).

Relembrando as palavras ditas pelo autor nos capítulos iniciais da sua gramática, o pronome atua como a dama do nome, e o advérbio atua como a dama do verbo, consoante a própria etimologia do termo: *ad + uerbum*. Ele exemplifica que o advérbio *muito*, na frase *Eu amo muito a verdade*, expressa a quantidade de amor que se tem por alguma coisa. Por ser uma classe invariável, o advérbio possui apenas três acidentes – espécie, figura e significação –, em função dos quais ele pode classificar-se da seguinte maneira:

- 1) Quanto à espécie: primitivo (*muito*, *pouco*) e derivado (*mal*²⁴⁹).
- 2) Quanto à figura: simples (*ontem*) e composta (*anteontem*).
- 3) Quanto à significação, pode denotar: lugar (*aqui*), tempo (*ontem*), quantidade (*muito*), qualidade (*bem*), afirmação (*sim*), negação (*não*), dúvida (*quicá*), demonstração (*eis*), chamamento (*olá*), desejo (*oxalá*), ordenação (*depois*), pergunta (*como*), ajuntamento (*juntamente*), apartamento (*afora*), juramento (*em verdade*), despertar (*eia*), comparação (*assim*) e acabamento (*finalmente*).

As circunstâncias expressas pelo advérbio são muitas e com frequência variam entre os gramáticos. Donato propõe na *Ars Maior* incríveis 24 tipos adverbiais quanto à significação, ao passo que João de Barros propõe 16 na *Grammatica da lingua portuguesa*. Em períodos posteriores da gramaticografia portuguesa, os autores foram paulatinamente condensando essas classificações semânticas.

Em seguida, há um breve capítulo sobre a preposição, que se liga a outras partes do discurso por ajuntamento ou composição, conforme defendiam os antigos. Por ajuntamento, ela pode associar-se a nomes, artigos, pronomes ou participios, compondo as respectivas declinações e regendo algum dos casos oblíquos, e mais raramente a advérbios. Na frase *eu uou á escola*, o *a* se liga ao nome *escola* por ajuntamento e rege o caso acusativo. Por composição, ela pode associar-se a nomes, verbos ou participios, desempenhando, em termos modernos, o papel de um prefixo, como na frase *eu apróuo tua doutrina*, em que o *a* se compõe com um verbo: *aprovo*. Barros aponta um único acidente para a preposição, a figura, com base no qual ela pode ser singela (e.g. *cerca*) ou dobrada (e.g. *acerca*).

É de especial interesse à pesquisa este trecho em que Barros informa os casos regidos pelas preposições:

²⁴⁹ Segundo Barros, o advérbio *mal* (< latim *male*) deriva de *mau* (< latim *malum*).

(187) - Estas preposições hũas **régem genitiuo**, outras **datiuo**, outras **acusatiuo**, e outras **ablatiuo**. As do genitiuo, sam, de, do. As do datiuo. á, ao, pera. As do *acusatiuo* á, ante, diãnte, antre, cõtra, per, por. As do ablatiuo, Com, em, no, na, sem. (João de Barros, 1540, p. 58, grifos nossos).

Outra vez, observa-se um rigoroso paralelismo gramatical do latim com o português. Afinal, de que outra maneira se poderia afirmar que a preposição *a* rege acusativo ou dativo sem ter em mente as construções latinas correspondentes? Na frase *eu vou á escola*, Barros afirma que o *a* rege um acusativo baseando-se num paralelismo morfossintático com a construção latina correspondente, com o verbo *ire* mais a preposição *ad* seguida de acusativo. Seria algo como: *ego ad scholam eo* (“eu vou à escola”). A preposição *a* rege dativo quando o nome por ela regido designar algo ou alguém em cujo proveito ou dano se faz alguma coisa, segundo ele mesmo descreve neste exemplo citado no capítulo sobre os casos morfológicos: *Em aprêder, fâzes a ty bõa óbra*, que em latim seria algo como *Discendo faces tibi bonum opus*. Além disso, as preposições de acusativo arroladas no trecho (*ante, diante, entre, contra, per* e *por*) assim se classificam porque elas regiam esse mesmo caso em latim (e.g. *ante amicum, inter amicos, contra amicum, per amicum*)²⁵⁰. A mesma observação vale para as preposições de ablativo.

A parte de Etimologia se encerra com um brevíssimo capítulo sobre a interjeição, que, nas palavras do autor, nada mais é “*que hũa denotaçã do que a álma padeçe*” (BARROS, 1540, p. 58). Citam-se alguns exemplos de interjeição e o estado de espírito expresso em cada um deles (e.g. *Ay, oy, ex: sam de quem sente dor. Há, há, he: de quem ry. Iesu: de quem se espanta. Ay ay, de quem sinte prazer achando...*).

Finda a parte de Etimologia, inicia-se a parte de construção (*i.e.* Sintaxe), a que João de Barros dedica apenas oito páginas da sua gramática. A princípio, não parece ser nada muito expressivo, mas há um salto quantitativo considerável em relação à gramática do seu antecessor, na qual consta pouco mais de uma página sobre esse tema. O tratado barroseano discorre sobre duas questões sintáticas fulcrais: a concordância e o regimento (*i.e.* regência).

A concordância, segundo ele, é uma conveniência entre dicções correspondentes uma à outra nos respectivos acidentes. Entre o nome substantivo e o nome adjetivo, há concordância de gênero, número e caso, como em *Os hómẽes bõos*; entre o relativo e o seu antecedente, há concordância de gênero, número e pessoa, como em *eu amo os moços os*

²⁵⁰ Exemplos nossos, e não do autor.

quães fólgam de aprender; por último, entre o nominativo e o verbo, há concordância de número e pessoa, como em *eu amo*. Assim aparece descrito o primeiro desses três exemplos:

(188) - As dições *que* cõuẽ em numero género e cáso sam os **nomes sustantiuos** com os seus **aietiuos**, per semelhante exêplo: Os hómẽes bõos. Aqui estam os hómẽes por nome sustãtiuõ ã numero plurár: e sam do género masculino, e estám no caso noĩatiuo, como se póde uer per suas régras. A todas estas cousas correspõde o nome aietiuo, bõos, cõ *que* perfeitamẽte reçebemos aquella notiçia, os hómẽes bõos. E nã diremos, hómẽ boa, ca desfaleçe **a natural órdẽ da cõstruiçã** per *que* nos auemos de entẽder e pareçerá mais fála de negros *que* de bõ portugues.

(João de Barros, 1540, p. 60, grifos nossos).

Para o autor, as regras de concordância seguem uma espécie de ordem natural às construções portuguesas, como se a combinação harmônica entre o substantivo e o adjetivo resultasse de uma norma imposta pela própria natureza, e não de regras prescritas arbitrariamente pelos gramáticos. Segundo Diana Barros (2001, p. 21), é justamente esse o ideal de norma preponderante na obra, qual seja, o ideal de uma norma natural e homogeneizante, de modo que a construção **homem boa* seja demasiado esdrúxula aos ouvidos lusófonos. No fim do trecho, há ainda uma informação interessante do ponto de vista da *camada contextual-institucional*: a antipatia de João de Barros pela fala dos povos recém-colonizados – os negros, no caso em tela –, a quem ele atribui o uso da referida construção viciosa. Em sendo ele feitor da Casa da Índia, é natural que estivesse a par dos assuntos ultramarinos do reino e tivesse algum contato com o português falado no ultramar.

Na sequência, Barros se debruça sobre o regimento (*i.e.* regência) de cada parte da oração, começando pelos verbos. Nas palavras do autor, o verbo pessoal “ou pássa a sua auçám em outra cousa, ou nam” (BARROS, 1540, p. 62), ou seja, a ação expressa pelo verbo pessoal pode ou não incidir sobre outra coisa. Caso incida, trata-se de um verbo transitivo; caso não incida, trata-se de um verbo neutro. Os transitivos variam em função do caso morfológico em que se põem os nomes ou os pronomes aos quais se direciona a ação verbal: genitivo, dativo, acusativo, ablativo ou mais de um caso simultaneamente. Segundo ele, regem o genitivo os verbos *maravilhar-se*, *lembrar-se*, *esquecer-se*, *usar*, *carecer* e outros tantos que requeiram a preposição *de* (*e.g. marauilhome da grãdeza de deos, lembrome dos seus benifiçios*). Regem o dativo os verbos *comprazer*, *obedecer* e outros que expressem a ideia de proveito ou dano a alguma coisa (*e.g. siruo a deos, obedeço a elrey, aproueito a meus*

amigos). Regem o acusativo, diz ele, os verbos propriamente transitivos como *amar* e *ler* (e.g. *Amo a uirtude, leo os liuros*). Há também os verbos que se constroem com mais de um caso: os que regem genitivo ou ablativo depois do acusativo e significam “encher ou uazár alguma cousa” (e.g. *eu enchy a cása de trigo, e uazey a bolsa de dinheiro*), e os que regem um dativo depois do acusativo (e.g. *Eu dou graças a deos, fáço bẽ aos próues²⁵¹*). Por último, há os verbos neutros, cujas ações não passam a outras coisas e que só se ligam a nomes depois de si por meio de preposição (e.g. *Estou na igreja, uou á escóla, uigio de dia*). Toda essa descrição de João de Barros evidencia o paralelismo existente entre os termos designativos dos casos morfológicos (genitivo, acusativo, dativo e ablativo) e os modernos termos da oração (objeto direto e objeto indireto), embora eles pertençam a redes conceituais distintas, conforme se tem defendido desde o início da tese. À semelhança de gramáticos atuais, Barros dá a entender que, na sentença *Estou na igreja*, o sintagma preposicional [*na igreja*] seria um termo acessório ou um complemento circunstancial, haja vista que ele classifica o verbo *estar* como neutro, e não como transitivo.

Também é digno de nota, do ponto de vista da *camada documental*, o teor religioso e moralista dos exemplos explicativos apresentados pelo autor, que visava tanto ao preparo intelectual quanto ao preparo moral da mocidade portuguesa. Nas gramáticas de Tomás de Erfurt e de Fernão de Oliveira, também se encontram sentenças de teor religioso (e.g. *Amo Deum e Deus castiga o homem*), mas não com a mesma frequência²⁵². A preferência por esses temas é um reflexo da época e do meio vivenciados por João de Barros e concernem, é claro, à *camada contextual-institucional* da sua gramática.

Os nomes e os advérbios também possuem o seu próprio regimento. Nomes apelativos em geral podem reger o genitivo (e.g. *A ley de deos, na ordenaçã delrey, ao filho do conde*), enquanto os nomes adjetivos podem reger o genitivo ou o dativo (e.g. *cobiçoso de honrra, pródigo de dinheiro, mánsa aos humildes, cruél aos soberbos, brándo aos seus*). Os advérbios geralmente regem o genitivo (e.g. *asáz de dinheiro, muito disto, pouco de proueito*). Esses exemplos explicativos incluem o que os gramáticos de hoje chamam de adjunto adnominal e complemento nominal. Barros não fez semelhante distinção entre um genitivo agente (e.g. *a ley de deos*) e um genitivo objeto (e.g. *pródigo de dinheiro*) porque provavelmente a ele só

²⁵¹ *próues = pobres*.

²⁵² Leite (2007, p. 266) apresenta uma distribuição temática e quantitativa dos exemplos explicativos constantes na obra e aponta os seguintes números: de um total de 132 exemplos, 11 são relativos à cultura, 40 à escola, 13 à Geografia, 30 à História e à Mitologia, 6 à moral, 5 ao paço, 22 à religião e 5 à vida ordinária.

interessavam o aspecto formal do nome regido e o paralelismo gramatical deste com o genitivo latino.

Os capítulos relativos à Sintaxe se encerram com alguns comentários sobre o regimento das preposições, das conjunções e das interjeições. As preposições, como o próprio autor descreve na parte de Etimologia, regem os quatro casos oblíquos: genitivo, dativo, acusativo e ablativo. Sobre as conjunções, limita-se o gramático a classificá-las em copulativas e disjuntivas, que não estabelecem na prática uma relação de regência para com outras partes da oração. As interjeições, todavia, podem reger um genitivo (*e.g. ay de aquelles que têm pouca fazenda*).

No capítulo intitulado *Das figuras*, João de Barros enumera, descreve e exemplifica não só as figuras, como também os vícios de linguagem, caminhando por uns e outros de maneira não muito ordenada. As figuras assim se definem:

(189) - **Figura** (segũdo difinçã de **Quintiliano**) é hũa fôrma de dizer per algũa árte nõua, Estas figuras se diuidẽ ã dous gêneros, de que depẽdẽ muitas espécias, Ao primeiro uiço chamamos **Bárbarismo**, e ao segũdo **Solaeçismo**.
(João de Barros, 1540, p. 67, grifos nossos).

Essa menção a Quintiliano é uma das raras citações nominais de João de Barros às suas fontes, seja da Antiguidade, seja da Idade Moderna. As definições barroseanas de barbarismo e de solecismo se assemelham àquelas presentes na *Institutio Oratoria* (I, V, 6; I, V, 34) e noutras gramáticas da Antiguidade:

(190) - **Bárbarismo**, é uicio que se cométe na escritura de cada hũa das pártes, ou na pronũciaçã.
(João de Barros, 1540, p. 67, grifos nossos).

(191) - **Solaeçismo**, é o segũdo género dos uiçios que podemos cometer, este se cométe na **construiçã** e órдем das pártes, quando dellas usamos per algũ módo apartádo do comũ uso de falár.
(*ibidem*, p. 70, grifos nossos).

Barros manifesta um pendor normativista mais claro ao tratar dos dois principais vícios de linguagem. O barbarismo ocorre em palavras isoladas e, segundo ele, se cometia com frequência nas colônias portuguesas, onde os locais incorreriam em muitos desvios de

norma na tentativa de imitar os falares lusos. Afirma o gramático: “assy nós podemos dizer que as nações de Africa, Guine, Asia Brasil, bárbarizam quando quérẽ imitár a nóssa.” (BARROS, 1540, p. 67). O termo *solecismo*, lembra o autor, remete à cidade grega de Solos no litoral sul da Anatólia, cujo dialeto helênico local se teria corrompido por causa de uma influência deletéria de povos aloglotas que para lá haviam afluído. Em suma, João de Barros se mostra refratário às variações dialetais e reproduz, no âmbito da *camada teórica*, as concepções de língua dos seus antepassados intelectuais, que também imputavam aos povos subjugados a corrupção do idioma.

Para além do barbarismo e do solecismo, constam no capítulo os diversos metaplasmos (*e.g.* prótese, epêntese, parogoge, aférese), dezenas de figuras de linguagem (*e.g.* prolepse, metonímia, antonomásia) e outros vícios (*e.g.* cacófato, pleonasma, anfibologia). Praticamente todos esses termos de origem grega constam na *Ars Maior*, de Donato, e nas gramáticas de Nebrija. Na sua descrição de onomatopeia, observa-se um dos raros exemplos explicativos que o autor tirou do cânone literário: “Como Virgilio, que pera exprimir o som da trombeta, **Taratanra dixit.**” (BARROS, 1540, p. 77, grifos nossos). Contudo, tal exemplo de onomatopeia foi colhido na Literatura Latina, e não na Portuguesa.

4.8.7.2 Resumo sobre a *Grammatica da lingua portuguesa*

Para encerrar estas extensas linhas sobre a *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), é oportuno radiografar a obra por meio do *modelo de camadas* de Swiggers (2004), seguindo-se os procedimentos habituais desta tese. Na *camada teórica*, nota-se uma adesão explícita do autor à vertente greco-latina da ciência gramatical, cujo ideal de língua homogênea se baseia no uso corrente entre os indivíduos mais cultos de um determinado lugar. Nesse sentido, João de Barros diverge em parte do seu antecessor Fernão de Oliveira, que apresentou alguns casos concretos de variação linguística sem fazer, o mais das vezes, um juízo de valor negativo e sem relegá-los a uma corrupção do idioma. Ambos os gramáticos abordam, em maior ou menor grau, a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe nas respectivas obras, mas, dentre eles, apenas João de Barros discorre sobre Estilística ou, mais especificamente, sobre as figuras e os vícios. Na *camada técnica*, o tratado barroseano se enquadra no gênero textual conhecido como *ars grammatica*, em que se faz uma exposição metódica e concisa das unidades linguísticas, começando pelas respectivas definições, passando pelos exemplos explicativos e culminando em eventuais exceções ou irregularidades. A adesão de Barros ao modelo gramatical dos antigos se manifesta de maneira ainda mais clara na transladação da

terminologia latina para a realidade vernácula. Baseando-se na assunção de que o português seria a língua mais assemelhada ao latim, ele aplicou *in totum* os termos designativos dos casos morfológicos ao seu idioma pátrio, traçando paralelismos morfossintáticos evidentes com a língua de Roma: *o cardeal* (nominativo), *do cardeal* (genitivo), *ao cardeal* (dativo), *o cardeal* (acusativo), *ó cardeal* (vocativo) e *do cardeal* (ablativo). Nesses dois pontos, a divergência entre Barros e Oliveira torna-se mais nítida, na medida em que este se permitira não só discorrer mais livremente sobre os fatos de língua, como também fazer algumas adaptações terminológicas nas suas categorias descritivas, em vez de simplesmente transladar *ipsis litteris* os termos latinos. Do ponto de vista metalinguístico, é também digna de nota a disposição dos paradigmas flexionais do nome e do verbo em tabelas ou pilhas na gramática de João de Barros – algo inovador para a época. Na *camada documental*, os autores convergem em alguns pontos, mas divergem noutros. Ambos se servem quase sempre de exemplos hipotéticos e muito raramente de exemplos tirados do cânone literário, porém Oliveira se diferencia dos demais nomes aqui estudados porque ele coletou parte de seus dados linguísticos na oralidade, e não na escrita. Na *camada contextual-institucional*, ambos convergem, é claro, porque eram contemporâneos, tinham formação humanista e até se conheciam pessoalmente. Nas duas obras, nota-se um patriotismo linguístico decorrente da conjuntura sociopolítica em que eles viveram, quando Portugal desfrutava de protagonismo político e ostentava a sua opulência econômica no auge do comércio de especiarias. As tentativas de equiparação do português às línguas clássicas também se explicam por uma conjuntura europeia mais ampla, à época do Renascimento.

4.8.7.3 Comentários sobre o *Da orthografia* e o *Diálogo em louvor de nossa língua*

As duas derradeiras partes do tratado pedagógico de João de Barros se chamam *Da orthografia* e *Diálogo em louvor de nossa língua*, sobre os quais convém tecer alguns comentários mais breves.

Na parte de ortografia, o autor aborda a classificação das letras, as regras gerais de Ortografia, as particularidades ortográficas de certas letras e, por fim, um tema ausente na gramática do seu antecessor Fernão de Oliveira: a pontuação. As letras se classificam em vogais e consoantes, e estas se subdividem em mudas (*b, c, d, f, g, p, q, t*) e meias vogais (*l, m, n, r, s, x, z*). As mudas são as que só podem ser pronunciadas com apoio vocálico, as meias vogais são aquelas cujas denominações possuem uma vogal antes e depois de si (*e.g. ele, eme, ene, erre, esse, etc.*). Dentre as mudas, existem ainda as líquidas (*l, m, r*), assim chamadas por

terem uma prolação mais fluida e, às vezes, pouco perceptível. A regra geral de Ortografia abonada por Oliveira, Barros e outros tantos gramáticos é a mesma: escrever como se pronuncia, sem letras a mais ou a menos. Por esse motivo, João de Barros critica a ortografia francesa e a italiana, alegando que nelas se empregam muitas letras ociosas, embora ele contraditoriamente consinta com o emprego de consoantes dobradas por motivação etimológica (*e.g. grammatica* e *anno*). Nos capítulos seguintes, o autor descreve as particularidades ortográficas de certas letras, fornecendo aos foneticistas e aos linguistas históricos possíveis pistas de como o português era pronunciado em meados do século XVI. Por exemplo, segundo o autor, o *á* grande (aberto) corresponde à preposição *a* e à terceira pessoa do singular do verbo *haver*, que atualmente se grafa *há*; por outro lado, o *a* pequeno (fechado) corresponde ao artigo feminino singular *a* e ao relativo *a* (em termos modernos, o pronome oblíquo de terceira pessoa). O *z* seria a abreviatura de outras duas letras, *s* e *d*, atuando aí como um dífono pela terminologia atual. Baseando-se provavelmente em Quintiliano, João de Barros julga defensável o abandono da letra *q*, cujo papel poderia ser cumprido sem prejuízo pela letra *c*; no entanto, ele ainda consente com o emprego do *q* por se dizer receoso de muita novidade na língua. No breve capítulo sobre a pontuação, o gramático enumera os principais sinais utilizados à época: coma, colo, verga, parêntese e interrogação. Embora os critérios de pontuação fossem ainda pouco nítidos no século XVI, esse tema é de algum interesse a esta pesquisa porque sempre há boas grandes chances de os autores passarem ao menos tangencialmente por questões sintáticas ao descreverem o emprego das vírgulas e dos pontos. A passagem seguinte é um exemplo disso:

(192) - As paláuras que iázem antre dous cólos, se chamam, **clausula**, ao nósso módo: e segundo os gregos, **período** a que os latinos chamam **termo**.

(João de Barros, 1540, p. 98, grifos nossos).

Barros define a cláusula como um conjunto de palavras que jazem entre dois colos e aponta dois correspondentes terminológicos: em grego, *período* (< περίοδος, de περί + ὄδος) e, em latim, *termo* (< *terminum*). Segundo o vocabulário gramatical de hoje, a palavra ou ao conjunto de palavras que jazem entre um ponto e outro se pode chamar genericamente de *frase* ou, no âmbito da Sintaxe Tradicional, de *período*, que pode ser simples ou composto desde que haja uma ou mais orações em sua estrutura.

O *Diálogo em louvor de nósua línguagem* é um diálogo entre pai e filho, que conversam sobre a origem e o prestígio das línguas. Nos parágrafos iniciais, ambos discutem

qual seria a língua mais antiga do mundo e para isso fazem várias alusões a mitos greco- latinos e bíblicos, manifestando clara preferência pelo mito da Torre de Babel, segundo o qual o deus abraâmico teria modificado o significado das palavras originais a fim de gerar confusão entre os humanos pecadores, que estavam erigindo a torre em direção aos céus. Na visão dos interlocutores, o hebraico, o grego e o latim são as línguas antigas de maior prestígio porque nelas foi escrito o letreiro que Pôncio Pilatos mandou pôr na cruz de Jesus Cristo, segundo o Evangelho de João (19,19-22). Dentre as línguas modernas, o português é que seria a mais louvável porque teria mais conformidade com o latim, embora essa tentativa de equiparar um idioma ao outro na verdade transcenda as eventuais semelhanças físicas que eles tenham entre si. De fato, é uma tentativa de equiparar as glórias de Portugal às glórias do poderoso Império Romano, já que ambos impuseram as respectivas línguas aos povos subjugados. Ao cabo, o filho defende que se aprenda na escola o vernáculo antes do latim. Como é sabido, todo esse pendor religioso mesclado com o ufanismo patriótico é fruto da conjuntura quinhentista em que João de Barros estava inserido.

4.8.8 A terminologia sintática na *Grammatica da lingua portuguesa: a camada técnica*

4.8.8.1 Sobre a Sintaxe

João de Barros, diferentemente do seu antecessor Fernão de Oliveira, de fato adentra na Sintaxe e discorre sobre as regras gerais de concordância e regência, chamada por ele de regimento. O autor assim define esse nível linguístico:

(193) - Te quy, tratamos das primeiras tres pártes da grãmática .s. letera, syllaba, diçã: fica agóra uermos a quàrta que é da **cõstruiçã**, Esta (segundo difincã dos grãmáticos) é hũa **cõueniêcia** antre pártes, póstas ã seus naturáes lugáres: per as quáes uimos ã cõhiçimêto dos nóssos cõçeitos.

(João de Barros, 1540, p. 59, grifos nossos).

Assim como Fernão de Oliveira, João de Barros opta por empregar o termo de origem latina *construção* em referência ao nível sintático, embora, nas páginas iniciais da sua obra, também empregue o termo de origem grega *sintaxe*. As definições de ambos os autores são quase idênticas: o primeiro fala em composição ou concerto que as palavras têm entre si, e o segundo, em conveniência entre as partes (da oração), postas nos devidos lugares. O termo latino *conuenientia*, que aparece em Varrão, Prisciano, Tomás de Erfurt e noutros gramáticos, pode se referir ao processo de concordância ou, numa acepção mais ampla, ao modo correto

de construir orações, incluindo aí os aspectos regenciais e posicionais de uma sentença. No trecho acima, Barros emprega o correspondente etimológico *conveniência* nessa segunda acepção.

4.8.8.2 Os casos morfológicos em português: um erro de análise? Um artificialismo teórico ou metalinguístico?

Nas seções anteriores, foi dito que João de Barros aplica *in totum* a terminologia de caso latina ao português a fim de estabelecer paralelismos morfossintáticos com a língua de Roma – um procedimento metalinguístico justificável, na visão do gramático renascentista, porque ele reputa o seu idioma pátrio como aquele que mais possui conformidade com o latim. Em havendo tal conformidade, cabia-lhe empregar os mesmos termos presentes nas gramáticas latinas, de modo que a declinação dos nomes portugueses assim se fizesse: *a rainha* (nominativo), *da rainha* (genitivo), *à rainha* (dativo), *a rainha* (acusativo), *ó rainha* (vocativo) e *da rainha* (ablativo). Diante disso, cabe fazer o seguinte questionamento: tal paralelismo morfossintático não seria por demais artificial e forçado tendo em vista que as línguas românicas sequer herdaram as desinências de caso do latim? Eis a opinião de Marli Quadros Leite:

O autor [*i.e.* João de Barros] partiu da “teoria das partes do discurso” greco-latina e nela “encaixou” a descrição da língua portuguesa, **sem muita visão crítica sobre as particularidades dessa língua**, tanto que “encontrou” declinação para artigos, nomes, e pronomes. (LEITE, 2007, p. 107).

Leite (2007), noutras palavras, argumenta que as tais declinações portuguesas não constituem uma realidade linguística e que João de Barros as teria criado de maneira acrítica e artificial para forjar similitudes gramaticais com o latim e assim dar ares de nobreza à sua própria língua. Isso explica por que ela pôs o verbo *encontrar* entre aspas: “tanto que ‘encontrou’ declinações para artigos, nomes, e pronomes.” (*ibidem*). Noutra passagem do seu livro, Leite (2007, p. 173) torna a dirigir duras críticas Barros alegando, entre outras coisas, que ele faz uma descrição insatisfatória dos plurais portugueses:

Observa-se, contudo, que descrever aspectos próprios da língua é ofício de verdadeiro estudioso da língua o que, como se pode perceber, **ele [Barros] não era**. A questão do plural, por exemplo, que revela a dificuldade do autor será adiante retomada. (LEITE, 2007, p. 173, grifos nossos).

Em resumo, Leite (2007) questiona a própria capacidade de João de Barros como analista da língua e, por esse motivo, diverge de Buescu (1984), que tem uma visão positiva

acerca do gramático quinhentista. Veja-se agora a opinião da historiógrafa portuguesa sobre as ditas declinações vernáculas:

Verifica-se que, embora J. de B. apresente uma “declinação”, reconhece perfeitamente a diferença entre a declinação latina e a “variaçám” portuguesa; a disposição que utiliza para o estudo do nome e sua “declinação” não é mais, por conseguinte, que **uma formalidade de efeitos pedagógicos, e não uma realidade linguística aceite pelo autor.** (BUESCU, 1984, p. 69, nota 135, grifos nossos).

Diferentemente do que alega Leite (2007), Buescu (1984) argumenta que a disposição dos nomes em casos e declinações é só uma ferramenta metalinguística para fins pedagógicos, e não o reconhecimento formal de que tais características morfossintáticas tenham persistido desde o latim clássico até a Era Moderna. Este passo da gramática de Barros seria uma prova de que ele não reconhecia formalmente a existência de flexões de caso em português: “Peró uáy o uérbo mudando as terminações e as letras fináes, assy per as pessoas como pelos módos quando ò coniugamos, o que nam fáz o nome acerca de nós: **por que sómente a sua uariaçám é de singular a plurár,** como uimos.” (BARROS, 1540, p. 41, grifos nossos).

Romeo (2022, p. 8) também diverge de Leite (2007) ao negar que João de Barros tenha transladado de maneira acrítica e crua a terminologia latina para a realidade vernácula. Na visão do historiógrafo espanhol, o gramático quinhentista teria empreendido uma aproximação terminológica tentando, à medida do possível, torná-la inteligível ao público lusófono. Um exemplo disso seria o emprego do termo vernáculo *passadores* como sinônimo de *transitivos*, que remete a Prisciano de Cesareia.

Perante essas opiniões divergentes acerca das declinações portuguesas, qual o posicionamento aqui adotado? Desde o início desta tese, tem-se defendido que os termos designativos dos casos morfológicos (*nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo*) cumpriam, na metalinguagem gramatical de outrora, um papel semelhante ao dos chamados termos da oração, que hoje integram o vocabulário técnico da Sintaxe Tradicional (*e.g. sujeito, adjunto adnominal, objeto indireto etc.*). Tendo em vista que esse vocabulário técnico atualmente abonado pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e pela Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP) é muito posterior ao século XVI, a que outra rede terminológica João de Barros poderia ter recorrido para descrever os ofícios do nome e do pronome numa oração? Deveria ter ele cunhado outras categorias descritivas, tal como fizera Fernão de Oliveira em alguma medida ao propor os casos *prepositivo* e *pospositivo* no lugar do *nominativo* e do *acusativo*? Em meados dos anos 1500s, Barros só poderia ter recorrido a duas redes terminológicas para descrever os ofícios do nome e do pronome numa

oração: à rede greco-latina, como de fato o fez, ou à rede modista, que, de acordo com Leite (2007, p. 115-116), era demasiado avançada para a gramatização de vernáculos – afora o fato de que a vertente modista já havia perdido o posto de abordagem dominante há mais de um século.

Destarte, com base no *princípio da contextualização* e no *princípio da imanência* propostos por Koerner (2014, p. 58-59), o posicionamento aqui adotado é de que a aplicação das categorias de caso latina aos nomes, aos pronomes e aos artigos em gramáticas portuguesas **não** constitui um artificialismo, nem na *camada teórica*, nem na *camada técnica*. Embora João de Barros de fato incorra em eventuais erros de análise ou mesmo exagere as semelhanças entre o português e o latim, a disposição dos nomes portugueses em declinações é um procedimento metalinguístico perfeitamente compreensível para a época, e há boas razões para sustentar esse argumento.

Em consonância com o sobredito *princípio da contextualização*, que consiste em contextualizar as principais ideias linguísticas circulantes num determinado lugar e numa determinada época, e com o *princípio da imanência*, que consiste em analisar filologicamente a obra em função do seu próprio contexto histórico e sem anacronismos, foi dito que Barros não dispunha de outras redes terminológicas além da greco-latina e da modista para descrever o ofício dos nomes e dos pronomes numa oração. Ora, o latim continuava ocupando o ápice da vida intelectual na Europa no século XVI e era por excelência a língua da religião, da ciência e da diplomacia, de modo que boa parte do público leitor lusófono à época já estivesse familiarizado com os casos morfológicos latinos e fosse, portanto, capaz de entender os paralelismos morfossintáticos que o autor traçou para descrever as declinações portuguesas, como em: *a rainha* (nominativo), *da rainha* (genitivo), *à rainha* (dativo), *a rainha* (acusativo), *ó rainha* (vocativo) e *da rainha* (ablativo). Aliás, o uso de gramáticas vernáculas era raro na educação institucionalizada e se tornaria ainda mais raro nas décadas seguintes quando os jesuítas tomaram as rédeas da política educacional e instituíram um código pedagógico denominado *Ratio Studiorum* (1599), que proibia o uso do vernáculo no ambiente escolar, em favor da língua de Roma (VIEIRA, 2018, p. 115). Se, por um lado, causaria estranheza a um leitor de hoje ver os nomes portugueses dispostos em paradigmas de declinação, por outro, isso não causaria qualquer estranheza a um leitor quinhentista, que veria o mesmo procedimento metalinguístico noutras gramáticas vernáculas pela Europa e até mesmo em gramáticas de línguas indígenas elaboradas por missionários, de que é exemplo a *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta (1534-

1597), publicada em 1595. Em sendo assim, quando Leite (2007, p. 107) afirma que João de Barros, desprovido de visão crítica, “encontrou” declinações para artigos, nomes e pronomes, ela flerta perigosamente com o anacronismo.

Buescu (1984, p. 69) defende que as declinações portuguesas são “uma *formalidade* de efeitos pedagógicos”, mas, de acordo com as premissas desta tese, elas são mais do que isso, na medida em que Barros descreve e emprega os termos designativos dos casos morfológicos de maneira análoga aos atuais termos da oração abonados pela Sintaxe Tradicional, embora não haja correspondência biunívoca e precisa entre as respectivas categorias gramaticais. Veja-se como o autor descreve e exemplifica o nominativo:

(194) - Chamã os latinos ao primeiro caso, **Nominatiuo**, por ser o primeiro que nomea a cousa: e **nelle está a cousa que é ou a pessoa que fáz** per semelhãte exêplo, a cobiça é raiz de todolos máles. Esta cobiça, ser raiz fica em o caso *nominatiuo*. quem fáz, a liberalidade fáz os príncipes amados. E por esta liberalidade ser autor desta obra, está em o caso *nominatiuo* pela segunda parte da régra.

(João de Barros, 1540, p. 21-22, grifos nossos).

Barros inicia a sua definição pelo aspecto etimológico do termo: o *nominativo* assim de chama por ser o caso que dá nome às coisas. Em seguida, ele evidencia o ofício desse caso numa oração: indicar a pessoa que é ou a pessoa que faz. Os paralelismos possíveis entre essa definição e os aspectos semânticos das chamadas funções sintáticas são bem evidentes, visto que o *sujeito*, pela Sintaxe Tradicional, se define mais vagamente como o ser ou a coisa de que se fala (e.g. *A cobiça é a raiz de todos os males; a liberalidade faz os príncipes amados*), mas, em se tratando de uma sentença na voz ativa, designa justamente o ser ou a coisa que pratica a ação, à semelhança do que afirma Barros sobre o ofício do nominativo. No capítulo dedicado às regras gerais de concordância, o autor ainda traz à baila o aspecto sintático mais saliente do nominativo, qual seja, a concordância dele com o verbo em número e em pessoa, convergindo outra vez com o conceito sintático de *sujeito*. Em suma, as definições barroseanas para os casos morfológicos se baseiam tanto no **ofício** que eles exercem numa oração quanto na **forma física** com que eles se apresentam, reforçando a premissa aqui adotada de que o autor os emprega de modo análogo aos termos da oração pertencentes à Sintaxe Tradicional. Nas tabelas sinópticas dispostas nos anexos, constam as definições dos demais casos e alguns comentários adicionais.

4.8.8.3 O caso efetivo

Barros especula a existência de um sétimo caso morfológico em português, que deriva do ablativo e traz a ideia geral de instrumento. Trata-se do caso efetivo, que, de acordo com o autor, teria sido proposto pelos próprios latinos, mas tal afirmação não deve ser verdadeira – a não ser, é claro, que esse rótulo de *latinos* vá muito além dos gramáticos da Antiguidade ou do início da Idade Média. Com efeito, Quintiliano (I, IV, 26) propunha a existência de um sétimo caso que também trazia a ideia de instrumento, como em *hastā percussi* (“feridos com lança”), mas o mestre em Retórica não o chama de caso efetivo nem lhe dá qualquer nome. Donato também cogitava na *Ars Maior* a existência de um sétimo caso, mas este, na prática, é tão somente um ablativo sem preposição: *oratore magistro utor* (“sirvo-me do orador como mestre”). Segundo Ramajo Caño²⁵³ (1987, p. 106-107), Carísio, Probo e Consêncio só reconheciam a existência dos seis casos latinos tradicionais. Destarte, a provável fonte de Barros deve ter sido a gramática latina de Nebrija, as *Introductiones Latinae* (1496), em que constam o referido caso morfológico e a seguinte definição:

(195) - *Quare dicitur effectivus? Quia in eo caso ponimus instrumentum quo aliquid efficitur, ut ego peto te saxo.*

(Nebrija, *Introductiones Latinae*, in CAÑO, 1987, p. 108, grifos nossos).

Por que se chama [caso] **efetivo**? Porque nesse caso pomos o **instrumento** pelo qual algo se realiza, como em *ego peto te saxo* (“eu te alvejo **com uma pedra**”).

(*ibidem*, tradução, grifos e observações nossos).

O caso efetivo assim se chama porque nele se flexiona o nome da coisa por meio da qual uma ação se realiza, ou melhor, se leva a efeito. A descrição e o exemplo aduzidos por João de Barros vão ao encontro das assertivas de Nebrija:

(196) - Do sexto caso a que chamam, Ablatiuo, se usa, tirado ou apartando a coisa dalgũ lugar per este exemplo, eu tiro muita doutrina dos liuros. E se dissér, eu tiro muita doutrina dos liuros **com meu trabalho**, fica este nome, trabalho, em outro **caso seitimo**, a que os Latinos chamam **effectiuo**. Este caso se rége desta proposiçam com, e nelle está o **instrumento com que obrámos algũa cousa** per o exemplo deçima.

(João de Barros, 1540, 22-23).

²⁵³ CAÑO, Antonio Ramajo. *Las gramáticas de la lengua castellana desde Nebrija hasta Correas*. Ediciones Universidad Salamanca: Salamanca, 1987.

O caso efetivo se constrói, segundo o autor, com o auxílio da preposição *com* e traz a ideia geral de instrumento, conforme foi visto. Portanto, na frase *eu tiro muita doutrina dos liuros com meu trabálho*, o nome *trabalho* é o instrumento por meio do qual se tira doutrina dos livros. O termo *dos livros*, por seu turno, encontra-se no ablativo porque designa a coisa ou o lugar de onde se tira algo.

4.8.8.4 O termo *suposto* em João de Barros: uma reminiscência do pensamento modista?

Na Sintaxe Modista, o *suposto* (< *suppositum*) é um construtível de natureza geralmente nominal a que se junta um construtível de natureza atributiva, o aposto (< *appositum*), para formar uma construção sintática binária do tipo *nome-nome* ou *nome-verbo* (BECCARI, 2013, p. 494). Numa construção do tipo *nome-nome* como *homo albus* (“homem branco”), o substantivo *homo* é o suposto, e o adjetivo *albus* é o aposto. O adjetivo necessariamente depende do substantivo porque a substância possui anterioridade ontológica em relação aos seus acidentes. Numa construção do tipo *nome-verbo* como *Socrates currit* (“Sócrates corre”), o substantivo *Socrates* é o suposto, e o verbo *currit* é o aposto. O verbo também possui valor atributivo na medida em que ele é parafraseável por uma construção copulativa: *currit* → *est currens* (“é um corredor”). O binômio *suposto-aposto* subjaz ao que modernamente se chama de *sujeito e predicado*.

João de Barros emprega o termo *suposto* duas vezes na sua gramática: uma ao tratar de verbos impessoais, outra ao tratar de uma figura de linguagem denominada *hipozensis*. Eis as duas passagens:

(197) - Estes uérbos [impessoais] coniuganse per todolos tempos e módos com este **cáso datiuo** por **soposto**, dizêdo: **A my, a ty, a elle, a nós, a uós**, e a todolos hómêes reléua, compre, cõuem, falár uerdáde.

(João de Barros, 1540, p. 37, grifos nossos).

(198) - **Hipozensis**, quér dizer aiuntamento debaixo. E sendo espécia de Zeuma²⁵⁴, é contraira a ella, ca correspondê muitos uérbos a hum **soposto**, per semelhante exemplo. Elrey dom Ioam o primeiro, uêçeo a batálha réal, e pasou em África e tomou ceita²⁵⁵, aos mouros, e tornou-se a este reino uitorioso, onde faleceo ía de muita idade.

(*ibidem*, p. 71, grifos nossos).

²⁵⁴ Zeuma = zeugma.

²⁵⁵ ceita = Ceuta (cidade tomada aos mouros).

Os dois trechos suscitam o seguinte questionamento: o termo *suposto* representa em tais passagens uma reminiscência do pensamento sintático modista em João de Barros, não obstante a *retórica revolucionária* que o autor lança contra essa vertente gramatical nas páginas iniciais da sua obra? A resposta a essa pergunta não é tão óbvia, mas é de fato provável tratar-se do termo modista estudado nos capítulos anteriores. No século VI d.C., Prisciano de Cesareia empregara nas *Institutiones Grammaticae* o termo latino *suppositum* como possível tradução para o grego ὑποκείμενον, utilizado pelo seu mestre Apolônio Díscolo no Περὶ Συντάξεως. Nas respectivas obras, *suppositum* e ὑποκείμενον possuem uma acepção mais ontológica do que sintática, isto é, eles se referem antes a seres ou coisas extralinguísticos do que a termos estruturais de uma oração. Isso explica por que os tradutores franceses verteram *suppositum* por *réfèrent* na sua tradução do livro XVII das *Institutiones Grammaticae*. Quando Barros afirma que se usa um dativo na condição de suposto em *A mim cumpre dizer a verdade*, ele aparenta se referir ao **sujeito nocional** do verbo *dizer*, e não ao sujeito sintático, com o qual há de concordar o verbo (ROMEO, 2022, p. 10-11). Noutras palavras, a sentença *A mim cumpre dizer a verdade* é parafraseável por *Eu devo dizer a verdade*, em que o nominativo *Eu* de fato atua como um suposto, tendo como o seu aposto o verbo finito *devo* e formando com ele uma construção binária do tipo *nome-verbo*. Com base nesse raciocínio, é lícito afirmar que o dativo *a mim* cumpre aí papel análogo ao de um suposto, na acepção modista do termo. No excerto seguinte, Barros descreve uma figura de linguagem denominada *hipozensis*, formada por uma sequência de verbos que concordam com um único nominativo-sujeito: *Elrey dom Ioam o primeiro, uêçeo a batálha real, e pasou em África e tomou ceita, aos mouros, e tornou a este reino uitorioso, onde faleceo ía de muita idade*. Como esse nominativo também desempenha o papel de suposto numa construção binária do tipo *nome-verbo*, é igualmente possível afirmar que o gramático outra vez tenha recorrido à mesma categoria modista, caracterizando o *empréstimo teórico* descrito por Swiggers (2010b, p. 18-19) nos seus *parâmetros classêmicos*.

Colombat (2017, p. 128-129) adverte que o uso dos termos *suppositum* e *suppost* é muito esporádico na gramaticografia francesa por serem eles frequentemente associados a uma doutrina medieval já decadente no período humanístico. Por esse motivo, o pensamento sintático modista subsistiu de maneira meramente residual na Europa após o século XIV, de sorte que a análise “lógica” das proposições só tornasse a prender a atenção dos estudiosos com o advento da gramática de Port-Royal em 1660, noutra contexto epistemológico.

4.8.8.5 Termos relativos à concordância

Dentre os autores aqui estudados, João de Barros é o primeiro a empregar o termo *concordância*, que é uma inovação terminológica do período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132-133). Ele assim o define:

(199) - **Concordância** é hũa cõueniencia de duas dições correspõdentes hũa á **outra**, em numero, em género: em cáso, pessoa, ou em algũa destas cousas. Em numero, género, e cáso: como o aietiuo cõ seu sustãtiu. Em género, numero, e pessoa: como, o relatiuo e antecẽdẽte. Em numero e pessoa: como, o nominatiuo e uérbo.

(João de Barros, 1540, p. 60, grifos nossos).

Como já foi dito, Barros emprega o termo *conveniência* numa acepção mais ampla, à semelhança do conceito apoloniano de *καταλληλότης* (“coerência”), que diz respeito à boa estruturação sintática de uma oração em geral. Já o termo *concordância* aparece no trecho com a sua acepção hodierna, referindo-se especificamente ao fenômeno de similaridade morfossintática entre palavras que compartilham certos acidentes gramaticais. Assim como Fernão de Oliveira, o autor elenca os três tipos canônicos de concordância: entre adjetivo e substantivo, que concordam em gênero, número e caso; entre o relativo e o antecedente, que concordam em gênero, número e pessoa; entre o nominativo e o verbo, que concordam em número e pessoa.

Dentre os verbos que expressam o conceito sintático de concordância, Barros tem clara preferência pelo verbo *convir*, como neste trecho:

(200) - Tem mais o nome hũa **concordancia**, quando está em o cáso nominatiuo: que á de **cõuir** com o uérbo em numero e pessoa, como quando digo, eu amo.

(João de Barros, 1540, p. 61, grifos nossos).

A preferência de Barros pelo verbo *convir* se explica pelo fato de que os seus predecessores latinos costumavam empregar, entre outros verbos, o correspondente etimológico *conuenire* em semelhantes contextos explicativos. Prisciano, por exemplo, também empregava os verbos *coniungere* e *sociare* nessa mesma acepção.

4.8.7.6 Termos relativos à regência

Similarmente ao que se disse sobre o termo *concordância*, João de Barros é o primeiro gramático estudado nesta pesquisa a empregar o termo *regimento*, que também data do período humanístico. Nele se observa o mesmo radical latino *reg-* de *regência*, que remete ulteriormente ao nome *rex, regis* (“rei”). O autor assim o define:

(201) - **Regimento** é quando **hũa diçám se construe com outra diuêrsa a ella**, per género ou per numero cáso ou pessoa: sómente per hũa espeçíal natureza, **cõ que obriga e sogeita a seguinte a ser pósta em algum dos cásos que temos**, como se uerá ao diante.

(João de Barros, 1540, p. 60, grifos nossos).

Quando o gramático assevera que o regimento é uma propriedade por meio da qual uma palavra ou dicção “obriga e sogeita a seguinte a ser pósta em algum dos cásos que temos”, torna-se nítida a ideia de hierarquia sintática entre certas partes da oração. Assim como um rei obriga e sujeita os seus vassalos à autoridade régia, certas dicções obrigam e sujeitam outras a tomarem este ou aquele caso morfológico, regendo-as. Essa analogia hierárquica entre reis e palavras parece enquadrar-se num dos *parâmetros classêmicos* arrolados por Swiggers (2010b, p. 18-19): o *empréstimo cultural*. Coincidência ou não, o termo *regimento* (ou *regência*) foi cunhado numa época em que as monarquias europeias ocidentais vinham se fortalecendo e centralizando. Todavia, não há evidências suficientes que comprovem a criação do termo com essa conjuntura histórica em particular.

Segundo Colombat (2017, p. 131-132), um dos primeiros autores a utilizar o verbo *reger* em sua acepção sintática foi Guilherme de Conches no século XII, numa época em que se utilizavam muitos outros verbos com semelhante valor terminológico. Barros emprega por diversas vezes o verbo *reger* para indicar os casos oblíquos exigidos por certas dicções, principalmente pelos verbos. Por exemplo:

(202) - Os uérbos que **régem acusatiuo**, própriamête sam os **trãsiuiuos**: como, Amo a uirtude, auorreço o uiçio, leo os liuros, aprendo ciência, ouço grammàtica, e gãho²⁵⁶ honrra.

²⁵⁶ gãho = ganho.

(João de Barros, 1540, p. 62, grifos nossos).

As classificações sintáticas do verbo mencionadas por João de Barros remetem a Donato e Prisciano. Segundo o gramático renascentista, chamam-se *ativos* ou *transitivos* os verbos cuja ação incide sobre outra coisa e *neutros* ou *absolutos* aqueles cuja ação não incide sobre nenhuma coisa. Os termos *ativo* e *neutro* aparecem na *Ars Maior*, enquanto os termos *transitivo* e *absoluto* aparecem nas *Institutiones Grammaticae*. Na Sintaxe Tradicional, os verbos transitivos se classificam como *diretos*, se não exigirem preposição, e *indiretos*, se exigirem preposição, mas, no tratado barroseano, os verbos transitivos se diferenciam pelo caso morfológico em que aparecem os complementos: genitivo, dativo, acusativo ou ablativo.

4.9 Amaro de Roboredo

4.9.1 Do esplendor econômico e cultural português à perda da independência e ao declínio do Humanismo

O início do século XVI parecia anunciar aos portugueses um futuro de prosperidade e opulência sem precedentes na história do reino. Não obstante os receios iniciais do rei Dom Manuel I (r. 1495-1521) de financiar expedições marítimas tão temerárias, Vasco da Gama lograra chegar às Índias em 1498, enquanto Pedro Álvares Cabral, dois anos depois, desembarcara na atual costa brasileira, antes de navegar até o Subcontinente Indiano para tratar dos interesses econômicos da Coroa. Nada parecia obstar às ambições ultramarinas de Portugal.

No entanto, após as malogradas tentativas lusas de fazer acordos comerciais na costa indiana, o rei viu-se impelido a empregar o seu poderio bélico contra os habitantes locais e contra os seus concorrentes árabes e turcos, que também disputavam entre si os lucros do comércio de especiarias. Por meio dessa política mais agressiva, Portugal conseguiu conquistar Goa (1510), Malaca (1511), Ormuz (1515), Diu (1535) e outras localidades, e, antevendo quão difícil seria administrar territórios tão afastados, Dom Manuel I já havia nomeado Dom Francisco de Almeida como vice-rei das Índias Portuguesas em 1505, a fim de que este governasse *in loco* as novas possessões do reino (MAGALHÃES²⁵⁷, 1997a, p. 47-48; 1997b, 442-446). Os lucros auferidos nas colônias do Oceano Atlântico e do Oceano Índico, entre as décadas de 1520 e 1550, dilataram o erário régio a tal ponto que os monarcas portugueses se tornaram os mais ricos da Europa.

A ocupação do Brasil se deu de modo semelhante à ocupação das colônias atlânticas insulares: por meio da concessão de capitânias hereditárias. Todavia, esse sistema fundiário não alcançou os resultados esperados em solo sul-americano porque havia poucos fidalgos portugueses dispostos a investir numa terra tão recôndita e a administrar territórios tão extensos – afora o fato de que o comércio nas Índias se lhes afigurava muito mais atrativo. Martim Afonso de Sousa, fundador da cidade de São Vicente em 1532, no litoral paulista, foi um dos poucos donatários que obtiveram sucesso nessa empreitada (MAGALHÃES²⁵⁸, 1997a, p. 50-51; 1997b, p. 454; FAUSTO²⁵⁹, 2015, p. 40-42).

²⁵⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero. **O Enquadramento do Espaço Nacional**. in: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Vol. III: No Alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 19-58.

²⁵⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Conjunturas Políticas**. in: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Vol. III: No Alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 437-460; 472-481.

²⁵⁹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª ed. São Paulo. Edusp, 2015.

Falecido o rei Dom Manuel I em 1521, sucedeu-o seu filho Dom João III (r. 1521-1557), que deu continuidade à política externa do pai, mas deparou-se com diversos obstáculos a partir da década de 1540. Em primeiro lugar, as colônias no norte da África vinham sendo constantemente alvejadas pelos mouros, tornando a defesa desses locais penosa e inviável à Coroa. O rei não teve escolha senão abandonar algumas fortalezas da região. Em segundo lugar, o fracasso das capitânias hereditárias no Brasil obrigou o monarca a centralizar a administração da América Portuguesa na figura de um governador-geral, cargo para o qual foram nomeados Tomé de Souza (1549), Duarte da Costa (1553) e depois Mem de Sá (1558), encarregado de rechaçar os franceses do litoral do Rio de Janeiro (MAGALHÃES, 1997b, p. 454; FAUSTO, 2015, p. 42-44).

No âmbito interno, o reinado de Dom João III também passou por turbulências. Cômico de que a universidade portuguesa estava intelectualmente atrasada em relação a outras universidades europeias, o rei enviara, em 1527, muitos compatriotas seus ao estrangeiro para estudarem em centros de excelência, sobretudo na França, a fim de que eles lá se aprimorassem e depois regressassem à terra natal com uma formação mais robusta. Em 1537, ele transferiu a universidade de Lisboa para Coimbra e, em 1547, fundou o Colégio das Artes de Coimbra, cuja administração delegou ao humanista André de Resende (c. 1500-1573). Além disso, o antigo currículo escolar foi reformado, e muitas escolas de ensino básico foram fundadas com o intuito de preparar os discentes para o nível superior. Segundo Mendes²⁶⁰ (1997, p. 338), esse investimento na cultura era parte de um projeto de “concentração, racionalização e secularização do Poder”, com vistas ao fortalecimento do Estado Moderno. Embora os resultados dessa política educacional não tenham sido tão imediatos, Portugal de fato conseguiu formar a sua própria plêiade de intelectuais humanistas, encabeçada pelo supracitado André de Resende e por nomes ilustrados como Diogo de Teive (1514-1565) e Damião de Góis (1502-1574), incumbidos de narrar as glórias ultramarinas de Portugal conforme o modelo clássico. Também integram esse seleto grupo os dois gramáticos estudados no capítulo anterior: Fernão de Oliveira e João de Barros.

O advento das ideias humanistas a Portugal, por mais que tenha sido frutífero, não foi bem recebido pelas camadas mais conservadoras do reino, que acusavam os intelectuais regressados do exterior de serem adeptos ou simpatizantes do Protestantismo. Enquanto os portugueses desbravavam os oceanos, o teólogo Martinho Lutero (1483-1546) fixara em 1517 as suas 95 teses na catedral de Wittenberg e dera início à Reforma Protestante, que contava

²⁶⁰ MENDES, António Rosa. **A Vida Cultural**. in: MATTOSO, José (org.). História de Portugal. Vol. III: No Alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 333-369.

com outros teólogos reformistas, como o suíço Ulrico Zuínglio (1484-1531), o francês João Calvino (1509-1564) e o holandês Erasmo de Roterdã (1469-1536) (MICELI, 2021, p. 70-82). Impelidas pelas determinações do Concílio de Trento (1545-1547) e com o respaldo da Companhia de Jesus²⁶¹, as alas contrarreformistas de Portugal começaram a pressionar cada vez mais o rei Dom João III, que não pretendia se sujeitar às vontades da Igreja Romana nem desterrar os eruditos erasmianos acolhidos com o beneplácito régio (MAGALHÃES, 1997b, p. 452-453). O próprio gramático João de Barros, resalte-se, manifestou as suas convicções erasmianas na sua obra *Ropicapnefma*, de 1532, e foi alvo dos seus conterrâneos mais conservadores.

Em 1557, faleceu o rei Dom João III, porém, antes dele, já haviam falecido os seus príncipes herdeiros – pelo que o trono haveria de encaminhar-se ao seu neto Sebastião, à época com apenas três anos de idade. Durante a menoridade deste, atuaram como regentes a viúva de Dom João III, a Dona Catarina da Áustria (r. 1557-1562), e depois o irmão do falecido rei, o cardeal Dom Henrique (r. 1562-1567), em cuja regência a oposição conservadora ao Humanismo atingiu o seu paroxismo, com o benévolo apoio de Sua Eminência. Após a morte do humanista André de Gouveia (1497-1548), antigo diretor do Colégio das Artes de Coimbra, a Companhia de Jesus tomou as rédeas da vida intelectual e da política pedagógica e passou a administrar o referido colégio. Segundo Mendes (1997, p. 360), os jesuítas tinham dois objetivos precípuos: “orientar a formação da mocidade dentro da ortodoxia católica; em segundo lugar, explorar no interesse dessa causa as conquistas irreversíveis da inteligência moderna”. Destarte, a ideia da companhia era instrumentalizar o legado intelectual dos humanistas, em vez de destruí-lo, e subordinar a Retórica e a Filosofia à Teologia Católica. Nesse contexto, vieram a lume o *De Arte Rhetorica* (1562), de Cipriano Suárez, e o *Institutionum Dialectarum* (1564), de Pedro da Fonseca, que retomaram elementos da Lógica aristotélica e da tradição escolástica, fazendo surgir em Portugal o dito Neoescolasticismo (MENDES, 1997, p. 361). Poucos anos depois, foi publicada a gramática latina do padre jesuíta Manuel Álvares, intitulada *De Institutione Grammatica* (1572), que logrou ótima aceitação noutras partes da Europa e perdurou por quase dois séculos nos currículos escolares portugueses até que o Marquês de Pombal a banisse por considerar que

²⁶¹ A Companhia de Jesus foi fundada em Paris por Santo Inácio de Loyola em 1534 e foi aprovada por uma bula papal em 1540. O seu programa ideológico-educacional visava a combater o programa protestante (MICELI, 2021, p. 86).

ela tornava o aprendizado demasiado dificultoso – afora as convicções antijesuíticas do secretário de Estado (LEITE²⁶², 2011a, p. 347).

Em 1568, Dom Sebastião enfim ascendeu ao trono, aos catorze anos de idade. Sem figuras paternas que o orientassem na sua juventude e com os excessivos louvores palacianos de que estava rodeado desde os primeiros anos de vida, o jovem rei ficou negativamente marcado na história pela insensatez dos seus atos e por uma insaciável sede de glórias militares. Conquanto o seu predecessor Dom João III já tivesse admitido décadas antes as desvantagens políticas e econômicas de travar guerras contra os mouros no norte da África, Dom Sebastião tomou para si uma árdua tarefa de conquistar terras aos ditos infiéis em nome da fé cristã, tentando reavivar anacronicamente aquele velho espírito bélico das Cruzadas. O rei Filipe II da Espanha tentou em vão demover o sobrinho da ideia de lançar uma custosa e improfícua campanha militar no atual Marrocos, mas ela, ao cabo, aconteceu e culminou na desastrosa derrota na Batalha de Alcácer Quibir, em 1578. Dom Sebastião morreu no certame sem deixar em casa esposa ou herdeiros, de sorte que o trono português se encaminhasse para o seu tio-avô, o já referido cardeal Dom Henrique (MAGALHÃES, 1997b, p. 458-460).

Como o cardeal tinha idade avançada e carecia de herdeiros biológicos por imposição do celibato clerical, sobrevieram disputas sucessórias pelo poder. O principal e mais legítimo postulante era o tio de Dom Sebastião, o rei Filipe II da Espanha, que não teve dificuldades de debelar os seus concorrentes e unificar a Península Ibérica sob uma coroa única em 1580, logo após a morte de Dom Henrique (MAGALHÃES, 1997b, p. 475-477). Portugal perdeu a sua autonomia e passou a fazer parte da União Ibérica, que tinha sob seu domínio as colônias ultramarinas portuguesas e as espanholas, além da Sicília, da Sardenha, da Áustria e de alguns territórios adjacentes sob domínio da Dinastia Habsburgo. A grande epopeia nacional, *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões (c. 1524-1580), viera a lume poucos anos antes, em 1572, para imortalizar as glórias lusas na heroica viagem de Vasco da Gama às Índias, porém a trágica derrota em Alcácer Quibir e a perda da independência acabaram por arrebatar o entusiasmo patriótico dos portugueses e por incutir neles um senso de saudosismo histórico conhecido como Sebastianismo, alicerçado na crença de que o rei Dom Sebastião regressaria a Portugal para reivindicar as suas terras. Ironicamente, o próprio Camões morreu meses depois de ver o seu reino cair em mãos espanholas.

Como foi dito, as crenças sebastianistas eram fruto de um saudosismo histórico, e não de uma resistência política feroz à autoridade do rei Filipe II. Com efeito, o “novo” rei pouco

²⁶² LEITE, Marli Quadros. **A construção da norma linguística na gramática do século XVIII**. Alfa, São Paulo, 55 (2): 665-684, 2011a.

interferiu na política interna de Portugal e, mais tarde, precisou volver as suas atenções para querelas diplomáticas com os Países Baixos e com a Inglaterra, contra a qual travou guerra e lançou a sua tão temida “Invencível Armada”, derrotada pelos ingleses em 1588. Filipe II e o seu sucessor Filipe III (r. 1598-1621) poucas vezes pisaram em solo português desde a unificação das Coroas e delegaram aos vice-reis a tarefa de cuidar dos assuntos internos do oeste peninsular. No reinado de Filipe III, a quem parte da historiografia portuguesa considera um rei débil, tomou força o Conselho de Portugal em Madri em detrimento dos políticos cortesãos, descentralizando uma parte dos poderes régios (CURTO²⁶³, 1997, p. 481-487). Um dos efeitos deletérios da União Ibérica para os portugueses foi herdar inimigos diplomáticos da Espanha, em especial os holandeses, que impuseram forte concorrência comercial no Oceano Índico com a criação da Companhia Holandesa das Índias Orientais em 1609 e, mais tarde, invadiram o nordeste brasileiro nas décadas de 1620 e 1630, onde permaneceram por mais de dez anos.

Se a conjuntura política em Portugal na transição do século XVI para o XVII não era das mais alvissareiras, tampouco o era a conjuntura cultural e ideológica do período. Mendes assim a descreve nas seguintes linhas:

Os factores em que se insistiu para caracterizar cultural e ideologicamente o período sebástico e as duas últimas décadas do século XVI – o triunfo do tridentinismo no que este tem de mais negativo e intolerante, a centralidade teológica e a primazia ascética substituindo-se ao humanismo laico e cívico, a fé dogmática sobrepondo-se aos foros da razão, o ensino exclusivista emanado da Companhia de Jesus represando o espírito criador – não foram os únicos que concorreram para configurar uma **situação histórica depressiva**, tal a que Camões, quando, ainda nos inícios dos anos 70, epilogava o poema em que exaltara o passado glorioso, cifrou num verso sombrio: “Uma austera, apagada e vil tristeza” (*Os Lusíadas*, canto X, 145). (MENDES, 1997, p. 365, grifos nossos).

Foi nessa conjuntura política e cultural da União Ibérica que viveu Amaro de Roboredo, o próximo gramático a ser analisado.

4.9.2 Amaro de Roboredo e o *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*

A biografia de Amaro de Roboredo (c. 1580-1653) é parcialmente lacunosa. Ele nasceu na freguesia e antiga vila de Algosó, no atual distrito português de Bragança, mas não

²⁶³ CURTO, Diogo Ramada. **Felipe III (II de Portugal)**. in: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Vol. III: No Alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 481-484.

se sabe ao certo onde iniciou os seus estudos. Segundo Assunção e Fernandes²⁶⁴ (2007, p. XIV), deve o gramático ter tido uma formação jesuítica, por cujo método teria sido influenciado positiva e negativamente. Afinal, a Companhia de Jesus era a instituição incumbida de presidir as políticas pedagógicas, tendo como referência o plano de estudos preconizado na *Ratio Studiorum*, de 1599. Em 1610, Roboredo trabalhava como secretário do arcebispo de Évora Dom Diogo de Sousa, falecido no mesmo ano. Entre o falecimento do arcebispo e a publicação de duas de suas obras em 1615 – *Regras da Orthografia Portuguesa e Verdadeira Grammatica Latina para se bem saber em breve tempo, scritta na lingua Portuguesa com exemplos na Latina* –, deve ele ter aprimorado a sua formação na Universidade de Salamanca, na Espanha, onde lecionara uma de suas principais referências intelectuais: Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600), o famoso Brocense, autor de uma gramática latina denominada *Minerva, seu de causis linguae latinae* (1587). Em 1625, Roboredo desempenhava a função de preceptor de alguns fidalgos portugueses e, em 1627, recebeu o benefício eclesiástico pela Igreja de Nossa Senhora da Salvação, em Arruda dos Vinhos. Assunção e Fernandes (2007, p. XV) supõem que ele morreu em Viseu depois de 1653, ano de publicação da sua última obra. Como não consta nela nenhum indício de publicação póstuma, o gramático seiscentista deve ter ultrapassado os 70 anos, ao longo dos quais deixou dezenas de obras de tema religioso ou gramatical. Dentre estas, destaca-se a *Gramática latina mais breve e fácil* (1625), mais introdutória que a outra gramática latina de 1615.

A obra magna de Roboredo, o *Methodo Grammatical para todas as Linguas* (1619), pertence a uma vertente distinta daquela em se enquadram as gramáticas de Oliveira, Barros e de outros dois autores renascentistas: Pero de Magalhães Gândavo (c. 1540-1580) e Duarte Nunes de Leão (c. 1530-1608). Gândavo redigiu um tratado de Ortografia intitulado *As regras que ensinam a maneira de escrever a Orthografia da Lingua Portuguesa, com hum Diálogo que adiante se segue em defesa da mesma lingua* (1574), cuja segunda parte consiste num diálogo entre dois personagens: o português Petrônio e o castelhano Falêncio. Petrônio exalta as qualidades intrínsecas da língua portuguesa e as vantagens dela em relação ao castelhano, enquanto Falêncio procura demonstrar justamente o contrário (BUESCU, 1984, 134-135). Nunes de Leão também redigiu um tratado de Ortografia, intitulado *Orthographia da lingoa portuguesa* (1576), mas a obra pela qual se tornou mais conhecido é a *Origem da lingoa portuguesa* (1606), em que ele narra a história externa do português e traz alguns exemplos

²⁶⁴ ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo. **Methodo Grammatical para todas as Linguas** (edição fac-similada). Centro de estudos em letras Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Braga: Vila Real, 2007.

elucidativos de mudança linguística desde o latim – tudo isso sempre exaltando as glórias de Portugal e as qualidades intrínsecas do idioma pátrio²⁶⁵ (BUESCU, 1984, p. 159-165). Os quatro gramáticos renascentistas supracitados – Oliveira, Barros, Gândavo e Leão – vivenciaram o esplendor econômico e cultural do século XVI e manifestaram, cada um à sua maneira, todo o entusiasmo patriótico proporcionado por esse triunfante momento histórico. Roboredo, ao contrário, vivenciou uma época em que esse esplendor já se havia apagado, de modo que o seu louvor pela língua portuguesa, embora exista, seja bem mais comedido. Entretanto, conforme se verá adiante em mais detalhes, o que de fato diferencia as gramáticas renascentistas do tratado roborediano é a adesão deste a uma concepção universalista das línguas e a adoção de um inovador método indutivo e experimental no lugar do antigo método dedutivo e aristotélico (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007, p. XXIII).

Não obstante a mudança de perspectiva e de método, Assunção e Fernandes afirmam que a ciência gramatical pouco evoluiu em Portugal no século XVII. Segundo eles:

(...) o século XVII, em Portugal, não se apresenta mais evoluído que o anterior, nas ideias gramaticais. A prosa portuguesa ganha plasticidade nas mãos de um Frei Luís de Sousa, de um Bernardes e de um Vieira, graças ao trabalho de polimento dos poetas quinhentistas. Mas **os gramáticos continuam formalistas, presos à rotina velha**, agora embrulhados na teoria das elipses, de que Sánchez (1523-1600) fora o campeão. Escrevera a *Minerva, seu de causis linguae latinae et elegantia* (1562) e, 25 anos depois, publicou a edição final com o título *Minerva, seu de causis linguae latinae* (1587), que serviu de base aos trabalhos posteriores, até mesmo a aspectos da **gramática de Port-Royal, *Grammaire Générale et Raisonnée*** (1660), de Lancelot e Arnaud, e ao livro de Lhomond. (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007, p. XXIII-XXIV, grifos nossos).

A referida gramática de Port-Royal, cujo título original é *Grammaire Générale et Raisonné* (1660), ocupa um lugar proeminente na história dos estudos linguísticos por ter se tornado uma espécie de epítome do pensamento racionalista aplicado às línguas. Todavia, segundo hão de demonstrar as próximas seções deste trabalho, a concepção universalista de Roboredo, baseada na razão, precedeu a de Port-Royal em mais de 30 anos. Além disso, o tratado roborediano também gerou ressonância em gramáticas portuguesas setecentistas, a exemplo das *Regras da lingua portuguesa, espelho da língua latina* (1725), de Jerônimo Contador de Argote e da *Arte de grammatica portuguesa* (1770), de Antonio José dos Reis Lobato (LEITE, 2011b, p. 343).

²⁶⁵ Viaro (2011, p. 43) assevera que a *Origem da lingua portuguesa* não deixa nada a dever às obras novecentistas que versam sobre esse mesmo tema, tornando-a assim uma espécie de precursora da Gramática Histórica em Portugal.

Antes de adentrar no *Methodo Grammatical para todas as Linguas* (1619), convém elencar e comentar as três partes em que ele se divide. São as seguintes: 1) *Exemplo Portugues, e Latino da Grammatica*, que traz as definições da Gramática e das cinco partes da oração abonadas na obra (nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção) e inclui extensas tabelas de declinação e conjugação, além de capítulos dedicados exclusivamente à concórdia (i.e. concordância) e à regência; 2) *Exemplo Latino da Cópia de palavras*, que vai da página 79 à 181 e traz 1200 sentenças em latim, com inúmeras glosas interlineares; 3) *Exemplo Latino da Frase*, que traz outras 187 frases, tanto em latim quanto em português, além de muitas particularidades sintáticas sobre a construção latina, passando pela concórdia, pela regência e pela colocação. Entre as páginas 78 e 79, constava um suplemento denominado *Recompilaçam da grãmatica portugueza, e latina, pela qual com as 1141 sentenças insertas na arte se podem entender ambas as linguas*, o qual foi arrancado de quase todos os exemplares supérstites da gramática de Roboredo. Assunção e Fernandes (2007; p. VII-IX) supõem que antigamente o arrancavam porque nele havia uma exposição resumida das partes da oração, bem como dos paradigmas flexionais do nome e do verbo. Seria, pois, um ótimo material para consultas rápidas.

Para fins de análise, recorre-se a uma versão fotocopiada do *Methodo Grammatical para todas as Linguas*²⁶⁶ (1619) e, para as citações diretas, a uma transcrição semidiplomática da obra.

4.9.3 Análise do *Methodo Grammatical para todas as Linguas*

Conforme o exposto anteriormente, o *Methodo Grammatical para todas as Linguas* (1619) é um precursor da gramática de Port-Royal (1660), considerada a obra mais representativa da vertente filosófica na história dos estudos linguísticos (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007, p. XXIII-XXIV; LEITE²⁶⁷, 2011b, p. 338). O ocaso daquele ufanismo patriótico ao fim do século XVI, a ascensão da Filosofia Racionalista e o advento da Literatura Barroca criaram entre os portugueses um *clima de opinião* propício ao retorno de uma abordagem gramatical mais generalista e impessoal, segundo prevê o modelo pendular de Koerner (1989, p. 52-53). À medida que o objetivo de gramatização dos vernáculos ia sendo alcançado nas principais potências europeias, os pensadores da linguagem passaram a se

²⁶⁶ Disponível gratuitamente na plataforma *Google Play*.

²⁶⁷ LEITE, Marli Quadros. **Considerações sobre uso e Norma na Gramática Portuguesa** – O *Methodo Grammatical para todas as Linguas* (1619), de Amaro de Roboredo. *Filol. linguíst. port.*, n. 13(2), p. 337-368, 2011b.

ocupar das generalidades constatáveis nas línguas, em vez das suas particularidades. Todavia, segundo adverte o próprio Koerner (1989), o retorno do pêndulo a uma abordagem mais generalista não implica a mera repetição de uma abordagem generalista pretérita, a exemplo da Gramática Especulativa, alicerçada nos *modos de significar*. Na realidade, o pensamento linguístico seiscentista desenvolveria matizes próprios depois de Port-Royal, conservando apenas residualmente algumas ideias modistas. Nesse sentido, é lícito dizer que o tratado de Roboredo marca o início de uma transição gramaticográfica que culminaria, mais de um século e meio depois, no surgimento da primeira gramática portuguesa declaradamente filosófica, a *Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Língua Portuguesa* (1783), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (VIEIRA, 2018, p. 133).

Roboredo apresenta no prólogo da obra os seus intentos pedagógicos, bem como as suas concepções linguísticas:

(203) - O principiante, que passar per este Methodo para as outras linguas tem meio caminho andado, tendo decorado na primeira as regras que servem para todas, & achando as correspondentes nos lugares em que vão postos os preceitos. E viráse²⁶⁸ a facilitar mais o comercio entre as Nações, & a descobrir muitas propriedades da lingua estranha, fazêdo da Materna quasi regra commum. Como por exemplo; quem souber bem per arte a Portuguesa, ou Castelhana, percorrendo na Latina per semelhança, irá descobrindo hum **concerto, propriedade, & methafora racional, & ainda as irregularidades, & particulares modos de fallar, que o ignorante vulgo introduzio: os quaes são certas quebras da arte, que sendo mui arreigadas devemos usar.**

(ROBOREDO, 1619, p. XXXIII, grifos nossos).

Em conformidade com a sua concepção universalista de língua, Roboredo assevera que o aluno principiante há de encontrar no seu idioma materno as mesmas propriedades gramaticais existentes noutros idiomas, razão pela qual o gramático seiscentista dispõe muitos exemplos explicativos em português e em latim, à maneira de uma gramática comparada (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007, p. XLIX-L). Nesse sentido, ele diverge tanto de João de Barros quanto de Duarte de Nunes de Leão no âmbito da *camada teórica*, pois estes consideravam que as similitudes entre o português e o latim eram fruto de um parentesco

²⁶⁸ *viráse* = “*virá-se*” ou “*vir-se-á*”.

linguístico, e não fruto de propriedades existentes em todas as línguas²⁶⁹. Devido a esse mesmo pendor universalista, o autor manifesta clara antipatia pelas irregularidades e pelo próprio fenômeno da variação, concebida por ele como uma “quebra de arte” introduzida pelo “ignorante vulgo”. Não obstante as suas antipatias, ele relutantemente reconhece a impossibilidade de se esquivar das anomalias da linguagem e manifesta aí um ideal de norma mais convencional. Noutros passos do tratado, porém, ele usa argumentos do tipo “sôa bem aa orelha” (1619, p. 66), sugerindo aí um ideal de norma mais natural.

Ainda no prólogo, Amaro de Roboredo defende a adoção de um novo método gramatical e manifesta uma clara *retórica revolucionária* contra os seus predecessores:

(204) - Este aborrecimento durará em quanto este Methodo não for bem examinado, & penetrado; & algũs dias mais, **assí por ir fora da strada de todos os outros, a qual se sempre seguirmos nunca nos melhoraremos**; como por faltar favor. Antes que diga a razão delle direi duas, que guardei, acerca do que V. M.²⁷⁰ me toca nas suas cartas, ainda que ja nesta passo os limites. A primeira razão será da pouca, que teem os *que* ainda perfião, que as Grammaticas se hão de screver em Latim; porque todo junto se aprende. *Qui sibi semitam non sapiunt alteri monstrant viam*²⁷¹ [“Aqueles que para si não sabem um atalho mostram ao outro o caminho”]. A segunda sera a que me parece na instituição de hũa arte, que se possa ler, & conservar na Republica mais tempo, que as passadas.

(ROBOREDO, 1619, p. XIX, observações e grifos nossos).

A *retórica revolucionária* adotada por Roboredo não se baseia propriamente na transição de uma abordagem particularista para outra generalista, mas numa divergência metodológica em relação aos seus predecessores. Em primeiro lugar, o autor se opõe ao ensino de latim por meio de gramáticas monolíngues e propugna o uso do idioma materno nos materiais didáticos, divergindo assim das diretrizes pedagógicas preconizadas pela *Ratio Studiorum* dos jesuítas, que proibia o uso dos vernáculos nas lições (VIEIRA, 2018, p. 115). Ele inclusive menciona no prólogo o axioma peripatético de que as coisas só adentram no intelecto passando pelos sentidos: *Nihil est in intellectu quin prius fuerit in sensu* (“Nada está no intelecto que não tenha estado antes nos sentidos”). Ora, a língua materna se aprende

²⁶⁹ “E por que (como ia disse) por sermos filhos da lingua latina, temos tanta conformidáde com élla (...)” (BARROS, 1540, p. 21, f. 11r.º).

²⁷⁰ D. Gaspar Alvarez Vega, lente de latim da Universidade de Salamanca, a quem Roboredo endereça o prólogo da sua gramática.

²⁷¹ Ênio *apud* Cícero (*Diuinatio*, 1, 58, 132).

justamente por exposição a ela, e não por meio de uma teoria gramatical ensinada desde o berço. Em segundo lugar, o gramático rechaça o tradicional método dedutivo aristotélico empregado em praticamente todas as obras do gênero *ars grammatica*, que partem de definições mais abstratas das unidades linguísticas e seguem para exemplos concretos e eventuais exceções. Em vez disso, Roboredo opta por um inovador método indutivo e experimental calcado na premissa de que só se aprende uma língua mediante uma exposição prévia a uma grande quantidade de dados linguísticos, a partir dos quais se poderiam inferir as regras gramaticais (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007, p. XXIII). Ele também enfatiza o papel do uso na aprendizagem ao citar esta frase de Cícero²⁷²: *usus frequens omnium magistrorum praecepta superat* (“o uso frequente supera os preceitos de todos os mestres”). Destarte, a *retórica revolucionária* do autor é fruto de uma descontinuidade na *camada técnica*, e não na *camada teórica*.

É com base nesse método que Roboredo propõe a existência de três graus na língua: 1) Gramática; 2) cópia de palavras; 3) frase. Ou seja, trata-se de um nível gramatical, de um nível lexical e de um nível frasal (ASSUNÇÃO; FERNANDES. 2007, p. XXXV-XXXVI). Também é com base nesse método que ele divide o seu tratado nestas três partes, já mencionadas na seção anterior: 1) *Exemplo Portugues, e Latino da Grammatica*; 2) *Exemplo Latino da Cópia de palavras*; 3) *Exemplo Latino da Frase*. Para cada uma delas há a seguir uma seção em separado.

4.9.3.1 Exemplo Portugues, e Latino da Grammatica

A primeira parte do *Methodo Grammatical*, intitulada *Exemplo Portugues, e Latino da Grammatica*, reproduz numa escala menor o método didático abonado por Roboredo e se divide nestes três livros: I - *Da explicação compositiva das partes da oração Portuguesa, & Latina*; II - *Dos Nomes, e Verbos irregulares, e defectivos, Latinos, & algũs Portugueses correspondentes*; III - *Da universal explicação resolutiva, & compositiva das partes da Oração exemplificada na lingua Latina*. No primeiro livro, o autor apresenta ao aluno os rudimentos da teoria gramatical da maneira mais concisa possível, passando pelas partes da oração, pela concórdia e pela regência, mas dando enfoque aos paradigmas de declinação e de conjugação. No segundo, ele prossegue com extensas tabelas de declinação e de conjugação, dando enfoque agora às irregularidades do português e do latim, que hão de ser memorizadas por meio de uma exaustiva exposição a esses dados linguísticos. No terceiro livro, Roboredo

²⁷² *De Oratore*, I.

retorna à teoria gramatical e passa a descrever em mais detalhes tanto as partes da oração, quanto as regras de concórdia e de regência. Comparem-se as definições de Gramática do primeiro e do terceiro livros abaixo:

(205) - **Grammatica** significa **arte de letras**, derivada de *gramma*, que em Grego significa, letra.

(ROBOREDO, 1619, p. 1, grifos nossos).

(206) - **Grammatica** he arte de fallar, que tem por fim a **Oração** bem concertada: a qual he **hũa coerente disposição de palavras**, de que consta, como de partes.

(ROBOREDO, 1619, p. 64, grifos nossos).

No primeiro livro, Roboredo define muito sucintamente a Gramática como “arte de letras” e toca no aspecto etimológico do termo. No terceiro livro, ele a define como “arte de falar” e menciona o que seria a finalidade precípua da ciência gramatical: a construção de orações bem concertadas por meio da disposição coerente das suas partes. Nesse ponto, ele diverge parcialmente dos seus antecessores Fernão de Oliveira e João de Barros, cujas definições de Gramática dão enfoque ao uso corrente entre os indivíduos mais cultos, e não aos aspectos sintáticos. No trecho a seguir, Roboredo aponta as cinco partes em que se divide a disciplina:

(207) - A **Grammatica** se divide tambem em **cinquo partes**: em **Varição**, que pertence ao Nome, & Verbo: em simple **Composição**, & **Derivação**, que todos aquelles cinquo generos²⁷³ admittem: em **Concordia**, que pertence ao Nome, & Verbo: & finalmente em **Regencia**, que toca ao Nome, Preposição, Verbo, & ainda ao Advérbio, ou per figura ou tomado em lugar de Nome.

(ROBOREDO, 1619, p. 65, grifos nossos).

Roboredo não elenca a Fonologia entre as partes da disciplina e, na prática, aborda as questões fonológicas de maneira muito sucinta e sem divergir muito dos seus antecessores. A letra é descrita como a unidade mínima da prolação, a sílaba é um conjunto de letras apto a receber um acento, e a palavra (ou *dicção*) é uma voz formada por sílabas. As letras se dividem em vogais e consoantes. As consoantes cuja prolação seja mais dura chamam-se mudas (B, C, D, F, G, P, Q, T), enquanto aquelas cuja prolação seja mais suave chamam-se

²⁷³ Os tais cinco gêneros são as cinco partes da oração reconhecidas pelo autor: nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção.

semivogais (L, M, N, R, S, X, Z). Seguindo a doutrina dos latinos, o autor considera o H um sinal de aspiração. Por derradeiro, I e V seguidos de vogal comportam-se como consoantes (e.g. *Iovis*) (ROBOREDO, 1619, p. 64).

Em seguida, constata-se uma divergência saliente entre Roboredo e todos os autores estudados nesta pesquisa, qual seja, o reconhecimento de apenas cinco partes da oração: nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção. O pronome e o particípio são subclasses de nome, e a interjeição é uma subclasse de advérbio. O *status* do artigo não é de todo claro no *Methodo Grammatical*, mas é lícito conjecturar que o autor o considere uma espécie de partícula. Como quer que seja, limita-se ele a dizer que o artigo determina o gênero dos substantivos e se declina como os nomes. De acordo com Assunção e Fernandes (2007, p. LVI, nota 14), Roboredo teria sido parcialmente influenciado por Brozas (1587), que aponta apenas três partes da oração na sua gramática latina: nome, verbo e partícula. Nesse sentido, o gramático português teria apenas desdobrado a classe das partículas em advérbio, preposição e conjunção.

Feitas essas considerações iniciais, convém adentrar nas ideias roboredianas sobre cada uma das partes da oração. O nome assim se define no terceiro livro:

(208) - **Nome** he palavra participante de **Numero casual** com **Genero**: como, *Homo*, *Ille*, *Amans*.

(ROBOREDO, 1619, p. 65, grifos nossos).

Logo à primeira vista, nota-se que a definição de Roboredo, além de ser bastante sucinta, limita-se à menção de três acidentes nominais: número, caso e gênero. Não houve menção aos aspectos semânticos do nome porque, sob a cúpula dessa classe gramatical, constam subclasses semanticamente heterogêneas como substantivo, pronome e particípio, segundo demonstram os próprios exemplos citados no excerto: *homo* (“homem”), *ille* (“aquele”) e *amans* (“que ama” ou “amante”). É de especial interesse a esta pesquisa a seguinte definição roborediana do caso morfológico:

(209) - **Caso he special diferença do Nome**. Chamase Caso, que he **queda**, que o Nome dà do seu direito assento, que he o primeiro. *Nominativo*, para o *Genitivo*, & para o *Dativo*, *Accusativo*, *Vocativo*, & *Ablativo*. **E são estes Casos assi chamados seis, naturalmente necessarios para declarar os varios conceitos do animo**. Desta diferença de Numeros, & Casos, nasce a **Declinação** do Nome: a qual não he mais que hum apartamento, que elle faz de seu direito assento pelos Casos abaixo: como

Homo se aparta deste seu direito assento para o Genit. *Hominis*; Dat. *Homini*; Accus. *Hominem* &c. As ultimas syllabas dos Casos em cada Numero são semelhantes em muitas línguas, principalmête vulgares, & Hebraea; porem na Latina, & Grega não são semelhantes em todos os casos, senão em algũs.

(ROBOREDO, 1619, p. 65-66, grifos nossos).

Ao afirmar que os casos morfológicos são naturalmente necessários para expressar os conceitos do ânimo, Roboredo, por outras palavras, os concebe como uma propriedade universal das línguas, que se diferenciam apenas quanto aos meios pelos quais os casos são expressos. O hebraico e as línguas ditas “vulgares” os expressam sem modificar as terminações do nome, ao passo que o latim e o grego os expressam por meio da modificação das desinências casuais: *homo*, *hominis*, *homini*, *hominem*, *homine*, etc. A universalidade do sistema de seis casos foi também abonada na gramática latina de Brozas (1587), em que se lê: “... *haec partitio casuum naturalis est*” (i.e. “esta partição dos casos é natural”) (*apud ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007, p. LXI*). O autor reforça essa ideia de universalidade ao negar que a língua grega careça de ablativo.

Roboredo converge com Barros (1540) ao defender a existência de seis casos em português, mas diverge tanto dele quanto de Oliveira (1536) ao propor três paradigmas de declinação²⁷⁴. Os nomes da primeira declinação terminam em *-o*, os da segunda em *-a*, e os da terceira em letras diversas. Outro ponto em comum entre a gramática de Roboredo e a de Barros é a disposição dos casos e das declinações em tabelas, a exemplo desta a seguir:

Figura 20 - A declinação portuguesa em Amaro de Roboredo

D.		Primeira.	Segunda.	Terceira.	
Numero singular.	Nominativo	Alt-o	Alt-a	Torr-e	Quem.
	Genitivo	Alt-o	Alt-a	Torr-e	De quem.
	Dativo	Alt-o	Alt-a	Torr-e	A quem, pera quem.
	Accusativo	Alt-o	Alt-a	Torr-e	Quem padese.
	Vocativo	Alt-o	Alt-a	Torr-e	Quem he chamado.
	Ablativo	Alt-o	Alt-a	Torr-e	Sem que. Com que. Em que. Onde. De que. Donde.

(ROBOREDO, 1619, p. 2)

²⁷⁴ Barros propunha dois paradigmas de declinação, enquanto Oliveira propunha quatro.

À direita da tabela, há uma descrição semântica dos casos: nominativo (*quem*), genitivo (*de quem*), dativo (*a quem, pera quem*), acusativo (*quem padece*), vocativo (*quem é chamado*) e ablativo (*sem que, com que, em que, onde, de que, donde*). Como o acusativo se expressa em português sem o auxílio de preposições ou partículas, o autor teve de recorrer a uma descrição curiosa: *quem padece*, ou seja, aquele sobre o qual incide a ação do verbo.

De acordo com Roboredo (1619, p. 66), o nome se divide em dois tipos maiores: substantivo e adjetivo. O substantivo significa algo dotado de substância e sustenta o adjetivo na oração; o adjetivo, por seu turno, precisa se juntar a um substantivo, do qual depende semanticamente. Sob a cúpula desses dois tipos maiores, há os seguintes subtipos:

- 1) substantivo: comum (*cidade, ciuitas*), próprio ou singular (*Lisboa, Olyssipolis*);
- 2) adjetivo: 2.1) quanto à forma: de uma terminação (*prudente*), de duas terminações (*todo, toda*) e três terminações (*altus, alta, altum*); 2.2) quanto à significação: pronome²⁷⁵ (*iste, ille*), particípio (*amans, amaturus*), interrogativo (*qualis, quantus*), relativo (*qui, hic*), partitivo (*nemo, uter*), numeral (*unus, primus*), possessivo (*meus, tuus*), positivo (*altus*), comparativo (*altior*) e superlativo (*altissimus*). Dentre estes, o numeral se subdivide ainda em cardinal (*unus*), ordinal (*primus*) e distributivo (*singuli*), enquanto o possessivo se subdivide nos de matéria (*argenteus*), nos pátrios (*Lusitanus*), nos de reinos (*Lusitanicus*) e nos patronímicos (*Peneius*).

A inclusão do pronome e do particípio na classe dos nomes se explica pela primazia dada ao critério morfológico, em detrimento do semântico. Afinal, tanto o pronome quanto o particípio levam consigo marcas de gênero, número e caso, que são acidentes nominais.

Após a classe dos nomes, Roboredo passa a tratar da preposição:

(210) - Preposição he palavra, que carece de **Numeros**, & rege **Casos**, a que se antepõe; & faz **composição** com outra palavra; como, *Incidit in foveam, quam struxit* [*i.e.* “caiu no buraco tanto quanto empilhou”].

(ROBOREDO, 1619, p. 68, observações e grifos nossos).

Do ponto de vista morfológico, a preposição carece de números; do ponto de vista sintático, ela se antepõe aos casos oblíquos estabelecendo com eles uma relação de regência (*e.g.* *in foveam*) ou se compõe com outras palavras sem reger nenhum caso (*e.g.* *incidit*),

²⁷⁵ Os pronomes *ego* e *tu* são pronomes substantivos, adverte o autor.

atuando à maneira de um prefixo, pela terminologia moderna. Roboredo, em geral, pouco diverge aqui dos seus antecessores.

No capítulo II do primeiro livro, ele classifica as preposições em quatro tipos em função do caso morfológico que regem, citando exemplos em latim e em português. Como é amplamente sabido, as preposições latinas só regem acusativo ou ablativo, mas, dentre as preposições portuguesas, há uma que pode reger o genitivo e duas que podem reger o dativo: trata-se das preposições *de*, *a* e *pera* (> *para*). A identificação do caso morfológico regido por uma preposição portuguesa se baseia em paralelismos sintáticos e semânticos com a construção latina correspondente. Neste exemplo do autor “*Pera mim tenho, que de casa de teu pae saiste para a praça com intento de fazer mal a Pedro, & tirar a capa a Paulo, que se recolhia aa Igreja*” (ROBOREDO, 1619, p. 12), a preposição *a* aparece regendo três casos: dativo em *a Pedro*, ablativo em *a Paulo* e acusativo em *aa Igreja*. Na primeira ocorrência, *Pedro* é a pessoa em cujo benefício ou prejuízo se faz alguma coisa, logo se trata de um dativo (em latim, seria *Petro*). Na segunda ocorrência, *Paulo* é a pessoa de quem se tira algo, e, por definição, o ablativo é o caso que evoca a ideia de afastamento (em latim, ficaria *Paulo, a Paulo* ou *ex Paulo*). Por fim, na terceira ocorrência, a *Igreja* é o lugar para onde alguém se dirige, logo só caberia usar o acusativo (em latim, *in ecclesiam* ou *ad ecclesiam*). Roboredo também adverte que certos advérbios podem fazer as vezes de preposição nos dois idiomas, a exemplo de *circiter* (“perto”) e *dentro*, que podem reger casos oblíquos.

Em seguida, o gramático adentra na classe dos verbos e traz a seguinte definição:

(211) - **Verbo** he palavra, que tem **Numeros**, & **Pessoas verbaes** com **têpo**, **Pessoa**, ou rosto do Verbo, he special differença do Verbo. São as Pessoas tres em cada Numero: como, *Amo*, *amas*, *amat*. Pl. *Amamus*, *amatis*, *amant*. Da differença de Numeros, & Pessoas com tempo nasce a **Conjugação do Verbo**, a qual não he mais que hum Ajuntamento, ou adaequação do Verbo com seus rostos: como acontece ajuntando este Verbo *Amo*; a estas pessoas, ou rostos, *as*, *at*, *amus*, *atis*, *ant* &c. (ROBOREDO, 1619, p. 68-69, grifos nossos).

Mais uma vez, nota-se a persistência do critério morfológico no modo como o autor define as partes da oração. O verbo, acima descrito, se distingue das demais partes da oração por ter um acidente que lhe é exclusivo: o tempo. No primeiro e no segundo livros, Roboredo aborda exaustivamente as três conjugações e os tempos verbais, trazendo copiosas tabelas nos dois idiomas, porém ele se diferencia dos seus antecessores ao excluir o modo verbal das suas

análises e dar nomes diferenciados aos tempos verbais, baseando-se na gramática de Brozas (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007, p. LXVI-LXVIII). Eis o modo como ele os divide, com exemplos em português e em latim:

1) Quanto a primeira cabeça: primeiro presente (*amo-amo*), segundo presente (*ame-amem*), primeiro imperfeito (*amava-amabam*), segundo imperfeito (*amaria, amara* ou *amasse-amarem*), primeiro futuro (*amarei-amabo*), mandativo (*ama-ama* ou *amato*), infinitivo (*amar-amare*).

2) Quanto à segunda cabeça: primeiro pretérito (*amei, tenho amado* ou *tive amado-amauí*), segundo pretérito (*tenha amado-amauerim*), segundo futuro (*amar, tiver amado* ou *terei amado-amauero*), primeiro “plusquam perfeito” (*amara* ou *tinha amado-amaueram*), segundo “plusquam perfeito” (*amasse, teria amado* ou *tivesse amado-amauisse*), segundo infinitivo (*ter amado-amauisse*).

Outra memorável novidade da obra de Roboredo é uma separação nítida entre o infinitivo pessoal e o futuro do subjuntivo ou, pela terminologia roborediana, o dito segundo futuro. Diz o gramático:

(212) - Tem finalmente a Portuguesa hum **Infinitivo** que o vso corrompendoo fez **pessoal, & delle carecem as linguas**, de que tenho noticia, Como *eu amar, tu amares, elle amar*. Pl. *Nos amarmos, vos amardes, elles amarem*; he semelhante ao segundo futuro: mas em algũs verbos não, como *eu dizer, tu dizeres, &c. Eu fazer, tu fazeres, elle fazer: De nos fazermos arte Portuguesa resultará proveito na Republica*: o segundo futuro he; *eu fizer, tu fizeres, elle fezer*, &c. *Eu disser, &c.*

(ROBOREDO, 1619, p. 33, grifos nossos).

O autor lucidamente se apercebe de que certos verbos irregulares se conjugam de maneira diferente nos dois tempos verbais (*e.g. tu fazeres, tu fizeres*). Mais do que isso: ele reconhece que o infinitivo pessoal é uma particularidade da língua portuguesa, embora o considere uma corrupção advinda do uso. Segundo Assunção e Fernandes (2007, p. LXIX), Roboredo foi, até onde se sabe, o primeiro gramático a constatar essa modalidade de infinitivo.

Do ponto de vista sintático, Roboredo (1619, p. 69) enquadra os verbos em duas grandes espécies: os ativos e os passivos. As línguas ditas escolásticas – o latim e o grego – possuem uns e outros, enquanto o português possui apenas os ativos, já que, no lugar dos

passivos, o vernáculo recorre a rodeios compostos pelo verbo substantivo (*ser*) e pelo participípio. Dentre os ativos, os que passam a sua atividade para um acusativo chamam-se **ativos incertos** ou **vários** porque admitem depois de si nomes diversos, a exemplo de *amo litteras* (“amo a carta” ou “amo as letras”). Os que passam a sua atividade para um único acusativo semanticamente possível chamam-se **ativos certos**, a exemplo de *Miseram uiuimus uitam* (“Vivemos uma vida infeliz”). Os acusativos de verbos como *uiuere* e *currere* podem ser omitidos sem prejuízo ao entendimento da oração ou, nas palavras do autor, “Donde ainda que o tal Accusativo se não declare, não suspende a orelha, ou entendimento sua significação” (ROBOREDO, 1619, p. 69). Pela terminologia gramatical moderna, os ativos incertos correspondem aos transitivos, ao passo que os ativos certos correspondem aos intransitivos. O latim possui ainda os verbos depoentes, cuja estrutura é de verbo passivo, mas cujo significado é ativo. O sobredito verbo substantivo (*ser*) não se enquadra nem entre os ativos tampouco entre os passivos; é um verbo *sui generis*. Por derradeiro, os ativos e os passivos também se dividem em pessoais, distinguindo todas as pessoas do discurso (*e.g. amas, iuuat*), e impessoais, distinguindo apenas a terceira pessoa (*e.g. taedet*, “estar entediado”).

Amaro de Roboredo tece poucas linhas sobre o advérbio no terceiro livro da primeira parte do *Methodo Grammatical* e só retorna a esse tema com razoável profundidade na terceira parte do seu tratado, segundo se verá nas próximas seções. O autor o define da seguinte maneira:

(213) - Adverbio he palavra, que carece de **Numero**, & Regencia, & altêra as outras palavras, a que ajunta como **Adjectivo**. Chamase Adverbio porque principalmente se ajunta ao **Verbo**, & tambem ao **Adjectivo**, & **Adverbio**: como, *Admodum prudens primum quaerit Deum cito mane* [“Quem é de todo prudente primeiro busca a Deus logo de manhã”]. Tomado em lugar de Nome pode reger caso: como, *Satis Verborum* [“bastantes palavras”].

(ROBOREDO, 1619, p. 70, observações e grifos nossos).

Para além dos aspectos morfológicos e etimológicos do advérbio, Roboredo também enfatiza os seus aspectos sintáticos, elencando as três partes da oração a que ele pode se vincular – verbo, adjetivo e outro advérbio – e salientando que ele pode mais raramente reger casos oblíquos. Os advérbios podem ser simples ou compostos, mas o que de fato os diferencia é a significação expressa por eles. No terceiro livro, o autor arrola as seguintes significações adverbiais, com exemplos sempre em latim: quantidade (*e.g. multum*, “muito”),

relação (*e.g. sicut*, “assim como”), qualidade (*e.g. male*, “mal”), ação ou paixão (*e.g. cur?*), lugar ou sítio (*e.g. ubi*, “onde”). Conforme se há de ver mais adiante, as interjeições são subclasses de advérbio. Além disso, a definição antes transcrita demonstra, no âmbito da *camada documental*, a preferência do gramático seiscentista pelos exemplos explicativos em latim, não raro com algum teor patriótico ou religioso, como em “Quem é de todo prudente primeiro busca a Deus logo de manhã”, no que se assemelha ao apelo moralista do seu predecessor João de Barros.

A quinta e última parte da oração reconhecida por Amaro de Roboredo é a conjunção, que ele assim define:

(214) - **Conjunção** he palavra, que carece de **Numero**, & **Regencia**, & **ata as outras palavras**. **Ajunta semelhantes Casos dos Nomes**: & dos **Verbos semelhantes Tempos**, ou expressos, ou entendidos de fora per figura: como, *Tu, & Paulus vendidistis amydalas denario in singulas libras: ego verò, & amydalas, & saccharum eodem pretio, & pluris emi. s. pro eodem pretio: & pro pretio pluris aeris* [“Tu e Paulo vendestes amêndoas em dinheiro cada uma por libra: eu, na verdade, comprei amêndoas e açúcar pelo mesmo preço e mais caro, isto é, pelo mesmo preço e por um preço maior”]. Finalmente ajunta a Conjunção semelhantes Orações: como, *Opinio, Fidei, & ad verum propior, menti, & in tua voluntate adhaerescat* [“Que a opinião se ligue mais propriamente à verdade do que a fé e mais à tua vontade do que a mente”]. (ROBOREDO, 1619, p. 70, observações e grifos nossos).

Além de declarar que a conjunção *ata* elementos frasais, Roboredo especifica os elementos que ela pode atar: casos semelhantes ou tempos verbais semelhantes, expressos ou subentendidos. Em termos modernos, o autor está descrevendo e exemplificando a conjunção coordenativa, cujo papel é justamente o de ligar termos ou orações de mesma natureza morfossintática. Na terceira parte do *Methodo Grammatical*, ele arrola as seguintes classificações conjuncionais: copulativa (*e.g. e, nem, também*), copulativa condicional ou disjuntiva (*e.g. ou, se, senão*), adversativa (*e.g. mas, porém, contudo*), racional conclusiva (*e.g. logo, pois*), comparativa (*e.g. assim, como*) e racional causal (*e.g. que, porque, porquanto*).

O terceiro livro da primeira parte prossegue com dois temas de sumo interesse a esta pesquisa: concórdia e regência, abordados por Amaro de Roboredo com mais profundidade e vagar do que Fernão de Oliveira e João de Barros nas respectivas gramáticas.

Roboredo (1619, p. 71) elenca quatro concórdias, isto é, quatro tipos de concordância e as exemplifica. Três delas já constavam no tratado barroense e vêm dispostas no *Methodo Grammatical* nesta sequência e com estes exemplos: 1) concórdia entre o nome substantivo e o nome adjetivo, que concordam em gênero, número e caso (e.g. *Sapienti sua sors placet*, “Ao sábio agrada a sua sorte”); 2) entre o relativo e o seu antecedente, que concordam em gênero e número (e.g. *Flagitium, quod astu celatur, aetas indicat*, “A infâmia, que arditosamente se oculta, revela-a o tempo”); 3) entre o nominativo e o verbo pessoal, que concordam em número e pessoa (e.g. *Novitas acquirit gratiam*, “A novidade aumenta a graça”; *Litterae non erubescunt*, “as letras não se enrubescem”). A inovação de Roboredo está na quarta concórdia, que opera entre a pergunta e a resposta, concordantes em caso, tempo verbal e número (e.g. *Quae oratio est optima? est Dominica*. “Qual oração é a melhor? É a dominical”; *Cujus est haec oratio? Christi*. “De quem é esta oração? De Cristo”; *Cui debetur honos? Deo*. “A quem se deve honra? A Deus”).

Roboredo também comenta certas particularidades sobre a concordância. Por exemplo, em havendo um único adjetivo ligado a dois substantivos de gêneros diferentes, sendo um masculino e um feminino, a concordância pode fazer-se com o mais próximo ou no masculino plural: *nec calamus, nec cartha mihi erat apta* ou *erant apti* (“nem a pena, nem o papel me era apropriado” ou “me eram apropriados”). A opção pelo neutro plural é admissível se estiverem subentendidos nomes como *instrumenta* (“instrumentos”): *nec calamus, nec cartha mihi erant [instrumenta] apta* (“nem a pena, nem o papel me eram [instrumentos] apropriados”). Mais adiante, comenta o gramático que o latim se diferencia do grego por não admitir que o nominativo no neutro plural venha com um verbo no singular, de forma que a construção *Templa era ingentia* (“*Os templos era gigantescos”) caracterize um solecismo. Discrepância similar existe entre o latim e o português nas construções existenciais, lembra o autor, já que o verbo *haver* não pode ir ao plural nessas circunstâncias: *Erant opiniones diuersae* e *Havia opiniões diversas*.

No capítulo relativo à regência, Roboredo descreve os seis casos morfológicos individualmente e os exemplifica, comparando os seus empregos em mais de um idioma. O nominativo assim se descreve:

(215) - O **Nominativo** he **principio da Oração**, o qual todo o Verbo Pessoal quer antes de si ou expresso, ou entendido de fora: *ut Excelsus humilia respicit* [“O Excelso respeita os humildes”]. *Ex arena retinacula nectis* [“Entrelaças os cordames de areia”]. O Verbo, Sum, & algũs Passivos admittent dous Nominativos per modo de

hum sô; *ut Homo est animal* [“O homem é um animal”]: *Avaritia dicitur vitium* [“A avareza é considerada vício”].

(ROBOREDO, 1619, p. 73, observações e grifos nossos).

Ao descrever o nominativo como princípio da oração e, ao mesmo tempo, como o termo frasal que o verbo exige antes de si, expresso ou subentendido, o gramático põe em evidência o aspecto sintático desse caso morfológico, e não o seu aspecto paradigmático ou flexional. Nesse sentido, Amaro de Roboredo se junta a muitos dos seus predecessores para os quais o *nominativo* é, na prática, uma categoria análoga ao *sujeito* da Sintaxe Tradicional²⁷⁶. No fim do excerto, o autor lembra que os complementos do verbo *ser* e afins fica no nominativo, ao que hoje corresponde o predicativo do sujeito.

Quanto aos demais casos, o genitivo sempre se rege da preposição *de* nas línguas ditas vulgares, mas se emprega sem quaisquer preposições nas línguas escolásticas (e.g. *Somno he imagem da morte*; em latim: *Sopor lethi imago*). O genitivo costuma vincular-se a outro nome da oração para estabelecer uma relação de posse, mas, segundo Roboredo (1619, p. 73), ele pode também invocar a ideia de louvor ou vitupério (e.g. *egregiae indolis puer*, “menino de egrégia índole”) ou ainda ligar-se a adjetivos que signifiquem ciência, abundância, comunicação e participação (e.g. *peritus*).

O dativo em português sempre se rege da preposição *a* ou *pera* (> *para*), mas o seu correspondente latino, nas palavras do autor, “se rege per modo de aquisição” (*ibidem*), ou seja, pelo *modo de significar* intrínseco a esse caso morfológico, segundo consta na terminologia gramatical de Tomás de Erfurt, que o denomina *modus significandi, ut cui alterum acquiritur, uel datur* (i.e. “modo de significar enquanto ‘para quem’ o outro é adquirido ou dado”) (BECCARI, 2013, p. 281). Por conseguinte, há vestígios do pensamento modista no *Methodo Grammatical*. Tanto nas línguas vulgares quanto nas escolásticas, o dativo se liga a adjetivos que signifiquem socorro, favor, satisfação, submissão, obediência, acontecimento, lisonja, impedimento e contrariedade (e.g. *gratus, molestus*) ou a verbos como *dar, prometer, dizer* ou *mandar*, cujas ações se praticam em benefício ou prejuízo de alguém (e.g. *Grates tibi pendo, quòd declaraueris te mihi subuenturum*, “A ti agradeço por teres declarado que me socorrerias”).

²⁷⁶ Não se pretende afirmar aqui que o *nominativo* e o *sujeito* sejam termos sinônimos ou que eles designem sempre o mesmo objeto no mundo, haja vista a existência de sujeitos acusativos em latim. O que se procura demonstrar é que ambos os termos, *nominativo* e *sujeito*, remetem a elementos estruturais de uma oração, dentro dos respectivos modelos sintáticos.

O acusativo, do ponto de vista sintático, pode ser o termo regido por um verbo ativo ou por uma preposição, mas pode ser também um “**supposto** de Infinitivo, que pede antes de si Accusativo: *ut, Invenies **meum** erga te **amorem** nescire ordinem: & ordinem nesciri ab amore meo* [“Descobrirás que **o meu amor** por ti desconhece a ordem e que a ordem é desconhecida pelo meu amor”] (ROBOREDO, 1619, p. 74, observações e grifos nossos). O sobredito *suposto* é também um termo modista, a exemplo do *modo de aquisição* citado no parágrafo no anterior. De acordo com Romeo (2022, p. 12), o autor o emprega para designar o sujeito sintático (ou nocional) do infinitivo, que, em construções transitivas desse tipo, se expressa excepcionalmente pelo acusativo. Ou seja, o gramático seiscentista já havia percebido, de modo ainda embrionário, que não há uma correspondência absoluta entre o caso nominativo e o sujeito sintático de um verbo. A essa discussão se retornará mais adiante com a análise da terminologia roborediana.

O vocativo, é claro, se usa nos chamamentos e nas interpelações. Ele aparece com alguma frequência no tempo verbal mandativo (*i.e.* imperativo), como em: *o Deus, adiuua me, Domine* [“ó Deus, ajuda-me, Senhor!”]. O autor ressalta a semelhança física entre o vocativo e o nominativo na maioria das declinações.

O ablativo latino, regido ou não por uma preposição, pode expressar circunstâncias bastante diversas. Roboredo (1619, p. 75) arrola e exemplifica as seguintes circunstâncias para os ablativos preposicionados: 1) tempo: *a, sub, in*; 2) modo, instrumento ou pena: *cum*; 3) louvor, vitupério, ornamento, crime, pena ou medida: *de, ex, e*; 4) preço ou peso: *pro, prae*; 5) parte do animo, ou corpo ou lugar onde: *in*; 6) lugar donde: *ab, a, ex, de*; 7) causa: *abs, ab, a, ex* ou sem preposição; 8) matéria ou composição: *ex, e, de*; 9) comparação: *prae*; 10) excesso: *prae, in*; 11) passagem: *ex, in* com ablativo ou *per* com acusativo; 12) distância: *ex, in* com ablativo ou *per* com acusativo; 13) ablativo absoluto de pessoa: *a, sub*; 14) ablativo absoluto de cousa: *a, sub, in*; 15) partição: *ex*. Já os ablativos não preposicionados podem expressar, tempo, causa, matéria, composição ou lugar. Todas essas circunstâncias são quase idênticas àquelas que a Sintaxe Tradicional habitualmente atribui ao adjunto adverbial, reforçando a ideia de que os casos morfológicos cumprem papel análogo ao de funções sintáticas.

Nos dos últimos capítulos da primeira parte, Roboredo trata da composição figurada e das regras gerais que subjazem à correta formação das sentenças. Num deles, constam inúmeras figuras de Sintaxe, como elipse, zeugma, pleonasma, silepse, anástrofe, *etc*; no outro, constam as regras que um principiante deve observar para compor frases sem

solecismos. Por exemplo, deve ele verificar se o adjetivo está concordando com o substantivo e se o verbo está concordando com o seu nominativo, entre outras regras mais corriqueiras. Na sequência, vem a torrente de dados linguísticos a que o aluno devia ser submetido no chamado *Exemplo latino da Cópia de palavras*.

4.9.3.2 *Exemplo latino da Cópia de palavras*

Na segunda parte do *Methodo Grammatical*, Roboredo arrola 1200 sentenças latinas oriundas de uma obra intitulada *Ianua Linguarum* (“O portão das línguas”), composta por jesuítas irlandeses na Universidade de Salamanca em 1611 (LEITE, 2011b, p. 339-340, nota 6). O objetivo do gramático, vale lembrar, é expor o aluno a uma grande quantidade de dados linguísticos a fim de que ele infira as principais regras gramaticais e adquira vocabulário. A adoção de um método indutivo e experimental, em detrimento do tradicional método dedutivo e aristotélico, caracteriza uma saliente descontinuidade, no âmbito da *camada técnica*, entre Roboredo e todos os autores aqui estudados.

Antes de listar os milhares de sentenças, o autor endereça aos docentes as seguintes recomendações didáticas:

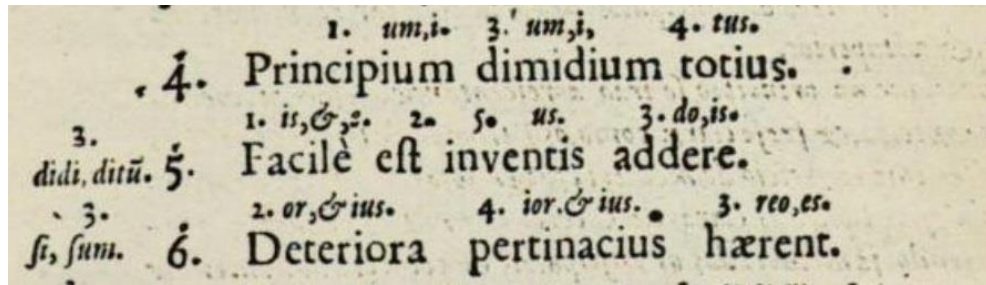
(216) - Sabendo o discipulo o primeiro livro desta arte pode o Mestre explicar segundo a capacidade dos ouvintes, hũa ou duas, ou tres, ou mais sentenças: primeiro o sentido: logo a Grammatica vulgar: a significação de cada palavra Latina: que parte da Oração he tal palavra: os accidentes seguintes: & finalmente a frase.

(ROBOREDO, 1619, p. 80).

Ao aluno se exige antes de tudo a compreensão global da sentença. Em seguida, deve ele proceder a um exercício mais puramente analítico, apontando a significação das palavras latinas, informando a parte da oração a que elas pertencem, bem como os respectivos accidentes (caso, número, gênero, *etc.*), para, ao cabo, chegar ao nível da frase. Nos parágrafos seguintes da obra, o autor ensina o aluno a reconhecer e a distinguir nomes substantivos, nomes adjetivos, preposições, verbos e as demais classes.

As sentenças latinas assim se apresentam na segunda parte do *Methodo Grammatical*:

Figura 21 - As sentenças no *Exemplo Latino da Cópia*



(ROBOREDO, 1619, p. 84).

Na figura, constam três sentenças: 4) *Principium dimidium totius* (“O princípio é a metade de tudo”); 5) *Facile est inuentis addere* (“É fácil acrescentar ao que já foi inventado”); 6) *Deteriora pertinacius haerent* (“As coisas inferiores prendem mais tenazmente”). Entre elas, constam glosas interlineares que informam a declinação a que pertencem os nomes ou ainda as conjugações a que pertencem os verbos. À esquerda, constam informações adicionais sobre os verbos *addere* e *haerere*, que possuem peculiaridades de conjugação no pretérito perfeito e no supino. Por derradeiro, nota-se o pendor moralista presente nessas palavras tiradas do *Ianua Linguarum*, conforme antecipara o título da primeira leva de sentenças: *Centuria Prima Sententiarum Moralium De Virtute, & Vitio in communi* (“Primeira centena de sentenças morais sobre a virtude e o vício em geral”). Nesse último ponto em particular, Roboredo se assemelha a João de Barros, cujos exemplos explicativos também têm esse mesmo pendor moralista.

4.9.3.3 *Exemplo Latino da Frase*

Na terceira parte do *Methodo Grammatical*, Roboredo não só rememora generalidades sobre as partes da oração e sobre os casos morfológicos, como também apresenta particularidades sobre ambos. Procede ele a um exame mais pormenorizado de certas palavras e construções, a exemplo do possessivo *suus*, *-a*, *-um*, dos pronomes reflexivos *se* e *sibi*, da expressão latina *opus est* (“é necessário”), do verbo *sum*, do verbo passivo e de formas nominais latinas. Na sequência, o autor traz duas novidades dignas de nota na gramaticografia portuguesa, quais sejam: um capítulo inteiro dedicado à regência nominal e outro à colocação retórica, ou seja, dois temas sintáticos a que os seus predecessores geralmente reservavam poucas linhas. Depois, ele procede a uma análise comparativa das discrepâncias frasais entre o latim e o português, passa brevemente pelos vícios de linguagem e, ao cabo, adentra no tema da versificação.

Logo nos parágrafos iniciais da terceira parte, há esta definição de frase:

(217) - Frase he hum **particular modo de fallar de cada lingua** segundo a **pronunçiação, & ajuntamento** de palavras per certa **collocação** dellas.
(ROBOREDO, 1619, p. 182, grifos nossos).

A despeito da sua concepção linguística universalista, Amaro de Roboredo salienta justamente as particularidades que as línguas guardam entre si no que concerne à construção frasal. Elas variam, segundo ele, na pronunçiação e no ajuntamento de palavras, bem como na colocação destas. O latim e o português, como se sabe, possuem divergências constatáveis em todos esses pontos, a começar pela ordem canônica e predominante nos dois idiomas. Na língua de Roma, o verbo costuma vir no fim das sentenças; na de Portugal, o verbo vem entre o nominativo e os casos oblíquos, se os houver.

Por serem muitos os assuntos abordados no *Exemplo Latino da Frase*, convém fazer não mais do que alguns apontamentos sobre certos tipos de construção, sobre o *status* gramatical da interjeição e, no fim, sobre as discrepâncias entre o latim e o português. Por exemplo, ao tratar de verbos referentes a fenômenos meteorológicos, o gramático seiscentista afirma que, na opinião de muitos, o nominativo *Deus* costuma ser aí omitido porque tais ações só poderiam ser praticadas pelo deus abraâmico. Semelhante afirmação se encontra nas obras de Apolônio Díscolo e Prisciano de Cesareia, que atribuíam a ação de *trovejar* a Zeus e a Júpiter respectivamente. É curioso constatar a influência da cultura e das crenças na análise dos gramáticos.

Mais adiante, o autor descreve a estrutura frásica requerida pelos verbos *acusar*, *absolver* e *condenar*, que se constroem com acusativo e genitivo:

(218) - Vsase nos Genitivos, que andão juntos a Verbos de, **accusar**, **absolver**, **condenar**: os quaes Genitivos saõ regidos, de *Crimine*, com a Preposição, *De*, que se entende de fora: *ut accuso te furti* [“acuso-te de furto”]; *absolvo te furti &c. sc. de crimine furti* [“absolvo-te de furto, isto é, do crime de furto”]. E callada Preposição, se usa; *Absolvo te crimine* [“Absolvo-te do crime”] (...).
(ROBOREDO, 1619, p. 185, observações e grifos nossos).

Em resumo, a pessoa a quem se acusa, absolve ou condena se flexiona no acusativo, enquanto o delito discutido na acusação, na absolvição ou na condenação se flexiona no genitivo. Exemplos como esses demonstram que Amaro de Roboredo de fato adentrou nos meandros da Sintaxe e procurou, à medida do possível, dar explicações racionais às estruturas

frásicas. Fernão de Oliveira, é válido lembrar, poucas linhas teceu sobre questões sintáticas, e João de Barros limitou-se às generalidades sobre a concordância (regular e figurada) e sobre a regência dos casos morfológicos.

Noutro passo do *Exemplo Latino da Frase*, há relevantes apontamentos sobre o *status* gramatical da interjeição:

(219) - Dos Adverbios hũs significão **acções interiores**, ou **paixões de animo**, sc. alegria, ou tristeza: outros significão acções exteriores. Os que significão acções interiores a que os Grãmaticos chamão, **Interjeições**, ou interposições, entre as palavras, como **signaes naturaes do animo, não entrão em arte; porque os suspiros ou gemidos de cada hum servem em todas as linguas**. Porem usamos na Latina de algũs destes sinaes, que os Latinos nos deixaram. Como de admiração, *Papae, Hui, E, vah;* de fastio, *Ohe, Phy, Apage, Apagesis:* de alegria, *Evax, Io, O* de dor, *Heu, Hei, Hoi, Ah, O:* de temor, *Oh, Atat, Hei:* de desejar, *Vtinam, O, Osi, sic (...).*

(ROBOREDO, 1619, p. 194, grifos nossos).

O autor divide os advérbios em dois grupos: os que significam ações exteriores e os que significam ações interiores ou paixões do ânimo. Os primeiros se referem aos advérbios *stricto sensu*, que modificam verbos, nomes adjetivos ou outros advérbios numa sentença; os segundos se referem às interjeições, que, na visão do autor, não entram em arte, ou seja, não pertencem ao domínio da Gramática. Elas seriam apenas gemidos naturais impulsionados pelo estado de espírito do indivíduo independentemente da língua por ele falada, de forma que tais gemidos não se vinculem nem morfológica nem sintaticamente a nenhuma outra parte da oração. Embora a imensa maioria das gramáticas portuguesas incluía a interjeição entre as classes de palavras, o seu *status* gramatical está longe de ser unânime entre os linguistas da atualidade.

Findas as observações sobre a regência dos verbos e dos nomes, Roboredo (1619, p. 203) dedica um capítulo inteiro à colocação retórica, no qual se põem lado a lado sentenças latinas escritas à maneira de um retórico, que dispõe as palavras de um jeito mais elegante, e à maneira de um gramático, que as dispõe de um jeito mais natural. São três as regras de colocação: 1) O retórico deve colocar em primeiro plano o caso regido, depois o nominativo e no fim o verbo (*e.g. Animam uirtus occupauit*, “A virtude preencheu a alma”), enquanto o gramático coloca em primeiro plano o nominativo, depois o verbo e no fim o acusativo (*e.g.*

Virtus occupavit animam)²⁷⁷; 2) o retórico deve colocar o adjetivo antes do substantivo e entre eles, se houver, o genitivo regido pelo substantivo (e.g. *Sanctissimam animam uirtus occupavit*, “A virtude preencheu uma alma santíssima”; *Sanctissimam Virginis animam uirtus occupavit*, “A virtude preencheu a santíssima alma da Virgem”). O gramático coloca os casos regidos no fim, e, em havendo genitivo, este fica depois do substantivo regente (e.g. *Virtus occupavit animam sanctissimam Virginis*); 3) o retórico deve juntar dois substantivos a um adjetivo ou ainda dois adjetivos a um substantivo duplicando as partículas *tum* e *cum* (e.g. *Intensissimis, & precibus, & laboribus Virgo illa tum humilis, tum prudens nobis, è Paternae mentis sinu diuinum deduxit Redemptore...* “Com as mais intensas preces e esforços, ela, a Virgem, tão humilde e sensata conosco, fez sair do seio do espírito paterno o divino Redentor...”).

Nos derradeiros capítulos da obra, o gramático enumera onze discrepâncias frasais entre o latim e o português, das quais bastará citar algumas. Por exemplo: em latim, duas negações geram uma afirmação (e.g. *Si non nihil respondeas*, “Se responderes algo”), mas tal fenômeno não ocorre em português (e.g. *Se não responderes nada*); em latim, o dativo e o genitivo não requerem uma preposição antes de si (e.g. *auxiliemur pauperi*), mas, em português, eles requerem respectivamente as preposições *a* e *de* (e.g. *socorramos ao pobre*); em latim, o ablativo de instrumento geralmente dispensa a preposição (e.g. *scribo calamo*), mas, em português, é obrigatório o uso da preposição *com* (e.g. *escrevo com a pena*); em latim, o relativo concorda em gênero e número com o seu antecedente (e.g. *Regia solis erat sublimibus alta columnis; cujus ebur...*), mas, em português, o relativo *cujo* concorda em gênero e número com o termo seguinte (e.g. *estava a casa do Sol alevantada sobre colunas, cujo marfim...*). Todos esses exemplos corroboram a lucidez de Amaro de Roboredo e a acurácia das suas análises linguísticas, em que se exploram didaticamente as similaridades entre as línguas escolásticas e as ditas vulgares sem ignorar as suas dissimetrias. O objetivo precípua do tratado era ensinar o latim a falantes lusófonos por meio de uma metalinguagem portuguesa, em contraposição às gramáticas latinas monolíngues.

4.9.3.4 Resumo sobre o *Methodo Grammatical para todas as Linguas*

Antes de dar o devido enfoque às escolhas terminológicas de Amaro de Roboredo, convém recordar as principais características do *Methodo Grammatical* e cotejá-las com as

²⁷⁷ O padrão sintático SVO (sujeito, verbo, objeto) atribuído por Roboredo aos gramáticos, cujo linguajar seria mais natural, não corresponde ao padrão canônico da língua latina, que é o SOV. Curiosamente, ele faz alusão à verdadeira ordem canônica do latim noutros passos da obra (ROBOREDO, 1619, p. 227).

características das demais obras analisadas nesta pesquisa, recorrendo-se, é claro, ao *modelo de camadas* de Swiggers (2004). Na *camada teórica*, Roboredo diverge dos seus predecessores quinhentistas por adotar uma concepção linguística universalista calcada na razão, de acordo com a qual todas as línguas do mundo compartilham em essência as mesmas propriedades, de sorte que um falante lusófono possa encontrar noutros idiomas os mesmos traços já existentes no seu idioma materno. É nessa premissa que se baseia a assunção roborediana de que os seis casos morfológicos latinos são mecanismos universais e indispensáveis para a expressão dos conceitos do ânimo; logo, todos eles haveriam de existir em grego, em hebraico e em português, podendo apenas manifestar-se com uma roupagem diferente, seja por meio de desinências casuais, seja por meio de preposições ou partículas apostas aos nomes. Os gramáticos renascentistas, cada um à sua maneira, estavam mais empenhados na gramatização do vernáculo e na equiparação deste ao latim como veículo de alta cultura. Roboredo também diverge deles noutro ponto relevante, qual seja, o reconhecimento de apenas cinco partes da oração (nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção), em vez das nove abonadas por Fernão de Oliveira e João de Barros. Todavia, é na *camada técnica* que se encontra a mais saliente divergência de Roboredo em relação a todos os gramáticos aqui estudados, contra os quais ele chegou a dirigir inclusive uma *retórica revolucionária*. Com efeito, o gramático seiscentista se opõe frontalmente ao tradicional método dedutivo e aristotélico empregado em toda a gramaticografia ocidental e propugna um método indutivo e experimental que fizesse os alunos inferirem as regras gramaticais mediante a exposição a muitos dados linguísticos (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007, p. XXIII). Por esse motivo, o autor optou por apresentar, nos primeiros capítulos do *Methodo Grammatical*, definições e explicações mais concisas a fim de que os aprendizes só assimilassem de fato os conteúdos na segunda parte, o *Exemplo latino da Cópia de palavras*, no qual constam 1200 sentenças tiradas do *Ianua Linguarum*. Na *camada documental*, há essa superabundância de dados linguísticos e uma visível superioridade quantitativa dos exemplos em latim, tirados tanto do *Ianua Linguarum* quanto da Literatura Clássica. Roboredo também recorre por vezes aos exemplos hipotéticos e, similarmente a João de Barros, tem alguma predileção por frases que tragam ensinamentos morais ou religiosos. Não há trechos oriundos da Literatura Portuguesa, por mais que o século XVI tivesse legado à posteridade nomes ilustrados como Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro e Luís de Camões. Por fim, na *camada contextual-institucional*, Roboredo difere dos seus antecessores renascentistas por ter vivido numa época em que o entusiasmo patriótico de Portugal já se havia apagado devido ao

declínio econômico e à perda da independência. Isso explica por que o seu patriotismo linguístico é menos efusivo. Nesse mesmo período, as alas contrarreformistas do reino perseguiram os intelectuais humanistas, imputando-lhes apoio ou simpatia pelos ideais protestantes, e deram à Companhia de Jesus as rédeas da vida intelectual e das políticas pedagógicas, que devem ter alicerçado a formação do gramático seiscentista, não obstante a oposição deste a certas normas do método jesuítico. Afinal, ele se opunha à exclusividade do latim nos recintos escolares e propugnava o uso do vernáculo, porém as suas reivindicações só seriam acatadas no século seguinte durante as reformas pombalinas, cuja política pedagógica se baseava na obra *Verdadeiro método de estudar* (1746), de Luís Antônio Verney (LEITE, 2011b, p. 351).

4.9.4 A terminologia sintática no *Methodo Grammatical para todas as Linguas: a camada técnica*

4.9.4.1 Sobre a Sintaxe e os casos morfológicos

Ao nível das palavras encadeadas Amaro de Roboredo chama *Composição* ou *Syntaxe*, divergindo aí dos seus antecessores quinhentistas Fernão de Oliveira e João de Barros, que preferiam o termo latino *construção* ao seu correspondente etimológico grego. O gramático seiscentista assim define o nível sintático no suplemento denominado *Recompilaçam da grãmatica portugueza, e latina, pela qual com as 1141 sentenças insertas na arte se podem entender ambas as linguas*:

(220) - Destas cinco Partes [do discurso] unidas per **Cõcordia, Regencia, & Posição** se faz a Oração; a qual união chamão **Syntaxe**.

(ROBOREDO, 1619, *Recompilaçam*, observações e grifos nossos).

Roboredo diverge dos dois gramáticos quinhentistas supracitados noutro ponto relevante: a divisão tripartite da Sintaxe em concórdia (*i.e.* concordância), regência e posição (*i.e.* colocação). Oliveira, como é sabido, teceu poucas linhas sobre a concordância e a regência no único capítulo da obra concernente às questões sintáticas. Barros, por sua vez, discorre sobre esses dois temas, concordância e regência, mas faz tão somente uma vaga referência aos aspectos posicionais das partes do discurso ao definir a *construção* como “hũa cõueniência antre pãrtes, **póstas ã seus naturáes lugáres**” (BARROS, 1540, p. 49, grifos nossos). Roboredo desenvolve a Sintaxe de colocação na terceira parte do *Methodo Grammatical*, mais especificamente no capítulo denominado *Da varia Frase, & regencia de*

Verbos, na qual se exercita a collocação rhetorica das palavras, em que se cotejam as sentenças escritas à maneira de um retórico e à maneira de um gramático, distinguíveis justamente pela disposição dos termos regentes e dos regidos, conforme ficou demonstrado e exemplificado nas seções anteriores.

Por outro lado, Barros e Roboredo convergem no modo como descrevem a estrutura oracional da língua, na medida em que ambos empregam os seis casos morfológicos latinos de forma análoga aos hodiernos *termos da oração* ou *funções sintáticas* (ROMEO, 2022, p. 6). Ambos os autores chamam de *nominativo* ao termo da frase com que o verbo concorda e de *acusativo* ao termo da frase sobre o qual incide a ação dos verbos ativos (e.g. *Novitas acquirit gratiam*, “**A novidade** aumenta **a graça**”). O vocativo aparece quase sempre acompanhado por uma interjeição interpelativa tanto em latim quanto em português (e.g. *o Deus, adiuua me, Domine*, “ó Deus, ajuda-me, Senhor!”). O genitivo, o dativo e o ablativo vernáculos se identificam por meio de paralelismos estruturais e semânticos com a construção latina correspondente. O genitivo indica a relação de posse por meio da preposição *de* (e.g. *Sopor lethi imago*, “O sono é a imagem **da morte**”). O dativo indica o beneficiário da ação verbal por meio da preposição *a* ou *pera* (e.g. *Grates tibi pendo*, “**A ti** agradeço”). Por último, o ablativo pode indicar circunstâncias diversas a depender da preposição com que se constrói (e.g. *scribo calamo*, “escrevo **com a pena**”). As 15 circunstâncias arroladas por Roboredo são muito similares àquelas que a Sintaxe Tradicional ordinariamente atribui aos adjuntos adverbiais: tempo, modo, instrumento, preço, lugar, etc.

4.9.4.2 *Suposto e aposto*: resquícios do pensamento modista em Amaro de Roboredo?

As similitudes entre João de Barros e Amaro de Roboredo vão além do recurso a um modelo sintático baseado nos casos morfológicos latinos, descrito nos parágrafos da seção anterior. De fato, ambos também se servem, ainda que muito esporadicamente, da mesma categoria modista: o *suposto* (em latim: *suppositum*), que é o elemento construtível inicial de construções binárias, ao lado do *aposto* (em latim: *appositum*). Roboredo o emprega na seguinte passagem:

(221) - Qualquer Verbo Activo pode reger depois de si Accusativo, ou o regem as Preposições de Accusativo; ou he na Latina **supposto** de Infinitivo, que pede antes de si Accusativo: *ut, Invenies meum erga te amorem nescire ordinem: & ordinem nesciri ab amore meo* [“Descobrirás que **o meu amor** por ti desconhece a ordem e que a ordem é desconhecida pelo meu amor”].

(ROBOREDO, 1619, p. 74, observações e grifos nossos).

O gramático descreve no trecho uma oração infinitiva (*meum erga te amorem nescire ordinem*) com um suposto flexionado no acusativo (*meum amorem*) e, na sequência, faz uma paráfrase por meio da conversão da voz ativa em passiva, de sorte que o agente do verbo *nescire* fique no caso ablativo, em conformidade com as determinações da Gramática Latina: *ordinem nesciri ab amore meo*. Mas o que teria motivado o autor a empregar uma categoria modista nesse passo da obra? O motivo é simples: Roboredo costuma chamar de *nominativo* ao termo da frase com que o verbo concorda, mas, numa oração infinitiva desse tipo, o termo concordante se flexiona excepcionalmente no **acusativo** por influência do verbo transitivo que o antecede (*inuenies*). Não sendo possível classificar o termo *meum amorem* como *nominativo* nesse contexto, preferiu ele socorrer-se do termo *suposto* a fim de designar o sujeito sintático do verbo²⁷⁸ (ROMEO, 2022, p. 12). Segundo se tem demonstrado ao longo de todo o trabalho, os casos latinos têm natureza binária na metalinguagem gramatical de outrora: do ponto de vista morfológico, eles designam as flexões nominais dentro de um paradigma de declinação (*e.g. amor, amorem, amoris, etc.*); do ponto de vista sintático, eles designam os papéis do nome nas sentenças ativas e nas passivas (*e.g. agente, paciente, possuidor, etc.*). A existência excepcional de um acusativo exercendo o papel de um sujeito sintático caracteriza uma anomalia com a qual modelo sintático baseado nos casos não consegue lidar a contento. Daí o recurso ao termo *suposto*. Aliás, cumpre lembrar que esse não é o único vestígio do pensamento modista em Amaro de Roboredo (1619, p. 74), que, na descrição do dativo, cita o *modo de significar* inerente a essa propriedade gramatical: o *modo de aquisição*.

Feitas essas considerações, cabe também questionar: o termo *aposto*, empregado uma única vez no *Methodo Grammatical*, remete de fato ao *aposto* dos modistas, que forma com o supramencionado *suposto* o binômio latino *suppositum-appositum*? Veja-se o trecho em que o gramático o emprega:

(222) - Sendo os Antecedentes Masculinos, & Femininos, se usa algũas vezes o Relativona terminação Neutra de Plural, como **aposto**, em que se entende per Ellipse, *negotia*, ou outro Sustantivo semelhante: *ut Vidi lunam, & stellas, quae tu fundasti s. opera, quae opera tu fundasti* [“Vi a lua e as estrelas que tu criaste, isto é, obras que tu criaste”].

²⁷⁸ Romeo (2022, p. 12) aponta uma tênue diferença no modo como Barros e Roboredo empregam o termo *suposto*. O primeiro o teria empregado para designar um sujeito mais nocional; o segundo, para designar um sujeito mais propriamente sintático.

(ROBOREDO, 1619, p. 72, observações e grifos nossos).

Roboredo chama de *aposto* ao relativo neutro que retoma e resume os nomes femininos antecedentes: *Vidi lunam, & stellas, quae tu fundasti* (“vi a lua e as estrelas **que** tu criaste”). Entre os dois nomes citados e o dito relativo, afirma o gramático, ficam subentendidos nomes neutros no plural como *negotia* (“negócios”), *opera* (“obras”) ou similares: *Vidi lunam & stellas, opera quae tu fundasti* (“vi a lua e as estrelas, **obras que** tu criaste”). Com base nessa descrição, é lícito dizer que o termo *aposto* possui aí uma acepção mais próxima àquela da Sintaxe Tradicional do que àquela preconizada pela Sintaxe Modista. Afinal, o *aposto*, segundo os especulativos, é o construtível de natureza atributiva com que se junta o *suposto* para formar uma construção binária do tipo *nome-nome*, como *homo albus* (“homem branco”), ou do tipo *nome-verbo*, como *Socrates currit* (“Sócrates corre”), parafraseável por meio de uma construção copulativa: *Socrates est currens* (“Sócrates é um corredor”). Nos exemplos aludidos, o nome *albus* (“branco”) e o verbo *currit* (“corre”) são os apostos das respectivas construções. Isso, todavia, nada a tem a ver com o *aposto* mencionado por Roboredo, cujo papel na sentença é o de retomar e resumir os nomes antecedentes, assemelhando-se muito ao moderno *aposto resumitivo* da Sintaxe Tradicional.

4.9.4.3 Termos relativos à concordância

Os três gramáticos lusos até aqui estudados se servem de termos distintos para designar o mesmo fenômeno de correspondência morfossintática. Oliveira usa o termo *conveniência*, numa clara acomodação terminológica do correspondente latino *conuenientia*; Barros usa o termo *concordância*, que advém do período humanístico e que mais tarde haveria de consolidar-se na metalinguagem gramatical portuguesa; por último, Roboredo usa o termo *concórdia*, bem como o seu antônimo *discórdia*. Apesar de distintos, todos eles trazem consigo o mesmo prefixo de contiguidade (*con-*) e evocam a mesma ideia de similaridade formal entre as palavras concordantes. Como foi visto nas seções passadas, o gramático seiscentista elenca quatro tipos de *concórdia*, aplicáveis tanto ao latim quanto ao português: 1) entre o nome substantivo e o nome adjetivo; 2) entre o relativo e o seu antecedente; 3) entre o nominativo e o verbo pessoal; 4) entre a pergunta e a resposta. Esta última é uma provável inovação roborediana.

Quanto ao verbo empregado em alusão a esse fenômeno, Barros tem preferência pelo verbo *convir*, numa clara acomodação terminológica do correspondente latino *conuenire*, ao

passo que Roboredo tem manifesta preferência pelo verbo *concordar*, empregado mais de uma vez na passagem seguinte:

(223) - O Relativo, & Antecedente, que he o Sustantivo, que lhes precede, **concordão** em Genero, & Numero: *ut Flagitium, quod astu celatur, aetas indicat* [“A infâmia, que arditosamente se oculta, revela-a o tempo”]. Stando o Relativo entre dous Sustantivos **concorda** muitas vezes na Latina, a modo da Grega, como Adjectivo com o Sustantivo seguinte: *ut Antiquissimum vitium est, quae invidia appellatur* [“Há um vício antiquíssimo que se chama inveja”].

(ROBOREDO, 1619, p. 71, observações e grifos nossos).

O excerto acima concerne à segunda concórdia, que opera entre o relativo e o seu antecedente. No exemplo *Flagitium, quod astu celatur, aetas indicat* (“A infâmia, que arditosamente se oculta, revela-a o tempo”), o relativo *quod* está no neutro singular para concordar com o seu antecedente *Flagitium*. Contudo, explica o autor, é também possível efetuar-se uma concordância à grega entre o relativo e o termo seguinte: *Antiquissimum vitium est, quae invidia appellatur* (“Há um vício antiquíssimo que se chama inveja”). Aqui o relativo *quae* se refere contextualmente ao substantivo neutro *vitium*, mas concorda com o substantivo feminino *invidia*.

No capítulo intitulado *Da Composição figurada*, Roboredo (1619, p. 74) explica e exemplifica os casos de silepse, que se caracteriza justamente por ser um tipo de concordância baseada nos conceitos, e não nas categorias gramaticais. Em *Misericordia et ueritas obuiauerunt sibi* (“As misericórdia e a verdade se encontraram”), na visão do autor, há uma silepse porque o verbo no plural concorda com dois nomes no singular. Como quer que seja, as figuras de linguagem são mais de interesse da Estilística do que da Sintaxe.

4.9.4.4 Termos relativos à regência

Roboredo diverge de Barros ao empregar o termo *regência* no lugar do cognato *regimento*, que aparece abundantemente na *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), mas converge com seu predecessor quinhentista ao empregar o verbo *reger* com o mesmo valor terminológico. Todos esses termos trazem em si o radical latino *reg-*, oriundo de *rex, regis* (“rei”), evocando a ideia de que, numa oração, as partes regentes ocupam um lugar mais elevado na hierarquia sintática do que as partes regidas. É uma metáfora entre reis e vassalos. Além do verbo *reger*, os verbos *passar* e *transpassar* também podem se referir à

transitividade verbal, como neste trecho: “Dos Verbos Activos, hũs traspassãõ sua actividade em varios Accusativos” (ROBOREDO, 1619, p. 69).

Ainda na parte de regência, encontram-se duas inovações terminológicas dignas de nota no *Methodo Grammatical*: os *verbos ativos incertos* (ou *vários*) e os *verbos ativos certos*. O autor assim os define e exemplifica:

(224) - Dos Verbos Activos, hũs traspassãõ sua actividade em varios Accusativos, dos quaes, se se não declarar algum, logo a significação destes Verbos suspende a orelha, ou o entendimento, como hũa oração imperfeita: exemplos saõ, *Amo, Movo, Defendo*, &c. porque importa acrescentar a cousa, que amo, a cousa que movo, a que defendo. Estes Verbos se podem chamar **Activos incertos**, ou **vários**. Outros infundem sua actividade em hum soo Accusativo tam certo, que dentro de si o incluem. Donde ainda que o tal Accusativo se não declare, não suspende a orelha, ou entendimento sua significação: porque he facil de entender seu Accusativo: como, *Curro, Vivo* &c. pois sta claro, que o que se corre he a carreira; o que se vive, a vida. Porem se quisermos declarar o Accusativo qualificado com Adjectivo bem o admite a orelha: como, *Brevem currimus cursum: Miseram vivimus vitam* [“Corremos uma carreira curta; vivemos uma vida infeliz”]. Estes Verbos, que muitos chamãõ Neutros, se podem dizer **Activos certos**, por amor da certeza de seu Accusativo.

(ROBOREDO, 1619, p. 69-70, grifos nossos).

Os *ativos incertos* ou *vários* são aqueles que admitem depois de si várias possibilidades de acusativo (e.g. *amo litteras, amicos, Deum*, “amo as letras, os amigos, a Deus”), enquanto os *ativos certos* só admitem depois de si um único acusativo semanticamente possível (e.g. *Miseram uiuimus uitam*, “Vivemos uma vida infeliz”). Tal acusativo seria para a Sintaxe Tradicional uma espécie de objeto direto interno, que, por estar subentendido no próprio significado do verbo, poderia ser omitido sem prejuízo ao entendimento da oração. Embora fossem à época dois termos inovadores para a gramaticografia portuguesa, Roboredo optou por aderir à terminologia gramatical legada por Prisciano de Cesareia e decidiu substituí-los respectivamente por *transitivos* e *intransitivos* na sua gramática latina de 1625 (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007, LXVI).

4.10 Pedro José da Fonseca e Jerônimo Soares Barbosa

4.10.1 A Europa nos séculos XVII e XVIII: um breve panorama

Nos primeiros decênios do século XVII, a Europa absolutista atravessava um período turbulento. Em 1618, querelas religiosas e territoriais em diversas partes do continente culminaram na Guerra dos Trinta Anos, cujo estopim foi a defenestração de católicos em Praga, na atual República Tcheca, e cujo desfecho se deu com a Paz da Vestfália, em 1648. Na Inglaterra, o Antigo Regime sofreu um forte abalo quando o rei Carlos I (r. 1625-1649) acabou decapitado pelos seus opositores na Revolução Puritana, fazendo emergir a efêmera República de Oliver Cromwell, dissolvida em 1660 aquando da restauração da monarquia inglesa (MICELI, 2021, p. 137-140). Na União Ibérica, os aristocratas portugueses se opunham cada vez mais às políticas fiscais da Coroa Espanhola e às crescentes intromissões desta nos assuntos internos de Portugal (CARDIM²⁷⁹, 1998, p. 401-402). A França, por seu turno, conseguiu sobressair em meio a turbulências internas e externas no reinado de Luís XIV (r. 1643-1715), o célebre “Rei Sol”, a quem se costuma atribuir a frase *L'état c'est moi* (“O estado sou eu”). O monarca reinou por extensos 72 anos e se tornou uma figura símbolo dos ideais absolutistas preconizados por teóricos como Jean Bodin (1530-1596), Thomas Hobbes (1578-1679) e Jacques Bossuet (1627-1704), que apregoavam o direito divino dos reis e a compulsória sujeição dos vassallos à autoridade régia (MICELI, 2021, p. 101-104).

Não obstante os avanços diplomáticos alcançados na Paz da Vestfália e a resolução de alguns conflitos internos na Europa Ocidental, a nobreza e o clero se viram diante de um novo oponente nos últimos decênios do século XVII e em todo o século seguinte: o Iluminismo. Antes mesmo de esse novo movimento intelectual tomar forma, convém lembrar, a autoridade eclesiástica em assuntos acadêmicos já vinha sendo questionada por nomes como Nicolau Copérnico (1473-1543), Giordano Bruno (1548-1600), Galileu Galilei (1564-1642) e Isaac Newton (1643-1727), cujas descobertas astronômicas rechaçariam cabalmente o Geocentrismo abonado pela Igreja, baseado no modelo ptolemaico (MICELI, 2021, p. 89). As perseguições perpetradas pelo Tribunal do Santo Ofício não impediram o inexorável triunfo do Heliocentrismo nem a ocorrência de uma *revolução científica* na área da Astronomia, aos moldes kuhnianos. Mais tarde, no século XVIII, o Iluminismo logrou boa receptividade nas camadas populares e numa ascendente burguesia, que passou a auferir lucro e prestígio com o advento da Primeira Revolução Industrial. Iluministas como Immanuel Kant (1724-1804) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) se contrapunham ao direito divino dos reis apregoados

²⁷⁹ CARDIM, Pedro. in MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Vol. IV: o Antigo Regime (1620-1807). Editorial Estampa: 1998.

pelos absolutistas e viam na razão a base para o progresso dos homens, independentemente de sua linhagem ou de graças divinas (MICELI, 2021, 142-144). Além disso, a pensadores como Voltaire (1694-1778) e Montesquieu (1689-1755) muito devem as modernas democracias ocidentais, na medida em que um foi a principal voz em favor da liberdade de expressão, e o outro, o proponente da hodierna tripartição dos poderes em executivo, legislativo e judiciário.

Tão persuasiva foi a mensagem dos iluministas, que os seus ideais encontraram ressonância nos dois lados do Oceano Atlântico. Nos Estados Unidos, eles impulsionaram o movimento independentista, que atingiu o seu objetivo em 1776 com o apoio dos franceses. No Brasil, eles inspiraram as principais lideranças da Conjuração Mineira, que se opunham à pressão fiscal da Coroa Portuguesa e viam na metrópole os principais entraves ao desenvolvimento da região das minas. Porém, diferentemente do ocorrido na América do Norte, as autoridades metropolitanas conseguiram suprimir as vozes coloniais dissonantes em 1789, após a delação de Joaquim Silvério dos Reis, e infligiram condenações aos mentores do movimento, em 1792 (FAUSTO, 2015, p. 98-100). Na França, os ideais iluministas embasaram o discurso de liberdade, igualdade e fraternidade que inflamou a população comum na Revolução Francesa, que se iniciou com a queda da Bastilha em 1789 e culminou na execução do rei Luís XVI e da sua esposa Maria Antonieta em 1793. Nos anos seguintes, como é sabido, as lideranças revolucionárias se desviaram dos seus propósitos iniciais e passaram a governar com mãos de ferro, perpetrando atos persecutórios contra quaisquer possíveis opositores ou dissidentes. Foi justamente esse o caso de uma das personalidades mais conhecidas desse momento histórico, o advogado Maximilien de Robespierre (1758-1794), executado pelos seus pares em 1794 (MICELI, 2021, p. 144-150). Em que pese ao estado de terror e violência subsequente à deposição do rei, a Revolução Francesa de fato solapou as bases do Antigo Regime e estabeleceu uma nova conjuntura ocidental, substituindo a monarquia absolutista e o clero por uma burguesia secularizada e detentora dos meios de produção.

Feito esse breve panorama sociopolítico da Europa nos séculos XVII e XVIII, convém adentrar a seguir na conjuntura portuguesa desse mesmo período e nas suas particularidades.

4.10.2 Da Restauração Portuguesa à fuga da família real para o Brasil

Em 1580, após a morte do cardeal Henrique, o rei Felipe II da Espanha herdou o trono português por ser tio legítimo do rei Dom Sebastião, morto em 1578 na fatídica Batalha de Alcácer Quibir. A princípio, a união das coroas não implicava uma interferência direta dos

espanhóis nos assuntos internos de Portugal porque os reis da Dinastia Filipina haviam jurado cumprir as cláusulas do Estatuto de Tomar, que garantia a identidade política e jurisdicional das instituições lusas. Contudo, no reinado de Felipe IV (r. 1621-1640), o ministro Dom Gaspar de Guzmán (1587-1645), Conde-duque de Olivares, adotou uma política fiscal mais rígida e centralizadora com vistas ao financiamento do exército durante a já referida Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Além disso, estava-se ventilando em Madri a possibilidade de mudança do *status quo* político de Portugal, gerando mais insatisfação na elite nobiliárquica portuguesa, que se via em grande medida excluída e marginalizada das mercês régias. Some-se a isso a criação da Junta da Fazenda, em 1631, que passou a intervir em territórios sob a jurisdição de tribunais locais. Enfim, as violações ao Estatuto de Tomar estavam se avolumando e começaram a estimular nos portugueses o desejo pela independência (CARDIM, 1998, p. 401-404).

A oposição aos atos administrativos e à própria clientela do Conde-duque de Olivares foi a principal força motriz do movimento restaurador, embora alguns esporádicos focos de sebastianismo tenham ajudado a radicalizar a população comum e incutir nela um senso de patriotismo em prol da autonomia política. Em 1639, a Coroa Espanhola reagiu à insubordinação lusa suprimindo o Conselho de Portugal em Madri e substituindo-o por duas juntas, ao que os portugueses responderam com a revolta de 1 de dezembro de 1640. Dentre as figuras mais carismáticas da Restauração, estava o duque de Bragança, o futuro rei Dom João IV (r. 1640-1656), cuja rede de colaboradores incluía nobres, militares, clérigos e oficiais.

O hesitante monarca subiu ao trono em circunstâncias particularmente penosas. Em primeiro lugar, ele se viu obrigado a impor uma política fiscal onerosa para financiar a guerra contra a Espanha, que não pretendia ceder terras nem Península Ibérica, nem nas Américas. Durante o conflito, houve carestia, destruição e recrutamento forçado. Em segundo lugar, a imponência política e diplomática da Dinastia Habsburgo impedia que a Igreja Católica e outras nações europeias reconhecessem a legitimidade da monarquia restaurada – algo que só se concretizaria a partir da década de 1660, com os acordos de paz (CARDIM, 1998, p. 407-408). No outro lado do Oceano Atlântico, brancos, índios e negros, encabeçados por André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, precisaram unir forças para expulsar os holandeses do nordeste brasileiro. Após alguns anos, os insurretos obtiveram vitórias decisivas nas duas Batalhas dos Guararapes, travadas em 1648 e 1649 (FAUSTO, 2015, p. 76). Quem vivenciou esse período de instabilidade foi o insigne padre Antônio Vieira (1608-

1697), jesuíta, diplomata, orador grandiloquente, escritor barroco e autor de centenas de sermões, a cujos escritos muitos gramáticos posteriores buscariam exemplos de correção linguística.

Falecendo o rei Dom João IV em 1656, o trono se encaminhou ao seu filho e herdeiro Afonso VI (r. 1656-1668), à época menor de idade. Nesse ínterim, atuou como regente a sua mãe Dona Luísa de Gusmão, que, segundo supõe Cardim (1998, p. 408), preferia ver na linha sucessória da Dinastia de Bragança o infante Dom Pedro. Ou seja, a autoridade do novo rei não era uma unanimidade nem mesmo no seio familiar. Não obstante as vitórias militares de Portugal na Guerra da Restauração, que lhe legaram o epíteto de “o Vitorioso”, o reduzido prestígio político de Dom Afonso VI em pouco tempo se deteriorou quando todos se aperceberam de que Luís de Vasconcelos e Sousa (1636-1720), o III Conde de Castelo Melhor, o estava manipulando. O casamento do monarca com a francesa Maria Francisca de Saboia visava a atrair o apoio diplomático da França, mas, na prática, deu azo a intervenções estrangeiras nos assuntos internos do reino, sobretudo da própria França e da Inglaterra. A debilidade do rei Afonso VI culminou no golpe perpetrado em 1668 pelo referido infante Dom Pedro, que atuou como regente até a morte do irmão em 1683 e daí em diante como rei.

A regência e o reinado de Dom Pedro II (r. 1668-1706) sobressaíram pela relativa estabilidade política e pela perspectiva de recuperação econômica. Em 1668, chegou-se a um acordo de paz com a Espanha, e, no âmbito interno, as disputas nobiliárquicas se atenuaram. Mais tarde, a descoberta de minas de ouro no sudeste do Brasil, em meados da década de 1690, gerou nos portugueses a expectativa de superar a crise financeira decorrente da Guerra da Restauração e de recheiar o erário régio. O Ciclo do Ouro não só estimulou fluxos migratórios através do Atlântico, como também concentrou as atenções da Coroa na sua principal colônia, que havia mergulhado num certo marasmo desde o declínio da economia açucareira. Em 1703, Portugal selou com a Inglaterra o Tratado de Methuen para fins militares e econômicos (MONTEIRO²⁸⁰, 1998, p. 411-413).

O reinado de Dom João V (r. 1706-1750), segundo filho e sucessor de Dom Pedro II, foi ainda mais frutífero em termos econômicos e diplomáticos. O Ciclo do Ouro chegou ao seu auge no Brasil e fez os cofres da Coroa se dilatarem, debelando a crise financeira do século anterior. Na política externa, Portugal alcançou dois grandes feitos: a paridade de tratamento perante a Igreja Católica e, nos últimos meses do reinado de Dom João V, a assinatura do Tratado de Madri (1750), que expandiu os domínios portugueses para muito

²⁸⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *in* MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Vol. IV: o Antigo Regime (1620-1807). Editorial Estampa: 1998.

além da linha divisória do Tratado de Tordesilhas (1494) e resolveu provisoriamente as disputas territoriais entre as duas metrópoles ibéricas, consolidando a interiorização do território brasileiro antes iniciada pelas entradas e pelas bandeiras. Esses tempos de bonança e estabilidade deram ao rei Dom João V as condições necessárias para fazer investimentos na cultura, com destaque para a fundação da Real Academia de História, em 1722, no auge do período barroco. (MONTEIRO, 1998, p. 413-415). Dentre os ilustres membros da recém-fundada academia, estava o clérigo Jerônimo Contador de Argote, que dedicou a sua gramática *Regras da Lingua Portuguesa, espelho da Latina* (1725) ao príncipe de Portugal, tendo para isso a aprovação do próprio rei, segundo demonstra o depoimento de um dos revisores da obra, o Conde da Ericeira. Também durante a administração joanina afluíram para o reino músicos e artistas italianos, por meio de incentivos da Coroa.

Em 1750, falecido o rei Dom João V, ascendeu ao trono o seu terceiro filho, Dom José I (r. 1750-1777), cujo papel na história de Portugal foi ofuscado pelo principal secretário de Estado do seu governo, o reformador Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), mais conhecido pelo título nobiliárquico de Marquês de Pombal (SUBTIL²⁸¹, 1998, p. 416-417). Logo no primeiro decênio de reinado, houve dois acontecimentos marcantes: o terremoto de 1755, que assolou a capital Lisboa, e uma malograda tentativa de regicídio em 1758, de que Carvalho e Melo se aproveitou para centralizar o poder em torno de si. Segundo Fausto (2015, p. 95-96), a administração pombalina foi uma espécie de “absolutismo ilustrado”, mesclando certas inovações com os arcaísmos típicos de um país atrasado no cenário europeu. As reformas implementadas nesse período foram amplas e incidiram nas mais diversas áreas: propriedade, organização familiar, religião, agricultura, indústria, educação, *etc.* Dentre as medidas pombalinas mais conhecidas, citem-se: a expulsão dos jesuítas devido a conflitos de interesse com a Coroa, o fim da escravidão indígena e a substituição do *Regimento das Missões* pelo *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão*, assinado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769), irmão do Marquês de Pombal e governador da província do Grão-Pará e Maranhão. O *Diretório* transformou aldeias em vilas, alçou os índios à condição de vassalos do rei (ao menos, formalmente), estimulou a migração de falantes lusófonos para o norte do Brasil e o casamento destes com mulheres indígenas, proibiu o uso da língua geral e instituiu o português como língua obrigatória na colônia, a ser ensinada desde cedo às crianças

²⁸¹ SUBTIL, José. in MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Vol. IV: o Antigo Regime (1620-1807). Editorial Estampa: 1998.

(FREIRE²⁸², 2011, p. 126-127). Conquanto os resultados dessas medidas de aculturação não tenham sido imediatos, elas, ao cabo, ensejaram o declínio dos dialetos indígenas e a posterior hegemonia lusófona no território brasileiro. A ojeriza do marquês aos membros da Companhia de Jesus era tão intensa, que ele deliberou o fechamento dos colégios jesuítas, precarizando a incipiente e modesta educação colonial, e proibiu o uso da gramática latina do padre jesuíta Manuel Álvares (1572) em sala de aula, substituindo-a pela gramática portuguesa de Antônio José dos Reis Lobato (1770) (LEITE, 2011b, p. 347; FARACO, 2016, p. 215). O caráter centralizador e até personalista da administração pombalina faz de Sebastião José de Carvalho e Melo um legítimo representante do Absolutismo, embora não tivesse uma coroa régia luzindo sobre a sua cabeça. Pombal permaneceu no poder até 1777, quando a rainha Dona Maria I (r. 1777-1816), sucessora do falecido Dom José I, o destituiu .

O panorama sociopolítico das últimas décadas do século XVIII era pouco auspicioso aos portugueses. Em primeiro lugar, a referida Dona Maria I era uma governante tão passiva quanto o seu antecessor, de modo que a administração do reino, na prática, tenha ficado a cargo do Visconde de Vila Nova de Cerveira e do Marquês de Angeja. Em poucos anos, a rainha se afastou em definitivo dos assuntos políticos devido aos abalos emocionais decorrentes da morte do rei consorte Pedro III, do filho primogênito Dom José e do supradito Marquês de Angeja, o que a tornou mentalmente incapaz pelo resto da vida (SUBTIL, 1998, p. 421). Ao mesmo tempo, a economia mineradora estava em declínio, e os principais agentes do ramo estavam cada vez mais insatisfeitos com a pressão fiscal da Coroa e com a proibição de manufaturas em solo colonial. Como se sabe, a disseminação dos ideais iluministas levou o Absolutismo aos seus estertores e, entre outras coisas, fez surgir em Vila Rica um grupo de intelectuais composto por escritores ilustres como Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) e Alvarenga Peixoto (1744-1792), representantes do Arcadismo. Inspirados pelos ideais iluministas e pela independência norte-americana, os revoltosos liderados por Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), o Tiradentes, organizaram a Conjuração Mineira, que acabou desbaratada em 1789 após as delações de Joaquim Silvério dos Reis (1756-1819). Conquanto a metrópole tenha suprimido esse foco de resistência e condenado os seus líderes, a queda da Bastilha e a execução do rei Luís XVI da França anunciavam a inexorável queda do Antigo Regime.

Por fim, entre 1792 e 1807, Dom João VI (r. 1807-1826) teve de superar a sua inexperiência administrativa para atuar como regente no lugar da incapacitada Dona Maria I e

²⁸² FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel**: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 280 p.

para depois reinar em seu próprio nome. Durante o período regencial, ele implementou reformas na infraestrutura, nos serviços e nos códigos legais, mas, em 1807, viu-se obrigado a se mudar para o Brasil a fim de escapar da iminente invasão napoleônica em Portugal (SUBTIL, 1998, p. 422-424). A colônia em muito se beneficiou de sua presença no Rio de Janeiro. Com efeito, o rei abriu os portos brasileiros para as nações amigas e fundou o Banco do Brasil, a Imprensa Régia e a Academia de Belas Artes, inculcando em parte da população o gosto pela cultura erudita. Nessa mesma época, também surgiram escolas de primeiras letras dedicadas aos chamados “homens livres”, em número ainda modesto. Não surpreende, mesmo assim, que as primeiras gramáticas portuguesas editadas no Brasil datem justamente dos primeiros decênios do século XIX, nos quais vieram a lume o *Breve compendio de grammatica portugueza* (1817-1819), de Frei Caneca, e o *Compendio da grammatica da lingua portugueza* (1829), de Antônio da Costa Duarte, afora pequenos tratados de ortografia (VIEIRA, 2018, p. 139-140). Dom João VI elevou a colônia ao posto de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815 e só regressou a Portugal em 1821, para não perder o trono. No ano seguinte, o príncipe Dom Pedro recusou-se a regressar à sua terra natal e proferiu o grito da independência em 7 de setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga, pondo fim ao período colonial na antiga América Portuguesa (FAUSTO, 2015, p. 112-116).

4.10.3 As gramáticas filosóficas e a mudança de modelo sintático

O Racionalismo europeu difundido por filósofos como René Descartes (1596-1650), criador do método científico, reverberou nos estudos linguísticos e fez surgirem as chamadas gramáticas gerais ou filosóficas, cuja obra mais representativa é a *Grammaire Générale et Raisonnée* (“Gramática Geral e Razoada”), de Lancelot e Arnauld (1660), conhecida ordinariamente como gramática de Port-Royal, em alusão a um convento jansenista homônimo situado em Paris (MOURA; CAMBRUSSI²⁸³, 2018, p. 86). Contudo, o retorno a uma abordagem gramatical mais generalista, conforme prevê o modelo pendular de Koerner (1989, p. 52-53), não se explica apenas pelos influxos filosóficos do século XVII. Segundo Weedwood (2002, p. 96-98), a difusão de gramáticas vernáculas a partir do Renascimento teria começado a ameaçar a soberania do latim como principal veículo de cultura no Ocidente e teria, por esse motivo, gerado uma reação contrária por parte da comunidade acadêmica, a fim de assegurar o *status* da língua de Roma. Havendo ou não uma reação coordenada entre os intelectuais da época, fato é que o objetivo de gramatização dos vernáculos já havia sido

²⁸³ MOURA, Heronides; CAMBRUSSI, Morgana. **Uma breve história da linguística**. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

alcançado nas principais potências europeias, dando ensejo a que outras abordagens surgissem com novos objetivos. Gonçalves²⁸⁴ (2006) assim resume os fundamentos da nova vertente:

Aplicado ao pensamento linguístico, o racionalismo das Luzes assenta no pressuposto de que **as línguas são regidas pelos princípios gerais ou universais da razão, motivo por que se afirmava a existência de uma gramática universal, em consonância com a universalidade das categorias lógicas** (Swiggers, 1986; 1990), comuns à mente humana, conquanto elas fossem traduzidas de modo diferente em cada língua (GONÇALVES, 2006, p. 4-5).

Como se sabe, a defesa enfática de universalismos linguísticos não era apanágio dos gramáticos seiscentistas. De fato, o filósofo medieval Francis Bacon (c. 1220-1292) propusera esta definição de gramática universal quatrocentos anos antes de Lancelot e Arnauld (BECCARI, 2013, p. 82): *grammatica una et eadem est secundum substantia in omnibus linguis, licet accidentaliter varietur* (“a gramática é a mesma em todas as línguas segundo a substância, embora varie acidentalmente”). Entretanto, tal similitude entre abordagens generalistas não implica que os gramáticos filosóficos tenham simplesmente reproduzido ou mimetizado os ideais e os conceitos dos especulativos, tampouco de gramáticos renascentistas como Escalígero (1484-1558) e Brozas (1523-1600), também adeptos à existência de generalidades nas línguas. Rememorando o que foi dito no capítulo dedicado a Tomás de Erfurt, o pensamento dos especulativos estava alicerçado do início ao fim nos chamados *modos de significar*, que são propriedades da palavra correspondentes, ao mesmo tempo, aos entendimentos mentais sobre as coisas (*modos de entender*) e às propriedades dos referentes externos (*modos de ser*). Com base nisso, a um substantivo qualquer como *cadeira* corresponderiam tanto um conceito mental acerca do que se convencionou chamar *cadeira* quanto o objeto físico em si. Ou seja, era um modelo correspondentista de base aristotélica que se distanciava do modelo greco-latino tradicional tanto nos fundamentos quanto na descrição da língua. O latim por eles descrito na Idade Média era algo tão engessado e abstrato, que não havia uma distinção clara entre metalinguagem e língua objeto (AUROUX, 1992, p. 45-46).

Os gramáticos de Port-Royal e os seus sucessores setecentistas, por seu turno, pretendiam explorar as operações mentais subjacentes à formação do discurso e, diferentemente dos seus predecessores especulativos, as suas análises incluíam outras línguas além do latim, a exemplo do francês, do hebraico, do italiano e do castelhano, sobre os quais

²⁸⁴ GONÇALVES, Maria Filomena Gonçalves. **Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas.** 2006. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/3059/1/Barcelona%202006.pdf>>. Acesso em: outubro de 2018.

Lancelot já havia redigido outras obras (COLOMBAT, 2017, p. 172-173). Contudo, o universalismo de Lancelot e Arnauld não se fundamenta tanto assim na detecção de semelhanças empiricamente constatáveis entre essas línguas – afinal, trata-se de um escopo ainda muito reduzido –, mas, sim, na “identificação de ‘fundamentos’ da arte de falar que os autores viam em um certo número de mecanismos de pensamento” (*ibidem*). Outra diferença digna de nota entre os especulativos e os gramáticos de Port-Royal é que, para estes, o objeto central de análise eram as proposições, e não os *modos de significar*, aos quais se fazem apenas algumas menções esporádicas no tratado seiscentista, como nesta passagem:

(225) - Já que a substância é aquilo que subsiste por si mesmo, chamaram-se nome substantivo todos aqueles que subsistem por si mesmos no discurso, sem que tenham necessidade de um outro nome, ainda que signifiquem acidentes. E, ao contrário, foram chamados adjetivos mesmo aqueles que significam substâncias, quando por sua **maneira de significar** devem estar junto a outros nomes do discurso.

(ARNAULD; LANCELOT²⁸⁵, *Gramática de Port-Royal*, 1660:2001, p. 32-33, grifos nossos).

A proposição (*i.e. frase simples*) é o objeto central de análise dos gramáticos de Port-Royal porque tal unidade linguística representa formalmente as três operações mentais mais básicas: conceber, julgar e raciocinar (COLOMBAT, 2017, p. 175). *Conceber* é o simples olhar do espírito sobre as coisas, sejam elas concretas, sejam abstratas; *julgar* é declarar algo afirmativo ou negativo sobre as coisas; por fim, *raciocinar* é confrontar dois julgamentos para fazer deles um terceiro. A proposição só toma forma, já diziam os filósofos e os lógicos da Antiguidade, quando se declara alguma coisa sobre algo ou alguém. Para isso, faz-se necessária a presença de um *sujeito* (*e.g. a terra*) e de um *atributo* predicável a esse sujeito (*e.g. redonda*), e, para uni-los de maneira inteligível, é igualmente necessária a presença de um elemento conector: o verbo (*e.g. é*). Ao cabo, forma-se a proposição *A Terra é redonda*, cuja estrutura tripartite se poderia aplicar a quaisquer línguas. O sujeito e o atributo, por serem conceitos incutidos no espírito, remetem à operação mental de conceber, ao passo que o verbo remete à operação mental de julgar (ARNAULD; LANCELOT, 1660:2001, p. 30; COLOMBAT, 2017, p. 176).

À semelhança dos especulativos, os gramáticos de Port-Royal também veem a subjacência do verbo copulativo *ser* a todas construções verbais, transitivas ou intransitivas,

²⁸⁵ ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude (1660). **Gramática de Port-Royal**. Tradução e prefácio de Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

consoante os preceitos aristotélicos. Por exemplo, a construção transitiva *Pierre achète un cheval* (“Pedro compra um cavalo”) seria parafraseável assim: *Pierre est achetant un cheval* (“Pedro está comprando um cavalo” ou “Pedro é o comprador de um cavalo”). A proposta de uma estrutura tripartite e universal formada por categorias transladadas da Lógica – *sujeito, cópula e atributo* – marca o início de uma transição do antigo modelo sintático baseado nos casos morfológicos latinos para um modelo sintático de base lógico-relacional. Corroboram-no estas elucidativas linhas de Colombat:

Tal quadro torna-se aquele no qual os gramáticos põem os problemas relativos à análise das relações em torno do verbo e no qual se passa progressivamente da **perspectiva essencialmente morfológica, que subentende a análise fundada sobre os casos herdados da gramática latina, para uma análise das funções**, aquela supõe a passagem para outro plano de análise: aquele das relações (de solidariedade, de dependência...) entre constituintes, em termos formais e/ou semânticos. (COLOMBAT, 2017, p. 176-177, grifos nossos).

A transição do modelo sintático baseado nos casos latinos para o modelo baseado em funções ocorreu de modo paulatino na gramaticografia ocidental. Com efeito, os próprios gramáticos de Port-Royal ainda empregavam os casos morfológicos à maneira de funções sintáticas, como nesta passagem:

(226) - A sintaxe de regime, ao contrário, é quase toda arbitrária e por isso se encontra muito diferenciada em todas as línguas: pois umas fazem o regime através dos **casos**, outras, em vez de casos, empregam apenas **pequenas partículas** que os substituem, não indicando senão um pouco desses casos, como em francês e em espanhol só se dispõe de *de* e de *à*, que indicam o **genitivo** e o **dativo**; os italianos acrescentam o *da* para o **ablativo**. Os outros casos não têm partículas, mas o simples artigo, que também nem sempre está presente.

(ARNAULD; LANCELOT, *Gramática de Port-Royal*, 1660:2001, p. 126, grifos nossos).

Os gramáticos de Port-Royal reconhecem no trecho que as línguas românicas se diferem do latim por não terem herdado os casos morfológicos, cuja diferenciação numa sentença passou a ser feita por meio de artigos e preposições prepostos aos nomes. Porém, neste outro passo da obra, os autores demonstram que essa relação entre os casos latinos e as partículas vernáculas está longe de ser biunívoca:

(227) - Vários gramáticos usaram a palavra “**casos**” com impropriedade. Como as primeiras Gramáticas foram feitas para o latim e o grego, nossas Gramáticas francesas

foram por demais influenciadas pela sintaxe grega ou latina. Diz-se, por exemplo, que o *de* indica o **genitivo**, embora essa preposição expresse as relações que somente o uso lhe atribuiu, muitas vezes bem diferentes umas das outras, sem que se possa dizer que correspondem às dos casos latinos, já que há muitas circunstâncias em que os Latinos, para traduzir o sentido do nosso *de*, usavam **nominativos, acusativos, ablativos** ou **adjetivos**. Exemplos: *La ville de Rome – Urbs Roma* (“A cidade de Roma”); *l’amour de Dieu*, falando daquele que nós lhe devemos; *amor erga Deum* (“amor para com Deus”); *un temple de marbre – templum de marmore* (“um templo de mármore”); *un vase d’or – vas aureum* (“um vaso de ouro”).

(ARNAULD; LANCELOT, *Gramática de Port-Royal*, 1660:2001, p. 178-179, grifos nossos).

Essas incompatibilidades entre o genitivo latino e os empregos da preposição francesa *de* são uma boa demonstração de que a metalinguagem sintática de outrora não mais satisfazia aos propósitos descritivos e explicativos dos gramáticos dos séculos XVII e XVIII. Se os modelos sintáticos fossem interpretados como *paradigmas* kuhnianos, seria lícito afirmar que os autores de Port-Royal haviam encontrado *anomalias* no modelo sintático de casos morfológicos, que permanecera durante séculos no estágio de *ciência normal*.

No século XVIII, os gramáticos franceses expandiram o nascente modelo sintático. Em 1709, veio a lume a *Suite de la Grammaire française sur un plan nouveau* (“Prosseguimento da Gramática francesa sob um novo plano”), do padre jesuíta Claude Buffier (1661-1737), que acresceu a noção de *modificativo* ao binômio *sujeito-atributo*. Em linhas gerais, o *modificativo* determina, restringe ou modifica outros elementos oracionais. Por exemplo, na construção *un ami de plaisir* (“um amigo para diversão”), o termo preposicionado *de plaisir* (“para diversão”) atua como um modificativo do nome *ami* (“amigo”); na construção *le pasteur connaît les brebis* (“o pastor conhece as ovelhas”), o termo *les brebis* (“as ovelhas”) é o modificativo do verbo *connaît* (“conhece”) (COLOMBAT, 2017, p. 177). Em 1747, veio a lume a gramática *Les Vrais principes de la langue française* (“Os verdadeiros princípios da língua francesa”), do abade Gabriel Girard (1677-1748), que rompeu mais firmemente com o antigo modelo sintático e propôs sete funções, baseando-se em critérios semânticos e formais: *subjetivo, atributivo, objetivo, terminativo, circunstancial, conjuntivo* e *adjuntivo*²⁸⁶. Girard emprega por vezes o termo *complemento*, mas numa acepção

²⁸⁶ Em francês: *subjectif, attributif, objectif, terminatif, circonstanciel, conjonctif* e *adjectif*.

um tanto ou quanto difusa (*ibidem*, p. 178). Quem haveria de delimitá-lo na gramaticografia francesa seria Du Marsais (1676-1756), que é uma das principais fontes de Pedro José da Fonseca, o próximo gramático português a ser estudado. Colombat (2017) ressalta o papel proeminente da noção de complemento nos rumos da análise sintática:

A análise sintática se encontra dotada do que se torna sua instrumentação fundamental: o par de noções concordância/regime, que permitia pensar as relações essencialmente morfológicas entre as palavras, é suplantada por aquele de **identidade/determinação**. O modelo da relação de **identidade** é aquele da concordância nome-adjetivo. A **determinação** revela a relação que uma ideia tem com outra, **restringindo** ou **estendendo** sua amplitude. Essa distinção delimita o domínio da noção de **complemento**. Ele aparece também entre a preposição e o nome que a segue. (COLOMBAT, 2017, p. 179, grifos nossos).

Du Marsais percebera que certos complementos não influíam em nada na essência da proposição gramatical, de modo que a sua determinação não fosse necessária nem obrigatória a nenhum termo sentencial. Esses complementos circunstanciais ficariam conhecidos como *adjuntos*. Quem também se debruçou mais detidamente sobre o tema da complementação foi Nicolas Beauzée (1717-1789), autor de muitos artigos e da *Grammaire générale, ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage* (“Gramática geral ou Exposição razoada dos elementos necessários da linguagem”), publicada em 1767. O gramático francês distinguia os complementos sem preposição (denominados *immédiats*) dos complementos com preposição e, segundo Colombat (2017, p. 185), foi ele o inventor da categoria dos determinantes, que se dividem semanticamente em vários tipos e subtipos, como: conotativo, universal, positivo e coletivo (*e.g. todo*) ou conotativo, partitivo, definido, demonstrativo e puro (*e.g. esse*), *etc.*

Daí em diante, a terminologia sintática francesa se expandiu e se espraiou para outras nações, onde foi recebida e adaptada ao gosto dos receptores, porém ela só veio a adquirir alguma uniformidade com o advento de uma nomenclatura oficial em 1911 (*ibidem*, p. 193). Como quer que seja, o esplendor cultural e intelectual da França iluminista se manifestou tão vivamente nos estudos linguísticos quanto na Filosofia, na Literatura e nas ciências naturais, de sorte que o seu idioma pátrio passasse a ser principal língua de cultura na Europa, sobrepujando o latim. Gramáticas filosóficas de relevo surgiram noutros países, a exemplo da Inglaterra e da Prússia, em que foram publicados respectivamente o *Hermes: Or, a philosophical inquiry concerning universal grammar* (“Hermes, ou uma Investigação

Filosófica concernente à Gramática Universal”), de James Harris ²⁸⁷ (1751), e os *Anfangsgründe der Sprachwissenschaft* (“Fundamentos iniciais da Linguística”), de Ferdinand Bernhardi (1805) (WEEDWOOD, 2002, p. 100). Em Portugal, a primeira gramática do gênero foi a *Grammatica philosophica e Orthographia Rational da Lingua Portugueza*, de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783), mas quem de fato se destacou nessa nova vertente foi a *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, de Jerônimo Soares Barbosa (1822), de que se tratará em detalhes mais adiante (VIEIRA, 2018, p. 133-134).

4.10.4 De Amaro de Roboredo (1619) a Pedro José da Fonseca (1799)

A segunda metade do século XVII foi um período pouco profícuo da gramaticografia portuguesa, seja em termos qualitativos, seja em termos quantitativos. Nesse ínterim, sobressaiu a *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* (“Arte da gramática para aprender a língua portuguesa”), do padre Bento Pereira (1672), reputada pelos estudiosos como a primeira gramática portuguesa para estrangeiros. Afinal, ela foi escrita na principal língua franca da época, o latim, e tinha dentre o seu público alvo os comerciantes que desejassem fazer negócios em Portugal ou em territórios lusófonos (ROMEO²⁸⁸, 2006, p. 14-15). Do ponto de vista teórico ou terminológico, a gramática de Bento Pereira não traz muitas inovações dignas de nota – o que não é de todo surpreendente tendo em vista os intentos mais pragmáticos do seu autor. Nela constam apenas cinco páginas sobre a Sintaxe, nas quais se observa a continuidade do modelo sintático baseado nos casos latinos, à semelhança de obras anteriores. Cumpre fazer aqui não mais do que uma breve menção aos conceitos de *mutatio extrinseca* (“mudança extrínseca”) e *mutatio intrinseca* (“mudança intrínseca”), alusivos ao modo como as línguas manifestam e diferenciam os seis casos morfológicos: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo. Segundo Bento Pereira, o português diferencia os casos por meio de partículas, ou seja, por meio de uma *mudança extrínseca* nas palavras (*a casa, da casa, à casa, a casa, ó casa, da casa*), ao passo que o latim os diferencia por meio de terminações diversas, ou seja, por meio de uma *mudança intrínseca* nas palavras (*domus, domus, domui, domum, o domus, domo*) (ROMEO, 2006, p. 18-21).

²⁸⁷ François Thurot (1768-1832), convém lembrar, elaborou um prefácio denominado *Discours préliminaire* para a tradução francesa da obra de James Harris. Tal prefácio foi um dos primeiros textos em que os pensamentos linguísticos foram postos em perspectiva histórica, a começar pela Antiguidade (ALTMAN, 2012, p. 14 e 15).

²⁸⁸ ROMEO, Rogelio Ponce de León. **Un capítulo de la historia de las ideas sintácticas en Portugal**: en torno a la teoría sintáctica del *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda*. FORMA Y FUNCIÓN 19 (2006), páginas 11-30. © Departamento de Lingüística, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, D.C.

O primeiro gramático português a citar nominalmente os gramáticos de Port-Royal foi o padre Jerônimo Contador de Argote (1675-1749) na obra *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, da qual se publicaram duas edições durante a vida do autor: a primeira em 1721, e a segunda em 1725. No capítulo introdutório da segunda edição, Argote se diz filiado a certos pontos da doutrina dos gramáticos filosóficos franceses:

(228) - Tambem advirto que alguns poderaõ estranhar a explicação, que dou a alguns pontos da Grammatica Portugueza, porèm os que forem versados na lição do **novo methodo dos Padres da Congregação de Portroial, e da Grammatica discursada do Padre Lami**, veraõ que na explicação da Grammatica Portugueza observo a mesma **doutrina**, que elles observàraõ a respeyto da Latina.

(ARGOTE, 1725, p. XXVIII, grifos nossos).

Em que pese a esse discurso de filiação a certos pontos da doutrina de Port-Royal e do padre Bernard Lamy (1640-1715), Argote não se enquadra de todo na vertente filosófica da ciência gramatical. Assim como Amaro de Roboredo (1619), ele demonstra inclinações racionalistas e de fato se propõe a descrever generalidades da língua portuguesa por meio de constantes comparações desta com a latina, mas, no que concerne à análise de orações, o gramático setecentista em nenhum momento trata das três operações mentais subjacentes à elaboração do discurso (*conceber, julgar e racionar*), nem da estrutura oracional tripartite proposta por Lancelot e Arnauld (*sujeito, cópula e atributo*), nem de outras categorias lógicas similares a essas. Na realidade, Argote é um continuador do tradicional modelo sintático baseado nos casos latinos, segundo comprova o seguinte passo:

(229) - *Pedro ama a seu pay*. Nesta Oração as palavras estão na sua ordem natural, porque o **nominativo Pedro** está antes do Verbo *ama*, depois do Verbo está o seu **caso**, &c. Ao contrario nesta Oração *Ama Pedro ao pay seu* as palavras não estão na ordem natural porque o **nominativo Pedro** está depois do Verbo, &c.

(ARGOTE, 1725, p. 185-186, grifos nossos).

Se, por um lado, Argote dá continuidade ao racionalismo e ao modelo sintático presentes em Roboredo, por outro, o gramático setecentista apresenta duas divergências notáveis em cotejo com os seus predecessores lusos: as suas considerações dialetológicas e o seu método dialógico, que perpassa o tratado. Na quarta parte da sua gramática, há um capítulo intitulado *Dos Dialectos da lingua Portugueza*, em que o autor se aparta

temporariamente dos seus intentos generalistas para descrever os principais dialetos lusófonos, divididos nestes três grupos: dialetos locais, dialetos de tempo e dialetos de profissão²⁸⁹ (LEITE, 2011, p. 674-679). Afora Fernão de Oliveira (1536), que tecera alguns comentários esporádicos sobre o fenómeno da variação linguística, os demais gramáticos lusos até aqui analisados concebiam a língua como um objeto virtualmente uniforme. O supradito método dialógico consiste em elaborar um texto didático na forma de um diálogo, que nas *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* ocorre entre o mestre e o seu discípulo. Veja-se este trecho sobre a regência:

(230) - Mestre. Quantas castas ha de Syntaxe de reger?

D. Duas.

M. Quaes são?

D. Syntaxe de reger os nomes, Syntaxe de reger os Verbos.

M. Qual he a de reger os nomes?

D. He a que ensina as regras de saber em que caso se haõ de pór na Oraçaõ os nomes.

M. E qual he a de reger os verbos?

D. A que ensina em que modos, tempos &c. se haõ de por na Oraçaõ os Verbos.

(ARGOTE, 1725, p. 194-195).

Embora pareça inovador aos olhos de um leitor hodierno, o método dialógico aparece na *Ars Minor* de Donato, nas *Partitiones* de Prisciano e noutros tratados da Idade Moderna, como os de Niccolò Perotto (1429-1480), Pietro Bembo (1470-1547), Juan de Valdés (1509-1541) e Sciopio (1576-1649) (WEEDWOOD, 2002, p. 53; SCHÄFER-PRIESS²⁹⁰, 2019, p. 26).

Décadas mais tarde, veio a lume a *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770), de Antônio José dos Reis Lobato (c. 1721-1804), alçada ao posto de gramática oficial do reino por determinação do Marquês de Pombal no Alvará Real de 30 de julho de 1770. Nele, é exigido que os professores de latim

instruam previamente por tempo de seis mezes, se tanto forem necessarios para a instrucção dos Alumnos, na *Grammatica Portugueza*, composta por

²⁸⁹ Dialetos locais: da Estremadura, da Beira, de Trás-os-Montes, do Alentejo, do Algarve e dos territórios ultramarinos (Índia, Brasil, etc.); dialetos de tempo: antiquíssimo (reinado de Dom Dinis), antigo (até o reinado de Dom Sebastião) e moderno (após o reinado de Dom Sebastião). Dialetos de profissão: prosaico e poético. Há menção também à fala dos ciganos e à gíria lisboeta (LEITE, 2011a, p. 674-679).

²⁹⁰ SCHÄFER-PRIESS, Barbara. **A gramaticografia portuguesa até 1822**: condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa. Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro Vila Real, Portugal, 2019.

Antonio José dos Reis Lobato, e por Mim aprovada para o uso das ditas Classes, pelo methodo, clareza, e boa ordem, com que he feita. (*apud* FARACO, 2016, p. 215, grifos nossos).

Tanto Roboredo (1619) quanto Argote (1725) já propugnavam outrora o uso do vernáculo em sala de aula, contrariamente à imposição do latim pela *Ratio Studiorum* (1599) dos jesuítas, porém o português só conseguiu adentrar na grade curricular com o advento das reformas pombalinas, cuja principal referência na área pedagógica foi o *Verdadeiro metodo de estudar* (1756), de Luís Antônio Verney. O marquês, como é sabido, fechou os colégios vinculados à Companhia de Jesus, aboliu o programa educacional jesuítico e, depois, cômico de que os alunos iniciantes teriam dificuldade de aprender Gramática por meio de uma língua estrangeira, estatuiu que o estudo de latim deveria ser precedido por seis meses de estudos vernaculares. O português só se consolidaria como disciplina escolar autônoma na segunda metade do século XIX (FARACO, 2016, p. 215).

Embora Lobato (1770) tente se vincular à vertente dos gramáticos filosóficos, a sua obra é, em grande medida, uma continuadora do modelo greco-latino tradicional (GONÇAVES, 2006, p. 150). Segundo Vieira (2018, p. 132-133), pouco ou nada de inovador se encontra na parte de Etimologia (*i.e.* Morfologia), em que se encontram as mesmas nove partes do discurso abonadas de há muito por João de Barros (1540). Na parte de Sintaxe, observa-se a manutenção do modelo sintático baseado nos casos latinos, a que se mesclam algumas tímidas marcas da Gramática Filosófica, como nesta nota de rodapé sobre o nominativo:

(231) - O **nominativo** significa o agente da oração, isto he, o **sujeito**, ou cousa, que exercita a significação do verbo; pois na oração v.g. *Pedro ama as letras*, *Pedro* he **nominativo**, por significar o **sujeito**, ou agente, que obra a acção de amar, que o verbo *Ama* afirma. Não he regido por parte alguma da oração; e se póde dizer que he o regente do verbo, porque este depende delle para lhe exercer a sua significação.

(LOBATO, 1770, p. 200, grifos nossos).

A definição de *nominativo* como “sujeito, ou cousa, que exercita a significação do verbo” mostra que o termo *sujeito* não foi aí empregado como categoria da Lógica, que é a sua área de origem, mas como uma categoria gramatical, haja vista o seu vínculo semântico e sintático ao verbo. No *Breve tratado da Orthografia para os que não frequentáraõ os estudos*, de João Pinheiro Freire da Cunha, que teve várias edições entre 1769 e 1815, também consta o termo *sujeito* em sua acepção sintática.

Por fim, em 1783, veio a lume a primeira gramática portuguesa intitulada filosófica, a já referida *Grammatica philosophica e Orthographia Racional da Lingua Portuguesa*, de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, e, em 1799, veio a lume a primeira gramática portuguesa a romper em definitivo com o antigo modelo sintático baseado nos casos latinos: os *Rudimentos da grammatica portugueza*, de Pedro José da Fonseca. É desta última que se tratará em detalhes nas próximas seções.

4.10.5 Pedro José da Fonseca e os *Rudimentos da grammatica portugueza*

Pedro José da Fonseca nasceu em Lisboa no dia 29 de junho de 1736 e faleceu na própria capital em 8 de junho de 1816. Em 1759, foi nomeado professor régio de Retórica e Poética e, anos depois, foi transferido para o Real Colégio dos Nobres, onde atuou como Lente de Retórica, Poética e Histórica até a sua aposentadoria em 1804. Também foi sócio fundador da Real Academia das Ciências, inaugurada em 1779 no reinado de Dona Maria I (r. 1777-1816), dirigiu a tipografia da instituição e liderou o grupo encarregado de elaborar o *Diccionario da lingoa portugueza*, cuja primeira e única edição foi publicada em 1793. Mais tarde, redigiu a sua inovadora obra, os *Rudimentos da grammatica portugueza* (1799), e, sob o anonimato, redigiu os *Rudimentos da orthographia portugueza* (1809), cuja autoria se confirmou após o testemunho dos críticos textuais (SCHÄFER-PRIESS, 2019, p. 46; COELHO²⁹¹, 2011, p. 169).

Os *Rudimentos da grammatica portugueza* (1799), segundo sugere o seu título, são uma obra de teor propedêutico que visava a introduzir a mocidade lusa nos meandros da disciplina, a fim de qualificá-la para o mercado profissional ou para torná-la apta a estudar o latim e outros idiomas estrangeiros, como bem lembra o autor no prólogo. Os *Rudimentos* se estendem por 353 páginas e se dividem em duas partes: uma sobre as nove partes da oração, que possui dez capítulos, e outra sobre a Sintaxe, que possui cinco capítulos. Logo à primeira vista, nota-se a ausência de capítulos sobre Ortoépia e Ortografia, cujo ensino Fonseca possivelmente teria delegado aos profissionais de primeiras letras. Dentre todas as obras já analisadas nesta pesquisa, vale lembrar, a *Grammatica Speculatiua* de Tomás de Erfurt é a única em que essas duas áreas também estão ausentes.

²⁹¹ COELHO, Sónia. *As ideias linguísticas nos Prólogos das gramáticas de Pedro José da Fonseca (1799) e de Jerónimo Soares Barbosa (1822)*. Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2011, pp. 168-181.

4.10.6 Análise dos *Rudimentos da grammatica portugueza*

4.10.6.1 O prólogo e a *retórica revolucionária* em Fonseca (1799)

Ao longo desta tese, pôde-se constatar que alguns gramáticos lançaram uma *retórica revolucionária* contra os seus predecessores, por diferentes motivos. Na Alta Idade Média, Prisciano de Cesareia (século VI d.C.), epígono de Apolônio Díscolo, chamou de vetustos aos seus antepassados intelectuais por não terem eles adentrado no nível sintático em seus tratados. Na Baixa Idade Média, os modistas consideraram as descrições gramaticais do mestre de Cesareia muito superficiais porque não explicavam a natureza filosófica das partes da oração nem dos respectivos acidentes. No Renascimento, João de Barros (1540) se opôs aos modistas alegando que os portugueses não deveriam se desviar nem das origens latinas do seu idioma tampouco da metalinguagem gramatical latina. Mais tarde, Amaro de Roboredo (1619) se opôs ao método dedutivo-aristotélico enraizado no ensino de Gramática e adotou um método indutivo-experimental que estimulava os alunos a inferirem as normas da língua expondo-os a muitos exemplos de frases modelo. Nos *Rudimentos da grammatica portugueza*, Pedro José da Fonseca (1799) também lança contra os seus predecessores uma *retórica revolucionária*, porém, diferentemente do que ocorrera com os autores acima citados, o motivo que o levou a romper com o passado da disciplina é de sumo interesse às premissas e ao andamento desta tese. Com efeito, **Fonseca é o primeiro gramático português a romper explicitamente com o antigo modelo sintático baseado nos casos morfológicos.** Outra inovação digna de nota da sua obra é o recurso aos exemplos explicativos tirados da Literatura Portuguesa, segundo indica o subtítulo do tratado: “*Cómmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*” (VIEIRA, 2018, p. 133; COELHO, 2011, p. 174-175).

O autor expõe a sua *retórica revolucionária* logo no prólogo dos *Rudimentos*, mais especificamente ao citar esta passagem dos *Principes de Grammaire*, de Du Marsais:

(232) - “Os nossos Grammaticos (assim diz) querendo sugeitar as lingoas modernas ao methodo Latino, as embaraçárão com hum grande número de preceitos inuteis, como são *casos, declinações*, e outros termos, que não convém a estas lingoas, e que nunca se haverião recebido a não terem os Grammaticos começado pelo estudo da lingua Latina. Assim vierão a submeter simplices equivalentes a regras estranhas. Porém **a Grammatica de huma lingua nunca pelas fórmulas da Grammatica de outra lingua se deve regular.** As regras de huma lingua só desta mesma lingua devem ser tomadas. As lingoas precedêrão ás Grammaticas, e estas não se devem formar, mais

que de observações exactas, tiradas do **bom uso da lingoa particular**, de que ellas tratão.”.

(FONSECA, 1799, p. VI-VII, grifos nossos).

Na gramaticografia francesa, os autores de Port-Royal já haviam apontado, em 1660, certas incompatibilidades entre a metalinguagem latina e as feições gramaticais do francês. Eles demonstraram, por exemplo, que aos diversos empregos da preposição vernácula *de* nem sempre corresponde uma construção latina com o genitivo, como em *La ville de Rome – Urbs Roma* (i.e. “A cidade de Roma”), em que o substantivo *Roma* se encontra no nominativo (ARNAULD; LANCELOT, 1660 : 2001, p. 179). Impelidos pelos influxos racionalistas que os circundavam e convictos de que a antiga metalinguagem não mais servia aos seus propósitos descritivos, os chamados gramáticos filológicos começaram a lançar mão de um modelo sintático mais abstrato e geral que fosse aplicável a quaisquer línguas. Arnauld e Lancelot trasladaram categorias da Lógica e as aplicaram numa estrutura tripartite composta por *sujeito, cópula e atributo* (e.g. *A Terra é redonda*). No século XVIII, nomes como Buffier, Girard e o próprio Du Marsais propuseram outras categorias analíticas, a exemplo de *modificativo e complemento*, que consolidaram uma Sintaxe baseada na ideia de função, tal como ficou demonstrado nas seções anteriores. Entretanto, não obstante as menções a autores de viés racionalista como Du Marsais, o racionalismo de Pedro José da Fonseca não vai muito além do prólogo, conforme adverte Sónia Coelho (2011, p. 180). Na verdade, segundo Jerônimo Soares Barbosa (1822, p. XII), o último gramático a ser aqui estudado, a principal fonte de Fonseca foi a *Gramática de la Lengua Castellana, compuesta por la Real Academia Española*, cuja primeira edição data de 1771.

Mais adiante, Fonseca cita o filósofo Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780), que preconiza, no seu extenso *Cours d’Étude* (1775), uma aprendizagem formalizada do idioma materno desde tenra idade. Ora, à medida que os vernáculos começavam a penetrar nas escolas, sobretudo nas séries elementares, maior devia ser a demanda por uma metalinguagem gramatical que se adequasse às feições e aos usos de cada língua em particular. Por exemplo, a um aluno que tenha iniciado a sua formação escolar em latim não lhe causaria estranheza ver termos como *dativo* ou *acusativo* aplicados ao vernáculo, já que ele estaria apto a traçar paralelismos sintáticos entre ambas as línguas, porém a um aluno monoglota de francês ou de português tais termos seriam pouco elucidativos. Afinal, não há uma correspondência biunívoca entre os casos oblíquos latinos e as preposições dos dialetos românicos. Por

exemplo, de que maneira o dito aluno monoglota conseguiria diferenciar um acusativo preposicionado na frase *Eu vou à igreja* de um simples dativo na frase *Eu obedeço à Igreja?* Para diferenciá-los, ele precisaria recorrer às frases latinas correspondentes: *Ego eo ad ecclesiam* e *Ego oboedio Ecclesiae*. Isso explica por que Du Marsais e Fonseca julgavam inúteis os conceitos de caso e declinação.

Assim como Amaro de Roboredo (1619), Fonseca (1799, p. XI-XII) defende um método didático focado na aplicação concreta das regras gramaticais, e não na memorização mecânica delas, razão pela qual ele costuma aduzir um bom de exemplos explicativos em cada capítulo dos *Rudimentos*. Aliás, nota-se uma semelhança entre Roboredo e Fonseca justamente na *camada documental*, na medida em que ambos primam por exemplos explicativos providos de algum ensinamento moral ou beleza literária. Alega o autor que “(...) muitos destes **exemplos** escusão decorar-se; mas **a sua graça, e belleza lhes dará pronta entrada na memoria**, e como esta de ordinario tenazmente retém o que se lhe imprime” (FONSECA, 1799, p. XII, grifos nossos). Por outro lado, Fonseca se diferencia dos demais gramáticos por ter sido o primeiro a buscar um bom número de exemplos explicativos nos escritores canônicos da Literatura Portuguesa. Dentre os mais citados, estão o padre Antônio Vieira, Luís de Camões, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Manoel Bernardes, João de Lucena, Gil Vicente e João de Barros, ou seja, há uma clara predileção por escritores que antecedem o próprio Fonseca em mais de 200 anos. Isso diz muito sobre as preferências linguísticas do autor e sobre o seu ideal de língua.

4.10. 6. 2 Parte I

Passado o prólogo, Fonseca dá início à parte I do seu tratado e apresenta a seguinte definição de Gramática:

(233) - **GRAMMATICA he a arte de fallar, e escrever correctamente.** ARTE he huma collecção de regras, que ensinão a fazer bem alguma cousa. A Grammatica he arte, porque dá preceitos para fallar, e escrever huma lingua correctamente, isto he sem erros. Estes preceitos se formão de observações feitas sobre **o modo, com que, as pessoas bem educadas, e os bons Autores costumão fallar, e escrever a linguagem da sua nação.**

(FONSECA, 1799, p.1-2, grifos nossos).

Fonseca inicia a sua definição enquadrando a disciplina gramatical no gênero arte, a que os gregos chamavam τέχνη, e os latinos, *ars*. Tal gênero consiste numa exposição metódica de preceitos voltados ao aperfeiçoamento de alguma habilidade, nesse caso, falar e escrever corretamente numa dada língua. Assim como a maioria dos gramáticos aqui estudados, Fonseca erige o seu ideal de correção nos usos linguísticos das pessoas mais instruídas e dos escritores canônicos, caracterizando aí uma continuidade bem perceptível na *camada teórica*. Da mesma maneira, ele também reconhece, ao longo do tratado, que certas irregularidades se consagraram pelo uso e passaram a ter o dito “consentimento da orelha”.

Juntando-se a Olivera (1536) e Barros (1540), Fonseca (1799, p. 3) aponta nove partes da oração e reserva a cada uma delas um capítulo em separado, na seguinte ordem: nome, pronome, artigo, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Afora algumas novidades no tratamento do nome e do verbo, o gramático segue o mesmo caminho dos seus antecessores no tratamento de questões morfológicas.

A classe dos nomes assim se define:

(234) - NOME he uma voz, ou dicção, que se apropria a cada pessoa, ou cousa para a dar a conhecer, e differençar de outra. Divide-se em *Substantivo*, e *Adjetivo*.

(FONSECA, 1799, p. 3).

Tal definição se assemelha à de muitos gramáticos aqui estudados por dar enfoque ao aspecto semântico e até mesmo ontológico dos nomes, mas ela se diferencia das demais definições por não tocar nos acidentes nominais como gênero, número, grau ou espécie. Os substantivos assim se chamam porque são dotados de uma substância, corpórea ou incorpórea, que pode ser captada pelos sentidos. O adjetivo tem a função de qualificar um substantivo, expresso ou subentendido.

Conforme anunciara o autor no prólogo, nada há a respeito de casos ou declinações no capítulo sobre o nome, uma vez que ele considerava esses conceitos inúteis à descrição do português. Em sendo assim, as classificações nominais presentes nos *Rudimentos* são as seguintes:

- 1) Substantivo: comum / apelativo (*reino*) ou próprio (*Portugal*);
- 2) Adjetivo: positivo (*mau*), comparativo (*pior*) ou superlativo (*péssimo*);
- 3) Quanto ao gênero: masculino (*pincel*) ou feminino (*pena*);
- 4) Quanto ao número: singular (*verdade*) ou plural (*mercês*);

5) Quanto à espécie: primitivo (*pedra*) ou derivado (*pedreiro*); dentre os derivados: gentílico (*português*), patronímico (*Marques*), aumentativo (*mulherão*) ou diminutivo (*homenzinho*);

6) Outras espécies: coletivo (*bosque*), verbal (*andança*), composto (*varapau*), numeral (*três*); dentre os numerais: cardeal ou absoluto (*três*), ordinal (*terceiro*), coletivo (*milheiro*), partitivo ou distributivo (*terço*), proporcional ou aumentativo (*dobro*) ou de repetição (*duas vezes*).

Fonseca (1799, p. 40) define o pronome como uma palavra que se põe em lugar do nome e o divide em seis espécies: pessoal (*eu, tu, ele*), possessivo (*meu, teu, seu*), demonstrativo (*este, esse, aquele*), relativo (*que, qual, quem, cujo*), absoluto (*que, qual, quem, cujo*) e indefinido (*alguém, ninguém, algum, nenhum*). Os pronomes absolutos assim se chamam porque aparecem na frase sem um antecedente, a exemplo de *Não se engana quem deseja ser honrado* (*ibidem*, p. 59-60).

Fonseca também passa rapidamente por outros dois assuntos relevantes do ponto de vista sintático: a mesóclise e o pronome apassivador *se*. Embora o gramático setecentista não empregue essas duas denominações no texto, isso não o impediu de descrever os dois fenômenos:

(235) - As pessoas do futuro do indicativo dos verbos se interrompem às vezes, mudando o *r* do meio em *l*, pela interposição dos sobreditos pronomes, como: *dilo-hei, falo-has, telo-ha* &c, que tanto valem, como: *direi-o, farás-o, tera-o* &c.

(FONSECA, 1799, p. 47).

(236) - Ultimamente a palavra *se* denota a **voz passiva dos verbos**. Exemplos: *A omissão he o peccado, que com mais facilidade se commette, e com mais difficuldade se conhece* (...).

(*ibidem*, grifos nossos).

O trecho concernente à mesóclise mostra que, à época, não havia restrições gramaticais quanto ao emprego da ênclise com verbos no futuro do indicativo (*e.g. direi-o*) – algo que a Gramática Normativa passaria a interditar tempos depois. Na realidade, as regras de colocação pronominal só seriam alvo de intensos debates da segunda metade do século XIX em diante. No segundo trecho transcrito, chama a atenção o uso do advérbio

ultimamente, o qual dá a entender que a percepção do pronome *se* como uma palavra apassivadora era algo recente na língua. Fala-se aqui em percepção porque o fenômeno em si é decerto bem mais antigo.

Em seguida, Fonseca passa a tratar do artigo, definido por ele como a parte da oração cujo papel é o de indicar o gênero dos nomes a que se encontram antepostos (1799, p. 70). Embora a sua definição só dê ênfase ao aspecto morfossintático, ele cita as observações etimológicas de João de Barros (1540) sobre o termo latino *articulus*, aprofunda-se depois em aspectos semântico-discursivos do artigo e apresenta muitas regras sobre o seu uso ou omissão numa frase. Há também algumas rápidas considerações sobre o fenômeno da crase²⁹², mas nada se diz sobre os artigos indefinidos, já que o gramático possivelmente os enquadrava entre os nomes numerais.

O capítulo dos verbos merece uma descrição mais pormenorizada porque nele se encontram marcas inequívocas da Gramática Filosófica, cuja influência se faz presente logo na definição da classe gramatical:

(237) - **VERBO** he huma palavra, que explica, ou **huma acção feita**, ou **huma acção recebida pelo sujeito**; ou simplesmente significa **o estado do sujeito**.

Sujeito, ou agente he a pessoa, ou cousa de que se falla.

Verbo, segundo sua etymologia, quer dizer *palavra* e talvez por ser **a mais essencial da oração**, pois por elle se formão, e enunciação todos os nossos discursos, se lhe deo por excellencia huma tal denominação.

(FONSECA, 1799, p. 83, grifos nossos).

A definição de verbo acima transcrita diverge de todas as anteriores porque põe em evidência os aspectos sintáticos dessa parte da oração e o modo como ela se relaciona com o sujeito, descrito como a pessoa ou a coisa de que se fala. Embora o termo *sujeito* seja oriundo da Lógica, o trecho não deixa dúvidas de que Fonseca o empregou como categoria linguística, e não como categoria do pensamento, haja vista a sua relação simbiótica com o verbo no plano oracional. Aqui a influência da Gramática Filosófica é, portanto, bem nítida.

As classificações sintáticas do verbo advêm justamente do modo como ele se relaciona com o seu sujeito. O verbo que indica uma ação praticada chama-se *ativo* ou *transitivo*, entendendo-se aí que a ação verbal incide sobre alguém ou alguma coisa; o que indica ação sofrida chama-se *passivo*; o que indica o estado do sujeito chama-se *neutro*; por fim, há o

²⁹² Fonseca não usa o termo *crase* no capítulo em questão.

verbo *pronominal*, que se divide em reflexivo e recíproco, e o verbo *impessoal*, que só se usa na terceira pessoa do singular sem um sujeito expresso. À transitividade verbal se retornará em mais detalhes nas seções dedicadas à terminologia.

Juntando-se as classificações sintáticas às morfológicas, tem-se o seguinte quadro classificatório do verbo:

- 1) Quanto aos aspectos sintáticos: ativo ou transitivo (*gastar*), passivo (*sou amado*), neutro (*correr*), pronominal (*compadecer-se*), que se divide em reflexivo (*ferir-se*) e recíproco (*abraçar-se*), impessoal ou monopessoal (*chover*);
- 2) Quanto à formação: simples (*dizer*), composto (*emagrecer*) ou frequentativo (*choromingar*);
- 3) Quanto à conjugação: primeira (*amar*), segunda (*temer*) ou terceira (*partir*);
- 4) Quanto à regularidade: regular (*amar*), irregular (*vir*) ou defectivo (*jazer*);
- 5) Quanto ao modo: indicativo (*é*), imperativo (*abre*), subjuntivo ou conjuntivo (*fizesse*), infinito ou infinitivo (*amar*);
- 6) Quanto aos tempos. 6.1) do indicativo: presente (*amo*), pretérito imperfeito (*amava*), pretérito perfeito (*amei*), perfeito composto (*tenho amado*), mais-que-perfeito (*amara*), mais-que-perfeito composto (*tinha amado*), futuro (*amarei*), futuro composto (*hei de amar*); 6.2) imperativo (*ama tu*); 6.3) do subjuntivo: presente (*ame*), pretérito imperfeito (*amara, amaria* ou *amasse*), perfeito composto (*tenha amado*), mais-que-perfeito (*amara* ou *amasse*), mais-que-perfeito (*tivera* ou *tivesse amado*), futuro (*amar*), futuro composto (*tiver amado*), 6.4) infinito ou infinitivo: impessoal (*amar*), pessoal (*amar eu*), pretérito composto (*ter amado*), futuro composto (*haver de amar*).

Observação: nos *Rudimentos*, o particípio é uma parte da oração autônoma, e o *status* do gerúndio como tempo ou modo verbal não é de todo claro.

Acerca das demais partes da oração, cumpre fazer aqui alguns comentários mais breves, a fim de evitar repetições desnecessárias.

O particípio, como foi dito, é uma classe autônoma e, nos *Rudimentos*, se divide em dois tipos: presente ativo (*e.g. amante*) e passado passivo (*e.g. amado*) (FONSECA, 1799, p. 175-176). Em momentos posteriores da gramaticografia portuguesa, o dito particípio presente seria reinterpretado como um substantivo ou adjetivo verbal, enquanto o particípio passado seria relegado ao posto de forma nominal do verbo, ao lado do infinitivo e do gerúndio.

O advérbio é a classe encarregada de modificar verbos, adjetivos e outros advérbios. Fonseca (1799, p. 189-191) o divide em seis tipos semânticos: tempo (*agora, logo*), lugar (*aqui, ali*), modo ou qualidade (*bem, mal*), quantidade (*muito, pouco*), comparação (*mais, menos*) e ordem (*primeiramente, depois*). Além disso, lembra ele que certos advérbios podem comportar-se como preposições caso rejam outras palavras (e.g. *longe da cidade*) e que expressões preposicionadas de carácter adverbial se chamam *modo* ou *fórmula adverbial* (e.g. *a torto, a direito*).

A preposição, por seu turno, se define na obra como “palavra, a qual com a sua regencia denota, que humas cousas tem com outras” (FONSECA, 1799, p. 194). A sua denominação, advinda do verbo latino *praeponere* (“prepor”), se explica pelo fato de que ela se prepõe à palavra que lhe completa o sentido, ou seja, ao seu **complemento**, na acepção sintática do termo. O autor a divide em seis tipos: lugar (*a, abaixo de, perante*), ordem (*após, atrás de, depois de*), união (*acerca de, além de, com*), separação (*exceto, longe de, salvo*), fim (*até, para, por*) e especificação (*a, de, em*). Segundo Fonseca (1799, p. 196), as preposições especificativas assim se chamam porque restringem o sentido da palavra a que se antepõem, a exemplo de: *andar à caça, pelejar a ferro, homem de qualidade, cidade de Lisboa* e *andar a pé*. Na prática, porém, trata-se de um único rótulo para um grupo de preposições heterogêneo.

A conjunção se descreve genericamente como “palavra, que serve para ajuntar entre si as diferentes partes do discurso” (FONSECA, 1799, p. 197). O autor a divide em seis tipos semânticos principais: copulativa (*e, nem, também*), disjuntiva (*ou, já, agora*), adversativa (*mas, porém, todavia*), condicional (*se, senão, como*), causal (*porque, pois, pois que*) e continuativa (*portanto, pois, como*). As conjunções também podem ser simples (e.g. *pois*) ou compostas (e.g. *ainda que*).

Por último, vem a classe das interjeições, que servem para exprimir algum afeto ou movimento do ânimo, como alegria, dor, medo, desejo, aversão, etc. (FONSECA, 1799, p. 204-205). Segundo o gramático setecentista, as interjeições são tão variáveis quanto as sensações humanas, de modo que só o contexto possa particularizá-las – a palavra *oh!*, por exemplo, pode denotar afirmação, lástima ou indignação. Do ponto de vista sintático, não há um lugar específico para elas numa sentença.

4.10. 6. 3 Parte II

A parte II dos *Rudimentos* se inicia com um capítulo intitulado *Da Syntaxe, ou Construcção em geral*, e traz as seguintes linhas:

(238) - **SYNTAXE**, ou **Construcção** he o modo de dispôr, e ordenar as palavras, e frases **segundo as regras da Grammatica**.

O termo *syntaxe* vem de outro Grego, que significa *ordem, construcção*.

Esta *syntaxe, construcção, ou ordem* consiste na união, encadeamento, ou estrutura das palavras, e frases, conforme **ás leis do uso**, e ao **genio particular de cada huma das lingoas**.

(FONSECA, 1799, p. 209, grifos nossos).

Conquanto a Gramática Filosófica fosse à época a abordagem preponderante – ou melhor, a *cinosura* da disciplina, nos termos de Dell Hymes (1974, p. 10) –, a definição de Fonseca dá mais ênfase às particularidades sintáticas das línguas, com base no uso corrente, do que a supostos universalismos sintáticos. Com efeito, quando o autor menciona “as regras da Grammatica”, parece haver aí apenas uma vaga menção a princípios linguísticos mais gerais, porém ele é bem assertivo ao declarar que as línguas possuem cada uma o seu próprio gênio e os seus próprios usos. Além disso, note-se que os dois termos, *Syntaxe* e *Construcção*, podem se referir a uma das partes de que se compõe a Gramática ou a arranjos sintáticos em geral, empregados numa oração qualquer.

Fonseca separa a Syntaxe em dois tipos: simples e figurada. A primeira concerne ao modo mais natural e espontâneo de construir sentenças, consoante as especificidades de cada língua, enquanto a segunda concerne a um modo mais ornamentado de dispor os termos de uma oração, por meio de figuras de linguagem. À semelhança de outros gramáticos, o autor aborda dois grandes temas no âmbito da Syntaxe – concordância e regência –, porém deles se diferencia por não recorrer às categorias de caso latinas nas suas análises.

Fonseca (1799, p. 210-223) enumera e exemplifica cinco regras principais de concordância: I - o artigo concorda em gênero e número com o nome comum (*e.g. a fortaleza*); II - o adjetivo concorda em gênero e número com o substantivo (*e.g. heróis estúpidos*); III - o relativo *qual* concorda em gênero e número com o seu antecedente (*e.g. A boa guia é a inclinação boa, a qual nasce do claro entendimento*); IV - os verbos concordam com os substantivos ou com os pronomes em número e pessoa (*e.g. Deus não tem necessidade de que nós o servamos*); V - nomes coletivos seguidos de termos preposicionados no plural requerem verbo e adjetivo no plural (*e.g. A multidão dos artifícios de fogo que continuamente sucediam uns aos outros alumiavam a fumaça da pólvora*). Paralelamente às regras, o autor arrola inúmeras exceções.

Na sequência, Fonseca procede ao estudo da regência, assim definida e exemplificada: (239) - **REGENCIA he a acção, que humas palavras tem sobre outras, e o modo regular de as ajuntar entre si.**

Dá-se *regencia* todas as vezes que huma palavra **restringe**, ou **determina a significação de outra**. A que está antes rege; e a que está depois, he regida. Exemplo: *A fortuna nunca iguala os desejos dos homens.*

Estas palavras *os desejos* **restringem**, e **determinão** a acção do verbo *igualar*, o qual considerado por si só denota huma especie de acção geral, e indeterminada. Da mesma sorte estas palavras *dos homens* são determinadas pelas outras precedentes *os desejos*. (FONSECA, 1799, p. 224, grifos nossos).

A ideia de que os termos regidos restringem ou determinam a significação dos termos regentes tomou corpo na Gramática Filosófica e ajudou a delimitar a moderna noção de *complemento* (COLOMBAT, 2017, p. 179). De fato, os verbos transitivos, quando tomados isoladamente, denotam ações vagas ou indeterminadas, pois o processo verbal expresso por eles não é completo em si mesmo. Na oração *A fortuna nunca iguala os desejos dos homens*²⁹³, a ação de *igualar* se inicia no sujeito *A fortuna* e só se encerra no complemento *os desejos*. Em seguida, afirma o gramático que o termo preposicionado *dos homens* é determinado por *os desejos*, porém, com base no que ele mesmo assevera linhas antes – que a palavra anteposta rege e que a palavra posposta é regida –, isso parece não fazer sentido. Na verdade, o termo *dos homens* é que realmente determina e especifica os seres detentores desses desejos.

Fonseca (1799, p. 224) identifica dois tipos de regência: simples e composta. A regência simples restringe ou determina a significação do verbo sem o auxílio de preposições (e.g. *A honra cria e faz a arte excelente*), ao passo que a composta o faz justamente com o auxílio de preposições (e.g. *daqui nasce o amor que ao povo o Rei, ao Rei seu povo tem*). Nesse ponto em particular, o gramático setecentista diverge dos seus predecessores lusos, que recorriam a paralelismos sintáticos com os casos oblíquos latinos (genitivo, dativo e ablativo) para descrever o mesmo fenômeno regencial. Em seguida, ele lembra que os pronomes *me*, *te*, *se*, *lhe* e *lhes* podem constituir regências compostas caso possam ser substituídos por termos preposicionados: *a mim*, *a ti*, *a si*, *a ele* e *a eles*. Enfim, a associação desses dois tipos de regência aos hodiernos conceitos de *objeto direto* e *objeto indireto* é assaz óbvia.

²⁹³ Exemplo tirado dos sermões do padre Antônio Vieira, o escritor predileto de Fonseca nos *Rudimentos*. Note-se o teor moral da frase em tela: *A fortuna nunca iguala os desejos dos homens*.

Nos capítulos seguintes, Fonseca se debruça sobre a regência dos nomes, dos verbos e das preposições, descrevendo as estruturas oracionais em que eles se inserem e trazendo copiosos exemplos. Nesse sentido, cabe questionar: tendo Fonseca abandonado a terminologia de caso latina, cujos termos se empregavam outrora à maneira de funções sintáticas, como ele passou a descrever, então, os elementos estruturais de uma sentença? Os trechos a seguir respondem a esse questionamento:

(240) - Para se formar oração deve haver sempre hum verbo, ao qual precede algum substantivo, ou pronome claro, ou occulto, que sirva de **agente** ou **principio** da acção, ou significação do mesmo verbo.

(FONSECA, 1799, p. 227-228, grifos nossos).

(241) - O Nome, quando se põe depois do verbo, he o **termo** da sua acção, ou significação.

Assim dizendo-se: *Quem busca virtude, Deos o ajuda.*

(*ibidem*, p. 235, grifos nossos).

Em toda oração, deve existir um verbo, e todo verbo requer antes de si substantivo ou pronome, expresso ou occulto, que lhe sirva de agente. Esse agente, segundo observa Fonseca (1799, p. 228) numa nota de rodapé, chama-se *nominativo* na Gramática Latina e *sujeito da proposição* na Lógica. Como o autor rechaça *in limine* a aplicação dos casos morfológicos à Gramática Portuguesa, pode-se inferir sem erro que ele chama de *agente* ou *sujeito* ao primeiro elemento oracional. Nas construções transitivas, como é sabido, há um terceiro elemento, geralmente nome ou pronome, sobre o qual incide a ação do verbo, ou melhor, no qual **termina** a ação do verbo. É por esse motivo que o complemento verbal se chama *termo* (do latim *terminus*, de que provém a forma divergente *término*).

Não havendo um *termo* após o verbo, tem-se uma construção intransitiva, segundo demonstra o próprio gramático nesta passagem:

(242) - Os verbos **neutros**, ou **intransitivos** não tem depois de si nome, que sirva de **termo** á sua acção, ou significação. O qual se faz desnecessario por isso que no agente, que precede ao verbo, fica elle comprehendido.

Quando se diz por exemplo, que alguem

Suspira, e chora, e canta, e geme, e sua.

(FONSECA, 1799, p. 237, grifos nossos).

Explica o autor que os verbos intransitivos não necessitam de um *termo* porque este já está compreendido no *agente* da oração. Noutras palavras, quer ele dizer que a ação verbal expressa nas construções intransitivas começa e termina no próprio sujeito.

Mais adiante, Fonseca descreve os verbos recíprocos, que têm depois de si um pronome alusivo ao sujeito da oração (e.g. *Quem consigo se aconselha consigo se depene*) e, na sequência, trata dos advérbios e de nomes preposicionados no papel de modificadores verbais (e.g. *Não vive muito, senão quem emprega bem a vida; ler com gosto o livro*). Os exemplos demonstram que o gramático setecentista tinha, em maior ou menor grau, a consciência de que certos elementos oracionais tinham uma função meramente acessória ou circunstancial, de modo que a sua presença não fosse obrigatória. De fato, não há uma relação de regência composta entre o verbo *ler* e a expressão preposicionada *com gosto*, pois esta não lhe completa o sentido; ela apenas o modifica.

No capítulo intitulado *Da Construção do verbo com o pronome*, Fonseca adentra rapidamente num tema pouco abordado pelos seus antecessores: colocação pronominal. Segundo ele, os pronomes oblíquos pospostos ao verbo chamam-se *arrimados* ou *enclíticos*, termo que já aparecera em Argote (1725) com a mesma acepção. Não há nos *Rudimentos* nenhum termo que remeta à próclise ou à mesóclise, tampouco há regras rígidas que normatizem a maneira correta de posicionar os clíticos numa sentença – pelo que se pode inferir uma liberdade relativa quanto à colocação. De acordo com o autor, numa construção formada por dois verbos, pode-se posicionar o pronome oblíquo antes do primeiro (e.g. *me quero recrear*), após o primeiro (*quero-me recrear*) ou após o segundo (*quero recrear-me*). Subentende-se aí que a chamada colocação à brasileira, com o pronome proclítico ao verbo principal (*quero me recrear*), seria incorreta ou inexistente à época.

Não menos relevante é a diferenciação sintática entre os oblíquos *o* e *lhe* no seguinte passo da obra:

(243) - Os pronomes *o*, e *a* do singular, *os*, e *as* do plural sómente servem para significar o **termo** da acção do verbo; para o que nunca podem servir *lhe* no singular, e *lhes* no plural, pois que estes não representão mais, que **o sujeito a quem a acção se dirige, ou a quem della resulta damno, ou proveito.**

(FONSECA, 1799, p. 244-245, grifos nossos).

Rememorando o que foi visto nas páginas anteriores, uma construção transitiva é formada por *sujeito*, *verbo* e *termo*, porém, segundo permite inferir o excerto anterior,

Fonseca só chama de *termo* ou *termo da ação* aos complementos verbais não preposicionados, dentre os quais se incluem os pronomes oblíquos *o*, *os*, *a* e *as*. Para os complementos verbais preposicionados, tais como *lhe* e *lhes*, não há uma denominação específica, mas uma descrição semântica desse elemento sintático: “o sujeito a quem a acção se dirige, ou a quem della resulta damno, ou proveito”. Na prática, é quase a mesma descrição semântica que outros gramáticos portugueses faziam do caso dativo. Noutro trecho dos *Rudimentos*, Fonseca (1799, p. 248) chama de *termo* ao complemento preposicionado da oração *amar a Deus*, mas aqui cumpre lembrar que os complementos verbais referentes a pessoas ou divindades costumavam receber preposições mesmo que os verbos em tela não as exigissem²⁹⁴. Afinal, o verbo *amar* se constrói regularmente por meio de regência simples, ou seja, a sua significação é restringida ou determinada sem o auxílio de preposições.

Nos demais capítulos sobre regência, Fonseca descreve em detalhes os usos das preposições *a*, *de*, *em* e *por*, com ênfase nos aspectos semânticos de cada construção. Veja-se este exemplo sobre a preposição *a*:

(244) - [A preposição *a*] Toma-se em **sentido condicional**, quando no principio da oração precede ao infinito dos verbos, e corresponde então ao adverbio *se*, v. g. *a fallar verdade*, *a ter certeza disso*, são expressões, que equivalem a estoutras, *se hei de fallar a verdade*, *se tivera certeza disso*.

(FONSECA, 1799, p. 257, observações e grifos nossos).

No excerto (244), o gramático exemplifica o uso da preposição *a* em sentido condicional diante de verbos no infinitivo, demonstrando-o por meio destas paráfrases: *a falar a verdade - se hei de falar a verdade; a ter certeza disso - se tivera certeza disso*. Portanto, embora a preposição *a* possa ter sentidos muitos diversos, a construção sintática em que ela se encontra inserida por si só já tende a limitar o número de possibilidades interpretativas. Por fim, chama a atenção, é claro, que Fonseca tenha divergido da maioria dos gramáticos ao classificar o *se* como advérbio, em vez de conjunção.

Os capítulos restantes dos *Rudimentos* dizem respeito à Sintaxe figurada e aos dois principais vícios de linguagem: barbarismo e solecismo. A Sintaxe figurada assim se define:

(245) - **SYNTAXE**, ou **Construção figurada** he a que se aparta da simples, e natural, quando, ou o uso assim o pede, ou melhor convém á elegancia, e energia da expressão.

(FONSECA, 1799, p. 272, grifos nossos).

²⁹⁴ Ainda hoje, é uma tradição da língua portuguesa o uso da preposição *a* antes da palavra *Deus* quando esta exerce função de objeto direto.

Em resumo, a Sintaxe figurada se define por oposição à simples, na medida em que esta concerne à ordem natural e convencional das palavras, enquanto aquela transgredir a dita ordenação para fins estilísticos. Fonseca (1799, p. 273-294) descreve e exemplifica as seguintes figuras: hipérbato, elipse, pleonasma e silepse, a qual pode ser de gênero, número ou pessoa. Embora haja nesses capítulos algumas informações interessantes sobre a Estilística do português à época, não há inovações ou diferenças dignas de nota quer na parte conceitual, quer na terminológica. O mesmo se pode dizer acerca do barbarismo e do solecismo nos capítulos derradeiros dos *Rudimentos*.

4.10. 6.4 Resumo sobre os *Rudimentos da grammatica portugueza*

Os *Rudimentos da grammatica portugueza* ocupam um lugar proeminente na gramaticografia lusa por trazer duas grandes novidades: a mudança de modelo sintático e o uso de dados linguísticos oriundos da literatura vernácula para fins explicativos. Na *camada teórica*, Fonseca demonstra certa inclinação à Gramática Filosófica, citando inclusive nomes como Du Marsais no prólogo, mas, na prática, o seu tratado não explora a relação entre linguagem e mente nem se aprofunda na natureza filosófica das unidades linguísticas, razão pela qual Sónia Coelho (2011, p. 180) não o enquadra nessa vertente. A despeito disso, a influência dos gramáticos filosóficos foi decisiva para que Fonseca abandonasse o antigo modelo sintático baseado nos casos latinos e adotasse um modelo lógico-relacional. A adoção de um novo modelo sintático naturalmente teria implicações na *camada técnica*, já que antiga rede terminológica, formada por *nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo*, acabou substituída por uma nova e incipiente rede, formada por *sujeito, verbo e termo*. Nos capítulos de Etimologia, porém, encontram-se as mesmas nove partes da oração abonadas por outros gramáticos. Na *camada documental*, como foi dito, Fonseca deu larga preferência a trechos de escritores portugueses clássicos, com alguma predileção pelo padre Antônio Vieira, em detrimento dos exemplos explicativos hipotéticos. Por último, na *camada contextual-institucional*, Fonseca vivenciou a transladação dos ideais da Gramática Filosófica até Portugal e a ascensão de uma gramaticografia vernácula menos dependente das suas origens greco-latinas, numa época em que a penetração da Gramática Portuguesa nos currículos escolares era cada vez maior. Os gramáticos da época se haviam apercebido de que certas categorias latinas, como *caso e declinação*, não eram apropriadas ao ensino do português como língua materna nas séries elementares.

4.10.7 A terminologia sintática nos *Rudimentos da grammatica portugueza*: a camada técnica

4.10.7.1 Causas para a substituição do antigo modelo sintático

Nas seções anteriores, apresentou-se um novo modelo sintático, bem como as primeiras categorias que o compunham: *sujeito*, *verbo* e *termo*. Contudo, a uma pesquisa historiográfica não basta apenas apontar mudanças teóricas ou terminológicas nas fontes primárias; é necessário ir além e interpretar as causas da substituição do antigo modelo sintático pelo novo nos *Rudimentos da grammatica portugueza*. As causas são basicamente as seguintes:

1) **A difusão da Gramática Filosófica pela Europa.** No século XVIII, ocupava lugar de destaque nos estudos linguísticos a Gramática Filosófica, cujos adeptos trasladaram certas categorias da Lógica e deram-lhes aplicações gramaticais, numa espécie de racionalismo linguístico. Outrora, o termo *sujeito* (do latim *subiectum*) tinha apenas valor referencial, ou seja, designava seres ou coisas no mundo extralinguístico, porém, no âmbito da linguagem, ele passou a designar concomitantemente tanto o ser ou a coisa de que se fala quanto um elemento estrutural da oração, com que há de concordar o verbo. Noutras palavras, o *sujeito* passou a ser uma **categoria híbrida**, mesclando seu antigo papel de categoria lógica com o papel sintático antes associado ao *caso nominativo*. Esse hibridismo, aliás, é a causa de certas confusões classificatórias por que passam atualmente os alunos de Língua Portuguesa, que não raro titubeiam na hora de classificar o sujeito de orações como *Alguém chegou*, que, do ponto de vista meramente **referencial**, seria um *sujeito indeterminado*, mas que, do ponto de vista **formal**, seria um *sujeito simples*, dada a concordância do verbo *chegou* com o pronome indefinido *Alguém*. Noções como *atributo* ou *predicado* tinham o mesmo valor referencial e também passaram a designar elementos oracionais. Segundo os gramáticos de Port-Royal, havia ainda um terceiro elemento, a *cópula*, cujo papel seria o de ligar os dois elementos anteriores, como na sentença *A Terra é redonda*, em que o verbo *ser* liga o sujeito *A Terra* ao a um atributo que lhe é predicável: *redonda*. A transladação de termos da Lógica para a Gramática caracteriza o parâmetro classêmico que Swiggers (2010b, p. 18-19) chama de *empréstimo disciplinar*;

2) **A penetração das línguas vernáculas em meios de circulação outrora exclusivos do latim.** Até o século XVII, o latim ainda ocupava o seu lugar de excelência no meio acadêmico e no escolar. Contudo, no século das Luzes, os grandes eruditos optaram por redigir seus tratados em língua materna, com destaque para o francês, que se tornou a

principal língua de cultura do Ocidente e assim permaneceu até os primeiros decênios do século XX, quando foi sobrepujado pelo inglês. Nas escolas, o ensino do vernáculo tornou-se uma etapa propedêutica do curso de Gramática Latina após o declínio da Companhia de Jesus e do seu programa educacional abonado na *Ratio Studiorum* (1599), que impunha a exclusividade do latim em sala de aula. Em Portugal, o vernáculo adentrou nos recintos escolares no período das reformas pombalinas, tendo como obra de referência a gramática de Antônio José dos Reis Lobato (1770);

3) **Como consequência do itens anteriores, a percepção de que a terminologia de caso da Gramática Latina não era adequada ao ensino dos vernáculos.** Os gramáticos de Port-Royal já haviam detectado em 1660 a existência de incompatibilidades morfossintáticas entre os usos da preposição francesa *de* e os usos do genitivo latino, como em: *La ville de Rome – Urbs Roma* (“A cidade de Roma”), em que *Roma* se encontra no nominativo; *un temple de marbre – templum de marmore* (“um templo de mármore”), em que *de marmore* se encontra no ablativo; *un vase d’or – vas aureum* (“um vaso de ouro”), em que *aureum* é um adjetivo no nominativo. (ARNAULD; LANCELOT 1660 : 2001, p. 179). Se o antigo modelo sintático fosse interpretado como um *paradigma* kuhniano, seria lícito afirmar que ele estava transitando do estágio de *ciência normal* para o estágio de *ciência extraordinária*, haja vista as anomalias nele detectadas por Arnauld e Lancelot. No século XVIII, os gramáticos de língua vernácula abandonaram em definitivo o modelo de casos, que estava alicerçado em características **empíricas** e **específicas** da declinação latina, e o substituíram pelo modelo lógico-relacional da Gramática Filosófica, que é mais **racionalista** e **abstrato** e, por corolário, mais facilmente aplicável a um grande número de línguas, declináveis ou não. Pedro José da Fonseca (1799) foi o primeiro a abandonar o antigo modelo em Portugal.

4.10.7.2 Os elementos da oração

Embora Fonseca tenha expressado no prólogo dos *Rudimentos* uma propensão em favor da Gramática Filosófica, o seu pensamento sintático diverge ligeiramente do que propunham os principais gramáticos dessa vertente. De fato, o autor não opera com binômios do tipo *sujeito-predicado* ou *sujeito-atributo* tampouco com o conceito de cópula nas suas análises, segundo demonstra este passo da obra:

(246) - I. *O soldado generoso estima a guerra, porque deseja a victoria; e não recusa o combate, porque aspira ao triunfo. (...)*

A *construção natural* se acha pontualmente observada em todas as partes da sobredita frase. O substantivo *soldado* está aqui precedido do seu artigo masculino *o*. Segue-se-lhe o adjectivo *generoso*, que o qualifica, com elle concordado em genero, e número. Immediato a hum, e outro vai logo o **verbo** *estima*, posto na terceira pessoa do singular, e no presente do indicativo, porque a voz, que exprime, pertence ao dito tempo, e modo, porque em pessoa, e número deve concordar com o nome *soldado*, que he o **principio da sua acção**. O **termo** desta he com o seu artigo feminino *a*, o nome *guerra*, subsequente por isso ao mesmo verbo.
(FONSECA, 1799, p. 274-275, grifos nossos).

Fonseca divide a sentença *O soldado generoso estima a guerra* em três partes: 1) *O soldado*, como princípio da ação, sujeito ou agente, ao qual se liga o adjetivo *generoso*; 2) *estima*, como verbo; 3) *a guerra*, como termo da ação. O conceito de *sujeito* é oriundo da Lógica, segundo lembra o próprio autor numa nota de rodapé:

(247) - *Agente* he o mesmo, que na **Grammatica Latina** se chama ***nominativo***; e na **Logica**, ***sujeito da proposição***.
(FONSECA, 1799, p. 228, grifos nossos).

O trecho transcrito, apesar de sucinto, é uma demonstração muito elucidativa da mudança de modelo sintático da qual se vem tratando à exaustão neste capítulo. De um lado, há o *nominativo*, pertencente ao antigo modelo de casos da Gramática Latina; de outro, há o *sujeito*, pertencente ao modelo lógico-relacional da Gramática Filosófica. Entretanto, não há categoria análoga ao *atributo* nem ao *predicado* nas análises de Fonseca, que divide a segunda parte da construção transitiva em *verbo* e *termo*. O complemento verbal não preposicionado chama-se *termo* (do latim *terminus*, portanto forma divergente de *término*) porque é o elemento da sentença em que **termina** a ação verbal, enquanto o *sujeito* é o princípio dessa mesma ação. Por derradeiro, não há nos *Rudimentos* categorias como *modificadores*, *adjuntos*, *complementos circunstanciais* ou similares.

4.10.7.3 Termos relativos à concordância

Diferentemente de Roboredo (1619), que optara por empregar o termo *concordia* em referência às semelhanças morfossintáticas de uma palavra com outra, Barros (1540) e

Fonseca (1799) optaram por usar o termo *concordância* para se referirem a esse fenômeno. O gramático setecentista o define nas seguintes linhas:

(248) - **CONCORDANCIA** he a união, com que as palavras regularmente se ajuntão, e conformão entre si.

(FONSECA, 1799, p. 210, grifos nossos).

Como é sabido, o termo *concordância* consolidou-se tempos depois na metalinguagem gramatical portuguesa no lugar de *conveniência* e *concórdia*, empregados por Oliveira (1536) e Roboredo (1619) respectivamente. Também se consolidaria no âmbito sintático o verbo cognato *concordar*, que aparece amiúde nos *Rudimentos* como na seguinte passagem sobre o adjetivo e o substantivo:

(249) - A's vezes porém o adjectivo por preferencia **concorda** com o substantivo masculino, ainda que delle esteja mais remoto que o feminino. Exemplos: *Os vicios, e não as virtudes, são os que entre si discordam.*

(FONSECA, 1799, p. 212, grifos nossos).

Por fim, cumpre rememorar os cinco tipos de concordância arrolados por Fonseca nos *Rudimentos*: I - o artigo concorda em gênero e número com o nome comum (*e.g. a fortaleza*); II - o adjetivo concorda em gênero e número com o substantivo (*e.g. heróis estúpidos*); III - o relativo *qual* concorda em gênero e número com o seu antecedente (*e.g. A boa guia é a inclinação boa, a qual nasce do claro entendimento*); IV - os verbos concordam com os substantivos ou com os pronomes em número e pessoa (*e.g. Deus não tem necessidade de que nós o servamos*); V - nomes coletivos seguidos de termos preposicionados no plural requerem verbo e adjetivo no plural (*e.g. A multidão dos artificios de fogo que continuamente sucediam uns aos outros alumiavam a fumaça da pólvora*). Fora das cinco regras, constam inúmeros usos excepcionais.

4.10.7.4 Termos relativos à regência

Fonseca mantém o termo *regência*, oriundo do período humanístico e empregado por vários de seus antecessores, como se tem visto. O gramático define esse fenômeno morfossintático genericamente como “a acção, que humas palavras tem sobre outras, e o modo regular de as ajuntar entre si” (1799, p. 224), ressaltando na sequência que as palavras regidas determinam ou restringem o significado das palavras regentes. A *regência simples* se

configura quando o complemento verbal não apresenta preposição (*e.g. A honra cria e faz a arte excelente*), enquanto a *composta* se configura justamente quando o complemento verbal é preposicionado (*e.g. daqui nasce o amor que ao povo o Rei, ao Rei seu povo tem*) (*ibidem*, p. 224-225). O verbo utilizado em alusão à regência é o cognato *reger*, como em:

(250) - As preposições **regem** as palavras, que se lhes seguem por diferentes modos.
(FONSECA, 1799, p. 248, grifos nossos).

O verbo *reger* se emprega olhando-se da perspectiva do termo regente em relação ao regido, porém, quando se olha da perspectiva contrária, do termo regido em relação ao regente, emprega-se o verbo *restringir* ou *determinar*, a exemplo de:

(251) - A honra *cria*, e faz a *arte* excelente.

A palavra *arte* **restringe** sem preposição o significado dos verbos *cria*, e *faz*.
(*ibidem*, p. 225, grifos nossos).

Em que pese à mudança de modelo sintático e à *retórica revolucionária* lançada contra os seus predecessores, Fonseca se serve da noção de transitividade oriunda de Prisciano e Apolônio sem grandes alterações. Chama-se *verbo ativo* ou *transitivo* aquele cuja ação verbal se encaminha para um complemento, como neste exemplo:

(252) - Os **verbos activos**, ou **transitivos** tem sempre o referido termo, sem preposição quando he nome de cousa e com a preposição *a*, sendo nome de pessoa.
Sem preposição, por exemplo:

A ingratidão perverte o juízo perturba a razão, cega o entendimento, corrompe a vontade, e impede o caminho da salvação.

Com preposição: *Ninguem se estime a si, ou despreze a outros pelo que póde dar, ou tirar a fortuna.*

(FONSECA, 1799, p. 235-236, grifos nossos).

Por último, chama-se *verbo neutro* ou *intransitivo* aquele cuja ação se encerra no próprio sujeito, sem transitar para nenhum complemento, como neste exemplo já citado:

(253) - Os verbos **neutros**, ou **intransitivos** não tem depois de si nome, que sirva de **termo** á sua acção, ou significação. O qual se faz desnecessario por isso que no agente, que precede ao verbo, fica elle comprehendido.

Quando se diz por exemplo, que alguém

Suspira, e chora, e canta, e geme, e sua.
(FONSECA, 1799, p. 237, grifos nossos).

4.10.8 Jerônimo Soares Barbosa e a *Grammatica philosophica da lingua portugueza*

Jerônimo Soares Barbosa nasceu em Ansião, na atual província da Beira Litoral, em fins de janeiro de 1737 e faleceu em 5 de janeiro de 1816. Foi ordenado presbítero em 1762 pelo seminário de Coimbra e, em 1768, formou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra, a que estava vinculado o Real Colégio das Artes (1542-1837), onde o gramático lecionou Retórica e Poética até aposentar-se em 1790. Pouco antes, em 1789, foi eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e, em 1803, sócio efetivo da mesma instituição. Após a sua aposentadoria, ele e o irmão Antônio Soares Barbosa foram nomeados, em 31 de janeiro de 1800, para o cargo de deputado na Junta da Diretoria-Geral dos Estudos e Escolas do Reino, sediada em Coimbra, onde foi incumbido da edição de textos clássicos. (COELHO, 2011, p. 169; SCHÄFER-PRIESS, 2019, p. 56).

Ao longo da vida, Barbosa compôs obras de teor religioso, literário e gramatical. É de sua autoria a primeira tradução portuguesa da *Institutio Oratoria*, de Quintiliano, datada de 1788 (FARACO, 2018, p. 27), além destas duas gramáticas: *As duas linguas, ou gramática filosófica da lingua portuguesa comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo*, de 1807, e a *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados á nossa linguagem*, publicada postumamente em 1822. Nessa mesma época, houve aumento expressivo no número de gramáticas saídas dos prelos, como a *Grammatica portugueza* (1804), de Manuel Dias de Sousa; as *Memorias curiosas para a grammatica filosofica da lingua portugueza* (1812), de Manuel Pedro Tomás Pinheiro e Aragão; a *Gramática filosófica da linguagem portugueza* (1818), de João Crisóstomo do Couto e Melo; a *Grammatica portugueza* (1820), de Sebastião José Guedes Albuquerque, entre outras obras congêneres, que são, em sua maioria, legatárias da doutrina de autores franceses como Girard, Du Marsais, Beauzé e Condillac. Sousa (1804), por exemplo, elaborou as suas noções de *complemento gramatical*, *complemento lógico* e *complemento total*²⁹⁵ com base nos tratados de Beauzé (1717-1789) (SCHÄFER-PRIESS, 2019, p. 312-313).

²⁹⁵ Na sentença *Ataca hum inimigo que te seja mais rebelde*, o termo *hum inimigo* é um *complemento gramatical* porque é ele que estabelece uma relação de dependência com o verbo *Ataca*. O termo *que te seja mais rebelde* é apenas um *complemento lógico*, que especifica o nome *inimigo*. Juntos, os dois complementos formam um *complemento total* (SCHÄFER-PRIESS, 2019, p. 313).

Será objeto de análise nas próximas seções a *Grammatica philosophica* de Jerônimo Soares Barbosa (1822), decerto a obra mais representativa do gênero filosófico em Portugal, haja vista as seis edições posteriores que dela vieram a lume apenas no século XIX (SCHÄFER-PRIESS, 2019, p. 76-77). A edição de 1822 se estende por aproximadamente 460 páginas e se divide nas seguintes partes: Livro I. *Da Orthoepia, ou Boa Pronúncia da Língua Portuguesa*; Livro II. *Da Orthographia, ou boa Escripura da Língua Portuguesa*; Livro III. *Da Etymologia, ou partes da Oração Portuguesa*; Livro IV. *Da Syntaxe, e Construção*; por derradeiro, o *Indice dos Capitulos, Artigos, e Paragraphos desta Grammatica*. Diferentemente de Fonseca (1799), que optara por excluir a Ortoépia e a Ortografia do seu tratado, relegando-as aos profissionais das primeiras letras, Barbosa (1822) optou por trazê-las de volta e por reservar-lhes os livros I e II.

4.10.9 Análise da *Grammatica philosophica da lingua portugueza*

Rememorando todos os gramáticos portugueses analisados nesta pesquisa até aqui, isto é, desde o pioneiro Fernão de Oliveira (1536) até o inovador Pedro José da Fonseca (1799), nota-se que eles, em regra, elaboraram tratados de teor propedêutico, visando à introdução da mocidade lusa nos níveis elementares da ciência gramatical. Todavia, durante a vigência das políticas educacionais jesuíticas, que impunham a obrigatoriedade do latim em sala de aula, a aprendizagem do vernáculo ocupava um lugar periférico na vida escolar dos alunos, de modo que as gramáticas portuguesas à época produzidas fossem uma espécie de manual de uso privado. Com advento das reformas pombalinas na segunda metade do século XVIII, o português adentrou nos primeiros seis meses de ensino e ensejou a elaboração de novos tratados que atendessem à nova demanda, com destaque, é claro, para a gramática de Antônio José dos Reis Lobato (1770), oficializada *ad hoc* pelo Marquês de Pombal (FARACO, 2016, p. 215). Nas décadas seguintes, a gramaticografia portuguesa se robusteceu em termos quantitativos e qualitativos por meio da recepção e da adaptação dos conceitos da Gramática Filosófica, que, pela mão dos gramáticos de Port-Royal (1660) e dos seus sucessores franceses, se tornara a vertente de maior prestígio na disciplina e assim permanecera durante todo o século das Luzes. Não obstante a chegada tardia dos novos conceitos a Portugal, o novo gênero adquiriu muitos adeptos e atingiu o seu ápice na *Grammatica philosophica* de Jerônimo Soares Barbosa (1822), cujo público alvo de fato eram estudantes de nível mais avançado, haja vista a profundidade de certas reflexões sobre a língua. Não à toa a obra se estende por longas 466 páginas na edição de 1822. Devido à sua

extensão, convém descrevê-la consoante as partes em que se divide: *introdução, Livro I. Da Orthoepia, ou Boa Pronunção da Lingua Portugueza; Livro II. Da Orthographia, ou boa Escripura da Lingua Portugueza; Livro III. Da Etymologia, ou partes da Oração Portugueza; Livro IV. Da Syntaxe, e Construcção.*

4.10.9.1 Introdução

Nas páginas iniciais da introdução, Barbosa lança um olhar retrospectivo sobre a trajetória da Gramática, recuando no tempo até o advento da pintura e a criação dos primeiros códigos de escrita. Como é sabido, os primeiros homens de letras concentraram seus esforços na Ortoépia e na Ortografia, já que o seu objetivo precípua era codificar na escrita os sons proferidos na fala. Segundo Barbosa (1822, p. VII), essas duas áreas – Ortoépia e Ortografia – constituem a parte **mecânica** da Gramática, da qual se diferencia uma parte **lógica**, composta pela Etimologia (atual Morfologia) e pela Sintaxe, desenvolvidas em tempos posteriores quando os filósofos gregos começaram a conceber as palavras como sinais das ideias contidas no pensamento e a separá-las em diferentes partes do discurso, no que se destacou Aristóteles na *Poética*. O trecho a seguir visa a demonstrar que a ideia de uma Gramática Filosófica seria uma espécie de corolário da divisão acima descrita:

(254) - Porém se o espirito de adianta a indagar e descobrir nas **leis físicas** do som e do movimento dos corpos organicos o mecanismo da formação da Linguagem; e nas **leis psychologicas** as primeiras causas e razões dos procedimentos uniformes, que todas as Linguas seguem na analyse e enunção do pensamento; então o systema, que daqui resulta, não he ja huma Grammatica puramente practica, mas **scientifica e philosophica**.

(BARBOSA, 1822, p. IX, grifos nossos).

Enquanto a Ortoépia e a Ortografia se sujeitam às leis mecânicas da linguagem, a Morfologia e a Sintaxe se sujeitam às leis psicológicas subjacentes ao pensamento, que se aplicam a todas as línguas. Caberia à sobredita gramática prática apenas instruir o leitor a falar e escrever corretamente numa determinada língua, mas a uma gramática filosófica cabe ir muito além do certo e do errado e aprofundar-se no que há de mais geral no funcionamento das línguas. As referências elogiosas que Barbosa (1822, p. X) endereça aos gramáticos de viés racionalista como Sánchez de las Brozas, Arnauld, Wallis, Starris e Lancelot evidenciam a sua adesão ao programa da Gramática Filosófica e caracterizam uma *retórica de*

continuidade para com os ideais dessa abordagem de prestígio, no âmbito da *camada teórica*. É curioso notar, no fim do trecho transcrito, que o autor confira à sua vertente o *status* de *científica* a fim de validá-la no meio acadêmico; porém, na mesma época, começavam a vir a lume noutras partes da Europa as obras inaugurais de outra vertente, a Histórico-Comparativa, cujos adeptos creditavam a si próprios o mérito de elaborar as primeiras obras legitimamente científicas, num esforço laudatório e propagandístico que viria a ser referendado inclusive por Mattoso Câmara Jr. na sua *História da Linguística* (1975, p. 20).

Se, por um lado, Barbosa adota uma *retórica de continuidade* para com os gramáticos estrangeiros citados, ele, por outro, lança uma *retórica revolucionária* contra os seus predecessores lusos, citando nominalmente Fernão de Oliveira, João de Barros, Amaro de Robredo, Bento Pereira, Jerônimo Contador de Argote e Antônio José dos Reis Lobato, a quem o gramático oitocentista tece críticas acerbas:

(255) - Mas todas estas Grammaticas, além de muitos **erros e defeitos particulares**, que nos seus lugares notarei, tem o commum de serem huns systemas meramente analogicos, e fundidos todos pela **mesma fôrma das Grammaticas Latinas**; e nesta mesma consideração ainda mui imperfeitos por falta de muitas observações necessarias sobre o **genio particular e caracter da Lingua Portugueza**.

(BARBOSA, 1822, p. XI-XII, grifos nossos).

Barbosa critica a elaboração de gramáticas portuguesas aos moldes da latina, uma vez que isso implica transladação de certas categorias gramaticais do latim que são estranhas à realidade vernácula. Um dos exemplos mais representativos dessa discrepância é justamente o paralelismo morfossintático traçado entre os casos morfológicos latinos e as partículas vernáculas: *a rainha* (nominativo), *da rainha* (genitivo), *à rainha* (dativo), *a rainha* (acusativo), *ó rainha* (vocativo) e *da rainha* (ablativo). Ora, conforme haviam demonstrado há mais de um século os gramáticos de Port-Royal, havia muitas falhas no modelo sintático baseado nos casos, do que resultou a sua substituição por um modelo baseado em funções (COLOMBAT, 2017, p. 176-177).

Logo na sequência, Barbosa comenta a gramática de Fonseca (1799), reconhecendo alguns de seus méritos e apontando defeitos:

(256) - Grande parte desses defeitos [das gramáticas antigas] emendou ja o auctor dos *Rudimentos da Grammatica Portugueza*, impressos em Lisboa em 1799, tomando por guia quasi em tudo a *Grammatica da Lingua Castellhana composta pela Real*

Academia Hespanhola, a qual entre as linguas vulgares tem merecido um distincto valor.

Esta Grammatica porêm he mais **um systema analogico de regras e exemplos**, do que Logico; e posto que reforme muitos abusos das antigas Grammaticas, segue comtudo a mesma trilha, e desamparando **os principios luminosos da Grammatica geral e razoada**, multiplica em demazia as regras, que poderia abbreviar mais reduzindo-as a ideas mais simples e geraes.

(BARBOSA, 1822, p. XII, grifos nossos).

Fonseca (1799) de fato abandonou o antigo modelo sintático baseado nos casos, mas não aderiu *in totum* aos tais “princípios luminosos da Gramática Filosófica”, embora cite nomes como Du Marsais e Condillac no prólogo dos *Rudimentos* (COELHO, 2011, p. 180). Afinal, seria incomum uma obra de teor meramente propedêutico aprofundar-se em reflexões sobre pensamento e linguagem ou em universalismos linguísticos. Além do excesso de regras e exceções, Barbosa (1822, p. XII) também critica o seu antecessor por ter deixado de abordar a Ortoépia e a Ortografia, sem as quais, alega o gramático oitocentista, não se poderia instruir um aluno a falar e escrever corretamente no idioma nacional. A introdução da *Grammatica philosophica*, por si só, já permite identificar descontinuidades entre os dois autores no nível da *camada teórica*.

4.10.9.2 Livro I. Da Orthoepia, ou Boa Pronunçiação da Lingua Portugueza

Antes de dar início ao livro de Ortoépia, Barbosa traz a seguinte definição de Gramática:

(257) - **Grammatica** he a Arte de falar e escrever correctamente a propria Lingua. **A Lingua compõe-se de Orações, as Orações de palavras, as palavras de sons articulados**, e tudo isto se figura aos olhos, e se fixa por meio da escriptura.

(BARBOSA, 1822, p.1, grifos nossos).

A definição acima diverge ligeiramente da definição de Fonseca e de outros autores aqui estudados, que optaram por dar ênfase aos usos linguísticos dos indivíduos cultos na formação das regras gramaticais. Conquanto Barbosa busque tanto na razão quanto nos escritores portugueses clássicos os seus exemplos explicativos, preferiu ele salientar na sua

definição as unidades de que se compõe a língua, dispondo-as em ordem decrescente: oração, palavra e sons articulados.

Passando para o Livro I, Barbosa (1822, p. 2) divide os tais sons articulados em dois grandes grupos: sons fundamentais e sons acidentais. Os fundamentais podem ser simples, que se subdividem em *vozes* e *consonâncias*, ou compostos, que se subdividem em ditongos e sílabas. As *vozes* nada mais são do que os sons vocálicos, cuja representação gráfica o autor chama de *vogal*; da mesma forma, as *consonâncias* se referem aos sons consonantais, cuja representação gráfica ele chama de *consoante*, caracterizando aí uma distinção conceitual e terminológica mais nítida entre o plano da fala e o da escrita. Por fim, os sons acidentais são aqueles que se ligam aos fundamentais para indicar propriedades acessórias relativas à quantidade e ao acento.

Barbosa apresenta uma classificação detalhada sobre as vozes, as consonâncias, os ditongos e as sílabas, assim divididos:

- 1) Vozes: 1.1) orais (Á grande, A pequeno, É grande aberto, Ê grande fechado, E pequeno, I comum, Ó grande aberto, Ô grande fechado, O pequeno, U comum). 1.2) nasais: claras (Ã, Ë, Ì, Õ, Û) e surdas (A, E e O seguidos de sílaba iniciada em consoante nasal, como em *ama*, *pena* e *sonho*);
- 2) Consonâncias: 2.1) labiais, divididas em puras e dentais; 2.1.1) puras: branda (B), forte (P) ou nasal (M); 2.1.2) dentais: branda (V) e forte (F);
2.2) linguais, divididas em guturais, dentais, palatais sibilantes, palatais chiantes, palatais nasais, palatais puras e palatais tremulantes; 2.2.1) guturais: branda (G, GU) e forte (C, QU); 2.2.2) dentais: branda (D) e forte (T); 2.2.3) palatais sibilantes: branda (S,Ç) e forte (Z); 2.2.4) palatais chiantes: líquida (S), forte (X), branda (J,G) e forte (CH); 2.2.5) palatais nasais: branda (N) e forte (NH); 2.2.6) Palatais puras: líquida (L) e forte (LH); 2.2.7) palatais tremulantes: líquida (R) e forte (RR);
2.3) mudas: B, P, M, V, D, T, G, C, N, NH, CH, L e LH; 2.4) semivogais: F, S, Z, X, J, R e RR;
- 3) ditongos: 3.1) orais: AI, AU, ÉI, ÊI, ÉU, ÊU, IU, ÓI, ÔI, UI; 3.2) nasais: ãE, ãO, EM, ãE, ãO, ãI²⁹⁶;
- 4) sílabas: 4.1) simples (*e.g. mas*); 4.2) composta (*e.g. mais*); 4.3) complexa (*e.g. Froes*).

²⁹⁶ Lembrar que tais ditongos tinham e ainda têm variação ortográfica.

Tal quadro classificatório mostra que o autor já dispunha à época de um arcabouço terminológico razoavelmente sofisticado para descrever os sons da língua, diferenciando-os quanto ao timbre, ao ponto de articulação, ao vozeamento e à nasalidade.

Após extensas observações acerca do acento, da quantidade e das partículas enclíticas, vem à tona um tema pouco explorado nas gramáticas portuguesas: os dialetos. Cômico de que há considerável variação de pronúncia no mundo lusófono, tanto em Portugal quanto nos territórios ultramarinos, Barbosa (1822, p. 50) faz uma defesa enfática da pronúncia utilizada em Lisboa, por ser ela a que mais se assemelha ao falar dos nobres e dos intelectuais portugueses, atuando aí como uma referência de correção linguística similar àquela que o falar de Roma era para o latim e àquela que o falar de Atenas era para o grego. Não obstante a abordagem normativista do autor, os seus apontamentos sobre a variação diatópica dão aos sociolinguistas e aos linguistas históricos pistas valiosas sobre o panorama dialetal da língua no início do século XIX. Barbosa exemplifica inclusive certas peculiaridades fonéticas do português brasileiro, consideradas por ele desvios de pronúncia:

(258) - Assim, **trocando o a Grande em pequeno**, dizem os **Brazileiros** *vădio, sădio, ătivo* em lugar de *vădio, sădio, ăctivo*; e às avessas, **pondo o á Grande pelo pequeno**, pronúncia *ăqui* em lugar de *aqui*. O mesmo fazem com o *e*; já **pronunciando-o como e pequeno breve em lugar do Grande e Aberto** em *Prëgar* por *Prëgár* já **mudando o e pequeno e breve em i**, dizendo *Minino, Filiz, Binigno, Mi dêo, Ti dêo, Si firio, Lhi dêo*.

(BARBOSA, 1822, p. 51, grifos nossos).

(259) - Os **Brazileiros pronúnciao como Z o S liquido**, quando se acha sem voz diante, ou no meio, ou no fim do vocabulo, dizendo: *Mizterio, Fazto, Livroz novoz*, em vez de *Misterio, Fasto, Livros novos*.

(BARBOSA, 1822, p. 52, grifos nossos).

Os trechos provam que o português europeu e o brasileiro já divergiam quanto à pronúncia das vogais pretônicas (e.g. *Minino*) e quanto à pronúncia do S ou do Z em fim de sílaba (e.g. *Livroz novoz*). A prolação do S e do Z como chiante [ʃ] no fim de sílaba já devia ser majoritária em Portugal em meados do século XVIII, segundo indica o testemunho de Luís António Verney no seu extenso tratado pedagógico, o *Verdadeiro Método de Estudar*

(1746), de acordo com o qual “todo o -s final pronunciam como x” (TEYSSIER²⁹⁷, 2014, p. 66). Críticas semelhantes há contra a pronúncia do Algarve, do Minho, do Alentejo e das áreas rurais de Portugal.

4.10.9.3 Livro II. Da Orthographia, ou boa Escripura da Lingua Portugueza

Barbosa (1822, p. 56-57) comenta os dois principais critérios de sistematização ortográfica, o fonético e o etimológico, de cuja mescla provém a dita ortografia usual. O gramático faz uma descrição detalhada do uso seletivo das letras, dos acentos gráficos e dos sinais de pontuação e faz uma ousada proposta de simplificação ortográfica, que não lograria sucesso na gramaticografia portuguesa. Por serem muitos os assuntos abordados no livro II, basta fazer aqui algumas observações pontuais.

No início do século XIX, inexistia no mundo lusófono uma ortografia oficialmente chancelada pela Coroa, embora tenham aparecido nos séculos anteriores algumas tentativas de uniformização ortográfica, quer nos dicionários, quer em obras voltadas mais especificamente para esse tema, a exemplo das *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da Lingoa portuguesa* (1574), de Pero de Magalhães Gândavo, e da *Orthographia da Lingoa Portuguesa* (1576), de Duarte Nunes de Leão. De acordo com Kemmler²⁹⁸ (2009, p. 53), o esforço em prol de uma ortografia simplificada e única só tomaria corpo em 1877, com o projeto de José Barbosa Leão e da Comissão do Porto, e, em 1885, com o projeto dos filólogos Aniceto dos Reis Gonçalves Viana e Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu. Segundo o Livro II de Barbosa permite constatar, ocorriam intensos debates em torno do uso seletivo das letras e dos acentos. De um lado, havia os intelectuais mais propensos às grafias etimológicas; de outro, aqueles mais propensos às grafias puramente fonéticas. Não raro se empregavam também grafias pseudoetimológicas, como no vocábulo *ethimologia*.

Um exemplo interessante de mudança ortográfica em favor do critério fonético, em detrimento do etimológico, é o abandono do dígrafo CH em palavras de origem grega que tivessem a letra X (qui):

(260) - Disse na Regra: *Que se poderem representar pelos caracteres do nosso Alphabeto*: porque algumas não se podem; ou por não termos nelle letra propria para isto, como o K antes de e, e i, que substituímos com a Prolação Latina QU: ou por

²⁹⁷ TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

²⁹⁸ KEMMLER, Rolf. **Para a história da ortografia simplificada** (p. 53-94). in: SILVA, Maurício (org.). **Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações**. São Paulo: Contexto, 2009.

termos já preocupado para alguma das nossas consonancias proprias as Letras que competirão ás Gregas e Latinas, como o **CH**, que servindo-nos para figurar a nossa **chiente muda**, como em *Cha*, já a não podemos empregar sem equívoco em *Archâjo*, *Architecto* &c.

(BARBOSA, 1822, p. 82, grifos nossos).

O Livro II também traz informações interessantes sobre a pronúncia oitocentista. Por exemplo, o referido CH e a letra X, segundo o autor, designavam sons diferentes:

(261) - A duvida maior, ainda entre os que screvem como pronunsião, é sobre as duas Consoantes Portuguezas **X**, e **CH**, que paresem ter o mesmo som na nosa pronunsião uzual. Digo: Portuguezas. Porque, ainda que a primeira é Latina, e a segunda Grega, ou equivalente a ela; nós lhes damos significações mui diferentes, servindo-nos da primeira, não como duples por CS, mas como **Chiente Semivogal** com um som Mourisco; e da segunda, não como aspirada, mas como **Chiente muda** com o som de TCH á Italiana.

(BARBOSA, 1822, p. 82, grifos nossos).

O relato de Barbosa retrata uma mudança em curso na língua portuguesa da época, qual seja: a perda do elemento oclusivo [t] na consoante africada [tʃ], cuja representação gráfica era CH. A perda desse elemento implicava que o X e o CH passariam a designar a mesma consoante chiada [ʃ], o que, segundo o gramático, já vinha ocorrendo na fala do povo. A persistência da consoante africada nesse ambiente fônico tornou-se meramente residual em português.

Por fim, convém fazer algumas breves observações sobre as regras de pontuação, já que esse assunto possui uma interface mais clara com os estudos sintáticos. No trecho a seguir, constam certas regras a respeito do uso da vírgula:

(262) - *Todos os **sujeitos**, todos os **atributos**, todos os verbos da **proposição composta**, e mais partes da oração continuadas que se não **modificação**, nem **concordão**, nem se **regem** mutuamente; **querem virgula** depois de si; porque cada huma com o verbo commum, e os verbos cada hum persi, fazem sua oração distincta.*

(BARBOSA, 1822, p. 88, grifos nossos).

De modo sucinto, Barbosa julga obrigatória a vírgula para separar termos de mesma natureza que estejam dispostos sequencialmente, mas julga-a proibida quando houver entre dois termos quaisquer as relações de modificação, concordância ou regência. Por esse motivo, deve-se empregar a vírgula quando houver vários sujeitos encadeados, como no trecho acima: *Todos os **sujeitos**, todos os **atributos**, todos os verbos da **proposição composta**, e mais partes da oração continuadas*. Todavia, não se deve empregá-la entre o artigo e o substantivo (*e.g. os atributos*), nem entre o sujeito e o verbo (*e.g. que se não modificação*), tampouco entre o verbo e o complemento (*e.g. fazem sua oração distinta*). Embora se trate de um trecho curto, nele se encontram vários termos sintáticos relevantes para a pesquisa: *sujeitos, atributos, proposição composta, modificam, concordam e regem*.

4.10.9.4 Livro III. Da Etymologia, ou partes da Oração Portugueza

No Livro III, Barbosa passa a tratar de uma das chamadas partes lógicas da língua: a Etimologia (em termos modernos, a Morfologia). Segundo ele, a Ortoépia e a Ortografia lidam com **vocábulos**, que refletem uma realidade física e material, enquanto a Etimologia e a Sintaxe lidam com **palavras**, que refletem uma realidade metafísica e espiritual, pois elas são sinais de nossos pensamentos. A definição de Etimologia, transcrita a seguir, faz transparecerem as inclinações racionalistas do gramático:

(263) - A **Etymologia** pois, que em Latim se diz *Veriloquium*, tem por objecto averiguar a verdadeira natureza de cada palavra por ordem e **representação analytica do pensamento**, os seus differentes misteres e usos na enunciação de nossas ideas, e descobrir na analogia, ou diversidade de suas funcções communs o fundamento, e caracteres de cada classe primitiva ou subalterna, a que todos os Elementos do discurso se devem reduzir.

(BARBOSA, 1822, p. 98, grifos nossos).

Seguindo os passos de outros gramáticos filosóficos, Barbosa se propõe a investigar a natureza e a razão de ser de cada palavra, consideradas por ele uma representação analítica (*i.e.* divisível) do pensamento. À exceção dos modistas, que analisavam as partes da oração à luz do Aristotelismo do período escolástico, os gramáticos aqui estudados se limitam quase sempre a descrever aspectos semânticos, morfossintáticos e derivacionais das classes gramaticais, com base nos supramencionados princípios analógicos. A adesão de Barbosa à

vertente filosófica dos estudos gramaticais torna-se ainda mais cristalina nesta sua definição de língua:

(264) - Nós não poderíamos ser Senhores desta atenção e da faculdade de abstrahir sem ter á nossa disposição hum meio prompto para fixar o espirito sobre hum objecto com exclusão dos mais; e este meio prompto de que Deos fez presente ao homem, he o das **Linguas, que não são outra couza senão huns Instrumentos Analyticos, que separão as ideas simultaneas do painel confuso do pensamento, que as põem em ordem, e as fazem succeder humas a outras no discurso para se verem distinctamente, e poderem ser vistas por aquelles a quem falamos. As Linguas não são huns instrumentos de communicação, se não porque primeiro o são do Raciocinio.**

(BARBOSA, 1822, p. 98-99, grifos nossos).

Os gramáticos portugueses abordados nesta pesquisa, quando manifestam de maneira mais explícita as suas concepções de língua ou de linguagem, costumam ter um olhar preferencial sobre certas nuances desse complexo objeto. Fernão de Oliveira (1536), por exemplo, primeiro define a linguagem como figura do entendimento, de modo que os falantes expressem no discurso aquilo que possuem no coração, e depois passa tangencialmente pelo seu aspecto social quando lembra que os religiosos falam de um jeito, e que os cavaleiros falam de outro, em função dos respectivos nichos de convivência. Amaro de Roboredo (1619, p. XXXIII), por seu turno, propugna a universalidade de certas propriedades linguísticas, de modo que se possa aprender um idioma estrangeiro identificando e deduzindo nele várias similitudes com o idioma materno. Nesse sentido, Roboredo (1619) e Barbosa (1822) compartilham pensamentos racionalistas no âmbito da *camada teórica*, porém o gramático oitocentista os expressa de maneira mais enfática e aprofundada que o seu predecessor seiscentista. Conquanto Barbosa seja reticente quanto às suas fontes teóricas nos capítulos de Etimologia e de Sintaxe (SCHÄFER-PRIESS, 2019, p. 79-80), o mais provável é que ele tenha aí recorrido a gramáticos filosóficos franceses, a exemplo de Arnauld e Lancelot, que foram citados na introdução, além de Du Marsais, Beauzeé e outros²⁹⁹. Afinal, a França era o principal centro difusor dos ideais da Gramática Filosófica. Contudo, Barbosa pode também ter recorrido a gramáticos espanhóis que já tivessem recebido e adaptado obras produzidas

²⁹⁹ Nos capítulos de Etimologia e de Sintaxe, Barbosa se limita a citar gramáticos portugueses ou espanhóis, como Barros, Nunes de Leão, Fonseca e Sánchez de las Brozas, que não pertencem à Gramática Filosófica (SCHÄFER-PRIESS, 2019, p. 79-80).

pelos franceses. Enfim, a filiação de Barbosa (1822, p. 104-105) à doutrina inaugurada por Arnauld e Lancelot torna-se mais clara quando ele aborda as três operações mentais subjacentes à formação do discurso – *conceber*, *julgar* e *comparar* –, que são praticamente idênticas àquelas abordadas pelos clérigos de Port-Royal, descritas nas seções anteriores desta tese (COLOMBAT, 2017, p. 175). A essa discussão se retornará logo adiante.

Barbosa diverge de todos os gramáticos aqui estudados quanto ao número de partes da oração e quanto aos critérios classificatórios. Ele divide as palavras em dois grandes grupos: de um lado, as palavras interjetivas ou exclamativas; de outro, as discursivas ou analíticas, que se dividem em nominativas (substantivo e adjetivo) e combinatórias ou conjuntivas (verbo, preposição e conjunção). As interjeições se definem desta maneira:

(265) - As Interjeições são humas particulas, **desligadas do contexto da Oração**, exclamativas, e pela maior parte monosyllabas e aspiradas, **que exprimem os transportes da paixão, com que a alma se acha occupada**. Ellas são a Linguagem primitiva, que a natureza mesma ensina a todos os homens, logo que nascem, para indicarem o estado, ou de dôr, ou de prazer interior, em que sua alma se acha: **e por isso devem ter o primeiro Lugar na ordem das Partes da Oração, e antes mesmo dos Nomes**, e mais partes discursivas, que os Grammaticos costumão pôr primeiro. (BARBOSA, 1822, p. 100-101, grifos nossos).

Divergindo de praticamente todos os seus predecessores e até mesmo dos seus sucessores, Barbosa põe a interjeição antes das demais partes do discurso por considerá-la uma classe primitiva e *sui generis*. Para ele, as palavras interjetivas merecem um tratamento à parte porque estão desligadas do contexto da oração, ou seja, não se relacionam sintaticamente com nenhum elemento oracional. Do ponto de vista semântico, adverte o autor, as interjeições podem evocar estados de ânimo muito diversos, de sorte que apenas o contexto possa indicá-los com segurança. Feitas algumas ressalvas, ele apresenta estes exemplos: 1) admiração (*ah!*); 2) desprezo (*hai!*); 3) desejo (*oh!*); 4) riso (*ha! ha!*); 5) reparo ou sobressalto (*ahi!*); 6) silêncio (*chist!*); 7) exortação (*heia!*); 8) aversão (*hirra!*); 9) chamamento (*ô*); 10) chamamento com reparo e estranhamento (*ho'la!*); 11) desejo ansioso (*oxalá!*); 12) dor ou espanto (*hui!*); 13) advertência (*ta!*); 14) admiração (*sus!*).

O primeiro capítulo relativo às partes discursivas ou analíticas do discurso se inicia com uma reflexão filosófica acerca das duas únicas coisas existentes na natureza – os indivíduos e as relações –, que mui provavelmente remetem às categorias aristotélicas. De um

lado, há os seres e as coisas *per si* existentes; de outro, há os respectivos acidentes, cuja existência está ontologicamente condicionada aos seres e às coisas a que se referem. Para que um falante emita um pensamento qualquer acerca de alguém ou de algo, é necessário que ele os tenha no espírito por meio da primeira operação mental: a de *conceber*. Em seguida, para declarar qualquer coisa a respeito de alguém ou de algo, é necessário recorrer à segunda operação mental: a de *julgar*. Assim, para que um falante emita um pensamento do tipo *A virtude é louvável*, ele precisa conceber no espírito a noção de virtude e julgar que ela é louvável. Depois, se o falante quiser tirar desdobramentos lógicos de um juízo emitido, ele pode recorrer a uma terceira operação: a de *comparar* ou *raciocinar*. Uma maneira fácil de fazê-lo é por meio do silogismo exemplificado pelo próprio Barbosa (1822, p. 105): *Toda virtude é louvável. A prudência é uma virtude. Logo: A prudência é louvável*. O autor conclui sua reflexão filosófica asseverando que tudo o que se passa no nosso entendimento são *ideias* ou *combinações* e, com base nesse pressuposto, ele fundamenta neste trecho a sua divisão das partes do discurso:

(266) - Ora não sendo as palavras senão signaes dos nossos pensamentos, não podem constituir outras classes geraes que não sejam as destes mesmos pensamentos; como estes não são senão **Ideas**, ou **Combinações** das mesmas: as palavras **Discursivas**, que os exprimem, de necessidade se devem tambem reduzir a duas classes geraes, como nos Methodos Analyticos do Calculo; humas que caracterizão e nomeião as ideas, e outras que as combinão entre si. As primeiras se podem chamar **Nominativas**, e as segundas **Combinatorias** ou **Conjunctivas**.

(BARBOSA, 1822, p. 105-106, grifos nossos).

No trecho transcrito, Barbosa apresenta uma justificativa filosófica para os dois tipos de palavras discursivas: as **nominativas** dão nome às ideias concebidas no espírito, e as **combinatórias** ou **conjuntivas** ligam uma ideia à outra. Como foi dito, as palavras nominativas incluem os substantivos e os adjetivos, ao passo que as combinatórias incluem o verbo, a preposição e a conjunção. Somando-se essas cinco classes à interjeição, tem-se um modelo de apenas seis partes do discurso, que difere do modelo de nove partes outrora enraizado na gramaticografia portuguesa nos seguintes pontos: 1) o nome substantivo e o nome adjetivo passaram a ser classes autônomas; 2) o pronome, o artigo e o particípio tornaram-se subclasses de adjetivo; 3) o advérbio tornou-se uma subclasse de preposição.

Dentre os gramáticos portugueses analisados nesta pesquisa, Barbosa foi o primeiro a cindir a antiga classe dos nomes em duas classes autônomas: substantivo e adjetivo. Por mais que já se soubesse outrora da existência de certos nomes que dependem semanticamente de outros, a exemplo dos *nomes de meia de significação* (*nomina mediae significationis*) citados por Donato na *Ars Maior*, os antigos preferiam enquadrar os substantivos e os adjetivos numa única classe, a dos nomes, porque ambos têm praticamente os mesmos acidentes nominais: gênero, número, caso, *etc.* Ou seja, prevaleceram durante muito tempo os critérios formais nessa classificação gramatical. No entanto, as diferenças semânticas e ontológicas entre o substantivo e o adjetivo foram decisivas para que Barbosa os descrevesse como classes autônomas, segundo comprovam as respectivas definições:

(267) - O **Substantivo** pois, he hum nome, **que exprime qualquer couza como subsistente por si mesma, para poder ser sujeito da oração**, sem dependencia de outra.

(BARBOSA, 1822, p. 115, grifos nossos).

(268) - E o **Adjectivo**, he hum nome, **que exprime huma couza como accessoria de outra para ser sempre o attributo de hum sujeito claro, ou occulto**, sem o qual não pode subsistir.

(*ibidem*, grifos nossos).

A coisa designada pelo substantivo possui, pois, anterioridade ontológica em relação à coisa designada pelo adjetivo, e, segundo as duas definições permitem observar, esse fato tem notórias implicações sintáticas. A autonomia existencial do substantivo confere a ele o papel central de sujeito da oração, ao passo que a dependência existencial do adjetivo relega a ele papéis sintáticos meramente acessórios, na condição de modificador.

Feitas essas observações mais gerais sobre as duas classes, convém adentrar nas respectivas classificações e subclassificações. Os substantivos assim se dividem:

- 1) Quanto à significação: próprio (*Homero, Camões*) e comum/apelativo (*céu, terra*);
 - 1.1) dentre os comuns: universais/analógicos, que podem ser físicos (*espírito, corpo*) ou morais (*rei, magistrado*), e parciais/modais, que podem ser abstratos (*beleza*) ou concretos (*o justo*);
- 2) Quanto à origem: primitivo (*terra, mar*) e derivado (*terráqueo, marisco*);
 - 2.1) dentre os derivados: gentílicos/nacionais (*algarvio, minhoto*); aumentativo

(*homenzarrão, rapagão*), diminutivo (*ilhota, rapazinho*); coletivo, que pode ser geral indeterminado (*nação, povo*), geral determinado (*dezena, dúzia*), partitivo distributivo (*metade, terço*) ou partitivo proporcional (*dobro, quádruplo*); verbal (*andarejo, andarilho*); composto (*pontapé, malfeitor*);

3) Quanto ao gênero: masculino (*homem*), feminino (*mulher*), comum de dois (*infante, intérprete*), epiceno/sobrecômum (*javali, crocodilo*);

4) Quanto ao número: singular (*povo*), dual (*ceroulas*) e plural (*povos*).

Conforme o esperado, nada há a respeito dos casos morfológicos nas subclassificações do substantivo. Os adjetivos, por seu turno, assim se dividem:

1) Quanto à significação: 1.1) determinativo (*o, os, este, todo, alguns*); dentre os determinativos: os de qualidade, que podem ser gerais (*o, um*), especiais pessoais primitivos (*eu, tu*), especiais pessoais derivados (*meu, teu*), especiais demonstrativos puros (*este, aquele*³⁰⁰) ou especiais demonstrativos conjuntivos (*qual, quem, cujo, que*), e os de quantidade, que podem ser universais positivos (*todo*), universais negativos (*nenhum*), partitivos vagos (*muitos, alguns*) ou partitivos numerais (*um, dois, três*), divididos em cardeais, ordinais, multiplicativos e fracionários; 1.2) explicativo (*Deus justo*); 1.3) restritivo (*homem justo*);

2) Quanto aos graus: positivo absoluto (*terrestre*), positivo comparativo (*tal, qual*), aumentativo comparativo (*muito grande*), superlativo absoluto (*santíssimo*) e superlativo comparativo (*o pior*);

A inclusão dos artigos na classe dos adjetivos, embora possa causar alguma estranheza a um leitor hodierno, se justifica em grande medida por sua dependência sintática e semântica em relação ao substantivo. Barbosa também diverge dos demais gramáticos quanto ao próprio ofício do artigo em português:

(269) - O **officio** pois dos **Artigos** não he, como ensinão todos os nossos Grammaticos, para declinar os nomes, nem para mostrar de que genero são. **Os nomes Portuguezes são indeclinaveis, e as preposições, que se lhes ajuntão, he que supprem a declinação.** Se os Artigos tem formas genericas, como os mais Adjectivos, he para concordarem, como estes com os Substantivo; e se pela concordancia mostrão o genero, tambem os mais Adjectivos o mostrão. Não he pois para indicar o genero

³⁰⁰ Curiosamente, Barbosa (1822, p. 189) defende que os pronomes *isto, isso* e *aquilo* pertencem ao gênero neutro, divergindo de Pedro José da Fonseca e convergindo com João de Barros e o abade de Condillac.

dos nomes Appellativos, que os Artigos forão inventados; **mas sim para os tirar da sua generalidade, e mostrar que se tomão em hum sentido individual.**

(BARBOSA, 1822, p. 144, grifos nossos).

João de Barros (1540, p. 25), convém lembrar, considerava o artigo como parte integrante da declinação portuguesa, a ponto de dispô-lo junto ao nome nas suas tabelas explicativas: *o cardeal* (nominativo), *do cardeal* (genitivo), *ao cardeal* (dativo), *o cardeal* (acusativo), *ó cardeal* (vocativo) e *do cardeal* (ablativo). Porém, abandonada em definitivo a aplicação das categorias de caso latinas aos nomes vernáculos, os gramáticos portugueses passaram a atentar-se mais às funções discursivas do artigo numa sentença, ao que Barbosa faz menção na parte final do trecho transcrito. Na *Grammatica philosophica*, já consta a hodierna divisão dos artigos em definidos (*o, os*) e indefinidos (*um, uns*)³⁰¹.

A inclusão dos pronomes pessoais *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles* e *elas* na classe dos adjetivos também há de causar alguma estranheza a um leitor hodierno, uma vez que tais palavras podem ser empregues numa oração sem depender sintaticamente da presença de um substantivo. Todavia, o autor fundamenta as suas escolhas classificatórias neste passo da obra:

(270) - Todos elles [*i.e.* os pronomes pessoais] não se ajuntão se não com nomes proprios ou appellativos, mas individuados. Ninguem diz: *Eu homem, Tu homem, Elle homem*; mas sim ***Eu Elrei, Eu o Principe, Tu Antonio, Elle Sancho***. A razão he, porque a determinação pessoal, ou do papel que cada hum faz no discurso, supõe sempre a **determinação individual**.

(BARBOSA, 1822, p. 156, observações e grifos nossos).

Barbosa considera os pronomes especiais pessoais primitivos *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles* e *elas* como subclasse de adjetivo porque todos pressuporiam no discurso uma determinação individual, expressa ou oculta: *Eu, o rei; Eu, o príncipe; Tu, Antônio; Ele, Sancho*. No entanto, poucos gramáticos portugueses posteriores a Barbosa devem ter acatado tais argumentos e tais critérios classificatórios.

Encerrados os capítulos sobre as partes discursivas ou analíticas da oração, o autor passa a descrever as partes combinatórias ou conjuntivas, começando por esta definição de verbo:

³⁰¹ No texto original, a grafia é levemente distinta: *definito* e *indefinito* (BARBOSA, 1822, p. 144-145).

(271) - O Verbo he huma **parte conjunctiva do discurso, a qual serve para atar o attributo da proposição com o seu sujeito de baixo de todas suas relações pessoas e numeras**, enunciando por diferentes modos a **coexistencia e identidade** de um com outro por ordem aos diferentes tempos, e maneiras de existir.
(BARBOSA, 1822, p. 191, grifos nossos).

O verbo exprime uma ideia principal, a de existência, e mais cinco ideias acessórias: 1) pessoa (primeira, segunda e terceira); 2) número (singular e plural); 3) os modos de enunciar a existência (simples e vagamente como em *ser amante*; direta e afirmativamente como em *sou amante*; indireta e dependentemente como em *for amante*); 4) os tempos dessa existência (pretérito, presente e futuro, como em *sou, fui e serei*); 5) os estados dessa existência (começada e vindoura; persistente e continuada; finda e acabada, como em *hei de ser, estou sendo e tenho sido*). O ultimo item se refere a algo próximo ao que hoje se chama aspecto verbal.

Seguindo de perto a doutrina da Gramática Filosófica, Barbosa assevera que as ideias de existência e identidade contidas nos verbos só podem ser expressas por um único verbo, o *ser*, que subjaz a quaisquer construções verbais, sejam intransitivas, sejam transitivas. Por exemplo, as construções *hei de amar, estou amando e tenho amado* significam, noutras palavras, *hei de ser amante, estou sendo amante e tenho sido amante*, de modo que o verbo *ser* expresse, ao mesmo tempo, a existência de um *eu* e a identidade desse *eu* com o atributo *amante*. Com base nisso, o gramático classifica os verbos em dois grupos: *substantivos*, a que pertence apenas o verbo *ser*, e *adjetivos*, a que pertencem todos os demais verbos da língua³⁰².

Abaixo, as classificações e subclassificações verbais:

- 1) Quanto aos modos: infinito ou indeterminado (*ser*), indicativo (*sou, sê*) e subjuntivo (*seja, fosse*);
- 2) Quanto aos tempos: 2.1) do modo infinito: impessoal (*ser*), pessoal (*seres, sermos*), particípio imperfeito (*sendo*) e particípio perfeito (*sido*). 2.2) do modo indicativo: presente imperfeito absoluto (*sou, hei de ser, estou sendo*); presente imperfeito imperativo (*sê tu, está tu sendo*); presente perfeito (*tenho sido*); pretérito imperfeito absoluto (*era, havia de ser, estava sendo*); pretérito imperfeito condicional (*seria, haveria de ser, estaria sendo*); pretérito perfeito absoluto (*fui, houve ou tive de ser, estive sendo*); pretérito perfeito relativo (*fora, houvera de ser, estivera sendo, tinha*

³⁰² O verbo *haver* existencial foge à regra porque indica a existência de alguma coisa sem ligá-la a um atributo.

sido, tivera sido); pretérito perfeito condicional (*teria sido*); futuro imperfeito (*serei, haverei de ser, estarei sendo*); futuro perfeito (*terei sido*). 2.3) do modo subjuntivo ou conjuntivo: presente imperfeito (*seja, haja de ser, esteja sendo*); presente perfeito (*sejas ou tenhas sido*); pretérito imperfeito (*fosse, houvesse de ser, estivesse sendo*); pretérito perfeito (*tivesse sido*); futuro imperfeito (*for, houver de ser, estiver sendo*); futuro perfeito (*tiver sendo*);

3) Quanto à conjugação: primeira (*amar*), segunda (*entender*), terceira (*aplaudir*); regular (*amar*), irregular (*dar*), impessoal (*convir*), defectivo (*prazer*);

4) Quanto à forma: simples (*fazer*) e composto (*rarefazer*);

5) Quanto à transitividade: intransitivo (*correr*), transitivo ativo só (*amar*), transitivo relativo só (*depende*), transitivo ativo e relativo (*dar*);

6) Quanto ao significado: substantivo (*ser*) e adjetivo (qualquer verbo que não seja o verbo *ser*); outras subclassificações: não frequentativo (*chover*) e frequentativo (*chuviscar*).

A respeito dessas classificações, convém fazer alguns comentários bem pontuais. Em primeiro lugar, tanto o gerúndio, nomeado particípio imperfeito, quanto o próprio particípio pertencem ao modo verbal infinito. Em segundo lugar, Barbosa enquadra o imperativo no modo indicativo pelo fato de as formas imperativas poderem formar orações absolutas assim como as indicativas também o podem, no que se diferenciam, pois, das formas infinitas e das subjuntivas, que em geral só formam orações dependentes. Por fim, o autor diferencia sintaticamente os verbos vernáculos com base no tipo de complemento por eles requerido: se o complemento não for preposicionado, o verbo é transitivo ativo só (*e.g. amar*); se for preposicionado, o verbo é transitivo relativo só (*e.g. depende*); em havendo ambos os complementos, o verbo é transitivo ativo e relativo (*e.g. dar*). Ao tema da transitividade verbal se voltará mais adiante, nas seções concernentes à Sintaxe e à terminologia sintática.

Ainda no capítulo do verbo, Barbosa (1822, p. 260-261) traz à baila um assunto pouco explorado pelos seus predecessores lusos: colocação pronominal. Com efeito, já consta na *Grammatica philosophica* um número considerável de normas a regularem o modo apropriado de posicionar os clíticos em relação ao verbo a que se ligam. As normas são resumidamente as seguintes: 1) nos tempos verbais em que o acento da primeira pessoa do plural não recue até a antepenúltima sílaba (*e.g. amávamos*), é indiferente pôr o pronome antes ou depois do verbo: *Eu louvo-me, Eu me louvo*. Porém, por questão de eufonia, devem-

se evitar combinações malsonantes como *louvais-vos*. Além disso, Barbosa recomenda a anteposição do pronome ao subjuntivo (e.g. *Eu me louve*) e a posposição dele ao imperativo (e.g. *louva-te tu*), a fim de evitar possíveis ambiguidades; 2) nos tempos verbais em que o acento da primeira pessoa do plural recai sobre a antepenúltima sílaba, deve-se antepor o pronome ao verbo: *Nós nos amássemos*, e não *Nós amássemo-nos*; 3) No condicional e no futuro imperfeito do indicativo, o gramático oitocentista julga ser mais elegante pôr o pronome no meio do verbo: *amar-me-ia*, *amar-me-ei*.

A próxima parte combinatória ou conjuntiva do discurso é a preposição, assim definida:

(272) - Preposição he huma parte conjunctiva da oração, que posta entre duas palavras indica a relação de complemento, que a segunda tem para a primeira.

Assim nestas expressões: *Venho do Porto*, *passo por Coimbra*, e *vou para Lisboa*; as tres preposições *de*, *por*, e *para*, postas entre os verbos adjectivos *Venho*, *Passo*, e *Vou*, e os nomes *Porto*, *Coimbra*, e *Lisboa*, mostram a relação de complementos, em que estes estão para aquelles.

(BARBOSA, 1822, p. 310, grifos nossos).

Embora sejam partes combinatórias do discurso, o verbo e a preposição se diferenciam num ponto fundamental, qual seja: o tipo de relação que estabelecem com as demais palavras de uma sentença. O verbo, como foi dito, estabelece uma relação de coexistência e identidade entre o sujeito e o respectivo atributo; a preposição, no entanto, estabelece uma relação de determinação entre o termo antecedente e o conseqüente. No exemplo *Vou para Lisboa*, o antecedente é o verbo *Vou*, e o conseqüente é o nome próprio *Lisboa*.

Mais adiante, Barbosa (1822, p. 312) descreve os dois tipos de complemento preposicionado: o determinativo, cuja função é restringir e determinar a significação vaga de uma palavra, como em *O livro de Pedro*, e o terminativo, cuja função é servir de termo a uma palavra que o requeira, como em *O filho de Pedro*. Destarte, o complemento [*de Pedro*] restringe e determina a significação do substantivo *livro* e serve de termo ao substantivo *filho*. A explicação do autor não é de todo elucidativa, mas a essa discussão sobre os complementos convém voltar apenas nas seções concernentes à terminologia sintáctica.

Segundo o relato de Barbosa (1822, p. 314), os gramáticos portugueses costumavam contabilizar até 40 preposições, mas, para o gramático oitocentista, apenas 16 o são indubitavelmente. Abaixo, o quadro classificatório das preposições:

- 1) Preposições de estado e existência: *em, sobre, sob, entre, etc.* Subclassificações: 1.1) lugar geral: *em*; 1.2) superioridade: *sobre*; 1.3) inferioridade: *sob*; 1.3) anterioridade: *ante*; 1.4) interioridade: *entre*; 1.5) anterioridade: *ante*; 1.6) posterioridade: *após*; 1.7) fronteira: *contra*; 1.8) companhia: *com*; 1.9) exclusão: *sem*;
- 2) Preposições de ação e movimento: *de, por, a, para, etc.* Subclassificações: 2.1) princípio: *de, desde, por*; 2.2) intermédio: *per*; 2.3) término: *a, até, para*.

Barbosa afirma que, em essência, todas as preposições tinham significado locativo, do qual por analogia derivaram os demais significados conhecidos. A preposição *até*, por exemplo, indica originalmente o lugar onde termina a ação expressa pelo verbo, como em *Vou até Coimbra*, mas, por influência analógica, passou a indicar o tempo em que se encerra uma ação verbal durativa, como em *Até o outro dia*. Da mesma forma, a preposição *para* indica originalmente o lugar para onde se vai em definitivo, como em *S. Paulo em vida foi ao céu, e depois de morto foi para o céu*, mas, por influência analógica, passou a indicar também a finalidade com que algo é feito, como em *Vim para te ver* (BARBOSA, 1822, p. 332-333).

Um dos pontos mais polêmicos da *Grammatica philosophica* é a inclusão dos advérbios na classe das preposições. O autor assim explica as suas escolhas classificatórias:

(273) - **O Advérbio he huma redução da preposição com seu complemento em huma só palavra**, e essa invariavel, e sem outro uso na Lingua. Por exemplo o advérbio *Aqui* comprehende em si a preposição *em*, e o seu complemento he *Este lugar*, como se dissessemos: *Neste lugar*. **He huma palavra indeclinavel e invariavel em genero e numero, e além disto não tem outro emprego em nossa Lingua afora este**. O mesmo, que se observa neste advérbio, se acha tambem em os mais, que o são verdadeiramente.

(BARBOSA, 1822, p. 335, grifos nossos).

Barbosa parte da premissa de que todo e qualquer advérbio pode ser desmembrado numa expressão preposicionada, da mesma forma que qualquer verbo adjetivo pode ser desmembrado numa construção composta pelo verbo substantivo *ser* e por um atributo. As colunas a seguir dispõem lado a lado os advérbios de lugar e as respectivas paráfrases:

Figura 22 - Os advérbios de tempo em Barbosa (1822)

<i>Adverbios de Tempo.</i>	
Quando	No tempo que. Em que tempo?
Sempre	Em todo o tempo.
Nunca	Em nenhum tempo.
Então	N'aquelle tempo.
Agora	N'este tempo.
Avante	Para o futuro.
Antes	Em o tempo antecedente.
Depois	Em o tempo seguinte.
Hontem	Em o dia antecedente ao em que estou.
Hoje	Em o dia presente.
Logo	Em o mesmo instante.
Ja	N'este instante.
Ainda, (Inda <i>antig.</i> ; En <i>antiq.</i>)	Até esta hora.
Cedo	Em pouco tempo.
Asinha <i>antig.</i>	Depressa.

(BARBOSA, 1822, p. 339)

Se a possibilidade de parafrasear advérbios por meio de expressões preposicionadas é ou não um argumento válido para considerá-los subclasse de preposição não convém aqui discutir, dada a complexidade do assunto. Entretanto, poucos gramáticos portugueses posteriores a Barbosa devem tê-los classificado da mesma maneira. Polêmicas à parte, eis as classificações adverbiais constantes na *Grammatica philosophica*:

- 1) Quanto à forma: 1.1) nomes adverbiados (*e.g. certo*, no sentido de *certamente*); 1.2) expressões ou fórmulas adverbiais (*e.g. às claras*); 1.3) advérbios propriamente ditos (*e.g. alhures*);
- 2) Quanto ao significado: 2.1) lugar (*onde, alhures, aqui*); 2.2) tempo (*sempre, agora, antes*); 2.3) quantidade (*mui, mais, sequer*); 2.4) modo e qualidade (*sim, não, quiçá*).

A última parte combinatória do discurso de que trata Barbosa é a conjunção, assim descrita e definida:

(274) - **Conjunção he huma parte conjunctiva da oração, que exprime as relações de Nexo e Ordem, que as proposições tem entre si para fazerem hum sentido total.** O verbo pois combina e ata os termos da proposição, que são o sujeito e o attributo; a preposição conjunta os complementos com o sujeito e com o attributo: **porêm a conjunção não ata nem os termos da proposição, nem os seus complementos; mas as mesmas proposições entre si, em ordem a formarem hum sentido total.** Ella pois he verdadeiramente a Parte Systematica, e Methodica do

discurso, destinada a ligar as proposições em membros, os membros em períodos, e os períodos em um discurso seguido e continuado.

(BARBOSA, 1822, p. 346, grifos nossos).

Barbosa define a conjunção cotejando-a com as demais partes combinatórias do discurso. O verbo liga o sujeito ao atributo estabelecendo entre eles uma relação de coexistência e identidade; a preposição liga um antecedente a um conseqüente, que pode estar contido tanto no sujeito quanto no atributo da oração; a conjunção, por fim, liga proposições inteiras exprimindo entre elas algum tipo de relação, como causa, adversidade, conclusão, entre outras.

Para o autor, só há propriamente nove conjunções em português: *cá* (forma arcaica de *que*), *e*, *mas*, *nem*, *ou*, *pois*, *porém*, *que* e *se*. Afora estas, existem inúmeras frases ou fórmulas conjuntivas terminadas em *que*, como *ainda que*, *posto que*, *de sorte que* e *visto que*, além de palavras de outras classes que possuam eventual valor conjuntivo, como *ora*, *logo*, *quer* e *seja*. As conjunções se dividem em dois grandes grupos, cada qual com as respectivas subclassificações: 1) homólogas ou similares; 2) anomólogas ou dissimilares. As primeiras estabelecem uma relação de identidade ou simetria entre as proposições, enquanto as segundas, previsivelmente, estabelecem uma relação de dissimetria. Eis o quadro geral de conjunções portuguesas:

- 1) Homólogas ou similares: 1.1) copulativas (*e*, *nem*); 1.2) disjuntivas (*ou*); 1.3) explicativas (*isto é*, *de sorte que*); 1.4) continuativas ou transitivas (*pois*, *logo*);
- 2) Anomólogas ou dissimilares: 2.1) adversativas (*mas*, *porém*, *senão*); 2.2) condicionais (*se*, *senão*); 2.3) causais (*como*, *porquanto*, *visto que*, *porque*, *pois*); 2.4) conclusivas (*pois*, *logo*, *por conseguinte*); 2.5) circunstanciais (*quando*, *logo que*, *até que*). 2.6) subjuntivas (*que*).

O quadro acima lembra em larga medida o atual quadro classificatório das conjunções arroladas pelas gramáticas normativas, contudo não havia à época uma nítida separação entre conjunções coordenativas e subordinativas, embora aquelas se assemelhem às sobreditas homólogas, enquanto estas se assemelham às anomólogas. Basta notar, por exemplo, que as conjunções adversativas e as conclusivas, atualmente enquadradas entre as coordenativas, pertencem ao segundo grupo.

Ainda no capítulo sobre a conjunção, Barbosa traz à baila os conceitos de *oração principal*, *oração subordinada*, *oração incidente* e *oração integrante*, mas disso é preferível tratar apenas na próxima seção, que diz respeito à Sintaxe.

4.10.9.5 Livro IV. Da Syntaxe, e Construcção

Se, por um lado, o modelo sintático baseado em funções apresenta claros sinais de incipiência nos *Rudimentos da grammatica portugueza* (1799), por outro, ele apresenta considerável aprofundamento na *Grammatica philosophica* (1822), haja vista a profusão de conceitos e termos outrora inexistentes na gramaticografia portuguesa: *oração principal*, *oração subordinada*, *oração incidente explicativa*, *complemento restritivo*, *complemento circumstantial*, entre outros. Esse salto qualitativo se justifica, em parte, pelo teor propedêutico da obra de Fonseca, em contraste com o teor avançado da obra de Barbosa, que mui provavelmente se serviu de fontes francesas nas suas análises embora não as cite nominalmente.

O Livro IV se inicia com a seguinte definição:

(275) - **Syntaxe** quer dizer **Coordenação**; e chama-se assim esta parte da **Grammatica**, que das **palavras separadas ensina a formar e compor huma oração**, ordenando-as segundo as relações ou de **conveniencia**, ou de **determinação**, em que suas ideas estão humas para as outras.

(BARBOSA, 1822, p. 362, grifos nossos).

A Sintaxe instrui os discentes a juntarem palavras em orações bem formadas, com base nas relações de conveniência e de determinação. A conveniência ou identidade concerne à concordância, ao passo que a determinação restringe ou estende a amplitude que uma ideia tem com outra, relacionando-se, pois, com o conceito de regência (COLOMBAT, 2017, p. 179). Conforme se verá adiante, os diversos tipos de complemento, quer sejam obrigatórios, quer sejam acessórios, restringem a significação da palavra regente.

4.10.9.5.1 Sobre a oração e seus tipos

Após a definição, o autor passa para o conceito de proposição ou oração, que é a principal unidade de análise da Sintaxe:

(276) - **Oração**, ou **Proposição**, ou **Frase** (pois tudo quer dizer o mesmo) he **qualquer juizo do entendimento, expressado com palavras**. Ora não sendo qualquer

discurso outra cousa senão ou hum juízo, ou huma serie delles; todo elle não he tambem senão ou huma oração ou huma continuação de orações: e assim o que aqui dissermos da oração em geral, será applicavel a cada huma dellas em particular.

(BARBOSA, 1822, p. 363, grifos nossos).

Do ponto de vista terminológico, chama a atenção a sinonímia entre os termos *oração*, *proposição* e *frase*. Afinal, como é sabido, os termos *oração* e *frase* têm hoje acepções levemente distintas na Sintaxe Tradicional, ao passo que o termo *proposição* se usa na Lógica para designar um juízo sobre alguma coisa. Na sequência, Barbosa descreve a estrutura canônica de uma oração:

(277) - Toda oração tem necessariamente **tres termos**, hum que exprime a pessoa ou couza, da qual se diz e enuncia alguma couza; outro que exprime a couza, que se enuncia; e o terceiro que exprime a identidade e coexistencia de huma couza com outra. O primeiro termo chama-se **Sujeito**, o segundo **Attributo**, e o terceiro **Verbo**. Toda oração pois he composta de hum sujeito, de hum attributo, e de hum verbo, os quaes se exprimem ou com tres palavras *Eu sou amante*; ou com duas equivalentes ás tres *Sou amante*, ou com huma so, que concentra em si as tres, como: *Amo*.

(BARBOSA, 1822, p. 363-364, grifos nossos).

Diferentemente de Fonseca (1799), Barbosa (1822) segue à risca a divisão tripartite proposta séculos antes pelos gramáticos de Port-Royal, dando provas bastante concretas de sua adesão aos preceitos da Gramática Filosófica. Toda oração, explícita ou implicitamente, possui a mesma estrutura: *sujeito*, *atributo* (ou *predicado*) e *verbo*. O sujeito é o ser ou a coisa de que se fala; o atributo é qualidade predicável a esse ser ou a essa coisa; por fim, o verbo é parte combinatória cujo papel é justamente o de ligar o sujeito ao respectivo atributo, estabelecendo entre eles uma relação de coexistência e de identidade. Rememorando o que foi dito na seção anterior, o verbo substantivo *ser* subjaz a todos os demais verbos da língua, de modo que uma oração como *Amo* possa ser parafraseada por uma oração tripartite canônica como *Eu sou amante*, em que o pronome sujeito *Eu* se liga ao seu atributo *amante* por meio da forma verbal *sou*. Essa ideia de uma estrutura subjacente e universal, longe de ser apanágio dos gramáticos filosóficos, já era veiculada pelos filósofos clássicos e pelos gramáticos modistas.

Evidentemente, em situações mais concretas de uso linguístico, os falantes se servem de orações e períodos de maior complexidade. Em havendo apenas um sujeito e um atributo, como no exemplo canônico citado no parágrafo anterior, a oração será *simples*; todavia, em havendo mais de um sujeito, ou mais de um atributo, ou múltiplos sujeitos e atributos ao mesmo tempo, a oração será *composta*, como neste outro exemplo do texto: *Eu e tu somos amantes e estimadores da virtude*. Internamente ao sujeito e ao atributo, lembra o gramático oitocentista, pode haver palavras ou orações inteiras que os modifiquem ou determinem. Nesse caso, a oração modificada ou determinada será a *principal*, enquanto a oração modificadora ou determinadora será *parcial*, segundo descrevem as seguintes linhas:

(278) - Estes mesmos sujeitos e attributos da oração simples e composta podem elles mesmos ser compostos e complexos, isto he, modificados por varios accessorios, como são ou hum substantivo com sua preposição *Homem de honra*, ou hum adverbio *Obrou honradamente* ou hum adjectivo *Homem honrado*, ou huma oração incidente *O homem que he honrado*. Estas orações, que modificão ou o sujeito, ou o attributo da **proposição principal**, chamão-se **Parciaes**, porque fazem parte dos mesmos, em contraposição ás **Totaes**, que não fazem parte, nem Grammatical, nem integrante, de outras.

(BARBOSA, 1822, p. 364-365, grifos nossos).

A oração principal assim se caracteriza se houver alguma parcial que lhe modifique ou determine a significação. Entre uma e outra categoria, situa-se a supradita *oração total*, de que se tratará mais adiante. As orações parciais, por sua vez, podem ser *incidentes* ou *integrantes*, conforme descreve e exemplifica Barbosa nestas outras linhas:

(279) - As **Orações** ou **Proposições Parciaes** são de dous modos, ou **Incidentes** ou **Integrantes**. As primeiras são as que modificão qualquer dos termos da **proposição total, ou explicando-o, ou restringindo-o**. Por exemplo nesta proposição total: *Os sabios, que são mais instruidos, que o commum das homens, deverião tambem excedel'os em virtude*; a parcial *Que são mais instruidos que o commum dos homens* he huma **incidente explicativa** do sujeito *Sabios*: e em estoutra *A honra, que vem da virtude, he mais solida que aquella, que vem do nascimento*, as duas incidentes *Que vem da virtude* e *Que vem do nascimento* são **restrictivas**, a primeira da significação geral do appellativo *Honra*, sujeito da preposição [sic] total; e a segunda

da significação indeterminada do mesmo appellativo, e do demonstrativo *Aquella*, attributo da mesma.

(BARBOSA, 1822, p. 365, grifos nossos).

À primeira vista, parece haver uma óbvia correspondência entre as sobreditas *orações incidentes* e as modernas *orações adjetivas*, tendo em vista que estas também se dividem em explicativas e restritivas de acordo com a terminologia gramatical da NGB. A incidente explicativa [*que são mais instruídos*] se aplica à totalidade de homens sábios a que se refere; a incidente restritiva [*que vem da virtude*], por seu turno, individualiza o substantivo *honra*, enquanto a restritiva seguinte *que vem do nascimento* individualiza o demonstrativo *aquela*, cujo referente é o mesmo substantivo *honra*³⁰³. No entanto, há indícios de que Barbosa também inclui nesse grupo as modernas *adverbiais*, uma vez que ele classifica como incidente a segunda oração deste exemplo: *trato estas coisas como melhor me servem* (BARBOSA, 1822, p. 368). Ora, pelos critérios de hoje, a oração [*como melhor me servem*] se classificaria como adverbial conformativa, podendo-se substituir sem prejuízo de sentido o conectivo *como* por outras conjunções, a exemplo de *segundo* ou *conforme*. Todavia, é também possível que o autor tenha aí interpretado a existência de um referente substantivo implícito, tornando-a adjetiva: *trato estas coisas [do jeito] como melhor me servem*. A prova cabal de que o autor enquadra as modernas orações adjetivas e as adverbiais num único grupo aparece noutro passo da obra, mais especificamente quando ele classifica como incidente restritiva a primeira oração deste verso de Camões: “*Cantando, espalharei por toda parte*” (*Lusíadas* I, 2; in BARBOSA, 1822, p. 438). Pelos critérios de hoje, tratar-se-ia de uma oração adverbial modal reduzida de gerúndio.

A propósito, Camões é o escritor português por quem Barbosa demonstra sua predileção, a ponto inclusive de proceder a uma análise sintática minuciosa das duas primeiras estrofes d’*Os Lusíadas* nas páginas derradeiras da *Grammatica philosophica*. Afora o insigne poeta quinhentista, ele também tira dados linguísticos de muitos outros escritores portugueses, como Fernão Lopes, João de Barros, Duarte Nunes de Leão, Antônio Ferreira, Amador Arrais, Heitor Pinto, Frei Luís de Sousa, Jacinto Freire de Andrade, Fernão Álvares d’Oriente e padre Antônio Vieira. Ou seja, há uma clara preferência por autores dos séculos XVI e XVII. Somando-se os exemplos explicativos de teor moralista presentes no último excerto aos

³⁰³ Note-se que tanto as orações explicativas quanto as restritivas vinham separadas por vírgulas antigamente. Hoje, as restritivas se usam sem os referidos sinais de pontuação.

exemplos explicativos tirados dos escritores clássicos, conclui-se que Fonseca (1799) e Barbosa (1822) convergem na *camada documental*.

Encerrada essa brevíssima digressão sobre os dados linguísticos, eis o parágrafo sobre as orações parciais integrantes:

(280) - A segunda especie de orações **parciaes** são as **Integrantes**, assim chamadas, **porque não so inteirão o sentido da proposição fatal, como as incidentes; mas tambem a sua Grammatica, completando a significação relativa do attributo da mesma, a qual sem isto ficaria incompleta e suspensa**. O attributo pois de huma significação relativa, exprimido pelo adjectivo, ou so, ou mettido no verbo adjectivo, he quem **determina** e demanda estas orações integrantes, as quaes se enuncião ou pelos infinitos impessoaes, quando o sujeito do verbo **determinante** he o mesmo que o do verbo **determinado**, como: *Quero amar-te*; ou pela Linguagem³⁰⁴ indicativa, quando o verbo **determinante** affirma com asseveração e certeza, como: *Creio que me amas*; ou pela subjunctiva, quando o verbo **determinante** affirma com receio e incerteza, como: *Quero que me ames*.

(BARBOSA, 1822, p. 366, grifos nossos).

Se, por um lado, a oração incidente tem apenas papel acessório num período qualquer, por outro, a oração integrante tem papel obrigatório, já que a sua ausência tornaria o período sintática e semanticamente incompleto. No exemplo *Quero amar-te*, o verbo *Quero* determina ou rege um complemento verbal, que, no caso em tela, é uma oração integrante no modo infinito: *amar-te*. Nos demais exemplos, *Creio que me amas* e *Quero que me ames*, constam orações integrantes introduzidas pela conjunção *que* e formadas, respectivamente, pelo modo indicativo e pelo subjuntivo. Nas linhas iniciais do excerto, aparece o termo *proposição fatal*, cuja acepção não é de todo clara na *Grammatica philosophica*. Afirma o autor, noutro parágrafo da obra, que o *período* se forma por um ajuntamento de *orações fatais*, e não por um ajuntamento de *orações parciais*, deixando transparecer aí uma provável sinonímia entre as ditas *fatais* e as *totais*, anteriormente descritas (BARBOSA, 1822, p. 367).

Em seguida, Barbosa traz à baila um dos mais relevantes conceitos com que opera ainda hoje a Sintaxe Tradicional: *oração subordinada*. Veja-se o trecho:

(281) - Qualquer que seja o numero das proposições, huma dellas he sempre a **Principal**, e as mais **Subordinadas**. O caracter ordinario da principal he ser enunciada

³⁰⁴ Observe-se o termo *linguagem* empregado aí no sentido de “modo verbal”.

por alguma linguagem do modo indicativo (qual nós representámos em seu lugar) e poder por consequencia subsistir per si, e fazer hum sentido independente fóra do periodo. O caracter ordinario das **proposições subordinadas** he serem enunciadas pelas Linguagens subjunctivas, ou tambem indicativas, mas ligadas ás principaes por conjuncções, que lhes suspendem o sentido.

(BARBOSA, 1822, p. 367, grifos nossos).

Embora o gramático não o verbalize, as *orações subordinadas* e as *parciais* designam na prática o mesmo objeto, pois ambas dependem sintaticamente de uma *oração principal*. Para tentar ilustrar as tênues diferenças entre os diversos tipos oracionais, veja-se abaixo como Barbosa classifica as orações deste exemplo: “*Se eu quero parecer discreto á custa da ignorancia de outro, parecer zeloso á custa dos peccados do proximo, fazer meus negocios ao som do requerimento das partes; trato estas couzas como melhor me servem, não como a obrigação do officio o pede* (Paiva)”. Ele desmembra o período da seguinte maneira:

(282) - Este periodo tem **duas orações totaes**, que são a **subordinada** *Se eu quero*, &c. e a **principal** *Trato estas couzas*, &c. Mas além destas tem **cinco proposições parciaes**, a saber: **tres integrantes** da acção do verbo *Quero*, que são, *Parecer discreto*, &c. *Parecer zeloso*, &c. e *Fazer meus negocios*, &c.; e **duas incidentes, restrictivas** da significação do verbo *Trato*, que são: *Como melhor me servem*, e *Não como a obrigação do officio o pede*.

(BARBOSA, 1822, p. 368, grifos nossos).

No primeiro plano, sobressaem a oração subordinada condicional [*Se eu quero...*] e a sua principal [*trato estas cousas...*]. Como ambas possuem orações parciais dentro de si, Barbosa classifica as duas orações entre colchetes como totais, de modo que se possa fazer a seguinte inferência: toda *oração principal* é necessariamente *total*, mas nem toda oração *total* é necessariamente *principal*. Comprova-o o fato de que a oração [*Se eu quero...*] é, ao mesmo tempo, subordinada à oração principal [*trato estas cousas...*] e total em relação às três orações parciais infinitas que completam o seu sentido: *parecer discreto à custa da ignorância de outro, parecer zeloso á custa dos peccados do proximo, fazer meus negocios ao som do requerimento das partes*. Por fim, é interessante notar que Barbosa não opera com o conceito de coordenação, embora haja, pelos critérios de hoje, várias orações coordenadas no período em tela.

Feitos esses adendos, eis o quadro com as principais classificações oracionais da *Grammatica philosophica* (1822):

1) Quanto à estrutura interna: simples (e.g. *Eu sou amante*), composta (e.g. *Eu e tu somos amantes e estimadores da virtude*) e complexa* (e.g. *O homem, cheio de dinheiro, quer mais*);

2) Quanto à relação de uma com a outra: principal ou total** (e.g. *Quero amar-te*); parcial ou subordinada (e.g. *Quero amar-te*); 2.1) dentre as parciais: incidente (e.g. *A honra que vem da virtude é mais sólida do que aquela que vem do nascimento*) e integrante (e.g. *Quero amar-te*); 2.1.1) dentre as parciais incidentes**: restritivas (e.g. *A honra que vem da virtude é mais sólida do que aquela que vem do nascimento*) e explicativas (e.g. *Os sábios, que são mais instruídos que o comum dos homens, deveriam também excedê-los em virtude*).

*Chama-se *complexa* a qualquer oração que possua modificadores no sujeito, no verbo ou no atributo (BARBOSA, 1822, p. 416).

** Toda oração que possua dentro de si uma *oração parcial* ou *subordinada* pode chamar-se *total*, mas nem toda oração *total* é necessariamente *principal*. Por exemplo, uma oração hipotética qualquer pode ser, ao mesmo tempo, *subordinada* a uma *principal* e *total* em relação a outras *subordinadas*, mas ela não pode ser *subordinada* e *principal* ao mesmo tempo (ver exemplo em BARBOSA, 1822, p. 368). O termo *oração fatal* é praticamente sinônimo de *oração total*.

*** As *orações incidentes* também incluem as modernas *orações subordinadas adverbiais* descritas pela Sintaxe Tradicional.

4.10.9.5.2 Sobre a concordância

O capítulo sobre a concordância se inicia, naturalmente, com a seguinte definição do termo:

(283) - **Concordancia he a conformidade dos signaes, que o uso instituiu para indicar as correlações das ideas, com estas mesmas correlações.** Para haver conformidade he preciso que haja humas partes que se conformem, e outras a que as mesmas se conformem. As partes, a que as outras se conformão, são sempre as principaes, e as que figurão no discurso em primeiro lugar. Tal he em qualquer proposição o seu sujeito; em qualquer complexo de proposições a proposição fatal, de

que as mais fazem parte; e em qualquer periodo, ou ajuntamento de proposições fataes a principal, á qual as outras estão subordinadas.

(BARBOSA, 1822, p. 370, grifos nossos).

Na visão de Barbosa, as regras de concordância advêm do uso concreto da língua, e não de meras deliberações prescritivas dos gramáticos, a quem cabe o trabalho de coletar e organizar os usos constantes nas obras dos escritores canônicos. Nesse processo sintático, há também uma relação de hierarquia, segundo a qual o sujeito se impõe sobre o verbo, a dita proposição fatal se impõe sobre as demais proposições, e, dentre as proposições fatais, sobressai a principal. O fundamento da concordância é a identidade e a correlação entre as partes concordantes, levando-se em conta a sua terminação, a sua posição e a conjunção entre elas.

A concordância pode ser de dois tipos: regular ou irregular. A regular se realiza em três níveis, cada qual com as respectivas regras, enquanto a irregular se realiza com desvios de regra aparentes. No primeiro nível: os adjetivos concordam em gênero e número com os nomes apelativos a que se referem (e.g. *As leis devem ser justas*); o verbo concorda em número e pessoa com o seu sujeito (e.g. *os homens morrem*). No segundo nível: em havendo muitos sujeitos e atributos, estes concordam com aqueles na mesma proporção em aparecem (e.g. *O ouro, o diamante, as pérolas, tudo é terra e da terra*); os pronomes relativos variáveis concordam com a palavra da oração antecedente (e.g. *Quantos letrados há que o são para sustentar e defender seus maus partidos e cegos conselhos, aos quais não servem as ciências...*); emprega-se o infinito pessoal quando este tiver um sujeito diferente do verbo da oração principal (e.g. *Faz-te mercê, barão, a sapiência / Suprema de c'os olhos corporais / Veres o que não pode a vã ciência*³⁰⁵). Por fim, no terceiro nível: a proposição responsiva deve concordar com a proposição interrogativa em sua estrutura frasal (e.g. *De quem é este livro? De Antônio*). Essa última regra é idêntica à quarta concórdia prescrita por Amaro de Roboredo (1619, p. 71) no *Methodo Grammatical para todas as linguas*.

A concordância irregular se realiza quando há aparentes desvios entre as partes concordantes. Tais desvios recebem o nome de *silepse* e se dividem nestes três tipos: 1) gênero (e.g. *o marido e a mulher são generosos*); 2) número (e.g. *estavam pegados com eles uma infinidade de homens*³⁰⁶); 3) pessoa (e.g. *Ele e tu estais sentados*). No primeiro exemplo, emprega-se um adjetivo no masculino plural (*generosos*) em correlação com dois substantivos

³⁰⁵ Lusíadas, X, 76.

³⁰⁶ Exemplo tirado de Frei Luís de Sousa.

no singular, sendo o primeiro masculino (*homem*) e o segundo feminino (*mulher*). No segundo exemplo, emprega-se um verbo no plural (*estavam*) em correlação com o sujeito coletivo no singular (*infinidade*). No terceiro, emprega-se um verbo na segunda pessoa do plural (*estais*), em correlação com sujeitos de diferentes pessoas do discurso no singular, sendo um de terceira pessoa (*ele*) e outro de segunda (*tu*).

Afora os três tipos de silepse, os desvios nas normas de concordância configuram solecismos, que são erros de Sintaxe de maneira geral, consoante os descrevera Quintiliano (I, 5) na *Institutio Oratoria*³⁰⁷. Barbosa arrola inúmeras particularidades de concordância, das quais convém citar algumas. Por exemplo, segundo ele, é incorreto antepor o artigo definido a nomes que já venham determinados por um possessivo (*e.g. os meus avós*). Por outro lado, é incorreto omitir o artigo diante de um substantivo modificado por uma oração incidente (*e.g. *Pedro é homem que muito estimo*). Isso demonstra que, na visão do autor, os aspectos coesivos da língua também se enquadram no processo sintático da concordância.

4.10.9.5.3 Sobre a regência

O capítulo sobre a regência se inicia com uma definição do verbo *reger*, em sua acepção sintática:

(284) - **Reger quer dizer determinar, e demandar alguma couza.** E como em todas as linguas ha humas palavras, cuja significação he **transitiva**, ou **relativa**, e que por isso requerem se lhes complete para não ficar suspensa; daqui veio dizer-se que, assim como a relação de **Identidade** entre as ideas he o fundamento da **syntaxe de concordancia**, assim a relação de **Determinação** entre as mesmas he o fundamento da **syntaxe de regencia**.

(BARBOSA, 1822, p. 392-393, grifos nossos).

A ideia de determinação subjacente à Sintaxe de regência se baseia no fato de que as palavras regidas determinam e restringem a significação das palavras regentes, cujo sentido ficaria vago sem os respectivos complementos. De acordo com Barbosa (1822, p. 393-394), há dois tipos de regência: correlativa e relativa. Na correlativa, há uma interdependência entre a palavra regente e a regida, como na frase *Amo a Deus*, em que o verbo *amar* exige um objeto preposicionado por se tratar de um ser racional (*Deus*), enquanto a preposição *a* exige antes de si uma palavra à qual sirva de complemento. Na relativa, a dependência sintática se

³⁰⁷ Barbosa (1822, p. 385) cita Quintiliano nominalmente em sua definição de solecismo. Tal fato chama a atenção porque o gramático português raramente cita fontes não portuguesas ao longo do texto.

dá de modo unilateral, como em *amor de Deus*, em que o nome apelativo *amor* nada exige, enquanto a preposição *de* exige um antecedente e um conseqüente. No primeiro exemplo, o objeto preposicionado *a Deus* determina e restringe a significação do verbo *amar*, e, no segundo exemplo, o termo preposicionado *de Deus* determina e restringe a significação do substantivo *amor*.

Só há, em essência, duas partes do discurso capazes de reger complementos: o adjetivo e a preposição. Os nomes adjetivos, segundo os pressupostos da Gramática Filosófica, subjazem a todos os verbos adjetivos da língua, de modo que a oração infinita *Depender de Deus* possa ser parafraseada por uma combinação do verbo substantivo *ser* com o adjetivo cognato: *ser dependente de Deus*. Da mesma forma, eles também subjazem aos advérbios de base adjetiva sem prejuízo dos seus aspectos regenciais, como em *dependentemente de Deus*. As preposições, por sua vez, sempre exigem um antecedente e um conseqüente, conforme demonstram os três exemplos citados: *depende de Deus*, *ser dependente de Deus* e *dependentemente de Deus*. Por outro lado, podem ser regidas as seguintes partes do discurso: nome (e.g. *amor de Deus*), preposição (e.g. *depende de Deus*), verbo (e.g. *Quero amar-te*) e advérbio (e.g. *por onde*).

De modo similar à concordância, a regência também pode ser regular ou irregular. A primeira assim se caracteriza:

(285) - A regencia he **regular, quando as palavras regentes tem expressos na oração os seus devidos complementos**, e os complementos os seus devidos antecedentes, sem ser preciso entenderem-se-lhes de fóra. As palavras regentes ou significação tão somente huma **acção**, ou tão somente huma **relação**, ou huma **acção** e ao mesmo tempo huma **relação**.

(BARBOSA, 1822, p. 396, grifos nossos).

Se, por um lado, a regência regular se caracteriza pela presença explícita dos complementos numa oração, por outro, a regência irregular se caracteriza pela elipse desses elementos sintáticos. As palavras regentes que significam apenas uma ação requerem um *complemento objetivo*; as palavras regentes que significam apenas uma relação requerem um *complemento terminativo*; as que significam ambas as coisas requerem, naturalmente, os dois tipos de complemento. Por último, há palavras que podem ligar-se a um complemento meramente acessório, classificável como *restritivo* ou *circunstancial*.

O *complemento objetivo* (ou *objeto*) é a palavra ou oração sobre a qual incide mais diretamente a ação do verbo. Para identificá-lo, Barbosa (1822, p. 396) se serve uma técnica metalinguística empregada ainda hoje em manuais de Sintaxe: fazer perguntas para o verbo. Destarte, se uma palavra ou oração qualquer responde à pergunta *O quê?*, ela exerce aí a função de complemento objetivo. Por exemplo, quando se diz *Eu amo*, é natural fazer-se a pergunta *O quê?*, já que o verbo *amar* não possui significação completa. Se a resposta ao questionamento for *a Deus*, significa que esse nome preposicionado é complemento objetivo³⁰⁸. Os adjetivos não podem tomar esse tipo de complemento em português.

O *complemento terminativo* é a palavra ou oração que serve de *termo* à significação relativa das palavras regentes (BARBOSA, 1822, p. 398). Como as palavras regentes podem estabelecer relações muito diversas com os seus complementos, é necessário juntar preposições também muito diversas para ligar uns aos outros, sendo as mais comuns *a*, *para*, *por*, *de*, *com* e *contra*. Por exemplo, quando se empregam verbos transitivos como *abalançar-se*, *prestar*, *trocar*, *lembrar-se*, *reconciliar-se* e *conjurarse*, é natural fazerem-se as perguntas *A quê?*, *Para quê?*, *Por quê?*, *De quê?*, *Com quê?* e *Contra quê?*. As respostas preposicionadas a cada uma delas hão de ser os respectivos complementos terminativos: *abalançar-se aos perigos*; *prestar para muito*; *trocar ouro por prata*; *lembrar-se do tempo passado*; *reconciliar-se com seus inimigos*; *conjurarse contra a pátria*. Barbosa lembra que os adjetivos de significação relativa também podem reger complementos terminativos, como *pertencente*, *apto*, *empenhado*, *dependente* e outros tantos, cada qual com a sua preposição. Por fim, lembra o autor que os pronomes *me*, *nos*, *te*, *vos* e *se* podem desempenhar a função de complemento objetivo ou terminativo a depender do contexto, mas que os pronomes *lhe* e *lhes* só podem exercer a de terminativo.

O *complemento restritivo* é qualquer palavra precedida da preposição *de* que restringe e determina a significação vaga de um nome apelativo (BARBOSA, 1822, p. 400). Nos exemplos *livro de Pedro*, *homem de virtude*, *amor de Deus* e *senhor de escravo*, os nomes apelativos *livro*, *homem*, *amor* e *senhor* vêm acompanhados de nomes preposicionados que ajudam a especificá-los e a diferenciá-los de outros livros, homens, amores e senhores. À primeira vista, poder-se-ia questionar se o complemento restritivo apontado por Barbosa seria apenas uma espécie de genitivo vernáculo com outra roupagem e nomenclatura, à semelhança do que propunham outrora João de Barros (1540) e Amaro de Roboredo (1619), porém o próprio gramático oitocentista adverte que o complemento restritivo vai muito além da

³⁰⁸ Assim como em castelhano, o português de outrora exigia que qualquer objeto personativo fosse preposicionado. Todavia, o português moderno manteve essa regra diante da palavra *Deus*.

relação de posse comumente associada ao genitivo latino. Comprova-o o segundo exemplo, *homem de virtude*, no qual o complemento restritivo *de virtude* evoca uma qualidade, e não a posse de uma coisa sobre a outra.

O *complemento circunstancial* é qualquer palavra ou oração preposicionada que se junta a um verbo ou a um adjetivo sem que estes o exijam para terem sentido completo (BARBOSA, 1822, p. 401-402). Os complementos circunstanciais relativos ao lugar, ao tempo e aos graus de afirmação só se aplicam ao verbo substantivo *ser*, pois dizem respeito à existência mesma do processo verbal; aqueles relativos à quantidade, à qualidade, ao modo, ao fim, ao modo e ao instrumento se aplicam aos adjetivos inerentes a cada verbo, pois concernem a particularidades da ação. Para elucidar os porquês dessa divisão, Barbosa elaborou *ad hoc* um exemplo hipotético no qual constam todas as circunstâncias acima arroladas:

(286) - “Em Coimbra, *desde aquelle tempo até agora*, *sem interrupção alguma*, *com todo o ardor me entreguei*, *entre outros*, *aos estudos das sciencias naturaes sob Professores excellentes para instrução minha*, e em utilidade publica.”.
(BARBOSA, 1822, p. 402).

Para facilitar a análise sintática da sentença, Barbosa propõe a substituição da forma verbo-pronominal *me entreguei* pela expressão *estive aplicado*, composta por um verbo e por um particípio adjetivado. Procedendo dessa maneira, torna-se mais fácil atribuir cada complemento circunstancial a uma e outra parte. Assim, ao verbo *estar* se ligam complementos de lugar (*Em Coimbra*), de tempo (*desde aquele tempo até agora*), de continuação (*sem interrupção alguma*); ao adjetivo *aplicado* se ligam complementos de modo (*com todo o ardor*), concomitância (*entre outros*), instrumento (*sob professores excelentes*), fim próximo (*para instrução minha*) e fim remoto (*em utilidade pública*).

Para concluir esta seção, convém tecer alguns comentários mais breves sobre a regência irregular, que se caracteriza pela elipse de uma ou mais partes da oração, podendo ocorrer de duas maneiras: pela razão ou pelo uso. A elipse baseada na razão ocorre quando se omite uma palavra já mencionada no texto ou no discurso, a fim de evitar repetições desnecessárias. Já a elipse baseada no uso ocorre quando se pode deduzir a existência de uma palavra sem que esta tenha sido mencionada, como em: *os (homens) cristãos*; *o (rio) Tejo*; *o Tejo, (que é o) principal rio da Europa* (BARBOSA, 1822, p. 407). O capítulo se encerra com mais alguns exemplos de elipse e alguns casos de solecismo associados à regência.

4.10.9.5.4 Sobre a colocação

Barbosa é um dos poucos gramáticos aqui estudados a discorrer sobre a colocação com alguma profundidade. Os seus predecessores, em regra, passavam tangencialmente pelo tema nos capítulos reservados às figuras de linguagem, de modo que a abordagem fosse mais estilística do que sintática. No trecho a seguir, há uma descrição geral dos dois principais tipos de construção:

(287) - Todas as construcções se reduzem a duas geraes, que são a **Direita**, e a **Invertida**. A **direita** he aquella, em que as palavras e as orações seguem a mesma ordem de sua syntaxe, referindo-se cada huma successivamente áquella, que lhe precede immediatamente, de sorte que o sentido nunca fica suspenso, antes se vai percebendo á medida, que se vai ouvindo, ou lendo. A **invertida** pelo contrario he aquella, em que se muda a ordem da syntaxe, e as palavras e orações ou regidas, ou subordinadas vão primeiro que as que as regem, ou subordinão, de sorte que o sentido vai suspenso.

(BARBOSA, 1822, p. 412, grifos nossos).

A *construção direita*, noutras palavras, consiste num arranjo sintático que obedeça à ordem canônica do idioma, enquanto a *invertida* consiste em alterações pontuais nesse ordenamento, para fins expressivos ou estilísticos. Exemplo de construção direita (BARBOSA, 1822, p. 412): *Um príncipe que cumpre exatamente com suas obrigações merece o amor de seus vassallos e a estimação de todos os povos*. O mesmo período na forma invertida: *Merece o amor de seus vassallos e a estimação de todos os povos um príncipe que cumpre exatamente com suas obrigações*. No primeiro exemplo, há uma obediência estrita à ordem canônica do português, na medida em que o sujeito *Um príncipe que cumpre exatamente com suas obrigações* antecede o verbo adjetivo *merece*, que antecede os dois complementos objetivos: *o amor de seus vassallos* e *a estimação de todos os povos*. Internamente a cada uma dessas três partes, observa-se que os complementos circunstanciais (*exatamente*) e os restritivos (*de seus vassallos* e *de todos os povos*) aparecem pospostos às palavras a que se subordinam. No segundo exemplo, o sujeito da oração principal foi deslocado para o fim da frase, de modo que o sentido global fique momentaneamente suspenso até que o referido príncipe seja anunciado.

Com base nos seus pressupostos racionalistas, o autor assevera que tanto construção direita quanto a invertida são naturais, porque as ideias surgem simultaneamente no espírito

(BARBOSA, 1822, p. 423). Porém, há um terceiro tipo de ordem, denominada *transpositiva*, que feriria o “gênio” da língua por separar certas ideias concebidas juntas na mente. É o caso da expressão *o espaço do céu à terra dilatado*, em que o complemento circunstancial *do céu à terra* aparece intercalado entre o substantivo *espaço* e o adjetivo *dilatado*. Em termos estilísticos, a ordem invertida se chama anástrofe, e a transpositiva se chama hipérbato.

Um assunto ordinariamente abordado em gramáticas posteriores, no âmbito da colocação, é a colocação pronominal, de que Barbosa (1822, p. 260-261) preferiu tratar nos capítulos sobre o verbo. Não obstante, convém aqui rememorar as principais regras: 1) nos tempos verbais em que o acento da primeira pessoa do plural não recue até a antepenúltima sílaba (e.g. *amávamos*), é indiferente pôr o pronome antes ou depois do verbo: *Eu louvo-me*, *Eu me louvo*. Porém, por questão de eufonia, devem-se evitar combinações malsonantes como *louvais-vos*. Além disso, Barbosa recomenda a anteposição do pronome ao subjuntivo (e.g. *Eu me louve*) e posposição dele ao imperativo (e.g. *louva-te tu*), a fim de evitar possíveis ambiguidades; 2) nos tempos verbais em que o acento da primeira pessoa do plural recai sobre a antepenúltima sílaba, deve-se antepor o pronome ao verbo: *Nós nos amássemos*, e não *Nós amássemo-nos*; 3) No condicional e no futuro imperfeito do indicativo, o gramático oitocentista julga ser mais elegante pôr o pronome no meio do verbo: *amar-me-ia*, *amar-me-ei*.

Nas páginas derradeiras do tratado, o gramático faz uma análise sintática minuciosa das duas primeiras estrofes d’*Os Lusíadas*, como foi dito nas seções anteriores.

4.10.9.6 Resumo sobre a *Grammatica philosophica da lingua portugueza*

Barbosa sobressai entre os gramáticos portugueses que o precederam por ser o nome mais representativo da vertente filosófica em Portugal, a ponto de virem a lume outras seis edições da sua obra apenas no século XIX. Na *camada teórica*, ele aderiu mais explicitamente aos pressupostos e aos conceitos veiculados séculos antes pelos gramáticos de Port-Royal (1660) e mais tarde pelos seus sucessores franceses, com destaque para as três operações mentais formadoras do discurso – *conceber*, *julgar* e *comparar* – e a divisão tripartite da oração em *sujeito*, *verbo* e *atributo*, de acordo com a qual o verbo substantivo *ser* subjaz a quaisquer construções verbais, transitivas ou intransitivas. Nesse sentido, ele diverge de Fonseca (1799), que aderira apenas parcialmente ao programa da Gramática Filosófica (COELHO, 2011, p. 180). Na *camada técnica*, impressiona a profundidade com que o gramático oitocentista discorre sobre assuntos diversos nas áreas de Fonética, Ortografia,

Etimologia e Sintaxe. Percebe-se uma sensível expansão e detalhamento do modelo sintático baseado em funções, cujo vocabulário técnico, outrora incipiente em Fonseca (1799), se enriqueceu por meio de empréstimos disciplinares oriundos da Lógica (*e.g. sujeito, atributo, predicado, proposição, objeto*) e de termos que devem ter sido desenvolvidos internamente à disciplina (*e.g. oração incidente, complemento restritivo, complemento circunstancial*). Também chama a atenção o uso de uma técnica metalinguística utilizada ainda hoje para a identificação de complementos sintáticos, qual seja: as perguntas feitas ao verbo. Assim, numa construção transitiva qualquer do tipo *Eu amo*, falta inserir a palavra ou a oração que complete o sentido do verbo *amar*, de modo a responder à pergunta *O quê?*. A palavra ou a oração que responder a essa pergunta será um *complemento objetivo* ou *objeto*. Na *camada documental*, Fonseca (1799) e Barbosa (1822) divergem de todos os seus predecessores lusos por terem recorrido várias vezes a dados linguísticos oriundos da literatura vernácula, que foi quase inteiramente ignorada nas gramáticas de Oliveira (1536), Barros (1540) e Roboredo (1619). O primeiro tinha predileção pelo padre Antônio Vieira, e o segundo, por Camões. Na *camada contextual-institucional*, não há muitas diferenças entre Fonseca (1799) e Barbosa (1822), em sendo ambos contemporâneos³⁰⁹ e legatários das ideias difundidas pelos gramáticos filosóficos franceses nos séculos XVII e XVIII, numa época em que o português ocupava cada vez mais espaço nos recintos escolares. Barbosa (1822, p. XII) reconhece, na introdução da *Grammatica philosophica*, os méritos do seu antecessor, que abandonara em definitivo a aplicação dos casos latinos ao português e começara a desenvolver o modelo sintático baseado em funções, expandido e remodelado pelo próprio Barbosa e por outros gramáticos portugueses oitocentistas. Esse modelo persistiu *mutatis mutandis* até a fixação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em 1957 e da Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP) em 1967.

4.10.10 A terminologia sintática na *Grammatica philosophica da lingua portugueza*: a camada técnica

4.10.10.1 Os conceitos de *Sintaxe* e *construção*

Relembrando o que se tem dito amiúde em vários capítulos, o termo grego σύνταξις foi decalcado em latim como *constructio* por Prisciano de Cesareia, de sorte que os seus correspondentes etimológicos portugueses aparecessem nas gramáticas vernáculas com acepções praticamente idênticas. No entanto, Oliveira (1536) e Barros (1540) preferem o

³⁰⁹ Como os dois autores, Fonseca e Barbosa, faleceram no ano 1816, o intervalo entre a elaboração das suas obras é inferior a 20 anos.

termo de origem latina *construção*, Roboredo (1619) prefere o termo de origem grega *syntaxe*, enquanto Fonseca (1799) se serve de ambos sem ter uma clara predileção por nenhum deles. Barbosa (1822), por sua parte, diverge de todos os nomes citados por conferir acepções distintas aos termos *syntaxe* e *construção*:

(288) - Os Grammaticos, traduzindo com mais liberdade a palavra Grega *Syntaxis*, lhe dão o nome de *Construção*. Mas esta palavra tem mais extensão que a de *syntaxe*. **A *syntaxe* he huma ordem systematica das palavras, fundada nas relações das couzas que ellas significão; e a construção huma ordem local, auctorizada pela uso das Linguas.** Assim a construção pode ser ou direita ou invertida, e ter comtudo a mesma *syntaxe*. Nestas duas orações: *Alexandre venceo a Dario*, e *A Dario venceo Alexandre*, as construcções são contrarias; porém a *syntaxe* he a mesma. (BARBOSA, 1822, p. 362-363, grifos nossos).

Para o gramático oitocentista, a *syntaxe* designa algo mais abstrato que a *construção*. O termo de origem grega designa os preceitos que norteiam o correto ordenamento das palavras numa oração, bem como as relações que elas possuem umas com as outras. Já o seu correspondente etimológico de origem latina designa apenas um arranjo pontual de palavras, empregado numa oração qualquer³¹⁰. Nos exemplos aduzidos no excerto, *Alexandre venceu a Dario* e *A Dario venceu Alexandre*, constam duas construções diferentes, sendo uma direita e a outra invertida, porém ambas se subordinam aos mesmos fundamentos sintáticos. Tal distinção terminológica entre *syntaxe* e *construção* se fixou na gramaticografia portuguesa e persiste até os dias atuais.

4.10.10.2 A nova rede terminológica

Tendo abandonado o antigo modelo sintático baseado nos casos latinos, os gramáticos vernáculos, tanto de Portugal quanto de outros países, necessitavam de uma nova rede terminológica capaz de servir aos seus propósitos descritivos e explicativos no campo da *Syntaxe*. Como se tem dito ao longo deste capítulo, os novos termos foram trasladados da *Lógica* por meio de um dos vários parâmetros classêmicos propostos por Swiggers (2010b, p. 18-19), o *empréstimo disciplinar*, de modo que fossem paulatinamente acomodados às

³¹⁰ Em Tomás de Erfurt (*G.S.*, XLVII, 92), já é possível encontrar termos como *constructio intransitua* (“construção intransitiva”), na qual o termo *constructio* tem o sentido de “arranjo sintático”. Ou seja, as duas acepções de *constructio* ou *construção* conviveram por muito tempo na gramaticografia ocidental.

demandas da ciência gramatical. Esta passagem de Barbosa é uma amostra cristalina dessa transição de modelo sintático no início do século XIX:

(289) - Assim dão elles o [os gramáticos] nome de *Sujeito* á palavra, que exprime o agente ou sujeito do Verbo, e que corresponde ao *Nominativo* d'antes dos Latinos; e de *Atributo* ao *Nominativo depois*, que he o que exprime a couza, que se attribue, ou affirma do sujeito. Chamão *Complemento Restrictivo* ao nome, precedido da Preposição *De*, que se põe immediatamente depois de hum Appellativo para lhe restringir a sua significação vaga, ao que os Latinos chamavão *Genitivo*; *Complemento Objectivo* ao nome, quando faz o objecto immediato da acção do Verbo, e *Terminativo*, quando faz o termo da sua relação, e finalmente *Circunstancial*, ou da preposição, quando o nome juncto com ella explica alguma circumstancia da acção do Verbo; os quaes tres complementos correspondem ao *Accusativo*, *Dativo*, e *Ablativo* dos Latinos.

(BARBOSA, 1822, p. 152-153, grifos nossos).

O excerto (289) opõe os termos usados pelos latinos (*nominativo*, *genitivo*, *acusativo*, *dativo* e *ablativo*) aos termos usados pelos gramáticos vernáculos da época (*sujeito*, *atributo*, *complemento restritivo*, *complemento objetivo*, *complemento terminativo* e *complemento circunstancial*). Conquanto Barbosa tenha optado por traçar paralelismos morfossintáticos entre as duas redes terminológicas para fins didáticos, ele próprio reconhece não haver aí uma relação de todo biunívoca entre os casos e as funções sintáticas, visto que ao nominativo dos latinos pode corresponder o sujeito ou o atributo³¹¹ dos gramáticos vernáculos. Para elucidar essa correspondência, convém pensar numa oração simples como *Terra rotunda est*, traduzida em português por *A Terra é redonda*. Na sentença latina, observa-se que o substantivo da primeira declinação *Terra* se encontra no nominativo, bem como o adjetivo de primeira classe *rotunda*, que o modifica. Aplicando-se o antigo modelo baseado nos casos à sentença portuguesa, constata-se que tanto o substantivo *Terra* quanto o adjetivo *redonda* se encontram no caso nominativo conforme prevê o paralelismo morfossintático com o latim, porém, aplicando-se o modelo baseado em funções, constata-se que o substantivo *Terra* exerce a função de sujeito, enquanto o adjetivo *redonda* exerce a função de atributo. Tal discrepância explica por que o autor improvisa o termo *nominativo depois* para aludir a esse elemento

³¹¹ Barbosa também emprega, noutras partes da obra, o termo *predicado* com a mesma acepção de *atributo*.

atributivo. Como é sabido, Barbosa (1822) adota a mesma divisão tripartite proposta séculos antes pelos gramáticos de Port-Royal (1660) e por seus sucessores: *sujeito, verbo e atributo*.

A *Grammatica Philosophica* (1822) também sobressai por adentrar num tema pouco explorado em obras da Antiguidade e da Idade Moderna: a classificação de orações. Com efeito, os antigos não propuseram nenhuma classificação sistemática e exaustiva das orações a que pudessem recorrer os primeiros gramáticos vernáculos nos respectivos tratados. Segundo o relato de Aulo Gélíio nas *Noites Áticas* (XVI, 8, 9-12), Varrão se teria servido de alguns termos da Dialética Estoica para descrever certos tipos de proposição, como *axioma conexo* e *axioma disjuntivo*, porém o pensamento sintático varroniano não logrou longevidade na gramaticografia latina³¹², devendo tratar-se de um empreendimento isolado. Recorrendo outra vez à Lógica e a prováveis inovações internas, os gramáticos setecentistas e os oitocentistas expandiram a rede terminológica do novo modelo sintático, que na gramática de Barbosa (1822) inclui os seguintes tipos de oração, já descritos anteriormente: 1) Quanto à estrutura interna: simples (e.g. *Eu sou amante*), composta (e.g. *Eu e tu somos amantes e estimadores da virtude*) e complexa (e.g. *O homem, cheio de dinheiro, quer mais*); 2) Quanto à relação de uma com a outra: principal ou total (e.g. *Quero amar-te*); parcial ou subordinada (e.g. *Quero amar-te*); 2.1) dentre as parciais: incidente (e.g. *A honra que vem da virtude é mais sólida do que aquela que vem do nascimento*) e integrante (e.g. *Quero amar-te*); 2.1.1) dentre as parciais incidentes: restritivas (e.g. *A honra que vem da virtude é mais sólida do que aquela que vem do nascimento*) e explicativas (e.g. *Os sábios, que são mais instruídos que o comum dos homens, deveriam também excedê-los em virtude*). Constata-se aí que Barbosa não operava com o conceito de coordenação ou oração coordenada³¹³, embora passe muito tangencialmente pelo tema no capítulo das conjunções. Enfim, após inúmeras modificações e remodelações nos séculos XIX e XX, começou a tomar forma a terminologia sintática hoje constante nas nomenclaturas oficiais do Brasil e de Portugal.

4.10.10.3 Termos relativos à concordância

Na *Grammatica philosophica*, não consta nenhuma inovação terminológica relevante no âmbito da concordância, haja vista que os termos a ela concernentes são praticamente os mesmos que se vinham empregando nos séculos anteriores. Como é sabido, a maioria dos gramáticos portugueses aqui estudados se servem do termo *concordância*, bem como do

³¹² É forçoso lembrar que os livros do *De Lingua Latina* concernentes às questões sintáticas se perderam há muito tempo. O pouco que se sabe a respeito deles vem justamente dos relatos de Aulo Gélíio.

³¹³ Em certo passo da obra, diz-se: “*Syntaxe quer dizer Coordenação*” (BARBOSA, 1822, p. 362). Porém, tal ideia de coordenação nada tem a ver aí com a moderna acepção sintática do termo.

verbo cognato *concordar*, cuja acepção sintática data do período humanístico segundo se tem repetido à exaustão (COLOMBAT, 2017, p. 132-133).

Barbosa (1822, p. 371), convém lembrar, divide a concordância em regular e irregular. A primeira diz respeito às regras mais gerais desse fenômeno morfossintático, como bem salienta o autor neste passo da obra:

(290) - Chama-se **concordancia regular** aquella, em que as partes concordantes correspondem exactamente áquellas, com quem concordão, sem ser necessario fazer suplemento algum.

(BARBOSA, 1822, p. 372, grifos nossos).

A concordância regular se dá nos três níveis descritos nas seções anteriores. No primeiro nível: os adjetivos concordam em gênero e número com os nomes apelativos a que se referem (e.g. *As leis devem ser justas*); o verbo concorda em número e pessoa com o seu sujeito (e.g. *os homens morrem*). No segundo nível: em havendo muitos sujeitos e atributos, estes concordam com aqueles na mesma proporção em aparecem (e.g. *O ouro, o diamante, as pérolas, tudo é terra e da terra*); os pronomes relativos variáveis concordam com a palavra da oração antecedente (e.g. *Quantos letrados há que o são para sustentar e defender seus maus partidos e cegos conselhos, aos quais não servem as ciências...*); emprega-se o infinito pessoal quando este tiver um sujeito diferente do verbo da oração principal (e.g. *Faz-te mercê, barão, a sapiência / Suprema de c'os olhos corporais / Veres o que não pode a vã ciência*³¹⁴). Por fim, no terceiro nível: a proposição responsiva deve concordar com a proposição interrogativa em sua estrutura frasal (e.g. *De quem é este livro? De Antônio*).

A dita concordância irregular, que outros gramáticos veem como um tipo de Sintaxe figurada, diz respeito a desvios de norma aparentes quanto à concordância, assim descritos:

(291) - Procede isto [*i.e.* os desvios aparentes] de que **a concordancia não se faz então de palavra com palavra, mas da palavra com huma idea**. O entendimento obrigado da necessidade, e **auctorizado pelo uso**, sem se ligar á terminação da palavra, liga-lhe outra idea de differente genero, com a qual a **concorda**; vindo assim a fazer huma **discordancia material e aparente** para fazer huma concordancia real, porém so mental. A isto derão os Grammaticos o nome de *Syllepse*, ou *Synthese*, que querem dizer *Concebimento*, ou *Combinação*.

(BARBOSA, 1822, p. 378, observações e grifos nossos).

³¹⁴ Lusíadas, X, 76.

Em suma, a concordância siléptica se constrói antes pela correlação de ideias do que pela correlação de palavras expressas no discurso. A silepse em português se divide nestes três tipos já descritos anteriormente: 1) gênero (e.g. *o marido e a mulher são generosos*); 2) número (e.g. *estavam pegados com eles uma infinidade de homens*³¹⁵); 3) pessoa (e.g. *Ele e tu estais sentados*). No primeiro exemplo, há um adjetivo no masculino plural (*generosos*) em correlação com dois substantivos no singular, sendo o primeiro masculino (*homem*) e o segundo feminino (*mulher*). No segundo exemplo, há um verbo no plural (*estavam*) em correlação com o sujeito coletivo no singular (*infinidade*). No terceiro, há um verbo na segunda pessoa do plural (*estais*), em correlação com sujeitos de diferentes pessoas do discurso no singular, sendo um de terceira pessoa (*ele*) e outro de segunda (*tu*).

4.10.10.4 Termos relativos à regência

Assim como os seus predecessores lusos, Barbosa (1822) se serve tanto do termo *regência* quanto dos seus cognatos *reger*, *regente* e *regido*, cuja raiz latina remete ulteriormente ao substantivo *rex, regis* (“rei”), evocando por analogia a ideia de que as partes de uma oração se organizam de maneira hierárquica, à semelhança de reis e vassallos. Aliás, essa mesma analogia se faz presente no termo *oração subordinada*, que designa uma oração hierarquicamente inferior à sua principal. Entretanto, o autor também se serve do termo *determinação* e dos cognatos *determinar*, *determinante* e *determinado* para tratar de complementação, como neste trecho:

(292) - O attributo pois de huma significação relativa, exprimido pelo adjectivo, ou so, ou mettido no verbo adjectivo, he quem determina e demanda estas orações integrantes, as quaes se enuncião ou pelos infinitos impessoaes, quando o sujeito do verbo **determinante** he o mesmo que o do verbo **determinado**, como: *Quero amar-te*; ou pela Linguagem indicativa, quando o verbo **determinante** affirma com asseveração e certeza, como: *Creio que me amas*; ou pela subjunctiva, quando o verbo **determinante** affirma com receio e incerteza, como: *Quero que me ames*.

(BARBOSA, 1822, p. 366, grifos nossos).

Se, por um lado, o termo *regência* destaca uma relação hierárquica entre as palavras, por outro, o termo *determinação* destaca que as palavras determinadas / regidas restringem a significação vaga das palavras determinantes / regentes. Dessa forma, no exemplo *Quero*

³¹⁵ Exemplo tirado de Frei Luís de Sousa.

amar-te, a oração infinita *amar-te* é quem cumpre a função de complementar e restringir a significação do verbo transitivo *Quero*, que ficaria vaga sem a presença do seu complemento. Portanto, os dois termos, *regência* e *determinação*, remetem a diferentes facetas do mesmo fenômeno sintático.

Barbosa também dá continuidade aos termos *transitivo* e *intransitivo*, que são oriundos de decalques terminológicos de Prisciano de Cesareia nas *Institutiones Grammaticae*, mas traz neste trecho algumas subclassificações dignas de nota:

(293) - Se porêm a significação do verbo he relativa, ou porque exprime huma acção, que pede depois de si hum **objecto**, em que se exercite, ou huma qualidade, que pede hum **termo**, a que se dirija; chama-se então **Transitivo**, que póde ser ou **Activo so**, ou **Relativo so**, ou **Activo e Relativo** ao mesmo tempo. Assim *Amo* he hum verbo **transitivo activo so**; *Dependo* he **transitivo relativo so**, e *Dou* he **transitivo activo**, e ao mesmo tempo **relativo**.

(BARBOSA, 1822, p. 240-241, grifos nossos).

De uma perspectiva etimológica, os verbos transitivos são aqueles cuja significação há de transitar em direção aos seus complementos para que a oração fique completa e compreensível. Até o fim do século XVIII, tais complementos eram ordinariamente descritos em português por meio das denominações dos casos oblíquos latinos (*genitivo*, *acusativo*, *dativo* e *ablativo*), mas, devido ao abandono do antigo modelo sintático, o critério de diferenciação de complementos passou a fazer-se com base na ausência ou na presença de preposições entre as partes regentes e as regidas. O verbo transitivo que rege um complemento não preposicionado se classifica como *ativo só*, a exemplo do verbo *amar*; o verbo transitivo que rege um complemento preposicionado se classifica como *relativo só*, a exemplo do verbo *depende*; por último, aquele que rege ambos os tipos de complemento se classifica como *ativo e relativo*, a exemplo do verbo *dar*.

Os complementos, por sua vez, se dividem nos quatro tipos descritos anteriormente: *objetivo*, *terminativo*, *restritivo* e *circunstancial*. O complemento objetivo (ou *objeto*) é justamente aquele que se liga a um verbo transitivo ativo sem o auxílio de preposição, enquanto o terminativo (ou *termo*) é aquele que se liga a um verbo ou a um nome transitivo relativo com o auxílio de preposição. Na frase *Amo a Deus*, emprega-se excepcionalmente a preposição *a* após o verbo por se tratar de um objeto referente a um ser racional. De fato, o complemento *a Deus* não poderia classificar-se como terminativo porque ele responde à

pergunta *O quê?* feita para o verbo *amar*, segundo adverte o próprio Barbosa (1822, p. 396). Em momentos posteriores da gramaticografia portuguesa, como é sabido, tais complementos passariam a ser chamados de *objeto direto* e *objeto indireto*. Os outros dois complementos, o *restritivo* e o *circunstancial*, diferem dos anteriores por terem um papel meramente acessório na oração, motivo pelo qual passariam a ser chamados mais tarde de *adjuntos*. Aquele se constrói com a preposição *de* e restringe a significação vaga de nomes substantivos (e.g. *livro de Pedro*), ao passo que este se constrói com preposições diversas e modifica a significação de verbos ou adjetivos sem que estes o exijam (e.g. *com todo o ardor me entreguei*). Enfim, não obstante as diferenças terminológicas, um leitor hodierno já poderia identificar aí muitas funções sintáticas semelhantes às aquelas preconizadas atualmente pela Sintaxe Tradicional.

5. CONCLUSÕES

Encerrados os capítulos sobre os doze gramáticos aqui analisados, é chegada a hora de fazer um balanço sobre esta narrativa historiográfica acerca da Sintaxe, desde os primórdios da Gramática Tradicional no período helenístico até o início do século XIX, com enfoque sobre a metalinguagem e a terminologia sintática de que se serviu cada autor. Se, por um lado, a Morfologia e as partes do discurso se mantiveram relativamente estáveis e reconhecíveis ao longo de dois milênios de gramaticografia ocidental, por outro, a Sintaxe passou por uma ruptura no século XVIII, quando os gramáticos filosóficos substituíram o antigo modelo analítico baseado nos casos morfológicos – *nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo* – por um modelo analítico baseado em categorias trasladadas da Lógica: *sujeito, verbo e atributo*. O primeiro modelo tinha um viés mais empírico e se alicerçava em paralelismos morfossintáticos entre a declinação latina e a vernácula; o segundo tem viés mais racionalista e se alicerça nas relações que as palavras têm umas com as outras na oração, fazendo surgir uma nova rede terminológica no campo da Sintaxe. Numa perspectiva kuhniana, caberia afirmar que o modelo sintático baseado nos casos permaneceu por centenas de anos no estágio de *ciência normal*, até adentrar num estágio de *ciência extraordinária* na segunda metade do século XVII e ser cabalmente substituído pelo modelo lógico-relacional no século seguinte, num processo, em certa medida, semelhante a uma *revolução científica*. Essa mudança reordenou o texto gramatical como um todo e permitiu tanto inovações quanto ressignificações na terminologia.

Antes mesmo de a Gramática constituir-se como um campo do saber autônomo no orbe mediterrânico, os gregos já refletiam sobre a natureza e o funcionamento da linguagem, mas faziam-no sem a pretensão de identificar ou classificar exhaustivamente as unidades linguísticas, quer fossem os sons, quer fossem as palavras. Afinal, para a Filosofia e para a Lógica, a língua era *grosso modo* um instrumento por meio do qual se podia expressar a verdade, e, para a Retórica, ela era fundamentalmente um instrumento de persuasão. Nesse período pré-gramatical, interessava aos gregos descobrir se as palavras carregavam consigo a essência das coisas que nomeavam e se, no funcionamento da língua, prevaleciam as regularidades ou as irregularidades. Das querelas argumentativas em torno desses temas surgiram duas grandes dicotomias: uma entre convencionalistas e naturalistas, outra entre analogistas e anomalistas. Conquanto a língua não fosse o centro de suas reflexões, os filósofos clássicos e os pensadores estoicos legaram à posteridade alguns modelos de

classificação das partes do discurso (μέρη λόγου), que os primeiros gramáticos passariam a manejar e expandir à sua maneira. Segundo o ensaio de Thomas Kuhn (1962:2013, p. 165), nesse processo de transferência ou apropriação terminológica, é comum os termos técnicos serem rearranjados numa nova rede conceitual. Muitos termos gregos oriundos de outras áreas como λόγος (“oração”), λέξις (“palavra”), ὄνομα (“nome”), ῥῆμα (“verbo”), σύνδεσμος (“conjunção”) e outros passaram pelo chamado *empréstimo disciplinar*, consoante análise baseada nos parâmetros clássicos de Swiggers (2010b, p. 18-19).

O nascimento da Gramática se relaciona, entre outras coisas, a fatores sociopolíticos, linguísticos e epistemológicos. Após as conquistas territoriais de Alexandre, o Grande, a língua grega foi transladada para muitas regiões aloglotas e conseguiu se enraizar em algumas localidades do vasto Império Macedônico, sobretudo na cidade de Alexandria, no delta do Nilo. A fim de preservar o legado literário, filosófico e científico do mundo helênico, os eruditos alexandrinos se dedicaram a um árduo labor filológico com vistas à edição e à interpretação das obras clássicas, cuja linguagem soava mais antiga e menos compreensível aos olhos e ouvidos dos falantes de grego comum (κοινή) no século II a.C. Essa percepção de alteridade nos registros linguísticos, tal como descreve Auroux (1992, p. 22), ensejou a demanda por um estudo sistemático e exaustivo da língua para que todo esse legado cultural pudesse se perpetuar. Assim surgiu a Gramática, tendo a língua como um objeto material de análise, e não como um rele instrumento para chegar à verdade ou para persuadir interlocutores. Do ponto de vista epistemológico, o discurso fundador da Gramática estava alicerçado na assunção de que as unidades linguísticas são regulares e suscetíveis a um tratamento sistemático. Noutras palavras, os gramáticos alexandrinos eram apólogos da *analogia*, numa clara oposição aos seus rivais pergamenhos de orientação estoica, que eram apólogos da *anomalia*. Portanto, o nascimento da Gramática também se pode interpretar como uma reação dialética ao pensamento anomalista da escola de Pérgamo.

A gramática ocidental mais antiga de que se tem notícia é a Τέχνη Γραμματική, do alexandrino Dionísio Trácio (c. 170-90 a.C.), cuja autenticidade é controversa. Polêmicas à parte, o autor do tratado define a Gramática como conhecimento empírico do que se diz frequentemente entre poetas e prosadores. Tal concepção empirista, no âmbito da *camada teórica*, também se pode interpretar como uma oposição dialética aos estoicos, cuja visão de língua era mais racionalista e abstrata. Além disso, ao citar poetas e prosadores, Dionísio Trácio informa o tipo de dado linguístico com que pretende operar na *camada documental*, para além dos exemplos hipotéticos: os usos literários, com a primazia dos poemas

homéricos. Noutros parágrafos, ele fornece uma exposição concisa, metódica e dedutiva das partes da Gramática, dos sons linguísticos e das oito partes do discurso – *nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção* –, servindo-se mormente de critérios semânticos e morfológicos nas suas classificações. Tal modelo está na base da hodierna divisão das classes gramaticais, da qual ele diverge nos seguintes pontos: o substantivo, o adjetivo e o numeral compunham a classe dos *nomes*; *verbo* e *particípio* eram classes distintas; e a interjeição compunha a classe dos *advérbios*. Houve sensível aumento no número de partes do discurso em relação aos estoicos, que só distinguiram cinco partes. Não há nenhum capítulo da obra dedicado à Sintaxe, e o número de terminologias sintáticas ou morfossintáticas constantes na *camada técnica* é bem modesto, como por exemplo: *πτῶσις* (caso), *ὀνομαστική* (nominativo), *γενική* (genitivo), *δοτική* (dativo), *αἰτιατική* (causativo), *κλητική* (vocativo), *κλίσις* (flexão ou declinação), *etc.* Segundo Neves (2005, p. 132), a ausência da Sintaxe na *Τέχνη Γραμματική* se explica por motivos **epistemológicos**. Em sendo a Gramática uma ciência empírica na sua fase inicial, as questões sintáticas, por serem mais abstratas, estavam fora do escopo da disciplina à época, reservando-se à Lógica e à Dialética o papel de classificar as proposições e outras categorias do pensamento.

A gramática latina mais antiga de que se tem notícia é o *De Lingua Latina*, de Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.), que caracteriza uma transferência tecnológica do mundo helênico para o romano (AUROUX, 1992), numa época em que Roma já havia se assenhoreado dos territórios gregos e levado para a capital da República muitos eruditos oriundos das terras conquistadas. A rigor, os três livros varronianos aqui analisados não são propriamente uma gramática, mas uma espécie de ensaio linguístico sobre a dicotomia *analogia-anomalia* ao longo do qual o autor vai discorrendo de maneira mais fluida sobre assuntos gramaticais (VALENZA, 2010, p. 162). Segundo atesta uma citação do gramático tardio Mário Vitorino (século IV d.C.), Varrão, na *camada teórica*, compartilha com os alexandrinos a visão de que a Gramática é a ciência das coisas ditas por poetas e prosadores, mas diverge deles quanto à divisão das partes do discurso. Na verdade, o polímata latino se serve de critérios morfológicos para propor um modelo com apenas quatro partes do discurso, com algumas subclassificações: *pars appellandi* ou *nomen* (“parte de nomear”, “nome”), *pars dicendi* ou *verbum* (“parte de dizer”, “verbo”), *pars adminiculandi* (“parte de auxiliar”) e *pars iungendi* ou *participium* (“parte de juntar”, “particípio”). A *pars appellandi* possui caso, mas não possui tempo; a *pars dicendi*, possui tempo, mas não possui caso; a *pars adminiculandi* não possui nem caso, nem tempo, a exemplo do que hoje se chama advérbio; a *pars iungendi*

junta as marcas de caso e de tempo. A grande contribuição varroniana para a ciência gramatical foram os conceitos de *declinatio voluntaria* (declinação voluntária) e *declinatio naturalis* (declinação natural), que subjazem às hodiernas noções de derivação e de flexão. Varrão teria reservado alguns livros da sua extensa obra à Sintaxe, mas, como eles se perderam ao longo do tempo, o pouco que se sabe sobre eles vem de citações posteriores, como as de Aulo Gélcio (c. 125-180 d.C.), segundo o qual o gramático reatino adaptou a noção de *axioma* da Dialética Estoica para definir as proposições de sentido completo, chamadas de *proloquia* ou *profata*. Devido a essas lacunas, é natural que os livros supérstites do *De Lingua Latina* forneçam poucos conceitos e termos sintáticos no âmbito da *camada técnica*, conforme apontam as tabelas sinóticas dispostas nos anexos desta tese. Varrão traduz do grego para o latim as denominações dos casos morfológicos, à exceção do ablativo, que inexistia nos dialetos helênicos e a que se dava o nome genérico de *casus sextus* ou *casus latinus*. Ao gramático reatino se atribui a tradução errônea de *πτῶσις αἰτιατική* (“caso causativo”) por *casus accusativus* (ROBBINS, 1967:1983, p. 28). Por fim, à semelhança de Dionísio Trácio, o autor também privilegia o mesmo tipo de dado linguístico na *camada documental*: os exemplos hipotéticos e algumas esporádicas passagens literárias, tiradas de autores como Plauto e Ênio.

A próxima obra analisada foi a *Institutio Oratoria*, de Marco Fábio Quintiliano (30 - 96 d.C.), que a rigor tampouco pode ser considerada uma gramática. Em verdade, ela é um extenso tratado de Retórica em cujos primeiros capítulos constam os conhecimentos gramaticais indispensáveis à atuação dos homens públicos de Roma. Ela é produto do fomento estatal à cultura letrada na gestão da Dinastia Flaviana, que concedia ao mestre em Retórica um estipêndio anual para instruir os jovens de famílias abastadas. Segundo a *Institutio Oratoria* (I, IV, 2-3), a Gramática é uma disciplina propedêutica definida como a arte de falar corretamente e a explicação dos poetas (*recte loquendi scientiam et poetarum enarrationem*). Nesse sentido, percebem-se mais continuidades do que discontinuidades no âmbito da *camada teórica*, em relação a Dionísio Trácio e a Varrão. Quintiliano compartilha com os seus antecessores o teor normativo da disciplina e a primazia dos usos literários, mas se diferencia levemente deles por tratar a Gramática como instrumento prático da vida pública, e não como disciplina especulativa. Ainda no âmbito da *camada teórica*, Varrão e Quintiliano censuram o apego excessivo aos princípios analógicos, mas este se diferencia do seu compatriota romano por adotar mais fielmente o modelo de oito partes do discurso proposto pelos alexandrinos, com apenas duas alterações: a ausência do *artigo*, que não

existia em latim, e o acréscimo da *interjeição*, que era uma subclasse de *advérbio* entre os gregos. Na *camada técnica*, há algumas inovações destacáveis. Em primeiro lugar, o chamado *casus sextus* já aparece na obra com o seu nome canônico, *caso ablativus*, indicando que os latinos não precisavam socorrer-se dos gregos para lidar com particularidades da sua própria língua. Em segundo lugar, Quintiliano (I, IV, 26) supõe a existência de um sétimo caso em latim que, a julgar pelo exemplo aduzido na frase *hasta percussi* (“feridos com a lança”), é formalmente idêntico ao ablativo, porém deste se diferencia por trazer a ideia de instrumento. Tratar-se-ia, pois, de um possível *caso instrumental*. Embora o autor não dedique nenhum capítulo do tratado à Sintaxe, ele passa tangencialmente pelo tema ao abordar os vícios de *barbarismo* e *solecismo*. O primeiro ocorre em palavras isoladas (I, V, 6), o segundo na combinação de palavras (I, V, 34), ou seja, no nível sintático. Na *camada documental*, prevalecem os exemplos curtos e hipotéticos, com eventuais menções a passagens literárias de Virgílio, Cícero e outros romanos ilustres.

O *Περὶ Συντάξεως* (“Sobre a Sintaxe”), de Apolônio Díscolo (século II d.C.), é um ponto de inflexão na história da Gramática e, ao mesmo tempo, mais um produto dos grandes centros intelectuais da cidade de Alexandria. O objetivo maior do tratado é analisar em detalhes o comportamento sintático de cada parte do discurso, passando por aspectos posicionais e relacionais. Uns atribuem à obra o pioneirismo no tratamento da Sintaxe em âmbito gramatical, outros, mais céticos, questionam até mesmo a existência de uma Sintaxe na Antiguidade. Botas (1987, p. 37, 22), tradutor e comentador do *Περὶ Συντάξεως*, não só rechaça tais questionamentos, argumentando que os seus proponentes incorreram em **anacronismos**, como também especula que o surgimento da Sintaxe seja fruto de um **desenvolvimento interno da disciplina**, a despeito de certas marcas da Filosofia e da Lógica nas ideias apolonianas. De fato, não convém a nenhum empreendimento historiográfico debruçar-se sobre o passado à procura de categorias e modelos classificatórios modernos. É um evidente anacronismo. Além disso, não faria sentido Apolônio Díscolo elaborar um modelo sintático baseado em funções, tal como se faz hoje, tendo em vista que as denominações de caso morfológico – *nominativo*, *acusativo*, *genitivo*, *dativo* e *vocativo* – já cumpriam *mutatis mutandis* esse papel, conforme esta tese tem propugnado desde o início com base nas assertivas de Colombat (2017, p. 127). Prova peremptória disso dá o excerto seguinte, no qual o termo *caso reto* se refere ao que se convencionou depois chamar de *sujeito*:

(294) - Portanto, o [caso] reto está implícito nos próprios verbos de maneira definida na primeira e segunda pessoas, e indefinida na terceira por ser esta infinita em suas referências.

(Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 12, tradução e grifos nossos).

O termo oracional cuja presença pode ser deduzida pelas terminações verbais é justamente o *sujeito*, recorrendo-se à terminologia de hoje. Apolônio Díscolo também dedica muitos parágrafos do tratado a questões legitimamente sintáticas, como a colocação dos pronomes pessoais oblíquos, a concordância verbal e a regência verbal. Na *camada teórica*, o gramático alexandrino mantém sem alterações o modelo de oito partes do discurso e, assim como os latinos, propugna certa moderação no recurso aos princípios analógicos. No âmbito da *camada técnica*, o Περὶ Συντάξεως apresenta um estilo redacional mais fluido e, às vezes, errático, no que claramente diverge do estilo metódico e conciso da Τέχνη Γραμματική. Há inovações conceituais e terminológicas de relevo, a exemplo dos conceitos de καταλληλότης (coerência), que se refere à correta estruturação sintática de uma frase, e de μετάβασις (transitividade), que se baseia na noção de completude dos verbos. As noções de *sujeito* e *predicado* já aparecem de modo incipiente nos binômios ὄνομα-ῥῆμα e ὑποκείμενον-κατηγορημα, porém este último designa antes categorias ontológicas do que categorias linguísticas, conservando aí muito da sua acepção original da Lógica Aristotélica. O termo ὑποκείμενον significa “subjacente” ou “substrato” e se refere ao ser ou à coisa no mundo a que se atribuem qualidades predicáveis, chamadas de κατηγορημα ou κατηγορούμενον, que significam justamente “atributo” e se referem àquilo que se diz sobre um ser ou uma coisa (COLOMBAT, 2017, p. 93). As noções de *sujeito* e *objeto* aparecem de modo também incipiente nas denominações dos casos πτωσις εὐθεῖα e πτωσις πλάγια (caso reto e caso oblíquo) e nos binômios ἐνεργοῦντα-ἐνεργούμενον, διατιθείς-διατιθέμενον e δρῶν-δρώμενον, que remetem em geral à relação agente e paciente numa perspectiva mais semântica. Para exprimir os processos de concordância e regência, Apolônio recorre a vários verbos, dando a entender que a metalinguagem sintática ainda estava em formação. Com o sentido de “concordar”, ele usa συνέρχομαι (“ir junto”), συντρέχω (“correr junto”), συνκλίνω (“inclinare junto”), προσχωρέω (“juntar-se a”), παραλαμβάνω (“tomar para si”), κοινωνέω (“compartilhar”) e outros que trazem a mesma ideia de “ir para o mesmo lugar”. Com o sentido de “reger”, ele usa ἀπαιτέω (“exigir”), ἐπιζητέω (“requerer”, “sentir a falta de”),

ἐπαρτάω (“suspender”) e φέρομαι ἐπί (“lançar-se sobre”). Na *camada documental*, prevalecem os exemplos curtos e hipotéticos e os trechos literários, sobretudo dos poemas homéricos, mas Apolônio Díscolo diverge ligeiramente dos demais gramáticos aqui analisados por citar características de outros dialetos helênicos, como o dório, o jônio e o tessálio.

Na Antiguidade Tardia, veio a lume a gramática de Élio Donato (c. 310-380), que se divide em *Ars Minor* e *Ars Maior* e pertence ao mesmo gênero textual da Τέχνη Γραμματική: em grego τέχνη, em latim *ars*. De teor essencialmente pedagógico, o prestígio da *Ars Minor* e da *Ars Maior* se propagou por mais de mil anos, inspirando a elaboração de outras gramáticas latinas e das primeiras gramáticas vernáculas, em virtude da concisão e do didatismo com que foi elaborada (COLOMBAT, 2017, p. 136). Na *camada teórica*, Donato não apresenta uma concepção de língua ou de Gramática, mas, a julgar pela forma como o tratado está estruturado e pelos temas nele abordados (letras, sílabas, partes do discurso, vícios de linguagem, metaplasmos, figuras e tropos), é lícito dizer que o autor concebe a disciplina de modo semelhante aos seus antecessores: uma ciência do falar corretamente, com vistas aos usos literários. A continuidade na *camada teórica* também se manifesta na manutenção das oito partes do discurso e dos critérios classificatórios, bem como numa posição moderada ante os princípios analógicos que regem a língua. Na *camada técnica*, chamam a atenção tanto o método de pergunta e resposta constante na *Ars Minor*, por meio do qual Donato visa a cativar a atenção dos alunos mais jovens, quanto a apresentação completa dos paradigmas de declinação nominal e de conjugação verbal, em todos os casos e em todos os tempos verbais. Na parte terminológica, há poucas observações a fazer, dada a manutenção de boa parte dos termos morfossintáticos já usados noutras gramáticas e dada a ausência de um capítulo dedicado à Sintaxe. Assim como Quintiliano, Donato também propõe a existência de um sétimo caso morfológico, que seria formalmente idêntico ao ablativo, mas deste diferenciaria por não estar precedido de preposição *ab*. Na *camada documental*, nenhuma novidade: exemplos hipotéticos e passagens literárias, sobretudo da *Eneida*, de Virgílio. Por último, na *camada contextual-institucional*, tanto as artes de Donato quanto a *Institutio Oratoria* de Quintiliano são produtos diretos ou indiretos do fomento estatal que os respectivos autores recebiam para instruir a aristocracia romana.

Na transição da Antiguidade Tardia para a Baixa Idade Média, mais especificamente nos anos 526 e 527, vieram a lume as extensas *Institutiones Grammaticae*, de Prisciano de Cesareia (século V d.C.), compostas por 18 livros e divididas nos seguintes temas: Fonologia,

Morfologia e Sintaxe. Prisciano ocupa um lugar proeminente na gramaticografia ocidental por ter trasladado para o orbe latino os principais conceitos sintáticos de Apolônio Díscolo, de quem é seguidor manifesto. Segundo Baratin (2019, p. 11-12), o mestre de Cesareia julgava fazer parte de uma nova vertente de gramáticos, os chamados *iuniores* (i.e. “os mais jovens”), cujos membros não só eram epígonos do referido Apolônio, como também se opunham a uma vertente mais antiga, tachada de *uetustissima grammatica ars* (i.e. “arte gramática antiquíssima”). A causa mais provável para essa *retórica revolucionária* seria justamente um tratamento mais pormenorizado da Sintaxe, que não compunha os conteúdos da ciência gramatical à época do seu nascimento porque os seus primeiros tratadistas davam primazia aos aspectos mais empíricos da língua, ou seja, aos sons e às partes do discurso, de modo que as questões sintáticas, por serem mais abstratas, ficassem fora do seu escopo (NEVES, 2005, p. 132). A preferência pela Sintaxe em detrimento da Estilística caracteriza uma descontinuidade pontual no âmbito da *camada teórica*, e não um rompimento completo com o passado da disciplina, visto que Apolônio e Prisciano mantiveram tanto o modelo de oito partes do discurso legado pelos predecessores quanto os critérios classificatórios de antes. Ou seja, longe de perpetrarem violentas rupturas, os dois gramáticos expandiram os horizontes da Gramática, adentrando num novo nível de análise. Nas *Institutiones Grammaticae*, também se constata a manutenção de uma análise sintática baseada nos casos morfológicos, segundo demonstra o seguinte passo da obra:

(295) - Os verbos se juntam aos **nominativos intransitivamente**, mas aos [casos] **oblíquos transitivamente**, como *Theoctistus* ou *iste currit* [“Teoctisto” ou “este corre”], *Theoctisti* ou *istius misereor* [“Apiedo-me de Teoctisto” ou “deste”], *Theoctisto* ou *isti praebeo* [“Ofereço a Teoctisto” ou “a este”], *Theoctistum* ou *istum uideo* [“Vejo Teoctisto” ou “este”].

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 66-67, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 154, tradução e grifos nossos).

Na *camada técnica*, Prisciano seguiu o mesmo estilo redacional fluido e parcialmente errático de Apolônio e decalcou para o latim muitos termos técnicos gregos. Por exemplo, *constructio* (“construção”) é um decalque σύνταξις, no que se observam os prefixos de contiguidade *con-* e *συν-* e as bases nominais *structio* e τάξις (“disposição”), oriundas dos verbos *struëre* e τάσσειν (“dispor”, “alinhar”), mas esse mesmo termo latino é também uma tradução possível para um dos termos mais relevantes da doutrina apoloniana: καταλληλότης

("coerência"). Não menos relevante é o termo *transitio*, que decalca o grego μετάβασις ("transitividade") e de que derivam os termos *transitiuus* e *intransitiuus*. Do ponto de vista etimológico, um verbo transitivo é justamente aquele cujo sentido há de transitar em direção a algum termo oracional que lhe complete o sentido, ao passo que o intransitivo é aquele cujo sentido é completo em si mesmo. Assim como no Περὶ Συντάξεως, constam nas *Institutiones Grammaticae* verbos diversos para expressar as ideias de concordância e regência: *conuenire* ("convir", "vir junto"), *coniungēre* ("juntar"), *sociare* ("associar"); *exigēre* ("exigir") e *egēre* ("carecer", "necessitar"). No entanto, Graffi (2008, p. 56) adverte que Prisciano em nenhum momento se serve de binômios análogos ao ὑποκείμενον-κατηγορημα presente em Apolônio nem de categorias análogas a *sujeito* e *predicado*. Na *camada documental*, há os costumeiros exemplos hipotéticos e os literários, com destaque para os versos de Virgílio, mas cabe também salientar o uso abundante dos chamados "antiexemplos", que são construções agramaticais utilizadas para fins explicativos, como em:

(296) - Ninguém diz, com efeito, *ego tu es* ['*eu tu és'] ou *tu ego sum* ['*tu eu sou'] nem *ego ille facit* ['*eu ele faz'] ou *tu ille facit* ['*tu ele faz'], mas diz-se *ille ego facio* ['sou eu que faço'] e *tu ille facis* ['és tu que fazes'].

(Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, XVII, 146, in BARATIN *et al.*, 2010, p. 230, tradução nossa).

Na *camada contextual-institucional*, as *Institutiones Grammaticae* são um produto de uma conjuntura sociopolítica bem particular. Como é sabido, Prisciano lecionava latim em Constantinopla, capital do Império Bizantino, onde a população comum era majoritariamente helenófono. No início do século VI d.C., isto é, poucas décadas após o ocaso do Império Romano Ocidental, o latim se limitava às suas funções administrativas e a um uso restrito entre os nobres bizantinos, cujos filhos eram o público alvo do mestre de Cesareia; porém, com o passar dos anos, o grego medieval sobrepujaria a língua de Roma e lhe tomaria o lugar em todos os meios de circulação. Portanto, Prisciano trasladou para a gramaticografia latina os principais conceitos da doutrina apoloniana antes das cizânias políticas, religiosas e culturais entre o Ocidente Latino e o Oriente Grego, que marcariam os séculos subsequentes.

A próxima obra analisada nesta tese foi o *Tractatus de Modis Significandi siue Grammatica Speculatiua*, de Tomás de Erfurt, publicada nos primeiros decênios do século XIV – ou seja, cerca de 800 anos depois das *Institutiones Grammaticae*. Esse extenso salto temporal se justifica em larga medida pela falta de inovações teóricas ou terminológicas

relevantes na área de Gramática durante a Alta Idade Média. Ora, tendo em vista que o latim não mais se falava como língua nativa em nenhuma parte da Europa, os poucos tratados gramaticais surgidos nesse período visavam em regra ao letramento de falantes alogotas, numa época em que o analfabetismo era corrente inclusive entre os aristocratas bárbaros. O panorama educacional começou a mudar com as reformas carolíngias do século IX e com a fundação das primeiras universidades europeias no século XI, que visavam à formação de pessoal qualificado para os ofícios administrativos e para os clericais. Até então, as duas gramáticas de referência eram as de Donato e Prisciano, que inspiraram o trabalho de muitos comentadores medievais como Sérvio Honorato (século IV d.C), São Bonifácio (c. 672-754), Alcuíno (735-804), Esmaragdo (c. 760-840), Remígio de Auxerre (c. 841-908), Eutiques (século VI) e Rábano Mauro (c. 780-856) (ABELSON, 2019, p. 42-43).

Na Baixa Idade Média, o pensamento escolástico circulante no meio acadêmico criou um *clima de opinião* propício ao surgimento de uma vertente gramatical fortemente alicerçada no Aristotelismo: os modistas, cuja denominação provém das suas principais unidades de análise, o *modo de significar*, o *modo de entender* e o *modo de ser*. Baseando-se numa correspondência ontológica entre linguagem, mente e mundo, os modistas propunham que a cada unidade linguística (*modo de significar*) corresponderia um entendimento mental sobre alguma coisa (*modo de entender*), e que a cada entendimento mental corresponderia alguma coisa no mundo exterior (*modo de ser*). Destarte, ao substantivo *cadeira* corresponde um entendimento mental sobre esse objeto, e a esse entendimento mental corresponde o objeto físico em si. O interesse dos modistas pela natureza filosófica das unidades linguísticas fê-los criticar a descrição gramatical de Prisciano, que, na visão de Guilherme de Conches (c. 1080-1154), pecara por não adentrar na razão de ser das partes do discurso e dos respectivos acidentes. Dessa *retórica revolucionária* resultou a cisão da ciência gramatical em duas vertentes: a Positiva, a que pertenciam os gramáticos greco-latinos, e a Especulativa, a que pertenciam os próprios modistas (WEEDWOOD, 2002, p. 54-57).

Tomás de Erfurt pertence à terceira e última geração de gramáticos modistas, que compilam o conhecimento produzido pelas gerações anteriores. Na *camada teórica*, ele e os seus correligionários abandonam a antiga concepção de Gramática baseada no conhecimento empírico do que diziam poetas e prosadores e adotam uma concepção mais racionalista da disciplina, tornando-a uma legítima ciência de base aristotélica. Seguindo o modelo pendular descrito por Koerner (1989, p. 52-53), os estudos linguísticos na Baixa Idade Média transitaram de uma abordagem particularista mais orientada para os dados em direção a uma

abordagem generalista mais orientada para a teoria. Outra divergência saliente entre os gramáticos greco-latinos e os modistas é que estes em geral deixavam a Fonética de fora das suas análises, já que o latim para eles era uma língua quase inteiramente restrita a textos escritos, e não uma língua de conversação diária. Na parte de Etimologia (*i.e.* Morfologia), Tomás de Erfurt mantém as oito partes do discurso abonadas pelos seus predecessores, porém deles se diferencia ao fazer uma distinção mais nítida entre os nomes substantivos e os nomes adjetivos. Na parte de Sintaxe, ele apresenta inovações dignas de nota, tanto na *camada teórica* quanto na *camada técnica*. No primeiro plano, destaca-se a adoção de um modelo sintático binário por meio do qual todos os constituintes são analisados em pares. Por exemplo, na oração *Socrates currit* (“Sócrates corre”), o nome *Socrates* atua como *suposto* (em latim, *suppositum*), enquanto o verbo flexionado *currit* atua como *aposto* (em latim, *appositum*), formando assim uma estrutura binária do tipo *suppositum-appositum* (G.S., XXVII, 52). Seguindo de perto as ideias aristotélicas constantes no tratado *Da Interpretação* (XXVII, 52), o gramático trecentista assevera que a todas as construções verbais está subjacente o verbo substantivo *ser*, de modo que a oração *Socrates currit* possa ser parafraseada por *Socrates est currens* (“Sócrates é um corredor”), ligando um ser (*Socrates*) a um atributo que lhe é predicável (*currens*) (BECCARI, 2013, p. 118-119). Já na oração *percutio Socratem* (“golpeio Sócrates”), encontram-se um verbo (*percutio*) e um nome no caso oblíquo (*Socratem*), que lhe completa o sentido segundo uma relação de dependência sintática (G.S., XXIX, 58). Tomás de Erfurt também emprega o binômio *subiectum-praedicatum*, em que se veem os étimos latinos dos vocábulos *sujeito* e *predicado*, porém, nesta passagem da obra, o autor claramente vincula esses dois termos ao domínio da Dialética, e não ao da Gramática:

(297) - *Terminus vero dicit rationem terminandi resolutiones syllogismi, quia Dialecticus resolvit syllogismum in propositiones, et propositiones in subiectum et praedicatum, quae dicuntur termini secundum logicum.*

(Tomás de Erfurt, G.S., VI, 11, in BECCARI, 2013, p. 239, grifos nossos).

O termo, na verdade, diz respeito ao uso de termos na resolução do silogismo, uma vez que o **dialético** divide o silogismo em proposições e estas em **sujeito** e **predicado**, que são chamados de termos, segundo os **lógicos**.

(*ibidem*, tradução do autor, grifos nossos).

Para além do binómio *suppositum-appositum*, Tomás de Erfurt separa as construções sintáticas em dois grandes tipos (*G.S.*, XLVII, 91): transitiva e intransitiva, cada qual com os seus vários subtipos (*e.g. transitiva de pessoa, transitiva de atos, intransitiva de pessoa, intransitiva de atos*), que foram devidamente descritos e exemplificados no capítulo concernente à *Grammatica Speculatiua*. Em suma, as inovações teóricas dos gramáticos modistas foram acompanhadas em larga medida por inovações terminológicas no domínio da *camada técnica*, a fim de dar vida a novos conceitos sintáticos.

Tomás de Erfurt também diverge dos greco-latinos na *camada documental* e na *contextual-institucional*. Conforme demonstram os parágrafos anteriores, ele tem clara preferência por exemplos hipotéticos muito simples, como *Socrates currit* e *percutio Socrates*, e deixa inteiramente de lado os exemplos literários, razão pela qual os gramáticos do período humanístico consideravam estéril e engessado o latim descrito pelos gramáticos modistas. Na *camada contextual-institucional*, como foi dito, o tratado de Erfurt é fruto de um *clima de opinião* muito particular dos séculos XIII e XIV, aquando do apogeu do pensamento escolástico nas universidades medievais. Embora tenha alcançado o posto de abordagem gramatical dominante, a Gramática Especulativa declinou em poucas décadas devido às duras críticas que lhe dirigiram não só os sobreditos humanistas, como também os filósofos nominalistas, que rechaçavam a pressuposta correspondência ontológica entre língua, mente e mundo. Assim, de meados do século XIV em diante, não se tem notícia de mais nenhuma contribuição modista relevante para a gramaticografia ocidental, de modo que o pêndulo norteador do pensamento linguístico regressasse às abordagens mais particularistas no período humanístico.

Dois séculos mais tarde, veio a lume a pioneira *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (c. 1507-1580), cujo surgimento se explica por um amálgama de fatores conjunturais internos e externos. Internamente, o alvorecer da Gramática Portuguesa se pode interpretar como uma etapa do contínuo processo de ascensão sociopolítica do vernáculo frente à hegemonia multissecular do latim nos textos escritos. Entre os séculos XII e XIII, surgiram os mais antigos documentos originalmente redigidos em português, mormente textos jurídicos e cantigas trovadorescas. Ao fim do mesmo século, no reinado de Dom Dinis (r. 1279-1325), o número de documentos régios escritos em vernáculo ultrapassou o número de documentos régios escritos em latim, embora não se saiba ao certo se o monarca teria deliberado a gradual substituição de um idioma por outro (FARACO, 2016, p. 23-25). No século XIV, a prosa portuguesa começou a se avolumar com a tradução de novelas

de cavalaria estrangeiras e de textos religiosos e, no século XV, se consolidou com as crônicas de Fernão Lopes (1385-1640), o cronista oficial do reino. Nesse ínterim, já haviam surgido alguns tratados gramaticais latino-portugueses como as *Reglas pera enformarmos os menyos en latin*, de autoria desconhecida, o *Hic incipiunt notabilia que fecit cunctis*, atribuído ao monge cisterciense espanhol Juan Rodríguez, e a *Grammatica Pastrane*, atribuída ao monge dominicano espanhol Juan de Pastrana e adaptada pelo português Pedro Rombo (m. 1533) para o ensino elementar na Universidade de Lisboa (FERNANDES, 2015, p. 190-193; 2017, p. 227-228). Externamente, o alvorecer da Gramática Portuguesa se pode explicar dentro de uma conjuntura europeia mais ampla na transição da Idade Média para a Idade Moderna. No plano político, a Europa Ocidental assistiu ao declínio dos antigos estados feudais descentralizados e à subsequente formação dos ditos Estados Nacionais, cujos povos viam no seu próprio idioma um dos seus principais elementos identitários. No plano cultural, os renascentistas se ocuparam não só do resgate e da reedição de obras da Antiguidade Clássica, como também da elaboração de uma literatura vernácula mais robusta, baseando-se não raro em modelos literários clássicos. Toda essa conjuntura tornou propício o processo que Sylvain Auroux (1992, p. 35) chama de gramatização massiva de vernáculos, durante o qual foram gramatizados o francês, o italiano, o castelhano, o alemão, o português e outras inúmeras línguas.

A *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536) sobressai tanto pelo seu pioneirismo quanto pela perspicácia analítica do seu autor, que foi inclusive reconhecida pelo célebre linguista romeno Eugenio Coseriu (1921-2022) (LEITE, 2007, p. 203). Conquanto Fernão de Oliveira seja um dos muitos legatários da doutrina inaugurada pelos alexandrinos, ele soube transitar por vários temas gramaticais com relativa independência e apontar discrepâncias salientes entre o português e o latim. A sua obra, na realidade, é uma gramática predominantemente descritiva com eventuais passagens de teor mais especulativo ou normativo. Na *camada teórica*, o gramático quinhentista define a linguagem como “figura do entendimento” e comenta que cada profissão tem seu próprio linguajar, ressaltando aí suas concepções cognitivo-sociais acerca desse objeto. Depois, ele define a disciplina como “arte que ensina a bem ler e falar”, com base nos usos linguísticos dos cidadãos portugueses mais cultos, e aborda os seguintes temas: acento, Ortografia, Etimologia (*i.e.* Morfologia), analogia e Construção (*i.e.* Sintaxe). Nos capítulos sobre Etimologia, Oliveira descreve generalidades sobre o artigo, o nome, o pronome e o verbo e faz esporádicas menções ao advérbio, à preposição, à conjunção e à interjeição, num total de nove partes do discurso em português –

ou seja, as mesmas oito partes já apontadas pelos gramáticos latinos mais o artigo, que inexistia em latim. No capítulo XLI, ele cita nominalmente Varrão e traz à baila os conceitos varronianos de declinação natural e declinação voluntária, aplicando-os à realidade vernácula. O único capítulo do livro dedicado à Sintaxe é demasiado curto e não traz pistas muito elucidativas sobre as ideias sintáticas de Oliveira, que se havia proposto a redigir uma obra especificamente sobre esse tema, mas esta provavelmente não veio a lume nem deve ter sido redigida. Na *camada técnica*, o autor se permite discorrer sobre os temas gramaticais que julga serem mais relevantes, sem a preocupação de descrever passo a passo todas as partes da oração e os respectivos acidentes. Na parte terminológica, ele adapta ao português as noções de caso e declinação oriundas da Gramática Latina, mas apresenta algumas inovações dignas de nota. Em primeiro lugar, o gramático quinhentista só reconhece quatro casos vernáculos: *prepositivo*, *genitivo*, *dativo* e *pospositivo*. Em segundo lugar, a noção de caso aparece aplicada mais especificamente à classe dos artigos, assim declinados na *Grammatica da lingoagem portuguesa*:

(298) - A diferença que têm os **casos dos artigos** é que no primeiro caso, a que os latinos chamam **nominativo** e nós lhe podemos chamar **prepositivo**, polla rezão que daremos quando faláremos da natureza dos casos e da composição da lingua, mas não nesta obra; neste premeiro caso os artigos masculinos acabam em *o* pequeno no singular, e os femeninos em *a* pequeno. E no segundo caso, a que os latinos chamam, **genitivo** e nós assi lhe podemos chamar ou **possessivo**, também nesse acabam em vogaes pequenas os artigos, o masculino em *o* e o femenino em *a*. Mas no terceiro caso, a que nós e os latinos chamamos **dativo**, acabam os masculinos em *o* grande e os femeninos em *a* grande. E no derradeiro, a que os latinos chamam **acusativo** e nós **pospositivo**, acabam em *o* pequeno os masculinos, e os femeninos em *a* pequeno; e no plural todos estes acabam nesta letra *s* acrescentada sobre o seu singular, como dissemos.

(Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLIII, D7v [Fol. 31v], grifos nossos).

Oliveira conscientemente diverge da terminologia tradicional latina ao chamar o *nominativo* de *prepositivo* e o *acusativo* de *pospositivo*, mas o que o teria levado a fazer tais escolhas terminológicas? A resposta é simples. O autor tinha a consciência de que o nominativo-sujeito e o acusativo-objeto não têm uma distinção formal ou desinencial em português, mas posicional e semântica, conforme ele demonstra neste outro passo da obra:

“porque hum estado tem este nome *homem* quando faz, dizendo *o homem senhoreia o mundo*; e outro estado mui diverso do primeiro tem quando padece, dizendo *Deos castiga o homem*” (1536, cap. XLVI). Portanto, o *caso prepositivo* é aquele que se prepõe ao verbo, enquanto o *pospositivo* é aquele que se lhe pospõe. Apesar de inovadores, os termos propostos por Oliveira não conseguiram lograr longevidade na gramaticografia portuguesa, visto que os gramáticos lusos posteriores tenham optado pela terminologia latina tradicional. Na parte de regência e concordância, não há termos técnicos dignos de nota.

Oliveira também diverge dos seus predecessores greco-latinos na *camada documental* e na *contextual-institucional*. De fato, ele não recorre a exemplos explicativos oriundos da Literatura Portuguesa, embora esta já dispusesse à época de poetas, prosadores, cronistas e teatrólogos de relevo, como Garcia de Resende, Dom Duarte, Fernão Lopes e Gil Vicente. Em vez disso, o gramático opta por exemplos de teor moralista, patriótico ou religioso, como *Deus castiga o homem*, e mais raramente por exemplos tirados da própria oralidade. Na *camada contextual-institucional*, a *Grammatica da lingua portuguesa* é fruto de uma conjuntura quinhentista marcada pela prosperidade econômica de Portugal nas Grandes Navegações e pelo esplendor intelectual do Renascimento, que fizeram aflorar no autor um intenso patriotismo linguístico.

Apenas quatro anos após a publicação da gramática de Fernão de Oliveira, publicou-se a *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), escrita pelo seu contemporâneo e conhecido João de Barros (1496-1570). Todavia, Barros (1540, p. 28-29) diverge do seu antecessor na *camada teórica* por ter aderido mais fielmente à doutrina gramatical dos latinos, alegando que os portugueses não deveriam se “degenerar dela”, e por tentar encontrar o maior número possível de simetrias entre o latim e o português. Tais simetrias com a língua de Roma seriam atestações de nobreza do idioma pátrio e do próprio povo português, que, à semelhança dos romanos, souberam impor a sua língua aos povos subjugados. Além disso, ele lança uma *retórica revolucionária* contra os especulativos, cuja vertente gramatical já havia declinado há mais de um século (*ibidem*). O autor divide a sua obra em Ortografia, Prosódia, Etimologia e Construção (*i.e.* Sintaxe) e conserva as nove partes do discurso abonadas por Oliveira, mas, diferentemente do seu antecessor, Barros as descreve metodicamente desde a definição até os acidentes.

A adesão explícita aos ditames da Gramática Latina explica por que Barros trasladou as denominações dos seis casos morfológicos do latim e as aplicou aos nomes vernáculos, declinando-os da seguinte maneira (1540, p. 25): *a rainha* (nominativo), *da rainha* (genitivo),

à *rainha* (dativo), *a rainha* (acusativo), *ó rainha* (vocativo) e *da rainha* (ablativo). Aliás, por influência do gramático espanhol Nebrija (1441-1522), o autor chega inclusive a propor a existência de um sétimo caso, o efetivo, que traria a ideia de instrumento. Leite (2007, p. 107) critica tal transferência terminológica ao afirmar que o gramático quinhentista, desprovido de uma visão crítica, teria “encontrado” declinações em português, que realmente não herdou ao latim as desinências de caso, porém tal postura ante uma obra pretérita flerta perigosamente com o anacronismo. Afinal, Barros não dispunha à época de nenhum outro modelo descritivo com que pudesse explicar a Sintaxe vernácula – afora o fato de que o seu público leitor já estava familiarizado em algum grau com a terminologia latina, visto que a língua de Roma ainda ocupava o mais destacado lugar nos currículos escolares e na vida intelectual. Logo, se ele tivesse optado por uma terminologia morfossintática pouco conhecida pelos seus leitores, tal como fizera anos antes Fernão de Oliveira, talvez a sua obra não tivesse alcançado o prestígio que de fato alcançou entre as gerações seguintes. Nos capítulos reservados à Sintaxe, Barros trata das regras gerais de concordância e do regimento (*i.e.* regência), com destaque, é claro, para os casos oblíquos (genitivo, dativo, acusativo e ablativo) selecionados pelos verbos transitivos. O uso sintático dos termos *concordância*, *regência* e dos respectivos cognatos data do período humanístico.

Na *camada documental*, ambos os gramáticos quinhentistas recorrem a exemplos explicativos hipotéticos de teor moralista, patriótico ou religioso e deixam de lado os exemplos tirados de obras literárias. Leite (2007, p. 252-253) especula que eles talvez não vissem tanto esplendor na literatura vernácula a ponto de usar seus escritores como referência de correção gramatical, porém isso não parece condizer com o entusiasmado patriotismo linguístico que ambos manifestam nos respectivos tratados. Por fim, nada há para acrescentar a respeito da *camada contextual-institucional* já que Oliveira e Barros eram contemporâneos e até conheciam um ao outro.

Passada a geração de gramáticos de renascentistas composta pelos citados Fernão de Oliveira e João de Barros, bem como por Pero de Magalhães Gândavo e Duarte Nunes de Leão, a gramaticografia portuguesa adentrou num período de menor esplendor, tanto em termos qualitativos quanto em quantitativos, no qual sobressaiu Amaro de Roboredo (c. 1580-1653), autor do *Methodo Grammatical para todas as Linguas* (1619). Na *camada teórica*, o gramático seiscentista antecipa algumas tendências racionalistas da célebre *Grammaire générale et raisonnée* (“Gramática geral e razoada”), composta em 1660 pelos padres de Port-Royal. Com efeito, aquele entusiasmo renascentista pelo idioma pátrio deu lugar a uma

descrição de língua calcada na razão e voltada para universalismos linguísticos, de sorte que o pêndulo de Koerner (1989, p. 52-53) novamente começasse a se deslocar rumo às vertentes mais generalistas. O *Methodo Grammatical para todas as Linguas* é uma espécie de gramática comparada entre duas línguas, o português e o latim, que compartilhariam um modelo de apenas cinco partes do discurso (*nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção*) e os seis casos morfológicos (*nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo*), aplicáveis em tese a quaisquer línguas, declináveis ou não. Para Roboredo (1619, p. 25), a Gramática se divide nestas cinco partes: Variação, Composição, Derivação, Concórdia (*i.e.* concordância) e Regência. Curiosamente, ele lança contra os seus predecessores uma *retórica revolucionária* por discordar do método dedutivo-aristotélico enraizado nas artes latinas e nas vernáculas, que parte de definições gramaticais abstratas e segue para exemplos concretos, e propõe no lugar dele um método indutivo-experimental com que o aluno possa inferir as normas gramaticais mediante a exposição a milhares de sentenças. Portanto, o gramático seiscentista diverge de Oliveira e Barros tanto na *camada teórica* quanto na *técnica*; na terminologia sintática, porém, não se encontram divergências tão salientes já que ele também se serve dos casos morfológicos para descrever os elementos de uma sentença, como neste excerto:

(299) - O **Nominativo** he **principio da Oração**, o qual todo o Verbo Pessoal quer antes de si ou expresso, ou entendido de fora: *ut Excelsus humilia respicit* [“O Excelso respeita os humildes”]. *Ex arena retinacula nectis* [“Entrelaças os cordames de areia”]. O Verbo, Sum, & algũs Passivos admittent dous Nominativos per modo de hum sô; *ut Homo est animal* [“O homem é um animal”]: *Avaritia dicitur vitium* [“A avareza é considerada vício”].

(ROBOREDO, 1619, p. 73, observações e grifos nossos).

A respeito da terminologia sintática roborediana, cabe citar o *verbo ativo certo* e o *verbo ativo incerto*. O primeiro é aquele que só admite depois de si um único acusativo semanticamente possível, como em *Miseram uiuimus uitam* (“Vivemos uma vida infeliz”), enquanto o segundo admite depois de si vários acusativos semanticamente possíveis, como em *amo litteras, amicos, Deum* (“amo as letras, os amigos, a Deus”). Na sua gramática latina de 1625, entretanto, o autor adota os termos mais tradicionais, *intransitivo* e *transitivo*, que remetem a Prisciano de Cesareia e ulteriormente a Apolônio Díscolo.

Na *camada documental* e na *contextual-institucional*, também se encontram divergências notáveis. Em virtude do seu método indutivo-experimental, Roboredo arrola cerca de 1200 sentenças latinas tiradas de um texto jesuítico denominado *Ianua Linguarum* (“O portão das línguas”), com base nas quais o aluno inferiria as principais normas da Gramática, expandiria seu vocabulário e aprenderia ensinamentos morais. Não constam exemplos explicativos oriundos da Literatura Portuguesa, mas constam alguns da Literatura Latina, com menções a Cícero, Plauto, Terêncio e outros nomes clássicos. Acerca da *camada contextual-institucional*, cumpre lembrar que, quando veio a lume a gramática de Roboredo em 1619, as nações ibéricas compunham um só reino, a conhecida União Ibérica (1580-1640). Nessa época, o esplendor econômico de Portugal já se havia apagado, e, com a perda da independência, aquela defesa enfática do idioma pátrio ficou em segundo plano entre os gramáticos seiscentistas. Ademais, o objetivo de gramatização do português era uma etapa já praticamente superada.

Em 1660, como foi dito, veio a lume a célebre gramática de Port-Royal, que se tornou uma espécie de epítome do Racionalismo aplicado à linguagem e deu forma a uma nova vertente dos estudos linguísticos, que atrairia novos adeptos na França e noutros países: a Gramática Filosófica. Embora os dois clérigos de Port-Royal, Arnauld e Lancelot, também se servissem eventualmente dos casos morfológicos em sua descrição sintática, eles já se haviam apercebido de que esse modelo descritivo não se aplicava bem a uma língua indeclinável como o francês. O trecho a seguir explica o porquê dessa incompatibilidade:

(300) - Vários gramáticos usaram a palavra “**casos**” com impropriedade. Como as primeiras Gramáticas foram feitas para o latim e o grego, nossas Gramáticas francesas foram por demais influenciadas pela sintaxe grega ou latina. Diz-se, por exemplo, que o *de* indica o **genitivo**, embora essa preposição expresse as relações que somente o uso lhe atribuiu, muitas vezes bem diferentes umas das outras, sem que se possa dizer que correspondem às dos casos latinos, já que há muitas circunstâncias em que os Latinos, para traduzir o sentido do nosso *de*, usavam **nominativos**, **acusativos**, **ablativos** ou **adjetivos**. Exemplos: *La ville de Rome – Urbs Roma* (“A cidade de Roma”); *l’amour de Dieu*, falando daquele que nós lhe devemos; *amor erga Deum* (“amor para com Deus”); *un temple de marbre – templum de marmore* (“um templo de mármore”); *un vase d’or – vas aureum* (“um vaso de ouro”).

(ARNAULD; LANCELOT, *Gramática de Port-Royal*, 1660 : 2001, p. 178-179, grifos nossos).

Se os modelos sintáticos fossem equiparados a paradigmas kuhnianos, caberia afirmar que os clérigos de Port-Royal apontam nesse trecho certas *anomalias* no modelo sintático baseado nos casos morfológicos, que havia ocupado durante séculos o posto de *ciência normal*. De fato, não há uma correspondência formal biunívoca entre a preposição francesa *de* e o genitivo latino, que poderia ser traduzido em francês por um nominativo, por um ablativo ou por um adjetivo, segundo demonstram os exemplos dos autores. Isso deu azo a que um novo modelo sintático começasse a tomar forma entre os próprios gramáticos de Port-Royal, que trasladaram da Lógica os conceitos de *sujeito*, *atributo* e *cópula* e os aplicaram na descrição de sentenças. Resumidamente, o *sujeito* é o ser ou a coisa de que se fala; o *atributo* é aquilo que se diz a respeito do *sujeito*; por fim, a *cópula* é o elemento verbal que interconecta o *sujeito* ao respectivo *atributo*. Destarte, na proposição *A Terra é redonda*, constam um sujeito (*A Terra*), um atributo que lhe é predicável (*redonda*) e um elemento verbal que os interconecta para tornar a proposição completa e inteligível (*é*). A vantagem desse modelo sintático de base lógico-relacional é que ele de fato se pode aplicar a muitas línguas – declináveis ou não –, sem a necessidade de recorrer a paralelismos morfossintáticos com o latim ou com quaisquer línguas de prestígio. Afinal, as novas categorias sintáticas se baseiam antes na abstrata ideia de função do que na forma física dos constituintes.

Ao longo do século XVIII, a Gramática Filosófica atraiu adeptos por toda a Europa Ocidental e acabou por induzir muitos gramáticos vernáculos a abandonarem o antigo modelo sintático baseado nos casos morfológicos. Em Portugal, o primeiro a abandoná-lo foi Pedro José da Fonseca nos seus *Rudimentos da grammatica portugueza* (1799), em que se verifica uma explícita *retórica revolucionária* contra os seus predecessores:

(301) - “Os nossos Grammaticos (assim diz³¹⁶) querendo sugeitar as lingoas modernas ao methodo Latino, as embaraçarão com hum grande número de preceitos inuteis, como são **casos**, **declinações**, e outros termos, que não convém a estas lingoas, e que nunca se haverião recebido a não terem os Grammaticos começado pelo estudo da lingua Latina. Assim vierão a submetter simpleses equivalentes a regras estranhas. Porém a Grammatica de huma lingua nunca pelas fórmulas da Grammatica de outra lingua se deve regular. **As regras de huma lingua só desta mesma lingua devem ser mais que de observações exactas, tiradas do bom uso da lingua particular, de que ellas tratão.**”

(FONSECA, 1799, p.VI-VII, grifos nossos).

³¹⁶ O trecho transcrito é, na verdade, uma citação de Fonseca a parágrafos escritos pelo gramático francês Du Marsais (1676-1756).

O trecho demonstra que, na *camada teórica*, Fonseca (1799) não só propugna a independência das gramáticas de cada língua, cujas regras se devem moldar aos respectivos usos, como também critica os seus predecessores, que em regra sujeitavam o vernáculo aos preceitos da Gramática Latina. Logo, não faria sentido aplicar ao português os conceitos latinos de caso e declinação. Embora o autor cite na obra alguns nomes graves da Gramática Filosófica, a exemplo do francês Du Marsais (1676-1756), ele não explora a relação entre linguagem e mente nem se aprofunda na natureza filosófica das unidades linguísticas, razão pela qual Sónia Coelho (2011, p. 180) não o enquadra nessa vertente.

Não consta nos *Rudimentos* nenhum capítulo dedicado à Fonética nem à Ortografia porque Fonseca, mui provavelmente, considerava que tais assuntos eram incumbência de um profissional das primeiras letras. Nos capítulos de Etimologia (*i.e.* Morfologia), mantêm-se as nove partes da oração abonadas de há muito na gramaticografia portuguesa, mas, nos capítulos de Sintaxe, há uma evidente ruptura com o passado da disciplina. Afinal, o abandono do antigo modelo sintático baseado nos casos morfológicos teve esperadas implicações tanto na *camada teórica* quanto na *camada técnica*, em que se constata pouco mais de três termos técnicos concernentes às partes de uma sentença: *sujeito* (ou *agente*), *verbo* e *termo* (ou *complemento*). Fonseca, nesta brevíssima passagem, não deixa quaisquer dúvidas de que estava ocorrendo à época uma transição de modelo sintático, por influência da Lógica: “*Agente* he o mesmo, que na **Grammatica Latina** se chama **nominativo**; e na **Logica, sujeito da proposição**.” (1799, p. 228, grifos nossos). Entretanto, isso não faz dele um gramático filosófico *stricto sensu* porque os membros dessa vertente costumavam dividir as proposições em *sujeito*, *atributo* e *cópula*, conforme se expôs nos parágrafos anteriores. Em sendo assim, a gramática de Fonseca (1799) é uma legítima obra de transição situada entre as antigas gramáticas portuguesas de base latina e as futuras gramáticas filosóficas, que surgiram em profusão na primeira metade do século XIX em Portugal.

Fonseca traz outra grande inovação para a gramaticografia lusa, qual seja: o uso de exemplos explicativos tirados da Literatura Portuguesa. Por mais que o reino de Portugal tenha sido o berço de muitos prosadores e poetas ilustres desde o século XV, os gramáticos vernáculos haviam praticamente ignorado, até então, os usos linguísticos dos seus escritores compatriotas. Não se sabe ao certo o motivo de eles os terem ignorado, mas isso talvez se explique em alguma medida pela subordinação das gramáticas vernáculas aos preceitos da Latina, o que de certo modo as tornava gramáticas “latinizadas”. Porém, quando a gramaticografia lusa começou a caminhar sobre as suas próprias bases e preceitos, conforme

advogava Fonseca, a Literatura Portuguesa passou a ser o seu natural esteio de correção gramatical. Dentre os nomes literários mais citados nos *Rudimentos da grammatica portuguesa* (1799), estão o padre Antônio Vieira, Luís de Camões, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Manoel Bernardes, João de Lucena, Gil Vicente e João de Barros. A predileção do autor por escritores clássicos que o antecedem em mais de 150 anos mostra o caráter conservador das suas prescrições gramaticais.

Essa emancipação do pensamento gramatical português também se explica por certos fatores sociopolíticos, no âmbito da *camada contextual-institucional*. No século XVIII, o latim já vinha perdendo para o francês o seu posto de principal língua de cultura da Europa, cuja nação mais pujante, em termos políticos, científicos, artísticos e literários, era a própria França, dando azo a que os vernáculos começassem a penetrar em meios de circulação outrora exclusivos ao latim. Em se tratando mais especificamente da conjuntura interna de Portugal, o ministro de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o famigerado Marquês de Pombal, aboliu o antigo programa educacional jesuítico, que impunha a exclusividade do latim nos recintos escolares, e o substituiu por outro baseado nas ideias pedagógicas de Luís Antônio Verney (1713-1792), que estatuiu o ensino do vernáculo nos seis primeiros meses da grade curricular, tendo como obra de referência a gramática portuguesa de Antônio José dos Reis Lobato, de 1770 (LEITE, 2011b, p. 347; FARACO, 2016, p. 215). Como o português passou a ser ensinado como língua materna a alunos monoglotos, a metalinguagem gramatical latina até então utilizada teve de passar por adaptações a fim de atender às necessidades de um público que não tinha proficiência em latim nem estava familiarizado com as particularidades gramaticais desse idioma. Isso explica por que Fonseca (1799) optou por abandonar a antiga terminologia de caso – *nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo* –, que não se aplica bem à descrição de uma língua indeclinável como o português.

Nas décadas subsequentes, a Gramática Filosófica se robusteceu em Portugal e chegou ao seu ápice com a extensa *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, de Jerônimo Soares Barbosa (1822). Diferentemente de Fonseca (1799), Barbosa de fato segue os preceitos dessa vertente gramatical na *camada teórica*, trazendo à baila as três operações mentais subjacentes à formação do discurso – *conceber, julgar e comparar* –, bem como a divisão tripartite da oração em *sujeito, verbo e atributo*. À semelhança de outros gramáticos de viés racionalista, Barbosa também assevera a subjacência do verbo substantivo *ser* a qualquer tipo de construção verbal, transitiva ou intransitiva. Por exemplo, as construções *hei de amar, estou amando e tenho amado* são parafraseáveis por *hei de ser amante, estou sendo amante e*

tenho sido amante, de modo que o verbo *ser* expresse, ao mesmo tempo, a existência de um *eu* e a identidade desse *eu* com o atributo *amante*. A *Grammatica philosophica da lingua portugueza* se divide em quatro livros, concernentes aos seguintes temas: Ortoépia, Ortografia, Etimologia e Sintaxe. Chama a atenção que o autor divirja de praticamente todos os seus predecessores lusos ao distinguir apenas seis partes da oração, dispostas nesta ordem: interjeição, substantivo, adjetivo, verbo, preposição e conjunção. Dentre os gramáticos estudados na pesquisa, Barbosa foi o primeiro a dispor o substantivo e o adjetivo em classes autônomas.

Na *camada técnica* da obra, observam-se um estilo redacional mais fluido e uma terminologia sintática mais robusta que a de Fonseca (1799). Afinal, a mudança de modelo sintático ocorrida cerca de duas décadas antes tornou necessária a adoção de uma nova rede terminológica que satisfizesse aos propósitos descritivos e explicativos dos gramáticos oitocentistas. O trecho a seguir é uma amostra elucidativa da adoção de novos termos na gramaticografia portuguesa:

(302) - Assim dão elles o [os gramáticos] nome de **Sujeito** á palavra, que exprime o agente ou sujeito do Verbo, e que corresponde ao **Nominativo** d'antes dos Latinos; e de **Atributo** ao **Nominativo depois**, que he o que exprime a couza, que se attribue, ou affirma do sujeito. Chamão **Complemento Restrictivo** ao nome, precedido da Preposição **De**, que se põe immediatamente depois de hum Appellativo para lhe restringir a sua significação vaga, ao que os Latinos chamavão **Genitivo**; **Complemento Objectivo** ao nome, quando faz o objecto immediato da acção do Verbo, e **Terminativo**, quando faz o termo da sua relação, e finalmente **Circunstancial**, ou da preposição, quando o nome juncto com ella explica alguma circumstancia da acção do Verbo; os quaes tres complementos correspondem ao **Accusativo**, **Dativo**, e **Ablativo** dos Latinos.

(BARBOSA, 1822, p. 152-153, grifos nossos).

Para além desses elementos internos à estrutura da oração, Barbosa também traz uma classificação razoavelmente detalhada das próprias orações em si, dividindo-as da seguinte maneira: 1) Quanto à estrutura interna: simples (e.g. *Eu sou amante*), composta (e.g. *Eu e tu somos amantes e estimadores da virtude*) e complexa (e.g. *O homem, cheio de dinheiro, quer mais*); 2) Quanto à relação de uma com a outra: principal ou total (e.g. *Quero amar-te*); parcial ou subordinada (e.g. *Quero amar-te*); 2.1) dentre as parciais: incidente (e.g. *A honra*

que vem da virtude é mais sólida do que aquela que vem do nascimento) e integrante (e.g. *Quero amar-te*); 2.1.1) dentre as parciais incidentes: restritivas (e.g. *A honra que vem da virtude é mais sólida do que aquela que vem do nascimento*) e explicativas (e.g. *Os sábios, que são mais instruídos que o comum dos homens, deveriam também excedê-los em virtude*). O autor não operava à época com o conceito de coordenação ou oração coordenada, embora passe tangencialmente pelo tema ao tratar das conjunções e dos seus tipos.

Se, por um lado, Fonseca (1799) e Barbosa (1822) divergem na *camada teórica* e na *técnica*, por outro, ambos convergem na *camada documental*, na medida em que recorrem a muitos exemplos explicativos oriundos da Literatura Portuguesa. O gramático oitocentista cita trechos de Fernão Lopes, João de Barros, Duarte Nunes de Leão, Antônio Ferreira, Amador Arrais, Heitor Pinto, Frei Luís de Sousa, Jacinto Freire de Andrade, Fernão Álvares d’Oriente e do padre Antônio Vieira, mas tem visível predileção por Camões, a ponto de fazer uma análise sintática detalhada de duas estrofes d’*Os Lusíadas* no último capítulo da sua gramática. Por serem praticamente contemporâneos, Fonseca (1799) e Barbosa (1822) também hão de convergir na *camada contextual-institucional*. Afinal, ambos são, direta ou indiretamente, legatários da doutrina disseminada pelos gramáticos de Port-Royal e pelos seus sucessores franceses, além de terem vivenciado a paulatina penetração do português nos recintos escolares, o que os motivou a elaborar uma metalinguagem gramatical adequada às feições linguísticas do seu idioma pátrio, em vez de transladar acriticamente certas categorias gramaticais latinas que lhe fossem estranhas.

Embora estejam fora do escopo desta pesquisa, cumpre fazer aqui breves comentários sobre as gramáticas portuguesas de viés histórico-comparatista – também conhecidas como gramáticas “científicas” –, que deram continuidade ao modelo sintático lógico-relacional e foram remodelando a sua rede terminológica nas últimas décadas do século XIX³¹⁷. Dentre os comparatistas portugueses mais conhecidos, cite-se: Teófilo Braga (1843-1924), autor da *Grammatica portugueza elementar - fundada sobre o methodo histórico-comparativo* (1876), que mantém a divisão tripartite das orações em *sujeito*, *verbo* e *atributo* (§ 201) e classifica os complementos verbais em *objetivo*, *determinativo*, *restritivo* e *circunstancial* (§ 143), no que se assemelha muito ao seu predecessor filosófico Jerônimo Soares Barbosa. Entretanto, o seu contemporâneo e correligionário comparatista Augusto Epifânio da Silva Dias (1841-1916), autor da *Grammatica portugueza elementar* (1888), divide a oração em apenas dois termos,

³¹⁷ Segundo Gonçalves (2012, p. 2571), tais obras receberam a denominação de *científicas* porque filólogos ilustrados como Leite de Vasconcelos julgavam haver mais rigor metodológico e científico entre os comparatistas do que entre os gramáticos filosóficos, cujos tratados estariam mais inclinados à especulação.

sujeito e predicado (§ 105-106), e traz os seguintes tipos de complemento verbal: *nome predicativo, complemento direto, complemento indireto, aposto e complemento circunstancial* (§ 111). Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), autor das *Noções elementares de grammica portugueza* (1891), também divide a oração em *sujeito e predicado* (§ 5) e classifica os complementos verbais em *direto, indireto e circunstancial* (§ 176-178). Em suma, a terminologia sintática já vinha tomando a forma pela qual é conhecida hoje.

A um leitor hodierno esse vocabulário técnico já é de fato familiar, porém, na transição do século XIX para o XX, a gramaticografia lusófona começou a deparar-se com uma inconveniente profusão de termos sintáticos, que variavam muito de gramático para gramático nos dois lados do Oceano Atlântico, criando empecilhos ao ensino e à aprendizagem da Sintaxe. Henriques³¹⁸ (2009, p. 15-16) traz uma amostra muito elucidativa do problema ao citar um relato sobre um exame de habilitação realizado em 1956 pela antiga Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), cuja banca examinadora solicitou aos candidatos que classificassem sintaticamente o adjetivo *bom* na frase *O bom brasileiro zela pelo progresso do Brasil*. As respostas obtidas foram as mais diversas: *adjunto atributivo, adjunto restritivo, adjunto limitativo, adjunto adjetivo, adjunto determinativo, adjunto demonstrativo, adjunto determinativo demonstrativo, complemento atributivo, complemento restritivo, complemento limitativo, complemento adjetivo, complemento qualificativo e complemento do nome, não preposicionado*. Kenedy (2010, p. 1-2), da mesma forma, aponta vários termos técnicos utilizados à época para denominar o que hoje se classifica como *complemento nominal: objeto nominal, complemento restritivo, complemento terminativo, adjunto restritivo*, entre outros. Para dar lenimento ao que o próprio Kenedy chama de “verdadeira babel terminológica”, eruditos brasileiros e portugueses se empenharam em elaborar as respectivas nomenclaturas oficiais, que, embora não tenham força de lei, trouxeram a tão desejada uniformidade ao vocabulário técnico da Gramática. Destarte, oficializaram-se a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)³¹⁹, por meio da Portaria n.º 36 de 28 de janeiro de 1959, e a Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP)³²⁰, por meio da Portaria n.º 22.664 de 28 de abril de 1967. Anos depois, linguistas se poriam a questionar certas imprecisões terminológicas da NGB e da NGP, acusando-as inclusive de “engessar” a reflexão gramatical dos alunos e dos profissionais de letras, mas não caberia agora adentrar em tão delicadas discussões nos parágrafos derradeiros de uma tese.

³¹⁸ HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, 207 p.

³¹⁹ Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=ngbras> (acesso em janeiro de 2023).

³²⁰ Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=nomenclatura> (acesso em janeiro de 2023).

Após a síntese de resultados desta pesquisa, convém retornar às duas perguntas que guiaram todo o seu andamento: 1) por que os gramáticos, desde a Antiguidade até a Idade Moderna, usavam a terminologia de caso – *nominativo, vocativo, genitivo, dativo, ablativo e acusativo* – em suas análises sintáticas? 2) Que fatores internos e externos levaram ao abandono do antigo modelo sintático baseado nos casos e à consequente adoção de um modelo sintático lógico-relacional baseado nas categorias de *sujeito, predicado* e afins? Para os antigos, a terminologia de caso indicava duas propriedades nominais: a flexão do nome, com base nas suas terminações desinenciais (*e.g. dominus, dominum, domini, domino, etc.*), e o papel desse mesmo nome numa sentença (*e.g. agente, paciente, possuidor, beneficiário, etc.*). Embora o português não tenha herdado as referidas terminações, **todos esses termos relativos aos casos continuariam sendo usados para indicar os papéis dos nomes portugueses numa sentença**, atuando aí de maneira análoga aos modernos termos da oração sem que houvesse, é necessário lembrar, uma correspondência biunívoca entre as categorias gramaticais de outrora e as de hoje. O abandono desse antigo modelo sintático se deu por, ao menos, três fatores:

1) **A difusão da Gramática Filosófica**, cujos adeptos trasladaram certas categorias da Lógica e deram-lhes aplicações gramaticais, numa espécie de racionalismo linguístico. Outrora, o termo *sujeito* (do latim *subiectum*) tinha apenas valor referencial, ou seja, designava seres ou coisas no mundo extralinguístico, porém, no âmbito da linguagem, ele passou a designar concomitantemente tanto o ser ou a coisa de que se fala quanto um elemento da oração, com o qual há de concordar o verbo. Ou seja, o *sujeito* passou a ser uma categoria híbrida, mesclando seu antigo papel de categoria lógica com o papel sintático antes associado ao *caso nominativo*. Noções como *atributo* ou *predicado* tinham o mesmo valor referencial e também passaram a designar elementos oracionais. A translação de termos da Lógica para a Gramática caracteriza o *empréstimo disciplinar* descrito por Swiggers (2010b, p. 18-19);

2) **A penetração das línguas vernáculas em meios de circulação outrora exclusivos do latim**. Até o século XVII, o latim ainda ocupava o seu lugar de excelência no meio acadêmico e no escolar. Contudo, no século das Luzes, os grandes pensadores optaram por redigir seus tratados em língua materna, com destaque para o francês, que se tornou a principal língua de cultura do Ocidente e assim permaneceu até os primeiros decênios do século XX. Em Portugal, o ensino do vernáculo tornou-se uma etapa propedêutica do curso de Gramática Latina após o declínio da Companhia de Jesus e a abolição do seu programa

educacional abonado na *Ratio Studiorum* (1599), que impunha a exclusividade do latim em sala de aula. O português adentrou nos recintos escolares no período das reformas pombalinas, tendo como obra de referência a gramática portuguesa de Antônio José dos Reis Lobato (1770);

3) **Como consequência dos itens anteriores, a percepção de que a terminologia de caso da Gramática Latina não era adequada ao ensino dos vernáculos.** Os gramáticos de Port-Royal já haviam detectado em 1660 a existência de incompatibilidades morfossintáticas entre os usos da preposição francesa *de* e os usos do genitivo latino, como em: *La ville de Rome – Urbs Roma* (“A cidade de Roma”), em que *Roma* se encontra no nominativo; *un temple de marbre – templum de marmore* (“um templo de mármore”), em que *de marmore* se encontra no ablativo; *un vase d’or – vas aureum* (“um vaso de ouro”), em que *aureum* é um adjetivo no nominativo. (ARNAULD; LANCELOT 1660:2001, p. 179). Se o antigo modelo sintático fosse interpretado como um *paradigma* kuhniano, seria lícito afirmar que ele estava transitando do estágio de *ciência normal* para o estágio de *ciência extraordinária*, haja vista as anomalias nele detectadas por Arnauld e Lancelot. No século XVIII, os gramáticos vernáculos abandonaram em definitivo o modelo de casos, que estava alicerçado em características **empíricas** e **específicas** da declinação latina, e o substituíram pelo modelo lógico-relacional da Gramática Filosófica, que é mais **racionalista** e **abstrato** e, por corolário, mais facilmente aplicável a um grande número de línguas, declináveis ou não. Pedro José da Fonseca (1799) foi o primeiro a abandonar o antigo modelo em Portugal, de sorte que os seus sucessores oitocentistas e novecentistas expandissem e remodelassem o novo modelo sintático até que este adquirisse as feições hoje abonadas na Sintaxe Tradicional.

REFERÊNCIAS

ABELSON, Paul. **As sete artes liberais**: um estudo sobre a cultura medieval. Traduzido por Nelson Dias Corrêa. 1ª ed. Campinas: Kírion, 2019.

ADAMS, J. N. **'Romanitas' and the Latin Language**. Great Britain: Cambridge University Press on behalf of The Classical Association, 2003.

ALTMAN, Cristina. **A pesquisa linguística no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2004.

_____. **História, estórias e Historiografia da Linguística brasileira**. Revista Todas as Letras, v.14, n.1, 2012.

ARGOTE, Jerônimo Contador de. **Regras da lingua portugueza, espelho da latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza**. 2ª impressão. Lisboa Ocidental: Officina da Musica, 1725.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude (1660). **Gramática de Port-Royal**. Tradução e prefácio de Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ASSUNÇÃO, Carlos (1998a). **As edições da Arte da Grammatica da Lingua Portugueza, de A. J. Reis Lobato**. In: Confluência, Revista do Instituto de Língua Portuguesa, nº15-1º Semestre de 1998, Rio de Janeiro, pp. 68-84.

_____. (1998b). **Gramaticalismo Português Setecentista e a Gramática de la Lengua Castellana da RAE**. In: Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Colibri, Lisboa, 1998, pp. 102-115.

_____.; FERNANDES, Gonçalo. **Methodo Grammatical para todas as Linguas** (edição fac-similada). Centro de estudos em letras Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Braga: Vila Real, 2007.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. São Paulo: Cultrix, 1987.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARATIN, Marc. **Priscien, Grammaire, livre XVII, Syntaxe, 1**. Texte latin, traduction introduite et annotée, Groupe Ars Grammatica éd., Paris, Vrin, 2010, 350 p.

BARBOSA, Jerônimo Soares. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Princípios da Grammatica Geral applicados á Nossa Linguagem**. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **O discurso da norma na gramática de João de Barros**. Alfa, São Paulo, 45:11-32, 2001.

BARROS, João de. **Grammatica da Lingua Portuguesa**. Lisboa: Ludouicum Rotorigiũ Typographum, 1540.

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de Filologia Românica: História Externa das Línguas Românicas**, vol. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **Filologia e Filosofia na nomenclatura gramatical**. Revista Philologus, Ano 10, N° 30. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2004, p. 78-96.

BASSO, Renato Miguel; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **História concisa da língua portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

BEARD, Mary. **SPQR: uma história da Roma Antiga**. Tradução de Luis Reyes Gil. 1ª edição. São Paulo: Planeta, 2017.

BECCARI, Alessandro Jocelito. **Uma tradução da Grammatica Speculativa de Tomás de Erfurt para o português**: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário. Tese de doutorado em Letras. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curso de Pós-Graduação em Letras/UFPR, Curitiba, 2013.

BECKER, Carl Lotus. **Detachment and the Writing of History**. Ithaca N.Y.: Cornell University Press, 1967.

BEKKER, I. **Apollonii Alexandrini De constructione orationis, libri quatuor**. Berolini. Impensis Ge. Reimeri, 1817.

BENEDETTO, V. Di. **Dionisio Trace e la techne a lui attribuita**. Annali délia Scuola Normale Superiore di Pisa. Ser.11, n.27. 1958.

_____. **Dionisio Trace e la techne a lui attribuita**. Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Ser.11, n.28. 1959.

BORGES NETO, J. **A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar**. Texto de conferência proferida no VIII Congresso da ABRALIN, Natal, RN, 02/02/2013 (mimeo).

BOTAS, Vicente Bécares. **Sintaxis / Apolónio Díscolo**: introducción, traducción y notas. Madrid, España: Editorial Gredos S. A., 1987.

BRITO, Rodrigo Pinto de; FREITAS, Fernando Adão de Sá. **Sintaxe: de Xenofonte a Agostinho de Hipona**. Revista Ética e Filosofia Política. Número XXI – Volume II – dezembro de 2018. ISSN: 1414-3917 e-ISSN: 2448-2137.

BUENO, Francisco da Silveira. **A Formação Histórica da Língua Portuguesa**. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Historiografia da língua portuguesa**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.

- CÂMARA Jr., Mattoso. **História concisa da linguística**. Petrópolis RJ: Vozes, 1975.
- CAÑO, Antonio Ramajo. **Las gramáticas de la lengua castellana desde Nebrija hasta Correas**. Ediciones Universidad Salamanca: Salamanca, 1987.
- CARDIM, Pedro. *in* MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Vol. IV: o Antigo Regime (1620-1807). Editorial Estampa: 1998.
- CASTRO, Ivo. **Curso de História da Língua Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CHAPANSKI, Gissele. **Uma tradução da Tékhne Grammatike, de Dionísio Trácio, para o português**. Dissertação de mestrado em Letras. Curitiba, UFPR, Programa de Pós-graduação em Letras, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24818> (acesso em janeiro de 2023).
- CHOMSKY, Noam. **Linguística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista**. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1972.
- CLÍMACO, Joana Campos. **Impactos da romanização em Alexandria: alguns debates bibliográficos**. História Revista, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 261-290, jan./jun. 2009.
- COELHO, Olga Ferreira. **50 anos do GEL: caminhos da linguística no Brasil**. Revista Estudos Linguísticos, v. 49, n. 1, p. 22-35, abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2508>. Acesso em setembro de 2020.
- _____ (org.). **A historiografia linguística no Brasil (1993-2018): memória, estudos**. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- COELHO, Olga Ferreira; HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. **Historiografia Linguística**. *in*: **Ciências da Linguagem: o fazer científico?** vol. 1. Mercado das Letras, 2012, p. 381-400.
- COELHO, Sônia. **As ideias linguísticas nos Prólogos das gramáticas de Pedro José da Fonseca (1799) e de Jerónimo Soares Barbosa (1822)**. Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2011, pp. 168-181.
- COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas**. Tradução de Jacqueline León e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.
- CORADINI, Heitor. **Metalinguagem na obra De Lingua Latina de Marcos Terêncio Varrão**. Tese de Doutorado apresentada ao DLCV-FFLCH-USP, São Paulo, 1999.
- CORNELL, Tim; MATTHEWS, John. **A Civilização Romana**. Tradução de Carlos Nougé, Michel Teixeira e Maria Júlia Braga. Barcelona: Ediciones Folio, 2008.

CURTO, Diogo Ramada. **Felipe III (II de Portugal)**. in: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Vol. III: No Alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 481-484.

DESBORDES, F. **Concepções sobre a escrita na Roma Antiga**. Tradução de Fulvia M. L. Moreto e Guacira M. Machado. São Paulo: Ática, 1995.

DEZOTTI, Lucas Consolin. **A invenção das classes de palavras**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013, 226 p.

_____. **Arte menor e Arte Maior de Donato**: tradução, anotação e estudo introdutório. Dissertação de mestrado, DLCV-FFLCH-USP, 2011.

ELIA, Sílvio. **Preparação à linguística românica**. Rio de Janeiro: Edições Ao Livro Técnico, 2004, 284 p.

EMILIANO, António. **O mais antigo documento latino-português (882 a.D.)** - edição e estudo grafémico. Verba. Anuario Galego de Filoloxía, 26 [1999]: 7-42.

FARACO, Carlos Alberto.

_____. **Quintiliano: Ars Oratoria** e educação linguística. In: BECCARI; BINATO; FERREIRA (organizadores). **Retórica: perspectiva histórica e atualidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018.

FÁVERO, Leonor Lopes. **As concepções linguísticas do século XVIII**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, 305 p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª ed. São Paulo. Edusp, 2015.

FERNANDES, Gonçalo. **Apolónio Díscolo e a Linguística Portuguesa Contemporânea**. Revista de Letras UTAD, n.º 4, 1999, pp. 31-48.

_____. **As gramáticas do português de Fernão de oliveira (1536) e de Bento Pereira (1672)**. Revista do Instituto de Língua Portuguesa, n. 33. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **A Sintaxe na ‘Primeira’ Gramática Humanista em Portugal**. In: BRIZ, Antonio *et al* (pp. 427-437). **Estudios Lingüísticos en Homenaje a Emilio Ridruejon**. vol. I. Publicaciones de la Universitat de València: València: 2019.

_____. (2015). **Contributos para a história da gramaticografia medieval latino-portuguesa: dois manuscritos dos séculos XIV e XV**. In book: **Sodalicia Dona: Homenaje a Ricardo Escavy Zamora** (pp.181-198). Publisher: Departamento de Lengua Española y Lingüística General / Universidad de Murcia. Editors: Eulalia Hernández Sánchez, María Isabel López Martínez.

_____. **Syntax in the Earliest Latin-Portuguese Grammatical Treatises.** *Historiographia Linguistica* 44:2-3 (2017), 228–254. doi 10.1075/hl.00003.fer issn 0302-5160 / e-issn 1569-9781 © John Benjamins Publishing Company.

FONSECA, Pedro José da. **Rudimentos da grammatica portugueza.** Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

FORTES, Fábio; MOURA, Marcela Zambolim de. **Ars maior, Donato:** critérios de análise linguística. *Gragoatá, Niterói*, n. 40, p. 25-46, 1. sem. 2016.

_____. **As Institutiones grammaticae de Prisciano de Cesareia no pensamento metalinguístico greco-romano.** *Revista Eletrônica Antiguidade Clássica* ISSN 1983 7614 – No. 005/ Semestre I/2010/pp.69-84.

FOX, Anthony. **Linguistic Reconstruction:** An introduction to theory and method. New York: Oxford University Press, 1995, 389 p.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel:** a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 280 p.

FUNAIOLI, Hyginus. **Grammaticae Romanae Fragmenta.** Leipzig: Teubner, 1907.

GONÇALVES, Maria Filomena (2012): **Gramáticas do português na transição do século XIX para o século XX: a gramática científica.** A. M. Cestero Mancera, I. Molina Martos, F. Paredes García, *Le lengua lugar de encuentro. Actas del XVI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística.*

_____. **Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas.** 2006. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/3059/1/Barcelona%202006.pdf>>. Acesso em: outubro de 2018.

_____. **Terminologia Gramatical luso-castelhana dos inícios: de Antonio de Nebrija a João de Barros.** *Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 49. Rio de Janeiro, 2015.

GRAFFI, Giorgio. **Subiectum et praedicatum de l'antiquité classique à Port-Royal.** *Cahiers de l'ILSL*, n° 25, 2008, pp. 51-68.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga.** 1ª edição, 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009, 207 p.

HERTZ, Martin. **Prisciani Institutionum Grammaticarum Libri I-XII.** Leipzig: Teubner, 1855. in KEIL, Heinrich. **Grammatici Latini**, vol. II. Leipzig: Teubner, 1855.

HOLTZ, L. **Donat et la tradition de l'enseignement grammatical.** Étude sur l'Ars Donati et sa diffusion (IVe-IXe siècle) et édition critique. Paris: CNRS, 1981.

HYMES, Dell (1974). **Studies in the History of Linguistics: Traditions and paradigms.** Bloomington & London: Indiana Univ. Press.

ILARI, Rodolfo. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos.** 2ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

KEMMLER, Rolf. **Para a história da ortografia simplificada** (p. 53-94). *in*: SILVA, Maurício (org.). **Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações.** São Paulo: Contexto, 2009.

KENEDY, Eduardo. **Rudimentos para uma nova sintaxe na NGB.** Revista do Curso de Letras da UNIABEU. Nilópolis, v. I, Número1, Jan- Abr 2010.

KENT, R. G. **On the latin language.** [De Lingua Latina]. Cambridge: Mass., Harvard University Press; London : W. Heinemann, 1951.

KOERNER, Konrad (2012). **A importância da historiografia linguística e o lugar da história nas ciências da linguagem.** Tradução por Rolf Kemmler e Maria da Felicidade Morais. *In*: Revista de Letras 10 (II.ª Série, 2011), 91-98. *in*: **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados.** Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

_____ (1994). **Historiography of Linguistics.** *In*: Asher R[onald] E. / Simpson, J[ames] M. Y. (eds.): The Encyclopedia of Language and Linguistics, vol. III. Oxford; New York: Pergamon Press, 1570-1578. Traduzido ao português por Susana Fontes. *in*: **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados.** Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

_____ (2005). **In Lieu of a Conclusion: On the importance of the history of linguistics.** Traduzido ao português por Susana Fontes. *in*: **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados.** Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

_____ (1989). **Models in Linguistic Historiography.** Practicing Linguistic Historiography: selected essays, ed. por E. F. Konrad Koerner, 47-59. Amsterdam: John Benjamins.

_____ (ed.) (1998). **O problema da ‘influência’ em historiografia linguística.** Tradução de Cristina Altman. *In*: Investigações: Linguística e Teoria Literária, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco 8 (julho de 1998), 181-211. *in*: **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados.** Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

_____ (1996a). **O problema da metalinguagem em Historiografia da Linguística.** Tradução de Cristina Altman. *In*: D.E.L.T.A.: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada 12/1, 95-124. *in*: **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados.** Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

_____ (1996b). **Questões que persistem em historiografia linguística**. Tradução de Cristina Altman. In: Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística 2, 45-70. in: **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**; tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. — 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LEÃO, Duarte Nunes de. **Origem da lingua portuguesa**. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1606.

_____. **Orthographia da Lingoa Portuguesa**. Lisboa: João de Barreira, impressor do Rei, 1576.

LEITE, Marli Quadros. **A construção da norma linguística na gramática do século XVIII**. Alfa, São Paulo, 55 (2): 665-684, 2011a.

_____. **Considerações sobre uso e Norma na Gramática Portuguesa – O Methodo Grammatical para todas as Linguas (1619)**, de Amaro de Roboredo. Filol. linguíst. port., n. 13(2), p. 337-368, 2011b.

_____. **O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma**. São Paulo: Paulistana, Humanitas, 2007. 334 p.

LEÓN, Rogelio Ponce de. **Gramaticografia e lexicografia em Portugal durante o século XVI: do Latim ao Português**. nº 3, 2009, pp. 45-65.

_____. **Un capítulo de la historia de las ideas sintácticas en Portugal: en torno a la teoría sintáctica del *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda***. Forma y Función 19. Bogotá, 2006, p. 11-30.

LEONI, G. D. **A Literatura de Roma**. 12ª edição. São Paulo: Livraria Nobel S. A., 1976.

LEROY, Maurice. **As grandes correntes da linguística moderna**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971. [Do original: **Les grands courants de la linguistique moderne**. Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1967].

LOBATO, António José dos Reis. **Arte da grammatica da lingua portugueza**. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1770.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Conjunturas Políticas**. in: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Vol. III: No Alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 437-460; 472-481

_____. **O Enquadramento do Espaço Nacional**. in: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Vol. III: No Alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 19-58.

MARTIN, Thomas; BLACKWELL, Christopher W. **Alexandre, o Grande: um homem e seu tempo**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MARTINS, Ana Maria. **Os mais antigos textos escritos em português: documentos de 1175 a 1252.** In: FARIA, Isabel Hub (org.). **Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão.** Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

MATTOSO, José (org.). **História de Portugal: antes de Portugal.** Vol. I. Editorial Estampa: 1997.

_____. **História de Portugal: a Monarquia Feudal (1096-1480).** Vol. II. Editorial Estampa: 1997.

MENDES, António Rosa. **A Vida Cultural.** in: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal.** Vol. III: No Alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 333-369.

MICELI, Paulo. **História moderna.** 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

MILANI, Sebastião Elias. **Aspectos historiográfico-linguísticos do século XIX: Humboldt, Whitney e Saussure.** Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. **Novo manual de sintaxe.** São Paulo: Contexto, 2013.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa.** 37ª ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. in MATTOSO, José (org.). **História de Portugal.** Vol. IV: o Antigo Regime (1620-1807). Editorial Estampa: 1998.

MOURA, Heronides; CAMBRUSSI, Morgana. **Uma breve história da linguística.** 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MURRAY, Stephen O. (1983). **Stages in the Natural History of Scientific Specialties.** In **Group Formation in Social Science**, p. 16-28. Canada: Linguistic Research Inc.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem.** 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

NUNES, Ruy Afonso da Costa Nunes. **História da Educação no Renascimento.** 2ª ed. Campinas: Kírion, 2018.

OLIVEIRA, Fernão de, 1507-c. 1581. **Grammatica da lingoagem portuguesa.** - Em Lixboa: e[m] casa d'Germão Galharde, 27 Ianeyro 1536. - [38] f. ; 4º (20 cm). Disponível: <https://purl.pt/120>

OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado de. **Téchne Grammatiké – A base da teoria gramatical.** Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011, p. 2534-2555.

PERCIVAL, W. Keith (1976). **The applicability of Kuhn's Paradigms to the History of Linguistics.** Disponível em: <http://people.ku.edu/~percival/Kuhn'sParadigms.pdf>

PEREIRA, Marcos Aurélio. **Quintiliano Gramático**: o papel do mestre de Gramática na *Institutio Oratoria*. Tradução de Marcos Aurélio Pereira. 2ª edição. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, 192 p.

PHILLIPS Jr., William D. **História Concisa da Espanha**. São Paulo: EDIPRO, 2015.

POLACHINI, Bruna Soares. **Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa**. Tese de doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 2017.

QUATAERT, Donald. **O Império Otomano**: das origens ao século XX. Tradução: Marcelina Amaral. Lisboa: Edições 70, 2017.

ROBINS, R. H. **Pequena História da Linguística**. Tradução de Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

ROBOREDO, Amaro de. **Methodo grammatical para todas as linguas**. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1619.

RODRIGUES, Julia de Crudis. **Fonética e Fonologia em gramáticas brasileiras do século XIX**: terminologia, técnicas e contextos para a descrição. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP, São Paulo, 2015.

ROMEO, Rogelio Ponce de León. **Breves reflexões sobre a terminologia sintática na gramaticografia da língua portuguesa (séculos XVI-XVII)**. Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2022. DOI 10.5935/1980-6914/eLETL15092.

_____. **Un capítulo de la historia de las ideas sintácticas en Portugal**: en torno a la teoría sintáctica del *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda*. FORMA Y FUNCIÓN 19 (2006), páginas 11-30. © Departamento de Lingüística, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, D.C.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organização de Charles Balley e Albert Secheyaye, com colaboração de Albert Riedlinger. Tradução de Antônio Chielini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHÄFER-PRIESS, Barbara. **A gramaticografia portuguesa até 1822**: condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa. Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro Vila Real, Portugal, 2019.

RONZITTI, Rosa. **Antico indiano víbhakti- e greco πτώσις**: preistoria di due diverse metafore della flessione nominale. *Linguistica e Filologia* 33 (2013): pp. 7-34.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Organização Charles Bally e Albert Secheyaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SEABRA FILHO, José Rodrigues. **Meditações / Marco Aurélio**. Prefácio: Jorge Angel Livraga. Tradução, introdução e notas de José Rodrigues Seabra Filho. Belo Horizonte: Edições Nova Acrópole, 2015, 382 p.

_____. **Noites Áticas / Aulo Gélío**. Tradução de José Rodrigues Seabra Filho. Londrina: EDUEL, 2010.

SILVA, Marcelo Cândido da. **História Medieval**. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2013.

SUBTIL, José. in MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Vol. IV: o Antigo Regime (1620-1807). Editorial Estampa: 1998.

SWIGGERS, Pierre (2013). **A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização**. Disponível em: <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/1171.pdf>>. Acesso em julho de 2019.

_____. **História, historiografia da linguística: status, modelos e classificações**. Eutomia (revista online), 2010a. Disponível em: <www.revistaeutomia.com.br/>. Acesso em: agosto de 2018.

_____. **Le métalangage de la linguistique: réflexions à propos de la terminologie et de la terminographie linguistiques**. Revista do GEL, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 9-29, 2010b.

_____. **Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística**. 2004. Disponível em: <<http://www.grupodestiempos.com/PILARMAYNEZ/modelosmetodos.pdf>>. Acesso em: outubro de 2018.

TAVARES, Hênio. **Teoria literária**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

UHLIG, Gustavus. **Dionysii Thraciis Ars Grammatica**. Lipsiae, in aedibus B. G. Teubneri, 1883.

VALENZA, Giovanna Mazzaro. **De lingua latina, de Marco Terêncio Varrão**: tradução dos livros VIII, IX e X. Dissertação de mestrado pela UFPR, 2010.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. **Lições de Filologia Portuguesa**. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. (sem data).

VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

VIEIRA, Trajano. **Odisseia / Homero**; edição bilíngue; tradução, posfácio e notas de Trajano Vieira; ensaio de Ítalo Calvino. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2014, 816 p.

WEEDWOOD, B. **História Concisa da Lingüística**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

ANEXOS

Tabela 1 - As partes do discurso em Dionísio Trácio

Terminologia	Definição	Informações adicionais
<p><i>Nome</i> (ὄνομα)</p>	<p>Ὄνομά ἐστὶ μέρος λόγου πτωτικόν, σῶμα ἢ πρᾶγμα σημαῖνον, σῶμα μὲν οἷον λίθος, πρᾶγμα δὲ οἷον παιδεία, κοινῶς τε καὶ ἰδίως λεγόμενον, κοινῶς μὲν οἷον ἄνθρωπος ἵππος, ἰδίως δὲ οἷον Σωκράτης. παρέπεται δὲ τῷ ὀνόματι πέντε· γένη, εἶδη, σχήματα, ἀριθμοί, πτώσεις. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 24, grifos nossos).</p> <p>O nome é uma parte casual da oração, significando corpo ou ação, corpo como ‘pedra’, ação como ‘educação’, enunciado de maneira comum ou própria, comum como ‘homem’, ‘cavalo’, própria como Sócrates. Há cinco acidentes para o nome: gênero, espécie, figura, número e caso. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2540, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>A classe dos <i>nomes</i> (ὀνόματα) inclui as atuais classes dos adjetivos e dos numerais, além dos pronomes interrogativos e dos indefinidos. Isso se explica pelo fato de todos eles desempenharem o papel de parte casual da oração, conforme o expresso na definição.</p> <p>Não se sabe se os atuais pronomes demonstrativos compunham a antiga classe dos <i>nomes</i> (ὀνόματα) na gramática de Dionísio Trácio.</p>
<p><i>Verbo</i> (ῥήμα)</p>	<p>Ῥήμα ἐστὶ λέξις ἄπτωτος, ἐπιδεκτικὴ χρόνων τε καὶ προσώπων καὶ ἀριθμῶν, ἐνέργειαν ἢ πάθος παριστᾶσα. παρέπεται δὲ τῷ ῥήματι ὀκτώ, ἐγκλίσεις, διαθέσεις, εἶδη, σχήματα, ἀριθμοί, πρόσωπα, χρόνοι, συζυγία. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 24, grifos nossos).</p> <p>Verbo é dicção sem caso, capaz de indicar tempo, pessoa e número, exprimindo o ativo ou o passivo. Há oito acidentes para o verbo: modo, disposição, espécie, esquema, número, pessoa, tempo, conjugação. (Dionísio Trácio, Τέχνη</p>	<p>O verbo (ῥήμα) se define por oposição ao <i>nome</i> (ὄνομα). Embora ambos tomem flexões, o verbo não tem flexão de caso.</p> <p>Entre os filósofos clássicos, o binômio ὄνομα e ῥήμα designava, respectivamente, <i>uma coisa e algo que se diz sobre essa coisa</i>, no que se assemelha ao binômio <i>sujeito-predicado</i> da Sintaxe Tradicional.</p>

	Γραμματική, <i>in</i> OLIVEIRA, 2011, p. 2545, tradução do autor, grifos nossos).	
<i>Particípio</i> (μετοχή)	<p>Μετοχή ἔστι λέξις μετέχουσα τῆς τῶν ῥημάτων καὶ τῆς τῶν ὀνομάτων ιδιότητος. παρέπεται δὲ αὐτῇ ταῦτὰ ἃ καὶ τῷ ὀνόματι καὶ τῷ ῥήματι δίχα προσώπων τε καὶ ἐγκλίσεων. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, <i>in</i> UHLIG, 1883, p. 60, grifos nossos).</p> <p>O particípio é a dicção que participa da propriedade dos verbos e da dos nomes. Para ele, há os mesmos acidentes do que para o nome e o verbo, exceto pessoa e modo. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, <i>in</i> OLIVEIRA, 2011, p. 2547, tradução do autor, grifos nossos).</p>	O termo μετοχή (“particípio”) vem do verbo grego μετέχω, que significa “participar”. A opção de Dionísio por colocá-lo numa classe à parte se explica justamente pelo seu caráter híbrido: ele participa tanto da classe dos <i>nomes</i> , trazendo marcas de gênero, número e caso, quanto da classe dos <i>verbos</i> , trazendo marcas de tempo e disposição (<i>i.e.</i> voz verbal). Em sendo híbrido, o particípio, na visão do autor, não é nem um <i>nome</i> nem um <i>verbo</i> , mas uma classe à parte.
<i>Artigo</i> (ἄρθρον)	<p>Ἄρθρον ἔστι μέρος λόγου πτωτικόν, προτασσόμενον † καὶ ὑποτασσόμενον τῆς κλίσεως τῶν ὀνομάτων. καὶ ἔστι προτακτικόν μὲν ὁ, ὑποτακτικόν δὲ ὅς. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, <i>in</i> UHLIG, 1883, p. 61, grifos nossos).</p> <p>O artigo é uma parte casual do enunciado, preposta ou posposta à flexão dos nomes; há o preposto <i>ho</i> e o posposto <i>hós</i>. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, <i>in</i> OLIVEIRA, 2011, p. 2547, tradução do autor, grifos nossos).</p>	O termo grego ἄρθρον significa genericamente “juntura” ou “articulação”. Como termo gramatical, ele enfatiza justamente o papel articulatório dos <i>artigos</i> no texto. Embora sejam uma parte casual da oração, assim como os <i>nomes</i> , não há confusão entre eles porque, na verdade, os <i>artigos</i> estão sempre prepostos ou pospostos a outros <i>nomes</i> . O tal <i>artigo preposto</i> é, segundo a terminologia moderna, o artigo definido, enquanto o <i>posposto</i> é o pronome relativo, cuja forma grega ὅς se assemelha fisicamente à do definido ὁ.
<i>Pronome</i> (ἀντωνυμία)	<p>Ἀντωνυμία ἔστι λέξις ἀντὶ ὀνόματος παραλαβανομένη, προσώπων ὀρισμένων δηλωτική. Παρέπεται δὲ τῇ ἀντωνυμία ἐξ: πρόσωπα, γένη, ἀριθμοί, πτώσεις, σχήματα, εἶδη. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, <i>in</i> UHLIG, 1883, p. 63, grifos nossos).</p> <p>O pronome é uma dicção</p>	O termo ἀντωνυμία é formado pelo prefixo ἀντ(ι)- (“no lugar de”) e pelo radical -ωνυμ- (“nome”).
		A classe dos <i>pronomes</i> (ἀντωνυμῖαι), tal como Dionísio a descreve, só inclui os pessoais, chamados no tratado de <i>primitivos</i> (πρωτοτύπα), e os possessivos, chamados de <i>derivados</i>

	<p>empregada no lugar do nome, indicando pessoas definidas. Para o pronome há seis acidentes: pessoa, gênero, número, caso, esquema, espécie. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2547, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>(παραγωγή). Os interrogativos e os indefinidos compõem a classe dos <i>nomes</i> (ὀνόματα), enquanto os relativos compõem a dos <i>artigos</i> (ἄρθρα). Não se sabe em que classe Dionísio Trácio enquadraria os demonstrativos, uma vez que o autor não os cita em nenhuma passagem.</p>
<p><i>Preposição</i> (πρόθεσις)</p>	<p>Πρόθεσις ἔστι λέξις προτιθεμένη πάντων τῶν τοῦ λόγου μερῶν ἔν τε συνθέσει καὶ συντάξει. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 70, grifos nossos).</p> <p>A preposição é uma dicção preposta a todas as partes do enunciado, em composição e em arranjo. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2548, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>O termo πρόθεσις é formado pelo prefixo προ- (“antes de”) e pelo substantivo θέσις (“posição”).</p> <p>Dionísio Trácio arrola 18 <i>preposições</i> (προθέσεις) gregas, das quais 6 são monossilábicas e 12 dissilábicas. Não há subclassificações semânticas.</p> <p>Entre os estoicos, as <i>preposições</i> compunham a classe das <i>conjunções</i> (σύνδεσμοι).</p>
<p><i>Advérbio</i> (ἐπίρρημα)</p>	<p>Ἐπίρρημά ἔστι μέρος λόγου ἄκλιτον, κατὰ ῥήματος λεγόμενον ἢ ἐπιλεγόμενον ῥήματι. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 72, grifos nossos).</p> <p>O advérbio é uma parte do enunciado sem flexão, dita do verbo ou relacionada ao verbo. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2548, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>O termo ἐπίρρημα é composto pelo prefixo ἐπι- (“ao lado de”) e por ῥῆμα (“verbo”).</p> <p>Dionísio Trácio arrola 26 subclassificações semânticas para o <i>advérbio</i> (ἐπίρρημα), das quais algumas, segundo a terminologia gramatical moderna, seriam interjeições. Embora as interjeições não se relacionem tão diretamente com os verbos, conforme prevê a definição ao lado, elas são palavras invariáveis assim como os advérbios, o que deve ter induzido o gramático alexandrino a agrupá-los numa única classe.</p> <p>Os estoicos chamavam o advérbio de μεσότης (“lugar do meio”).</p>
<p><i>Conjunção</i> (σύνδεσμος)</p>	<p>Σύνδεσμός ἔστι λέξις συνδέουσα διάνοιαν μετὰ τάξεως καὶ τὸ τῆς ἐρμηνείας κεχηνὸς δηλοῦσα. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 86, grifos</p>	<p>O termo σύνδεσμος vem do verbo composto συνδέω, no qual constam o prefixo συν- (“junto”) e o verbo δέω (“ligar”).</p> <p>Dionísio Trácio arrola oito</p>

	<p>nossos).</p> <p>A conjunção é uma dicção que conjuga o pensamento com ordenação, indicando a interpretação do discurso. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2550, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>subclassificações semânticas para as conjunções: copulativas, disjuntivas, conectivas, ‘paraconectivas’, causais, dubitativas, silogísticas e expletivas. Segundo ele, outros autores da sua época acrescentavam as opositivas.</p>
--	--	--

Tabela 2 - A terminologia (morfo)ssintática em Dionísio Trácio

Terminologia	Definição	Informações adicionais
<i>Sintaxe*</i> (σύνταξις)	(Não há)	Em Dionísio Trácio, o termo σύνταξις tem um sentido mais genérico de “arranjo”, e não o sentido técnico de “sintaxe”.
<i>Oração*</i> (λόγος)	<p>Λόγος δέ ἐστι πεζῆς λέξεως σύνθεσις διάνοιαν αὐτοτελῆ δηλοῦσα. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in UHLIG, 1883, p. 22, grifos nossos).</p> <p>A oração é uma composição desde a simples dicção em prosa, manifestando um pensamento completo. (Dionísio Trácio, Τέχνη Γραμματική, in OLIVEIRA, 2011, p. 2540, tradução do autor, grifos nossos).</p>	A <i>oração</i> (λόγος) descrita por Dionísio Trácio não tem a mesma acepção que a Sintaxe Tradicional dá ao termo. Na verdade, o λόγος tem, na definição ao lado, um sentido mais próximo de “frase”, ou seja, uma ou mais palavras capazes de expressar um pensamento completo.
<i>Caso</i> (πτῶσις)	(Não há)	<p>A palavra grega πτῶσις significa genericamente “queda”, mas não se sabe ao certo a sua origem como termo técnico (ROBBINS; 1967:1983, p. 21). Entre os estoicos, πτῶσις já designava o <i>caso morfológico</i>.</p> <p>Dionísio Trácio não define nem exemplifica os <i>casos</i>. Ele apenas os enumera como acidentes (παρέπεται) dos <i>nomes</i>, dos <i>pronomes</i> e dos <i>artigos</i>.</p>
<i>Caso reto</i> (πτῶσις ὀρθή)	(Não há)	O <i>caso reto</i> (πτῶσις ὀρθή) poderia chamar-se também <i>nominativo</i> (ὀνομαστική) ou <i>direto</i> (εὐθεῖα). Segundo Oliveira (2011, p. 2542, nota 1), ele é a relação primeira entre o <i>significante</i> e o <i>significado</i> .
<i>Caso genitivo</i> (πτῶσις γενική)	(Não há)	O <i>caso genitivo</i> (γενική, de γένος, “raça”, “gênero”), também poderia chamar-se <i>possessivo</i> (κτητική, de κτῆσις, “posse”) ou <i>paternal</i> (πατρική, de πατήρ, “pai”). Ele expressa o tipo, a raça ou a linhagem a que algo ou alguém pertence, além de expressar o possuidor.

<i>Caso dativo</i> (πτῶσις δοτική)	(Não há)	O <i>caso dativo</i> (δοτική, do verbo δίδωμι, “dar”) também poderia chamar-se <i>epistolar</i> (ἐπισταλτική, de ἐπιστολή, “epístola”). Ele expressa o beneficiário da ação de <i>dar</i> e de outros verbos semanticamente próximos, bem como o destinatário de epístolas.
<i>Caso causativo</i> (πτῶσις αἰτιατική)	(Não há)	O <i>caso causativo</i> (αἰτιατική, de αἰτία, “causa”) também poderia chamar-se <i>conforme o causativo</i> (κατ’ αἰτιατικήν). Ele expressa o complemento sobre o qual incide a ação verbal. A forma latina <i>casus accusativus</i> é uma tradução errônea de Varrão.
<i>Caso vocativo</i> (πτῶσις κλητική)	(Não há)	O <i>caso vocativo</i> (κλητική, do verbo καλέω, “chamar”) também poderia chamar-se <i>interpelativo</i> (προσαγορευτική, do verbo προσαγορεύω, que significa “saudar”, “interpelar”). Ele expressa um chamamento.
<i>Flexão / Declinação</i> (κλίσις)	(Não há)	A palavra grega κλίσις significa genericamente “inclinação”. Como termo técnico, ela já era usada pelos estoicos. Dionísio Trácio não define <i>flexão</i> (κλίσις). Ao tratar dos <i>artigos</i> , ele diz que estes vêm antes ou depois da flexão dos nomes (τῆς <u>κλίσεως</u> τῶν ὀνομάτων). Ao tratar do <i>advérbio</i> , ele o define como sem flexão (ἄκλιτον).
<i>Conjugação</i> (συζυγία)	(Não há)	Dionísio Trácio não define a <i>conjugação</i> (συζυγία). Ele apenas a lista entre os <i>acidentes</i> (παρέπεται) do verbo e arrola os seus tipos.
<i>Disposição</i> (διάθεσις)	(Não há)	Dionísio Trácio não define a <i>disposição</i> (voz verbal, segundo a terminologia moderna). Ele apenas a lista entre os <i>acidentes</i> (παρέπεται) do verbo e arrola os seus três tipos: <i>ativa</i> (ἐνέργεια), <i>passiva</i> (πάθος) e <i>média</i> (μεσότης).

Tabela 3 - As partes do discurso em Varrão

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Parte de nomear / nome (<i>pars appellandi / nomen</i>)	<p>[<i>pars orationis</i>] <i>quae habet casus</i> (Varrão, <i>De Lingua Latina</i>, VIII, 44, in VALENZA, 2010, p. 41).</p> <p>[parte do discurso] que tem casos. (<i>ibidem</i>, tradução da autora).</p>	<p>A definição varroniana é curta e estritamente morfossintática, enquanto o termo <i>pars appellandi</i> (“parte de nomear”) tem natureza semântico-funcional.</p> <p>As <i>partes appellandi</i> se dividem em dois grupos: <i>nominata</i> (“coisas nomeadas”) e <i>articuli</i> (“pronomes”).</p> <p>Em termos modernos, a <i>pars appellandi</i> inclui substantivos, adjetivos, pronomes e numerais.</p>
Coisas nomeadas (<i>nominata</i>)	Tipo de <i>pars appellandi</i> que serve para nomear os seres e as coisas (definição inferida, com base nos exemplos apresentados por Varrão).	Os <i>nominata</i> se dividem em: <i>vocabula</i> (“nomes comuns”), a exemplo de <i>scutum</i> (“escudo”), e <i>nomina</i> (“nomes próprios”), a exemplo de <i>Romulus</i> (“Rômulo”) (VIII, 45).
“Pronomes” (<i>articuli</i>)	Tipo de <i>pars appellandi</i> que serve para articular palavras no discurso (definição inferida, com base nos exemplos apresentados por Varrão).	<p>Os <i>articuli</i> se dividem em: <i>provocabula</i>, a exemplo de <i>quis</i> (“quem”) e de <i>quae</i> (“quem”), e <i>pronomina</i>, a exemplo de <i>hic</i> (“este”) e de <i>haec</i> (“esta”) (VIII, 45).</p> <p>Embora <i>articulus</i> seja o étimo do termo <i>artigo</i>, os tais <i>articuli</i> não se referem aos <i>artigos</i>, porque esta classe gramatical inexistia em latim. Os exemplos de Varrão correspondem aos atuais <i>pronomes relativos</i> e aos <i>demonstrativos</i>, e não aos <i>artigos</i>.</p>
Parte de dizer / verbo (<i>pars dicendi / verbum</i>)	<p>[<i>pars orationis</i>] <i>quae habet tempus</i> (Varrão, <i>De Lingua Latina</i>, VIII, 44, in VALENZA, 2010, p. 41).</p> <p>[parte do discurso] que tem tempo (<i>ibidem</i>, tradução da autora).</p>	<p>A definição varroniana remete a aspectos semânticos e morfossintáticos. Varrão exemplifica <i>scribo</i> (“escrevo”) e <i>lego</i> (“leio”) como palavras indicativas de tempo (VIII, 44).</p> <p>A <i>pars dicendi</i> pode ter outras duas denominações no tratado: <i>verbum</i>, que também pode ter o sentido genérico de “palavra”, ou <i>verbum temporale</i>.</p>

		A maior contribuição varroniana para o estudo dos verbos foi a divisão aspectual (<i>divisiones</i>) dos tempos verbais latinos em <i>infectum</i> e <i>perfectum</i> . O primeiro indica ações inacabadas, o segundo, ações acabadas (IX, 96).
Parte de auxiliar (<i>pars adminiculandi</i>)	[<i>pars orationis</i>] <i>quae habet neutrum</i> (Varrão, <i>De Lingua Latina</i> , VIII, 44, in VALENZA, 2010, p. 41). [parte do discurso] que não tem nenhum dos dois [<i>i.e.</i> nem caso nem tempo] (<i>ibidem</i> , tradução da autora, observações nossas).	A definição varroniana é curta e estritamente morfossintática, e o termo <i>pars adminiculandi</i> é pouco elucidativo. A julgar pelos dois exemplos dados por Varrão (VIII, 44), <i>docte</i> (“sabidamente”) e <i>commode</i> (“convenientemente”), o autor está se referindo à moderna classe dos <i>advérbios</i> , cujo papel no discurso seria o de auxiliar os verbos. Como a definição varroniana é estritamente morfossintática, não seria desarrazoado supor que ele incluísse entre as <i>partes adminiculandi</i> outras classes invariáveis como a conjunção e a preposição.
Parte de juntar / partícipio (<i>pars iungendi</i> / <i>participium</i>)	[<i>pars orationis</i>] <i>in qua est utrumque</i> (Varrão, <i>De Lingua Latina</i> , VIII, 44, in VALENZA, 2010, p. 41). [parte do discurso] na qual há ambos [caso e tempo]. (<i>ibidem</i> , tradução da autora, observações nossas).	A definição varroniana é morfossintática. A <i>pars iungendi</i> (“parte de juntar”) poderia chamar-se também <i>participium</i> , que é decalque do grego μετοχή, derivado do verbo μετέχω (“participar”). A ideia é a mesma: tal classe de palavras junta as marcas de caso e de tempo, participando tanto dos <i>nomes</i> quanto dos <i>verbos</i> . Como exemplos, Varrão apresenta <i>scribens</i> (“aquele que escreve”) e <i>legens</i> (“aquele que lê”) (VIII, 44).

Tabela 4 - A terminologia (morfo)ssintática em Varrão

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Morfologia*	<p><i>Quocirca quoniam omnis operis De lingua Latina tris feci partes, (...), secundo quedmadmodum ea in casus declinarentur (...).</i> (Varrão, VII, 110, in CORADINI, 1999, p. 111).</p> <p>Por conseguinte, como eu dividi a obra toda (o <i>De Lingua Latina</i>) em três partes, (...) a segunda, como eles se declinam nos seus diferentes casos (= Morfologia) (<i>ibidem</i>, tradução e observações do autor).</p>	<p>Varrão não usa nem a palavra <i>Morfologia</i> nem sugere possíveis sinônimos, mas a ela dedica a segunda parte do seu tratado conforme demonstra a passagem transcrita ao lado. A <i>Morfologia</i> varroniana trata mais detidamente da <i>declinatio</i>, que engloba os processos de declinação, flexão e conjugação, segundo as terminologias modernas.</p>
Sintaxe*	<p><i>Quocirca quoniam omnis operis De lingua Latina tris feci partes, (...) tertio quedmadmodum coniungerentur...</i> (Varrão, VII, 110, in CORADINI, 1999, p. 111).</p> <p>Por conseguinte, como eu dividi a obra toda (o <i>De Lingua Latina</i>) em três partes, (...) a terceira, como eles se articulam (= Sintaxe)... (<i>ibidem</i>, tradução e observações do autor).</p>	<p>Varrão não usa nem a palavra <i>Sintaxe</i> nem sugere possíveis sinônimos, mas a ela dedica a terceira parte do seu tratado, sobre a qual há alguns parcos conhecimentos indiretos. Segundo citações de Aulo Gélcio (<i>Noites Áticas</i>, XVI, 8, 6-7), a <i>Sintaxe</i> varroniana estava baseada na Dialética Estoica.</p>
Palavra (<i>verbum</i>)	<p><i>Verbum dico orationis vocalis partem, quae sit indivisa et minima. Si declinationem naturalem habeat, simile verbum verbo tum quom et re quam significat et voce qua significat et in figura e transitu declinationis parile.</i> (Varrão, X, 77, in VALENZA, 2010, p. 150, grifos nossos).</p> <p>Palavra eu defino como a parte do discurso oral que é indivisível e mínima. Se tiver declinação natural, uma palavra é semelhante a outra palavra quando é semelhante na coisa que significa, na palavra por meio da qual significa a coisa e na forma que tem a partir do</p>	<p>O termo latino <i>verbum</i> pode ter um sentido mais genérico de “palavra” ou designar a classe gramatical dos <i>verbos</i>. Na primeira acepção, <i>verbum</i> se refere à <i>palavra</i> como uma unidade significativa, ao passo que <i>vox</i> designa a palavra no seu aspecto físico e sonoro. Para a segunda acepção de <i>verbum</i>, relativa aos <i>verbos</i>, Varrão também utiliza o sintagma sinônimo <i>verbum temporale</i> para evitar ambiguidades (IX, 95).</p> <p>Varrão considera a <i>palavra</i> uma unidade linguística mínima e indivisível, à semelhança dos alexandrinos. Tendo em vista as suas observações sobre as</p>

	caminho da declinação. (<i>ibidem</i> , tradução da autora, grifos nossos).	declinações (voluntária e natural), é provável que o autor devesse ter, ao menos, alguma noção tácita dos radicais e dos afixos, porém estes não são unidades autônomas no discurso.
Oração* / Discurso* / Linguagem* (<i>oratio</i>)	<p><i>Quom oratio natura tripartita esset, ut superioribus libris ostendi, cuius prima pars, quemadmodum uocabula rebus essent imposita, secunda, quo pacto de his declinata in discrimina ierint, tertia, ut ea inter se ratione coniuncta sententiam efferant...</i> (Varrão, VIII, 1, in CORADINI, 1999, p. 111, grifos nossos).</p> <p>Como a linguagem, como mostrei nos livros anteriores, se apresenta, por natureza, dividida em três partes, sendo a primeira como as palavras foram impostas às coisas (= Etimologia), a segunda, de que forma as palavras derivadas dessas passam a ter significações diferentes (Morfologia), a terceira, como as palavras, logicamente relacionadas entre si, expressam uma sentença (= Sintaxe)... (<i>ibidem</i>, tradução e observações do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Oratio</i> é o termo por meio do qual Varrão e outros gramáticos latinos traduziram o polissêmico λόγος do grego, com o sentido de “oração”, “discurso” ou “linguagem”. Não se trata, pois, do sentido moderno que a Sintaxe Tradicional dá ao termo <i>oração</i>.</p> <p>O sintagma <i>partes orationis</i> é a tradução do grego μέρη λόγου (“partes do discurso”).</p> <p>Varrão não inclui a Fonologia entre as três partes em que ele divide a linguagem quanto à sua natureza: Etimologia, Morfologia, Sintaxe. Vale lembrar que, para o autor, a <i>palavra</i> é a parte indivisível e mínima do discurso oral (X, 77).</p>
Declinação (<i>declinatio</i>)	<p><i>Declinatio est, cum ex verbo in verbum aut ex verbi discrimine, ut transeat mens, vocis commutatio fit aliqua.</i> (Varrão, X, 77, in VALENZA, 2010, p. 150).</p> <p>A declinação é quando, de uma palavra para (outra) palavra ou por meio da diferenciação da palavra, ocorre alguma mudança na forma, para que haja mudança de pensamento. (<i>ibidem</i>, tradução e grifos nossos).</p>	<p>Os termos latinos <i>declinatio</i> e <i>inclinatio</i> são decalques do grego κλίσις (ou ἔγκλισις), cujo significado é o de “inclinação”. Os estoicos já empregavam κλίσις como termo técnico (ROBBINS, 1967:1983, p. 22).</p> <p>Os dois termos, κλίσις e <i>declinatio</i>, englobam flexão e derivação.</p>
Declinação voluntária	<i>Declinationum genera sunt duo, voluntarium et naturale;</i>	Como exemplos de <i>declinação voluntária</i> , Varrão (VIII, 21) cita

<p>(<i>declinatio voluntaria</i>)</p>	<p><i>voluntarium est, quo ut cuiusque tulit voluntas declinavit.</i> (Varrão, VIII, 21, in VALENZA, 2010, p. 30, grifos nossos).</p> <p>As espécies de declinação são duas, a voluntária e a natural. Voluntária é aquela cujo produto vem da vontade de cada indivíduo. (<i>ibidem</i>, tradução da autora, grifos nossos).</p>	<p>os nomes dos escravos, que poderiam ser derivados do nome do vendedor, do nome da região em que ele foi comprado ou do nome da região de que o escravo proveio. Poder-se-ia batizá-lo de <i>Artemas</i>, se quem o tivesse vendido se chamasse <i>Artemidorus</i> (“Artemidoro”); de <i>Ion</i> (“Íon”), se fosse comprado na Jônia; de <i>Ephesius</i> (“Efésio”), se proviesse de Éfeso.</p> <p>Na <i>declinação voluntária</i>, prevalece a inconstância (IX, 35).</p> <p>A <i>declinação voluntária</i> se assemelha muito ao moderno conceito de <i>derivação</i>.</p>
<p>Declinação natural (<i>declinatio naturalis</i>)</p>	<p><i>Contra naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur voluntate, sed a com<m>uni consensu.</i> (Varrão, VIII, 22, in VALENZA, p. 31, grifos nossos).</p> <p>Por outro lado, eu chamo de declinação natural aquela que nasce não da vontade dos indivíduos, mas do consenso. (<i>ibidem</i>, tradução da autora, grifos nossos).</p>	<p>Como exemplos de <i>declinação natural</i>, Varrão (VIII, 22) cita alguns sintagmas nominais declinados regularmente no genitivo singular: <i>huius Artemidori</i> (“deste Artemidoro”), <i>huius Ionis</i> (“deste Íon”) e <i>huius Ephesi</i> (“deste Efésio”).</p> <p>Na <i>declinação natural</i>, prevalece a constância (IX, 35).</p> <p>A <i>declinação natural</i> se assemelha muito ao moderno conceito de <i>flexão</i>.</p>
<p>Caso (<i>casus</i>)</p>	<p>(não há)</p>	<p>O termo latino <i>casus</i>, participio substantivado de <i>cadere</i> (“cair”), é decalque do grego πτῶσις (“queda”), cuja origem como termo técnico é desconhecida (ROBBINS; 1967:1983, p. 21). Os estoicos já utilizavam πτῶσις com o sentido gramatical de <i>caso</i>.</p>
<p>Caso reto / nominativo (<i>casus rectus / nominativus / nominandi</i>)</p>	<p>(...) <i>nos dicemus, qui nominandi causa dicitur, nominandi vel nominativum...</i> (Varrão, X, 23, in VALENZA, 2010, p. 125, grifos nossos).</p> <p>(...) nós chamaremos o caso que é dito com o propósito de</p>	<p>O sintagma <i>casus rectus</i> é decalque do grego πτῶσις ὀρθή, ao passo que <i>casus nominativus</i> é decalque de πτῶσις ὀνομαστική. Alternativamente, é possível chamá-lo de <i>casus nominandi</i> (“caso para nomear”).</p>

	nomear de ‘ caso para nomear ’ ou ‘ nominativo ’... (<i>ibidem</i> , tradução da autora, grifos nossos).	Segundo Varrão, do <i>caso reto</i> se originaram os demais <i>casos</i> (VIII,16).
Casos oblíquos (<i>casus obliquii</i>)	(não há)	<p>O sintagma <i>casus obliquii</i> é decalque do grego πτώσεις πλάγιαι, termo comum já entre os estoicos (ROBBINS, 1967;1983, p. 23).</p> <p>Segundo Varrão, os <i>casos oblíquos</i> – <i>genitivo, dativo, acusativo, vocativo</i> e <i>ablativo</i> – são oriundos do <i>nominativo</i> (VIII, 16).</p> <p>O trecho do tratado em que Varrão nomeia os casos latinos está incompleto (X, 23), de sorte que a denominação individual dos casos oblíquos só pudesse ser conhecida por meio algumas ocorrências esporádicas na própria obra ou por meio de citações de outros autores. Noutra passagem do tratado, Varrão descreve e exemplifica muito sucintamente os casos, mas não os nomeia (VIII, 16).</p>
Caso genitivo (<i>casus patricus / patrius</i>)	<p>[<i>casus</i>] <i>cuius vocetur, ut Herculis</i>. (Varrão, VIII, 16, in VALENZA, 2010, p. 28).</p> <p>[o caso] de que algo se chama, como <i>Herculis</i> (“de Hércules”). (<i>ibidem</i>, tradução e observações nossas).</p>	O sintagma <i>casus patricus</i> ou <i>casus patrius</i> (“caso pátrio”) é decalque do grego πῶσις πατρική. A forma <i>casus genitivus</i> , decalque de πῶσις γενική, é posterior.
Caso dativo (<i>casus dandi</i>)	<p>[<i>casus</i>] <i>cui vocetur, ut Herculi</i> (Varrão, VIII, 16, in VALENZA, 2010, p. 28).</p> <p>[o caso] para quem se chama, como <i>Herculi</i> (“a Hércules”) (<i>ibidem</i>, tradução e observações nossas).</p>	O sintagma <i>casus dandi</i> (literalmente: “caso de dar”) é uma tradução do grego πῶσις δοτική. A forma <i>casus dativus</i> , com adjetivo no lugar do gerúndio genitivo, é posterior.
Caso acusativo (<i>casus accusativus / accusandi</i>)	<p>[<i>casus</i>] <i>quo vocetur, ut ad Herculem</i> (Varrão, VIII, 16, in VALENZA, 2010, p. 28).</p> <p>[o caso] para onde se chama,</p>	O sintagma <i>casus accusativus</i> ou <i>casus accusandi</i> (literalmente: “caso de acusar”) são traduções errôneas do grego πῶσις αἰτιατική (“caso causativo”).

	como <i>ad Herculem</i> (“até Hércules”) (<i>ibidem</i> , tradução e observações nossas).	Varrão foi traído pela polissemia do substantivo αἰτία, que pode significar “causa”, “acusação” ou “encargo”. (ROBBINS, 1967:1983, p. 28).
Caso vocativo (<i>Casus vocandi</i>)	[<i>casus</i>] <i>quemadmodum vocetur, ut Hercule</i> (Varrão, VIII, 16, in VALENZA, 2010, p. 28). [o caso] do modo como se chama, como <i>Hercule</i> (“ó, Hércules”) (<i>ibidem</i> , tradução e observações nossas).	O sintagma <i>casus vocandi</i> (literalmente: “caso de chamar”) é tradução do grego πῶσις κλητική. A forma <i>casus vocativus</i> , com adjetivo no lugar do gerúndio genitivo, é posterior.
Caso ablativo (<i>caso sextus / latinus</i>)	[<i>casus</i>] <i>a quo vocetur, ut ab Hercule</i> (Varrão, VIII, 16, in VALENZA, 2010, p. 28). [o caso] a partir do qual se chama, como <i>ab Hercule</i> (“a partir de Hércules”) (<i>ibidem</i> , tradução e observações nossas).	Como o <i>caso ablativo</i> inexistia em grego, não surpreende que Varrão o tenha nomeado de forma genérica: <i>caso sexto</i> ou <i>caso latino</i> . Afinal, a terminologia gramatical latina ainda estava em formação (CORADINI, 1999, p. 135-136). A forma <i>casus ablativus</i> é posterior.
Concordar (<i>convenire</i>)	(Não há)	No seguinte trecho, Varrão utiliza o verbo <i>convenire</i> no sentido morfossintático de “concordar”: <i>nec cum haec convenirent in obliquis casibus, dubitare debuerunt in rectis...</i> (“E como eles concordam nos casos oblíquos, não deveriam variar os casos retos...”) (Varrão, VIII, 74, in VALENZA, p. 56, tradução da autora, grifos nossos).
Declinar (<i>declinare</i> ou <i>inclinare</i>)	(não há)	No seguinte trecho, Varrão utiliza o verbo <i>inclinare</i> na forma passiva, com um sentido próximo ao de “declinar-se”: <i>ab impositis vocabulis quae inclinantur in tempora aut in casus</i> (“a partir dos vocábulos impostos que se inclinam [i.e. se declinam] em tempos ou em casos.”) (Varrão, IX, 34, in VALENZA, 2010, p. 75, tradução e grifos nossos). O substantivo cognato <i>inclinatio</i> é do mesmo campo semântico de <i>declinatio</i> .
Axioma* (<i>proloquium /</i>	<i>Proloquium est sententia in qua nihil desideratur.</i> (Varrão,	O ἄξιωμα (“axioma”) é um termo grego oriundo da Dialética Estoica

<p><i>profatum</i>)</p>	<p>XXIV, citado por Aulo Gélío, <i>Noctes Atticae</i>, XVI, 8, 6).</p> <p>Axioma é a sentença em que nada fica a desejar. (Varrão, XXIV, citado por Aulo Gélío, <i>Noites Áticas</i>, XVI, 8, 6-7, in SEABRA FILHO, 2010, p. 545, tradução do autor).</p>	<p>ao qual Varrão, segundo citação de Aulo Gélío, sugeriu duas possíveis traduções: <i>proloquium</i> ou <i>profatum</i>. Ambas dão a ideia de “primeiras palavras” ou “proposição primeira” (SEABRA FILHO, 2010, p. 545, nota 28).</p> <p>A ideia de uma sentença em que nada fica a desejar se assemelha ao moderno conceito de <i>frase</i> como enunciado de sentido completo. Exemplo de Aulo Gélío: <i>Hannibal Poenus fuit</i> (“Aníbal foi cartaginês”).</p>
-------------------------	---	--

Tabela 5 - As partes do discurso em Quintiliano

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Nome (<i>nomen</i>)	(...) <i>in nominibus</i> [est] <i>materiam</i> [<i>sermonis</i>] (Quintiliano, I, IV, 8, <i>in</i> PEREIRA, 2006, p. 96, grifos nossos). (...) nos nomes [está] a matéria [da fala] (<i>ibidem</i> , tradução do autor modificada, grifos nossos).	<i>Nomen</i> é tradução do grego ὄνομα. A curta definição ao lado é uma citação indireta do conceito aristotélico de <i>nome</i> , ou seja, aquilo de que se fala. Segundo Quintiliano (I, IV, 20), outros gramáticos antigos propunham a divisão dos <i>nomina</i> em <i>nomen</i> (nome próprio), <i>vocabulum</i> (nome comum concreto) e <i>appellatio</i> (nome comum abstrato), mas o autor preferiu agrupá-los numa única classe, à semelhança de Aristarco e Rêmio Palêmão. Os adjetivos e os numerais compunham a classe dos <i>nomina</i> .
Verbo (<i>verbum</i>)	(...) <i>in uerbis</i> [est] <i>uim sermonis</i> (Quintiliano, I, IV, 18, <i>in</i> PEREIRA, 2006, p. 96, grifos nossos). (...) nos verbos [está] a parte ativa da fala (<i>ibidem</i> , tradução do autor modificada, grifos nossos).	<i>Verbum</i> é tradução do grego ῥῆμα. A curta definição ao lado é uma citação indireta do conceito aristotélico de <i>verbo</i> , ou seja, aquilo de que se fala.
Particípio (<i>participium</i>)	(não há)	<i>Participium</i> é decalque do grego μετοχή, que é oriundo do verbo μετέχω (“participar”). O particípio “participa” da classe dos nomes e dos verbos, trazendo marcas nominais de caso, gênero e número, além de tempo e voz verbal.
Pronome (<i>pronomen</i>)	(não há)	<i>Pronomen</i> é decalque do grego ἀντωνυμία, em que os prefixos <i>pro</i> e ἀντ(ι) significam “em lugar de”, e os elementos <i>nomen</i> e -ωνυμ- significam “nome”. Os pronomes se empregam no lugar dos nomes.
Preposição (<i>praepositio</i>)	(não há)	<i>Praepositio</i> é decalque do grego πρόθεσις, em que os prefixos <i>prae</i>

		<p>e πρό indicam anterioridade, e os nomes <i>positio</i> e θέσις significam “posição”. As preposições são, pois, palavras antepostas a outras.</p> <p>O termo <i>praepositio</i> também pode se referir aos prefixos (I, V, 65), que também se antepõem aos nomes e aos verbos e costumam ser formalmente idênticos às preposições latinas (e.g. <i>ad, ex, ab, de</i>).</p>
Advérbio (<i>adverbium</i>)	(não há)	<p><i>Adverbium</i> é decalque do grego ἐπίρρημα, em que os prefixos <i>ad</i> e ἐπι indicam proximidade, e os nomes <i>verbum</i> e ῥῆμα significam “verbo”. Os advérbios, portanto, se posicionam próximos aos verbos, modificando-os.</p>
Conectivo / Conjunção (<i>convinctio / coniunctio</i>)	<p>(...) in conuinctionibus autem complexum eorum [nominum et uerborum] esse iudicauerunt; (Quintiliano, I, IV, 18, in PEREIRA, 2006, p. 96, grifos nossos).</p> <p>(...) julgaram estar nos conectivos, pois, a união deles [nomes e verbos]; (<i>ibidem</i>, tradução e grifos nossos).</p>	<p><i>Convinctio</i> e <i>coniunctio</i> são decalques do grego σύνδεσμος, nos quais os prefixos <i>con</i> e συν indicam contiguidade, e os nomes <i>iunctio, vinctio</i> e δεσμός significam “ligação”. As conjunções têm justamente o papel de ligar palavras e sentenças.</p> <p>A curta definição ao lado é uma citação indireta do conceito aristotélico de <i>conjunção</i>.</p> <p>Quintiliano (I, IV, 18) preferia o termo <i>convinctio</i> a <i>coniunctio</i>, mas este último foi quem de fato vingou na gramaticografia latina.</p>
Interjeição (<i>interiectio</i>)	(não há)	<p>O termo <i>interiectio</i> vem do verbo <i>interiicere</i>, composto pelo prefixo <i>inter</i> (“entre”) e pelo verbo <i>iacere</i> (“lançar, “colocar”), com apofonia da vogal tônica (<i>a > i</i>). A ideia por detrás do termo é de que a interjeição, por estar isolada sintaticamente, é “inserida” no meio das demais classes (DEZOTTI, 2013, p. 194).</p> <p>Os latinos consolidaram a classe das interjeições, que eram apenas</p>

		subclasses de advérbio entre os gregos.
Artigo* (<i>articulus</i>)	(não há)	<p><i>Articulus</i> é diminutivo de <i>artus</i> (“articulação”) e tradução do grego ἄρθρον (“articulação”).</p> <p>Quintiliano (I, IV, 19) afirma que o latim não se ressentia da falta de artigos, cujo papel é desempenhado por outras partes do discurso.</p> <p>O termo <i>articulus</i>, em Varrão, designava uma subclasse das <i>partes nominandi</i> (“partes de nomear”), e não a classe dos artigos.</p>

Tabela 6 - A terminologia (morfo)ssintática em Quintiliano

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Morfologia*	Nível das palavras isoladas (definição deduzida com base na definição de barbarismo).	Não há termo na <i>Institutio Oratoria</i> que se refira à Morfologia. A definição ao lado foi deduzida com base na definição de barbarismo como vício ocorrente em palavras isoladas (I, V, 6), que se opõe ao solecismo, definido como vício ocorrente no encadeamento de palavras (I, V, 34), ou seja, no nível frasal ou sintático.
Sintaxe*	Nível das palavras encadeadas (definição deduzida com base na definição de solecismo).	Não há termo na <i>Institutio Oratoria</i> que se refira precisa e especificamente à Sintaxe. A definição ao lado foi deduzida com base na definição de solecismo como vício ocorrente no encadeamento de palavras (I, V, 34). Em verdade, o autor afirma que o solecismo pertence ao domínio do discurso (<i>sermonis</i>) (I, V, 35), que remete ao nível frasal ou sintático.
Palavra (<i>verbum</i>)	<p><i>Verba nunc generaliter accipi uolo: nam duplex eorum intellectus est, alter, qui omnia, per quae sermo nectitur significat alter, in quo est una pars orationis: “lego”, “scribo”; quam uitantes ambiguitatem quidam dicere maluerunt uoces, locutiones, dictiones.</i> (Quintiliano, <i>Institutio Oratoria</i>, I, V, 2, in PEREIRA, 2006, p. 103, grifos nossos).</p> <p>Desejo que se tome agora o termo “palavras” em sentido geral. Com efeito, ela tem dois: um, que implica as palavras todas que formam a cadeia do discurso como neste período de Horácio: “as palavras se seguirão espontaneamente ao pensamento”; outro, que se refere a uma parte da oração:</p>	<i>Verbum</i> em latim pode ter o significado genérico de “palavra” ou pode designar uma das oito partes do discurso. Para evitar a ambiguidade, alguns propunham os termos <i>vox</i> (“voz”), <i>locutio</i> (“locução”) ou <i>dictio</i> (“dicção”) para a primeira acepção, enquanto Varrão propunha a perífrase <i>verbum temporale</i> (“palavra temporal”) para a segunda.

	<i>lego</i> [‘eu leio’], <i>scribo</i> [‘eu escrevo’]. Para evitar a ambiguidade, alguns preferiram chamá-las <i>uoces</i> , <i>locutiones</i> ou <i>dictiones</i> . (<i>ibidem</i> , tradução do autor modificada, grifos nossos).	
Voz (<i>vox</i>)	(não há)	Segundo Pereira (2006, p. 103-104, nota 59), <i>vox</i> se refere apenas à forma fonética da palavra. É possível tradução do grego φωνή (“som”, “voz”).
Locução (<i>locutio</i>)	(não há)	Segundo Pereira (2006, p. 103-104, nota 59), <i>locutio</i> também parece referir-se à forma fonética da palavra. O termo deriva de <i>locutus</i> , particípio passado do verbo <i>loqui</i> (“falar”).
Dicção (<i>dictio</i>)	(não há)	Segundo Pereira (2006, p. 103-104, nota 59), <i>dictio</i> se refere à forma fonética provida de um significado. O termo provém de <i>dictus</i> , particípio passado de <i>dicere</i> (“dizer”).
Discurso (<i>oratio</i>)	(não há)	<i>Oratio</i> não tem, em Quintiliano, o sentido sintático moderno de <i>oração</i> , mas um sentido genérico de “discurso”. Com efeito, a perífrase <i>partes orationis</i> (tradução do grego μέρη λόγου) se refere às partes do discurso.
Sentença* (<i>sententia</i>)	(não há)	A <i>sententia</i> a que se refere Quintiliano (I, IX, 3) tem um sentido mais genérico de frase: “Que os alunos aprendam a escrever sentenças , tanto quanto amplificações e etologias ” (PEREIRA, 2006, p. 184, tradução do autor, grifos nossos).
Declinação (<i>declinatio</i>)	(não há)	À semelhança de Varrão, Quintiliano emprega <i>declinatio</i> num sentido geral de flexão, aplicado tanto a nomes como a verbos. É tradução do grego κλίσις (ou ἔγκλισις).
Caso (<i>casus</i>)	(não há)	O termo latino <i>casus</i> , particípio substantivado de <i>cadere</i> (“cair”), é decalque do grego πῶσις (“queda”), cuja origem como termo técnico é desconhecida (ROBBINS; 1967:1983, p. 21). Os

		estoicos já utilizavam <i>πτῶσις</i> com o sentido gramatical de <i>caso</i> .
Caso reto / Nominativo (<i>casus rectus / nominativus</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus rectus</i> é decalque do grego <i>πτῶσις ὀρθή</i> , ao passo que <i>casus nominativus</i> é decalque de <i>πτῶσις ὀνομαστική</i> .
Casos oblíquos (<i>casus obliquii</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus obliquii</i> é decalque do grego <i>πτώσεις πλάγια</i> , termo comum já entre os estoicos (ROBBINS, 1967;1983, p. 23).
Caso genitivo (<i>casus genitivus</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus genitivus</i> é decalque do grego <i>πτῶσις γενική</i> . O adjetivo <i>γενική</i> deriva de <i>γένος</i> (“raça”, “gênero”), assim como <i>genitivus</i> deriva de <i>genus</i> (“raça”, “gênero”).
Caso dativo (<i>casus dativus</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus dativus</i> é decalque do grego <i>πτῶσις δοτική</i> . O adjetivo <i>δοτική</i> (“inclinado a dar”) vem do verbo irregular <i>δίδωμι</i> (“dar”).
Caso ablativo (<i>casus ablativus</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus ablativus</i> é uma criação latina que substituiu em definitivo os genéricos termos usados por Varrão: <i>casus sextus</i> ou <i>casus latinus</i> . O termo <i>ablativus</i> deriva de <i>ablatum</i> , supino ou particípio passado do verbo irregular <i>aufferre</i> (“tirar”, “trazer”). O ablativo latino indica, entre outras coisas, procedência e separação.
Caso sétimo (<i>casus septimus</i>)	(não há)	Quintiliano (I, IV, 26) especula a existência de um sétimo caso latino formalmente idêntico ao ablativo, mas não sugere nenhum termo para nomeá-lo. No exemplo dado pelo autor, <i>hasta percussi</i> (“feridos com a lança”), o termo <i>hasta</i> (“com a lança”) seria um suposto caso instrumental.
Flexionar / Declinar (<i>declinare</i>)	(não há)	À semelhança de Varrão, Quintiliano emprega o verbo <i>declinare</i> num sentido geral de flexionar, aplicado tanto a nomes como a verbos.
Barbarismo (<i>barbarismus</i>)	<i>Interim uitium, quod fit in singulis uerbis, sit barbarismus.</i>	<i>Barbarismus</i> vem do grego <i>βαρβαρισμός</i> , derivado de

	<p>(Quintiliano, <i>Institutio Oratoria</i>, I, V, 6, in PEREIRA, 2006, p. 105, grifos nossos).</p> <p>Por ora, seja barbarismo o vício que se dá nas palavras isoladas. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>βάρβαρος (“bárbaro”), termo pejorativo com o qual os helênicos e mais tarde os romanos se referiam a indivíduos aloglotas.</p> <p>Constitui barbarismo usar indevidamente as palavras estrangeiras, falar de maneira ameaçadora e modificar indevidamente a forma da palavra, aumentando, diminuindo, invertendo ou trocando letras (I, V, 8).</p>
<p>Solecismo (<i>soloecismus</i>)</p>	<p><i>Cetera uitia omnia ex pluribus uocibus sunt, quorum est soloecismus.</i> (Quintiliano, <i>Institutio Oratoria</i>, I, V, 34, in PEREIRA, 2006, p. 118, grifos nossos).</p> <p>Os demais vícios se dão todos nas palavras em conjunto, um dos quais é o solecismo. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Soloecismus</i> vem do grego σολοικισμός, derivado do verbo σολοικίζειν, cujo significado é “falar mal o grego, à maneira de Sólos”. Sólos era uma cidade localizada na costa meridional da Ásia Menor, na região da Cilícia, cujos habitantes eram acusados de falar muito mal a língua grega.</p> <p>Há quatro tipos de solecismo: por acréscimo (<i>adiectio</i>, em grego πλεονασμός), por supressão (<i>detractio</i>, em grego ἔλλειψις), por inversão (<i>transmutatio</i>, em grego ἀναστροφή ou ὑπερβάτον) e por substituição (<i>inmutatio</i>) (I, V, 38-40).</p>

Tabela 7 - As partes do discurso em Apolônio Díscolo

Terminologia	Definição	Informações adicionais
<p>Nome (ὄνομα)</p>	<p>Κατεκράτησεν οὖν καὶ ἡ ἀπ' αὐτοῦ θέσις τὰ πάντα τὰ τοῦ λόγου μέρη καλεῖσθαι ὀνόματα, ὡς ἂν αὐτοῦ προῦφεστῶτος. εἰ γὰρ ἐκ τῶν ἐναντίων τις ἐκεῖνο ἀποφαίνοιτο, ὡς ἐκ τῆς κοινῆς ὀνομασίας τῶν λέξεων αὐτὸ ἀπηνέγκατο τὴν ἀπαντων ὀνομασίαν, καὶ κατὰ τοῦτο ἂν πρωτεύοι, θέσιν τὴν πρώτην τῶν λέξεων ἐπιδεξάμενον... (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 12-13, grifos nossos).</p> <p>“<i>Pero si, por el contrario, alguien objetase que se apropió el nombre de las demás partes de la oración por tratarse de la denominación común de los vocablos, también por eso ocuparía el primer lugar, por constituir la primera denominación de las palabras...</i>”. (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 18, in BOTAS, 1987, p. 83, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>Segundo Botas (1987), o <i>nome</i> é uma espécie de marco zero na análise gramatical, ou seja, o nome é o parâmetro a partir do qual as demais classes se definem. A definição ao lado não aborda aspectos morfosintáticos dessa parte do discurso.</p> <p>Há certa flutuação nos empregos de ὄνομα, que, num dado momento, é retratado como um dos elementos essenciais da oração, e depois como parte do discurso.</p> <p>Os acidentes do <i>nome</i> são <i>gênero</i> (γένος), <i>número</i> (πλήτος) e <i>caso</i> (πτῶσις).</p> <p>Os adjetivos (ἐπιθετικοί) e os numerais (ἀριθμοί) são subclasses de <i>nomes</i> (ὀνόματα).</p> <p>Outras subdivisões dos <i>nomes</i>: <i>comum</i> (προσηγορικὸν) e <i>próprio</i> (κύριον).</p>
<p>Verbo (ῥῆμα)</p>	<p>(Não há)</p>	<p>Não há definição de <i>verbo</i> no Περὶ Συντάξεως, mas talvez a houvesse no tratado destinado a essa classe, hoje perdido.</p> <p>Há certa flutuação nos empregos de ῥῆμα, que, num dado momento, é retratado como um dos elementos essenciais da oração, e depois como parte do discurso.</p> <p>Os acidentes do verbo citados por Apolônio são: <i>modo</i> (ἔγκλισις), <i>tempo</i> (χρόνος), <i>voz</i> (διάθεσις) e <i>pessoa</i> (πρόσωπον). O infinitivo (ἀπαρέμφατος) era considerado modo verbal.</p> <p>Quanto ao aspecto sintático, os</p>

		verbos podem ser ἀυτοτελή (completos), se não exigirem complementos, ou ἐλλιπή (incompletos), se os exigirem. Apolônio trasladou os dois termos do Estoicismo (NEVES, 2005, p. 91).
Particípio (μετοχή)	<p>Προφανές δ' ὅτι καὶ ἡ ἐγγενομένη θέσις [μετοχή] τοῦ ὀνόματος οὐκ ἄλλως ἂν ἐφυλάχθη, εἰ μὴ μετὰ τὸ ὄνομα καὶ τὸ ῥῆμα τὸ ἐκ τούτων ἐκ καταφάσεως ἡρτημένον μόριον παρελαμβάνετο... (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 15-16, grifos nossos).</p> <p><i>“Es evidente, por tanto, que no se podría defender la propia denominación de «participio», a no ser que siguiese al nombre y al verbo una parte de la oración resultante del acuerdo de los caracteres de ambas...”</i>. (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 22, in BOTAS, 1987, p. 85, tradução do autor, grifos nossos).</p>	O termo μετοχή (“particípio”) vem do verbo grego μετέχω, que significa “participar”. Ele participa tanto da classe dos <i>nomes</i> , trazendo marcas de gênero, número e caso, quanto da classe dos <i>verbos</i> , trazendo marcas de tempo e disposição (<i>i.e.</i> voz verbal). Em sendo híbrido, o particípio, na visão dos gramáticos gregos, não é nem um <i>nome</i> nem um <i>verbo</i> , mas uma classe à parte.
Artigo (ἄρθρον)	<p>Οὐχ ὡς ἔτυχε δὲ καὶ ἡ τοῦ ἄρθρου τάξις προσερρίφη, ὑπαγορεύουσα μὲν τὸ συνηρημένον τοῖς εἰρημένοις πτωτικοῖς, ἐκκλίνασα δὲ τὴν ἀπαράδεκτον τῶν ἄρθρων ἀντωνυμίαν... (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 16, grifos nossos).</p> <p><i>“El puesto del artículo tampoco le fue asignado al azar, queriendo dar a entender, por una parte, la común dependencia con las anteriores partes de la oración declinables, y, por otra, para apartar al pronombre, por no admitir artículos”</i>. (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 23, in</p>	<p>O termo grego ἄρθρον significa genericamente “juntura” ou “articulação”. Como termo gramatical, ele enfatiza justamente o papel articulatório dos <i>artigos</i> no texto.</p> <p>Há dois tipos de <i>artigo</i>: o <i>prepositivo</i> (προτακτικόν), que corresponde ao atual <i>artigo definido</i>, e o <i>pospositivo</i> (ὑποτακτικόν), que corresponde ao atual <i>pronome relativo</i>. Os gregos os enquadravam na mesma classe, entre outras coisas, por terem forma física e declinação semelhantes (<i>e.g.</i> ὁ e ὅς). Ambos os artigos têm função anafórica.</p>

	BOTAS, 1987, p. 86, tradução do autor, grifos nossos).	
<i>Pronome</i> (ἀντωνυμία)	Parte do discurso que substitui um nome. (definição deduzida com base nos parágrafos 24 e 25 do livro I).	<p>O termo ἀντωνυμία é formado pelo prefixo ἀντ(ι)- (“no lugar de”) e pelo radical -ωνυμ- (“nome”).</p> <p>Apolônio divide os <i>pronomes</i> em dois grandes grupos: <i>dêiticos</i> (δεικτικά), concernentes os <i>pronomes</i> pessoais de primeira e segunda pessoa, que indicam entidades reconhecíveis apenas pelo contexto (<i>eu</i> e <i>tu</i>), e os <i>anafóricos</i> (ἀναφορικά), concernentes aos de terceira e aos demonstrativos, que retomam seres ou coisas já mencionados no texto ou no discurso, substituindo-os.</p> <p>A classe dos <i>pronomes</i> (ἀντωνυμῖαι) só inclui os pessoais, os possessivos e os demonstrativos. Os interrogativos e os indefinidos compõem a classe dos <i>nomes</i> (ὀνόματα), enquanto os relativos compõem a dos <i>artigos</i> (ἄρθρα).</p> <p>Um dos tratados supérstites de Apolônio versa sobre o pronome: Περὶ ἀντωνυμίας.</p>
<i>Preposição</i> (πρόθεσις)	<p>Φαίνεται δὲ ὅτι καὶ ἡ πρόθεσις οὐ πρότην ἔχουσα θέσιν καὶ ἀρχαιοτέραν τῶν ἄλλων λέξεων τῆδε κατελέχθη, ὅπου γε οὐκ ἀπ' ἰδίας ἐννοίας τὴν ὀνομασίαν εἴληχεν, ἀλλ' ἐκ τοῦ τῶν προῦπόντων μορίων προτίθεσθαι... (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 17, grifos nossos).</p> <p>“Está claro que la preposición no se ha denominado así por haberse instituido la primera y ser más antigua que las demás; de modo que no se llamó así en</p>	<p>O termo πρόθεσις é formado pelo prefixo προ- (“antes de”) e pelo substantivo θέσις (“posição”).</p> <p>As preposições podem juntar-se a outras partes do discurso de duas maneiras: por composição (σύνθεσις) ou por aposição (παράθεσις). No primeiro caso, elas atuam como prefixos; no segundo caso, como palavras separadas (IV, 1-3).</p>

	<i>virtud de dicho sentido etimológico, sino por anteponerse a las partes de la oración a que nos hemos referido...”. (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 26, in BOTAS, 1987, p. 87, tradução do autor, grifos nossos).</i>	
<i>Advérbio</i> (ἐπίρρημα)	<p>Κάπειδὴ τὸ ἐπίρρημα δυνάμει ἐστὶ ῥήματος ἐπιθετικὴ σύνταξις, ὡς καὶ ἡ ἐγγινομένη θέσις τοῦ ὀνόματος μαρτυρεῖ, δεύτερον δὲ τὸ ῥήμα τοῦ ὀνόματος, δεύτερον γε ἄρα καὶ τὸ ἐπίρρημα προθέσεως τῆς κατὰ σύνθεσιν καὶ παράθεσιν προτιθεμένης τῶν ὀνομάτων. (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 18, grifos nossos).</p> <p><i>“Y como el adverbio funciona sintácticamente como adjetivo del verbo, según testimonia su propio nombre, y del mismo modo que el verbo es segundo del nombre, también el adverbio es segundo de la preposición, la cual precede al nombre, sea en composición, sea en aposición”.</i> (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 27, in BOTAS, 1987, p. 87-88, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>O termo ἐπίρρημα é composto pelo prefixo ἐπι- (“ao lado de”) e por ῥήμα (“verbo”), conforme demonstra a definição ao lado.</p> <p>As interjeições são uma subclasse de advérbios.</p> <p>Um dos tratados supérstites de Apolônio versa sobre o advérbio: Περὶ ἐπίρρημάτων.</p>
<i>Conjunção</i> (σύνδεσμος)	<p>Ἐπὶ πᾶσι δὲ τοῖς κατελεγμένοις ὁ τούτων συνδετικὸς σύνδεσμος παρελαμβάνετο, οὐδὲν δυνάμενος ἰδίᾳ παραστήσαι χωρὶς τῆς τῶν λέξεων ὕλης, καθὰ περ οἱ τῶν σωμάτων δεσμοὶ οὐκ εἰσὶ χρειώδεις ἀνυποστάτων ὄντων τῶν σωμάτων. (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 18, grifos nossos).</p> <p><i>“Detrás de todas las mencionadas partes de la oración se colocó la que las conecta, la conjunción, la cual</i></p>	<p>O termo σύνδεσμος vem do verbo composto συνδέω, no qual constam o prefixo συν- (“junto”) e o verbo δέω (“ligar”).</p> <p>Algumas subclassificações de conjunções:</p> <p><i>expletivas</i> (παραπληρωματικοί), <i>causais</i> (παρασυνημμένοι), <i>copulativas</i> (συμπεπλεγμένοι), <i>conectivas</i> (συμπλεκτικοί), <i>disjuntivas</i> (διαζευκτικοί), <i>asseverativas</i> (διαβεβαιωτικοί), <i>causais</i> (ἀτιολογικοί).</p> <p>Um dos tratados supérstites de</p>

	<p><i>nada podría significar sin la materia de las palabras, al igual que las ataduras de los cuerpos físicos de nada servirían si no existiesen los propios cuerpos que atan</i>". (Apolônio Discolo, Περὶ Συντάξεως, I, 28, in BOTAS, 1987, p. 88, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>Apolônio versa sobre as conjunções: Περὶ συνδέσμων.</p>
--	---	--

Tabela 8 - Terminologia (morfo)ssintática em Apolônio Díscolo

Terminologia	Definição	Informações adicionais
<i>Morfologia*</i>	<p>ἡ περί τὰς φωνὰς παράδοσις (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 3, grifos nossos).</p> <p>“<i>la doctrina relativa a las palabras</i>” (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 1, in BOTAS, 1987, p. 73, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>Apolônio não usa nenhum termo grego para nomear a Morfologia. Ele apenas opõe uma dita doutrina relativa às palavras isoladas a uma doutrina relativa às construções e aos arranjos: a Sintaxe.</p>
<i>Sintaxe</i> (σύνταξις)	<p>κατείλεκται καὶ δε νῦν ῥηθησομένη ἕκδοσις περιέξει τὴν ἐκ τούτων γινομένην σύνταξιν εἰς καταλληλότητα τοῦ αὐτοτελοῦς λόγου (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 3, grifos nossos).</p> <p><i>La exposición presente</i> [Περὶ Συντάξεως] <i>comprenderá la construcción que de ellas se hace con vistas a la coherencia de la oración perfecta</i> (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, I, 1, in BOTAS, 1987, p. 73, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>A Sintaxe é uma doutrina relativa às construções (συντάξεις), com vistas à coerência da oração perfeita. A ela se opõe uma doutrina relativa às palavras isoladas, que se chama atualmente Morfologia.</p> <p>O emprego mais comum do termo σύνταξις é o de construção, que pode ser de vários tipos: πνευματική συντάξις (construções interrogativas), ὀνομαστική συντάξις (construção nominal), ἀντωνυμική συντάξις (construção pronominal), σύνταξις μετοχική (construção participial), κτητική σύνταξις (construção possessiva).</p> <p>O termo σύνταξις também pode se referir ao comportamento sintático das partes do discurso.</p> <p>Há o verbo cognato συντάσσω (“ligar”), que se usa na forma passiva com o sentido sintático de “contruir-se”.</p>
<i>Oração</i> (λόγος)	(Não há)	<p>Para além do sentido de “oração” ou “frase”, o termo λόγος também aparece no Περὶ Συντάξεως com o sentido mais abstrato de “razão”.</p> <p>O termo αὐτοτελής λόγος é de origem estoica e significa <i>oração completa</i>, ou seja, aquela à qual nada falta.</p>
<i>Voz</i>	(Não há)	A voz (φωνή) se refere ao som

(φωνή)		vocal, em contraste com a <i>dicção</i> (λέξις), que é o som articulado.
<i>Barbarismo</i> (βαρβαρισμός)	(...) μιᾶς λέξεως κακία ἐστὶν ὁ βαρβαρισμός . (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 198, grifos nossos). “(...) barbarismo es el vicio que afecta a una sola palabra. (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, III, 8, in BOTAS, 1987, p. 265, tradução do autor, grifos nossos).	O barbarismo, dizendo-se de outra maneira, é o vício ocorrente no nível das palavras isoladas, ou seja, na Morfologia.
<i>Coerência sintática</i> (καταλληλότης)	Definição de Botas (1987, p. 73, nota 3): “ <i>la ordenación de las partes recíprocamente concordante y coherente como ley sintáctica básica</i> ”.	O conceito de καταλληλότης remete sobremaneira às relações de concordância, mas também incide sobre a regência e sobre a colocação. De modo geral, qualquer oração sintaticamente mal estruturada se diz <i>incoerente</i> (ἀκατάλληλα). Às vezes, o termo ἀκολουθία (“conformidade”) pode ter um sentido próximo ao de <i>coerência</i> ou <i>analogia</i> .
<i>Concordar</i>	(não há)	Apolônio utiliza vários verbos para expressar o sentido sintático de “concordar”: συνέρχομαι (“ir junto”), συντρέχω (“correr junto”), συνκλίνω (“incliná-lo”), προσχωρέω (“juntar-se a”), παραλαμβάνω (“tomar para si”), κοινωνέω (“compartilhar”). Os verbos συμπληθύνω, συνδιατίθημι e συγχρόνω significam respectivamente “concordar em número”, “concordar em voz” e “concordar em tempo” (III, 21).
<i>Solecismo</i> (σολοικισμός)	ἐπὶ τὰ μὴ δέοντα τῶν λέξεων συναφθῆ, τὸ τοιοῦτο καλοῦμεν σολοικισμόν , ὡς τῶν στοιχείων τοῦ λόγου ἀκατάλληλως συνελθόντων. (Apolônio Díscolo, Περὶ Συντάξεως, in BEKKER, 1817, p. 6-7, grifos nossos).	O solecismo, na prática, é sinônimo de <i>incoerência sintática</i> (ἀκαταλληλότης).

	<p>“Cuando algunas palabras son enlazadas de modo incorrecto, a eso lo llamamos solecismo, en tanto en cuanto los elementos de la oración se hallan en incoherente concierto.”</p> <p>(Apolônio Díscolo, <i>Περὶ Συντάξεως</i>, I, 8, in BOTAS, 1987, p. 77, tradução do autor, grifos nossos).</p>	
<i>Caso</i> (πτῶσις)	(Não há)	A palavra grega πτῶσις significa genericamente “queda”, mas não se sabe ao certo a sua origem como termo técnico (ROBBINS; 1967:1983, p. 21). Entre os estoicos, πτῶσις já designava o <i>caso morfológico</i> .
<i>Caso reto</i> (πτῶσις ὀρθή)	(Não há)	O <i>caso reto</i> (πτῶσις ὀρθή) poderia chamar-se também <i>nominativo</i> (ὀνομαστική) ou <i>direto</i> (εὐθεῖα). As denominações para o <i>caso reto</i> se usam muitas vezes numa acepção próxima à de sujeito.
<i>Caso oblíquo</i> (πτῶσις πλάγια)		Os <i>casos oblíquos</i> são as flexões do nominativo: genitivo, dativo e acusativo. A denominação <i>caso oblíquo</i> se usa muitas vezes numa acepção próxima à de objeto ou complemento verbal.
<i>Caso genitivo</i> (πτῶσις γενική)	(Não há)	O <i>caso genitivo</i> (γενική, de γένος, “raça”, “gênero”), também poderia chamar-se <i>possessivo</i> (κτητική, de κτήσις, “posse”) ou <i>paternal</i> (πατρική, de πατήρ, “pai”). Ele expressa o tipo, a raça ou a linhagem a que algo ou alguém pertence, além de expressar o possuidor.
<i>Caso dativo</i> (πτῶσις δοτική)	(Não há)	O <i>caso dativo</i> (δοτική, do verbo δίδωμι, “dar”) também poderia chamar-se <i>epistolar</i> (ἐπιστολική, de ἐπιστολή, “epístola”). Ele expressa o beneficiário da ação de <i>dar</i> e de outros verbos semanticamente próximos, bem como o destinatário de epístolas.

<i>Caso causativo</i> (πτῶσις αἰτιατική)	(Não há)	<p>O <i>caso causativo</i> (αἰτιατική, de αἰτία, “causa”) expressa o complemento sobre o qual incide a ação verbal.</p> <p>A forma latina <i>casus accusativus</i> é uma tradução errônea de Varrão.</p>
<i>Caso vocativo</i> (πτῶσις κλητική)	(Não há)	<p>O <i>caso vocativo</i> (κλητική, do verbo καλέω, “chamar”) expressa um chamamento.</p>
<i>Sujeito*</i>	(Não há)	<p>A noção de <i>sujeito</i> ainda é um pouco difusa em Apolônio Díscolo. Em geral, ele se define por oposição ao <i>predicado</i>, com o qual forma o que seriam as partes essenciais de uma <i>oração completa</i> (αὐτοτελῆς λόγος). Daí vêm os binômios ὄνομα e ῥῆμα (“nome” e “verbo”) e ὑποκείμενον e κατηγορούμενον (“sujeito” e “atributo”). Este último par remete à Lógica Aristotélica e tem aceção mais ontológica do que gramatical.</p> <p>O <i>sujeito</i> também se pode definir por meio da oposição <i>agente-paciente</i> nestes pares de participios: 1) διατιθείς e διατιθέμενον, participios de διατίθεμι (“conduzir”); 2) ἐνεργοῦντα e ἐνεργούμενον, participios de ἐνεργέω (“agir”); 3) δρῶν e δρώμενον, participios de δράω (“agir”, “fazer”). Designam o <i>sujeito</i> as formas ativas διατιθείς, ἐνεργοῦντα e δρῶν.</p> <p>Por fim, cumpre lembrar que as denominações de caso morfológico πτῶσις εὐθεῖα (“caso reto”) e πτῶσις πλάγια (“caso oblíquo”) podem fazer as vezes de <i>sujeito</i> e <i>objeto</i>, respectivamente.</p>
<i>Predicado</i> (σύμβημα / κατηγορημα)	Proposição formada por um verbo <i>completo</i> (i.e. <i>intransitivo</i>), ao qual não falta crescer nenhum complemento (Definição deduzida com base no parágrafo 187 do livro III).	<p>A definição ao lado se refere à visão estoica de σύμβημα (“asserção”) e κατηγορημα (“atributo”). Por exemplo: Σώκρατης περιπατεῖ (“Sócrates passeia”) (NEVES, 2005, p. 151,</p>

		<p>nota 25).</p> <p>Afora as definições estoicas, vale lembrar que a noção de predicado também se pode definir por oposição ao <i>sujeito</i> nos binômios ὄνομα e ῥῆμα (“nome” e “verbo”) e ὑποκείμενον e κατηγορούμενον (“sujeito” e “atributo”). Este último par remete à Lógica Aristotélica.</p>
<p><i>Quase predicado</i> (παρασύμβαμα)</p>	<p>Predicado formado por <i>verbo incompleto</i> (i.e. transitivo), em que se faz presente um complemento no <i>caso oblíquo</i> (Definição deduzida com base no parágrafo 187 do livro III).</p>	<p>Exemplifica Apolônio, com base nos estoicos, que μέλει Σωκράτει (“preocupa a Sócrates”) é um <i>quase predicado</i> (παρασύμβαμα) porque o verbo em tela possui um complemento no <i>caso oblíquo</i> (III, 187).</p>
<p>“<i>Infra-quase-predicado</i>” (ἔλλατον ἢ παρασύμβαμα)</p>	<p>Predicado formado por <i>verbo incompleto</i> (i.e. transitivo), ao qual falta acrescer um complemento no <i>caso oblíquo</i> (Definição deduzida com base no parágrafo 187 do livro III).</p>	<p>Exemplifica Apolônio, com base nos estoicos, que μέλει (“preocupa”) é ἔλλατον ἢ παρασύμβαμα (literalmente: “menos que um quase predicado”), pois a ele falta acrescer o complemento no <i>caso oblíquo</i> (III, 187).</p>
<p><i>Objeto*</i></p>	<p>(não há)</p>	<p>A noção de <i>objeto</i> ainda é um pouco difusa em Apolônio Díscolo. Em geral, ela se define por meio da oposição <i>agente-paciente</i> nestes pares de participios: 1) διατιθείς e διατιθέμενον, participios de διατίθεμι (“conduzir”); 2) ἐνεργοῦντα e ἐνεργούμενον, participios de ἐνεργέω (“agir”); 3) δρῶν e δρώμενον, participios de δράω (“agir”, “fazer”). Designam o <i>objeto</i> as formas passivas διατιθέμενον, ἐνεργούμενον e δρώμενον.</p> <p>Há ainda o termo συνόντα (“acompanhantes”), que se pode traduzir por “complementos”.</p> <p>Por fim, cumpre lembrar que as denominações de caso morfológico πτωσις εὐθεῖα (“caso reto”) e πτωσις πλάγια (“caso</p>

		oblíquo”) podem fazer as vezes de <i>sujeito</i> e <i>objeto</i> , respectivamente.
<i>Transitividade</i> (μετάβασις)	(não há)	O termo μετάβασις é substantivo deverbal de μεταβαίνω (“atravessar”), donde vem a ideia de que o verbo transitivo é aquele cujo sentido transita para os seus complementos.
<i>Reger*</i>	(Não há)	Apolônio utiliza mais de um verbo para expressar o sentido sintático de “reger”: ἀπαιτέω (“exigir”), ἐπιζητέω (“requerer”, “sentir a falta de”), ἐπαρτάω (“suspender”) e φέρομαι ἐπί (“lançar-se sobre”).
<i>Flexão / Declinação</i> (κλίσις)	(Não há)	A palavra grega κλίσις significa genericamente “inclinação”. Como termo técnico, ela já era usada pelos estoicos. Para a derivação, Apolônio costuma usar o termo παραγωγή.
<i>Flexionar</i>	(Não há)	Apolônio utiliza mais de um verbo para expressar o sentido morfossintático de <i>flexionar</i> ou <i>declinar</i> : κινέω (“mover”) e κλίνω (“inclinar”). Ambos denotam movimento.
<i>Conjugação</i> (συζυγία)	(Não há)	A <i>conjugação</i> (συζυγία) é um dos <i>acidentes</i> (παρέπεται) do verbo.
<i>Voz verbal</i> (διάθεσις)	(dentro do verbo)	Apolônio arrola as três vozes verbais gregas: <i>ativa</i> (ἐνέργεια ou διάθεσις ἐνεργητική), <i>passiva</i> (πάθος ou διάθεσις παθητική) e <i>média</i> (μεσότης).
<i>Hipérbato</i> (ὑπερβατόν)	(Não há)	O termo ὑπερβατόν (“transposição”) vem do verbo ὑπερβαίνω (“transpor”). É a figura de sintaxe que consiste em transpor termos na frase.
<i>Elipse</i> (ἔλλειψις)		Em Apolônio Díscolo, a elipse deixa de ser retratada como recurso literário, dada a sua frequência nos textos gregos e mesmo na fala (II, 50).
<i>Ênclise</i> (ἔγκλισις)	(não há)	O termo ἔγκλισις pode se referir tanto à posposição de pronomes oblíquos ao verbo, quanto aos <i>modos verbais</i> .

Tabela 9 - As partes do discurso em Donato

Terminologia	Definição	Informações adicionais
<p>Nome (<i>nomen</i>)</p>	<p><i>nomen est pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterue significans, proprie ut Roma, Tiberis, communiter ut urbs, flumen. nomini accidunt sex, qualitas, comparatio, genus, numerus, figura, casus. nomen unius hominis, appellatio multorum, uocabulum rerum est. sed modo nomina generaliter dicimus.</i> (Donato, <i>Ars Maior</i>, in HOLTZ, 1981, p. 613, grifos nossos).</p> <p>Nome é a parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia de modo próprio ou comum: de modo próprio, como <i>Roma, Tiberis</i>; de modo comum, como <i>urbs, flumen</i>. O nome tem seis acidentes: qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso. Nome é de uma única pessoa; denominação é de muitas; vocábulo é de coisas. Mas, genericamente, dizemos apenas nomes. (Donato, <i>Ars Maior</i>, in DEZOTTI, 2011, p. 138, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Nomen</i> é tradução do grego ὄνομα.</p> <p>A definição ao lado traz à baila critérios morfológicos (com caso) e semânticos (que significa corpo ou ideia).</p> <p>Os adjetivos e os numerais compunham a classe dos <i>nomina</i>. Os adjetivos se chamam <i>nomina mediae significationis</i> (“nomes de meia significação”) porque, embora possuam um significado próprio, dependem em alguma medida do significado do nome adjetivado. Também é possível chamá-los de <i>epitheta</i>, que é termo grego.</p>
<p>Pronome (<i>pronomen</i>)</p>	<p><i>pronomen est pars orationis, quae pro nomine posita tantundem paene significat personamque interdum recipit. pronomini accidunt sex, qualitas, genus, numerus, figura, persona, casus.</i> (Donato, <i>Ars Maior</i>, in HOLTZ, 1981, p. 629, grifos nossos).</p> <p>Pronome é a parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo e às vezes traz a pessoa. O pronome tem seis acidentes: qualidade, gênero, número, figura, pessoa e caso. (Donato,</p>	<p><i>Pronomen</i> é decalque do grego ἀντωνυμία, em que os prefixos <i>pro</i> e ἀντ(ι) significam “em lugar de”, e os elementos <i>nomen</i> e -ωνυμ- significam “nome”. Os pronomes se empregam no lugar dos nomes.</p> <p>Donato chama de <i>articuli</i> (“artigos”) aos <i>pronomen</i> que se antepõem aos <i>nomes</i> e aos <i>participios</i>, como <i>hic, haec, hoc</i> (“este, esta, este”). A noção de <i>artigo</i> em que o autor se baseia é diferente da atual. Nessa passagem da obra, ele está se referindo a algo próximo aos atuais <i>pronomen</i></p>

	<i>Ars Maior</i> , in DEZOTTI, 2011, p. 148, tradução do autor, grifos nossos).	<i>adjetivos</i> .
Verbo (<i>verbum</i>)	<p><i>uerbum est pars orationis cum tempore et persona sine casu aut agere aliquid aut pati aut neutrum significans. uerbo accidunt septem, qualitas, coniugatio, genus, numerus, figura, tempus, persona. qualitas uerborum in modis est et in formis.</i> (Donato, <i>Ars Maior</i>, in HOLTZ, 1981, p. 632, grifos nossos).</p> <p>Verbo é a parte da oração com tempo e pessoa, sem caso, que significa fazer algo ou ser afetado, ou nenhum dos dois. O verbo tem sete acidentes: qualidade, conjugação, gênero, número, figura, tempo e pessoa. A qualidade dos verbos consiste em modos e formas. (Donato, <i>Ars Maior</i>, in DEZOTTI, 2011, p. 149, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Verbum</i> é tradução do grego ῥῆμα.</p> <p>A definição ao lado traz à baila critérios morfológicos (sem caso) e semânticos (que significa fazer algo, ser afetado ou nenhum dos dois).</p> <p>Donato traz algumas subclassificações semântico-aspectuais dos verbos: perfeito (<i>lego</i>, “leio”), meditativo (<i>lecturio</i>, “desejo ler”), frequentativo (<i>lectito</i>, “leio várias vezes”) e incoativo (<i>feruesco</i>, “começo a ferver”).</p> <p>Os modos verbais são os seguintes: indicativo (<i>lego</i>, “leio”), imperativo (<i>lege</i>, “lê”), optativo (<i>utinam legerem</i>, “quem dera se eu lesse”), conjuntivo (<i>cum legam</i>, “desde que eu leia”), infinitivo (<i>legere</i>, “ler”) e impessoal (<i>legitur</i>, “lê-se”). Para os gregos, o infinitivo também era um modo verbal.</p>
Advérbio (<i>adverbium</i>)	<p><i>aduerbium est pars orationis, quae adiecta uerbo significationem eius explanat atque inplet, ut iam faciam uel non faciam.</i> (Donato, <i>Ars Maior</i>, in HOLTZ, 1981, p. 640, grifos nossos).</p> <p>Advérbio é a parte da oração que, colocada junto do verbo, esclarece e completa a significação dele, como <i>iam faciam</i> ou <i>non faciam</i>. (Donato, <i>Ars Maior</i>, in DEZOTTI, 2011, p. 153, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Adverbium</i> é decalque do grego ἐπίρρημα, em que os prefixos <i>ad</i> e <i>ἐπι</i> indicam proximidade, e os nomes <i>verbum</i> e ῥῆμα significam “verbo”. Os advérbios, portanto, se posicionam próximos aos verbos, modificando-os.</p> <p>Donato cita casos em que o <i>advérbio</i> pode modificar um <i>nome apelativo</i> ou outro <i>advérbio</i>: <i>magis pius</i> (“mais piedoso”) e <i>tam magis</i> (“tão mais”). Todavia, o autor os manteve fora do escopo da definição.</p> <p>O autor arrola 24 subclassificações semânticas de advérbio, duas a menos que Dionísio Trácio.</p>

<p>Particípio (<i>participium</i>)</p>	<p><i>participium est pars orationis, dicta quod partem capiat nominis partemque uerbi. recipit enim a nomine genera et casus, a uerbo tempora et significationes, ab utroque numerum et figuram. participiis accidunt sex, genus, casus, tempus, significatio, numerus, figura.</i> (Donato, <i>Ars Maior</i>, in HOLTZ, 1981, p. 644, grifos nossos).</p> <p>Particípio é a parte da oração assim chamada porque toma parte do nome e parte do verbo: do nome traz os gêneros e os casos; do verbo, os tempos e as significações; de ambos, o número e a figura. O particípio tem seis acidentes: gênero, caso, tempo, significação, número, figura. (Donato, <i>Ars Maior</i>, in DEZOTTI, 2011, p. 156, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Participium</i> é decalque do grego μετοχή, que é oriundo do verbo μετέχω (“participar”). O particípio “participa” da classe dos nomes e dos verbos, trazendo marcas nominais de caso, gênero e número, além de tempo, voz verbal e significação.</p> <p>Em latim, há um particípio presente ativo (<i>amans</i>, “que ama”), um particípio passado passivo (<i>amatus</i>, “amado”), um particípio futuro ativo (<i>amaturus</i>, “que amará”) e um particípio futuro passivo (<i>amandus</i>, “que deve ser amado”).</p>
<p>Conjunção (<i>coniunctio</i>)</p>	<p><i>coniunctio est pars orationis adnectens ordinansque sententiam. coniunctioni accidunt tria, potestas, figura, ordo.</i> (Donato, <i>Ars Maior</i>, in HOLTZ, 1981, p. 646, grifos nossos).</p> <p>Conjunção é a parte da oração que conecta e ordena a sentença. A conjunção tem três acidentes: propriedade, figura e ordem. (Donato, <i>Ars Maior</i>, in DEZOTTI, 2011, p. 158, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Coniunctio</i> é decalque do grego σύνδεσμος, nos quais os prefixos <i>con</i> e συν indicam contiguidade, e os nomes δεσμός e <i>iunctio</i> significam “ligação”. As conjunções têm justamente o papel de ligar palavras e sentenças.</p> <p>Donato arrola cinco tipos de conjunção, três a menos que Dionísio Trácio: copulativa (<i>et</i>, “e”), disjuntiva (<i>aut</i>, “ou”), expletiva (<i>quidem</i>, “na verdade”), causal (<i>si</i>, “se”; <i>sed</i>, “mas”; <i>etsi</i>, “mesmo que”) e racional (<i>ita</i>, “assim sendo”).</p>
<p>Preposição (<i>praepositio</i>)</p>	<p><i>praepositio est pars orationis, quae praeposita aliis partibus orationis significationem earum aut complet aut mutata ut minuit.</i> (Donato, <i>Ars Maior</i>, in HOLTZ, 1981, p. 648, grifos nossos).</p>	<p><i>Praepositio</i> é decalque do grego πρόθεσις, em que os prefixos <i>prae</i> e πρό indicam anterioridade, e os nomes <i>positio</i> e θέσις significam “posição”. As preposições são, pois, palavras antepostas a outras.</p>

	<p>Preposição é a parte da oração que, preposta às outras partes da oração, complementa, altera ou diminui a significação delas. (Donato, <i>Ars Maior</i>, in DEZOTTI, 2011, p. 158, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>praepositio</i> também pode se referir aos prefixos, que também se antepõem aos nomes e aos verbos e costumam ser formalmente idênticos às preposições latinas (e.g. <i>ad, ex, ab, de</i>).</p> <p>Donato reconhece que algumas preposições, por motivo de eufonia, se pospõem às partes do discurso a que se referem: <i>mecum</i> (“comigo”), <i>pube tenus</i> (“até o púbis”).</p>
<p>Interjeição (<i>interiectio</i>)</p>	<p><i>interiectio est pars orationis interiecta aliis partibus orationis ad exprimendos animi adfectus.</i> (Donato, <i>Ars Maior</i>, in HOLTZ, 1981, p. 652, grifos nossos).</p> <p>Interjeição é a parte da oração inserida entre as outras partes da oração para exprimir os afetos do ânimo. (Donato, <i>Ars Maior</i>, in DEZOTTI, 2011, p. 161, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>interiectio</i> vem do verbo <i>interiicere</i>, composto pelo prefixo <i>inter</i> (“entre”) e pelo verbo <i>iacere</i> (“lançar, “colocar”), com apofonia da vogal tônica (<i>a > i</i>). A ideia por detrás do termo é de que a interjeição, por estar isolada sintaticamente, é “inserida” no meio das demais classes (DEZOTTI, 2013, p. 194).</p> <p>Os latinos consolidaram classe das interjeições, que eram apenas subclasses de advérbio entre os gregos.</p>

Tabela 10 - A terminologia (morfo)ssintática em Donato

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Morfologia*	Nível das palavras isoladas (definição deduzida com base na definição de <i>barbarismo</i>).	Não há termo em Donato que se refira à Morfologia. A definição ao lado foi deduzida com base na definição de <i>barbarismo</i> como vício ocorrente em palavras isoladas, que se opõe ao <i>solecismo</i> , definido como vício ocorrente em palavras discordantes entre si, ou seja, no nível frasal ou sintático.
Sintaxe*	Nível da combinação das partes do discurso (definição deduzida com base na definição de <i>solecismo</i>).	Não há termo em Donato que se refira à Sintaxe. A definição ao lado foi deduzida com base na definição de <i>barbarismo</i> como vício ocorrente em palavras isoladas, que se opõe ao <i>solecismo</i> , definido como vício ocorrente em palavras discordantes entre si, ou seja, no nível frasal ou sintático.
Palavra (<i>verbum</i>)	(não há)	<i>Verbum</i> em latim pode ter o significado genérico de “palavra” ou pode designar uma das oito partes do discurso. Ele se diferencia da <i>voz</i> porque reúne forma física e significado.
Voz (<i>uox</i>)	<i>uox est aer ictus, sensibilis auditu, quantum in ipso est. omnis uox aut articulata est aut confusa. articulata est, quae litteris comprehendi potest; confusa, quae scribi non potest.</i> (Donato, <i>Ars Maior</i> , in HOLTZ, 1981, p. 603, grifos nossos). Voz é ar percutido , sensível à audição enquanto ela está nele. Toda voz ou é articulada ou é confusa . Articulada é a que pode ser apreendida pelas letras; confusa é a que não pode ser escrita. (Donato, <i>Ars Maior</i> , in DEZOTTI, 2011, p. 130, tradução do autor, grifos nossos).	Segundo Dezotti (2011, p. 130. nota 69), a definição de <i>voz</i> como ar percutido tem origem estoica. Trata-se da feição física da <i>palavra</i> . A <i>voz</i> é articulada quando pode ser representada pela escrita ou confusa quando não puder.
Dicção (<i>dictio</i>)	(não há)	Segundo Pereira (2006, p. 103-104, nota 59), <i>dictio</i> se refere à

		forma fonética provida de um significado, assim como <i>uerbum</i> . O termo provém de <i>dictus</i> , particípio passado de <i>dicere</i> (“dizer”).
Oração (<i>oratio</i>)	(não há)	<i>Oratio</i> não tem, em Donato, o sentido sintático moderno de <i>oração</i> , mas um sentido genérico de “frase”.
Sentença (<i>sententia</i>)	(não há)	Originalmente, <i>sententia</i> é o equivalente latino do grego <i>διάνοια</i> (“pensamento”), que se usa no âmbito do significado, e não do significante (DEZOTTI, 2011, p. 88). Porém, Donato não segue à risca essa distinção e utiliza o termo com um sentido mais próximo de “frase” ou “oração”.
Cláusula (<i>clausula</i>)	(não há)	O termo <i>clausula</i> , derivado de <i>clausum</i> (“lugar fechado”), indica o fechamento ou conclusão de uma frase, mas, quando Donato descreve a <i>silepse</i> como associação de <i>cláusulas</i> desiguais consolidada por um único verbo, parece que o autor também o emprega genericamente como “frase” ou “oração”.
Declinação (<i>declinatio</i>)	(não há)	À semelhança de Varrão e de Quintiliano, Donato emprega <i>declinatio</i> num sentido geral de flexão, aplicado tanto a nomes como a verbos. É tradução do grego <i>κλίσις</i> (ou <i>ἔγκλισις</i>).
Caso (<i>casus</i>)	(não há)	O termo latino <i>casus</i> , particípio substantivado de <i>cadere</i> (“cair”), é decalque do grego <i>πτῶσις</i> (“queda”), cuja origem como termo técnico é desconhecida (ROBBINS; 1967:1983, p. 21). Os estoicos já utilizavam <i>πτῶσις</i> com o sentido gramatical de <i>caso</i> . A depender do número de flexões casuais homônimas, um nome pode ser monoptoto, diptoto, triptoto, tetraptoto, pentaptoto ou hexaptoto. Se o <i>nome</i> não se flexiona nem em caso nem em

		número, ele é aptoto.
Caso reto (<i>casus rectus</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus rectus</i> é decalque do grego πτώσις ὀρθή. Donato inclui entre os retos os casos nominativo e vocativo.
Caso nominativo (<i>casus nominativus</i>)	(não há)	O termo <i>casus nominativus</i> é decalque de πτώσις ὀνομαστική.
Caso vocativo (<i>casus vocativus</i>)	(não há)	O termo <i>casus vocativus</i> é decalque do grego πτώσις κλητική, do verbo καλέω, “chamar”).
Casos oblíquos (<i>casus obliquii</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus obliquii</i> é decalque do grego πτώσεις πλάγια, termo comum já entre os estoicos (ROBBINS, 1967;1983, p. 23). Donato inclui entre os oblíquos o genitivo, o dativo, o ablativo e o sétimo caso.
Caso genitivo (<i>casus genitiuus</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus genitiuus</i> é decalque do grego πτώσις γενική. O adjetivo γενική deriva de γένος (“raça”, “gênero”), assim como <i>genitivus</i> deriva de <i>genus</i> (“raça”, “gênero”).
Caso dativo (<i>casus datiuus</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus datiuus</i> é decalque do grego πτώσις δοτική. O adjetivo δοτική (“inclinado a dar”) vem do verbo irregular δίδωμι (“dar”).
Caso ablativo (<i>casus ablatiuus</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus ablatiuus</i> é uma criação latina que substituiu em definitivo os genéricos termos usados por Varrão: <i>casus sextus</i> ou <i>casus latinus</i> . O termo <i>ablatiuus</i> deriva de <i>ablatum</i> , supino ou particípio passado do verbo irregular <i>auferre</i> (“tirar”, “trazer”). O ablativo latino indica, entre outras coisas, procedência e separação. Para Donato, todo ablativo vem precedido de preposição <i>ab</i> . Se esta estiver ausente, trata-se de um suposto sétimo caso latino.

<p>Sétimo caso (<i>casus septimus</i>)</p>	<p><i>quidam adsumunt etiam septimum casum, qui est ablatiuo similis, sed sine praepositione ab, ut sit ablatiuus casus ab oratore uenio, septimus casus oratore magistro utor.</i> (Donato, <i>Ars Maior</i>, in HOLTZ, 1981, p. 625, grifos nossos).</p> <p>Alguns adicionam ainda o sétimo caso, que é semelhante ao ablativo, mas sem a preposição ab, de modo que seja ablativo <i>ab oratore uenio</i> [“venho do orador”] e sétimo caso <i>oratore magistro utor</i> [“sirvo-me do orador como mestre”]. (Donato, <i>Ars Maior</i>, in DEZOTTI, 2011, p. 145, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>Donato não faz delimitações semânticas sobre o emprego do sétimo caso. Em geral, qualquer ablativo sem preposição <i>ab</i> já está dentro do escopo do termo. Em <i>dignus munere</i> (“digno do cargo”), o substantivo <i>munere</i> seria o sétimo caso de <i>munus</i>, <i>munēris</i> (“cargo”).</p>
<p>Flexionar (<i>inflectēre</i>)</p>	<p>(não há)</p>	<p>O verbo <i>inflecto</i>, <i>inflectēre</i> (“inclinare”) se usa na forma passiva com o sentido gramatical de “flexionar-se”. É tradução possível do grego <i>ἐγκλίνω</i> (“inclinare”).</p>
<p>Barbarismo (<i>barbarismus</i>)</p>	<p><i>barbarismus est una pars orationis uitiosa in communi sermone. in poemate metaplasmus, itemque in nostra loquella barbarismus, in peregrina barbarolexis dicitur, ut si quis dicat mastruga, cateia, magalia. barbarismus fit duobus modis, pronuntiatione et scripto.</i> (Donato, <i>Ars Maior</i>, in HOLTZ, 1981, p. 653, grifos nossos).</p> <p>Barbarismo é uma parte da oração viciosa na linguagem comum. No poema se chama metaplasmo. Por outro lado, em palavra nossa se chama barbarismo, em palavra estrangeira é barbarolexia, como se alguém disser <i>mastruga, cateia, magalia</i>. Faz-se barbarismo de dois modos: pela pronúncia e pela escrita.</p>	<p><i>Barbarismus</i> vem do grego <i>βαρβαρισμός</i>, derivado de <i>βάρβαρος</i> (“bárbaro”), termo pejorativo com o qual os helênicos e mais tarde os romanos se referiam a indivíduos aloglotas.</p> <p>Constitui barbarismo modificar indevidamente a forma da palavra, aumentando, diminuindo, invertendo ou trocando letras ou sons. Como bem lembra Donato, o vício ocorre tanto na escrita quanto na pronúncia.</p>

	(Donato, <i>Ars Maior</i> , in DEZOTTI, 2011, p. 162, tradução do autor, grifos nossos).	
Barbarolexia (<i>barbarolexis</i>)	Uso indevido de uma palavra estrangeira no lugar de uma palavra vernácula (definição deduzida com base na definição de <i>barbarismo</i>)	As três palavras estrangeiras citadas por Donato (<i>mastruga</i> , <i>cateia</i> , <i>magalia</i>) estão corretas do ponto de vista ortográfico, mas são desabonadas por serem estrangeirismos.
Solecismo (<i>soloecismus</i>)	<p><i>soloecismus est uitium in contextu partium orationis contra regulam artis grammaticae factum. inter soloecismum et barbarismum hoc interest, quod soloecismus discrepantes aut inconsequentes in se dictiones habet, barbarismus autem in singulis uerbis fit scriptis uel pronuntiatis.</i> (Donato, <i>Ars Maior</i>, in HOLTZ, 1981, p. 655, grifos nossos).</p> <p>Solecismo é o vício na combinação das partes da oração, feito contra a regra da arte gramática. Entre o solecismo e o barbarismo há uma diferença: o solecismo tem palavras discordantes ou incoerentes entre si, o barbarismo ocorre em palavras isoladas, pela escrita ou pela pronúncia. (Donato, <i>Ars Maior</i>, in DEZOTTI, 2011, p. 164, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Soloecismus</i> vem do grego σολοικισμός, derivado do verbo σολοικίζειν, cujo significado é “falar mal o grego, à maneira de Solos”. Solos era uma cidade localizada na costa meridional da Ásia Menor, na região da Cilícia, cujos habitantes eram acusados de falar muito mal a língua grega.</p> <p>O <i>solecismo</i> ocorre em geral de duas maneiras, segundo Donato: quando se usa indevidamente uma parte da oração no lugar de outra ou quando há erros nos acidentes das partes da oração (gênero, número, caso, modo verbal, <i>etc.</i>). O que hoje se chama erro de concordância ou de regência se enquadra no segundo tipo.</p>
Hipérbato (<i>hyperbaton</i>)	<p><i>hyperbaton est transcensio quaedam uerborum ordinem turbans, cuius species sunt quinque: hystero-logia, anastrophe, parenthesis, tmesis, synchysis.</i> (Donato, <i>Ars Maior</i>, in HOLTZ, 1981, p. 670, grifos nossos).</p> <p>Hipérbato é uma transposição que perturba a ordem das palavras, cujas espécies são</p>	<p>O <i>hipérbato</i> é um dos vários <i>tropos</i> enumerados por Donato, porém um dos únicos que se configuram pela sintaxe. A <i>histeriologia</i> é a uma alteração na ordem das palavras na frase. A <i>anástrofe</i> é a inversão de certas palavras, como preposição e nome (<i>e.g. Italiam contra</i>, em vez de <i>contra Italiam</i>). O <i>parêntese</i> é a intercalação de palavras na frase. A <i>tmese</i> é a quebra de uma palavra</p>

	<p>cinco: histerologia, anástrofe, parêntese, tmese e sínquise. (Donato, <i>Ars Maior</i>, in DEZOTTI, 2011, p. 172, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>por meio da inserção de outra (<i>e.g.</i> em <i>septem subiecta trioni</i>, quebrou-se a palavra <i>septemtrioni</i>). A <i>sínquise</i> é a inversão abrupta dos termos frasais, obscurecendo o sentido.</p>
--	---	---

Tabela 11 - As partes do discurso em Prisciano de Cesareia

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Nome (<i>nomen</i>)	<p><i>Nomen est pars orationis, quae unicuique subiectorum corporum seu rerum communem uel propriam qualitatem distribuit. dicitur autem nomen vel a Graeco, quod est ‘νόμα’ et adiecta ο ‘ὄνομα’, dictum a tribuendo, quod ‘véμεν’ dicunt, uel, ut alii, nomen quasi notamen, quod hoc notamus uniuscuiusque substantiae qualitatem. et communem quidem corporum qualitatem demonstrat, ut ‘homo’, propriam uero, ut ‘Virgilius’ (...). (II, 22, in HERTZ, 1855, p. 56-57, grifos nossos).</i></p> <p>O nome é a parte da oração que confere qualidade comum ou própria a cada um dos seres corpóreos ou das coisas. Diz-se <i>nomen</i> ou, em grego, ‘νόμα’ ou juntando um ο ‘ὄνομα’; assim se chama pelo ato de <i>atribuir</i>, que se diz ‘véμεν’ ou, como dizem outros, o nome é como se fosse uma marca, pois marcamos a qualidade de cada substância. Ele demonstra, pois, a qualidade comum dos seres, como <i>homo</i> (“homem”), ou própria como <i>Virgilius</i> (“Virgílio”) (...). (II, 22, in HERTZ, 1855, p. 56-57, tradução e grifos nossos).</p>	<p><i>Nomen</i> é tradução do grego ὄνομα.</p> <p>Os conceitos de substância (οὐσία) e qualidade (ποιόν) são oriundos da Filosofia Clássica. O primeiro designa tudo aquilo que é dotado de existência própria; o segundo designa os acidentes de uma substância, isto é, os seus atributos.</p> <p>Nos parágrafos iniciais do livro XVII, Prisciano emprega os termos <i>nomen</i> e <i>uerbum</i> como elementos estruturais de uma oração perfeita, trazendo aí ecos do ὄνομα e do ῥήμα platônicos.</p> <p>Os adjetivos e os numerais compunham a classe dos <i>nomes</i>. O autor emprega o termo <i>adiectiua</i> para designar qualidades essenciais ou epítéticas dos seres e das coisas, e não como uma classe de palavras.</p> <p>Os pronomes indefinidos e os interrogativos também compunham a classes dos nomes (cf. XVII, 39).</p> <p>Não está de todo claro se o autor enquadra o pronome relativo <i>qui, quae, quod</i> entre os nomes ou entre os pronomes (XVII, 29)</p>
Verbo (<i>uerbum</i>)	<p><i>Verbum est pars orationis cum temporis et modis, sine casu, agendi uel patienti significatiuum. hac enim definitione omnia tam finita quam infinita uerba comprehenduntur. (VIII, I, in HERTZ, 1855, p. 369, grifos nossos).</i></p> <p>O verbo é a parte da oração com</p>	<p><i>Verbum</i> é tradução do grego ῥήμα.</p> <p>Nos parágrafos iniciais do livro XVII, Prisciano emprega os termos <i>nomen</i> e <i>uerbum</i> como elementos estruturais de uma oração perfeita, trazendo aí ecos do ὄνομα e do ῥήμα platônicos.</p> <p>Os acidentes do verbo citados por Prisciano são: <i>significado</i> (ou</p>

	<p>tempos e modos, sem caso, com significado ativo ou passivo. Por meio desta definição, compreendem-se, pois, todos os verbos, tanto os finitos quanto os infinitos. (VIII, I, <i>in</i> HERTZ, 1855, p. 369, tradução e grifos nossos).</p>	<p><i>gênero</i>), <i>tempo</i>, <i>modo espécie</i>, <i>figura</i>, <i>conjugação</i> e <i>pessoa</i>.</p> <p>O infinitivo (<i>infinitus</i>) era considerado modo verbal.</p> <p>Quanto ao aspecto sintático, os verbos (<i>uerba</i>) podem ser intransitivos (<i>intransitiua</i>) ou absolutos (<i>absoluta</i>), se não exigirem complementos nos casos oblíquos, ou transitivos (<i>transitiua</i>), se os exigirem.</p>
<p>Particípio (<i>participium</i>)</p>	<p><i>Qui tertio loco participium posuerunt, rectius fecisse uidentur. cum enim nomen et uerbum primum et secundum tenuerunt locum, participium, quod ex utroque nascitur, sequentem iure exigit.</i> (XI, I, <i>in</i> HERTZ, 1855, p. 548, grifos nossos).</p> <p>Aqueles que puseram o particípio em terceiro lugar parecem tê-lo feito mais corretamente. Como o nome e o verbo detêm, pois, o primeiro e o segundo lugares, o particípio, que nasce de um e de outro, com razão exige vir na sequência. (XI, I, <i>in</i> HERTZ, 1855, p. 548, tradução e grifos nossos).</p>	<p><i>Participium</i> é decalque do grego μετοχή, que é oriundo do verbo μετέχω (“participar”). O particípio “participa” da classe dos nomes e dos verbos, trazendo marcas nominais de caso, gênero e número, além de tempo, voz verbal e significação. Daí a ideia de que ele “nasce de um e de outro”.</p> <p>Prisciano opta por colocar o particípio no terceiro lugar da ordem de apresentação das classes de palavras, divergindo assim de Donato, que o põe no quinto lugar, após o <i>nome</i>, o <i>pronome</i>, o <i>verbo</i> e o <i>advérbio</i>.</p>
<p>Pronome (<i>pronomen</i>)</p>	<p><i>Pronomen est pars orationis, quae pro nomine proprio uniuscuiusque accipitur personaeque finitas recipit.</i> (XII, I, <i>in</i> HERTZ, 1855, p. 577, grifos nossos).</p> <p>Pronome é a parte da oração que se emprega no lugar de um nome próprio e designa pessoas definidas. (XII, I, <i>in</i> HERTZ, 1855, p. 577, tradução e grifos nossos).</p>	<p><i>Pronomen</i> é decalque do grego ἀντωνυμία, em que os prefixos <i>pro</i> e ἀντ(ι) significam “em lugar de”, e os elementos <i>nomen</i> e -ωνυμ- significam “nome”. Os pronomes se empregam no lugar dos nomes.</p> <p>Prisciano só enquadra entre os pronomes os que hoje se classificam como pessoais, possessivos e demonstrativos. Os indefinidos e os interrogativos compõem a classe dos <i>nomes</i>.</p> <p>Não está de todo claro se o autor</p>

		enquadra o pronome relativo <i>qui</i> , <i>quae</i> , <i>quod</i> entre os nomes ou entre os pronomes (XVII, 29).
Preposição (<i>praepositio</i>)	<p><i>Est igitur praepositio pars orationis indeclinabilis, quae praeponitur aliis partibus uel appositione uel compositione.</i> (XIV, 1, in HERTZ, 1859, p. 24, grifos nossos).</p> <p>É, pois, a preposição uma parte indeclinável da oração que se prepõe às outras partes, seja em aposição, seja em composição. (XIV, 1, in HERTZ, 1859, p. 24, tradução e grifos nossos).</p>	<p><i>Praepositio</i> é decalque do grego πρόθεσις, em que os prefixos <i>prae</i> e πρό indicam anterioridade, e os nomes <i>positio</i> e θέσις significam “posição”. As preposições são, pois, palavras antepostas a outras.</p> <p>A preposição é a primeira parte indeclinável da oração de que trata Prisciano. O autor enfatiza esse mesmo aspecto morfossintático nas definições das demais partes.</p> <p>As preposições podem juntar-se a outras partes do discurso de duas maneiras: por aposição ou por composição. No primeiro caso, elas atuam como prefixos; no segundo caso, como palavras separadas.</p>
Advérbio (<i>aduerbium</i>)	<p><i>Aduerbum est pars orationis indeclinabilis, cuius significatio uerbis adicitur. hoc enim perficit aduerbium uerbis additum, quod adiectiua nomina appellatiuis nominibus adiuncta, ut ‘prudens homo prudenter agit, felix uir feliciter uiuit’.</i> (XV, 1, in HERTZ, 1859, p. 60, grifos nossos).</p> <p>Advérbio é uma parte indeclinável da oração cujo significado se lança aos verbos. Então, perfaz-se o advérbio acrescido aos verbos, assim como os nomes adjetivos ligados aos nomes apelativos, como “o homem prudente age prudentemente, o homem feliz vive felizmente [<i>i.e.</i> de modo feliz]”. (XV, 1, in HERTZ, 1859, p. 60, tradução e grifos nossos).</p>	<p><i>Aduerbum</i> é decalque do grego ἐπίρρημα, em que os prefixos <i>ad</i> e ἐπι indicam proximidade, e os nomes <i>uerbum</i> e ῥῆμα significam “verbo”. Os advérbios, portanto, se posicionam próximos aos verbos, modificando-os.</p> <p>Prisciano enfatiza o aspecto posicional dos advérbios, conforme indica a etimologia do termo, e traça um paralelo com os nomes adjetivos: enquanto estes modificam nomes apelativos, aqueles modificam verbos. Ele o deixa ainda mais claro ao usar palavras da mesma família lexical: <i>prudens</i> (“prudente”), <i>prudenter</i> (“prudentemente”), <i>felix</i> (“feliz”) e <i>feliciter</i> (“felizmente”).</p>
Interjeição	<i>Interiectionem Graeci inter</i>	O termo <i>interiectio</i> vem do verbo

<p>(interiectio)</p>	<p><i>aduerbia</i> ponunt, quoniam haec quoque uel adiungitur uerbis uel uerba ei subaudiuntur, ut si dicam ‘papae, quid uideo?’, uel per se ‘papae’, etiamsi non addatur ‘miror’, habet in se ipsius uerbi significationem. (XV, 40, in HERTZ, 1859, p. 90, grifos nossos).</p> <p>Os gregos põem a interjeição entre os advérbios porque tanto ela se junta aos verbos quanto os verbos se subentendem por meio dela, como se eu disser ‘papae, quid uideo?’ [“oh! Que vejo?”], ou por si ‘papae’ [“oh!”], embora não se acrescente ‘miror’ [“admiro-me”], tem em si o significado do próprio verbo. (XV, 40, in HERTZ, 1859, p. 90, tradução e grifos nossos).</p>	<p><i>interiicēre</i>, composto pelo prefixo <i>inter</i> (“entre”) e pelo verbo <i>iacēre</i> (“lançar, “colocar”), com apofonia da vogal tônica ($a > i$). A ideia por detrás do termo é de que a interjeição, por estar isolada sintaticamente, é “inserida” no meio das demais classes (DEZOTTI, 2013, p. 194).</p> <p>Para os gregos, a interjeição era uma subclasse de advérbio. Segundo a descrição ao lado, eles assim o faziam porque cada interjeição faz subentender-se a presença de um verbo.</p> <p>Segundo Prisciano (XV, 40), a interjeição inclui tanto o que os gregos chamam de <i>σχετλιασμός</i> (“queixa”, “expressão de indignação”) quanto as vozes (<i>i.e.</i> palavras) que se interpõem por meio de impulsos da alma.</p>
<p>Conjunção (coniunctio)</p>	<p><i>Coniunctio</i> est pars orationis indeclinabilis, coniunctiua aliarum partium orationis, quibus consignificat, uim et ordinationem demonstrans: <i>uim</i>, quando simul esse res aliquas significat, ut ‘et pius et fortis fuit Aeneas’; <i>ordinem</i>, quando consequentiam aliquarum demonstrat rerum, ut ‘si ambulat, mouetur’. (XVI, 1, in HERTZ, 1859, p. 93, grifos nossos).</p> <p>Conjunção é uma parte indeclinável da oração que conecta as outras partes da oração, com as quais “co-significa”, demonstrando valor e ordenação: valor, quando ao mesmo tempo significa outras coisas, como <i>et pius et fortis fuit Aeneas</i> [“Éneas foi tanto piedoso quanto forte”]; ordem, quando demonstra o encadeamento de</p>	<p><i>Coniunctio</i> é decalque do grego σύνδεσμος, nos quais os prefixos <i>con</i> e <i>συν</i> indicam contiguidade, e os nomes <i>δεσμός</i> e <i>iunctio</i> significam “ligação”. As conjunções têm justamente o papel de ligar palavras e sentenças.</p> <p>Quando Prisciano diz que a conjunção “co-significa”, ele diz que o seu significado depende do significado de outras partes da oração.</p> <p>Segundo a descrição ao lado, a conjunção pode acrescentar algum significado à oração e/ou encadeá-la a outras.</p> <p>Espécies de conjunção arroladas (XVI, 2): copulativa, continuativa, subcontinuativa, adjuntiva, causal, efetiva, aprovativa, disjuntiva, subdisjuntiva, disertiva, ablativa, presuntiva, adversativa,</p>

	algumas coisas, como ‘ <i>si ambulat, mouetur</i> ’ [“se anda, move-se”]. (XVI, 1, <i>in</i> HERTZ, 1859, p. 93, tradução e grifos nossos).	abnegativa, coletiva ou racional, dubitativa e completiva.
--	---	--

Tabela 12 - A terminologia (morfo)ssintática em Prisciano de Cesareia

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Morfologia*	Nível de análise relativo às palavras isoladas. (definição deduzida com base em XVII, 2)	Assim como Apolônio, Prisciano não usa nenhum termo latino para nomear a Morfologia. Ele apenas opõe uma dita doutrina relativa às palavras isoladas a uma doutrina relativa às construções e aos arranjos: a Sintaxe.
Sintaxe (<i>constructio</i>)	<p>(...) <i>nunc autem dicemus de ordinatione earum quae solet fieri ad constructionem orationis perfectae</i> (...) (XVII, 2 in BARATIN <i>et al.</i>, 2010, p. 62, grifos nossos).</p> <p>(...) agora falaremos sobre a ordenação delas, que costuma fazer-se com vistas à construção da oração perfeita (...) (<i>ibidem</i>, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin <i>et al.</i>, 2010).</p>	<p><i>Constructio</i> é um decalque latino de σύνταξις (“sintaxe”) e sinônimo de <i>ordinatio</i>.</p> <p>A Sintaxe é uma doutrina relativa às construções, com vistas à coerência da oração perfeita. A ela se opõe uma doutrina relativa às palavras isoladas, que se chama atualmente Morfologia.</p> <p>O termo <i>constructio</i> também pode se referir ao conceito apoloniano de καταλληλότης (“coerência”).</p> <p>Há o verbo cognato <i>construere</i> (“construir”), que se usa na forma passiva com o sentido de “construir-se sintaticamente”.</p>
Oração (<i>oratio</i>)	<p><i>Est enim oratio comprehensio dictionum aptissime ordinarum, quomodo syllaba comprehensio literarum coniunctarum; et quomodo ex syllabarum coniunctione dictio, sic etiam ex dictionum coniunctione perfecta oratio constat.</i> (XVII, 3, in BARATIN <i>et al.</i>, 2010, p. 64, grifos nossos).</p> <p>A oração é, pois, um conjunto de palavras mui adequadamente ordenadas, do mesmo modo que a sílaba é um conjunto de letras combinadas; e, do mesmo modo que a palavra se compõe pela junção de sílabas, também assim a oração perfeita se compõe pela junção de palavras. (<i>ibidem</i>,</p>	<p>O termo <i>oratio perfecta</i> é tradução do grego αὐτοτελής λόγος, que designa uma oração à qual não falta nenhum elemento sintático. Segundo Vieira (2018, p. 53), trata-se de uma tradução equivocada, pois o adjetivo αὐτοτελής significaria aí algo como “autossustentado” ou “autônomo”, e não “completo” ou “perfeito”. Desse equívoco teria surgido o “dogma da frase autossuficiente”.</p> <p>Assim como Apolônio, Prisciano costuma fazer analogias entre os níveis linguísticos. Na definição ao lado, ele compara a formação das sílabas e das palavras à formação das orações perfeitas.</p>

	tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin <i>et al.</i> , 2010).	
Palavra / dicção (<i>dictio</i>)	<p><i>Dictio est pars minima orationis constructae, id est in ordine compositae: pars autem, quantum ad totum intellegendum, id est ad totius sensus intellectum.</i> (II, 14, in HERTZ, 1855, p. 53, grifos nossos).</p> <p>Dicção é a parte mínima de uma oração encadeada, isto é, composta segundo uma ordem: é a parte relativa ao todo que deve ser entendido, isto é, ao entendimento de todo o sentido. (II, 14, in HERTZ, 1855, p. 53, tradução e grifos nossos).</p>	<p><i>Dictio</i> (“palavra”, “dicção”) é tradução do grego λέξις e se refere à forma fonética provida de um significado (PEREIRA, 2006, p. 103-104, nota 59). O termo não se confunde com <i>uox</i> (“voz”), tradução do grego φωνή, que se refere à forma física da palavra.</p> <p>Prisciano (II, 14) lembra que a sílaba é uma unidade sem significado.</p>
Voz (<i>uox</i>)	(não há)	<p>Nas <i>Institutiones Grammaticae</i>, o termo <i>uox</i> pode referir-se ao som emitido pelos homens, às palavras ou ainda às vozes verbais (ativa e passiva).</p> <p>Prisciano chama a voz reflexiva de <i>reciprocatio</i> ou <i>sui passio</i>, sendo este último termo um decalque do grego ἰδιοπάθεια.</p>
Barbarismo (<i>barbarismus</i>)	<p>(...) <i>inconcinnitas literarum uel syllabarum uel eis accidentium in singulis dictionibus facit barbarismum.</i> (XVII, 6, in BARATIN <i>et al.</i>, 2010, p. 72, grifos nossos).</p> <p>“(...) a incoerência das letras, ou das sílabas, ou dos acidentes de cada palavra gera um barbarismo. (<i>ibidem</i>, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin <i>et al.</i>, 2010).</p>	<p><i>Barbarismus</i> vem do grego βαρβαρισμός, derivado de βάρβαρος (“bárbaro”), termo pejorativo com o qual os helênicos e mais tarde os romanos se referiam a indivíduos aloglotas.</p> <p>O barbarismo, dizendo-se de outra maneira, é o vício ocorrente no nível das palavras isoladas, ou seja, na Morfologia.</p>
Concordância*	(não há)	<p>Prisciano não cunhou um termo específico pra traduzir o conceito apoloniano de καταλληλότης (“coerência”), que se refere à boa estruturação sintática da frase em geral. Ele costuma empregar</p>

		<p><i>constructio</i> ou <i>consequentia</i> (“encadeamento”) com acepções próximas a essa.</p> <p>Convém atentar também para a tradução de termos da mesma família lexical de καταλληλότης: ἀκαταλληλότης (<i>inconcinnitas</i> ou <i>inconsequentia</i>); κατάλληλος (<i>congruus</i>); ἀκατάλληλος (<i>incongruus</i>); καταλήλωος (<i>congrue</i>); ἀκαταλήλωος (<i>inconcinne</i>), etc.</p>
Concordar*	(não há)	<p>Prisciano utiliza verbos genéricos com o sentido sintático de “concordar”: <i>conuenire</i> (“convir”, “vir junto”), <i>coniungĕre</i> (“juntar”), <i>sociare</i> (“associar”) e outros.</p> <p>Os verbos empregados por Prisciano têm sentido próximo àqueles empregados por Apolônio: συνέρχομαι (“ir junto”), συντρέχω (“correr junto”), συνκλίνω (“inclinar junto”), προσχωρέω (“juntar-se a”), παραλαμβάνω (“tomar para si”), κοινονέω (“compartilhar”).</p>
Solecismo (<i>soloecismus</i>)	<p>(...) <i>soloecismum faciet, quasi elementis orationis inconcinne coeuntibus</i> (...) (XVII, 6, in BARATIN <i>et al.</i>, 2010, p. 72, grifos nossos).</p> <p>(...) cometer-se-á um solecismo, juntando-se incoerentemente os elementos da oração (...) (<i>ibidem</i>, tradução e grifos nossos, com auxílio da tradução francesa de Baratin <i>et al.</i>, 2010).</p>	<p><i>Soloecismus</i> vem do grego σολοικισμός, derivado do verbo σολοικίζειν, cujo significado é “falar mal o grego, à maneira de Solos”. Solos era uma cidade localizada na costa meridional da Ásia Menor, na região da Cilícia, cujos habitantes eram acusados de falar muito mal a língua grega.</p> <p>Em termos modernos, o solecismo engloba desvios de concordância, regência e colocação.</p>
Caso (<i>casus</i>)	(Não há)	<p>O termo latino <i>casus</i>, particípio substantivado de <i>cadĕre</i> (“cair”), é decalque do grego πῶσις (“queda”), cuja origem como termo técnico é desconhecida (ROBBINS; 1967:1983, p. 21). Os estoicos já utilizavam πῶσις com o sentido gramatical de <i>caso</i>.</p>

Caso nominativo (<i>casus nominatiuus</i>)	(não há)	O termo <i>casus nominatiuus</i> é decalque de πτώσις ὀνομαστική.
Caso vocativo (<i>casus uocatiuus</i>)	(não há)	O termo <i>casus uocatiuus</i> é decalque do grego πτώσις κλητική, do verbo καλέω, “chamar”).
Casos oblíquos (<i>casus obliquii</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus obliquii</i> é decalque do grego πτώσεις πλάγιοι, termo comum já entre os estoicos (ROBBINS, 1967;1983, p. 23).
Caso genitivo (<i>casus genitiuus</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus genitiuus</i> é decalque do grego πτώσις γενική. O adjetivo γενική deriva de γένος (“raça”, “gênero”), assim como <i>genitiuus</i> deriva de <i>genus</i> (“raça”, “gênero”).
Caso dativo (<i>casus datiuus</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus datiuus</i> é decalque do grego πτώσις δοτική. O adjetivo δοτική (“inclinado a dar”) vem do verbo irregular δίδωμι (“dar”).
Caso acusativo (<i>casus accusatiuus</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus accusatiuus</i> é uma tradução errônea do grego πτώσις αιτιατική (“caso causativo”). Varrão foi traído pela polissemia do substantivo αίτία, que pode significar “causa”, “acusação” ou “encargo”. (ROBBINS, 1967:1983, p. 28).
Caso ablativo (<i>casus ablatiuus</i>)	(não há)	O sintagma <i>casus ablatiuus</i> é uma criação latina que substituiu em definitivo os genéricos termos usados por Varrão: <i>casus sextus</i> ou <i>casus latinus</i> . O termo <i>ablatiuus</i> deriva de <i>ablatum</i> , supino ou particípio passado do verbo irregular <i>auferre</i> (“tirar”, “trazer”). O ablativo latino indica, entre outras coisas, procedência e separação.
<i>Sujeito*</i>	(Não há)	Segundo Graffi (2008, p. 56) Prisciano não opera com o binômio <i>sujeito-predicado</i> . Em verdade o gramático passa tangencialmente pelo tema quando apresenta o <i>nome</i> e o <i>verbo</i> como elementos de uma oração perfeita

		<p>(XVII, 12).</p> <p>Prisciano usa o termo <i>suppositum</i> para traduzir o grego ὑποκείμενον (“sujeito”), mas ideia de sujeito aí expressa é muito mais ontológica do que sintática (GRAFFI, 2008, p. 56). Por esse motivo, os tradutores franceses o verteram por <i>référent</i> (“referente”), em vez de <i>sujet</i> (“sujeito”).</p> <p>Prisciano recorre a alguns binômios análogos às noções de <i>sujeito</i> e <i>objeto</i>, ao tratar de agente e de paciente: <i>agens</i> (“agente”) e <i>patiens</i> (“paciente”); <i>afficiens</i> (“o que afeta”) e <i>afficiendus</i> (“o que é afetado”).</p> <p>Por fim, cumpre lembrar que as denominações de caso morfológico <i>casus nominatiuus</i> e <i>casus obliquus</i> podem fazer as vezes de <i>sujeito</i> e <i>objeto</i>, respectivamente.</p>
<i>Objeto*</i>	(não há)	<p>Prisciano recorre a alguns binômios análogos às noções de <i>sujeito</i> e <i>objeto</i>, ao tratar de agente e de paciente: <i>agens</i> (“agente”) e <i>patiens</i> (“paciente”); <i>afficiens</i> (“o que afeta”) e <i>afficiendus</i> (“o que é afetado”).</p> <p>Por fim, cumpre lembrar que as denominações de caso morfológico <i>casus nominatiuus</i> e <i>casus obliquus</i> podem fazer as vezes de <i>sujeito</i> e <i>objeto</i>, respectivamente.</p>
Transição / Transitividade (<i>transitio</i>)	(não há)	<p>O termo latino <i>transitio</i> é decalque do grego μετάβασις, substantivo deverbal de μεταβαίω (“atravessar”), donde vem a ideia de que o verbo transitivo é aquele cujo sentido transita para os seus complementos.</p>
“Retrotransição” (<i>retransitio</i>)	(não há)	<p>Fenômeno que acontece quando uma ação verbal parte do agente</p>

		<p>para o paciente, de modo que outra ação siga do paciente para o agente, fazendo o caminho inverso. É o que acontece em <i>rogat te ut sibi indulgeas</i> (“ele te pede que o perdoes”) (BARATIN <i>et al.</i>, 2010, p. 203, nota 240).</p> <p>De <i>retransitio</i> deriva o termo <i>retransitiuum</i>.</p>
Reger*	(Não há)	Prisciano utiliza verbos genéricos para expressar o sentido sintático de “reger”: <i>exigēre</i> (“exigir”) ou <i>egēre</i> (“carecer”, “necessitar”).
Flexão / Declinação (<i>declinatio</i>)	(Não há)	<p>O termo <i>declinatio</i> designa tanto a flexão nominal quanto a verbal.</p> <p>Prisciano especifica, às vezes, o tipo de flexão: <i>declinatio casuum</i> (“flexão de caso”), <i>declinatio personarum</i> (“flexão de pessoa”). O termo <i>diuersiclinia</i> é decalque de ἐτερόκλιτα, que se refere a palavras de declinação irregular.</p>
Flexionar / Declinar (<i>declinare</i>)	(Não há)	Prisciano utiliza o verbo <i>declinare</i> para a ideia de “flexionar”. O verbo <i>coniugare</i> , étimo de <i>conjugare</i> , se emprega na obra com o sentido genérico de “juntar” ou “combinar termos”.
Prolepse (<i>prolepsis</i>)	(não há)	<p>O termo <i>prolepse</i> vem do grego πρόληψις (“antecipação”), oriundo do verbo προλαμβάνω (“antecipar”). A prolepse é justamente a antecipação de palavra ou expressão.</p> <p>Prisciano traduziu o termo grego por meio de um decalque: <i>praesumptio</i> (XVII, 28).</p>
Elipse (ἔλλειψις)	(não há)	O termo elipse vem do grego ἔλλειψις, oriundo do verbo ἐλλείπω (“omito”). A elipse é a omissão de uma palavra ou mais da frase.
Copular / Coordenar (<i>copulare</i>)	(não há)	Prisciano (XVII, 98) emprega o verbo <i>copulare</i> no sentido sintático de “coodernar”, ou seja, de ligar palavras ou expressões de mesma natureza gramatical por

		meio de uma conjunção dita copulativa, como <i>et</i> (“e”).
--	--	--

Tabela 13 - As partes do discurso em Tomás de Erfurt

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Nome (<i>nomen</i>)	<p><i>Nomen ergo est pars orationis significans per modum entis, vel determinatae apprehensionis.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., VIII, 16, in BECCARI, 2013, p. 245, grifos nossos).</p> <p>O nome é, portanto, a parte do discurso que significa por meio do modo de um ente ou da apreensão determinada. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Nomen</i> é tradução do grego ὄνομα.</p> <p>O nome tem dois <i>modos de significar essenciais mais gerais</i>: o modo de um ente e o modo da apreensão determinada. O primeiro denota o estado ou a permanência do ente; o segundo, a capacidade de se referir a entes determinados (VIII, 15-16).</p> <p>O nome tem dois <i>modos de significar essenciais subalternos</i>: o modo do comum e o modo do próprio (IX, 17). O modo do comum se subdivide em dois: o modo de estar por si mesmo, que pertence aos nomes substantivos, e o modo de aderir, que pertence aos nomes adjetivos.</p> <p>O nome tem seis <i>modos de significar acidentais</i>, relativos a: comparação, espécie, gênero, número, forma e caso (XIV-XIX).</p>
Pronome (<i>pronomen</i>)	<p><i>Modus significandi essentialis generalissimus pronominis est modus significandi per modum entis et indeterminatae apprehensionis.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., XXI, 36, in BECCARI, 2013, p. 288, grifos nossos).</p> <p>O modo de significar essencial mais geral do pronome é o modo de significar por meio do modo de um ente e por meio do modo da apreensão indeterminada. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Pronomen</i> é decalque do grego ἀντωνυμία, em que os prefixos <i>pro</i> e ἀντ(ι) significam “em lugar de”, e os elementos <i>nomen</i> e -ωνυμ- significam “nome”. Os pronomes se empregam no lugar dos nomes.</p> <p>O pronome tem dois <i>modos de significar essenciais mais gerais</i>: o modo de um ente e o modo da apreensão indeterminada. O primeiro denota o estado ou a permanência do ente; o segundo indica que o pronome <i>a priori</i> não se refere a nenhum ente determinado (XXI, 36). O pronome compartilha com o nome apenas o modo de um ente.</p> <p>O pronome tem seis <i>modos de</i></p>

		<p><i>significar essenciais subalternos</i> ou <i>especiais</i>: o modo da relação e da demonstração, o modo do primitivo e do derivativo, o modo substancial, ou do substantivo, e o modo do adjetivo (XXII, 38).</p> <p>Os <i>modos accidentais</i> do pronome se referem a pessoa, gênero, número, caso e espécie.</p> <p>Tomás de Erfurt enquadra entre os adjetivos quaisquer pronomes que acompanhem um nome.</p>
<p>Verbo (<i>verbum</i>)</p>	<p><i>Modus significandi generalissimus essentialis verbi est modus significandi rem per modum esse, et distantis a substantia. Ad cuius intellectum est notandum, quod licet uterque modus, scilicet esse et distantis, sit forma verbi absolute sumpti, tamen comparando verbum ad participium, modus esse habet rationem materiae, respectu verbi, quia facit verbum cum participio convenire;</i> (Tomás de Erfurt, <i>G.S.</i>, XXV, 44, in BECCARI, 2013, p. 301-302, grifos nossos).</p> <p>O modo de significar essencial mais geral do verbo é o modo de significar a coisa por meio do modo do ser e (do modo) do distar da substância. Para entender essa definição é necessário observar que, quando o verbo é comparado ao participípio, embora tanto o modo do ser quanto o do distar sejam a forma do verbo tomada em sentido absoluto, nota-se que o modo do ser cumpre o papel de matéria com respeito ao verbo e faz com que o verbo e o participípio tenham características comuns. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Verbum</i> é tradução do grego ῥῆμα.</p> <p>O verbo tem dois <i>modos de significar ativos essenciais</i> mais gerais: o <i>modo do ser</i> (<i>modus esse</i>) e o <i>modo do distar da substância</i> (<i>modus distantis a substantia</i>) (XXV, 44). O <i>modo do ser</i> denota a mudança e a sucessão tipicamente associadas ao processo verbal e estabelece uma relação de proporcionalidade com o <i>modo de um ente</i> do nome, que denota estado ou permanência. Já o <i>modo do distar da substância</i> traz a ideia de que o processo verbal é uma espécie de desdobramento que vai além da existência básica do ser, distanciando-se dele (BECCARI, 2013, p. 419-420, nota 96).</p> <p>O verbo tem três <i>modos de significar essenciais subalternos</i>: um para o verbo substantivo, um para o verbo vocativo e outro para o verbo adjetivo (XXVI, 49).</p> <p>O <i>modo de significar accidental</i> mais comum do verbo chama-se <i>composição</i>, a que se juntam o <i>modo da significação</i> e outros <i>modos accidentais</i>, concernentes à qualidade, à conjugação, ao gênero, ao número, à forma, ao tempo e à pessoa. Ver <i>composição</i></p>

		e <i>significação</i> para mais detalhes.
Particípio (<i>participium</i>)	<p><i>Participium ergo est pars orationis significans per modum esse indistantis a substantia, sive uniti cum substantia, quod idem est. Et dicitur participium, quasi partem nominis, et partem verbi capiens; non partem essentialem, id est, modum essentialem utriusque;</i> (Tomás de Erfurt, G.S., XXXIII, 65, in BECCARI, 2013, p. 331, grifos nossos).</p> <p>Portanto, o particípio é a parte do discurso que significa por meio do modo do ser indistante da substância, ou do unido com a substância, o que é a mesma coisa. E é chamado de particípio porque é como se tomasse parte do nome e parte do verbo, mas não a parte essencial, i.e., o modo essencial de um e do outro. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Participium</i> é decalque do grego μετοχή, que é oriundo do verbo μετέχω (“participar”). O particípio “participa” da classe dos nomes e dos verbos, trazendo marcas nominais de caso, gênero e número, além de tempo, voz verbal e <i>significação</i>. Daí a ideia de que ele “nasce de um e de outro”.</p> <p>O particípio compartilha com o verbo o <i>modo do ser</i>, porque ambos são capazes de denotar mudança e sucessão, e tem o <i>modo do indistante</i>, que tem a mesma origem do <i>modo de aderir</i> dos nomes adjetivos porquanto ambos são capazes de ligar-se a um nome substantivo. Nesse sentido, verbo e particípio convergem na matéria, mas divergem na forma, segundo indicam as próprias terminações verbais e as participiais.</p> <p>O <i>modo do indistante</i> se subdivide em três <i>modos subalternos</i>: um relativo aos seres em geral (<i>e.g. ens</i>), um relativo aos verbos de designação (<i>e.g. uocans</i>) e outro relativo aos demais verbos, ativos ou passivos (XXXIV, 66).</p> <p>Os <i>modos acidentais</i> do particípio remetem à <i>significação</i>, à voz, ao tempo, ao número, à forma e ao caso (XXXV, 67).</p>
Advérbio (<i>adverbium</i>)	<p><i>Modus significandi essentialis generalissimus adverbii est modus significandi per modum adiacentis alteri, per modum esse, significans ipsum simpliciter et absolute determinans.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., XXXVI, 70, in BECCARI, 2013, p. 336, grifos nossos).</p> <p>O modo de significar essencial mais geral do advérbio é o</p>	<p><i>Adverbium</i> é decalque do grego ἐπίρρημα, em que os prefixos <i>ad</i> e <i>ἐπι</i> indicam proximidade, e os nomes <i>verbum</i> e ῥῆμα significam “verbo”. Os advérbios, portanto, se posicionam próximos aos verbos, modificando-os.</p> <p>O <i>modo de significar essencial mais geral</i> do advérbio, o referido <i>modo de significar pelo modo de aderir a outro</i>, assim se chama por</p>

	<p>modo de significar pelo modo de aderir a outro, por meio do modo do ser, que significa (o outro) de maneira simples e o determina de maneira absoluta. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>aderir aos verbos e aos participípios, modificando-os.</p> <p>O advérbio tem dois <i>modos de significar essenciais subalternos</i>: um pelo qual ele modifica o significado dos verbos ou dos participípios; outro pelo qual ele modifica os <i>modos de significar</i> dos verbos ou dos participípios (XXXVII, 71).</p> <p>O <i>modo de significar por meio do modo de determinar o verbo ou o participípio de acordo com a matéria significada</i> se divide em quatro tipos: de lugar, de qualidade, de quantidade e de chamamento. O <i>modo de significar por meio do modo de determinar a matéria do verbo ou do participípio de acordo com modos de significar</i> divide-se em três modos: um relativo à composição, um relativo ao tempo e outro relativo ao modo verbal (XXXVIII, 72-73).</p>
<p>Conjunção (<i>coniunctio</i>)</p>	<p><i>Modus significandi essentialis coniunctionis generalissimus est modus significandi per modum coniungentis duo extrema; et sumitur iste modus significandi a proprietate coniungentis et unientis in rebus extra. Coniunctio ergo est pars orationis, per modum coniungentis duo extrema significans.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., XXXIX, 76, in BECCARI, 2013, p. 347, grifos nossos).</p> <p>O modo de significar essencial mais geral da conjunção é o modo de significar por meio do modo de conectar duas extremidades; e esse modo de significar é derivado da propriedade de conectar e unir, que está presente nas coisas extramentais. Portanto, a</p>	<p><i>Coniunctio</i> é decalque do grego σύνδεσμος, nos quais os prefixos <i>con</i> e <i>συν</i> indicam contiguidade, e os nomes <i>δεσμός</i> e <i>iunctio</i> significam “ligação”. As conjunções têm justamente o papel de ligar palavras e sentenças.</p> <p>O <i>modo de significar essencial mais geral</i> da conjunção é o <i>modo de conectar duas extremidades</i>.</p> <p>O <i>modo de conectar duas extremidades</i> se divide em dois <i>modos de significar essenciais subalternos</i>: o <i>modo de conectar duas extremidades por força</i> e <i>modo de conectar duas extremidades por ordem</i>. O primeiro inclui a conjunção copulativa e a disjuntiva; o segundo, a conjunção causal,</p>

	<p>conjunção é a parte do discurso que significa por meio do modo de conectar duas extremidades. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>racional e a expletiva (XXXIX, 77).</p> <p>A conjunção tem três <i>modos accidentais</i>, que concernem à espécie, à forma e à ordem (XL, 79).</p>
Preposição (<i>praepositio</i>)	<p><i>Est ergo praepositio pars orationis, significans per modum adiacentis alteri casuali, ipsum contrahens, et ad actum reducens, etc.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., XLI, 81, in BECCARI, 2013, p. 353, grifos nossos).</p> <p>Portanto, a preposição é a parte do discurso que significa por meio do modo de aderir ao outro casual, restringindo-o e reduzindo-o à ação, etc. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Praepositio</i> é decalque do grego πρόθεσις, em que os prefixos <i>prae</i> e πρό indicam anterioridade, e os nomes <i>positio</i> e θέσις significam “posição”. As preposições são, pois, palavras antepostas a outras.</p> <p>O <i>modo de significar essencial mais geral</i> da preposição é o <i>modo de aderir a outro casual</i>, ou seja, a uma palavra provida de um caso morfológico, que pode ser o acusativo ou o ablativo em latim. Ela restringe o casual quando especifica seu significado (e.g. <i>in via</i>, “na rua”) ou o restringe quando associa esse significado a uma ação verbal (e.g. <i>ambulo in via</i>, “ando pela rua”) (BECCARI, 2013, p. 479).</p> <p>O <i>modo mais geral</i> se divide em três <i>subalternos</i>: um pelo qual se restringe ou se reduz o acusativo, um pelo qual se restringe ou se reduz o ablativo e outro pelo qual se se restringe ou se reduz os dois casos indiferentemente. O primeiro se subdivide em trinta <i>modos mais especiais</i>, o segundo se subdivide em quinze, e o terceiro se subdivide em quatro (XLII, 82).</p>
Interjeição (<i>interiectio</i>)	<p><i>Interiectio ergo est pars orationis significans per modum determinantis alterum, quod est verbum, vel participium, affectus vel motus animae repraesentans.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., XLIII, 84, in BECCARI, 2013, p. 358, grifos nossos).</p> <p>A interjeição é, portanto, a parte</p>	<p>O termo <i>interiectio</i> vem do verbo <i>interiicēre</i>, composto pelo prefixo <i>inter</i> (“entre”) e pelo verbo <i>iacēre</i> (“lançar, “colocar”), com apofonia da vogal tônica ($a > i$). A ideia por detrás do termo é de que a interjeição, por estar isolada sintaticamente, é “inserida” no meio das demais classes (DEZOTTI, 2013, p. 194).</p>

	<p>do discurso que significa por meio do modo de determinar o outro, que é o verbo ou o particípio, ao representar o estado ou o movimento da alma. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>Para os gregos, a interjeição era uma subclasse de advérbio. Segundo a descrição ao lado, eles assim o faziam porque cada interjeição faz subentender-se a presença de um verbo.</p> <p>O <i>modo essencial mais geral</i> interjeição é o <i>modo de determinar o outro</i>, com o qual ela modifica um verbo ou um particípio. Ou seja, Tomás de Erfurt não a vê como classe autônoma.</p> <p>A interjeição tem, ao menos, quatro <i>modos mais especiais</i>, que se referem às sensações provocadas na alma: dor, alegria, admiração e terror (XLIV, 85).</p>
--	--	--

Tabela 14 - A terminologia (morfo)ssintática em Tomás de Erfurt

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Etimologia* (<i>etymologia</i>)	Estudo das partes da oração tomadas isoladamente (definição deduzida com base em VII, 14).	O termo <i>Etimologia</i> (do grego: ἔτυμος, “verdadeiro” ou “essencial”, e λόγος, “palavra” ou “discurso”) designa hoje o estudo da origem das palavras, mas, durante muitos séculos, ele foi usado nas gramáticas para designar o estudo das partes da oração tomadas isoladamente (<i>i.e.</i> Morfologia).
Sintaxe (<i>diasynthetica</i>)	Estudo das partes da oração tomadas conjuntamente (definição deduzida com base em VII, 14).	O termo <i>diasynthetica</i> compõe-se do prefixo διά- (“através de”), do prefixo de contiguidade σύν- (“junto com”) e do adjetivo no neutro plural θετικά (“coisas que podem ser postas”), cognato ao verbo τίθημι (“pôr”). Tomás de Erfurt optou por usar <i>diasynthetica</i> , em vez de <i>constructio</i> (decalque latino de σύνταξις), porque ele usa este segundo termo para nomear uma das três disposições do discurso (<i>passiones sermonis</i>). Ver o item <i>construção</i> .
Palavra (<i>vox</i>)	<p>(...) <i>vox, inquantum vox, non consideratur a grammatico, sed inquantum signum, quia grammatica est de signis rerum; et quia vox est habilissimum signum inter alia signa, ideo vox inquantum signum prius consideratur a grammatico, quam alia signa rerum.</i> (Tomás de Erfurt, <i>G.S.</i>, VI, 12, in BECCARI, 2013, p. 239, grifos nossos).</p> <p>(...) a palavra, enquanto som, não é levada em consideração pelo gramático, mas somente enquanto signo, porque a gramática versa sobre os signos das coisas. E, uma vez que a palavra é o signo mais funcional dentre todos os outros signos, o gramático dá prioridade ao</p>	<p>O termo <i>vox</i> (“voz”) é tradução do grego φωνή, que se refere à forma física da palavra, sem um significado.</p> <p>Numa doutrina voltada para os <i>modos de significar</i>, é natural que a forma física da palavra (<i>vox</i>) não seja de interesse dos gramáticos modistas. Isso inclusive explica a ausência de capítulos dedicados à Fonética na <i>Grammatica Speculatiua</i>.</p>

	tratamento da palavra significativa antes de todos os outros signos das coisas. (<i>ibidem</i> , tradução do autor, grifos nossos).	
Signo (<i>signum</i>)	(...) <i>dicitur signum per rationem signandi, vel repraesentandi aliquid absolute;</i> (Tomás de Erfurt, G.S., VI, 11, in BECCARI, 2013, p. 238-239, grifos nossos). (...) o signo é assim denominado por sua disposição de assinalar ou de representar de forma direta (...). (<i>ibidem</i> , tradução do autor, grifos nossos).	O signo não se confunde com o vocábulo (<i>dictio</i>) porque este recebe uma disposição de significar, ou seja, trata-se de uma palavra (<i>vox</i>) a que se acresce um significado.
Vocábulo / dicção (<i>dictio</i>)	(...) <i>sed dicitur dictio formaliter per rationem signandi voci superadditam, quia dictio est vox significativa;</i> (Tomás de Erfurt, G.S., VI, 11, in BECCARI, 2013, p. 239, grifos nossos). (...) o vocábulo é assim denominado formalmente em virtude de ter recebido uma disposição de significar que é adicionada à palavra, porque o vocábulo é a palavra que tem significado . (<i>ibidem</i> , tradução do autor, grifos nossos).	<i>Dictio</i> (“palavra”, “dicção”) é tradução do grego λέξις e se refere à forma fonética provida de um significado (PEREIRA, 2006, p. 103-104, nota 59). O termo não se confunde com <i>vox</i> (“voz”), tradução do grego φωνή, que se refere à forma física da palavra.
Parte da oração/ Parte do discurso (<i>pars orationis</i>)	(...) <i>pars orationis formaliter est per modum significandi activum, dictioni superadditum, quia pars orationis est dictio, ut habet modum significandi activum.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., VI, 11, in BECCARI, 2013, p. 239, grifos nossos). A parte do discurso , por sua vez, existe formalmente por meio de um modo de significar ativo , que é adicionado ao vocábulo , porque a parte do discurso é o vocábulo enquanto possui um modo de significar ativo. (<i>ibidem</i> , tradução do	Chama a atenção que, da perspectiva dos modistas, a parte da oração só adquire tal <i>status</i> se nela houver um <i>modo de significar ativo</i> . Como os <i>modos de significar</i> de uma palavra requerem a presença de certos <i>modos de significar</i> noutra palavra, é lícito deduzir que uma parte da oração requer a presença de outra.

	autor, grifos nossos).	
Termo (<i>terminus</i>)	<p><i>Terminus vero dicit rationem terminandi resolutiones syllogismi, quia Dialecticus resolvit syllogismum in propositiones, et propositiones in subiectum et praedicatum, quae dicuntur termini secundum logicum.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., VI, 11, in BECCARI, 2013, p. 239, grifos nossos).</p> <p>O termo, na verdade, diz respeito ao uso de termos na resolução do silogismo, uma vez que o dialético divide o silogismo em proposições e estas em sujeito e predicado, que são chamados de termos, segundo os lógicos. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>O termo (<i>terminus</i>) é cada uma das partes de que se compõe uma proposição: sujeito ou predicado. Evidentemente, não se trata aí de categorias da Sintaxe, mas da Lógica, como bem diz o autor na definição ao lado.</p> <p>A categoria sintática análoga ao termo (<i>terminus</i>) é o construtível, que remete a cada uma das partes em que se divide uma construção, cuja estrutura é binária, assim como a estrutura da proposição.</p>
Voz verbal (<i>genus</i>)	<p><i>Genus ergo in verbo est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo proprietatem dependentiae rei verbi post se ad obliquum, sub ratione termini, significat.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., XXX, 59, in BECCARI, 2013, p. 320-321, grifos nossos).</p> <p>Portanto, a voz é um modo de significar accidental do verbo, mediante o qual o verbo significa a propriedade da dependência da essência verbal no oblíquo que lhe é posposto, de acordo com o término. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>Tomás de Erfurt chama a voz verbal de <i>genus</i>, em vez de <i>uox</i>, que para ele designa apenas a forma física de uma palavra. Ver o item <i>palavra</i>.</p> <p>O <i>modo de significar accidental</i> da voz verbal está ligado ao <i>modo de significar</i> da dependência do verbo em relação a um complemento oblíquo, ou seja, o <i>modo da significação</i>. Ver item <i>significação</i>.</p>
Modo de significar (<i>modus significandi</i>)	<p><i>Modus significandi activus est modus, sive proprietas vocis, ab intellectu sibi concessa, mediante qua, vox proprietatem rei significat.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., I, 2, in BECCARI, 2013, p. 227, grifos nossos).</p> <p>O modo de significar ativo é o</p>	<p>O <i>modo de significar (ativo)</i> é uma propriedade da palavra a que correspondem não só um entendimento mental sobre as coisas (<i>modo de entender</i>), como também a propriedade das coisas no mundo (<i>modo de ser</i>). Por exemplo, a uma palavra como <i>cadeira</i> corresponde uma imagem</p>

	modo ou a propriedade da palavra, que é recebida do intelecto, por meio do qual a palavra significa a propriedade de uma coisa. (<i>ibidem</i> , tradução do autor, grifos nossos).	mental, e a essa imagem mental corresponde à propriedade de um objeto físico no mundo. O <i>modo de significar (ativo)</i> é o objeto de estudo do gramático, segundo a concepção modista.
Modo de entender (<i>modus intelligendi</i>)	<i>Modus intelligendi activus est ratio concipiendi, qua mediante, intellectus rei proprietates significat, concipit vel apprehendit.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., III, 7, in BECCARI, 2013, p. 233, grifos nossos). O modo de entender ativo é a disposição de entender pela qual o intelecto significa, entende ou apreende as propriedades da coisa. (<i>ibidem</i> , tradução do autor, grifos nossos).	O <i>modo de entender (ativo)</i> baseia-se na premissa aristotélica de que a mente intermedeia a linguagem e o mundo. Ele apreende, por meio do intelecto, as propriedades de um ente externo numa imagem mental, e a essa imagem mental comum aos seres humanos corresponde uma forma linguística, que pode variar de língua para língua.
Modo de ser (<i>modus essendi</i>)	(...) <i>modus essendi dicit proprietatem rei absolute, sive sub ratione existentiae [essentiae].</i> (Tomás de Erfurt, G.S., IV, 8, in BECCARI, 2013, p. 235, grifos nossos). (...) o modo de ser é considerado como a propriedade da coisa em sentido absoluto, a saber: do ponto de vista de sua disposição de existir. (<i>ibidem</i> , tradução do autor, grifos nossos).	O <i>modo de ser</i> remete às propriedades reais das coisas no mundo, conforme as dez categorias de Aristóteles (BECCARI, 2013, p. 463). A rigor, ele não é objeto de estudo de um gramático.
Caso (<i>casus</i>)	<i>Casus igitur est modus significandi accidentalis nominis, mediante quo, nomen proprietatem principii, vel termini consignificat. Et secundum harum proprietatum diversitatem, cum aliis proprietatibus superadditis, casus in sex species partitur, scilicet in nominativum, genitivum, dativum, accusativum, vocativum, et ablativum.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., XIX, 32, in BECCARI, 2013, p. 278, grifos nossos).	O termo latino <i>casus</i> , participio substantivado de <i>cadere</i> (“cair”), é decalque do grego πῶσις (“queda”), cuja origem como termo técnico é desconhecida (ROBBINS; 1967:1983, p. 21). Os estoicos já utilizavam πῶσις com o sentido gramatical de <i>caso</i> . Na condição de <i>modo de significar accidental</i> do nome, o caso, de acordo com os modistas, evoca o princípio do movimento (<i>principium motus</i>) de Aristóteles, como se o sentido partisse de um lugar e chegasse a outro

	<p>Portanto, o caso é o modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome cossignifica a propriedade do princípio ou a propriedade do término e, de acordo com a diferença entre essas propriedades e as outras propriedades adicionais, o caso é dividido em seis espécies, a saber, em nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>(BECCARI, 2013, p. 441). Por exemplo, numa construção do tipo <i>nome-nome</i> como <i>filius Socrates</i> (“filho de Sócrates”), o sentido parte do filho (princípio) e se desloca para o filósofo Sócrates (término).</p>
<p>Caso nominativo (<i>casus nominativus</i>)</p>	<p>Nominativus casus est modus significandi in ratione principii, illa proprietate rei, ut quod est alterum, superaddita, ut dicendo Socrates currit, vel amat. (Tomás de Erfurt, G.S., XIX, 32, in BECCARI, 2013, p. 278, grifos nossos).</p> <p>O caso nominativo é o modo de significar de acordo com o princípio com a adição daquela propriedade da coisa: “enquanto o ‘que’ o outro é”, como quando se diz <i>Socrates currit</i> (“Sócrates corre”) ou <i>amat</i> (“ama”). (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>casus nominativus</i> é decalque de πῶσις ὀνομαστική.</p> <p>A palavra que está no nominativo é aquela que principia uma ação por meio do <i>modo de significar</i> concernente a esse caso morfológico.</p> <p>Note-se o viés semântico das definições dos casos.</p>
<p>Caso genitivo (<i>casus genitivus</i>)</p>	<p>Genitivus est modus significandi rem in ratione principii, vel termini indifferenter, proprietate, ut cuius est alterum, superaddita; (Tomás de Erfurt, G.S., XIX, 32, in BECCARI, 2013, p. 280, grifos nossos).</p> <p>O genitivo é o modo de significar a coisa de acordo com o princípio ou o término indiferentemente, com a adição da propriedade “enquanto ‘de quem’ o outro é”. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>O sintagma <i>casus genitivus</i> é decalque do grego πῶσις γενική. O adjetivo γενική deriva de γένος (“raça”, “gênero”), assim como <i>genitivus</i> deriva de <i>genus</i> (“raça”, “gênero”).</p> <p>Tomás de Erfurt exemplifica que o genitivo pode ligar-se a verbos, como em <i>misereor Socratis</i> (“apiedo-me de Sócrates”), ou a nomes, como <i>filius Socratis</i> (“filho de Sócrates”) (XIX, 32).</p>
<p>Caso dativo (<i>casus dativus</i>)</p>	<p>Dativus casus est modus significandi rem in ratione</p>	<p>O sintagma <i>casus dativus</i> é decalque do grego πῶσις δοτική.</p>

	<p><i>principii, vel termini indifferenter, proprietate ut cui alterum acquiritur superaddita;</i> (Tomás de Erfurt, <i>G.S.</i>, XIX, 32, in BECCARI, 2013, p. 281, grifos nossos).</p> <p>O dativo é o modo de significar a coisa de acordo com o princípio ou o término indiferentemente, com a adição da propriedade “enquanto ‘para quem’ o outro é dado ou adquirido”. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>O adjetivo δοτική (“inclinado a dar”) vem do verbo irregular δίδωμι (“dar”).</p> <p>Tomás de Erfurt exemplifica que o dativo pode ligar-se a verbos, como em <i>accidit Socrati</i> (“aconteceu a Sócrates”), ou a nomes, como <i>similis Socrati</i> (“semelhante a Sócrates”) (XIX, 32).</p>
Caso acusativo (<i>casus accusativus</i>)	<p><i>Accusativus casus, secundum dictam inflexionem, est modus significandi rem in ratione termini, proprietate ut quem, superaddita;</i> (Tomás de Erfurt, <i>G.S.</i>, XIX, 32, in BECCARI, 2013, p. 282, grifos nossos).</p> <p>O acusativo, segundo a definição que já foi discutida, é o modo de significar a coisa conforme o término com a adição da propriedade “enquanto na ‘direção de que/m’ (a ação do verbo é dirigida)”. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>O sintagma <i>casus accusativus</i> é uma tradução errônea do grego πῶσις αἰτιατική (“caso causativo”). Varrão foi traído pela polissemia do substantivo αἰτία, que pode significar “causa”, “acusação” ou “encargo”. (ROBBINS, 1967:1983, p. 28).</p> <p>O acusativo funciona como o término de uma ação, ou seja, o ente para o qual a ação é dirigida.</p>
Caso vocativo (<i>casus vocativus</i>)	<p><i>Vocativus casus est modus significandi rem sub ratione termini dependentis, actus exerciti, vel exercitati, nulla differentia dictarum proprietatum superaddita;</i> (Tomás de Erfurt, <i>G.S.</i>, XIX, 32, in BECCARI, 2013, p. 283, grifos nossos).</p> <p>O caso vocativo é o modo de significar de acordo com a propriedade do término da ação que depende de uma ação estimulante ou impelidora, sem o acréscimo de nenhuma das propriedades adicionais mencionadas acima. (<i>ibidem</i>,</p>	<p>O termo <i>casus vocativus</i> é decalque do grego πῶσις κλητική, do verbo καλέω, (“chamar”).</p> <p>Tomás de Erfurt se baseia na premissa de que não há palavra ou <i>modo de significar</i> autônomo na língua. O vocativo, por exemplo, depende da interjeição <i>ó</i>, que pode estar expressa ou não, e suscita uma ação cujo objetivo é o de impelir aquele a quem a frase é dirigida (XIX, 32).</p>

	tradução do autor, grifos nossos).	
Caso ablativo (<i>casus ablativus</i>)	<p>Ablativus casus est modus significandi rem, in ratione principii, vel termini indifferenter, proprietate, ut quo, superaddita (...) (Tomás de Erfurt, <i>G.S.</i>, XIX, 32, in BECCARI, 2013, p. 284, grifos nossos).</p> <p>O ablativo é um modo de significar de acordo com o princípio ou o término, indiferentemente, com a adição da propriedade “enquanto ‘por/em/com/de que/m’”. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>O sintagma <i>casus ablativus</i> é uma criação latina que substituiu em definitivo os genéricos termos usados por Varrão: <i>casus sextus</i> ou <i>casus latinus</i>. O termo <i>ablativus</i> deriva de <i>ablatus</i>, supino ou particípio passado do verbo irregular <i>auferre</i> (“tirar”, “trazer”). O ablativo latino indica, entre outras coisas, procedência e separação.</p> <p>Tomás de Erfurt dá dois exemplos iniciais de uso do ablativo: um com verbo ativo (<i>utor pane</i>, “faço uso do pão”), outro com verbo passivo (<i>a Socrate legitur</i>, “é lido por Sócrates”) (XIX, 32).</p>
Disposições do discurso (<i>passiones orationis</i> ou <i>sermonis</i>)	Propriedades essenciais de uma oração cujas partes estejam devidamente concatenadas na forma e no sentido. (Definição deduzida com base em XLV, 8).	As disposições do discurso são três: construção (<i>constructio</i>), gramaticalidade (<i>congruitas</i>) e completude (<i>perfectio</i>). Ver esses itens.
Construção (<i>constructio</i>)	<p>(...) constructio est constructibilium unio, ex modis significandi, et intellectus causata, ad exprimendum mentis conceptum compositum finaliter adinventata. (Tomás de Erfurt, <i>G.S.</i>, XLVI, 90, in BECCARI, 2013, p. 366, grifos nossos).</p> <p>(...) a construção é a união dos construtíveis, por meio dos modos de significar, causada pelo intelecto, como um expediente cuja finalidade é exprimir um conceito composto da mente. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p><i>Constructio</i> é um decalque latino de σύνταξις (“sintaxe”).</p> <p>As construções abordadas por Tomás de Erfurt seguem um modelo binário, geralmente em estruturas do tipo <i>nome-nome</i>, <i>nome-verbo</i> ou <i>verbo-nome</i>. Chama-se construtível (<i>constructibilis</i>) a cada uma das partes da estrutura.</p> <p>As construções se classificam em dois grandes grupos: intransitivas e transitivas. Ver esses itens.</p>
Construção intransitiva (<i>constructio intransitiva</i>)	Constructio ergo intransitiva est constructio, in qua secundum constructibile, per suos modos significandi, dependet ad primum; (Tomás de Erfurt, <i>G.S.</i> , XLVII, 92, in BECCARI, 2013, p. 370, grifos nossos).	<p>O termo <i>intransitivus</i> é decalque do grego ἀμετάβατος.</p> <p>Explicando-se de outra maneira, a construção é intransitiva quando o sentido não transita de um ente para outro. Em <i>Socrates currit</i></p>

	<p>Portanto, a construção é intransitiva quando o segundo construtível, por seus modos de significar, depende do primeiro. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>(“Sócrates corre”), o segundo construtível (<i>currit</i>) depende do primeiro (<i>Socrates</i>), como bem descreve a definição ao lado. Além disso, o sentido não transita para outro ente; ele se limita ao praticante da ação: Sócrates.</p> <p>A construção intransitiva pode ser <i>de atos</i> ou <i>de pessoas</i>. No primeiro caso, há uma estrutura do tipo <i>nome-verbo</i> como em <i>Socrates currit</i> (“Sócrates corre”); no segundo, há uma estrutura do tipo <i>nome-nome</i> como em <i>homo albus</i> (“homem branco”) (XLVIII, 94).</p>
<p>Construção transitiva (<i>constructio transitiva</i>)</p>	<p><i>Constructio ergo transitiva est in qua primum constructibile, per suos modos significandi, dependet ad secundum, secundo per eius dependentiam a primo recedente, si dependens fuerit.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., XLVII, 92, in BECCARI, 2013, p. 371, grifos nossos).</p> <p>Logo, a construção transitiva é aquela em que o primeiro construtível, por seus modos de significar, depende do segundo, o qual se separa do primeiro pela sua dependência, se for dependente. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>transitivus</i> é decalque do grego μεταβατικός.</p> <p>Explicando-se de outra maneira, a construção é transitiva quando o sentido transita de um ente para outro. Em <i>filius Socratis</i> (“filho de Sócrates”), o segundo construtível (<i>Socratis</i>) é um atributo dependente do primeiro construtível (<i>filius</i>), como bem descreve a definição ao lado. Além disso, o sentido transita de um ente para outro, isto é, do filho para Sócrates.</p> <p>A construção transitiva pode ser <i>de atos</i> ou <i>de pessoas</i>. No primeiro caso, há uma estrutura do tipo <i>verbo-nome</i> como em <i>percutio Socratem</i> (“golpeio Sócrates”); no segundo, há uma estrutura do tipo <i>nome-nome</i> como em <i>filius Socratis</i> (“filho de Sócrates”) (LI, 104).</p>
<p>Gramaticalidade (<i>congruitas</i>)</p>	<p><i>Congruitas nihil aliud est, quam partium sermonis debita unio, ex modorum significandi conformitate ad aliquam speciem constructionis requisitorum derelicta.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., LIII, 114, in BECCARI, 2013, p. 371, grifos</p>	<p>A gramaticalidade (<i>congruitas</i>) se diferencia da primeira disposição do discurso, a <i>construção</i>, por ser esta uma união dos construtíveis em absoluto (LIII, 111). Segundo o autor, as construções <i>cappa nigra</i> (“capa negra”) e <i>cappa categorica</i> (“capa categórica”) são</p>

	<p>nossos).</p> <p>A gramaticalidade nada mais é que a devida união das partes do discurso a partir de uma dada conformidade dos modos de significar requeridos por uma construção específica. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>ambas gramaticais (<i>congruae</i>) já que atendem aos princípios de conveniência entre os <i>modos de significar</i> do substantivo e do adjetivo, porém a segunda é inapropriada do ponto de vista do significado já que a uma capa não faria sentido atribuir a qualidade de ser categórica.</p>
<p>Completude (<i>perfectio</i>)</p>	<p><i>Perfectio ergo nihil aliud est, quam passio sermonis tertia et ultima, ex debita constructibilium unione derelicta, cum sufficientia exprimendi mentis conceptum compositum secundum distantiam, et generandi perfectam sententiam in animo auditoris.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., LIV, 118, in BECCARI, 2013, p. 404, grifos nossos).</p> <p>Portanto, a completude nada mais é que a terceira e última disposição do discurso, que se dá a partir da união devida dos construtíveis, com a suficiência de exprimir um conceito composto da mente, segundo a distância, e de gerar uma sentença completa na mente do ouvinte. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>A completude (<i>perfectio</i>), se baseia no pressuposto de que a <i>construção</i> se destina a um fim: um próximo e outro remoto (LIV, 116). Tomás de Erfurt define o fim próximo como “a expressão de um conceito composto da mente segundo a distância” (<i>in</i> BECCARI, 2013, p. 401). Numa <i>construção</i> do tipo <i>homo albus</i> (“homem branco”), sem cópula, o tal distanciamento do ser não ocorre porque apenas o verbo é provido do <i>modo do distar da substância</i>, e, sem o elemento verbal, torna-se impossível aplicar os conceitos de verdade ou falsidade previstos no <i>Da Interpretação</i>, de Aristóteles. Destarte, a adição da cópula em <i>homo est albus</i> (“o homem é branco”) é condição <i>sine qua non</i> para que a construção atinja a completude e o seu fim remoto, qual seja, o de gerar perfeito entendimento na mente do ouvinte.</p>
<p>Oração completa / Oração perfeita (<i>oratio perfecta</i>)</p>	<p><i>Constructio ergo habens suppositum et appositum secundum conformitatem omnium modorum significandi, tamen nullam habens circa se dependentiam non terminatam, non retrahentem ipsam ab eius fine, est perfecta primo modo; quia nihil sibi deficit eorum, quae ad eius speciem requiruntur. Secundo modo etiam est perfecta, quia debite potest suum finem, propter quem</i></p>	<p>O termo <i>oratio perfecta</i> é tradução do grego αὐτοτελής λόγος, que designa uma oração à qual não falta nenhum elemento sintático. Segundo Vieira (2018, p. 53), trata-se de uma tradução equivocada, pois o adjetivo αὐτοτελής significaria aí algo como “autossustentado” ou “autônomo”, e não “completo”. Desse equívoco teria surgido o “dogma da frase autossuficiente”.</p>

	<p><i>ordinatur (quia est exprimere mentis conceptum compositum secundum distantiam, ut dictum est), pertingere. Tertio modo etiam est perfecta, quia potest facere sibi simile, id est, perfectum sensum in animo auditoris generare.</i> (Tomás de Erfurt, G.S., LIV, 117, in BECCARI, 2013, p. 403, grifos nossos).</p> <p>Portanto, a construção que possui um suposto e um aposto com seus modos de significar em conformidade, e que não possua nenhuma dependência não determinada que a desvie de seu fim, é considerada completa de acordo com a primeira maneira, porque não é deficiente das coisas que são requeridas por sua espécie. É completa também de acordo com a segunda maneira, porque atinge devidamente o fim para o qual é ordenada, que é exprimir um conceito composto da mente, segundo a distância, como foi dito acima. É completa da terceira maneira, porque faz um similar a si, isto é, um sentido perfeito na mente do ouvinte. (<i>ibidem</i>, tradução do autor, grifos nossos).</p>	<p>A definição ao lado apresenta três requisitos para a completude da oração: 1) a correspondência devida entre os <i>modos de significar</i> dos construtíveis; 2) a capacidade de exprimir um conceito da mente; 3) a capacidade de gerar um sentido perfeito na mente do ouvinte.</p>
<p>Composição (<i>compositio</i>)</p>	<p>Compositio ergo est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo verbum consignificat proprietatem inhaerentis secundum esse, et quo mediante verbum distans a supposito, primo et principaliter ad suppositum inclinatur (Tomás de Erfurt, G.S., XXVII, 52, in BECCARI, 2013, p. 312-313, grifos nossos).</p> <p>Portanto, a composição é o modo de significar accidental do verbo, mediante o qual o verbo</p>	<p>A composição é o <i>modo de significar accidental</i> do verbo por meio do qual este se liga a um suposto. Na sentença <i>Socrates currit</i> (“Sócrates corre”), o nome <i>Socrates</i> atua como suposto, e o verbo <i>currit</i> como aposto. Em termos modernos, poder-se-ia dizer que o <i>modo da composição</i> é aquele por meio do qual o verbo concorda com o seu sujeito. Subordinados a esse <i>modo de significar accidental</i> estão os <i>modos</i> relativos à pessoa, ao gênero e ao número.</p>

	cossignifica a propriedade do inerente segundo o ser (de outro) e mediante o qual o verbo, que se distancia do suposto, volta-se primeira e principalmente a ele. (<i>ibidem</i> , tradução do autor, grifos nossos).	
Significação (<i>significatio</i>)	Significatio ergo accidentalis est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo verbum significat proprietatem dependentiae ad quemlibet obliquum post se. (Tomás de Erfurt, <i>G.S.</i> , XXIX, 58, in BECCARI, 2013, p. 319, grifos nossos). Portanto, a significação accidental é o modo accidental de significar do verbo mediante o qual o verbo significa a propriedade da dependência em qualquer oblíquo depois si. (<i>ibidem</i> , tradução do autor, grifos nossos).	A significação é o <i>modo de significar accidental</i> do verbo por meio do qual este passa a depender de um complemento oblíquo depois de si. Na sentença <i>percutio Socratem</i> (“golpeio Sócrates”), o verbo <i>percutio</i> depende do oblíquo <i>Socratem</i> . Por esse motivo, como bem lembra Tomás de Erfurt, o seu correligionário modista Pedro Helias chamava a significação de <i>modus transeuntis</i> , ou seja, <i>modo da transitividade</i> (XXIX, 58).
Cópula (<i>copula</i>)	(não há)	Segundo Tomás de Erfurt, o verbo copulativo <i>est</i> está implícito em todas as construções verbais por estar na raiz de todos os verbos. Logo, numa sentença como <i>Socrates currit</i> (“Socrates corre”), está implícita a estrutura frasal <i>Socrates est currens</i> (“Sócrates é corredor”), que se divide noutras duas: <i>Socrates est</i> (“Sócrates existe”) e <i>est currens</i> (“há um corredor”) (BECCARI, 2013, p. 118-119).
Suposto (<i>suppositum</i>)	“Na GS [<i>Grammatica Speculatiua</i>], o suposto é um termo denotativo, geralmente um nome, que é o núcleo de uma construção sintática. Os nomes adjetivos e as outras partes do discurso, que geralmente são periféricos na construção, são chamados de apostos.” (BECCARI, 2013, p. 494, grifos nossos).	O termo <i>suppositum</i> é o particípio passado substantivado de <i>supponere</i> (“pôr embaixo”). Ele é empregado por Prisciano de Cesareia nas suas <i>Institutiones Grammaticae</i> como provável tradução do grego ὑποκείμενον, particípio presente médio de ὑπόκειμαι (“estar sujeito a”), empregado no Περὶ Συντάξεως por Apolônio Díscolo. Colombat

		<p>(2017, p. 128) supõe que o termo <i>suppositum</i> tenha saído da expressão <i>supponere uerbo</i> (“ser sujeito ao verbo”), que seria uma forma abreviada de <i>supponere personam uerbo</i> (“colocar uma pessoa sob o verbo”). Ambos os termos, o latino e o grego, tinham à época uma acepção mais ontológica do que sintática.</p> <p>Na <i>Grammatica Speculatiua</i>, o suposto é um construtível de natureza geralmente nominal a que se pode juntar um termo dependente atributivo, que é o seu aposto (BECCARI, 2013, p. 494). Numa construção do tipo <i>nome-nome</i> como <i>homo albus</i> (“homem branco”), o substantivo <i>homo</i> é o suposto, e o adjetivo <i>albus</i> é o aposto. O adjetivo necessariamente depende do substantivo porque a substância possui anterioridade ontológica em relação aos seus acidentes. Numa construção do tipo <i>nome-verbo</i> como <i>Socrates currit</i> (“Sócrates corre”), o substantivo <i>Socrates</i> é o suposto, e o verbo <i>currit</i> é o aposto. O verbo também possui valor atributivo na medida em que ele é parafraseável por uma construção copulativa: <i>currit</i> → <i>est currens</i> (“é um corredor”).</p> <p>Os binômios <i>suppositum-appositum</i> e <i>subiectum-praedicatum</i> só começam a aparecer em tratados de Gramática ou de Lógica a partir do século XII (GRAFFI, 2008, p. 59).</p>
<p>Aposto (<i>appositum</i>)</p>	<p>“Na GS [<i>Grammatica Speculatiua</i>], o suposto é um termo denotativo, geralmente um nome, que é o núcleo de uma construção sintática. Os nomes adjetivos e as outras partes do discurso, que</p>	<p>O termo <i>appositum</i> é o particípio passado substantivado de <i>apponere</i> (“pôr próximo”).</p> <p>O <i>appositum</i> é o construtível de natureza atributiva com o qual o suposto se junta para formar a</p>

	<p>geralmente são periféricos na construção, são chamados de apostos.” (BECCARI, 2013, p. 494, grifos nossos).</p>	<p>estrutura binária de uma construção. Numa construção do tipo <i>nome-nome</i> como <i>homo albus</i> (“homem branco”), o substantivo <i>homo</i> é o suposto, e o adjetivo <i>albus</i> é o aposto. O adjetivo necessariamente depende do substantivo porque a substância possui anterioridade ontológica em relação aos seus acidentes. Numa construção do tipo <i>nome-verbo</i> como <i>Socrates currit</i> (“Sócrates corre”), o substantivo <i>Socrates</i> é o suposto, e o verbo <i>currit</i> é o aposto. O verbo também possui valor atributivo na medida em que ele é parafraseável por uma construção copulativa: <i>currit</i> → <i>est currens</i> (“é um corredor”).</p> <p>Os binômios <i>suppositum-appositum</i> e <i>subiectum-praedictum</i> só começam a aparecer em tratados de Gramática ou de Lógica a partir do século XII (GRAFFI, 2008, p. 59).</p>
Oblíquo (<i>obliquus</i>)	<p>Construtível que completa o significado do verbo nas construções transitivas. (definição deduzida com base em XXIX, 58).</p>	<p>Por meio do <i>modo da significação</i>, o verbo passa a depender sintática e semanticamente de um complemento declinado em algum caso oblíquo. Na sentença <i>percutio Socratem</i> (“golpeio Sócrates”), o verbo <i>percutio</i> depende do oblíquo <i>Socratem</i>.</p>
Sujeito* (<i>subiectum</i>)	<p>Um dos termos de que se compõe uma proposição, segundo os lógicos. É o ente de que se fala. (definição deduzida com base em VI, 11).</p>	<p><i>Subiectum</i> (“posto debaixo”, “o que subjaz”) é o particípio passado substantivado do verbo <i>subiicere</i> (“pôr debaixo”), logo também é uma tradução possível para o grego ὑποκείμενον, ao lado de <i>suppositum</i>.</p> <p>Segundo Beccari (2013, p. 495), Tomás de Erfurt emprega o termo <i>subiectum</i> na obra como um sinônimo de substância, conforme a descreve Aristóteles na <i>Metafísica</i>. Portanto, o referido</p>

		<p><i>subiectum</i> não tem na obra um valor sintático.</p> <p>Os binômios <i>suppositum-appositum</i> e <i>subiectum-praedicatum</i> só começam a aparecer em tratados de Gramática ou de Lógica a partir do século XII (GRAFFI, 2008, p. 59).</p>
<p><i>Predicado*</i> (<i>praedicatum</i>)</p>	<p>Um dos termos de que se compõe uma proposição, segundo os lógicos. É aquilo que se diz sobre um ente. (definição deduzida com base em VI, 11).</p>	<p><i>Praedicatum</i> (“dito diante de alguém”) é o particípio passado substantivado de <i>praedicere</i> (“dizer publicamente”) e uma tradução não literal de <i>κατηγορημα</i> (“atributo”), que é o segundo termo de uma proposição lógica.</p> <p>Se o <i>subiectum</i> se refere ao ente de que se fala, o <i>praedicatum</i> traz os atributos predicáveis a esse ente, com base nas dez categorias de Aristóteles (BECCARI, 2013, p. 101). Portanto, o termo <i>praedicatum</i> não tem na obra um valor sintático.</p> <p>Os binômios <i>suppositum-appositum</i> e <i>subiectum-praedicatum</i> só começam a aparecer em tratados de Gramática ou de Lógica a partir do século XII (GRAFFI, 2008, p. 59).</p>
<p>Objeto* (<i>obiectus</i>)</p>	<p>(não há)</p>	<p>Assim como os termos <i>subiectum</i> e <i>praedicatum</i>, o termo <i>obiectus</i> não tem na <i>Grammatica Speculatiua</i> um valor sintático, mas filosófico ou ontológico. Ele aparece num passo da obra em oposição a <i>subiectum</i> (VI, 11).</p> <p>Na <i>Grammatica Speculatiua</i>, o termo que designa os complementos verbais é <i>obliquus</i>, e não <i>obiectus</i>. Ver item <i>obliquus</i>.</p>
<p>Concordância*</p>	<p>(não há)</p>	<p>Na <i>Grammatica Speculatiua</i>, o termo que mais se aproxima da noção sintática de concordância é</p>

		<i>congruitas</i> (“gramaticalidade”), definida como a segunda disposição do discurso (ver item <i>gramaticalidade</i>). Porém, Tomás de Erfurt também lança mão do termo <i>correspondia</i> (“correspondência”) para tratar da concordância do verbo com o seu suposto (XXVIII, 55), além do termo <i>conuenientia</i> .
Concordar*	(não há)	Não há na <i>Grammatica Speculatiua</i> um verbo que expresse canonicamente a ideia de concordar. Porém, na mesma passagem em que o autor trata da <i>correspondia uerbi et suppositi</i> (“correspondência do verbo e do suposto”), ele emprega o verbo <i>correspondere</i> nesse sentido sintático.
Regência*	(não há)	Na <i>Grammatica Speculatiua</i> , um dos termos que mais se aproximam da noção de regência é <i>dependentia</i> (“dependência”). Com efeito, o modelo sintático modista parte da premissa de que certos construtíveis dependem de outros. Numa construção transitiva, por exemplo, o verbo depende do seu oblíquo.
Reger*	(Não há)	Da mesma forma que o termo <i>dependentia</i> é o que mais se aproxima da noção de regência, o verbo <i>dependere</i> é o que mais se aproxima da noção sintática de reger. O autor o emprega em XXIX, 58.
Declinação (<i>declinatio</i>)	<i>Notandum, quod declinatio, quam Donatus sub casu comprehendit, a proprietate casuum oritur. Declinatio ergo est modus significandi rem nominis, per quem inflectitur. Et variatur per diversas casuum proprietate (...).</i> (Tomás de Erfurt, <i>G.S.</i> , XX, 35, in BECCARI, 2013, p. 287, grifos nossos).	O termo <i>declinatio</i> outrora se aplicava a nomes e verbos indiferentemente, mas na <i>Grammatica Speculatiua</i> só se aplica aos nomes, dos quais a declinação é um <i>modo de significar</i> . Segundo a definição ao lado, a Donato se deve aplicação do termo aos casos morfológicos.
	Deve-se notar que a declinação ,	

	que Donato colocou sob a abrangência do caso, origina-se das propriedades dos casos. A declinação é, portanto, o modo de significar a propriedade do nome por intermédio de que ele sofre inflexão. E ela varia de acordo com as diferentes propriedades de cada caso (...). (<i>ibidem</i> , tradução do autor, grifos nossos).	
Flexionar-se (<i>inflecteri</i>)	(Não há)	Na definição de <i>declinatio</i> (XX, 35), Tomás de Erfurt emprega na voz passiva o verbo <i>inflectĕre</i> (“torcer”, “desviar”) com o sentido de “flexionar-se”.

Tabela 15 - As partes do discurso em Fernão de Oliveira

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Nome	(não há)	<p><i>Nomen</i> é tradução do grego ὄνομα.</p> <p>Fernão de Oliveira reconhece a existência do substantivo e do adjetivo, mas ele não os considera classes autônomas. Trata-se de subclasses do nome. Também fazem parte da classe dos nomes os demonstrativos, os indefinidos, os numerais e, possivelmente, os relativos.</p> <p>Oliveira reconhece a existência de casos morfológicos nos artigos e nos pronomes, mas não a reconhece nos nomes.</p> <p>Oliveira divide os nomes portugueses em quatro declinações, em função do tipo de plural que eles tomam: os da primeira declinação requerem apenas o acréscimo de uma letra (<i>e.g. moço, moços</i>); os da segunda requerem acréscimo de sílaba (<i>e.g. pavês, paveses</i>); os da terceira requerem mudança de letra (<i>e.g. animal, animais</i>); e os da quarta requerem mudança de sílaba (<i>e.g. almeirão, almeirões</i>).</p>
Artigo	(não há)	<p><i>Artigo</i> vem do latim <i>articulus</i>, e este é uma tradução do grego ἄρθρον, que significa genericamente “juntura” ou “articulação”. Como termo gramatical, ele enfatiza justamente o papel articulatório dos <i>artigos</i> no texto.</p> <p>Oliveira reconhece a existência de quatro casos morfológicos na declinação dos artigos (cap. XLIII). O artigo masculino, por</p>

		exemplo, assim se declina: <i>o</i> (prepositivo), <i>do</i> (genitivo), ω ³²¹ (dativo) e <i>o</i> (pospositivo). Ver esses casos na tabela seguinte.
Pronome	(não há)	<p><i>Pronomen</i> é decalque do grego $\alpha\nu\tau\omega\nu\mu\acute{\iota}\alpha$, em que os prefixos <i>pro</i> e $\alpha\nu\tau(1)$ significam “em lugar de”, e os elementos <i>nomen</i> e $-\omega\nu\mu-$ significam “nome”. Os pronomes se empregam no lugar dos nomes.</p> <p>Para Oliveira, o pronome se declina em apenas três casos (cap. XLVI): <i>eu</i> (prepositivo), <i>me</i> (pospositivo) e <i>mi</i> (dativo).</p> <p>Oliveira põe os demonstrativos, os indefinidos e, possivelmente, os relativos na classe dos nomes, e não na dos pronomes.</p>
Verbo	(não há)	<p><i>Verbum</i> é tradução do grego $\rho\eta\mu\alpha$.</p> <p>Oliveira divide os verbos em três conjugações com base na terminação dos infinitivos (<i>-ar</i>, <i>-er</i>, <i>-ir</i>), assim como fazem os gramáticos modernos.</p> <p>Num dos capítulos relativos ao verbo, está escrito: “E também têm os nossos verbos gerúndios, como <i>sendo</i>, <i>amando</i>, <i>fazendo</i>; e participios, como <i>lido</i>, <i>amado</i>; <i>regido</i>, <i>lente</i>, <i>regente</i>, <i>perseverante</i>; e nomes verbaes, como <i>lição</i> e <i>regedor</i>.” (cap. XLVIII, E5r [Fol. 37r], grifos nossos). O trecho pode dar a entender que Oliveira vê o participio como uma subclasse do verbo, ao lado do gerúndio, porém não é possível afirmá-lo com toda a certeza porque o autor raramente trata das formas participais.</p>
Particípio	(não há)	<i>Participium</i> é decalque do grego $\mu\epsilon\tau\omicron\chi\acute{\eta}$, que é oriundo do verbo $\mu\epsilon\tau\acute{\epsilon}\chi\omega$ (“participar”). O participio

³²¹ ω = ao.

		<p>“participa” da classe dos nomes e dos verbos, trazendo marcas nominais de caso, gênero e número, além de tempo, voz verbal e significação. Daí a ideia de que ele “nasce de um e de outro”.</p> <p>Num dos capítulos relativos ao verbo, está escrito: “E também têm os nossos verbos gerúndios, como <i>sendo, amando, fazendo</i>; e participios, como <i>lido, amado; regido, lente, regente, perseverante</i>; e nomes verbaes, como <i>lição e regedor</i>.” (cap. XLVIII, E5r [Fol. 37r], grifos nossos). O trecho pode dar a entender que Oliveira vê o participio como uma subclasse do verbo, ao lado do gerúndio, porém não é possível afirmá-lo com toda a certeza porque o autor raramente trata das formas participais.</p>
Advérbio	(não há)	<i>Aduerbiu</i> m é decalque do grego ἐπίρρημα, em que os prefixos <i>ad</i> e <i>ἐπι</i> indicam proximidade, e os nomes <i>uerbum</i> e ῥήμα significam “verbo”. Os advérbios, portanto, se posicionam próximos aos verbos, modificando-os.
Conjunção	(não há)	<i>Coniunctio</i> é decalque do grego σύνδεσμος, nos quais os prefixos <i>con</i> e <i>συν</i> indicam contiguidade, e os nomes δεσμός e <i>iunctio</i> significam “ligação”. As conjunções têm justamente o papel de ligar palavras e sentenças.
Preposição	(não há)	<i>Praepositio</i> é decalque do grego πρόθεσις, em que os prefixos <i>prae</i> e <i>πρό</i> indicam anterioridade, e os nomes <i>positio</i> e θέσις significam “posição”. As preposições são, pois, palavras antepostas a outras.
Interjeição (<i>interiectio</i>)	(não há)	O termo <i>interiectio</i> vem do verbo <i>interiicēre</i> , composto pelo prefixo <i>inter</i> (“entre”) e pelo verbo <i>iacēre</i> (“lançar, “colocar”), com apofonia

		<p>da vogal tônica ($a > i$). A ideia por detrás do termo é de que a interjeição, por estar isolada sintaticamente, é “inserida” no meio das demais classes (DEZOTTI, 2013, p. 194).</p> <p>Para os gregos, a interjeição era uma subclasse de advérbio. Eles assim o faziam porque cada interjeição faz subentender-se a presença de um verbo.</p>
--	--	---

Tabela 16 - A terminologia (morfo)ssintática em Fernão de Oliveira

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Etimologia	Parte da gramática que trata do nascimento das dicções (<i>i.e.</i> das palavras) (Definição deduzida com base nos capítulos XXIX e XXX).	O termo <i>Etimologia</i> (do grego: ἔτυμος, “verdadeiro” ou “essencial”, e λόγος, “palavra” ou “discurso”) designa hoje o estudo da origem das palavras, mas, durante muitos séculos, ele foi usado nas gramáticas para designar o estudo das partes da oração tomadas isoladamente (<i>i.e.</i> Morfologia). Em Fernão de Oliveira, os capítulos dedicados à Etimologia se estendem do XXX ao XXXIX e tratam não só da origem etimológica das palavras (ou <i>dicções</i>), como também dos seus aspectos composicionais, diacrônicos, semânticos e derivacionais.
Analogia	A analogia diz respeito aos paradigmas flexionais em que se enquadram as partes da oração variáveis. (Definição deduzida com base nos capítulos XXXIX e XL).	Oliveira comenta, no capítulo XXXIX, que <i>analogia</i> é um vocábulo grego que significa proporção. Ele forma um par dicotômico com a <i>anomalia</i> .
Construção (<i>i.e.</i> Sintaxe)	Agora vejamos da composição ou concerto que as partes ou dições da nossa lingua têm entre si, como em qualquer outra lingua. E esta é a derradeira parte desta obra, a qual os grammaticos chamam construção . (Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLXI, C8r [Fol. 24r], grifos nossos).	O termo <i>construção</i> vem do latim <i>constructio</i> , que, por seu turno, é um decalque latino feito por Prisciano de Cesareia (século VI d.C.) do termo grego σύνταξις. Fernão de Oliveira dedica tão somente o capítulo XLIX da obra à Sintaxe, no qual se limita a arrolar algumas desproporções sintáticas do português.
Dição / Vocábulo / Palavra	Dição, vocabolo ou palavra, tudo quer dizer hũa cousa. E podemos assi dar sua definição: palavra é voz que sinifica cousa ou auto ³²² ou modo , cousa como artigo e nome, auto como verbo, modo como qualquer outra parte da oração (...). (Fernão de Oliveira, 1536, cap. XXX, C4r [Fol. 20r], grifos	O termo <i>uox</i> (“voz”) é tradução do grego φωνή, que se refere à forma física da palavra, sem um significado. Uma <i>voz</i> dotada de um significado torna-se, pois, uma dicção, um vocábulo ou uma palavra, segundo Fernão de Oliveira. Fernão de Oliveira, baseando-se

³²² *auto* = ato.

	nossos).	tanto em Varrão quanto em Quintiliano, propõe classificações lexicais com base nas seguintes perspectivas: etimológica, composicional, diacrônica, semântica e derivacional (LEITE, 2007, p. 131). Pela perspectiva etimológica, as palavras podem ser <i>nossas</i> (portuguesas) ou <i>alheias</i> (estrangeiras); pela perspectiva composicional, <i>apartadas</i> (simples) ou <i>juntas</i> (compostas); pela perspectiva diacrônica, <i>velhas</i> (arcaicas) ou <i>novas</i> ; pela perspectiva semântica, <i>próprias</i> (denotativas) ou <i>mudadas</i> (conotativas); pela perspectiva derivacional, <i>primeiras</i> (primitivas) ou <i>tiradas</i> (derivadas).
Parte da oração	(não há)	Embora Fernão de Oliveira não faça uma exposição individualizada das partes da oração, o autor cita ao longo da obra um total de nove partes: nome, artigo, pronome, verbo, particípio, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Em alguns trechos, ele cita o substantivo e o adjetivo, mas como subclasses do nome, e não como classes autônomas.
Caso	Diz Marco Varrão ³²³ que nenhuma outra língua tem declinação de casos senão a grega e latina. E esses casos mostram antr’elles o estado das cousas, o qual é diverso segundo os diversos officios dessas cousas : porque hum estado tem este nome <i>homem</i> quando faz, dizendo <i>o homem senhoreia o mundo</i> ; e outro estado mui diverso do primeiro tem quando padece, dizendo <i>Deos castiga o homem</i> . (Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLVI, E3v [Fol. 35v], grifos	O termo latino <i>casus</i> , particípio substantivado de <i>cadĕre</i> (“cair”), é decalque do grego πτώσις (“queda”), cuja origem como termo técnico é desconhecida (ROBBINS; 1967:1983, p. 21). Os estoicos já utilizavam πτώσις com o sentido gramatical de <i>caso</i> . Oliveira reconhece a existência de quatro casos para os artigos (prepositivo, genitivo, dativo e pospositivo) e de três para os pronomes (prepositivo, dativo e pospositivo). Ver esses itens na sequência.

³²³ *De Lingua Latina*, VIII, 16.

	nossos).	
Caso prepositivo (nominativo)	(não há)	<p>O termo <i>prepositivo</i> vem do latim <i>praepositiuus</i>, forma adjetival do particípio passado <i>praepositum</i> (“preposto” ou “posto antes”).</p> <p>Fernão de Oliveira diz textualmente que o caso prepositivo português corresponde ao nominativo latino (cap. XLIII). A opção pelo termo <i>prepositivo</i> se explica pelo fato de que o nominativo-sujeito em português não se distingue formalmente do acusativo-objeto, mas apenas posicionalmente. Isso explica por que optou por empregar os termos <i>prepositivo</i> e <i>pospositivo</i>, que remetem ao aspecto posicional dos sintagmas, no lugar de <i>nominativo</i> e <i>acusativo</i>. Basta lembrar os exemplos aduzidos pelo próprio autor: <i>o homem senhoreia o mundo</i> (nominativo-sujeito) e <i>Deos castiga o homem</i> (acusativo-objeto).</p>
Caso genitivo (ou possessivo)	(não há)	<p>O sintagma <i>casus genitiuus</i> é decalque do grego πῶσις γενική. O adjetivo γενική deriva de γένος (“raça”, “gênero”), assim como <i>genitiuus</i> deriva de <i>genus</i> (“raça”, “gênero”).</p> <p>A denominação <i>caso possessivo</i> também era usada entre os antigos, a exemplo de Dionísio Trácio, que emprega o termo κτητική (“possessivo”, de κτήσις, “posse”) em referência ao mesmo caso morfológico.</p>
Caso dativo	(não há)	<p>O sintagma <i>casus datiuus</i> é decalque do grego πῶσις δοτική. O adjetivo δοτική (“inclinado a dar”) vem do verbo irregular δίδωμι (“dar”).</p>
Caso pospositivo (acusativo)	(não há)	<p>O termo <i>prepositivo</i> vem do latim <i>postpositiuus</i>, forma adjetival do particípio passado <i>postpositum</i> (“posposto” ou “posto depois”).</p>

		Fernão de Oliveira diz textualmente que o caso pospositivo português corresponde ao acusativo latino (cap. XLIII). A opção pelo termo <i>pospositivo</i> se explica pelo fato de que o nominativo-sujeito em português não se distingue formalmente do acusativo-objeto, mas apenas posicionalmente. Isso explica por que optou por empregar os termos <i>prepositivo</i> e <i>pospositivo</i> , que remetem ao aspecto posicional dos sintagmas, no lugar de <i>nominativo</i> e <i>acusativo</i> .
Conveniência (i.e. concordância)	(não há)	Numa passagem do capítulo XLIX, Oliveira emprega claramente o termo <i>conveniência</i> com o sentido sintático de concordância: “(...) na conveniencia dos nomes ajetivo e sustantivo, relativo e antecedente, e isso mesmo do nome com o verbo.” (Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLIX, E5r [Fol. 37r], grifos nossos). O termo latino <i>conuenientia</i> e outros tantos da mesma família lexical já aparecem nas obras de Prisciano e de Tomás de Erfurt com acepção semelhante.
Concordar*	(não há)	
Regência*	(não há)	
Reger*	(Não há)	
Declinação	Declinação é diversidade de vozes tiradas de hum premeiro e firme principio por respeito de diversos estados das cousas, a qual assi é necessarea como nas gentes o conhecimento dos desvairados officios e estados. E chama-se declinação porque daquelle premeiro principio firme que dissemos, o qual não se move nem muda da sua premeira voz, se declinam, caem ou decendem, quasi como abaixando-se por graos , porque não têm a primoria que	O termo <i>declinatio</i> outrora se applicava a nomes e verbos indiferentemente, mas, na <i>Grammatica da lingoagem portuguesa</i> , ele só se aplica aos nomes, já que para as flexões verbais Oliveira usa o termo <i>conjugação</i> . Notem-se, a propósito, as explicações etimológicas para o termo <i>declinação</i> dadas pelo gramático.

	fica no premeiro principio as vozes declinadas cada hũa por seu jeito. (Fernão de Oliveira, 1536, cap. XL, D4v [Fol. 28v], grifos nossos).	
Declinação voluntária	Marco Varrão ³²⁴ divide as declinações em naturaes e voluntareas . Voluntareas são as que cada hum faz à sua vontade , tirando hũa doutra, como de <i>Portugal, portugûes</i> e de <i>França, francês</i> ; mas de <i>Frandes</i> ³²⁵ , <i>framengo</i> ³²⁶ e de <i>Galiza, galego</i> . (Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLI, D5r [Fol. 29r], grifos nossos).	A declinação voluntária subjaz ao moderno conceito de derivação e opera nas palavras segundo a vontade dos falantes, e não por imposição de um paradigma de declinação. Os exemplos aludidos pelo gramático renascentista trazem à baila outro traço característico da declinação voluntária e da própria derivação: a assistemeticidade do processo.
Declinação natural	As declinações naturaes são mais sojeitas às regras e leis de cujo mandado se rege esta arte. As regras ou leis que digo são, como disse, anotações do bo costume . As quaes, porque assi são mais gerais e comprehendem mais, chamamos-lhe naturaes; e de feito parecem ser mais proprias e consoantes à natureza da lingua, pois lhe [a] ella mais obedecem. E assi diz Marco Varrão que a declinação natural é aquella que não obedece à vontade particular de cada hum, mas que é conforme ao comum parecer de todos (...). E para que comecemos a dar exemplos, assim das regras geraes como das eiceições particulares, sabereis que também aqui, segundo nosso parecer, podem entrar alghũas especeas de dições tiradas [<i>i.e.</i> derivadas], como são os nomes d'alghuns officios mecanicos, os quaes, se são nossos proprios e são tirados, pella maior parte acabam nesta terminação <i>eiro</i> , como <i>pedreiro, carpenteiro</i> ,	A declinação natural subjaz ao moderno conceito de flexão e opera nas palavras segundo regras gerais firmadas pelo uso comum, nas quais podem existir exceções. Os exemplos aludidos no trecho trazem a terminação mais comumente usada na formação dos nomes relativos a ofícios mecânicos (<i>pedreiro, carpinteiro, sapateiro</i>), porém, é forçoso lembrar que esses nomes, do ponto de vista gramatical hodierno, se enquadram no processo de derivação, e não no de flexão, porque este último costuma ocorrer por força do contexto sintático.

³²⁴ (De Lingua Latina, VIII, 21-22).

³²⁵ *Frandes* = Flandres (região localizada no norte da Bélgica atual).

³²⁶ *framengo* = flamengo.

	<i>sapateiro</i> . (Fernão de Oliveira, 1536, cap. XLII, D6v [Fol. 30v], grifos nossos).	
--	--	--

Tabela 17 - As partes do discurso em João de Barros

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Nome	<p>Nome (segundo a definição dos gramáticos): é aquele que se declina per casos sem tempo significando sempre alguma coisa que tenha corpo, ou sem corpo. Que tenha corpo: como, homem, páo, pedra. Sem corpo, Gramática, ciência, doutrina. E cada um dos Nomes tem estes acidentes, Qualidade, Espécie, Figura, Género, Numero, Declinação per casos (...) (BARROS, 1540, p. 7, grifos nossos).</p>	<p><i>Nomen</i> (> <i>nome</i>) é tradução do grego ὄνομα.</p> <p>João de Barros reconhece a existência do substantivo e do adjetivo, mas não os considera classes autônomas. Trata-se de subclasses do nome. Também fazem parte da classe dos nomes os indefinidos, os numerais e os relativos.</p> <p>Barros aponta seis casos morfológicos para os nomes, para os pronomes e para os artigos. São mesmos do latim: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo.</p> <p>Barros divide os nomes portugueses em duas declinações: uma para nomes findos em vogal (e.g. rainha), outra para os nomes findos em consoante (e.g. cardeal).</p> <p>Classificações do nome: 1) Quanto à qualidade: próprio (<i>Lisboa, Roma, César</i>) e comum; substantivo (<i>cavalo, touro</i>) e adjetivo (<i>formoso, bravo</i>); relativo (<i>que</i>) e antecedente. 2) Quanto à espécie: primitivo (<i>cidade, corte, casa</i>) e derivado (<i>cidadã, cortesã, caseiro</i>), que se dividem em oito tipos: patronímico, possessivo, diminutivo, aumentativo, comparativo, denominativo, verbal e adverbial; 3) Quanto à figura: simples (<i>justo</i>) e composto (<i>guarda-porta</i>); 4) Quanto ao género: masculino (<i>homem</i>), feminino (<i>mulher</i>), neutro (<i>o pecar</i>)³²⁷, comum a dois</p>

³²⁷ Barros inclui no género neutro a denominação das letras (*a, b, c*) e os infinitivos substantivados, como *o pecar*.

		(<i>inventor</i>) ³²⁸ , comum a três (<i>triste</i>), duvidoso e confuso; 5) Quanto ao número: singular (<i>homem</i>) e plural (<i>homens</i>); 6) Quanto à declinação por casos: nominativo (<i>a rainha</i>), genitivo (<i>da rainha</i>), dativo (<i>à rainha</i>), acusativo (<i>a rainha</i>), vocativo (<i>ó rainha</i>) e ablativo (<i>da rainha</i>).
Artigo	Artigo é hũa das pártes da oraçám, a qual como ia dissémos nam tem os latinos: e uem este nome, artigo, de <i>articulus</i> , diçam latina: deriuáda de <i>Arthon</i> gréga, que quér dizer iuntura de neruos, a que nós propriamente chamamos artelho. E bem como da liança e ligadura dos neruos se sostem o corpo, assy do aiuntamento do artigo aos cásos do nome, se compõem a oraçám, per semelhante exemplo: dos hómões é obrár uirtude, e das áues auoár. (BARROS, 1540, p. 23, grifos nossos).	<i>Artigo</i> vem do latim <i>articulus</i> , e este é uma tradução do grego ἄρθρον, que significa genericamente “juntura” ou “articulação”. Como termo gramatical, ele enfatiza justamente o papel articulatório dos <i>artigos</i> no texto. Barros afirma que o artigo é um elemento essencial para a declinação dos nomes, com os quais ele forma seis casos: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo.
Pronome	Pronome, é hũa páрте da óraçám que se põem em lugar do próprio nome: e por isso dissémos que era cõiũta a elle per matrimónio, e da quy tomou o nome. Exemplo, Eu escreúo esta Grãmática pera ty, Esta páрте, eu, se chama, Pronome: a qual básta pera se entender o que disse, sem acreçētár o meu próprio nome Ioam de Bárros, em cuio lugar sérue. (BARROS, 1540, p. 29, grifos nossos).	<i>Pronomen</i> (> <i>pronome</i>) é decalque do grego ἀνωνομία, em que os prefixos <i>pro</i> e ἀντ(ι) significam “em lugar de”, e os elementos <i>nomen</i> e -ωνουμ- significam “nome”. Os pronomes se empregam no lugar dos nomes. Barros enquadra os indefinidos e os relativos na classe dos nomes, e não na dos pronomes. Classificações do pronome: 1) Quanto à espécie: primitivo (<i>eu, tu, si, este, esse, ele</i>) e derivado (<i>meu, teu, seu, nosso, vosso</i>); 2) Quanto à figura: simples (<i>eu, tu, este, esse</i>) e composto (<i>eu mesmo, tu mesmo, aqueste, aquesse</i>); 3) Quanto ao gênero: masculino (<i>este</i>), feminino (<i>esta</i>), neutro

³²⁸ No português arcaico, os nomes findos em *-or* não se flexionavam no feminino, a exemplo de *mãa senhor* (“minha senhora”). Ao que parece, esse traço persistiu até o século XVI.

		(isto) e comum a dois (<i>eu, tu, si</i>); 4) Quanto à pessoa: primeira (<i>eu</i>), segunda (<i>tu</i>) e terceira (<i>ela</i>); 5) Quanto ao número: singular (<i>eu</i>) e plural (<i>nós</i>); 6) Quanto ao caso: nominativo (<i>eu, tu</i>), genitivo (<i>de mim, de ti</i>), dativo (<i>a mim, a ti</i>), acusativo (<i>me, te</i>), vocativo (<i>ó eu, ó tu</i>), ablativo (<i>de mim, de ti</i>).
Verbo	Verbo (segundo difinçám de todolos grãmáticos) é hũa uóz ou palaura que demóstra obrár algũa cousa : o quáil nam se declina como o nome e prónimo per casos, mas coniugase per módos e tempos, como ueremos per suas coniugações. Os latinos partem os seus uérbos, em sustantiuos e aietiuos. Dos primeiros temos este só uérbo, sou, ao quáil chamámos sustantiuo por que demóstra o ser pessoál da cousa, como quádo digo, Eu sou criatura racionál. Vérbo aietiuo podemos chamar todolos outros. (BARROS, 1540, p. 35, grifos nossos).	<i>Verbum</i> (> <i>verbo</i>) é tradução do grego ῥῆμα. Barros vê o particípio como classe autônoma, e não como subclasse de verbo. Classificações do verbo: 1) Quanto ao gênero: ativo (<i>amo</i>) e neutro (<i>estou, ando, venho, vou, fico</i>); 2) Quanto à espécie: primitivo (<i>amo</i>) e derivado (<i>desamo</i>); dentre os derivados: aumentativo (<i>branquejar</i>), diminutivo (<i>choramingar</i>), denominativo (<i>armar</i> , oriundo do nome <i>arma</i>) e adverbial (<i>avantejar</i> , do advérbio <i>avante</i>); 3) Quanto à figura: simples (<i>conheço</i>) e composto (<i>desconheço</i>); 4) Quanto ao tempo: presente (<i>amo</i>), passado por acabar (<i>amava</i>), passado acabado (<i>amei</i>), passado mais que acabado (<i>amara, tinha amado</i>), vindouro / futuro (<i>amarei</i>) e outros.
Particípio	(não há)	<i>Participium</i> (> <i>particípio</i>) é decalque do grego μετοχή, que é oriundo do verbo μετέχω (“participar”). O particípio “participa” da classe dos nomes e dos verbos, trazendo marcas nominais de caso, gênero e número, além de tempo, voz verbal e significação. Daí a ideia de que ele “nasce de um e de outro”. Seguindo a doutrina gramatical dos latinos, Barros vê o particípio

		como classe autônoma, e não como subclasse de verbo, embora ironicamente não lhe tenha dedicado um capítulo em separado em sua gramática.
Advérbio	<p>Auérbio é hũa das nóue pártes da óraçã que sêpre anda cõiũta e coseita cõ o uérbo, e daquy tomou o nome: por <i>que</i>, ad, quér dizer cerca, e cõpósto cõ, uerbũ, fica aduerbiũ q ue quér dizer, açerca do uérbo. Foy esta páрте muy neçesária, cá per ella se denòta a eficácia ou remissã do uérbo, por <i>que</i> quãdo digo, eu amo a uerdáde, demóstro <i>que</i> simplemẽte fáço esta óbra de amár, mas dizêdo: eu amo muito a uerdáde, <i>per</i> este auérbio, muito, denóto a cãtidáde do amor <i>que</i> tenho á cousa. (BARROS, 1540, p. 55, grifos nossos).</p>	<p><i>Aduerbiũ</i> (> <i>advérbio</i>) é decalque do grego ἐπίρρημα, em que os prefixos <i>ad</i> e ἐπι indicam proximidade, e os nomes <i>uerbum</i> e ῥήμα significam “verbo”. Os advérbios, portanto, se posicionam próximos aos verbos, modificando-os.</p> <p>Classificações do advérbio: 1) Quanto à espécie: primitivo (<i>muito</i>, <i>pouco</i>) e derivado (<i>mal</i>³²⁹); 2) Quanto à figura: simples (<i>ontem</i>) e composta (<i>anteontem</i>); 3) Quanto à significação, pode denotar: lugar (<i>aqui</i>), tempo (<i>ontem</i>), quantidade (<i>muito</i>), qualidade (<i>bem</i>), afirmação (<i>sim</i>), negação (<i>não</i>), dúvida (<i>quicã</i>), demonstração (<i>eis</i>), chamamento (<i>olá</i>), desejo (<i>oxalá</i>), ordenação (<i>depois</i>), pergunta (<i>como</i>), ajuntamento (<i>juntamente</i>), apartamento (<i>afora</i>), juramento (<i>em verdade</i>), despertar (<i>eia</i>), comparação (<i>assim</i>) e acabamento (<i>finalmente</i>).</p>
Preposição	<p>Preposiçã, é hũa páрте das nóue que tẽ a nóssa grãmática: a quál se põem ante as outras pártes per aiũtamẽto ou per cõposiçã. Quãdo é per aiũtamẽto, ordenase per este módo: eu uou á escola. Esta letera, á, pósta ante da escóla, se chama preposiçã: a quál rége o cáso accusatiuo, e neste está o nome escóla. E se dissér, eu apróuo tua doutrina, é per composiçã: ca se compõem esta letera, a, com próuo e dizemos, apróuo. (BARROS, 1540, p. 57).</p>	<p><i>Praepositio</i> (> <i>preposição</i>) é decalque do grego πρόθεσις, em que os prefixos <i>prae</i> e πρό indicam anterioridade, e os nomes <i>positio</i> e θέσις significam “posição”. As preposições são, pois, palavras antepostas a outras.</p> <p>Barros aponta um único acidente para a preposição, a figura, com base no qual ela pode ser singela (e.g. <i>cerca</i>) ou dobrada (e.g. <i>acerca</i>).</p> <p>Segundo Barros, as preposições podem reger quatro casos</p>

³²⁹ Segundo Barros, o advérbio *mal* (< latim *male*) deriva de *mau* (< latim *malum*).

		obliquos: Estas preposições hũas régem genitiuo , outras datiuo , outras acusatiuo , e outras ablatiuo . As do genitiuo, sam, de, do. As do datiuo. á, ao, pera. As do <i>acusatiuo</i> á, ante, diánte, antre, cõtra, per, por. As do ablatiuo, Com, em, no, na, sem. (João de Barros, 1540, p. 55, grifos nossos).
Conjunção	(não há)	<p><i>Coniunctio</i> (> <i>conjunção</i>) é decalque do grego σύνδεσμος, nos quais os prefixos <i>con</i> e συν indicam contiguidade, e os nomes δεσμός e <i>iunctio</i> significam “ligação”. As conjunções têm justamente o papel de ligar palavras e sentenças.</p> <p>Barros não reserva nenhum capítulo à conjunção possivelmente porque a considerava demasiado complexa para um tratado pedagógico. Limita-se ele a classificá-las em copulativas e disjuntivas, no capítulo de Sintaxe.</p>
Interjeição (<i>interiectio</i>)	Os gregos contáram esta páрте da interieçam cõ o auérbio. Os latinos (a quem nós seguimos) distintamête falarã della: e segũdo elles, nã é mais q ue hũa denotaçã do que a álma padeçe . (BARROS, 1540, p. 58).	<p>O termo <i>interiectio</i> (> <i>interjeição</i>) vem do verbo <i>interiicere</i>, composto pelo prefixo <i>inter</i> (“entre”) e pelo verbo <i>iacere</i> (“lançar, “colocar”), com apofonia da vogal tônica (<i>a > i</i>). A ideia por detrás do termo é de que a interjeição, por estar isolada sintaticamente, é “inserida” no meio das demais classes (DEZOTTI, 2013, p. 194).</p> <p>Para os gregos, a interjeição era uma subclasse de advérbio. Eles assim o faziam porque cada interjeição faz subentender-se a presença de um verbo.</p> <p>Exemplos de interjeição dados pelo autor: “Ay, oy, ex: sam de quem sente dor. Há, há, he: de quem ry. Iesu: de quem se espanta.</p>

		<p>Ay ay, de quem sinte prazer achando. A deos: de quem exclama. A há, de quẽ cõprende alguẽ em malefício. Huy: de quem zomba. Chis, st, pera fazer silêncio”. (BARROS, 1540, p. 58-59).</p>
--	--	--

Tabela 18 - A terminologia (morfo)ssintática em João de Barros

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Etimologia	Nesta terceira parte da nossa Gramática que é da diçã, a que os latinos chamam, Ethimologia, que quer dizer naçimêto da diçã: se quiséssemos buscar o fundamento e raiz donde ueeram os nossos uocábulos, seria ir buscar as fôtes do Nilo. E pois Isidoro nas suas Ethimologias, â ãã pode achar a muitas cousas: menos â daremos aos nossos uocábulos. (BARROS, 1540, p. 8, grifos nossos).	O termo <i>Etimologia</i> (do grego: ἔτυμος, “verdadeiro” ou “essencial”, e λόγος, “palavra” ou “discurso”) designa hoje o estudo da origem das palavras, mas, durante muitos séculos, ele foi usado nas gramáticas para designar o estudo das partes da oração tomadas isoladamente (<i>i.e.</i> Morfologia). Como, para João de Barros, é inglório tentar procurar as origens remotas das palavras, o autor prefere tratar exclusivamente dos aspectos flexionais, derivacionais e semânticos das partes da oração no seus capítulos de Etimologia.
Construção (<i>i.e.</i> Sintaxe)	Te quy, tratamos das primeiras tres partes da gramática .s. letera, syllaba, diçã: fica agóra uermos a quarta que é da cõstruiçã , Esta (segundo difincã dos gramáticos) é hũa cõueniência entre partes, póstas ã seus naturáes lugáres: per as quáes uimos ã cõhiçimêto dos nossos cõçeitos . (BARROS, 1540, p. 59, grifos nossos).	O termo <i>construção</i> vem do latim <i>constructio</i> , que, por seu turno, é um decalque latino feito por Prisciano de Cesareia (século VI d.C.) do termo grego σύνταξις. No capítulo dedicado à construção, Barros aborda as regras gerais de concordância e de regimento (<i>i.e.</i> regência).
Dicção / Vocábulo / Palavra		O termo <i>uox</i> (“voz”) é tradução do grego φωνή, que se refere à forma física da palavra, sem um significado. Uma <i>voz</i> dotada de um significado torna-se, pois, uma dicção, um vocábulo ou uma palavra.
Parte da oração	(não há)	Assim como Fernão de Oliveira, João de Barros aponta nove partes da oração: nome, artigo, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.
Cláusula	As paláuras que iázem antre dous cólos, se chamam, clausula , ao nósso módo: e segundo os gregos, período a que os latinos chamam termo . (BARROS, 1540, p. 98, grifos	Barros define a cláusula como um conjunto de palavras que jazem entre dois colos e aponta dois correspondentes terminológicos: em grego, <i>período</i> (< περίοδος, de περί + ὄδος) e, em latim, <i>termo</i> (<

	nossos).	<i>terminum</i>). Segundo o vocabulário gramatical de hoje, à palavra ou ao conjunto de palavras que jazem entre um ponto e outro se pode chamar genericamente de <i>frase</i> ou, no âmbito da Sintaxe Tradicional, de <i>período</i> , que pode ser simples ou composto desde que haja uma ou mais orações em sua estrutura.
Caso	Casos, sam os termos per onde os nomes pronomes e partiçipios pódem andár, os quães termos dádo que nã mudẽ a sustança do nome: gouernã a órdem da oraçám mediante o uérbo. E por que (como ia disse) por sermos filhos da lingua latina, temos tanta conformidáde com élla, que conuẽ usármos dos seus termos: principálmente em cousas que tem seus próprios nomes, dos quães nã deuemos fogir. (BARROS, 1540, p. 21, grifos nossos).	O termo latino <i>casus</i> , particípio substantivado de <i>cadere</i> (“cair”), é decalque do grego <i>πτῶσις</i> (“queda”), cuja origem como termo técnico é desconhecida (ROBBINS; 1967:1983, p. 21). Os estoicos já utilizavam <i>πτῶσις</i> com o sentido gramatical de <i>caso</i> . Barros aponta em português os mesmos casos morfológicos existentes em latim. Por exemplo: nominativo (<i>a rainha</i>), genitivo (<i>da rainha</i>), dativo (<i>à rainha</i>), acusativo (<i>a rainha</i>), vocativo (<i>ó rainha</i>) e ablativo (<i>da rainha</i>). Esse paralelismo gramatical com a língua de Roma pode parecer artificial a um leitor hodierno, mas era um procedimento comum nas gramáticas vernáculas da época. Afinal, o latim continuava sendo a principal língua de cultura na Europa.
Caso nominativo	Chamã os latinos ao primeiro caso, Nominatiuo, por ser o primeiro que nomea a cousa: e nelle está a cousa que é ou a pessoa que fáz per semelhãte exẽplo, a cobiça é raíz de todolos máles. Esta cobiça, ser raiz fica em o caso <i>nominatiuo</i> . quem fáz, a liberalidáde fáz os príncipes amádos. E por esta liberalidáde ser autor desta óbra, está em o caso <i>nominatiuo</i> pela segunda páрте da régra. (BARROS, 1540, p. 21-22, grifos nossos).	O termo <i>casus nominatiuus</i> (> caso nominativo) é decalque de <i>πτῶσις ὀνομαστική</i> . A definição de João de Barros dá enfoque aos aspectos semânticos do nominativo, que representa “a cousa que é ou a pessoa que fáz”. Ela em muito assemelha à atual definição de <i>sujeito</i> pela Sintaxe Tradicional.
Caso genitivo	Ao segundo caso chamam,	O sintagma <i>casus genitiuus</i> é

(possessivo ou interrogativo)	<p>Genitiuo, e dizem algũus latinos que lhe conuem este nome por gérár os outros cáso. E outros lhe chamam cáso possessiuo e interrogatiuo, por nelle estár o senhor da cousa, como se preguntássem. De quem é esta árte de grammática? pódesse responder, do principe nósso senhor. (BARROS, 1540, p. 22, grifos nossos).</p>	<p>decalque do grego πῶσις γενική. O adjetivo γενική deriva de γένος (“raça”, “gênero”), assim como <i>genitiuus</i> deriva de <i>genus</i> (“raça”, “gênero”).</p> <p>A denominação <i>caso possessivo</i> também era usada entre os antigos, a exemplo de Dionísio Trácio, que emprega o termo κτητική (“possessivo”, de κτήσις, “posse”) em referência ao mesmo caso morfológico.</p> <p>A definição de Barros prioriza o aspecto semântico do genitivo: “por nelle estár o senhor da cousa”. Do ponto de vista morfossintático, o genitivo se constrói com a preposição <i>de</i>, conforme indica o exemplo do autor.</p>
Caso dativo	<p>Em o terceiro cáso a que chamam, Datiuo, poemos a pessoa em cuiu proueito ou dano é dáda ou feita a cousa, per este exemplo: Em aprêder, fázés a ty bõa óbra: e ao méstre dás contentamento. (BARROS, 1540, p. 22).</p>	<p>O sintagma <i>casus datiuus</i> é decalque do grego πῶσις δοτική. O adjetivo δοτική (“inclinado a dar”) vem do verbo irregular δίδωμι (“dar”).</p> <p>A definição de Barros dá enfoque ao aspecto semântico do dativo, que representa “a pessoa em cuiu proueito ou dano é dáda ou feita a cousa”. Ela em muito assemelha à atual definição de <i>objeto indireto</i> pela Sintaxe Tradicional. Do ponto de vista morfossintático, o dativo se constrói geralmente com a preposição <i>a</i>.</p>
Caso acusativo	<p>Em o quártó cáso, a que chamã Acusatiuo, se põe a cou[sa] feita ou amáda: exêplo, os hómẽes bõos amã a uirtude. Esta uirtude ã que óbrã os hómẽes, fica em accusatiuo. (BARROS, 1540, p. 22).</p>	<p>O sintagma <i>casus accusatiuus</i> (> caso acusativo) é uma tradução errônea do grego πῶσις αἰτιατική (“caso causativo”). Varrão foi traído pela polissemia do substantivo αἰτία, que pode significar “causa”, “acusação” ou “encargo”. (ROBBINS, 1967:1983, p. 28).</p> <p>A definição de Barros incide sobre o aspecto semântico do</p>

		acusativo, que representa: “a cou[sa] feita ou amada”. Não havendo o mais das vezes uma diferença formal entre ele e o nominativo, é necessário recorrer a aspectos semânticos e posicionais para diferenciá-los.
Caso vocativo	Em o quinto caso per nome, Vocativo, está a pessoa que chamamos: o qual se rége destas interieições, ó, ou, oula, a uós, e outras que se uerám em seu lugar. E por este modo dizemos, ó piadoso deos, lēbrate de my. (BARROS, 1540, p. 22).	O termo <i>casus uocatiuus</i> (> caso vocativo) é decalque do grego πτωσις κλητική, do verbo καλέω, “chamar”). A definição de Barros aborda aspectos semânticos e sintáticos do vocativo, que representa “a pessoa que chamamos: o qual se rége destas interieições, ó, ou, oula”.
Caso ablativo	Do sexto caso a que chamam, Ablatiuo, se usa, tirado ou apartando a cousa dalgũ lugar per este exemplo, eu tiro muita doutrina dos liuros. (BARROS, 1540, p. 22).	O sintagma <i>casus ablatiuus</i> (> caso ablativo) é uma criação latina que substituiu em definitivo os genéricos termos usados por Varrão: <i>casus sextus</i> ou <i>casus latinus</i> . O termo <i>ablatiuus</i> deriva de <i>ablatum</i> , supino ou particípio passado do verbo irregular <i>aufferre</i> (“tirar”, “trazer”). O ablativo latino indica, entre outras coisas, procedência e separação. A definição de Barros dá enfoque ao aspecto semântico do ablativo, que representa uma coisa de onde se tira algo. Do ponto de vista morfossintático, ele geralmente se constrói com a preposição <i>de</i> .
Caso efetivo	E se dissér, eu tiro muita doutrina dos liuros com meu trabálho, fica este nome, trabálho, em outro caso seitimo, a que os Latinos chamam effectiuo. Este caso se rége desta proposiçam com, e nelle está o instrumento com que obrámos algũa cousa per o exemplo deçima. (BARROS, 1540, p. 22-23).	O caso efetivo assim se chama porque nele se flexiona o nome da coisa por meio da qual uma ação se realiza, ou melhor, se leva a efeito. Os gramáticos latinos da Antiguidade e da Idade Média não fazem alusão a nenhum <i>casus effectiuus</i> , de modo que Barros provavelmente tenha trasladado o termo da gramática latina de Nebrija, as <i>Introductiones Latinae</i> (1496), nas quais constam o referido caso morfológico e a seguinte definição: “Por que se

		chama [caso] efetivo ? Porque nesse caso pomos o instrumento pelo qual algo se realiza, como em <i>ego peto te saxo</i> (“eu te alvejo com uma pedra ”).” (Nebrija, <i>Introductiones Latinae</i> , in CAÑO, 1987, p. 108, tradução e grifos nossos).
Suposto	(não há)	Barros emprega o termo <i>suposto</i> ao menos duas vezes na sua gramática, o qual pode remeter ao conceito modista de <i>suppositum</i> . Eis as duas ocorrências: “Estes uérbos [impessoais] coniuganse per todos los tempos e módos com este cáso datiuo por soposto , dizêdo: A my, a ty, a elle, a nós, a uós , e a todos los hómẽes reléua, compre, cõuem, falár uerdáde”. (João de Barros, 1540, p. 37, grifos nossos); “Hipozensis, quér dizer aiuntamento debaixo. E sendo espécia de Zeuma ³³⁰ , é contraira a ella, ca correspondẽ muitos uérbos a hum soposto , per semelhante exemplo. Elrey dom Ioam o primeiro, uêçeo a batálha réal, e pasou em África e tomou ceita ³³¹ , aos mouros, e tornou-se a este reino uitorioso, onde faleceo ía de muita idade.” (<i>ibidem</i> , p. 71, grifos nossos).
Conveniência	(não há)	Barros emprega o termo <i>conveniência</i> numa acepção mais ampla, à semelhança do conceito apoloniano de καταλληλότης (“coerência”), que diz respeito à boa estruturação sintática de uma oração em geral. Já o termo <i>concordância</i> aparece no trecho com a sua acepção hodierna, referindo-se especificamente ao fenômeno de similaridade morfossintática entre palavras que compartilham certos acidentes gramaticais. Ver o item concordância.

³³⁰ Zeuma = zeugma.

³³¹ ceita = Ceuta (cidade tomada aos mouros).

Concordância	<p>Concordância é hũa cõueniência de duas dições correspõdentes hũa á outra, em numero, em género: em cásu, pessoa, ou em algũa destas cousas. Em numero, género, e cásu: como o aietiuo cõ seu sustãtiu. Em género, numero, e pessoa: como, o relatiuo e antecedête. Em numero e pessoa: como, o nominatiuo e uérbo. (BARROS, 1540, p. 60, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>concordância</i> (< <i>concordantia</i>) é uma inovação terminológica do período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132-133).</p> <p>Barros elenca os três tipos canônicos de concordância: entre adjetivo e substantivo, que concordam em gênero, número e caso; entre o relativo e o antecedente, que concordam em gênero, número e pessoa; entre o nominativo e o verbo, que concordam em número e pessoa. Os casos excepcionais de concordância aparecem no capítulo relativo às figuras.</p>
Convir	(não há)	<p>Dentre os verbos que expressam o conceito sintático de concordância, Barros usa geralmente o verbo <i>convir</i>, como neste trecho: “Tem mais o nome hũa concordância, quando está em o cásu nominatiuo: que á de cõuir com o uérbo em numero e pessoa, como quando digo, eu amo.” (João de Barros, 1540, p. 61, grifos nossos). A preferência de Barros pelo verbo <i>convir</i> se explica pelo fato de os latinos terem empregado o correspondente etimológico <i>conuenire</i> em contextos similares.</p>
Regimento (i.e. regência)	<p>Regimento é quando hũa diçám se construe com outra diuérsa a ella, per género ou per numero cásu ou pessoa: sómente per hũa espeçial natureza, cõ que obriga e sogeita a seguinte a ser pósta em algum dos cásos que temos, como se uerá ao diante. (BARROS, 1540, p. 60, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>regimento</i> e outros tantos da mesma família lexical datam do período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132). Quando o gramático assevera que o regimento é uma propriedade por meio da qual uma palavra ou dicção “obriga e sogeita a seguinte a ser pósta em algum dos cásos que temos”, torna-se nítida a ideia de hierarquia sintática entre certas partes da oração. Assim como um rei (do latim <i>regem</i>) obriga e sujeita os seus vassalos à sua autoridade régia, certas dicções obrigam e sujeitam</p>

		outras a tomarem este ou aquele caso morfológico, regendo-as.
Reger	(Não há)	Barros emprega por diversas vezes o verbo <i>reger</i> para indicar os casos morfológicos exigidos por certas dicções, principalmente pelos verbos. Por exemplo: “Os uérbos que regem acusatiuo , própriamête sam os trāsitiuos : como, Amo a uirtude, auorreço o uiçio, leo os liuros, aprendo ciência, ouço grammática, e gãho ³³² honrra.” (João de Barros, 1540, p. 62, grifos nossos). Os termos <i>reger</i> e <i>regimento</i> datam do período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132).
Verbo transitivo	Estes uérbos pessoáes, ou pássa a sua auçám em outra cousa, ou nam. Os que pássam chamãlhe os latinos trāsitiuos . Que quér dizer pasadores: como, eu amo a ciência, a auçám do qual uérbo, amo, pássa na ciêçia. Estes trāsitiuos tẽ diuérso regimêto, por <i>que</i> hũus régẽ genitiuo, outros datiuo, outros acusatiuo, outros <i>dativo</i> e acusatiuo. (BARROS, 1540, p. 62, grifos nossos).	O termo <i>transitivo</i> remete à doutrina de Prisciano de Cesareia e ulteriormente à de Apolônio Díscolo, a quem se deve a noção sintática de μετάβασις (“transitividade”), oriunda do verbo μεταβαίνω (“atravessar”). Segundo Barros (1540, p. 62), são propriamente transitivos os verbos que regem acusativo.
Verbo neutro ou absoluto	Os uérbos pessoáes cuia auçã ãã pássa ã outra cousa , sam os que própriamente se pôdem chamar neutros , e que depois de sy nam quérem cáso senam mediãte preposiçã: como, Estou na igreja, uou á escóla, uigio de dia, durmo de noite, acórdo a boas óras, nauégo no uerám, fólgo no inuérno por amor do estudo. &c. (BARROS, 1540, p. 63, grifos nossos).	O termo <i>verbo neutro</i> remete à <i>Ars Maior</i> , de Donato, enquanto verbo <i>absoluto</i> remete às <i>Institutiones Grammaticae</i> , de Prisciano. João de Barros lucidamente aponta que certos termos preposicionados têm um valor meramente circunstancial numa sentença, conforme demonstram alguns de seus exemplos: “uigio de dia, durmo de noite, acórdo a boas óras, nauégo no uerám, fólgo no inuérno por amor do estudo”. Em tais exemplos, não se verifica, a rigor, uma transitividade do

³³² gãho = ganho.

		verbo em direção aos termos preposicionados.
Declinação	Declinaçám acerca da nóssa linguágem quer dizer uariaçam , por que quando uiamos o nome de hũ cáso ao outro em o seu artigo, êtã ô declinamos (...) (BARROS, 1540, p. 25, grifos nossos).	O termo <i>declinatio</i> outrora se aplicava a nomes e verbos indiferentemente, mas, na <i>Grammatica da lingua portuguesa</i> , ele só se aplica aos nomes, já que para as flexões verbais Barros usa o termo <i>conjugação</i> .
Barbarismo	Bárbarismo , é uicio que se cométe na escritura de cada hũa das pártes, ou na <i>pronũciaçã</i> . (BARROS, 1540, p. 67, grifos nossos).	<i>Barbarismus</i> (> <i>barbarismo</i>) vem do grego βαρβαρισμός, derivado de βάρβαρος (“bárbaro”), termo pejorativo com o qual os helênicos e mais tarde os romanos se referiam a indivíduos aloglotas.
Solecismo	Solaecismo , é o segũdo género dos uícios que podemos cometer, este se cométe na construiçã e ordem das pártes, quando dellas usamos per algũ módo apartádo do comũ uso de falár. (BARROS, 1540, p. 70, grifos nossos).	<i>Soloecismus</i> (> <i>solecismo</i>) vem do grego σολοικισμός, derivado do verbo σολοικίζειν, cujo significado é “falar mal o grego, à maneira de Sólos”. Sólos era uma cidade localizada na costa meridional da Ásia Menor, na região da Cilícia, cujos habitantes eram acusados de falar muito mal a língua grega.

Tabela 19 - As partes do discurso em Amaro de Roboredo

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Nome	<p>Nome he palavra participante de Numero casual com Genero: como, <i>Homo, Ille, Amans.</i> (ROBOREDO, 1619, p. 65, grifos nossos).</p>	<p><i>Nomen</i> (> <i>nome</i>) é tradução do grego ὄνομα.</p> <p>Roboredo divide o nome em duas grandes subclasses: substantivo e adjetivo. Estes assim se subdividem: 1) substantivo: comum (<i>cidade, ciuitas</i>), próprio ou singular (<i>Lisboa, Olyssipolis</i>); 2) adjetivo: 2.1) quanto à forma: de uma terminação (<i>prudente</i>), de duas terminações (<i>todo, toda</i>) e três terminações (<i>altus, alta, altum</i>); 2.2) quanto à significação: pronome³³³ (<i>iste, ille</i>), particípio (<i>amans, amaturus</i>), interrogativo (<i>qualis, quantus</i>), relativo (<i>qui, hic</i>), partitivo (<i>nemo, uter</i>), numeral (<i>unus, primus</i>), possessivo (<i>meus, tuus</i>), positivo (<i>altus</i>), comparativo (<i>altior</i>) e superlativo (<i>altissimus</i>). Dentre estes, o numeral se subdivide ainda em cardinal (<i>unus</i>), ordinal (<i>primus</i>) e distributivo (<i>singuli</i>), enquanto o possessivo se subdivide nos de matéria (<i>argenteus</i>), nos pátrios (<i>Lusitanus</i>), nos de reinos (<i>Lusitanicus</i>) e nos patronímicos (<i>Peneius</i>).</p> <p>Note-se que Roboredo enquadra os pronomes e os particípios na classe dos nomes! Os artigos não constam entre as partes da oração.</p> <p>Roboredo aponta seis casos morfológicos para os nomes, os mesmos do latim: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo. Ele divide os nomes portugueses em três declinações: uma para nomes findos em <i>o</i> (e.g. alto), uma para</p>

³³³ Os pronomes *ego* e *tu* são pronomes substantivos, adverte o autor.

		os nomes findos em <i>a</i> (e.g. alta) e outra para os nomes com outras terminações (e.g. torre).
Preposição	Preposição he palavra, que carece de Numeros , & rege Casos , a que se antepõe; & faz composição com outra palavra; como, <i>Incidit in foveam, quam struxit</i> [i.e. “caiu no buraco tanto quanto empilhou”]. (ROBOREDO, 1619, p. 68, observações e grifos nossos).	<i>Praepositio</i> (> <i>preposição</i>) é decalque do grego πρόθεσις, em que os prefixos <i>prae</i> e πρό indicam anterioridade, e os nomes <i>positio</i> e θέσις significam “posição”. As preposições são, pois, palavras antepostas a outras. As preposições se classificam em função do caso que regem: preposições de acusativo: <i>a, para, junto, até</i> ; de ablativo: <i>de, desde, com, sem</i> ; de genitivo: <i>de</i> ; por fim, de dativo: <i>a</i> ou <i>pera</i> (> <i>para</i>). A identificação do caso oblíquo preposicionado se faz em português com base num paralelismo gramatical com a construção latina correspondente. Na frase <i>Ir à igreja</i> , o <i>a</i> rege o acusativo por paralelismo com a construção latina <i>Ire ad ecclesiam</i> .
Verbo	Verbo he palavra, que tem Numeros , & Pessoas verbaes com têpo , Pessoa , ou rosto do Verbo, he special differença do Verbo. São as Pessoas tres em cada Numero: como, <i>Amo, amas, amat</i> . Pl. <i>Amamus, amatis, amant</i> . Da differença de Numeros, & Pessoas com tempo nasce a Conjugação do Verbo , a qual não he mais que hum Ajuntamento, ou adaequação do Verbo com seus rostos: como acontece ajuntando este Verbo <i>Amo</i> ; a estas pessoas, ou rostos, <i>as, at, amus, atis, ant &c.</i> (ROBOREDO, 1619, p. 68-69, grifos nossos).	<i>Verbum</i> (> <i>verbo</i>) é tradução do grego ῥήμα. Roboredo diverge de seus predecessores e propõe outros termos para nomear os tempos verbais: 1) Quanto a primeira cabeça: primeiro presente (<i>amo-amo</i>), segundo presente (<i>ame-amem</i>), primeiro imperfeito (<i>amava-amabam</i>), segundo imperfeito (<i>amaria, amara</i> ou <i>amasse-amarem</i>), primeiro futuro (<i>amarei-amabo</i>), mandativo (<i>ama-ama</i> ou <i>amato</i>), infinitivo (<i>amar-amare</i>). 2) Quanto à segunda cabeça: primeiro pretérito (<i>amei, tenho amado</i> ou <i>tive amado-amaui</i>), segundo pretérito (<i>tenha amado-amauerim</i>), segundo futuro (<i>amar, tiver amado</i> ou <i>terei amado-amauero</i>), primeiro “plusquam perfeito” (<i>amara</i> ou <i>tinha amado-amaueram</i>), segundo “plusquam perfeito” (<i>amasse,</i>

		<p><i>teria amado</i> ou <i>tivesse amado-amauisse</i>), segundo infinitivo (<i>ter amado-amauisse</i>).</p> <p>Roboredo (1619, p. 33) foi o primeiro gramático português a diferenciar o infinitivo pessoal e o atual futuro do subjuntivo, a que o autor chama de segundo futuro.</p> <p>Do ponto de vista sintático, ele divide os verbos em <i>ativos incertos</i> (ou <i>vários</i>) e em <i>ativos certos</i>. Ver esses itens. Tais verbos podem ser pessoais ou impessoais.</p>
Advérbio	<p>Adverbio he palavra, que carece de Numero, & Regencia, & altêra as outras palavras, a que ajunta como Adjectivo. Chamase Adverbio porque principalmente se ajunta ao Verbo, & tambem ao Adjectivo, & Adverbio: como, <i>Admodum prudens primum quaerit Deum cito mane</i> [“Quem é de todo prudente primeiro busca a Deus logo de manhã”]. Tomado em lugar de Nome pode reger caso: como, <i>Satis Verborum</i> [“bastantes palavras”]. (ROBOREDO, 1619, p. 70, observações e grifos nossos).</p>	<p><i>Aduerbium</i> (> <i>advérbio</i>) é decalque do grego ἐπίρρημα, em que os prefixos <i>ad</i> e <i>ἐπι</i> indicam proximidade, e os nomes <i>uerbum</i> e <i>ῥῆμα</i> significam “verbo”. Os advérbios, portanto, se posicionam próximos aos verbos, modificando-os.</p> <p>Roboredo (1619, p. 194) divide os advérbios em duas grandes subclasses: os de <i>ações interiores</i> e os de <i>ações exteriores</i>.</p> <p>Os de <i>ações interiores</i> são, na verdade, as interjeições, que, segundo o autor, não pertencem ao domínio gramatical. Ele assim as classifica: admiração, <i>Papae, Hui, E, vah</i>; de fastio, <i>Ohe, Phy, Apage, Apagesis</i>; de alegria, <i>Evax, Io, O</i>; de dor, <i>Heu, Hei, Hoi, Ah, O</i>; de temor, <i>Oh, Atat, Hei</i>; de desejar, <i>Vtinam, O, Osi, sic</i>; de admoestação, <i>Eia, Age, Sodes</i>; de riso, <i>Ha, ha, he</i>; de <i>O, Piô</i>; de ameaços <i>Vae</i>; de zombaria ironica, <i>Hui, Vah, Oh</i>; de chamar, <i>Heus, Hem, Eho, Ehodum</i>; de aprovação, <i>Euge</i>; de afago, <i>Sodes</i>; de silencio, <i>Au, St</i>; de rogos brandos, <i>Quaeso, Obsecro, Amabo &c.</i></p> <p>Os advérbios de <i>ações exteriores</i></p>

		são os advérbios <i>strictu sensu</i> . Eles assim se classificam: quantidade (e.g. <i>multum</i> , “muito”), relação (e.g. <i>sicut</i> , “assim como”), qualidade (e.g. <i>male</i> , “mal”), ação ou paixão (e.g. <i>cur?</i>), lugar ou sítio (e.g. <i>ubi</i> , “onde”).
Conjunção	<p>Conjunção he palavra, que carece de Numero, & Regencia, & ata as outras palavras. Ajunta semelhantes Casos dos Nomes: & dos Verbos semelhantes Tempos, ou expressos, ou entendidos de fora per figura: como, <i>Tu, & Paulus vendidistis amydalas denario in singulas libras: ego verò, & amydalas, & saccharum eodem pretio, & pluris emi. s. pro eodem pretio: & pro pretio pluris aeris</i> [“Tu e Paulo vendestes amêndoas em dinheiro cada uma por libra: eu, na verdade, comprei amêndoas e açúcar pelo mesmo preço e mais caro, isto é, pelo mesmo preço e por um preço maior”]. Finalmente ajunta a Conjunção semelhantes Orações: como, <i>Opinio, Fidei, & ad verum propior, menti, & in tua voluntate adhaerescat</i> [“Que a opinião se ligue mais propriamente à verdade do que a fé e mais à tua vontade do que a mente”]. (ROBOREDO, 1619, p. 70, observações e grifos nossos).</p>	<p><i>Coniunctio</i> (> <i>conjunção</i>) é decalque do grego σύνδεσμος, nos quais os prefixos <i>con</i> e συν indicam contiguidade, e os nomes δεσμός e <i>unctio</i> significam “ligação”. As conjunções têm justamente o papel de ligar palavras e sentenças.</p> <p>Amaro de Roboredo (1619, p. 198) arrola as seguintes classificações conjuntivas: copulativa (e.g. <i>e, nem, também</i>), copulativa condicional ou disjuntiva (e.g. <i>ou, se, senão</i>), adversativa (e.g. <i>mas, porém, contudo</i>), racional conclusiva (e.g. <i>logo, pois</i>), comparativa (e.g. <i>assim, como</i>) e racional causal (e.g. <i>que, porque, porquanto</i>).</p>

Tabela 20 - A terminologia (morfo)ssintática em Amaro de Roboredo

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Sintaxe / Composição	Destas cinco Partes [do discurso] unidas per Côcordia, Regencia, & Posição se faz a Oração; a qual união chamão Syntaxe . (ROBOREDO, 1619, <i>Recompilaçam</i> , observações e grifos nossos).	Ao lado do termo <i>Sintaxe</i> , oriundo do grego σύνταξις, Roboredo (1619, p. 53) também emprega como sinônimo parcial o termo <i>composição</i> : “Em cinco pontos consiste esta Composição, ou Syntaxe, pelos quaes se alcança a Latina”. Roboredo é um dos primeiros gramáticos lusos, quicá o primeiro, a dividir a Sintaxe em três partes: concórdia (<i>i.e.</i> concordância), regência e posição (<i>i.e.</i> colocação).
Palavra / Dicção /	Palavra he voz , com que cada cousa se diz, ou chama; & consta de Syllabas; como, <i>Calor, Palma</i> . (ROBOREDO, 1619, p. 64, grifos nossos).	O termo <i>uox</i> (“voz”) é tradução do grego φωνή, que se refere à forma física da palavra, sem um significado. Uma <i>voz</i> dotada de um significado torna-se, pois, uma dicção, um vocábulo ou uma palavra.
Parte da oração	(...) das Palavras a Oração, que ao muito pòde constar de cinco generos dellas, em que a Palavra Commũ se divide; que saõ, Nome, Preposição, Verbo, Adverbio, Conjunção : & de Orações se faz a Prattica. (ROBOREDO, 1619, p. 65, grifos nossos).	Divergindo dos seus predecessores Fernão de Oliveira e João de Barros, Roboredo aponta apenas cinco partes da oração: nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção. Ambos apontam nove partes.
Frase	Frase he hum particular modo de fallar de cada lingua segundo a pronunciação , & ajuntamento de palavras per certa collocação dellas. (ROBOREDO, 1619, p. 182, grifos nossos).	Não há em Roboredo uma distinção clara entre <i>frase, oração, sentença</i> e <i>cláusula</i> . A princípio, são termos intercambiáveis no <i>Methodo Grammatical</i> .
Caso	Caso he special differença do Nome . Chamase Caso, que he queda , que o Nome dà do seu direito assento, que he o primeiro. <i>Nominativo</i> , para o <i>Genitivo</i> , & para o <i>Dativo</i> , <i>Accusativo</i> , <i>Vocativo</i> , & <i>Ablativo</i> . E saõ estes Casos assi chamados seis, naturalmente	O termo latino <i>casus</i> , participio substantivado de <i>cadĕre</i> (“cair”), é decalque do grego πτώσις (“queda”), cuja origem como termo técnico é desconhecida (ROBBINS; 1967:1983, p. 21). Os estoicos já utilizavam πτώσις com o sentido gramatical de <i>caso</i> .

	<p>necessarios para declarar os varios conceitos do animo. Desta diferença de Numeros, & Casos, nasce a Declinação do Nome: a qual não he mais que hum apartamento, que elle faz de seu derecho assento pelos Casos abaixo: como <i>Homo</i> se aparta deste seu derecho assento para o Genit. <i>Hominis</i>; Dat. <i>Homini</i>; Accus. <i>Hominem</i> &c. As ultimas syllabas dos Casos em cada Numero são semelhantes em muitas linguas, principalmête vulgares, & Hebraica; porem na Latina, & Grega não são semelhantes em todos os casos, senão em algũs. (ROBOREDO, 1619, p. 65-66, grifos nossos).</p>	<p>Roboredo afirma que os seis casos morfológicos latinos existem em quaisquer línguas, inclusive em português, para expressar conceitos do ânimo. Ou seja, tratar-se-ia de uma propriedade linguística universal. A diferença é o modo como as línguas podem manifestá-la: umas o fazem por meio de desinências casuais, a exemplo do latim e do grego, outras o fazem por meio de preposições ou partículas, a exemplo do português.</p>
Caso nominativo	<p>O Nominativo he principio da Oração, o qual todo o Verbo Pessoal quer antes de si ou expresso, ou entendido de fora: <i>ut Excelsus humilia respicit</i> [“O Excelso respeita os humildes”]. <i>Ex arena retinacula nectis</i> [“Entrelaças os cordames de areia”]. O Verbo, Sum, & algũs Passivos admittent dous Nominativos per modo de hum sô; <i>ut Homo est animal</i> [“O homem é um animal”]: <i>Avaritia dicitur vitium</i> [“A avareza é considerada vício”]. (ROBOREDO, 1619, p. 73, observações e grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>casus nominatiuus</i> (> caso nominativo) é decalque de πῶσις ὀνομαστική.</p> <p>A definição de Roboredo enfatiza o aspecto sintático do nominativo como um princípio da oração que todo verbo pessoal quer antes de si, tornando análogo ao conceito de <i>sujeito</i> da Sintaxe Tradicional. Na sequência, ele lembra que o verbo <i>ser</i> se constrói com dois nominativos, aos quais a Sintaxe Tradicional chamaria de <i>sujeito</i> e de <i>predicativo do sujeito</i>.</p>
Caso genitivo	<p>O Genitivo na lingua Portuguesa, & outras Vulgares, sempre he regido da Preposição, De, expressa: como, <i>o Somno he imagem da morte</i>: porem na Latina sempre he regido de Nome Sustantivo: <i>ut Sopor lethi imago</i>. Na qual regencia concorrem dous Sustantivos não continuados, mas diversos, & sempre o Genitivo he de Possuidor. Neste Caso se põi tambem o louvor, & Vituperio;</p>	<p>O sintagma <i>casus genitiuus</i> é decalque do grego πῶσις γενική. O adjetivo γενική deriva de γένος (“raça”, “gênero”), assim como <i>genitiuus</i> deriva de <i>genus</i> (“raça”, “gênero”).</p> <p>A definição de Roboredo evidencia aspectos sintáticos e semânticos do genitivo. Em português, esse caso morfológico sempre requer a preposição <i>de</i>, podendo indicar relações de</p>

	<p><i>ut egregiae indolis puer, vel ruditatis insignis</i> [“menino de egrégia índole ou de notável rudeza”]: & mudase em Ablativo este louvor, & Vituperio, como abaixo se verá. Per este mesmo caso se faz tambem a partição: <i>ut Avarus mortalium miserrimus</i> [“O avaro é o mais infeliz dos mortais”]; onde se cala elegantemente o Sustantivo. A qual partição se faz tambem per esta Preposição, <i>Ex; ut, Quis ex vobis, vel ex numero vestrum</i> [“Quem de vós ou do número de vós”]. (ROBOREDO, 1619, p. 73, observações e grifos nossos).</p>	<p>posse, louvor, vitupério ou partição.</p>
Caso dativo	<p>O Dativo na [língua] Latina sempre se rege per modo de aquisição, que faz a cousa posta neste Caso attrahindo a Oração em que entra: & a qualquer dicção, ou Oração se accomoda: <i>ut, Erranti medicina confessio</i> [“Ao pecador a confissão é um remédio”]. Esta aquisição se vê mais clara intervindo na frase conveniencia, ou inconveniencia, proveito, ou perda, que algũs Adjectivos trazem; <i>ut, Gratus Molestus, &c.</i> ou Verbos cujas significações commumente satisfazem a orelha, & principalmente os que significão socorro, favor, satisfação, summissaõ, obediencia, acontecimento, lisongearia, empecimento, contrariedade. Acontece tambem esta aquisição depois de Verbos de dar, dizer, prometter, mãdar; & de outros cõpostos de, <i>In, Con, Bene, Male &c.</i> (ROBOREDO, 1619, p. 73-74, observações e grifos nossos).</p>	<p>O sintagma <i>casus dativus</i> é decalque do grego πῶσις δοτική. O adjectivo δοτική (“inclinado a dar”) vem do verbo irregular δίδωμι (“dar”).</p> <p>A definição de Roboredo traz à baila o <i>modo de significar</i> inerente ao caso dativo: o <i>modo de aquisição</i>, em latim <i>modus significandi, ut cui alterum acquiritur, uel datur</i> (i.e. “modo de significar enquanto ‘para quem’ o outro é adquirido ou dado”) (BECCARI, 2013, p. 281). Na sequência, o autor faz uma delimitação semântica dos adjectivos e dos verbos que se constroem com o caso dativo.</p> <p>O dativo em português se constrói com a preposição <i>a</i> ou <i>para</i> (> <i>para</i>).</p>
Caso acusativo	<p>Qualquer Verbo Activo pode reger depois de si Accusativo,</p>	<p>O sintagma <i>casus accusativus</i> (> caso acusativo) é uma tradução</p>

	<p>ou o regem as Preposições de Accusativo; ou he na Latina supposto de Infinitivo, que pede antes de si Accusativo: ut, <i>Invenies meum erga te amorem nescire ordinem: & ordinem nesciri ab amore meo</i> [“Descobrirás que o meu amor por ti desconhece a ordem e que a ordem é desconhecida pelo meu amor”]. Doutra maneira sempre o Accusativo depende de Preposição ou calada, ou expressa; como acontece na distancia, medida, & tempo, se a pergunta se fazer, ou entender <i>per, Quandiu</i>. Na qual distancia, medida, & tempo elegantemente se cala a Preposição: <i>ut sex ulnas eminet; tres passus distat: duas horas scripsi</i>. [“eleva-se seis braças; dista três passos; escrevi duas horas”] <i>Id est. Per, In</i>. Estes tres Accusativos se usaõ tambem em Ablativo, calada a Preposição; (ROBOREDO, 1619, p. 74, observações e grifos nossos).</p>	<p>errônea do grego <i>πτῶσις αἰτιατική</i> (“caso causativo”). Varrão foi traído pela polissemia do substantivo <i>αἰτία</i>, que pode significar “causa”, “acusação” ou “encargo”. (ROBBINS, 1967:1983, p. 28).</p> <p>A definição de Roboredo incide inicialmente sobre os aspectos sintáticos do acusativo, que se pospõe a verbos ativos ou a preposições que rejam esse caso morfológico. Os acusativos preposicionados geralmente indicam distância, medida ou tempo e podem vir com a preposição subentendida. Também pode o acusativo atuar como <i>suposto</i> de infinitivo (ver o item <i>suposto</i>).</p>
Caso vocativo	<p>O Vocativo he sômente para chamar, ou mostrar a cousa a que a practica se endereça: <i>ut o Deus: adjuva me Domine</i> [“ó Deus, ajuda-me, Senhor”]. Nos Tempos mandativos [<i>i.e.</i> imperativos] parece o Vocativo, que tem vez de Nominativo; tanta he a semelhança destes dous Casos! (ROBOREDO, 1619, p. 74, observações e grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>casus uocatiuus</i> (> caso vocativo) é decalque do grego <i>πτῶσις κλητική</i>, do verbo <i>καλέω</i>, “chamar”).</p> <p>A definição de Roboredo passa por aspectos semânticos e sintáticos. O vocativo é o caso empregado para chamar ou mostrar a coisa a que se endereça a ação. Ele costuma ser empregado em sentenças mandativas (<i>i.e.</i> imperativas).</p>
Caso ablativo	<p>O ablativo sempre se rege de Preposição expressa, ou entendida de fora; mas per figura Ellipse muito elegantemente se cala a Preposição em algũas linguas; & sem figura na Latina se houvêra a Preposição de antepor ao Tempo, Modo, Instrumento,</p>	<p>O sintagma <i>casus ablatiuus</i> (> caso ablativo) é uma criação latina que substituiu em definitivo os genéricos termos usados por Varrão: <i>casus sextus</i> ou <i>casus latinus</i>. O termo <i>ablatiuus</i> deriva de <i>ablatus</i>, supino ou particípio passado do verbo irregular <i>auferre</i> (“tirar”, “trazer”). O ablativo</p>

	<p>Preço, Louvor, Vituperio, Parte do animo, ou corpo, Causa, & ao Ablativo, que chamão absoluto de cousa, ou pessoa, aa Materia de que se faz, ou compõï algũa cousa aa Medida, ao Extremo comparado, ao Peso, Excesso, Ornamento, ao lugar Onde, per Onde, aa distancia, ao Crime, & Pena. (ROBOREDO, p. 74-75, observações e grifos nossos).</p>	<p>latino indica, entre outras coisas, procedência e separação.</p> <p>A definição de Roboredo se inicia com os aspectos sintáticos do ablativos e prossegue com seus aspectos semânticos. O ablativo requer uma preposição (expressa ou subentendida) e pode indicar circunstâncias diversas. O autor cita e exemplifica no <i>Methodo Grammatical</i>, ao menos, 15 circunstâncias.</p>
Suposto	(não há)	<p>Roboredo emprega na seguinte passagem o termo <i>suposto</i>, que remete à teoria modista: “Qualquer Verbo Activo pode reger depois de si Accusativo, ou o regem as Preposições de Accusativo; ou he na Latina supposto de Infinitivo, que pede antes de si Accusativo: <i>ut, Invenies meum erga te amorem nescire ordinem: & ordinem nesciri ab amore meo</i> [“Descobrirás que o meu amor por ti desconhece a ordem e que a ordem é desconhecida pelo meu amor”]. (ROBOREDO, 1619, p. 74, observações e grifos nossos). Segundo Romeo (2022, p. 12), o gramático usa o termo <i>suposto</i> em referência ao sujeito sintático do infinitivo.</p>
Aposto	(não há)	<p>Roboredo emprega neste trecho o termo <i>aposto</i> numa acepção muito próxima à da Sintaxe Tradicional, e não à da Sintaxe Modista: “Sendo os Antecedentes Masculinos, & Femininos, se usa algũas vezes o Relativo na terminação Neutra de Plural, como aposto, em que se entende per Ellipse, <i>negotia</i>, ou outro Sustantivo semelhante: <i>ut Vidi lunam, & stellas, quae tu fundasti s. opera, quae opera tu fundasti</i> [“Vi a lua e as estrelas que tu criaste, isto é, obras que tu criaste”]. (ROBOREDO, 1619, p.</p>

		72, observações e grifos nossos).
Concórdia	(não há)	<p>Em vez do termo <i>concordância</i>, Roboredo prefere usar <i>concórdia</i>, que pertence à mesma família lexical. Ambos os termos remetem ao período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132-133).</p> <p>O gramático seiscentista elenca quatro tipos de concórdia, aplicáveis tanto ao latim quanto ao português (1619, p. 71): 1) entre o nome substantivo e o nome adjetivo; 2) entre o relativo e o seu antecedente; 3) entre o nominativo e o verbo pessoal; 4) entre a pergunta e a resposta. Esta última é uma provável inovação roborediana.</p>
Concordar	(não há)	<p>Para expressar o conceito sintático de concordância, Roboredo emprega o verbo <i>concordar</i>, como em: “O Relativo, & Antecedente, que he o Sustantivo, que lhes precede, concordão em Genero, & Numero: <i>ut Flagitium, quod astu celatur, aetas indicat</i> [“A infâmia, que arditosamente se oculta, revela-a o tempo”]. (ROBOREDO, 1619, p. 71, observações e grifos nossos).</p>
Regência	(não há)	<p>O termo <i>regência</i> e outros tantos da mesma família lexical datam do período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132).</p> <p>No capítulo intitulado <i>Regências dos Casos</i>, o gramático faz um exame individualizado dos seis casos morfológicos, apontando as partes da oração com que eles se constroem e aduzindo um bom número de exemplos.</p>
Reger	(Não há)	<p>Os termos <i>reger</i> e <i>regência</i> remetem ao período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132).</p> <p>Para expressar o conceito de <i>regência</i>, Roboredo prefere o verbo cognato <i>reger</i>, embora</p>

		também empregue os verbos <i>passar</i> e <i>traspassar</i> em acepções similares. Por exemplo: “Dos Verbos Activos, hũs traspassão sua actividade em varios Accusativos” (ROBOREDO, 1619, p. 69).
Verbo ativo incerto	Dos Verbos Activos, hũs traspassão sua actividade em varios Accusativos, dos quaes, se se não declarar algum, logo a significação destes Verbos suspende a orelha, ou o entendimento, como hũa oração imperfeita: exemplos são, <i>Amo, Movo, Defendo</i> , &c. porque importa acrescentar a cousa, que amo, a cousa que movo, a que defendo. Estes Verbos se podem chamar Activos incertos , ou varios . (ROBOREDO, 1619, p. 69, grifos nossos).	Os <i>verbos ativos incertos</i> ou <i>vários</i> são aqueles que admitem depois de si várias possibilidades de acusativo (e.g. <i>amo litteras, amicos, Deum</i> , “amo as letras, os amigos, a Deus”). Na sua gramática latina de 1625, Roboredo abandona o termo <i>verbo ativo incerto</i> e adota o termo <i>verbo transitivo</i> , que remete a Prisciano de Cesareia (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007, LXVI).
Verbo ativo certo	Outros [verbos] infundem sua actividade em hum soo Accusativo tam certo, que dentro de si o incluem. Onde ainda que o tal Accusativo se não declare, não suspende a orelha, ou entendimento sua significação: porque he facil de entender seu Accusativo: como, <i>Curro, Vivo</i> &c. pois sta claro, que o que se corre he a carreira; o que se vive, a vida. Porem se quisermos declarar o Accusativo qualificado com Adjectivo bem o admite a orelha: como, <i>Brevem currimus cursum: Miseram vivimus vitam</i> [“Corremos uma carreira curta; vivemos uma vida infeliz”]. Estes Verbos, que muitos chamão Neutros , se podem dizer Activos certos, por amor da certeza de seu Accusativo. (ROBOREDO, 1619, p. 69-70, observações e grifos nossos).	Os <i>verbos ativos certos</i> só admitem depois de si um único acusativo semanticamente possível (e.g. <i>Miseram uiuimus uitam</i> , “Vivemos uma vida infeliz”). Na sua gramática latina de 1625, Roboredo abandona o termo <i>verbo ativo certo</i> e adota o termo <i>verbo intransitivo</i> , que remete a Prisciano de Cesareia (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007, LXVI).
Declinação	E são estes Casos assi chamados	O termo <i>declinatio</i> (> <i>declinação</i>)

	<p>seis, naturalmente necessarios para declarar os varios conceitos do animo. Desta differença de Numeros, & Casos, nasce a Declinação do Nome: a qual não he mais que hum apartamento, que elle faz de seu dereito assento pelos Casos abaixo: como <i>Homo</i>, se aparta deste seu dereito assento para o <i>Genit. Hominis; Dat. Homini; Accus. Hominem &c.</i> (ROBOREDO, 1619, p. 65-66).</p>	<p>outrora se applicava a nomes e verbos indiferentemente, mas, no <i>Methodo Grammatical</i>, ele só se applica aos nomes, já que para as flexões verbais Roboredo usa o termo <i>conjugação</i>.</p>
Barbarismo	<p>Barbarismo he uso estranho da palavra segundo a pronunciação, ou scrittura, Declinação, & Conjugação. Acontece este erro usando de algũa palavra estranha cuidando, que he propria: ou pronunciando mal a propria: ou não a screvendo com as letras devidas; acrescentando letra como, <i>Reffero</i>: deminuindo, como, <i>Consili</i>: usando de hũa letra por outra, ou fora de seu lugar a letra ou accento: como se vê nesta palavra, <i>Cormina, Cramina, Carmîna</i>. Acontece tambem dando ao Nome diversa terminação, ou Declinação, ou Numero: como: <i>Templus, Gestus, i. Divitia, ae.</i> & dando ao Verbo diversa Conjugação, ou preterito: como, <i>Faciebo, Fricavi</i>: ou fazendo o de voz activa Depoente: como, <i>Defendebat</i>: ou fazendo o Depoente, de voz activa, como, <i>Mirabam</i>, ou fazendo de hũa syllaba duas: como, <i>soluendo</i>: ou de duas hũa: como, <i>poeta</i>: ou usando de hũa parte de oração por outra fora do uso: como <i>de, Grave, pro, Graviter &c.</i> (ROBOREDO, 1619, p. 230, grifos nossos).</p>	<p><i>Barbarismus</i> (> <i>barbarismo</i>) vem do grego βαρβαρισμός, derivado de βάρβαρος (“bárbaro”), termo pejorativo com o qual os helênicos e mais tarde os romanos se referiam a indivíduos aloglotas.</p> <p>O barbarismo é o vício que ocorre em palavras isoladas, incidindo sobre a pronúncia, a escrita, a declinação ou a conjugação.</p>
Solecismo	<p>O Solecismo he hum desconcerto, ou desigualdade das partes da Oração entre si</p>	<p><i>Solecismus</i> (> <i>solecismo</i>) vem do grego σολοικισμός, derivado do verbo σολοικίζειν, cujo</p>

	<p>encontrando as Concordias, & regencias: <i>ut pons munitissima erant iuxta turris, qui eminebatis urbis</i> [“a mais fortificada ponte ‘estavam’ junta à torre que erguíeis na cidade”]; & não guardando aquella concordia do Infinitivo Latino, que quer antes de si Accusativo: & usando hum caso por outro: <i>ut eo Romae; pro, eo Romam</i> [“vou de Roma em vez de vou a Roma”] &c. E usando de palavras de significação contraria; como, de <i>eo foris</i> [“vou de fora”]; em lugar, de, <i>eo foras</i> [“vou para fora”]: afirmando com duas negações, o que se havia de negar, como, <i>non nihil</i> em lugar de, <i>Nihil</i> [“nada”] &c. (ROBOREDO, 1619, p. 230, observações e grifos nossos).</p>	<p>significado é “falar mal o grego, à maneira de Sólos”. Sólos era uma cidade localizada na costa meridional da Ásia Menor, na região da Cilícia, cujos habitantes eram acusados de falar muito mal a língua grega.</p> <p>O solecismo é o vício que ocorre no encadeamento de palavras, podendo incidir na concordância, na regência ou, embora Roboredo não cite, na colocação.</p>
<p>Impróprio</p>	<p>Impróprio he uso indecente da palavra, ou frase. Da palavra, quando não usamos della na propria significação, ou na metaforica recebida, ou que se possa receber. Da frase, quando ajuntamos algũa palavra com outra, com a qual se não deve ajuntar, ou lhe damos sitio indecente, & não usado: ou fallamos frase de hũa lingua com palavras de outra: como, <i>erat dignus de laude. verò milites</i>: em lugar, de, <i>milites verò</i> &c. (ROBOREDO, 1619, p. 230, grifos nossos).</p>	<p>O <i>impróprio</i> é um terceiro vício de linguagem descrito por Roboredo, para além do barbarismo e do solecismo. A definição do autor é um tanto ou quanto vaga, e um dos desvios de norma por ele apontados (<i>vero milites</i> no lugar <i>milites vero</i>) bem poderia enquadrar-se entre os solecismos.</p>

Tabela 21 - As partes do discurso em Pedro José da Fonseca

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Nome	<p>NOME he uma voz, ou dicção, que se apropria a cada pessoa, ou cousa para a dar a conhecer, e differençar de outra. Divide-se em <i>Substantivo</i>, e <i>Adjetivo</i>. (FONSECA, 1799, p. 3, grifos nossos).</p>	<p><i>Nomen</i> (> <i>nome</i>) é tradução do grego ὄνομα.</p> <p>Fonseca reconhece a existência do substantivo e do adjetivo, mas não os considera classes autônomas. Trata-se de subclasses do nome.</p> <p>Classificações do nome: 1) Substantivo: comum / apelativo (<i>reino</i>) ou próprio (<i>Portugal</i>); 2) Adjetivo: positivo (<i>mau</i>), comparativo (<i>pior</i>) ou superlativo (<i>péssimo</i>); 3) Quanto ao gênero: masculino (<i>pincel</i>) ou feminino (<i>pena</i>); 4) Quanto ao número: singular (<i>verdade</i>) ou plural (<i>mercês</i>); 5) Quanto à espécie: primitivo (<i>pedra</i>) ou derivado (<i>pedreiro</i>); dentre os derivados: gentílico (<i>português</i>), patronímico (<i>Marques</i>), aumentativo (<i>mulherão</i>) ou diminutivo (<i>homenzinho</i>); 6) Outras espécies: coletivo (<i>bosque</i>), verbal (<i>andança</i>), composto (<i>varapau</i>), numeral (<i>três</i>); dentre os numerais: cardeal ou absoluto (<i>três</i>), ordinal (<i>terceiro</i>), coletivo (<i>milheiro</i>), partitivo ou distributivo (<i>terço</i>), proporcional ou aumentativo (<i>dobro</i>) ou de repetição (<i>duas vezes</i>).</p>
Pronome	<p>PRONOME he huma palavra, que se põe em lugar do nome. Exemplo: <i>Aquelle</i> Deos eterno, <i>que</i> criou / <i>Este</i> mundo, com quanto <i>ne'le</i> vemos / <i>Aquelle</i> o regeio sempre, e conservou.</p> <p>Os pronomes <i>que</i> do primeiro verso, e <i>aquelle</i> do ultimo estão aqui por <i>Deos</i>; e da mesma sorte os pronomes <i>elle</i> do segundo verso, e <i>o</i> do derradeiro se põe em lugar de <i>mundo</i>.</p> <p>Ha seis especies de Pronomes,</p>	<p><i>Pronomen</i> (> <i>pronome</i>) é decalque do grego ἀντωνυμία, em que os prefixos <i>pro</i> e ἀντ(ι) significam “em lugar de”, e os elementos <i>nomen</i> e -ωνυμ- significam “nome”. Os pronomes se empregam no lugar dos nomes.</p> <p>Classificações do pronome: 1) pessoal (<i>eu, tu, ele</i>); 2) possessivo (<i>meu, teu, seu</i>); 3) demonstrativo (<i>este, esse, aquele</i>); 4) relativo (<i>que, qual, quem, cujo</i>); 5) absoluto (<i>que, qual, quem, cujo</i>);</p>

	que vem a ser: Pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, absolutos, indefinitos [sic]. (FONSECA, 1799, p. 40, grifos nossos).	6) indefinido (<i>alguém, ninguém, algum, nenhum</i>). Os pronomes absolutos assim se chamam porque aparecem na frase sem um antecedente, a exemplo de <i>Não se engana quem deseja ser honrado</i> (<i>ibidem</i> , p. 59-60).
Artigo (<i>artículo</i>)	ARTICULO , ou <i>artigo</i> he huma parte da oração, que se antepõe aos nomes para mostrar de que genero são . <i>O</i> antepõe se ao masculino do singular, e <i>a</i> ao feminino. A mesma diferença seguem no plural <i>os</i> , e <i>as</i> . Exemplos: He mais seguido <i>O</i> exemplo do Principe, que <i>a</i> dura Força de lei, ou premio prometido. (FONSECA, 1799, p. 70-71, grifos nossos).	<i>Artigo</i> vem do latim <i>articulus</i> , e este é uma tradução do grego ἄρθρον, que significa genericamente “juntura” ou “articulação”. Como termo gramatical, ele enfatiza justamente o papel articulatório dos <i>artigos</i> no texto. Fonseca nada diz a respeito dos artigos indefinidos, os quais ele provavelmente enquadrava entre os nomes numerais.
Verbo	VERBO he huma palavra, que explica, ou huma acção feita, ou huma acção recebida pelo sujeito ; ou simplesmente significa o estado do sujeito . <i>Sujeito</i> , ou <i>agente</i> he a pessoa, ou cousa de que se falla. <i>Verbo</i> , segundo sua etymologia, quer dizer <i>palavra</i> e talvez por ser a mais essencial da oração , pois por elle se formão, e enunção todos os nossos discursos, se lhe deo por excellencia huma tal denominação. (FONSECA, 1799, p. 83, grifos nossos).	<i>Verbum</i> (> <i>verbo</i>) é tradução do grego ῥῆμα. Fonseca vê o particípio como classe autônoma, e não como subclasse de verbo. Classificações do verbo: 1) Quanto aos aspectos sintáticos: ativo ou transitivo (<i>gastar</i>), passivo (<i>sou amado</i>), neutro (<i>correr</i>), pronominal (<i>compadecer-se</i>), que se divide em reflexivo (<i>ferir-se</i>) e recíproco (<i>abraçar-se</i>), impessoal ou monopessoal (<i>chover</i>); 2) Quanto à formação: simples (<i>dizer</i>), composto (<i>emagrecer</i>) ou frequentativo (<i>choromingar</i>); 3) Quanto à conjugação: primeira (<i>amar</i>), segunda (<i>temer</i>) ou terceira (<i>partir</i>); 4) Quanto à regularidade: regular (<i>amar</i>), irregular (<i>vir</i>) ou defectivo (<i>jazer</i>); 5) Quanto ao modo: indicativo (<i>é</i>), imperativo (<i>abre</i>), subjuntivo ou conjuntivo (<i>fizesse</i>), infinito ou infinitivo (<i>amar</i>); 6) Quanto aos tempos. 6.1) do indicativo: presente (<i>amo</i>), pretérito

		<p>imperfeito (<i>amava</i>), pretérito perfeito (<i>amei</i>), perfeito composto (<i>tenho amado</i>), mais-que-perfeito (<i>amara</i>), mais-que-perfeito composto (<i>tinha amado</i>), futuro (<i>amarei</i>), futuro composto (<i>hei de amar</i>); 6.2) imperativo (<i>ama tu</i>); 6.3) do subjuntivo: presente (<i>ame</i>), pretérito imperfeito (<i>amara, amaria ou amasse</i>), perfeito composto (<i>tenha amado</i>), mais-que-perfeito (<i>amara ou amasse</i>), mais-que-perfeito (<i>tivera ou tivesse amado</i>), futuro (<i>amar</i>), futuro composto (<i>tiver amado</i>), 6.4) infinito ou infinitivo: impessoal (<i>amar</i>), pessoal (<i>amar eu</i>), pretérito composto (<i>ter amado</i>), futuro composto (<i>haver de amar</i>).</p>
Particípio	<p>PARTICÍPIO he hum nome adjectivo que tem algumas propriedades do verbo, de que se forma. Taes são <i>amante</i>, e <i>amado</i>, ambos formados do verbo <i>amar</i>.</p> <p>Chama-se <i>participio</i>, porque participa da natureza do nome, e da natureza do verbo. (FONSECA, 1799, p. 175, grifos nossos).</p>	<p><i>Participium</i> (> <i>particípio</i>) é decalque do grego μετοχή, que é oriundo do verbo μετέχω (“participar”). O particípio “participa” da classe dos nomes e dos verbos, trazendo marcas nominais de caso, gênero e número, além de tempo, voz verbal e significação. Daí a ideia de que ele “nasce de um e de outro”.</p> <p>Seguindo a doutrina gramatical dos latinos, Fonseca vê o particípio como classe autônoma.</p> <p>O particípio se divide em dois tipos: presente ativo (<i>e.g. amante</i>) e passado passivo (<i>e.g. amado</i>).</p>
Advérbio	<p>ADVERBIO he huma palavra, que se ajunta ao verbo para lhe modificar, e determinar a significação com alguma circunstancia.</p> <p>Assim dizendo-se: <i>dorme, acorda, estuda</i>, a significação de qualquer destes verbos he simples, e não tem circunstancia alguma que a modifique, porém dizendo-se: <i>dorme pouca acorda</i></p>	<p><i>Aduerbum</i> (> <i>advérbio</i>) é decalque do grego επίρρημα, em que os prefixos <i>ad</i> e <i>ἐπι</i> indicam proximidade, e os nomes <i>uerbum</i> e <i>ῥῆμα</i> significam “verbo”. Os advérbios, portanto, se posicionam próximos aos verbos, modificando-os.</p> <p>Classificações do advérbio: 1) tempo (<i>agora, logo</i>); 2) lugar</p>

	<p><i>cedo, estuda muito</i>, o significado de cada hum dos referidos verbos, se modifica então pela circunstancia, que exprime o adverbio, que se lhe ajunta, e por este meio se determina o sentido, que singularmente lhe convem. (FONSECA, 1799, p. 187, grifos nossos).</p>	<p>(<i>aqui, ali</i>); 3) modo ou qualidade (<i>bem, mal</i>); 4) quantidade (<i>muito, pouco</i>); 5) comparação (<i>mais, menos</i>); 6) ordem (<i>primeiramente, depois</i>). Certos advérbios podem comportar-se como preposições caso rejam outras palavras (<i>e.g. longe da cidade</i>). Por fim, a expressão preposicionada de caráter adverbial se chama <i>modo</i> ou <i>fórmula adverbial</i> (<i>e.g. a torto, a direito</i>).</p>
Preposição	<p>PREPOSIÇÃO he huma palavra a qual com a sua regencia denota a relação, que humas cousas tem com outras. Chama-se <i>preposição</i> do Latim <i>praeponere, pôr antes</i>, porque se põe antes da sua regencia, isto he antes da palavra, que lhe serve de complemento, sem a qual o sentido ficaria imperfeito. Exemplo: <i>As victorias dos Portuguezes nunca se alcançarão por Arithmetica, sempre vencemos poucos a muitos</i>. (FONSECA, 1799, p. 194, grifos nossos).</p>	<p><i>Praepositio</i> (> <i>preposição</i>) é decalque do grego πρόθεσις, em que os prefixos <i>prae</i> e πρό indicam anterioridade, e os nomes <i>positio</i> e θέσις significam “posição”. As preposições são, pois, palavras antepostas a outras.</p> <p>Classificações da preposição: 1) lugar (<i>a, abaixo de, perante</i>); 2) ordem (<i>após, atrás de, depois de</i>); 3) união (<i>acerca de, além de, com</i>); 4) separação (<i>exceto, longe de, salvo</i>); 5) fim (<i>até, para, por</i>); 6) especificação (<i>a, de, em</i>). As preposições especificativas assim se chamam porque restringem o sentido da palavra a que se antepõem, como em: <i>andar à caça, pelejar a ferro, homem de qualidade, cidade de Lisboa e andar a pé</i>. Na prática, porém, trata-se de um único rótulo para um grupo de preposições heterogêneo.</p>
Conjunção	<p>CONJUNÇÃO he huma palavra, que serve para ajuntar entre si as diferentes partes do discurso. As conjunções distinguem-se com varios nomes. Entre ellas porém as mais consideraveis nomeão-se <i>copulativas, disjunctivas, adversativas, condicionaes, causaes, continuativas</i>. (FONSECA, 1799, p. 197, grifos nossos).</p>	<p><i>Coniunctio</i> (> <i>conjunção</i>) é decalque do grego σύνδεσμος, nos quais os prefixos <i>con</i> e συν indicam contiguidade, e os nomes δεσμός e <i>iunctio</i> significam “ligação”. As conjunções têm justamente o papel de ligar palavras e sentenças.</p> <p>Classificações da conjunção: 1) copulativa (<i>e, nem, também</i>); 2) disjuntiva (<i>ou, já, agora</i>); 3) adversativa (<i>mas, porém, todavia</i>);</p>

		<p>4) condicional (<i>se, senão, como</i>); 5) causal (<i>porque, pois, pois que</i>); 6) continuativa (<i>portanto, pois, como</i>). As conjunções também podem ser simples (<i>e.g. pois</i>) ou compostas (<i>e.g. ainda que</i>).</p>
<p>Interjeição (<i>interiectio</i>)</p>	<p>INTERJEIÇÃO he huma palavra, que serve para exprimir algum affecto, ou movimento do animo, como a alegria, a dor, o medo, o desejo, a aversão, &c. Não he ter ouro, e sangue alcançar tudo, / Que isto engana mil vezes a vontade: / <i>Ah</i> dotes naturaes não vos entende / Quem menos vos estima, ou quem vos vende. (FONSECA, 1799, p. 204-205, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>interiectio</i> (> <i>interjeição</i>) vem do verbo <i>interiicēre</i>, composto pelo prefixo <i>inter</i> (“entre”) e pelo verbo <i>iacēre</i> (“lançar, “colocar”), com apofonia da vogal tônica (<i>a > i</i>). A ideia por detrás do termo é de que a interjeição, por estar isolada sintaticamente, é “inserida” no meio das demais classes (DEZOTTI, 2013, p. 194).</p> <p>Para os gregos, a interjeição era uma subclasse de advérbio. Eles assim o faziam porque cada interjeição faz subentender-se a presença de um verbo.</p> <p>Segundo Fonseca (1799, p. 205), as interjeições são tão variáveis quanto as sensações humanas, de modo que só o contexto possa particularizá-las. A palavra <i>oh!</i>, por exemplo, pode denotar afirmação, lástima ou indignação.</p>

Tabela 22 - A terminologia (morfo)ssintática em Pedro José da Fonseca

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Etimologia*	<p>As palavras consideradas como sinais dos nossos pensamentos são a materia da sobredita Grammatica. Divide-se ella em duas Partes. A primeira trata de cada huma das palavras soltas, e desunidas humas das outras; e a segunda das palavras juntas, e ordenadas de modo, que exprimão algum conceito. (FONSECA, 1799, p. 2, grifos nossos)</p>	<p>Fonseca não usa nenhum termo específico para determinar o que outrora se chamava <i>Etimologia</i> (hoje <i>Morfologia</i>). Todavia, o trecho ao lado não deixa dúvidas de que ele opunha uma parte da Gramática relativa às palavras soltas a uma parte relativa às palavras encadeadas, qual seja, a Sintaxe.</p> <p>O termo <i>Etimologia</i> (do grego: ἔτιμος, “verdadeiro” ou “essencial”, e λόγος, “palavra” ou “discurso”) designa hoje o estudo da origem das palavras, mas, durante muitos séculos, ele foi usado nas gramáticas para designar o estudo das partes da oração tomadas isoladamente (<i>i.e.</i> Morfologia).</p>
Sintaxe / Construção	<p>SYNTAXE, ou <i>Construção</i> he o modo de dispôr, e ordenar as palavras, e frases segundo as regras da Grammatica.</p> <p>O termo <i>syntaxe</i> vem de outro Grego, que significa <i>ordem, construção</i>.</p> <p>Esta <i>syntaxe, construção</i>, ou <i>ordem</i> consiste na união, encadeamento, ou estructura das palavras, e frases, conforme às leis do uso, e ao genio particular de cada huma das lingoas. (FONSECA, 1799, p. 209, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>construção</i> vem do latim <i>constructio</i>, que, por seu turno, é um decalque latino feito por Prisciano de Cesareia (século VI d.C.) do termo grego σύνταξις.</p> <p>Fonseca (1799) divide a Sintaxe em <i>simples</i> e <i>figurada</i>. A primeira concerne ao modo mais natural e espontâneo de construir sentenças, consoante as especificidades de cada língua (<i>ibidem</i>, p. 210), enquanto a segunda concerne a um modo mais ornamentado de dispor os termos de uma oração, por meio de figuras de linguagem (<i>ibidem</i>, p. 275).</p> <p>À semelhança de outros gramáticos, Fonseca aborda dois grandes temas no âmbito da Sintaxe – concordância e regência –, porém deles se diferencia por não recorrer às categorias de caso latinas nas suas análises.</p>
Dicção /		O termo <i>uox</i> (“voz”) é tradução

Vocábulo / Palavra		do grego φωνή, que se refere à forma física da palavra, sem um significado. Uma <i>voz</i> dotada de um significado torna-se, pois, uma dicção, um vocábulo ou uma palavra.
Parte da oração	Os Grammaticos chamão <i>Oração</i> ás palavras assim juntas, e a cada huma de per si Parte da oração . As <i>Partes da oração</i> na nossa lingoa se reduzem a nove, que pela ordem seguinte se denominão <i>Nome, Pronome, Artigo, Verbo, Participio, Adverbio, Preposição, Conjunção, Interjeição</i> . (FONSECA, 1799, p. 2-3, grifos nossos).	Assim como Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), Fonseca aponta nove partes da oração: nome, artigo, pronome, verbo, participio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Ou seja, as oito partes constantes na Gramática Latina, mais o artigo.
Oração	Os Grammaticos chamão Oração ás palavras assim juntas , e a cada huma de per si <i>Parte da oração</i> . (FONSECA, 1799, p. 2, grifos nossos).	Ao conceito de <i>oração</i> Fonseca parecia opor o conceito de <i>cláusula</i> , que se assemelha a algo como <i>frase</i> ou <i>período</i> , pela Sintaxe Tradicional. Ver o item <i>cláusula</i> .
Cláusula	(não há)	O termo <i>cláusula</i> aparece algumas vezes nos <i>Rudimentos</i> numa acepção próxima ao que a Sintaxe Tradicional chama de <i>período</i> ou <i>frase</i> . Por exemplo: “Na oração , que com esta prende a particula causal <i>porque</i> , como tambem no segundo membro da mesma clausula , ligado com o primeiro pela conjunção <i>e</i> , a collocação das palavras he igualmente simples, e natural.” (FONSECA, 1799, p. 275, grifos nossos).
Sujeito / Agente	VERBO he huma palavra, que explica, ou huma acção feita, ou huma acção recebida pelo sujeito; ou simplesmente significa o estado do sujeito. Sujeito, ou agente he a pessoa, ou cousa de que se falla . (FONSECA, 1799, p. 83, grifos nossos).	O termo <i>sujeito</i> vem do latim <i>subiectum</i> , participio passivo substantivado do verbo <i>subiicere</i> , que significa “pôr debaixo” ou “submeter”. Como termo oriundo da Lógica, ele designa algo ou alguém de que se fala e, como termo gramatical, designa a palavra da frase com que há de concordar o verbo. Destarte, os gramáticos mesclaram a acepção de origem com a função sintática

		<p>outrora associada ao caso nominativo, gerando uma categoria híbrida.</p> <p>O <i>sujeito</i> remete ulteriormente ao ὄνομα (“nome”) de Platão e ao ὑποκείμενον (“sujeito”) de Aristóteles, que eram categorias do pensamento. Platão operava com o binômio ὄνομα (“nome”) e ῥῆμα (“verbo”), e Aristóteles, com o binômio ὑποκείμενον (“sujeito”) e κατηγορημα (“predicado”) (COLOMBAT, 2017, p. 92-93).</p>
Termo	<p>O Nome, quando se põe depois do verbo, he o termo da sua acção, ou significação.</p> <p>Assim dizendo-se: <i>Quem busca virtude, Deos o ajuda.</i> (FONSECA, 1799, p. 235, grifos nossos).</p>	<p>Nos <i>Rudimentos</i>, a palavra <i>termo</i> designa o complemento verbal não preposicionado. O autor assim o chama por se tratar do elemento sintático no qual termina a ação do verbo; afinal, <i>termo</i> deriva do latim <i>terminus</i>, do qual também deriva a forma divergente <i>término</i>.</p> <p>Não há denominação específica para o complemento verbal preposicionado.</p>
Concordância	<p>CONCORDANCIA he a união, com que as palavras regularmente se ajuntão, e conformão entre si. (FONSECA, 1799, p. 210, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>concordância</i> (< <i>concordantia</i>) é uma inovação terminológica do período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132-133).</p> <p>Fonseca elenca cinco regras gerais de concordância: I - o artigo concorda em gênero e número com o nome comum; II - o adjetivo concorda em gênero e número com o substantivo; III - o relativo <i>qual</i> concorda em gênero e número com o seu antecedente; IV - os verbos concordam com os substantivos ou com os pronomes em número e pessoa; V - nomes coletivos seguidos de termos preposicionados no plural requerem verbo e adjetivo no plural.</p>
Concordar	(não há)	Dentre os verbos que expressam o

		<p>conceito sintático de concordância, Fonseca usa geralmente o verbo cognato <i>concordar</i>, como neste trecho: “A’s vezes porém o adjectivo por preferencia concorda com o substantivo masculino, ainda que delle esteja mais remoto que o feminino. Exemplos: <i>Os vicios, e não as virtudes, são os que entre si discordam.</i>” (FONSECA, 1799, p. 212, grifos nossos).</p>
Regência	<p>REGENCIA he a acção, que humas palavras tem sobre outras, e o modo regular de as ajuntar entre si. Dá-se <i>regencia</i> todas as vezes que huma palavra restringe, ou determina a significação de outra. A que está antes rege; e a que está depois, he regida. Exemplo: <i>A fortuna nunca iguala os desejos dos homens</i>. Estas palavras <i>os desejos</i> restringem, e determinão a acção do verbo <i>igualar</i>, o qual considerado por si só denota hum especie de acção geral, e indeterminada. Da mesma sorte estas palavras <i>dos homens</i> são determinadas pelas outras precedentes <i>os desejos</i>. (FONSECA, 1799, p. 224, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>regência</i> e outros tantos da mesma família lexical datam do período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132).</p> <p>Fonseca (1799, p. 224) identifica dois tipos de regência: simples e composta. A regência simples restringe ou determina a significação do verbo sem o auxílio de preposições (e.g. <i>A honra cria e faz a arte excelente</i>), ao passo que a composta o faz justamente com o auxílio de preposições (e.g. <i>daqui nasce o amor que ao povo o Rei, ao Rei seu povo tem</i>). O gramático setecentista diverge nesse ponto dos seus predecessores, que recorriam às denominações de caso latinas para se referir aos complementos verbais (<i>genitivo, dativo, acusativo e ablativo</i>).</p>
Reger	(Não há)	<p>Fonseca emprega o verbo cognato <i>reger</i> para indicar a relação de complementação verbal. Por exemplo: “As preposições regem as palavras, que se lhes seguem por diferentes modos.” (FONSECA, 1799, p. 248, grifos nossos).</p> <p>Os termos <i>regência</i> e <i>reger</i>, em sua acepção sintática, remetem ao período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132).</p>
Verbo ativo /	Os verbos activos , ou	O termo <i>transitivo</i> remete à

transitivo	<p>transitivos tem sempre o referido termo, sem preposição quando he nome de cousa e com a preposição <i>a</i>, sendo nome de pessoa. Sem preposição, por exemplo:</p> <p><i>A ingratição perverte o juízo perturba a razão, cega o entendimento, corrompe a vontade, e impede o caminho da salvação.</i></p> <p>Com preposição: <i>Ninguem se estime a si, ou despreze a outros pelo que póde dar, ou tirar a fortuna.</i> (FONSECA, 1799, p. 235-236, grifos nossos).</p>	<p>doutrina de Prisciano de Cesarea e ulteriormente à de Apolônio Díscolo, a quem se deve a noção sintática de μετάβασις (“transitividade”), oriunda do verbo μεταβαίνω (“atravessar”).</p> <p>Embora Fonseca (1799, p. 224) distinga dois tipos de regência, simples e composta (ver item <i>regência</i>), não há denominações específicas para verbos transitivos cujos complementos tenham ou não tenham preposição.</p>
Verbo neutro / intransitivo	<p>Os verbos neutros, ou intransitivos não tem depois de si nome, que sirva de termo á sua acção, ou significação. O qual se faz desnecessario por isso que no agente, que precede ao verbo, fica elle comprehendido.</p> <p>Quando se diz por exemplo, que alguém <i>Suspira, e chora, e canta, e geme, e sua.</i> (FONSECA, 1799, p. 237, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>verbo neutro</i> remete à <i>Ars Maior</i>, de Donato, enquanto verbo <i>absoluto</i> remete às <i>Institutiones Grammaticae</i>, de Prisciano.</p> <p>Fonseca (1799, p. 238) lucidamente aponta que os advérbios e certos termos preposicionados têm um valor meramente circunstancial numa sentença, conforme demonstram alguns de seus exemplos: <i>Não vive muito, senão quem emprega bem a vida; ler com gosto o livro.</i></p>
Pronomes enclíticos / arrimados	<p>Se os pronomes vão depois dos verbos, chamão-se enclíticos, ou arrimados, por isso que se lhes arrimão de modo que formão com elles huma só dicção, á qual ás vezes se contraem dous pronomes, como: <i>Oue livro he esse? dá-mo cá.</i> (FONSECA, 1799, p. 243, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>enclítico</i> aparece em gramáticas anteriores aos <i>Rudimentos</i>, a exemplo da gramática de Argote (1725), porém não há termo relativo aos pronomes proclíticos nem aos mesoclíticos. Aliás, pouco se fala sobre colocação gramatical nesses tratados.</p>
Barbarismo	<p>BARBARISMO he todo genero de expressão, estranho, á lingoa que se falla.</p> <p>A palavra <i>barbarismo</i> procede do costume, que os Gregos, e Romanos tinhão de chamar barbaros , isto he, estrangeiros, os outros povos.</p> <p>O <i>barbarismo</i> commette-se, ou simplesmente nas palavras; ou</p>	<p><i>Barbarismus</i> (> <i>barbarismo</i>) vem do grego βαρβαρισμός, derivado de βάρβαρος (“bárbaro”), termo pejorativo com o qual os helênicos e mais tarde os romanos se referiam a indivíduos aloglotas.</p>

	na estrutura das partes da oração. (FONSECA, 1799, p. 294-295, grifos nossos).	
Solecismo	SOLECISMO he hum erro directamente contrario ás regras da Grammatica. (FONSECA, 1799, p. 306, grifos nossos).	<p><i>Soloecismus</i> (> <i>solecismo</i>) vem do grego σολοικισμός, derivado do verbo σολοικίζειν, cujo significado é “falar mal o grego, à maneira de Sólos”. Sólos era uma cidade localizada na costa meridional da Ásia Menor, na região da Cilícia, cujos habitantes eram acusados de falar muito mal a língua grega.</p> <p>Segundo Fonseca (1799, p. 306), o solecismo é basicamente um erro de sintaxe, que pode ocorrer de várias maneiras, a saber: I - atribuindo ao nome um gênero que lhe não é próprio; II - usando os pronomes excessivamente, à moda francesa da época; III - não estabelecendo a concordância verbal correta; IV - empregando indevidamente uma preposição no lugar de outra, <i>etc.</i></p>

Tabela 23 - As partes do discurso em Jerônimo Soares Barbosa

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Interjeição	<p>As Interjeições são humas partículas, desligadas do contexto da Oração, exclamativas, e pela maior parte monosyllabas e aspiradas, que exprimem os transportes da paixão, com que a alma se acha occupada. Ellas são a Linguagem primitiva, que a natureza mesma ensina a todos os homens, logo que nascem, para indicarem o estado, ou de dôr, ou de prazer interior, em que sua alma se acha: e por isso devem ter o primeiro Lugar na ordem das Partes da Oração, e antes mesmo dos Nomes, e mais partes discursivas, que os Grammaticos costumão pôr primeiro. (BARBOSA, 1822, p. 100-101, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>interiectio</i> (> <i>interjeição</i>) vem do verbo <i>interiicĕre</i>, composto pelo prefixo <i>inter</i> (“entre”) e pelo verbo <i>iacĕre</i> (“lançar, “colocar”), com apofonia da vogal tônica (<i>a > i</i>). A ideia por detrás do termo é de que a interjeição, por estar isolada sintaticamente, é “inserida” no meio das demais classes (DEZOTTI, 2013, p. 194).</p> <p>Classificações da interjeição: 1) admiração (<i>ah!</i>); 2) desprezo (<i>hai!</i>); 3) desejo (<i>oh!</i>); 4) riso (<i>ha! ha!</i>); 5) reparo ou sobressalto (<i>ahi!</i>); 6) silêncio (<i>chist!</i>); 7) exortação (<i>heia!</i>); 8) aversão (<i>hirra!</i>); 9) chamamento (<i>ô</i>); 10) chamamento com reparo e estranhamento (<i>ho'la!</i>); 11) desejo ansioso (<i>oxalá!</i>); 12) dor ou espanto (<i>hui!</i>); 13) advertência (<i>ta!</i>); 14) admiração (<i>sus!</i>).</p>
Substantivo	<p>O Substantivo pois, he hum nome, que exprime qualquer couza como subsistente por si mesma, para poder ser sujeito da oração, sem dependencia de outra. (BARBOSA, 1822, p. 115, grifos nossos).</p>	<p>A distinção do substantivo e do adjetivo em classes nominais autônomas se deve, em grande medida, a influxos filosóficos no pensamento gramatical. O substantivo designa o ser ou a coisa dotada de uma substância (em grego οὐσία, em latim <i>substantia</i>), que tem anterioridade ontológica em relação à qualidade representada pelo adjetivo (em grego ποιόν ou ποιότης, em latim <i>qualitas</i>).</p> <p>Classificações do nome: 1) Quanto à significação: próprio (<i>Homero, Camões</i>) e comum/apelativo (<i>céu, terra</i>); 1.1) dentre os comuns: universais/analógicos, que podem ser físicos (<i>espírito, corpo</i>) ou morais (<i>rei, magistrado</i>), e parciais/modais, que podem ser</p>

		<p>abstratos (<i>beleza</i>) ou concretos (<i>o justo</i>); 2) Quanto à origem: primitivo (<i>terra, mar</i>) e derivado (<i>terráqueo, marisco</i>); 2.1) dentre os derivados: gentílicos/nacionais (<i>algarvio, minhoto</i>); aumentativo (<i>homenzarrão, rapagão</i>), diminutivo (<i>ilhota, rapazinho</i>); coletivo, que pode ser geral indeterminado (<i>nação, povo</i>), geral determinado (<i>dezena, dúzia</i>), partitivo distributivo (<i>metade, terço</i>) ou partitivo proporcional (<i>dobro, quádruplo</i>); verbal (<i>andarejo, andarilho</i>); composto (<i>pontapé, malfeitor</i>); 3) Quanto ao gênero: masculino (<i>homem</i>), feminino (<i>mulher</i>), comum de dois (<i>infante, intérprete</i>), epiceno ou sobrecomum (<i>javali, crocodilo</i>); 4) Quanto ao número: singular (<i>povo</i>), dual (<i>ceroulas</i>) e plural (<i>povos</i>).</p>
Adjetivo	<p>E o Adjectivo, he hum nome, que exprime huma couza como accessoria de outra para ser sempre o attributo de hum sujeito claro, ou occulto, sem o qual não pode subsistir. (BARBOSA, 1822, p. 115, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>adjetivo</i> vem do latim <i>adiectiuus</i>, particípio passado do verbo <i>adiicere</i> (“lançar em direção a”). No âmbito gramatical, é um dos possíveis decalques do grego ἐπιθετικός (“adjacente” ou “apositivo”). Tal denominação leva em conta justamente o aspecto posicional do adjetivo em relação ao substantivo, em direção ao qual ele é “lançado”.</p> <p>1) Quanto à significação: 1.1) determinativo (<i>o, os, este, todo, alguns</i>); dentre os determinativos: os de qualidade, que podem ser gerais (<i>o, um</i>), especiais pessoais primitivos (<i>eu, tu</i>), especiais pessoais derivados (<i>meu, teu</i>), especiais demonstrativos puros (<i>este, aquele</i>) ou especiais demonstrativos conjuntivos (<i>qual, quem, cujo, que</i>), e os de quantidade, que podem ser universais positivos (<i>todo</i>), universais negativos (<i>nenhum</i>), partitivos vagos (<i>muitos, alguns</i>)</p>

		<p>ou partitivos numerais (<i>um, dois, três</i>), divididos em cardeais, ordinais, multiplicativos e fracionários; 1.2) explicativo (<i>Deus <u>justo</u></i>); 1.3) restritivo (<i>homem <u>justo</u></i>); 2) Quanto aos graus: positivo absoluto (<i>terrestre</i>), positivo comparativo (<i>tal, qual</i>), aumentativo comparativo (<i>muito grande</i>), superlativo absoluto (<i>santíssimo</i>) e superlativo comparativo (<i>o pior</i>).</p> <p>Note-se que Barbosa enquadra os pronomes e os artigos na classe dos adjetivos.</p>
Verbo	<p>O Verbo he huma parte conjunctiva do discurso, a qual serve para atar o attributo da proposição com o seu sujeito de baixo de todas suas relações pessoais e numeraes, enunciando por diferentes modos a coexistencia e identidade de um com outro por ordem aos diferentes tempos, e maneiras de existir. (BARBOSA, 1822, p. 191, grifos nossos).</p>	<p><i>Verbum</i> (> <i>verbo</i>) é tradução do grego ῥῆμα.</p> <p>Classificações do verbo: 1) Quanto aos modos: infinito ou indeterminado (<i>ser</i>), indicativo (<i>sou, sê</i>) e subjuntivo (<i>seja, fosse</i>); 2) Quanto aos tempos: 2.1) do modo infinito: impessoal (<i>ser</i>), pessoal (<i>seres, sermos</i>), particípio imperfeito (<i>sendo</i>) e particípio perfeito (<i>sido</i>); 2.2) do modo indicativo: presente imperfeito absoluto (<i>sou, hei de ser, estou sendo</i>); presente imperfeito imperativo (<i>sê tu, está tu sendo</i>); presente perfeito (<i>tenho sido</i>); pretérito imperfeito absoluto (<i>era, havia de ser, estava sendo</i>); pretérito imperfeito condicional (<i>seria, haveria de ser, estaria sendo</i>); pretérito perfeito absoluto (<i>fui, houve ou tive de ser, estive sendo</i>); pretérito perfeito relativo (<i>fora, houvera de ser, estivera sendo, tinha sido, tivera sido</i>); pretérito perfeito condicional (<i>teria sido</i>); futuro imperfeito (<i>serei, haverei de ser, estarei sendo</i>); futuro perfeito (<i>terei sido</i>). 2.3) do modo subjuntivo ou conjuntivo: presente imperfeito (<i>seja, haja de ser, esteja sendo</i>); presente perfeito (<i>sejas ou tenhas</i>).</p>

		<p><i>sido</i>); pretérito imperfeito (<i>fosse, houvesse de ser, estivesse sendo</i>); pretérito perfeito (<i>tivesse sido</i>); futuro imperfeito (<i>for, houver de ser, estiver sendo</i>); futuro perfeito (<i>tiver sendo</i>); 3) Quanto à conjugação: primeira (<i>amar</i>), segunda (<i>entender</i>), terceira (<i>aplaudir</i>); regular (<i>amar</i>), irregular (<i>dar</i>), impessoal (<i>convir</i>), defectivo (<i>prazer</i>); 4) Quanto à forma: simples (<i>fazer</i>) e composto (<i>rarefazer</i>); 5) Quanto à transitividade: intransitivo (<i>correr</i>), transitivo ativo só (<i>amar</i>), transitivo relativo só (<i>depende</i>), transitivo ativo e relativo (<i>dar</i>); 6) Quanto ao significado: substantivo (<i>ser</i>) e adjetivo (qualquer verbo que não seja o verbo <i>ser</i>); outras subclassificações: não frequentativo (<i>chover</i>) e frequentativo (<i>chuviscar</i>).</p> <p>Diferentemente dos seus predecessores, Barbosa (1822) considera o particípio uma subclasse de verbo.</p>
Preposição	<p>Preposição he huma parte conjunctiva da oração, que posta entre duas palavras indica a relação de complemento, que a segunda tem para a primeira. Assim nestas expressões: <i>Venho do Porto, passo por Coimbra, e vou para Lisboa</i>; as tres preposições <i>de, por, e para</i>, postas entre os verbos adjectivos <i>Venho, Passo, e Vou</i>, e os nomes <i>Porto, Coimbra, e Lisboa</i>, mostram a relação de complementos, em que estes estão para aquelles. (BARBOSA, 1822, p. 310, grifos nossos).</p>	<p><i>Praepositio</i> (> <i>preposição</i>) é decalque do grego πρόθεσις, em que os prefixos <i>prae</i> e <i>pró</i> indicam anterioridade, e os nomes <i>positio</i> e <i>θέσις</i> significam “posição”. As preposições são, pois, palavras antepostas a outras.</p> <p>Classificações da preposição: 1) Preposições de estado e existência: <i>em, sobre, sob, entre, etc.</i> Subclassificações: 1.1) lugar geral: <i>em</i>; 1.2) superioridade: <i>sobre</i>; 1.3) inferioridade: <i>sob</i>; 1.4) anterioridade: <i>ante</i>; 1.5) interioridade: <i>entre</i>; 1.6) anterioridade: <i>ante</i>; 1.7) posterioridade: <i>após</i>; 1.8) fronteira: <i>contra</i>; 1.9) companhia: <i>com</i>; 1.10) exclusão: <i>sem</i>; 2) Preposições de ação e movimento:</p>

		<p><i>de, por, a, para, etc.</i> Subclassificações: 2.1) princípio: <i>de, desde, por</i>; 2.2) intermédio: <i>per</i>; 2.3) término: <i>a, até, para</i>.</p> <p>Divergindo da maioria dos seus predecessores e até mesmo dos seus sucessores, Barbosa (1822, p. 335) considera que o advérbio é uma subclasse de preposição. Para ele, todo advérbio é parafraseável por uma expressão preposicionada (<i>e.g. quando = em que tempo</i>).</p>
Conjunção	<p>Conjunção he huma parte conjunctiva da oração, que exprime as relações de Nexo e Ordem, que as proposições tem entre si para fazerem hum sentido total. O verbo pois combina e ata os termos da proposição, que são o sujeito e o attributo; a preposição conjunta os complementos com o sujeito e com o attributo: porém a conjunção não ata nem os termos da proposição, nem os seus complementos; mas as mesmas proposições entre si, em ordem a formarem hum sentido total. Ella pois he verdadeiramente a Parte Systematica, e Methodica do discurso, destinada a ligar as proposições em membros, os membros em periodos, e os periodos em hum discurso seguido e continuado. (BARBOSA, 1822, p. 346, grifos nossos).</p>	<p><i>Coniunctio</i> (> <i>conjunção</i>) é decalque do grego σύνδεσμος, nos quais os prefixos <i>con</i> e συν indicam contiguidade, e os nomes δεσμός e <i>iunctio</i> significam “ligação”. As conjunções têm justamente o papel de ligar palavras e sentenças.</p> <p>Classificações da conjunção: 1) Homólogas ou similares: 1.1) copulativas (<i>e, nem</i>); 1.2) disjuntivas (<i>ou</i>); 1.3) explicativas (<i>isto é, de sorte que</i>); 1.4) continuativas ou transitivas (<i>pois, logo</i>); 2) Anomólogas ou dissimilares: 2.1) adversativas (<i>mas, porém, senão</i>); 2.2) condicionais (<i>se, senão</i>); 2.3) causais (<i>como, porquanto, visto que, porque, pois</i>); 2.4) conclusivas (<i>pois, logo, por conseguinte</i>); 2.5) circunstanciais (<i>quando, logo que, até que</i>). 2.6) subjuntivas (<i>que</i>).</p>

Tabela 24 - A terminologia (morfo)ssintática em Jerônimo Soares Barbosa

Terminologia	Definição	Informações adicionais
Etimologia*	A <i>Etymologia</i> pois, que em Latim se diz <i>Veriloquium</i> , tem por objecto averiguar a verdadeira natureza de cada palavra por ordem e representação analytica do pensamento, os seus diferentes misteres e usos na enunciação de nossas ideas, e descobrir na analogia, ou diversidade de suas funções communs o fundamento, e caracteres de cada classe primitiva ou subalterna, a que todos os Elementos do discurso se devem reduzir. (BARBOSA, 1822, p. 98. grifos nossos).	O termo <i>Etimologia</i> (do grego: ἔτυμος, “verdadeiro” ou “essencial”, e λόγος, “palavra” ou “discurso”) designa hoje o estudo da origem das palavras, mas, durante muitos séculos, ele foi usado nas gramáticas para designar o estudo das partes da oração tomadas isoladamente (<i>i.e.</i> Morfologia). Na definição ao lado, os dois aspectos são contemplados: o etimológico propriamente dito e o morfológico.
Sintaxe	<i>Syntaxe</i> quer dizer <i>Coordenação</i> ; e chama-se assim esta parte da Grammatica, que das palavras separadas ensina a formar e compor huma oração, ordenando-as segundo as relações ou de conveniencia , ou de determinação , em que suas ideas estão humas para as outras. (BARBOSA, 1822, p. 362, grifos nossos).	O termo <i>construção</i> vem do latim <i>constructio</i> , que, por seu turno, é um decalque latino feito por Prisciano de Cesareia (século VI d.C.) do termo grego σύνταξις. A conveniência ou identidade diz respeito à concordância, enquanto a determinação restringe ou estende a amplitude que uma ideia tem com outra, relacionando-se, pois, com o conceito de regência (COLOMBAT, 2017, p. 179).
Construção	Os Grammaticos, traduzindo com mais liberdade a palavra Grega <i>Syntaxis</i> , lhe dão o nome de Construção . Mas esta palavra tem mais extensão que a de <i>syntaxe</i> . A <i>syntaxe</i> he huma ordem systematica das palavras, fundada nas relações das couzas que ellas significão; e a construção huma ordem local, auctorizada pela uso das Linguas . Assim a construção pode ser ou direita ou invertida, e ter comtudo a mesma <i>syntaxe</i> . Nestas duas orações: <i>Alexandre venceo a Dario</i> , e <i>A Dario venceo Alexandre</i> , as	O termo <i>construção</i> vem do latim <i>constructio</i> , que, por seu turno, é um decalque latino feito por Prisciano de Cesareia (século VI d.C.) do termo grego σύνταξις. Porém, diferentemente dos seus predecessores, Barbosa dá acepções distintas aos termos <i>syntaxe</i> e <i>construção</i> . Para ele, a <i>construção</i> é um arranjo sintático qualquer usado pontualmente numa frase.

	construcções são contrarias; porêm a syntaxe he a mesma. (BARBOSA, 1822, p. 362-363, grifos nossos).	
Vocábulo	Vocabulo não he outra couza senão hum composto de sons, ou de syllabas graves, subordinados todos a hum som, ou Syllaba aguda e predominante; que he como o centro de união, ao qual todos os mais se reportão. (BARBOSA, 1822, p. 21, grifos nossos).	O vocábulo é justamente a interface física de uma palavra, conforme relembra o autor neste outro passo da obra: “Nos dois Livros antecedentes da <i>Orthoepia</i> e da <i>Orthographia</i> tractámos da parte mechanica da Lingua Portugueza, considerando nella as partes da oração so pelo que tem de physico e material , como meros Vocabulos , compostos de sons articulados, ou so pronunciados para serem ouvidos, ou tambem representados aos olhos para serem vistos;”. (BARBOSA, 1822, p. 95, grifos nossos).
Palavra	Nestes dois Livros [sobre Etimologia e sobre Syntaxe], que se seguem tractaremos da parte Logica da mesma Lingua, considerando as mesmas partes da oração, pelo que tem de metaphysico e espiritual , não como vocabulos, mas como Palavras isto he, como signaes de nossas ideas e de nossos pensamentos , ou considerados separadamente para exprimirem aquellas, o que he objecto da Etymologia, ou junctas em oração para formarem estes, o que he objecto da Syntaxe e Construcção. (BARBOSA, 1822, p. 97-98, observações e grifos nossos).	A <i>palavra</i> é um <i>vocábulo</i> provido de significado, razão pela qual aquela é objeto da Etimologia e da Syntaxe, enquanto este é objeto da Ortografia e da Ortoépia. Note-se o viés cognitivo na visão de <i>palavra</i> como sinais de nossas ideias e de nossos pensamentos.
Parte da oração	Ora não sendo as palavras senão signaes dos nossos pensamentos, não podem constituir outras classes geraes que não sejam as destes mesmos pensamentos; como estes não são senão Ideas , ou Combinações das mesmas: as palavras Discursivas , que os exprimem, de necessidade se	Barbosa (1822) parte do pressuposto de que a mente só opera com ideias e combinações de ideias. É justamente com base nesse pressuposto que ele divide as partes do discurso em dois grandes grupos: 1) as palavras nominativas ou discursivas , que incluem substantivos e adjetivos; 2) as palavras combinatórias ou

	<p>devem também reduzir a duas classes geraes, como nos <i>Methodos Analyticos do Calculo</i>; humas que caracterizão e nomeião as ideas, e outras que as combinão entre si. As primeiras se podem chamar <i>Nominativas</i>, e as segundas <i>Combinatorias</i> ou <i>Conjunctivas</i>. (BARBOSA, 1822, p. 105-106, grifos nossos).</p>	<p>conjuntivas, que incluem verbos, preposições e conjunções. A interjeição não se enquadra em nenhum desses dois grupos.</p>
Oração	<p>Oração, ou Proposição, ou Fraser (pois tudo quer dizer o mesmo) he qualquer juizo do entendimento, expressado com palavras. Ora não sendo qualquer discurso outra coisa senão ou hum juizo, ou huma serie delles; todo elle não he também senão ou huma oração ou huma continuação de orações: e assim o que aqui dissermos da oração em geral, será applicavel a cada huma dellas em particular. (BARBOSA, 1822, p. 363, grifos nossos).</p>	<p>Os termos <i>oração</i> e <i>frase</i> se empregam de há muito na gramaticografia portuguesa, mas o termo <i>proposição</i> foi trasladado da Lógica para a Gramática.</p> <p>Classificações oracionais: 1) Quanto à estrutura interna: simples (e.g. <i>Eu sou amante</i>), composta (e.g. <i>Eu e tu somos amantes e estimadores da virtude</i>) e complexa (e.g. <i>O homem, cheio de dinheiro, quer mais</i>); 2) Quanto à relação de uma com a outra: principal ou total (e.g. <i>Quero amar-te</i>); parcial ou subordinada (e.g. <i>Quero amar-te</i>); 2.1) dentre as parciais: incidente (e.g. <i>A honra que vem da virtude é mais sólida do que aquela que vem do nascimento</i>) e integrante (e.g. <i>Quero amar-te</i>); 2.1.1) dentre as parciais incidentes: restritivas (e.g. <i>A honra que vem da virtude é mais sólida do que aquela que vem do nascimento</i>) e explicativas (e.g. <i>Os sábios, que são mais instruídos que o comum dos homens, deveriam também excedê-los em virtude</i>).</p> <p>Barbosa aborda o fenômeno da subordinação, mas não o da coordenação, de que ele aparenta ter, a princípio, apenas uma noção tácita.</p>
Período	Das orações fataes, e não das	Em Barbosa (1822), o termo

	<p>parciaes, he que se forma o Periodo, que he o ajuntamento de muitas proposições, que não sendo partes humas das outras, estão comtudo ligadas entre si de tal modo, que humas suppõem necessariamente as outras para o complemento do sentido fatal. O periodo póde ter ou duas proposições, chamadas tambem <i>membros</i>, ou tres, ou quatro. Passando deste numero, tem antes o nome de Oração Periodica do que o de periodo. (BARBOSA, 1822, p. 367, grifos nossos).</p>	<p><i>período</i> tem acepção praticamente idêntica à sua acepção sintática atual de “conjunto de orações ou proposições de algum modo ligadas sintática e semanticamente”. Em havendo mais de quatro proposições, segundo o autor, é preferível usar termo <i>oração periódica</i>.</p> <p>Para Barbosa (1822, p. 367), o período assim se estrutura: “Qualquer que seja o numero das proposições, huma dellas he sempre a Principal, e as mais Subordinadas.”. Isso mostra que o autor não operava com o conceito sintático de coordenação.</p>
<p>Sujeito / Agente</p>	<p>O sujeito he o pincipal termo da proposição, ao qual todos os mais se referem. Elle sempre he ou hum nome substantivo quer proprio sem artigo, como: <i>Pedro he homem</i>; quer appellativo com elle, como: <i>O homem he mortal</i>; ou qualquer parte da oração substantivada pelo artigo, quer seja hum adjectivo <i>O justo, O honesto</i>; quer hum verbo no infinito <i>O saber</i>, ou no modo finito <i>O praz-me</i>; quer huma preposição <i>O pro e o contra</i>; quer hum adverbio <i>O como, e quando</i>; quer huma conjuncção <i>O senão</i>. (BARBOSA, 1822, p. 364, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>sujeito</i> vem do latim <i>subiectum</i>, particípio passivo substantivado do verbo <i>subiicere</i>, que significa “pôr debaixo” ou “submeter”. Como termo oriundo da Lógica, ele designa algo ou alguém de que se fala e, como termo gramatical, designa a palavra da frase com que há de concordar o verbo. Destarte, os gramáticos mesclaram a acepção de origem com a função sintática outrora associada ao caso nominativo, gerando uma categoria híbrida.</p> <p>O <i>sujeito</i> remete ulteriormente ao ὄνομα (“nome”) de Platão e ao ὑποκείμενον (“sujeito”) de Aristóteles, que eram categorias do pensamento. Platão operava com o binômio ὄνομα (“nome”) e ῥήμα (“verbo”), e Aristóteles, com o binômio ὑποκείμενον (“sujeito”) e κατηγορήμα (“predicado”) (COLOMBAT, 2017, p. 92-93).</p> <p>Barbosa (1822, p. 373) adverte que o sujeito pode ser claro ou oculto.</p>
<p>Atributo /</p>	<p>O attributo he sempre ou hum</p>	<p><i>Praedicatum</i> (“dito diante de</p>

<p>Predicado</p>	<p>adjectivo, <i>O homem he mortal</i>; ou hum appellativo adjectivado pela ausencia do artigo, <i>Pedro he homem</i>. E o verbo he sempre o verbo substantivo <i>Ser</i> ou <i>so</i>, <i>Sou amante</i>; ou incorporado com o adjectivo na mesma palavra, como: <i>Am-o</i>. (BARBOSA, 1822, p. 364, grifos nossos).</p>	<p>alguém”) é o particípio passado substantivado de <i>praedicere</i> (“dizer publicamente”) e uma tradução não literal de <i>κατηγορημα</i> (“atributo”), que é o segundo termo de uma proposição lógica.</p> <p>Segundo os gramáticos filosóficos o verbo substantivo <i>ser</i> subjaz a quaisquer construções verbais, transitivas ou intransitivas. Por exemplo, a forma verbal <i>amo</i>, citada ao lado, é parafrazeável pela construção <i>sou amante</i>, em que figuram o sobredito verbo <i>ser</i> e o atributo <i>amante</i>.</p>
<p>Concordância</p>	<p>Concordancia he a conformidade dos signaes, que o uso instituio para indicar as correlações das ideas, com estas mesmas correlações. Para haver conformidade he preciso que haja humas partes que se conformem, e outras a que as mesmas se conformem. As partes, a que as outras se conformão, são sempre as principaes, e as que figurão no discurso em primeiro lugar. Tal he em qualquer proposição o seu sujeito; em qualquer complexo de proposições a proposição fatal, de que as mais fazem parte; e em qualquer periodo, ou ajuntamento de proposições fataes a principal, á qual as outras estão subordinadas. (BARBOSA, 1822, p. 370, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>concordância</i> (< <i>concordantia</i>) é uma inovação terminológica do período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132-133).</p> <p>Barbosa divide a concordância em dois tipos: regular e irregular. A regular se realiza em três níveis, cada qual com as respectivas regras. No primeiro nível: os adjectivos concordam em gênero e número com os nomes apelativos a que se referem (<i>e.g. As leis devem ser justas</i>); o verbo concorda em número e pessoa com o seu sujeito (<i>e.g. os homens morrem</i>). No segundo nível: em havendo muitos sujeitos e atributos, estes concordam com aqueles na mesma proporção em aparecem (<i>e.g. O ouro, o diamante, as pérolas, tudo é terra e da terra</i>); os pronomes relativos variáveis concordam com a palavra da oração antecedente (<i>e.g. Quantos letrados há que o são para sustentar e defender seus maus partidos e cegos conselhos, aos quais não servem as ciências...</i>); emprega-se o infinito pessoal quando este tiver um sujeito diferente do verbo da</p>

		oração principal (e.g. <i>Faz-te mercê, barão, a sapiência / Suprema de c'os olhos corporais / Veres o que não pode a vã ciência</i>). Por fim, no terceiro nível: a proposição responsiva deve concordar com a proposição interrogativa em sua estrutura frasal (e.g. <i>De quem é este livro? De Antônio</i>). A concordância irregular se realiza quando há aparentes desvios entre as partes concordantes. Tais desvios recebem o nome de <i>silepse</i> e se dividem nestes três tipos: 1) gênero (e.g. <i>o marido e a mulher são generosos</i>); 2) número (e.g. <i>estavam pegados com eles uma infinidade de homens</i>); 3) pessoa (e.g. <i>Ele e tu estais sentados</i>).
Concordar	(não há)	Dentre os verbos que expressam o conceito sintático de concordância, Barbosa usa o verbo cognato <i>concordar</i> , como neste trecho: “Todo o verbo da proposição concorda em numero, e em pessoa com o sujeito da mesma, claro, ou occulto, ou seja hum nome proprio, <i>Deos he justo</i> ; ou hum appellativo, <i>Os homens morrem</i> ; ou hum pronome, <i>Eu temo, Tu esperas, Elles andão</i> ”. (BARBOSA, 1822, p. 373, grifos nossos).
Regência	(Ver item <i>reger</i>).	O termo <i>regência</i> e outros tantos da mesma família lexical datam do período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132). Barbosa divide a regência em dois tipos: regular e irregular. A regência regular se caracteriza pela presença explícita dos complementos numa oração, enquanto a irregular se caracteriza justamente pela elipse desses elementos sintáticos. Ver os itens relativos aos complementos.
Reger	REger quer dizer determinar, e demandar alguma couza. E	Os termos <i>regência</i> e <i>reger</i> , em sua acepção sintática, remetem ao

	<p>como em todas as linguas ha humas palavras, cuja significação he transitiva, ou relativa, e que por isso requerem se lhes complete para não ficar suspensa; daqui veio dizer-se que, assim como a relação de Identidade entre as ideas he o fundamento da syntaxe de concordancia, assim a relação de Determinação entre as mesmas he o fundamento da syntaxe de regencia. (BARBOSA, 1822, p. 392-393, grifos nossos).</p>	<p>período humanístico (COLOMBAT, 2017, p. 132).</p> <p>Fonseca emprega tanto o verbo cognato <i>reger</i> quanto o verbo <i>determinar</i> para indicar a relação de complementação verbal. Por exemplo: “Os primeiros dous [complementos] são regidos pelas partes regentes: estes dous segundos não são regidos, nem determinados pelas palavras a que servem de complementos; mas elles são os que propriamente as regem e determinão.”. (BARBOSA, 1822, p. 395, observações e grifos nossos).</p>
Verbo neutro / intransitivo	<p>Se ella [a significação do verbo] exprime huma qualidade, estado, ou acção, que fica no mesmo sujeito do verbo, sem pedir objecto algum ou termo, em que passe; o verbo adjectivo chama-se então Intransitivo, como são todos os dos versos seguintes de Camões: <i>Salta, corre, sibila, acena, e brada, Arde, morre, blasfema, e desatina.</i> (BARBOSA, 1822, p. 240, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>verbo neutro</i> remete à <i>Ars Maior</i>, de Donato.</p> <p><i>Termo</i> (ou <i>complemento terminativo</i>) tem acepção próxima à de <i>objeto indireto</i>, pela terminologia atual. Ver o item <i>complemento terminativo</i>.</p>
Verbo transitivo	<p>Se porêm a significação do verbo he relativa, ou porque exprime huma acção, que pede depois de si hum objecto, em que se exercite, ou huma qualidade, que pede hum termo, a que se dirija; chama-se então Transitivo, que póde ser ou Activo so, ou Relativo so, ou Activo e Relativo ao mesmo tempo. Assim <i>Amo</i> he hum verbo transitivo activo so; <i>Dependo</i> he transitivo relativo so, e <i>Dou</i> he transitivo activo, e ao mesmo tempo relativo. (BARBOSA, 1822, p. 240-241, grifos nossos).</p>	<p>O termo <i>transitivo</i> remete à doutrina de Prisciano de Cesareia e ulteriormente à de Apolônio Díscolo, a quem se deve a noção sintática de μετάβασις (“transitividade”), oriunda do verbo μεταβαίνω (“atravessar”).</p> <p>Os exemplos ao lado demonstram que os verbos transitivos ativos sós correspondem aos atuais transitivos diretos (e.g. <i>amar</i>), enquanto os relativos sós correspondem aos transitivos indiretos (e.g. <i>depende</i>). Por fim, os transitivos ativos e relativos correspondem aos atuais bitransitivos (e.g. <i>dar</i>).</p>
Complemento objetivo	<p>Chama-se assim toda palavra, ou oração, que he o primeiro</p>	<p>O <i>complemento objetivo</i> (ou <i>objeto</i>) é aquele sobre o qual</p>

	<p>termo, ou objecto, sobre que se exercita a acção do verbo activo; com a qual se responderia á pergunta <i>O que?</i> como quando digo: <i>Eu amo</i>; se se me pergunta <i>O que?</i> e respondo <i>a Deos?</i> Este substantivo Deos com a preposição a he o complemento objectivo do verbo <i>Amo</i>. (BARBOSA, 1822, p. 396, grifos nossos).</p>	<p>incide mais diretamente a acção de um verbo transitivo activo. Segundo Barbosa (1822), quando o complemento objetivo designar pessoas ou coisas personificadas, deve-se empregar a preposição <i>a</i>, como no exemplo ao lado: <i>Eu amo o quê? A Deus</i>.</p>
Complemento terminativo	<p>Chama-se assim toda palavra, ou oração, que serve de termo á significação relativa das palavras regentes: e assim como as significações relativas são diferentes, assim o são também as preposições, que se empregão n'estes complementos terminativos. As mais usuas são seis, a saber: <i>a, para, por, de, com, contra</i>, com as quaes, e com seus consequentes se responde ás perguntas, que naturalmente se farião a quem empregasse huma destas palavras relativas sem termo algum, que completasse sua relação, dizendo: <i>Abalançar-se, Prestar, Trocar, Lembrar-se, Reconciliar-se, Conjurarse, &c.</i> Pois justamente se lhe perguntaria: <i>Abalançar-se, a que?</i> e se lhe responderia v. g. <i>Aos perigos: Prestar, para que? Para muito: Trocar ouro, por que? Por prata: Lembrar-se, de que? Do tempo passado: Reconciliar-se, com quem? Com seus inimigos: Conjurarse, contra quem? Contra a patria.</i> (BARBOSA, 1822, p. 398, grifos nossos).</p>	<p>O <i>complemento terminativo</i> (ou <i>termo</i>) é aquele no qual termina a acção do verbo transitivo relativo. Embora Barbosa (1822, p. 152-153), noutro passo da obra, associe o <i>complemento terminativo</i> ao <i>dativo</i> dos latinos, tal correspondência está longe de ser biunívoca, uma vez que àquele podem associar-se preposições de significados diversos, como <i>a, para, por, de, com, contra</i>, enquanto a este corresponde geralmente o significado das preposições <i>a</i> e <i>para</i>, que designam o beneficiário ou "maleficiário" de uma acção. Destarte, o <i>complemento terminativo</i> tem praticamente a mesma acepção do atual <i>objeto indireto</i>, que pode construir-se com preposições diversas.</p>
Complemento restrictivo	<p>O Complemento Restrictivo he qualquer palavra, precedida da preposição de, e posta immediatamente depois de qualquer nome appellativo, para lhe restringir e</p>	<p>O <i>complemento restrictivo</i> assim se chama por restringir a significação vaga do nome a que se liga. No exemplo <i>livro de Pedro</i>, o complemento <i>de Pedro</i> restringe e individualiza o nome</p>

	<p>determinar a significação vaga á geral, que sempre tem, como quando digo: <i>Livro de Pedro, Homem de virtude, Amor de Deos, Senhor de escravo</i>; onde os nomes appellativos <i>Livro, Homem, Amor, e Senhor</i>, sendo communs a toda a casta de livros, de homens, de amores, e de senhores, são restringidos, o 1.º a hum individuo pela addição do nome proprio <i>Pedro</i>; o 2.º a huma classe particular de homens virtuosos pelo complemento <i>de virtude</i>; o 3.º a hum amor singular pelo complemento <i>de Deos</i>; e o 4.º a hum possuidor privativo pelo complemento <i>de escravo</i>. (BARBOSA, 1822, p. 400, grifos nossos).</p>	<p><i>livro</i>.</p> <p>Barbosa (1822, p. 400) também adverte que o <i>complemento restritivo</i> e o <i>circunstancial</i> têm papel meramente acessório numa oração, motivo pelo qual passariam a ser chamados tempos depois de <i>adjuntos</i> na NGB.</p>
<p>Complemento circunstancial</p>	<p>Toda palavra, ou oração precedida de preposição, qualquer que esta seja, e juncta a qualquer verbo, ou adjectivo sem ser pedida pela sua significação he hum complemento circunstancial, que se lhe dá para a explicar. Estes complementos são de dous modos. Huns pertencem ao verbo substantivo, que faz sempre o fundo e a base de todo o verbo adjectivo; e outros ao attributo, ou adjectivo proprio de cada verbo. Todos os complementos circumstanciaes relativos ao lugar, ao tempo, e aos grãos de affirmação pertencem ao primeiro; porque todos elles dizem respeito a existencia, e ao modo de a enunciar; o que he privativo do verbo substantivo, e não da idea attributiva, que o verbo adjectivo lhe acrescenta. Todos os mais complementos circumstanciaes relativos á quantidade, qualidade, modo, fim, e meios, ou instrumentos,</p>	<p>O <i>complemento circumstancial</i> é qualquer palavra ou oração preposicionada que se junta a um verbo ou a um adjectivo sem que estes o exijam para terem sentido completo (BARBOSA, 1822, p. 401-402). Os <i>complementos circumstanciaes</i> relativos ao lugar, ao tempo e aos graus de affirmação só se aplicam ao verbo substantivo <i>ser</i>, pois dizem respeito à existência mesma do processo verbal; aqueles relativos à quantidade, à qualidade, ao modo, ao fim, ao modo e ao instrumento se aplicam aos adjectivos inerentes a cada verbo, pois concernem a particularidades da ação. Para elucidar os porquês dessa divisão, Barbosa elaborou <i>ad hoc</i> um exemplo hipotético no qual constam todas as circunstâncias acima arroladas: “Em Coimbra, <i>desde aquelle tempo até agora, sem interrupção alguma, com todo o ardor me entreguei, entre outros, aos estudos das sciencias naturaes sob Professores excellentes para</i></p>

	<p>com que alguma couza se faz, pertencem ao attributo do mesmo verbo adjectivo; pois que todos são modificações ou da acção do verbo, ou da qualidade, que elle exprime. (BARBOSA, 1822, p. 402, grifos nossos).</p>	<p>instrucção minha, e em utilidade publica.”. (BARBOSA, 1822, p. 402). Ao verbo <i>estar</i> se ligam complementos de lugar (<i>Em Coimbra</i>), de tempo (<i>desde aquele tempo até agora</i>), de continuação (<i>sem interrupção alguma</i>); ao verbo <i>entreguei-me</i>, que significa “estive aplicado”, se ligam complementos de modo (<i>com todo o ardor</i>), concomitância (<i>entre outros</i>), instrumento (<i>sob professores excelentes</i>), fim próximo (<i>para instrucção minha</i>) e fim remoto (<i>em utilidade pública</i>).</p>
Enclíticas	<p>Chamão-se Enclíticas as palavras ou particulas, que se acostão a outras no fim para com ellas serem pronunciadas continuadamente, debaixo do Accento Agudo das mesmas, quaes erão entre os Latinos as particulas <i>Que, Ne, Ve</i>, e entre nós todos os casos oblíquos dos Determinativos Pessoaes, chamados Pronomes, quer da 1.^a pessoa <i>me, nos</i>, quer da 2.^a <i>te, vos</i>, quer da 3.^a, ou reciproco <i>se</i>, ou directos <i>o, a, os, as, lhe, lhes</i>; quando se ajuntão immediatamente aos verbos. (BARBOSA, 1822, p. 44, grifos nossos).</p>	<p>Diferentemente de Fonseca (1799), para o qual os pronomes enclíticos são aqueles que se pospõem aos verbos, Barbosa (1822) chama de <i>enclíticas</i> a quaisquer partículas que se subordinem ao acento tônico de outra palavra, não importando a disposição em que elas apareçam. Aliás, o autor inclui os artigos entre as enclíticas (BARBOSA, 1822, p. 35).</p>
Construção direita	<p>Todas as construcções se reduzem a duas geraes, que são a <i>Direita</i>, e a <i>Invertida</i>. A direita he aquella, em que as palavras e as orações seguem a mesma ordem de sua syntaxe, referindo-se cada huma successivamente áquella, que lhe precede immediatamente, de sorte que o sentido nunca fica suspenso, antes se vai percebendo á medida, que se vai ouvindo, ou lendo. A invertida pelo contrario he aquella, em que se muda a ordem da syntaxe, e as palavras e orações ou regidas, ou subordinadas vão</p>	<p>A construção direita é aquella que segue a ordem canônica do idioma, que, em português, é sujeito, verbo e attributo.</p> <p>Exemplo do autor: “Hum Principe, que cumpre exactamente com suas obrigações, merece o amor de seus vassalos, e a estimação de todos os povos.” (BARBOSA, 1822, p. 412).</p>

	primeiro que as que as regem, ou subordinação, de sorte que o sentido vai suspenso. (BARBOSA, 1822, p. 412, grifos nossos).	
Construção invertida	(Ver item <i>construção direta</i>).	<p>A <i>construção invertida</i> é aquela cujos elementos oracionais estão dispostos fora da ordem canônica do idioma, de modo que o sentido fique temporariamente suspenso.</p> <p>Exemplo do autor: “Merece o amor de seus vassallos, e a estimação de todos os povos hum Principe, que cumpre exactamente com suas obrigações.” (BARBOSA, 1822, p. 412).</p>
Solecismo	<p>Todo solecismo pois he hum erro de syntaxe ou de concordancia, ou de regencia; mas daquella especialmente. Estes erros podem-se commetter ou nos termos mesmos da proposição quer simples, quer composta, ou na união das proposições parciaes com suas totaes, ou na união das totaes entre si. (BARBOSA, 1822, p. 385, grifos nossos).</p>	<p><i>Soloecismus</i> (> <i>solecismo</i>) vem do grego σολοικισμός, derivado do verbo σολοικίζειν, cujo significado é “falar mal o grego, à maneira de Sólos”. Sólos era uma cidade localizada na costa meridional da Ásia Menor, na região da Cilícia, cujos habitantes eram acusados de falar muito mal a língua grega.</p> <p>Exemplo do autor: “Com <i>Hum e outro</i>, ou <i>Nem hum nem outro</i> podemos concordar o verbo e o adjectivo no plural, como vimos; porém não os appellativos. Fr. Luiz de Souza (Vid. do Arceb. V, 4.) disse com mais liberdade do que devia: <i>Não erão bem despedidos de hum e outro Arcebispos</i>.” (BARBOSA, 1822, p. 386, grifos nossos).</p>